



Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Deputado André do Prado,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Dirijo-me a esta Assembleia Legislativa com elevado respeito institucional, senso de responsabilidade pública e plena convicção na importância do diálogo permanente entre os Poderes para a abertura dos trabalhos legislativos de 2026. No último ano do atual mandato, prestamos contas a esta Casa e à sociedade com os resultados e avanços que São Paulo conquistou desde 2023, reafirmando as prioridades que orientarão a conclusão deste ciclo de gestão.

Este momento ultrapassa a formalidade constitucional de inaugurar o calendário parlamentar. Trata-se de um exercício de transparência e de reforço de compromissos. Estamos demonstrando, de maneira clara, quais políticas foram implementadas, quais reformas foram conduzidas e de que forma essas decisões fizeram a diferença na vida de mais de 45 milhões de cidadãos. É também a oportunidade de reconhecer que nenhum avanço estrutural é possível sem a fundamental cooperação entre Executivo e Legislativo.

São Paulo avança na direção certa desde 2023 porque nosso governo, desde o primeiro dia de mandato, mantém uma relação institucional de cooperação responsável e harmoniosa com esta Assembleia Legislativa. Desde 2023, essa parceria viabilizou a aprovação de mais de 70 projetos de iniciativa do Executivo, entre elas a reforma administrativa e a modernização de estruturas de gestão, a histórica autorização de desestatização da Sabesp, a PEC da Saúde e, mais recentemente, a criação do SuperAção SP, a incorporação da FURP ao Instituto Butantan, as autorizações de financiamento para obras estratégicas de mobilidade, como a extensão da Linha 5-Lilás de metrô, a isenção de IPVA para motocicletas de até 180 cilindradas e a Lei Orçamentária Anual para 2026, com previsão de mais de R\$ 31,6 bilhões em investimentos.

Cada política pública bem-sucedida tem a Assembleia Legislativa como parceira. Cada entrega resulta do diálogo democrático e do compromisso coletivo com o interesse público. Essa cooperação institucional, baseada no respeito às competências constitucionais de cada Poder, foi determinante para que São Paulo pudesse avançar em agendas complexas, muitas vezes postergadas por anos, mas essenciais para fazer a diferença e transformar a vida de cada cidadão.



O Governo de São Paulo teve a coragem para fazer o impossível. Coragem para enfrentar problemas históricos, para destravar obras que já estavam desacreditadas, para reorganizar as contas públicas, para rever modelos que já não funcionavam e para tomar decisões que durante anos foram adiadas. Optamos pelo caminho mais difícil, mas também pelo único capaz de produzir mudanças permanentes. São Paulo substituiu o improviso pelo planejamento, a dispersão pela coordenação e a promessa pela entrega efetiva.

Fizemos isso sustentados pelos três pilares permanentes de nossa gestão: diálogo, desenvolvimento e dignidade. E com as diretrizes do plano São Paulo na Direção Certa, a gestão estadual avança sempre em busca de modernização administrativa, expansão de investimentos e melhoria do gasto público.

Com estabilidade institucional e responsabilidade fiscal, São Paulo inaugurou novo ciclo de crescimento. Desde 2023, nosso Estado atraiu R\$ 910 bilhões em investimentos privados, média superior a R\$ 850 milhões por dia, sendo R\$ 540 bilhões em novos empreendimentos empresariais e R\$ 370 bilhões em concessões estruturadas pelo PPI-SP.

Apenas em 2025, foram abertas 405 mil novas empresas, número mais alto da série histórica desde 1998. Entre janeiro e novembro do ano passado, São Paulo gerou 530 mil vagas formais de emprego, números que refletem a confiança do setor produtivo em um ambiente de regras claras, planejamento de longo prazo e segurança jurídica. Os resultados econômicos são reflexo de confiança no Governo do Estado e na nossa capacidade de oferecer políticas públicas inovadoras e que geram legado.

Na segurança pública, estruturamos um modelo baseado em inteligência, integração operacional e tecnologia contra o crime. Investimos R\$ 1,5 bilhão diretamente no combate ao crime e ampliamos significativamente o efetivo, com mais de 14,8 mil policiais já contratados, mais de 3,3 mil em formação e quase 8 mil vagas previstas em concursos.

Com o Muralha Paulista, já integramos 93 mil câmeras para conectar nossos municípios em um sistema unificado de monitoramento. Realizamos mais de 420 operações conjuntas com Ministério Público, GAECO e Polícia Federal, prendemos 550 mil suspeitos e retiramos mais de 640 toneladas de drogas de circulação, causando prejuízo estimado de R\$ 3 bilhões ao crime organizado. São Paulo registrou quedas históricas em homicídios, latrocínios e roubos, demonstrando que investimento contínuo, integração institucional e gestão profissional produzem resultados concretos na proteção da população.



Também enfrentamos, com firmeza e integração entre Estado e Prefeitura, um desafio urbano e social que por décadas simbolizou a incapacidade do poder público: a antiga Cracolândia, no centro da capital. Estruturamos ação coordenada de segurança, saúde e assistência social, combinando repressão ao tráfico e aos comércios ilegais com acolhimento e tratamento contínuo para dependentes químicos.

Implantamos o Hub de Cuidados e uma rede com 56 Casas Terapêuticas e 11 Espaços Prevenir, que realizaram mais de 43 mil atendimentos entre 2023 e 2025. Ao unir ordem pública com cuidado social e recuperar o território para a população, o Governo de São Paulo demonstrou, na prática, a coragem para fazer o impossível e transformar um problema histórico em política pública efetiva.

Na Habitação, a desmobilização definitiva da Favela do Moinho ilustra essa mudança de postura: enfrentar problemas complexos com planejamento técnico, diálogo social e execução responsável. Moradia digna não é apenas política social, mas garantia de segurança e tranquilidade para milhares de famílias.

Organizamos o Casa Paulista como política de Estado, integrando subsídios, parcerias com municípios, regularização fundiária e estímulo à produção habitacional. Esse esforço resultou na entrega de mais de 80 mil moradias, outras 104 mil em construção, mais de 147 mil imóveis regularizados e R\$ 8 bilhões investidos no maior programa habitacional da história de São Paulo.

Na saúde, a criação da Tabela SUS Paulista corrigiu distorções históricas de financiamento, destinando mais de R\$ 8,5 bilhões a 800 instituições, fortalecendo hospitais regionais e ampliando a capacidade de atendimento em todas as regiões.

Realizamos 3,5 milhões de cirurgias eletivas, reativamos 8 mil leitos, ampliamos a atenção primária e consolidamos a telemedicina. Ao mesmo tempo, o Instituto Butantan reafirmou o protagonismo científico do Estado e desenvolveu a vacina inédita contra a dengue, demonstrando que investimento público consistente também gera inovação e tecnologia própria em defesa da saúde da população.

Na educação, o ensino público está dando a nossos alunos oportunidades antes inimagináveis. Instituímos o Provão Paulista, que já garantiu 46 mil vagas nas universidades estaduais e está democratizando o acesso ao ensino superior. Com o Prontos Pro Mundo, que já levou 1 mil alunos da rede estadual para intercâmbios internacionais no ano passado e vai beneficiar outros 1 mil neste ano.

Expandimos o ensino técnico integrado ao médio, que hoje atende mais de 320 mil estudantes, e criamos o BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio), que beneficia 10 mil



alunos da rede pública com oportunidades em empresas. O programa Alfabetiza Juntos SP chegou aos 645 municípios paulistas e resultou em um recorde na alfabetização: três em cada quatro crianças já sabem ler aos sete anos.

Na proteção social, a política pública agora tem acompanhamento contínuo e construção de trajetórias de autonomia econômica. Criamos o SuperAção SP como programa inovador que reúne 29 políticas estaduais e combina ações de transferência de renda, capacitação profissional, acesso à educação, saúde e inclusão produtiva. O programa está mobilizando R\$ 1,5 bilhão em investimentos para acompanhar 105 mil famílias que vão romper o ciclo da pobreza.

De forma complementar, o Caminho da Capacitação, coordenado pelo Fundo Social, levou cursos itinerantes a mais de 160 municípios e qualificou mais de 7 mil pessoas em áreas como construção civil, serviços, gastronomia, tecnologia e empreendedorismo. A dignidade se constrói por meio de oportunidade, emprego e renda, fortalecendo a autonomia das famílias e promovendo inclusão social sustentável.

Nas políticas públicas para as mulheres, estruturamos o movimento SP Por Todas como estratégia integrada de proteção, saúde e autonomia econômica em todo o território paulista. O aplicativo SP Mulher Segura já é utilizado por mais de 42 mil mulheres, com quase 7 mil acionamentos de emergência e 1,6 mil boletins de ocorrência. Implantamos a Cabine Lilás, com atendimento especializado por policiais femininas, que já realizou em quase 19 mil atendimentos, além do monitoramento de agressores por tornozeleiras eletrônicas, que já resultou em mais de 110 prisões por descumprimento de medidas protetivas.

Também ampliamos de forma consistente a rede das Delegacias de Defesa da Mulher, que hoje conta com 170 Salas 24 horas e 142 delegacias, fortalecendo a capilaridade do atendimento especializado. Paralelamente, investimos R\$ 515 milhões em crédito produtivo, beneficiando mais de 20 mil negócios liderados por mulheres, e realizamos 9 milhões de exames preventivos e quase 1 milhão de consultas ginecológicas em 3 anos. Ao combinar o foco em ações de segurança, saúde e independência financeira, estamos ampliando a proteção e oferecendo mais dignidade às mulheres paulistas.

No campo, o agronegócio paulista cresce, gera empregos, movimenta a economia e passa por uma transformação histórica nos últimos três anos. Desde 2023, o Governo de São Paulo colocou as atividades rurais no centro das prioridades e estruturou uma política consistente para garantir segurança jurídica, ampliar crédito, aumentar a produtividade e abrir novas oportunidades para quem produz.



Um dos avanços mais simbólicos e aguardados há décadas é a regularização fundiária rural, realizada pela primeira vez na história do Estado. Em apenas 3 anos, a política agrária paulista já beneficiou cerca de 5 mil famílias assentadas, em uma área total de 200 mil hectares, com 90% dos títulos concedidos a pequenos e médios produtores. Também entregamos títulos fundiários a três importantes comunidades quilombolas estabelecidas em terras estaduais.

Em 2025, o agro paulista fechou o ano com superávit superior a US\$ 23 bilhões e respondeu por mais de 40% de tudo o que São Paulo exportou para o mundo. A potência produtiva também é sustentável: ultrapassamos a marca de 200 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs) validados, colocando metade das propriedades agrícolas em conformidade e posicionando São Paulo como referência nacional na implementação do Código Florestal. Nosso agro tem força e é referência nacional em eficiência, inovação e sustentabilidade.

No saneamento e meio ambiente, enfrentamos um dos passivos históricos mais sensíveis para a qualidade de vida da população, diretamente relacionado à saúde pública, à preservação ambiental e ao desenvolvimento urbano. A coragem para concluir a histórica desestatização da Sabesp representou uma decisão estratégica para ampliar a capacidade de investimento, acelerar metas e garantir eficiência operacional.

Em apenas um ano, foram R\$ 15 bilhões aplicados, permitindo levar água tratada a 2 milhões de pessoas e coleta e tratamento de esgoto a 3 milhões, além da ampliação da Tarifa Social Paulista, que hoje beneficia 6 milhões de cidadãos, assegurando acesso a serviço essencial com justiça tarifária. Paralelamente, programas ambientais estruturantes, como o Integra Tietê, avançaram na retirada de sedimentos, recuperação de margens, requalificação de bacias hidrográficas e prevenção de enchentes, demonstrando que desenvolvimento econômico e preservação ambiental podem e devem caminhar juntos.

Na infraestrutura e mobilidade, concentramos esforços em intervenções capazes de alterar de forma permanente a competitividade do Estado, reduzindo gargalos logísticos históricos, ampliando integração regional e encurtando distâncias entre polos produtivos. O programa SP Pra Toda Obra estruturou R\$ 30 bilhões em investimentos, contemplando 1,5 mil intervenções e 21 mil quilômetros de rodovias.

Retomamos e aceleramos obras que, por décadas, simbolizaram promessas não cumpridas e gargalos históricos. O Rodoanel Norte, iniciado em 2013 e interrompido há anos, está sendo concluído e já liga as rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias



com a inauguração do primeiro trecho de 24 km. Na mobilidade urbana, destravamos as obras da Linha 17-Ouro, que foi prometida para a Copa-2014 e será finalmente entregue nos primeiros meses de 2026. Nos trilhos, São Paulo vive a maior expansão da história do metrô, com R\$ 57 bilhões em investimentos e 50 km de novos segmentos. Há obras em andamento nas Linhas 6-Laranja – que terá o trecho entre Brasilândia e Perdizes em funcionamento ainda em 2026 –, 2-Verde, 4-Amarela, 15-Prata e 17-Ouro, além do aval para extensão da 5-Lilás.

Também estamos tirando do papel o Túnel Santos-Guarujá, reivindicação histórica da Baixada Santista aguardada há quase um século. O primeiro túnel imerso do Brasil vai transformar a mobilidade na Baixada Santista, reduzindo um trajeto que hoje pode levar quase uma hora para menos de cinco minutos. Com investimento de quase R\$ 7 bilhões, a obra vai gerar cerca de 9 mil empregos e marcar uma virada histórica na infraestrutura do Estado.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

O conjunto dessas ações evidencia que o Estado de São Paulo recuperou sua capacidade de planejar, investir e executar. Arrumamos a casa, fortalecemos as finanças públicas, modernizamos a gestão, ampliamos investimentos e transformamos projetos antigos em realizações concretas. Mais do que números, apresentamos resultados que chegam à ponta, que melhoram serviços, que reduzem desigualdades e que geram oportunidades.

Nada disso teria sido possível sem a parceria permanente com esta Assembleia Legislativa. Cada reforma aprovada, cada autorização concedida, cada marco legal construído em conjunto reforçou a governabilidade e garantiu segurança para que políticas públicas estruturantes saíssem do papel. Executivo e Legislativo, atuando com responsabilidade e espírito público, demonstraram que a cooperação institucional é o caminho mais seguro para promover desenvolvimento sustentável.

Ingressamos em 2026 com senso de urgência ainda maior. Este é o ano de concluir obras, consolidar programas, ampliar entregas e assegurar que os resultados alcançados se transformem em legado permanente para a população. Seguiremos governando com diálogo, desenvolvimento e dignidade, com responsabilidade fiscal, planejamento técnico e coragem para enfrentar o que por décadas permaneceu parado.

Consolidamos uma forma de governar baseada em método, previsibilidade e compromisso com resultados. Esse é o legado que buscamos construir: um Estado



eficiente, confiável e capaz de entregar à sociedade aquilo que promete. Com trabalho, parceria institucional e compromisso com as pessoas, São Paulo continuará avançando, com segurança e consistência, na direção certa.

Muito obrigado.

TARCÍSIO DE FREITAS

Governador do Estado de São Paulo



RELATÓRIO
DAS
ATIVIDADES
DA
ADMINISTRAÇÃO
ESTADUAL
EM
2025



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

**São Paulo
2026**



ÍNDICE

Casa Civil	4
Casa Militar e Defesa Civil	38
Controladoria Geral do Estado	56
Procuradoria Geral do Estado	79
Secretaria da Administração Penitenciária	98
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	125
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	143
Secretaria de Comunicação	174
Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas	180
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	200
Secretaria de Desenvolvimento Social	217
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	242
Secretaria da Educação	253
Secretaria de Esportes	277
Secretaria da Fazenda e Planejamento	309
Secretaria de Gestão e Governo Digital	332
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	367
Secretaria da Justiça e Cidadania	378
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	406
Secretaria de Parcerias em Investimentos	448
Secretaria de Políticas para a Mulher	484
Secretaria da Saúde	490
Secretaria da Segurança Pública	538
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	558
Secretaria de Turismo e Viagens	583
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	603



CASA CIVIL

A Casa Civil é a Secretaria responsável por assessorar diretamente o governador de São Paulo no desempenho de suas atribuições, exercendo papel estratégico no Governo do Estado como órgão central de coordenação, integração e articulação das ações governamentais. Sua estrutura organizacional é estabelecida por meio do Decreto nº 70.049, de 5 de novembro de 2025. No âmbito de seu campo funcional, destacam-se atribuições como a análise de mérito, oportunidade e compatibilidade das propostas com as diretrizes da gestão; a coordenação e o acompanhamento das atividades dos órgãos e entidades estaduais; a formulação e avaliação de projetos e políticas públicas; a verificação prévia da conformidade dos atos de governo; e a condução das políticas e ações de cunho internacional, além das matérias relacionadas a honorificências. Adicionalmente, a pasta acompanha a tramitação das proposições e o processo legislativo estadual, competindo-lhe, ainda, articular, controlar e coordenar as ações essenciais à execução do Plano de Governo. A Casa Civil busca, portanto, assegurar a coerência e o alinhamento das iniciativas prioritárias, ao tempo que promove uma avaliação contínua das ações, programas e projetos considerados fundamentais para o desenvolvimento do Estado, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população paulista. **CHEFIA DE GABINETE:** A descrição a seguir refere-se às competências e à estrutura organizacional vigentes no período de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2025. A partir de 1º de dezembro, com a publicação do Decreto nº 70.049/2025 e da Resolução CC nº 12/2025, a Casa Civil teve sua estrutura organizacional redefinida. Durante o referido período (estrutura anterior), a Chefia de Gabinete desempenhou funções estratégicas na coordenação, supervisão e suporte administrativo das atividades da Casa Civil e, quando aplicável, do Fundo Social São Paulo e das unidades do Gabinete do Governador. Sua atuação buscou assegurar eficiência e integração entre as unidades da Pasta e os órgãos e entidades externas com quem se relaciona. Subordinavam-se à Chefia de Gabinete: 1. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo; 2. Departamento de Administração; 3. Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa; 4. Departamento de Infraestrutura; 5. Departamento de Recursos Humanos; 6. Grupo de Relacionamento com a Sociedade; 7. Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; 8. Grupo de Tecnologia da Informação. A Chefia de Gabinete realizou em 2025 as seguintes atividades: Editou atos decisórios relacionados à gestão de pessoas, ao suporte material dos Palácios do Governo, Gabinete do Governador e Ala Residencial e à contratação de serviços essenciais à Pasta e às unidades que atende; Aprimorou os processos de gestão de informações e do acervo documental da Casa Civil, como a implementação do sistema digital de concessão de diárias a servidores da Pasta e o painel integrado de dados produzidos pelas unidades subordinadas; Analisou e aprovou o Plano Anual de Contratações do exercício de 2026 da UGE do Gabinete do Secretário, alinhando metas operacionais com a estratégia institucional; Coordenou e encaminhou demandas recebidas das lideranças da Pasta; Discutiu e elaborou relatórios detalhados, relacionados à reestruturação e ao planejamento estratégico da Casa Civil; Implementou projeto para mapear e otimizar os processos organizacionais da Chefia de Gabinete e suas diretorias, visando à eficiência operacional, governança e melhoria dos serviços, com estratégias e plano de ação alinhados ao planejamento estratégico da Casa Civil; Realizou iniciativas voltadas à integridade e ética na Administração Pública: campanhas com ampla divulgação interna para conscientização dos agentes públicos, incluindo a prevenção e combate ao assédio sexual e a divulgação das Diretrizes do Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo, executada em quatro etapas; Acompanhou os pedidos de afastamento de servidores. Durante o exercício de 2025 foram aprovados 1528 afastamentos de servidores estaduais. Desses, 1211 com movimentação dentro da



administração direta, e 317 afastados para outros órgãos; Consolidou e publicou, no Portal da Transparência Estadual, os dados de diárias e passagens aéreas da Casa Civil e do Fundo Social São Paulo; Geriu e controlou a alocação de recursos e a prestação de contas de verbas de representação do Governador no Brasil e no exterior; Declarou mensalmente, à Polícia Federal, os Mapas de Controle de produtos químicos controlados adquiridos e utilizados pela Casa Civil na manutenção e restauração de obras de arte do acervo dos Palácios do Governo; Estruturou o programa de capacitação de servidores das unidades subordinadas, relativo ao exercício de 2026, voltado ao fortalecimento técnico das equipes e ao aprimoramento da execução das atividades institucionais; e Realizou ações voltadas à qualificação e à motivação dos servidores, a saber: Promoção de cursos, treinamentos e workshops voltados à qualificação técnica dos servidores que atuam nas áreas de licitação, gestão e fiscalização de contratos e rotinas processuais, assegurando que estejam plenamente capacitados para lidar com as novas exigências legais e com práticas inovadoras; Ciclos de palestras de alinhamento e motivação destinados aos servidores de toda a Secretaria, fortalecendo a integração e o engajamento institucional. *CURADORIA DO ACERVO ARTÍSTICO-CULTURAL DOS PALÁCIOS DO GOVERNO*: Tem como atribuição, pelo Decreto nº 58.007/2012, a catalogação e divulgação do acervo artístico-cultural dos palácios governamentais, da Administração Direta, Indireta e Fundacional, exceto dos Museus e das Universidades (Programa Patrimônio em Rede – inativo desde 2019). Atualmente estão catalogadas 5.121 peças (entre históricas e artísticas). O Acervo também cataloga, guarda e preserva os presentes oficiais recebidos pelos Governadores do Estado (Honrarias) - que conta atualmente com 186 peças catalogadas –, bem como da biblioteca dos Governadores, em que estão catalogadas 738 publicações. O Acervo é responsável pela preservação e extroversão das coleções de arte abrigadas nos Palácios dos Bandeirantes (São Paulo) e Palácio Boa Vista (Campos do Jordão), bem como realizar pesquisas históricas, visuais e de procedência, além da autenticidade das obras que compõem a coleção, visando divulgá-las e promovê-las. Além disso, representa a Casa Civil no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Governo do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), participando de reuniões quinzenais e dando pareceres aos processos atribuídos. Com o objetivo de reforçar as funções socioeducativa e museológica dos Palácios, ao longo de 2025 foram realizadas ações de pesquisa, catalogação, conservação preventiva, restauro e difusão de suas obras. Em 2025, o Acervo dos Palácios: realizou 1 exposição temporária no Salão dos Pratos; reformulou a exposição de longa duração no Hall Nobre e áreas de circulação do Palácio dos Bandeirantes; coordenou e deu apoio técnico para 5 exposições externas de instituições parceiras realizadas no Palácio dos Bandeirantes; realizou 2 exposições temporárias no Palácio Boa Vista. Coordenou empréstimo de 08 obras do Acervo para 2 exposições temporárias em museus e instituições externas. Além disso, o Acervo realizou 6 exposições virtuais. O Acervo é responsável por coordenar e realizar atendimento educativo para visitação pública às dependências dos Palácios do Governo. Em 2025 foram atendidos em visitas educativas 4.351 pessoas no Palácio dos Bandeirantes, e no Palácio Boa Vista, 56.121 pessoas (dados até 03/12/2025). Em relação à preservação do Acervo foram realizadas 307 vistorias técnicas, 152 procedimentos de restauração, conservação preventiva de 31 itens e elaboração de 245 laudos técnicos, realizados no Laboratório de Restauro do Acervo dos Palácios, além de 45 acompanhamentos técnicos. Até a data de 5 de dezembro de 2025, foram realizadas a movimentação e instalação de aproximadamente 980 obras de arte e mobiliário histórico em gabinetes, áreas de circulação e áreas de eventos no Palácio dos Bandeirantes. *Exposições internas* - Palácio dos Bandeirantes: “São Paulo – Paris: a descoberta de Tarsila do Amaral” (nov. 2025 – jan. 2026); “O Feminino no Café: 1870-1930” (abr. 2025); “Concurso de projetos para o Centro Administrativo do Estado de São Paulo” (jun. – jul. 2025); “SuperAção” (maio – set. 2025); “Novo



Centro Administrativo do Governo do Estado de São Paulo” (maquete); Presépio Napolitano do Museu de Arte Sacra (nov. 2025 – jan. 2026). Palácio Boa Vista: “Stefania Bril em Campos do Jordão: fotografia e pertencimento” (jun. – out. 2025); “Floresta de Retratos – Marcio Scavone” (out. 2025 – fev. 2026). Exposições externas: 6 obras de Tarsila do Amaral foram emprestadas para Museu de Luxemburgo em Paris para a exposição retrospectiva “Tarsila do Amaral - Peindre le Brésil moderne” (09 out. 2024 - 02 fev. 2025). Depois, a mostra foi exibida no museu Guggenheim em Bilbao na Espanha (21 fev. 2025 - 01 jun. 2025); 2 obras na Pinacoteca do Estado e São Paulo, exposição “Caipiras: das derrubadas à saudade” (23 nov. 2024 - 13 abr. 2025). Exposições Online: <https://www.acervo.sp.gov.br/Home/Exposicoes> “Gershon Knispel”; “Louçaria”; “Centenário da Exposição Internacional de Artes Decorativas”; “Série Direitos Humanos”; “Exposição São Paulo – Paris: a descoberta de Tarsila do Amaral”; “Exposição Maria Bonomi – 90 anos”. Atividade Extroversão do Acervo – via website: Disponibilização do banco de dados ao público no site do acervo, via plataforma Sistema TAINACAN: <https://www.acervo.sp.gov.br/Home/Acervo>. Tratativas para exposições do Acervo em instituições externas em 026: TCU - Brasília; Memorial da América Latina - SP; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Mostra “The Autonomous Gaze” com itinerância para 4 museus europeus entre 2026-2028; Mostra “Along the color line” no Museum Ludwig em Colônia na Alemanha, entre 2026-2027. Centro de Preservação e Controle do Acervo: Vistorias técnicas: 307; procedimentos de restauração em obras de arte: 152; Conservação preventiva: 31; Acompanhamentos técnicos: 45; Laudos técnicos: 245; Relatórios técnicos e visitas técnicas que fazem parte de solicitações; Movimentações de obras de arte: 980 obras de arte e mobiliário histórico em gabinetes, áreas de circulação e áreas de eventos no Palácio dos Bandeirantes. A restauradora do Acervo realizou diversas atividades de cunho científico e especialização. As bibliotecárias do Acervo reorganizaram parte da biblioteca histórica do Palácio Boa Vista em Campos do Jordão entre 24 e 28 novembro e 8 de dezembro. O Acervo realizou um acordo de cooperação científico-acadêmica com o Instituto de Física da USP para realização de análises físicas das 16 obras de arte de Tarsila do Amaral. Essa atividade envolveu a equipe de preservação e restauro, curadoria e comunicação do acervo. O Acervo foi responsável pela coordenação do restauro e instalação de 38 lustres e 63 peças de mobiliário histórico para nova decoração do Palácio dos Campos Elíseos. Ações Educativo-Culturais: Total de visitantes atendidos até 03/12/2025: Palácio dos Bandeirantes: 4.351; Palácio Boa Vista: 56.121. Atividades desenvolvidas: Produção de materiais educativos: Livro de colorir para crianças “Acervo Cores”; Projetos de educação patrimonial e formação: “Encontros com a Arte” – aulas presenciais de História Geral da Arte para treinamento de novos servidores do Acervo em 2025; Visitas especiais e parcerias institucionais: “CCI visita o Palácio” – visitas lúdicas e oficinas criativas com os filhos dos funcionários do Palácio dos Bandeirantes, de 4 a 6 anos, que frequentam o Centro de Convivência Infantil; Participação na programação dos eventos “Semana de Museus” e “Primavera dos Museus” do IBRAM e na “Jornada do Patrimônio” da Prefeitura de São Paulo; Programa da Prefeitura de São Paulo - “Recreio nas Férias”; Defesa Civil de municípios do Estado de São Paulo - “Agentes Multiplicadores”; Câmaras Municipais de municípios do Estado de São Paulo - “Parlamento Jovem”; Atividades Paralelas às Exposições: Atividade Educativa sobre Stephania Bril no Palácio Boa Vista; Material Educativo sobre Tarsila do Amaral, disponível no site do Acervo e entregue às escolas no Palácio dos Bandeirantes; Oficina “Tarsila em Bordado”, ministrada para servidores do Palácio dos Bandeirantes. Documentação: Inventário dos objetos artísticos e históricos pertencentes ao Acervo dos Palácios, localizados no Palácio Boa Vista e no Palácio dos Bandeirantes; Aprimoramento do sistema de controle e catalogação interno do Acervo dos Palácios – Tainacan; Inclusão de obras não cadastradas; atualização cadastral; implementação de novos campos de controle e mapeamento das peças; inserção de base de dados de processos históricos e



acervo documental; Da biblioteca do acervo, estão catalogados um total de 4.797 volumes (até 5 dez. 2025). No Palácio dos Bandeirantes há 3.300 volumes, e, no Palácio Boa Vista, 1.497; Regularização cadastral dos itens do Acervo junto ao departamento de patrimônio da Casa Civil – 393 objetos; Projeto "A história do Acervo em processo" (Iniciado em 2022, o processo levanta informações e documentos relativos à história do Acervo, dando tratativa adequada aos materiais), com a implementação de base de dados de consulta dos processos históricos - SEI/SPDOC/Tainacan (Processos e documentos históricos digitalizados e cadastrados); classificação e indexação do acervo documental para pesquisa; pesquisa e triagem de documentos e processos. Comunicação e eventos: Presença Digital: Instagram (7.262 seguidores e 364.745 visualizações nos últimos 90 dias), Youtube (1.515 visualizações), Facebook (1.622 seguidores), Site (83.522 visitas); Desenvolvimento da identidade visual, esqueleto e conteúdo do novo site; Projeto "Acervo 40 Anos" - comemoração durante todo o ano nas redes sociais com curiosidades e fatos históricos sobre o aniversário de criação do Acervo; Posts de divulgação em parceria com as redes da Secretaria da Casa Civil e Secretarias de Governo, além de perfis institucionais; Apoio à SECOM e Assessoria de Imprensa da Casa Civil no atendimento à imprensa; participação do XVII Encontro Brasileiro de Palácios, Casa-Museus e Casas Históricas (parceria e realização com Casa Museu Ema Klabin, Museu Casa de Portinari e Museu Mariano Procópio). Projetos especiais e assessoria à curadoria: Tratativas para recebimento de obras de arte em doação ao Acervo por parte de 6 artistas: Marcos Duprat, Judith Lauand, Helô Sanvoy, Aislan Pankraru, Daniele Noronha, David Almeida. **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:** Considerando as atribuições da área, que incluem o planejamento, gerenciamento, coordenação, acompanhamento e execução das atividades relacionadas à administração financeira e orçamentária, suprimentos (abrangendo patrimônio, almoxarifado, compras e contratos) e transportes, destacam-se as responsabilidades específicas da área para o exercício em questão: Controle de Passagens Aéreas: a área foi responsável pelo controle da emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais da Casa Civil. No presente exercício, foram emitidas 376 passagens nacionais e 37 internacionais. Este controle manteve-se rigoroso, garantindo o correto registro e conformidade das despesas. Todas as passagens concedidas foram devidamente registradas no Portal "Transparência SP"; Gestão de Diárias: a área também controlou as solicitações de diárias, abrangendo a elaboração de planilhas e a execução dos pagamentos, com base nos relatórios de viagens emitidos pelo Sistema de Diárias SP (<http://diarias.sp.gov.br/>). Esse sistema foi utilizado pelos servidores da Casa Civil que participam de eventos em outras cidades e estados. Também coube à área disponibilizar as informações sobre as diárias no Portal "Transparência SP". No período analisado, foram registradas 2.599 diárias; Suporte aos Servidores: a área prestou suporte contínuo aos servidores da Casa Civil quanto ao correto funcionamento e à adequada utilização dos sistemas mencionados, como parte das suas funções de apoio e orientação técnica; Verba de Representação do Secretário-Chefe da Casa Civil: as atividades relacionadas envolveram, dentre outras, a subsistência do Gabinete do Secretário-Chefe, bem como as prestações de contas ao TCE — com conciliação bancária, balancetes, relatórios de Controle Interno e outros pressupostos exigíveis; Controle e Remessa de Informações: a área realizou o controle das informações sobre licitações, contratos e suas execuções contratuais, sendo responsável pela remessa eletrônica obrigatória desses dados para os sistemas do Tribunal de Contas, como Audesp, e-TCESP, SCT (Sistema de Consolidação de Informações) e SisCOE (Sistema de Contas Estaduais). Além disso, a área remeteu informações ao sistema e-Sanções da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), vinculada à Secretaria da Fazenda; e Acompanhamento do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações), gerenciando e monitorando os processos, bem como inserindo os despachos necessários para assegurar o andamento adequado das tramitações. *Centro de Suprimentos e Apoio à Gestão de*



Contratos: Compras e Contratações/ Almoxarifado e Patrimônio - Núcleo de Compras e Contratações: Realização de licitações nas modalidades: Pregão eletrônico (30), Dispensa de Licitação com Disputa (32), Dispensa de Licitação sem Disputa (14) e Inexigibilidade de Licitação (9); Contratos formalizados (42), Reajustes e Repactuações (31), Prorrogações Contratuais (20); Publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (142); Publicações no Diário Oficial de Estado (30) e jornais de grande circulação (30). *Núcleo de Almoxarifado:* Recebimento, conferência, estocagem e distribuição de materiais para as unidades das Pastas (Casa Civil, Secretaria de Governo e Relações Institucionais e seus Anexos); Controle de entrada e saída de materiais em estoque; Utilização do Sistema de Estoques – SAM (Sistema para gestão dos materiais consumíveis e dos permanentes); Emissão de atestado de capacidade técnica para fornecedores de materiais e serviços (6); Elaboração de plano de contratações de compras anuais de materiais de consumo (11); Elaboração de pesquisas de preços, documento de formalização de demandas-DFD, estudo técnico preliminar - ETP, mapa de riscos e termo de referência (75); Abertura de processos de aquisição de materiais de consumo para atender a demanda de consumo das unidades da Secretaria; Recebimento, armazenagem, controle e distribuição dos materiais de consumo adquiridos no âmbito da Casa Civil e Secretaria de Governo e Relações Institucionais: entrada de materiais no sistema de controle de Administração de Materiais- SAM-ESTOQUE, com emissão de Nota de Recebimento; atendimento de requisições de materiais de consumo das unidades da Secretaria; emissão de Nota de Fornecimento de materiais no sistema SAM-ESTOQUE, referente a material de Consumo e bens Permanentes fornecidos para as unidades solicitantes; doação de materiais diversos inservíveis e em desuso para o Fundo Social - FUSSP; realização de balancetes mensais e baixas de materiais de consumo no SIAFEM; realização de inventários físicos periódicos, conciliando os registros contábeis do SIAFEM com os saldos físicos de estoque, registrados no sistema de Administração de Materiais - SAM-ESTOQUE; armazenagem e controle periódico do estoque de materiais de consumo, verificando o estado de conservação e a validade; cadastro e controle de perfis de acesso ao Sistema de Estoques – SAM (Sistema para gestão dos materiais consumíveis e dos permanentes), que, em 2025, contou com 40 usuários da Casa Civil e 12 usuários da Secretaria de Governo e Relações Institucionais. *Núcleo de Patrimônio:* Elaboração do inventário anual; Implantação do novo sistema de chapeamento de bens móveis com utilização de QRCode; Arrolamento de bens móveis junto ao Centro de Material Excedente - CMEX do Fundo Social de São Paulo – FUSSP (12); Levantamentos de Bens Móveis (34.527); Bens móveis auditados – 14.617; Lançamentos e alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM (237); Entrega de sucatas diversas no Depósito do Centro de Material Excedente - CMEX - Decreto 27.041/1987 (12); Transferência de bens móveis recebidos do Fundo Social de São Paulo - FUSSP (3); Recebimento de doações de bens móveis e serviços (1). *Centro de Orçamento e Finanças:* Controle e acompanhamento da execução orçamentária e financeira das Unidades de Despesas da Casa Civil – Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Gabinete do Secretário-Chefe, Departamento de Administração, Departamento de Infraestrutura, Fundo Especial de Despesa do Departamento de Infraestrutura; Emissão de diversos documentos como: reservas orçamentárias (988); notas de empenho (950); notas de empenhos de diárias (1759); guias de recolhimento (171); notas de liquidação (7757); notas de crédito (239); Ficha de Integração SIAFEM – Código Único (237); DIRF/2025/Calendário 2024; ordens bancárias (3.552); programações e pedidos de desembolsos (3.481); EFD-REINF-INSS (Retenções Imposto Pessoa Jurídica); EFD-REINF-IRRF (Retenções Imposto Pessoa Física; Alterações orçamentárias, como: antecipações de quota, liberações de dotações, créditos suplementares, reprogramação entre elementos e liberação de dotação contingenciada; Assessoria Orçamentária e Financeira ao Fundo Social do Estado de São



Paulo - FUSSP; Assessoria Financeira à Casa Militar; Elaboração de Proposta Orçamentária para o Exercício de 2025; Atendimento de responsáveis por processos de prestações de contas de adiantamentos; Relatórios de Pagamentos através de UG Gestão; Empenhos de despesas executadas pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, relativas ao exercício de 2025; Pedido de liberação financeira junto à Secretaria da Fazenda; Relação de Ordens Bancárias Externas – RE (578) e Relação de Ordens Bancárias IntraSiafem - RT (141). Centro de Transportes: Coordenação, controle, planejamento e fiscalização da gestão da frota de veículos oficiais no âmbito da Casa Civil e unidades vinculadas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados – SATIM; Frota própria: 21 veículos (incluindo Casa Militar e Fundo Social de São Paulo – FUSSP); Locação de veículos: 40 veículos; Gestão e operacionalização do Sistema de Administração da Frota; Gestão dos contratos de serviço de locação de 3 ônibus reservados, cada um com capacidade para 44 lugares. O serviço atendeu, em média, 42 servidores por dia/ônibus, garantindo o suporte logístico necessário às atividades dos servidores lotados no Palácio dos Bandeirantes; Outros serviços: atendimento a usuários; Administração da Frota (Mapas de Consumo e Quilometragem; Mapas de Abastecimento, Demonstrativo Mensal de Consumo) e monitoramento de toda a frota. *DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA* - Apoio à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA: O Departamento realizou, em cooperação técnica com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, higienização e reparos de conservação preventiva de 1.029 volumes de processos da Casa Civil e Secretaria de Comunicação (1995-2015); efetuou o cadastro de 1.029 processos da Casa Civil; executou a migração, descrição e acondicionamento de 2.644 mídias digitais, juntadas aos volumes de processos; realizou higienização e reparos de conservação preventiva de 748 processos referentes à Lei de Guerra (1976-1996); cadastrou 1.439 processos de Lei de Guerra. Realizou higienização e reparos de conservação preventiva de 691 processos referentes à Revolução de 32 (1998-2004); executou higienização e reparos de conservação preventiva de 12.681 processos da Assessoria Técnico-Legislativa-ATL (1991-2008); cadastrou 11.558 processos da CC-ATL (1991-2008); cadastrou e avaliou 15.358 processos da CC-ATL; realizou a higienização e descrição de 400 volumes (encadernados/808 caixas) referentes à Assessoria Jurídica do Governo e Consultoria Jurídica; higienizou, desmetalizou e acondicionou 92.160 documentos diversos da Casa Civil (576 caixas-arquivo). Formalizou, em apoio à CADA, a transferência de 1.029 volumes de processos da Casa Civil e Secom (1995-2015) (631 caixas) e 2.644 mídias para o Arquivo Público do Estado; formalizou a transferência de 11.558 processos da Assessoria Técnico-Legislativa (1991-2008) (913 caixas); formalizou a transferência de 1.552 volumes de processos da Casa Civil/Secom (1995-2015) (631 caixas); formalizou a publicação de 3 Editais de Eliminação de Documentos: 24.031 documentos da Secretaria de Governo prontos para eliminação e 14.000 documentos da Casa Civil prontos para eliminação. Formalizou o recolhimento de 400 volumes (encadernados/808 caixas) referentes à Assessoria Jurídica do Governo e Consultoria Jurídica. Centro de protocolo e expedição: Foram protocolados, recebidos, registrados e distribuídos 6.179 documentos, abrangendo processos físicos e digitais destinados às diversas unidades da Pasta. Esse volume refletiu a continuidade e a regularidade do fluxo documental institucional, assegurando a adequada tramitação e o atendimento às exigências administrativas. Além disso, foram executados 1.831 serviços complementares abrangendo atendimentos telefônicos, atendimento de guichê, suporte a processos administrativos, cadastro de documentos e cadastro de usuários. Expedição: Processou 2.745 correspondências, abrangendo o recebimento, a distribuição interna e a expedição aos destinatários competentes; Movimentou 840 malotes, assegurando a circulação segura e organizada de documentos e materiais entre unidades internas e órgãos externos; Registrou 1.350



documentos recebidos e posteriormente expedidos; Realizou 525 atendimentos de apoio logístico, por meio de carros e motoboys, destinados ao transporte de documentos, processos e materiais entre as unidades; Recebeu e distribuiu 70 jornais, assegurando a atualização de setores que demandam acompanhamento diário de publicações; Recebeu 5.400 encomendas destinadas a diferentes setores da Secretaria. Arquivo: Registrou 2.298 documentos recebidos, abrangendo processos, correspondências e demais materiais encaminhados às unidades competentes; expediu 1.427 documentos para diversas unidades e órgãos; arquivou 731 documentos, conforme critérios estabelecidos pela tramitação processual e pelas normas de gestão documental aplicáveis. Atendimentos relativos ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI: Compilação de dados para migração do Sistema SEI; 1300 solicitações de permissionamentos; 86 solicitações de cadastro inicial; 102 solicitações para correção de processos; 325 atendimentos de apoio ao usuário.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA: Compete ao Departamento de Infraestrutura (DIE) planejar, gerenciar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas à conservação e manutenção dos edifícios, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, abrangendo os Palácios do Governo — Palácio dos Bandeirantes, situado na Capital, e Palácio Boa Vista, localizado em Campos do Jordão, o Gabinete do Governador, a Residência Oficial do Governador e a Secretaria de Governo. Cabe, ainda, ao Departamento assegurar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados, bem como zelar pelo adequado atendimento ao público. A missão do Departamento consiste em gerir os recursos de suprimentos e infraestrutura, assegurando a prestação de serviços com eficiência, qualidade e conformidade às diretrizes estratégicas do Governo e às necessidades dos usuários, promovendo simultaneamente, a utilização racional e sustentável desses recursos. Atividades executadas pelo Departamento de Infraestrutura (DIE) no exercício de 2025: Elaborou procedimentos licitatórios, com destaque para aqueles destinados à contratação de serviços de manutenção predial nos Palácios do Governo; manutenção dos sistemas de climatização do Palácio dos Bandeirantes; aquisição de 128 (cento e vinte e oito) unidades de baterias para atendimento ao sistema Nobreak do Palácio dos Bandeirantes; manutenção das câmaras refrigeradas, aquisição de bebidas não alcoólicas, materiais de limpeza e descartáveis para atendimento dos Palácios do Governo, serviços de higienização e substituição de componentes básicos dos filtros de água do Palácio dos Bandeirantes, entre outros; Geriu e fiscalizou contratos relativos à prestação de serviços terceirizados nos Palácios do Governo — Palácio dos Bandeirantes e Palácio Boa Vista; Planejou, organizou e preparou os ambientes destinados à realização de eventos e reuniões, assegurando a disponibilização de todo o suporte necessário, com ênfase nas infraestruturas elétrica e civil; Geriu e promoveu a governança das hospedagens oficiais realizadas no Palácio Boa Vista, localizado em Campos do Jordão, assegurando a conformidade com os protocolos institucionais e a adequada utilização das instalações; Desenvolveu e elaborou layouts destinados à adequação de salas e demais espaços físicos integrantes do complexo do Palácio dos Bandeirantes, visando à otimização funcional, conformidade com padrões institucionais e eficiência na utilização dos ambientes, de acordo com as normas técnicas vigentes; Elaborou relatórios técnicos referentes aos serviços executados na manutenção predial dos Palácios do Governo, contemplando descrição das atividades realizadas, conformidade com as especificações contratuais, avaliação de desempenho e registro das ocorrências relevantes; Realizou análises de conformidade legal dos processos em tramitação no Departamento, assegurando a observância das normas jurídicas e regulamentares aplicáveis, a mitigação de riscos e a adequação dos procedimentos às diretrizes institucionais; Análise, orientação e adoção das providências cabíveis em relação aos expedientes externos de consulta e às eventuais petições, garantindo resposta tempestiva, alinhamento às normas legais e regulamentares e suporte adequado aos processos administrativos; Monitorou e acompanhou os contratos vinculados ao



Departamento, com foco nas questões orçamentárias e financeiras, por meio da utilização dos sistemas SIAFEM, SIAFISICO e SIGEO, assegurando a conformidade com as normas vigentes, a correta execução orçamentária e a transparência nos registros e controles; Geriu e promoveu a governança da ala residencial, assegurando a adequada manutenção das instalações; Planejou, organizou e executou treinamentos voltados à capacitação de brigadistas, com foco na prevenção e combate a incêndios, atendimento a emergências e cumprimento das normas de segurança vigentes, garantindo a preparação adequada das equipes para atuação em cenários críticos; Geriu e promoveu a governança dos jardins do Palácio dos Bandeirantes, compreendendo a execução de serviços de limpeza dos canteiros, manutenção do solo, atividades paisagísticas, reposição de mudas e fornecimento de plantas ornamentais para os diversos espaços físicos do complexo, garantindo a preservação estética e funcional das áreas verdes em conformidade com os padrões institucionais.

Centro de Apoio Logístico: Compete ao Centro de Apoio Logístico (CAL), além de outras atribuições atinentes, a execução dos serviços técnicos relativos à manutenção dos Palácios do Governo, gestão e fiscalização dos contratos relativos à manutenção de equipamentos, organização do sistema de operação dos elevadores, dentre outros. A missão do Centro de Apoio Logístico (CAL) é a gestão e fiscalização dos contratos terceirizados de limpeza, jardinagem, coleta de lixo orgânico, controle de vetores todos relativos ao Palácio dos Bandeirantes, como também a gestão e fiscalização do contrato de portaria e recepção dos Palácios do Governo. As principais atividades executadas pelo Centro de Apoio Logístico (CAL), no exercício de 2025 foram: aquisição de 128 (cento e vinte e oito) unidades de baterias para substituição das baterias vencidas da sala do Nobreak da Subestação II do Palácio dos Bandeirantes, assinaturas de periódicos, contratação de serviços de portaria, dentre outros.

Centro de Aprovisionamento - Núcleo de Zeladoria: Redigiu e encaminhou documentos através do sistema SEI, relativos a solicitações e informações de processos e vida funcional dos servidores do Centro de Apoio Logístico; Elaborou ofícios, informações e atestados; Elaborou processos para renovações das assinaturas de periódicos em formatos físicos; Controlou e distribuiu material de higiene para abastecimento dos sanitários das áreas internas e externas do Palácio dos Bandeirantes; Controlou o acesso e realizou a conservação do restaurante Funcional; Controlou o acesso e realizou a conservação da Academia; Geriu e fiscalizou os contratos de prestação de serviços de limpeza e prestação de serviços de coleta de lixo orgânico.

Núcleo de Atendimento ao Público: Redigiu e encaminhou documentos pelo sistema SEI e controlou a frequência de efetivo; elaborou ofícios, informações e atestados; confeccionou e instalou placas de identificação; realizou 28.000 cadastros de entrada e saída de visitantes e funcionários; acompanhou os visitantes até o destino pretendido dentro do Palácio dos Bandeirantes; distribuiu periódicos; e guardou e controlou as chaves das diversas unidades do Palácio dos Bandeirantes.

Núcleo de Serviços Gerais: Realizou montagem e desmontagem de eventos e reuniões, bem como mudanças de layout de salas.

Núcleo de Paisagismo - Realizou, periodicamente, as atividades de: Gestão e fiscalização do contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação dos Jardins do Palácio dos Bandeirantes; Acompanhamento dos serviços de limpeza dos galhos, folhas de árvores, arbustos e demais canteiros, inclusive poda de arbustos; Controle fitossanitário e manutenção e tratamento do solo (adubação química e orgânica); Corte dos gramados em área talude e plana; Corte e manutenção de forrageiros; Combate as formigas e cupins; Reposição com Mudas; Reposição de terra nos canteiros, vasos e jardineiras; Limpeza de palmeiras (altura superior a 7 metros); Manutenção e fornecimentos de plantas ornamentais; Orientação preventiva de controle e combate ao mosquito *Aedes Aegypti* – Mosquito da Dengue e outros (colocação de areia em vasos); Manutenção e conservação da horta do Centro de Convivência Infantil (CCI); Realização de trabalhos paisagísticos para ornamentação em canteiros de flores; Fixação de orquídeas nas árvores do Palácio dos Bandeirantes; Armazenamento



dos resíduos verdes para descarte em locais legalizados, com destinação ambiental correta. Núcleo de Apoio à Recepções: Gerenciamento e fiscalização do contrato da empresa terceirizada responsável pelos serviços de copeiragem, garantindo a conformidade com as cláusulas contratuais e padrões de qualidade estabelecidos. Planejamento e distribuição dos profissionais terceirizados entre os postos de serviço, conforme a demanda operacional, assegurando a cobertura adequada das áreas atendidas; Monitoramento do abastecimento de materiais nas copas, verificando níveis de estoque, realizando solicitações de reposição e adotando medidas preventivas para evitar desabastecimento, de forma a manter a continuidade e eficiência dos serviços; Realização do monitoramento e o controle físico e financeiro dos insumos destinados às copas, garantindo a conformidade com os parâmetros estabelecidos no contrato. Utilização de mecanismos de acompanhamento assegurando o uso racional dos materiais, prevenindo desperdícios e promovendo práticas sustentáveis; Integração ao planejamento dos eventos oficiais, atuando de forma coordenada com as áreas responsáveis, identificando previamente a necessidade de apoio operacional por parte de garçons e copeiros, garantindo a alocação adequada desses profissionais conforme a demanda do evento. Organização e disponibilidade dos materiais indispensáveis para a execução dos serviços, visando à eficiência, qualidade e conformidade com os padrões institucionais; Oferecer suporte às atividades realizadas no Palácio Boa Vista, coordenando de forma integrada o trabalho dos cozinheiros, garçons e copeiras, assegurando a adequada distribuição das tarefas e a conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos; Realização do acompanhamento técnico-nutricional nos eventos institucionais, assegurando a conformidade dos cardápios e preparações com as diretrizes nutricionais e sanitárias estabelecidas. Monitoramento de todas as etapas de produção e distribuição dos alimentos executados por empresas terceirizadas, garantindo padrões de qualidade, segurança alimentar e atendimento às especificações contratuais; Elaboração de relatórios técnicos destinados ao controle de qualidade, contemplando a análise dos indicadores de desempenho e a conformidade com os padrões estabelecidos. Avaliação dos processos produtivos, identificando oportunidades de melhoria e assegurando a eficiência operacional. Núcleo de Suporte à Residência: Planejamento e execução das aquisições de alimentos e insumos necessários às atividades institucionais, observando as diretrizes contratuais e os padrões de qualidade estabelecidos. Realização de pesquisa de mercado e comparação de preços, garantindo a seleção de fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e legais, com vistas à economicidade e à eficiência na aplicação dos recursos públicos, assegurando que todo o processo fosse conduzido de forma transparente, documentada e alinhada às normas vigentes; Atendimento às demandas da cozinha e dos eventos institucionais, assegurando a aquisição de alimentos e insumos em conformidade com os cardápios previamente definidos e as programações estabelecidas. Garantindo assim, que os processos de compra observem critérios de qualidade, economicidade e regularidade contratual, promovendo a eficiência operacional e a adequação às diretrizes institucionais; Análise de documentos comprobatórios de despesa, verificando sua conformidade com as normas legais, contratuais e institucionais, bem como a adequação aos procedimentos internos. Execução das providências necessárias para a efetivação dos respectivos pagamentos, garantindo a correta aplicação dos recursos, a transparência das operações e o cumprimento dos prazos estabelecidos; Organização dos registros mantendo todos sistematizados e atualizados de maneira a permitir a demonstração das disponibilidades financeiras e dos recursos utilizados, assegurando a conformidade com as normas contábeis, legais e institucionais; Execução de registro sistematizado das compras em planilhas próprias, garantindo a organização, rastreabilidade e integridade das informações, assegurando que os dados possam ser atualizados de forma precisa e transparente, permitindo o acompanhamento das aquisições, a verificação da



conformidade com os procedimentos internos e a prestação de contas, em alinhamento às diretrizes de gestão responsável dos recursos públicos; Classificação dos itens por categoria, de forma padronizada e conforme critérios previamente definidos, visando subsidiar análises gerenciais e o planejamento estratégico das aquisições e da gestão de recursos; Programação das despesas a serem executadas com recursos provenientes da receita do Fundo Especial de Despesa, observando as diretrizes legais e institucionais, bem como os limites orçamentários estabelecidos pelo departamento responsável; Elaboração de pareceres técnicos com base em critérios normativos e requisitos específicos, assegurando fundamentação adequada para subsidiar decisões administrativas. Realização de análise detalhada da documentação jurídica pertinente, verificando conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais; Realização de visitas técnicas aos fornecedores responsáveis pelo abastecimento da copa da Ala Norte, com o objetivo de verificar a regularidade das documentações sanitárias e a conformidade com as normas vigentes estabelecidas pelos órgãos competentes, avaliando as condições de armazenamento, transporte e manipulação dos produtos, assegurando padrões de qualidade, segurança alimentar e cumprimento das exigências legais, de modo a garantir a integridade dos serviços prestados e a proteção à saúde dos usuários; Controle do uso coletivo das geladeiras distribuídas pelas copas do Palácio dos Bandeirantes, garantindo condições adequadas de higiene, organização e armazenamento; Monitoramento das datas de validade dos alimentos, implementando controles internos, como o “Farol do Vencimento”, e executando o acompanhamento contínuo das condições de armazenamento, visando à redução de perdas e desperdícios; Elaboração de relatórios mensais detalhados contendo o quantitativo de refeições servidas na residência oficial, no Palácio Boa Vista e nos eventos institucionais, assegurando a precisão e a rastreabilidade das informações, garantindo a transparência e controle permitindo o acompanhamento da utilização dos recursos financeiros; Realização de apoio nos processos de prestação de contas referentes à Verba de Representação, assegurando a conformidade com as normas legais e institucionais; Execução do controle, organização e conservação de baixelas, pratarias, vidros e utensílios diversos através de inventários periódicos e registros dos empréstimos, assegurando a devolução adequada e integridade dos itens.

Centro de Manutenção: Gestão e fiscalização dos contratos de: manutenção de elevadores instalados no Palácio dos Bandeirantes, Concessionárias (Enel, Sabesp e COMGÁS); Serviços de confecção de chaves para as salas da Casa Civil; Serviços de confecção de persianas; Elaboração dos artefatos constituintes de processos licitatórios para serviços a serem executados nos Palácios do Governo, destacando-se: aquisição de peças para manutenção de equipamentos de ar-condicionado do Auditório Ulysses, manutenção corretiva das Subestações de Energia do Palácio dos Bandeirantes, aquisição de uniformes para os servidores do setor de marcenaria do Palácio dos Bandeirantes, modernização do elevador Monta cargo do Palácio Boa Vista, entre outros; Serviços de: confecção de molduras de quadros, de prateleiras, armários, serviços de montagem de painéis de madeira para exposição artística, serviços de restauração de portas de madeira, cadeiras e mesas; Serviços de consertos de aparelhos de TV, micro-ondas, geladeiras e equipamentos diversos.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS: Além das suas atividades diárias referentes aos servidores da Casa Civil, Secretaria de Governo e Relações Institucionais e Secretaria de Comunicação, o Departamento de Recursos Humanos – DRH, tem investido na qualidade de vida dos servidores das Pastas mencionadas. Em 2025, orientamos, na área da saúde e qualidade de vida, os servidores e colaboradores do Palácio dos Bandeirantes a respeito dos cuidados a serem tomados na prevenção de doenças e outros temas, via Intranet, Ações, Campanhas e Palestras. Foram também realizados atendimentos sociais e encaminhamentos para exames, cirurgias e consulta.

Atendimentos: Programa de Atendimento Psicológico: foi realizado neste ano – período entre 06/01



a 05/12 – um total de 945 atendimentos. Sociais: No IAMSPE: agendamentos de consultas (279) e exames (172), encaminhamento para cirurgia (02), transferências de servidores com problemas de saúde e internados em Hospitais do SUS (04); Campanhas/palestras/atividades realizadas: foram imunizados contra gripe 674 servidores; Visão Ocular (Parceria com o hospital CEMA): 301 servidores; Teste de Vírus da Sífilis e HIV (Parceria com a Secretaria da Saúde): 488 servidores; Palestra – Tema “A sua saúde merece um toque de cuidado” com as Palestrantes: Dra. Luciana Cury e Dra. Silvia Regina Graziani e com a participação do “Hospital de Amor” de Barretos e a presença da mascote da companhia o elefante azul “Mamu”, ouvintes: 135; Licenças: Agendamentos (227), Licença Acidente de Trabalho (3), Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família (6), Agendamento de Licença no SUS (1), auxílio-doença (4); Faltas Médicas (140); e Outras Atividades: Inclusão de Agregados no IAMSPE (104), exclusão de agregados no IAMSPE (30), atualização das carteirinhas do IAMSPE (80), atualização de cadastro do IAMSPE (128). Centro de Convivência Infantil: Unidade Multidisciplinar que atende crianças, filhos e filhas de funcionários (faixa etária de 4 meses a 6 anos), que prestam serviços no Palácio dos Bandeirantes, no horário das 8:00 às 18:00 horas. A unidade suas rotinas e planejamentos voltados ao desenvolvimento da criança sob a dimensão física, emocional, cognitiva e social.

Quadro demonstrativo de matriculados em 2025.

Grupo	Novas matrículas em 2025	Matrículas ano anterior	Total de Matriculados 2025	Lotação do Grupo em novembro/2025
Berçário	09	00	09	09
Grupo 1	00	10	10	10
Grupo 2	00	04	04	04
Grupo 3	01	08	09	09
Grupo 4	01	07	08	08
Grupo 5	00	10	10	10
Total	11	39	50	

Obs: Durante o ano de 2025, 9 (nove) crianças foram desligadas por motivo de transferência de local de trabalho ou desistência dos pais e 11 (onze) crianças completaram limite de atendimento. Área Administrativa e Técnica: Realiza o atendimento à rotina do CCI, abrangendo solicitações de materiais, cotações de preços, compras e gera o processo de prestação de contas de adiantamento. Atua na abertura e atualização de prontuários das crianças recém-ingressas, oferece apoio técnico à área pedagógica e acompanha a frequência das crianças. Executa tarefas administrativas como emissão, recebimento e arquivamento de documentos, bem como atendimento e comunicação com pais via telefone, presencial ou eletrônico. Elabora, inspeciona e coordena a área nutricional da unidade. Prepara e acompanha documentos, planilhas, solicitações e relatórios. Produz comunicação visual e mídias personalizadas para pais e funcionários, realiza a comunicação interna e externa. Área de Apoio: Solicita e acompanha a manutenção predial sempre que necessário, providencia serviços de lavanderia, limpeza e assepsia de brinquedos e outros materiais. Atua na organização dos espaços e no controle de entrada e saída de materiais da unidade. Garante a preservação e conservação das dependências internas e externas. Participa de reuniões em todas as áreas, realiza requisições, serviço de recepção e distribui materiais do almoxarifado. Oferece suporte logístico e operacional em eventos e rotinas da unidade. Atendimento às crianças: Núcleos de Acolhimento e Assistência I e II: As crianças na faixa etária de 4 meses a 3 anos são atendidas no Núcleo de Acolhimento e Assistência I e as de 3 a 6 anos são atendidas no Núcleo de Acolhimento e



Assistência II. As atividades e projetos foram baseados na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, sendo ministrados diariamente. Biblioteca: as crianças dos Núcleos de Acolhimento e Assistência I e II, semanalmente, frequentaram e desenvolveram atividades na biblioteca (contação de histórias, conto, interpretação de gravuras e imagens, manuseio de livros), foi retomado o Projeto “Biblioteca Circulante”, com 450 livros, qual consistia no empréstimo de 2 livros semanalmente para as famílias lerem para seus filhos e filhas. Movimento: área inaugurada em 2024, semanalmente, as crianças dos grupos 1,2,3,4 e 5 participaram das aulas de Movimento, explorando brincadeiras, jogos e circuitos, que estimulam a coordenação motora, o equilíbrio e a interação em grupo, para desenvolver ritmo e consciência corporal através de práticas lúdicas. Ateliê de Artes e Brinquedoteca: semanalmente, as crianças dos grupos 1,2,3,4 e 5 frequentaram o Ateliê e Brinquedoteca. No Ateliê foram realizadas atividades de artes visuais orientadas por uma Professora Especialista e durante as sessões da Brinquedoteca eram promovidas atividades lúdicas e recreativas livres, com o apoio da professora responsável pela área. Serviços de Cozinha e Lactário: Serviços passaram a serem executados por empresa terceirizada. A elaboração do cardápio e supervisão continuam sob a responsabilidade do Centro de Convivência Infantil. *GRUPO DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE*: O Grupo de Relacionamento com a Sociedade (GRS) é um departamento técnico que integra a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil. Compete ao grupo receber, tratar e direcionar as demandas sociais oriundas de cidadãos e do terceiro setor, dirigidas ao Governador do Estado. Essas demandas podem ser apresentadas por meio de cartas, telefonemas, e-mails ou pessoalmente na sede do Poder Executivo, no Palácio dos Bandeirantes. Número de atendimentos: 01/01 /2025 a 30/11/2025

Atendimentos telefônicos:	2.245
E-mails GRS:	2.916
SEI	3.134
TOTAL	8.295

Entre as ferramentas de peticionamento popular, destaca-se o endereço de e-mail grs@sp.gov.br para atendimento ao cidadão, além do telefone (11) 2193-8000 e o Protocolo da Casa Civil para envio de correspondências: Avenida Morumbi, 4.500 – Morumbi – CEP: 05650-905. São Paulo – SP. Todas as solicitações que ingressam no GRS são registradas na plataforma digital de informações SEI, que permite o acompanhamento, o registro e o encaminhamento às Secretarias de Estado, Autarquias e Empresas Públicas competentes. Após as devidas providências, os retornos são direcionados ao GRS, que se encarrega de responder aos solicitantes. A tabela abaixo apresenta a relação entre a quantidade de demandas e os órgãos governamentais responsáveis pelos temas tratados, no período de janeiro a 30 de novembro de 2025.

Órgão responsável	SEI
Administração Penitenciária	277
Agricultura e Abastecimento	31
Casa Civil	349
Casa Militar	1
Ciência, Tecnologia e Inovação	44
Comunicação	8
Controladoria Geral	4
Cultura, Economia e Indústria Criativas	27
Desenvolvimento Econômico	35
Desenvolvimento Social	49



Desenvolvimento Urbano e Habitação	60
Direitos da Pessoa com Deficiência	18
Educação	193
Esportes	12
Fazenda e Planejamento	95
Gestão e Governo Digital	141
Governo e Relações Institucionais	1.010
Justiça e Cidadania	25
Meio Ambiente Infraestrutura e Logística	112
Parceria em Investimentos	111
Políticas para a Mulher	5
Procuradoria Geral do Estado	-
Projetos Estratégicos	-
Saúde	302
Segurança Pública	178
Transportes Metropolitanos	37
Turismo e Viagens	10
Total do Período de 01/01/25 a 30/11/2025	3.134

GRUPO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – GSPOFP: No decorrer de 2025, o GSPOFP, no campo de atuação da Casa Civil, que compreende as unidades Gabinete do Secretário, Departamento de Administração, Departamento de Infraestrutura, o Fundo Social de São Paulo - FUSP, Assessoria Especial de Negócios Internacionais, bem como a Casa Militar, a Secretaria de Comunicação e a Secretaria de Governo e Relações Institucionais promoveu, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, através de coordenação e orientação, o acompanhamento do segundo ano de execução do PPA 2024-2027 no tocante aos seus programas, produtos e ações, com ênfase na qualidade da execução, através dos comentários da execução e da análise da mesma, análise feita pelo Planejamento, por meio do Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA. Secretaria de Comunicação, a Secretaria de Governo e Relações Institucionais. Manifestou-se sobre os pedidos de crédito suplementar, reprogramação de recursos, liberação de crédito contingenciado, de créditos automáticos, alteração de fonte – STN, sendo realizados, por órgão, as seguintes solicitações até a presente data: C. Civil = 110 expedientes, SECOM= 114 expedientes e SGRI = 41 expedientes. Conduziu, através de suporte ativo, a elaboração da Proposta Orçamentária Setorial (POS) da Casa Civil, Secretaria de Governo e Relações Institucionais e Secretaria da Comunicação. Participou, também, dentro de sua atuação, do mapeamento dos processos relativos à sua área de atuação promovido pela consultoria da FIA. De janeiro a novembro, este GSPOFP realizou capacitações de seus servidores em instituições de ensino e de forma virtual, principalmente na Escola de Governo do Estado de São Paulo - EGESP e na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, totalizando 899 horas.

GRUPO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – GTI: É responsável pelos serviços, projetos e implantações na área de TI, bem como a gestão de contratos com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, envolvendo projetos, serviços de desenvolvimento, infraestrutura, e, outros serviços com Tecnologia da Informação e Comunicação no Palácio dos Bandeirantes, Fundo Social, Palácio Boa Vista e Escritório de Representação do Governo do Estado de São Paulo em Brasília-DF. Projetos realizados: Aquisição da solução integrada de ativos de rede que garantirá a infraestrutura



tecnológica necessária ao funcionamento das unidades instaladas no Palácio dos Bandeirantes. A contratação contempla switches de alto desempenho (core e acesso), pontos de acesso Wi-Fi (APs) e plataformas avançadas de gerenciamento e monitoramento das redes LAN e WAN; Essa estrutura será responsável por suportar, de forma segura, estável e escalável, as demandas da Casa Civil, Casa Militar, Fundo Social e Secretaria de Governo e Assuntos Institucionais, Palácio Boa Vista em Campos do Jordão, cuja implantação consolidada está prevista para 2026; Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Sala Segura (Data Center), infraestrutura crítica que suporta os sistemas e serviços utilizados por todas as áreas de governo instaladas no Palácio dos Bandeirantes, assegurando a continuidade operacional e a disponibilidade dos ambientes de TI; Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de Vídeo Wall instalados no Gabinete do Governador e no Gabinete do Secretário-Chefe da Casa Civil, visando assegurar a plena operação, à continuidade dos serviços essenciais e à disponibilidade dos recursos visuais estratégicos utilizados na gestão governamental; Aquisição e substituição das 64 baterias dos dois nobreaks de 30 kVA que alimentam todos os ativos da Sala Segura, garantindo a continuidade energética da infraestrutura crítica. As baterias atuais têm vencimento previsto para dezembro de 2025, tornando necessária sua troca preventiva a fim de assegurar a confiabilidade operacional do Data Center e evitar riscos de indisponibilidade dos serviços essenciais; Implantação do sistema GLPI (Gestão de Ativos e Suporte Técnico) trouxe avanços significativos para a gestão de TI e de outras áreas da Casa Civil. A ferramenta centralizou o registro e o acompanhamento de chamados de diversas áreas, como manutenção predial, limpeza, ar-condicionado, acervo, RH e eventos, aumentando a eficiência operacional e reduzindo o tempo de resposta das equipes de suporte. Com a implantação do GLPI em maio/25 já foram registrados e atendidos 4600 chamados. Também permitiu uma gestão mais precisa dos ativos de TI, proporcionando melhor controle de equipamentos, softwares e licenças. Além disso, os relatórios gerados pelo sistema ampliaram a transparência dos processos e subsidiaram decisões estratégicas. Com comunicação mais clara entre usuários e suporte, maior organização das demandas e alinhamento às boas práticas de gestão de serviços, o GLPI contribuiu diretamente para a otimização de recursos e a melhoria contínua dos serviços de TI; Modernização do Escritório do Governo do Estado de São Paulo – Brasília, com implantação de duas salas de vídeos conferência e substituição de 20 computadores e impressora; No Palácio Boa Vista, foi realizada a reorganização da sala técnica, incluindo a adequação da infraestrutura existente e a instalação de novos pontos de rede para atender à nova área da Administração do PBV. Além disso, foram instaladas 10 câmeras de CFTV para aprimorar o sistema de monitoramento e garantir maior segurança das dependências; Foi realizada a implantação do Sistema de Ponto Eletrônico no Palácio dos Bandeirantes, Palácio Boa Vista, FUSP – Jaguaré e o Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília. As atividades incluíram a instalação e configuração dos equipamentos, a integração do sistema à infraestrutura de rede existente, bem como a realização de testes de funcionamento; Foi realizada a instalação e configuração de dois painéis de Vídeo Wall destinados à Secretaria de Comunicação. As atividades envolveram a montagem da estrutura física, adequação dos pontos de energia e rede, integração dos módulos de display, configuração dos controladores e calibração das imagens para garantir uniformidade, nitidez e alinhamento adequado. O trabalho foi concluído com a realização de testes operacionais e ajustes finais, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos e melhorando a capacidade de exibição de conteúdo institucional e informativo. Foi realizada a instalação do sistema *Lift* no Salão dos Conselhos do Palácio dos Bandeirantes. O trabalho incluiu a preparação da infraestrutura necessária, a fixação e montagem dos componentes mecânicos e eletrônicos, a integração do sistema aos equipamentos audiovisuais existentes e a configuração dos controles de operação. Após



a instalação, foram realizados testes funcionais para assegurar a movimentação adequada, a estabilidade do conjunto e a plena compatibilidade com o ambiente de uso. A implantação do sistema aprimorou a dinâmica das apresentações e reuniões realizadas no espaço, oferecendo maior praticidade e eficiência operacional; Durante o período, a equipe de Suporte Técnico do DTI atuou em 770 atendimentos audiovisuais, prestando apoio direto às atividades virtuais e presenciais da Casa Civil. Desse total, foram realizados 293 atendimentos em videoconferências, garantindo a configuração adequada de áudio, vídeo e conectividade, além do suporte imediato a palestrantes e participantes; Foram também executadas 413 projeções, envolvendo preparação de equipamentos, ajustes de imagem e acompanhamento técnico durante eventos, apresentações e reuniões internas; Os atendimentos restantes foram direcionados ao suporte de recursos multimídia e ao *Vídeo Wall*, abrangendo operação de painéis, integração de fontes de mídia, testes prévios e monitoramento em tempo real para assegurar a qualidade e estabilidade das transmissões e exibições; *Desenvolvimento de Sistemas corporativos para atender áreas estratégicas da Casa Civil e Fundo Social São Paulo – FUSSP* - Acervo Artístico-Cultural dos Palácios: em 2025, o Acervo Artístico-Cultural dos Palácios foi modernizado para ampliar acesso e otimizar gestão, com entregas estratégicas: novo site intuitivo, acervo online com mais de 1.600 obras, integração de conteúdos digitais, exposição inédita de Tarsila do Amaral e sistema inteligente de agendamento de visitas. Essas iniciativas consolidam o projeto como referência em inovação cultural e valorização do patrimônio paulista. Cursos de Qualificação Profissional: em 2025, o Fundo Social de São Paulo modernizou a gestão dos Cursos de Qualificação Profissional para integrar unidades fixas e móveis do programa “Caminho da Capacitação”, garantindo controle detalhado de inscrições e registro por frequência facial sem impacto na operação; Monitoramento de Metas do Governo visa modernizar e otimizar a gestão das informações estratégicas por meio da integração de funcionalidades avançadas, ampliação da capacidade analítica e melhoria da experiência do usuário. Em 2025, foram implementadas diversas melhorias, como aumento da capacidade de armazenamento e detalhamento das informações, inclusão de quebra de linhas para melhor visualização, cálculos com números decimais para maior precisão, funcionalidades para carga e exclusão em massa, busca por palavra-chave em fichas e categorias, além de ajustes que aprimoraram a performance do sistema. Também foram adicionados novos campos estratégicos, relatórios específicos e melhorias na entrada de valores, resultando em maior detalhamento, precisão nos cálculos, eficiência operacional e facilidade na gestão em massa, consolidando um avanço significativo na modernização do processo; Caravana 3D, iniciativa do Governo de São Paulo, percorre todas as regiões do estado para aproximar a gestão pública da população, com base nos pilares de desenvolvimento, dignidade e diálogo. Como parte dessa ação, foi desenvolvido o site oficial e um Painel de Business Intelligence (BI), que apresenta um panorama completo das demandas da Caravana 3D, permitindo filtros por município, fase e período. O painel exibe mapa interativo, valores, status e detalhes de cada solicitação, possibilitando acompanhar o andamento e a responsabilidade das entregas. Além disso, a Caravana promove articulação com municípios, investimentos e anúncios de ações concretas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, habitação e segurança, reforçando o compromisso do governo com uma gestão integrada e transparente; Controle de Afastamentos: o aplicativo, atualmente na plataforma Domino/Notes, está sendo modernizado com a migração para Microsoft SharePoint, substituindo tecnologia obsoleta por uma solução robusta e integrada. A ferramenta registra e controla solicitações de afastamento de servidores do Poder Executivo Estadual para atuação em órgãos e entidades públicas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e TRE, nas esferas municipal, estadual e federal, permitindo consultas por situação, nome, origem, destino e modalidade, além de histórico e administração via perfis e configurações; O sistema SIALE - Sistema de



Acompanhamento Legislativo, responsável pelo monitoramento eletrônico e on-line da tramitação de propostas de emendas constitucionais, projetos e anteprojetos de leis, está sendo modernizado com a migração para Microsoft SharePoint, substituindo tecnologia obsoleta por uma solução robusta e integrada. A ferramenta assegura o cumprimento de prazos constitucionais, avaliação jurídica e acompanhamento completo do processo legislativo, oferecendo suporte ao Governador nas decisões de sanção ou veto e garantindo a adequação do arcabouço legal do Estado. Legislação Estadual: o sistema, atualmente na plataforma Domino/Notes, está sendo modernizado com a migração para .NET/SQL, substituindo tecnologia obsoleta por uma solução mais robusta e integrada. A ferramenta permite o armazenamento e recuperação da legislação publicada pelo Governo do Estado de São Paulo, com destaque para a funcionalidade de vinculação entre atos legais, tornando a legislação remissiva para consultas e possibilitando uma visão global do tema pesquisado. Essa característica é essencial tanto para a elaboração de novas normas quanto para subsidiar informações em processos administrativos e jurídicos. Além disso, o sistema possibilita a inserção de textos alterados, revogados ou incluídos, preservando sempre o conteúdo original para fins históricos; O Painel de Informações do Governador tem como objetivo centralizar e organizar diversos painéis de Business Intelligence, oferecendo uma visualização clara e eficiente dos dados do Estado para apoiar ações rápidas e eficazes na tomada de decisão. Em 2025, o layout foi totalmente modernizado, tornando a interface mais limpa, intuitiva e com melhor experiência de navegação. Como medida estratégica, foi implementada uma autenticação mais segura, garantindo maior controle de acesso e proteção das informações. Outra melhoria relevante foi a incorporação dos painéis diretamente na interface do sistema, proporcionando ao usuário uma visualização integrada e mais fluida das informações; O Painel B.I. CADIN, desenvolvido em 2025, tem como objetivo apresentar dados financeiros relacionados ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) do Estado de São Paulo, permitindo a visualização e análise dos valores em aberto por diferentes critérios, como órgão de origem, tipo de débito e faixa de valor. A interface oferece recursos para identificar tendências, avaliar riscos e subsidiar decisões estratégicas, promovendo maior transparência, eficiência e controle na gestão fiscal e na recuperação de créditos; O Painel B.I. SIC apresenta dados sobre solicitações de acesso à informação realizadas por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) do Governo do Estado de São Paulo, permitindo acompanhar a transparência e a eficiência no atendimento das demandas. A interface exibe indicadores como quantidade total de pedidos, tópicos mais recorrentes, tipos de resposta, status das solicitações e órgãos responsáveis, oferecendo uma visão consolidada para análise e gestão das informações públicas; O Painel B.I. de Gestão de Frota da Casa Civil apresenta informações sobre abastecimento, diárias e contratos, permitindo o monitoramento detalhado dos recursos utilizados para manutenção e operação dos veículos oficiais. A solução oferece uma visão consolidada para análise de custos, controle de utilização e suporte à tomada de decisões, garantindo maior eficiência na gestão da frota pública; O Painel B.I. SEI fornece uma visão detalhada sobre os processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), monitorando a entrada, movimentação e distribuição de documentos dentro da Casa Civil. A solução permite um acompanhamento eficiente do fluxo processual, oferecendo maior transparência, controle e suporte à gestão administrativa; O Painel B.I. de Capacitação apresenta uma visão detalhada sobre as horas de treinamento realizadas por cada funcionário, permitindo acompanhar a evolução das capacitações, identificar necessidades de desenvolvimento e apoiar a gestão estratégica de competências no âmbito da Casa Civil. Preparou os seguintes projetos para o exercício de 2026: Implantação dos novos ativos da rede Wireless e Cabeada, com ampliação do sinal Wi-Fi e acréscimo de equipamentos para rede cabeada no Palácio dos Bandeirantes, Fundo Social e Palácio Boa Vista



– Campos do Jordão-SP. Objetivo: Modernizar a infraestrutura de rede nos três locais. Ações: Substituição dos equipamentos de rede (roteadores, switches, cabos etc.); Ampliação da cobertura e capacidade de sinal Wi-Fi; Instalação de novos equipamentos de rede cabeada para maior estabilidade e capacidade. Aquisição de Solução de painel de VídeoWall, para o Projeto de modernização do Data Center. Objetivo: A solução proposta permitirá o monitoramento contínuo e em tempo real da infraestrutura tecnológica, otimizando a visualização de indicadores críticos, desempenho de sistemas, segurança lógica e disponibilidade dos serviços essenciais. Ações: A aquisição promoverá interoperabilidade com os demais sistemas de VídeoWall já existentes nos Gabinetes do Governador, do Secretário-Chefe da Casa Civil, no Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil e na Secretaria de Comunicação (SECOM), criando um ecossistema unificado de visualização colaborativa. *ASSESSORIA TÉCNICA DO GOVERNO (ATG)*: A partir de 1º de dezembro, com a publicação do Decreto nº 70.049/2025 e da Resolução CC nº 12/2025, a Casa Civil teve sua estrutura organizacional redefinida. Nesse processo, a Assessoria Técnica do Governo foi transformada e ampliada, sendo substituída pela Subsecretaria de Análise Governamental (SAG), que consolidou sua atuação como unidade técnica responsável pela análise de conformidade, pela gestão processual estratégica e pelo suporte à produção normativa, com impacto direto sobre a segurança jurídica e a eficiência decisória do Governo. Desempenho em números: A SAG/ATG examinou e emitiu pareceres sobre a regularidade e viabilidade formal em 10.795 processos. Além disso, foi responsável pelo gerenciamento e pela publicação de 874 decretos numerados e de 3.746 despachos, apostilas e resoluções – promovendo a segurança jurídica e a conformidade das decisões governamentais. Assegurou, ainda, a manutenção e a atualização contínua do Sistema de Legislação do Estado (www.legislacao.sp.gov.br). O gerenciamento de expedientes resultou na expedição de 1.072 ofícios relativos às correspondências do Governador, Vice-Governador, Secretário-Chefe da Casa Civil e Secretário Executivo da Casa Civil. Gestão de Atos sobre Patrimônio Público: No exercício de sua competência de revisão de atos do Governador e do Secretário-Chefe da Casa Civil, a SAG/ATG analisou e preparou, em 2025, 208 processos para formalização de atos de alienação e afetação de bens imóveis do Estado. Esses processos resultaram na edição de decretos de transferência, alienação, outorga de uso, desapropriação e doação de imóveis. Predominaram as outorgas de uso em favor de Municípios, viabilizando a destinação de imóveis públicos para serviços de interesse local, o que resulta em benefício direto à população. Assessoramento à Defesa Judicial do Chefe do Executivo: A SAG/ATG é responsável pela coordenação da preparação de respostas às demandas judiciais que envolvem a figura do Governador do Estado. Em 2025, foram analisadas e encaminhadas cerca de oitenta (80) ações judiciais, perante juízos de primeira e segunda instâncias e tribunais superiores, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF). Entre essas ações, destacam-se processos de alta complexidade e repercussão, como Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), Mandados de Segurança (MS), Mandados de Injunção (MDIs) e Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Análise de Processos Disciplinares, Judiciais e de Conselhos de Disciplina: A Subsecretaria também atuou na esfera da correição administrativa, examinando um total de 878 processos administrativos disciplinares, exoneratórios e no âmbito de Conselhos de Disciplina, ou em cumprimento a ordens judiciais, instaurados, respectivamente, contra servidores públicos civis e militares do Estado. Análise Normativa e Produção de Decretos: A atividade-fim da SAG/ATG materializou-se na análise técnica e na viabilização da publicação de 874 decretos numerados em 2025. Essas normas promoveram transformações em várias frentes. Coordenação da Modernização Administrativa: Um dos destaques do ano foi a atuação da SAG, em conjunto com a Subsecretaria de Gestão, da Secretaria de Gestão e Governo Digital, na coordenação do processo de reestruturação administrativa de órgãos e entidades, conforme a Lei Complementar nº



1.395/2023. Esta iniciativa estruturante refletiu-se na publicação de decretos que reorganizaram as estruturas organizacionais e os quadros de cargos de 30 Pastas e órgãos, abrangendo Secretarias de Estado, a Controladoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, autarquias e a Governadoria do Estado – composta pelo Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Casa Civil e Fundo Social de São Paulo. Desenvolvimento de Programas e Políticas Públicas: Para além dos processos de reorganização, a análise da SAG/ATG viabilizou a instituição de importantes Políticas e Programas, dentre eles destacando-se os do quadro abaixo.

Programa / Política	Pasta	Assunto
AgroClimaSP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Rede de monitoramento agrometeorológico para promoção da resiliência agrícola frente às mudanças climáticas.
Política de Inclusão Produtiva e Empregabilidade	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Estrutura de incentivos para geração de renda e trabalho, fomentando o desenvolvimento econômico.
Programa de Superação da Pobreza	Secretaria de Desenvolvimento Social	Conjunto de ações integradas para o enfrentamento da pobreza extrema no estado.
Código de Ética da Administração Pública	Controladoria Geral do Estado	Estabelece os padrões de conduta e integridade para os servidores públicos estaduais.
Programa Casa da Mulher Paulista	Secretaria de Políticas Para a Mulher	Rede de acolhimento e integração de políticas públicas e serviços de proteção e empoderamento feminino.
Programa Estadual de Educação Ambiental (ProEEA)	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	Diretrizes para a implementação e consolidação da educação ambiental em todas as esferas da sociedade paulista.
Programa "Academia do Turismo SP"	Secretaria de Turismo e Viagens	Estabelece medidas para aprimorar a qualificação profissional no setor turístico do Estado de São Paulo

Expansão de Serviços Públicos Essenciais: A SAG/ATG também deu suporte à criação e ampliação de serviços fundamentais para a população, com a criação de novas unidades da FATEC em quatro municípios, a construção de dois novos hospitais regionais (em Franca e Cruzeiro), a abertura de novas escolas em diversas cidades e a instituição de um Centro de Operações de Emergências (COE) para combate a arboviroses. Demais Contribuições Normativas: Para além das medidas já destacadas, a análise técnica da SAG/ATG foi fundamental para a edição de decretos em outras áreas essenciais, regulamentando leis, modernizando marcos legais e autorizando ações estratégicas. Abaixo, categorias representativas desse trabalho diversificado.

Categoria	Objetivo	Norma
Adequação à Legislação Federal	Harmonizar a atuação do Estado com normas nacionais, garantindo segurança jurídica e conformidade.	Decreto nº 69.588/2025 - Regulamentação da Lei Federal Anticorrupção (Lei 12.846/2013) - Controladoria Geral do Estado.



Modernização do Marco Regulatório	Atualizar normas para novos modelos de gestão, regulação e parcerias.	Decreto nº 69.339/2025 - Regulamentação do regime jurídico das Agências Reguladoras Estaduais - Secretaria de Parcerias em Investimentos.
Gestão de Ativos e Processos	Otimizar a administração de empresas estatais e o planejamento governamental.	Decreto nº 69.375/2025 - Aprovação do Plano de Desmobilização da EMTU - Secretaria da Fazenda e Planejamento.
Medidas de Acesso e Cidadania	Promover inclusão e facilitar o acesso a serviços públicos em momentos específicos.	Decreto nº 70.062/2025 - Instituição de gratuidade no transporte metropolitano nos dias do ENEM - Secretaria dos Transportes Metropolitanos.
Autorização para Concessões e PPPs	Viabilizar grandes projetos de infraestrutura por meio de parcerias com a iniciativa privada.	Decreto nº 69.371/2025 - Autorização para licitação da Concessão do Sistema de Interligação Santos-Guarujá - Secretaria de Parcerias em Investimentos.
Códigos e Normas de Conduta	Definir padrões éticos e de integridade para a administração pública.	Decreto nº 69.328/2025 - Aprovação do Código de Ética da Administração Pública - Controladoria Geral do Estado.

Solicitações de Alteração Orçamentárias: Entre os decretos preparados pela Subsecretaria para assinatura do Governador, 439 trataram da abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal, com vistas à alteração da Programação Orçamentária dos órgãos e entidades estaduais. Essas normas desempenham papel essencial na adequação das ações governamentais à Lei Orçamentária, garantindo a correta execução dos programas e metas estabelecidos e assegurando o alinhamento técnico e normativo das movimentações orçamentárias. Autorizo para Eventos: A Subsecretaria também foi responsável pela gestão e preparação dos autorizos para eventos, atos assinados pelo Governador em cerimônias oficiais e destinados a autorizar Pastas a adotar providências para a celebração de convênios, execução de obras ou realização de transferências de recursos a entidades ou Municípios. Embora apresentados publicamente em eventos, esses atos dependem de prévia instrução processual e análise de conformidade, asseguradas pela SAG/ATG por meio de procedimento administrativo regular. Em 2025, foram emitidos aproximadamente 305 autorizos. Requerimentos de Informação Legislativa: A SAG/ATG é o órgão central do Executivo responsável por acompanhar, do início ao fim, todos os Requerimentos de Informação enviados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Estes atos parlamentares solicitam formalmente esclarecimentos e dados aos Secretários de Estado, ao Procurador-Geral e às Autarquias sobre assuntos de suas pastas. A atuação da Coordenadoria vai além do mero monitoramento. Ela envolve



a produção dos processos administrativos correspondentes, o controle rígido dos prazos legais, a articulação com as pastas demandadas para garantir respostas qualificadas e, por fim, a formalização e encaminhamento das respostas de volta à ALESP. Este trabalho garante transparência, celeridade e rigor técnico no atendimento às demandas de fiscalização do Legislativo. Em 2025, foram gerenciados 541 Requerimentos de Informação. O resultado operacional deste esforço foi significativo: 446 respostas técnicas foram consolidadas e devolvidas à ALESP pelas diversas Secretarias de Estado. Foi concluído um esforço especial para zerar pendências de anos anteriores, com a devolutiva de 153 respostas acumuladas. Para dar suporte a essa operação, a Coordenadoria emitiu 599 ofícios e realizou 599 manifestações técnicas, totalizando 1.198 atos processuais no ciclo dos requerimentos. Suporte à Gestão por Resultados: A SAG/ATG é, ainda, a responsável pelo suporte técnico-administrativo integral à CIBR, comissão de alto nível composta pelos Secretários da Casa Civil, da Gestão e Governo Digital e da Fazenda e Planejamento. A Coordenadoria centraliza, controla e faz a gestão processual de todo o sistema que define e avalia o pagamento da Bonificação por Resultados aos servidores. Em 2025, a SAG/ATG subsidiou a publicação de sete (7) Deliberações normativas da CIBR, que estabeleceram o marco legal para o programa no exercício de 2024. Essas deliberações definiram com precisão os indicadores globais de desempenho, metas, pesos, fórmulas de cálculo e prazos para entidades como as Secretarias da Educação, da Segurança Pública, o Centro Paula Souza, além da administração direta e demais autarquias estaduais. A publicação dessas normas gerou uma demanda processual imediata. A Coordenadoria recebeu e conduziu 88 processos administrativos decorrentes, referentes aos exercícios de 2024 e 2025. Para assegurar agilidade e conformidade, todo o trâmite foi realizado por meio de despachos diretos, resultando na emissão de 272 despachos oficiais (162 para processos de 2024 e 110 para 2025), garantindo que as solicitações fossem tratadas com eficiência e estrito apego às regras estabelecidas. Conclusão: Em 2025, a Subsecretaria de Análise Governamental consolidou-se como unidade estruturante da governança estadual, assegurando previsibilidade jurídica, racionalidade administrativa e efetividade normativa às decisões estratégicas do Governo do Estado. Sua atuação foi decisiva para a modernização administrativa e para o fortalecimento dos processos de análise técnica que sustentam a formulação e execução das políticas públicas. Além disso, contribuiu diretamente para o aprimoramento da qualidade regulatória, da gestão patrimonial e dos mecanismos de controle e transparência, promovendo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e confiabilidade institucional, com reflexos concretos na gestão pública e na prestação de serviços à população paulista. *ASSESSORIA TÉCNICA PARA O PLANO DE METAS:* Com o Decreto nº 67.435, de 01 de janeiro de 2023, a Assessoria passou a integrar a estrutura da Casa Civil, assessorando o Secretário-Chefe da Casa Civil nos assuntos relacionados ao exercício de sua competência, especialmente: na coordenação, no planejamento e na execução das diretrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais; na análise da compatibilidade das propostas e dos programas com as políticas e diretrizes governamentais; na promoção de análises de políticas públicas, considerando sua eficiência, eficácia, impacto e seu alinhamento às diretrizes governamentais; na análise e elaboração de propostas e análises a respeito de créditos orçamentários adicionais, considerando seu alinhamento às diretrizes governamentais; nos assuntos orçamentários e financeiros relativos à execução dos programas do Governo do Estado; no planejamento global e setorial do Estado; na realização de estudos, análises de conjuntura, com vista ao acompanhamento de assuntos relevantes à Casa Civil e ao Planejamento Estratégico do Estado; no acompanhamento de estudos econômicos e de estimativas de receita, despesas públicas e suas fontes de financiamento, considerando as diretrizes governamentais; no acompanhamento da execução do Plano Plurianual – PPA 2024-2027. Ao longo de 2025, dando continuidade ao trabalho



realizado em 2024, a equipe responsável atuou em conjunto com as demais Secretarias na atualização e manutenção do Sistema de Monitoramento do Programa de Metas, construído em 2023, a partir da elaboração do Plano Plurianual e das Metas Prioritárias, baseando-se no Programa de Governo e nas diretrizes nele estabelecidas. A equipe elabora e acompanha os Planos de Ação das 195 Metas do Governo, reforçando e garantindo o foco e o alinhamento de todos os envolvidos, diante das prioridades do Governo do Estado. Essas iniciativas são monitoradas e registradas na Plataforma Digital própria, reformulada em 2023, com a finalidade de prover o Governador e o Secretário da Casa Civil, bem como outras autoridades envolvidas no Planejamento Estratégico do Estado, de informações que possam auxiliar às ações, à gestão e à articulação interna e externa ao Governo do Estado. Em apoio ao Secretário-Chefe da Casa Civil e, em parceria com a Secretaria de Governo e Relações Institucionais, a equipe atuou na organização das transferências voluntárias do Governo do Estado, com o objetivo de intensificar o caráter técnico, tanto na sua elaboração, como no seu acompanhamento. Assistiu ao Secretário no monitoramento de temas pontuais e no monitoramento contínuo, mediante entrega de relatórios semanais detalhados, sobre sua execução. A equipe seguiu trabalhando na instituição do Sistema de Informações Gerenciais do Governo de São Paulo, cujos objetivos são: (I) institucionalizar, uniformizar e integrar a organização de informações e dados relacionados a: (a) metas e entregas prioritárias do Governo, (b) receita e despesa dos órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive empresas não dependentes, (c) quadro de pessoal, (d) indicadores fiscais, (e) dívida ativa, (f) transferências voluntárias, (g) indicadores de apoio a gestão; (II) assegurar padronização e agilidade às informações relativas a planejamento, gestão, acompanhamento e controle do Estado; (III) subsidiar as atividades de planejamento e decisão governamental; e (IV) constituir rede colaborativa destinada a disponibilização e organização de dados gerenciais ao Gabinete do Governador. Enquanto Assessoria Técnica para o Plano de Metas (ATPM), a equipe atuou na avaliação e elaboração de análises técnicas de 1.189 processos (entre 01/01/2025 e 15/12/2025), em apoio à Assessoria Técnica de Governo (ATG), com avaliação de projetos, autorizações governamentais, solicitações de informações, entre outros, considerando seu alinhamento às diretrizes governamentais. Exerceu a secretaria executiva dos programas São Paulo na Direção Certa e do São Paulo Sempre Alerta, incluindo organização e acompanhamento das iniciativas envolvidas, análise e organização das informações relacionadas e elaboração de relatórios de apoio aos respectivos comitês. Por fim, a Assessoria apoiou a Comissão de Bonificação por Resultados, na avaliação das propostas de indicadores para 2024 e 2025 de todas as Secretarias de Estado, além da apresentação das Propostas de Pactuação da Bonificação por Resultados (BR) da Casa Civil dos anos de 2024 e 2025. Com a publicação do Decreto nº 70.049, de 5 de novembro de 2025, a equipe passou a integrar a estrutura da Subsecretaria de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil, compondo três coordenadorias e a Assessoria Especial, de acordo com as atividades já desempenhadas pelas equipes e com a ampliação de escopo prevista para algumas áreas. A partir de 01/12/2025, no âmbito da Diretoria de Monitoramento Estratégico, a equipe responsável pelo acompanhamento do Programa de Metas passou a integrar a Coordenadoria de Monitoramento das Metas e Entregas Prioritárias (CMMEP) e a equipe que atua no acompanhamento das transferências voluntárias do Governo do Estado passou a integrar a Coordenadoria de Acompanhamento das Transferências Voluntárias e Emendas Parlamentares (CATVEP). Sob a alçada da Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas, as atividades relacionadas ao Sistema de Informações Gerenciais do Governo do Estado de São Paulo serão de competência da Coordenadoria de Inteligência e Governança de Dados (CIGD). Assim, no período de 01/12/2025 a 30/12/2025, as novas coordenadorias e a Assessoria Especial atuaram, além das atividades contínuas já mencionadas, na reorganização da estrutura das equipes, com realocações



e novas contratações, na preparação do treinamento para os novos colaboradores e no planejamento das atividades e dos planos de desenvolvimento do próximo ano. **COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS:** É responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações do Governo, além de possuir como atribuições atualizar, organizar e sistematizar dados e informações referentes aos principais programas e ações de governo. Em 2023, com o início da nova gestão, a estrutura da Coordenadoria de Informações Estratégicas passou a fazer parte da estrutura da Casa Civil, pelo Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023 e suas alterações. A partir do Decreto nº 70.049, de 5 de novembro de 2025, a coordenadoria passou a fazer parte da Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas, sob a Subsecretaria de Articulação e Monitoramento, da Casa Civil. Com foco nos âmbitos municipal e regional, está estruturada sobre três pilares: setorial (por Secretaria ou Programa), municipal (ações estaduais desenvolvidas nos/ou em parceria com os municípios) e regional (ações estaduais em diferentes divisões territoriais). A partir de uma rede de contatos com as Secretarias, utilização de sistemas informatizados, indicadores, pesquisa e planilhas atualizadas diariamente, desenvolve materiais de apoio e projetos estratégicos para subsidiar as agendas oficiais do Governador, Vice-governador, Primeira-Dama (Presidente do FUSP) e Secretário-Chefe da Casa Civil, auxiliando-os nas tomadas de decisão e acompanhamento das ações de governo. As ações de governo são apresentadas por meio de diversos materiais: relatórios técnicos contendo as principais informações sobre o andamento de projetos, programas e obras; dados e mapas georreferenciados; boletins estratégicos; produtos editoriais; levantamento de temas de interesse do governo, monitoramento de dados, análises de cenários e conjunturas; relatórios de transição, entre outros. A coordenadoria divide-se em três áreas que atuam de maneira interligada: Acompanhamento de Ações e Informações do Governo, Pesquisa e Estratégia da Informação, Articulação Intersetorial e Monitoramento de Dados. **Balanco produtivo 2025:** Em 2025, atendendo a demandas do Governador, do Vice-Governador, da Primeira-Dama e do Secretário da Casa Civil, foram elaborados, aproximadamente, 2.293 documentos, distribuídos em: 312 boletins para audiências (incluindo agendas internacionais e reuniões com prefeitos, empresários, políticos, entre outros); 106 boletins temáticos (incluindo eventos da Capital); 514 boletins de municípios; 527 cenários de municípios do estado, políticos dos parlamentares, além das regiões e associações do Estado; 230 indicadores municipais socioeconômicos, industriais e agropecuário; 137 relatórios regionais; 227 transcrições de discurso/coletivas de agendas do Governador; 235 mapas temáticos regionais e de viagens; 5 materiais especiais para reuniões internas e acompanhamentos temáticos; Representação no Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS (participação em 14 reuniões presenciais e cerca de 40 virtuais, além das 7 reuniões regionais da 14ª Conferência Estadual de Assistência Social 2025); Membro suplente da Câmara Técnica de Planejamento - CTPlan do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH (participação de 5 reuniões online e 1 presencial); Participação da COP30, entre os dias 18 e 21/11, a fim de acompanhar as discussões sobre mudanças climáticas, prospectar parceiros para o Estado e se atualizar em boas práticas de políticas públicas. Acompanhamento das secretarias no preenchimento da pesquisa ESTADIC; Acompanhamento de pesquisas junto à Fundação SEADE. **COMITÊ GESTOR DO GASTO PÚBLICO:** Foi instituído pelo Decreto nº 64.065/2019, e atualizado pelos Decretos de nºs: 64.601/2019, 64.755/2020, 64.998/2020, 65.414/2020, 66.173/2021, 66.217/2021, 67.452/2023 e 67.800/2023, tem como objetivo auxiliar a Casa Civil na contenção de despesas, na otimização da alocação de recursos e na melhoria da qualidade do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental. O Comitê Gestor do Gasto Público, em sua atividade ordinária, manifesta-se previamente às contratações diretas ou mediante procedimento de licitação e, posteriormente submete à aprovação do Secretário da Casa Civil. O Comitê Gestor do Gasto Público realizou 55 reuniões e analisou 1.243 solicitações ao longo



do ano, perfazendo o volume de R\$ 23,7 bilhões. *ASSESSORIA INTERNACIONAL*: A Assessoria Internacional da Casa Civil (AI) foi instituída pelo Decreto 70.049, de 5 de novembro de 2025. Conforme a Seção VI do Artigo 25 do Decreto, a AI tem as seguintes competências: I - analisar a evolução política internacional e eventos mais significativos e a evolução econômica de países e grupos regionais relevantes; II - obter informações junto ao Ministério das Relações Exteriores sobre relações bilaterais e negociações multilaterais em curso; III - em relação ao Governador, ao Vice-Governador e ao Secretário-Chefe da Casa Civil: a) preparar subsídios para palestras e apresentações internacionais; b) assessorar na recepção de delegações estrangeiras; c) organizar programas de visitas ao exterior; IV - contribuir na preparação de programas de visitas de autoridades e delegações estrangeiras a São Paulo; V - promover a interlocução entre os órgãos do Governo do Estado e os seus homólogos estrangeiros por intermédio da Embaixada do Brasil no respectivo país; VI - em coordenação com as demais Pastas: a) sugerir programas de atividades internacionais, inclusive para atração de investimentos e promoção das exportações; b) contribuir na organização das atividades internacionais de São Paulo no exterior; c) iniciar interlocução com organismos multilaterais para negociar programas de cooperação; VII - colaborar na organização de seminários internacionais em São Paulo que tenham a participação do Governo Estadual; VIII - receber diplomatas e delegações estrangeiras. Nesse contexto, a AI desenvolveu mais de 290 ações voltadas à inserção internacional do estado de São Paulo. Foram 100 reuniões e mais de 185 avaliações de agendas internacionais feitas para o Governador e Vice-Governador, além da participação e/ou apoio logístico em 7 missões internacionais, e assinatura de 3 Memorandos de Entendimento (MOUs), bem como a participação em eventos e seminários de diferentes tipos. Foram recebidas delegações dos seguintes países: África do Sul, Angola, Argentina, Armênia, Austrália, Bélgica, Cabo Verde, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Etiópia, Estados Unidos (EUA), Finlândia, França, Geórgia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Jordânia, Letônia, Lituânia, México, Moldova, Moçambique, Namíbia, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Democrática do Congo, República Dominicana, Ruanda, Sérvia, Singapura, Suíça, Turquia, Ucrânia e Uruguai. Também recebeu representantes dos seguintes entes subnacionais: Western Cape (África do Sul), Eastern Cape (África do Sul), Québec (Canadá), Shandong (China), Catalunha (Espanha), Toyama (Japão), Baviera (Alemanha) e União Europeia. Em reuniões com o Governador e o Vice-Governador, tiveram destaque as agendas com os seguintes Chefes ou Ministros de Estado e personalidades internacionais: reunião com Steve Daines, Senador do Estado de Montana - Estados Unidos da América (15/02); reunião com Stephan Weil, Ministro Presidente da Baixa Saxônia – Alemanha (17/03); reunião com Atílio Fontana, Governador da Lombardia – Itália (20/03); reunião com Mark Tatum, Vice-Presidente da National Basketball Association (01/04); reunião com a Princesa Kako de Akishino, do Japão (06/06); reunião com Laurent Saint-Martin, Ministro de Comércio Exterior da França (01/07); encontro com Brian Kemp, Governador da Geórgia – Estados Unidos (26/08); reuniões com Maninder Sidhu, Ministro do Comércio Internacional do Canadá, e com Oleksandra Matviichuk, Prêmio Nobel da Paz de 2022 (ambas em 27/08); reunião com o Almirante Gouveia e Melo, presidenciável português (07/10); reunião com Ignácio La Russa, Presidente do Senado Italiano (08/10); reunião com Edgars Rinkēvičs, Presidente da Letônia (05/11); e participação em evento promovido pelo Príncipe Albert II, de Mônaco (07/11). A Assessoria Internacional também atuou na organização e logística de três missões internacionais do Governador Tarcísio de Freitas. Entre 21 e 27 de abril, o Governador realizou missão à Europa, passando pelos Países Baixos, Dinamarca e Noruega, onde se reuniu com empresas do setor de infraestrutura, especialmente aquelas dedicadas à construção de túneis e à operação de balsas. De 10 a 17 de maio, esteve em



Nova York (Estados Unidos), em roadshow com empresários e apresentação das principais oportunidades do PPI do Estado. Por fim, entre 2 e 5 de julho, o Governador visitou Lisboa (Portugal), onde participou do Fórum Jurídico, integrando mesa redonda ao lado do ex-ministro Raul Jungmann e do presidenciável português, Almirante Gouveia e Melo. Adicionalmente, a Assessoria Internacional participou de cinco missões, nacionais e internacionais. Entre 24 de fevereiro e 7 de março, o Chefe da Assessoria integrou comitiva liderada pelo Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, em viagens a Singapura — 5º país mais inovador do mundo e 2º da Ásia — e à Suíça, líder global em inovação. De 5 a 9 de julho, esteve na Cidade do Cabo (África do Sul) para a reunião preparatória do Fórum Regional Leaders Summit (RLS). Entre 8 e 17 de setembro, acompanhou o Secretário-Chefe da Casa Civil, Arthur Lima, e parlamentares paulistas em missão a Israel, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a geopolítica regional. De 1º a 6 de novembro, retornou à Cidade do Cabo, acompanhando o Vice-Governador Felício Ramuth e o Secretário Arthur Lima, para a realização da Cúpula do RLS. Por fim, entre 10 e 13 de novembro, a Assessoria Internacional representou a Casa Civil na primeira semana da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, no Pará. Como parte dos esforços para fortalecer as relações paradiplomáticas do Estado de São Paulo, a Assessoria Internacional reforçou a participação paulista no Regional Leaders Summit (Cúpula dos Líderes Regionais), convenção que reúne, além de São Paulo, seis das regiões mais dinâmicas do mundo: Québec (Canadá), Alta Áustria (Áustria), Shandong (China), Cabo Ocidental (África do Sul), Baviera (Alemanha) e Geórgia (Estados Unidos). A 12ª edição da Cúpula ocorreu entre 1º e 6 de novembro, na Cidade do Cabo (África do Sul), com representação do Estado pelo Vice-Governador Felício Ramuth e pelo Secretário-Chefe da Casa Civil, Arthur Lima. Destaca-se que a próxima edição, em 2027, terá São Paulo como região anfitriã do evento. Além disso, a Assessoria Internacional teve papel decisivo na formalização de três instrumentos de cooperação ao longo do ano. Em 17 de março, o Vice-Governador Felício Ramuth assinou um Protocolo de Intenções com a Baixa Saxônia (Alemanha), prevendo cooperação em proteção ambiental e transição energética, economia e comércio, tecnologia e inovação, infraestrutura e logística, além de educação, pesquisa, cultura e intercâmbio social. No dia 20 de março, o Governador Tarcísio de Freitas firmou uma Carta de Intenções com a Região da Lombardia (Itália), com foco em meio ambiente, ciência, tecnologia e inovação, bem como comércio e investimentos. Por fim, em 10 de novembro, o Vice-Governador renovou o Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Toyama (Japão), voltado à cooperação em educação, especialmente no intercâmbio de docentes. Ademais, a Assessoria consolidou vínculos com cursos de Relações Internacionais de algumas das principais universidades presentes no Estado de São Paulo, por meio de duas iniciativas centrais: o Dia do Paradiplomata, em que um aluno de destaque — selecionado pela própria instituição — acompanha a rotina da equipe da AI e vivencia, na prática, um dia de trabalho; e o SP Global, no qual a AI, em parceria com o Cerimonial e com o Secretário-Chefe da Casa Civil, recebe grupos de estudantes para apresentar, de forma didática, a agenda internacional do Governo do Estado de São Paulo. Participaram dessas ações alunos da Universidade de São Paulo (USP), Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), Instituto Mauá de Tecnologia, Universidade Anhembi Morumbi e Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). A Assessoria Internacional também intensificou a interlocução entre as Secretarias de Estado e o Corpo Consular presente em São Paulo por meio da iniciativa Diplomatic Talks, na qual um Secretário de Estado apresenta a um grupo seletivo de cônsules — especialmente de países do G20 e de outros parceiros estratégicos —, além de acadêmicos e representantes da imprensa, as principais ações e prioridades de sua pasta. Em 2025, foram realizadas duas edições do evento: a primeira, em junho, contou com a participação da Secretária



de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende; e a segunda, em outubro, teve como convidada a Secretária de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém. Ainda em cooperação com as demais secretarias estaduais, a AI exerceu papel central na organização do evento Pré-COP “Agenda SP+Verde”, realizado entre os dias 4 e 5 de novembro no Parque Villa-Lobos, que reuniu cerca de 5 mil participantes. Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e a InvestSP, a AI articulou a presença de autoridades internacionais, representantes diplomáticos e executivos C-Level de empresas estrangeiras, que participaram das rodadas de negócios e dos painéis temáticos. Adicionalmente, a AI auxiliou a organização de visitas monitoradas exclusivas para o público estrangeiro às plantas de biogás e biometano da Solvi, no interior de São Paulo. Juntamente com a Secretaria de Educação (SEDUC), as Procuradorias do Estado e do Município e o Consulado-Geral de Portugal em São Paulo, a AI tem trabalhado no processo de cessão de espaço para a instalação da escola portuguesa. Desde 2018, a escola modelo deveria estar funcionando em terreno localizado no bairro do Sumaré da capital paulista. Em razão de conflitos jurídicos entre a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, a construção da escola encontra-se em suspensão. Após entendimentos entre as autoridades do Estado, Município e Consulado Português, o termo aditivo que prevê a cessão do terreno será assinado em momento oportuno. Juntamente com a Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), auxiliou na organização de visitas monitoradas de delegações estrangeiras ao sistema de transporte sobre trilhos, inclusive com visitas aos Centros de Comando Operacional (CCO) do Metrô e da CPTM. Em 2025, foram recebidas delegações da França e África do Sul (Província de Eastern Cape). Na área de ciência e tecnologia, a Assessoria Internacional vem atuando em estreita coordenação com a FAPESP, os institutos de pesquisa e as universidades paulistas. Em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), tem contribuído para a implementação dos Distritos de Inovação — áreas urbanas voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, estruturadas a partir da colaboração entre organizações âncoras de alto desempenho. A Assessoria contribuiu, em especial, para divulgação do lançamento do Distrito de Inovação da capital junto aos Consulados estabelecidos em São Paulo. Com a Secretaria de Esportes, a AI liderou articulações para viabilizar o primeiro jogo da temporada regular da National Basketball Association (NBA) no Brasil, previsto para ocorrer no Ginásio do Ibirapuera, com apoio da XP Investimentos. As tratativas, temporariamente suspensas, devem ser retomadas em momento oportuno. Em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a AI promoveu reuniões com delegações do Québec (Canadá) e da Finlândia, proporcionando a diplomatas e empresários desses países a oportunidade de conhecer os avanços de São Paulo em agricultura sustentável e o papel central da inovação nesse setor. Outro tipo de ação conjunta da Assessoria com as Secretarias ocorre no âmbito dos órgãos colegiados de que participa, como, por exemplo, as reuniões conjuntas dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEETP), Comitê Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE), Comitê Estadual para Refugiado (CER), todas coordenadas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. Prosseguiram ainda as negociações de MoU com o Québec (Canadá) e foram iniciadas as negociações de Protocolo de Intenções com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). O texto do MoU se encontra atualmente sob análise do departamento jurídico da Secretaria do Turismo. Ainda, como projeto de médio prazo, a AI está desenvolvendo, em parceria com os principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento – ou BMDs - (BID, CAF, KFW, AIIB, NDB, IFC), um documento destinado a apresentar essa categoria de instituições e suas oportunidades especialmente aos prefeitos paulistas. A iniciativa visa facilitar o acesso dos municípios a recursos estrangeiros para projetos de infraestrutura, contribuindo para reduzir a assimetria de informações entre os BMDs e as administrações locais. *CERIMONIAL: O*



Cerimonial desempenha papel estratégico na organização e condução das atividades protocolares do Governo do Estado, contemplando ações internas e externas, o planejamento e a organização de eventos, atividades administrativas, consulares e de tecnologia da informação, bem como a articulação de parcerias institucionais, assegurando o adequado suporte às agendas oficiais no período analisado. Em 2025, o Cerimonial realizou um total de 18.367 atividades, abrangendo diferentes áreas de atuação. Organização de Eventos do Governo: Em 2025, o Cerimonial do Governador foi responsável pela organização, coordenação e apoio protocolar de diversos eventos oficiais, abrangendo diferentes formatos, autoridades e locais, conforme descrito a seguir: Almoços, Cafés da manhã, Coquetéis e jantares; Eventos internacionais (Governador/Primeira-Dama/Vice-Governador e Casa Civil); Audiências e reuniões no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador: capital e interior; eventos do Governador de médio e grande porte no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador (fora do estado); Eventos da Primeira-Dama (capital /interior/ Palácio dos Bandeirantes); Eventos do Vice-Governador (no Palácio ou externos); Eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do governador; Adicionalmente, foram elaborados e encaminhados 523 roteiros protocolares, distribuídos da seguinte forma (358 para o Governador, 148 para o Vice-Governador, 7 para Primeira-Dama, 4 para o Secretário da Casa Civil, 1 para Secretário de Projetos Estratégicos; 2 para o Chefe de Gabinete do Governador e 3 sem a presença do Governador). Infraestrutura – Atendimentos Internos (Palácio dos Bandeirantes): No âmbito da infraestrutura interna do Palácio dos Bandeirantes, foram realizados 159 atendimentos nos espaços disponibilizados. Planejamento de Eventos – Externo: As atividades de planejamento e acompanhamento de eventos externos totalizaram 910 ações, englobando desde reuniões preparatórias até eventos realizados por meio de contratos, sendo: Eventos com acompanhamento dos produtores: 300; Reuniões precursoras: 310; Eventos por contrato: 93 no Palácio dos Bandeirantes com produtores; 80 nas regiões Metropolitanas de São Paulo e Regiões Administrativas de São José dos Campos, Santos e Registro; e 127 nas Regiões Administrativas de Sorocaba, Campinas, Itapeva, Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru, Marília, São José do Rio Preto, Barretos, Franca, Araçatuba e Presidente Prudente. Atividades Administrativas - Correspondência Oficial: Foram realizadas 1.463 ações relacionadas à correspondência oficial, compreendendo: Envio de convites: 182; Envio de informes: 126; E-mails de agradecimento: 510; Cartões de cumprimentos às Prefeituras: 645. Atividades na Área de Tecnologia da Informação: As atividades de suporte, organização e atualização de dados institucionais somaram 14.351 ações, destacando-se: Atualização, cadastro e elaboração de mailing e planilhas para eventos: 1.158; Envio de e-mails com relação de nomes e cargos de autoridades (pedidos de listas), além de ligações de RSVP: 2.699; Leitura do Diário Oficial e comunicação por e-mail de alterações no mailing institucional: 71. Atividades Consulares: No âmbito das relações consulares, foram registradas 123 ações, incluindo: Envio da lista consular por e-mail: 3; Atualização da lista consular: 18; Cartões de cumprimentos por ocasião de Datas Nacionais: 90; Remessa de cartões por correio: 12. Parcerias e Interfaces Institucionais: As ações voltadas à articulação institucional e internacional totalizaram 118 atividades, compreendendo: Agendas, visitas e reuniões internacionais: 53. Atividades do Conselho de Honrarias e Mérito para concessão de condecorações: 65. **AGENDA DO GOVERNADOR - AUDIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES:** É a área responsável por elaborar, coordenar e organizar as reuniões, eventos e demais compromissos do Governador de São Paulo e por redigir a agenda pública do Chefe do Executivo Estadual. É também a área que recebe os convites a ele direcionados e que concentra o contato de autoridades e representantes da iniciativa privada para todo o tipo de demanda que envolva o Governador, para eventos ou reuniões. A construção de uma agenda de trabalho eficiente pressupõe amplo conhecimento das políticas e prioridades estratégicas do Poder



Executivo Estadual, sendo instrumento primordial para o direcionamento e condução das políticas públicas. Nesse sentido, a confirmação de um compromisso é precedida de ampla análise técnica, política, social, econômica e estratégica do assunto e das políticas envolvidas, de contato prévio com a Secretaria de Estado responsável pelo tema, e, por fim, de ajuste de data e horário. Dentro desse escopo de atuação, e consideradas as competências da Agenda do Governador, segue abaixo o balanço das ações realizadas: Eventos: no período de janeiro a 10/12/2025, o Governador compareceu a 387 eventos, sendo 193 eventos em 110 municípios do interior do Estado de São Paulo, 169 na capital, 7 eventos em outros Estados do Brasil e em 18 eventos durante as Missões Internacionais realizadas em 2025. No mesmo período, quando no exercício do cargo de Governador do Estado de São Paulo, o Vice-Governador participou de 31 eventos, sendo 5 na capital e 26 eventos no interior, em 17 municípios do Estado. Reuniões: no período de janeiro a 10/12/2025, o Governador realizou 366 reuniões. Convites: no período de janeiro a 10/12/2025, foram recebidos 2.380 convites. Destes, 135 foram atendidos pelo Governador e os demais receberam o seguinte encaminhamento: - Cumprimentos: 1.798; - Representação: 213; - Participação do Vice-Governador: 89; - Eventos arquivados, adiados ou cancelados: 145. *CONSELHO ESTADUAL DA ORDEM DO IPIRANGA*: As atividades realizadas referem-se à continuidade do processo de reestruturação do atual Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga, visando a restituição das atribuições técnicas heráldicas originais e sua denominação correta como Conselho Estadual de Honrarias e Mérito (CEHM); e a revitalização da Ordem do Ipiranga, ordem honorífica que representa a mais importante condecoração do Estado de São Paulo, visando a sua revitalização e a criação, em separado, do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga (CEOI), como conselho deliberativo, conselho da medalha, para a Ordem do Ipiranga. A atuação também teve por meta estreitar a proximidade com os entes de governo e da sociedade civil relacionadas com o reconhecimento de mérito e o levantamento e pesquisa de base de conhecimentos para o registro do padrão de heráldica do Estado de São Paulo. Atividades realizadas: Continuidade na execução do planejamento estratégico elaborado em 2023, seguindo com atividades para implementar filosofia Lean 6 Sigma em todos os processos, podendo ser divididas em três tipos: atividades para o desenvolvimento, para valorização da dignidade e para melhoria do diálogo. Atividades para o desenvolvimento: Ajustes e revisões do projeto de reestruturação do Conselho Estadual de Honrarias e Mérito visando à publicação de novo decreto (aguardando aprovação final); aplicação do padrão técnico de heráldica do Estado de São Paulo em projetos de honrarias para fins de instituição e oficialização de honrarias; e criação do departamento de cerimonial heráldico (orientações sobre fonte de honra, cerimonial e papel do mestre de cerimônia, atualização dos regulamentos das honrarias para que tenham de forma expressa a tradição, elaboração de diplomas e de livro de ouro). Atividades para valorização da dignidade: Uso de técnicas de *coaching* para o desenvolvimento dos servidores do Conselho com foco nas competências necessárias; uso do modelo de gestão participativa nas ações do Conselho; uso do *ad referendum* do Conselho para indicar personalidades ao reconhecimento de mérito, em especial os militares do Palácio Bandeirantes, pertencentes à Guarda do Palácio e à Defesa Civil. Atividades para melhoria do diálogo: Aprimoramento do atendimento público à sociedade em temas relacionados a heráldica, cerimonial heráldico, honrarias, reconhecimento de mérito e condecorações; intensa e extensa participação do Conselho em eventos externos cívicos e militares representando a Casa Civil; visitas e reuniões com representantes da sociedade para tratar de assuntos de honrarias; melhoria na comunicação interna com outros departamentos da Casa Civil visando a um melhor relacionamento e maior celeridade dos processos; aproximação com outros entes do Governo do Estado, como por exemplo, Comandos de Policiamento e Batalhões da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento e Instituto



Agrônomo de Campinas; assessoria para criação de roteiros e scripts de cerimonial para eventos de outorgas de condecorações, tendo atuado inclusive na função de mestre de cerimônias; realização de cerimônias de acendimento de fonte de honra de honrarias instituídas e oficializadas: 11º BPM/M - Medalha Cinquentenário do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar Metropolitana; Casa Civil - Medalha Bandeirantes; CPA/M-6 - Medalha Cinquentenário do Comando de policiamento de Área Metropolitana Seis; Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba IHGGS - Colar Asas de Um Sonho; Sociedade Veteranos de 32 MMDC - Medalha Cel. Azarias; Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento SEFAZ - Medalha de "Mérito Fazendário Professor Antônio Delfim Netto"; Sociedade Amigos da Marinha SOAMAR / São Paulo- Medalha Almirante Maximiano. Resultados quantitativos: CHANCELARIA: 6.196 chancelas emitidas. ASSESSORIA: 33 assessorias com emissão de 40 pareceres técnicos heráldicos. 16 pareceres para instituição de honrarias de Estado. 9 pareceres para oficialização de honrarias civis. 15 pareceres técnicos heráldicos diversos. CONSULTORIA: 33 projetos completos de honraria entregues. OUTORGAS: 65 agradecimentos com honrarias da Casa Civil. 2 admissões na Ordem do Ipiranga (Grã-Cruz). 63 outorgas da medalha Bandeirantes. CERIMONIAL: 9 cerimônias de acendimento de fonte de honra. Chancelaria (gestão de honrarias): reconhecimento oficial de diplomas de condecorações por meio de chancela física numerada, registrada e assinada pelo presidente do Conselho. Foram emitidas 6.196 chancelas de diplomas no período. Foi feito levantamento preliminar para que em 2026 seja realizada estruturação do banco de dados de gestão de honrarias do Conselho. Assessoria (publicação de decretos): 25 assessorias técnicas por meio de pareceres técnicos heráldicos, em alguns casos incluindo revisão de projeto técnico envolvendo pesquisa de elementos, desenho técnico, descrição heráldica e elaboração de regulamento de funcionamento. 16 Decretos de Instituição: Centro Médico da PMESP - Medalha 1º Centenário do Centro Médico; 14º BPM/M - Medalha do Centenário do 14º Batalhão Policial Militar Metropolitana; 1º BPA - Medalha do Cinquentenário do 1º Batalhão de Polícia Ambiental – "Medalha Cel PM Leônidas Tavares"; 1º BPM/I - Medalha Cinquentenário do 1º Batalhão de Polícia Militar do Interior 1º BPM/I; CPAM-2 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois; CPA/M-6 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Seis; Instituto Agrônomo de Campinas - Medalha Mérito Científico D. Pedro II; Secretaria de Agricultura e Abastecimento - Medalha Mérito Fazendário Professor Antônio Delfim Netto; Polícia Penal do Estado de São Paulo - Medalha Ao Mérito Penitenciário; CPI -3 - Medalha Patrono do Comando de Policiamento do Interior Três - Coronel PM Paulo Monte Serrat Filho; 1º BPRv - Medalha do "Cinquentenário do 1º Batalhão de Polícia Rodoviária – Cel PM José de Pina Figueiredo" ; CPI 10 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Dez; CPI – 1 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior – Um (CPI-1); 15 BPM/I - Medalha Cinquentenário do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar do Interior – Cel. Antônio Batista da Luz; CPI-3 - Medalha do Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Três - CPI-3; CPI-6 - Medalha do Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Seis - CPI-6. 9 Decretos de Oficialização: SOAMAR São Paulo - Medalha Almirante Maximiano; IHM - Medalha Batalha de Montese; IHM - Medalha Batalha de Tuiuti; MMDC - MEDALHA Coronel Azarias Silva ; Instituto Brasileiro de Abordagem Humanizada à Tentativa de Suicídio - Medalha do Mérito Pela Vida; MMDC - Ordem do Mérito Armando Romagnoli "Herói Paulista - Combatente de 32"; MMDC - Medalha MMDC Medalha Maria Soldado - Heroína de 32; IHGGS - Colar Asas de Um Sonho - Mérito Comandante Rolim Adolfo Amaro; MMDC – Medalha Legião 32 de São Miguel Arcanjo. Consultoria (projetos técnicos heráldicos): foram realizadas 33 consultorias técnicas heráldicas, incluindo pesquisa de elementos, desenho técnico, descrição heráldica, e elaboração de regulamento de funcionamento: IHGGS -



Colar do Mérito Comandante Rolim Adolfo Amaro, em três modalidades; IBAHTS - Medalha do Mérito "Pela Vida"; IHM - Medalha Batalha de Guararapes; IHM - Medalha Batalha de Montese; IHM - Medalha Batalha do Tuiuti; IHM - Medalha de Sangue e Bravura; IHM - Medalha Honra aos Combatentes da Primeira Guerra Mundial; MMDC - Medalha Legião 32 de São Miguel Arcanjo; MMDC - Ordem do Mérito Veterano Heber de Mello Valente; SJC/CPDCN - Medalha Professor Eduardo de Oliveira; CGPC - Medalha Cinquentenário da Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo; CM - Medalha Cinquentenário da Defesa Civil; SAA/IAC - Medalha do Mérito Científico D. Pedro II; SEDUC - Medalha "Professora Benedicta Sodré"; SEFAZ - Medalha de "Mérito Fazendário Professor Antônio Delfim Netto"; 10º BPM/I - Medalha Comemorativa do Cinquentenário do Décimo Batalhão de Polícia Militar do Interior; 19º BPM/I - Medalha Cinquentenário do Décimo Nono Batalhão de Polícia Militar do Interior; 11º BPM/M - Medalha Cinquentenário do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar Metropolitano; 13º BPM/M - Medalha Cinquentenário do Décimo Terceiro Batalhão de Polícia Militar Metropolitano; 15º BPM/I - Medalha Cinquentenário do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar do Interior – Cel. Antônio Batista da Luz; 15º BPM/M - Medalha Cinquentenário do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar Metropolitano; 1º BPRv - Medalha do "Cinquentenário do 1º Batalhão de Polícia Rodoviária – Cel PM José de Pina Figueiredo"; 9º BPM/M - Medalha Escudo da Lei; CPA/M-2 - Medalha do Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois; CPA/M-4 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Quatro; CPA/M-5 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Cinco; CPA/M-6 - Medalha Cinquentenário do Comando de policiamento de Área Metropolitana Seis; CPA/M-7 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento de Área Sete; CPI-1 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Um; CPI-10 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Dez; CPI-3 - Medalha do Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Três; CPI-6 - Medalha Cinquentenário do Comando de Policiamento do Interior Seis; GBMar - Medalha do "Mérito do Salvamento Marítimo". Outorgas (agraciamento com honrarias): além das outorgas extraordinárias realizadas por indicação direta do Governador e do Secretário-Chefe da Casa Civil, destaca-se a realização da primeira outorga ordinária, por indicação direta do Conselho, da Medalha Bandeirantes, ao Ten. Cel. Res. PM Antônio Adriano Colmanette, servidor da Casa Civil, que atua no ambulatório do Palácio Bandeirantes, sendo o primeiro servidor da casa a receber a condecoração. Cerimonial Heráldico: elaboração de roteiros e scripts de cerimônias de outorga; participação como representantes da Casa Civil em mesas de honra; participação como cerimonialistas e mestres de cerimônia em eventos civis; realização do acendimento da fonte de honra de 9 honrarias: 11º BPM/M - Medalha Cinquentenário do Décimo Primeiro Batalhão de Polícia Militar Metropolitano; CC - Medalha Bandeirantes; CPA/M-6 - Medalha Cinquentenário do Comando de policiamento de Área Metropolitana Seis; IHGGS - Colar Asas de Um Sonho; MMDC - Medalha Cel. Azarias; SEFAZ - Medalha de "Mérito Fazendário Professor Antônio Delfim Netto"; SOAMAR - Medalha Almirante Maximiano; IAC – Medalha do Mérito Científica D. Pedro II; IBAHTS - Medalha do Mérito "Pela Vida". *ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM BRASÍLIA (EGESP)*: O Escritório de Representação do Governo do Estado de São Paulo em Brasília foi criado pelo Governador Tarcísio de Freitas, via Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023, sendo responsável por desempenhar competências incorporadas da Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional e da Assessoria Especial do Governo de São Paulo em Brasília, então previstas no Decreto nº 64.462, de 11 de setembro de 2019 (artigos 24 e 25). Em 5 de novembro de 2025, o Decreto N° 70.049 consolidou a reestruturação organizacional da Casa Civil e da Governadoria do Estado de São Paulo, destacando a atuação do Escritório do Governo em Brasília, nos artigos 2º, 8º,



26 e 31. Atuação do Escritório de São Paulo em Brasília no ano de 2025: No decorrer do ano de 2025, a atuação do Escritório de Brasília concentrou-se em: i) Assessorar o Governador Tarcísio, contínua e sistematicamente, quanto a todos os temas relevantes e de interesse do Estado de São Paulo, e ii) prestar o mais completo apoio logístico ao Governador, Secretários, Assessores, e autoridades do Estado, quando de suas agendas oficiais em Brasília. Neste intento, destacam-se a participação e atuação do Chefe do Escritório, em diversas agendas de natureza técnica, estratégica e político-institucional, nas quais viabilizou e promoveu importantes interlocuções com membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dentre outras autoridades públicas e privadas, alavancando projetos, metas, programas e ações de iniciativa ou importantes para o Governo de São Paulo.

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO: O Fundo Social de São Paulo (FUSSP) tem como missão desenvolver, implementar e fortalecer programas e projetos sociais destinados à promoção da melhoria da qualidade de vida dos segmentos mais vulneráveis da população do estado de São Paulo. Seu propósito central consiste em fomentar a solidariedade educativa e estruturar iniciativas que contribuam para o resgate da dignidade humana, ampliando o acesso à qualificação profissional, à geração de renda e à inserção produtiva. Para o cumprimento de sua missão, são planejadas e executadas ações integradas que envolvem a articulação com os Fundos Sociais dos municípios, organizações da sociedade civil, entidades da iniciativa privada e diversos órgãos da Administração Pública Estadual. Essa rede de colaboração permite a expansão do alcance das políticas sociais, assegurando maior eficiência na implementação das atividades e na obtenção de resultados efetivos para as comunidades atendidas. As iniciativas desenvolvidas abarcam, entre outras frentes, a capacitação profissional, o fortalecimento de vínculos comunitários, o apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, a promoção de oportunidades de trabalho e renda, bem como a oferta de equipamentos, serviços e projetos que contribuam para o desenvolvimento social e econômico das regiões contempladas. A seguir, as principais ações realizadas no exercício de 2025: Programa Escola de Qualificação Profissional: Instituído pelo Decreto nº 57.314, de 8 de setembro de 2011, o programa foi concebido com a finalidade de promover a formação de agentes multiplicadores e a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seu propósito é ampliar as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a inclusão produtiva, o fortalecimento da autonomia e a geração de renda das populações atendidas. Para atingir tais objetivos, o programa oferta uma estrutura formativa composta por cursos distribuídos em seis áreas do conhecimento, selecionadas conforme demandas atuais do mercado de trabalho e potenciais de empreendedorismo. As áreas contempladas abrangem Administração e Empreendedorismo; Beleza e Bem-Estar; Construção Civil; Moda e Arte; Gastronomia; e Informática, permitindo aos beneficiários a aquisição de competências técnicas, conhecimentos práticos e habilidades essenciais para inserção profissional, atuação autônoma e desenvolvimento comunitário. No exercício de 2025, foram disponibilizadas 21.380 vagas destinadas à formação e qualificação profissional, ofertadas em diversos equipamentos e territórios estratégicos, incluindo as Praças da Cidadania, os Centros de Integração da Cidadania (CICs), as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) parceiras e municípios do Estado de São Paulo. A execução dessas vagas foi viabilizada por meio de convênios celebrados com instituições reconhecidas pela excelência em educação profissional e promoção do desenvolvimento econômico, conforme detalhado a seguir: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) – formalizado pelo Processo SEI nº 001.00003196/2023-61, responsável pela oferta de cursos técnicos e de qualificação em diversas áreas do conhecimento, contribuindo de forma expressiva para a formação profissional no Estado. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) – por meio dos Processos SEI nº 001.00008412/2023-64 e nº 001.00001216/2023-69, ofertou capacitações voltadas às demandas do



comércio, serviços e setores correlatos, proporcionando formação atualizada e alinhada às necessidades do mercado. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Sebrae) – formalizado pelo Processo SEI nº 001.00003803/2023-92, com foco no desenvolvimento do empreendedorismo, gestão de negócios e fortalecimento da autonomia econômica dos participantes. A articulação dessas parcerias permitiu ampliar o alcance territorial do programa, diversificar a oferta formativa e assegurar padrões elevados de qualidade técnico-pedagógica nos cursos disponibilizados à população. Do total de vagas ofertadas, 870 foram executadas diretamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), no âmbito das formações realizadas em parceria com a instituição, assegurando qualidade técnico-pedagógica e alinhamento às demandas do mercado. Outras 1.752 vagas foram ofertadas pelos municípios, por meio de convênios firmados ao longo do exercício de 2024, permitindo a descentralização das ações formativas e a ampliação do acesso da população local aos cursos profissionalizantes. Além disso, registrou-se a execução de 13.705 vagas pelo Centro Paula Souza (CPS), instituição responsável por significativa parcela da formação técnica e profissional no Estado, contribuindo de maneira expressiva para o alcance e a diversidade das capacitações oferecidas. Também foram realizadas 5.053 vagas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cuja atuação concentrou-se no fortalecimento do empreendedorismo, no desenvolvimento de competências de gestão e na promoção da autonomia econômica dos participantes. Programa Praça da Cidadania: O programa tem por finalidade contribuir para a redução da vulnerabilidade social em territórios densamente povoados do estado de São Paulo. Esse objetivo é alcançado por meio da promoção de ações integradas de inclusão social, fortalecendo a participação ativa da comunidade e estimulando o desenvolvimento local. Trata-se de uma iniciativa de caráter abrangente, que engloba não apenas a qualificação profissional da população em situação de vulnerabilidade, mas também o incentivo à geração de empregos, ao empreendedorismo, à autonomia financeira e ao fortalecimento dos vínculos comunitários. No centro dessa iniciativa está o edifício da Escola de Qualificação Profissional do Fundo Social de São Paulo, que oferece cursos gratuitos voltados à inclusão produtiva, ampliando oportunidades de capacitação, empregabilidade e geração de renda. As Praças da Cidadania também são concebidas como equipamentos multifuncionais destinados a promover esporte, lazer e convivência e oportunidades de capacitação. A configuração de cada unidade é adaptada às características do terreno disponível, podendo incluir quadras poliesportivas, campos de futebol society, meias-quadras de basquete, pistas de skate, áreas de caminhada, academias ao ar livre, espaços de jogos, parquinhos infantis, arenas abertas para eventos, hortas comunitárias, jardins de chuva e piscinas. No ano de 2025, o programa avançou significativamente, com a entrega as novas Praças da Cidadania de Itaquaquecetuba e São Bernardo do Campo, ambas já em pleno funcionamento, além da conclusão de obra da unidade de Embu das Artes, prevista ainda para este ano. Com a entrada em operação de Itaquaquecetuba e São Bernardo do Campo, 11 unidades encontram-se atualmente em funcionamento, localizadas em Paraisópolis, Vila da Paz, Guarulhos, Itapevi, Osasco, Hortolândia, Mauá, Mogi das Cruzes, Santo André, Itaquaquecetuba e São Bernardo do Campo, sendo que a unidade de Santo André está em funcionamento parcial, operando temporariamente em um local provisório até a instalação definitiva. Coordenação de Relação com Municípios e Organizações Sociais: Responsável por prestar assessoria técnica contínua aos Fundos Sociais dos Municípios e às Organizações da Sociedade Civil parceiras, especialmente no âmbito dos convênios firmados para a execução dos cursos da Escola de Qualificação Profissional, a Coordenação desempenha papel estratégico no acompanhamento, na orientação e na garantia da conformidade técnico-administrativa das ações desenvolvidas. Além dessas atribuições permanentes, a Coordenação também conduziu, ao longo do período, a realização dos eventos



descritos a seguir: Visitas municipais: Foram realizadas 139 visitas municipais às Unidades Móveis do Programa Caminho da Capacitação. Essas agendas reforçaram o compromisso do Governo do Estado em estar presente nos territórios, acompanhando de perto as ações, ouvindo a população, dialogando com as lideranças locais e garantindo que a oferta de cursos e oportunidades de qualificação chegue, de maneira efetiva, a quem mais precisa. Encontros no Palácio: Foram realizados importantes encontros no Palácio dos Bandeirantes, reunindo primeiras-damas e representantes dos Fundos Sociais de diversos municípios, fortalecendo o diálogo e o compromisso conjunto com as políticas sociais do Estado. Entre os principais destaques, esteve o Lançamento do Programa Caminho da Capacitação, ocasião em que as participantes puderam conhecer de perto as Unidades Móveis, simbolizando a expansão das oportunidades de qualificação profissional para todas as regiões paulistas. Também foi promovido o evento do Outubro Rosa, que reforçou a mobilização estadual pela prevenção e pelo cuidado com a saúde das mulheres, consolidando o papel do Fundo Social como articulador de ações de proteção e acolhimento. Outro marco relevante foi o Lançamento do Programa de Equipagem dos Fundos Sociais, que contou com a entrega de 200 veículos destinados aos municípios, ampliando a capacidade de atuação local e fortalecendo iniciativas de assistência social, mobilização comunitária e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade. Formatura com OSC's e municípios: Foram realizadas aproximadamente 24 cerimônias de formatura de alunos qualificados pelos cursos ofertados pelo Fundo Social de São Paulo, no âmbito do Programa Caminho da Capacitação. As formaturas contaram com a presença da Primeira-Dama do Estado, Sra. Cristiane Freitas, do Governador do Estado, Sr. Tarcísio de Freitas, além de prefeitos, primeiras-damas municipais, e empresários parceiros e a comunidade local. Encontro de formandos: Foram promovidas duas cerimônias de formatura no Palácio dos Bandeirantes, realizadas nos meses de setembro e dezembro. Os eventos reuniram aproximadamente 1.252 formandos oriundos dos cursos ofertados nas Praças da Cidadania e nos Centros de Integração ao Cidadão. Encontro de Primeiras-Damas e outros eventos: Destacaram-se as 139 visitas municipais realizadas às Unidades Móveis do Programa Caminho da Capacitação, iniciativa que se consolidou como uma das principais políticas públicas de qualificação profissional do Governo. Essas visitas possibilitaram que primeiras-damas e representantes dos Fundos Sociais acompanhassem, in loco, o funcionamento dos cursos, dialogassem diretamente com a população, identificassem demandas emergentes, fortalecessem vínculos com a comunidade e garantissem que as ações de formação profissional alcançassem de forma efetiva e estruturada os territórios de maior vulnerabilidade social. Paralelamente, o Palácio dos Bandeirantes tornou-se palco de encontros estratégicos que reuniram primeiras-damas, gestoras e equipes técnicas dos Fundos Sociais de diversas regiões paulistas. Esses eventos foram fundamentais para fortalecer o pacto federativo, alinhar diretrizes, fomentar a troca de experiências exitosas e consolidar uma visão integrada para o desenvolvimento social. Outros eventos institucionais e marcos relevantes de 2025 incluíram: Aula inaugural do Curso Livre de Gestão Pública (modalidade online), ampliando a capacitação de agentes públicos municipais; Lançamento do Programa Superação SP, voltado ao fortalecimento de políticas de inclusão e desenvolvimento social, juntamente com o Programa Caminho da Capacitação; Lançamento do Programa Trampolim, com foco em oportunidades de geração de renda e inserção no mercado de trabalho; Comemoração dos 40 anos das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), marco histórico na política de proteção às mulheres; Abertura do Natal no Palácio dos Bandeirantes, evento tradicional de integração e celebração com representantes de diversas regiões; Missa de Natal, reforçando o espírito de união e solidariedade que norteia as ações sociais do Estado. Doações: O FUSP, em alinhamento às diretrizes de proteção social do Governo do Estado, realizou ao longo de 2025 uma extensa operação de segurança alimentar, promovendo a distribuição de



aproximadamente 583.983 cestas básicas aos 645 municípios paulistas e às Organizações da Sociedade Civil parceiras. Essa iniciativa garantiu o atendimento de cerca de 2.335.932 pessoas em situação de vulnerabilidade social, assegurando apoio direto às famílias que mais necessitam. A distribuição foi organizada em etapas planejadas e executadas de forma integrada com os municípios, observando critérios técnicos e transparentes. A ordem de atendimento considerou parâmetros como número de habitantes, famílias inscritas no CadÚnico e renda per capita, assegurando equidade, eficiência e prioridade às localidades com maiores indicadores de vulnerabilidade. Resultados da Campanha do Agasalho 2025: A Campanha do Agasalho 2025, promovida pelo FUSP, consolidou-se como uma das maiores mobilizações humanitárias do Estado, reafirmando o compromisso da gestão em proteger as famílias mais vulneráveis durante o período de baixas temperaturas. Graças ao engajamento da sociedade civil, de empresas parceiras, instituições e órgãos públicos, foram arrecadadas 14.061.906 peças de roupas diversas, distribuídos 84.921 cobertores diretamente pela campanha e obtidas doações financeiras no valor de R\$ 1.031.894,41. Além disso, em uma ação estratégica, o FUSP realizou a distribuição de 100.299 cobertores aos municípios paulistas e às Organizações da Sociedade Civil, ampliando a cobertura da rede de proteção social. Programa de Voluntariado: Por meio da Portaria FUSP nº 02, foi instituído o Programa de Voluntariado do Fundo Social de São Paulo, uma iniciativa estratégica que reafirma o compromisso do Governo do Estado com a participação social, a solidariedade cidadã e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção das famílias em situação de vulnerabilidade. O programa tem como objetivo mobilizar pessoas dispostas a contribuir com ações de apoio aos projetos sociais e filantrópicos do FUSP, ampliando a capilaridade das políticas públicas e fortalecendo o engajamento da sociedade na construção de uma rede de acolhimento mais ampla e eficiente. Além das atividades cotidianas, os voluntários também desempenham papel fundamental nas ações emergenciais, oferecendo agilidade e reforço imediato às equipes técnicas. Para facilitar a adesão, o cadastramento está disponível no site oficial do Fundo Social, permitindo que cidadãos comprometidos com o bem comum se integrem rapidamente às frentes de atuação. Ao longo do período analisado, o Programa de Voluntariado registrou participação expressiva da sociedade, totalizando 230 voluntários envolvidos diretamente nas atividades realizadas. Desse total, 70 voluntários atuaram na triagem de roupas destinadas à Campanha do Agasalho; 40 voluntários participaram da triagem de gêneros alimentícios; outros 40 voluntários contribuíram na triagem de materiais de limpeza e higiene pessoal; e 80 voluntários estiveram envolvidos na montagem de cestas básicas destinadas às famílias mais vulneráveis. Esses números representam muito mais do que simples registros operacionais: demonstram a força da mobilização social, a confiança da população no trabalho do Fundo Social e a construção conjunta de políticas públicas mais humanas, eficientes e alinhadas às necessidades reais da população. Programa de Equipagem dos Fundos Sociais Municipais: Instituído pelo Decreto nº 69.719/2025, o Programa de Equipagem dos Fundos Sociais Municipais representa um marco na política social paulista ao fortalecer, de maneira inédita, a capacidade operacional dos municípios para atendimento direto às famílias em situação de vulnerabilidade. A iniciativa promove a entrega de veículos, equipamentos e materiais estruturantes que qualificam a rede local de assistência, ampliando o alcance das ações sociais, a eficácia das intervenções e a presença do Estado nos territórios que mais precisam. Com foco na descentralização das políticas públicas e na redução das desigualdades regionais, o programa permite que os Fundos Sociais Municipais aprimorem sua infraestrutura, ganhando mais eficiência na distribuição de cestas básicas, no acompanhamento de famílias, na execução de ações emergenciais, na oferta de cursos de qualificação e em outras iniciativas essenciais. Ao fortalecer a articulação entre municípios, Governo do Estado e sociedade civil, a equipagem consolida uma



gestão integrada e moderna, capaz de responder de forma ágil às demandas sociais e promover maior proximidade entre as políticas públicas e a população. Entre os impactos esperados estão o fortalecimento estrutural dos Fundos Municipais, o aumento da eficiência administrativa, a ampliação da capilaridade das ações sociais, a descentralização da oferta de serviços, a redução de gargalos logísticos e a melhoria do fluxo de trabalho das equipes. Como resultados, projeta-se a ampliação expressiva do número de atendimentos, maior capacidade de resposta a situações emergenciais e sazonais e a implementação de políticas sociais mais efetivas, sobretudo em municípios de pequeno porte. No primeiro ciclo do programa, foram contemplados 200 municípios com até aproximadamente 6.900 habitantes, representando um avanço significativo na interiorização das políticas sociais e no fortalecimento dos territórios de menor estrutura administrativa. A distribuição regional foi a seguinte: Araçatuba (23), Barretos (7), Bauru (15), Campinas (6), Central (6), Franca (6), Itapeva (11), Marília (29), Presidente Prudente (28), Ribeirão Preto (3), São José do Rio Preto (54), São José dos Campos (6) e Sorocaba (6), totalizando os 200 municípios atendidos. Leilões Fundo Social: Em 2025, o FUSP avançou de forma decisiva na modernização da gestão de bens públicos e no fortalecimento das políticas sociais por meio da realização de quatro leilões oficiais, que resultaram em uma arrecadação superior a R\$ 7,1 milhões. Esses recursos foram integralmente direcionados para a ampliação das ações sociais, fortalecimento das parcerias com os municípios e expansão da rede de proteção às famílias em situação de vulnerabilidade. O desempenho expressivo dos leilões é fruto de um trabalho estruturado e contínuo, viabilizado pela atuação conjunta do Centro de Material Excedente (CMEX) e do Núcleo de Armazenamento e Depósito de Materiais e Equipamentos Inservíveis (NADMEI). Esses setores recebem, de forma permanente, materiais considerados inservíveis para o serviço público, provenientes de Secretarias de Estado, entidades públicas estaduais e também de doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Todo esse material é catalogado, organizado em lotes e destinado à alienação por meio de leilões públicos, obedecendo a rigorosos critérios de transparência, economicidade e eficiência administrativa. Além disso, o Departamento Central de Transportes Internos (DCTI) desempenha papel fundamental nesse processo. Em cumprimento ao Decreto nº 56.827/2011, alterado pelo Decreto nº 57.220/2011, o DCTI recebe continuamente veículos oficiais considerados inservíveis, oriundos de órgãos públicos estaduais, bem como veículos doados por pessoas físicas e jurídicas. Esses bens também passam pelo processo de loteamento e são alienados em leilões públicos, garantindo a destinação adequada dos ativos e a geração de receita para investimentos sociais. Comunicação Pública Governamental: Tem papel importante na promoção da transparência, prestação de contas e na construção de uma imagem positiva do órgão. O setor possui três atividades: Assessoria de Imprensa, Digital e Cerimonial. A área de Comunicação desempenha um papel estratégico na consolidação das políticas públicas do Governo do Estado, ao fortalecer a relação com os veículos de imprensa e assegurar uma divulgação qualificada das ações do Fundo Social. Em 2025, esse trabalho se refletiu diretamente nos resultados do Plano Plurianual (PPA), que registrou 2.187 publicações de mídia direcionada, todas relacionadas às iniciativas do Fundo Social de São Paulo. Nas redes sociais, a comunicação digital consolidou-se como instrumento central de aproximação com a população. O Instagram, principal plataforma institucional do Fundo Social, apresentou crescimento expressivo, ampliando sua base de seguidores de 36,5 mil para 44,7 mil, um aumento de 27,7%. No âmbito do Cerimonial, setor igualmente vinculado à Comunicação, foram registrados 147 eventos ao longo do ano. Esses eventos desempenharam papel fundamental na consolidação da presença institucional do Governo, promovendo integração com lideranças municipais, instituições parceiras e a sociedade civil. Cada cerimônia representou uma oportunidade de fortalecer o diálogo federativo, reafirmar



compromissos e dar visibilidade às entregas, programas e ações que impactam diretamente a vida da população.

CASA MILITAR

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - DIVISÃO DE PREVENÇÃO - Identificação do Risco e Prevenção: Entrega de 39 instrumentos de mapeamento de suscetibilidade, risco e aptidão a urbanização, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Serviço Geológico do Brasil – SGB, LOCALSIG, FIOCRUZ e REGEA, beneficiando 38 municípios do Estado. Foram entregues 15 cartas de suscetibilidade, 2 cartas de aptidão à urbanização, 13 setorizações e 9 Planos Municipais de Redução de Riscos, em evento de capacitação sobre a finalidade e aplicação desses instrumentos, de forma multidisciplinar em âmbito municipal, realizado no dia 14 de maio, no município de Franca, com participação de 33 municípios e capacitação de 52 agentes públicos municipais. No dia 02 de outubro, no município de Presidente Bernardes, com participação de 5 municípios e capacitação de 20 agentes públicos municipais. Os instrumentos têm a finalidade de dar conhecimento ao poder público da situação das áreas de risco existentes no território municipal, permitindo que os gestores possam implantar iniciativas multidisciplinares para prevenir ou mitigar o risco e preparar-se para agir em um momento de crise, dando a resposta adequada para atender à população e restabelecer os cenários e serviços essenciais. *Planos de Contingência:* Operacionalização da plataforma web para elaboração de Planos de Contingência Municipais - PlanCon. O módulo PlanCon, disponibilizado aos municípios paulistas, está hospedado no Sistema Integrado de Defesa Civil – SIDEC, tendo sido criado com a finalidade de facilitar a elaboração e a gestão dos planos de contingência pelos gestores municipais de proteção e defesa civil. Até o momento, 254 municípios já iniciaram a inserção de dados no sistema e 63 já concluíram a elaboração do plano. *Planos de Ação de Emergência:* Recebimento de 05 Planos de Ação de Emergência - PAE de barragens situadas no Estado de São Paulo, para atualização dos já existentes, os quais, pelas características, estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Desde 2016, já foram recebidos 145 PAEs, que abrangem 188 barragens, relacionadas a diversos tipos de uso: 10 de abastecimento humano, 7 de contenção de rejeitos de mineração, 1 defesa contra inundações, 77 do setor hidrelétrico, 3 de águas para usos industriais, 29 de águas para usos múltiplos, 3 para recreação, 15 Regularização de vazão, 1 de resíduos industriais. Neles, foram identificados 339 municípios em áreas de inundação: 276 paulistas e 63 de estados vizinhos (9 em MG, 16 no MS, 36 no PR, 1 em GO e 1 no RJ). Todas os respectivos órgãos de defesa civil estaduais foram cientificados e os municípios paulistas identificados foram comunicados a respeito da necessidade de efetiva integração com os empreendedores, conhecimento do PAE e incorporação das informações nos PlanCon. *Exercícios Simulados em Barragens:* Realização de exercícios simulados de abandono das Zonas de Auto salvamento – ZAS da Barragem Mosaic Fertilizantes (município de Cajati), com a participação de 118 pessoas, Barragens da CBA, Barragem UHE Serraria (município Juquiá), com a participação de 117 pessoas, da Barragem UHE Iporanga (município de Juquiá), com a participação de 89 pessoas, da Barragem UHE Ourinhos (município de Ourinhos) com



a participação de 52 pessoas, da Barragem UHE Piraju (município de Piraju) com a participação de 76 pessoas, Barragem da AXIA, Barragem UHE Luiz Carlos Barreto (município de Rifaina) com a participação de 30 pessoas. Foi realizada palestra educativa na Escola Estadual Professora Henriqueta Rivera Miranda com a participação de 50 pessoas entre alunos e professores. A população participou de forma presencial, com uso de aplicativo Alert Indivíduo, os moradores e presentes na área percorreram as rotas de fuga, devidamente sinalizadas, até os pontos de encontro, onde foram recepcionados pela equipe e membros da defesa civil. *Programa Escola Mais Segura: O Programa Escola + Segura*, inserido no eixo de Educação para Redução de Riscos e Desastres (ERRD) e desenvolvido de forma integrada pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Casa Militar/Defesa Civil, consolidou-se como uma das principais iniciativas estaduais voltadas à promoção de ambientes escolares mais seguros e resilientes. Ao longo do ano, foram realizadas capacitações regionais sobre a elaboração e implementação dos Planos de Contingência Escolar, contemplando gestores, equipes técnicas e representantes de unidades educacionais de diversas Diretorias de Ensino. Os encontros abordaram temas essenciais, como a importância da ERRD na comunidade escolar, sustentabilidade socioambiental, práticas educativas de prevenção, principais desastres associados a eventos climáticos no Brasil, funcionamento dos sistemas oficiais de alerta (Cell Broadcast, App Alerta SP e WhatsApp da Defesa Civil Nacional), além de conceitos de vulnerabilidade e metodologias para identificação de riscos e construção de estratégias preventivas no contexto escolar. Ao todo, 1.185 escolas foram atendidas, com a capacitação de 1.491 profissionais, abrangendo as Diretorias de Ensino de Caieiras, Guaratinguetá, Guarulhos Sul, Mauá, Pindamonhangaba, Santos, São Bernardo do Campo, São Paulo (Leste 4, Norte 1, Sul 1 e Sul 3), Registro, Franca, Botucatu, Bragança Paulista e Suzano. Os resultados refletem o fortalecimento da cultura de prevenção, a ampliação da capacidade de resposta das equipes escolares e o comprometimento interinstitucional na promoção da gestão integrada de riscos. Com isso, o programa avança de forma significativa na preparação das comunidades escolares para situações adversas, contribuindo diretamente para a proteção de vidas, a redução de danos e o desenvolvimento sustentável no ambiente educacional. *Olimpíadas do Conhecimento para Redução do Risco de Desastre: Realização das Olimpíadas do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil*, com a participação da Secretaria de Educação dos municípios de São Paulo e São Sebastião. O programa envolveu quatro escolas e um total de 185 alunos da rede municipal de ensino que, desde o início do ano, realizam atividades educativas com estudantes do 6º ano do ensino fundamental, com temas voltados à redução de riscos e desastres. Sendo: São Paulo com 1 escola municipal e a participação de 110 alunos e São Sebastião com 3 escolas e a participação de 75 estudantes. O programa tem o objetivo de transmitir conhecimentos sobre ERRD, contemplando a transmissão de conhecimento, a formação das equipes escolares, a realização de seletivas escolares e culminando em uma atividade no formato de gincana, e tornou base para a expansão das olimpíadas para os demais municípios paulistas. *Capacitações sobre Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Política Nacional de Segurança de Barragens e Plano de Contingência Municipal: Realização de 8 Capacitações sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens e Elaboração de PlanCon*, com apresentações de especialistas do DEPDEC, que abordaram os temas: a) Sistema Nacional de



Proteção e Defesa Civil (foco: competência natural e integração da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC com todas as políticas setoriais e necessidade de elaboração do PLANCON); b) Aspectos legais da PNSB (foco: integração com a PNPDEC); c) Plano de Ação de Emergência (PAE): elaboração participativa (foco: o papel do poder público municipal e sua integração com o empreendedor); d) Elaboração do Plano de Contingência Municipal (PLANCON); e) Elaboração do Plano de Contingência Municipal (PLANCON) para barragem. Os eventos foram realizados em sete regiões, abrangendo todo o Estado de São Paulo, contando com a participação de 1.452 agentes públicos municipais, representantes de 403 municípios. *Programa Município Resiliente: Operacionalização do Programa Município Resiliente – PMR*, criado por intermédio de uma parceria do DEPDeC com o Tribunal de Contas do Estado – TCESP e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, com o objetivo de avaliar a maneira como os municípios paulistas administram a redução de risco e de desastre em seus territórios, por meio da aferição de indicadores de gestão obtidos no Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, no Programa Município VerdeAzul – PMVA e na MCR2030. Em 2025, a certificação do PMR ocorreu da seguinte forma: a) Certificado de Resiliência: concedido a 98 municípios que obtiveram 70 pontos ou mais; b) Prêmio Ouro: Campinas; c) Prêmio Prata: São José do Rio Preto e Vinhedo; d) Prêmio Bronze: Botucatu, Bragança Paulista, Guarujá e Porto Feliz; e) Embaixador da Resiliência: Cel PM Res. Daniel Onias Nossa – Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil da Baixada Santista, em exercício; Maj PM Paulo Roberto Reis Teixeira de Souza – Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil de São José dos Campos; e Sidinei Furtado Fernandes – Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil de Campinas; f) Destaque na Evolução da Resiliência: – Prêmio Ouro: Euclides da Cunha Paulista, por ter obtido a maior evolução na pontuação do PMR; – Prêmio Prata: Ubirajara, por ter obtido a segunda maior evolução; – Prêmio Bronze: Castilho, por ter obtido a terceira maior evolução na pontuação do PMR, entre as certificações de 2023 e 2024. Também se destacaram na Evolução da Resiliência os municípios de Guaimbê, Andradina e Jeriquara. O Programa Município Paulista Resiliente foi reconhecido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil como boa prática a ser adotada por todos os municípios do Brasil. *Criação de novas Coordenadorias municipais de Proteção e Defesa Civil*: Decorrente da ação de fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, atualmente 645 municípios paulistas possuem defesa civil constituída. *Mapa Comunitário de Risco*: O Mapa Comunitário de Risco consolidou-se em 2025 como uma importante ferramenta de apoio aos municípios na comunicação do risco geológico e hidrológico à população. Desenvolvido pela CEPDEC, o material converte o conteúdo técnico das cartas geotécnicas de suscetibilidade e risco em informações simples, visuais e acessíveis, contribuindo para o fortalecimento da cultura de prevenção. O projeto foi elaborado em parceria com a Secretaria de Comunicação, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e o Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), além da colaboração dos gestores municipais de Francisco Morato, Jiquitiba e Mairiporã, com foco nas áreas suscetíveis a deslizamentos de terra e inundações. Em 2025, o Mapa Comunitário de Risco registrou ampla adesão: 200 municípios realizaram o download do material para a produção de seus mapas comunitários, evidenciando a expansão e o impacto da iniciativa após seu lançamento. Além disso, oito municípios de seis estados — Minas Gerais, Acre,



Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina — também adotaram o material, demonstrando seu alcance nacional. *Programa Estadual de Prevenção de Desastres e de Redução de Riscos Geológicos: Atualização do Plano de Trabalho e Revisão Normativa do Programa Estadual de Prevenção de Desastres e Redução de Riscos Geológicos.* Foi realizada a atualização da minuta do Plano de Trabalho 2024–2027, elaborada pela equipe da Secretaria Executiva do Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAEE), contemplando a definição das ações, metas e responsabilidades interinstitucionais no âmbito do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos (PDN). Paralelamente, desenvolveu-se a elaboração da minuta do novo decreto que dispõe sobre o Programa Estadual de Prevenção de Desastres e de Redução de Riscos Geológicos, em conformidade com o Decreto nº 64.673, de 16 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023, com o objetivo de atualizar e aprimorar o marco normativo do PDN, fortalecendo a governança e a integração entre os órgãos e entidades estaduais envolvidos na prevenção e mitigação de desastres. *Elaboração de novo Game Defesa Civil:* Realizada ação conjunta entre instituições estaduais de ensino e a Defesa Civil do Estado de São Paulo para promover o uso de tecnologias digitais na educação para redução de riscos. Entre os dias 02 e 04 de outubro, ocorreu, no campus da Fatec Carapicuíba, o Hackathon “Play to Survive – Desenvolvimento de Jogos para Aprendizagem sobre Gestão de Emergência em Desastres”. A iniciativa reuniu estudantes em formato presencial e híbrido, com o objetivo de criar soluções inovadoras de apoio à preparação comunitária, combinando elementos de jogos, tecnologia e impacto social. Participaram 07 (sete) equipes, com premiação em dinheiro aos (03) três primeiros colocados e vouchers de livros aos demais. No mesmo eixo temático, avançou-se na parceria acadêmica com instituição estadual de ensino superior para o desenvolvimento de um jogo educativo destinado a jovens de 10 a 15 anos, voltado à logística humanitária e à gestão de desastres no contexto brasileiro. O projeto fundamenta-se em revisão sistemática da literatura que identificou predominância de jogos focados em desastres súbitos, especialmente terremotos, com caráter educativo baseado em simulações de cenários. Diante dessa lacuna, está em desenvolvimento um game que aborda desastres relacionados a chuvas intensas, como inundações, deslizamentos e enchentes, com foco no litoral paulista. A proposta busca demonstrar o potencial da gamificação como ferramenta para construção de resiliência, encontrando-se atualmente em fase de elaboração do modo demonstrativo na plataforma Unity. *DIVISÃO DE PREPARAÇÃO - Capacitação dos agentes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil:* Para o período de estiagem as equipes volantes da divisão de preparação percorreram as regiões administrativas do Estado aplicando treinamento para os agentes e gestores do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil para atuação efetiva e sistêmica durante o período de estiagem, com vistas à redução dos incêndios florestais. A capacitação foi dividida em duas etapas: na fase teórica os alunos tiveram conteúdos de todos os órgãos estaduais integrantes do Comitê Executivo da SP SEM FOGO. A SEMIL através do DPFA, Fundação Florestal e CETESB palestrou sobre queima prescrita, operações em unidades de conservação, autorizações de queima, histórico de incêndios /focos de calor e ocorrências com balão. A Saúde foi representada pelo CVS que trouxe o tema estiagem x impactos na saúde. A CEPDEC trouxe o Plano de Contingência e Acionamento de Aeronave. E o Corpo de Bombeiros se encarregou de conteúdos sobre o SICOE, Integração do SEAE,



acionamento de brigadistas e a fase prática, realizada em um segundo dia, contendo técnicas de combate direto e indireto a incêndios em coberturas vegetais, além do correto uso dos equipamentos e regras de segurança para deslocamento na mata. De maneira inovadora, os municípios que concluíram as duas fases da oficina e cumpriram os critérios estabelecidos nas normas da Defesa Civil receberam, durante os treinamentos e, de forma gratuita, os kits de estiagem, contendo equipamentos para combate a incêndio em cobertura vegetal. Ao todo foram realizados 15 treinamentos nas regiões administrativas metropolitanas e do interior, foram capacitados para o período de estiagem 2.835 agentes de 537 municípios, sendo entregue, em parceria com a Logística Humanitária 402 kits no total. Para o período de chuvas de verão as equipes volantes da divisão de preparação percorreram as regiões administrativas do estado aplicando treinamento para os agentes e gestores do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil para atuação efetiva e sistêmica durante o período de chuvas de verão para redução de riscos e desastres. A edição de 2025 contou com 12 treinamentos presenciais que foram realizados nas 08 regiões que operam os Planos Preventivos de Defesa Civil para escorregamentos e inundações, e em mais 04 regiões do interior paulista que vem sofrendo com eventos climáticos extremos. Durante as capacitações, os agentes municipais receberam intenso treinamento teórico e prático, dividido em dois dias. Contaram com instrução de meteorologistas e exposição das condições do tempo para o período, ferramentas de monitoramento e emissão de alertas, uso e manutenção de pluviômetros, emergências na rede elétrica e rede de gás, psicologia aplicada ao desastre. Além disso, fizeram vistoria de campo acompanhada pelos técnicos do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) com o objetivo de capacitar os agentes a identificar sinais que antecedem os deslizamentos de terra em locais de risco, a partir de conceitos geológicos e ambientais. Ao término do treinamento, todos os participantes receberam um certificado, e os municípios que atendiam aos critérios, assim como foi feito nos treinamentos de estiagem, receberam do Núcleo de Logística Humanitária, um kit com equipamentos para auxiliar nas atividades de Defesa Civil, contendo pluviômetro, lonas e equipamento de proteção individual para uso durante as ocorrências. Foram capacitados nestes treinamentos o total de 1827 agentes, de 531 municípios, totalizando 459 kits entregues. Realização do Seminário *“Prevenção e Respostas às mudanças Climáticas”* em formato presencial, no Palácio dos Bandeirantes, voltado aos novos agentes de defesa civil que passaram a atuar na gestão de risco e gerenciamento de desastres na troca de governo municipal. Capacitados 764 agentes. Realização do *“Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil”*, presencial, destinado a agentes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e integrantes do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, fornecendo condições para atuação nas ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação, em face dos diversos desastres a que o Estado de São Paulo está sujeito. Foram capacitados no curso 76 pessoas entre militares e agentes de proteção e defesa civil, do estado de São Paulo, Bahia e Espírito Santo. Realização do *“Curso de Agente de Defesa Civil”*, semipresencial, com quatro dias de duração e 40 horas aulas. Nas duas edições (em março e junho) destinadas a capacitar agentes municipais para que atuam na gestão de risco e gerenciamento de desastres, foram capacitados 247 agentes. *Exercícios simulados com população residente em área de risco:* As equipes volantes da divisão de preparação organizaram o planejamento e coordenação junto aos municípios de *22 exercícios simulados* de



grande envergadura em comunidades vulneráveis em áreas de risco alto e muito alto, totalizando 1.964 pessoas capacitadas. Os exercícios simulados de ocorrência de desastre servem para colocar em prática as ações do Plano de Contingência elaborado pelos gestores municipais, onde são descritas todas as atribuições dos órgãos municipais de resposta e acolhimento a população, restabelecimento da normalidade e realocação das famílias afetadas. Serve também para capacitar os integrantes das equipes de atendimento que participam do exercício e principalmente os moradores, sobre como agir, para onde se dirigir e quem deve ser acionado no caso da ocorrência daquele tipo de emergência. Durante o período foram realizados exercícios nos seguintes locais: 08MAR – Simulação de comunicação emergencial REER – Rede Estadual de Emergência de Radioamadores. Estação Ecológica do Jataí, município de Luis Antônio, com participação de 50 pessoas; 26MAR – Simulação de ocorrência de emergência em saúde pública – Febre Amarela, Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim - município de Campinas, com participação de 50 pessoas; 02ABR – Simulação de ocorrência de incêndio em cobertura vegetal – Parque Estadual do Juquery – município de Franco da Rocha, com participação de 150 pessoas; 22ABR – Simulação de ocorrência de abandono e teste do SISAR (sistema de alerta com a telemetria dos rios) no município de Ferraz de Vasconcelos, com participação de 150 pessoas; 26ABR – Simulação de ocorrência de abandono e teste do SISAR (sistema de alerta com a telemetria dos rios) no distrito de Catuçaba, município de São Luis do Paraitinga, com participação de 50 pessoas; 10MAI – Simulação de ocorrência de deslizamento, no município de Ilhabela, com participação aproximada de 50 pessoas; 10MAI – Simulação de ocorrência de abandono e teste do SISAR (sistema de alerta com a telemetria dos rios) município de Francisco Morato, com participação de 160 pessoas; 17MAI – Simulação de ocorrência de abandono e teste do SISAR (sistema de alerta com a telemetria dos rios) município de Capivari, com participação de 145 pessoas; 18MAI – Simulação de ocorrência de ameaça terrorista, (integração forças públicas e privadas) em conjunto com o Hospital Albert Einstein, no município de São Paulo, com participação aproximada de 130 pessoas; 24JUN – Simulação de abandono emergencial – inundação, em Ermelino Matarazo no município de São Paulo, com participação de 180 pessoas; 28JUN – Simulação de abandono emergencial – inundação, no município de Monteiro Lobato, com participação de 82 pessoas; 15JUL – Simulação de ocorrência de deslizamento de solo/rocha no Monumento Estadual Natural (MONA) Pedra do Baú, no município de São Bento do Sapucaí, com participação aproximada de 51 pessoas; 19AGO – Simulação de ocorrência de vazamento de produto perigoso, no município de Barueri, com participação aproximada de 100 pessoas; 20AGO – Simulação de ocorrência de inundação – Formação de Comando Operações em Emergências e registro FIDE, no município de Itatiba, com participação de 50 pessoas; 10SET – Simulação de ocorrência de deslizamento de terra, bairro Campo Limpo, no município de São Paulo, com participação de 120 pessoas; 20SET – Simulação de ocorrência de deslizamento de terra, no município de Osasco, com participação de 176 pessoas; 14OUT – Simulação de vazamento de produto perigoso, em parceria com o COFIP no município de Mauá, com participação de 120 pessoas; 18OUT – Simulação de deslizamento de terra e abandono emergencial, no município de Ilhabela, com participação aproximada de 30 pessoas; 31OUT – Simulação de inundação – abandono emergencial junto ao Metrô/SP, estação Jardim São Paulo, no



município de São Paulo, com participação de 150 pessoas; 26NOV – Simulação de ocorrência de inundação no município de Itaquaquecetuba, com participação de 50 pessoas; 03DEZ – Simulação de teste ferramenta cellbroadcasting e estreia radar - município de Campinas, com participação aproximada de 100 pessoas; 08DEZ – Simulação de atendimento a ocorrência de deslizamento de terra, distrito de Souza no município de Campinas, com participação aproximada de 20 pessoas.

Educação Continuada: O Ambiente Virtual de Aprendizagem (Escola de Defesa Civil) que pode ser acessado pelo endereço escola.defesacivil.sp.gov.br, atualmente conta com 18.582 alunos inscritos, oferecendo conteúdos sobre prevenção de desastres, resposta a emergências e preparação comunitária. Novos cursos modulares, voltado a diferentes públicos, foram lançados em 2025 para atender às demandas atuais e futuras na gestão de desastres. E alguns cursos modulares também foram relançados como o de princípios de SICOE e operação do SIDEC (capacitados 1037 e 495 agentes respectivamente). Finalizado o processo de contratação de empresa especializada para gestão integral da plataforma – início das atividades em conjunto que envolvem remodelação de layout de todo moodle, design educacional e mais de 100 horas de produção de curso voltados aos temas citados.

Demandas Legislativas: Pelo núcleo de legislação foram realizados acompanhamentos de novas leis de interesse do Sistema de Defesa Civil, atualização do conjunto normativo em vigor e respostas a demandas legislativas na seguinte conformidade: 15 manifestações em projetos de lei, 13 requerimentos de informação de parlamentares; 49 resoluções publicadas.

Curso Técnico - Agente de Proteção e Defesa Civil em parceria Centro Paula Souza: Finalizado junto ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza a estruturação para o Curso Técnico de formação do Agente de Proteção e Defesa Civil, que teve início no 2º semestre de 2025 em duas unidades piloto (Penha - SP e em Jundiaí), com o objetivo da profissionalização e aperfeiçoamento dos agentes de Defesa Civil em todo o estado de São Paulo. Entregue também 160 horas aula online assíncronas, no ambiente virtual do Centro Paula Souza, para capacitação dos professores que ministram aula aos alunos das unidades. Nos quatro módulos de 40h disponibilizados (Fundamentos Jurídicos e Organizacionais da Defesa Civil; Identificação de Ameaças e Estratégias de Resposta em Defesa Civil; Meio Ambiente e Tecnologias Aplicadas às Ações de Defesa Civil e Mobilização Social e Gestão de Desastres) tivemos o total de 275 participações.

Centro de Voluntariado da Defesa Civil do Estado: Fortalecimento do Centro de Voluntariado da Defesa Civil Estadual, que agora conta com 15 instituições parceiras por meio da realização de reuniões presenciais e por videoconferência, a fim de promover nivelamento dos conhecimentos e ações dos voluntários em situações de desastres. Instituições participantes: Cruz Vermelha, Escoteiros do Brasil, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Uniforça da Igreja Universal, Exército da Salvação, Igreja Adventista e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Federação Israelita do Estado de São Paulo, Conselho Regional de Medicina Veterinária, Igreja Batista, Federação Espírita, Conselho Regional de Psicologia, Associação Nikkei do Brasil e Associação Hatzalah do Brasil. Ao todo, 9520 agentes municipais de proteção e defesa civil, voluntários foram capacitados, no Estado de São Paulo.

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO - Atendimento ao Público e Imprensa: A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo por meios das mídias sociais: Instagram (@defesacivilsp), Facebook



(@defesacivilestadual), “X” (antigo Twitter) (@defesacivilsp), Threads (@defesacivilsp), TikTok (@defesacivilsp), Canal no WhatsApp (DefesaCivilSP) e Youtube, além do e-mail (defesacivil@sp.gov.br) e da página (www.defesacivil.sp.gov.br). Foram confeccionadas 714 notas e release de imprensa, atendidas 2.193 demandas de imprensa e atendidas 1.479 entrevistas. Houve 727.800 acessos ao site, acrescentando ainda 137.400 seguidores no Facebook, 500.084 no Instagram, 71.700 no Twitter, 138.200 no TikTok, 107.000 no Threads e 48.050 no canal do WhatsApp. Como forma divulgar informações de interesse público foram concedidas 1.479 entrevistas (ao vivo e gravadas), para TV e rádio. Neste ano, a “Operação SP Sem Fogo”, contou com uma campanha de comunicação focada na redução das queimadas florestais. A iniciativa de governo, envolvendo a Defesa Civil e outras Secretarias, como SEMIL e SSP, proporcionou ampla divulgação de materiais educativos em todo estado, com fixação de cartazes e faixas em locais de grande circulação, além da distribuição de folhetos. Também foi lançada SP Sempre Alerta Operação Chuvas, com foco na prevenção de desastres e prontidão contínua da Defesa Civil do Estado para eventos climáticos extremos. A iniciativa integra diversas secretarias estaduais e amplia as ações de alerta em situações de risco, investimento em tecnologia de ponta para monitoramento meteorológico e proteção da população. A Campanha SP Sempre Alerta contém ampla divulgação de informação preventiva, com conteúdo educativo e de orientação para prevenção de desastres, sendo veiculado em diversos tipos de mídia, como: outdoors, busdoor, mídia digital em terminais de ônibus, elevadores, shoppings centers, emissoras de TV e rádio, além de distribuição de folhetos e fixação de faixas. *Material de Divulgação:* Foram distribuídos 1.630.000 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas sobre fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, ligados à Operação SP Sem Fogo, Campanha SP Sempre Alerta, manual impresso para o fomento de criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC), folhetos, faixas e cartilhas educativas, direcionadas ao público infantil, jovem e adulto. *DIVISÃO DE RECUPERAÇÃO: Convênios de obras:* Foram celebrados 77 convênios, com 75 municípios, para execução de obras preventivas e recuperativas de defesa civil. Investimento total de R\$ 88.373.204,21.

Travessia em aduelas (A)		R\$ 25.879.885,24
Município	Local	Total
Macedônia	estrada municipal MAC-333, sobre o córrego Comprido	R\$ 785.697,77
Nova Castilho	estrada rural NCTY-020, sobre o córrego Alto	R\$ 352.773,37
Braúna	estrada municipal BRN-252	R\$ 574.065,49
Embu Guaçu	estrada municipal Doutor Marcial Herculino de Holanda, no rio das Lavras, bairro Paulistinha	R\$ 874.157,14
Espírito Santo do Turvo	estrada EST-218, no Ribeirão Boa Vista, Bairro São João do Turvo	R\$ 590.749,46
Floreal	no Córrego Água Branca na ponte do Desvio	R\$ 588.408,61
Guaraçaí	estrada GAI-010, no córrego afluente do Ribeirão do Iguatemi	R\$ 884.597,45



José Bonifácio	córrego Monte Alegre, rua 28 de Dezembro	R\$ 1.306.236,67
José Bonifácio	córrego Monte Alegre	R\$ 1.543.784,11
Luiziânia	estrada Joaquim José Bittencourt, km 7,5	R\$ 784.386,25
Maracaí	estrada municipal MRC-257, sobre o córrego do Pau queimado	R\$ 569.788,57
Nova Odessa	córrego Capuava na Av. Ampélio Gazzetta	R\$ 1.758.332,68
Piacatu	estrada 168	R\$ 795.993,13
Pinhalzinho	estrada Octaviano Grippa – PIZ 030, sobre o córrego Pinhalzinho, bairro do Matão	R\$ 477.125,96
Registro	Rodovia José Antônio Cabral – RGT 030, sobre o Córrego Jurumirim	R\$ 317.214,54
Ribeirão dos Índios	estrada RBI-010, km 14, no Ribeirão Taquaraçu	R\$ 353.014,99
Salmourão	estrada rural municipal SLM-352, bairro Santa Lídia	R\$ 313.284,76
Santa Branca	córrego Taboão, localizado na rua Um, bairro Chácaras Santa Terezinha	R\$ 341.511,82
Tupi Paulista	estrada municipal Eugênio Naressi, TPA-442	R\$ 791.066,21
Valparaíso	na estrada municipal VPS-321	R\$ 351.268,09
Cruzália	estrada municipal CZL-349	R\$ 771.144,68
Flora Rica	estrada FR-05, sobre o córrego da Fortuna no bairro Santa Clara	R\$ 518.099,69
Valentim Gentil	córrego da Variação "Ponte do Doquinho"	R\$ 1.071.365,68
Dourado	sobre o córrego Bento Côrrea que faz ligação entre o bairro Jardim Maria Luiza e o centro da Cidade de Dourado	R\$ 305.689,75
Jales	estrada JAL-030, córrego da Figueira	R\$ 800.988,01
São Roque	rua Laurindo de Andrade, Jardim Guaçu	R\$ 633.091,55
Araçatuba	estrada municipal ART-369, bairro Água Limpa	R\$ 547.527,83
Santa Maria da Serra	estrada SMS-010, na passagem água do Montanari	R\$ 318.167,27
Coroados	estrada CRD-388, via Tadatsugo Sugimoto	R\$ 358.784,06
Clementina	estrada CLM-428, córrego do Machado no bairro Martelli	R\$ 680.307,35
Dourado	rua Bernardino de Campos, sobre o córrego dos Alves (Ponte Santa Cruz)	R\$ 305.621,60
Inúbia Paulista	estrada José Marques de Oliveira	R\$ 257.710,05
Lagoinha	Ribeirão do Sapé/Pinhal, na estrada do Córrego Fundo	R\$ 692.562,76
Maracaí	córrego Água da Formiga, estrada MRC-151	R\$ 552.792,01
Morungaba	estrada MGB-246, no Bairro Brumado	R\$ 483.343,24



Oriente	estrada ORI-020, km 1 + 105m, bairro Jatobá	R\$ 545.730,67
Pracinha	estrada José Manoel Parra, bairro Ponte Seca, córrego Jacutinga	R\$ 498.469,48
Ribeirão Pires	rua Padre Marcos Simoni - Vila do Doce	R\$ 2.185.032,49

Ponte (B)		R\$ 28.839.695,55
Município	Local	Total
Uru	estrada municipal URU-310, sobre o rio Sucurizinho	R\$ 1.753.150,02
Colômbia	sobre o Rio Velho, na estrada rural CLB-203	R\$ 2.371.812,20
Ribeira	bairro Cavalheiros sobre o Rio Catas Altas	R\$ 2.408.497,44
Lucélia	estrada LCL-342, sobre o córrego do Burrinho	R\$ 2.053.206,60
Estiva Gerbi	estrada municipal Emilia Zanco, sobre o rio Oriçanga no bairro Urutuba	R\$ 307.664,37
Conchas	sobre o córrego da Onça, no bairro Santo Antônio	R\$ 1.145.534,29
Estiva Gerbi	rua Nelsom de Campos, bairro Estiva Velha	R\$ 1.231.907,38
Iporanga	sobre o Rio Betarí	R\$ 1.397.806,92
Marabá Paulista	estrada municipal MBP-040, sobre o córrego Caixão da Onça	R\$ 926.693,66
Mirassol	estrada municipal MSS-142, sobre o córrego do Fundão	R\$ 1.293.681,19
Pirapozinho	estrada municipal - PZH 159, sobre o rio Pirapó	R\$ 1.326.302,03
Rinópolis	bairro Frutal, localizado na estrada RNP-354, sobre o córrego Frutalzinho	R\$ 1.072.077,92
Riolândia	estrada municipal RLD-030, córrego Cuiabano	R\$ 576.248,67
Taciba	estrada TCB-020, sobre o córrego Água da Formiga	R\$ 1.645.061,05
Taquarivaí	Estrada municipal José Henrique dos Santos no bairro Cardosinho	R\$ 1.689.676,89
Presidente Prudete	estrada rural PSP-435, Distrito Montalvão, bairro Timburi, sobre o córrego da Onça	R\$ 1.690.056,21
Presidente Venceslau	estrada PSV-010, sobre o córrego do Veado, bairro Lagoa Seca	R\$ 951.882,70
Marília	estrada MAR-313, sobre o rio do Peixe, ponte do Prata	R\$ 755.237,36
Caiabu	estrada CBU-341, no bairro Santa Emília – sobre o córrego Santa Emília	R\$ 827.838,80
Araras	estrada ARR-436 – Av. João Rossi	R\$ 1.273.455,81
Flórida Paulista	córrego 15 de janeiro, estrada FLP-050, bairro Capim Fino	R\$ 804.948,66
Osvaldo Cruz	bairro Lageadinho	R\$ 790.490,95
Rincão	rua Sete de Setembro, sobre o córrego da Paciência	R\$ 546.464,43



Contenção (C)		R\$ 11.101.158,33
Município	Local	Total
Campo Limpo Paulista	Av. João Amato - 50 metros da estação elevatória da SABESP	R\$ 809.273,83
Igarata	Rua Jaci Rocha - Jardim Rosa Helena	R\$ 543.423,82
Itápolis	Ruas Ricieri Antonio Vessoni, rua José Trevisan, Av dos Amaros e Av Presidente Valentim Gentil	R\$ 3.396.645,78
Monteiro Lobato	Margens do rio Buquira, Jardim Iracema	R\$ 2.696.246,58
São Simão	Morro do Cruzeiro, estrada SSM-010	R\$ 308.979,27
Franca	Ruas Mariana, Ouro Preto e São João Del Rei	R\$ 779.383,98
Salmourão	rio Aguapeí na estrada SAL-030, Isaías e Souza Lima	R\$ 260.795,35
Ubatuba	Estrada do Monte Valério, bairro Monte Valério	R\$ 1.309.969,24
Peruíbe	Estrada municipal Engº Paulo Eugênio Broio, Bairro Guaraú	R\$ 996.440,48

Voçoroca (E)		R\$ 15.592.092,46
Município	Local	Total
Severínia	sub bacia urbana do córrego Baixão	R\$ 5.805.580,54
Lupércio	rua Dr. Adamastor Ferreira Costa	R\$ 5.666.267,02
São José do Rio Pardo	rua Antonio Amato, bairro São Bento	R\$ 2.244.384,25
Araraquara	bairro Maria Luiza IV, no córrego do Cupim	R\$ 1.875.860,65

Resumo por tipo de obra		
Tipo de Obra		Total
A	Travessia em aduelas	R\$ 25.879.885,24
B	Ponte	R\$ 28.839.695,55
C	Contenção	R\$ 11.101.158,33
D	Canalização	R\$ 6.960.372,63
E	Voçoroca	R\$ 15.592.092,46

TOTAL (A+B+C+D+E)	R\$ 88.373.204,21

NÚCLEO DE APARELHAMENTO: Por meio da Ação de Aparentamento das Defesas Cíveis Municipais, foram celebrados convênios para a compra de veículos e equipamentos aos municípios paulistas com recursos oriundos de emendas parlamentares, transferências voluntárias e, também, com verba Fonte do Tesouro Estadual, sendo adquiridos e repassados aos municípios: caminhões pipa, veículos tipo caminhonete 4x4, veículo tipo caminhonete 4x2, conjuntos de combate a incêndio, motosserras, tendas, equipamentos de iluminação, botes infláveis, capacetes, sopradores, geradores elétricos e rádios de comunicação. Durante o ano de 2025 foram formalizados, pelo Núcleo de Aparentamento, 171 convênios, totalizando R\$ 31.073.875,50. Estão em instrução mais 254 convênios: 16 oriundos de verbas de Transferências Voluntárias, 198 com verba do Tesouro do



Estado para aquisição de conjuntos de combate a incêndio e 40 com verba do Tesouro do Estado para aquisição de caminhões pipa.

TIPO DE VERBA	CONVÊNIOS	VALOR
EMENDA IMPOSITIVA	13	R\$ 3.092.074,50
TRANF. VOLUNTÁRIA	6	R\$ 1.395.701,00
TESOURO DO ESTADO	152	R\$ 26.586.100,00
TOTAL	171	R\$ 31.073.875,50

VERBA DE EMENDA PARLAMENTAR:

Nº	MUNICÍPIOS	TIPO DE VERBA	RECURSO DESTINADO	RECURSO UTILIZADO
1	PIRACICABA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 150.000,00	R\$ 149.865,00
2	ÁGUAS DE LINDOIA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 179.600,00	R\$ 179.522,50
3	DIADEMA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.852,50
4	FRANCA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.852,50
5	MAUA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.852,50
6	PALESTINA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.594,50
7	RIBEIRAO PRETO	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.852,50
8	SAO CARLOS	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 200.000,00	R\$ 199.819,50
9	PIEDADE	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 210.000,00	R\$ 209.637,50
10	MOGI MIRIM	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 300.000,00	R\$ 299.317,00
11	SUMARE	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 300.000,00	R\$ 299.317,00
12	UBATUBA	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 356.278,00	R\$ 356.200,00
13	ELIAS FAUSTO	EMENDA PARLAMENTAR	R\$ 400.000,00	R\$ 399.391,50
			R\$ 3.095.878,00	R\$ 3.092.074,50

VERBA DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA:

Nº	MUNICÍPIOS	TIPO DE VERBA	RECURSO DESTINADO	RECURSO UTILIZADO
1	ARAÇOIABA DA SERRA	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 200.000,00	R\$ 198.977,00
2	ITAPECERICA DA SERRA	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 200.000,00	R\$ 198.977,00



3	SAGRES	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 200.000,00	R\$ 198.977,00
4	FERRAZ DE VASCONCELOS	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 250.000,00	R\$ 249.850,00
5	RIFAINA	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 250.000,00	R\$ 248.935,00
6	CASA BRANCA	TRANSF. VOLUNTARIA	R\$ 300.000,00	R\$ 299.985,00
			R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.395.701,00

VERBA FONTE DO TESOIRO ESTADUAL:

Nº	MUNICÍPIOS	TIPO DE VERBA	RECURSO DESTINADO	RECURSO UTILIZADO
1	ARARAS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
2	BRAGANÇA PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
3	CAMPO LIMPO PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
4	JAGUARIUNA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
5	MOGI DAS CRUZES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
6	MOGI GUAÇU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
7	SANTA MERCEDES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
8	TAUBATE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
9	ÁGUAS DE SANTA BARBARA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
10	ARCO IRIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
11	ASPASIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
12	BALBINOS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
13	BORA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
14	CEDRAL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
15	DIRCE REIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
16	DOLCINOPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
17	GUARANI D'OESTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
18	JERIQUARA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
19	JULIO MESQUITA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
20	MAGDA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
21	MARAPOAMA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
22	MARINOPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
23	MOMBUCA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
24	NEVES PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
25	NOVA CASTILHO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
26	OCAUÇU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
27	PAULISTANIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
28	POPULINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
29	QUADRA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
30	QUEIROZ	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
31	SALES OLIVEIRA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
32	SALMOURAO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
33	SANTA ALBERTINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
34	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00



35	SANTA SALETE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
36	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
37	SAO JOAO DE IRACEMA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
38	SAO JOAO DO PAU D'ALHO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
39	TRABIJU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
40	TURIUBA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
41	TURMALINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
42	UNIAO PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
43	URU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00
44	ALTAIR	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
45	ALTO ALEGRE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
46	ALVARES FLORENCE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
47	ALVARO DE CARVALHO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
48	ALVINLANDIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
49	ANALANDIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
50	APARECIDA DOESTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
51	BARAO DE ANTONINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
52	BENTO DE ABREU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
53	BORACEIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
54	BOREBI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
55	BRAUNA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
56	BREJO ALEGRE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
57	CABRALIA PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
58	CAMPOS NOVOS PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
59	CANDIDO RODRIGUES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
60	CANITAR	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
61	CASSIA DOS COQUEIROS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
62	COLOMBIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
63	CORONEL MACEDO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
64	CORUMBATAI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
65	CRUZALIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
66	ELISIARIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
67	EMBAUBA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
68	FERNAO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
69	FLORINEA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
70	GABRIEL MONTEIRO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
71	GAVIAO PEIXOTO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
72	GLICERIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
73	IBATE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
74	INDIAPORA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
75	INUBIA PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
76	ITAJU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
77	ITOBÍ	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
78	JUMIRIM	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
79	LOURDES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
80	LUCIANOPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
81	LUIZIANIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
82	LUPERCIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00



83	LUTECIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
84	MACEDONIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
85	MARIAPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
86	MERIDIANO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
87	MONÇÕES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
88	MONTE CASTELO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
89	MOTUCA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
90	MURUTINGA DO SUL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
91	NOVA CANAA PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
92	NOVA GUATAPORANGA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
93	NOVA INDEPENDENCIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
94	NOVA LUZITANIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
95	NOVAIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
96	OLEO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
97	ONDA VERDE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
98	OSCAR BRESSANE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
99	PARANAPUA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
100	PARISI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
101	PEDRANOPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
102	PEDRINHAS PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
103	PLANALTO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
104	PLATINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
105	PONTALINDA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
106	PONTES GESTAL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
107	PRACINHA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
108	PRESIDENTE ALVES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
109	RESTINGA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
110	RIBEIRAO CORRENTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
111	RIBEIRAO DO SUL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
112	RIFAINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
113	RUBIACEA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
114	RUBINEIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
115	SALES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
116	SANTA CLARA DOESTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
117	SANTA ERNESTINA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
118	SANTA RITA D ´ OESTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
119	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
120	SÃO FRANCISCO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
121	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
122	SARUTAIA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
123	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
124	SUZANAPOLIS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
125	TAIUVA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
126	TEJUPA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
127	TIMBURI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
128	TORRE DE PEDRA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
129	UBIRAJARA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
130	UCHOA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00



131	VITORIA BRASIL	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
132	ZACARIAS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 140.900,00	R\$ 140.900,00
133	AGUDOS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
134	ALVARES MACHADO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
135	ARARAQUARA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
136	ARTUR NOGUEIRA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
137	BARRETOS	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
138	BAURU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
139	BRAGANÇA PAULISTA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
140	GUAPIAÇU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
141	GUARAÇAI	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
142	INDIANA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
143	IRAPURU	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
144	JALES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
145	LUIZ ANTONIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
146	MOCOCA	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
147	NANTES	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
148	PALMEIRA D'OESTE	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
149	PRESIDENTE EPITÁCIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
150	SANTO ANASTÁCIO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
151	SAO PEDRO DO TURVO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
152	VINHEDO	TESOURO ESTADUAL	R\$ 492.850,00	R\$ 492.850,00
			R\$ 26.586.100,00	R\$ 26.586.100,00

DIVISÃO DE MONITORAMENTO E ALERTA - Alertas de risco e eventos meteorológicos (SMS 40199):

Por meio de lei, tornou-se obrigatória a transmissão gratuita de informações de alerta à população sobre risco de desastres. A Anatel, então, regulamentou o serviço, com apoio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e demais órgãos de Defesa Civil. Numa parceria do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), Anatel e operadoras de telefonia móvel, os usuários de telefonia celular podem receber mensagens de alerta (por SMS) sobre desastres naturais ou tecnológicos, sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o CEP cadastrado. Segundo Anatel, aderiram ao serviço 3.067.644 de terminais, totalizando 6,68% da população. De 1º de janeiro a 13 de dezembro de 2025, foram enviados 6.723 alertas para os usuários cadastrados, sendo 177 alertas via cell broadcast. *Serviço de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual:* O serviço tem por objetivo a transmissão de alertas específicos aos mais de 5 mil agentes de defesa civil municipais do Estado de São Paulo, sobre ocorrências de desastres e calamidades, além de informações técnicas para as equipes operacionais. O Núcleo de Gerenciamento de Emergências transmitiu 148.922 mensagens para os agentes de defesa civil cadastrados. *Defesa Civil Alerta – Cellbroadcast:* Operando desde o dia 04 de dezembro de 2024, a ferramenta Defesa Civil Alerta envia mensagens de texto em formato pop-up para os usuários diretamente no celular. Dependendo da emergência, essas mensagens podem ativar um sinal sonoro no celular, mesmo se ele estiver no modo silencioso, garantindo que alertas importantes sejam destacados em situações de risco. Com essa nova solução, não é necessário que os usuários façam um cadastro prévio ou indiquem um CEP específico. No ano de 2025, o Centro de Gerenciamento de Emergência enviou 6.546 alertas severos e 177 alertas extremos (Cálculo: 6.723 alertas totais - 177 alertas CB → 6.546 alertas via SMS. O texto diz que foram 177 alertas via CB, mas o total de alertas CB/SMS é 6.723. Dada a informação inconsistente, e assumindo que



os 177 Cell Broadcast são os "extremos", os "severos" seriam o restante.) *Medida adotada a partir da Operação SP Sem Fogo de 2025:* A Sala de Análise do Fogo é uma medida inspirada em boas práticas observadas durante o intercâmbio em Portugal, que foi adaptada à realidade do estado de São Paulo. A iniciativa permitiu o planejamento antecipado das ações de resposta e prevenção aos incêndios, sempre com pelo menos um dia de antecedência. Com as informações geradas, gestores das Unidades de Conservação e equipes do Corpo de Bombeiros sabem com antecedência o período exato do próximo dia no qual o cenário estará mais crítico e, com isso, adequam escala de serviço, aumentando o contingente disponível e número de equipamentos nos horários prioritários. Outra medida tecnológica implementada pela Sala de Análise do Fogo foi o alerta de incêndio gerado pelo sistema SMAC, para focos de incêndio identificados próximos às reservas florestais do estado. Sempre que os satélites apontarem um novo foco de incêndio próximo a qualquer unidade de conservação do estado, um alerta automático é emitido ao Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil e aos gestores do parque florestal que estiver em risco, assim, esforços são enviados diretamente ao ponto que coloque em risco a fauna a flora, antes mesmo que o fogo acesso a vegetação nativa. *Inovações tecnológicas:* Para a Operação São Paulo Sempre Alerta – Chuvas, 2025-2026, foi implantado o painel de Inteligência SP Sempre Alerta, uma ferramenta que integrará todos os dados utilizados para a emissão de alertas. Para efeito de comparação, antes do Painel, o meteorologista levava em média 4 minutos para acessar, coletar todos os dados e decidir sobre o envio do alerta. Com a nova plataforma, essa tomada de decisão cai para menos de 1 minuto. Economia de cerca de 80% do tempo na tomada de decisão. Implantação de 9 sirenes de alerta remoto para os municípios de Capivari, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, São Luiz do Paraitinga, Mauá, Monteiro Lobato, Registro, Campos do Jordão e Santos: R\$ 3,155 milhões. *DIVISÃO DE RESPOSTA - Serviços Emergenciais:* Após variados fenômenos climáticos ocorridos no ano de 2025, diversos municípios foram afetados tendo sua normalidade local cessada em decorrência dos desastres provocados pela chuva, granizo ou vento. Visto a situação, o Núcleo de Recurso Emergencial atuou no auxílio para a rápida recuperação da normalidade local, sendo celebrados convênios para a contratação de Serviços Emergenciais de limpeza e serviços de recuperação para desobstrução de vias urbanas e limpeza superficial de rios para escoamento hídrico. Os recursos oriundos da verba são da Fonte do Tesouro Estadual, sendo fornecido por meio de Decreto Estadual. Verba fonte do tesouro estadual:

Nº	MUNICÍPIOS	RECURSO DESTINADO	RECURSO UTILIZADO
1	Mongaguá	R\$ 982.779,78	R\$ 982.779,78
2	Teodoro Sampaio	R\$ 105.700,54	R\$ 105.700,54
		R\$ 1.197.678,06	R\$ 1.197.678,06

Obs: todos os convênios encontram-se em execução. *Homologação de Situação de Emergência:* Em 2025, a Defesa Civil do Estado de São Paulo prestou apoio técnico a 98 municípios no processo de decretação de Situação de Anormalidade, garantindo a correta instrução documental, análise dos danos e orientação quanto às exigências legais vigentes. A partir das avaliações realizadas e após emissão de parecer técnico pelo Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, 35 municípios tiveram suas Situações de Emergência homologadas pelo Governo do Estado, possibilitando o acesso a ações de resposta, assistência e reconstrução. *Ajuda Humanitária:* Ao longo de 2025, 59 municípios paulistas foram atendidos com materiais de ajuda humanitária destinados ao apoio imediato às famílias afetadas por desastres. Foram distribuídos 63.506 itens, entre cestas básicas,



kits dormitórios, kits de higiene pessoal, kits de limpeza e demais suprimentos essenciais. O investimento total nessas ações foi de R\$ 2.939.541,64, garantindo suporte rápido e eficiente às populações impactadas por eventos adversos. *Fornecimento de Materiais de Preparação às Defesas Cíveis Municipais:* Com foco na prevenção e na prontidão operacional, a Defesa Civil Estadual promoveu, em 2025, a entrega de kits de apoio para fortalecer a capacidade de resposta dos municípios paulistas frente aos períodos de chuvas intensas e estiagem. No total, 566 municípios foram beneficiados, por meio da distribuição de: 402 kits da Operação Estiagem; 536 kits da Operação Chuvas. Ao todo, foram disponibilizados mais de 28 mil itens, contemplando materiais como abafadores, facões, óculos de proteção, cantis, lanternas, enxadas, bombas costais, luvas, capas de chuva, pluviômetros, fitas de isolamento, lonas e jardineiras. O investimento aproximado foi de R\$ 3 milhões, reforçando as ações de preparação e mitigação dos impactos durante os períodos mais críticos do ano. *DEPARTAMENTOS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E DE ADMINISTRAÇÃO - Coordenação e Operação de Segurança Institucional:* Trata-se da Ação 5345, que integra o Programa 2825 – Coordenação, Gestão e Articulação do Governo, cujo produto se refere ao “Serviço de Segurança Institucional”, que, em conformidade com as disposições do Decreto nº 48.526/04, abrange: (i) manutenção da segurança física dos Palácios, (ii) atendimento funcional ao Governador e dignitários, (iii) segurança comunitária voltada ao entorno da sede do Poder Executivo, (iv) gestão dos serviços de telecomunicação dos Palácios do Governo e órgãos vinculados, (v) logística de transporte aéreo e (vi) fiscalização dos veículos oficiais do Poder Executivo. Dada as peculiaridades de tais atividades, com predominância da natureza de suporte administrativo, cumpre esclarecer que não se aplicam na hipótese metas e resultados a serem atingidos.



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

A CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO E O PLANO ANTICORRUPÇÃO - A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP), órgão diretamente vinculado ao Governador do Estado, foi instituída por meio da Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro de 2021, e posteriormente reestruturada e regulamentada pela Lei Complementar nº 1.419/2024 e pelo Decreto nº 69.183/2024. O referido órgão tem por finalidade a adoção de providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno por intermédio da auditoria pública governamental, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, à promoção da integridade no serviço público e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado. No cumprimento de suas competências institucionais, instituiu o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo (2023-2026), por meio do Decreto nº 67.682/2023, com a finalidade de estruturar as ações efetivas para o aprimoramento da gestão pública e combate à corrupção. A criação do Plano cumpriu compromisso assumido pelo Governo do Estado para oferecer mais integridade e transparência à gestão estadual e criar diretrizes permanentes de compliance – conjunto de normas legais e éticas, além de regulamentos de governança – para a administração paulista, envolvendo todas as secretarias estaduais e órgãos correlatos, além das autarquias, empresas públicas e fundações estaduais. Ainda em relação à estruturação do PAC, e no intuito de mantê-lo atual, o plano foi concebido de forma dinâmica, sendo atualizado periodicamente com a finalidade de absorver novas ações atreladas às dimensões e temas inicialmente propostos. Dessa maneira, em 2025, o plano já conta com 128 ações, 45 a mais do que as 83 inicialmente planejadas. Em termos de execução, o Plano Anticorrupção avançou significativamente durante os três anos da sua publicação, das 128 ações a serem implementadas até o final de 2026, 91 ações (até 14 de dezembro de 2025) foram concluídas (71%). Destas, 27 foram concluídas no exercício de 2025 - um indicativo claro do comprometimento com a entrega de resultados concretos. Visando dar transparência ao plano e à sua execução, a CGE-SP desenvolveu o Radar Anticorrupção que está disponível para que toda a administração pública e sociedade no link <https://www.controladoriageral.sp.gov.br/radar-anticorrupcao/>, nele constam as informações atualizadas do andamento de todas as ações. A seguir, encontra-se tabela com o detalhamento das ações concluídas em 2025 (até 10 de dezembro de 2025): AÇÕES GERAIS DA CGE-SP

AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025		
Nº	Ação	Objetivo
20	Novo Código de Ética do Poder Executivo	Novo Código almeja atualizar as normas que disponham sobre a conduta ética no âmbito do Poder Executivo estadual
25	Regulamentação da implementação de programas de integridade em contratações de grande vulto no Estado de São Paulo	Disporá sobre a regulamentação da obrigatoriedade de implementação de programas de integridade por beneficiários de contratações de grande vulto no Estado de São Paulo
26	Decreto de Agendas e regulamentação do tratamento da Representação de Interesses Privados	Decreto nº 69.475/2025, sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo estadual, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por



AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025

Nº	Ação	Objetivo
		agente privado, e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo estadual
27	Campanha sobre normas de agenda e tratamento da Representação de Interesses Privados	Serão realizadas campanhas sobre as regras e a importância da publicação das agendas públicas, em especial quanto à divulgação dos dados referentes às interações públicos/privadas.
28	Implementação da plataforma	Adotar as providências para o desenvolvimento de plataforma para impulsionar o controle social e as ações de monitoramento da utilização do sistema de divulgação das informações relativas às interações públicos/privadas
29	Implementação do sistema de representação de interesses	Adotar as providências para implementar sistema de divulgação das informações relativas às interações públicos/privadas (representação de interesses)
30	Monitoramento da aplicação das regras sobre transparência de agendas	Implementar atividades contínuas de monitoramento para verificar a utilização do sistema
31	Decreto de Conflito de Interesses	Disporá sobre a prevenção ao conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego na Administração Pública estadual
32	Implementação do Sistema estadual de Prevenção ao Conflito de Interesses	Será implementado sistema de prevenção de conflito de interesses, com a finalidade de permitir que o agente público possa, de maneira preventiva, consultar a Administração Pública Estadual acerca de possíveis conflitos existentes entre suas atividades públicas e privadas.
42	Conselho de Transparência	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre o funcionamento do Conselho de Transparência
53	Decreto que trata sobre declaração de bens e rendas e análise de evolução patrimonial	Disporá sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações e sobre a evolução patrimonial de agentes públicos da administração pública estadual
61	Criação do Programa de Fiscalização de Municípios	Elaboração de projeto voltado à fiscalização das políticas públicas nos municípios do Estado de São Paulo
64	Elaborar Decreto sobre o Sistema de Correição do Poder executivo estadual	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre o sistema de correição do Poder Executivo estadual
68	Implantação de Corregedorias em órgãos e entidades da administração pública estadual	Fruto do estudo realizado acerca da viabilidade e necessidade de criação de corregedorias, implantar Unidade Setorial nos órgãos/entidades selecionados.



AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025

Nº	Ação	Objetivo
79	Revisar Decreto 67.301 (Regulamentação do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR)	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre a regulamentação da Lei Anticorrupção no que tange ao Processo Administrativo de Responsabilização
81	Decreto de regulamentação do Art. 163 da Nova Lei de Licitações – Lei 14133/2021	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre a regulamentação dos requisitos do instituto de reabilitação de empresas previsto no artigo 163 da Lei nº 14.133/2021
82	Criação do Cadastro Estadual de Penalidades Funcionais do Servidor Público do Estado de São Paulo	Apresentar proposta de normativo dispondo sobre a criação do Cadastro Estadual de Penalidades Funcionais do Servidor Público do Estado de São Paulo
91	Realização de Conferência Internacional em Integridade Pública	Adotar as providências para realização de Conferência Internacional em Integridade Pública
94	Publicação do Manual de Apuração Preliminar	Adotar as providências para publicar Manual de Apuração Preliminar visando à padronização da condução das investigações preliminares de pessoas físicas e jurídicas, pelos servidores da Administração Pública Paulista
100	Publicação de Guia Prático de Acesso à Informação	Promover o lançamento de Guia Prático de Acesso à Informação, contemplando fundamentos normativos, orientações e precedentes para o exercício do direito fundamental de acesso à informação e o adequado tratamento por órgãos e entidades do Poder Executivo.
101	Elaboração de Cartilha do Denunciante	Publicar cartilha com orientações sobre como registrar uma denúncia, incluindo informações sobre as medidas previstas no Programa de Proteção a Denunciantes de irregularidades ou ilícitos administrativos e de ações ou omissões lesivas à Administração Pública estadual.
102	Campanha do Canal de Denúncias do Poder Executivo	Produzir e lançar campanha de divulgação do canal de denúncia do Poder Executivo, destacando requisitos de acessibilidade e segurança da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação para o registro de denúncias por qualquer cidadão.
111	Elaborar normativo disciplinando a apuração preliminar em casos de assédio sexual praticados por agentes públicos.	Adotar providências no sentido de publicar normativo que disponha sobre o procedimento de recebimento e de apuração preliminar de notícias de irregularidade que relatem condutas de assédio sexual praticadas por agentes públicos no Estado de São Paulo, em face do que dispõe o artigo 14, do Decreto estadual nº 69.122, de 09 de dezembro de 2024.
112	Elaborar normativo disciplinando a prestação de informações correcionais pelas unidades setoriais ao órgão central (CGE).	Adotar providências no sentido de publicar normativo que disponha sobre a forma, o conteúdo e a periodicidade de informações correcionais a serem disponibilizadas pelas unidades setoriais ao órgão central (CGE).



AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025

Nº	Ação	Objetivo
113	Elaborar normativo que discipline o compromisso de proteção antirretaliação.	Adotar providências no sentido de publicar normativo que disponha sobre o compromisso de proteção antirretaliação de que trata o Decreto estadual nº 68.157, de 09 de dezembro de 2023, com objetivo de estabelecer medidas de proteção ao denunciante, com vista ao incremento da capacidade investigativa da Administração Pública estadual.
114	Criação de solução tecnológica assistiva de IA para apuração preliminar.	Implementar solução tecnológica de IA que auxilie na análise das denúncias em sede de análise preliminar.
116	Capacitação de agentes públicos do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER) em apuração preliminar.	Capacitar em apuração preliminar servidores de todas as unidades a serem acreditadas como Unidade Correcional do Sistema de Ética e Responsabilização paulista (SER).

Concurso da carreira de Auditor Estadual de Controle: A Lei Complementar nº 1.419/2024, que promoveu a reestruturação organizacional da CGE-SP, instituiu a carreira de Auditor Estadual de Controle, como desdobramento dessa iniciativa, foi publicado o Edital CGE nº 03/2025, referente ao concurso público para o provimento de 200 cargos da carreira recém-criada. Essa medida representa um avanço significativo no fortalecimento institucional da CGE-SP, evidenciando o compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a consolidação das funções de controle no âmbito da administração pública estadual. O primeiro concurso tem provas previstas para dezembro de 2025.

1ª Conferência Internacional de Integridade Pública, promovida pela CGE-SP: Evento ocorrido entre 02 e 03 de abril de 2025, contou com a participação de autoridades e especialistas nacionais e internacionais com a presença assídua de público afeto à temática da integridade em torno de 500 pessoas/dia.

Semana de Combate à Corrupção: De 8 a 11 de dezembro, a Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) promoveu a Semana de Combate à Corrupção, em alusão ao Dia Internacional contra a Corrupção (09/12), com iniciativas voltadas ao fortalecimento da transparência, da integridade e da governança pública. O ponto alto da programação foi o evento conjunto entre CGE-SP e CGM-SP, que abordou os Avanços e Perspectivas do Controle Interno Paulista. Na ocasião, foi assinada a intenção de cooperação institucional entre as controladorias, consolidando a integração entre Estado e Município para ampliar políticas de integridade e combate à corrupção. O encontro reuniu autoridades e especialistas em palestras e painéis temáticos, promovendo diálogo qualificado sobre desafios e soluções para o controle interno. Além disso, a semana contou com ações estratégicas, como a peça Integridade em Cena, em parceria com a Secretaria da Educação, para incentivar condutas éticas entre estudantes; oficina on-line sobre proteção ao denunciante, capacitando mais de 150 servidores; e o I Encontro de Unidades de Gestão de Integridade, com a participação de 45 órgãos e entidades da Administração Pública.

AÇÕES ESPECÍFICAS DAS DIVERSAS ÁREAS DA CGE - Ações do Gabinete do Controlador Geral: Atua de forma estratégica e integrada, realizando análise técnica e jurídica, acompanhando projetos prioritários e articulando com órgãos internos e externos. Também gerencia comunicações institucionais e legislativas e supervisiona demandas dos órgãos de controle externo. Além disso, realiza o monitoramento de tendências e boas práticas relacionadas ao campo de atuação da CGE-SP e promove a transparência por meio da ampla difusão de informações à sociedade. Essas ações visam qualificar a tomada de decisões estratégicas, assegurar a conformidade normativa e fortalecer o



relacionamento institucional da pasta com os demais poderes, entes federativos e organismos internacionais. Em termos de resultados, até novembro de 2025, acompanhou o Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE e assessorou o gabinete nas solicitações recebidas (35), participou da elaboração e revisão 46 normas publicadas (Resoluções e Portarias) com destaque para a elaboração de 4 minutas de Decreto que aguardam o processo de aprovação, sendo elas: (i) Minuta de decreto que trata da transparência das informações relativas às parcerias com Organizações da Sociedade Civil; (ii) Minuta de decreto que trata da regulamentação de lobby no Poder Executivo estadual; (iii) Minuta de lei que trata das Organizações Sociais de Saúde (revisão da Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998); e (iv) Minuta de decreto que trata de *Due Diligence*. Em relação a prestação de informações à órgãos externos, o Gabinete foi responsável, por prestar 118 informações a diversos órgãos, incluindo o: Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgãos federais, Poderes Legislativos Municipais e secretarias do Estado de São Paulo. Ademais, organizou 2 capacitações para Subsecretários, Diretores, Coordenadores e Chefes de Departamento da CGE-SP - "Equipes que entregam resultados" e "Como ser um líder que conecta pessoas?", ministrado por integrante da Gartner - e 5 capacitações para todos os servidores da CGE-SP. Ainda em 2025, manteve a realização do concurso interno "Prêmio Melhores Práticas da Controladoria Geral do Estado", iniciativa voltada ao reconhecimento e valorização de ações que contribuam para a otimização dos processos organizacionais e para a melhoria contínua na prestação dos serviços públicos. A premiação também teve como propósito incentivar a inovação e a excelência no desempenho dos servidores, promovendo a valorização e a disseminação de boas práticas, bem como o intercâmbio de experiências entre as diversas áreas da CGE-SP.

Assessoria de Comunicação: Em 2025, o Gabinete da CGE-SP implementou estratégias de comunicação para fortalecer relações institucionais com a sociedade e órgãos públicos. Utilizando portal e redes sociais, produziu conteúdos informativos e peças publicitárias sobre integridade pública, ouvidoria, eventos, cursos e divulgação de normativos e ações institucionais. Como resultado dessas ações, observou-se, durante o ano, um crescimento expressivo nas redes sociais da CGE-SP, com acréscimo de 3.052 seguidores no Instagram e no LinkedIn, totalizando mais de 441 mil visualizações na primeira plataforma e mais de 102 mil impressões na segunda.

Assistência Policial Civil: A Assistência Policial Civil, vinculada à Delegacia de Polícia Geral Adjunta - DGPAD e integrada ao Gabinete da CGE-SP, assessora diretamente o Controlador Geral e sua equipe. Atua na articulação com unidades policiais para diligências e investigações, acompanha ações oficiais, administra recursos como viaturas, realiza pesquisas em bancos de dados e tarefas ligadas à missão institucional. Em 2025, concluiu 559 ordens de serviço.

Assistência Policial Militar: Em 2025, a Assessoria Policial-Militar da CGE (APMCGE), conforme a Resolução Conjunta CGE/SSP nº 01/2023, realizou atividades de organização, direção e promoção da segurança pessoal e institucional do Controlador Geral; apoio aos integrantes da CGE em ações oficiais ou protocolares, quando solicitado; e interlocuções da CGE-SP com o Comando-Geral da PMESP e demais unidades da Polícia Militar.

Ações da Auditoria Geral do Estado (AGE): A Auditoria Geral do Estado (AGE) é um órgão integrante da Controladoria Geral do Estado. Atua como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e na execução de auditorias e fiscalizações na administração direta e indireta do Estado. Os trabalhos da AGE têm como finalidade assegurar a conformidade dos atos da administração com os princípios constitucionais e legais, bem como promover a eficiência e eficácia das ações governamentais.

Auditorias realizadas: A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação, apuração e consultoria, criada para agregar valor e aprimorar as operações de uma organização. Seu objetivo é apoiar a organização no alcance de seus objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de



riscos, controle e governança. As atividades de auditoria interna realizadas durante o período abrangido por este relatório incluem os seguintes trabalhos: *Emissão de Relatórios Preliminares de Auditoria*: Após a conclusão dos procedimentos e testes de auditoria, é elaborada a versão preliminar do relatório. Este documento é apresentado e discutido com o órgão auditado com objetivo de buscar soluções conjuntas para os achados identificados. *Emissão de Relatórios Finais de Auditoria*: Trata-se do relatório definitivo de auditoria, elaborado geralmente após a análise da manifestação do órgão auditado. *Diagnósticos*: Estudos técnicos de temas e políticas públicas, a partir de informações obtidas pelas equipes de auditoria e/ou fornecidas pela unidade competente, com o intuito de identificar potenciais objetos de auditoria. *Análise preventiva de licitações*: Análise de editais de licitações, com base nos alertas gerados por ferramenta de inteligência. *Acompanhamento das recomendações operacionais do TCE-SP*: Monitoramento das ações das Secretarias de Estado frente às recomendações operacionais integrantes do relatório de contas do governador emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. *Avaliação do Relatório de Gestão Fiscal*: Análises quadrimestrais dos indicadores do Relatório de Gestão Fiscal, referentes ao cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. *Outros trabalhos*: Apurações específicas demandadas ao longo do período. Durante o exercício de 2025 (até 05 de dezembro de 2025), foram realizadas auditorias visando fornecer uma avaliação independente e objetiva sobre políticas públicas, processos e controles, com o propósito de aprimorar a gestão, fortalecer o controle interno e apoiar o cumprimento dos objetivos institucionais dos órgãos e entidades da administração pública. No período, as atividades de auditoria resultaram na seguinte produção de trabalhos:

Trabalhos da Auditoria	2025
Emissão de Relatórios Finais de auditoria	23
Emissão de Relatórios Preliminares de Auditoria	26
Acompanhamento recomendações operacionais do TCE-SP	1
Avaliação de Relatório de Gestão Fiscal	5
Outros trabalhos em andamento	51

Evolução normativa: Não obstante, dentro das atribuições previstas para a área, destaca-se a publicação, em 2025, de 05 (cinco) resoluções que regulamentaram ou direcionaram os trabalhos da auditoria.

Resolução CGE Nº 04/2025	Dispõe sobre a publicação dos relatórios de auditoria produzidos pela CGE-SP, e dá providências correlatas;
Resolução CGE Nº 05/2025	Dispõe sobre a solicitação de serviço de consultoria para a Auditoria Geral do Estado;
Resolução CGE Nº 07/2025	Institui o Programa de Fiscalização de Municípios do Estado de São Paulo;
Resolução CGE Nº 14/2025	Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna, da Controladoria Geral do Estado, referente ao exercício de 2025;



Resolução CGE Nº 26/2025	Dispõe sobre a atualização do endereço eletrônico para acesso aos documentos normativos da Auditoria Geral do Estado.

Projetos em andamento: A AGE tem avançado em iniciativas estratégicas voltadas ao fortalecimento da auditoria interna e à modernização de seus processos. Entre as principais ações, destaca-se a adoção do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) para o setor público, com a meta de alcançar o Nível 2 de Capacidade até dezembro de 2027. Complementarmente, está em execução o Projeto Lince, que vem promovendo a automação da gestão de alertas eletrônicos e o aprimoramento da identificação de riscos em editais, licitações e contratos, utilizando técnicas de mineração de textos e inteligência artificial para otimizar a atuação dos auditores. Também está em andamento a implantação do sistema e-AUD, que substituirá o e-CGU, com foco no aumento da eficiência, na integração das informações e no aperfeiçoamento do controle das atividades fiscalizatórias. Registra-se, ainda, o avanço significativo na capacitação da equipe e na adoção de boas práticas de auditoria interna. Até setembro, 28 servidores foram aprovados na primeira etapa, de um total de três etapas, da certificação internacional CIA, promovida pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). Por fim, está em fase de aprimoramento o controle de contratos do Estado, com a implementação do Programa de Gestão e Acompanhamento do Sistema de Terceirizados, iniciativa que busca elevar a governança, a transparência e a efetividade na administração contratual.

Da atuação como Órgão Central: O Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo do Estado de São Paulo tem em sua estrutura as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) compostas pela AGE da CGE-SP e as Auditorias Internas Singulares das entidades da Administração Pública Estadual Indireta (AUDIN). Compete à CGE-SP como órgão central, por meio da AGE, estabelecer diretrizes quanto à realização de ações integradas, de forma a promover atuação harmônica no contexto das competências concorrentes e o fortalecimento recíproco das UAIG. No dia 16 de abril de 2025, foi realizado o “Encontro do Sistema de Controle Interno do Estado de São Paulo – Edição: Abril/2025”, destinado aos integrantes do referido Sistema. Na ocasião, foi apresentado o Diagnóstico do Sistema de Controle Interno do Estado de São Paulo, elaborado pela AGE, bem como ministrado treinamento contendo orientações para a implementação da atividade de auditoria interna nas UAIG, em conformidade com a Resolução CGE nº 15/2024. Nos dias 9 e 10 de setembro de 2025, as AUDINs indicaram um servidor para participar do treinamento “Fraude em Obras Públicas”, ministrado durante a Semana de Capacitação da Controladoria Geral do Estado. No dia 11 de dezembro de 2025, as AUDINs puderam indicar até dois servidores para participarem do treinamento “Como assegurar a qualidade dos relatórios de auditoria”, ministrado durante a última Semana de Capacitação da CGE do ano de 2025.

Ações da Subsecretaria de Integridade Pública e Privada do Estado (SIPPS): Exerce a função de órgão central do Sistema de Integridade e de Transparência, do qual divide responsabilidade com a Ouvidoria Geral do Estado, no âmbito do Estado de São Paulo. Entre suas principais atribuições estão: promover a ética e fortalecer a cultura de integridade e governança; propor normas e procedimentos relacionados à transparência, governo aberto e conduta ética; incentivar capacitações, estudos e pesquisas nessas áreas; apoiar órgãos e entidades na implementação dessas práticas; articular-se com instituições nacionais e internacionais para troca de metodologias e melhores práticas; e fomentar a participação social.

Ações realizadas em 2025: Após a implementação do Plano Estadual de Promoção da Integridade e a instituição das Unidades de Gestão de Integridade (UGI), iniciou-se o processo de avaliação dos Programas de Integridade implantados nas Secretarias, Autarquias e Fundações estaduais. Em 2025 a SIPPS avaliou 32 Programas de Integridade. Ainda em 2025, o governador instituiu o Sistema Eletrônico Paulista de Conflito de Interesses (SPCI), com o objetivo de receber consultas de agentes públicos sobre a



configuração de conflitos de interesse. A Controladoria, por meio da SIPPS, ficou responsável por gerir o sistema e suas demandas. Nesse período, foram analisadas mais de 500 consultas relativas a conflitos de interesse, demonstrando a eficácia da criação dessa ferramenta (<https://spci.controladoriageral.sp.gov.br/>). Atuando como órgão central do Sistema de Integridade, a SIPPS colaborou tecnicamente com a proposição das minutas dos Decretos nº 69.474/2025 e 69.475/2025, que dispõem sobre conflito de interesses, divulgação de compromissos públicos, concessão de hospitalidades e presentes a agentes públicos, e do Decreto nº 69.328/2025, que estabelece o Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Em relação ao Código de ética, a SIPPS elaborou e publicou Cartilha e vídeo didático sobre o tema (https://www.controladoriageral.sp.gov.br/cge/noticias/noticias_cge107). Em 2025, a CGE-SP coordenou consulta pública sobre as bases de dados catalogadas pelos órgãos e entidades da Administração, que serviu de subsídio para elaboração dos Planos de Dados Abertos dos órgãos e entidades. Em março de 2025, foi lançado o Portal de Dados Abertos do Estado de São Paulo (<https://dadosabertos.sp.gov.br/>), plataforma que disponibiliza e facilita o acesso a dados públicos de forma livre, promovendo a transparência e a participação cidadã. O portal contempla uma grande variedade de informações organizadas em conjuntos, que podem ser utilizadas para análises e pesquisas, desenvolvimento de aplicativos e soluções, criação de novos serviços e muito mais. Os conjuntos de dados estão catalogados de acordo com o órgão ou entidade responsável por eles. No decorrer de 2025, foram implementadas melhorias no Portal de Dados Abertos como: chatbot, que auxilia na navegação do portal; Painel de Plano de Dados Abertos dos órgãos e entidades; e dashboard de monitoramento do cumprimento de abertura das bases de dados previstas nos planos, assim como medição da audiência das bases de dados, evolução de indicadores entre outras funcionalidades. *Evolução normativa:* Abaixo quadro resumo das publicações normativas relativas à sua função de Órgão Central do Sistema de Integridade Pública e do Sistema de Transparência Ativa do Estado de São Paulo:

Decreto nº 69.328/2025	Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo.
Decreto nº 69.474/2025	Dispõe sobre o conflito de interesses no âmbito da Administração Pública direta e autárquica.
Decreto nº 69.475/2025	Dispõe sobre a divulgação de compromissos públicos e a concessão de hospitalidades, brindes e presentes a agentes públicos da Administração Pública estadual.
Decreto nº 69.861/2025	Disciplina a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas nas contratações com a Administração Pública estadual.
Resolução CGE nº 09/2025	Aprova o Plano de Dados Abertos, da Controladoria Geral do Estado, referente ao período de 2025 a 2027.
Resolução CGE 13/2025	Aprova o Regimento Interno do Conselho da Transparência da Administração Pública - CTAP.



Resolução CGE 17/2025	Dispõe sobre a composição da Unidade de Gestão de Integridade, no âmbito da Controladoria Geral do Estado.
Resolução CGE 21/2025	Regimento Interno do Conselho da Transparência da Administração Pública - CTAP.
Resolução CGE 23/2025	Dispõe sobre os cargos, funções e empregos públicos, e suas respectivas unidades administrativas, que proporcionem acesso a informações privilegiadas, com potencial de gerar vantagem econômica ou financeira a seu ocupante ou a terceiro, no âmbito da CGE-SP.
Resolução CGE 24/2025	Dispõe sobre os procedimentos para a realização de consulta sobre situações que possam configurar conflito de interesses e para a apresentação da Declaração de Conflito de Interesses, e dá outras providências.

Projetos concluídos e em andamento: Manual de Prevenção ao Conflito de Interesses (concluído): oferece diretrizes para identificar e evitar conflitos de interesse, assegurando que as decisões dos agentes públicos sejam tomadas de forma ética e transparente. *Sistema de Agendas, Hospitalidades e Presentes (concluído):* tem como objetivo desenvolver e implementar um sistema integrado para o registro e a gestão de compromissos públicos, concessão de hospitalidades e presentes a agentes públicos da Administração Pública estadual. *Cartilha do novo Código de Ética da Administração Pública direta e autárquica (concluído):* A iniciativa contempla a elaboração de uma cartilha ilustrada que traz princípios, valores e diretrizes de forma clara e objetiva, visando facilitar a compreensão e aplicação dos princípios éticos pelos agentes públicos. *Sistema de Monitoramento dos Programas de Integridade (concluído):* tem como foco aprimorar a gestão da integridade na Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. A iniciativa contempla o desenvolvimento de uma plataforma informatizada voltada às Unidades de Gestão de Integridade, permitindo o registro e acompanhamento dos documentos que compõem os Programas de Integridade, com vistas a garantir maior eficiência, conformidade normativa e suporte ao segundo ciclo da política de integridade. *Política de Gestão de Riscos no Estado de São Paulo (concluído):* tem como objetivo consolidar práticas estruturadas de governança, gestão de riscos e controles internos nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Para isso, contempla a elaboração de normativos que sistematizam diretrizes sobre governança e gestão de riscos, incluindo uma proposta específica para a CGE-SP, além da capacitação de servidores públicos para aplicação prática das metodologias propostas e integração com os sistemas de controle interno. *Pesquisa de Valores (concluído):* tem como objetivo identificar, por meio da participação dos servidores públicos do Estado de São Paulo, os valores que devem orientar e fortalecer a cultura organizacional da Administração Pública. A iniciativa busca promover o alinhamento ético e institucional, contribuindo para a construção de um ambiente público mais íntegro, transparente e comprometido com o interesse coletivo. Foram escolhidos os seguintes valores: Ética, Transparência, Responsabilidade, Respeito e Profissionalismo. *3ª Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública (concluído):* contou com a participação de 22.696 agentes públicos da Administração Pública do Governo do Estado de São Paulo. Os resultados obtidos demonstram a evolução da percepção dos servidores paulistas sobre diversos temas relacionados à Integridade Pública e contribuirão para o aperfeiçoamento das ações de combate à corrupção, irregularidades e desvios éticos pela Controladoria Geral do Estado, fortalecendo a cultura de integridade nos órgãos e entidades. *1ª Conferência Internacional em Integridade Pública*



(concluído): dias 02 e 03 de abril de 2025, no Centro de Convenções Rebouças. *1º Encontro das Unidades de Gestão de Integridade (concluído)*: 11 de dezembro de 2025, no Centro Paula Souza, com UGI's apresentando suas experiências na implementação dos programas de integridade e planos de dados abertos. *Projeto de teatro infantil – "Integridade em Cena" (concluído)*: 3 apresentações entre 08 e 09 de dezembro de 2025, para crianças de 09 a 12 anos, alunos da rede pública estadual, com temas relacionados à cidadania, integridade e participação social. *Evento de lançamento e treinamento para o Portal de Dados Abertos (concluído)*: Realizado em 27 de março, o evento contou com palestra sobre Dados Abertos e treinamento operacional para os responsáveis por dados abertos nos órgãos e entidades do estado. *Riscos Estratégicos da CGE (em andamento)*: com base no Mapa Estratégico 2023-2027 e no Plano Estratégico 2023-2025, este projeto busca identificar os riscos estratégicos com potencial impacto nos resultados almejados, avaliando os riscos estratégicos e propondo ações para mitigá-los. *Cartilha de Prevenção e Combate ao Nepotismo (em andamento)*: visa orientar os agentes públicos sobre como identificar e evitar práticas de nepotismo, garantindo nomeações e contratações baseadas em critérios técnicos e meritocráticos. *Fomento à Integridade Privada (em andamento)*: tem como objetivo ampliar o alcance das políticas de integridade no Estado de São Paulo, especialmente nas contratações públicas de grande vulto e nas relações com o setor privado. Para isso, prevê a regulamentação da obrigatoriedade de Programas de Integridade por empresas contratadas, o incentivo à adoção voluntária de medidas de integridade com reconhecimento público, a criação de sistema específico para avaliação dos programas conforme a Lei nº 14.133/2021, e a elaboração e revisão de um Guia Prático com orientações claras para apoiar os avaliadores na aplicação dos critérios legais. *Metodologia de Avaliação de Programas de Integridade de Pessoas Jurídicas (PJ's) (em andamento)*: Elaboração da minuta de resolução para regulamentar o Decreto nº 69.861/2025 que trata da avaliação de programas de integridade das empresas que contratam com o Estado. *Projeto ParticiCPS (em andamento)* - promover a participação e fomentar contribuições de profissionais e estudantes do Centro Paula Souza, em parceria com a CGE-SP, para o desenvolvimento e a implementação de uma ferramenta digital inovadora e adequada às atividades dos partícipes, bem como o oferecimento de ações formativas e produtos técnicos. *Melhorias no Portal da Transparência*: Publicação da declaração de bens das autoridades (concluída), remodelação da publicação da remuneração dos servidores e remodelação da página inicial do portal da transparência (em andamento). *Avaliação da qualidade dos conjuntos de dados abertos disponibilizados no Portal de Dados Abertos (em andamento)*: Medida que visa à melhoria e a qualidade dos dados atualmente disponibilizados no Portal. *Participação em programas de avaliação de transparência realizados por organizações da sociedade civil*: A CGE-SP apoiou as instituições avaliadoras com prestação de informações, sugestão de melhorias, elaboração de recursos e acompanhamento de resultados, que subsidiarão a implementação de plano de ação de melhorias com o objetivo de incrementar transparência do governo do Estado de São Paulo. *Ações da Corregedoria Geral do Estado (CRGE)*: Órgão central do Sistema de Corregedoria, é responsável por regular e propor a regulamentação da matéria disciplinar no âmbito do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista). Também supervisiona a aplicação das leis de responsabilização administrativa, instaura ou recomenda procedimentos disciplinares em casos omissos e verifica a regularidade das atividades de órgãos e entidades públicas. Além disso, apura a conduta funcional de agentes públicos e propõe sua responsabilização, conduz processos administrativos de responsabilização e negocia acordos de leniência. *Apurações Preliminares*: No ano de 2025, foram instauradas 410 apurações preliminares e concluídas 322 (incluídos nesse cômputo processos instaurados em anos anteriores), resultando em um aumento de acervo



processual de 88 unidades. Esses dados demonstram uma inversão de tendência que se consolidara nos exercícios de 2023 e 2024, nos quais houve redução de estoque de investigações em curso. Apesar da definição de critérios mais objetivos para a instauração de apurações preliminares, os dados do ano sofrem importante impacto da Resolução CGE nº 11/2025, com 117 processos de assédio sexual instaurados – tema que até então não era presente em mesmas proporções no âmbito da CGE-SP. Mesmo em face desta circunstância, a CRGE fecha o exercício com um tempo médio de análise de processos de 108 dias. A atuação da CRGE como órgão de investigação resultou, em 2025, a propositura de instauração de 40 procedimentos de responsabilização contra pessoas físicas e de 20 procedimentos de responsabilização contra pessoas jurídicas. *Processo Administrativo de Responsabilização*: São processos instaurados contra pessoas jurídicas pelo cometimento de atos previstos na Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013). No ano de 2025, a CRGE bateu o recorde de instauração de processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, com um total de 16 PAR e aproximou-se da marca histórica de R\$ 100 milhões em multas aplicadas, considerando o período a partir de 2023. Deste valor, R\$ 10,3 milhões já retornaram aos cofres públicos. Quanto à conclusão dos processos, o ano apresentou redução de número de julgados em relação ao recorde do ano anterior (que alcançou 22 julgamentos em face dos 5 julgamentos do exercício atual). Mesmo assim, em vista do valor das multas aplicadas, verificou-se aumento de mais de 100% em relação ao ano anterior, com a aplicação de sanção a 9 pessoas jurídicas no montante global de R\$ 63.048.915,00. *Acordos de Leniência*: Nos termos do artigo 1º, do Anexo I, do Capítulo I, do Decreto estadual nº 69.183/2025, a CGE-SP detém competência exclusiva para celebrar acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos no âmbito da Administração Pública estadual. O acordo é um instrumento sancionador negocial, celebrado com uma pessoa jurídica, que colabora, de livre e espontânea vontade, entregando informações e provas sobre os atos de corrupção de que tem conhecimento e sobre os quais assume a sua responsabilidade objetiva. Com o acordo, as empresas podem ter as sanções isentas ou atenuadas - o que inclui a aplicação de multa e a pena de inidoneidade (proibição de contratar com o poder público). Ao longo do exercício de 2025, tramitaram na CRGE três propostas de acordo de leniência, um acordo foi concluído e outros dois seguem em tratativas. O acordo concluído foi firmado em 17 de abril de 2025, com a Microstrategy Brasil Ltda. (Strategy Brasil), que voluntariamente reportou atos lesivos à Administração Pública estadual ocorridos em 2017 na Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). A empresa ressarciu o Estado de São Paulo e pagou multa prevista na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), totalizando R\$ 2.377.463,11, dos quais R\$ 1.662.561,62 é referente à devolução da vantagem indevida e R\$ 714.901,49 à multa. Os valores serão destinados ao Tesouro Estadual e à FDE. Além disso, a empresa colaborou com as investigações e vem implementando medidas de integridade para prevenir novos ilícitos e fortalecer sua governança. *Responsabilização de Pessoa Jurídica – Termo de Compromisso*: O mecanismo previsto no Decreto nº 69.183, de 18 de dezembro de 2024, permite a resolução mais célere de processos administrativos de responsabilização. Este mecanismo pode ser utilizado quando há uma proposta de acordo ou quando as provas apresentadas são suficientes para uma decisão sem a necessidade de prolongar o processo. O objetivo é agilizar a resolução de casos, garantindo eficiência e eficácia na aplicação das sanções administrativas. Em 2025, foram arrecadados R\$ 9.267.656,14, a partir do recebimento de valores decorrentes de 2 termos de compromisso assinados no final do exercício de 2024. *Ações relevantes: Pátio e Leilões (concluído)*: buscou apoiar os gestores responsáveis pelos procedimentos de leilões de automóveis. Tal iniciativa foi desenvolvida em parceria com o DETRAN/SP e implantou mecanismos de controle para mitigar riscos de fraude e corrupção, garantindo, assim, a conformidade dos procedimentos e o desempenho regular das atividades; *Manual de Apuração Preliminar (concluído)*: Publicação do



Manual de Apuração Preliminar, como órgão central, para disciplinar os aspectos relacionados ao tema e orientar as unidades setoriais do SER Paulista; *Manual de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) (em andamento)*: Publicação prevista para o exercício de 2025, como órgão central, para disciplinar os aspectos relacionados ao tema e orientar as unidades setoriais do SER Paulista; *Guia contra o assédio sexual a menor (em andamento)*: Publicação prevista para o exercício de 2025, como órgão central, para disciplinar os aspectos relacionados ao tema e orientar os agentes públicos. *Projeto Corregedor IA (concluído)*: projeto que teve como objetivo desenvolver Agente de IA voltado à análise automatizada de documentos, processos e dados relevantes para apuração preliminar. *I Seminário Paulista de Responsabilização Administrativa (concluído)*: Evento realizado no dia 21 de outubro, no SESC Vila Mariana, marcando os 4 anos de criação da CGE SP pela Lei Complementar 1.361/2021, bem como o lançamento do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista), responsável pela governança da matéria no Estado de São Paulo. Promovido pela CRGE, o evento gratuito teve como público-alvo os agentes públicos que atuam em atividades correcionais e que possuem interface com processos de responsabilização administrativa no âmbito estadual. Foram realizados painéis e palestras sobre temas como Direito Administrativo Sancionador, Planejamento de Investigações, Responsabilização de Pessoas Jurídicas e Consensualidade em matéria disciplinar. Regulamentação do *Cadastro Estadual de Penalidades Funcionais do Servidor Público do Estado de São Paulo (concluído)*, com a edição do Decreto Estadual nº 70.061/2025, que criou a Base Unificada de Dados Disciplinares (BUDD-SP), que permitirá maior transparência das informações disciplinares. Instituição da *Rede Estadual de Suporte à Ética e à Responsabilização (Rede SER) (concluído)*, por meio do Decreto Estadual nº 70.061/2025, com a finalidade de integrar as ações destinadas à troca de informações, harmonização e melhoria regulatória, de governança e de gestão das atividades correcionais no Estado de São Paulo. Regulamentação do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista) (concluído), por meio do Decreto Estadual nº 70.061/2025, que tem como objetivo estruturar o SER Paulista para fortalecer a governança correcional no Poder Executivo estadual. Busca aumentar a credibilidade nos mecanismos de detecção e sanção de irregularidades, promover a integridade e prevenir a corrupção. Também visa padronizar procedimentos, garantir atuação estratégica e coordenada entre órgãos. Implantação de unidades setoriais em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, com a Fundação CASA como primeira unidade de corregedoria acreditada no Estado de São Paulo. *Programa de Formação Continuada em Correição (PROFOCCO) (em andamento)*: projeto que criou a política de formação continuada em correição. Este programa é composto pela disponibilização de capacitações e pela produção de material instrucional, destinados ao desenvolvimento de capacidades nas unidades setoriais do SER Paulista, conforme a Resolução CGE nº 28/2025. Até dezembro de 2025, foi disponibilizada uma curadoria de cursos online e gratuitos, além da capacitação de mais de 700 pessoas, em parceria com a EGESP, nas temáticas de Apuração Preliminar e de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), nos formatos presencial e virtual; *RESPONDE.SP (em andamento)*: projeto que busca desenvolver solução tecnológica, vinculada à plataforma de habilitação de denúncias Fala.SP, para condução dos procedimentos de apuração preliminar e de responsabilização de agentes públicos e entes privados. Sua utilização será de uso obrigatório pelas unidades integrantes do Sistema de Ética e Responsabilização – SER Paulista e está baseada em peças padronizadas e pré-formatadas que forneçam celeridade, eficácia e segurança jurídica requeridas. Contará ainda com funcionalidade para coleta e tratamento das informações gerenciais, objetivando a publicação em transparência ativa destes dados, formando uma base correcional centralizada. Atualmente, encontra-se em fase de finalização o módulo de apuração preliminar. Revisão da regulamentação do Processo Administrativo de Responsabilização



(PAR) no âmbito Estadual, com a edição do Decreto Estadual nº 69.588/2025. Propositura de revisão da matéria disciplinar no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei 10.261/1986) (em andamento). *Evolução normativa:* Com o intuito de aperfeiçoar o sistema normativo correcional de São Paulo e exercendo a sua função de Órgão Central do Sistema de Corregedoria do poder executivo do Estado, a CRGE atuou na elaboração das seguintes normas, em 2025:

Decreto 69.588/2025	Regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)
Decreto 70.061/2025	Regulamenta o Sistema de Ética e Responsabilização Paulista (SER Paulista), institui a Rede Estadual de Suporte à Ética e Responsabilização (Rede SER) e institui a Base Unificada de Dados Disciplinares (BUDD-SP)
Resolução CGE nº 08/2025	Disciplinou a prestação de informações correcionais pelas unidades setoriais à CGE-SP.
Resolução CGE nº 11/2025	Definiu protocolo de tratamento de casos de Assédio Sexual contra crianças e adolescentes; elaborou normativo disciplinando a apuração preliminar em casos de assédio sexual praticados por agentes públicos.
Resolução CGE nº 12/2025	Elaborou normativo disciplinando o compromisso de proteção antirretaliação aos denunciantes de irregularidades ou ilícitos administrativos consignado no Decreto nº 68.187/2023.
Resolução CGE nº 28/2025	Institui e regulamenta o Programa de Formação Continuada Correcional - PROFOCCO, no âmbito do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista - SER Paulista.
Resolução CGE nº 31/2025	Disciplinou os procedimentos sancionatórios aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.
Resolução CGE nº 32/2025	Dispõe sobre o processo de acreditação das unidades setoriais do Sistema de Ética e Responsabilização Paulista - SER Paulista.
Resolução CGE nº 33/2025	Estabelece diretrizes para a execução do Decreto Estadual nº 69.588, de 9 de junho de 2025, com fundamento no artigo 21, §2º, e incisos I, II, III e IV do artigo 70, disciplinando a análise da regularidade e do mérito do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, bem como a metodologia de apuração do faturamento bruto, de avaliação de programas de integridade, de definição de dosimetria da pena de publicação extraordinária da decisão condenatória e de gestão dos procedimentos de responsabilização.



Resolução Conjunta CGE/PGE nº 01/2025	Altera e acrescenta dispositivo na Resolução Conjunta CGE/PGE nº 01, de 24 de maio de 2023 (referente ao processo de negociação de acordos de leniência).

Ações da Ouvidoria Geral do Estado (OGE): A Ouvidoria Geral do Estado é a unidade da CGE que exerce o papel de órgão central do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo e do Sistema de Transparência do Poder Executivo, em relação à transparência passiva. A OGE tem como atribuições, entre outras: promover a proteção e defesa do usuário do serviço público; fomentar a transparência pública, monitorando o cumprimento do Decreto nº 68.155/2023, bem como do Decreto nº 65.347/2020; decidir sobre recursos relativos à negativa de acesso à informação em 2ª instância; analisar manifestações de ouvidoria dirigidas à CGE e as encaminhar às áreas competentes; e exercer a supervisão e orientação das unidades setoriais de ouvidoria do Poder Executivo. **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FALA.SP:** É a plataforma oficial do Governo de São Paulo para comunicação direta com o cidadão. Permite registrar e acompanhar online as respostas de solicitação de providências, reclamações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de informação, além de possibilitar a participação voluntária como Conselheiro de Serviços Públicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo. O objetivo é garantir transparência, participação social e melhoria dos serviços públicos. Em números, a Plataforma Fala.SP registrou, de dezembro de 2023 a novembro de 2025, mais de 480 mil manifestações. Desse total, em 2025 foram mais de 297 mil manifestações, ou seja, 60% do total registrado desde o início da utilização da Plataforma, o que mostra a importância e consolidação da Plataforma FALA.SP como ferramenta de participação e acesso à informação à sociedade. A partir da análise dos dados da Plataforma FALA.SP, observa-se que, do total de manifestações registradas até 30 de novembro de 2025, 98,16% tiveram seu tratamento concluído no período, enquanto 1,83% permaneciam em análise, até o final daquele mês, dentro do prazo legal estabelecido e 0,01% fora do prazo. Sob a ótica do tipo de manifestação, verifica-se que 42% correspondem a Solicitações de Providências, 40% a Reclamações, 10% a Denúncias, 6% a Pedidos de Acesso à Informação e 1% a Elogios e Sugestões. **Pedidos de acessos à informação:** Em relação aos pedidos de acesso à informação, em 2025, no período analisado, foram registrados 17.515 pedidos, com prazo médio de resposta de 15 dias, observando-se um prazo de resposta bem inferior ao previsto na Lei de Acesso à Informação (20+10 dias), com satisfação média com as respostas recebidas de 8 pontos, de 10 possíveis. **Resultados como órgão recursal (2ª instância):** No âmbito do Poder Executivo estadual, cabe a CGE-SP, por meio da OGE, a responsabilidade pela análise dos recursos de 2ª instância dos pedidos de acesso à informação. Em números, no período analisado, foram registrados 325 recursos, com tempo médio de decisão pela CGE-SP de 10,25 dias, representando uma redução de 34% em relação à média do ano anterior. Esses avanços refletem o impacto positivo das capacitações, treinamentos, monitoramento diário e da interlocução constante com os analistas dos órgãos e entidades, visando orientá-los e capacitá-los para o tratamento adequado dos pedidos de acesso à informação. Em relação ao tempo médio de resposta. **Conselho de Usuários do Serviço Público:** Desde o início da primeira rodada de consultas e avaliações, no segundo semestre de 2024, o módulo de Conselho de Usuários do Serviço Público da Plataforma FALA.SP tem possibilitado interações virtuais entre cidadãos e a Administração Pública estadual por meio de avaliações e consultas relacionadas aos serviços públicos estaduais produzidas e encaminhadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, a partir da integração com o Portal de Serviços do Estado, alcançando, até novembro de 2025, 257 consultas e avaliações realizadas e um total de mais de 3.900 conselheiros cadastrados. **Manuais e Procedimentos:** Com o intuito de aperfeiçoar as atividades de ouvidoria e de garantia do acesso à informação no Estado de São Paulo,



a OGE lançou a Coleção “São Paulo Ouve Todos”, atuando na elaboração dos seguintes manuais e procedimentos em 2025: *Manual de Procedimentos de Tratamento de Manifestação de Ouvidoria*: Publicado em maio de 2025, elaborado para apoiar a atuação das unidades que integram o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual. Ele reúne orientações práticas e diretrizes padronizadas para a utilização da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - FALA.SP e para a adequada resolução das manifestações recebidas. *Guia Prático da Carta de Serviços ao Usuário*: Publicado em maio de 2025, o guia orienta órgãos estaduais na elaboração e atualização da Carta de Serviços ao Usuário, promovendo transparência e qualidade na prestação pública. *Guia Prático de Acesso à Informação*: Publicado em maio de 2025, o guia apresenta fundamentos normativos orientações, precedentes e demais subsídios para o exercício do direito fundamental de acesso à informação. *Manual Orientativo da Lei Geral de Proteção de Dados*: Publicado em agosto de 2025 o Manual Orientativo para Conformidade com a LGPD na Administração Pública Estadual de São Paulo. O manual foi desenvolvido para apoiar os órgãos e entidades na implementação da LGPD. Ele oferece diretrizes práticas e modelos de referência para o tratamento adequado de dados pessoais, com foco em transparência, segurança e respeito aos direitos fundamentais. *Cartilha de Proteção ao Denunciante*: Publicado em setembro de 2025, em cumprimento da Ação nº 101 do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, a cartilha tem o objetivo de orientar o cidadão e os agentes públicos sobre os direitos, garantias e procedimentos aplicáveis aos denunciantes de irregularidades na Administração Pública Estadual. *Guia Prático - Conselheiros de Serviços Públicos*: Publicado em outubro de 2025, o guia Prático foi criado para orientar o cidadão, o Conselheiro, de forma simples e direta, sobre o funcionamento dos Conselhos de Usuários, seus direitos e deveres e os canais de participação disponíveis. *Capacitações*: Com o objetivo de fortalecer a atuação dos agentes públicos e das unidades de ouvidoria e promover a conformidade com os marcos legais vigentes, a OGE realizou as seguintes capacitações em 2025: *Programa de Proteção a Denunciantes*: As capacitações abordaram os principais aspectos do programa, incluindo as garantias oferecidas aos denunciantes, os tipos de denúncias recebidas (como assédio moral, sexual e condutas discriminatórias), e os procedimentos para registro e tratamento das manifestações. Trata-se da Ação nº 103 do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo. *Boas Práticas em LGPD*: Voltada à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, esta capacitação apresentou diretrizes para o tratamento adequado de dados no setor público, com foco na segurança da informação, transparência e respeito à privacidade dos cidadãos. *Comunicação de Incidente de Segurança envolvendo Dados Pessoais*: Esta formação técnica tratou dos procedimentos que devem ser adotados pelas unidades públicas em caso de violação de dados pessoais. *Procedimentos de Atendimento aos Pedidos de Acesso à Informação*: A capacitação reforçou os princípios da Lei de Acesso à Informação (LAI), detalhando os fluxos de atendimento, prazos legais, classificação de informações e boas práticas para garantir o direito de acesso à informação pública. O conteúdo foi voltado especialmente às equipes que atuam na linha de frente do atendimento ao cidadão. *Proteção de Dados e Lei de Acesso à Informação*: A capacitação integrou os temas da LGPD e da LAI, destacando os desafios e as interseções entre o direito à privacidade e o direito à informação. Foram apresentados os principais instrumentos normativos e orientações práticas para a atuação das ouvidorias em conformidade com ambos os marcos legais. *Eventos - Encontros do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual*: Foram realizados 2 encontros. Nos eventos foram capacitados centenas de agentes públicos do Governo do Estado de São Paulo em temas como transparência, defesa dos usuários de serviços públicos, proteção ao denunciante e tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. Essas capacitações abordaram tanto aspectos conceituais quanto operacionais, incluindo, por exemplo, o uso correto da Plataforma FALA.SP na execução dos trabalhos de ouvidoria e no atendimento a pedidos de



acesso à informação, fortalecendo a eficiência das ações realizadas. *Informação é para Todos: 13 anos de Aplicação da LAI*: Evento realizado em 13 de maio de 2025, em comemoração aos 13 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI). O encontro, aberto a toda a sociedade, reafirmou o compromisso com a transparência pública, compartilhou boas práticas e fortaleceu a cultura de acesso à informação no âmbito da administração estadual. No evento também foi lançado o “Guia Prático da Lei de Acesso à Informação”. *Campanha de Divulgação do Canal de Denúncia do Poder Executivo do Estado de São Paulo* - Ação nº 102 do Plano Anticorrupção que teve como objetivo ampliar a visibilidade da Plataforma FALA.SP como canal oficial de denúncias do Poder Executivo do Estado de São Paulo, promovendo a participação social, o fortalecimento da integridade pública e a proteção ao denunciante, conforme previsto no Decreto nº 68.157/2023 e regulamentado pela Resolução CGE nº 12/2025. A iniciativa foi implementada por meio de parcerias institucionais para divulgação em postos de atendimento a usuários de serviços públicos, parques, modais de transporte público, como rodovias estaduais, linhas de metrô e trem, além de impulsionamento de conteúdos nas redes sociais institucionais, com foco no Instagram e em outras plataformas digitais utilizadas por órgãos e entidades do Poder Executivo. Como resultado inicial, observou-se um acréscimo de 115% nos acessos à Plataforma Fala.SP no mês subsequente a sua realização. *Projetos em andamento: Divulgação, fluxo e metodologia de avaliação do tratamento de denúncias (em andamento)*: tem como objetivo estruturar e fortalecer os mecanismos de detecção de irregularidades por meio da promoção da cultura de denúncia segura e responsável. Para isso, contempla a produção de materiais informativos, como o Vídeo e a Cartilha do Denunciante, que orientam a população sobre como denunciar com segurança; a definição de um fluxo formal para o recebimento e encaminhamento de pedidos de celebração de Compromisso de Proteção Antirretaliação, assegurando proteção efetiva contra represálias; e o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação do tratamento de denúncias pelas unidades setoriais (Ação nº 104 do Plano Anticorrupção), buscando assegurar qualidade, eficiência e respeito aos direitos dos denunciantes. Dentre essas ações, ainda se encontra em andamento a implementação de uma metodologia de avaliação das unidades setoriais. *Projeto: Adequação da Administração Direta à Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP) (em andamento)*: tem como finalidade promover a conformidade da Administração Direta do Estado de São Paulo com a Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP), em consonância com a legislação vigente e as diretrizes da Controladoria Geral do Estado de São Paulo. As ações desenvolvidas incluem a realização de capacitações voltadas aos servidores públicos, a elaboração de materiais orientativos, o desenvolvimento de uma metodologia para avaliação da aderência à PPDP e sua aplicação junto aos órgãos da Administração Direta. A partir dessa avaliação, serão construídos planos de ação para correção de eventuais desconformidades identificadas. *Promoção de Monitoramento e Avaliação das Ouvidorias do Poder Executivo e dos Serviços de Informação ao Cidadão – ProOuvir*: uma das entregas do Plano Estratégico da Controladoria Geral do Estado (CGE), tem o objetivo de fortalecer a transparência e a participação social, princípios essenciais à atuação das unidades de Ouvidoria e dos Serviços de Informação ao Cidadão (SICs), adotando uma abordagem integrada, contemplando as funções de monitoramento e de avaliação ao longo do ciclo de gestão. Essa atuação envolve tanto o tratamento das manifestações de ouvidoria quanto a adequada gestão dos pedidos de acesso à informação pelos órgãos e entidades. O programa abrange o fortalecimento de Iniciativas Gerenciais e Estruturantes, previstas no Capítulo V da Resolução CGE nº 17/2024, entre as quais se destacam o Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública (MMOuP), o Conselho de Usuários de Serviços Públicos e a Carta de Serviços ao Usuário — instrumentos essenciais para qualificar a atuação das ouvidorias e ampliar sua contribuição à gestão pública. *Criação de Solução de IA para análise prévia*



de denúncias (em andamento): Ação nº 46 do Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo, com entrega prevista para junho de 2026, tem como objetivo o desenvolvimento de tecnologia integrada à Plataforma Fala.SP para a análise automatizada e qualificação de denúncias, com uso de inteligência artificial para fornecer subsídios à priorização da apuração de denúncias recebidas. Interação do Canal de Denúncias Fala.SP com outros órgãos de defesa do Estado: Ação nº 47 do Plano Anticorrupção que consiste na criação de interações por meio da Plataforma Fala.SP com outros órgãos de defesa do Estado, com a finalidade de permitir ao cidadão o acompanhamento de sua demanda mesmo quando tiver repercussão em órgãos não pertencentes ao Poder Executivo estadual. *Ações da Subsecretaria de Combate a Corrupção (SCC):* Dentre outras atribuições, é responsável por prospectar informações estratégicas, proceder ao levantamento, cruzamento e análise de dados que auxiliem no cumprimento das competências da CGE-SP, planejar e realizar ações de enfrentamento às irregularidades administrativas, inclusive em parceria com outros órgãos de Estado, e instruir os procedimentos instaurados para apuração de enriquecimento ilícito de agentes públicos estaduais. Além disso, desenvolve e executa estudos, pesquisas e atividades de inteligência de dados, incluindo a gestão de um ambiente centralizado de dados, e produz informações estratégicas que possam subsidiar as atividades desenvolvidas pela CGE-SP. *Investigações administrativas:* Realização de pesquisa de vida pregressa de agentes públicos, com análise de eventuais responsabilidades civis, administrativas e penais, utilizando sistemas corporativos e banco de dados diversos. Exame de normativos voltados à estruturação das áreas de Inteligência e Contrainteligência, visando ao desenvolvimento do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI). Foram realizadas 389 pesquisas até 04 de dezembro de 2025. *Declaração de Bens e Rendas e Análise da Evolução Patrimonial:* Apoio técnico para a elaboração do Decreto nº 70.091/2025, que estabelece regras para agentes públicos do Estado de São Paulo quanto à apresentação da Declaração de Imposto de Renda, publicidade das declarações de bens e apuração preliminar de evolução patrimonial. *Evolução normativa:* Destaca-se a publicação de um Decreto que regulamentou e estabeleceu as diretrizes inerentes à sua área de atuação. Adicionalmente, há uma Resolução em andamento (análise/elaboração), visando complementar as normativas.

Decreto Nº 70.091/2025	Dispõe sobre a apresentação das declarações de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza pelos agentes públicos, sobre a publicidade das declarações de bens e direitos das autoridades da Administração Direta e Indireta e sobre o procedimento de apuração preliminar de evolução patrimonial de agentes públicos e dá providências correlatas.
Minuta de Resolução	Dispõe e regulamenta os procedimentos sobre a apresentação, análise e publicação das declarações de bens, bem como sobre o procedimento de apuração preliminar de evolução patrimonial dos agentes públicos estaduais, nos termos do Decreto Estadual nº 70.091/2025.

Projetos concluídos e em andamento: *Desenvolvimento do SPPatri:* visa otimizar o processo de entrega das declarações de bens dos agentes públicos, simplificando a interface do sistema para o usuário. Adicionalmente, o sistema busca facilitar a utilização pelas equipes de RH, garantindo maior eficiência operacional. *Manual Prático do SPPatri:* tem por objetivo fornecer suporte aos usuários. O manual facilita o processo de preenchimento e atua como apoio consultivo, gerando um aumento da assertividade no envio das declarações. *Manual de Apuração Preliminar de Evolução Patrimonial e SPPatri:* voltado para o público interno, notadamente para os servidores que atuam na área, tem por objetivo indicar práticas de análise dos dados do SPPatri e dos procedimentos de apuração de evolução patrimonial. *Capacitação de agentes públicos de Recursos Humanos:* tem por finalidade preparar e alinhar as equipes para as novas funcionalidades do sistema e informações do novo



decreto. Este treinamento assegura o correto apoio na interpretação das normas e na utilização plena do sistema, fortalecendo a conformidade institucional. *Estratégia de Comunicação Institucional*: buscou disseminar informações relevantes aos agentes públicos e à sociedade. As ações incluíram a atualização de informações no site, criação de um repositório de Perguntas Frequentes (FAQ) e divulgação de um vídeo nas redes sociais da CGE. *Avaliação de Evolução Patrimonial*: A SCC é responsável por organizar, administrar e coordenar o Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial (AEP). Em 2025, a SCC investigou a evolução patrimonial de servidores públicos do Estado de São Paulo, focando principalmente na avaliação da compatibilidade patrimonial dos servidores com suas rendas. É importante destacar que essas avaliações patrimoniais foram originadas de demandas internas da CGE-SP ou de denúncias recebidas. Abaixo, seguem os resultados (até 04 de dezembro de 2025) do período conforme o quadro:

Processo Evolução Patrimonial	
Quantidade de trabalhos em andamento	40
Quant. de processos aguardando despacho de conclusão	28
Quantidade de informações/ requisições produzidas	60
Quantidade de ofícios expedidos	87
Quantidade de declarações de bens recebidas no AEP8	565

Inteligência de Dados: A SCC atuou para fortalecer a transparência, ampliar o uso estratégico de tecnologias emergentes e melhorar a eficiência administrativa por meio do tratamento de dados, desenvolvimento de painéis analíticos e capacitação dos servidores. *Principais iniciativas*: *Parcerias e Cooperação Técnica*: tratativas com instituições para fortalecer a produção técnica e científica, ampliar intercâmbio e aprimorar processos relacionados à gestão pública e combate à corrupção. *Capacitação de Servidores*: treinamentos voltados à área de Combate à Corrupção, abordando temas como Engenharia de Prompts, Inteligência Artificial e Ferramentas de Análise de Dados. *Bases de Dados e Painéis Analíticos (Power BI)*: desenvolvimento e aprimoramento de painéis e cruzamento de dados para ampliar transparência e capacidade analítica, incluindo áreas/ temas, como: Desenvolvimento Social, Cadastro de Entidades, Evolução Patrimonial, Quadro Funcional e Remuneração, Emendas Parlamentares e Contratos e Licitações. *Cadastro Estadual de Entidades*: Dentre as atribuições da SCC, destaca-se o cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 57.501/2011, que estabelece as diretrizes e regras para o Cadastro Estadual de Entidades. Esse cadastro tem por finalidade avaliar o cumprimento dos requisitos normativos e registrar as organizações do terceiro setor que os atendam. A partir dessa avaliação, é emitido um certificado que autoriza essas organizações a celebrarem parcerias com o Estado de São Paulo. A seguir, apresentam-se os resultados do cadastramento das entidades no exercício de 2025 (até 4 de dezembro de 2025).

Entidades que finalizaram o auto cadastramento e solicitaram análise	1142
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE emitidos	641



Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE revalidados	2132
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE suspensos	1614
Entidades não aprovadas no Cadastro Estadual de Entidades	126

Projetos em andamento - Plano de Fiscalização de Entidades: tem como objetivo fortalecer a missão da coordenadoria, com foco na verificação de aderência regulatória das entidades do terceiro setor e fomentar a boa governança na gestão dos recursos públicos. *Desenvolvimento do Novo Sistema CEE:* visa otimizar o processo de cadastramento, simplificando o sistema para o usuário, promovendo a otimização no preenchimento do cadastro. Para os agentes públicos, visa a agilização da análise de dados, resultando em maior produtividade. *Estratégia de Comunicação Institucional:* tem por finalidade disseminar as informações para as Entidades do Terceiro Setor com a inclusão e atualização de informações institucionais e criação de um repositório FAQ no site da CGE. Além disso, prevê a produção de vídeos institucionais com instruções sobre o CEE e a obtenção do CRCE. *Guia Prático do Cadastro Estadual de Entidades:* visa dar suporte técnico e material para as Entidades do Terceiro Setor, facilitando o processo de preenchimento do CEE e apoio consultivo para a obtenção do CRCE, minimizando erros e retrabalhos. *Capacitação de agentes públicos, das entidades e dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual:* tem por finalidade preparar e alinhar os servidores públicos estaduais, as entidades privadas e as instituições do Poder Executivo estadual para as funcionalidades, dados e informações a partir do futuro Decreto. Este treinamento assegura o correto apoio na interpretação das normas e na utilização plena do sistema, fortalecendo a conformidade institucional. *Ações Especiais:* Compete à SCC a instrumentalização e a padronização dos fluxos e procedimentos operacionais inerentes às operações especiais. Nesse contexto, foram finalizadas as seguintes ações: Manual de Operações Especiais: acesso restrito destinado ao público interno; Sistema de Operações: sistema voltado para as ações especiais; Capacitação dos servidores: treinamento de pessoal para ações especiais; Parcerias: formalização de ACT com MPSP. Encontra-se em fase de aprovação o Manual de Utilização de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), destinado a estabelecer diretrizes, uniformizar práticas e subsidiar tecnicamente as atividades executadas pelo Órgão com o uso de drones. *Ações da Subsecretaria de Gestão Corporativa (SGC):* É responsável por planejar, gerir, promover, coordenar e executar, no âmbito da CGE-SP, as atividades relativas a planejamento e governança, tecnologia da informação, recursos humanos, licitações e contratos, orçamento e finanças, infraestrutura e gestão documental. *Ações de Planejamento e Governança - Planejamento Estratégico:* Após a elaboração do Planejamento Estratégico 2023-2027 e visando a sua implementação, foram publicadas em 2025 as resoluções que aprovaram o Plano Estratégico da CGE-SP e as diretrizes para sua execução e monitoramento. O Plano determina, para cada objetivo, resultados a serem alcançados, e delimita as ações e processos necessários para isso. A execução do Plano é acompanhada trimestralmente e, até setembro deste ano, das 171 iniciativas previstas para 2025, 61 já foram concluídas e 79 estão em andamento, representando, somadas, 82% do total. *Planejamento Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA):* a SGC atuou na revisão do Plano Plurianual 2024-2027, ajustando alguns indicadores e monitorando os resultados alcançados em 2025. Além disso, preparou a Proposta Orçamentária Setorial do órgão para compor a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2026. *Gestão de Projetos:* A gestão de projetos na CGE-SP busca alinhar as iniciativas institucionais à sua estratégia, promovendo eficiência, padronização e qualidade nas entregas. A metodologia adotada organiza os projetos em fases e institui o Escritório de Projetos, responsável por coordenar, apoiar e supervisionar essa gestão. A implementação está sendo gradual, iniciando com projetos-piloto em áreas finalísticas da CGE-SP



(Resolução CGE nº 002/2025). *Gestão de Processos*: Como forma de entender e organizar os processos da Controladoria Geral do Estado, a Subsecretaria de Gestão Corporativa elaborou a Cadeia de Valor da CGE-SP. Com base nos processos da cadeia, iniciou o trabalho de mapeamento de processos, em que são definidos o fluxo das atividades do processo, a descrição dessas atividades e as responsabilidades envolvidas. Ao longo do exercício de 2025, foram mapeados 2 processos. Por fim, destaca-se que está em discussão minuta de Resolução para regulamentar a Gestão de Processos no âmbito da CGE-SP. *Governança*: O Decreto Estadual nº 68.159, de 09 de dezembro de 2023, institucionalizou a Política de Governança da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Diante das determinações do referido Decreto, a Subsecretaria apoiou o Gabinete do Controlador na estruturação da governança da CGE-SP. Em 2025, está em andamento projeto de avaliação de governança da CGE-SP, que tem por objetivo identificar o nível atual de maturidade da estrutura de governança da Controladoria e propor ações de melhoria para o seu aperfeiçoamento. *Gestão de Demandas*: Apoiou o Gabinete do Controlador na regulação do Teletrabalho no âmbito da CGE-SP. O Teletrabalho foi concebido de acordo com as normas estaduais que versam sobre o tema e instrumentalizou a gestão de demandas no âmbito da CGE-SP. No final do exercício de 2024 foi iniciado um projeto piloto de implantação do teletrabalho e a partir do segundo semestre de 2025, o teletrabalho foi expandido para aproximadamente 52 servidores da CGE-SP. *Gestão de Resultados*: Em relação à gestão de resultados da CGE-SP, a Subsecretaria atuou nas seguintes vertentes: *Bonificação de Resultados (BR)*: considerando a Lei Complementar nº 1.361, de 21 de outubro de 2021, que instituiu a Bonificação por Resultados (BR) no âmbito da administração direta e autarquias, prestou apoio à Comissão Setorial de Bonificação de Resultados na proposição das metas e indicadores dos anos de 2023, 2024 e 2025, bem como na apuração dos resultados do exercício de 2023 e 2024. *Programa de Metas*: instituído pela Casa Civil, o Programa de Metas tem por finalidade instrumentalizar o acompanhamento de projetos prioritários do Estado pelo Governador. Dentre eles está o Plano Anticorrupção (PAC), aprovado pelo Decreto 67.682/2023, que é de responsabilidade da CGE-SP. A subsecretaria é responsável pela interlocução da CGE-SP com a Casa Civil, bem como pelo lançamento das informações do PAC no sistema. *Benefícios Financeiros e Não Financeiros (BFNF)*: em 2025, a Subsecretaria apoiou o Gabinete do Controlador na atualização da sistemática para quantificação e registro dos benefícios decorrentes das ações executadas pela CGE-SP (Resolução CGE nº 18/2025). *Prestação de Informações sobre os Resultados da CGE-SP*: elaboração de relatórios e documentos contendo os resultados da CGE-SP para órgãos do poder executivo, legislativo e sociedade. Citam-se como exemplos: Relatório de Benefícios Financeiros e Não Financeiros; Relatórios Orçamentários da CGE-SP; Relatórios para compor prestações de contas à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) entre outros. Além disso, foi publicada a Resolução CGE nº 03/2025 que estabeleceu as diretrizes para o monitoramento periódico dos resultados da CGE-SP. *Ações de Tecnologia da Informação*: Com o objetivo de coordenar as demandas da CGE-SP relacionadas à tecnologia da informação, abrangendo equipamentos, infraestrutura, desenvolvimento de sistemas, suporte técnico aos usuários, além da criação e administração de sites e da intranet, a SGC realizou diversas ações durante o período contemplado por este relatório. Entre elas, destacam-se: *Infraestrutura de TI*: Ao longo do exercício foi concluída a reforma da infraestrutura de rede da CGE – ala Sé, contemplando a instalação de cabeamento estruturado com certificação dos pontos e o remanejamento da rede existente. As entregas incluíram a instalação do link de dados, switches e switch core, com configuração de rack e patch panel, além da instalação de access points. Realizou-se a configuração dos switches com definição de VLANs, bem como a instalação e configuração do firewall e demais equipamentos. Por fim, foram executados os testes



de entrega da infraestrutura, assegurando o pleno funcionamento da nova rede. *Gestão de Políticas de TI:* No exercício de 2025, a área responsável pela Gestão de Políticas de TI da CGE-SP vem conduzindo ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da governança e da segurança da informação. Entre as principais ações em desenvolvimento estão a implementação e o estabelecimento da Política de Tecnologia e Segurança da Informação, o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento dos sistemas sensíveis em uso pelos servidores da CGE-SP, além da realização da pesquisa anual de satisfação com os serviços de TIC, visando aprimorar continuamente a qualidade e a efetividade dos serviços prestados. *Suporte Técnico TI:* Até 10 de dezembro de 2025, foram realizados mais 1.141 atendimentos de suporte aos servidores da CGE-SP. *Sistemas e Ferramentas:* Em 2025, foram colocados em produção seis sistemas desenvolvidos pela CGE-SP, além de outros sete em diferentes fases do ciclo de desenvolvimento: dois em análise de requisitos, um em aprovação de requisitos, um em desenvolvimento e três em homologação. Complementarmente, foram disponibilizadas diversas ferramentas de Business Intelligence (BI), voltadas ao acompanhamento estratégico de temas relevantes: despesas do Poder Executivo, receitas do Poder Executivo, renúncias de receitas do Poder Executivo, remuneração mensal de servidores públicos, aposentados e pensionistas, editais e avisos de contratações, atendimentos de suporte de TI, ações do PAC com solução de TI, desenvolvimento dos sistemas da CGE e o Painel de Licitações. Essas entregas reforçam o compromisso da CGE-SP com a transparência, eficiência e modernização da gestão pública. *Projetos concluídos:* Em 2025, a SGC concluiu importantes projetos na área de Tecnologia da Informação, com destaque para a implementação do Sistema Estadual de Prevenção ao Conflito de Interesses, no âmbito da ação PAC 32. Também foram entregues o novo sítio institucional da CGE, desenvolvido com uso de CMS, e páginas específicas voltadas à Consulta Pública do Plano de Dados da CGE e à 1ª Conferência Internacional de Integridade Pública. Além disso, foram disponibilizados o Formulário de Pesquisa de Dados Abertos e o Plano de Dados Abertos da Controladoria Geral do Estado. No campo da infraestrutura, foi finalizada a reforma da rede da CGE – ala Sé, promovendo melhorias significativas na conectividade e organização dos pontos de rede. *Projetos em andamento:* Ao longo do exercício, foram iniciados e seguem em execução diversos projetos na área de tecnologia. Entre as iniciativas em desenvolvimento, destacam-se a implementação do Sistema Estadual de Produção de Informações Estratégicas para Tratamento de Riscos em Contratações Públicas (ação PAC 16), a criação do Cadastro Estadual de Penalidades Funcionais (ação PAC 82) e do Sistema Integrado de Penalidades Funcionais (ação PAC 83), além da criação de uma solução de Inteligência Artificial voltada à análise prévia de denúncias (ação PAC 46). Também os sistemas de Controle de Operações, de Gestão do Planejamento Estratégico, de Teletrabalho, o Sistema Strix e o SAEWEB. No campo da infraestrutura, avança a implantação do novo sistema para abertura de chamados, com vistas à modernização dos serviços de suporte técnico da CGE-SP. *Ações da Gestão Administrativa - Gestão das Contratações:* Com relação à gestão de contratações e licitações, até setembro de 2025, foram concluídos 46 processos de compras. Desse total, foram realizadas 19 dispensas com ou sem disputa, 22 inexigibilidades (13 capacitações) e 05 pregões eletrônicos, perfazendo o montante de R\$ 11.898.871,64 contratados. Desse total, mais de R\$ 10,825 milhões foram destinados à aquisição e contratação de serviços de tecnologia da informação, enquanto aproximadamente R\$ 321 mil foram aplicados na contratação de cursos voltados à capacitação de servidores e R\$ 7.170,00 em participação em eventos no exterior. Esses investimentos evidenciam a prioridade da gestão em promover a modernização dos processos, fortalecer a infraestrutura tecnológica e valorizar o capital humano, garantindo maior eficiência administrativa e qualidade na entrega dos serviços à sociedade. Destaca-se a economia de recursos de R\$ 2.151.048,53 (calculada até setembro de 2025) que os procedimentos licitatórios geraram,



em relação aos valores originalmente orçados. Ainda no âmbito das contratações, a SGC está desenvolvendo dois projetos estratégicos voltados à melhoria da eficiência, agilidade e segurança jurídica nos processos de aquisição. O primeiro trata da elaboração de um Manual Simplificado de Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que tem como objetivo orientar os agentes públicos na estruturação adequada dessa etapa inicial do planejamento das contratações, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O segundo projeto refere-se à Resolução de Aplicação de Sanções, que visa regulamentar, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos relacionados à responsabilização de licitantes e contratados, também nos termos da Lei nº 14.133/2021. *Treinamentos e Capacitações:* Em 2025, foram realizadas 96 ações de capacitação, voltadas tanto ao público interno da Controladoria-Geral do Estado quanto ministradas a públicos externos.

Quantidade total de capacitações concluídas - Geral	96
Quantidade total de capacitações concluídas - Público externo	7
Quantidade total de capacitações concluídas - Público Interno	89

Projetos em andamento: Além dos projetos da área de aquisições e de tecnologia da informação já mencionados, a área administrativa está conduzindo outras iniciativas ao longo do ano. Entre elas, destaca-se a: *Projeto Nova CGE:* tem como objetivo transferir a sede da CGE-SP Estado para um novo imóvel, garantindo infraestrutura adequada e continuidade dos serviços. A mudança deve ocorrer, antes da chegada dos novos servidores oriundos do concurso público, com planejamento seguro e eficiente. Inclui a locação do imóvel, contratação de serviços essenciais e instalação de tecnologia, visando melhorar a gestão e a satisfação dos servidores. *Projeto Conexão CGE:* Promover o reconhecimento dos servidores atuais da Controladoria e recepcionar e integrar os novos servidores. A iniciativa busca fortalecer a cultura organizacional, garantir adaptação funcional e alinhamento à missão institucional, consolidando essas ações em um plano único, alinhado às melhores práticas de gestão pública e integridade. *Implantação do sistema SAM:* voltado à gestão de materiais consumíveis e permanentes, que automatiza processos e fornece informações operacionais e gerenciais, promovendo maior controle e transparência. *Gestão por Competências,* projeto que visa alinhar as competências dos servidores às demandas estratégicas da instituição, fortalecendo a atuação da CGE-SP por meio de uma gestão mais eficaz e orientada por resultados. *Evolução normativa:* O quadro abaixo apresenta as normas produzidas, em 2025, nas três frentes de atuação da SGC: planejamento e governança, tecnologia da informação e gestão orçamentária e administrativa.

Resolução CGE nº 02/2025	Dispõe sobre a gestão de projetos no âmbito da Controladoria Geral do Estado.
Resolução CGE nº 03/2025	Estabelece as diretrizes para monitoramento periódico dos resultados da Controladoria Geral do Estado de São Paulo.
Resolução CGE nº 06/2025	Define a composição do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP, da Controladoria Geral do Estado.
Resolução CGE nº 10/2025	Institui a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA, da Controladoria Geral do Estado.



Resolução CGE nº 16/2025	Institui Comissão Especial de Concurso Público, para provimento de cargos da carreira de Auditor Estadual de Controle I do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado
Resolução CGE nº 18/2025	Disciplina a sistemática para quantificação e registro dos benefícios decorrentes das ações executadas pela Controladoria Geral do Estado de São Paulo.
Resolução CGE nº 19/2025	Estabelece as diretrizes e metodologias para a elaboração, execução e monitoramento do planejamento estratégico da Controladoria Geral do Estado.
Resolução CGE nº 20/2025	Aprova o Plano Estratégico da Controladoria Geral do Estado de São Paulo.
Resolução CGE nº 27/2025	Define a composição do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP, da Controladoria Geral do Estado.

Execução Orçamentária da CGE-SP: Quanto à execução orçamentária, até 05 de dezembro de 2025, 87,19% do orçamento está empenhado e 70,08% já está pago.

Indicador	Valor	%
Dotação Atual	R\$ 103.363.785	100,00%
Disponível	R\$ 10.823.414	10,47%
Reservado	R\$ 2.187.608	2,12%
Empenhado	R\$ 90.124.584	87,19%
Liquidado	R\$ 80.855.050	78,22%
Pago	R\$ 72.439.964	70,08%
Saldo a Liquidar (Empenhado – Liquidado)	R\$ 9.269.534	
Saldo a Pagar (Liquidado – Pago)	R\$ 8.415.086	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

APRESENTAÇÃO: O presente relatório de Gestão da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) compila os principais marcos e conquistas que a Instituição teve ao longo de 2025. Assim como nos anos anteriores, a PGE segue com o compromisso de aprimorar sua atuação, buscando a máxima eficiência e a defesa do interesse público, através da sua constante atualização frente às novidades tecnológicas e técnicas jurídicas, exercendo seu papel essencial na implementação de políticas públicas estaduais. Neste relatório estão destacados, dentre outros, projetos voltados à entrada e ao acolhimento dos procuradores do 23º Concurso de Ingresso na Carreira de Procurador do Estado, como os Projetos Elo e Horizontes e o Curso de Adaptação, com o cuidado de fazer a melhor ambientação possível para receber os novos membros da carreira. Tais iniciativas representaram um ponto de inflexão na consolidação de uma nova cultura de gestão de pessoas, mais colaborativa, inclusiva e empática. Em 2025, como resultado de um amplo esforço institucional iniciado em 2024, foi publicada a nova estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado, com foco na valorização das pessoas e no fortalecimento da governança, da eficiência e da conformidade normativa. Todo o processo foi realizado com responsabilidade e sensibilidade, preservando o reconhecimento de que os servidores são fundamentais para o funcionamento da PGE e para a consecução de seus objetivos. Por isso, o relatório não visa apenas destacar as vitórias de 2025, mas também reconhecer, agradecer e valorizar o trabalho coletivo de todos aqueles que contribuem para uma administração pública mais eficiente, transparente e acessível. Desejamos a todos os procuradores, servidores e parceiros um novo ano repleto de felicidade e paz, com votos de boas festas e um 2026 completo de novos desafios e vitórias. **GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. QUEM SOMOS:** A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) é uma instituição essencial para a administração pública estadual, responsável por promover a defesa jurídica do Estado, oferecer consultoria jurídica estratégica e assegurar a legalidade e eficiência dos atos administrativos. Com um histórico sólido de compromisso com o interesse público, a PGE-SP atua como guardião da Constituição e das leis, desempenhando um papel central na promoção da justiça e da cidadania. Com a posse de 206 novos Procuradores do Estado, aprovados no 23º Concurso de Ingresso, a Procuradoria passou a contar com 947 procuradores do Estado, responsáveis pelas atividades finalísticas da instituição. Pela primeira vez em seus 78 anos de história, o Concurso de Ingresso previu reserva de vagas para a população Preta, Parda e Indígena, reforçando o compromisso de ser uma instituição que preza pela diversidade e inclusão. Além disso, a PGE também conta com uma equipe de apoio e assessoramento formada por 631 servidores públicos, além de 335 colaboradores terceirizados, 302 estagiários de graduação e 220 estagiários de pós-graduação (residentes jurídicos), que garantem maior eficiência e qualidade nos serviços prestados. Essa estrutura reforçada reflete o compromisso da PGE-SP com a modernização de suas atividades, o desenvolvimento de talentos e a promoção de um ambiente institucional que valoriza a colaboração e o aprimoramento contínuo, em alinhamento com sua missão de servir ao interesse público com excelência. **Perfil dos procuradores e servidores:** Distribuição de procuradores e servidores por gênero:

Gênero	Procuradores	Servidores	Total
Feminino	402	377	779
Masculino	545	254	799
Total	947	631	1.578

Distribuição de procuradores e servidores por raça



Raça	Procuradores	Servidores	Total
Branca	757	362	1.119
Parda	104	89	193
Preta	29	63	92
Amarela	30	35	65
Indígena	1	1	2
Não declarado	26	81	107
Total	947	631	1.578

Quadro de apoio (não servidores)

Terceirizados	335
Estagiários	302
Residentes jurídicos	223
Total	857

Onde atuamos

Unidade
CAPITAL (unidades de consultoria e contencioso)
BRASÍLIA
PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO (PR01)
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS (PR02)
PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ (PR03)
PROCURADORIA REGIONAL DE SOROCABA (PR04)
PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS (PR05)
PROCURADORIA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO (PR06)
PROCURADORIA REGIONAL DE BAURUR (PR07)
PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (PR08)
PROCURADORIA REGIONAL DE ARACATUBA (PR09)
PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (PR10)
PROCURADORIA REGIONAL DE MARILIA (PR11)
PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS (PR12)

DESTAQUES - Posse dos Procuradores do 23º Concurso de Ingresso - Um dos marcos mais relevantes da Procuradoria neste ano foi a realização da maior cerimônia de posse de sua história, com 200 nomeações para o cargo de Procurador do Estado. O 23º concurso também foi inédito ao adotar percentuais de cotas no edital: 30% das vagas destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) e 5% às pessoas com deficiência (PCD). A iniciativa reforçou o compromisso institucional com a promoção da diversidade, da inclusão e da equidade no serviço público. A posse ocorreu no início de junho de 2025, na Sala São Paulo, e contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas e de outras autoridades estaduais. Para além disso, ao longo de 2025, a PGE-SP deu posse a mais 7 novos procuradores aprovados no 23º Concurso. *Curso de Adaptação:* Realizado pelo Centro de Estudos, o curso de adaptação foi desenvolvido para contribuir para uma adaptação mais funcional e pragmática do Procurador do Estado no seu período de estágio probatório. Além de possibilitar a capacitação por área de atuação, o conteúdo programático ofereceu um panorama completo da atuação da procuradoria dentro estado de São Paulo, permitindo que todos os novos procuradores, principalmente os oriundos de outros estados da Federação, conhecessem a



instalações e cotidiano paulistas. Nesse sentido, o curso contou com um “Estudo do Meio”, no qual os procuradores visitaram instalações estaduais, como o Bom Prato, COPOM, CROSS, Metrô, Parque Jaraguá, Poupatempo, Hospital do Mandaqui e a Escola Estadual Professor Emygdio de Barros. Além de ofertar explicações detalhadas sobre as grandes áreas de atuação da PGE. A iniciativa, inédita na PGE, integrou um conjunto de ações voltadas a ampliar a aproximação dos Procuradores com a sociedade e com os outros órgãos públicos, favorecendo uma compreensão mais concreta dos desafios enfrentados na implementação das políticas públicas. *Projeto ELO:* Nos termos da Resolução nº 33, de 26 de junho de 2025, a Procuradoria Geral do Estado instituiu o Projeto ELO, que tem por finalidade promover a ambientação institucional de novos Procuradores do Estado e daqueles que participaram do concurso interno de remoção. A iniciativa buscou fomentar o compartilhamento de conhecimentos e práticas institucionais por Procuradores mais experientes, oferecendo suporte no processo inicial de adaptação, na compreensão do funcionamento das unidades e de suas rotinas administrativas, bem como na integração dos novos membros às equipes de trabalho. *Projeto Horizontes:* Considerando o ingresso dos novos integrantes, outra ação estruturada visando o desenvolvimento profissional e recepção acolhedora dos recém ingressos, foi a criação do Projeto Horizontes, desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC). O Projeto prevê a aplicação de metodologia para incentivar o desenvolvimento profissional dos novos colegas, pelo qual Procuradores mais experientes oferecem monitoria com foco em “trilha de carreira” aos novos Procuradores do Estado. Concebido como instrumento de apoio ao estágio probatório, o projeto tem como eixo central a valorização do aprendizado humano, ético e cultural, promovendo uma formação integral alinhada aos valores institucionais, através de mentorias com procuradores mais experientes, sem vínculo hierárquico com o monitorado. *Letramento Racial:* Entre agosto e setembro, a PGE, pelo seu Centro de Estudos, realizou uma importante ação de aperfeiçoamento institucional e preparação para a diversidade, em parceria com a Mahin Consultoria Antirracista, promovendo o letramento racial de suas lideranças. A trilha formativa contou com quatro encontros presenciais, totalizando 16 horas e registrando 120 participações. O curso abordou temas como desigualdade racial no Brasil, racismo estrutural e o papel das lideranças na construção de ambientes mais inclusivos. Essa iniciativa fortalece o compromisso da PGE-SP com o desenvolvimento contínuo, a valorização da diversidade e a promoção de práticas institucionais mais equitativas. *Procurando Saber:* O Procurando Saber é um projeto de voluntariado que leva Procuradores do Estado às salas de aula do Ensino Médio das escolas públicas de São Paulo, com o propósito de aproximar os estudantes do funcionamento do Sistema de Justiça brasileiro e de seus principais atores. Em 2025, a PGE-SP prorrogou o termo de cooperação técnica firmado com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), garantindo a continuidade do projeto até 2028. Em razão dessa prorrogação, os ciclos regulares deste ano foram mais curtos, abrangendo 12 escolas, com a participação de 32 voluntários e o atendimento de 212 estudantes. Além da continuidade das ações em escolas, o Procurando Saber ampliou seu alcance com a realização de um projeto-piloto na Fundação Casa. Em paralelo, iniciou uma ramificação voltada à temática ambiental. Em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), está sendo desenvolvido um projeto-piloto em áreas de mananciais do Alto Tietê, região marcada por desafios ambientais relevantes. A proposta consiste em promover atividades educativas sobre meio ambiente com especialistas da SEMIL, ao mesmo tempo em que se apresentam os atores do Sistema de Justiça envolvidos na proteção ambiental. Todas essas conquistas e expansões refletem o amadurecimento e a relevância institucional do projeto, que, em reconhecimento a seus resultados, conquistou o 1º lugar no Prêmio Inovare — iniciativa que identifica, divulga e valoriza práticas inovadoras voltadas ao aprimoramento da Justiça



no Brasil. *ProcuraLabs*: Com a assinatura do Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em junho de 2025, em parceria institucional com a Universidade de São Paulo (USP) — voltada à análise jurimétrica de fluxos processuais, e com o Insper — responsável pela pesquisa aplicada sobre padrões decisórios, consolidou-se uma cooperação voltada ao desenvolvimento de produção científica aplicada à gestão pública e à criação de soluções tecnológicas inovadoras. Ao longo desse período, os acordos de cooperação foram assinados e a coleta de dados iniciada, juntamente com reuniões presenciais entre a PGE e as instituições de ensino, demonstrando a evolução e o fortalecimento dessa iniciativa conjunta. O destaque de 2025 foi a publicação pela FAPESP dos resultados da Chamada CCD 2024, no qual a PGE, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde (SES), buscava o desenvolvimento de uma pesquisa para reconhecimento e implementação da Medicina baseada em Evidências no âmbito das decisões administrativas e defesas judiciais do Estado. Este resultado reconheceu a pesquisa da FGV-SP como apta para as finalidades almejadas pelas Pastas. Como próximos passos, teremos a assinatura do Acordo de PDI entre as partes. Como sinal de amadurecimento da parceria entre PGE e FAPESP, reconhecendo os benefícios e a importância da aproximação com o setor acadêmico e científico, a PGE também participa da Chamada CCD 2025 com um eixo de pesquisa voltado especificamente a Consultoria Jurídica. Os próximos passos envolvem a busca ativa e captação de pesquisadores que se aproximem da temática. *Acordo Paulista*: O ano de 2025 marcou um salto qualitativo no Programa Acordo Paulista, com a edição de novas resoluções que fortaleceram sua eficácia como instrumento de política pública voltada à recuperação da dívida ativa. A Resolução PGE nº 53/2025, ao alterar dispositivos da Resolução PGE nº 6/2024, redefiniu critérios de recuperabilidade, permitindo a reclassificação de débitos e ampliando significativamente o alcance e a atratividade da transação tributária. O lançamento do novo Edital PGE nº 01/2025, ocorrido em 8 de setembro, com a presença da Ilustríssima Procuradora Geral do Estado e do Excelentíssimo Senhor Governador, consolidou o protagonismo da Procuradoria Geral do Estado na condução de soluções inovadoras para a gestão fiscal. O edital abrange débitos de ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon, ampliando o espectro de atuação do programa e reforçando seu caráter inclusivo e estratégico. A Subprocuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal tem liderado uma mobilização inédita em parceria com o CIESP, percorrendo diversas cidades do interior paulista para apresentar o Acordo Paulista diretamente aos empresários locais. Ações já foram realizadas na Regional de Sorocaba, com próximas etapas previstas para Rio Claro, Diadema, Campinas, Jacareí e Zona Leste, contando com a atuação integrada de Procuradores do Gabinete da Subprocuradoria, do Núcleo de Transação, da Procuradoria da Dívida Ativa e da Procuradorias Regionais. O programa também tem se destacado pela inovação na prestação de serviços, com mutirões realizados em parceria com o Poupatempo e atendimento móvel por meio de carretas instaladas em locais estratégicos, como a Praça da Sé. As cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru também integram a ação, ampliando o alcance territorial da iniciativa. Até o início de dezembro de 2025, foram efetuadas 20.917 adesões ao Edital PGE/TR nº 1/2025, de 19.085 contribuintes, resultando na negociação de R\$ 4.577.806.381,50. *Prêmio Eficiência Tributária*: em 2025, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo foi agraciada com o "Prêmio Eficiência Tributária", concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em reconhecimento à excelência na gestão da dívida ativa estadual. O prêmio destacou a implantação do Programa Acordo Paulista e a adoção de novos instrumentos de cobrança e gestão tributária, que elevaram os padrões de efetividade, inovação e integração institucional. *PROFISCO*: A PGE participa do PROFISCO III, visando a liberação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para promover ações de desenvolvimento e aprimoramento em três principais temáticas: (i) Contencioso Judicial e Gestão da Dívida Ativa; (ii) Gestão de Passivos Contingentes e Precatórios; e



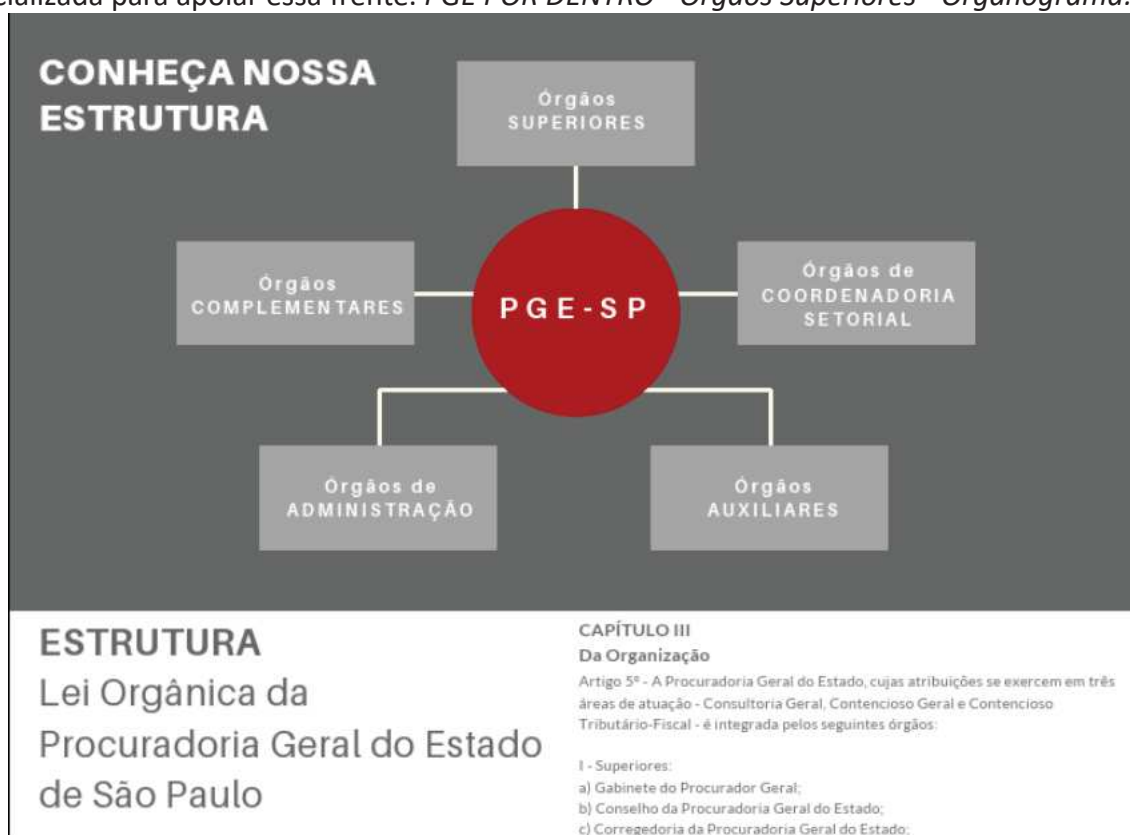
(iii) Capacitação de Lideranças Femininas. A negociação com o BID está em estágio avançado. As notas técnicas que fundamentam os 3 produtos a serem desenvolvidos foram aprovadas pelo BID em dezembro, de modo que a expectativa da PGE-SP é iniciar as ações no primeiro semestre de 2026. *CGPro*: O Centro de Gestão de Projetos (CGPro) é responsável pela gestão centralizada dos projetos de atividades públicas relevantes desenvolvidos na Procuradoria Geral do Estado. Sua função primordial é garantir que todos os projetos submetidos estejam em conformidade com a regulamentação vigente e que sejam implementados de forma eficaz e equilibrada. Em 2025, foram realizadas 55 iniciativas, com a participação de mais de 560 procuradores, que entregaram projetos, criaram comitês, instituíram comissões de monitoramento de atividades, dentre outras medidas, sempre visando o aprimoramento da gestão de pessoas e atividades, com a racionalização do uso de recursos públicos e avaliação contínua dos resultados e impactos. Dentre os projetos realizados neste ano, destacam-se: *a) Mutirão Facilita Precatórios*: a iniciativa tem como meta garantir a celeridade e a segurança jurídica na análise dos acordos firmados entre a Procuradoria Geral do Estado e os credores de precatórios, nos termos da Resolução PGE nº 2/2025 e do Decreto nº 69.325/2025. Foram 36 procuradores envolvidos; 8.865 Documentos analisados; 7.598 Propostas de deferimento de acordos de precatórios e 1.268 Propostas de indeferimento de acordos de precatórios. *b) Biblioteca Saúde SP*: a Biblioteca Saúde SP consiste na organização de uma base centralizada de pareceres médicos, fundamentados na Medicina Baseada em Evidências, para auxiliar as entidades estaduais na tomada de decisões nos pedidos de fornecimento de medicamento e tratamento de saúde, em conformidade com o acordo interfederativo celebrado junto ao STF. Já houve a definição dos fluxos de comunicação entre Biblioteca Saúde SP, PGE, SES e HCFMUSP. O próximo passo é a contratação do desenvolvimento da plataforma digital. *c) Mutirão de Garantia*: o mutirão tem como finalidade promover o saneamento das garantias judiciais registradas no Sistema da Dívida Ativa, assegurando maior precisão e eficiência na gestão das informações. A iniciativa busca manter a base de dados da dívida ativa atualizada e consistente, garantindo a higidez na liberação de créditos acumulados e contribuindo para a mensuração adequada do ativo e do passivo públicos. Além disso, o mutirão visa executar as garantias oferecidas em ações vencidas pelo ente público, viabilizar a análise célere e automatizada dos CEPENs e orientar o planejamento de ações estratégicas de cobrança, conforme a existência ou não de garantias vinculadas. Por fim, o trabalho também tem por objetivo assegurar a correta avaliação do grau de recuperabilidade dos créditos, evitando a concessão indevida de descontos, inclusive no âmbito do Programa Acordo Paulista. Os principais resultados até agora são: 3774 garantias analisadas; R\$341.326.854,70 baixados definitivamente; R\$43.139.497,15 levantados aos cofres públicos; 686 garantias alteradas/atualizadas no Sistema da Dívida Ativa. *d) Acordo Verde SP*: o Acordo Verde é um mutirão de conciliação voltado à resolução de litígios ambientais, uma parceria entre a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (via Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) e o Ministério Público, para dar solução ágil e efetiva a processos administrativos decorrentes de Autos de Infração Ambiental, priorizando danos de grande impacto (flora e Áreas de Preservação Permanente com áreas a partir de 50 hectares). Nesta fase inicial, o projeto tem como meta promover a recuperação de 11 mil hectares de áreas degradadas, abrangendo 63 autos de infração, com multas que totalizam mais de R\$ 195 milhões. O Acordo Verde prevê a redução de até 40% do valor das multas, com parcelamento em até seis vezes e a possibilidade de conversão das penalidades em serviços ambientais. Além disso, os responsáveis podem optar pela recuperação ambiental por meio da Finaclima, mecanismo estadual de financiamento ambiental que viabiliza a execução de projetos sem a necessidade de contratação



direta de serviços. *Planejamento Estratégico*: Em 2025, a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Governança (CGEG) monitorou os projetos estratégicos da PGE/SP, garantindo alinhamento às metas do Plano Estratégico institucional do ciclo 2023–2026. Dentre as principais entregas dos Projetos Estratégicos em 2025, destaca-se a institucionalização das pesquisas de clima organizacional no formato eNPS (Employee Net Promoter Score), aplicadas nos meses de fevereiro e setembro. A iniciativa foi incorporada ao sistema de monitoramento do Plano Estratégico Institucional, consolidando-se como instrumento estruturante de acompanhamento do Objetivo Estratégico 6 – Aprimorar a estrutura e a gestão, especialmente no que se refere ao desenvolvimento institucional, ao fortalecimento da cooperação interna e à promoção do bem-estar organizacional. Ainda em setembro, foi instituído o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), por meio da Resolução PGE nº 54/2025, como órgão central da governança estratégica responsável por aprovar e revisar o planejamento institucional, priorizar projetos, monitorar metas e indicadores e assegurar a articulação entre iniciativas e resultados. A seguir, um resumo das principais entregas dos Projetos Estratégicos no período: *a) Projeto Comunica PGE*: focado em comunicação integrada para ampliar transparência e impacto institucional. Neste ano, foi entregue o Diagnóstico de Comunicação Institucional e houve avanço na elaboração dos Manuais de Comunicação Digital e de Comunicação com a Imprensa, além da Política de Comunicação, atualmente em fase final de validação. A institucionalização da Assessoria de Comunicação avançou com revisão de atribuições. O Plano Integrado de Comunicação foi reorganizado em dois ciclos: o 1º concluído e o 2º em curso, com fortalecimento das ações digitais, ampliação da *newsletter* e melhorias no site. Foi estruturado o modelo de mensuração da comunicação, previsto para implementação em 2026. *b) Projeto Conexões Estratégicas*: voltado à integração e sinergia das áreas da Procuradoria. Realizou diagnóstico abrangente envolvendo a LOPGE, organograma e entrevistas com Subprocuradores, resultando em propostas como os Núcleos Interáreas, a Câmara de Integração e Orientação Técnica (CIOT) e novas rotinas de integração presencial, já encaminhadas ao Gabinete. Iniciou-se, ainda, pesquisa comparativa externa com PGEs, PGMs e órgãos federais, bem como estudos preliminares para revisão pontual da LOPGE, abrindo a etapa de modernização normativa. *c) Projeto PGE Digital 2030*: impulsionou a adoção de tecnologias de fronteira, especialmente Inteligência Artificial. Fortaleceu a governança tecnológica, ampliou o uso de IA e concluiu o Diagnóstico de Aplicabilidade, que registrou alta adesão dos servidores. O Programa de Capacitação Tecnológica avançou com trilhas formativas e início de curso de extensão. A gestão de riscos foi reforçada com ampliação da equipe e alinhamento à estratégia institucional. *d) Projeto APIS – Escritório de Processos*: avançou na melhoria e inovação dos processos de trabalho. Institucionalizou o Escritório de Processos, com metodologia estruturada de diagnóstico, mapeamento e otimização. Houve o desenvolvimento de um Gerenciador de Tarefas, que registrou 16.899 atividades, permitindo identificar oportunidades relevantes. Concluiu o Dimensionamento da Força de Trabalho no CECI, apontando o modelo misto como mais eficiente. Implementou melhorias práticas, como o Apoio Material no NPM (NACOF). O projeto segue agora para definição e implantação de métricas institucionais. *e) IntegraDados*: o projeto avançou na qualificação da gestão de dados institucionais, com a padronização integral dos assuntos processuais, saneamento de 1.071 registros e diretrizes unificadas para extrações, preparando a base para automações com IA. O ATTUS recebeu melhorias como retificação direta, integração com o SCODES, distribuição automática e piloto de IA generativa. A Central de Cadastro foi fortalecida com monitoramento mensal. A Sala de Situação evoluiu com diagnóstico completo, definição preliminar de indicadores e entregas parciais em módulos como RH, Conselhos, Tecnologia e início do Painel CA–Financeiro. No eixo de Obrigações de Fazer, o diagnóstico levou ao desenvolvimento, em parceria com a SGGD, da Plataforma SP – Módulo Obrigação de Fazer, que



passa a centralizar o ciclo das Obrigações de Fazer, com padronização e rastreabilidade, sem custos para a PGE. As próximas etapas incluem consolidar o uso de IA, tratar o banco legado e avançar com o APIS no mapeamento de processos e métricas institucionais. *f) Carreira+:* avançou na consolidação do novo modelo de gestão de pessoas, fortalecendo a mobilidade interna, o desenvolvimento profissional e a organização de dados sobre perfis e competências. No eixo técnico-administrativo, foram concluídos o mapeamento de perfis e a ampliação da base de dados institucional. Para os procuradores, foi finalizada a proposta de alteração das regras de remoção. Os estudos sobre o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) progrediram e resultaram na contratação de empresa especializada para apoiar essa frente. *PGE POR DENTRO - Órgãos Superiores - Organograma:*



Composição GPG: Procurador Geral Adjunto; Procurador do Estado Chefe de Gabinete; Procuradores do Estado Assessores. *Composição Conselho:* Membros Natos (Procurador Geral, que o presidirá; Corregedor Geral; Subprocuradores Gerais; Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos; Membros eleitos: (1 Procurador Nível I; 1 Procurador Nível II; 1 Procurador Nível III; 1 Procurador Nível IV; 1 Procurador Nível V; 1 Procurador da área da Consultoria Geral; 1 Procurador da área do Contencioso Geral; 1 Procurador da área do Contencioso Tributário-Fiscal). *Composição Corregedoria:* Procurador do Estado Corregedor Geral; Procurador do Estado Corregedor Geral Adjunto; Procuradores do Estado Corregedores Auxiliares. *Gabinete – GPG:* o Procurador Geral é responsável pela orientação jurídica e administrativa da instituição; por planejar o desenvolvimento institucional e a atuação funcional da PGE; por definir objetivos estratégicos, diretrizes e programas de metas e providenciar os meios e os recursos necessários à sua consecução; por superintender, orientar e coordenar as atividades da Procuradoria Geral do Estado, atuando em colaboração com os demais órgãos superiores; entre outras atribuições. O Gabinete do Procurador Geral é o órgão incumbido de auxiliar o Procurador Geral no exercício de suas funções e é integrado por diversas assessorias e comitês. *Assessoria Jurídica do Gabinete – AJG:* a AJG integra o Gabinete do Procurador



Geral e presta atendimento jurídico ao Governador do Estado, aos órgãos diretamente vinculados a ele, ao FUSP (Fundo Social de São Paulo) e a outros assuntos submetidos pelo Procurador Geral. Além disso, a AJG também é responsável pela Consultoria Jurídica da Casa Civil, da Casa Militar, da Secretaria de Governo e Relações Institucionais e da Secretaria de Comunicação, conforme a Resolução PGE nº 3, de 31 de janeiro de 2023. A AJG foi marcada por uma elevada produção jurídica, com forte expansão no número de pareceres. A atuação concentrou-se em temas estruturantes do Governo do Estado, como políticas ambientais, inclusão produtiva, segurança pública e reorganização administrativa. Houve participação ativa em grupos de trabalho estratégicos e apoio intenso às áreas finalísticas da administração superior. O acervo cresceu e o perfil das demandas migrou para análises mais complexas e normativas, evidenciando o papel central da AJG na formulação e revisão jurídica de políticas públicas.

Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG)	Consultoria Jurídica da Casa Civil
582 pareceres (362 em 2024)	324 pareceres (280 em 2024)
81 despachos (queda em relação a 119 em 2024)	73 despachos (229 em 2024)
81 cotas (66 em 2024)	83 cotas
40 minutas de decreto (59 em 2024)	2 minutas de decreto
27 informações em mandado de segurança (32 em 2024)	12 pareceres referenciais
8 informações em mandado de injunção (apenas 1 em 2024)	4 informações em MS (9 em 2024)
2 respostas a órgãos de controle (18 em 2024)	1 informação em MI
2 informações em ADPF	3 respostas a órgãos de controle

Assessoria Técnico-Legislativa – ATL: a ATL, que integra o Gabinete do Procurador Geral, tem a responsabilidade de assessorar juridicamente o exercício das funções legislativas e normativas do Governador do Estado e acompanhar as proposições legislativas. Também atua em processos relacionados à edição de decretos regulamentares de leis estaduais, análise da constitucionalidade de leis estaduais, e elaboração de pareceres e minutas de petições iniciais de ações diretas de inconstitucionalidade ou declaratórias de constitucionalidade, conforme a Resolução PGE nº 4 de 10 de fevereiro de 2017. Nesse ano, a (ATL) manteve a atuação estratégica na defesa da constitucionalidade das normas estaduais e no assessoramento ao Governo do Estado de São Paulo. O período foi marcado por vitórias bem relevantes em ações diretas de inconstitucionalidade e redução expressiva do acervo. Destacam-se as decisões favoráveis nas ações referentes à PPP da Educação e à Educação Especial, além da consolidação de entendimento jurídico sobre a constitucionalidade de cargos de chefia do controle interno municipal. A atuação da ATL nesse ano contribuiu diretamente na redução de 60% no acervo de processos, desestimulando novas ações. Foram expedidos 303 autógrafos pela Mesa da ALESP, dos quais 15 são de iniciativa do Governador, 277 de iniciativa parlamentar, sendo 12 ainda em análise, e 11 provenientes de outros órgãos, como TJ, TJM, TCE, Defensoria e a própria ALESP. No período, registraram-se 43 vetos do Governador,



sendo 31 totais e 12 parciais. Também foram analisados 14 processos administrativos de controle de constitucionalidade, resultando em 10 arquivamentos sem propositura de ADI pelo Ministério Público, 2 pareceres pelo arquivamento e 2 processos ainda em análise. Quanto às proposições do Executivo, foram promulgados 15 projetos de lei e emendas constitucionais de iniciativa do Governador, enquanto outros 9 permanecem em tramitação. Além disso, houve participação ativa em grupos de trabalho, incluindo o GT sobre a Lei nº 18.105/2025, que trata dos serviços de entrega de bens, e o GT Intersecretarial relativo à Lei nº 17.389/2021, referente aos fogos de artifício.

Assessoria de Empresas e de Fundações – AEF: a AEF integra o Gabinete do Procurador Geral e suas atribuições são detalhadas na Resolução nº 22, de 12 de novembro de 2015, competindo-lhe coordenar, para fins de atuação uniforme, os órgãos jurídicos das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Em 2025, a AEF produziu 20 pareceres jurídicos, atuando em temas como a extinção da EMTU, a aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 às empresas públicas em interface com a Lei nº 13.303/2016, consultas sobre honorários advocatícios, terceirização e alterações na natureza jurídica de fundações governamentais, especialmente no âmbito das agências de bacias hidrográficas. No mesmo período houve a recomposição integral da equipe de Procuradores, com a atual composição assumindo as atribuições da Assessoria. No eixo estratégico, a AEF participou ativamente do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ), voltado à atualização normativa da Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como de reuniões do CODEC, contribuindo com pareceres e orientações jurídicas relevantes. A unidade também investiu em capacitação e desenvolvimento institucional, com participação em visitas técnicas, curso de gestão, eventos sobre melhoria regulatória e congressos nacionais da carreira, fortalecendo a qualificação técnica e a atuação uniforme junto às empresas públicas e fundações estaduais.

Assessoria de Precatórios Judiciais – APJ: em 2025, com a Resolução PGE nº 2 de 2025, que disciplinou os procedimentos para acordos com os credores de precatórios, para antecipação de pagamento mediante desconto, a APJ observou significativo aumento do acervo do setor. A iniciativa de revisão dos critérios de acordos de pagamento foi formalmente elogiada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento e demandou a criação de uma regulamentação inteiramente nova. Em paralelo, um dos desafios jurídicos de maior impacto para área foi a modificação dos critérios de atualização das dívidas no âmbito do regime de precatórios. Inicialmente, houve alteração na forma de cálculo da taxa SELIC, em decorrência de superveniente reinterpretação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça; na sequência, sobreveio nova modificação por meio de Emenda Constitucional, que suprimiu a aplicação da SELIC e restabeleceu o IPCA-E, associado a outros critérios de atualização. Como destaque de 2025, houve a implantação do módulo de precatórios no Sistema Attus e revisão de rotinas no setor. O aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas e a revisão de rotinas internas seguirão como objetivos do próximo ano.

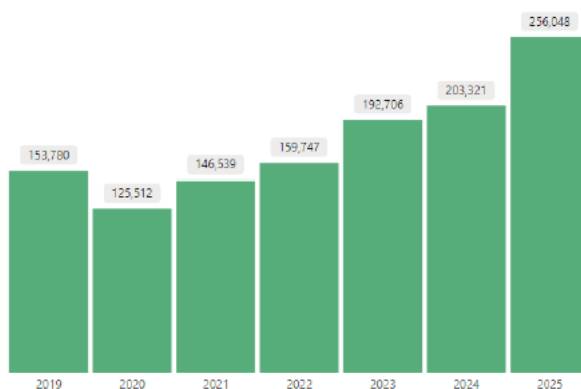
Assessoria de Comunicação e Imprensa – ASCOM: no período de janeiro a dezembro de 2025, a Assessoria de Comunicação teve como foco a elaboração de estratégias e o planejamento de ações para a divulgação de programas e iniciativas de diferentes áreas da PGE/SP. O objetivo do trabalho da assessoria de imprensa foi ampliar a divulgação dos conteúdos produzidos e gerar cobertura positiva por parte da imprensa, se fazendo presente nos noticiários diários. Houve também a divulgação das agendas e eventos locais ligados à Procuradoria Geral Estado de São Paulo. Neste período, foram elaborados mais de 250 conteúdos, entre notas e releases, para responder às demandas dos veículos de imprensa e reforçar agendas positivas da PGE/SP, além do contato direto com alguns jornalistas e produtores, resultando em um bom relacionamento com as principais editorias. Em caráter ordinário foram produzidos clippings diários e relatórios de desempenho, sendo avaliados e ponderados ao final de cada mês. A Assessoria de Comunicação ampliou



consideravelmente sua atuação na área digital com publicações dinâmicas e mais modernas, que se aproximaram mais da linguagem própria das redes sociais. Foram totalizadas 248 produções de artes gráficas. Também, ao longo do ano de 2025 foram 118 vídeos produzidos, roteirizados, gravados e editados pela equipe de comunicação. O perfil oficial da PGE no Instagram saltou de 22 mil seguidores em dezembro/2024 para 31,5 mil seguidores em dezembro/2025. *Centro de Tecnologia da Informação - CTI:* neste ano, o CTI ampliou sua estrutura, passando a contar com 8 postos de trabalho, ampliando sua equipe com 3 novos procuradores. Os membros do CTI participam da Comissão de Inovação, da Comissão de Tecnologia e Inteligência Artificial (CTIA), da Comissão do Cadastro Confiável, da Comissão de Inteligência Artificial da Consultoria (CIACON) e do Grupo de Trabalho do Atendimento (GT-Atendimento). Como destaque, o CTI, pela CTIA, implementou ferramentas de inteligência artificial, que conseguiu analisar cerca de 4,3 milhões de processos desde 2024, com 73% de classificação automática e 98,5% de precisão, além da geração de 642 mil documentos. Ainda no campo da inteligência artificial, foram implementadas soluções para o resumo de documentos e inferência de assuntos, que auxiliam as atividades de cadastro e facilitam o trabalho dos usuários. Essas soluções foram objeto de reconhecimento externo, com apresentações em Fóruns da Oracle AI em São Paulo e Brasília, além do ENASTIC Procuradorias em Porto Velho, com ampla divulgação na imprensa especializada. O CTI também participou de comissões estratégicas e criou ferramentas internas, como o Sharepoint e o Informativo CTI, publicizado pela ASCOM. Além disso, houve a migração do Sistema Attus para a nuvem Oracle, que conferiu maior estabilidade à aplicação. Houve também a integração com o sistema e o Eproc do TJSP. *Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos:* em 2025 a CDDH desenvolveu ações estruturadas nos seis núcleos temáticos que gerencia, com foco no acompanhamento de políticas públicas e fortalecimento institucional. O período incluiu levantamentos sobre igualdade racial, políticas para mulheres e população LGBTQIA+, educação especial, violência policial e demandas de comunidades quilombolas. Foram elaborados relatórios, pareceres, minutas de resoluções e uma intensa articulação com órgãos como ITESP, SEMIL, SEDUC, Secretaria da Mulher, AGU e Poder Judiciário. As ações consolidaram a atuação transversal da CDDH, ampliando ainda mais o suporte técnico à PGE-SP. *Destques:* i) Núcleo de Igualdade Étnico-Racial: elaboração da minuta de Resolução para regulamentar o fluxo de comunicação com comunidades quilombolas, em parceria com o Núcleo de Meio Ambiente. ii) Núcleo de Violência de Gênero e Orientação Sexual: levantamento e análise de pareceres (2014–2025) sobre discriminação por orientação sexual, com elaboração de diagnóstico institucional. iii) Núcleo de Acesso à Justiça e Justiça Restaurativa: estruturação de projeto de implementação de práticas restaurativas na PGE, com reuniões, estudos e realização de círculo restaurativo piloto. iv) Núcleo do Meio Ambiente: levantamento contínuo e consolidação de dados sobre comunidades quilombolas, incluindo ações judiciais e pareceres relacionados à regularização territorial. v) Núcleo de Violência Policial e Sistema Carcerário: atuação estruturada no Caso Castelinho, com análise da sentença, reuniões com SSP, AGU. vi) Núcleo de Pessoas com Deficiência: levantamento sobre acessibilidade dos prédios da PGE/SP, com apoio do Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário. *c) Conselho:* o Conselho da Procuradoria Geral do Estado é órgão superior da instituição e possui, dentre outras atribuições, as de: a) organizar e dirigir os concursos de ingresso e de promoção na carreira de Procurador do Estado e realizar o concurso de remoção, processando e julgando reclamações e recursos a eles pertinentes; b) fixar os critérios de merecimento para fins de promoção; c) opinar sobre aplicação de penalidade disciplinar a Procurador do Estado; d) manifestar-se previamente e em caráter vinculante sobre pedidos de afastamento de integrantes da carreira e suas renovações anuais. No ano de 2025, no âmbito do Biênio 2025–2026, foram realizadas 21 (vinte e uma) Sessões Ordinárias, além de 8 (oito)



Sessões Extraordinárias e 5 (cinco) Sessões Solenes. Até a presente data, foram proferidas 109 (cento e nove) deliberações com voto e apresentação em sessão do Conselho, bem como 92 (noventa e duas) deliberações eletrônicas, realizadas por meio da área restrita. No mesmo período, destaca-se a posse de novos Procuradores do Estado, ocorrida em sessões solenes do Conselho no âmbito do Biênio 2025–2026, sendo 199 (cento e noventa e nove) novos Procuradores na 2ª Sessão Solene, realizada em 02/06/2025, 1 (um) novo Procurador na 3ª Sessão Solene, realizada em 09/06/2025, e 6 (seis) novos Procuradores na 5ª Sessão Solene, realizada em 01/12/2025. As atividades desenvolvidas pelo Conselho ao longo do ano de 2025 incluíram ainda a escolha do Corregedor-Geral, a escolha do Ouvidor-Geral, a nomeação da Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos, a aprovação da estrutura organizacional da PGE/SP, bem como a criação de Grupo de Trabalho voltado à discussão e proposição de melhorias aos servidores da PGE/SP. Destaca-se, por fim, o Procedimento de Alteração de Classificação a Pedido – Concurso de Remoção, previsto no art. 103, § 3º, e art. 15, incisos IV e V, da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado (LOPGE), realizado em 26/05/2025, que contou com a participação de 209 (duzentos e nove) inscritos e foi conduzido com êxito, em formato híbrido. *d) Corregedoria:* a Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta de seus membros, tendo, entre suas atribuições: a) fiscalizar e orientar as atividades dos vários órgãos da Procuradoria Geral do Estado e dos integrantes da carreira, no exercício de suas atribuições; b) realizar correições periódicas nos órgãos da PGE-SP; c) receber reclamações e denúncias de órgãos internos e externos dos poderes públicos constituídos, assim como da população em geral relacionadas às posturas praticadas por Procurador do Estado que caracterizem infração disciplinar; d) apurar eventuais infrações disciplinares praticadas por Procuradores do Estado, através de apurações preliminares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares. O ano foi marcado pela conclusão da Reforma do Estágio Probatório, formalizada pela Resolução Conjunta PGE-COR nº 2/2025, que modernizou integralmente o modelo avaliativo e deu origem ao Projeto Horizontes, ampliando a capacidade institucional de acompanhamento dos novos Procuradores. Destacam-se também a participação em grupos de trabalho estratégicos, incluindo a criação da Biblioteca de Indicadores da Consultoria Geral, cujo resultado foi a implantação do Relatório de Atividades da Consultoria (RAC), instrumento que substituiu o antigo relatório mensal e aprimorou a qualidade das informações utilizadas pela administração. *Subprocuradoria do Contencioso Geral* - Números: no total, a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral possui 1.720.000 processos ativos até 31/10/2024. Em 2025 ingressaram cerca de 256.048 novos processos durante o ano, representando um aumento de quase 26% em relação ao ano de 2024.





Além dos novos processos, no ano de 2025 o Contencioso Geral também incrementou seu acervo em razão da assunção da representação dos seguintes entes: - SP ÁGUAS - Resolução Conjunta PGE/SP-ÁGUAS nº 1/2025; - EMTU - Termo de Convênio PGE-EMTU 1-2025; - Acervo dos Autárquicos da SPPREV e CBPM. *Medidas de gestão:* Em 2025, Contencioso Geral investiu em práticas estratégicas para aprimorar a gestão do seu acervo processual, incluindo as medidas de gestão: Ao longo do ano de 2025, foram criados três Mutirões no âmbito do Contencioso Geral, para atuação em processos repetitivos e matérias com pico de litigância; Criação de 21 bancas estratégicas; Implantação da Assistência de Negociação e o lançamento do Programa de Soluções Negociadas de Conflitos – ProSolve, instituído pela Portaria SubG-Cont nº 8, de 11 de abril de 2025. O objetivo do ProSolve é a atuação organizada em prol da solução negociada de conflitos, publicizando as diversas iniciativas de redução da litigiosidade e interligando atores internos e externos à Administração Pública Estadual; no âmbito do Programa, houve a conclusão de um dos 4 (quatro) casos pilotos eleitos para o início do projeto, por meio da celebração de acordo no processo 0001759-78.2016.8.26.0053. Na ação, pendia discussão sobre a definição do valor final atualizado de condenação para fins de expedição de precatório em favor da construtora Lix da Cunha, vencedora na ação de conhecimento contra a extinta DERSA, cuja demanda versou sobre pleitos indenizatórios de contrato de obra pública na Rodovia dos Bandeirantes. O acordo foi firmado no valor de R\$ 969.470.355,74 (31/07/25), com uma economia estimada entre de R\$146 milhões e R\$ 448 milhões. Atuação junto ao Núcleo de Justiça 4.0 de Ações Coletivas de Servidores Públicos e ao Grupo de Apoio ao Cumprimento de Sentença nas Ações Coletivas – GAAC do Tribunal de Justiça, possibilitando que as sentenças judiciais coletivas proferidas contra o Poder Público sejam executadas de maneira organizada e uniforme, firmando-se acordos procedimentais para tanto. *c) Destaques:* em 2025, o Contencioso Geral realizou atuações de grande relevância, que reforçaram a segurança jurídica, evitaram passivos significativos e fortaleceram a atuação estratégica do Estado, destacando-se: *Políticas Públicas:* Câmeras Corporais - Acordo homologado no Supremo Tribunal Federal) o Contencioso Geral liderou a representação do Estado nas tratativas de conciliação, e construiu a solução técnica e jurídica homologada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, permitindo a implementação do novo modelo de câmeras operacionais portáteis (COP) com: aditivo contratual para elevar em 25% o número de câmeras (total de 15 mil), priorização de 80% dos equipamentos para unidades de alta e média prioridade e obrigatoriedade de uso em operações específicas. Processo: SL 1696. Acordo com amortização de multa mediante investimentos em delegacias (Carapicuíba): o acordo prevê que cada R\$ 1,00 investido em obras amortiza R\$ 10,00 da multa, com potencial de extinção de R\$ 82,1 milhões; solução construída com Secretaria da Segurança Pública e Ministério Público; atuação de Ana Paula Vendramini. Impacto financeiro: até R\$ 82.100.000,00 (economia potencial). Escolas cívico militares: vitórias em diversas ações judiciais garantiram a continuidade do projeto. Centro Administrativo de São Paulo (ação popular): Extinção do processo sem exame do mérito por inadequação da via e ausência de lesividade, com trânsito em julgado, permitindo o prosseguimento das tratativas do projeto. *Contratações Públicas:* TJSP restabelece pregão de coletes balísticos (liminar afastada): a 12ª Câmara de Direito Público deu provimento ao agravo do Estado e retomou o Pregão Internacional nº CMB-340/0010/2025. TJSP nega revisão econômico-financeira em concessão rodoviária: a 1ª Câmara de Direito Público manteve a sentença e rejeitou pedido da Concessionária Rota das Bandeiras de reequilíbrio do Contrato nº 003/ARTESP/2009, assentando que a majoração da tolerância de sobrecarga não configurou “fato do príncipe” e que a concessionária não demonstrou, de forma específica e comparativa, impacto extraordinário nos custos e no fluxo econômico-financeiro. Revogada liminar que suspendia licitação de hospital em Birigui: o Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública reconsiderou a



decisão e revogou a liminar que paralisava a licitação para construção e instalação do Hospital Estadual Alto Noroeste, permitindo a retomada do certame. Execução - Precatório TRATEX – recálculo da atualização: o Supremo Tribunal Federal determinou a aplicação da Taxa Referencial (e não do IPCA-E) entre junho de 2009 e março de 2015, reduzindo substancialmente o saldo incontroverso passível de levantamento. Impacto financeiro: ~R\$ 450.000.000,00 (redução estimada). *Matéria de direito de pessoal* - Bonificação por resultados (Resolução da Secretaria da Educação nº 48/2024): Improcedente ação coletiva que pretendia invalidar a regulamentação da bonificação, reconhecendo que a norma apenas aplicou a lei e que a via processual eleita era inadequada; houve condenação por litigância de má-fé do sindicato autor. Adicional de insalubridade de empregados celetistas (vedada extensão de regime estatutário): estratégia de reclamações constitucionais ao Supremo Tribunal Federal cassou decisões locais e influenciou a uniformização, encerrando litígios arrastados desde 2009. Impacto financeiro: R\$ 130.045.821,60 (estimativa). IRDR – reajuste de 42,72% (IPC jan/1989) para aposentados da Fepasa: a Turma Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo firmou tese de improcedência ao reconhecer que não há previsão no Acordo Coletivo nem na Lei 7.788/1989 para estender aos aposentados e pensionistas o reajuste de 42,72% (IPC de janeiro de 1989), acolhendo a linha defendida pelo Estado; no caso concreto, manteve-se a sentença de improcedência. Impacto financeiro: ~R\$ 161 milhões (estimativa da controvérsia). Processo (origem do IRDR): Ação nº 1008829-51.2024.8.26.0053; julgado em IRDR pela Turma Especial. Sexta-parte não se aplica a empregados públicos celetistas (PUIL): A Turma de Uniformização fixou a tese de que a sexta-parte do artigo 129 da Constituição Estadual é devida apenas a servidores estatutários, afastando a extensão do benefício a empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. O colegiado ressaltou que eventuais concessões discricionárias da Administração não geram direito adquirido por equiparação nem autorizam regime jurídico híbrido, acolhendo integralmente a tese defendida pelo Estado. Processo: PUIL nº 0002137-58.2025.8.26.9061. *Assistência de Arbitradores* - Linha 12 (companhia de trens metropolitanos) – sentença arbitral: o Tribunal Arbitral administrado pela Câmara de Comércio Internacional acolheu as teses do Estado e reduziu substancialmente itens da condenação, inclusive revertendo laudo pericial desfavorável; determinou ainda que o consórcio arque com 70% dos custos do procedimento. Impacto financeiro: ~R\$ 4.000.000,00 (exemplo de economia apenas em uma rubrica; efeitos positivos adicionais no conjunto da condenação). *Saúde* - Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (Tema 1.033): o Supremo Tribunal Federal determinou que o ressarcimento observe o mesmo critério aplicado a serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde a beneficiários de planos privados, evitando complementação indevida; *Principais Projetos* - Comitê de Litispêndia: análise de incidentes de cumprimento de sentença relacionados a uma sentença coletiva com possível duplicidade de execuções judiciais. Foram mapeados 1.742 incidentes, envolvendo cerca de 35 mil autores e um valor total em execução da ordem de R\$ 1,7 bilhão, com valor médio de R\$ 963 mil por cumprimento individual. Dentre os 13.622 processos inicialmente apontados como potencialmente conflitantes, foram confirmados 10.691 casos de duplicidade, resultando em uma estimativa de economia de aproximadamente R\$ 549 milhões para os cofres públicos. *GT de Obrigação de Fazer*: o Contencioso Geral tem atuado de forma decisiva na implantação e expansão da Plataforma SP, um Módulo da PGE em parceria com a SGGD para tornar mais racional e eficiente o cumprimento de Obrigações de Fazer no Estado, oferecendo um ambiente unificado para que todas as secretarias sigam fluxo padronizado com etapas automatizadas. A centralização eleva a eficiência e fornece dados atualizados de produtividade por secretaria. O desenvolvimento ocorre em duas etapas: (1) racionalização da criação e publicação de apostilas judiciais — concluída (versão 1), já em uso nos RH da PGE, SGGD, SEFAZ e SEDUC, em implantação



na SES, SPPREV, PM, PC, SSP e Polícia Técnico-Científica; (2) criação de calculadoras automatizadas para agilizar informes de verbas — em desenvolvimento. *Subprocuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal* - Números: No total, a Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal arrecadou R\$ 5.610.395.843,06, até novembro de 2025. 2021: R\$ 3.312.997.914,74; 2022: R\$ 3.794.871.356,44; 2023: R\$ 4.412.077.686,44; 2024: R\$ 6.491.606.150,39 e 2025: R\$ 5.610.395.843,06 (dados até novembro/2025). De acordo com relatório extraído do Sistema Attus, em 31 de outubro de 2025, a Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal possuía aproximadamente 1.584.951 processos em andamento. Ao longo de 2025, foram ajuizadas 29.176 execuções fiscais para cobrança de mais de 282.294 CDAs. Somente a equipe da Procuradoria da Dívida Ativa elaborou 1.670 requerimentos no Sistema Attus, 8.765 eventos no SDA e recebeu 12.797 processos SEI, entre protocolos, inscrições e manifestações de procuradores. A PDA, por sua vez, realizou 4.775 atendimentos de e-mails externos, e 5.404 atendimentos de e-mails de procuradores. Foram efetuados 1.146 suportes técnicos no Sistema da Dívida Ativa e foram elaboradas 291 melhorias evolutivas e implementações. *Destques: Saneamento de Execuções Fiscais*: foram saneadas mais de 30.000 execuções fiscais digitalizadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com a criação do Núcleo de Saneamento, no âmbito do mutirão de saneamento, um número expressivo de execuções fiscais recém-digitalizadas vem sendo objeto de um trabalho bastante relevante de triagem e regularização. *Extinção de Execuções Fiscais*: visando reduzir a tramitação de processos nas bancas, houve a ampliação do escopo do Termo de Cooperação Técnica CNJ, TJSP, PGESP, TCESP nº 76/2024 e foram extintas em lote, após trabalho de conferência da Coordenação, 144.970 execuções fiscais por motivos que vão além do Tema nº 1184 do STF. *Fluxos de Automações Aprovados*: o Núcleo da Fazenda Autora já aprovou a automação de 11 fluxos: Citação negativa por AR, citação negativa por oficial de justiça, citação positiva, sisbajud positivo, exceção de pré-executividade rejeitada, intimação para ciência de expedição de MLE, impugnação para manifestação sobre prescrição intercorrente, sentença de extinção de prescrição intercorrente, sentença de extinção por liquidação e sisbajud negativo. *Novo Modelo de Cobrança de Dívida Ativa*: entre os novos instrumentos previstos na Lei nº 17.843/2023 e regulamentados pela Resolução PGE nº 9/2024, voltados ao aprimoramento da cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, destaca-se a implementação da averbação pré-executória da Certidão de Dívida Ativa (CDA), efetivada no exercício de 2025. A medida foi inicialmente aplicada por meio de projetos-piloto, os quais já resultaram na averbação de bens imóveis em valor equivalente ao montante integral dos débitos inscritos. Os projetos-piloto encontram-se detalhados nos processos SEI nº 023.00015236/2025-58 e 023.00015431/2025-88. *Resolução Conjunta PGE/DETRAN nº 1/2025*: a partir da assinatura da Resolução Conjunta PGE/DETRAN, em 22 de agosto de 2025, a Procuradoria Geral do Estado deu um passo estratégico na ampliação da cobrança da dívida ativa estadual. A norma disciplinou a inscrição de infrações de trânsito como créditos passíveis de cobrança administrativa e judicial, integrando de forma inédita o sistema de sanções de trânsito à política de recuperação fiscal do Estado. Essa medida representa um avanço normativo relevante, com potencial para ampliar significativamente a base de cobrança de honorários administrativos e reforçar a atuação da PGE como agente central na defesa do interesse público e na eficiência arrecadatória. *Novos núcleos do CTF*: a entrada de novos Procuradores na Subprocuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal em 2025 permitiu a ampliação das equipes e a consolidação de uma atuação mais especializada e estratégica. Com base nas diretrizes estabelecidas pelas Portarias SubG-CTF nº 12/2022 e nº 10/2025, bem como pela Ordem de Serviço nº 4/2025, foi possível não apenas reforçar os núcleos já existentes, como também implementar novas unidades especializadas voltadas à atuação da Fazenda Autora e da Fazenda Ré. Essa reorganização elevou o nível técnico da



atuação da PGE na cobrança judicial da dívida ativa, promovendo maior eficiência, racionalidade na distribuição de processos e aprofundamento temático das equipes. *Capacitação na Reforma Tributária*: o Grupo de Trabalho instituído pela Resolução PGE nº 36/2023, com o apoio do Centro de Estudos, da Subprocuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal e do Gabinete da Procuradora Geral do Estado, lançou um curso sobre Reforma Tributária voltado a todos os Procuradores dos Estados da Federação. A iniciativa tem como objetivo preparar os membros das Procuradorias para as relevantes transformações no sistema tributário nacional. O curso, atualmente em andamento, conta com a participação de 550 inscritos. *Vitorias Objeto de destaque na Mídia*: operações realizadas pela PGE em conjunto com outras instituições: 08/01/2025 – Operação “Narmer” (cigarros) Agência SP e Agência Brasil; 28/08/2025 - Operação “Carbono Oculto” (combustíveis) Portal Fazenda SP; 25/09/2025 – Operação “Spare” (combustíveis); Agência SP e MPSP; 30/10/2025 - Operação “Bóreas” (ar-condicionado) Agência SP, G1 e Estadão. *Subprocuradoria da Consultoria Geral* - Números: até 30 de novembro de 2025, a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral e as Consultorias Jurídicas das Secretarias e Autarquias elaboraram 10.969 pareceres totais, dos quais 400 são Pareceres Referenciais.

Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral	130 pareceres
Assistência de Gestão de Imóveis	536 pareceres
Procuradoria de Procedimentos Disciplinares	1477 relatórios finais; 1470 portarias inaugurais, 2723 audiências com oitiva de 5842 pessoas.
Procuradoria Administrativa	33 pareceres
Procuradoria de Assuntos Tributários	22 pareceres
Procuradoria da Fazenda junto ao Tribunal de Contas	4.937 manifestações
Núcleo de Direito de Pessoal	146 pareceres
Núcleo de Parcerias e Transportes	194 pareceres
Núcleo de Contratações e Convênios Estratégicos	12 pareceres
Núcleo de Licitações e Contratos	13 pareceres
Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual	9 pareceres

Destaques: - Atualização das Orientações Consolidadas Periódicas sobre a aplicação da Lei federal n. 14.133/2021- Lei de Licitações em Contratos; - Elaboração de manual prático para uso de recursos de inteligência artificial na área da Consultoria Geral, com tutorial divulgado em palestra e vídeo gravado, disponibilizado pelo Centro de Estudos da PGE; - Aprimoramento da comunicação interna mediante instituição do “Informativo Expresso”, como meio de informação e referência rápida aos colegas que atuam na área consultiva da PGE; - Instituição de núcleos especializados para atividade consultiva e assessoramento jurídico do Estado: Núcleo de Inovação e Propriedade Intelectual (NIPI); Núcleo de Licitações e Contratos (NLC); Núcleo de Contratos e Convênios Estratégicos (NCCE); Núcleo de Saúde da Administração Descentralizada (NUSAD); - Ampliação das atribuições da



Assistência de Gestão de Imóveis (AGI) da Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, para concentrar a análise e manifestação a respeito de dúvidas jurídicas relativas ao patrimônio imobiliário do Estado; - Coordenação de GT para tratar da Reforma Tributária, assessorando o CONPEG em dúvidas relacionadas à implementação da reforma tributária, mais especificamente da Lei Complementar federal nº 214/2025. A primeira consulta analisada versou sobre a instituição do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre bens e serviços) e a eleição do Conselho Superior do Comitê Gestor; - Política pública transversal: Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral, AJG e ATL analisaram em conjunto a proposta de estruturação e implementação de política pública transversal intitulada “Superação”, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social. - Em maio de 2025, houve menção verbal do Sr. Governador ao papel da Procuradoria Geral do Estado na orientação jurídica para estruturação de proposta de parceria visando à operacionalização de serviços e ações de atendimento de famílias em situação de pobreza. A proposta inicial da Administração sobre esse tema foi objeto do Parecer NCCE nº 5/2025. - Em junho de 2025, a equipe do NIPI conquistou o 2º lugar no Prêmio Conexão Inova, promovido pela Rede Conexão Inovação Pública, durante a 3ª edição do evento Convergência, em reconhecimento ao projeto “Toolkit do Marco Legal de CT&I”. Já em outubro de 2025, as chefias do NIPI, da CJ da SCTI e da CJ da SDE, conquistaram o Prêmio “APTA Semeador do Futuro – 2025”, na categoria “Ciência e Tecnologia”. Além disso, tanto o “Toolkit do Marco Legal de CT&I” quanto o projeto “Observatório do CPSI” foram inscritos e estão concorrendo a outras premiações de destaque no cenário nacional e internacional, em reconhecimento ao caráter inovador e à relevância institucional das iniciativas, como o “Prêmio RICG a la Innovación en Compras Públicas”, promovido pela Red Interamericana de Compras Gubernamentales, e o “Prêmio Serzedello Corrêa”, da Escola Superior do Tribunal de Contas da União. Os resultados dessas premiações ainda não foram divulgados. *Coordenadoria de Administração:* A Coordenadoria de Administração reúne e integra as principais áreas de suporte institucional da PGE/SP, abrangendo a Coordenadoria de Suprimentos e Atividades Complementares, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Governança. Em 2025, essas unidades atuaram de forma articulada em oito eixos: (i) governança, transparência e planejamento; (ii) reestruturação administrativa e apoio institucional; (iii) gestão de pessoas; (iv) execução orçamentária e financeira; (v) gestão de contratos e licitações; (vi) engenharia e infraestrutura; (vii) gestão por processos; (viii) digitalização, sustentabilidade e memória; (ix) projetos estratégicos. *Governança, Transparência e Planejamento:* no âmbito da governança estratégica, a Coordenadoria de Administração colaborou para a estruturação do Comitê Gestor da Estratégia. No que toca à transparência, atuou em conjunto com a Ouvidoria para garantir a conformidade com as normas federais e estaduais, em especial as Instruções Normativas do CGGDiesp (Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo). Por fim, quanto ao planejamento, a CA, por meio do CSAC, elaborou o plano anual de contratações e, em conjunto com o GSPOFP, a proposta orçamentária para 2026. *Reestruturação Administrativa e Apoio Institucional:* a modernização da estrutura organizacional foi um marco no exercício. Em agosto, foi publicada a nova estrutura administrativa da PGE (Decreto nº 69.761/2025 e Resolução PGE nº 51/2025). A Coordenadoria de Gestão de Pessoas e o Escritório de Processos (Apis) atuaram de forma conjunta no levantamento de dados necessários à reestruturação e na realização do Processo Seletivo de cargos em comissão. Foram geridos programas relevantes, como o Auxílio-Creche (beneficiando 24 filhos de servidores do interior) e o convênio com o Centro Paula Souza, prevendo 120 estagiários de ETEC (Escolas Técnicas Estaduais) e FATEC (Faculdades de Tecnologia), com previsão de início para janeiro de 2026. Na esfera da integridade, a UGI (Unidade de Gestão de Integridade) executou 44 ações (mais de 180 horas de eventos) e a UAP (Unidade de Apuração



Preliminar) participou da acreditação junto à CGE-SP (Controladoria Geral do Estado de São Paulo). *Gestão de pessoas:* com a nova estrutura administrativa, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) assumiu a gestão integral da área de pessoas da Procuradoria Geral do Estado e passou a contar com área dedicada para o Desenvolvimento de pessoas. Para viabilizar essa centralização, a CGP está trabalhando em iniciativas de digitalização do acervo e desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação, sem descuidar de iniciativas de melhoria de gestão de pessoas. No final de 2025, foi firmado contrato de consultoria com a Fundação Getúlio Vargas, que visa qualificar a atuação da Coordenadoria na gestão de pessoas, bem como fornecer ferramentas para definição de competências e dimensionamento da força de trabalho. *Execução Orçamentária e Financeira (COF):* com a extinção das unidades financeiras regionais, a COF absorveu a programação de pagamentos das unidades de execução, redistribuindo tarefas e padronizando procedimentos. Em 2025, foram realizados 33.089 empenhos. *Gestão de Contratos e Licitações:* a Coordenadoria de Suprimentos e Atividades Complementares conduziu 107 processos de compras (aproximadamente 39 pregões, 34 dispensas de licitação e 10 inexigibilidades). Dentre as contratações estratégicas, destacam-se: dimensionamento da força de trabalho (FGV – Fundação Getulio Vargas); consultoria para o Programa de Monitoria (FDC – Fundação Dom Cabral); pesquisa em TI (Tecnologia da Informação) (Gartner); seleção de residentes jurídicos (Fundatec); suprimentos para o "Acordo Paulista"; e serviços de digitalização massiva (2M Gestão Documental). *Engenharia e Gestão Predial:* a Coordenadoria de Administração gerenciou diversas ações de leilantes, acompanhou obras e realizou 13 estudos técnicos. - Unidades da Capital: Na Rua Pamplona, 227, foi iniciado o projeto de reforma estrutural, em conjunto com a CDHU, além de revisões pontuais de layouts (já executadas). Na Rua Teixeira da Silva, 217, focou-se em projetos de coworking e reforma do 10º andar. Ainda em 2025, foi realizada a licitação para reforma do prédio da rua Maria Paula. - Gestão Imobiliária: Houve a devolução das salas da antiga PR-1 (Procuradoria Regional da Grande São Paulo) em Guarulhos e acompanhamento da reforma do prédio da SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento) para a PR-3 (Procuradoria Regional de Campinas). - Manutenção e reformas prediais: a CDHU foi contratada para realização de projetos de reformas prediais nas unidades da procuradoria (Contrato PGE nº 13/2025, assinado em 25/07/2025), o que possibilitou a realização de visitas técnicas em todas as unidades, subsidiando a definição das prioridades de reforma pela Coordenadoria de Administração, com base no grau de criticidade. O contrato abrangeu a Sede e as PR-5 (Campinas), PR-6 (Franca), PR-9 (Araçatuba), PR-10 (Presidente Prudente), PR-11 (Marília) e PR-12 (São Carlos), com inclusão posterior da PR-4 (Sorocaba), assegurando racionalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Foram priorizadas as unidades da Sede, PR-4, PR-10, PR-11 e PR-12. *Gestão por Processos (Apis):* o Escritório de Processos consolidou-se na qualificação de fluxos, apesar dos desafios culturais de mudança. As principais entregas incluíram: - Diagnósticos e Redesenhos: Mapeamento do CECIG (Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário e Geoprocessamento) e LabGeo (Laboratório de Geoprocessamento) (subsidiando a reestruturação); redesenho de fluxos da DAFP (Divisão de Análise Fiscal e Pessoal) com centralização no Attus; e propostas para os Núcleos de Apoio Técnico (NATs) — no NACOF, visando melhor aproveitamento da força de trabalho, e no NAT Cálculo, propondo etapas de apoio jurídico. - Automação: Implementação de automação de protocolo via e-mail (pfatendimento), gerando número de protocolo automático para o usuário. *Digitalização, Sustentabilidade e Memória:* - CADA-PGE (Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso): Orientação de 40 trabalhos de eliminação, triando 10.500 caixas de documentos e reciclando 52 toneladas de papel. - Digitalização: A empresa contratada iniciou a digitalização de 11 milhões de páginas (Maria Paula, Pamplona e Rangel Pestana), com média mensal de 933 mil páginas. - Memória Viva: Em parceria com a ASCOM (Assessoria de Comunicação), foram produzidos



conteúdos e reportagens para valorização da memória institucional. *Projetos Estratégicos:* em 2025, a Coordenadoria de Gestão Estratégica e Governança (CGEG) monitorou os projetos estratégicos da PGE/SP, garantindo alinhamento às metas do Plano Estratégico institucional do ciclo 2023–2026. Foram conduzidas análises técnicas e avaliações de desempenho das iniciativas em andamento, além da organização e apoio à preparação da reunião do Comitê da Estratégia, a fim de assegurar o acompanhamento sistemático dos resultados e tomada de decisão baseada em evidências. No âmbito do próximo ciclo de planejamento, está em análise proposta de parceria com consultoria especializada para apoiar a revisão metodológica e o desenho do novo ciclo estratégico da PGE, com foco em maturidade, priorização e gestão orientada a indicadores. Ainda no eixo estratégico, a CGEG apoiou o Núcleo de Propositura de Ações - NPA na Campanha de Acordos para Recuperação de Ativos, integrada ao ProSolve e voltada à ampliação de soluções consensuais. Foram enviadas 461 cartas, resultando em 16 contatos e 12 acordos formalizados, com recuperação de R\$ 47.990,23. A iniciativa incorporou ferramentas como a Calculadora de Acordos, automações de lembretes e a Jornada do Usuário, além de passar a compor a Bonificação por Resultado (BR) e uma pesquisa de satisfação será aplicada para subsidiar futuras edições. A Coordenadoria também conduziu as pesquisas eNPS de servidores e estagiários, com análises estatísticas que apoiaram a gestão de clima, o acompanhamento dos projetos estratégicos e a organização das reuniões de governança.

Centro de Estudos/ESPE - *Atuações de Destaque:* em 2025, o Centro de Estudos da PGE-SP reafirmou o seu papel estratégico na formação e aprimoramento contínuo dos Procuradores e Servidores. Ao longo deste ano, foram ofertadas 14.550 vagas em 131 cursos e eventos, incluindo congressos, workshops, palestras e outras atividades promovidas pelo Serviço de Aperfeiçoamento e pela ESPE. No âmbito da ESPE, foi realizado o curso de pós-graduação “Especialização em Direito Processual Civil Aplicado e Contencioso Contemporâneo”, que contou com 36 alunos matriculados. Além disso, foram oferecidos três cursos de extensão, que contaram com 835 alunos inscritos, todos profissionais da Administração Pública, conduzidos em formato presencial e virtual. Até novembro de 2025, foram emitidos pelo Centro de Estudos 7.096 certificados de participação. Entre os eventos de maior relevância do ano, destacam-se o 57º Curso de Atualização Jurídica – Encontro Estadual de Procuradores do Estado e o 3º Curso de Inverno da PGE/SP, que atraiu 71 participantes, incluindo Procuradores do Estado de São Paulo, de outros estados, do Distrito Federal, de municípios e Advogados da União. Na área editorial, foram publicadas e distribuídas eletronicamente duas edições dos Boletins do Centro de Estudos (Boletim CE nº 3, volume 48, referente a 2024, e Boletim CE nº 1, volume 49, referente a 2025), duas edições da Revista ESPE (volume 14, referente a 2023, e volume 15, referente a 2024), o Prêmio “Procuradoria Geral do Estado” 2024, bem como as edições 100 e 101 da Revista PGE, correspondentes aos anos de 2024 e 2025, respectivamente. A Biblioteca incorporou 62 obras ao acervo e registrou média mensal de 701 atendimentos, enquanto o Clube de Leitura promoveu quatro encontros temáticos ao longo do ano. Esses resultados demonstram o compromisso da instituição com a qualificação permanente e o fortalecimento da atuação da PGE.

Ouvidoria: Neste ano, a Ouvidoria registrou um expressivo aumento no número de atendimentos, com destaque para as demandas relacionadas a acordos de transação. Com o intuito de assegurar ao cidadão um atendimento de qualidade e eficiente, a Ouvidoria, atualmente, atua em 3 principais frentes para: (i) melhorar, atualizar e padronizar as informações no site da PGE sobre os locais e horários de atendimento disponibilizados pela PGE ao cidadão; (ii) garantir acesso ao atendimento também ao contribuinte “analfabeto digital” e com outras vulnerabilidades; (iii) criação de atos internos e fluxos que assegurem o atendimento dos termos da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

Serviço de Gestão de Integridade: O Serviço de Gestão de Integridade, em 2025, fortaleceu a governança institucional



com três ações principais: atualização do Programa de Integridade, a publicação do Relatório de Integridade e a revisão das medidas de mitigação do Relatório de Gestão de Riscos. O ano foi marcado pela ampliação da base informacional, incluindo a participação da PGE na 3ª Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública, com 22.696 respostas. Assim, a unidade estruturou procedimentos de apuração preliminar, aperfeiçoou o inventário de dados pessoais e aprimorou o uso do Sistema de Monitoramento de CGE-SP. A designação formal de interlocutores junto à Unidade de Apuração Preliminar (UAP) e a participação ativa em processos de acreditação da UAP estabeleceram precedentes importantes na condução de apurações preliminares, podendo ser classificados como casos de destaque na área do SGI. m síntese, o ano de 2025 consolidou o SGI como eixo de integridade, transparência e conformidade na PGE-SP.



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

DADOS GERAIS: Há 219.804 pessoas privadas de liberdade - PPL custodiadas em 154.718 vagas distribuídas em 180 estabelecimentos penais (data-base: 28/11/2025). Evolução da população prisional em 3 anos

29/12/2022	29/12/2023	Anual	Mensal	Diário
194.798	197.071	2.273	187	6,23
29/12/2023	29/11/2024	Anual	Mensal	Diário
197.071	204.164	7.093	634	21
27/12/2024	28/11/2025	Anual	Mensal	Diário
204.661	219.804	15.143	1.353	45

Ações voltadas a minimizar a superlotação carcerária - Aumento na capacidade de vagas: 823 vagas com a conclusão da Unidade Prisional de Riversul; 255 novas vagas geradas por meio de construção de Alas de Progressão Penitenciária; reformas e adequações realizadas em espaços já existentes. Otimização das vagas existentes por meio da mudança de perfil/alteração de regime de cumprimento de pena e realocação de pessoas privadas de liberdade. Programa de Teleaudiência – por meio de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, o Poder Judiciário e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, de agosto/2005 a 29/11/2025 foram realizadas 1.041.498 teleaudiências, dando maior celeridade nos processos criminais e de execução da pena. São 707 salas digitais instaladas em 180 estabelecimentos penais. 2025 – Realizadas 103.726 teleaudiências; outros atendimentos virtuais realizados em 2025: 177.958 com Oficiais de Justiça; 19.731 com Defensoria Pública; 241.790 com Advogado. *Programa de Medida Alternativa à Prisão* – pelo qual o Juízo Criminal aplica penas restritivas de direito alternativas à privação de liberdade, que possuem caráter educativo e que traz benefícios à sociedade. Trata-se de medidas que são aplicadas aos infratores que cometeram crimes de baixo potencial ofensivo, sem privá-los do convívio social, o que está consolidado no Sistema Penitenciário por meio de 99 Centrais de Penas e Medidas Alternativas – CPMAs. De 1997 a 2025, 269.422 pessoas foram cadastradas no programa e deixaram de ingressar nos estabelecimentos penais. 2025 – 14.718 Pessoas cadastradas e 20.294 em acompanhamento. *Projeto Medida Cautelar de Monitoração Eletrônica* – por determinação judicial a pessoa presa poderá ter convertida a privação de liberdade em estabelecimento penal em prisão domiciliar sob monitoração eletrônica, administrada, executada e controlada pela Polícia Penal. 2025 - Em média 8.283 pessoas privadas de liberdade obtiveram a privação de liberdade em estabelecimento penal convertida em prisão domiciliar monitorada. *Ações voltadas à Segurança do Sistema Penitenciário: “Scanner” Corporal* – essa tecnologia tem o objetivo de melhorar o processo de revista visando impedir a entrada de drogas, celulares e mensagens não autorizadas nos estabelecimentos penais pelos visitantes do sistema penitenciário - 155 estão equipados (de 2015 a 2025) e 25 deles não serão instalados devido ao tipo de estabelecimento e ao perfil das pessoas privadas de liberdade. Bloqueadores de Sinais de Celulares - 59 estabelecimentos penais são atendidos com o Serviço de Bloqueio de Sinais de Radiocomunicação – BSR. Escolta Armada de Pessoas Privadas de Liberdade – a escolta de pessoa privada de liberdade passou a ser realizada em todo Estado de São Paulo, a partir de abril de 2023, em substituição à Polícia Militar - PM, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim de proporcionar segurança à sociedade.



Total de Escoltas Realizadas				97.154
Atendimentos à Saúde		Atendimentos Judiciais	Remoções	Outras*
Urgência/Emergência	Consultas Agendadas	Apresentações em Juízos		
8.922	19.765	5.266	21.133	40.228
Total de Pessoas Privadas de Liberdade Escoltadas				243.682

*Custódias Hospitalares, IML, IMESC, INSS, Apresentações em DP, Velórios, Hemodiálises Saídas Temporárias e Retornos – pelo ordenamento jurídico há pessoas privadas de liberdade - PPL do regime semiaberto que preenchem critérios objetivos e subjetivos pelos quais o Juízo da Execução pode autorizar a saída temporária.

2025			
Pessoas Privadas de Liberdade em Saídas Temporárias			
Mês	Março	Junho	Setembro
Beneficiadas	29.898	30.252	29.563
Retornaram	28.854	29.297	28.557
Não retornaram	1.042	950	1.003
% Não retorno	3,49%	3,14%	3,39%
% De retorno	96,51%	96,84%	96,60%
Óbitos	2	6	3

Monitoramento Eletrônico considerados os dados das saídas temporárias para trabalho/estudo externo e de pessoas privadas de liberdade (PPL) durante as saídas temporárias para visita familiar, além daquelas sob medida cautelar – Contrato 20/2023

2025				
Pessoa Privada de Liberdade em Monitoramento Eletrônico				
Mês	Março	Junho	Setembro	Média
Saídas temporárias	5.241	6.389	6.277	5.969
Saída para trabalho externo em média				5.267
Medida cautelar judicial em média				8.283

Plataforma Fala.SP - 511 demandas recebidas e atendidas. *Preparo e Fornecimento de Alimentação nos Estabelecimentos Penais* - sistema de autogestão – gerenciamento e produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam no estabelecimento penal - a Pasta vem adotando este sistema nas cozinhas dos estabelecimentos penais, considerando a redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização da mão de obra da pessoa privada de liberdade. O sistema de Autogestão desde 2015 até o momento, novembro 2025, trouxe uma economia de aproximadamente R\$ 89.1 milhões. 2025 – 176 Estabelecimentos penais sob o Sistema de Autogestão, 01 com alimentação preparada e 03 no Sistema Cogestão. Cardápio padrão implementado em todas as unidades prisionais com controle do uso no sistema de Gestão Penitenciária Única-GPU. *Programa de Uso Racional da Água – PURA* - os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também



demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O projeto PURA SAP&SABESP trouxe uma economia de agosto de 2012 a novembro de 2025 de aproximados R\$ 14,6 milhões e 458,5 m³. **Coleta de dados biométricos de presos** como parte da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade, em complemento às ações da Pasta destinadas à emissão de documentos das pessoas privadas de liberdade. Iniciado em 2021, mediante a doação de equipamentos destinados à coleta de dados biométricos das pessoas privadas de liberdade, seguido de período de distribuição e instalação dos equipamentos nas unidades prisionais, ajustes necessários e treinamentos presenciais regionalizados, bem como capacitações a distância para servidores/multiplicadores e para a equipe de Tecnologia da Informação - TI. 2025 – 76.314 atendimentos. **REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SAP/SP**: O Decreto nº 69.228, de 23 de dezembro de 2024, aprovou a nova estrutura organizacional da SAP e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança. Em vigor desde 1º de janeiro de 2025 substituiu várias normas anteriores da estrutura organizacional, reorganizando as unidades e os cargos da SAP, modernizando a estrutura da Pasta para aumentar sua eficiência administrativa e refletir as diretrizes de gestão do governo estadual. A Resolução SAP nº 128/2024 complementou o decreto estabelecendo a estrutura organizacional interna da SAP, definindo competências e atribuições das unidades administrativas nos níveis de liderança e execução, inclusive da Polícia Penal do Estado de São Paulo. Subsecretaria de Gestão Corporativa - é responsável por planejar, coordenar e integrar a gestão administrativa da SAP, abrangendo pessoas, orçamento, finanças, logística, patrimônio, contratos, tecnologia e conformidade administrativa. Atua como núcleo estratégico de suporte institucional, assegurando padronização, eficiência operacional e governança para todas as unidades da Pasta, especialmente à Polícia Penal e às coordenadorias finalísticas. **Coordenadoria de Gestão de Pessoas** - em 2025, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas avançou de forma estruturante na modernização da governança de pessoal da SAP, especialmente aqueles vinculados à melhoria da gestão, expansão da capacidade administrativa e fortalecimento da segurança jurídica da força de trabalho. A reorganização instituída pelo Decreto n.º 69.228/2024 foi plenamente implementada e consolidada, permitindo maior racionalidade administrativa, integração sistêmica e qualificação dos processos críticos de pessoal.

Eixo de Gestão	Indicadores 2025
Gestão de Movimentação e Estrutura de Pessoal	• 276 expedientes de transferência autuados • 2.138 cargos CCESP/FCESP cadastrados • 1.705 setores criados na nova estrutura • 2.099 setores excluídos da estrutura antiga
Enquadramento e Regularização Funcional	• 24.426 enquadramentos realizados (LC 1.416/24)
Atos Administrativos (DAP)	• 2.338 designações CCESP/FCESP (níveis 1 a 12) • 47 designações de níveis 13 a 18 • 1.450 cessações • 416 exonerações (estrutura antiga) • 1.083 substituições eventuais
Pagamentos Estratégicos	• 6.320 pagamentos do Piso Nacional da Enfermagem • 7.494 + 1.574 + 2.696 pagamentos de pró-labore regularizados + 2.400 pagamentos de CCESP/FCESP + 1020 revisões de reenquadramento da Polícia penal
Processos e Expedientes Jurídicos/Normativos	• 1.786 expedientes administrativos • 684 progressões/promoções publicadas • 16 não confirmações • 14 reintegrações/nomeações judiciais
Gestão de Dados, Cadastro e Sistemas	• 4.786 lançamentos de frequência • 982 lançamentos de férias • 917 demandas de ajustes sistêmicos • 14.946 documentos digitalizados



Eixo de Gestão	Indicadores 2025
Atendimento ao Servidor	• 441 atendimentos por e-mail • 350 atendimentos na frequência/pagamento • 49 certidões diversas • 312 atualizações de registros

Subsecretaria de Controle Interno e Segurança (SCIS) - a Subsecretaria de Controle Interno e Segurança, com competências definidas na Resolução SAP nº 129/2024, é o núcleo responsável pela auditoria, integridade, inteligência penitenciária, segurança institucional e conformidade, atuando como eixo de governança e proteção do sistema penitenciário paulista. Em 2025 a atuação da SCIS resultou em avanços significativos em integridade, auditoria, governança, controle interno, correição e planejamento estratégico, reforçando a estrutura de compliance e o alinhamento às políticas de transparência e segurança da informação da Pasta. *Coordenadoria de Governança, Ética e Integridade (CGEI)* - em 2025, a CGEI concentrou esforços no fortalecimento dos mecanismos de integridade, gestão de riscos e cultura ética na SAP. As principais entregas incluem: *Gestão de Riscos, Conformidade e Cultura Ética* - Produção de 13 documentos técnicos, incluindo análises, diligências e materiais de mapeamento de riscos. Realização de 14 publicações para divulgação da cultura ética e da transparência. *Unidade de Gestão de Integridade (UGI)*: Conclusão de 6 ações estratégicas voltadas à governança, riscos e integridade. Participação em treinamentos sobre o Decreto nº 69.475/2025 (hospitalidades, brindes e presentes). Capacitação no Sistema de Conflito de Interesses – SPCI. *Ações Estratégicas e Entregas Técnicas*: Conclusão do Manual de Auditoria (v.1.0). Estudos Técnicos sobre Pecúlio, destruição de coletes balísticos e captação de água para ETE. Campanhas e materiais de prevenção ao Assédio Moral, Nepotismo e Racismo. Publicações no Portal de Integridade e estruturação da 3ª Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública. Conclusão do Relatório Consolidado da 1ª ação dos Agentes de Integridade – SPGI. *Divisão de Auditoria e Transparência (DAT)* - estruturou plano de trabalho alinhado à nova Subsecretaria de Controle Interno e Segurança - SCIS, com foco em eficiência, conformidade e controle contratual. Auditorias: 3 processos de auditoria em andamento e 2 concluídos no período. Incursões fiscalizatórias presenciais para verificação da execução contratual. *Governança e Transparência* - Principais entregas: Estruturação do Portal de Integridade (servidor, banco de dados e páginas). Publicação do Informativo CGE nº 03/2025 (Assédio Sexual). Criação do subdomínio integridadesap.sp.gov.br. Desenvolvimento do Sistema Penal de Gestão de Integridade e módulos de estatísticas e legislação. Implantação de Guia Interativo sobre o Decreto nº 69.475/2025. Execução da Fase 1 do Projeto de Gestão de Processos e Prazos do SCIS. Ações relacionadas ao SP-Agendas. *Capacitações e Atuação Institucional*: Conclusão de diversos cursos: riscos, integridade, Lei 14.133/2021, pregão e concorrência eletrônicos, entre outros. Participação em eventos nacionais e internacionais de integridade. Atuação junto ao FOCCOSP e no GT sobre normas para uso de instrumentos fotográficos. Implementação de módulos e diretrizes no SPGI. Inserção de material sobre procedimentos de acompanhante no parto no Manual de Auditoria. Reestruturação física da CGEI e DAT. *Coordenadoria de Planejamento e Gestão de Segurança (CPGS)* - atuou no monitoramento contínuo dos projetos e processos administrativos no SEI. Acompanhamento de todos os projetos iniciados em 2025, com controle de prazos e interface com unidades responsáveis. A maioria das atividades permaneceu em andamento, dada a natureza permanente dos fluxos administrativos monitorados. O SEI foi essencial para maior segurança da informação, rastreabilidade e padronização dos procedimentos. *Coordenadoria de Controle Interno e Correição (CCIC)* - desempenhou atividades de apuração disciplinar, inspeções e correições nas unidades penais. *Apuração de Irregularidades*: 27 processos de apuração preliminar instaurados entre janeiro e novembro de 2025: 8 com recomendação de instauração de PAD ou Sindicância; 7 arquivados;



Demais em andamento, com possibilidade de TAC. *Inspeções e Correções*: Realização de 20 inspeções/correções extraordinárias em unidades regionais. *Acreditação – SER Paulista*: Participação no processo de acreditação das unidades setoriais conforme a Resolução CGE nº 032/2025. *Divisão de Denúncias*: Registro de 755 denúncias, das quais 513 já foram relatadas após análise técnica. *Coordenadoria de Ouvidoria da SAP e da Polícia Penal* - a Coordenadoria de Ouvidoria da Secretaria da Administração Penitenciária e da Polícia Penal, com competências definidas na Resolução SAP nº 129/2024, atua como órgão independente de monitoramento, fiscalização e recebimento de manifestações relacionadas ao sistema prisional paulista. Seu papel central é assegurar canal acessível para pessoas privadas de liberdade e familiares, servidores, policiais penais e sociedade civil, especialmente quanto a irregularidades, abusos, omissões ou violações de direitos. Em 2025, a Coordenadoria de Ouvidoria consolidou sua atuação como instância de controle e proteção de direitos no âmbito do sistema penitenciário paulista, registrando elevado número de manifestações, ampliando monitoramentos por meio de inspeções regionais e investindo na capacitação de sua equipe para aprimoramento da qualidade do serviço prestado.

Demandas recebidas e tratadas em 2025	5.126
O volume de demandas registradas (denúncias, reclamações, elogios, sugestões e solicitações de informações) e atendidas, demonstra o papel estratégico da Ouvidoria como canal de controle social e administrativo no sistema penitenciário	
Inspeções realizadas em Unidades Prisionais	24
As inspeções reforçam a atuação fiscalizatória da Coordenadoria, contribuindo para diagnósticos locais e recomendações de aprimoramento.	
Curso Capacitação de servidores da Ouvidoria	01
Fortalecimento da qualificação técnica do corpo funcional (participação/aprovação 09 servidores)	

Assessoria de Inteligência – responsável pelo assessoramento em inteligência penitenciária e de análises de riscos, subsidiando as decisões estratégicas no âmbito governamental na área de segurança e ordem pública: Conhecimentos tramitados:

Descrição	Quantidade
Documentos de Inteligência oriundos da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Penal*	936
Documentos de Inteligência oriundos de outros Órgãos de Inteligência - âmbito estadual*	122
Documentos de Inteligência oriundos de outros Órgãos de Inteligência - âmbito federal*	160
Documentos de Inteligência produzidos pela Assessoria – âmbito estadual e federal**	519
*Processados na Assessoria para subsidiar processo decisório em geral da SAP; ** Difundidos interna e externamente visando assessoramento a processo decisório da SAP e a outros órgãos de inteligência de segurança pública do Estado (MP, PM, PC), de outros Estados (PP) e, federais (SENAPPEN, CIISPR-SE).	

Outras atividades de interesse da Secretaria que visam mitigar cenários adversos:

Ações realizadas em apoio à administração da Pasta (demandas internas e externas):

Descrição	Quantidade
Demandas recebidas via e-mail (consultas/pesquisas) – todas respondias	336
Demandas oriundas do Disque Denúncia	120
Demandas do PROVITA* (reuniões)	22
Demandas CESPDS - Conselho Estadual de Seg. Pública e Defesa Social (reuniões)	04
CIISPR-SE – Centro Integrado de Inteligência de Seg. Pública Regional – Sudeste (frequência semanal de integrante da AI/SAP)	02
Demandas COSUD – Consórcio de Integração Sul e Sudeste (reuniões)	06
*Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA). A Divisão do programa conta com um integrante da Assessoria de Inteligência	



Protocolo de atuação integrada do Sistema de Informações e Prevenção à Reiteração Criminal (SPRECRIM*) - Ações do núcleo interdisciplinar:

Descrição		Quantidade
Quantidade de capturados em decorrência do projeto-piloto (Protocolo de atuação conjunta SAP/SSP/SPRECRIM)		631
Reuniões (1)	Protocolo de atuação conjunta – SSP/SP**	15
	SPRECRIM	44
	Dados/integrados – SAP/SSP/PC/PM/SPTC	24
<i>*SPRECRIM - Criado por meio da Resolução SSP nº 021, de 11/04/23;(1). Durante as reuniões do SPRECRIM foi criado o Sistema Muralha/Saída Temporária, com a finalidade de controlar as PPL beneficiadas e integrar informações que são encaminhadas em tempo real ao Poder Judiciário e SAP (facilitando o controle das violações e infrações previstas na Port. DEECRIM).</i> <i>**Protocolo de atuação conjunta – diz respeito a captura de procurados pela justiça pela Polícia Militar apresentando diretamente nas Unidades Prisionais, em regiões da Capital e do Interior pré-estabelecidas.</i>		

Números relacionados a Saídas Temporárias:

Descumprimento de regras previstas na Portaria DEECRIM 02/2019			
Mês do Benefício	Março	Junho	Setembro
PPL (Pessoas Privadas de Liberdade) beneficiadas	29.898	30.252	29.563
Casos registrados de descumprimento da Portaria *	1131	1831	2270
PPL envolvidas que descumpriram a Portaria	754	1037	1439
<i>*A quantidade de casos registrados é maior que a quantidade de envolvidos tendo em vista que vários beneficiados reincidem nas infrações;</i>			

Suporte material e administrativo à Atividade de Inteligência Penitenciária:

Gerenciamento do Plano de Aplicação FUNDO A FUNDO/2021 - Cenário I – II e Suplementação (1)	
Aquisição	Quantidade
Detector de Junção não Linear	01
Câmera com recurso de detecção facial	385 unidades
Gerenciamento do Plano do Programa de Estruturação a Agência de Inteligência Penitenciária – PEAI PEN (2)	
Contratação de prestação de serviço	Quantidade
Curso de Especialização em Inteligência na área de Gestão do Conhecimento, Prospecção e Análise de Cenários, ao Estilo de “Jogos de Guerra”, particularizado para o Sistema Prisional	34 servidores
Curso de Especialização em Pilotagem de Veículo Aéreo não Tripulado “DRONE”, particularizado para o aprendizado em legislação que regulamentam o uso do equipamento, técnicas de pilotagem, captura de imagens “fotos e vídeos” e segurança operacional	40 servidores
Aquisição	Quantidade
Drone	05 unidades
Câmera com recurso de detecção facial	421 unidades
Cofre Armário – armas longas	10 unidades
Georradar, tipo: Sistema GPR	02 unidades
Intenção de Registro de Preços para futura aquisição de Soluções compostas por equipamentos de varredura	01 unidade
Scanner portátil de Raio-X	01 unidade
Gerenciamento ou concessão de placas de uso reservado	
Números de procedimentos de concessão	03



(1) Recursos provenientes do Convênio do Fundo Penitenciário Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, a qual cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e Portaria nº 136 de 24 de março de 2020, que regulamenta os procedimentos e os critérios para transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional;

(2) Recursos provenientes do Convênio nº 936.735/2022(PEAIPEN) - Programa de Estruturação a Agência de Inteligência Penitenciária.

Assessoria de Comunicação Institucional - a gestão da Comunicação Pública da Secretaria da Administração Penitenciária é exercida por meio do setor de Assessoria de Comunicação Institucional. Além dele, há também, trabalhando em conjunto, a Assessoria de Comunicação da Polícia Penal, que possui uma equipe na sede e, pelo menos, um representante designado em cada uma das oito Coordenadorias da Pasta. Enviadas 1.580 respostas para jornalistas; 41 Newsletters lançadas; 320 notícias publicadas no site da SAP e 179 notas de apreensões divulgadas. Site da SAP segue sendo atualizado de acordo com o modelo do governo. Neste ano, destaca-se a inserção do Conexão Familiar Fase 4 – Migrante Internacional, que possibilita a visita virtual para presos estrangeiros, com manuais disponíveis em quatro línguas. Manutenção dos grupos de WhatsApp para comunicação com os funcionários – SAPNEWS e SAPNEWS2 por onde foram distribuídos 567 conteúdos relacionados à administração penitenciária, focados nos servidores como divulgação de cursos, treinamentos, vagas de docentes, notícias sobre o sistema prisional e homenagens. Matérias positivas: Entre os destaques positivos do ano, tivemos matérias de sustentabilidade que saíram da Agência SP, sendo que a matéria sobre reutilização de paletes na Penitenciária II de Sorocaba foi publicada em revista especializada: Referência Industrial Madeira. Ainda em destaque temos matéria sobre o Prêmio Inovare, recebido pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, aumento de aprovados no Enem PPL, Projeto da Penitenciária de Itaí leva livros estrangeiros para alunos da rede pública de ensino, Projeto Horta Comunitária: ressocialização que alimenta esperança na Penitenciária de Araraquara e Clube de Leitura para Presos não Alfabetizados. Na Agência SP (agência de notícias do Governo a SAP) conseguiu emplacar 24 matérias ao longo de 2025. Na mídia geral, saíram 298 matérias positivas sobre a Secretaria. Eventos – Eventos nos quais teve participação ativa na realização –Participação da SAP e da Polícia Penal no Congresso de Operações Policiais (COP) Internacional, com realização de reunião na capital paulista do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej). Realização do evento do Dia da Polícia Penal com a entrega da medalha “Ao Mérito Penitenciário” a 51 pessoas – a assessoria também realizou a preparação e aprovação das medalhas, além da confecção dos ofícios e certificados e seus acessórios. No decorrer do ano também foram realizados eventos para a Ouvidoria da SAP e o Conselho Penitenciário. Além disso, a Assessoria acompanhou servidores da SAP e o secretário da Pasta para apoio em eventos externos. Redes Sociais – Programação visual padronizada de acordo com as diretrizes da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado. Facebook – 81.6 mil seguidores com 2.2 milhões de visualizações. Instagram – 59 mil seguidores com 3.3 milhões de visualizações e alcance de quase 380 mil pessoas. Tik Tok – 1.152 seguidores e 1.493 curtidas. Youtube – canal com 19,4 mil inscritos com 48,5 mil visualizações em 2025: vídeo mais assistido: Projeto de Compostagem no CR de Limeira – 1.4 mil visualizações; LinkedIn – Nova rede social da SAP, criada em 2025 - 7.112 impressões, 260 seguidores e 298 reações. **ESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA PENAL:** Entrada em vigor da Lei Complementar nº 1.416, de 26 de setembro de 2024, que estabelece a Lei Orgânica da Polícia Penal, institui a carreira de Policial Penal no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária, define o Estatuto de seus integrantes e dá outras providências; do Decreto nº 69.228, de 23 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da



Secretaria da Administração Penitenciária; e da Resolução SAP nº 128, de 26 de dezembro de 2024, que estabelece a estrutura organizacional e define as competências e atribuições das unidades administrativas de Nível 1 a 13, da Polícia Penal do Estado de São Paulo. Recursos Humanos: Concurso Público - Publicação do Edital de Abertura de Inscrições e Instruções Especiais CCP N.º 004/2025 (DOE 10/10/2025), para provimento de 1.100 (mil e cem) cargos de Polícia Penal (sexo masculino). Informações sobre o concurso: Quantidade de Fases: 04 (quatro) - Prova Objetiva; Aferimento da estatura e Prova de Aptidão Física; Prova de Aptidão Psicológica; Comprovação de Idoneidade, Conduta Ilibada na Vida Pública e na Vida Privada; e Investigação Social. Instruções procedimentais: Processos e expedientes administrativos: 2.537. Subsídios (ações e mandados de segurança): 7.363. Cumprimento de obrigação de fazer: 11.012. *Reintegração Social - Programa de Penas e Medidas Alternativas* - Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Custo por apenado:	R\$ 29,95	Índice de Reincidência no Programa	3,9%
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Qtde.CPMAs
2025	14.718	20.294	99
Inauguradas em 2025: 03 à CPMA Virtual, Santana de Parnaíba e Pirassununga.			

Programa de Atenção ao Egresso e Família - Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso, contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direitos, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos e contribuindo para a diminuição da reincidência criminal. CAEFs instaladas – 69; Total de pessoas atendidas: 36.237; Total de novos cadastros: 12.405

Documentos pessoais regularizados para egressos	4.646
Encaminhamentos para cursos de capacitação	1.015
Inseridos em curso de capacitação	529
Encaminhamentos para mercado de trabalho	1.447
Inseridos no mercado de trabalho	138
Reg. de situação jurídica/benefícios judiciais	85.751
Inauguradas em 2025: 06	

Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade - capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso.

Unidades de regime semiaberto atendidas no Estado	81
Capacitação profissional “pró-egresso” para sentenciados de regime semiaberto	1.394

Programa de Ações de Reintegração Social

Atendimentos psicossociais às pessoas presas	1.270.511
Pessoas presas atendidas	463.057
Regularização de documentos pessoais para pessoas privadas de liberdade	45.384
Avaliações técnicas para decisões judiciais	45.542



Avaliações técnicas para individualização da pena para CTC	1.100
Avaliações técnicas para trabalho externo e interno	103
Pessoas privadas de liberdade atendidas em projetos de desenvolvimento nas unidades prisionais	45.956

Equipe volante – avaliações realizadas

2025	Serviço Social	Psicologia	TOTAL
	2.089	2.345	4.434

Projetos, Programas e Parcerias: Projeto PIX – Conectando Pessoas ferramenta de transferência eletrônica oferecida pelo Banco Central do Brasil. Projeto Conexão Familiar – preservação do vínculo afetivo. Correspondência Virtual: Visita Virtual - Egressos no Mercado de Trabalho – inseridas 138 pessoas egressas em empregos formais. Plano Estadual da Mulher Presa – fomenta políticas e ações de promoção e proteção aos direitos das mulheres privadas de liberdade e egressas. Jornada da Cidadania Trabalho e Renda – 214 eventos: 831.808 atendimentos e 239.501 pessoas atendidas. Diversidade à Mesa – qualificação profissional da população LGBTQI+ na área de alimentação, bebidas e hospitalidade – 56 pessoas privadas de liberdade e egressas capacitadas. Implantação de 02 estufas e sombrites – para capacitação de pessoas privadas de liberdade para o cultivo de alimentos – produção de mais de 633.000 kg de alimentos em 25 estabelecimentos com tais equipamentos. Jornadas em Unidades de Reintegração (CAEFs) – 1.497 atendimentos realizados. Diversificados – 8.381 pessoas privadas de liberdade LGBTQI+. Credenciamento – 6.022 laudos realizados para exame criminológico – 122 profissionais credenciados. *Saúde no Sistema Penitenciário:* **Parcerias** - As parcerias são estabelecidas pelo Divisão de Relações Institucionais, pelo Departamento de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional e pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Agente público, que em conjunto articulam, estabelecem e acompanham os parceiros. Protocolo de Atendimento às Gestantes, Puérperas e Bebês na SAP e ampliação da aproximação com as unidades prisionais femininas das cinco regiões do estado para a promoção de ações humanizadas de saúde para a prevenção de agravos entre os bebês. Ao longo de 2025, as gestantes foram acompanhadas pelas Unidades Básicas de Saúde de referência territorial e as mulheres puérperas custodiadas, passaram a acompanhar seus bebês em todas as consultas médicas de puericultura, favorecendo o processo de maternidade. 2025 – 109 Gestantes; 39 Puérperas e 37 Bebês. Continuidade nas Interlocações com a Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde para a implementação de linhas de cuidado destinadas às gestantes, puérperas e lactentes através de reuniões com diversos atores da política de saúde e parlamentares. Desde 2022, contabilizamos 759 gestantes atendidas no estado de São Paulo. Parceria AME Digital – PPLs Trans - Visando assegurar uma linha de cuidado para esta população específica, em parceria com o PD&I em Saúde Digital, 54 mulheres trans custodiadas em Unidades Prisionais da região oeste do Estado de São Paulo (P. de Florínea; P. de Presidente Prudente; P. I de Mirandópolis e CDP II de Pacaembu) são acompanhadas por médicos endocrinologistas da iniciativa AME Digital, com fornecimento de hormônios pelo Serviço Regional – SRASPP – Oeste. Américas Amigas – Organização da sociedade civil que tem como missão o combate à mortalidade por câncer de mama no Brasil. 2025 - Exames de Mamografia: 748 Serviço Voluntário de Saúde – 02 psicólogos. Saúde Sem Barreiras – Organização sem fins lucrativos BEMM – Boas Energias Mudam o Mundo - grupo de alunos de medicina da Universidade Santo Amaro (UNISA). O projeto visa realizar ações de saúde na área da clínica médica, ginecologia, psiquiatria, e realização de ultrassons. O projeto foi realizado para privadas de liberdade do CPP de São Miguel. 2025 – 131 Consultas; 14 Exames de USG; 20 atendimentos psicológicos; 50 atendimentos de



acupuntura auricular; 30 atendimentos em fisioterapia pélvica e 80 privadas de liberdade testadas para HIV, sífilis e hepatite. *Departamento de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional (DPGASPP)*: Projeto de Telemedicina em Parceria com Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário da Fundação ABC, que disponibiliza consultas de retorno. 2025 foram realizadas 396 consultas de retorno em 19 especialidades. Projeto de Pesquisa em Saúde Digital – PD&I 01/2023: - Iniciativa Telesap: Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, no âmbito da Atenção Primária realizadas por médicos especialistas em saúde da família e comunidade. 2025 foram realizados 35.416 atendimentos a 24.275 privados de liberdade. - Iniciativa AME+Digital: Realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, no âmbito da Atenção Primária realizadas por médicos especialistas em 13 especialidades: cardiologia, cirurgia vascular, dermatologia, endocrinologia, gastroclínica, infectologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pneumologia, psiquiatria e urologia. 2025 foram realizados 3.047 atendimentos a 2.593 privados de liberdade. Campanhas de Imunização: Vacinação contra Influenza para privados de liberdade e servidores em 2025: Total de privados de liberdade vacinados: 201.615; Total de servidores vacinados: 2.287. Histórico da Vacinação Monovalente 2025: Total de privados de liberdade vacinados com a Vacina Monovalente contra Covid-19 (2025): 9.743. **Testagens Rápidas em 2025** - considerando procedimentos de inclusão, rotina e campanhas de testagem de HIV, Sífilis e Hepatite em todas as regiões do Estado de São Paulo. 2025 foram realizados 55.441 testes de HIV, 51.973 testes de Sífilis e 61.742 testes de Hepatite. *Controle da Tuberculose*: Campanha de Intensificação de Busca Ativa para o controle da Tuberculose - Historicamente, a Campanha de Busca Ativa contra a Tuberculose é realizada duas vezes a cada ano. 2025 – Foram realizados 32.476 Testes Rápidos Moleculares e 35.402 Exames de Baciloscopia. Rotina de Busca Ativa para controle de tuberculose – por meio da rotina de testagens de sintomáticos respiratórios, foram notificados 1.690 privados de liberdade infectados com a doença. 2025: O Tratamento Diretamente Observado – TODO foi adotado para 1.355 pacientes e registramos um total de 449 Alta/cura. Premiações: 132 Unidades Prisionais premiadas no Dia Mundial da Tuberculose. Interface com o Sistema CROSS - Agendamentos de consultas eletivas: 2025 foram realizadas 11.011 consultas eletivas presenciais. Suporte à Assistência Farmacêutica - Apoio ao Centro de Assistência Farmacêutica e realização de procedimentos para recepção, armazenamento, logística de entrega e controle de medicamentos e insumos de saúde. 2025 executado um total de R\$26.086.647,90 entre recursos SAP e SES e obtido um quantitativo de 660 itens entre materiais e insumos de saúde. 2025 quantitativo de itens: materiais e insumos de saúde: - Medicamentos: quantidade – 545 itens – Base SISMED – Novembro/2025; - Insumos Hospitalares – 58 itens - Base SISMED – Novembro/2025; - Insumos Odontológicos – 57 itens - Base SISMED – Novembro/2025. Pactuações CIB-62/2012 - foram intensificadas as ações dos Centros Regionais de Atenção à Saúde da População Prisional de acompanhamento e sensibilização de gestores municipais para o aumento da adesão à Deliberação CIB-62 entre os municípios em que há a presença de estabelecimentos penais. Atualmente há: 92 pactuações CIB 62/2012; 131 estabelecimentos penais com equipes mínimas; 59 municípios. Programa “Mais Médicos”: 2025 – 2 Municípios participando do Programa, beneficiando 2 estabelecimentos penais. Departamento de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Agente público (DPGQVSS) promoveu por meio dos Serviços Regionais de Qualidade de Vida e Saúde do Agente público, as seguintes atividades:

Ginecologia	Psicologia	Nutrição	Enfermagem	Serviço Social	Clínico Geral
166	732	282	483	91	854



Número de atendimentos administrativos (e-mail; skype; whatsapp e telefone): 7.507; Vacinação realizada pelos Serviços Regionais de Qualidade de Vida e Saúde do Agente público - Influenza (H1N1): 2.287. Visitas técnicas realizadas: 381; Licenças Saúde – 13.034 [Fonte: DPME – out/2025] Óbitos – 56; Suicídios – 5

Programas, Projetos e Campanhas de Ações de Saúde

Campanhas	Unidades Participantes
Encontro Regional de Tuberculose para Servidores do Sistema Prisional do Estado de São Paulo	178
Campanha de Mamografia para servidoras	128
Setembro Amarelo	153

Processo de Estadualização do CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e Implantação do E-Sus: 14 unidades prisionais CNES municipalizado. 168 UPs possuem CNES estadualizado conforme Deliberação CIB-24/2022. CIPAS – 177 CIPAS e 1.073 Cipeiros - Biênio 2024/2025. Óbitos - Compila e controla óbitos de pessoas privadas de liberdade ou submetidas a tratamento em medida de segurança no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, conforme dispõe a Resolução SAP nº 65 de 18/05/2017; 2025 – 536 Óbitos, sendo 506 pessoas do gênero masculino e 30 do gênero Feminino. Gerenciamento da Lista Única Estadual de pessoas com imposição de Medida de Segurança na modalidade Internação, porém "soltos", que aguardam vagas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, conforme dispõe a portaria DECRIM nº 01/2019; 2025 – 299 Pessoas, das quais 260 do gênero Masculino e 39 do gênero Feminino, aguardam vagas. Educação: Programas de educação. - Ensino Profissionalizante – 276. *Tecnologia da Informação e Sistemas* - principais ações, evoluções, manutenções e indicadores dos sistemas corporativos utilizados pela Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e pela Polícia Penal do Estado de São Paulo. As informações abrangem os sistemas de gestão penitenciária, recursos humanos, reintegração social, infraestrutura tecnológica e demais plataformas de apoio às atividades finalísticas e administrativas. Sistemas Corporativos e Melhorias Implementadas - realização de manutenções (corretiva, evolutiva e adaptativa), ajustes e melhorias nos sistemas Sistema de Gestão Penitenciária – GEPEN - responsável pelo controle de dados básicos, prisionais e processuais dos sentenciados, servindo como base institucional para operações administrativas e judiciais. Indicadores de Documentos Assinados: Documentos assinados: 151.843. Boletins Informativos (BI): 106.089. Certidões de Recolhimento Prisional (CRP): 38.507. Atestados de Conduta Carcerária (CC): 7.247. Sistema de Gestão Prisional Única – GPU - sistema de gestão operacional das unidades prisionais, abrangendo visitas, atendimentos, movimentação, controle de celas, registros religiosos, fotos, entre outros. Indicadores de Cadastros: Membros religiosos: 5.446 comuns, 101 regionais, 63 especiais. Fóruns cadastrados: 521. Instituições: 855. Advogados: 7.979. Visitantes comuns: 5.957. Atendimentos: 1.235.170 presenciais e 718.468 virtuais. Visitantes cadastrados: 95.493 mulheres e 27.095 homens. Sistema Cartório Informatizado – SCL - sistema responsável pelos registros de comunicados de eventos criminais, judiciais e administrativos envolvendo pessoas privadas de liberdade, funcionários ou terceiros. Indicadores: Comunicados de eventos: 33.338. Comunicados de sinistro: 181. Expedientes avulsos: 291. Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SISDRHU - sistema destinado ao controle de servidores, cargos, organogramas, frequência e processos de RH. Sistema de Lista Prioritária de Transferência – NLPT - sistema destinado à gestão das inscrições e viabilidade de transferência dos policiais penais. Sistema de Medicamentos e Insumos – SISMEDI - sistema utilizado pela Coordenadoria de Saúde para controle de medicamentos, insumos e processos de compras. Sistema de Reintegração Social - Sistema



voltado ao acompanhamento dos beneficiários que utilizam CAEFs, CPMAs e programas de penas e medidas alternativas. Atividades de Redes e Infraestrutura - atendimentos técnicos às seguintes unidades: Sede da Secretaria da Administração Penitenciária; Sede da Polícia Penal; Museu Penitenciário; Nove Coordenadorias, incluindo Coordenadoria de Ensino, Cultura e Pesquisa; Todas as Unidades Prisionais; Centrais de Atenção ao Egresso e Família (CAEFs); Centrais de Ações de Reintegração; Centrais de Penas e Medidas Alternativas; e Serviço de Monitoramento de Pessoas. As atividades englobaram manutenção de ambientes, suporte a usuários, monitoramento de operações e garantia de continuidade dos serviços essenciais. Evolução do sistema de controle de chamado GLPI: Monitoramento de Links INTRAGOV - monitoramento de 424 *Links* que envolvem todo o sistema o prisional e Teleaudiências.

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
8612	11358	10256	9251	9841	9932	9989	18265	27484	28902	40969	49279	38431	40992

Aperfeiçoamento Profissional: 2025 – 17.621 servidores participaram presencialmente, 31.750 em EAD e 126 em formato híbrido, recebendo certificações em diversas áreas de atuação, conforme demonstra o Quadro de Servidores Treinados a seguir:

Eixo Temático	DCDRH	DEOPP	TOTAL
Desenvolvimento Humano/Qualidade de vida	29.334		29.334
Administração/Gestão	2.998		2.998
Segurança e Disciplina	944	15.830	16.774
Reintegração Social	391		391
Total	33.667	15.830	49.497

DCDRH: Departamento de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

DEOPP: Departamento de Ensino Operacional da Polícia Penal

Quantidade de cursos/ eventos que encerram até o mês de outubro.

Museu Penitenciário - o museu tem como missão preservar a memória do sistema prisional paulista e promover a reflexão sobre a história penitenciária e a aplicação da pena. *Atendimento ao Público:* acesso de 350 pessoas visitantes no ano. Fechado para reforma em 31 de janeiro. *Comunicação:* Enviadas 273 respostas para subsidiar a Assessoria de Comunicação da SAP, visando subsidiar jornalistas; 466 notícias publicadas no site da SAP e 9 no site da Agência de Notícias do Governo do Estado, a Agência SP. *Releases e notas de apreensão* - O material produzido em parceria com a Secretaria de Comunicação sobre aumento de apreensões de drogas com visitantes teve bastante repercussão na mídia estadual e até nacional. 2025 - Produzidos 466 releases e notas. *Matérias positivas:* Entre os destaques positivos do ano, o Concurso da Polícia Penal, o artigo dos 100 primeiros dias da Polícia Penal. *Eventos* – Eventos nos quais teve participação ativa na realização: 32 eventos, na própria sede da Polícia Penal e parceria com as coordenadorias de Saúde, Ensino e Reintegração Social. *Redes Sociais* – Programação visual padronizada de acordo com as diretrizes da Secretaria de Comunicação. *Instagram* – 15,5 mil seguidores. Apenas nos últimos 30 dias, teve mais de 367 mil de visualizações, com 8,2 mil interações. *Youtube* – canal com 449 inscritos com 6.702 visualizações em 2025: vídeos mais assistidos: 1ª. Turma Policiais Penais Femininas – Escolta e Custódia de Presos (5,2 mil visualizações); Processo Seletivo Instrutor TCO 2025 CECPP/PPESP (660 visualizações) e Corte TV Alesp: Concurso Polícia Penal SP (384 visualizações). *Polícia Penal em números (anexo)* - ENTIDADE VINCULADA – FUNDAÇÃO “PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL” – FUNAP: A FUNAP atua diretamente no fomento e na recuperação psicossocial da pessoa privada de liberdade (PPL), por meio das áreas de educação, cultura, promoção social, qualificação e capacitação para o trabalho, estendendo suas atividades, quando possível, ao egresso e seus



familiares. A partir de 2019, a Diretoria de Atendimento e Promoção Humana - DIAPH sistematizou as ações/atividades de educação complementar em dois eixos de atuação: Qualificação e Capacitação Profissional e Cultura e Desenvolvimento Humano: Programa 3815 – Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares. Produto 1853: Educação e cursos de qualificação oferecidos para o mercado de trabalho. Indicador de Produto: 4187 Número de alunos em cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante. Meta Mensal: 29.070 alunos em cursos de ensino fundamental, médio e profissionalizante, em média por mês: Realizado: 36.561 (média mensal) perfazendo 126% da meta. **EIXO QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL:** Programa de Educação e Profissional: Alunos atendidos em curso fundamental I e II, médio e profissionalizante, média por mês:

Alunos em cursos – Ensinos Fundamental – Médio - Profissionalizante									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
28.806	39.912	35.945	37.810	39.561	37.688	32.338	36.056	37.577	40.067

A FUNAP atua diretamente no fomento e na recuperação psicossocial da pessoa privada de liberdade (PPL), por meio das áreas de educação, cultura, promoção social, qualificação e capacitação para o trabalho, estendendo suas atividades, quando possível, ao egresso e seus familiares. A Diretoria de Atendimento e Promoção Humana – DIAPH sistematizou as ações/atividades de educação complementar em dois eixos de atuação: Qualificação e Capacitação Profissional e Cultura e Desenvolvimento Humano. Nesses dois eixos foram incrementados os programas e projetos de atendimento e promoção humana articulados pela Fundação.

Eixo de Qualificação e Capacitação Profissional			
PROET	PROFENS	PRODHC	PROLLIB
23	06	09	21

Eixo de Capacitação Profissional		
PROET	PROLLIB	PRODHC
08	11	04

Programa de Educação Formal - de 1979 a 2012, a FUNAP executou nas prisões paulistas, com recursos próprios, o Programa de Educação nas Prisões (PEP). A partir de 2012, por força da Resolução MEC-CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação a Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de educação nos estabelecimentos penais, devendo essa oferta ser oficializada pelos sistemas estaduais de ensino (Secretarias de Educação ou órgãos congêneres), de caráter formal, adequada à realidade e às necessidades dos alunos e com certificação. Desse modo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE) assumiu a educação formal nas prisões, sendo a FUNAP a interlocutora entre as unidades prisionais e SEDUC. A FUNAP, por meio do Grupo de Articulação de Ações de Educação (GAEE), participou das tratativas com membros da Secretaria da Educação (SEDUC) sobre a aplicação do Novo Ensino Médio, aos alunos do EJA nas Unidades Prisionais e hoje coordena tal Grupo, com reuniões mensais.

Número de alunos em cursos – Ensinos Fundamental e Médio									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
11.739	17.769	17.938	17.855	17.896	16.679	15.953	17.319	17.299	17.415

Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET – lançado em 2013 e instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 136, de 23 de setembro de 2014, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania (PROET), com o Projeto “De Olho no Futuro”, visa proporcionar às pessoas privadas de liberdade a participação em atividades teórico-práticas que



favoreçam mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos. O PROET congrega diversas ações, tais como cursos promovidos com recursos diretos da própria FUNAP (como o projeto “De Olho no Futuro” composto por 10 módulos de capacitação em relação ao mundo do trabalho e à cidadania), bem como cursos realizados por meio de parcerias, das quais se destacam o SEBRAE, SENAI, TELEPORT, Instituto Federal de São Paulo – IFSP, Igreja Universal do Reino de Deus, SENAC-SP e Pinacoteca-SP. Na capacitação profissional, merece destaque os procedimentos de contratação, seleção e treinamento de monitores - privados de liberdade - de apoio à educação e de sala de leitura, quer para projetos próprios FUNAP, como em projetos desenvolvidos com parceiros; a Fundação articula também prospecção de novos parceiros e formalização dos acordos pela celebração dos Termos de Cooperação Técnica, alcançando 23 Termos em 2025, fundamentais para o crescimento das PPL assistidas. Há, em processo de formalização, mais 8 Termos de Cooperação Técnica. Entre janeiro e outubro de 2025, o PROET, juntamente com as atividades profissionalizantes realizadas pelas unidades prisionais, totalizou 197.898 atendimentos (sendo 113.589 do Projeto “De Olho no Futuro” e 84.309 dos demais Cursos Profissionalizantes), com uma média de 19.893 vagas/mês.

Alunos estudando em programas de qualificação profissional									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
17.067	22.143	18.007	19.955	21.665	21.009	16.385	18.737	20.278	22.652

Total de De Olho no Futuro									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
10.397	12.435	10.382	12.391	12.274	11.022	10.995	12.042	9.964	11.687

Total de Profissionalizantes									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
6.670	9.708	7.625	7.564	9.391	9.987	5.390	6.695	10.314	10.965

A contribuição da FUNAP com o desenvolvimento dos Cursos de Qualificação e Capacitação Profissional, durante o ano de 2025, ocorreu, principalmente, por meio da aplicação dos programas/projetos acima relacionados. Destaca-se que, com as nove novas Cooperativas Técnicas de cursos profissionalizantes, conseguimos aumentar nossos resultados nos cursos profissionalizantes saindo de uma média mensal de 7.874 atendimentos para 8.430, resultando em um aumento de 7,06% até o momento, gerando 84.309 (out/25) atendimentos acumulados. Para o PET - “De Olho no Futuro”, graças à ação constante para retomada da mão de obra de Monitores de Apoio à Educação PPL, por meio de processos de seleção e treinamento em todas as estabelecimentos penais onde temos contrato, aumentou-se os resultados, saindo de uma média mensal de 10.744 atendimentos para 9.466 (out/25), resultando em um decréscimo de 11,90% até o momento, gerando 113.589 (out/24) atendimentos acumulados. *Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS*: A FUNAP, em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), oferta bolsas de estudo integrais às PPL, viabilizando o acesso à graduação em tecnologias, licenciaturas e bacharelados. Por meio deste Programa também são ofertados cursos de preparação para exames vestibulares e exames públicos (ENEM e ENCCEJA). Os cursos são desenvolvidos na modalidade à distância (EaD off-line) para unidades prisionais de regime fechado, e na modalidade semipresencial, nas unidades prisionais de regime semiaberto, em que os alunos e alunas PPL também convivem no ambiente acadêmico, externo ao estabelecimento penal, proporcionando a oportunidade de reintegração. Entre janeiro e outubro de 2025 o Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS obteve um total de 287



alunos matriculados, nas quatro parcerias existentes, conforme tabela de parcerias acima, merecendo destaque para a parceria firmada em 2025 com o Instituto SEB de Educação.

PROFENS mensal									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
40	74	238	287	280	262	223	238	234	225

Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural – PRODHHC - Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural – PRODHHC. Este programa abrange um conjunto de projetos desenvolvidos pela FUNAP e pelas UP, voltados ao desenvolvimento pessoal e cultural, com objetivo de promover a melhoria da autoestima e do crescimento pessoal das PPL. As estratégias abrangem cursos de artes, desenho artístico, pintura, teatro e canto, além de palestras e workshops, entre outros. Entre janeiro e outubro de 2025, o PRODHHC realizou 21.216 atendimentos, fruto de iniciativas da FUNAP e SAP/Polícia Penal, destacando o fato de que foi firmada mais uma nova Cooperação Técnica no PRODHHC, na área de desenvolvimento humano, saindo de sete para nove parcerias. Há, em tratativas finais, mais quatro Termos a serem firmados. Até o momento, foram 21.216 atendimentos acumulados.

PRODHHC mensal									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
877	959	1.859	2.540	2.593	2.186	2.235	2.487	2.941	2.539

Programa de Incentivo à Leitura – “Lendo a Liberdade” – PROLLIB – Programa de Incentivo à Leitura – “Lendo a Liberdade” – PROLLIB - Instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 82, de 12 de julho de 2018, o PROLLIB tem como objetivo articular a implementação de atividades educativas de natureza literária no sistema prisional paulista, contribuindo para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade por meio do desenvolvimento da escrita e do hábito da leitura para contribuir formação pessoal, cultural, profissional e social, proporcionando também a possibilidade de remição de pena. O Programa tem se firmado como política pública fundamental para o acesso às atividades de leitura pela população carcerária, suportada por investimento próprio e em colaboração com entes e organizações públicas e privadas, seja na perspectiva de possibilitar o acesso universal ao acervo literário disponível nas Salas de Leitura (SL) das Unidades Prisionais (UP) e dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) através do empréstimo de livros para fomentar o hábito da leitura e da escrita, seja por meio de atividades mais estruturadas como os clubes de leitura, na modalidade “leitura dirigida”, ou pela leitura livre, ambas gerando a possibilidade de remição de pena.

Clubes de Leitura – Número de participantes									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
464	2.234	3.772	4.663	4.713	3.771	3.798	4.615	4.826	4.914

Para manter o disposto na Resolução Nº 391 do CNJ, de 10 de maio de 2021 e das Portarias FUNAP 072/00/2021, de 1º de outubro de 2021 (Leitura Livre) e 077/00/2021, de 25 de outubro de 2021 (Leitura Dirigida), a FUNAP, em conjunto com a SAP e Polícia Penal, buscou expandir em 2025 o rol de atividades ofertada firmando novas parcerias, bem como ampliando as atividades dentro das parcerias já existentes. Dentre as principais ações empreendidas destacam-se: 1. Tratativas com parceiros para ampliação do atendimento, seja com a incorporação de novas unidades prisionais, seja absorvendo novas atividades nas ações de Leitura Dirigida ou emissão de pareceres na leitura livre; 2. Busca de novas parcerias, inclusive regionalizadas, visando ampliar o número de mediadores e pareceristas de leitura e aproximá-los das UP, ampliando para 21 (vinte e uma) parcerias até outubro de 2025. Deste modo, houve um aumento considerável nos resultados, atingindo um crescimento de 4,14% até o momento (out/25), gerando 37.770 atendimentos acumulados. Observa-se que há, em andamento, a formalização de mais nove parcerias. *Projeto de Leitura Livre*



(*Empréstimo de Livros*) nas Prisões – Trata-se da atividade mais antiga realizada nas salas de leitura por meio do empréstimo de livros do acervo das Unidades Prisionais, sob a gestão de monitores de apoio (reeducandos) contratados e remunerados pela FUNAP para a organização do acervo literário e o controle de empréstimos às pessoas privadas de liberdade, privilegiando o fomento e o desenvolvimento do hábito da leitura. Conseguimos aumentar nossos resultados alcançando a média mensal de 69.694 empréstimos de livros, e comparado com 2024, quando tivemos uma média mensal de 66.763, resultando em um crescimento de 4,39% até o momento, gerando 699.157 empréstimos de livros acumulados.

Empréstimo de livros									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
67.476	69.978	65.357	74.334	74.734	66.351	69.147	70.517	68.615	72.468

Paralelamente ao desenvolvimento de Projetos de Leitura voltados à promoção da leitura dirigida e leitura livre, a FUNAP colabora com o PROLIB, implementando o Projeto “Salas da Liberdade”, que entregou entre 2023 e 2025, 75 espaços voltados a leitura. Esse projeto tem como foco principal a criação e estruturação de espaços híbridos, colaborando diretamente com a SAP e Polícia Penal na otimização de ambientes voltados não apenas para a leitura, mas também a práticas sociais educativas não-escolares. Seu objetivo é garantir às pessoas privadas de liberdade o direito a práticas educativas culturais, proporcionando-lhes o acesso aos acervos literários disponíveis nos estabelecimentos penais. Para viabilizar essas ações, a FUNAP oferece toda a estrutura necessária para a montagem das salas, além de contratar monitores de sala de leitura. Conta também com o apoio de instituições de ensino parceiras, que contribuem com a doação de livros, indicação de rumos para o projeto, e o cadastro de mediadores e pareceristas para promover atividades de leitura livre e dirigida. Desde 2022, quando teve início as ações de planejamento, a FUNAP, implementa a reforma dos espaços de leitura. Até outubro de 2025, foram entregues 75 Salas. *Provisão de Postos de Trabalho* – Trata-se de um conjunto de Programas, Projetos e Ações, gerenciados pelas diversas Diretorias da FUNAP, os quais criam oportunidades de trabalho remunerado às PPL, em oficinas e serviços nos estabelecimentos penais ou em atividades externas, vinculadas a contratos próprios da Fundação ou por ela intermediados, com parceiros públicos e privados.

Postos de trabalho oferecidos									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
20.619	22.367	21.932	23.396	23.975	23.510	25.119	24.564	24.906	26.352

Na FUNAP, as vagas de mão de obra direta, destinadas às pessoas privadas de liberdade - PPL, bem como a venda de produtos e serviços são conduzidos pela Diretoria de Comercialização – DICOM, por meio do programa de comercialização; enquanto que parte expressiva do aprendizado se dá nas oficinas-escola, geridas pela Diretoria de Produção – DIPRO; já os postos de Monitores de Sala de Aula e Leitura, administrados pela Diretoria de Atendimento e Promoção Humana – DIAPH; por fim, a Diretoria Administrativa e Financeira conduz o quadro de auxiliares administrativos.

Postos de trabalho – Contratos próprios FUNAP									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
1.050	1.191	1.162	1.189	1.155	1.140	1.188	1.318	1.316	1.390

Monitores vinculados ao PROET, PRODHC e Salas de Leitura – Em constante crescimento as salas de aula profissionalizantes e de apoio de leitura contam com monitores contratados pela FUNAP que atuam em diversos projetos acima elencados, cujos dados de 2025 se apresentam abaixo:

Previsão de postos de trabalho									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
488	553	544	568	577	580	562	595	576	578



Oficinas-Escola – a FUNAP administra 48 oficinas-escola, localizadas no interior e/ou entorno dos estabelecimentos penais, para capacitação e qualificação profissional, além de 6 centros que executam atividades de apoio nas áreas de almoxarifado, limpeza, manutenção e serviços gerais. Em 2025, são ofertados, potencialmente, 1.053 postos de trabalho, principalmente, em dois grandes eixos: a produção industrial pelo Programa de Capacitação Profissional – PROCP e a produção artesanal pelo Programa Escola de empreendedorismo em Arte – ARCOS. Programa de Capacitação Profissional – PROCP e Escola de Empreendedorismo em Arte ARCOS – as Oficinas-escola do PROCP e do ARCOS são importantes instrumentos da geração de oportunidades de trabalho. Na área artesanal é de se pontuar que a FUNAP procura ampliar o número de Oficinas-escola e vagas, em 2025, houve a manutenção de oito Oficinas-escola próprias de artesanato.

Previsão de postos de trabalho (Oficinas-escola/ARCOS Trabalho efetivos)									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
494	568	544	554	506	495	563	658	679	747

O preenchimento de atividades de apoio em Oficinas, nos escritórios regionais e na sede da FUNAP, é também importante instrumento de geração de vagas e oportunidade de ressocialização, conforme abaixo:

Previsão de postos de trabalho – Auxiliar de Serviços Gerais									
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
29	31	24	24	30	28	28	27	26	28

As principais linhas de produção e serviços são: confecção e reforma de móveis escolares, confecção de móveis corporativos, manutenção e reforma de materiais ligados aos serviços de saúde hospitalar - cadeira de rodas, mesa para refeição hospitalar e similares, e novas linhas nos segmentos de artesanato, confecção, marcenaria e tear, entre outros. No ano de 2025, foram ofertados 1.053 Postos de Trabalho nos Centros de Capacitação e Qualificação Profissional, denominados de Oficinas-escola, sob responsabilidade da DIPRO, incluindo Provisão de Postos de Trabalho como Auxiliares de Serviços Gerais. Entre o mês de janeiro e meados do mês de dezembro, foram produzidos, ou reformados variados produtos das Oficinas-escolas, como pode se verificar conforme abaixo:

Produção DIPRO (Oficinas-escola / ARCOS)								
Uniforme PPL	Outros Uniformes	Móveis escolares novos	Móveis escolares reformados	Móveis Corporativos	Artigos Gourmet	Tear – PIF	Artesanato	Cadeiras de rodas
135.272	114.885	25.153	14.574	544	2.851	1.409	8.188	236

A Diretoria Adjunta de Comercialização (DICOM) tem por atribuição a viabilização de programas, projetos, planos de ações, dentre outras atividades visando à difusão das atividades laborais realizadas pelas pessoas privadas de liberdade (PPL), por intermédio da produção artesanal e industrial, no ambiente carcerário, promovendo a contratação dessa mão de obra por meio dos setores público e privado, objetivando a ressocialização através da capacitação, trabalho e renda do reeducando. Abaixo, os principais programas: *Programa de Comercialização de Produtos e Serviços de Ressocialização*: O programa abrange todas as atividades de comercialização de produtos e serviços voltados à ressocialização das PPL. Em 2025, para atender a esse programa, por meio de suas gerências, trabalhou-se com vendas e reformas de produtos provenientes do trabalho da PPL, cujas principais linhas seguem sintetizadas abaixo: *Confecção de artigos têxteis*: além de grande quantidade de uniformes escolares vendidos para as diversas prefeituras do Estado de São Paulo,



item que continua em alta, encabeçou, como item mais vendido, uniformes às pessoas privadas de liberdade, graças à parceria irrestrita com a Polícia Penal e com a Secretaria da Administração Penitenciária; *Confecção de móveis corporativos*: produzidos por encomenda, possuem grande valor agregado, ao viabilizar a expansão do trabalho com a alocação de mão de obra carcerária e ao fidelizar clientes dos setores público e privado; *Confecção e reforma de móveis escolares*: além da linha de confecção de móveis escolares novos - padrão FDE, com aprovação do INMETRO, um dos principais produtos FUNAP vendidos às prefeituras no corrente ano bem como à Companhia Paulista de Infraestrutura Social – CPIS, que firmou parceria para mobilizar 16 (dezesesseis) escolas no Estado de São Paulo em 2026 e 2027, a Fundação também atuou na reforma desse mobiliário, o que ocorre em algumas oficinas FUNAP por conta da existência de um contrato vultoso com a Secretaria de Educação do Governo de São Paulo. Necessário destacar que a cada ano novos municípios passam a demandar esses produtos e serviços; *Alocação de mão de obra*: PROALMO - A Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de trabalho aos reeducandos com finalidade produtiva e educativa. No Estado de São Paulo, a contratação desta mão de obra é feita por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra – PROALMO, gerido pela FUNAP, destinado aos órgãos público e privado. A proposta do PROALMO é viabilizar postos de trabalho para homens e mulheres em cumprimento de pena, contribuindo para sua ressocialização por meio da qualificação profissional, trabalho e geração de renda. Ao contratante, a iniciativa concilia segurança jurídica e possibilidade de consolidar um modelo de negócio rentável de responsabilidade social, contribuindo com a reintegração social da PPL. *Programa de Alocação de Mão de Obra Carcerária – PROALMO*: atende ao setor público - prefeituras municipais e ao setor privado – empresas (majoritariamente). Constitui-se no maior vetor de geração de postos de trabalho às PPL com grande potencial de oportunidade de ressocialização aos reeducandos, principalmente aos que se encontram no regime semiaberto. Desde a retomada dessa atividade nos ambientes externos às Unidades Prisionais (UP), em janeiro de 2022, após a pandemia, percebe-se elevado aumento de oferta e procura por esse programa, o qual será melhor explicitado à frente. Necessário destacar que o PROALMO está previsto no Programa de Metas do Governo do Estado de São Paulo bem como no Plano Plurianual. Com a retomada gradual das atividades, cujo marco principal se deu janeiro de 2022, com a liberação das PPL para as atividades externas às UP, houve um enorme esforço dos Gerentes de Comercialização e Gerentes Regionais com o objetivo de reconduzir antigos parceiros bem como prospectar e converter novos contratos de alocação de mão de obra o que refletiu na retomada de parte dos postos de trabalho e do faturamento decorrentes deste serviço, conforme se observará nos gráfico à frente. Necessário apontar que desde a retomada a procura pelo PROALMO se mantém aquecida e, neste momento, várias regiões já não mais possuem mão de obra para a expansão do programa. *Faturamento total - de janeiro a novembro de 2025*: O faturamento total da Funap, por meio das vendas de produtos e serviços bem como do PROALMO – este de janeiro a novembro de 2025, consolidou-se conforme segue: LINHA DE PRODUTO E/OU SERVIÇO ATÉ 30/11/2025

Confecção de vestuário = R\$ 5.403.489,65
E-Commerce = R\$ 702,00
Loja Sede = R\$ 167.288,80
Móveis Corporativos = R\$ 522.542,20
Móveis Escolares = R\$ 2.706.677,08
Reforma de móveis escolares = R\$ 2.376.580,32
Reforma de Equipamentos = R\$ 84.913,85
Projeto Integração Familiar = R\$ 19.029,00
PROALMO – Alocação de mão de obras carcerária = R\$ 18.325.666,13



TOTAL = R\$ 29.606.889,03

Observa-se que o PROALMO e a venda de vestuários, prevalecem, neste ano, sobre os demais produtos e serviços, seguidos pela venda e reforma de móveis escolares. Portanto, são os seguimentos que mais geram capacitação, trabalho e renda às PPL. Por fim, a previsão é que ocorra crescimento superior a 14% ao comparar com 2024. Programa de Alocação de Mão de Obra – PROALMO: PROGRAMA: 3815 – GESTÃO DA CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES: Produto: 1852 - postos de trabalho; Indicador substituto do produto: 6019 - média mensal de vagas de trabalho preenchidas pelas PPL; Plano Plurianual 2024-2027; teve a primeira alteração por meio do Decreto nº 69.622, de 12 de junho de 2025, oportunidade em que a mão de obra indireta passou a ser contabilizada por força do indicador substituto 6019 – *média mensal de vagas de trabalho preenchidas*. A meta prevista para 2025 foi de 47.830 vagas preenchidas/mês; logo, observa-se na tabela 01, que a meta já foi cumprida com louvor, ou seja, 51.203 vagas ocupadas/mês, 7% acima da meta prevista (de janeiro a outubro de 2025).

Tabela 01

POSTOS DE TRABALHO PREENCHIDOS – PÚBLICO E PRIVADO										
MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA – (MOD E MOI)										
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
47.637	49.735	49.350	50.732	51.550	50.981	52.780	51.902	52.954	54.413	
Média mensal: 51.203 PPL's										

Fontes: Folha de pagamento e Gefin – DIRAF

Faturamento do PROALMO – janeiro a outubro de 2025: observa-se, na tabela 02, crescimento exponencial ao longo do ano, ou seja, superior a 38% com tendência de crescimento, ainda. Destaca-se que esse programa é a nossa “*vaca leiteira*”, e estes recursos, viabilizam a manutenção de todos os demais programas da Funap.

Tabela 02

FATURAMENTO PROALMO – 2025 – TOTAL: R\$ 18.325.666,13	
JANEIRO	R\$ 1.551.884,13
FEVEREIRO	R\$ 1.606.259,00
MARÇO	R\$ 1.689.900,00
ABRIL	R\$ 1.710.789,00
MAIO	R\$ 1.844.195,00
JUNHO	R\$ 1.931.502,00
JULHO	R\$ 1.881.934,00
AGOSTO	R\$ 1.955.284,00
SETEMBRO	R\$ 2.008.904,00
OUTUBRO	R\$ 2.145.015,00

Fonte: Gefin - DIRAF

Programa de Assistência Jurídica Suplementar aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social (PROJUS) - Trata-se de Serviços de Assistência Jurídica Suplementar Prestados às pessoas privadas de liberdade e internadas hipossuficientes que não tenham advogados constituídos. METAS ESTIPULADAS NO TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2024 – FUNAP /SAP/ DEFENSORIA SP.

Mês/ano	Meta A 67.765	Meta B 44.090	Meta C 43.980	Total 155.835



Jan/2025	111.920	47.182	46.675	205.777
Fev/2025	112.784	52.872	50.705	216.361
Mar/2025	94.049	45.184	45.440	184.673
Abril/2025	106.189	54.192	50.975	211.356
Mai/2025	107.190	53.620	51.855	212.665
Jun/2025	93.672	46.178	45.790	185.640
Jul/2025	113.468	53.952	51.610	219.030
Ago/2025	117.850	58.436	52.710	228.996
Set/2025	123.188	59.568	53.900	236.656
Out/2025	124.478	63.754	55.715	246.947
Nov/2025	104.385	52.812	46.790	203.987

Atualmente, há 112 advogados ativos, atendendo 175 Estabelecimentos penais da Secretaria da Administração Penitenciária, 12 unidades da Secretaria de Segurança Pública, com a faculdade de apoiar Estabelecimentos Penais não contemplados pelo convênio, em caráter excepcional, com anuência da Defensoria Pública. Os atendimentos estão consolidados em 03 Metas assim descritas: Meta A - Leitura prévia de carta, elaboração de petições intermediárias não relacionadas a pedidos de benefícios, pedidos administrativos (excetuados encaminhamentos para a DEFENSORIA e os relativos à saúde), encaminhamentos à DEFENSORIA alimentação de informações processuais no GEPEN, pedido de sursis, pedido de atualização dos cálculos de penas, pedido de Boletim Informativo, análise de prontuários, consultas processuais (1ª e 2ª instâncias, bem como processos de outros Estados), pedidos: de destituição de advogado particular, de certidão de breve relato, de atestado de permanência carcerária, de atestado de conduta carcerária, de mapa dos dias estudados e de mapa laboratório, dentre outros; Meta B - Pedido de unificação de pena, participação em audiência de instrução, realização de defesa prévia, diligências, atuação em incidentes processuais, ciência e orientação ao usuário, pedido de reconsideração administrativa da decisão final, recurso judicial da decisão final do Procedimento Interno Disciplinar (PID), atendimento jurídico da pessoa presa (pessoal, teleatendimento ou carta) e atendimento aos familiares; Meta C - Realização de defesa final (art. 69, caput, do RIP da SAP), pedidos: de progressão de regime, de livramento condicional, de detração de pena, de remição pelo trabalho, estudo ou leitura, de concessão de indulto e/ou comutação de pena, impugnação por excesso ou desvio de execução, de autorização de saída extraordinária, de desinternação e/ou cessação de medida de segurança, impetração de habeas corpus, impetração de mandado de segurança, pedidos relativos a penas restritivas de direito, pedidos: de concessão de prisão domiciliar, de transferência para aproximação familiar, de retificação do cálculo de penas, de extinção de punibilidade, de liberdade provisória, pedidos administrativos relativos à saúde, pedido de relaxamento de flagrante, pedido de expedição de guia de recolhimento e pedido de remessa de guia de recolhimento. *METAS ESTIPULADAS PARA O PLANO PLURIANUAL (PPA) 2025* - Produto: 1857 – Serviços de Assistência Jurídica e Administrativa para as Pessoas Privadas de Liberdade - Indicador: 4189 – Número de Atendimentos e Acompanhamentos dos Processos de Execução Penal - Descrição: Número de Atendimentos e Acompanhamentos dos Processos de Execução Penal, dos serviços de assistência Jurídica Suplementar, prestados por Advogados da FUNAP, visando à realização de pedidos de reconhecimento de direitos, à defesa nos processos administrativos disciplinares, aos atendimentos às pessoas privadas de liberdade e à realização de atos complementares decorrentes.

Meta: 1.691.210 Realizado: 1.613.431

2025



jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
144.84 6	149.36 1	125.72 9	143.48 9	144.37 1	125.86 0	150.76 6	157.61 0	163.75 2	167.49 8	140.14 9

Produto: 1857 - Serviços de Assistência Jurídica e Administrativa para as Pessoas Privadas de Liberdade - Indicador: 4190 – Percentual de atendimentos realizados às pessoas privadas de liberdade carentes - Descrição: Atendimentos realizados através de entrevistas pessoais, por teleatendimento, teleaudiência ou qualquer outro meio hábil, realizadas no âmbito da assistência jurídica suplementar, por advogados da FUNAP visando a prestação ou recebimento de informações das pessoas privadas de liberdade carentes nos estabelecimentos penais

Meta: 13% - Realizado: 13%

2025										
jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
13%	14%	12%	13%	13%	12%	12%	13%	13%	14%	12%

A Assistência legal aos custodiados sentenciados e hipossuficientes do sistema penitenciário paulista é atividade de longa data prestada pela FUNAP e foi executada ao longo dos anos, em face de alterações legais, diretamente ou mediante convênios com a Procuradoria Geral do Estado e, desde 2006, com a Defensoria Pública de São Paulo.

ÓRGÃO - REGIÃO	UNIDADES PRISIONAIS	UNIDADES PRISIONAIS INCORPORADAS NO CONVÊNIO	PORCENTAGEM
SAP - METROPOLITANA	28	28	100%
SAP - VALE DO PARAÍBA	20	20	100%
SAP - CENTRAL	40	39	98%
SAP - NOROESTE	46	46	100%
SAP - OESTE	45	38	84%
SAP - SAÚDE	3	3	100%
CENTRO HOSPITALAR	1	1	100%
SSP	87	12	14%

Fonte: PROJUS atualizado até outubro 2025



ANEXOS

3.1 Polícia Penal em números

3.2 Segurança dos Estabelecimentos Penais (Artigo 143-A da Constituição Estadual)

SEGURANÇA DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS		
Período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2025		
AÇÕES		Quantidade
Segurança Interna e Perimetral	Quantidade de rondas realizadas (internas e perimetrais)	511.680
	Ações preventivas realizadas (revistas estruturais, inspeções em celas, etc.)	232.740
	Intervenções táticas realizadas por equipes especializadas	711
	Monitoramento estrutural eletrônico (quantidade de câmeras etc. em operação)	9.822
Controle de Acesso e Fiscalização	Quantidade de pessoas revistas (visitantes, servidores, prestadores de serviço)	5.141.080
	Quantidade de veículos fiscalizados	1.709.138
	Quantidade de remessas/entregas de materiais entregues por correios/presencialmente inspecionados ("Jumbo" e "Sedex")	1.427.648
Ordem e Disciplina	Quantidade de Processo de sindicância disciplinar da pessoa presa instaurados	32.342
	Quantidade de Processo de sindicância disciplinar da pessoa presa finalizados com:	
	➤ Falta Leve	307
	➤ Media	5.163
	➤ Grave	17.305
	➤ Absolução	2.482
Atuação Operacional	Quantidade de presos escoltados (movimentações externas)	243.682
	Escortas realizadas (ordinárias, extraordinárias e interestaduais)	97.154
	Intervenções e ações táticas realizadas (GIR)	405
	Pessoas monitoradas por tornozeleira eletrônica (acumulado)	66.141
Apreensões	Quantidade de entorpecentes apreendidos (kg)	226,33
	Quantidade de itens não permitidos/ilegais apreendidos (uni.)	23.326



3.3 Atuação Estratégica da Polícia Penal (Decreto 69.228/2024 e Resolução SAP 128/2024)

ATUAÇÃO ESTRATÉGICA		
Período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2025		
AÇÕES		Quantidade
Direção-Geral	Normas e diretrizes institucionais elaboradas Normas sobre segurança das instalações, protocolos operacionais, rotinas administrativas, diretrizes padronizadoras emitidas, Grupos de Trabalho instituídos e Comissão instalados pela DGPP. → Inclui instituição dos símbolos da PPESP (brasão, bandeira, distintivo etc.), Padronização da apresentação pessoal em serviço, Regulamentações referente à Armas de Fogo etc. → Inclui Grupos de Trabalho para os Procedimentos Operacionais Padrão, Protocolo de Atenção Básica de Saúde e Comissão de Credenciamento para Exames Criminológicos etc.	14 Portarias Normativas
	Aprimoramento da infraestrutura de segurança de estabelecimentos penais Modernização, ampliação e adequações estruturais aprovadas ou executadas, observando normas de segurança e operacionalidade. → “Contato Zero”: estruturas de mecanização e automação física que diminuem o contato direto desnecessário entre Policiais Penais e custodiados. → Reforço Estrutural: melhorias concentradas na infraestrutura de segurança (pavilhões, portas de celas, grades, muros, muralhas).	04 Estabelecimentos Penais “Contato Zero” Implementado
	Visitas e Acompanhamentos Técnicos Verificações presenciais em estabelecimentos penais e instalações de interesse institucional.	07 Estabelecimentos Penais Reforço Estrutural Aplicado
	Comunicações e cooperações interinstitucionais realizadas Inclui intercâmbio de informações e ações integradas com órgãos estaduais, federais e entidades ligadas à execução penal, reuniões com autoridades e participação em eventos de difusão e compartilhamento de conhecimento.	11
	Pedidos de RDD analisados Total de processos de pedido de inclusão em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) recebidos e analisados (com parecer fundamentado e encaminhamento ao Diretor-Geral, quando cabível).	38
	Projetos estratégicos avaliados/acompanhados e indicadores implementados ou revisados Contagem de projetos estratégicos (planos institucionais, propostas de modernização, estudos técnicos, projetos de melhoria administrativa/operacional) avaliados, acompanhados ou subsidiados no ano e indicadores de desempenho implementados, revisados ou monitorados para às Coordenadorias Gerais subordinadas. → Inclui o Plano Pena Justa Estadual, Relatório Analítico – DEEX (PPESP/Tribunal de Justiça), Relatório Automatizado de Projeção de Preenchimento de Requisito Objetivo para Benefícios Penais e outros.	11
Direção-Geral Adjunta	Alterações de perfil carcerário implantadas Número de implantações ou alterações de perfil carcerário de estabelecimentos penais apoiadas/definidas (em consonância com diretrizes de arquitetura e segurança situacional).	09
	Ações judiciais de repercussão geral acompanhadas	11



	Total de ações judiciais com repercussão geral na esfera institucional acompanhadas, incluindo subsídios prestados à defesa do Estado e interfaces com a Procuradoria Geral do Estado.	150
Execução Penal	Guias de Remoções Processadas	40.008
	Total de autorizações expedidas para movimentações de pessoas privadas de liberdade, conforme deliberação das autoridades administrativas e judiciárias competentes.	
	Porte de armas particulares analisados	671
	Número de expedientes referentes à porte de armas particulares que foram analisados pelo Departamento de Segurança Penal.	
Administração Integrada	Procedimentos Licitatórios instruídos	12
	Inclui processos licitatórios finalizados (homologados/assinados), centralizados ou conduzidos como unidade de despesa, compreendendo compras, serviços e atas de registro de preços.	
	Contratos administrativos firmados ou renovados	37
	Inclui contratos, aditivos, prorrogações, repactuações e reajustes formalizados e publicados, com gestão/fiscalização designada.	
	Relatórios financeiros e propostas orçamentárias emitidos e ajustes executados	13
	Inclui relatórios orçamentários/contábeis e demonstrações de execução financeira emitidos (mensais e consolidados), prestações de contas processadas, propostas orçamentárias (anual/plurianual) elaboradas, limites financeiros aprovados, créditos/ajustes e autorizações de pagamento executadas.	
	Atendimentos de TI e serviços de sistemas executados	114.191.371
	Inclui chamados/suportes prestados, contas institucionais criadas/administradas, contratos de TI geridos, sistemas desenvolvidos/implantados e relatórios gerenciais de TI emitidos.	
	Atos de pessoal de evolução funcional expedidos	644
	Inclui títulos e apostilas de promoção, progressão, acesso e enquadramento expedidos pela área de evolução funcional.	
	Demandas judiciais de RH atendidas	18.375
	Inclui intimações/notificações cumpridas, informações técnicas produzidas para a PGE e obrigações de fazer acompanhadas no âmbito do Departamento de Demandas Judiciais.	
Ensino, Cultura e Pesquisa	Cursos de Formação Técnico-Profissional/Integração das Carreiras realizados	641 Turmas
	Total de cursos de Formação Técnico-Profissional ou de Integração das Antigas Carreiras ASP/AEVP executados (turmas concluídas).	16.971
	Cursos de Especialização/Aperfeiçoamento operacionais realizados	207 Turmas
	Quantidade de cursos de especialização e aperfeiçoamento (áreas estratégicas, táticas e operacionais) concluídos no período.	4.783
	Ações de capacitação gerencial realizadas (gestão prisional e afins)	08 Cursos
	Número de ações de capacitação voltadas a gestores, chefias e funções de direção (ex.: Curso de Capacitação em Gestão Prisional) concluídas.	2.614 participantes
	Alunos certificados em cursos da CECF	49.497
	Total de certificados emitidos (frequentes/aprovados) em cursos presenciais, híbridos e EaD no ano.	



	→ 17.621 certificados por participação presencial, 31.750 em EAD e 126 "híbrido", com a previsão de emissão de mais (130 mil) certificados, conforme o cronograma estabelecido.	
	Docentes credenciados/capacitados para atuação Número de docentes/instrutores credenciados e capacitados (novos ou recertificados) para ministrar aulas nos cursos da CECP.	1.038
	Materiais pedagógicos produzidos/atualizados Total de materiais didáticos (apostilas, vídeos, avaliações, planos de ensino etc.) produzidos ou revisados para cursos presenciais e EaD.	83
	Publicações e produtos de informação técnico-científica Quantidade de publicações (boletins, periódicos, resenhas, artigos, coletâneas, sumários, relatórios) editadas/divulgadas pela CECP/DPDI no ano.	94
	Movimentação do acervo e atendimentos de pesquisa Soma de itens incorporados ao acervo (aquisições/doações), empréstimos/consultas atendidas pela biblioteca e registros catalográficos atualizados.	2.400
	Parcerias, convênios e cooperações técnicas propostas/firmadas/ativas Número de convênios/cooperações instruídos, formalizados ou mantidos para ensino, pesquisa e desenvolvimento. → Parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP para a realização do 1º o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos e sua Aplicação na Polícia Penal	01
	Visitantes no Museu Penitenciário Número de pessoas que visitaram o museu penitenciário (Visitantes computados de 01 a 31 de janeiro de 2025).	350
Fala.SP	Manifestações recebidas e registradas na Plataforma Integrada e no e-mail faleconosco Inclui todas as manifestações recebidas (pela plataforma ou inseridas posteriormente quando recebidas por outros meios) e devidamente registradas para tramitação.	575
	Respostas conclusivas emitidas dentro do prazo legal Inclui manifestações com resposta conclusiva em até 30 dias (ou 60, quando prorrogado justificadamente), com notificação ao usuário.	511
Corregedoria	Visitas de inspeção e correições realizadas (ordinárias e extraordinárias) Inclui todas as inspeções e correições executadas em unidades da Polícia Penal, com emissão de relatórios e proposição de medidas de aprimoramento.	40
	Denúncias e representações recebidas e autuadas Inclui registros de denúncias/representações formalizados via telefone, disque-denúncia, sítio eletrônico ou protocolo físico, devidamente classificados, autuados e distribuídos.	2.811
	Procedimentos disciplinares instaurados Inclui todos os procedimentos administrativos abertos para verificação de possíveis irregularidades disciplinares funcionais.	281
	Procedimentos disciplinares concluídos com relatório final Inclui o total de apurações preliminares, sindicâncias e PAD encerrados no período, com relatório conclusivo e proposta de encaminhamento às autoridades competentes.	131
	Medidas cautelares representadas/aplicadas (art. 65, LC 1.416/2024) Inclui representações para aplicação, alteração ou cessação de medidas cautelares em procedimentos correccionais/disciplinar (ex.: afastamento cautelar), devidamente fundamentadas.	4



	Atos normativos, pareceres e instruções de padronização elaborados Inclui manuais, instruções normativas, pareceres, resoluções, precedentes consolidados e demais instrumentos para uniformização de procedimentos correccionais e administrativos.	20
	Avaliações de estágio probatório (confirmação ou não confirmação) analisadas (com manifestação) Inclui processos de estágio probatório com manifestação pela permanência ou não na carreira, assegurando contraditório e ampla defesa, submetidos à decisão superior.	27
Inteligência	Operações de inteligência realizadas Inclui operações específicas de busca/coleta (isoladas ou integradas com outros órgãos), missões externas e ações com equipes táticas coordenadamente executadas.	21
	Relatórios de inteligência emitidos Relatórios para consolidação de conhecimentos produzidos para subsidiar decisões estratégicas.	963
	Incidentes críticos monitorados/gerenciados pela Sala de Situação Inclui crises prisionais (motins, tentativas de fuga/resgate, eventos de grande risco) monitoradas ou geridas, com registro de ações e respostas.	258
	Escortas monitoradas (ordinárias e extraordinárias) Inclui escoltas acompanhadas em tempo real, com controle de status e segurança do transporte.	3
	Relatórios estatísticos e de situação produzidos Inclui boletins/relatórios periódicos com dados quantitativos (séries históricas, preferencialmente georreferenciadas) elaborados e informes diários/periódicos.	10
	Ações de contrainteligência executadas Inclui ações para identificar/neutralizar ameaças, proteção de dados/sistemas, verificações de segurança e medidas de salvaguarda.	5
	Intercâmbios de informação e apoio interagências Inclui trocas formais de informação e cooperação operacional com outros sistemas/órgãos de inteligência e segurança (PC, PM, PF, MP, Judiciário).	214
Comunicação	Pareceres e projetos de comunicação emitidos, matérias jornalísticas monitoradas, análises produzidas e relatórios e métricas de desempenho de comunicação Pareceres e projetos submetidos à Diretoria-Geral sobre comunicação, identidade visual, portais e perfis institucionais nas redes; matérias de interesse compiladas para divulgação interna e notas explicativas/análises, relatórios periódicos de resultados e desempenho das ações de assessoria e comunicação digital (métricas de canais, avaliações e análises). → Inclui o Manual de Marca da Polícia Penal, o Brasão Oficial e suas variações, Desenho da <i>Challenge Coin</i> da Polícia Penal, Plotagem das viaturas de Escolta, Transporte de Privado de Liberdade e GIR, Distintivo da Polícia Penal e outros.	16
	Notas à imprensa/publicações oficiais divulgadas Inclui notas, comunicados e materiais de divulgação institucional publicados nos meios oficiais (site, releases, boletins).	466
	Conteúdos digitais publicados nas plataformas institucionais Inclui posts, atualizações e peças informativas publicadas nas plataformas digitais da Polícia Penal, com linguagem adequada ao meio.	144



→ O principal meio de divulgação digital foi o Instagram, alcançando 15.400 seguidores. Isso representa uma evolução de 1.317,8% do ano passado para este, chegando ao alcance de 750 mil visualizações no mês.	
Atendimentos/demandas da imprensa e de comunicação respondidos Inclui atendimentos a veículos de imprensa, respostas a questionamentos enviados às plataformas digitais e suporte a relações públicas.	273
Eventos institucionais apoiados (cerimonial e protocolo) Inclui eventos/cerimônias com apoio operacional e logístico, condução de protocolo, mestre de cerimônias e acompanhamento de autoridades.	32
Campanhas e informativos de comunicação interna produzidos Inclui campanhas internas, boletins, publicações em canais privados e ações de divulgação a agentes públicos (cursos, parcerias, benefícios).	22
Registros audiovisuais e peças gráficas produzidos Inclui registros de imagem de eventos, vídeos editados sobre projetos/ações e peças gráficas aplicando a identidade visual institucional.	47

Obs.: o Decreto 69.228/2024, que Aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria da Administração Penitenciária e da Polícia Penal, entrou em vigor em 01/02/2025 e o Decreto 69.483/2025, que dispõe sobre a classificação institucional da Secretaria da Administração Penitenciária e da Polícia Penal nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado começou a produzir efeitos a partir de 02/05/2025.



SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento atua em três objetivos estratégicos do Governo do Estado de São Paulo no âmbito do PPA 2024-2027, contribuindo para o avanço da produção e das exportações do agronegócio paulista. Essa atuação é sustentada pelo estímulo a novas tecnologias no campo, pela adaptação às normas ambientais, pela ampliação da infraestrutura de distribuição, pela oferta de crédito ao produtor, pela simplificação de processos e pelo fortalecimento da assistência técnica, especialmente voltada aos pequenos agricultores, com vistas à redução da pobreza e da vulnerabilidade social no Estado. Além das iniciativas para garantia de renda, também foram promovidas oportunidades de trabalho e geração de recursos, por meio de capacitações, incentivo ao empreendedorismo e ações de regularização fundiária, particularmente nas regiões metropolitanas. O presente relatório está alinhado aos programas previstos no PPA 2024-2027 e apresenta os indicadores vinculados às principais ações governamentais **PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR**: O objetivo do Programa é garantir a sanidade e a qualidade da produção agropecuária de forma sustentável, assegurando a oferta de alimentos saudáveis e seguros à população e favorecendo o acesso aos mercados, por meio de um conjunto articulado de ações de educação, fiscalização e inspeção em defesa agropecuária. Os resultados obtidos pelo programa resultam das ações da Diretoria de Defesa Agropecuária, alcançando os indicativos constantes deste relatório. **PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2053 - Educação e Auditorias Sanitárias**: As ações educativas realizadas pela Diretoria de Defesa Agropecuária são estratégias utilizadas para a sensibilização e capacitação de profissionais, produtores e empresários do agronegócio sobre os programas de defesa agropecuária. Também é relevante a realização de treinamento contínuo do corpo técnico executor de Defesa Agropecuária, para que possa desempenhar suas atividades da melhor forma possível, mantendo a equipe sempre atualizada e capacitada. A realização de auditorias internas nas unidades serve como parâmetro para avaliar como as atividades estão sendo executadas e identificar os pontos fortes e os pontos fracos da instituição, fornecendo subsídios para que possamos estar em constante evolução, padronizando e aprimorando nossas ações e garantindo uma prestação de serviço de excelência para a sociedade.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE AÇÕES EDUCATIVAS E AUDITORIAS INTERNAS (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	565
NÚMERO DE AUDITORIAS INTERNAS (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	14
PERCENTUAL DE APROVEITAMENTO APÓS AÇÕES EDUCATIVAS. (%)	Relatórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	82%

PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2056 - Fiscalizações em Defesa Agropecuária: São as ações de fiscalização em sanidade animal, sanidade vegetal, inteligência, trânsito e análise de riscos de interesse agropecuário, caracterizadas pela fiscalização de caráter sanitário. Na área vegetal, realizada em estabelecimentos e propriedades rurais, viveiros e depósitos de mudas, bem como na fiscalização do comércio de agrotóxicos. Na área de Defesa Sanitária Animal, com enfoque em



espécies de interesse zootécnico consideradas de peculiar interesse do Estado, as fiscalizações são realizadas em estabelecimentos privados e/ou públicos, tais como propriedades rurais, revendas de produtos e insumos veterinários. Na área de inteligência, trânsito e análise de riscos de interesse agropecuário, caracterizada pelo trânsito de animais, seus produtos e subprodutos, no trânsito de vegetais, máquinas e implementos agrícolas e em eventos de concentração de animais. Os servidores da Diretoria de Defesa Sanitária Animal realizam as fiscalizações de acordo com o preconizado nos programas sanitários animal e vegetal, e pela Coordenadoria de Trânsito e Análise de Risco, com amparo nas legislações e atos normativos vigentes.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES EM DEFESA VEGETAL (unidade)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	18.495
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES EM DEFESA ANIMAL (unidade)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	42.174
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES EM TRÂNSITO E ANÁLISE DE RISCO (unidade)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	1.874
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES EM DEFESA AGROPECUÁRIA. (total/unidade)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	62.543
PERCENTUAL DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÕES DE DEFESA REALIZADAS (%)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	21,85618%

PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2139 - Inspeções em Defesa Agropecuária: Trata das ações de inspeção e certificação em estabelecimentos e produtos de origem animal e vegetal. A fiscalização da Inocuidade das Cadeias Produtivas contribui para oferta de produtos de origem animal e vegetal, saudáveis e seguros à população, consistindo em fiscalizações de caráter sanitário realizadas em propriedades rurais, quanto ao uso de agrotóxicos e em estabelecimentos que produzem e manipulam produtos de origem animal e vegetal. A CDA realiza fiscalização dos atores envolvidos no processo de produção e processamento de alimentos de acordo com o preconizado no Programa Estadual de Inocuidade de Alimentos e do Programa Estadual de Vigilância dos Agrotóxicos e Afins. O Serviço de Inspeção de São Paulo-SISP é o responsável por conferir e atestar o emprego de autocontroles e boas práticas de fabricação e coleta de amostras fiscais que serão processadas em laboratórios credenciados. São atualmente 809 estabelecimentos junto ao SISP, sendo 93 abatedouros frigoríficos, 331 unidades de beneficiamento de carnes e derivados, 206 unidades que beneficiam o leite e seus derivados, 66 unidades para pescados e derivados, 74 que unidades que beneficiam ovos e 46 para mel e produtos da abelha, estabelecendo o SISP como o maior Serviço de Inspeção Estadual do Brasil. O ano de 2025 bateu recorde de registro de estabelecimentos, devido principalmente às medidas de desburocratização adotadas pela Defesa Agropecuária, em especial junto aos produtos e produtores artesanais. Ao total, foram 149 registros, e o ano ainda não se encerrou. A integração de São Paulo ao Sistema Brasileiro de Inspeção-SISBI, também teve seu melhor ano com 24 estabelecimentos integrados, ante 27 desde seu início em 2022. Outro motivo para esses recordes está relacionado a criação da Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem



Animal e Vegetal-CIPOAV. Com a criação da Defesa Agropecuária e a reestruturação que se seguiu, o CIPOAV passou a contar com estrutura mais robusta e maior número de colaboradores, o que vem se refletindo em celeridade no atendimento aos produtores e saudabilidade para os consumidores. No âmbito da Inspeção de produtos vegetais, tivemos a publicação da lei 18.154 em 5 de junho desse ano, que normatiza o Serviço de Inspeção para Produtos de Origem Animal no estado e, o Decreto do mesmo tema, encontra-se já aprovado pela Consultoria Jurídica da Pasta da SAA, e aguarda aprovação para ser enviada à ALESP.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE INSPEÇÕES EM DEFESA AGROPECUÁRIA REALIZADAS (total/unidade)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	2.141
PERCENTUAL DE CONFORMIDADE EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS ANÁLISES (%)	Relatórios do Sistema da Coordenadoria de Defesa Agropecuária	83,69833%

PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2154 – Segurança e educação alimentar: Tratam de ações de Segurança Alimentar e Nutricional, de campanhas educativas (produção e disponibilização de materiais educativos de conscientização), elaboração, apoio, fomento, revisão e monitoramento das políticas em Segurança Alimentar, através do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e da Assessoria de Segurança Alimentar.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM AÇÕES DE CONFERÊNCIA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Segurança Alimentar	0
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM MATERIAIS EDUCATIVOS DISPONIBILIZADOS (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Segurança Alimentar	65.013

Dados apurados até 30/08/2025, visto que a base para cálculo do indicador é quadrimestral. O sistema SIMPPA será alimentado com os dados relativos ao 3º quadrimestre até 20/01/2026.

PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2159 - Abastecimento da População com Produtos Hortícolas /Valoração dos Circuitos: Trata de ações para garantir o abastecimento da população com produtos hortícolas de qualidade e valorizar os circuitos locais e regionais, fomentando a criação de serviço de assistência técnica voltada à cadeia intermediária entre produtores e entrepostos de abastecimento alimentar de forma a aperfeiçoar processos de controle de qualidade, rastreabilidade e mitigação das perdas decorrentes do processo logístico, criar novos canais de abastecimento alimentar e modernizar aqueles já existentes, com a consolidação de sistemas agroalimentares. Em 2025 deu-se continuidade aos estudos de aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimentos, visando adequações dos atuais modelos, bem como desenvolvimento de proposta de inovação da ideia de operacionalização dos entrepostos. Também foi mantida a continuidade de dois projetos de comercialização alternativa aos modelos atuais, a saber: (1) Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor, instituído pelo Decreto nº 50.808/2006, que cria canais fixos para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais oriundos do agricultor de pequena propriedade organizado em cooperativas; e (2) Plataforma ABASTECE SP (<https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/ica/compras-publicas/consulta>). Em 2025, no período de



janeiro a agosto, o volume de produtos comercializados no canal do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor implementado no Espaço Jabaquara localizado em terreno da SAA ao lado do Terminal EMTU / Estação Metrô Jabaquara, foi de 2.172 toneladas, atendendo 189.300 pessoas. A abaixo traz apresenta maiores detalhes acerca do desempenho do Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor em 2025. Se mantida a aparente tendência, o volume comercializado em 2025 deve atingir a cifra de 3.150 toneladas, cerca de 4% inferior ao volume comercializado em 2024. Essa redução foi consequência da decisão de repassar à Secretaria de Segurança Pública parte do terreno onde são realizadas as feiras do Projeto, no bairro do Jabaquara, em São Paulo (Decreto nº 68.192/2023).

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE CANAIS ABASTECIMENTO FÍSICOS E VIRTUAIS CRIADOS (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios	596
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELOS CANAIS DE ABASTECIMENTO (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios	189.300

Dados apurados até 30/08/2025, visto que a base para cálculo do indicador é quadrimestral. O sistema SIMPPA será alimentado com os dados relativos ao 3º quadrimestre até 20/01/2026.

Para o indicador Número de Canais de Abastecimento Físicos e Virtuais, o resultado anual do produto se deu até o presente momento da seguinte forma: 1º Quadrimestre – Canal Físico: 1 – Canal Virtual: 314; 2º Quadrimestre – Canal Físico: 1 – Canal Virtual: 281; 3º Quadrimestre – Canal Físico: 1 – Canal Virtual: 210. Já para o indicador Número de Beneficiários Atendidos pelos Canais de Abastecimento, o resultado anual do produto se deu até o presente momento da seguinte forma: 1º Quadrimestre – Nº de beneficiários atendidos: 108.850; 2º Quadrimestre – Nº de beneficiários atendidos: 80.450; 3º Quadrimestre (até 31/10/2025) – Nº de beneficiários atendidos: 43.350. **PROGRAMA: 1316 – DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR - Produto 2678 – Inclusão produtiva e combate à insegurança alimentar:** Trata de ações de capacitação de agentes multiplicadores por meio da realização de cursos, palestras, treinamento e eventos educativos, focando na geração de renda, no combate ao desperdício, na adequada manipulação dos alimentos e na conscientização de práticas alimentares saudáveis e equilibradas junto ao Projeto COZINHALIMENTO. O Projeto inclui a unidade móvel, a Carreta do Cozinhamento, que amplia seu alcance e mobilidade, levando qualificação gratuita a municípios que ainda não possuem unidades físicas, fortalecendo o compromisso do Governo de SP com a formação técnica e a geração de renda no campo e na cidade.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM O PROJETO COZINHALIMENTO (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Segurança Alimentar	22
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Segurança Alimentar	10.503

Dados apurados até 28/11/2025. O sistema SIMPPA será alimentado com os dados relativos ao mês de dezembro 20/01/2026.

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Este programa tem como finalidade promover a adoção de práticas produtivas sustentáveis, fortalecendo a competitividade dos agricultores paulistas. A execução das iniciativas necessárias para o cumprimento dos indicadores estabelecidos



é realizada por diferentes órgãos da SAA, como o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), a Assessoria de Gestão de Convênios, o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), a Subsecretaria de Abastecimento, a CATI e a CDA. Considerando as especificidades das regiões do Estado, foi definido um indicador regionalizado, referente ao quantitativo de imóveis rurais regularizados, em conformidade com a Lei nº 12.651/2012. PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2028 – Atendimento a proprietários rurais para regularização ambiental: Trata de ação para viabilização do atendimento aos proprietários rurais para a regularização ambiental de seus imóveis no estado de São Paulo, de acordo com a legislação vigente, para a adequação ambiental de imóveis rurais, Programa de Regularização Ambiental (PRA). As ações da CATI em 2025 abrangeram diversos aspectos-chave da regularização ambiental no estado de São Paulo. Houve participação ativa nos trabalhos de apoio ao produtor rural na revisão da inscrição e retificação dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR), análise técnica e validação do CAR no sistema SICAR/SP. Além disso a CATI atuou diretamente nos processos de regularização ambiental com o apoio no preenchimento dos módulos IARA, MRA e PRA. Esse esforço se estendeu também à análise dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), buscando integrar de forma abrangente as diversas etapas da regularização ambiental das propriedades rurais no estado. Além das análises e andamentos dos casos judicializados por meio dos processos recebido do MPSP e TJSP.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto 2025
NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS COM ATENDIMENTO CONCLUÍDO (unidade)	Relatórios da CATI – relatório SICAR-SP	118.242*
PERCENTUAL DE IMÓVEIS RURAIS COM TERMO DE COMPROMISSO ASSINADO. (%)	Relatórios da CATI – relatório SICAR-SP	0,94%**

*Fonte: SICAR-SP

**554 em regularização ambiental/58.691 aguardando regularização ambiental

Os dados estão apresentados nos tópicos a seguir:

Indicadores	2024	2025	Variação
CADASTROS INSCRITOS NO SICAR/SP	431.340	461.451	6,98%
CADASTROS CANCELADOS (POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA)	14.003	4.213	-69,91%
CADASTROS ATIVOS	417.337	442.950	6,14%
CADASTROS COM ANÁLISE REALIZADA NO SISTEMA	388.565	395.876	1,88%
CADASTROS EM ANÁLISE PELOS TÉCNICOS (AGUARDANDO ATENDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO)	2.800	4.223	50,82%
ANÁLISES VERIFICADAS PELO PRODUTOR	355.963	361.761	1,63%
CADASTROS VALIDADOS	88.336	109.669	24,15%

Fonte: Painel Público da Regularização Ambiental de Imóveis Rurais

Validação de Cadastros - Em 2025, foram validados 109.669 cadastros, representando aumento 24,15% em relação à 2024. **Cadastros analisados pelos técnicos** - A análise dos cadastros pelos técnicos da CATI apresentou crescimento expressivo em 2025, passando de 3.832 cadastros analisados em 2024 para 8.426 em 2025 — um aumento de 4.594 cadastros, o que representa crescimento aproximado de 120%. Esse resultado demonstra o esforço concentrado da equipe técnica para avançar na regularização ambiental das propriedades rurais no Estado de São Paulo. **Verificação de Análises**: Em 2025: 25.207 produtores acessaram o SICAR/SP para verificarem as análises. **Atendimentos das demandas do FaleCAR**: Em 2025: 15.030 atendimentos. PROGRAMA:



1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2029 – Agro Paulista + Verde: O projeto Agro Paulista Mais Verde, aprovado junto à COFIEIX, em 18/06/25, encontra-se em fase de preparação junto ao Banco Mundial, para assinatura do Acordo de Empréstimo e início de execução no campo. Prevê ações de planejamento de territórios rurais para intervenção em sistemas produtivos sustentáveis, visando conservação do solo, água e biodiversidade para uma agricultura mais resiliente às mudanças climáticas. Apoiará organizações de produtores rurais familiares e microempreendedores individuais para agregar valor à produção agropecuária e ter facilitado o acesso ao mercado, disponibilizando assessoria e capacitação em gestão, investimentos em infraestrutura e tecnologia, visando o fortalecimento e dinamização da economia local e regional. Também desenvolverá uma ação junto às comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras visando apoio ao desenvolvimento cultura, social e econômico desses grupos mais vulneráveis. **PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2042 – Atendimento aos Produtores com Insumos Estratégicos:** Produção de insumos estratégicos (sementes, mudas de espécies frutíferas e florestais nativas) de qualidade.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
ÁREA PLANTADA VIABILIZADA PELOS INSUMOS ESTRATÉGICOS DISPONIBILIZADOS. (ha)	Relatórios da CATI Sementes e Mudas	10.450

As atividades da CATI Sementes e Mudas são desenvolvidas e alinhadas de acordo com o Programa 1317 – Produção Sustentável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tendo como produto no PPA 2024-2027 o ATENDIMENTO AOS PRODUTORES RURAIS COM INSUMOS ESTRATÉGICOS DE QUALIDADE e como indicador a área plantada viabilizada pelos insumos estratégicos disponibilizados. Insere-se na estratégia de garantir às cadeias produtivas da agropecuária paulista o acesso às sementes, mudas e outros insumos estratégicos com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social. Sementes comercializadas até primeiro de dezembro das seguintes espécies: milho, sorgo, girassol, aveias, nabo forrageiro, guandu, painço e feijão, totalizando aproximadamente 189 toneladas de sementes, volume inferior ao de anos anteriores em virtude dos problemas climáticos que impactaram diretamente na produtividade dos campos, gerando uma receita de mais de R\$ 1,5 milhão e uma área plantada de 10.000 hectares. As unidades de beneficiamento de sementes de Avaré, Fernandópolis, Paraguaçu Paulista e o Centro de Produção de Ataliba Leonel, em Manduri, receberam o volume aproximado de 1.400 toneladas de sementes e beneficiaram um volume aproximado de 700 toneladas. O laboratório de Campinas (DLSM) realizou 4.708 análises em 1.552 amostras, lembrando que o MAPA renovou o contrato com a CATISM para análise de 800 amostras provenientes da Fiscalização Federal. A Divisão de Mudas ampliou a produção de embalagens biodegradáveis de mudas com a instalação de um novo equipamento na unidade de Tietê, totalizando 560 mil ecopotes, sendo 60 mil no tamanho de 50 mm e 500 mil no tamanho de 80 a 120 mm, evitando que o mesmo número de resíduos de embalagens plásticas viesse a contaminar o meio ambiente. No ano de 2025 até dezembro foram comercializadas 499.800 mudas de espécies nativas, silvestres e comerciais, que equivale a aproximadamente 450 ha de área de recomposição de áreas degradadas e pomares comerciais no Estado. Produzimos 300.000 matrizes de novos cultivares de morango micro propagadas, gerando 7,5 milhões de mudas, atendendo a demanda dos produtores de matrizes da região de Jarinu e Atibaia. O Programa de Melhoramento do Nelore Mocho participou da prova de ganho de peso a pasto na Unidade da APTA de Andradina, conquistando o primeiro lugar entre os animais



participantes. Durante o ano de 2025 tivemos o nascimento de 55 bezerros que serão futuros reprodutores da raça e 94 vacas inseminadas. Atendemos as 40 regionais com 192 pontos de venda distribuindo sementes e realizando a entrega de mudas, ramas de batata doce e mandioca, além da participação em eventos regionais com a demonstração dos produtos da CATISM. Nesse ano tivemos a implantação efetiva do sistema de vendas e controle de estoque “Market up” que tornou a gestão dos pontos de venda mais ágil e a emissão de relatórios e nota fiscal mais rapidamente e com maior detalhamento, as vendas por esse sistema chegaram aos primeiros meses a R\$ 5.381.800,00, tornando-se uma importante ferramenta para comercialização de insumos. **PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2045 – Apoio a produtores, associações e cooperativas com assistência técnica e extensão:** Ação de fornecimento de capacitação, elaboração de projetos de crédito e subvenção econômica e prestação de assistência técnica aos produtores rurais e suas organizações, incluindo os sindicatos patronais rurais, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais da extensão rural. Ações de assistência técnica, extensão rural e apoio às organizações rurais para agricultura sustentável.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto 2025
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS COM CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. (unidade)	Relatórios da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	126.401
PERCENTUAL DE CAPACITAÇÃO PARA PÚBLICO EXTERNO. (%) Atendimentos de ATER	Relatórios da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	88,05%
Número de atendimentos realizados pela CATI conforme o público.		
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA CATI CONFORME O PÚBLICO		
Beneficiário	Atendimentos	
CATI	26.483	
Comunidade Tradicional	1.244	
Entidade não Governamental	3.859	
Funcionário da CATI	30.862	
Iniciativa Privada	11.287	
Organização Rural	2.511	
Poder Público	44.046	
Produtor Rural	192.435	
Produtor Urbano	4.435	
TOTAL	317.162	

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA) e Sistema de Gestão de ATER (SIGATER), até novembro de 2025.

Considerando o total de atendimentos realizados pela CATI (317.162) com o público interno e externo, estes foram distribuídos em várias atividades, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados. O Centro de Treinamento da CATI, é responsável pela organização, gerenciamento e apoio didático-pedagógico das capacitações do corpo técnico da Instituição e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais. Oferece oportunidade de estágio curricular obrigatório, não remunerado, para alunos de Instituições de Ensino Técnico e Superior (públicas e privadas), visando o aperfeiçoamento técnico-científico-profissional e a promoção da integração Instituição de ensino-comunidade, contribuindo para a implementação da missão da CATI. Em 2025, as atividades realizadas aconteceram de forma



presencial e/ou virtual. Destas, o Centro de Treinamento certificou 226 atividades, atendendo ao processo de capacitação de técnicos e produtores. Com a responsabilidade pela organização, gerenciamento e apoio didático-pedagógico das capacitações do corpo técnico da Instituição e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais, neste ano o público total capacitado foi de 13.301. Público externo e interno capacitados em 2025.

Público Capacitado	Quantidade
Produtores rurais e familiares	4.676
Indígenas e quilombolas	8
Público estratégico	4.568
Público operacional	3.895
Estágio curricular*	2
Participação em eventos técnico-científicos**	152
TOTAL PÚBLICO CAPACITADO	13.301

* Estágios finalizados.

** Atividades realizadas por outras Instituições.

Fonte: Serviço de Treinamento/CATI.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO RURAL – CECOR - O CECOR é a unidade responsável pela comunicação rural da CATI, englobando a editoração e formatação de materiais técnicos voltados tanto à rede quanto ao público, com textos adaptados para compreensão em geral. São publicações que obedecem às normas da ABNT e contam com ISSN (Boletins, Manuais, Documentos, Instruções Práticas, Impressos Especiais, Notas Técnicas, entre outros). Há alguns anos, o CECOR assumiu, também, a área de assessoria de imprensa, e passou a elaborar reportagens, releases, roteiros de vídeo técnico para atender à demanda, além de textos para folders, banners, cartazes, convites e artes para eventos técnicos, capacitações ou lançamentos. Todas as atividades do CECOR caminham lado a lado e têm o intuito de promover a extensão rural no Estado de São Paulo e são executadas em parceria ou não com outros órgãos da SAA. Comunicar-se com nosso público em especial não significa apenas entregar um conteúdo em vários formatos, seja institucional ou técnico. Comunicação rural significa trabalhar junto aos técnicos para promover o desenvolvimento dos produtores rurais e suas atividades, fomentando os programas e projetos da instituição, a atualização dos técnicos e informando todo tipo de público, seja rural ou urbano, na temática da agropecuária paulista. O CECOR, além de produzir material para a CATI, também atua no suporte à equipe de comunicação da SAA/SP, auxiliando na produção de vídeos, reportagens, releases e cobertura de eventos. Período contabilizado de 1.º de janeiro a 30 de novembro 2025. **REDES SOCIAIS:** A CATI dispõe notícias e eventos no Instagram, Facebook e LinkedIn.

INSTAGRAM

Visualizações	620.8 mil
Interações com o conteúdo	11.6 mil
Visitas ao perfil	14 mil
Novos seguidores	3.8 mil
Total de seguidores	9.004

FACEBOOK

Visualizações	163.1 mil
Interações com o conteúdo	6.1 mil
Visitas ao perfil	7 mil
Novos seguidores	276
Total de seguidores	4.941

LINKEDIN



Visualizações	2.067 mil
Interações com o conteúdo	2.009 mil
Visitas ao perfil	1.023 mil
Novos seguidores	864
Total de seguidores	3.675

Tabela Comunicação

COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE
Artes produzidas	599
Notícias: reportagens, releases e atendimento à imprensa	564
CATI Conecta: boletim digital	25
Revisão: materiais diversos, reportagens, artes, manuais, boletins, etc.	396
Clipping: Inserções no site "CATI na Imprensa"	2.129
Boletins e Levantamentos referentes à agrometeorologia	4

PUBLICAÇÕES: *Impresso Especial* - Percepção de Consumidores do Estado de São Paulo na Decisão de Compra de Cafés; *Documento Técnico 136 PANC* - Plantas Alimentícias não Convencionais; *Boletim Técnico 254 Frutas Vermelhas* - Implantação das Culturas de Amora-Preta, Framboesa e Mirtilo no Estado de São Paulo; *CATI Responde 65* - Projeto Pinhão SP: clones selecionados pela CATI preservam material genético da araucária; *Documento Técnico 135* - Inovações tecnológicas para a cultura da bananeira nas regiões centro-sul e oeste do Estado de São Paulo; *Guia Prático Tupinambo* - Saúde e nutrição em um único alimento; *Instrução Prática 271* - Mandioca - Processamento Artesanal e Preparações Culinárias; *Instrução Prática 280* - Licores Artesanais - Desvendando os segredos para a excelência dos sabores; *CATI Responde 64* - Pecuária de Corte - A importância da genética do touro em rebanhos de corte ;*CATI Responde 63* - Cafeicultura paulista e a alta de preços do café. **SEÇÃO TÉCNICA DE IMAGENS** - Período contabilizado de 1.º de janeiro a 30 de novembro 2025.

YOUTUBE

Vídeos produzidos	98
Visualizações	221.8 mil
Tempo de exibição (horas)	15.5 mil
Novos inscritos	2.2 mil
Total de inscritos	22.049 mil
Lives	22
Visualizações nas lives	27.5 mil

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2216 – Rotas Rurais – Propriedades rurais mapeadas, endereçadas e conectadas: Atividades para a promoção do acesso da população rural a serviços públicos como saúde, segurança e educação além de ações para garantir a competitividade da produção rural através do endereçamento dos estabelecimentos e roteamento das estradas da zona rural do estado de São Paulo, com a disponibilização de banco de dados para desenvolvimento territorial como ferramenta de elaboração de políticas públicas assertivas.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE ENDEREÇOS RURAIS ENTREGUES (unidade)	Relatórios do Instituto de Economia Agrícola	171.601
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM O PROGRAMA ROTAS RURAIS IMPLANTADO (unidade)	Relatórios do Instituto de Economia Agrícola	309

Rotas Rurais - O endereço oficial mediante tecnologia avançada, tomando como apoio, informação e geolocalização reunidas em uma única plataforma de acesso remoto em parceria com o Google e a sua ferramenta Plus Codes cada propriedade rural poderá ser localizada facilmente. Em novembro



de 2023 foi promulgada a Lei nº 17.834/2023 que instituiu o Endereço Rural Digital (ERD), produzido pelo Programa Rotas Rurais, como o endereço oficial da população residente e demais estabelecimentos agropecuários em áreas rurais do Estado de São Paulo. A partir da vigência da lei o sistema de endereçamento se tornou ainda mais relevante e gerou interesse de outras Unidades Federativas. A partir do endereçamento e do roteamento realizado, diversas instituições, associações, institutos de pesquisa, entre outros, contataram o Instituto de Economia Agrícola (IEA) para execução conjunta de diversos trabalhos: o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) realizou trabalho conjunto nas estradas rurais do estado com o objetivo de estabelecer regras para definição de quais estradas rurais necessitam de alguma manutenção, tomando como parâmetro os resultados do Programa Rotas Rurais; O Programa Rotas Rurais está em parceria com a SEMIL/SABESP realizando um censo rural em 371 municípios paulistas com o objetivo de entender as necessidades das áreas rurais para ajudar os gestores públicos a planejar ações e investimentos mais eficazes nos municípios. Com isso, o Programa Rotas Rurais auxilia a localizar as propriedades rurais que não estão conectadas às suas redes de tratamento e de fornecimento de água. Na parceria do Programa Rotas Rurais com o ITESP está sendo fornecido endereços a todos os lotes legalizados dos assentamentos do Estado. O Programa Rotas Rurais é a base informacional do Acordo de Cooperação Técnica assinado pela SAA para a execução do projeto AL-Invest Verde que será financiado pela União Europeia e tem como objetivo promover o crescimento sustentável e a criação de empregos no Brasil e em mais 17 países da América Latina. A iniciativa visa apoiar as micro e pequenas empresas latino-americanas na transição para uma economia circular, eficiente em termos de recursos, com baixa emissão de carbono e baseada em inovação e digitalização. Nesse sentido o Programa Rotas Rurais também é a base informacional do acordo de cooperação técnica entre a SAA e SSP; Especificamente no Estado de São Paulo superamos a marca de 350.000 endereços gerados e implementamos inteligência artificial no sistema para identificação e geolocalização de estruturas prediais em todo o ambiente rural paulista. A partir disso, a equipe do Programa está em tratativa para implementar a tecnologia de geolocalização e roteamento para outros estados. SEMEAR – Projeto do IEA em parceria com a EMBRAPA para constituição de centros virtuais orientados a problemas específicos e com impacto social e econômico. Sua missão é atuar na pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias emergentes visando à inclusão de pequenos e médios produtores rurais, entre as ações realizadas no ano de 2025, estão o diagnóstico e escolha de local para a Estação Rádio Base, tecnologia para fornecer conectividade de alta disponibilidade a produtores e propriedades rurais; montagem da torre, instalação de antenas e conexão backbone nos municípios de Alto Alegre, Lagoinha e Jacupiranga; integração de rede e ativação da Estação Rádio Base. Foram instaladas 5 antenas em propriedades do município de Alto Alegre para conectividade, com isso busca-se a integração desses dados em um painel de controle consolidando essas informações de conectividade rural para o Estado de São Paulo e destacando as áreas para atuação prioritária em políticas públicas. **PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL Produto: 2236 – Segurança no Campo - AGRO SP + SEGURO – SEGURANÇA NO CAMPO:** O Programa tem por objetivo promover e estimular ações de segurança no campo aos moradores, produtores rurais, representantes dos municípios, sociedade civil e autoridades, incluindo a transferência, pelo Estado, de veículos e/ou equipamentos adequados para a vigilância e combate a queimadas no campo. Em 2025 foram celebrados 20 novos convênios, em parceria com a Defesa Civil, possibilitando a distribuição de 20 caminhões pipas para municípios paulistas beneficiados. Ressaltamos que foram entregues 10 equipamentos decorrentes de celebração de convênios do exercício de 2024, totalizando as entregas em 30 equipamentos em 2025. Vale lembrar que os lançamentos para o produto ocorrem quadrimestralmente, o que poderá gerar divergência na



informação visto que existem pendências de lançamento deste último quadrimestre. **PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2240 – Crédito rural para desenvolvimento sustentável:** Ação para prestação de apoio financeiro por meio de financiamento pelo FEAP visando o desenvolvimento do agronegócio paulista, com a concessão de crédito rural.

Indicadores do Produto	Resultado Anual do Produto JAN-NOV/2025
NÚMERO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS AOS PRODUTORES RURAIS (unidade)	921
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO (unidade)	882

Fonte: FEAP/Desenvolve SP

Programas e Projetos de Financiamento de Investimento: O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar - FEAP/BANAGRO, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com base em estudos que apontam necessidades regionais no Estado de São Paulo, elabora e dispõe de diversas linhas de crédito, cujos recursos são destinados a apoiar programas e projetos amparados por tecnologias modernas e funcionais ou por necessidade de demanda do mercado consumidor, permitindo ao produtor rural diversificação e atualização de sua produção, visando à melhoria de sua renda. Em 2025, até o final do mês de novembro, foram pagas operações de investimento amparadas nos seguintes Projetos: Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista; Aquicultura e Pesca Sustentável Paulista; FEAP Mulher Agro SP; Agricultura Sustentável; Pecuária de Corte; Leite Agro SP e Orgânicos Agro SP. Esses projetos foram implementados exclusivamente para atender pequenos e médios produtores rurais pessoas físicas e jurídicas, pescadores artesanais, suas associações e cooperativas de produtores rurais. Até o fim do mês de novembro de 2025 foram liberadas 852 operações, totalizando um valor de R\$ 69.911.284,27. Além destas tivemos, também, dois projetos de Crédito Emergencial: um para apoio a pescadores e piscicultores artesanais afetados com a mortandade de peixes no Rio Tietê e afluentes, e outro para produtores de mandioca com lavouras infestadas por mosca branca, na região do extremo oeste paulista. Para ambos os projetos foram contratadas 69 operações, totalizando o valor de R\$ 1.020.000,00.

PROJETOS DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO EXECUÇÃO JAN-NOV/2025		
PROJETO	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR LIBERADO (R\$)
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	304	R\$ 38.335.192,38
PROJETO AQUICULTURA E PESCA SUSTENTÁVEL	21	R\$ 3.063.449,50
MULHER AGRO SP	370	R\$ 10.578.596,01
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	66	R\$ 9.144.410,82
PECUÁRIA DE CORTE	32	R\$ 3.105.406,03
LEITE AGRO SP	46	R\$ 4.197.081,30
ORGÂNICOS AGRO SP	13	R\$ 1.487.148,23
CRÉDITO EMERGENCIAL – AQUICULTURA E PESCA ARTESANAL - RIO TIETÊ E AFLUENTES	36	R\$ 195.000,00
CRÉDITO EMERGENCIAL – PRODUTORES DE MANDIOCA – EXTREMO OESTE PAULISTA	33	R\$ 825.000,00
TOTAL	921	R\$ 70.931.284,27

Fonte: FEAP/Desenvolve SP



PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2242 – Subvenção econômica para o desenvolvimento rural sustentável: Ação de prestação de apoio financeiro através de subvenção econômica pelo FEAP, visando o desenvolvimento do agronegócio paulista, com foco na sustentabilidade econômica, ambiental e social, com a concessão de subvenções aos produtores rurais.

Indicadores do Produto	Resultado Anual do Produto
	JAN-NOV 2025
NÚMERO DE SUBVENÇÕES CONCEDIDAS AOS PRODUTORES RURAIS (unidade)	14.493
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS COM SUBVENÇÕES RURAIS (unidade)	9.797

Fonte: Relatórios do Sistema de Subvenções do FEAP

Projetos de subvenções econômicas concedidos pelo FEAP têm por objetivo estimular o desenvolvimento de setores específicos da economia do Estado de São Paulo, em especial as cadeias do agronegócio, sob forma de benefícios concedidos a produtores rurais e pescadores artesanais, bem como suas associações e cooperativas, na forma de subvenções. Atualmente dispomos dos seguintes projetos de subvenção: FEAP SP - Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural; FEAP PSA - Projeto de Pagamentos por Serviços Ambientais e Projeto FEAP SP - Pró-Trator e Implementos.

PROJETOS DE SUBVENÇÕES ECONÔMICAS EXECUTADO JAN-NOV/2025		
PROJETO	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR LIBERADO (R\$)
PROJETO ESTADUAL DE SUBVENÇÃO DO PRÊMIO DE SEGURO RURAL	13724	72.514.124,82
PSA – PROJETO DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	277	6.346.511,89
PRÓ-TRATOR E IMPLEMENTOS	492	16.208.985,47

Fonte: Relatórios do Sistema de Subvenções do FEAP

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2281 – Sistema estadual de desenvolvimento rural sustentável: Ações para promover convênios e parcerias com as prefeituras para promover a oferta de alimentos saudáveis, modernizar a infraestrutura do campo, incentivar a otimização dos recursos naturais, preservando o meio ambiente e estimular a agregação de valor e a competitividade dos produtos agropecuários e agroindustriais paulistas.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONVENIADOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL (unidade)	Relatórios da Assessoria de Gestão de Convênios e Parcerias	106
NÚMERO DE INSTRUMENTOS FIRMADOS PARA COMPARTILHAMENTO DE BENS E REPASSE DE RECURSOS (unidade)	Relatórios da Assessoria de Gestão de Convênios e Parcerias	183

PARCERIA ESTADO – MUNICÍPIO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL, LOCAL E REGIONAL: De acordo com o Decreto Estadual nº 64.467/2019, o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRUS) tem como finalidade promover a elaboração e a execução de planos de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial no Estado de São Paulo, em consonância com as diretrizes da política pública “Cidadania no Campo – 2030”, estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 64.320/2019, por meio de ações integradas com os municípios parceiros. Seus objetivos abrangem a integração dos serviços de assistência técnica e extensão rural, o incentivo à evolução tecnológica, a orientação aos



agronegócios e demais ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária. A implementação do Sistema ocorre mediante a formalização de convênios entre o Estado, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e os municípios. Essa parceria prevê o compartilhamento de bens — como Casas da Agricultura e veículos oficiais — articulado com outras entidades afins, compondo um sistema de apoio aos produtores rurais. A execução das políticas públicas municipais, estaduais e federais ocorre por meio de programas, projetos e ações previstos nos respectivos Planos de Trabalho. Além do compartilhamento de bens, as prefeituras certificadas no SEDRUS recebem recursos financeiros para aplicar no desenvolvimento rural local, conforme a classificação anual do Programa Município Agro – Ranking Paulista. No exercício de 2025, até a data de elaboração deste relatório, foram celebrados 106 convênios para compartilhamento de bens móveis e imóveis e 64 convênios destinados à transferência de recursos financeiros. Também foram firmados 14 termos aditivos para prorrogação do prazo de vigência de convênios em execução. Ressalta-se que, até o final de dezembro, estima-se a celebração de 8 novos convênios de repasse de recursos e 40 termos aditivos para ampliação dos prazos de vigência. Vale lembrar que os lançamentos para o produto ocorrem trimestralmente, o que poderá gerar divergência na informação visto que existem pendências de lançamento deste último trimestre.

PARCERIA ESTADO – MUNICÍPIO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL, LOCAL E REGIONAL - A parceria entre o Estado de São Paulo e os municípios, no âmbito do desenvolvimento rural, está fundamentada no Decreto Estadual nº 64.467/2019, que instituiu o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRUS). O Sistema tem como finalidade promover a elaboração e execução de planos de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, alinhados às diretrizes da política pública “Cidadania no Campo – 2030” (Decreto nº 64.320/2019), por meio de ações integradas com os municípios parceiros. Entre seus objetivos, destacam-se: a integração dos serviços de assistência técnica e extensão rural; o incentivo à evolução tecnológica; a orientação ao agronegócio; o apoio às demais ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária.

Convênios e Compartilhamento de Bens - A operacionalização do SEDRUS ocorre mediante convênios firmados entre a SAA e os municípios, que viabilizam o compartilhamento de bens móveis e imóveis — como Casas da Agricultura e veículos — articulado com outras entidades afins, compondo uma rede de apoio aos produtores rurais. Além da cessão de bens, os municípios certificados podem receber recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento rural local, conforme sua classificação anual no Programa Município Agro – Ranking Paulista. No exercício de 2025, até a data deste relatório, foram celebrados: 106 convênios para compartilhamento de bens; 64 convênios para repasse de recursos financeiros; 14 termos aditivos de prorrogação de vigência. Estimativas até dezembro de 2025 indicam a celebração de mais 8 novos convênios de repasse e 40 termos aditivos. Ressalta-se que os lançamentos são trimestrais, podendo haver divergências devido às pendências do último trimestre.

Município Agro – Ranking Paulista: Os municípios que aderem ao Sistema podem participar do Município Agro – Ranking Paulista, que incentiva a elaboração e implementação de políticas públicas agropecuárias mediante critérios técnicos de avaliação. A pontuação é atribuída conforme: cumprimento das diretrizes do Programa; participação dos representantes municipais em capacitações; iniciativas de proatividade apresentadas. A classificação anual define, inclusive, a elegibilidade para recebimento de recursos financeiros provenientes da Secretaria.

Crêterios e Vigência do Ciclo Avaliativo - Os itens avaliados são pontuados apenas quando atendem integralmente às exigências do Manual Operacional. Cada documento é considerado apenas uma vez; caso seja identificado em mais de uma diretiva, é automaticamente anulado em duplicidade. O Ciclo 2024/2025 compreendeu as atividades realizadas de 1º de agosto de 2024 a 31 de julho de 2025.

Resultados - Tabela Situação dos municípios em relação a adesão ao Município Agro – Ranking Paulista ciclo 2024-2025.



Situação da Adesão	Número de município
Aprovada	470
Nova solicitação	49
Não enviou documentação	10
Pendente	12
Reprovada	8
Total	549

Fonte: Sistema Município Agro – Ranking Paulista, dez/2025

Dos 549 municípios aptos a participar do Município Agro – Ranking Paulista, ciclo 2024-2025, 403 municípios inseriram documentos em pelo menos uma diretiva, enquanto 179 municípios inseriram documentos em todas as diretivas (Tabela 16). Como o primeiro critério para participar da classificação é que o município não tenha “zerado” nenhuma diretiva, apenas 179 municípios foram para a classificação (Tabela 16). Tabela Situação dos municípios em relação ao Município Agro - Ranking Paulista 2024-2025.

nº diretivas	quantidade de municípios
10	179
9	30
8	16
7	14
6	12
5	11
4	7
3	9
2	2
1	123
0	242
Total	645

Fonte: Sistema Município Agro – Ranking Paulista, dez/2025

A classificação do Município Agro – Ranking Paulista ciclo 2024-2025 será finalizada somente em 10 de dezembro de 2025. **PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2374 – Estudos aplicados em arranjos produtivos locais agroindustriais rurais:** Ações de articulação, organização e promoção das cadeias produtivas do agronegócio de São Paulo, com a construção e monitoramento das dinâmicas e estratégias para o fomento e incremento dos APL (estudos aplicados em arranjos produtivos locais agroindustriais rurais) instituídos em territórios paulistas, reconhecidos para geração de emprego e renda, conservação ambiental e desenvolvimento social, econômico e sustentável.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025



NÚMERO DE ATENDIMENTOS NAS CADEIAS PRODUTIVAS E APL AGROINDUSTRIAS RURAIS (unidade)	Instituto de Economia Agrícola, Codeagro, Cati, CDA, Apta e ATG	132
NÚMERO DE CADEIAS PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E PRODUTORES ATENDIDOS (unidade)	Instituto de Economia Agrícola, Codeagro, Cati, CDA, Apta e ATG	1830

PROGRAMA: 1318 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA EM AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Produto: 2228 – Apoio administrativo, sustentação e inovação tecnológica da Secretaria da Agricultura: Ações para o desenvolvimento de novas soluções baseadas nas atuais demandas da SAA e modernização dos atuais sistemas por meio da integração de base de dados, digitalização de processos e melhoria da experiência do usuário, visando subsidiar a tomada de decisão e aperfeiçoar o atendimento ao agricultor.

PROGRAMA: 1318 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA EM AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Produto: 2230 – Apoio administrativo da Secretaria da Agricultura: Atividades de apoio administrativo abrangendo todas as unidades, implementando a padronização, normatização e organização de processos de trabalho de interesse comum, disponibilizando insumos, materiais, serviços e investimentos, focados na execução de atividades administrativas de suporte ao cumprimento das metas estabelecidas nos programas e ações finalísticas e de gestão de políticas públicas estabelecidas pela Pasta.

PROGRAMA: 1318 - GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA EM AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Produto: 2657 – Infraestrutura física, operacional e tecnológica modernizadas: Atividades de modernização das unidades da SAA, através de obras, adequações, aquisição de novos equipamentos visando a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

PROGRAMA: 5125 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES - Produto: 1727 – Apoio aos Municípios e Entidades: As emendas estaduais impositivas constituem instrumentos legais no âmbito do Poder Legislativo estadual, destinados a assegurar a execução de despesas orçamentárias específicas indicadas pelos parlamentares. Uma vez aprovadas, as emendas individuais tornam-se de execução obrigatória, não cabendo ao Poder Executivo estadual exercer discricionariedade quanto ao seu veto ou à alteração de sua destinação. Tal mecanismo visa garantir a alocação de recursos em projetos e iniciativas de interesse regional, fortalecendo a participação do Legislativo estadual na definição das prioridades de gasto público. Para o exercício de 2025, foram indicadas 34 emendas impositivas para esta Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Deste total, 10 apresentaram impedimentos de ordem técnica, resultando em 24 emendas aptas à execução. Dessas, 16 dependem da celebração de Termo de Convênio ou de Fomento, enquanto 8 são executadas de forma direta, tendo como beneficiária a própria Pasta. Até o momento, foram celebrados 15 convênios, com estimativa de alcançar 16 instrumentos formalizados até 31/12/2025.

PROGRAMA: 1317 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL: Tem como objetivo atender às demandas do setor produtivo, gerando tecnologias que promovam uma produção agropecuária mais eficiente e resiliente diante de cenários desafiadores. Os indicadores desse programa são alcançados por meio das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios - APTA.

PROGRAMA: 1317 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2207 – Novos conhecimentos e tecnologias para inovação no agronegócio: Geração de conhecimento e tecnologias para inovação em produtos e processos no agronegócio através de trabalhos de



investigação científica ou tecnológica realizados, elevando a qualidade e a competitividade dos produtos da agropecuária paulista.

Indicadores do Produto	Fonte	Meta Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA INOVADORES INICIADOS (unidade)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	53
PERCENTUAL DE PROJETOS CONCLUÍDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROJETOS INICIADOS NAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA. (%)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	33,96%

PROGRAMA: 1317 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto: 2208 – Insumos estratégicos: Trata da produção e comercialização de insumos estratégicos resultantes das ações das unidades da SAA.

Indicadores do Produto	Fonte	Meta Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELOS PRODUTOS TECNOLÓGICOS. (unidade)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	4.809
PERCENTUAL DE INSUMOS DISPONIBILIZADOS EM RELAÇÃO AOS INSUMOS PRODUZIDOS (%)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	31,60372%

PROGRAMA: 1317 – PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL - Produto 2211 – Laudos e resultados de análises laboratoriais para desenvolvimento rural sustentável: Atividades de análises laboratoriais realizadas nas unidades da SAA, visando saudabilidade do alimento; certificação da qualidade de produtos; insumos e processos, obtenção de laudos e relatórios de ensaios qualiquantitativos, além de suporte às ações da defesa agropecuária.

Indicadores do Produto	Fonte	Meta Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS (unidade)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	542.516
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ANÁLISE (%)	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – SIMPPA	105,26%

Em 2025, os institutos da Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios se destacaram por ações estratégicas em pesquisa aplicada, inovação e transferência de conhecimento, mantendo forte presença em eventos que aproximaram ciência, sociedade e setor produtivo. Houve avanços significativos na modernização de laboratórios e acervos, na criação de centros de pesquisa em economia circular e no desenvolvimento de tecnologias avançadas, incluindo laboratórios de micro-ondas, plasma e colágeno, realizados em parceria com empresas do setor. Entre os projetos estratégicos, merecem destaque a aprovação do Centro de Ciência para o Desenvolvimento – Cacau 360°, voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do cacau em São Paulo, além do CCD “Pescado



para Saúde”; “Sanidade na Piscicultura” e “Aqua Integra”, que visam reduzir o descarte de efluentes da aquicultura, produzir biofertilizantes para agricultura e pecuária, monitorar a atividade pesqueira e promover a integração entre piscicultura, agricultura e pecuária. Além disso, houve avanços em melhoramento genético de bovinos, manejo de bezerros; produção sustentável; recuperação de áreas degradadas; sanidade e qualidade animal; reflorestamento; propagação de espécies endêmicas; agricultura biodinâmica e sistemas agroflorestais. Destacam-se ainda iniciativas em biofertilizantes e cadeias bioeconômicas. A inovação e a transferência tecnológica foram fortalecidas por meio de contratos de licenciamento; desenvolvimento de kits diagnósticos; certificação de produtos biotecnológicos; participação em hubs de inovação e programas de aceleração de startups. Paralelamente, cursos, palestras e treinamentos nacionais e internacionais ampliaram a capacitação técnica, abordando temas como avaliação de carcaça, produção de carne ovina, bubalinocultura e técnicas para aumento da produtividade de queijos, fortalecendo a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio paulista. No âmbito de eventos, destacaram-se a comemoração dos dois anos do *Tropical Food Innovation Lab* e os dez anos da parceria com a rede internacional de higiene industrial (EHEDG), celebrados durante o V Seminário de Projeto Sanitário para Indústrias de Alimentos. Também merece menção a participação na Agrishow 2025, maior feira de tecnologia agrícola da América Latina, realizada em Ribeirão Preto. Outro marco foi a consolidação do evento “APTA Portas Abertas”, que promoveu a visita aos laboratórios e instalações da instituição, permitindo que pesquisadores, setor produtivo e sociedade conhecessem de perto projetos, tecnologias e processos de inovação. Além disso, tiveram relevância as feiras, fóruns e encontros setoriais como o *Veiling Market*, ações de manejo de pragas, o 16º Simpósio Internacional de Epidemiologia de Vírus de Plantas, bem como as atividades voltadas ao clima e à sustentabilidade. Essas iniciativas aproximaram milhares de participantes da pesquisa agropecuária e consolidaram a educação científica da sociedade. Também foram promovidas ações voltadas à agricultura familiar, comunidades tradicionais e bioeconomia, enquanto museus institucionais receberam dezenas de milhares de visitantes, reforçando a interação com a sociedade. Esses esforços evidenciam o papel das instituições coordenadas pela Diretoria na pesquisa, inovação, na capacitação e na comunicação científica, promovendo a integração entre ciência, sociedade e setor produtivo, além de fortalecer a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio paulista.

PROGRAMA: 1320 – DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA: Proposta de auxiliar a regularização fundiária com a promoção da dignidade da pessoa humana e das condições para o seu desenvolvimento social e econômico, contribuindo ainda para a melhoria da governança territorial, para o reconhecimento de comunidades tradicionais e quilombolas, para a defesa do patrimônio público e para a efetivação de plano públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários. Para alcançar os índices proposto estas ações contam com a participação da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva (ITESP) e do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (FUNDESPAR).

PROGRAMA: 1320 – DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA - Produto: 2513 - Auxílio à regularização fundiária: Ações que visam auxiliar a regularização fundiária (ARF) e tem como referência: Unidades imobiliárias cadastradas (UC) - imóvel que recebeu algum trabalho técnico para regularização fundiária; Unidades imobiliárias analisadas (UA) - imóvel que foi analisado em procedimento ou atendimento para fins de regularização fundiária ou interesse público.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025



NÚMERO DE AUXÍLIOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REALIZADOS (unidade)	Fundação Itesp	38.847
PERCENTUAL DE AUXÍLIOS À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E BAIXO IPDM (ÍNDICE PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - SEADE 2021) (%)	Fundação Itesp	80%

PROGRAMA: 1320 – DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA

Produto: 2521 – Fomento ao desenvolvimento das unidades produtivas: Atividades e serviços prestados e ofertados pelo ITESP visando auxiliar a unidade produtiva, no seu desenvolvimento, no acesso às novas tecnologias de produção e capacitação.

Indicadores do Produto	Fonte	Resultado Anual do Produto
		2025
NÚMERO DE SERVIÇOS PRESTADOS ÀS UNIDADES PRODUTIVAS. (unidade)	Fundação Itesp	13.577
PERCENTUAL DOS AUXÍLIOS ÀS UNIDADES PRODUTIVAS EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E BAIXO IPDM. (%)	Fundação Itesp	74,94991%

PROGRAMA: 1320 – DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA

Produto: 2531 – Apoio administrativo do ITESP: Ações de gestão administrativa do ITESP.

PROGRAMA: 1320 – DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA

Produto: 2661 – Desenvolvimento econômico e social do Pontal do Paranapanema: Tem como objeto a celebração de convênios com a Fundação ITESP e os municípios abrangidos pelo Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico do Pontal do Paranapanema – FUNDESPAR. No exercício de 2025, não houve execução de convênios em razão do remanejamento de recursos orçamentários para a execução de ações prioritárias da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), as quais não haviam recebido dotação suficiente.



SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI) tem como missão formular, implantar e coordenar a execução de políticas públicas voltadas à promoção da pesquisa e da inovação tecnológica, bem como ao ensino superior. Atua, também, por meio do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, na oferta de ensino técnico, tecnológico e profissionalizante. *Estrutura:* Diretoria, Coordenadoria, Órgãos Colegiados e Entidades Vinculadas. *Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTI):* é responsável pela formulação, implantação e a coordenação da execução de políticas públicas voltadas à promoção da pesquisa e da inovação tecnológica, com o objetivo de assegurar apoio tecnológico aos Municípios paulistas, prioritariamente nas áreas de cidades inteligentes, sustentáveis, resilientes e atendimentos emergenciais; estimular a produção de conhecimento, a pesquisa científica e tecnológica, a inovação tecnológica e os ambientes de inovação instalados no Estado; e suporte às atividades do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CONCITE, operação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCET e prestação de serviços de Secretaria Executiva ao Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – CONSIP. *Coordenadoria de Ambientes de Inovação (CAI):* apoia a DCTI na articulação dos ambientes de inovação (parques tecnológicos, incubadoras de empresas de base tecnológica, centros de inovação, distritos de inovação e outros formatos) com universidades, empresas, empreendedores, capital inovador, governo e sociedade. Esse apoio ocorre principalmente por meio do Sistema Paulista de Ambientes de Inovação -SPAI, uma política pública de natureza estratégica que visa fortalecer a capacidade inovadora do Estado de São Paulo. *Coordenadoria de Programas (CP):* apoia a DCTI especialmente em relação ao Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios – PATEM. Atua, também, no desenvolvimento de projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, no apoio e incentivo à inovação em pequenas empresas, ampliando a capacidade dos territórios de inovar, atrair investimentos e gerar novas oportunidades de desenvolvimento sustentável. *Coordenadoria de Ensino Técnico e Superior (CETS):* responsável por propor políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos seus níveis; coordenar e implantar ações de competência do Estado visando à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; promover estudos para o desenvolvimento e aprimoramento do ensino superior, para o aumento da acessibilidade ao ensino superior; ampliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; buscar formas alternativas de oferecer formação nos níveis de ensino superior, com vista a aumentar o acesso à Universidade, respeitando a autonomia universitária e as características de cada instituição; realizar intercâmbio de informações e colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; desenvolver e implementar sistemas de informações para orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária; e desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante. *Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral (CPRTI):* responsável pelo planejamento, organização e execução, em todas as etapas, de avaliação da atividade científica e técnica dos pesquisadores das instituições de pesquisa, bem como dos concursos para ingresso e acesso na Carreira de Pesquisador Científico, formulação e proposição de regulamentação sobre aspectos referentes ao Regime de Tempo Integral e decisão sobre a movimentação do pessoal científico dos Institutos. *Entidades vinculadas à SCTI - Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS):* é a maior instituição de ensino profissional da América Latina, sendo responsável pela administração das Escolas Técnicas (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs) que oferecem cursos de ensino médio, técnico, tecnológico e profissionalizante. Presente em diversos municípios paulistas, a instituição adota em seus cursos a articulação entre teoria e prática,



proporcionando aos alunos desafios reais que encontrarão no setor produtivo. Há um grande foco no empreendedorismo e na inovação nos cursos oferecidos, que abarcam atividades na indústria, agropecuária, serviços e economia criativa. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT)*: é uma empresa pública que atua em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. Atende às necessidades dos setores público e privado e tem como missão “superar os desafios da sociedade por meio da ciência tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos” e como visão “ser referência global em inovação e criação de valor para a sociedade desenvolvendo colaborativamente soluções tecnológicas para um futuro sustentável”, potencializada pelo modelo Inovação Aberta, pelo envolvimento de startups e pelo aporte do conhecimento e da infraestrutura do IPT e de outros parceiros do ecossistema de inovação. O Instituto está organizado em 8 unidades de negócios que coordenam a atuação de 39 laboratórios tecnológicos, que se vinculam de forma direta e clara a seus principais mercados-alvo: bionanomanufatura, cidades, infraestrutura e meio ambiente, energia, ensino tecnológico, habitações e edificações, materiais avançados, tecnologias digitais e tecnologias regulatórias e metrológicas. *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)*: atua em vários setores da atividade nuclear com resultados, que vêm proporcionando avanços significativos no domínio de tecnologias, na produção de materiais e na prestação de serviços de valor econômico e estratégico para o país, possibilitando estender os benefícios da energia nuclear a segmentos maiores de nossa população. O IPEN é uma autarquia vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, e gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Governo Federal. *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)*: tem como missão contribuir para a consolidação do sistema de CT&I no Estado de São Paulo e difundir o conhecimento científico produzido no Estado. Essa missão é orientada por seis estratégias de fomento – Formação de Recursos Humanos para a Ciência e Tecnologia, Pesquisa para o Avanço do Conhecimento, Pesquisa para Inovação, Pesquisa em Temas Estratégicos, Apoio à Infraestrutura de Pesquisa e Difusão do Conhecimento – e reforçada por uma forte política de cooperação para pesquisa com parceiros nacionais e internacionais. Essas estratégias se materializam em programas e projetos que incorporam os esforços da FAPESP no incentivo à constituição de novos centros de pesquisa em áreas estratégicas e também daqueles voltados à busca de solução para desafios previamente definidos pelas Secretarias Estaduais; na articulação de pequenas empresas com grandes programas da Fundação já consolidados; na ampliação de oportunidades de fomento para jovens pesquisadores em início de carreira; no fortalecimento da infraestrutura de pesquisa no Estado, entre outras iniciativas. *Universidades Estaduais e Faculdades vinculadas à SCTI* - Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP); Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP). *Diretoria de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTI) - SPAI*: o fomento ao programa apresentou resultados expressivos no apoio a iniciativas estratégicas, com a aprovação de 29 projetos ao longo do exercício. Desses, 27 projetos encontravam-se em execução ou em tramitação. Do ponto de vista orçamentário, a totalidade dos recursos previstos foi empenhada, totalizando R\$ 8,72 milhões, não havendo valores pendentes de empenho. Os projetos aprovados distribuíram-se por 19 municípios paulistas: Araçatuba (008.00000388/2025-90), Araraquara (008.00000390/2025-69), Assis (008.00000378/2025-54), Barretos (008.00000385/2025-56), Bauru (008.00000376/2025-65 e 008.00000387/2025-45), Bebedouro (008.00000308/2024-15),



Campinas (008.00000394/2025-47, 008.00000097/2025-00 e 008.00000381/2025-78), Guarulhos (008.00000352/2024-25 e 008.00000393/2025-01), Ilha Solteira (008.00000383/2025-67), Jaboticabal (008.00000382/2025-12), Pompeia (008.00000396/2025-36), Registro (008.00000373/2025-21), Ribeirão Preto (008.00000351/2025-61 e 008.00000481/2025-02), Santos (008.00000395/2025-91), São Carlos (008.00000346/2025-59), São José do Rio Preto (008.00000380/2025-23), São José dos Campos (008.00000386/2025-09), São Paulo (008.00000384/2025-10 e 008.00000379/2025-07) e Sorocaba (008.00000391/2025-11, 008.00000389/2025-34 e 008.00000377/2025-18). Além do apoio financeiro, a rede SPAI contou com 24 novos credenciamentos, além de 6 credenciamentos em andamento, distribuídos em 5 regiões administrativas do Estado (Tabela 2). Com isso, a rede foi fortalecida, alcançando o total de 79 membros credenciados. No que se refere à produção institucional, o Relatório SPAI foi concluído e lançado no último trimestre do ano. A iniciativa tem como objetivo ampliar a transparência das ações do programa e sistematizar seus resultados, encontrando-se em fase de solicitação de *International Standard Book Number (ISBN)* para posterior divulgação pública. Ademais, a identidade visual e a marca do programa SPAI foram atualizadas, refletindo uma nova fase e os objetivos estratégicos que o programa pretende alcançar. Por fim, a Coordenadoria realizou 2 eventos institucionais ao longo do ano, voltados à articulação da rede e à disseminação de boas práticas em ambientes de inovação: *Deeptech Meetup 2025* e o Encontro Anual SPAI, onde foram debatido temas como o futuro da Inteligência Artificial, apoio e fomento de inovação, transformação de ciência em negócios. *PATEM*: a CPG concentrou esforços na retomada do Programa Patem, com foco no alinhamento de um novo modelo contratual. Esse processo culminou na assinatura de contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em dezembro de 2025, com vigência de 36 meses e valor total de R\$ 11,23 milhões. A relação com os municípios no âmbito do Patem também foi retomada, contabilizando-se 29 municípios que interagiram com o Programa entre 2023 e novembro de 2025. No exercício de 2025, foram recebidas 19 solicitações formais. A reativação do programa é fruto do aprimoramento do processo de gestão e fluxo de informações, que permitiu o o monitoramento individualizado de cada demanda e maior clareza das etapas do processo. O fluxo passou a contemplar as seguintes etapas: recebimento do ofício; avaliação preliminar; elaboração do orçamento pelo IPT; aceite do município; celebração do contrato; emissão da Ordem de Serviço ao IPT; acompanhamento dos convênios; prestação de contas; e finalização do convênio. Em setembro, a CPG elaborou um formulário eletrônico para manifestação de interesse dos municípios. Desde então, foram recebidas 33 manifestações, oriundas de 26 municípios, relacionadas principalmente à gestão territorial e de recursos naturais e hídricos — incluindo Plano Diretor Municipal, Ordenamento Territorial e Plano Municipal de Redução de Risco — bem como a sistemas e ambientes inteligentes de gestão urbana, como salas de situação e soluções de governança digital. Para maior divulgação e amplitude do programa, a coordenadoria participou de quatro eventos (*Connected Smart Cities 2025*, Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes de Ribeirão Preto, Evento AMPPESP para gestão pública municipal e Summit SP+Verde), que contaram com ampla audiência, envolvendo gestores públicos, autoridades, lideranças técnicas e representantes da sociedade civil e do setor privado. *SP Global Tech*: a iniciativa tem como objetivo apoiar e incentivar a internacionalização de empresas paulistas de base tecnológica. Por meio de uma ação em parceria com a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – (Investe São Paulo) e um orçamento executado de R\$ 1,04 milhão, foram selecionadas 100 empresas de base tecnológica para receber uma capacitação coletiva sobre internacionalização de negócios. 10 empresas foram selecionadas para a participação da missão *London Tech Week* em junho de 2025 e outras 10 selecionadas para integrar a missão *Web Summit Lisboa*. Ademais, inciou-se ainda neste ano o 2º



cicilo do programa, com orçamento de mais R\$ 1,09 milhão, 116 startups selecionadas e com capacitação iniciada já em dezembro. *Outros projetos: Distritos de Inovação no Estado de São Paulo:* o projeto concluiu sua fase de ativação voltada à consolidação de ativos econômicos, físicos e de rede. Entre os principais resultados, destacam-se: i) ativos econômicos: entrega da Proposta de Valor do Distrito de Inovação; conclusão da proposta de oferta de cotas de patrocínio, elaborada pela consultoria Deloitte; e aprovação do Estatuto da entidade gestora *Associação Distrito de Inovação de São Paulo*; e ii) ativos físicos: inauguração da Sala do *Institutional Affairs Bureau* no InovaUSP. *Ativos de rede:* realização de quatro edições da série *Diálogos do Distrito*; realização da 2ª Conferência do Distrito de Inovação de São Paulo, com a participação de mais de 150 lideranças do ecossistema de CT&I e de referências internacionais; assinatura de dois acordos de cooperação internacional-com o Distrito de Inovação de Milão (MIND Milano/Principia) e com o Escritório de Inovação da Universidade de Basel (Suíça)-; consolidação do Conselho de Fundadores, que alcançou sua 23ª reunião em 2025; e estruturação da secretaria de governança, com a criação da secretaria executiva, comitês técnicos e executivos, além da implementação dos programas de embaixadores e *fellows* do Distrito. No cenário internacional, o Distrito participou da 42ª Conferência Internacional da *International Association of Science Parks* (IASP), em Pequim (China), com apresentação em plenária dedicada ao desenvolvimento urbano. Em dezembro, o projeto foi agraciado com o prêmio internacional *Special Award in Top Talent & Research*, concedido pela *International Chamber of Commerce* (ICC). Com o objetivo de fortalecer os ecossistemas de inovação paulistas foram realizadas diversas participações em eventos, palestras e seminários nos Distritos de Inovação de Campinas (HIDS), São Carlos e Piracicaba. Ademais, foi concluída a proposta de Decreto da Política Pública de Distritos de Inovação, com vistas a induzir o desenvolvimento desses distritos no Estado de São Paulo e promover sua integração em rede a partir do exercício de 2026. *Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação (PDCTI):* durante o segundo semestre, foram conduzidos os trabalhos preparatórios para a elaboração do Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco na construção de uma visão estratégica de longo prazo, baseada em evidências e alinhada às diretrizes do desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. A proposta de reforma da construção do Plano Diretor no estado foi concluída pela Diretoria para que a construção do novo PDCTI, com o conceito de se tornar um “plano vivo”, possa ser construído com ampla participação dos atores interessados no Estado de São Paulo ao longo do ano de 2026. *Participações em Conselhos:* a Diretoria participa dos seguintes conselhos: i) Conselho de Administração do IPT; ii) Conselho da Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica, à Pesquisa e ao Ensino – FAFITPE. *Coordenadoria de Ensino Técnico e Superior (CETS): Emendas Parlamentares e Convênios:* foram iniciadas 17 emendas parlamentares, das quais 5 foram impedidas e 12 celebradas. Foram realizados 2 aditamentos, 1 encerramento e 4 em fase de encerramento, conforme detalhado abaixo: Emendas Individuais Impositivas impedidas por ausência de documentação necessária: nº 2025.016.65713; nº 2025.265.67672; nº 2025.282.67048; e nº 2025.292.64284 e Emenda impedida por plano de trabalho não alinhado ao escopo da emenda: nº 2025.066.68099. Emendas efetivamente celebradas com a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI-UFScar, sendo elas: os Termos de Fomento SCTI/CETS nº 001/2025(SEI 008.00000102/2025-76); nº 002/2025 (SEI 008.00000103/2025-11); nº 003/2025 (SEI 008.00000105/2025-18); nº 004/2025 (SEI 008.00000106/2025-54); nº 005/2025 (SEI 008.00000127/2025-70); nº 006/2025 (SEI 008.00000108/2025-43); nº 007/2025 (SEI 008.00000109/2025-98); nº 008/2025 (SEI 008.00000111/2025-67); nº 009/2025 (SEI 008.00000112/2025-10); nº 010/2025(SEI 008.00000114/2025-09); nº 011/2025 (SEI 008.00000272/2025-51); e nº 0012/2025 (SEI 008.00000272/2025-51). Foram aditados o Convênio SDE/CETS nº 002/2020 (SEI



008.00000009/2023-08) com UNESP e o Fomento SDE/CETS n° 001/2024 (SEI 008.00000046/2024-99) com a FAI-UFSCar. Foi encerrado o Fomento SDE/CETS n° 002/2024 com a FAI-UFSCar. Estão em fase de encerramento os convênios: SDE/CES n° 002/2020 com a UNESP; e os relativos ao projeto “Novo Centro Paulista de Pesquisa em Bioenergia” com a Universidade de São Paulo (SES n° 006/2009), Universidade Estadual de Campinas (SES n° 007/2009) e com a UNESP (SES n° 005/2009). Também o Fomento SCTI/CES n° 001/2024 com a FAI-UFSCAR. *Pareceres Técnicos Emitidos:* A CETS emitiu 58 pareceres, sendo: (i) 14 de prestação de contas; (ii) 42 para emendas parlamentares voluntárias e impositivas; e (iii) 2 aditamentos. *Manifestações:* Foram emitidas 148 manifestações, sendo: (i) 144 expedientes de outras secretarias e/ou instituições; (ii) 3 da ouvidoria; e (iii) 1 do FalaSP. *Participações em Conselhos:* A CETS participa dos seguintes conselhos: I) Conselho de Administração do IPT; ii) Conselho Superior do IPEN; iii) Conselho Universitário (Consu); e iv) Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sendo os dois últimos da UNICAMP. *Projetos Especiais:* *Diretrizes para o Fortalecimento do Ensino Superior e Técnico do Estado de São Paulo:* Foram elaboradas as Diretrizes Estratégicas para o Ensino Técnico e Superior para os anos de 2026 e 2027. O material apresenta um diagnóstico abrangente, baseado em indicadores do Plano Plurianual do ESP, sobre o ensino no território paulista e propõe recomendações técnico-políticas orientadas por quatro objetivos estratégicos: i) expandir a oferta pública de educação superior, presencial e a distância, com infraestrutura e novas vagas; ii) oferecer formação técnica e tecnológica de excelência, alinhada ao desenvolvimento produtivo; iii) impulsionar pesquisa, inovação e extensão universitária, com projetos e bolsas; e iv) assegurar o acesso e a permanência estudantil, por meio de assistência estudantil, alimentação e bolsas. *Plano Estadual de Educação:* a CETS está participando da elaboração do novo Plano Estadual de Educação e atuará no seu monitoramento e na sua governança, em articulação com representantes das Universidades Paulistas e do CEETEPS. Essa participação assegura que as diretrizes e estratégias do Plano reflitam as necessidades do ensino superior e técnico no Estado, fortalecendo a integração entre as instituições e a implementação das ações ao longo do próximo decênio. *Pesquisas e análises:* Foi realizada a coleta de dados e a elaboração de análises sobre diversos temas centrais para o ensino superior paulista, incluindo indicadores de custo por aluno, indicadores de gestão, impacto econômico das Universidades com base em referências como MIT, Stanford e UK Universities, receitas provenientes de convênios de P&D das Universidades, produção científica das instituições, Plano Estadual de Educação e dados do Censo da Educação Superior do INEP. *Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETEPS): Investimento:* Em julho, o Governo do Estado de São Paulo autorizou um investimento de R\$ 1,2 bilhão para a modernização da infraestrutura das Etecs e Fatecs em todo o Estado. O programa contempla obras de requalificação das unidades, com melhorias em acessibilidade, climatização, conectividade e modernização das salas de aula e laboratórios. *Intercâmbio Cultural do CEETEPS 2025:* foram ofertadas 500 bolsas de estudo para 477 estudantes de Etecs e Fatecs com melhor aproveitamento acadêmico e 23 monitores. Os embarques estão previstos para o primeiro semestre de 2026. Com duração de 4 semanas, os cursos de língua inglesa ou espanhola acontecerão em instituições de ensino na Argentina, Canadá, Espanha, Estados Unidos e países do Reino Unido. *Feira Tecnológica do Centro Paula Souza (Feteps):* foram apresentados 150 projetos, sendo 130 de Etecs e Fatecs e 20 de instituições parceiras nacionais e internacionais. O evento reuniu mais de 30 mil pessoas, na Capital. *Etecs:* nas 228 Etecs, considerando os dois processos seletivos realizados semestralmente pelo CEETEPS, foram ofertadas no Vestibulinho 71.546 vagas para Ensino Técnico, 49.533 vagas para o M-Tec, 2.270 vagas para o Ensino Médio, 3.051 vagas para Especialização Técnica e 2.538 vagas para Articulação da Formação Profissional Média e Superior (AMS). As Etecs contam com mais de 215 mil matriculados nas diferentes



modalidades de ensino, sendo: 73.708 no Ensino Técnico (concomitante ou subsequente); 127.815 no Ensino Médio Integrado ao Técnico (M-Tec), na qual ao final de 3 anos concede ao estudante o certificado de Ensino Médio e o diploma de Técnico; 7.335 no Ensino Médio e 1.080 na Especialização Técnica de Nível Médio. Além disso, conta com 5.595 matrículas, no Ensino Médio Integrado ao Técnico, no modelo AMS, em que o estudante pode concluir, em 5 anos, os ensinos nos níveis Médio, Técnico e Superior de Graduação sem prestar Vestibular, tendo como outro diferencial 200 horas de atividades práticas desenvolvidas junto a empresas parceiras. *Cursos novos nas Etecs:* foram implantados 2 cursos técnicos: Fabricação Mecânica, Defesa Civil; 2 cursos de ensino médio integrado ao técnico: Agenciamento de Viagem (AMS) e Publicidade e 7 Especializações Técnicas em Gastronomia Internacional, Danças a Dois, Segurança do Trabalho na Construção Civil, Saúde do Trabalhador, Segurança do Alimento com foco em Controle de Qualidade, Sistemas Fotovoltaicos e Gastronomia Brasileira. *Classes Descentralizadas (CDs):* são unidades que oferecem um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. Estão em funcionamento 338 CDs: 130 em parceria com prefeituras do interior e outras 208 CDs pelas parcerias com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Prefeitura da Capital (em 169 Escolas Estaduais e em 39 Centros Educacionais Unificados). Os parceiros disponibilizam espaços para salas de aula e laboratórios. *Massive Open Online Course (MOOC):* foram 16.958 matrículas efetivadas. Os cursos livres de curta duração tiveram 39.169 inscrições; 21.661 certificados emitidos e criação de 2 cursos: Aperfeiçoamento Profissional com Inteligência Artificial (IA). e Aplicativos Informatizados, totalizando 22 opções disponíveis. *Certificação de Competências:* foram reconhecidos 20 profissionais técnicos e 55 pessoas obtiveram o diploma do Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. *Fatecs:* foram criadas 4 Fatecs (Atibaia, Rio Claro, Olímpia e Porto Ferreira), totalizando 83 unidades que oferecem 102 graduações tecnológicas. Foram ofertadas 40.080 vagas no Vestibular das Fatecs, desse total 12.427 foram destinadas ao ingresso via Provão Paulista Seriado. As Fatecs contam com 88.591 matrículas (presencial e Ensino a Distância), além de 1.421 matrículas na AMS, no Ensino Superior de Graduação. Foram criados 04 cursos de bacharelado, sendo eles: Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica, totalizando 160 vagas com início em 2026. *Cursos novos nas Fatecs:* Foram implantados 5 cursos novos: IA e Gestão da Sustentabilidade Ambiental, Social e Governança Corporativa (ESG), Big Data para a Indústria, Design Gráfico e Sistemas Inteligentes. *Pós-Graduação:* O CPS oferece três cursos na modalidade *stricto sensu*: o Doutorado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Tecnológica que tem início das aulas previsto para março de 2026; o Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos que conta com 43 matriculados e o Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional tem 36 alunos. Na modalidade *lato sensu*, são ofertados quatro cursos de MBA (Gestão de Projetos e Processos Organizacionais, Tecnologia e Inovação, Engenharia e Negócios e Gestão de Design) com 83 matriculados. Também são realizadas atividades de extensão vinculadas aos Programas de Mestrado e, anualmente, o Simpósio dos Programas de Doutorado e Mestrado Profissional. *Mobilidade Acadêmica:* Foram ofertados mais de 120 projetos internacionais, com cerca de 7.220 estudantes contemplados em diversas atividades, com destaque para: 350 participantes do Intercâmbio Cultural do CPS, sendo 333 alunos de Etecs e Fatecs e 17 professores monitores que embarcaram no primeiro semestre para os seguintes destinos: Argentina, Estados Unidos, Inglaterra e Irlanda e a disponibilização de 15.039 provas TOEIC e TOEIC Bridge de proficiência em língua inglesa, para estudantes, docentes e servidores. *Convênios com Empresas e Organizações:* foram firmadas 229 parcerias. Essas ações visam aprimorar por meio de frentes, como a integração nas unidades de ensino, os programas de estágios, atividades extracurriculares, ferramentas e doações com a viabilidade pedagógica, a manutenção e expansão de novas unidades



de ensino, assim como a implantação de classes descentralizadas e o fomento a intercâmbios culturais. *Qualificação Profissional:* foram realizados 37.377 atendimentos, sendo: 7.590 vagas no Programa Qualifica SP, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), atendido pelas unidades móveis. Já nas unidades fixas, foram 3.690 vagas. O Programa do Fundo Social de São Paulo, que visa qualificar o desempregado para o mercado de trabalho, ofertou 17.105 vagas. Pelo Programa Mulheres Mil foram 399 atendimentos. Já o Programa Qualificação Básica-Formação Inicial e Continuada, com cursos gratuitos para jovens e adultos em busca de oportunidades de emprego e de geração de renda, disponibilizou 8.593 vagas. O Aprendiz Paulista beneficiou 562 matriculados. *Investimento em Etecs e Fatecs:* foram empenhados cerca de R\$ 80,8 milhões em obras, sendo R\$ 45,1 milhões em construção de novos ambientes ou implantação de novas unidades e mais de R\$ 35,7 milhões para reformas e obras de manutenção em diversas unidades. Para equipamentos e mobiliários foram investidos cerca de R\$ 20,1 milhões, que englobam equipamentos de tecnologia, mobiliário em geral e outros materiais permanentes que serão destinados aos laboratórios. *Obras:* foram iniciadas 57 obras, sendo todas intervenções de reforma ou manutenção em 42 Etecs e 4 Fatecs distribuídas por todo o Estado (algumas unidades podem ter recebido mais de uma intervenção ao longo do ano). *Inovação Tecnológica:* foram ofertados cursos para diretores, professores e alunos, além dos cursos de empreendedorismo e inovação, voltados ao público interno e externo. Realizou 65 *hackathons* para mais de 3 mil alunos. A Escola de Inovadores atendeu 305 unidades do CPS, fomentando ações de aprendizagem e oportunidades em projetos de inovação, impactando 58.546 pessoas. Promoveu mentorias aos participantes da Trilha do Empreendedorismo e Inovação. Foram disponibilizadas capacitações e mentorias na área jurídica e propriedade intelectual. Analisou 56 projetos com vistas a firmar instrumentos jurídicos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), conforme Lei de Inovação. Foram realizadas 50 reuniões de atendimentos e 10 capacitações em projetos de PD&I. *Integridade:* realizou dois projetos: um em parceria com a Controladoria-Geral do Estado (CGE), ligado à Plataforma Digital, e outro com unidades administrativas e pedagógicas para fortalecer a cultura de Ética e Integridade por meio do Conecta Integridade. Foram desenvolvidos 26 procedimentos operacionais para gestão de riscos. *Capacitação:* Emitiu 17.599 certificados para servidores administrativos, docentes e gestores, consolidando o compromisso com o desenvolvimento profissional. Em 2025, as iniciativas de educação em bem-estar passaram a integrar oficialmente as atividades institucionais, oferecendo conteúdos voltados para qualidade de vida e saúde integral. Mais de 1.500 certificados foram emitidos em ações que abordaram temas como educação financeira, nutrição, acolhimento em saúde física e orientação jurídica. Ao todo, foram executados 304 projetos na área de desenvolvimento. *Relações Institucionais:* Realizou 143 reuniões com prefeitos e 18 deputados, ampliando convênios e parcerias. Além disso, o setor desenvolveu uma metodologia de análise vocacional para apoiar a escolha de cursos alinhados às necessidades locais e regionais. Foi desenvolvida uma ferramenta de IA para subsidiar coordenadores e superintendentes de unidades de ensino à planejar a publicidade dos cursos nos ambientes digitais. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) - IPT Open:* com o propósito de impulsionar a inovação aberta no Estado, fortalecendo a integração entre empresas privadas, startups e instituições públicas por meio do acesso à infraestrutura laboratorial, ao conhecimento técnico especializado e às capacidades científicas do IPT, o programa consolidou-se como uma plataforma estruturante de apoio à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial, estimulando novas soluções e acelerando processos de modernização industrial no território paulista. 99 startups foram diretamente impactadas pelo programa e 18 empresas mantiveram ou inauguraram Centros de Inovação no campus, fortalecendo a aproximação entre

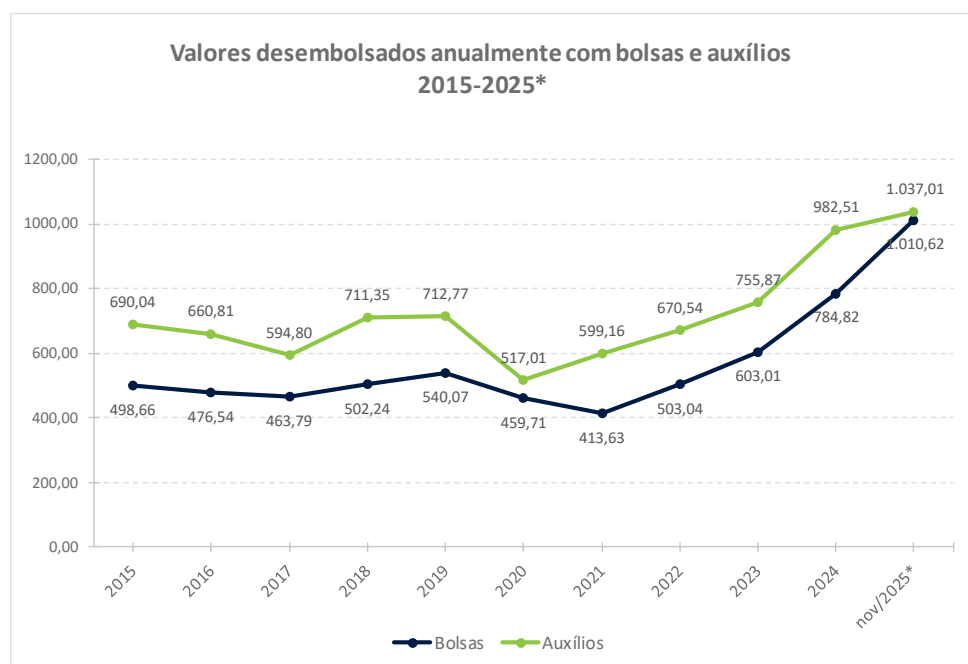


pesquisa avançada e desafios reais da indústria. O avanço do programa contribuiu significativamente para expandir a capacidade de São Paulo em gerar conhecimento aplicado, promover transferência tecnológica, atrair investimentos estratégicos e fomentar a criação de empregos qualificados.

Modernização da infraestrutura física do IPT: ação estratégica para fortalecer a capacidade do Estado em oferecer soluções tecnológicas, ensaios, certificações e pesquisas de alta qualidade para empresas, órgãos públicos e a sociedade. As obras de adequação dos prédios, necessárias para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), representam um avanço direto na segurança, na acessibilidade e na conformidade legal dos ambientes de pesquisa e inovação. Essa modernização é fundamental para acompanhar o crescimento da demanda por serviços tecnológicos estratégicos para o Estado, incluindo análises laboratoriais, certificações essenciais para setores produtivos, desenvolvimento de novos materiais, testes de segurança e desempenho, entre outros serviços que contribuem para a competitividade da indústria paulista e para a proteção dos cidadãos. A atualização e ampliação da infraestrutura do instituto também permitem que novas linhas de pesquisa e laboratórios sejam integrados ao parque tecnológico do Estado, fortalecendo o ecossistema de inovação e promovendo maior eficiência na entrega de soluções que impactam o desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, foram modernizados 34 prédios, resultado que reforça o compromisso do Governo do Estado com a melhoria contínua da infraestrutura científica e tecnológica. O desempenho obtido indica, ainda, que a meta de entrega de novos laboratórios segue sendo superada regularmente, ampliando a capacidade técnica instalada e garantindo que o IPT mantenha sua atuação alinhada às necessidades emergentes da indústria, das empresas e da própria administração pública.

Expansão de laboratórios e linhas de pesquisa: o Estado avançou significativamente na consolidação de novos ambientes de pesquisa ao inaugurar dois importantes laboratórios: o Núcleo de Tecnologias Avançadas para o Bem-Estar e Saúde (Nutabes) e o Lab H₂, planta-piloto dedicada à produção e estudo de hidrogênio verde. O Nutabes amplia a capacidade de São Paulo em desenvolver pesquisas e soluções tecnológicas voltadas à saúde, qualidade de vida e bem-estar, áreas de crescente relevância para o setor público e para a indústria. Já o Lab H₂ posiciona o Estado na fronteira global da transição energética, oferecendo infraestrutura inédita para experimentação, testes e desenvolvimento de tecnologias associadas ao hidrogênio verde, um dos vetores mais promissores para a descarbonização industrial. Ambos os laboratórios inaugurados em 2025 já se encontram em operação plena, iniciando processos de prospecção de clientes e parcerias estratégicas e respondendo rapidamente às demandas emergentes da indústria e do setor público. Como resultado dessa mobilização inicial, foram geradas 18 propostas técnicas em suas áreas temáticas, evidenciando o potencial imediato de contribuição dessas novas infraestruturas para o desenvolvimento tecnológico do Estado.

Atendimento a empresas e órgãos públicos: Em 2025, 2.723 empresas foram atendidas em demandas tecnológicas críticas para seu desenvolvimento, modernização e adequação normativa, enquanto 54 órgãos públicos em 122 municípios receberam suporte técnico qualificado para aprimorar políticas, serviços e operações governamentais. Esse alcance territorial demonstra a capacidade do Estado de chegar de forma efetiva a diferentes regiões e setores, garantindo que municípios, indústrias e instituições públicas tenham acesso a soluções científicas confiáveis para enfrentar desafios locais e regionais. A produção de conhecimento gerada no período contou com 15.941 documentos técnicos em 2025, entre laudos, pareceres, análises, certificações e relatório de projetos de desenvolvimento. O índice de satisfação do cliente de 86 no NPS (zona de excelência) reflete o reconhecimento dos usuários quanto à relevância e à qualidade do atendimento prestado. Além disso, a prospecção e execução de projetos de inovação atraíram R\$ 118 milhões em recursos para o desenvolvimento tecnológico, ampliando o impacto das ações e contribuindo para estimular soluções inovadoras alinhadas às



*Nota: Em Milhões. Para o ano de 2025, consideram-se os valores desembolsados até 30/11/2025.

Formação de Recursos Humanos: nos últimos três anos, a FAPESP destinou 46,35% do seu desembolso anual com bolsas no país e no exterior, da Iniciação Científica ao Pós-Doutorado. Com os valores das bolsas reajustados em até 45% em 2024 e com a garantia de ressarcimento da contribuição previdenciária aos pós-doutorandos, o número de contratações de bolsas cresceu 17,4% sobre os resultados de 2024 – os dados de 2025 se referem a contratações realizadas até 30 de novembro de 2025. A FAPESP mantém há 12 anos o programa Escola São Paulo de Ciência Avançada (ESPCA) que oferece cursos de curta duração em temas avançados da ciência e da tecnologia, ministrado por professores de reputação internacional, para alunos de graduação ou de pós-graduação do Brasil e do exterior. Em 2025, foram realizadas sete ESPCA nas áreas de ciências ambientais, biotecnologia, física, economia, entre outras. No âmbito da série Conferências FAPESP 2025 foram realizados nove encontros presenciais com pesquisadores de renome como David Obura, fundador da CORDIO África Oriental e Chairman da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), Michel Agier, professor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*, da França, e Christiane Taubira, ex-ministra francesa e economista franco-guianense. As Conferências também foram palco de debates sobre temas relacionados à COP-30, sobre temas como mudanças climáticas e transição energética, transição energética, biodiversidade, entre outros. Em 2025, a FAPESP também realizou a Escola Interdisciplinar FAPESP – Ciências Exatas e Naturais, Engenharias e Medicina e a Escola Interdisciplinar FAPESP – Humanidades, Ciências Sociais e Artes. Inspirada na experiência do programa ESPCA e nos *Lindau Nobel Laureate Meetings*, as duas Escolas são voltadas a pesquisadores de pós-doutorado que atuam no Brasil nas respectivas áreas do conhecimento. **Pesquisa para políticas públicas:** o apoio a pesquisas com foco em políticas públicas tem crescido na agenda de fomento da FAPESP. Nos últimos anos, programas especificamente voltados para responder a desafios da gestão pública contaram com investimentos de R\$ 706 milhões. Esse apoio contempla, por exemplo, investigações desenvolvidas em 83 *Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCDs)* que em parceria com pesquisadores das universidades, instituições de pesquisas, secretarias de Estado e outros órgãos



de governos, na busca de soluções para desafios previamente definidos em áreas como saúde, segurança pública, educação, inclusão, agricultura, cidades inteligentes, meio ambiente, entre outros. Os Centros operam em modelo de cofinanciamento – para cada R\$ 1 solicitado à FAPESP, contrapartida idêntica é aportada pelas entidades parceiras –, com prazos de execução e metas periodicamente avaliados. Os 83 CCDs foram selecionados em quatro editais – o último teve os resultados anunciados em 2025 –, nos quais a FAPESP investiu R\$ 579,2 milhões. O quinto edital – lançado em 2025 – terá resultados apresentados em 2026 e investimento previsto de R\$ 200 milhões. A lista completa dos CCDs pode ser acessada em <https://ccd.fapesp.br/>. *Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPP)*: apoia projetos voltados à produção e/ou sistematização de conhecimentos diretamente relevantes para a formulação, revisão, redesenho, aprimoramento, análise, monitoramento ou implementação de políticas públicas em execução (existentes), em construção (previstas) ou em idealização (inovadoras), de significativa importância econômica, cultural, ambiental e/ou social. Em 2025, 92 projetos estavam em curso, com pesquisas nas áreas de saúde, mudanças climáticas, educação, segurança pública, pobreza, entre outras, em parceria com prefeituras, órgãos do governo estadual e do governo federal. Os investimentos totais no PPP em 30 de novembro de 2025 somavam R\$ 6,82 milhões. Em 2025, a FAPESP divulgou o resultado da 8ª edição do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), lançada em conjunto com o Ministério da Saúde, o CNPq e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação da área de saúde visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de São Paulo. Os 26 projetos aprovados se inserem em três grandes eixos estratégicos, estabelecidos em Oficinas de Prioridades organizadas pela SES-SP e que contemplam linhas prioritárias para a solução de problemas de saúde que não podem ser enfrentados apenas pelas intervenções existentes: saúde digital, gestão em saúde e avaliação de tecnologias de saúde. A chamada previa investimento total de R\$ 14 milhões, metade deles aportados pela FAPESP. Especificamente voltado à educação, o *PROEDUCA*: é um programa da FAPESP lançado em 2022 em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com o objetivo de apoiar pesquisas em educação básica para gerar evidências científicas com potencial para subsidiar, de forma direta, a gestão educacional pública. Em 2025, 42 projetos estavam em andamento, selecionados em três editais com investimentos totais da FAPESP de R\$ 8,3 milhões. O último edital teve os resultados anunciados em 2025. A FAPESP mantém, desde 1996, o Programa Ensino Público que financia pesquisas aplicadas sobre problemas concretos da educação infantil e do ensino fundamental e médio, em escolas públicas paulistas. O programa é desenvolvido por meio de parceria entre instituições de pesquisa e escolas da rede pública (estadual e municipal), visando desenvolver experiências pedagógicas inovadoras que possam trazer benefícios imediatos à escola. Em 30 de novembro de 2025, 40 projetos estavam em andamento no valor total de R\$ 1,53 milhão. Nos últimos oito anos, a FAPESP tem apoiado a modernização de 12 institutos de pesquisa do Estado de São Paulo, destinando um total de R\$ 120 milhões para a modernização da infraestrutura de pesquisa e capacitação de pessoal. Os recursos abrangem as seguintes modalidades de fomento Infraestrutura Institucional de Pesquisa, Bolsas no País e no Exterior, Auxílio à Pesquisa Jovens Pesquisadores, Auxílio Pesquisador Visitante, Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) e Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. *Pesquisa para a Inovação*: O programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) dá suporte a empresas que querem transformar conhecimento em produtos ou serviços inovadores em diferentes fases do projeto, desde o teste de conceito até a fase de desenvolvimento industrial e comercial do projeto e também apoia startups que já tenham produtos com potencial de mercado e que já contem com o interesse de investidores. Desde a criação do programa, em



1997, até o dia 30 de novembro de 2025, a FAPESP já financiou 3.731 projetos PIPE desenvolvidos por mais de 2 mil *startups* e pequenas empresas em mais de 170 municípios do Estado de São Paulo. Em 2025, estavam vigentes 321 projetos. *Cooperação com empresas:* A FAPESP também está ampliando o número de Centro de Pesquisa Aplicada (CPAs), que articulam em cooperação e em longo prazo, pesquisadores de universidades e/ou institutos de pesquisa e de empresas para o desenvolvimento de projetos inovadores, de interesse comum e com grande potencial de aplicação de resultados. Os projetos são cofinanciados pela FAPESP, pelas empresas parceiras e pelas instituições que sediam os CPAs. Em 2025, 33 CPEs estavam implantados – sendo cinco deles em 2025 - em parceria com Shell, GSK, Equinor, Koppert, Claro, entre outras. Até 30 de novembro de 2025, os investimentos da FAPESP nos CPAs somaram R\$ 26,7 milhões. Quatorze destes CPAs têm foco em pesquisa aplicada em inteligência artificial, constituídos em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – sendo um deles, em parceria com a Claro, com sede na Universidade de São Paulo (USP); um em parceria com a IBM, também com sede na USP; e dois resultantes da Chamada IA aplicada à Saúde, um com sede na UNICAMP e outro na USP. Mais informações estão disponíveis em <https://fapesp.br/publicacoes/2024/pastacpa.pdf>. Ainda na área de inovação tecnológica, a FAPESP anunciou em 2025 quatro projetos aprovados na chamada PITE – Grandes Projetos do programa Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) –, que teve como objetivo identificar no mercado empresas parceiras para desenvolver e explorar os resultados de projetos vinculados a Auxílios à Pesquisa Jovem Pesquisador – Fase 2, Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs) e Auxílios à Pesquisa/Projeto Temático. Criado em 2012, o PITE tem apoiado projetos de pesquisa científica e tecnológica em universidade e instituições de pesquisa, em cooperação com pesquisadores de empresas cofinanciadoras. Em 2025, 26 projetos estavam em andamento e os investimentos do ano somavam R\$ 1,37 milhão em 30 de novembro. *Pesquisa para o avanço do Conhecimento:* Os 28 Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs) em operação em 2025 desenvolvem, em longo prazo, pesquisa de classe mundial em áreas diversas como neurociência e neurotecnologia, engenharia de computação, matemática aplicada à indústria, biologia de bactérias, alimentação, estudos sobre metrópoles e favelas, entre outros. Todos têm como missão formar recursos humanos, transferir tecnologia e difundir conhecimento para a sociedade. Cinco dos 28 Centros foram criados em 2025 para o desenvolvimento de pesquisas em materiais inteligentes e quânticos, engenharia molecular para materiais avançados, resiliência em crises climáticas e de gestão de ecossistemas para transições sustentáveis. A lista completa dos centros e suas respectivas áreas de pesquisa estão disponíveis em <https://fapesp.br/publicacoes/2024/pastacepid.pdf>. *Apoio à infraestrutura de pesquisa:* O desenvolvimento de pesquisas de classe mundial exige laboratórios e equipamentos modernos e competitivos em universidades e instituições de pesquisa paulistas. Em 2025, a FAPESP lançou duas chamadas de propostas no âmbito do Programa de Apoio à Infraestrutura de Pesquisa do Estado de São Paulo (PAIP): uma para Coleções Biológicas e outra para Acervos Museológicos, Bibliográficos e Arquivísticos. Para cada uma delas, a FAPESP reservou até R\$ 75 milhões para apoio à aquisição de equipamentos multiusuários (EMU) e custos de suprimentos e serviços necessários à instalação e operacionalização do equipamento multiusuário, além de Bolsas de Treinamento Técnico e de Participação em Curso. As propostas selecionadas poderão ter vigência de até 48 meses. As chamadas vão priorizar propostas baseadas em concepções inovadoras de armazenamento, organização e disponibilização das coleções, com demonstração da relevância da coleção para o desenvolvimento de pesquisas e previsão do desenvolvimento de projetos de caráter cultural e educativo a partir das coleções. No mesmo período, a FAPESP lançou outra chamada de propostas do PAIP com o objetivo de subsidiar a melhoria da infraestrutura e funcionamento dos biotérios de



pequenos animais e da biossegurança das estruturas de pesquisa em instituições paulistas, com investimentos previstos de R\$ 200 milhões. Foram aprovadas 67 propostas que preveem a aquisição de equipamentos e a realização de reformas para adequação de biotérios, laboratórios e casas de vegetação aos novos equipamentos, assim como na infraestrutura para pesquisa em biossegurança e a melhoria da qualidade dos animais produzidos e fornecidos. As propostas selecionadas terão vigência de até 36 meses. Até 30 de novembro de 2025, 780 projetos estavam vigentes, sendo 120 contratados no ano. Em 2024, a Fundação anunciou os 134 projetos aprovados em chamada do PAIP com aporte de até R\$ 250 milhões para a aquisição de equipamentos multiusuários de pequeno e médio porte, e, em 2023, destinou R\$ 450 milhões para a aquisição de infraestrutura científica de alto valor em três áreas: Uso Científico; Uso Tecnológico e Inovação; e Bancos de Dados, Acervos e Coleções. *Cooperação internacional:* a qualidade e o impacto da pesquisa paulista credenciam a FAPESP para ampliar globalmente a política de cooperação internacional. Em 2025, a Fundação assinou 24 acordos internacionais com instituições do Reino Unido (UKRI e *British Council*), da França (INRAE e Institut Pasteur), de Portugal (Air Center) e da Espanha (AEI e CSIC), da Ásia (JSPS do Japão e NRF da Coreia do Sul) e dos Estados Unidos (Fulbright e IIE), entre outras, além de instituições multilaterais, como CERN e UNESCO-TWAS. A Fundação participou de 35 editais internacionais, entre eles um com a NSF (EUA) sobre Segurança Cibernética e outro com o NWO (Países Baixos) sobre Biorrefinarias. Houve chamadas para atração de pesquisadores jovens para São Paulo, como o JP Internacional, o JP Butantan e o JP Max Planck. Também foi responsável por duas chamadas de pesquisa multilaterais: uma da Plataforma Transatlântica (<https://www.transatlanticplatform.com>) e a outra do *Belmont Forum* (<https://www.belmontforum.org/>), que se encerraram em 2025. *FAPESP Week:* foram realizados 3 eventos internacionais – na Alemanha, na França e no Uruguai – voltados a fomentar parcerias e projetos bilaterais em áreas de interesse comum com os países-sede. Além de pesquisadores paulistas, participaram representantes de startups e pequenas empresas beneficiárias do Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) com estratégias de internacionalização, selecionados por meio de edital. *FAPESP Week Germany:* realizado na Universidade Livre de Berlim (Alemanha) em parceria com a Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa (DFG). *FAPESP Week France:* realizado em parte no Instituto Superior de Aeronáutica e Espaço (Isae-Supaero) da cidade de Tolouse, em parceria com o Centro de Pesquisa em Câncer do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França (Inserm), o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e a Universidade de Toulouse; outros dois fóruns científicos foram realizados em Paris, em parceria com o Museu Nacional de História Natural (MNHN). Também na capital francesa, pesquisadores e empreendedores paulistas participaram da Vivatech, um dos principais eventos de tecnologia e startups da Europa. *FAPESP Day Uruguay:* realizado em Montevideu em parceria com a *Agência Nacional de Investigación e Innovación* (ANII). *Cooperação nacional:* A cooperação para a pesquisa também cresceu em âmbito nacional. Um exemplo é a Iniciativa Amazônia +10, liderada pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), que reúne 25 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, entre elas a FAPESP, para apoiar a pesquisa e a inovação tecnológica na Amazônia Legal, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo da região e a interação entre a natureza e a sociedade. Em 2025, a FAPESP assinou 30 acordos nacionais de cooperação com agências federais (CAPES e CNPq), bem como com outras FAPs (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas, entre outras). Esses acordos permitirão a participação da FAPESP, em conjunto com outras FAPs, em chamadas como a do Comitê Gestor da Internet no Brasil, chamadas bilaterais, bem como na implementação do projeto de doutorado direto das universidades públicas paulistas. *Novos programas:* foi lançado o Programa FAPESP Sistemas Alimentares Saudáveis (SAS), de estímulo a pesquisas que integrem o conceito de Saúde Única aos elementos centrais dos



sistemas alimentares – produção, agregação, processamento, distribuição e consumo. Entre os principais objetivos estão o combate à insegurança alimentar grave e moderada, que ainda afeta milhões de brasileiros, e a prevenção de epizootias, epidemias e pandemias associadas às práticas de produção de alimentos. O primeiro edital, lançado em agosto, objetiva apoiar a criação de redes de pesquisadores com ênfase no enfrentamento da gripe aviária e na mitigação de seus impactos econômicos, sociais e sanitários. No mesmo período, comemorou os 30 anos do Programa Jovens Pesquisadores (JP), criado para atrair e fixar talentos científicos no Estado de São Paulo e descentralizar o sistema estadual de ciência e tecnologia. Uma das modalidades de fomento de maior sucesso e competitividade da Fundação, o programa já apoiou quase 2 mil cientistas que vivenciavam o momento decisivo de transição entre o pós-doutorado e o início da carreira como pesquisadores independentes, concedendo recursos materiais para que pudessem montar seu próprio laboratório, além de autonomia para conduzir projetos ousados e inovadores. Parte dessa história é descrita no livro *Jovens Pesquisadores – uma ideia que deu certo. Divulgação científica: FAPESP na COP 30*: A FAPESP e os pesquisadores paulistas marcaram presença na COP 30, em Belém. As conferências e debates foram registrados pela equipe de jornalistas da Agência FAPESP e estão acessíveis em <https://agencia.fapesp.br/cop30>. *Centro de Memória FAPESP: Exposição Amazônia*: Na véspera da COP 30, o Centro de Memória FAPESP lançou a exposição virtual *Ciência na Amazônia: história, desafios e descobertas*, com entrevistas, vídeos, fotos e textos, que documentam desde os resultados do projeto Expedição Permanente à Amazônia (EPA), liderado por Paulo Vanzolini, no início dos anos 1960, até pesquisas mais recentes sobre geologia, antropologia e o papel da floresta para o equilíbrio climático. *Canais de comunicação FAPESP*: A divulgação científica permite o acesso de diversos públicos a informações sobre o avanço da ciência e contribui para a educação em ciência e para a formação de cidadãos. A FAPESP mantém ativos três importantes canais de comunicação Agência FAPESP, Pesquisa para Inovação e revista Pesquisa FAPESP e com presença forte nas redes sociais. Foram registradas 66.183 menções à FAPESP e/ou a projetos e pesquisadores apoiados nas mídias nacional e internacional, número 8% superior aos resultados de todo o ano passado. A Agência FAPESP tem 115,3 mil seguidores no LinkedIn, 81,3 mil no X, e mais de 51 mil no Instagram e no Facebook. A revista Pesquisa conta com 191 mil seguidores no Facebook, 141 mil no Instagram, 109 mil no Youtube, 95 mil no X, 26 mil no Threads e 1 mil no Telegram. Para ampliar a comunicação com professores e alunos do Ensino Básico, a FAPESP firmou parceria com a Fundação Roberto Marinho para o desenvolvimento de produtos com foco em educação em ciência. Em 2025, a 4ª edição do Prêmio Ciência para Todos, mobilizou professores e alunos de mais de cem escolas das redes municipal e estadual do Estado de São Paulo, além de institutos federais de ensino médio técnico e profissionalizante. No ensino fundamental, foram vencedoras as escolas de Várzea Paulista, Mogi Guaçu e Pedreira. Já no ensino médio, o destaque foi para professores e alunos dos municípios de Campinas, Franca e Itatiba. A parceria prevê também a realização de três temporadas da série “Ciência para Todos”, a criação da plataforma Co.educa, que dá acesso a conteúdos indexados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como objetivo subsidiar as atividades dos professores do Ensino Básico em sala de aula, e o lançamento de dois editais para a concessão de bolsas de Iniciação Científica a alunos de graduação: o Comunicar Ciências, que oferece bolsas do Programa Mídia Ciência para estudantes de graduação de diversas áreas do conhecimento, desenvolverem podcast, vídeos/*reels* para redes sociais, videorreportagem ou reportagem escrita sobre projetos científicos. E o edital Praticar Ciência, que também concede bolsas de Iniciação Científica para estudantes de licenciatura de instituições de ensino superior, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de materiais pedagógicos e/ou estratégias de ensino-aprendizagem nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia. *Parceria FAPESP e Instituto Legislativo Paulista*: A



difusão da ciência também é reforçada por meio da parceria da FAPESP com o Instituto do Legislativo Paulista (ILP) para a realização de eventos de divulgação científica e tecnológica. Entre 2017 e 2025 foram realizados 56 seminários presenciais e on-line reunindo pesquisadores, deputados e público interessado em temas de ciência e tecnologia. *Universidade de São Paulo (USP)*: Criada em 1934, é uma universidade pública cujo talento e dedicação dos docentes, alunos e funcionários têm sido reconhecidos por diferentes rankings nacionais e internacionais mundiais, nos quais a USP figura como instituição de ensino superior mais importante do País. 2025 foi o último ano da gestão do reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior e da vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda. Nos últimos quatro anos, a USP avançou na implantação de projetos e no desenvolvimento de ações no ensino, na pesquisa e na extensão. O relatório completo da gestão 2022-2026 está disponível neste link: <https://www5.usp.br/relatorio-de-gestao-2022-2026/>. A seguir, são elencados alguns dos principais projetos e os resultados alcançados em 2025. *Provão Paulista*: Na primeira edição do Provão, foram preenchidas 1.365 vagas (do total de 1.500 oferecidas pela USP) e, em sua segunda edição, em 2025, houve o preenchimento de 1.454 vagas, com o envolvimento de alunos das escolas públicas de mais de 269 municípios do Estado de São Paulo. O Provão Paulista Seriado é uma avaliação seriada promovida pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo que garante o acesso de estudantes de escolas públicas a 15 mil vagas nas universidades paulistas e é a terceira porta de entrada na USP – além da Fuvest e do Enem-USP. *Reserva de vagas*: Das 10.803 vagas preenchidas – considerando as informações declaradas na matrícula, independentemente da categoria de reserva de vagas – 53,5% são de estudantes que cumpriram todo o ensino médio em escolas públicas, e 28,3% são de estudantes que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. Esses dados se referem às três formas de ingresso adotadas pela USP neste ano: a Fuvest, o Enem USP e o Provão Paulista. *Adesão ao Enade*: A partir de 2025, a USP participará do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Neste ano, foram avaliados 48 cursos da USP, envolvendo mais de 3.100 estudantes. *Apoio ao ensino*: A Pró-Reitoria de Graduação investiu R\$ 230 milhões no Programa de Apoio ao Aprimoramento do Ensino de Graduação da USP. O programa financia ações desenvolvidas pelas Unidades de Ensino e Pesquisa voltadas à integração curricular, à incorporação de metodologias ativas e de tecnologias digitais de informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem, à curricularização de atividades extensionistas e à internacionalização. *Licenciatura*: Estudantes dos cursos de Licenciatura da USP participam do Programa de Bolsas de Extensão Universitária, também chamado de Bolsa SEDUC Estágio. Em 2025, o programa selecionou 285 bolsistas de 28 cursos de licenciatura da Universidade para atividades de apoio educacional em escolas públicas da rede estadual nas cidades de Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Santo André e na capital. Também foi criado o Programa de Iniciação e Aprimoramento da Docência (PROIAD), que oferece 120 bolsas no valor de R\$ 1.400 mensais. *Novo modelo da pós-graduação*: 37 programas de pós-graduação da USP aderiram ao novo modelo de pós-graduação, implementado pela USP em 2024. O novo modelo objetiva tornar os programas mais flexíveis, modernizando o conteúdo das disciplinas, oferecendo atividades extramuros, dando novo significado ao mestrado e dinamizando o doutorado. *Investimento na pesquisa*: Com o objetivo de fortalecer a infraestrutura de pesquisa científica, tecnológica e de inovação de suas unidades, a USP investiu R\$ 210 milhões para a aquisição e manutenção de equipamentos. Ao todo, a chamada recebeu 198 propostas, sendo 161 para a aquisição de equipamentos e 37 para a manutenção e reformas de área física. Desse total, 103 projetos foram aprovados. *Integridade da pesquisa*: Foi criado o Escritório de Integridade e Proteção da Pesquisa que tem como principais atribuições identificar os riscos e as oportunidades existentes em diferentes formas de parceria; avaliar se as instituições parceiras seguem diretrizes compatíveis com as da Universidade, promovendo relações saudáveis entre pesquisadores e agentes



externos; e estabelecer procedimentos que garantam a transparência das parcerias, apontando precocemente situações que podem impactar a pesquisa ou a reputação da Universidade e de seus pesquisadores. *Parceria entre a USP e o CNPEM:* A USP estabeleceu parceria com o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e lançaram uma chamada conjunta para projetos de pesquisa colaborativa. As chamadas concederam 40 bolsas de doutorado e 20 bolsas de pós-doutorado, com duração de 24 meses. *Feira USP e as Profissões:* A USP promoveu, de forma totalmente on-line e digital, a edição 2025 da *Feira USP e as Profissões*. A iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) da USP é destinada a estudantes do ensino médio e de cursos preparatórios para o vestibular. Cada dia do evento foi dedicado a uma das três grandes áreas do conhecimento: ciências exatas, humanas e biológicas, junto com saúde. *De volta à escola:* A USP realizou centenas de visitas a escolas públicas do estado de São Paulo com o intuito de estimular e incentivar a participação nos processos de ingresso na Universidade. A iniciativa “De volta à escola: Eu na USP” leva universitários que vieram de escolas públicas estaduais para suas instituições de origem com o objetivo de compartilhar experiências e inspirar os colegas secundaristas. *Um Dia na USP:* o programa foi realizado nos dias 12 e 13 de setembro, abrangendo 40 unidades de ensino e pesquisa – 24 na capital e 16 no interior, com 11,4 mil vagas distribuídas em 103 atividades incluindo palestras, rodas de conversa, visitas a laboratórios e oficinas culturais e científicas. *Diplomação honorífica:* Estudantes mortos durante a ditadura militar brasileira foram homenageados e diplomados pela Universidade dentro do projeto Diplomação da Resistência, que prevê conceder diplomas honoríficos de graduação aos 33 estudantes da USP vítimas do período. *CRUSP:* O prédio do Bloco D do Conjunto Residencial da USP (Crusp) foi concluído. O novo edifício tem cerca de 4,6 mil metros quadrados distribuídos em seis pavimentos e oferece 200 vagas, distribuídas em 69 apartamentos com áreas entre 35 e 40 metros quadrados. Cada unidade padrão possui três dormitórios, cozinha, área de serviço e banheiro. As cozinhas estão equipadas com utensílios como *cooktops* elétricos e purificadores de água, o que é uma novidade em relação aos demais blocos, onde os espaços para preparo de refeições são coletivos. Outra inovação é a presença de lavanderias em cada unidade, com tanque, varais e instalações para máquina de lavar, também diferentemente das outras unidades, que dispõem de lavanderias compartilhadas. *Política de inclusão:* Foram estabelecidas as diretrizes da Universidade para o desenvolvimento de ações acadêmico-administrativas voltadas para a Política de Inclusão e Pertencimento das Pessoas com Deficiência (PcD) na USP, considerando princípios fundamentais de direitos humanos e acessibilidade e alinhando-se às principais normativas nacionais e internacionais. A Política tem como princípios que a pessoa com deficiência tem direito à educação de qualidade, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, e que a Universidade deve garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência no seu cotidiano, proporcionando o pleno desenvolvimento do potencial humano e aproveitando suas habilidades singulares. *Educação mais acessível:* A partir do primeiro semestre de 2025, a USP passou a oferecer a seus estudantes de graduação uma disciplina com conteúdos essenciais para promover uma educação mais acessível e inclusiva em todas as áreas do conhecimento. Trata-se Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão, curso idealizado pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) de São Paulo, em parceria com a USP e outras três universidades estaduais: UNICAMP, UNESP e UNIVESP. *Novos centros internacionais:* Foi assinado, em outubro de 2025, o acordo para a criação do Centro Internacional de Pesquisa (CIP) Saúde Planetária em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa para a Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente (INRAe) da França. Também foi firmado um acordo com a *Université Paris Sciences et Lettres (PSL)* para a criação do centro USP-PSL que reúne pesquisadores nas áreas de economia circular e terapia celular. *Alianças globais:* A USP passou a fazer parte de três



importantes redes europeias de universidades: a Aliança Europeia de Inovação em Aprendizagem em Engenharia e Ciência (*EELISA*, na sigla em inglês), a Aliança Universitária Europeia para a Saúde Global (*EUGLOH*, na sigla em inglês) e a Una Europa, que congrega 11 universidades de pesquisas. *Feira de tecnologia*: A USP e a FAPESP participaram da Feira *VivaTech*, um dos mais importantes eventos de tecnologia da Europa, que foi realizada em junho de 2025, na cidade de Paris. Esta foi a primeira vez que as duas instituições participaram do evento, que recebeu, nos quatro dias de realização, mais de 180 mil visitantes de 171 nacionalidades diferentes, com a participação de 14 mil startups. *Sustentabilidade*: foi criado o programa USP Sustentável com o objetivo de desenvolver ações de comunicação e de engajamento da comunidade universitária para fortalecer o compromisso da Universidade com a sustentabilidade, dando visibilidade ao que a Instituição já realiza há muito tempo nesse campo e abrindo canais de mobilização e de participação de alunos, professores e funcionários nessas ações de desenvolvimento sustentável. *Transição energética nos campi*: a USP ampliou suas ações voltadas à transição energética, com investimentos na geração de energia solar fotovoltaica em todos os seus campi e na migração para o mercado livre de energia elétrica. Essas iniciativas têm como objetivo reduzir os custos operacionais da instituição, minimizar os impactos ambientais decorrentes do consumo energético e fortalecer a autonomia e a responsabilidade institucional no uso de fontes renováveis. *Agenda SP+Verde*: foi firmada parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo para a realização do Summit Agenda SP+Verde, que discutiu o avanço de políticas e iniciativas voltadas à economia verde e ao desenvolvimento sustentável como parte da preparação para a COP30. *Educação Ambiental*: Com o objetivo de reforçar as iniciativas do programa USP Sustentável e, mais especificamente com a promoção da educação ambiental, foi lançado o Edital Projetos Educativos SustentaUSP – Desenvolvimento Sustentável na Prática, que destinou R\$ 1 milhão para financiar projetos educativos voltados à promoção da sustentabilidade. *Parceria estratégica*: Formalização da Aliança Estratégica Senai-SP e USP, que permite que os alunos da Universidade tenham acesso a informações sobre inovação e possam adquirir conhecimentos que capacitem sua atuação em setores da indústria de transformação, e inauguração do Espaço Inovação Senai-SP USP, no Centro de Inovação da USP (InovaUSP), localizado na Cidade Universitária. Além desse espaço, a Universidade também inaugurou dois novos ambientes no prédio do InovaUSP: a sala de representação do Distrito de Inovação de São Paulo e o posto do Sebrae Aqui USP Butantã. *Congresso internacional*: O 1º Congresso Internacional de Emissoras Públicas, reuniu especialistas de 13 países da América, Europa e África, que discutiram temas como a contribuição das emissoras públicas para a democracia, os desafios das rádios e TVs públicas diante das novas tecnologias de comunicação digital e o financiamento como forma de preservar a independência dessas emissoras. *Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*: Fundada em 1966, com o objetivo de se tornar centro de excelência acadêmica, produzindo pesquisa básica e aplicada de classe mundial e oferecendo educação de alta qualidade em cursos de graduação e pós-graduação, além de atuar como um catalisador para o desenvolvimento. A Unicamp conta com 38.572 alunos matriculados em 65 cursos de graduação e 172 de pós-graduação nos *campi* de Campinas, Piracicaba e Limeira. Nossos 1.769 docentes, 99% doutores e 94% atuando em regime de dedicação exclusiva, mantiveram-se na liderança nacional da produção *per capita* de artigos científicos em revistas internacionais indexadas. No ensino técnico, 2.800 alunos estavam matriculados nos 35 cursos dos Colégios Técnicos de Campinas e Limeira, nas áreas de infraestrutura e tecnologia; ambiente, saúde e segurança; produção alimentícia; gestão e processos industriais e informação e comunicação. *Ensino: Acesso* - 3.348 alunos ingressaram por diferentes formas. Após medida aprovada pelo Conselho Universitário em 2017, passou-se a utilizar diversas formas de ingresso, ampliando a



inclusão nos cursos de graduação. Pelo vestibular, foram 2.625 estudantes. Pela modalidade Enem-Unicamp, foram 406 estudantes. A Unicamp aderiu, para o ingresso a partir de 2024, ao Provão Paulista Seriado — uma nova modalidade de acesso às universidades públicas do estado de São Paulo, voltada exclusivamente para estudantes da rede pública estadual paulista de ensino. Pela modalidade Provão Paulista, em 2025, foram 193 estudantes. Outros 52 ingressantes utilizaram o desempenho em olimpíadas e competições de conhecimento (Vagas Olímpicas). Já pelo Vestibular Indígena 2025, ingressaram 72 estudantes. *Cotas:* Pelo sétimo ano, a Unicamp reservou um mínimo de 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos no vestibular. Do total de ingressantes em 2025, 29,6% se declararam pretos ou pardos (990 estudantes). *Inclusão:* A Unicamp também oferece pontuação extra a candidatos oriundos da rede pública. Os que aderiram ao Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) recebem, na primeira e na segunda fase, as seguintes pontuações: 20 pontos para os que cursaram integralmente o Fundamental II na rede pública; 40 pontos para os que cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública; 60 pontos para os que cursaram ambos os períodos na rede pública. Dos ingressantes em 2025 (44,0%, 1.474 estudantes) vieram da escola pública. *Pós-Graduação:* Com 45% dos alunos concentrados na pós-graduação, a Unicamp registrou, até o final de outubro de 2025, 1.072 dissertações de mestrado e 661 teses de doutorado defendidas. Dos 152 cursos de pós-graduação avaliados pela Capes no último ciclo quadrienal (2017-2020), 130 (85,53%) tiveram notas de 5 a 7 (“muito bons” ou “excelentes”). Cursos com nota 6 ou 7 são considerados de padrão internacional. A Unicamp tem 73 cursos nesta faixa (48% das pós-graduações avaliadas). *Pesquisa e Desenvolvimento: Produção científica:* de acordo com levantamentos realizados juntos às bases *Web of Science (WOS)* e *Scopus*, que monitoram milhares de revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp se mantém entre as mais relevantes do país, confirmando o posicionamento da Universidade entre as principais instituições de pesquisas brasileiras. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a Unicamp apresenta notável crescimento de produtividade, com aumento de 0,2 para 2,97 artigos per capita/ano. *Inovação tecnológica:* A Agência de Inovação Inova Unicamp, nosso Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), recebeu 138 comunicações de invenção entre janeiro e outubro de 2025, mês no qual o portfólio de patentes da Unicamp alcançou o patamar de 1176 patentes em vigor. Em parcerias de transferência de tecnologia para empresas, ao fim de outubro de 2025, contabilizamos 240 contratos de tecnologia ativos. Em relação à pesquisa e desenvolvimento (P&D) em colaboração com empresas entre janeiro e outubro de 2025, foram assinados 40 convênios. No Parque Científico e Tecnológico da Unicamp há 66 empresas, entre grandes empresas, startups e incubadas, que mantêm no total 820 postos de trabalho, sendo 74% deles em P&D. Nos empreendimentos criados por ex-alunos ou docentes, estão cadastradas 1.758 empresas-filhas na base da Inova, 1.515 delas ativas no mercado. Juntas, elas geram 54 mil empregos diretos, com um faturamento de R\$28,3 bilhões/ano. *Prestação de Serviços: Desempenho da área de Saúde:* Cobrindo 88 municípios dos Departamentos Regionais de Saúde VII, X e XIV, e uma população superior a seis milhões de habitantes, no período que compreende os meses de janeiro a outubro de 2025 a Unicamp manteve sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde no interior do Estado. *Hospital de Clínicas (HC):* consolida-se como um dos principais pilares de excelência da saúde pública no Estado, desempenhando papel estratégico na assistência de média e alta complexidade para toda a região. No período avaliado, o HC manteve o pleno funcionamento de suas áreas essenciais — oncologia, urgência e emergência, transplantes e cirurgias eletivas de alta complexidade — assegurando acesso ampliado e cuidado qualificado à população. Foram realizados 343.621 atendimentos ambulatoriais, 10.129 internações e 12.253 cirurgias, incluindo procedimentos ambulatoriais, eletivos e de urgência (sendo 7.060 em centro



cirúrgico e 5.193 em centro cirúrgico ambulatorial). A Unidade de Emergência Referenciada registrou 43.301 atendimentos, reforçando o papel do HC como referência regional para casos graves e de alta complexidade. No suporte diagnóstico, o hospital realizou 2.935.587 exames laboratoriais (2.888.513 pela Divisão de Patologia Clínica e 47.074 em outros laboratórios), além de 144.826 exames de imagem, 6.338 procedimentos em Medicina Nuclear e 294 transplantes — distribuídos em 100 de córnea, 4 cardíacos, 72 de medula óssea, 87 renais e 31 hepáticos — reafirmando sua relevância como centro transplantador de destaque nacional. *Hospital da Mulher (Caism)*: O Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti-Caism é referência regional em nível terciário e quaternário na atenção à saúde da mulher e do recém-nascido, atendendo, por exemplo, pacientes com endometriose profunda, câncer de mama, gestação de alto risco e mulheres vítimas de violência sexual. Entre janeiro e outubro de 2025, o CAISM realizou 5.417 internações, 71.612 consultas médicas (ambulatoriais e de urgência/emergência), 2.544 cirurgias, 1.404 partos, 165.634 exames laboratoriais, 38.216 exames de imagem (mamografias, raios-x simples, raios-x contrastados, ecografias e densitometrias), 19.300 quimioterapias e 36.620 radioterapias. *Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemocentro)*: é referência em nível terciário e quaternário nas áreas de hematologia e hemoterapia para a região. Atividades realizadas de janeiro a outubro de 2025: 20.996 consultas médicas, 1.296.887 exames laboratoriais (pacientes e triagem de bolsas para doação), 58.091 coletas de sangue total ou hemocomponentes, 69.047 doadores voluntários atendidos, 19.367 procedimentos transfusionais realizados e 5.264 procedimentos de quimioterapia. *Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo (Gastrocentro)*: Referência internacional em diagnóstico, repasse de tecnologia e transferência de conhecimentos. Realiza, em média, 188 colonoscopias e 542 endoscopias por mês. Realiza, em média, 4 mutirões de colonoscopia por ano, com aproximadamente 45 pacientes da lista de espera cada, mantidos com recursos de emendas parlamentares. HES, HRP e AMEs: na gestão dos Hospitais Estaduais de Sumaré e Piracicaba, entre janeiro e outubro de 2025, foram 324.838 exames laboratoriais, 72.541 consultas médicas, 9.400 atendimentos de urgência referenciada, 15.181 internações, 15.975 cirurgias e 1.320 partos. Além dos atendimentos em seu complexo hospitalar, a Unicamp mantém convênios com a Secretaria de Estado da Saúde para gestão de cinco Ambulatórios Médicos de Especialidades em Amparo, Limeira, Mogi Guaçu, Santa Bárbara D'Oeste e São João da Boa Vista. Em 2025, entre janeiro e outubro, foram 148.041 consultas médicas, 35.746 consultas não médicas, 20.362 cirurgias ambulatoriais, 38.702 exames diagnósticos em especialidades, 268.924 exames laboratoriais de análises clínicas e patológicas, 71.580 exames de imagem, 11.498 endoscopias e 12.979 procedimentos terapêuticos (Sessões). É fundamental notar que, devido ao encerramento do convênio com a Unicamp em 31/07/2025, os dados apresentados para o Hospital Estadual de Sumaré e o AME de Limeira referem-se apenas ao período de janeiro a julho de 2025, e não ao período de janeiro a outubro, como as demais unidades. *Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)*: Criada em 1976 como resultado da reunião dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, a UNESP atualmente engloba 34 unidades universitárias distribuídas em 24 cidades paulistas: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Sorocaba e Tupã. Além das unidades universitárias, a Unesp conta com 3 colégios técnicos e de ensino médio (1.446 pessoas matriculadas), 9 unidades complementares, 5 fazendas de ensino e pesquisa, 5 centros de atendimento odontológico e um Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo, responsável pela Rádio Unesp FM e TV Unesp. Na cidade de São Paulo encontram-se ainda as sedes da Reitoria e de três das principais fundações da Universidade (Vunesp, Fundunesp e Fundação



Editora da Unesp). Em 2025, a Unesp foi classificada como a sexta universidade da América Latina, no QS Ranking, e a terceira do Brasil, no ranking da *Times Higher Education*. São as melhores avaliações alcançadas pela instituição nestas duas listas, que estão entre os rankings universitários mais tradicionais. **Graduação:** Atualmente, a Unesp conta com 38.773 estudantes matriculados (52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino) em 136 cursos de graduação, dos quais 86 são de licenciatura. Estes cursos compreendem carreiras nas grandes áreas do conhecimento: Biológicas, Exatas e Humanidades. O resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) realizado em 2023 indica boa avaliação para os cursos de graduação oferecidos na Unesp. Dos 45 conceitos recebidos pela Universidade, 86,7% foram avaliações 4 e 5, as mais altas do exame, e 11,1% foram nota 3. O Vestibular Unesp 2026 teve 65.218 candidatos inscritos. Nos últimos anos, a Universidade tem diversificado as formas de ingresso na graduação, aumentando as possibilidades de acesso ao ensino superior, como a oferta de vagas para o Provão Paulista Seriado e vagas adicionais a participantes de olimpíadas do conhecimento. Ressalta-se aqui a adoção desde 2014 do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública, destinando atualmente 50% das vagas a vestibulandos que fizeram todo o ensino médio em escola pública (destas, 35% são atribuídas a pessoas que se autodeclararem pretas, pardas ou indígenas). Para ingresso em 2026, a Unesp ainda reservou pela primeira vez vagas diretas por meio das notas do Enem. Ao todo, são 8.141 vagas ofertadas por meio de seis portas de entrada diferentes:

Unesp – Modalidades de Ingresso (2026)	Vagas
Vestibular Unesp 2026	5.867
Unesp-Enem	729
Provão Paulista Seriado	934
Olimpíadas Científicas Unesp	451
Vestibular Unesp Meio de Ano 2026	144
Unesp-Enem Meio de Ano 2026	16
TOTAL	8.141

Pós-graduação: A Unesp mantém 139 programas de pós-graduação *stricto sensu* (11 deles compartilhados), com atuação em 49 das 51 áreas de avaliação da Capes e a presença de 3.306 docentes credenciados. São 141 cursos de mestrado e doutorado (acadêmico e/ou profissional), ocupados por 13.445 estudantes (55% do sexo feminino). Entre os cursos, 63% possuem elevado padrão de qualidade, com notas 5, 6 ou 7 (as mais altas na classificação da Capes). Em quase 50 anos, a Unesp já formou cerca de 75 mil pessoas com diplomas de pós-graduação *stricto sensu*. Além destes, também há a oferta de 32 cursos de especialização (*lato sensu*), seis cursos da Universidade Aberta do Brasil e 13 programas de residência (uma residência médica e 12 residências multiprofissionais da saúde). Desde 2024, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação passou a oferecer um Processo Seletivo Unificado para ingresso nos programas da Universidade. **Pesquisa, Produção Científica e Internacionalização:** A captação de recursos para a pesquisa somou R\$ 365,5 milhões em 2025, ano em que a Unesp teve 14 propostas selecionadas na chamada de Biotérios e Biossegurança da Fapesp e foi contemplada com quatro novos Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCDs), também da Fapesp. Esses CCDs vão outorgar a pesquisadores unespianos em torno de R\$ 31,4 milhões dos mais de R\$ 40 milhões pleiteados nas propostas aprovadas. Em 2025, a Assessoria de Relações Externas (AREX) tramitou cinco novos projetos financiados por agências internacionais, tais como Royal Society UK e comissão europeia, além de estreitar ainda mais os laços de cooperação com instituições chinesas. No programa de internacionalização, a Universidade participou nos últimos anos de 34 projetos de cooperação internacional e 84 redes de pesquisa, envolvendo 70



programas de pós-graduação e mais de 1.100 pesquisadores. A proporção de artigos e revisões com colaborações internacionais, considerando a base de dados Scopus, avançou de 31,5% para 41,1% das publicações da Unesp. Em números absolutos, eram 1.907 em um universo de 6.052 trabalhos em 2018, e se tornaram 2.518 em um conjunto de 6.125 *papers* em 2024, ano em que a quantidade de colaborações internacionais esteve mais perto das colaborações nacionais. A Unesp é hoje a segunda universidade do país em volume de artigos publicados, e a produção científica vem ganhando qualificação e internacionalização: artigos com DOI (identificador universal do objeto digital), principal referência para um conteúdo acadêmico, por exemplo, saltaram de 68% em 2018 para 79% em 2024. Já o Programa de Iniciação Científica da Unesp recebeu, em 2025, 4.725 projetos de pesquisa de estudantes de todos os 24 câmpus da Universidade. Foram concedidas 1.480 bolsas de Iniciação Científica e mais 79 bolsas de Iniciação Tecnológica. Além disso, o PIBIC Júnior, voltado para alunos do ensino médio, concedeu 672 bolsas em 2025. *Divulgação Científica*: O *Jornal da Unesp*, em versão digital, passou a também ser impresso em papel em 2025, com periodicidade quadrimestral. As três edições publicadas no ano contaram com uma tiragem de 1 mil exemplares cada, distribuídos à comunidade interna e externa. Em parceria com a Universidade do Livro, a Assessoria de Comunicação e Imprensa (ACI) deu prosseguimento em 2025 à série “Encontro com os Escritores”, com dez eventos ao longo do ano. A iniciativa promove um diálogo entre autores e leitores na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, com entrada gratuita. *Bibliotecas*: A Unesp tem modernizado a estrutura das bibliotecas, especialmente por meio dos terminais de autoatendimento para empréstimo e devolução de livros. Atualmente, a Universidade conta com 32 bibliotecas que dispõem de 3.156.589 livros. O acervo é completado com títulos de periódicos impressos, fascículos de periódicos impressos, e-books, CDs, DVDs e outros materiais, reunindo mais de 3 milhões de itens à disposição da comunidade universitária. *Gestão Inovadora*: Em 2025, a Unesp criou a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Proade) a fim de aglutinar o trabalho de diversas instâncias acadêmicas, como a Coordenadoria de Atividades Físicas e Esportivas; a Coordenadoria de Permanência Estudantil; a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Unesp; o Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão; a Comissão de Averiguação de Autodeclarações de Pretos, Pardos e Indígenas; e o Observatório de Educação em Direitos Humanos. Em 2025, destacam-se o programa “Unesp sem Assédio” e a campanha “Unesp Antirracista e Plural”. Outra inovação foi a criação, em agosto de 2025, do Escritório de Gestão de Carreiras e Egressos (EGCE). O objetivo é aprimorar plataformas sociais sobre carreiras e egressos e divulgar cursos, mentorias, estágios, empregos e eventos afins. O EGCE passou a agregar iniciativas já existentes, como o Portal Alumni Unesp, e a produzir, em parceria com a ACI, o podcast Universo Profissional –um relato de histórias de vida pessoal e profissional de estudantes egressos da Unesp. No caso da Agência Unesp de Inovação (AUIN), registra-se a existência na Universidade de 45 empresas juniores; 6 parques tecnológicos; 21 Ambientes de Inovação e Incubadoras da Unesp; e mais de 1.300 empresas filhas (criadas por pessoas que ainda estão ou que já passaram pela Unesp). *Recursos Humanos e Orçamento*: Desde 2022 a Unesp tem trabalhado na recomposição do quadro de servidores. Até novembro de 2025, a Universidade apresentava em seu quadro um total 3.182 docentes ativos, 95% deles em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). Somam-se a este número os 5.079 servidores técnicos-administrativos, que dão suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão universitária, além da gestão administrativa das Unidades. A Unesp tem ainda 7.300 servidores aposentados (4.968 técnico-administrativos e 2.332 docentes), mantidos com recursos próprios. Os recursos orçamentários movimentados no exercício de 2025 (posição até outubro) chegaram a um total de R\$ 5,21 bilhões, na seguinte conformidade:



Dotação, empenho e pagamento por fonte de receita: posição acumulada até OUTUBRO/25

Especificação	Orçamento		Recursos do Tesouro		Receita Própria		Receita Convênios	
	em R\$	%	em R\$	%	em R\$	%	em R\$	%
1. Dotação Orçamentária Atual	5.219.699.894,00	100,0%	4.269.316.265,00	100,0%	930.107.921,00	100,0%	20.275.708,00	100,0%
2. Empenho (%=2/1)	3.708.721.821,13	71,1%	3.283.551.351,75	76,9%	421.660.549,25	45,3%	3.509.920,13	17,3%
3. Pagamento (%=3/2)	3.116.257.716,63	84,0%	2.951.039.459,29	89,9%	163.612.539,64	38,8%	1.605.717,70	45,7%
(4 = 1-2) Saldo a empenhar (%=4/1)	1.510.978.072,87	28,9%	985.764.913,25	23,1%	508.447.371,75	54,7%	16.765.787,87	82,7%
(5 = 2-3) Saldo a pagar (%=5/2)	592.464.104,50	16,0%	332.511.892,46	10,1%	258.048.009,61	61,2%	1.904.202,43	54,3%
(6) Dotação Inicial	4.697.543.849,00		4.267.105.265,00		420.162.876,00		10.275.708,00	
(7) Crédito (1-6)	522.156.045,00		2.211.000,00		509.945.045,00		10.000.000,00	

Nota: A dotação inicial aprovada na LOA/2025 foi de R\$3.036.613.374,00 sendo: R\$2.515.000,00 de emendas impositivas + R\$3.034.098.374,00 (cota-parte). Somado a esse valor temos a insuficiência financeira de R\$1.230.491.891,00 que está consignado no orçamento da SPPrev. Crédito por superávit financeiro: R\$200 milhões (RP) + R\$10 milhões (Conv.) Crédito suplementar em abril (fonte tesouro) emenda parlamentar: R\$850.000,00 + R\$500.000,00. Transferência voluntária R\$561.000,00 + \$500.000,00 em julho. Novo (setembro) crédito superávit financeiro (rec.própria) R\$ 309.945.045,00

Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP): é uma instituição pública de ensino superior à distância. Promove a expansão do ensino superior gratuito e de qualidade no território paulista, com alta abrangência geográfica na oferta de vagas. **Cursos Graduação:** a Univesp conta com mais de 89 mil alunos de graduação, distribuídos em nove cursos: Letras, Matemática, Pedagogia, Bacharelado em Tecnologia da Informação (BTI), Bacharelado em Ciência de Dados, Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Administração e Processos Gerenciais. **Vestibular:** o processo seletivo anual com ingresso no final de julho de 2025, ofertou o total de 25.566 vagas, dessas 2.631 para o Provão Paulista e 22.935 destinadas ao Vestibular, que aconteceu em 432 polos, de 373 municípios (capital, litoral e interior). Foram ofertados nove cursos, com três eixos básicos de ingresso: Pedagogia, Letras, Matemática (Eixo de Licenciatura), Ciência de Dados, Tecnologia da Informação, Engenharia de Computação (Eixo de Computação), Engenharia de Produção e os novos, Administração e Tecnologia em Processos Gerenciais (Eixo de Negócios e Produção). O processo recebeu 76.428 inscrições efetivadas e preencheu 99% das vagas. **Especialização em Processos Didático-Pedagógico para cursos na Modalidade a Distância:** participam da pós-graduação alunos de mestrado e doutorado da USP, Unesp, Unicamp e das Universidades Federais UFScar, UFABC e Unifesp. Os selecionados atuam como facilitadores virtuais e auxiliam os estudantes da graduação da Univesp. Ao longo do ano, foram atendidos 2.038 alunos bolsistas. **Colação de Grau:** em 2025, 7.272 alunos colaram grau (1.652 de Pedagogia, 409 de Letras, 337 de Matemática, 1024 de Engenharia de Computação, 483 de Engenharia de Produção, 1.308 de Bacharelado em Tecnologia da Informação, 524 de Bacharelado em Tecnologia da Informação - ênfase em análise de dados, 778 de Bacharelado em Tecnologia da Informação - ênfase em internet das coisas, 226 de Bacharelado em Ciência de Dados e 531 de Tecnologia em Processos Gerenciais). As colações oficiais foram on-line, exibidas na Univesp TV e no Canal Oficial, no Youtube. Durante o ano, também ocorreram duas solenidades festivas. **Expansão:** a Univesp possui 455 polos, em 390 municípios do Estado. A universidade alcança mais de 60% do território paulista, em cidades que abrigam mais de 93% da população do Estado. Foram assinados 15 novos acordos para implantação de polos (Itapirapuã Paulista, São Paulo – Escola da Inclusão, Santo Antônio do Aracanguá, Nova Europa, São Paulo – Barro Branco/Uniceu, São Paulo – Vila Alpina/Uniceu, São Paulo – Cidade Líder/Uniceu, São Paulo – Tremembé/Uniceu, São Paulo – Horizonte Azul/Uniceu, São Paulo – Coreto de Taipas/Uniceu, São Paulo – São Miguel/Uniceu, São Paulo – Ermelino Matarazzo/Uniceu, São Paulo – Cidade Ademar/Uniceu, São Paulo – Jardim Imperador/Uniceu, Descalvado) e renovados outros nove (Brotas, Buri, Estrela do Norte, Martinópolis, Nantes, Rincão, Rinópolis, São Luiz do Paraitinga, São José do Rio Preto). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade):** 3.868



alunos da Univesp dos cursos de Licenciaturas, Letras (851), Matemática (557) e Pedagogia (2316) e de Tecnologia em Processos Gerenciais (144) foram convocados para participar da prova do Enade. Criado em 2004, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Enade é uma das avaliações que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). *Ofertas de disciplinas de graduação:* foram ofertadas 765 disciplinas. *Estágio Obrigatório:* em 2025 tivemos 5.002 alunos que concluíram o estágio obrigatório e 8.050 estudantes realizam atualmente (dezembro) estágio obrigatório. *Estágio Não-Obrigatório:* 1.820 alunos concluíram o estágio não-obrigatório e 1.993 realizam atualmente (dezembro) estágio não-obrigatório. *Reconhecimentos de cursos pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP):* foram protocolados junto ao CEE-SP os reconhecimentos dos Cursos de Ciências de Dados (em andamento), Engenharia de Computação (em andamento) e Bacharelado em Administração (aguardando parecer). Também foram renovados o reconhecimento dos cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais (por três anos) e o de Tecnologia da Informação – BTI (por cinco anos). Em dezembro, a Diretoria Acadêmica instruiu o processo com os documentos necessários para o protocolamento do curso de Letras. *Número de colaboradores:* a Univesp conta com 168 colaboradores ativos, (74 profissionais do quadro permanente, 29 comissionados, 49 supervisores-PSS e 16 estagiários). *Contratação de novos profissionais:* foram contratados 26 profissionais para o quadro permanente da Univesp e sete comissionados, os quais vieram de reposição do quadro. *Processo seletivo Simplificado para Supervisores Pedagógicos:* foram contratados 51 supervisores pedagógicos, mediante abertura de Processo Seletivo Simplificado (PSS), dos quais, 49 permanecem em exercício. *Concurso para contratação de professores:* em 2025, a Univesp contratou 19 professores do quadro permanente, via concurso público. *Contratação de conteudistas:* foram contratados 29 conteudistas para a oferta de 30 disciplinas. Os contratados são professores doutores de diversas instituições de ensino superior. *Convênio com a Fundação Padre Anchieta (FPA):* o convênio vigorará até o dia 31/03/2026, conforme 2º Termo aditivo ao Convênio Univesp nº 01/2022. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisão e internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para diversas regiões do Estado de São Paulo. Em 2025, foram gravadas videoaulas e outros programas, como: Cursinho Univesp, Inspira Univesp, Open Univesp, Quem, Sabe Ganha, Perfil Univesp, Aqui tem Univesp, Arquivo SP, Missão Educar e Profissões 360, além da cobertura de diversos congressos e eventos acadêmicos nas áreas de educação e tecnologia. No geral, foram mais de 1.500 horas de gravações, mais de 5.200 horas de pós-produção, 253 horas de produções inéditas e 787 aulas gravadas. *Comunicação:* a Univesp foi destaque em mais de 2,5 mil reportagens, 99% positivas, de acordo com o *clipping* semanal. A universidade também conta com participação ativa de usuários nas mídias sociais, sendo: Facebook (91 mil seguidores); X (15 mil seguidores); Instagram (91,7 mil seguidores); LinkedIn (78,3 mil seguidores) e 2 mil seguidores no TikTok. O site da Univesp teve mais de 1,4 milhão de usuários e mais de oito milhões de visualizações de páginas. O canal da Univesp TV, no Youtube, ultrapassou 15.500 vídeos disponibilizados e mais de 1,41 milhão de inscritos, no total já são 234.156.211 visualizações. Ao longo do ano, foram enviados mais de 130 comunicados aos colaboradores da instituição e realizados 12 boletins mensais. *Programa Oportunidade Já:* a Univesp disponibilizou no website mais de 500 mil vagas voltadas à oferta de cursos on-line, workshops, treinamentos e processos seletivos gratuitos, destinados a vestibulandos, estudantes ou qualquer cidadão interessado. Os cursos são criados e gerenciados por empresas privadas, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e órgãos públicos participantes da ação. As oportunidades são direcionadas às áreas de voluntariado, turismo, logística internacional, gerenciamento de processos, tecnologia da informação e *soft skills* e inteligência artificial. *Lançamento da Plataforma*



Carreira: em 19/05, a Universidade lançou o Programa Carreira Univesp, destinado a alunos e ex-estudantes da instituição. A plataforma é acessada via Portal do Aluno e traz interação e ações que otimizam o processo de empregabilidade. Além de oportunidades como estágios e empregos, a iniciativa conta com outras funcionalidades, entre elas, perfil público, banco de currículos, conteúdo sobre carreiras, agenda de eventos, comunicados, gestão de estágio, simulação de entrevista, mentoria, pesquisas e um aplicativo. *Todas In Rede:* continuidade da parceria entre a Univesp e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), o Programa é responsável pela elaboração e gestão do Curso de Atendimento da Mulher com Deficiência Vítima de Violência, cujo público-alvo é composto de profissionais da Rede de Proteção como: Promotores, Delegados, Técnicos, Profissionais que atuam nas Delegacias de Defesa da Mulher (no Estado de SP, temos 134 Delegacias) e demais Delegacias Especializadas. Em 2025 foram ofertadas 800 vagas. *Curso Introdução Libras:* em parceria com a SEDPcD, foram ofertadas 16.500 vagas no curso on-line de introdução à Libras. *Provão Paulista:* a Univesp ofertou 2.631 vagas, distribuídas pelos nove cursos de graduação. No total, foram mais de 15 mil vagas. Outras instituições parceiras são: USP, UNESP, UNICAMP e as Fatecs do CEETEPS. *Hackathon “Play to Survive:* em parceria com as Fatecs Carapicuíba e Osasco, Centro Paula Sousa (CPS), Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO) e Universidade Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e apoio da Defesa Civil, a Univesp organizou o Hackathon “Play to Survive – Desenvolvimento de Jogos para Aprendizagem sobre Gestão de Emergência em Desastres”, que aconteceu de 02 a 04 de outubro de 2025, no campus da Fatec Carapicuíba. *Termo de Cooperação Núcleo Softex:* continua vigente o termo assinado em setembro de 2023, para ofertas de vagas destinadas a alunos da instituição, em cursos no TrendsIT – Capacitação & Residência, ação do Ministério da Ciência e Tecnologia, com realização do Núcleo Softex Campinas e coordenação do Softex Nacional. O programa oferece capacitação e conteúdos gratuitos voltados para quem pretende ingressar ou buscar novas oportunidades no mercado de trabalho, além de residência em empresas parceiras e bolsas de ajuda de custo para futuros desenvolvedores de *software*. Já foram ofertadas 10 mil vagas aos estudantes. *Termo de Cooperação Técnica Univesp e Instituto de Pesquisas Eldorado:* a Univesp deu continuidade ao termo de parceria assinado com o Eldorado em 30 de outubro de 2024, para a oferta de 30 mil vagas em cursos on-line na rede TIC em Trilhas. No total são 15 trilhas formativas, 2 mil vagas em cada, em diversas carreiras em tecnologia, como Programação, Desenvolvimento Mobile, Design de Interação, Dados & Analytics, IA, Desenvolvimento de Jogos e outras. *Acordo de Cooperação com a SEDPcD:* a Univesp e SEDPcD deram continuidade, ao acordo firmado em novembro de 2023, para a implementação de políticas públicas de inclusão que garantam maior acessibilidade às pessoas com deficiência. Entre as iniciativas previstas estão a produção de pesquisas, desenvolvimento de projetos e atividades como cursos, palestras, eventos, seminários e workshops; inclusão do tema na grade de conteúdo dos cursos de graduação da Univesp; disponibilização de recursos de acessibilidade para a inclusão e permanência de alunos com deficiência na Universidade; criação de artigos acadêmicos e científicos e publicações correlatas ao tema; criação e disponibilização de cursos, em diferentes níveis e modalidades, que tratem da temática; treinamento e qualificação do corpo docente e discente e dos servidores de todos os polos da Univesp por meio de cursos. *Polo Escola da Inclusão:* em julho de 2025, a Univesp e a SEDPcD inauguraram o polo na Escola da Inclusão, na capital paulista. A unidade presencial é a primeira da universidade totalmente acessível. O polo foi instalado no Parque Estadual Fontes do Ipiranga (PEFI) e serve de base para a Escola de Inclusão, da SEDPcD, além de capacitar os atletas paraolímpicos, no Projeto Atleta Cidadão do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Atualmente a unidade atende 30 alunos da Univesp, ingressantes do vestibular 2025. *Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão:* em janeiro de 2025, o Governo de São Paulo,



por meio da articulação da SEDPCD, em parceria com as universidades USP, Unesp, Unicamp e Univesp lançou a “Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão”. Voltada à formação de estudantes universitários de todos os cursos, a nova disciplina é oferecida de forma optativa aos alunos das quatro universidades estaduais paulistas, via plataforma da Univesp. Durante o ano, foram matriculados 20.940 estudantes das universidades participantes. *II Congresso Acadêmico da Univesp*: com o tema “*Inteligência Artificial e a democratização do acesso ao conhecimento*”, a segunda edição do evento aconteceu nos dias 22 e 23 de outubro, no auditório da SEDPCD, no Memorial da América Latina, na capital paulista. O encontro reuniu colaboradores, orientadores de polos, alunos, ex-estudantes, pesquisadores e representantes de instituições públicas e empresas parceiras para um diálogo referente às atividades acadêmicas, tecnologia, pesquisa e extensão da instituição. *Congresso Internacional ABED de Educação a Distância (CIAED)*: a Univesp, por meio de representantes, participou do encontro em Curitiba, nos dias 07 e 10 de maio. O evento promovido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), com o tema “*Internacionalização da Educação a Distância*”, reuniu educadores, tutores, gestores, alunos, designers instrucionais, membros dos setores governamentais, políticos, empresários, além de representantes de diversas Associações Internacionais. *Memorando de Entendimento Universitas Terbuka (UT), da Indonésia*: durante o CIAED, o presidente da Univesp, Marcos Borges e o reitor da *Universitas Terbuka (UT)*, da Indonésia, Mohamad Yunus, assinaram o documento, com duração de 5 anos, que viabiliza a cooperação entre as instituições de ensino superior. As ações de destaque previstas incluem a promoção de pesquisas acadêmicas, intercâmbio de disciplinas, mobilidade de professores, alunos e pesquisadores, além do desenvolvimento de ações e projetos. *Nova Regulamentação da Educação a Distância (EaD)*: o MEC publicou decreto com nova regulamentação do Ensino Superior à Distância. Durante todo o ano, líderes da Univesp participaram das discussões junto à Superintendência de Regulação (SERES) do Ministério da Educação (MEC) e junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e ao CEE-SP. *Participação em eventos, congressos e simpósios*: a Univesp, por meio de representantes, participou do 45º Congresso da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), em Maceió, do 28º Simpósio de Realidade Virtual Aumentada (SRV), nos dias 07 e 10 de outubro, em Salvador, do X Seminário de Inovações Curriculares, no dia 04/11, na Unicamp, em Campinas, do 21º Congresso de Ensino Superior à Distância (ESUD) e do 10º Congresso Internacional de Educação Superior a Distância (CIESUD), entre os dias 11 e 14 de novembro, em Belo Horizonte, do Congresso Brasileiro de Informática (CBIE) 2025, que aconteceu de 24 a 28 de novembro, em Curitiba, do 13ª Jornada Virtual ABED da EaD (JOVAED), em 02/12 e da Conferência Internacional “*Global MOOC and Online Education Conference 2025*”, em dezembro, no México. *Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA)*: oferece cursos de graduação em Medicina e Enfermagem, além de programas de Mestrado Acadêmico em “Saúde e Envelhecimento” e Mestrado Profissional em “Ensino em Saúde”, de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em Saúde. A Faculdade se caracteriza pelo emprego do método Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), pelo qual o aluno é levado à prática desde o primeiro ano do curso. *População acadêmica*: o número de estudantes cursando os cursos de graduação na FAMEMA foi de 625: o curso de Medicina tem 478 estudantes em todas as séries. O curso de Enfermagem tem 147 estudantes nas quatro séries. *Docentes e técnicos*: a FAMEMA possui no total 198 professores distribuídos da seguinte forma: FUMES (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília): 135 (116 docentes + 19 assistentes de ensino); FAMAR (Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília e ao HCFAMEMA): 29 (3 docentes + 26 assistentes de ensino); e FAMEMA Professores concursados: 34 (6 professores assistentes mestres + 28 professores adjuntos doutores). Técnicos e Administrativos (Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília – FUMES + Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília e ao



HCFAMEMA – FAMAR): 196 profissionais. *Vestibular:* o Vestibular FAMEMA 2026 teve 9.901 candidatos para o curso de Medicina e 122 candidatos para o curso de Enfermagem. A concorrência geral relação candidato/vaga foi de 123,76 para Medicina e de 3,58 para a Enfermagem. Desde a sua criação a FAMEMA formou 4.079 médicos e 1.333 enfermeiros. *Pós-graduação:* a FAMEMA tem os cursos *stricto sensu*: Mestrado Acadêmico em Saúde e Envelhecimento e Mestrado Profissional em Ensino em Saúde e o recentemente aprovado Doutorado Acadêmico em Saúde e Envelhecimento. No *lato sensu*, a Faculdade oferece o Programa de Residência Médica em 30 especialidades e o Programa de Residência Multiprofissional nas áreas: Materno Infantil, Urgência, Saúde Coletiva, Saúde da Família e em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada. A FAMEMA também oferece os cursos de Aprimoramento em Saúde Mental, Nutrição Clínica e Hemoterapia. *Residência Médica:* o Programa de Residência Médica teve 2.140 inscrições de candidatos que concorreram a 105 vagas em 29 especialidades. Em 2025, 232 residentes médicos estão matriculados no programa. *Residência Multiprofissional:* o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da FAMEMA oferece anualmente 32 vagas, porém durante os anos de 2023 e 2024 não foram ofertadas vagas para o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde - Área Urgência, justificando o total de 28 vagas ofertadas até 2024. Em 2025, com o retorno do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde - Área Urgência, foram ofertadas as 32 vagas para a Residência Multiprofissional, que conta atualmente com 46 residentes (R1 e R2) matriculados. *Programas de Pós-Graduação – Mestrados e Doutorado:* o Programa de Pós-Graduação em Saúde e Envelhecimento – Mestrado Acadêmico – conta com 39 mestrandos em atividade. O Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde – Mestrado Profissional – está com 45 pós-graduandos. O Programa de Pós-Graduação em Saúde e Envelhecimento – Doutorado Acadêmico – em 2025 conta com 15 doutorandos em atividade. *Extensão:* a Comissão de Extensão da FAMEMA ampliou suas ações extensionistas nos Programas de Extensão institucionalizados: Alfa FAMEMA, Amigos do Sorriso Alegria na FAMEMA, Curso Pré-vestibular Popular da FAMEMA, Sensibilizarte Marília e Severinos e nos Projetos de Extensão: Clube do Livro FAMEMA; Cultivando violetas: Vamos falar de violência contra a pessoa idosa; Flor de Lótus, cuidando da saúde da mulher; Inglês para profissionais da saúde, eliminando barreiras no cuidado à saúde do imigrante; Meu pequeno salvador; Prevenção da violência doméstica contra as meninas e mulheres – Viver, Sentir e Ser Mulher – VSSM; Vacinação em Marília, superando a hesitação e construindo. As ações extensionistas realizadas nas áreas de saúde, educação e cultura, abrangeram público diversificado e foram divulgadas em canais de comunicação diversos, destacando-se crescente número de artigos publicados assim como pôsteres e apresentações orais realizadas em eventos e congressos nacionais e internacionais. *UNIVESP:* a FAMEMA é polo presencial para apoio pedagógico, acompanhamento do desempenho e avaliação dos alunos da Univesp na cidade de Marília. O polo FAMEMA da UNIVESP possui os cursos: pelo Eixo de Licenciatura: Letras, Matemática e Pedagogia; pelo Eixo de Computação: Tecnologia da Informação, Ciência de Dados e Engenharia de Computação; e pelo Eixo de Negócios e Produção: Tecnologia em Processos Gerenciais, Administração e Engenharia de Produção. A população acadêmica do Polo FAMEMA da Univesp em 2025 é de 452 estudantes. *População estudantil:* o número de estudantes cursando a graduação (Medicina + Enfermagem + Univesp) e a pós-graduação (Residência Médica + Residência Multiprofissional + Programas de Mestrado e Doutorado) foi de 1.454. *Curso de Doutorado:* a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) aprovou o curso de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Saúde e Envelhecimento - PPGSE da Faculdade de Medicina de Marília. O processo seletivo com inscrições para o curso de doutorado acadêmico foi realizado nos meses de julho e agosto. Foram preenchidas as 15 vagas oferecidas para o curso. *Contratação de Professores aprovados em Concurso Público:* A FAMEMA dá



andamento na realização e contratação para provimento de cargos efetivos de professores nas modalidades Professor Adjunto Doutor e Professor Assistente Mestre no Quadro de Pessoal Docente. Em 2023 e 2024, foram 36 professores contratados, 07 professores assistente mestre e 29 professores adjuntos doutores. Os demais concursos públicos para provimento de 39 cargos de professores adjunto doutor ou assistente mestre estão em vigor. *ENADE*: O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia do Ministério da Educação, divulgou as notas da última edição do ENADE realizado em 2023. O curso de Medicina obteve a nota 5 (máxima) e o curso de Enfermagem o conceito 4. *Novo Curso de Graduação*: O CEE-SP, na Sessão Plenária realizada no dia 21 de maio de 2025, aprovou parecer da Câmara de Educação Superior para a criação do curso de graduação em Psicologia com quarenta vagas anuais para a Faculdade de Medicina de Marília. De acordo com a deliberação, a autorização para o funcionamento do curso de Psicologia, prevê que a FAMEMA solicite ao Conselho, no prazo de um ano, a visita de especialistas à instituição para a verificação do cumprimento dos termos de compromisso indicados no projeto. *Bolsa Auxílio Permanência*: O PBAP – Programa Bolsa Auxílio Permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica da FAMEMA vale por um ano e pode ser renovado, desde que o beneficiário participe anualmente do processo seletivo. Em contrapartida, o aluno deve cumprir alguns requisitos, como estar matriculado nos cursos de graduação da FAMEMA, possuir renda familiar não superior a um salário-mínimo e meio por membro, não ultrapassar o período regulamentar do curso e ser classificado na seleção. Foram concedidas no ano letivo de 2025 – 84 Bolsas Auxílio Permanência - aos estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem da FAMEMA. O valor total da Bolsa Auxílio Permanência é de R\$ 684,00, sendo equivalente a 60% do praticado para concessão de bolsas de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. *Transmissão de posse*: no dia 11 de julho de 2025, a FAMEMA realizou a solenidade de transmissão de posse do Diretor Geral e Vice-Diretor Geral. Na cerimônia, os diretores da gestão 2021-2025, Prof. Dr. Valdeir Fagundes de Queiroz (Diretor Geral) e Profa. Dra. Haydée Maria Moreira (Vice-Diretora Geral), transmitiram os cargos para os diretores da gestão 2025-2029, Prof. Dr. Spencer Luiz Marques Payão (Diretor Geral) e Prof. Dr. Pedro Marco Karan Barbosa (Vice-Diretor Geral). Autoridades, diretores, docentes e funcionários da FAMEMA e do HCFAMEMA, estudantes e convidados participaram da solenidade realizada no Auditório Dr. Mário Alberto Cosentino da FAMEMA. *Campus Universitário*: a FAMEMA recebeu da União, com autorização do Governo do Estado, mediante cessão de uso, a título gratuito e por prazo de 20 anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, o imóvel localizado na Avenida Tiradentes, 1073, Bairro Fragata, para instalação do Campus Universitário da Faculdade de Medicina de Marília. A área onde deverá ser implantado o Campus Universitário da FAMEMA receberá o projeto arquitetônico que contempla prédios acadêmicos da graduação e da pós-graduação, biblioteca, laboratórios, anfiteatros, ambulatórios didáticos, restaurante universitário, administração e estacionamento. A FAMEMA iniciou o processo de contratação do projeto executivo para proporcionar a obra do Campus. *Biblioteca*: a Biblioteca possui um acervo de 13.617 títulos de livros, perfazendo um total de 20.775 exemplares. Conta também com assinatura da Biblioteca virtual BV Pearson, que atualmente disponibiliza 18.555 títulos de livros (e-books), distribuídos em 52 categorias. As categorias específicas de interesse para a FAMEMA somam 3.854 títulos (Medicina e Saúde, Psicologia e Saúde e Prevenção). Referente ao acervo de periódicos, a Biblioteca conta com o acesso gratuito à Biblioteca Eletrônica SciELO (principais títulos de periódicos nacionais da área de saúde) e acesso controlado ao Portal CAPES que disponibiliza acesso aos principais títulos de periódicos estrangeiros de interesse à FAMEMA, bem como outros recursos (bases de dados diversas e-books, por exemplo). A Biblioteca oferece também acesso (assinatura) à Base de dados *UpToDate* - recurso eletrônico de informações



específicas da área de Medicina Baseada em Evidências, de grande importância e utilidade para a área médica. *Repositório Institucional*: implantado em setembro de 2024, o Repositório Institucional da FAMEMA (RI-FAMEMA) é um serviço coordenado pela Biblioteca, com apoio da Divisão de Tecnologia de Informações (DTI) da FAMEMA. Trata-se de um sistema eletrônico de informações que tem como objetivo reunir a produção científica e técnica da Faculdade, proporcionando sua preservação e disponibilização. Dentre os benefícios apresentados por este recurso destacam-se questões como: preservação da memória institucional, ampliação da visibilidade institucional no meio científico, redução da ocupação de espaço físico da Biblioteca e do Arquivo Administrativo, acesso ao material durante vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, de qualquer ponto de internet e uso do RI-FAMEMA como recurso para coleta de dados a serem usados para avaliações internas e principalmente externas da Instituição. São disponibilizados pelo RI-FAMEMA os documentos produzidos pela comunidade FAMEMA, para fins de consultas e pesquisas, tais como: monografias, teses, dissertações, produtos técnicos, artigos científicos, trabalhos apresentados em eventos, anais e resumos de eventos científicos realizados pela FAMEMA, livros, capítulos de livros e alguns documentos institucionais de interesse acadêmico. *Fórum Institucional FAMEMA 2025*: com o tema “Inovação tecnológica na FAMEMA: Uma nova era de transformação institucional”, a FAMEMA promoveu nos dias 06 e 07 de outubro, nas dependências do Centro Universitário Eurípides - Univem, o XVIII Fórum Institucional 2025. No primeiro dia do evento, as atividades tiveram boas-vindas com a Batraká - a bateria da Enfermagem. A abertura oficial contou com as explanações de representantes de duas instituições parceiras: Sr. Jorge Nishimura da Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia e o Prof. Dr. Darío Abel Palmieri, Diretor Vice-Presidente da Fundunesp. No segundo dia do fórum, a recepção foi com a bateria da Medicina, a Batrucutu. O Fórum Institucional é o espaço para discussão, compreensão e proposição de ações institucionais. Docentes, estudantes, funcionários, convidados e diretorias debateram temas que visam qualificar e inovar a FAMEMA. *Laboratório Morfofuncional e de Habilidades*: Criado em 1997, o laboratório foi pioneiro no país, tratando-se de uma estrutura acadêmica imprescindível que oferece modelos, manequins e simuladores para o melhor desenvolvimento do desempenho do estudante na saúde do adulto, da criança e da mulher em todas as fases da vida. A mesa interativa digital com diferentes *softwares* e o microscópio digital são recursos que promovem a aprendizagem interdisciplinar. A plataforma Paciente 360 é outro recurso interativo que possibilita treinos de semiologia e o desenvolvimento do raciocínio clínico. A sala para simulação de emergência é estrutura adequada e monitorada para o treinamento em habilidades necessárias à intervenção em urgência e emergência tanto de estudantes, residentes e de outros profissionais, como os que atuam no Serviço de Resgate do Corpo de Bombeiros e no SAMU. Nos últimos três anos, foram investidos no Laboratório Morfofuncional e de Habilidades, por intermédio da SCTI quase R\$ 3 milhões, na modernização da estrutura e novos equipamentos. Até o final de 2025, a previsão é de mais R\$1,2 milhão em investimentos no setor. *Programa Afirma SUS*: O programa integra ensino, pesquisa, extensão e cultura, com foco em promover equidade, fortalecer a permanência estudantil e ampliar a visibilidade de estudantes historicamente vulnerabilizados. Participam do programa pela FAMEMA, estudantes ingressantes por intermédio de ações afirmativas. O programa contempla bolsas para estudantes dos cursos de medicina e enfermagem, tutor e coordenador do serviço. Ao longo do programa, cada estudante possui o acompanhamento de um mentor, referência na sua área de atuação da comunidade. *Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)*: é hoje uma das faculdades públicas mais concorridas do País, oferece, além de cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Psicologia, pós-graduação stricto sensu, Residência Médica, Residência Multiprofissional e Programas de Aperfeiçoamento e Aperfeiçoamento Profissional. *População*



Acadêmica: a FAMERP contou com um total de 597 alunos em cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: Medicina: 394 alunos; Enfermagem: 125 alunos; Psicologia: 78 alunos. **Docentes e Colaboradores:** A Faculdade emprega atualmente 247 docentes e 193 colaboradores entre técnicos e administrativos, totalizando 440 colaboradores. **Desempenho no ENADE:** de acordo com a última avaliação do ENADE, os cursos da FAMERP obtiveram os seguintes desempenhos: Psicologia e Medicina: Nota máxima (5); Enfermagem: Nota (4). **Processo Seletivo - Vestibular 2025:** o vestibular realizado em 2025 recebeu um total de 14.591 candidatos, com inscrições distribuídas entre os seguintes cursos: Medicina: 13.584 inscritos para 80 vagas; Enfermagem: 293 inscritos para 60 vagas; Psicologia: 714 inscritos para 20 vagas. Os dados apresentados são da Vunesp, organização responsável pelo processo seletivo. **Residência Médica:** o Programa de Residência Médica de 2025/2026 recebeu 4.680 candidatos. Atualmente, o programa conta com 659 residentes e 63 estagiários *Fellowships*. **Residência Multiprofissional:** O processo seletivo para a Residência Multiprofissional contou com 364 inscritos. Já o processo do aperfeiçoamento, com início previsto para 2026, teve 90 candidatos. Atualmente, a Instituição conta com 123 bolsistas na Residência Multiprofissional e 40 bolsistas cursando o Aperfeiçoamento. **Diretoria Adjunta de Pesquisa (DAPe) e seus dados estatísticos:** Em atenção a Diretoria de Pesquisa, cumpre destacar suas principais atividades: - 7.1 - Estágio Básico, Iniciação Científica, Iniciação Científica vinculada a Liga e Projeto Pesquisador - Portaria FAMERP 14/2010 (Sem remuneração). Oficializados, concluídos e cancelados em 2025.

Categoria	Oficializados	Concluídos	Cancelados
Estágio Básico	36	28	01
Projeto Científico Pesquisador	01	00	00
Iniciação Científica	70	23	00
Iniciação Científica vinculada à Liga Acadêmica	06	09	00
Total	113	60	01

- 7.2 – Fomento à pesquisa Processo Seletivo – PIBIC/FAMERP/FUNFARME e PIBIC/CNPq – Bolsas 2025/2026. Total de Projetos de Iniciação Científica – 127, sendo: -Cota PIBIC/FAMERP/FUNFARME: 30 bolsas – 300,00/mês – duração: 12 meses, Concorreram: 43 - Desclassificados: 02 - Cota PIBIC/CNPq: 47 bolsas – 700,00/mês – duração: 12 meses, Concorreram: 84 - Desclassificados: 04 - 7.3 – CAIC- Congresso Anual de Iniciação Científica e EPG- Encontro da Pós- Graduação

INSCRIÇÕES POR CATEGORIA 366 INSCRITOS PAGANTES*		
Graduação FAMERP	188	
Graduação outras IES	40	
Pós-graduação FAMERP	81	
Pós-graduação outras IES	06	
Profissionais FAMERP	27	
Profissionais outros	24	

Foram 34 cortesias de alunos da comissão organizadora. *Total de participantes entre inscritos e cortesias = 400 Avaliação de Resumos, Pôster e Tema-livre: - Pareceristas de Resumos: 98 - Pareceristas de Pôster e Tema-livre: 90 - Pareceristas PIBIC/CNPq: 14 (pesquisadores com Bolsa Produtividade em Pesquisa de outras IES).

	TRABALHOS POR CATEGORIA - 212 APROVADOS	



	Graduação FAMERP/outros	78	
	Graduação CNPq	48	
	Total graduação	126	
	Pós-graduação/Outros	86	

Atividades de Extensão: a Diretoria de Extensão da FAMERP oficializou 105 atividades, englobando cursos, projetos, campanhas, simpósios, jornadas, workshops, visitas técnicas e atendimentos gratuitos à população. **Enfoque na importância da extensão:** reconhecendo a extensão universitária como eixo fundamental da formação acadêmica e da conexão com a comunidade, a FAMERP desenvolveu diretrizes claras para sua implementação nos cursos de Medicina, Psicologia e Enfermagem. **Pós-Graduação Stricto Sensu:** No âmbito da Pós-Graduação Stricto Sensu, destacam-se como principais indicadores:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU FAMERP					
INDICADORES	Colaborador	Permanente	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
NÚMERO DE DOCENTES / ORIENTADORES					
Ciências da Saúde	9	48	-	-	47
Enfermagem	2	16	-	-	18
Psicologia	1	17			18
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES					
Ciências da Saúde					251
Enfermagem	-	-	-	-	55
Psicologia					82
NÚMERO DE MATRICULADOS AO FINAL DO ANO BASE					
Ciências da Saúde			73	104	177
Enfermagem	-	-	40	-	40
Psicologia			41	-	41
NÚMERO DE CONCLUINTEs NO ANO BASE					
Ciências da Saúde			18	22	40
Enfermagem	-	-	14	-	14
Psicologia			15	-	15

Biblioteca: a Biblioteca da FAMERP, fundada em 1968, possui atualmente um acervo de 12.661 títulos e 69.563 exemplares, que incluem livros, revistas, periódicos e outras obras. **Biblioteca Virtual:** o Serviço de Biblioteca e Documentação Científica disponibiliza um vasto acervo informatizado, composto por 45 mil títulos de periódicos assinados, além de oferecer duas modalidades de biblioteca digital: - Minha Biblioteca: mais de 10 mil e-books; e - Pearson: mais de 17 mil e-books. **Realizações e Acontecimentos:** Destacam-se as principais conquistas e eventos significativos que marcaram o período, refletindo o progresso e as ações realizadas pela instituição. 12 DE DEZEMBRO DE 2025-Primeiro dia do Vestibular 2026 da Famerp reúne 12.568 candidatos em seis cidades paulistas: <https://www.famerp.br/index.php/2025/12/12/primeiro-dia-do-vestibular-2026-da-famerp-reune-12-568-candidatos-em-seis-cidades-paulistas/>; 03 DE DEZEMBRO DE 2025 - Profª Drª Beatriz Barco recebe Prêmio Victória Secaf 2025, destaque máximo da Enfermagem



paulista: <https://www.famerp.br/index.php/2025/12/03/profa-dra-beatriz-barco-recebe-premio-victoria-secaf-2025-destaque-maximo-da-enfermagem-paulista/>; 25 DE NOVEMBRO DE 2025 - Famerp aplica prova da Residência Médica 2026 e recebe candidatos do Brasil e do exterior nesta terça-feira (25): <https://www.famerp.br/index.php/2025/11/25/famerp-aplica-prova-da-residencia-medica-2026-e-recebe-candidatos-do-brasil-e-do-exterior-nesta-terca-feira-25/>; 14 DE NOVEMBRO DE 2025 - Famerp é contemplada com 10 bolsas no Programa AfirmasUS para estudantes de graduação: <https://www.famerp.br/index.php/2025/11/14/famerp-e-contemplada-com-10-bolsas-no-programa-afirmasus-para-estudantes-de-graduacao/>; 06 DE NOVEMBRO DE 2025 - Cientista da Famerp recebe reconhecimento internacional e figura entre os cientistas brasileiros mais influentes: <https://www.famerp.br/index.php/2025/11/06/cientista-da-famerp-recebe-reconhecimento-internacional-e-figura-entre-os-cientistas-brasileiros-mais-influentes/>; 24 DE OUTUBRO DE 2025 - Famerp é reconhecida como joia do Estado durante visita do governador Tarcísio de Freitas à região de Rio Preto: <https://www.famerp.br/index.php/2025/10/24/famerp-e-reconhecida-como-joia-do-estado-durante-visita-do-governador-tarcisio-de-freitas-a-regiao-de-rio-preto/>; 15 DE OUTUBRO DE 2025 - DIA DOS PROFESSORES: Docentes da Famerp ampliam os limites da sala de aula e levam conhecimento à comunidade: <https://www.famerp.br/index.php/2025/10/15/dia-dos-professores-docentes-da-famerp-ampliam-os-limites-da-sala-de-aula-e-levam-conhecimento-a-comunidade/>; 09 DE OUTUBRO DE 2025 - Famerp abre inscrições para Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde com início em 2026: <https://www.famerp.br/index.php/2025/10/09/famerp-abre-inscricoes-para-residencia-multiprofissional-e-uniprofissional-em-saude-com-inicio-em-2026/>; 13 DE AGOSTO DE 2025 - Famerp participa de Mutirão Noturno nas UBSs de Rio Preto e reforça compromisso com a saúde pública: <https://www.famerp.br/index.php/2025/08/13/famerp-participa-de-mutirao-noturno-nas-ubss-de-rio-preto-e-reforca-compromisso-com-a-saude-publica/>; 06 DE JUNHO DE 2025 - FAMERP publica guias sobre uso ético de animais em pesquisa e anuncia participação em seminário do IBILCE/UNESP: <https://www.famerp.br/index.php/2025/06/06/famerp-publica-guias-sobre-uso-etico-de-animais-em-pesquisa-e-anuncia-participacao-em-seminario-do-ibilce-unesp/>; 22 DE ABRIL DE 2025 - FAMERP participa com destaque de conferência internacional sobre dengue em Medellín: <https://www.famerp.br/index.php/2025/04/22/famerp-participa-com-destaque-de-conferencia-internacional-sobre-dengue-em-medellin/>; 11 DE FEVEREIRO DE 2025 - FAMERP pelo Mundo – Alunos de Medicina da FAMERP vivenciam experiências transformadoras em Intercâmbio Internacional: <https://www.famerp.br/index.php/2025/02/11/famerp-pelo-mundo-alunos-de-medicina-da-famerp-vivenciam-experiencias-transformadoras-em-intercambio-internacional/>



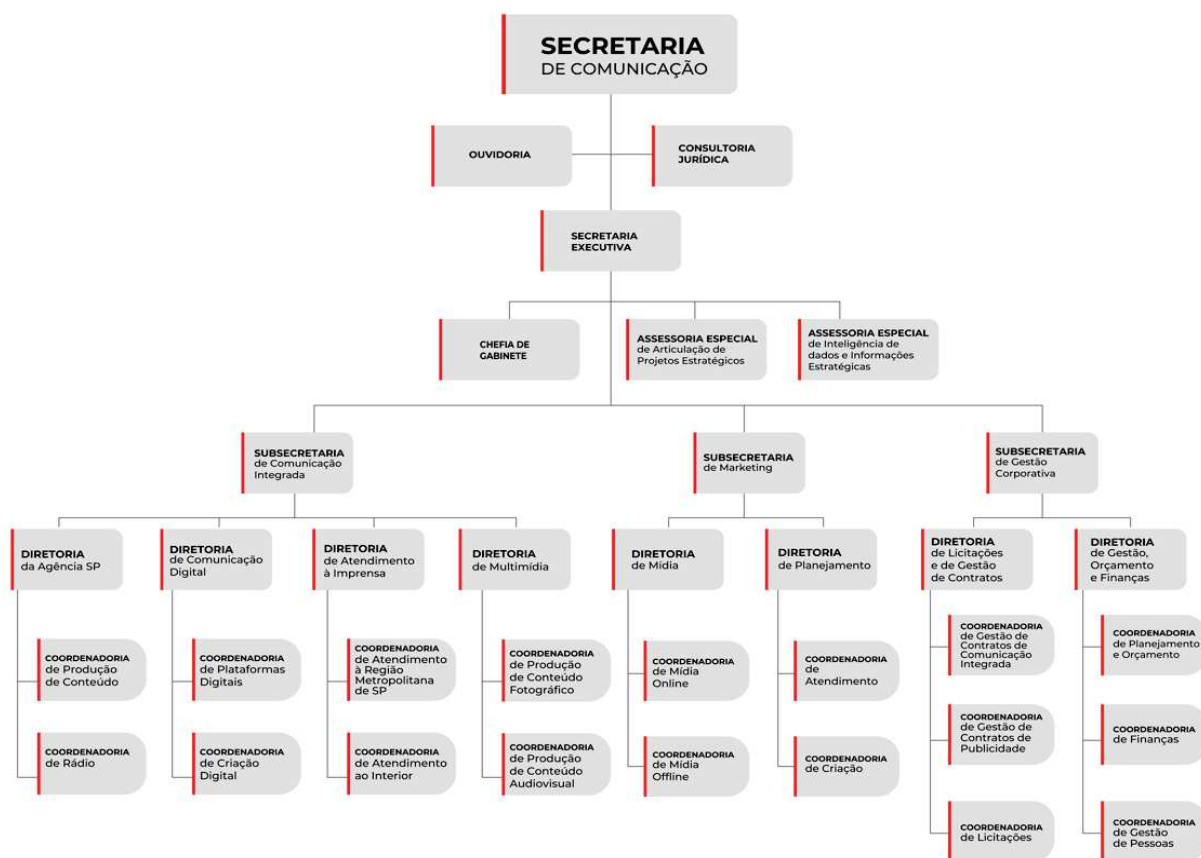
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Comunicação (Secom) trabalha para divulgar e comunicar todos os atos e políticas públicas do Estado, com transparência, eficiência e foco em quem mais importa: o cidadão. Fazemos isso diariamente, com estratégia, planejamento, integração e criatividade. E claro, com o apoio de uma grande equipe multidisciplinar e integrada. Faz parte do escopo de responsabilidades da Secom, a definição de diretrizes e estratégias de comunicação com atuação 360º (aquelas que integram e utilizam amplamente as inúmeras ferramentas e canais de comunicação do Governo do Estado) e orientação das atividades cotidianas dos integrantes do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (SICOM). O SICOM é composto por equipes dedicadas à comunicação nos órgãos da administração direta e indireta do Governo. Também constitui o campo funcional da Secom, a coordenação e implementação de ações para assegurar a uniformidade das mensagens no âmbito estadual e o assessoramento direto e imediato ao governador e vice-governador, além do planejamento, supervisão, assessoramento, execução e avaliação das ações integradas de comunicação dos demais órgãos da administração direta e indireta. *Integração do SICOM:* O Sistema de Comunicação é um instrumento eficiente para coordenação e implementação de ações que visam assegurar a uniformidade das mensagens no âmbito estadual. Para isso, a Secom busca o aprimoramento contínuo de suas práticas e mensagens. Em 2025, a Secretaria realizou diversas reuniões de alinhamento e integração do SICOM. Trocas de conhecimento sobre inteligência artificial, boas práticas de mercado e orientações técnicas foram alguns dos assuntos abordados durante os encontros promovidos ao longo do ano.



Reuniões do Sicom realizadas ao longo de 2025

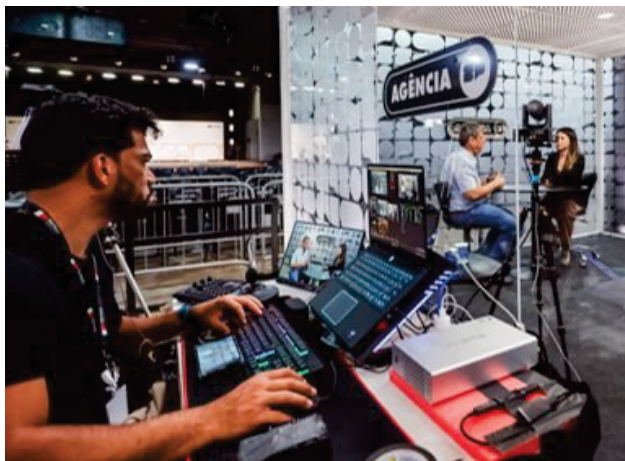
Reestruturação da Secom: No ano de 2025, a Secretaria de Comunicação passou pela reestruturação administrativa, com a implantação de novas estruturas e cargos. A modernização da pasta está alinhada com a Lei Complementar nº 1.395 do Governo de SP, que tem como objetivo tornar as estruturas públicas mais eficientes. Com a reestruturação, a Secom fortalece sua capacidade de coordenação e execução das ações de comunicação, ampliando a divulgação de informações de interesse público à sociedade e à imprensa, além de assegurar uma atuação responsável, transparente e alinhada às atribuições que envolvem uma comunicação pública eficiente. A Secom tem hoje uma estrutura compatível com a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das atividades da pasta. Abaixo, organograma atualizado da pasta:



DESTAQUES POR ÁREAS - Assessoria Especial de Articulação de Projetos Estratégicos: Em 2025, a Assessoria Especial de Articulação de Projetos Estratégicos trabalhou para promover a integração e a articulação de informações, ações e projetos com as assessorias de comunicação dos órgãos e entidades no âmbito do SICOM e planejar, acompanhar e implementar estratégias e ações prioritárias de comunicação institucional e de utilidade pública no âmbito do Governo do Estado de São Paulo. Adicionalmente, a área fortaleceu o apoio aos órgãos de comunicação social do SICOM na implementação de ações estratégicas de comunicação integrada para divulgação de temas institucionais, serviços e outras atividades relevantes para o Poder Executivo e a população, bem como coordenou projetos estratégicos de comunicação, caracterizados por ações amplas e transversais no âmbito do Governo Estadual. Nesta frente, a equipe desenvolveu planejamentos para novos programas, ações e temas de destaques, realizando também a gestão de projetos do pré ao pós-entrega, passando pela organização dos eventos, auxílio na produção de materiais audiovisuais, cronogramas e responsabilidades, além de monitoramento e execução de entregas e resultados. Entre eles, destacam-se: São Paulo pra Toda Obra, SuperAção SP, o movimento SP Por Todas e suas diferentes abordagens nos meses das mulheres, Agosto Lilás, Outubro Rosa e “21 dias por elas”; e o Balanço de Gestão 2025, coroando o trabalho integrado realizado no decorrer do ano. Em paralelo, a Assessoria também foi responsável por desenvolver planejamentos mensais de temas e assuntos de relevância, fundamentados em uma base de dados atualizada mensalmente para mapeamento de oportunidades do SICOM e distribuição aos núcleos da Secom para o trabalho de divulgação. **Assessoria Especial de Inteligência de Dados e Informações Estratégicas:** A Assessoria Especial de Inteligência de Dados e Informações Estratégicas trabalhou no desenvolvimento e implementação de ferramentas tecnológicas para aprimorar a organização, armazenamento,



extração e análise das informações no âmbito dos órgãos do SICOM. Tudo isso a partir da coleta, unificação e padronização de dados estratégicos. O trabalho colaborou para a construção de briefings e mensagens-chave, a partir da apuração com áreas técnicas e assessorias de comunicação de órgãos da administração direta e indireta do governo, além da produção de posicionamentos que ajudaram a contextualizar as ações do governo e materiais informativos para os porta-vozes, bem como relatórios de gestão e de mensuração de resultados. *Subsecretaria de Comunicação Integrada:* A Subsecretaria de Comunicação Integrada foi criada durante a reestruturação da Secom no ano de 2025 e possui o objetivo de integrar as áreas da Secom, para garantir uniformidade nas produções e divulgações com foco em atuação 360°. É responsável por organizar, supervisionar e integrar o fluxo interno de informações entre a Secretaria e demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. A Subsecretaria de Comunicação Integrada é composta pelos seguintes órgãos: Diretoria da Agência SP, Diretoria de Comunicação Digital, Diretoria de Atendimento à Imprensa e Diretoria de Multimídia. *Diretoria da Agência SP:* Divulgação de informações de interesse público com transparência, eficiência e agilidade é a premissa da Agência de Notícias do Governo de SP, um hub de conteúdo multimídia com formatos diversos. A Agência SP foi criada com o objetivo de aproximar, dar transparência e tornar a comunicação pública mais acessível a todos. Atua com impessoalidade, combate à desinformação e divulga os atos do governo de forma responsável, transparente, regionalizada e humanizada. Implantada em 2024, por meio da resolução 004/2024, a Agência SP é política de Estado, garantindo continuidade em futuras gestões. Em um ano desde o seu lançamento, a Agência SP já é fonte de informação consolidada em todas as regiões e referência em comunicação 360°, com a produção e distribuição de conteúdos oficiais em texto, foto, vídeo e áudio. A Agência SP produziu cerca de 600 matérias por mês e registrou média de 1 milhão de usuários/mês em 2025. Para se ter ideia, foi contabilizado um recorde de 2 milhões de usuários/mês apenas em setembro. Além disso, foram mais de 40 transmissões em tempo real, com informações das agendas mais importantes do Governo de São Paulo transmitidas ao vivo. Atualmente, são três comunidades no WhatsApp com jornalistas de todo o estado, somando cerca de 4 mil profissionais que recebem diariamente os conteúdos divulgados. Abaixo, alguns exemplos: A Agência SP também trabalha com um estúdio fixo localizado no Palácio dos Bandeirantes, espaço de produção e transmissão de conteúdo multimídia. Diariamente, porta-vozes concedem entrevistas ao vivo para as emissoras de rádio e TV de várias regiões. Além disso, foram produzidos conteúdos diários de rádio e TV para diversas emissoras do Estado, com foco em serviços, cultura, saúde, educação, segurança e infraestrutura relacionados ao interior e litoral, alcançando milhões de usuários e ampliando a cobertura regional. Outra inovação deste ano foi a criação de um estúdio itinerante para realizar entrevistas de diferentes partes do Estado, com transmissão ao vivo pelo YouTube.





Diretoria de Comunicação Digital: Outra frente essencial para o trabalho de comunicação está no âmbito digital, com a produção de conteúdo criativo, inovador e de fácil entendimento para o público-alvo do Estado. Essa diretoria é responsável por implementar políticas e diretrizes de comunicação digital no âmbito dos órgãos do SICOM; gerenciar a execução da estratégia e a produção de conteúdo para os perfis institucionais do Poder Executivo do Estado de São Paulo nas redes sociais de modo a assegurar a transparência, a plena divulgação dos atos da gestão e dos demais temas de interesse público; analisar periodicamente o desempenho dos perfis institucionais; entre outras funções. A Secom gerencia os perfis do Governo do Estado e apoia as demais Secretarias na produção de conteúdo multimídia. Nosso trabalho é construir o conteúdo para chegar o mais rápido possível ao cidadão, com muita transparência e sem dar espaço para informações equivocadas. É nas redes sociais que também contamos histórias das pessoas beneficiadas com as políticas públicas, das obras, dos trabalhadores, de cada entrega. E, claro, ficamos atentos às tendências do digital, incluindo monitoramento de interesse de público. Em 2025, foram registrados 120 perfis oficiais (GovSP e Secretarias). Nas redes GovSP, como dados consolidados até dezembro de 2025, foram contabilizados mais de 8,2 milhões de seguidores e mais de 112 milhões de views por mês. A Secom também apoiou as Secretarias na criação, desenvolvimento e manutenção de sites oficiais das próprias pastas e 'landing pages' para temas e campanhas da gestão. A Diretoria de Comunicação Digital também esteve à frente da implantação de um portal único do Governo de SP, com sites mais acessíveis e interativos. Em 2025, o CMS do Estado de São Paulo passou por uma transformação significativa para garantir padronização, acessibilidade e eficiência na gestão dos portais governamentais. O foco do ano foi modernizar e integrar ferramentas essenciais, criando uma operação tecnicamente robusta e escalável. Houve também melhorias no fluxo de desenvolvimento via GitLab, automações para importação de conteúdo e a criação do RAG, um repositório de arquivos grandes que elevou o nível de segurança, performance e autonomia dos usuários. O número de sites em produção passou de 15 em 2024 para 70 em 2025, além de 150 portais já em autoria. A plataforma atingiu mais de 45 milhões de visualizações e mais de 13 milhões de usuários únicos no ano. A combinação entre modernização técnica e processos estruturados ampliou a qualidade dos portais, gerou insights estratégicos e fortaleceu a autonomia dos órgãos, consolidando o CMS como uma ferramenta essencial para a comunicação digital do Estado. A combinação entre modernização técnica e processos estruturados ampliou a qualidade dos portais, gerou insights estratégicos e fortaleceu a autonomia dos órgãos, consolidando o CMS como uma ferramenta essencial para a comunicação digital do Estado.

Diretoria de Atendimento à Imprensa: A Diretoria de Atendimento à Imprensa possui a função de gerenciar e atender as demandas dos veículos de comunicação de modo a garantir a transparência no fornecimento de informações de interesse público relacionadas ao Poder Executivo Estadual para toda a Imprensa; promover relacionamento com os profissionais de imprensa, de modo que tenham acesso aos atos da gestão pública e às informações de interesse público e apoiar as Assessorias de Comunicação dos órgãos do SICOM em ações que exijam articulação e integração de dados e informações para atender adequadamente as demandas de imprensa. A equipe se dedicou continuamente a dar visibilidade às ações do Governo, atuando em contato direto com a imprensa, fortalecendo o relacionamento e garantindo que as informações chegassem de forma precisa, transparente e ágil à população. O planejamento foi contínuo e integrado para garantir que cada informação fosse divulgada no momento certo e com o enfoque adequado. A área também elaborou conteúdos jornalísticos para pautar diferentes veículos, ampliando o alcance. Em momentos críticos, o foco foi produzir e disseminar informações oficiais com agilidade e precisão, garantindo total transparência e evitando a propagação de informações falsas ou equivocadas. Em 2025, a Diretoria de Atendimento à



Imprensa atendeu cerca de 6 mil demandas por mês. *Acompanhamento e cobertura de agendas públicas:* Em 2025, a equipe seguiu acompanhando os eventos e agendas públicas do governador por todo o estado. A agenda pública do governador é divulgada diariamente no portal oficial do Governo de São Paulo para garantir transparência e permitir o acompanhamento dos atos pela imprensa e sociedade em geral. As fotos ficam disponíveis no Flickr do Governo do Estado (governosp), os áudios no SoundCloud (governosp) e vídeos no Youtube (governosp). O material também fica disponível no site da AgênciaSP. *Diretoria de Multimídia:* A Diretoria de Multimídia é responsável por coordenar, gerenciar e supervisionar a produção de conteúdo multimídia sobre os atos do Poder Executivo, bem como o arquivo de imagens fotográficas e audiovisuais, assegurar a qualidade técnica e editorial dos produtos e acompanhar os prazos de produção e veiculação. Os materiais produzidos e editados são utilizados na distribuição de conteúdo nos canais oficiais, como a AgênciaSP, as redes sociais do governo e, também, diretamente para a imprensa, reafirmando o caráter público do trabalho da Secom. A Diretoria de Multimídia também é responsável pela gestão do banco audiovisual qualificado e com olhar jornalístico, estruturado com priorização das necessidades de cada pasta e os pilares estruturantes da gestão. *Subsecretaria de Marketing:* A Subsecretaria de Marketing atua no desenvolvimento do planejamento estratégico e orçamentário de campanhas de publicidade institucional e de utilidade pública do Governo do Estado de São Paulo. A publicidade do governo tem o papel de assegurar transparência e prestação de contas à sociedade, comunicando programas, ações e entregas das políticas públicas. Neste último ano, foram intensificadas campanhas com potencial de comunicação 360°, a fim de amplificar a divulgação de mensagens, utilizando formatos, linguagens e canais aderentes para diferentes públicos, com diferentes abordagens. Só em 2025, foram produzidas 27 campanhas, alcançando cerca de 3 bilhões de impactos. Seguem alguns exemplos de campanhas realizadas: *São Paulo por Todas* - Novas campanhas do movimento São Paulo por Todas foram desenvolvidas ao longo de 2025, sustentando todas as efemérides em prol da população feminina, como o mês da mulher em março, Agosto Lilás e Outubro Rosa. O movimento é uma causa perene da gestão e ultrapassou fronteiras, chegando inclusive, até Austin, com ativações no South by Southwest (SXSW), maior festival de inovação e cultura do mundo.

Valor ECONÔMICO

SP House leva Movimento São Paulo Por Todas para a SXSW 2025

Espaço idealizado pela Secretaria de Cultura e InvestSP levou movimento criado pelo Governo de São Paulo para dar visibilidade à rede de apoio do estado para a mulher

Por Governo de São Paulo
09/01/2025 21h27 - Atualizado há 5 meses

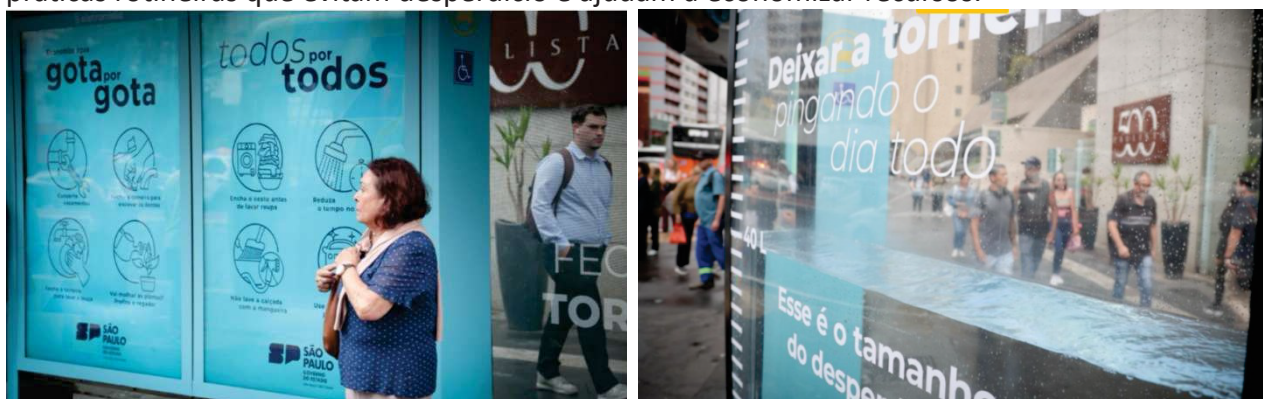


Leila Vilela, secretária de Comunicação do Estado de São Paulo, apresenta o caso do Movimento SP para Todas. — Foto: Unifolha





Resiliência à Estiagem: Dando sequência ao trabalho de conscientização sobre a resiliência à estiagem, a Secom desenvolveu mais uma ação da campanha “Gota por Gota. Todos por Todos”, para conscientizar a população de todo o estado sobre o uso racional da água. Foi levado um “aquário” para a Avenida Paulista, no centro da cidade de São Paulo, que mostrou na prática como o desperdício de água gera impacto. Para ampliar ainda mais o alcance da iniciativa, na mesma altura da Paulista, um ponto de ônibus foi instalado e exibia mais mensagens da campanha, incluindo práticas rotineiras que evitam desperdício e ajudam a economizar recursos.



SuperAção SP: Outra iniciativa de destaque foi a campanha para dar visibilidade ao SuperAção SP, programa inédito, integrado e intersetorial criado para apoiar as pessoas na superação da pobreza. O objetivo é melhorar e transformar a qualidade de vida de famílias em vulnerabilidade social por meio da inclusão produtiva.



Subsecretaria de Gestão Corporativa: Na frente administrativa, a Subsecretaria de Gestão Corporativa também atuou para supervisionar e coordenar a área meio e os órgãos setoriais e subsetoriais dos sistemas administrativos, no âmbito da Pasta; gerir e monitorar as atividades nas áreas de licitações, contratos, orçamento e finanças, gestão de pessoas, suprimentos e infraestrutura, material e patrimônio, gestão documental, deslocamentos de servidores, tecnologia da informação e telecomunicações; além de prover o suporte técnico e administrativo para a formalização de termos de contrato, acordos de cooperação e outros instrumentos necessários à execução das ações e dos serviços da Secretaria.



SECRETARIA DA CULTURA, ECONOMIA E INDÚSTRIA CRIATIVAS

Introdução - A Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC) apresenta o Relatório Anual referente às metas, programas, projetos e ações desenvolvidas em 2025. O documento consolida informações das unidades internas e das entidades vinculadas, contribuindo para a Mensagem Governamental de 2026 e garantindo transparência à sociedade paulista. A reestruturação realizada em 2025, oficializada pelo Decreto nº 69.507, modernizou a estrutura organizacional da Secretaria, alinhando suas coordenações e departamentos, equipes e processos às novas diretrizes de gestão pública, governança de dados e fortalecimento das políticas culturais no Estado de São Paulo. Essa reformulação estrutural ampliou a capacidade institucional da Pasta para atuar de forma mais integrada, eficiente e orientada a resultados, reforçando seu papel estratégico no desenvolvimento cultural, econômico e criativo do Estado. A partir da aprovação da nova estrutura, foram atualizados os cargos em comissão e funções de confiança, reorganizadas as unidades administrativas e definidas competências mais claras para cada área, assegurando maior coerência interna e eficiência operacional. A revisão também consolidou o modelo de governança dos equipamentos e espaços culturais, bem como dos corpos artísticos estáveis, reforçando a responsabilidade da Secretaria na preservação, difusão e gestão integrada do patrimônio cultural paulista. Além disso, a Pasta passou a operar com novas instâncias estratégicas, incluindo unidades responsáveis por monitoramento, análise de dados, planejamento, integridade e articulação institucional, fortalecendo a tomada de decisão com base em evidências e ampliando a capacidade de coordenação entre diretorias, equipamentos e programas culturais. Para além das mudanças organizacionais, a reestruturação permitiu alinhar a Secretaria às demandas contemporâneas do setor cultural, incorporando diretrizes de transparência, inovação, interiorização das políticas culturais e fortalecimento das cadeias produtivas criativas. Os principais avanços decorrentes da reestruturação em 2025 podem ser apontados como: Integração entre áreas finalísticas e de gestão, assegurando mais eficiência na execução das políticas culturais; Fortalecimento das instâncias estratégicas, com destaque para governança de dados, monitoramento e planejamento; Atualização do conjunto de cargos e funções, permitindo maior aderência aos objetivos institucionais; Consolidação do modelo de gestão dos equipamentos culturais, espaços culturais e corpos artísticos estáveis; Ampliação da capacidade de avaliação, diagnóstico e aprimoramento das políticas culturais; Alinhamento da estrutura organizacional às estratégias de governo e às legislações vigentes.

Atuação das Diretorias da Secretaria - Diretoria de Fomento à Cultura, Economia e Indústria Criativas: No âmbito da Diretoria de Fomento à Cultura, Economia e Indústria Criativas (DFCEIC), o Fomento CULTSP consolidou, com recursos do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal, um volume expressivo de investimentos e adesão do setor cultural, com diferentes recortes de apuração (consolidado do programa, execução anual e editais já publicados/por publicar). Em 2025, a execução dos programas PNAB, ProAC Editais e Política Nacional Cultura Viva (PNCV) deve ser apresentada em dois recortes, pois o ano concentrou o encerramento do ciclo referente a 2024 (com números consolidados de inscrições, aprovações e investimentos) e, simultaneamente, o início do ciclo referente a 2025, cujo processo se encontra em diferentes estágios (inclusive com editais com inscrições em andamento), o que explica a coexistência de indicadores consolidados e parciais no mesmo exercício. No ciclo 2024 (concluído em 2025), a PNAB registrou 12.353 projetos inscritos, 823 aprovados e investimento de R\$ 239,7 milhões, correspondentes às linhas lançadas com recursos da PNAB distribuídas em 27 editais, e R\$ 99,7 milhões relativos a editais financiados pelo ProAC Editais distribuídos em 19 editais. No componente Cultura Viva, foram 1.606 projetos inscritos, 288 aprovados e investimento de R\$ 33,6 milhões, por meio de 3 editais voltados aos



Pontos de Cultura, com destinação de 25% do valor total da PNAB à PNCV, conforme previsto no Plano de Aplicação de Recursos (PAR), viabilizando a certificação de 463 iniciativas (Pontos e Pontões de Cultura), com encaminhamento de dados para inclusão na Plataforma Mapa Cultura Viva. Já no ciclo 2025 (em execução), até dezembro de 2025, a PNAB registra 536 inscrições, com 718 vagas fomentadas e R\$ 177,05 milhões distribuídos. No mesmo recorte do ciclo em andamento, foram lançadas 10 linhas financiadas pelo ProAC Editais no valor de R\$ 90.900.000,00, com 4.276 inscrições registradas no conjunto de linhas em curso no período. Ainda no ciclo 2025, registra-se a previsão de investimento de R\$ 23.808.000,00 e a estimativa de 169 iniciativas fomentadas em 4 editais dos Pontos e Pontões de Cultura (PNCV), assegurando a continuidade da política no exercício. No âmbito do ProAC Editais, destaca-se o Edital Fomento CULTSP – ProAC nº 10/2025, voltado à realização de projetos culturais em municípios de até 50 mil, 30 mil e 15 mil habitantes, que contabilizou 476 inscrições e prevê investimento total de R\$ 12.450.000,00, com apoio de R\$ 150.000,00 por projeto e seleção de 83 projetos, distribuídos em 18 vagas no Módulo I, 25 vagas no Módulo II e 40 vagas no Módulo III, respectivamente. Para garantir a execução do processo avaliativo, registrou-se a contratação de 327 pareceristas, com R\$ 3.732.000,00 pagos em comissões de análise; adicionalmente, no escopo do Fomento CULTSP, a Comissão de Análise de Projetos foi responsável por todo o processo de avaliação dos editais do programa, envolvendo 356 pareceristas e investimento de R\$ 4,9 milhões. No ProAC ICMS, até dezembro de 2025, foram 1.292 propostas inscritas e analisadas pela Comissão de Análise de Projetos (CAP), com 891 propostas aprovadas para captação. Além das análises relativas às propostas do exercício, a CAP avaliou requerimentos de alteração, transferências entre projetos e consultas sobre prestação de contas, totalizando 3.760 pareceres emitidos. Para o mecanismo, a Secretaria da Fazenda e Planejamento disponibilizou R\$ 100.000.000,00, dos quais R\$ 99.998.880,61 foram utilizados, com saldo de R\$ 1.119,39, e o valor global beneficiou 506 projetos de diferentes segmentos; complementarmente, no acompanhamento por status do mecanismo, contabilizam-se 730 projetos inscritos, 758 aprovados, 441 em captação e R\$ 69,5 milhões captados. No eixo de participação social e qualificação, o Giro Pro Fomento realizou 17 escutas públicas em parceria com o CULTSP Pro – Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura, percorrendo 17 regiões, com 707 participantes, mais de 4.800 km rodados, entre abril e julho de 2025. No mesmo recorte de escutas e consultas públicas da PNAB 2025, registraram-se 707 participantes, representando 17 municípios, com 646 propostas organizadas em 16 grupos temáticos, e a documentação comprobatória (atas e listas de presença) encontra-se no SEI sob o processo nº 010.00007789/2025-59/2025. Em capacitações, foram promovidas duas reuniões orientativas para proponentes do ProAC ICMS com mínimo de 35% de captação, em formato virtual, com 77 participantes de 20 municípios, além da *masterclass* “Avaliação de projetos culturais: o trabalho dos pareceristas”, realizada em parceria com a CultSP Pro, com Ivor Carvalho. As ações em 2025 contemplaram áreas como música, artes cênicas, audiovisual, patrimônio cultural, cultura digital, literatura, cultura popular, artes visuais, acessibilidade, cultura periférica, ações para 60+ e mulheres na indústria criativa, além de iniciativas voltadas à diversidade e equidade cultural. *Diretoria de Difusão, Formação e Leitura (DDFL)* - Em 2025 o investimento total coordenado pela DDFL foi, até setembro, de R\$ 252,9 milhões. Nesse período, foram realizadas 3.639 atividades, atendendo um público estimado de 5,05 milhões de pessoas no exercício atual. O panorama consolidado da DDFL tem como objetivo apresentar a dimensão global das ações coordenadas no Estado de São Paulo, reunindo dados de público, investimento e abrangência territorial. Até setembro de 2025, as iniciativas beneficiaram diretamente 1.286.135 pessoas, com investimento total de R\$ 252.984.223,75 e alcance in loco em 458 municípios (número ainda em atualização). Esse conjunto de resultados evidencia o amplo



impacto social e territorial das políticas desenvolvidas, reafirmando o compromisso da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas com a democratização do acesso à cultura e com a continuidade das políticas públicas de difusão, formação e leitura no Estado. *CultSP na Estrada*: O programa CULTSP na Estrada materializa a política de regionalização da cultura no Estado de São Paulo, promovendo a descentralização do acesso a bens e serviços culturais para além dos grandes centros urbanos. Por meio de oficinas, exposições, apresentações artísticas e atividades educativas realizadas em escolas públicas e espaços comunitários, o programa articula ações de diferentes equipamentos culturais, garantindo a circulação de uma programação qualificada no interior e em territórios com menor oferta cultural. Entre os destaques, a Carreta do Museu Catavento percorreu 19 municípios e já atraiu cerca de 23 mil visitantes, ampliando o acesso à ciência, à educação e à cultura de forma itinerante. Somadas às atividades móveis das Fábricas de Cultura, as ações do CULTSP na Estrada beneficiaram mais de 78 mil pessoas, fortalecendo a interiorização das políticas culturais, ampliando oportunidades de formação e fruição e promovendo a participação ativa das comunidades em todo o Estado. Atividades desenvolvidas em parceria com Organizações Sociais de Cultura (Contratos de Gestão): *Fundação OSESP - Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo*: A OSESP, por meio de parceria com a Fundação OSESP, manteve em 2025 uma atuação de grande alcance artístico, formativo e de público, com destaque para o Festival de Inverno de Campos do Jordão e para a série Música Popular – Encontros Históricos. A 55ª edição do Festival de Inverno de Campos do Jordão (2025) foi realizada de 5 de julho a 3 de agosto, com 84 concertos gratuitos em Campos do Jordão e na Capital, alcançando 39.284 pessoas. Participaram 141 alunos bolsistas, que passaram por uma formação intensiva com aulas, *masterclasses* e práticas orquestrais e camerísticas, além de se apresentarem nos concertos do festival e em São Paulo. O grande destaque foi o pianista Matheus Oshiro, de 19 anos, vencedor do Prêmio Eleazar de Carvalho, com bolsa internacional de US\$ 1.400 mensais por nove meses. Em 2025, a série Música Popular – Encontros Históricos chegou à sua 6ª temporada, realizada na Sala São Paulo, com acompanhamento da São Paulo Big Band. No segundo quadrimestre, foram realizados 3 concertos, reunindo 6.811 pessoas, com participações de Sá & Guarabyra e Gabriel Sater (maio), Ivan Lins e Gustavo Spínola (junho) e Zizi Possi e Luiza Possi (agosto), João Bosco e Adriana Moreira (setembro) Péricles e Arlindinho (novembro), Marcelo D2 e Juçara Marçal (novembro). *Equipamentos e Programas de Difusão e Circulação Cultural*: Os Equipamentos e Programas de Difusão e Circulação Cultural, gerenciados por meio da Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA) manteve em 2025 uma atuação expressiva no apoio à difusão cultural em todo o estado de São Paulo, por meio do programa Apoio a Festivais e Eventos. Em 2025, até o segundo quadrimestre, foram apoiadas 127 apresentações e atividades culturais, que alcançaram um público total de 593.132 pessoas. Entre os destaques está a Semana Euclidiana, realizada em São José do Rio Pardo, que reuniu cerca de 35 mil pessoas. Criado em 1912, o evento é um dos mais tradicionais do país, dedicado à obra e ao legado de Euclides da Cunha, com programação literária, histórica, artística e esportiva. Além desse destaque, em 2025 a Secretaria também esteve presente e apoiou grandes eventos estratégicos da cultura pop, da economia criativa e da indústria de games no Estado de São Paulo. Entre eles, destacam-se a Gamescom Latam, o Orgulho Nerd e a CCXP (Comic Con Experience). A Gamescom Latam consolida o Estado de São Paulo como principal polo latino-americano do setor de jogos eletrônicos e inovação digital ao se afirmar como um dos eventos mais relevantes do mundo nessa área. O evento recebeu mais de 130 mil visitantes de mais de 60 países, incluindo 1.620 profissionais da indústria, contou com 122 expositores e registrou 962 jogos de 71 países. A SCEIC contou com um estande no evento, apresentando uma programação de ativações reunida na Jornada Gamer, houve estações para o público testar jogos desenvolvidos com incentivos das leis estaduais de fomento, além de um Escape



Room temático voltado a um enredo sobre desenvolvedores de games do Estado; o estande contou ainda com um café gamificado em parceria com o Museu do Café e rodadas de pitch com apresentações das Fábricas de Cultura sobre o projeto Fábrica de Games (lançado em 2024), voltado à qualificação de jovens de 14 a 21 anos. Em 2025, realizou-se a 2ª edição do Orgulho Nerd SP nos dias 13 e 14 de setembro, no Pavilhão das Culturas Brasileiras (Parque Ibirapuera), com entrada gratuita, totalizando 2 dias e 20 horas de programação (10h às 20h), com cerca de 28 mil pessoas atendidas no período (um aumento exponencial comparado à 1ª edição em 2024, que contou com cerca de 5 mil pessoas). No Concurso de Cosplay, registraram-se 141 inscrições para a modalidade Desfile e 60 inscrições para Performance, com premiação em ambas as datas, e a programação contemplou ainda Artist Alley com participação de quadrinistas e ilustradores e presença de lojas especializadas, fortalecendo a dinâmica de circulação de público e de fruição cultural associada às cadeias criativas do setor. Já a CCXP reforça o protagonismo paulista no cenário internacional do entretenimento ao reunir audiovisual, quadrinhos, games e narrativas transmídia, com forte impacto cultural, econômico e turístico. Em 2025 o evento foi articulado em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentada através de uma experiência imersiva e interativa que combinou teatro, tecnologia e ficção científica, com produção da APAA. Inspirado em cafés históricos e na estética sci-fi, o estande ofereceu uma jornada sensorial com uma "cápsula do tempo", provocando reflexões sobre o futuro das cidades e da cultura paulista, permitindo aos visitantes explorarem futuros possíveis para São Paulo e destacando a aposta do Estado em inovação e criatividade. *Revelando SP*: Em 2025, o Revelando SP realizou cinco edições, ampliando de forma significativa seu alcance de público e a participação dos municípios paulistas. O programa passou por Barretos (16 a 18 de maio), Iguape (19 a 22 de junho), São José dos Campos (24 a 27 de julho), Presidente Prudente (15 a 17 de agosto) e São Paulo (capital), no Parque do Trote (25 a 28 de setembro), consolidando-se como uma das principais vitrines da cultura tradicional e popular do Estado. Os resultados evidenciam a expansão e a diversidade das ações. Em Barretos, o evento reuniu 21,4 mil pessoas, com a participação de 50 municípios e a realização de 83 ações, envolvendo artesanato, culinária e manifestações culturais. Iguape recebeu 31,3 mil pessoas, contou com 41 municípios e 98 atividades. Em São José dos Campos, o público alcançou mais de 100 mil pessoas, com 63 municípios representados e 148 ações culturais. Já Presidente Prudente reuniu 11 mil pessoas, com a participação de 61 municípios e 107 ações. Na capital, o Revelando SP alcançou 380 mil pessoas, envolveu 114 municípios e 209 ações, reforçando o papel estratégico do programa na difusão, valorização e fortalecimento das culturas tradicionais paulistas em escala estadual. O total de público do evento das tradições do estado de São Paulo foi de, aproximadamente, 600 mil pessoas. *FÉstival*: Em 2024, o FÉstival consolidou-se como um importante espaço de celebração da fé e da convivência familiar, promovendo o encontro de diversas expressões culturais de origem cristã. Ao longo do ano, foram realizadas 34 apresentações, alcançando um público presencial de 24.150 pessoas e um público virtual de 8.696, nos municípios de Santa Bárbara d'Oeste, Guaratinguetá e Votuporanga, com programação gratuita e voltada a diferentes faixas etárias. Em 2025, o festival ampliou significativamente sua presença territorial e o alcance de público, reafirmando seu caráter inclusivo e culturalmente diverso. Em Santa Bárbara d'Oeste (30 e 31 de maio), o evento reuniu 16 mil pessoas e contou com o Espaço Imersivo – Vivência Cristã, uma experiência sensorial inspirada nos milagres de Jesus Cristo, além de uma área dedicada ao público infantil, com atividades recreativas e oficinas. Em Descalvado (2 de agosto), o "Adora Descalvado 2025" reuniu 8 mil pessoas; em Iacanga (3 de agosto), a "Marcha para Jesus" contou com 6.800 participantes; em Tambaú (16 de agosto), o evento alcançou 2.300 pessoas; em Sorocaba (23 de agosto), reuniu 40 mil pessoas, novamente com espaço imersivo e área de



recreação infantil; e, em 27 de setembro, o festival passou por Santana de Parnaíba, com 7 mil pessoas, e por Arujá, com 5 mil participantes, reforçando o papel do FÉstival como uma plataforma de valorização cultural, espiritual e comunitária em diferentes regiões do Estado. *Semana Guiomar Novaes*: A 48ª Semana Guiomar Novaes foi realizada entre os dias 12 e 21 de setembro, em São João da Boa Vista, com uma programação gratuita que reuniu música erudita e popular, espetáculos de dança, circo, teatro e intervenções artísticas. Com mais de 40 atividades, o evento ocorreu em diversos pontos da cidade, como o Theatro Municipal, Fonteatro Emílio Caslini, Cidade das Artes e espaços ao ar livre. Foram 37 ações para um público de 12 mil pessoas. *SisEB*: Em 2025, o SisEB – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo consolidou-se como eixo estruturante das políticas de leitura no Estado, com 1.204 bibliotecas cadastradas, fortalecendo a articulação em rede e a ampliação do acesso à informação e à cultura. No âmbito de acervo e renovação de material, a Biblioteca de São Paulo (BSP) e a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL), reconhecidas como laboratórios do conceito de Biblioteca Viva, compartilharam um acervo total de 86.217 itens, entre livros, jornais e revistas. Complementarmente, em 2025 foram doados 31.000 livros e adquiridos 3.683 novos títulos, destinados à atualização dos acervos das bibliotecas cadastradas em todo o Estado. *Biblioteca Digital BibliON*: A BibliON é a biblioteca digital do Estado de São Paulo, que oferece acesso a uma ampla variedade de conteúdos digitais. O acervo total da BibliON conta com 22.358 itens, incluindo livros digitais, audiolivros, podcasts e vídeos. A plataforma registrou 397.949 títulos emprestados em todo o Estado de São Paulo. O público ativo de 2025 foi de 3.120 usuários. *Programa Viagem Literária (2025)*: É uma iniciativa do SisEB (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo), criada em 2008, dedicada ao estímulo à leitura, à literatura e à valorização das bibliotecas públicas. Em 2025, o programa passou por 72 municípios. Foram realizados 340 eventos presenciais, alcançando um público de 10.371 pessoas. Adicionalmente, houve 1 evento virtual, com 92 participantes, totalizando um público geral de 10.372 pessoas alcançadas pelo programa. *Seminário Internacional Bibliotecas Vivas (2025)*: É um evento criado em 2008 pelo SisEB, com execução da SP Leituras, com o objetivo de transformar as bibliotecas paulistas em centros de referência cultural. Em 2025, o Seminário alcançou um público total de 550 participantes e impactou positivamente mais de 65 municípios em todo o Estado de São Paulo. *Programa Praler – Prazeres da Leitura (2025)*: É um programa de fomento à leitura criado em 2008 pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo e executado pela SP Leituras. Seu objetivo é promover o acesso à literatura para populações em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em asilos, hospitais, albergues, ONGs e presídios, incluindo ações voltadas à remição de pena pela leitura. O programa realiza mediações de leitura e doação de acervos, buscando utilizar a literatura como ferramenta de resgate da autoestima e promoção da cidadania para esses grupos. Em 2025, foram realizados 10 encontros presenciais, o programa atendeu 6 municípios e o público total foi de 272 participantes. *São Paulo Companhia de Dança*: A São Paulo Companhia de Dança se destaca pela sua versatilidade e inovação, desde sua criação em 2008, pelo Governo do Estado de São Paulo, reconhecida pela crítica como uma das mais prestigiadas companhias da América Latina. É gerida pela Associação Pró-Dança e, desde abril de 2025 conta com uma direção artística expandida, composta pela diretora artística, Inês Bogéa, e pelo co-diretor artístico, Milton Coatti, conforme indicação da SCEIC no edital de convocação para gestão do período (2025 a 2029). Essa estrutura colaborativa permite uma constante renovação da programação artística, a qual permite maior amplitude artística que resultam em novas ideias e perspectivas. Até o segundo quadrimestre de 2025, SPCD realizou 16 espetáculos na cidade de São Paulo, para 9.942 pessoas e 15 espetáculos nas cidades do interior do Estado de São Paulo: Bauru, Botucatu, Campos do Jordão, Ilhabela, Mococa, Salto, Santa Bárbara d'Oeste, São Caetano do Sul e Taquaritinga para um público de 6.891 pessoas e



6 espetáculos fora do Estado de São Paulo para 6.016 pessoas. *Projeto Guri*: Presente na Capital, Região Metropolitana, Interior, Litoral e na Fundação CASA, o Projeto Guri manteve em 2025, sua posição como uma das maiores políticas públicas de formação musical e inclusão sociocultural do Estado de São Paulo. No período, destacam-se ações estruturantes como o Guri nas Escolas Estaduais, que atendeu 97 unidades escolares estaduais e 110 municipais e contou com 18.239 alunos ativos até o segundo quadrimestre de 2025, além da atuação contínua na Fundação CASA, com 60 polos ativos. O ano de 2025 também foi marcado pela celebração dos 30 anos do Projeto Guri, reforçando sua trajetória, capilaridade e impacto social. Em 2025, até o quarto bimestre, o Projeto Guri registrou 361 polos em funcionamento, alcançando 522.638 beneficiados, dos quais 421.308 no Interior e 101.330 na Capital, com atuação em 315 municípios. Esses resultados demonstram a permanência de um alto alcance territorial e social, reafirmando o compromisso do Projeto Guri com a democratização do acesso à cultura, à formação musical e com o desenvolvimento humano em todo o Estado. *CultSP Pro – Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura*: No primeiro ano de contrato, celebrado em outubro de 2025, o CULTSP Pro completou um ano de atuação e se consolidou como uma das principais políticas de qualificação cultural do país. Criado para enfrentar gargalos históricos de formação e profissionalização no setor cultural, o programa já impactou cerca de 10 mil profissionais em 168 municípios, por meio de mais de 400 cursos gratuitos e aproximadamente 180 mil atendimentos formativos e complementares. Estruturado em seis escolas, o CULTSP Pro realizou cerca de 350 cursos ao longo do período, com mais de 400 turmas abertas, envolvendo também mais de 600 profissionais do mercado cultural nos processos formativos. Os resultados reforçam o papel estratégico da iniciativa no fortalecimento da economia criativa, na ampliação de oportunidades de trabalho e na conexão efetiva entre qualificação, prática profissional e mercado. Entre 2024 e 2025, o programa apresentou avanços relevantes, com destaque para a interiorização das ações formativas e para iniciativas estruturantes como o Hub Audiovisual, o Giro Pro, o Summer Camp e o projeto “O Quebra-Nozes – O Musical”, que ampliaram o alcance territorial, a diversidade de linguagens e a articulação com diferentes segmentos da economia criativa. Em termos de atendimento, em 2024 o CULTSP Pro beneficiou 35.639 pessoas, por meio de 97 cursos realizados em 108 municípios. Já em 2025, até o segundo quadrimestre, os números indicam uma expansão significativa, com 121.801 beneficiados, 211 cursos ofertados e atuação em 348 municípios. Esses resultados evidenciam a capacidade de crescimento e capilaridade do programa, reafirmando seu papel na formação de profissionais, na descentralização das oportunidades e no fortalecimento das políticas públicas de qualificação cultural no Estado de São Paulo. *SP Escola de Teatro*: Em 2025, até o terceiro quadrimestre, foram registrados 10.456 beneficiados, sendo 2.951 alunos e 7.505 pessoas de público. As ações mantêm o foco na qualificação artística, na circulação de produções e no fortalecimento de redes de intercâmbio, assegurando a continuidade das iniciativas estratégicas desenvolvidas nos anos anteriores. *SP Escola de Dança*: Este reconhecimento é considerado um dos mais relevantes na área de cultura em âmbito estadual e nacional, incentivando a continuidade e desenvolvimento das artes e culturas em São Paulo. Em 2025, até o terceiro quadrimestre, foram registrados 33.524 beneficiados, com alcance em 4 municípios e 5 estados, com destaque para ações no Rio de Janeiro e em Salvador. Entre os principais avanços do período estão a oferta de novos cursos, como Técnicas da Dança (Clássico) e Teatro Musical, a ampliação dos cursos livres, com Jazz e novas turmas de Clássico, e a publicação CorpoMapa: Dança e Educação – Volume II. Os intercâmbios envolveram parcerias com a FUNCEB, em Salvador, além de atividades em Campinas, Jundiaí, Ilhabela, São Luiz do Paraitinga e Rio de Janeiro. Houve ainda ações de formação, como o workshop de Teoria da Mudança e cursos de Inglês e Libras, iniciativas de integração, como o Baile de Dança de Salão e



Rodas de Leitura, bem como residências artísticas, incluindo a participação de Clarissa Sacchelli e a realização da 2ª Jornada Paulista de Dança no Festival de Inverno de Campos do Jordão. O período também contou com reconhecimento artístico, com aluno selecionado para o espetáculo Lago dos Cisnes, da São Paulo Companhia de Dança. Ainda em dezembro de 2025, será divulgado o lançamento, pela São Paulo Escola de Dança, instituição vinculada à Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Governo do Estado de São Paulo, de um curso de especialização em dança com a finalidade de estruturar a futura São Paulo Companhia Jovem de Dança. O programa de formação foi concebido com duração de três anos, destinado a 20 jovens bailarinos, com faixa etária entre 16 e 25 anos, selecionados por meio de processo específico. A proposta pedagógica prevê a concessão de bolsa para permanência, bem como uma carga intensiva de formação técnica e artística, com ênfase na dança clássica-contemporânea. Além da formação técnica, o programa contempla a produção e circulação de espetáculos, proporcionando aos participantes vivência prática de palco e processos criativos, bem como a atuação articulada com a São Paulo Companhia de Dança (SPCD), consolidando um percurso de profissionalização e inserção qualificada no campo da dança. Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro e Orquestra do Theatro São Pedro. Em 2025, até o terceiro quadrimestre, foram contabilizados 88.607 beneficiados, sendo 50.588 presenciais e 38.019 virtuais, com atuação em 4 municípios, e R\$ 33.090.255,00 em repasses. Mesmo em fase inicial do exercício, o programa mantém a continuidade das ações estratégicas, assegurando a permanência de iniciativas de formação e difusão musical e fortalecendo o impacto cultural junto aos públicos atendidos com destaque para Orthesp, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Orquestra Jovem do Estado. *Fábricas de Cultura:* As Fábricas de Cultura, organizadas nos Setores A e B, mantiveram em 2025 uma atuação expressiva na formação cultural, no acesso à cultura e na valorização das expressões periféricas e territoriais. No Setor A, composto pelas unidades Vila Curuçá, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Bernardo, Parque Belém, Sapopemba e Santos, foram registrados em 2025 506.087 beneficiados, sendo 489.764 presencial e 16.323 virtual, R\$ 36.193.884,75 em repasse e atuação em 7 municípios. No Setor B, que reúne as unidades Jardim São Luís, Iguape, Brasilândia, Capão Redondo, Jaçanã, Vila Nova Cachoeirinha e Diadema, o ano de 2025, até o terceiro quadrimestre, o Setor B alcançou 553.426 beneficiados, sendo 542.871 presenciais e 10.555 virtuais, com repasse de R\$ 37.070.579,97 e presença em 11 municípios. Destaque para as ações das Fábricas de Cultura na Fundação CASA, o programa CULTSP Na Estrada e as iniciativas de Fábricas Extramuros. *Conservatório de Tatuí:* Em 2025, até o momento do presente relatório, foram registrados 49.992 beneficiados, sendo 42.888 presenciais e 7.104 virtuais, com alcance em 9 municípios, incluindo 1 na Bahia e 2 no Paraná, demonstrando a expansão interestadual das atividades. A formação teve início em 2025, com 18 estudantes ativos em sua turma inaugural. Por se tratar de uma formação coletiva continuada, não há ingresso de novos alunos ao longo do ano letivo, priorizando o acompanhamento pedagógico e o aprofundamento do processo formativo. No âmbito das apresentações de 2025, o encerramento do primeiro semestre contou com o espetáculo “Cabaret dos Bichos”, desenvolvido integralmente com as estudantes, sob direção de Davi Tápias e Guilherme Gila, com quatro apresentações oficiais realizadas em 24/06/2025 (Semana de Mostra das Artes Cênicas), 08/07/2025 (Abertura de processo), 09/07/2025 (Festa do Doce) e 25/07/2025 (Encerramento do FETESP). No segundo semestre, o grupo apresentou o espetáculo “Sonhos Não Envelhecem”, entre 24 e 28 de novembro, durante a 2ª Semana de Música de Câmara, no Salão Villa-Lobos. Em 2025, Tatuí conta com 2 Polos do Projeto Guri, sendo um polo aberto e outro na escola municipal, registrando até agosto, 185 vagas e 162 alunos matriculados. *Prêmio Governador do Estado:* O Prêmio Governador do Estado para as Artes é uma das mais prestigiosas distinções culturais do Estado de São Paulo, organizada pela Secretaria da Cultura,



Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, abrange múltiplas categorias e tem como objetivo celebrar a excelência, a inovação e a relevância das práticas e dos projetos culturais que contribuem para a cena artística paulista. Em 2025, o prêmio contou com 13 categorias e doze vencedores que receberam R\$ 35,5 mil cada, além de um troféu exclusivo criado pelo arquiteto Ricardo Ohtake, com exceção da categoria “Instituição Cultural”, que foi contemplada apenas com o troféu. A cerimônia de entrega foi realizada no Palácio dos Bandeirantes, reforçando a importância do evento como reconhecimento público do Governo do Estado aos artistas, grupos e ações culturais que se destacaram.

Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural: A Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) tem a missão de preservar o patrimônio cultural paulista, com a elaboração, desenvolvimento e avaliação de diretrizes e políticas públicas relacionadas a este patrimônio. Através das ações do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e dos 25 museus estaduais, promove ações de preservação do patrimônio cultural paulista. Ainda, mantém dois sistemas: o Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), que congrega e articula os museus paulistas, promovendo a qualificação técnica e o fortalecimento institucional em favor da preservação, pesquisa e difusão do patrimônio museológico paulista e o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural (SISEP-SP), que tem por objetivo promover a articulação e cooperação entre os diversos atores que atuam na preservação do patrimônio cultural paulista, promovendo qualificação técnica e estimulando a realização de ações de difusão e valorização desse patrimônio.

Preservação do Patrimônio Material e Imaterial: Em 2025, as atividades sobre Patrimônio Material e Imaterial deram continuidade às ações internas para melhoria dos processos. A autuação de processos é feita em 48 horas, contribuindo significativamente para a melhoria do serviço prestado ao cidadão. Houve continuidade do planejamento para redução do passivo de solicitações de tombamento, com destaque para as ações de regulamentação de áreas envoltórias, priorizando a região central de São Paulo, contribuindo para a recuperação do centro como um todo. Neste ano, foi reformulado o Sistema Estadual de Patrimônio Cultural (SISEP-SP), iniciado em 2023, está presente em ações dentro de cada uma das linhas de atuação e temo como objetivo estabelecer uma gestão compartilhada e participativa no Estado de São Paulo, com o propósito de garantir a preservação do patrimônio cultural paulista, a partir de quatro linhas de atuação: estabelecimento de redes de cooperação, difusão e formação, monitoramento e fiscalização e gestão do patrimônio cultural. Prosseguindo com a parceria junto ao Arquivo do Estado de São Paulo, visando salvaguardar a documentação produzida pelo CONDEPHAAT desde 1968, foram recolhidas 3.100 plantas de bens tombados, que se somam às 42.580 fotografias, além da realização de inventário de quase 10 mil projetos acondicionados no Centro de Documentação da DPPC, com previsão de recolhimento no início de 2026. Concomitante a estas atividades, houve continuidade do trabalho de classificação dos processos do CONDEPHAAT, que permitiu a eliminação de milhares de documentos com prazo de guarda concluído e reorganização de processos em cerca de 3.700 caixas, até o momento do presente relatório, que permitirá pesquisas futuras sobre a preservação do patrimônio cultural paulista. Em 2025, foram encaminhados 57 processos de reconhecimento de patrimônio cultural e de regulamentação de áreas envoltórias, considerando processos de tombamento encaminhados para deliberação do CONDEPHAAT, além dos 520 tombamentos que já contam com proteção. Tais informações continuaram a ser sistematizadas no banco de dados disponível no sítio eletrônico do CONDEPHAAT e na plataforma digital da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo (IDE-SP), com informações georreferenciadas dos bens protegidos. Foram analisadas 1.980 intervenções em bens protegidos. O CONDEPHAAT realizou 19 reuniões ao longo do ano, destacando-se a continuidade das atividades do Grupo de Trabalho para revisão das diretrizes da



resolução de tombamentos dos bairros Jardins, do Bairro da Santa Efigênia e com audiência pública realizada em 20 de maio de 2025, em Piracicaba, acerca do projeto para construção de empreendimento residencial vertical denominado “Projeto do Boulevard Mirante Piracicaba”, na área da antiga Fábrica Boyes, realizada no Teatro Erotídes de Campos, no Engenho Central de Piracicaba, na qual contou com a participação de 322 pessoas para escuta das posições e colheita de contribuições recebidas e discussões sobre o tema. Quando se trata de difusão e formação em Patrimônio Cultural, em 2025, o público atendido foi de cerca de 78 profissionais, considerando oficinas, palestras, orientações técnicas, encontros de cooperação técnica e outros eventos interinstitucionais, como as atividades do Patrimônio em prática, em que os técnicos da DPPC realizaram atendimento a demandas dos municípios. Destaca-se o estabelecimento do SISEP-SP, com a realização do III Fórum de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, reunindo 31 municípios com legislação de tombamento para discutir ações integradas de preservação. Quanto à articulação institucional, além do Fórum, foram mantidas reuniões periódicas dos Escritórios Técnicos de Gestão Compartilhada (ETGC), reunindo técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e órgãos de preservação municipais, em cidades como São Paulo e Santo André (ETGC-Paranapiacaba). Dentro dessas ações, foram atendidos 42 municípios, incluindo aqueles que participaram da Jornada do Patrimônio, como: Araçatuba, Araraquara, Ariranha, Bauru, Bebedouro, Bocaina, Boituva, Botucatu, Brotas, Campinas, Cerquilha, Cosmorama, Cruzeiro, Dois Córregos, Espírito Santo do Pinhal, Guararema, Guaratinguetá, Hortolândia, Indaiatuba, Irapuru, Jundiaí, Leme, Limeira, Louveira, Mogi das Cruzes, Natividade da Serra, Piquete, Piraju, Presidente Epitácio, Rafard, Registro, Santa Cruz das Palmeiras, Santo André, Santos, São Carlos, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Simão, Taubaté, Teodoro Sampaio e Valinhos. O evento foi realizado nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2025, com o tema ferrovia, que contou com atividades culturais e educativas, debates, passeios, visitas mediadas e roteiros de memória, além de apresentações artísticas em diversos bens ferroviários, atingindo público de 12.866 pessoas. *Preservação do Patrimônio Museológico:* Em sua política relativa ao patrimônio museológico, e em parceria com outros agentes – municípios, instituições e sociedade civil organizada –, foi promovida a preservação, a pesquisa e a comunicação do patrimônio cultural dos museus paulistas em favor do direito dos cidadãos à participação ampla, à memória e à diversidade cultural, por meio da continuidade na formulação e implementação de políticas públicas para a área museológica e da articulação desses museus. Atividades desenvolvidas em parceria com Organizações Sociais de Cultura (Contratos de Gestão): O Contrato de Gestão firmado com a Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari) abrange a administração do Museu Casa de Portinari, do Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro, do Museu Índia Vanuïre e do Museu das Culturas Indígenas, com valor total de R\$ 20.112.292,00. *Museu Casa de Portinari:* Situado na área central do município de Brodowski/SP, região de Ribeirão Preto, nordeste do estado de São Paulo, o museu representa a forte ligação do artista Candido Portinari com sua terra natal, origens e laços familiares. No ano de 2025, observa-se que o Museu Casa de Portinari renovou as salas expositivas “A Casa Como Tema” e “O Pintor”, elevando a experiência dos visitantes com recursos mais interativos e acessíveis. Em relação à programação cultural, destaca-se a 50ª Semana de Portinari, que reuniu uma programação que reforça a ligação entre arte, memória e comunidade, com oficinas culturais, apresentações artísticas e a tradicional Piazza della Nonna na Praça Candido Portinari. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 115.390 pessoas e o público virtual atingiu 591.584. *Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro:* Localizados no município de Campos do Jordão/SP, têm como missão preservar, pesquisar e comunicar a coleção de esculturas da artista Felícia Leirner; promover fruição e expressão em artes



visuais, especialmente em escultura; estimular apreciação, compreensão e expressão musical; preservar a vegetação do jardim e área adjacente de mata atlântica; e promover a conservação ambiental, contribuindo na construção de diálogos para o conhecimento. Em 2025, destaca-se a realização da 4ª edição do “Festival Arte no Outono”, cuja programação enalteceu grandes artistas da música nacional, valorizou a diversidade cultural do país e deu voz às misturas que formam a identidade do Brasil. Também houve a itinerância da exposição “Asas da Mantiqueira: Aves de Campos do Jordão”, em Pindamonhangaba. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 71.148 pessoas e o público virtual atingiu 554.172. *Museu Índia Vanuíre*: Localizado no município de Tupã/SP, tem como missão preservar, pesquisar, valorizar e comunicar o patrimônio histórico e etnográfico indígena, em especial o legado de povos do oeste paulista, e promover reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania, considerando diferentes culturas e interações sociais. Em 2025, destaca-se a realização da exposição temporária “Por Trás da Exposição: Memórias de um Processo Coletivo, com os Povos Indígenas do Centro-Oeste Paulista”, que difunde os resultados do processo que conduzirá à revitalização da exposição de longa duração do Museu, a partir dos registros dos encontros entre a equipe do Museu e as comunidades indígenas locais. Na programação, tem destaque a realização da 53ª Semana dos Povos Indígenas, uma das programações mais tradicionais da instituição, iniciativa que valoriza a diversidade cultural e o protagonismo dos povos originários. Destaca-se ainda o 11º Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus que teve como proposta o desenvolvimento colaborativo da intervenção na exposição de longa duração do Museu Índia Vanuíre. A proposta fortalece o protagonismo Kaingang, Guarani Nhandewa, Terena e Krenak por meio da curadoria e reposiciona o discurso institucional do Museu em um patamar democrático, respeitando o direito à musealização. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 16.943 pessoas e o público virtual atingiu 379.689. *Museu das Culturas Indígenas*: Localizado no município de São Paulo/SP, tem como missão proteger, difundir e valorizar o patrimônio cultural indígena, promover a valorização e incentivar a produção artística indígena. Em 2025, tem destaque a realização de programação cultural relacionada ao “Abril Indígena”. No âmbito das programações culturais em homenagem ao aniversário do museu, houve a realização da instalação “Cobertura liliales”, que integra artes, natureza e arquitetura contemporânea, nas formas orgânicas da família botânica das Liliales. Destaca-se ainda o I Encontro de Educação Museal na Perspectiva Indígena, voltado aos profissionais de educação museal com a proposta de compartilhamento de procedimentos de mediação cultural e ações educativas desenvolvidas pelas equipes dos museus: Museu Akãm Orãm Krenak (Arco-Íris/SP), do Museu das Culturas Indígenas (São Paulo/SP) e do Museu Índia Vanuíre (Tupã/SP). O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 45.352 pessoas e o público virtual atingiu 548.223. O Contrato de Gestão com a Associação Museu Afro Brasil (AMAB), que compreende o equipamento museu Museu Afro Brasil Emanuel Araujo, recebeu um repasse de R\$ 13.146.268,00. *Museu Afro Brasil “Emanuel Araujo”*: Localizado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, Parque Ibirapuera, cidade de São Paulo, o museu preserva, divulga e celebra a cultura, memória e história do Brasil, abordando os universos culturais africanos e afro-brasileiros. Em 2025, houve o comissionamento da série “Proteção”, composta por três trípticos da artista Rafaela Kennedy, proposta que integrou as ações da instituição voltadas à promoção de práticas artísticas comprometidas com a diversidade de experiências e saberes que compõem o Brasil contemporâneo. Também se destacam as exposições temporárias “Acervo em perspectiva I”; “Thinya”, que marcou a estreia da nova sala de projeção do museu; “Como a Terra Respira”, da artista Isa do Rosário; “Orquestra”, do fotógrafo Xirumba que é um Patrimônio Vivo de Pernambuco, e “Silêncio Retumbante”, de Izidório Cavalcanti com curadoria compartilhada de Rebecka Monita e “História



inventada e invenção de história”. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 159.516 pessoas e o público virtual atingiu 1.467.218. O Contrato de Gestão com a Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), que compreende os equipamentos museus Pinacoteca, Estação Pina (núcleo integrante), Pina Contemporânea (núcleo integrante) e Memorial da Resistência, recebeu um repasse de R\$ 53.561.313,00. *Pinacoteca do Estado de São Paulo*: Localizada no bairro da Luz, cidade de São Paulo, a Pinacoteca e seus núcleos – Pinacoteca Estação e Pina Contemporânea – abrigam artes visuais brasileiras do século XIX à contemporaneidade. Em 2025, destaca-se a publicação da “Bibliografia Comemorativa dos 120 anos da Pinacoteca”, resultado do levantamento bibliográfico e documental sobre a história da instituição. Também tem destaque a realização das exposições temporárias: “Mônica Ventura: Daqui um lugar”; “Tecendo a manhã: vida moderna e experiência noturna na arte do Brasil”; “Estás vendo coisas – Bárbara Wagner e Benjamin de Burca”, “Ad Minoliti: Escola Feminista de Pintura”; “Marga Ledora: A linha da casa”; “Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70”, “Neide Sá: vida, doce mistério”, “Flávio Império: tens à vontade e ela é livre”; “Juliana dos Santos: Temporã”; “Beatriz González: a imagem em trânsito”; “Dominique Gonzalez-Foerster: Meteorium”, “Radiola de Promessa, Gê Viana” e “Trabalho de Carnaval”. No âmbito da programação cultural, tem destaque a realização da 2ª edição da Pina Junina e da 2ª edição do Festival Pina Praça, que trouxeram uma programação que refletiu sobre as expressões culturais e identidades da América Latina e da Pina em Festa, programação celebrativa aos 120 anos da instituição. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 775.266 pessoas e o público virtual atingiu 2.508.765. *Memorial da Resistência de São Paulo*: Localizado no bairro da Luz, cidade de São Paulo, dedica-se à preservação da memória da resistência e da repressão políticas no Brasil republicano. Em 2025, destaca-se a readequação do novo espaço do Centro de Pesquisa e Referência, que conta com sala de trabalho, sala para atendimento a pesquisadores, sala para tratamento de acervo, reserva técnica, sala destinada à Coleção Referências, estúdio de história oral, espaço para realização de atividades com até 30 pessoas e área expositiva voltada à apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa. Destaca-se ainda, no contexto do Ano Cultural Brasil – França 2025, o projeto Memória dos Movimentos de Resistência Brasileira na França (2016-2023), uma realização em parceria com a Associação Memória da Resistência Brasileira na França. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 83.648 pessoas e o público virtual atingiu 884.939. *Museu da Casa Brasileira*: No primeiro semestre de 2025, ocorreu a desmobilização do acervo do Museu da Casa Brasileira e sua transferência integral para a reserva Técnica Clé. O Contrato de Gestão com a Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura – POIESIS, que compreende os equipamentos museus Casa Guilherme de Almeida, Casa Mário de Andrade e Casa das Rosas, recebeu um repasse de R\$ 10.298.314,00. *Casa das Rosas*: Localizada na cidade de São Paulo, atua como observatório das transformações dos territórios da Avenida Paulista e dos diversos movimentos artísticos e literários da cidade. Em 2025, tem destaque a exposição “Entre as Rosas, um Arco-Íris”, que evidenciou a relação da instituição com a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+. Destacam-se também as visitas temáticas realizadas em função do aniversário de São Paulo e do Dia Internacional das Mulheres, que exploraram o patrimônio da Casa das Rosas a partir destes recortes específicos. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 490.370 pessoas e o público virtual atingiu 329.115. *Casa Guilherme de Almeida*: Localizada em São Paulo, é um museu biográfico que, a partir do espaço de moradia, do acervo e das diferentes facetas de atuação de Guilherme de Almeida, articula olhares e reflexões críticas sobre o legado modernista e o cenário cultural paulista, em diálogo com a contemporaneidade. Em 2025, destacam-se os encontros “Identidades Paulistas: Memória, Disputas e Representatividade e Margens do



Modernismo”, que revisitaram criticamente a construção da identidade paulista e a trajetória do poeta em diálogo com disputas contemporâneas em torno de memória e pertencimento. Foi realizada também mais uma edição do Programa de Aprimoramento em Tradução Literária. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 2.136 pessoas e o público virtual atingiu 138.891. *Casa Mario de Andrade*: Localizada na cidade de São Paulo, ocupa a antiga residência de Mário de Andrade, e tem por missão apresentar e discutir a vida pública e privada de Mário de Andrade, atuando como um polo agregador, articulador e irradiador de seu legado, que promove e amplia reflexões sobre políticas culturais e de patrimônio, e aponta tendências de futuro, em conexão com as raízes culturais brasileiras e a contemporaneidade. Em 2025, destacam-se a realização de mais uma edição do programa formativo “Patrimônio, Memória e Gestão Cultural” e a exposição “Assento o futuro em preta luminância”, fruto de residências artísticas em territórios quilombolas, que promoveu um diálogo entre saberes ancestrais e arte contemporânea digital. Tem destaque ainda a realização da ação educativa “Caminhada pelo Centro - Mário de Andrade, Gestor Público”, que homenageia o centenário da primeira biblioteca pública de São Paulo e dos 90 anos da criação do Departamento de Cultura Municipal. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 6.416 pessoas e o público virtual atingiu 139.875. O Contrato de Gestão com o Catavento Cultural e Educacional, que compreende o equipamento museu Catavento, recebeu um repasse de R\$ 22.142.455,78. *Museu Catavento*: Localizado no Palácio das Indústrias, em São Paulo, tem por objetivo preservar o patrimônio científico e democratizar o conhecimento em ciência e tecnologia. Em 2025, houve a realização da programação especial “Lugar de Mulher é na Ciência”, que contou com a realização da exposição temporária “A Fascinante Jornada de uma Bioquímica Húngara até o Prêmio Nobel”. Também se destaca a realização da 1ª edição da atividade “Uma Noite no Museu”, no âmbito das comemorações de 16 anos do Catavento. Houve ainda a exposição temporária “Histórias da Floresta” e a itinerância internacional da exposição temporária “Santos Dumont – Entre Máquinas e Sonhos”, exibida em Budapeste, na Academia de Ciências da Hungria e no Centro de Pesquisa de Ciências Naturais. Neste ano também ocorreu a comemoração dos 10 anos do Borboletário, com atividades especiais durante as férias, ciclos de palestras e visitas técnicas ao Laboratório de Criação, reunindo profissionais de todo o país e a inauguração da exposição “Universo dos Astronautas”, cujo destaque da mostra é o traje de treinamento original de Charles Duke, 10ª pessoa a pisar na Lua, na missão Apollo 16. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 765.493 pessoas e o público virtual atingiu 8.691.229. O Contrato de Gestão com a Associação Cultural Ciccilio Matarazzo (ACCIM), que compreende os equipamentos museus Museu da Imagem e do Som, MIS Experience (núcleo integrante) e Paço das Artes, recebeu um repasse de R\$ 27.621.050,00. *Museu da Imagem e do Som*: Localizado em São Paulo, integra memória, contemporaneidade e inovação audiovisual. Em 2025, tem destaque a realização das exposições temporárias “Ney Matogrosso”, “Jovem Guarda – 60 anos”, “A alma humana, você e o universo de Jung” e “Baú do Raul”, em comemoração à efeméride de 80 anos do Raul Seixas, apresentando uma retrospectiva inédita de sua carreira. Destaca-se também o Maio Fotografia no MIS, projeto anual de exposições fotográficas que em 2025 produziu as seguintes mostras: “A São Paulo de German Lorca”; “Can you feel it?”, de Bruce Talamon; “O Trabalho”, de Jean Manzon; “Seja o que Deus quiser”, de Dani Tranches; “Solaris” – Nova Fotografia, de Lara Ovídio; “Suportes da Memória”, do Acervo MIS, e “Tardes, passos e canções” - Nova Fotografia. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 506.950 pessoas e o público virtual atingiu 4.976.528. *MIS Experience*: Localizado em São Paulo, foca em experiências imersivas e linguagens artísticas contemporâneas. Em 2025, tem destaque a abertura da exposição “Uma viagem imersiva extraordinária – Júlio Verne 200”. Já o MIS Experience



360°, apresentou a exposição “O cinema de Billy Wilder”, adaptada para fruição por meio de óculos de realidade virtual. O projeto percorreu os municípios de Boituva, Botucatu, Votuporanga e Olímpia. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 105.673 pessoas e o público virtual atingiu 780.173. *Paço das Artes*: Localizado em São Paulo, incentiva a produção artística experimental, formação de novos agentes culturais e difusão da arte contemporânea. Em 2025, tem destaque a exposição temporária coletiva “Ainda não é o fim do mundo”, que reuniu 58 trabalhos de 18 artistas, refletindo sobre os impactos significativos e, muitas vezes, irreversíveis das ações humanas ao meio ambiente. Em maio foi inaugurada a 29ª edição da Temporada de Projetos, iniciativa de mais de duas décadas reconhecida por abrir espaço no circuito cultural para jovens artistas brasileiros. Neste ano, o público conferiu três projetos artísticos: “Retificação”, “Grande noite” e “Razão do fogo”, além de um projeto de curadoria, “Pra onda não me tirar”. Ainda, no ano em que completa 55 anos de atividades, o Paço das Artes marcou a celebração da data com a inauguração da exposição “Auê de parede”, resultado de chamamento para artistas interessados em participar de uma mostra coletiva no espaço expositivo da instituição. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 23.018 pessoas e o público virtual atingiu 216.937. O Contrato de Gestão com a Associação Museu de Arte Sacra de São Paulo (SAMAS), que compreende o equipamento Museu de Arte Sacra, recebeu um repasse de R\$ 13.255.718,00. *Museu de Arte Sacra de São Paulo*: Localizado no Mosteiro da Luz, na cidade de São Paulo, recolhe, classifica e expõe objetos religiosos de valor histórico e estético. Em 2025, tem destaque as exposições temporárias “Memorabilia – Colecionando Memórias de São Paulo”, realizada em celebração ao aniversário da capital paulista; “Livro-objeto – A arte da encadernação a partir do acervo do MAS”, instalada na sala expositiva do Metrô Tiradentes, e “MAS 55 Anos: Dentro e Fora dos Muros da Luz”, concebida em celebração ao aniversário do Museu. Também se destaca a itinerância da exposição “Arte Sacra para Ver e Sentir”, pelas cidades de São Pedro, Santo Antônio do Jardim, Guaratinguetá, Bragança Paulista, Aparecida, também realizada no Museu da Inclusão em São Paulo e em edições do Revelando SP. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 668.263 pessoas e o público virtual atingiu 1.112.931. O Contrato de Gestão com a Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), que compreende o equipamento Museu do Café, recebeu um repasse de R\$ 11.888.660,00. *Museu do Café*: Localizado na cidade de Santos, é um importante ponto turístico que preserva e divulga a história do café no Brasil. Em 2025, tem destaque a realização das exposições temporárias “Em movimento – a nova identidade do Museu do Café”, “Coffea”, “Café à prova” e “Territórios de Memórias faz parte do projeto Museu é Aqui”, conduzido pelo Núcleo Educativo com o objetivo conectar alunos e professores ao espaço museal. Também foi realizada a itinerância da exposição “O feminino do café 1870-1930”, no Palácio dos Bandeirantes, durante o lançamento do projeto Rotas do Café de São Paulo. No âmbito da programação cultural, têm destaque as atividades realizadas em razão dos 479 anos de Santos, bem como a primeira Coffee Party do Museu do Café, formato de festa diurna que tem o café como protagonista, unindo música, cultura e experiências relacionadas ao universo do grão. Também se destaca a participação do Museu do Café na programação da SP House, durante a South by Southwest, maior evento de inovação do mundo. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 513.482 pessoas e o público virtual atingiu 578.379. O Contrato de Gestão com a Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração (INCI), que compreende o equipamento Museu da Imigração, recebeu um repasse de R\$ 12.145.880,96. *Museu da Imigração*: Localizado na antiga Hospedaria de Imigrantes, no bairro da Mooca, em São Paulo, promove o conhecimento e a reflexão sobre as migrações humanas e sua contribuição para a diversidade social brasileira. Em 2025, o principal destaque foi a reabertura da



exposição de longa duração “Migrar: histórias compartilhadas sobre nós”. Produzida a partir do projeto curatorial colaborativo que, desde 2022, promoveu um minucioso processo de escuta com migrantes, refugiados, acadêmicos, ativistas, moradores do entorno, visitantes e instituições relacionadas à temática migratória, a nova exposição foi concebida de modo a ampliar vozes, narrativas e contextos para contemplar a diversidade de perspectivas que o assunto exige, marcando o reposicionamento institucional do próprio Museu frente às migrações. No âmbito das exposições temporárias, se destacam a realização das mostras “Seda que une montanhas e mares – da China ao Brasil”, fruto de uma parceria com o Museu Nacional da Seda da China, e “Mova-se! Clima e deslocamentos”, cujo projeto curatorial tem correalização com a Organização das Nações Unidas (ONU). Se destaca ainda a atividade “Conhecendo a nova exposição do MI | Visitas Museológicas”, voltada a profissionais e estudantes das áreas de Museologia, História, Conservação e afins. Na programação cultural, tem destaque o seminário “Rumo à COP 30: Mobilidade Humana e Justiça Climática”, promovido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), com apoio institucional do Museu, além da edição especial da Festa do Imigrante, que completou 29 anos. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 95.579 pessoas e o público virtual atingiu 2.201.869. O Contrato de Gestão com a IDBRASIL, que compreende o equipamento Museu do Futebol, recebeu um repasse de R\$ 13.013.690,00. *Museu do Futebol*: Situado junto ao Estádio do Pacaembu, investiga, preserva e comunica o futebol como expressão cultural brasileira. Em 2025, destacam-se a realização das exposições itinerantes “Brincar de Futebol: Fotografias”, realizada em Serra Negra, e “Trilhos da Bola”, mostra realizada no município de Araraquara. Na sede do Museu, foram realizadas as exposições temporárias “Jaraguá Kunhangué Ouga'a - O Jogo das Mulheres do Jaraguá”, concebida com protagonismo das próprias jogadoras indígenas; “Vozes da Várzea”, que abordou o futebol amador paulista e “¡Cancha Brava! Futebol sudamericano en disputa”, que explorou o universo do futebol sul-americano. Destacam-se também a realização pelo Programa Educativo dos cursos “Diversidade no setor cultural: como desenvolver práticas e experiências mais inclusivas” e “Gestão Cultural para Novos Tempos”. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 317.540 pessoas e o público virtual atingiu 2.538.531. O Contrato de Gestão com a IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (IDBrasil), que compreende o equipamento Museu da Língua Portuguesa, recebeu um repasse de R\$ 13.229.254,63. *Museu da Língua Portuguesa*: Localizado na Estação da Luz, cidade de São Paulo, valoriza a diversidade da língua portuguesa e promove sua difusão. Em 2025, tem destaque a abertura da exposição temporária “Fala Falar Falares”, que celebrou a fala e os sotaques brasileiros e, no segundo quadrimestre, da exposição temporária “Funk: Um grito de ousadia”. Na programação cultural, os destaques foram a nova temporada do Edital Plataforma Conexões e a repaginação dos Saraus do MLP. E, por fim, destaca-se o lançamento do Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, iniciativa inédita e estratégica para o Brasil, resultado da parceria entre o Museu da Língua Portuguesa e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, com apoio financeiro da FAPESP. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 375.531 pessoas e o público virtual atingiu 2.467.225. O Contrato de Gestão com a Instituto Odeon (ODEON), que compreende o equipamento Museu da Diversidade Sexual, recebeu um repasse de R\$ 20.112.292,00. *Museu da Diversidade Sexual*: localizado na Estação República do metrô em São Paulo, promove memória, arte, cultura e pesquisa LGBTQIA+. Em 2025, tem destaque a inauguração do Centro de Pesquisa do Museu, que possibilitará ampliar a pesquisa interna e o atendimento a pesquisadores. Destaca-se também a realização da exposição temporária “O mais profundo é a pele”, do fotógrafo Rafael Medina, com curadoria de André Fischer e em parceria com a ParadaSP, e da exposição temporária “Tybyras: Caminhos de uma Amazônia Queer”, do artista visual Henrique



Montagne. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 17.562 pessoas e o público virtual atingiu 430.263. O Contrato de Gestão com a Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), que compreende o equipamento Museu das Favelas, recebeu um repasse de R\$ 7.426.300,00. *Museu das Favelas*: localizado na região central de São Paulo, preserva memórias e promove a produção cultural de favelas brasileiras. Em 2025, tem destaque a ação extramuros “Mulheres faveladas guardiãs da ancestralidade: A favela é filha de quem?”, realizada em parceria com a Escola Feminista Abya Yala, e o 2º Seminário “Favela é o Centro”. Houve ainda a inauguração da mostra “Funk, Arte & Resistência”, em parceria com a Perifacon, reunindo obras de artistas das quebradas e propondo o funk como linguagem artística e ferramenta de resistência. Também tem destaque a inauguração das exposições temporárias “Fluxo Poético – Sérgio Vaz: Poeta da Periferia” e “Imaginação Radical: 100 anos de Frantz Fanon”, além da continuidade da itinerância da “Favela é Giro”, que percorreu as cidades de São Sebastião, Ferraz de Vasconcelos e São Paulo. O número total de visitantes presenciais recebidos até novembro de 2025 foi de 448.905 pessoas e o público virtual atingiu 3.218.918. Destaque de ações concluídas em 2025 e demais continuidades da Preservação do Patrimônio Museológico: Museu da Diversidade Sexual - Destaca-se que, após a satisfatória conclusão das obras de reforma, requalificação e ampliação, que oportunizaram a reabertura ao público em 29 de maio de 2024, com documentos como AVCB, Auto de Licença de Funcionamento e Seguros Multirriscos devidamente obtidos, além de nova exposição, foi observado pela concessionária ENEL que era necessária a execução de ações para adequação do quadro geral de energia junto à estação República, restando, conforme orientação da supramencionada concessionária, com acompanhamento das equipes da OS, Metrô e desta SCEIC, por meio do Departamento de Infraestrutura Predial (DIP), a contratação de prestação de serviço de profissional especializado para execução de complementação ao projeto, antes executado. Após conclusão do supramencionado projeto, foram propostas ações, por meio de obras e serviços. *Casa Mario de Andrade*: Destaca-se o desenvolvimento de projeto para provimento da área destinada ao auditório, com equipamentos que assegurem adequadas acústica, iluminação e tecnologia, além de conforto térmico para os usuários por meio de sistema de climatização, bem como revestimentos e mobiliários apropriados. Ainda, destaca-se o desenvolvimento de projeto para instalação de linha de vida para a cobertura, que se trata de sistema de segurança projetado para trabalhos em altura, necessário durante as ações de manutenção e/ ou inspeção, prevenindo quedas e assegurando a segurança dos trabalhadores, composta por pontos de ancoragem e cabos de aço e/ou outros componentes, que também oportunizará economia ao Contrato de Gestão, uma vez que os serviços na cobertura serão realizados por equipe própria, devidamente treinada, e não mais somente por empresa terceirizada, como ocorre atualmente, devido aos riscos. Tais projetos foram suportados com recursos dispostos no âmbito do Contrato de Gestão pactuado. *Museu das Favelas*: Destaca-se a execução da denominada “FASE 1”, com ações que proporcionaram a mudança de sede do Museu das Favelas, do Palácio dos Campos Elíseos para a edificação situada no Pátio do Colégio nº 148, anteriormente ocupada pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, que, por sua vez, passou a ocupar o Palácio dos Campos Elíseos. A reabertura ao público ocorreu em 06 de dezembro de 2024 com exposição. *Museu Afro Brasil Emanuel Araújo*: Destaca-se que, neste exercício, 2025, está em desenvolvimento projeto de luminotécnica para as fachadas do Museu, instalado no Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega, edificação situada no Parque do Ibirapuera e protegida pelas três instâncias de preservação (IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRES), que visa a valorização do patrimônio histórico edificado, proporcionando ambientação noturna, evidenciando a arquitetura do bem imóvel, e ofertando ambiente externo seguro, convidativo e qualificado para o público frequentador do Parque do Ibirapuera. O projeto contemplará luminárias de alta eficiência, com tecnologia moderna,



maior durabilidade e melhor desempenho luminotécnico, e a variação de cores oportunizará, além de usos em datas celebrativas, integração harmônica com o conceito estético e institucional do Museu. *Pinacoteca do Estado de São Paulo*: Destaca-se o desenvolvimento de projeto que visa à reforma da cobertura da Pinacoteca do Estado de São Paulo, com requalificação integral da estrutura, incluindo platibanda, revisão e redimensionamento dos elementos estruturais e dos condutores de águas pluviais, e substituição das telhas. Tal proposta de intervenção é resposta a demandas identificadas há tempos e visam corrigir infiltrações recorrentes, especialmente no período de maior precipitação, o verão, quando há alto risco pelas fortes chuvas, que comprometem tanto o bem imóvel quanto o acervo sob guarda da instituição, além de permitir ações preventivas e corretivas de conservação, por meio da criação de áreas de acesso seguro para as equipes de manutenção. O projeto executivo, elaborado pelo Escritório Paulistano de Arquitetura, foi analisado e aprovado pelas três instâncias de preservação, às quais a edificação é tombada (IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP). Ainda, foi desenvolvido projeto com proposta de intervenção para a área existente entre a elevação frontal da edificação, considerando-se o acesso principal ao museu, a via denominada Praça da Luz, o gradil justaposto à calçada, abrangendo a própria calçada e a travessia da supramencionada via. Tal intervenção trará benefícios aos diversos públicos visitantes, com acessibilidade universal, integrando urbanisticamente o equipamento à cidade, especialmente com a Estação da Luz, onde está situado o Museu da Língua Portuguesa, por meio da implantação de travessia elevada para pedestres, que, além de moderar o tráfego de veículos, priorizando o pedestre, aproximará os acessos principais de público visitante de ambos os equipamentos culturais. Tais projetos foram suportados com recursos dispostos no âmbito do Contrato de Gestão pactuado. *Pinacoteca Estação*: Destaca-se que, por meio do 2º termo de aditamento ao Contrato de Gestão, oportunizou-se a aquisição e instalação de mobiliário adequado para a Reserva Técnica denominada R8, localizada no piso térreo do Edifício Pina Estação, bem como a contratação do projeto executivo para instalação de gerador neste edifício. Está sendo realizada ainda a requalificação do andar térreo incluindo modernização no espaço físico e implantação de itens de acessibilidade, visando à melhoria da experiência do público visitante, por meio do restauro do piso, retrofit do forro do teto, reestruturação da acessibilidade física, construção de parede cenográfica em frente a atual porta de vidro e remoção de algumas das paredes cenográficas existentes. A readequação será executada por meio de elementos expográficos reversíveis e autoportantes, os quais não afetam a estrutura física do imóvel, incluindo as intervenções relacionadas à acessibilidade. *Casa das Rosas*: Destaca-se a execução do projeto de luminotécnica para as fachadas e jardins, tendo como principal objetivo valorizar o patrimônio edificado, por meio da ambientação noturna qualificada, evidenciando suas características arquitetônicas originais e contribuindo para um espaço externo mais seguro, atrativo e convidativo ao público, além de dialogar com o território, que abriga diversas outras instituições culturais, integrando-se ao contexto urbano da região. O projeto prevê a utilização de luminárias de alta eficiência energética, com tecnologia moderna, maior durabilidade e desempenho superior em termos de qualidade de iluminação, bem como a possibilidade de variação cromática, que permitirá o uso em datas comemorativas e ações institucionais, respeitando o conceito estético e a integridade do bem tombado. Ainda, destaca-se o desenvolvimento de projeto para instalação de linha de vida para a cobertura, que se trata de sistema de segurança projetado para trabalhos em altura, necessário durante as ações de manutenção e/ou inspeção, prevenindo quedas e assegurando a segurança dos trabalhadores, composta por pontos de ancoragem e cabos de aço e outros componentes, que também oportunizará economia ao Contrato de Gestão, uma vez que os serviços na cobertura serão realizados por equipe própria, devidamente treinada, e não mais somente por empresa terceirizada, como ocorre atualmente, devido aos riscos. Tais projetos foram suportados



com recursos dispostos no âmbito do Contrato de Gestão pactuado. *Museu Catavento*: Destaca-se o desenvolvimento de ações de manutenção e conservação da edificação, com evidência para a finalização da requalificação do elevador elétrico e início da requalificação do elevador hidráulico, assegurando acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Destaca-se, também, o desenvolvimento de projeto que visa à requalificação integral do Museu, com a renovação da exposição de longa duração e a ampliação, por meio da construção de edificação anexa, cujo projeto teve o estudo preliminar protocolado para análise dos órgãos de preservação, aos quais o bem imóvel é submetido (CONDEPHAAT e CONPRES). *Museu de Arte Sacra de São Paulo*: Destaca-se que, por meio do 1º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, pactuado em dezembro de 2024, foi oportunizado o repasse de recurso orçamentário que viabilizará importantes ações de requalificação da edificação, tombada nas três instâncias de preservação (IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRES), como “Readequações das coberturas e estruturas das edificações reversíveis”, “Conservação dos Frontões”, “Readequação de Layout das Edificações reversíveis”, incluindo a contratação de serviço de zeladoria. Ainda, por meio do 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Gestão, pactuado em dezembro de 2025, foi oportunizado o repasse de recurso orçamentário que viabilizará outras importantes ações de requalificação da edificação, como reforma estrutural dos sanitários e vestiários, da sala dos servidores de TI/Sistema CFVT e da área de armazenamento de materiais de limpeza. *Museu da Imigração*: Destaca-se a reabertura, em 08 de dezembro 2025, da exposição de longa duração, após processo de renovação, com investimento de R\$ 6 milhões, quando também foi oportunizada a execução da requalificação, com atualização e modernização, do sistema de climatização, “Etapa 2” de um total de 3 etapas, voltada à área expositiva de longa duração, situada no primeiro pavimento da edificação principal do museu. *Museu da Língua Portuguesa*: Destaca-se, após aprovações nas três instâncias de preservação do patrimônio aos quais o bem imóvel está tombado (IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRES), o início das ações de conservação das coberturas e fachadas, no segundo quadrimestre de 2025. Este é um marco para a área de patrimônio, que visa preservar o bem imóvel, evitando necessidades de maiores intervenções por meio de restauração. Tais ações são suportadas com recursos dispostos no âmbito do Contrato de Gestão pactuado. *Museu das Monções*: Destaca-se a reabertura do Museu, localizado em Porto Feliz/ SP, em 20 de maio de 2025, após execução de obras de restauração, reforma, requalificação e ampliação, com recurso orçamentário, em parte, proveniente de proposta contemplada junto ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal (R\$ 8.365.783,98), e o restante do valor, contrapartida fornecida por esta Secretaria (R\$ 1.956.384,61), com investimento total de R\$ 10.322.168,59. *Plano de Cultura para os Povos Indígenas*: A iniciativa tem o propósito de reconhecer e fortalecer a presença dos povos indígenas, garantindo que suas identidades, tradições e expressões artísticas façam parte de forma efetiva das políticas culturais do Estado. No ano de 2025 foram realizadas escutas nos territórios, reuniões abertas e audiência pública para garantir a participação ativa das comunidades indígenas na formulação do Plano. O documento ainda passará por mais uma escuta com indígenas no contexto urbano, no ano de 2025, e por audiência pública, no ano de 2026, para que possa ser consolidado. *Encontro Paulista de Museus (EPM)*: O EPM ocorreu nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro, no Teatro São Pedro, São Paulo/SP. Neste ano, o tema do encontro foi “Construindo futuros” e teve como propósito apresentar e debater a Política Estadual de Museus de São Paulo (PEM-SP), contando com uma programação com seis painéis que trataram de assuntos como preservação do patrimônio cultural, educação, diversidade, gestão e acessibilidade. *Política Estadual de Museus de São Paulo (PEM-SP)*: A Política Estadual de Museus foi elaborada de forma participativa entre os anos de 2023 e 2024, sendo um compromisso compartilhado de



enfrentamento de desafios comuns e constituindo-se como a primeira etapa para a criação de um planejamento estratégico e coordenado para o campo museal do Estado de São Paulo. No ano de 2025, houve a consolidação do documento após as contribuições decorrentes do Encontro Paulista de Museus. *Assessoria de Monitoramento e Governança de Dados Culturais*: A Assessoria foi reformulada no ano de 2025 por meio do Decreto 69.507, de 30 de abril de 2025 e tem como principal objetivo elaborar diretrizes e procedimentos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias firmadas entre a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo e as Organizações Sociais de Cultura. Atua em conjunto com as diretorias (itens 2.1, 2.2 e 2.3) da Secretaria para desenvolver metodologias, normas, procedimentos, manuais, sistemas e indicadores culturais, aprimorando o monitoramento dos contratos de gestão, além de promover capacitações internas e gerenciar o Portal da Transparência na Cultura (www.transparenciacultura.sp.gov.br). A Assessoria também secretaria a Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão (CA), comissão ad hoc composta por especialistas da área de gestão cultural e notório saber da sociedade civil e por funcionários do estado de São Paulo que aprovam trimestralmente, via relatórios, os resultados atingidos por meio da execução dos planos de trabalho dos contratos de gestão. Em 2025, a SCEIC teve 26 contratos de gestão firmados com 18 Organizações Sociais qualificadas. Ao final de 2025 será assinado um novo Contrato de Gestão, para a execução e manutenção dos Programas do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) e para a implantação, execução e manutenção dos Programas do Sistema Estadual de Patrimônio Cultural de São Paulo (SISEP-SP). O total de repasse para o exercício de 2025 foi de R\$ 873 milhões. A Assessoria atuou, no 1º semestre de 2025, na elaboração de 27 Pareceres Econômico-Financeiros de monitoramento e avaliação, referentes à prestação de contas anual do exercício de 2024 das OSs parceiras, analisando resultados finalísticos e execução orçamentária-financeira dos contratos de gestão para subsidiar a análise da Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão - CA. A Assessoria também deu suporte e subsidiou a CA durante o ano de 2025, secretariando as 3 reuniões deliberativas trimestrais da CA: 4º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025 – 24/06/2025; 2º trimestre de 2025 – 04/09/2025; 3º trimestre de 2025 – 10/12/2025. Em 2025, a Secretaria alterou a composição da CA, convidando novos membros da sociedade civil e do poder público, conforme Resolução SCEC 076 de 05/11/2025. Em dezembro de 2022, foi assinado um contrato com a empresa BNP Soluções em TI (Processo SEI: 010.00001098/2023-80), para desenvolvimento de software e sustentação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Cultura (SMAC). O SMAC é uma ferramenta para gestão dos contratos em parceria com as organizações sociais da cultura, promovendo padronização de indicadores, automação de processos e apresentação integrada de dados, oferecendo suporte para decisões mais informadas, avaliação de riscos e gestão do ciclo completo dos contratos de gestão. A Assessoria também elabora Referenciais Orçamentários (ROF), e durante 2025 elaborou o ROF para a Convocação Pública para organizações interessadas em firmar contrato de gestão com a Secretaria para gerenciamento do Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP) e do Sistema Estadual de Patrimônio (SISEP-SP). *Assessoria de Projetos Estratégicos e Política Cultural*: Em 2025, a Assessoria de Projetos Estratégicos e Políticas Culturais (AGPEPC), criada no contexto da reestruturação da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, estruturou-se como núcleo transversal de coordenação, articulação e inteligência para apoiar o Gabinete na formulação de políticas, gestão de projetos estratégicos, produção de diagnósticos, integração entre diretorias, assessorias e outras áreas, acompanhamento de implementação, avaliação de resultados e elaboração de relatórios analíticos, conforme competências previstas na Resolução SCEIC nº 34, de 12 de maio de 2025. Como instrumento de governança e priorização, consolidou e operou uma carteira com 96 iniciativas, organizada em 10 frentes (eixos): Acompanhamentos Estratégicos (20),



Modernização (20), Ajuste da Política Pública e Chamamentos (17), Circulação no Interior (11), Planos Temáticos (7), Fomento e Diálogo com a Sociedade (6), Governança de Dados Culturais (5), Cultura e Educação (4), Atração de Investimento (3) e Empregabilidade e Superação da Pobreza (3). A atuação foi operacionalizada por rotinas de coordenação entre as áreas, com destaque para reuniões semanais com diretorias, organizando pautas, sistematizando encaminhamentos e qualificando o circuito decisório, e por frentes temáticas que conectaram planejamento, normatização e execução. Dentre esses eixos, destacam-se os seguintes andamentos realizados pela Assessoria: Na Modernização, a Assessoria conduziu a revisão e atualização de minuta padrão do Contrato de Gestão e de Convocação Pública, criação de resoluções sobre obrigações, diretrizes de comunicação e sanções aplicáveis às Organizações Sociais, incorporando aprendizados de grupos de trabalho, pareceres e atualizações normativas. No eixo de Fomento e Diálogo com a Sociedade, apoiou processos como escutas públicas e agendas de participação, além de estudos visando à reformulação do Conselho Estadual de Política Cultural e criação do Sistema Estadual de Cultura. Ademais, organizou insumos técnicos para marcos estratégicos, como a agenda de 20 anos do ProAC (com encaminhamentos de pesquisa e interlocução técnica) e o acompanhamento de instrumentos normativos como a Resolução do ProAC ICMS. Já na Circulação no Interior, acompanhou e articulou iniciativas com capilaridade territorial, programas e mecanismos de difusão/itinerância como Pontos MIS, Agenda Viva SP (incluindo encaminhamentos de governança e integração sistêmica), Bibliotecas e Leitura/Viagem Literária, Giro PRO (CultSP PRO) (fluxo contínuo operado pela OS com organização de agenda), exposições de museus no interior e ações das Fábricas de Cultura em circulação. Em Cultura e Educação, acompanhou a estruturação e encaminhamentos de projetos como Teatro nas Escolas (implantação em duas escolas sob o mesmo desenho pedagógico), Dança nas Escolas (piloto em duas escolas e alinhamentos de agenda), a circulação das Fábricas de Cultura no Recreio nas Férias, e a migração de polos do Guri para escolas, com planejamento de circuito estadual em 20 municípios, objetivos de ampliação de atendimento e otimização operacional, preservando restrições de manutenção de polos e repasses e prevendo retomada do processo no ciclo seguinte. E, em Atração de Investimento e Internacionalização, apoiou agendas de projeção externa e desenvolvimento setorial, além da frente de políticas internacionais, que manteve articulação com a rede consular sediada no Estado e formalizou dois Memorandos de Entendimento (MoU), com o British Council e o Instituto Cervantes, para cooperação institucional e agendas conjuntas. *Fundação Memorial da América Latina - Integração das Culturas Latino-americanas*: Este programa tem como objetivo divulgar e intercambiar a cultura dos países latino-americanos, bem como promover sua integração às atividades intelectuais do Estado de São Paulo. Além disso, pretende-se estreitar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais entre os povos latino-americanos e constituir um instrumento concreto de colaboração técnica, econômica, social e cultural, coordenando iniciativas internacionais de alcance continental que representem os interesses da sociedade. *Preservação do Patrimônio Cultural Latino-Americano*: Foram realizados investimentos com a aquisição de materiais permanentes para manutenção dos prédios, bem como das atividades da Fundação. *Apoio Técnico e Administrativo*: Com o objetivo de apoiar as atividades desenvolvidas pela Fundação Memorial da América Latina, que visam a divulgação e o intercâmbio da cultura brasileira e latino-americana, bem como sua integração com as atividades intelectuais do Estado, a direção tomou decisões estratégicas em função do orçamento e das prioridades institucionais. *Promoção de Atividades Culturais*: Em 2025, a Fundação Memorial da América Latina desenvolveu atividades para resgatar sua trajetória histórico-cultural e promover pautas relacionadas à cultura popular, inclusão, diversidade e protagonismo latino-americano no Estado de São Paulo. O Memorial da América Latina ao longo de 2025 realizou uma programação diversificada



e ocupação constante do espaço para a população. No mesmo ano, no âmbito da Cátedra, foram realizadas as atividades acadêmicas de concessões de bolsas de estudo sobre temas relacionados à América Latina. *Fundação Padre Anchieta*: A Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, instituída pelo governo do Estado de São Paulo por meio da Lei 9.849, de 26 de setembro de 1967, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que goza de autonomia administrativa, financeira, jurídica, intelectual e política. Custeada por dotações orçamentárias legalmente estabelecidas e recursos próprios provenientes de suas atividades e de seus bens patrimoniais, mantém uma emissora de televisão – TV Cultura – e duas emissoras de rádio: Cultura AM e Cultura FM. São emissoras públicas cujo principal objetivo é oferecer à sociedade brasileira informação de interesse público e promover o aprimoramento educativo e cultural de telespectadores e ouvintes, visando a transformação qualitativa da sociedade.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo adota em seu planejamento estratégico os pilares do Governo 3D - que visa promover o Desenvolvimento, o Diálogo e a Dignidade. Temos como objetivo alcançar, até 2027, 8,56% de crescimento real acumulado do PIB Paulista; 7,5 milhões de novas admissões em empregos formais por ano; garantir R\$ 400 bilhões em investimentos nacionais e internacionais atraídos; captar 1,4 milhões de vagas de empregos ofertadas; reduzir o tempo médio de abertura de empresas para 8 horas; operacionalizar 100 mil operações de crédito e microcrédito e R\$ 4,324 bilhões em crédito para empresas e municípios paulistas; e ofertar 777 mil vagas em cursos de qualificação profissional. A gestão busca, ainda, ser reconhecida pelo diálogo permanente, construindo pontes e oportunidades aos empreendedores e empresários paulistas; pela gestão eficiente, resolutiva e orientada para a promoção do desenvolvimento e da dignidade dos cidadãos; pelas políticas eficazes e consolidadas; e por seu papel central na promoção no desenvolvimento econômico do Estado e na geração de emprego e renda. Cabe, portanto, a esta Secretaria - contando com a participação de suas entidades vinculadas - o relacionamento e a articulação com o setor produtivo e com entidades públicas e privadas, estabelecendo parcerias nos assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável do Estado de São Paulo. A *Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Reorganização Administrativa e Planejamento Estratégico*: A reestruturação da Secretaria - em conformidade com a LC 1.395/23 e o Dec. 68.742/24 - foi oficializada por meio do Dec. 69.332, de 28 de janeiro de 2025 (atualizado pelo Dec. 69.265, de 12 de junho de 2025), com a respectiva Resolução nº 11/25, de 14 de março de 2025. Sua elaboração ocorreu de forma que refletisse o planejamento estratégico da Pasta após sucessivas fusões e desmembramentos ao longo dos anos, sem o devido ajuste em sua estrutura administrativa. Como resultado, foi concebida uma organização em três pilares estratégicos que se desdobra em três Subsecretarias finalísticas - Competitividade e Desenvolvimento Econômico e Regional, Empreendedorismo e Produtividade, e Inclusão Produtiva e Empregabilidade - responsáveis pela geração de renda, emprego e desenvolvimento regional, missão da Secretaria, contando com o suporte da Subsecretaria de Gestão Corporativa, que também presta serviços administrativos para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. O primeiro pilar estratégico, de Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional, traz ações voltadas à competitividade e ao desenvolvimento econômico e regional e tem por objetivo melhorar o ambiente de negócios, gerando mais empregos, renda e riqueza para a região, fortalecendo a economia estadual e promovendo um crescimento equilibrado e sustentável. Suas políticas estão organizadas sob o Programa de mesmo nome no PPA 2024-27, com todos seus respectivos produtos elencados como prioritários no Plano de Metas. Além desse programa, também está sob sua responsabilidade, produto prioritário relacionado à capacitação de empresas de forma a articular com o setor produtivo para mover as alavancas de competitividade do Estado e contribuir para a inserção internacional do Estado de São Paulo na economia global, programa ao qual está vinculado. Conta com as seguintes ações e serviços relacionados: Promoção do estado de São Paulo como destino de investimentos; Atração de investimentos nacionais e internacionais; Política de reindustrialização; Projeto de competitividade regional: Raio de 50 KM; Coalizões Regionais com Turismo, Cultura e Esportes; Apoio às cidades com menos de 5 mil habitantes; SP Produz - Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais; Política de apoio à implantação de projetos de Cidades Inteligentes; Plataforma de inteligência de dados econômicos; Política de fomento ao comércio exterior; Política de apoio à



transição energética, alinhada com as diretrizes da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. O segundo pilar estratégico, de Empreendedorismo e Produtividade, é voltado ao acesso de crédito e microcrédito produtivo visando o crescimento das empresas, a criação de empreendimentos inovadores e sua formalização e da melhora no ambiente de negócios, simplificando os processos, reduzindo a burocracia, incentivando a formalização, e fornecendo instrumentos para aumento da capacidade e produtividade dos negócios e empreendimentos paulistas. Suas políticas estão organizadas sob o Programa Empreendedorismo e Liberdade Econômica, com metas prioritárias presentes em seus 2 (dois) produtos. Conta com as seguintes ações e serviços relacionados: Facilita SP – Política de Liberdade Econômica do Estado; Projeto Facilita SP Municípios; Qualificação empreendedora; Incentivo à formalização; Políticas de crédito e microcrédito; Melhoria da operação do Banco do Povo Paulista (BPP); O terceiro pilar estratégico, de Inclusão Produtiva e Empregabilidade, atua no processo de emancipação dos cidadãos através do acesso qualificado ao mundo do trabalho. A consolidação do enfoque na trajetória do beneficiário perpassa pela oferta de qualificação profissional, visando a preparação dos cidadãos paulistas para aumentar seus respectivos potenciais de acesso e inclusão no mercado de trabalho; bem como na intermediação da mão de obra, captando vagas junto aos empregadores e promovendo o encontro qualificado da oferta e da demanda de trabalho, objetivando a inclusão social e o desenvolvimento profissional da população no Estado de São Paulo. Com isso, viabiliza-se um contexto favorável à geração de renda de forma digna e estável, superando processos de exclusão socioeconômica. No âmbito do PPA, encontra-se sob sua responsabilidade o Programa Qualificação Profissional em conjunto com o pilar anterior, cujo objetivo é facilitar empregabilidade por meio da oferta de qualificação profissional, com todos seus 5 (cinco) produtos prioritários - conforme PPA. Além desse, também contribui para o Programa Superação da Vulnerabilidade Social ao oferecer qualificação e inserção produtiva a pessoas em vulnerabilidade, outro produto com meta prioritária atrelada. Conta com as seguintes ações e serviços relacionados: Plataforma SDE 360º para inclusão produtiva do cidadão (TRAMPOLIM); Salário-Mínimo Paulista; Reestruturação da Política de Intermediação de Mão de Obra (IMO) e da operação dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT); Qualifica SP, nas modalidades: Novo Emprego (+ segmentações); Primeiro Emprego; 60+; Pessoa com Deficiência e Populações Vulneráveis; Fórum Integrado de Qualificação Profissional; Modalidade de Qualificação Profissional em Unidades Móveis; Parceria com o setor privado nos projetos de empregabilidade e qualificação profissional. Nesse sentido, com a atuação coordenada dos pilares desta Secretaria de Desenvolvimento Econômico, apresentamos os seguintes resultados: *COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL - Programa SP PRODUZ*: Instituído pelo Decreto nº 68.648, de 25 de junho de 2024, e disciplinado pela Resolução SDE nº 14, de 26 de junho de 2024, o Programa Estadual de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Locais – SP PRODUZ visa fortalecer as Cadeias Produtivas Locais (CPL) do Estado de São Paulo, promovendo a cooperação de setores e segmentos para promoção do desenvolvimento econômico local e redução das desigualdades regionais. O programa tem como finalidade ampliar a competitividade das CPLs por meio do suporte ao planejamento estratégico, fortalecimento da governança, ampliação do acesso a mercados e promoção de inovações produtivas e de processos. O Programa também conta com a plataforma <<https://www.spproduz.sp.gov.br/>>, que visa dar maior transparência e confiabilidade aos processos vinculados à sua implementação, além de permitir uma comunicação mais direta com as CPLs. Foram lançados 2 editais de chamamento público pelo Programa SP Produz no ano de 2025, descritos a seguir. EDITAL SDE – SCDER N° 01/2025: o Edital de Chamamento Público para reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de maturidade no âmbito do Programa



SP Produz destinou-se a conferir reconhecimento às CPLs e classificar o seu nível de maturidade. Publicado em 13/05/2025, foram recebidas 214 candidaturas, que passaram pelas etapas de habilitação jurídica, planejamento estratégico de negócios e classificação do nível de maturidade. Ao final do processo, o Estado de São Paulo reconheceu 89 Cadeias Produtivas Locais e 13 Aglomerados Produtivos, além de ter realizado a reavaliação de 11 Cadeias Produtivas já reconhecidas, das quais 3 obtiveram elevação do nível de maturidade, totalizando 99 novos reconhecimentos. Assim, chegamos ao montante de 194 CPLs reconhecidas, nas 16 regiões administrativas do Estado de São Paulo, conforme tabela abaixo, dividida por nível de maturidade:

Tabela – Quantidade total de CPLs por Nível de Maturidade

Nível de Maturidade	Total
Aglomerado Produtivo	26
CPL em Desenvolvimento	52
CPL Consolidada	92
CPL Madura	24
Total Geral	194

EDITAL SDE – SCDER N° 02/2025: o Edital de chamamento público para fomento de cadeias produtivas locais prevê a seleção de entidades gestoras das Cadeias Produtivas Locais (CPL) reconhecidas a partir do nível CPL em Desenvolvimento pelo Programa SP Produz, para a celebração de Convênio ou Termo de Fomento com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, visando a transferência de recursos financeiros destinados à execução de projetos no âmbito de ações executadas pelas Cadeias Produtivas Locais, que contemplem um, ou mais, dos seguintes eixos: a promoção do desenvolvimento regional; o fortalecimento da governança; a inovação tecnológica; a melhoria da infraestrutura; a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação; a capacitação e o treinamento de mão de obra; e/ou a sustentabilidade ambiental. Publicado em 15/09/2025, com disponibilização total de R\$ 35 milhões (trinta e cinco milhões de reais), o Edital registrou a submissão de 141 projetos, dos quais 46 foram aprovados. Oferta de serviços de apoio técnico e qualificação: no âmbito do programa, são oferecidas qualificações técnicas voltadas a aumentar a capacidade das entidades interessadas em participar dos editais, preparando-as para a elaboração dos documentos exigidos para o reconhecimento como Cadeias Produtivas Locais, nas modalidades virtual e presencial, tendo como foco o aprimoramento da governança de cadeias produtivas e estruturação de planejamento estratégico de negócios. Estes serviços são prestados por meio de contrato com a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO (FIA), que também é responsável pela estruturação, gestão e manutenção da Plataforma SP Produz e pela qualificação dos atores para sua utilização. Além disso, as 95 Cadeias Produtivas Locais reconhecidas em 2024 no âmbito do Programa SP Produz, por meio do Edital SDE CDRT n. 01/2024, estão recebendo acompanhamento estratégico e qualificação técnica por meio de contrato com a FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESP), com o foco em apoiá-las no crescimento de seu nível de maturidade. Entre as principais entregas estão: a elaboração de planos de trabalho, análise de planejamentos estratégicos de negócios, mentorias individuais, apoio e suporte técnico, cursos de qualificação, workshops, realização de eventos regionais e monitoramento dos resultados das CPLs. As CPL reconhecidas em 2025, Edital SDE – SCDER N° 01/2025, também receberão os mesmos serviços, com previsão de início para 2026. *Cidades Inteligentes – Edital n°001/2025*: O Programa Estadual de Cidades Inteligentes, idealizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico com apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, visa apoiar os municípios na transição para modelos mais inteligentes, resilientes e sustentáveis por



meio do fortalecimento de capacidades locais para adoção de tecnologias e práticas de transformação digital que auxiliem na melhoria da qualidade de vida da população, aumento da eficiência dos serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico sustentável. Sua primeira fase de implementação contou com a publicação do Edital de Chamada Pública n. 001/2025, em 30/05/2025, para a apresentação de Soluções Tecnológicas desenvolvidas para aplicação em Cidades Inteligentes, em cinco eixos de atuação: Conectividade; Governança e Planejamento Urbano; Mobilidade Urbana; Segurança; e Serviços Públicos. A segunda fase tem previsão de lançamento para o dia 15/12/2025, com a disponibilização do repositório digital com as soluções mapeadas e validadas, além de conteúdo técnico para apoiar os municípios na construção de capacidades para implementarem soluções tecnológicas que apoiem nessa transição.

Coalizões Empresariais: Reuniões de mobilização do setor privado com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico regional, atrair investimentos e fomentar a geração de emprego e renda, auxiliando na redução das desigualdades regionais, com o propósito central de estruturar planos locais de crescimento alinhados às vocações regionais, considerando as especificidades de cada território. Em 2025, foram realizadas, até o 3º trimestre, 54 ações estratégicas, contemplando as 16 regiões administrativas do Estado de São Paulo, em seus principais polos, abrangendo temas como qualificação profissional, fortalecimento dos polos econômicos e reconhecimento de cadeias produtivas locais, elaboração de diagnósticos e estudos de planejamento, além de iniciativas voltadas à reindustrialização no Estado de São Paulo.

Contrato de Gestão n° 01/2024 com a Investe SP: Assinado em 28/06/2024, o Contrato de Gestão n. 01/2024 tem como objeto a definição de diretrizes para a atuação da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe SP no apoio e na operacionalização da política de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, por meio da execução de serviços nas áreas de promoção de investimentos, competitividade e desenvolvimento regional, com o objetivo de contribuir para a atração de novos investimentos, a retenção de investimentos já realizados, a redução das desigualdades regionais, a competitividade da economia paulista e a geração de empregos e renda. O contrato está dividido em 6 objetivos (promover a imagem do Estado de São Paulo, no Brasil e no exterior, como destino dos investimentos; atrair novos investimentos; fornecer inteligência para tomada de decisão acerca de políticas públicas para reindustrialização e adensamento de cadeias produtivas do estado de SP; ampliar e fortalecer o atendimento às cidades e regiões paulistas de modo a promover o desenvolvimento econômico local e a competitividade dos territórios; apoiar e ampliar a exportação das empresas paulistas; e aprimorar os mecanismos de gestão e governança corporativa) e 38 metas, com seus respectivos indicadores de acompanhamento vinculados, que tratam de temas transversais e complementares.

Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (ProVeículo): Instituído pelo Decreto 53.051/2008, e atualizado pelo Decreto 70.002, de 20 de outubro de 2025, o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (ProVeículo) tem como objetivo fomentar a realização de investimentos de empresas fabricantes de máquinas, equipamentos e veículos automotores - por meio da utilização de crédito de ICMS acumulado - voltados à modernização, ampliação e construção industrial, ao desenvolvimento de novos produtos e ao crescimento de negócios no Estado de São Paulo. Em 2022, o Decreto 66.610/2022 instituiu a modalidade ProVeículo Verde, visando oferecer créditos do ICMS para montadoras que investirem em projetos de modelos sustentáveis. Para usufruir dos benefícios do programa, as empresas deverão protocolar o pedido junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que será analisado e dirigido à Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Para os projetos de investimento aprovados pela Comissão, a autorização do Regime Especial do ICMS será concedida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.



Em 2025 foram encaminhados para aprovação da Comissão de Avaliação três pedidos de empresas. *Diagnósticos de Territórios e Setores Estratégicos do Estado de São Paulo*: A iniciativa compreende o monitoramento de informações e a realização de estudos para a compreensão das dinâmicas econômicas estaduais – com suas especificidades locais, regionais e setoriais – e identificação de oportunidades que ampliem a competitividade do setor privado paulista e promovam desenvolvimento regional para subsidiar a elaboração das políticas de desenvolvimento econômico da Secretaria, gerando emprego e renda de forma sustentável. **EMPREENDEDORISMO E PRODUTIVIDADE: Facilita SP** – O Programa Facilita SP consolidou-se, ao longo do ano, como a principal iniciativa estadual de promoção da liberdade econômica, racionalização regulatória e melhoria estrutural do ambiente de negócios em São Paulo. Trata-se de uma política pública concebida para reduzir barreiras administrativas, ampliar a previsibilidade das decisões governamentais e aproximar o Estado de padrões contemporâneos de gestão regulatória baseados em risco. Desde seu lançamento, em setembro de 2023, o programa vem alterando de forma substantiva a experiência do empreendedor paulista, tornando a abertura de empresas mais célere, transparente e tecnicamente orientada. A implementação do Comitê Intersecretarial, o Comitê Facilita SP, aliada ao aprimoramento contínuo do arcabouço normativo, foi determinante para que o Estado de São Paulo alcançasse, no período, a liderança no ranking nacional de liberdade econômica, considerando o critério de adesão municipal, com a publicação de decretos municipais efetuada por todos os municípios paulistas. A Deliberação nº 8, de 13 de dezembro de 2025 consolidou 927 atividades econômicas classificadas como de baixo risco, resultado de um processo técnico de harmonização entre os órgãos estaduais licenciadores, posicionando São Paulo entre os estados com maior abrangência regulatória no país. Mais relevante do que o número absoluto de atividades classificadas é o grau de implementação efetiva da política pública. São Paulo se destaca por apresentar o maior nível de harmonização regulatória entre Estado e municípios: 610 municípios, o equivalente a 94,6% do total, adotam diretamente a deliberação estadual como base normativa para seus fluxos de licenciamento. Esse resultado adquire ainda maior significado quando se considera a complexidade da estrutura produtiva paulista. O Estado abriga aproximadamente 99,6% das atividades econômicas possíveis, considerando as 1.332 subclasses da CNAE, o que eleva substancialmente o grau de dificuldade técnica na classificação de risco. Ainda assim, as atividades enquadradas como baixo risco correspondem a cerca de 80,6% dos estabelecimentos em operação, gerando impactos concretos sobre a dinâmica econômica, a redução de custos de conformidade e a ampliação da previsibilidade regulatória (RAIS, 2024). Ainda no eixo municipal, os resultados alcançados evidenciam a maturidade institucional da política pública. A adoção da matriz estadual de classificação de risco tornou-se praticamente universalizada: 610 municípios já utilizam integralmente a deliberação do Comitê, enquanto 35 municípios mantêm normativos próprios, embora alinhados às três categorias de risco - baixo, médio e alto - assegurando coerência conceitual em todo o território. Esse alinhamento favorece a integração federativa, reduz redundâncias e reforça a segurança jurídica no processo de abertura de empresas. Em 24 de setembro de 2025 foi realizado o evento “Reconhecimento Facilita SP 2025”, reunindo cerca de 600 participantes. Na ocasião, foram entregues os Selos Facilita SP, instrumento que premia boas práticas de desburocratização, integração digital e gestão regulatória. No total, 242 municípios foram certificados, distribuídos da seguinte forma: 9 com Selo Ouro, 10 com Selo Prata, 220 com Selo Bronze e 27 com Selo Inovação, este último de caráter cumulativo, podendo ser concedido adicionalmente a qualquer uma das demais categorias. *Banco do Povo Paulista*: Programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com as prefeituras municipais, visando promover



geração de emprego e renda. Oferece financiamentos para empreendedores de micro e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento socioeconômico local. Atualmente, 555 municípios são conveniados ao programa, que desde sua criação, em 1998, acumula mais de 579 mil operações e R\$ 3,7 bilhões emprestados em todo o Estado. O programa conta com 722 agentes de crédito (servidores municipais), sendo que 219 foram capacitados em 2025. De janeiro a novembro de 2025, os dados provisórios apontam que as unidades do BPP efetivaram 10.751 operações que somaram R\$ 173.185.659,00, resultando num tíquete médio de R\$ 16.108,80. A carteira ativa do programa é de R\$ 346,4 milhões (34.209 contratos) e o valor disponível para empréstimos é de R\$ 280 milhões. Os recursos do BPP são ofertados por meio de 3 linhas: Empreenda Rápido (63,2% dos recursos emprestados em 2025), Empreenda Mulher (32,0%) e Empreenda Afro (4,8%). Os juros variam de 0,80% a 0,35% ao mês, os limites de crédito vão de R\$ 200 a R\$ 21.000, os prazos máximos para pagamento ficam entre 24 e 36 meses, e os prazos de carência podem chegar a até 90 dias. Em novembro de 2025, foi lançada a linha Empreenda Cooperativa, destinada exclusivamente às cooperativas de produção, com taxa de juros de 0,35% ao mês, valores de R\$ 15.000 a R\$ 180.000, prazo de pagamento de até 30 meses e carência de até 60 dias. Vale destacar que o índice de inadimplência do programa, que era de 7,63% em janeiro de 2024, registrou uma redução de 3,14 pontos percentuais, caindo para 4,49% em outubro de 2025. A carteira de clientes atendidos pelo BPP em 2025 é composta por 68,56% de Microempreendedores Individuais, 24,22% de Microempresas, 4,55% de Produtores Rurais, 2,29% de Empreendedores Informais e 0,38% de Empresas de Pequeno Porte. Quanto ao setor econômico, 52,7% são do Comércio, 44,7% do Setor de Serviços e 2,4% da Indústria. Ainda, em parceria com o SEBRAE, é oferecida uma trilha de cursos de qualificação voltados para o empreendedorismo, possibilitando que os tomadores de crédito ampliem suas capacidades de gestão do negócio.

Programa Empreendedor Artesão: O Programa Empreendedor Artesão foi oficialmente lançado em novembro de 2025. A iniciativa tem como objetivo central promover a qualificação empreendedora dos artesãos paulistas, ampliando suas competências em gestão, inovação, comercialização e acesso a mercados, além de fortalecer sua certificação profissional por meio da Carteira do Artesão Nacional e Estadual. Sua criação foi motivada pela necessidade de reconhecer e valorizar o artesanato não apenas como expressão cultural e tradicional, mas também como atividade econômica estratégica, com elevado potencial de geração de renda, desenvolvimento territorial e inclusão social. O artesanato integra a economia criativa, movimenta cadeias produtivas locais e preserva saberes que fazem parte da identidade do Estado de São Paulo. Por meio de ações integradas de qualificação, registro profissional, missões itinerantes, apoio à comercialização e articulação com municípios e entidades parceiras, o Programa Empreendedor Artesão reafirma o compromisso do Governo do Estado em fortalecer a atuação dos artesãos, promover oportunidades e ampliar a presença do artesanato paulista no cenário nacional.

Carteira do Artesão: documento oficial que reconhece o artesão como profissional registrado, garantindo acesso a políticas públicas, oportunidades de capacitação, feiras, linhas de crédito e demais ações de incentivo promovidas pelo Governo do Estado de São Paulo. Em 2025, foram atendidos 2.475 cidadãos, com a emissão de 1.651 novas carteiras nacionais (cadastro de novos artesãos) e 306 renovações, resultando em um total de 1.954 emissões. Desde o lançamento do Programa Empreendedor Artesão, até 10 de dezembro de 2025, já foram emitidas 667 carteiras estaduais, fortalecendo a política pública de reconhecimento profissional e ampliando o acesso dos artesãos paulistas aos benefícios oferecidos pelo Estado.

Participação em Feiras: ao longo de 2025, por meio de chamamento público, o Programa Empreendedor Artesão promoveu a participação de artesãs e artesãos paulistas em importantes feiras nacionais. Foram selecionados, via edital, 22 profissionais que representaram o Artesanato



Paulista em três grandes eventos do calendário nacional: a FENACE, no Ceará; o 19º Salão do Artesanato, em São Paulo; e a FENABA, na Bahia. *Missão Itinerante*: foram realizadas, neste ciclo, até novembro, sete visitas técnicas a municípios paulistas, totalizando o atendimento direto de 361 artesãos, com a previsão de mais 2 missões no mês de dezembro e cerca de 150 artesãos inscritos. Durante as atividades, os artesãos receberam orientações sobre regularização e atualização cadastral, emissão e benefícios da Carteira do Artesão, acesso às trilhas formativas, participação em feiras e oportunidades de comercialização, além de encaminhamentos para outras iniciativas da SDE, como o acesso a microcrédito produtivo pelo Banco do Povo. *Qualifica SP – Empreenda*: O Qualifica Empreenda é a modalidade do programa Qualifica SP destinada a quem deseja abrir seu próprio negócio ou aprimorar sua trajetória empreendedora. Fortalece a livre iniciativa e impulsiona pequenos negócios a crescerem com autonomia, acesso a crédito produtivo e qualificação de gestão. Por meio de cursos gratuitos e práticos, o programa prepara cidadãos paulistas para transformar ideias em empreendimentos sustentáveis, gerando renda, empregos e desenvolvimento local em cada município do Estado de São Paulo. No ano de 2025, foram disponibilizados dois cursos de 80h – Desenvolvimento de Atitude Empreendedora e Gestão de Pequenos Negócios com Inclusão Digital – com duas turmas cada no período noturno, totalizando 337 interessados iniciais para 200 vagas, dos quais 80 efetuaram matrícula e 33 concluíram os cursos. *INCLUSÃO PRODUTIVA E EMPREGABILIDADE - Política de Inclusão Produtiva e Empregabilidade*: Em 2025, por meio do Decreto nº 69.680 de 8 de julho, foram instituídos a Política de Inclusão Produtiva e Empregabilidade para o Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, o Fórum de Qualificação Profissional e o Programa Trampolim. Juntos, sob a coordenação desta Secretaria, refletem um marco histórico e decisivo na construção de uma estratégia estadual que promove a articulação contínua entre programas e iniciativas para a integração da ampliação das oportunidades de qualificação profissional à geração de trabalho, emprego e renda digna, com ênfase na redução da vulnerabilidade econômica e fortalecendo o desenvolvimento econômico local. A política adota como princípios a democratização do acesso às oportunidades de desenvolvimento profissional, a integração intersetorial e intergovernamental, a valorização das vocações econômicas regionais, a promoção da equidade socioeconômica e o fortalecimento da participação social. Nesse processo, outros instrumentos são mobilizados, como a Qualificação Profissional e Empreendedora, a Gestão Estadual do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Pacto pela Inclusão Produtiva e Empregabilidade, viabilizando um ecossistema que permita uma jornada de acesso rápido à geração de renda para a população em vulnerabilidade econômica, bem como de desenvolvimento profissional contínuo para todos os paulistas. *Programa Trampolim*: O Programa Trampolim é um dos instrumentos da Política de Inclusão Produtiva e Empregabilidade e tem como finalidade integrar, em um único ambiente digital, serviços de empregabilidade, qualificação profissional e inteligência territorial no Estado de São Paulo. A plataforma reúne vagas de emprego, cursos de qualificação e trilhas formativas estruturadas, permitindo que cidadãos, empresas e municípios utilizem um único sistema para ações de intermediação de mão de obra e desenvolvimento profissional. Até a primeira semana de dezembro de 2025, o Trampolim registrou 1.038 empresas e 22.656 cidadãos cadastrados, além de 16.786 vagas de emprego captadas. Entre outras funcionalidades, o Trampolim possibilita cadastro gratuito de currículos, acesso a oportunidades de emprego e de qualificação profissional compatíveis com o perfil do usuário, cruzamentos de compatibilidade inteligentes, agendamento de entrevistas para processos seletivos e participação em processos avaliativos, incluindo testes e simulações de entrevistas apoiados por inteligência artificial. Para o público trabalhador, a plataforma oferece trilhas formativas temáticas, como as do Programa 60+, lançado em novembro de 2025, que disponibiliza vagas e cursos exclusivos voltados



à inclusão produtiva da população nessa faixa etária. Para as empresas, o Trampolim disponibiliza funcionalidades de divulgação de vagas, gestão de candidaturas e triagem de perfis. Para os municípios, oferece ferramentas de acompanhamento territorial, permitindo visualizar demanda e oferta de vagas, além de indicadores locais de empregabilidade, apoiando o planejamento e a gestão da política em nível municipal. *Pacto de Inclusão Produtiva e Empregabilidade*: O Pacto pela Inclusão Produtiva e Empregabilidade constitui a estratégia central de articulação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) para engajar o setor produtivo na geração de oportunidades de trabalho digno. A iniciativa foca na priorização de organizações (como associações, sindicatos e federações) capazes de influenciar cadeias produtivas inteiras e ampliar a capilaridade das contratações no estado. A fase de articulação consolidou-se em 22 de julho de 2025, com o evento oficial de apresentação que reuniu 47 representantes de alto nível do setor produtivo. A estratégia baseou-se em um estudo de inteligência de mercado que mapeou e priorizou 27 organizações representativas em setores estratégicos como construção civil, saúde, tecnologia, automotivo e varejo. O pacto firmou compromissos para fomentar a abertura de vagas, tanto com grandes *players* do mercado - Atento (Telesserviços/BPO), Toyota (Automotivo) e Sintelmark - quanto com entidades representativas setoriais e de classe, como Florestar (Celulose e Papel), APAS (Supermercados), SindusCon-SP (Construção Civil), ABIT (Têxtil), Assespro (Tecnologia), Associquim (Químicos) e ABRH-SP (Recursos Humanos). Para garantir a operacionalização dos acordos e o preenchimento efetivo das vagas, a iniciativa avança para a instituição de um Comitê Gestor Multissetorial. Esse grupo terá a função de manter a governança e monitorar metas, utilizando a inteligência de dados da Plataforma Trampolim para identificar perfis de inscritos e gargalos de qualificação com precisão cirúrgica. *Qualifica SP*: Lançado em 2023, o programa Qualifica SP é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que apresenta oportunidades de qualificação profissional nas carreiras com maiores demandas no mercado de trabalho no Estado de São Paulo. O programa oferta cursos de qualificação profissional e empreendedorismo gratuitos, de alta qualidade, com certificação, voltados para pessoas que buscam a inserção e reinserção no mercado de trabalho. No final dos cursos, os concluintes recebem orientação sobre oportunidades de estágio e de emprego. No momento, o programa possui quatro diferentes modalidades: Meu Primeiro Emprego, Novo Emprego, 60+ e Empreenda¹. *Qualifica SP - Meu Primeiro Emprego*: oferece cursos de qualificação profissional com objetivo de promover a primeira inserção no mercado de trabalho, portanto com público-alvo composto de jovens de 16 a 24 anos de idade. No 1º semestre, foram ofertadas 1.084 vagas, tendo no total 491 matriculados e 244 concluintes. No 2º semestre, até o mês de novembro, foram ofertadas 7.414 vagas, tendo no total 1.866 matriculados e 411 concluintes. Ao todo, foram ofertadas 8.498 vagas, tendo 2.357 matriculados, com 672 alunos concluintes. A iniciativa contou com a execução das escolas técnicas fornecedoras: Centro Paula Souza, Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) e SEST-SENAT. *Qualifica SP - Novo Emprego*: oferece cursos de qualificação profissional com objetivo de promover a reinserção no mercado de trabalho ou evolução laboral, com público-alvo formado por pessoas de 25 a 59 anos de idade. No 1º semestre, foram ofertadas 6.104 vagas, tendo no total 4.623 matriculados e 2.862 concluintes. No 2º semestre, até o mês de novembro, foram ofertadas 22.878 vagas, tendo no total 14.340 matriculados e 2.813 concluintes. Ao todo, foram ofertadas 28.982 vagas e 18.963 matriculados, com 5.675 alunos concluintes. A iniciativa contou com a execução das escolas técnicas fornecedoras: Centro Paula Souza, Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT) e SEST-SENAT. *Qualifica SP - 60+*: oferece cursos de qualificação

¹ Os cursos de empreendedorismo foram mencionados na exposição das atividades relacionadas ao pilar estratégico de Empreendedorismo e Produtividade.



profissional para pessoas com 60 anos ou mais, com o objetivo de promover atualização de competências, inclusão produtiva e fortalecimento da autonomia dessa população. As primeiras ofertas do programa foram abertas em novembro de 2025, com início das turmas previsto para janeiro de 2026, contemplando cursos presenciais e remotos. A primeira oferta conta com 1.060 vagas disponíveis, sendo 700 vagas para cursos presenciais e 360 vagas para cursos remotos. A execução das formações conta com a parceria da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), responsável pela adequação metodológica e pela condução das atividades pedagógicas. *Doação de cursos:* Por meio de termos de doação firmados com empresas parceiras, a Secretaria recebeu 1 milhão de vagas em cursos de Inteligência Artificial da StartSe e 250 mil vagas da Salesforce. Essas doações possibilitaram o lançamento da Jornada da Tecnologia, iniciativa que ampliou significativamente a oferta formativa no Estado e foi complementada por cursos do catálogo regular do Qualifica SP. *Programa Jovem Aprendiz Paulista:* O Jovem Aprendiz Paulista é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo que incentiva Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) a contratarem adolescentes e jovens residentes em suas vizinhanças. O Governo do Estado de São Paulo subsidia os gastos decorrentes do processo de seleção, contratação e qualificação, cabendo ao contratante o pagamento do salário-mínimo/hora e demais encargos previstos na Lei de Aprendiz. Até 30 de novembro de 2025, o Programa contava com 39.745 estudantes cadastrados, 2.949 empresas interessadas, 461 jovens contratados e 3 vagas em divulgação. *Salário-Mínimo Paulista:* Em 2024, o salário mínimo paulista foi estabelecido pela Lei nº 18.153/2025, fixando o piso salarial estadual em R\$ 1.804,00. Este valor representa um aumento de 10% em relação ao piso anterior de R\$ 1.640,00, vigente desde junho de 2024. Cabe ponderar que salário mínimo paulista trata do valor de referência estabelecido pelo governo do estado, superior ao salário mínimo nacional, que serve como base para o pagamento de trabalhadores de determinadas categorias profissionais que não possuem piso salarial definido em convenções ou acordos coletivos. *Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT):* É um dos instrumentos da Política de Inclusão Produtiva e Empregabilidade e trata-se do serviço oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo no âmbito do Sistema Nacional de Empregos (SINE). Atua como intermediário entre empregadores e trabalhadores na busca por colocações profissionais e faz parte da rede pública de emprego. Seu objetivo principal é promover a inserção e reinserção de pessoas no mercado de trabalho, em especial daquelas requerentes de Seguro-Desemprego. Por meio dele são ofertados os serviços de acesso aos requerimentos de Seguro-Desemprego, orientação sobre a Carteira de Trabalho Digital e encaminhamento para processos seletivos de postos de trabalho. São 205 unidades em operação, cobrindo todo o território paulista, configurando uma importante rede de atendimento aos municípios, empresas e cidadãos. *Serviços Prestados - PAT:* entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, inscreveram-se 84.184 cidadãos em busca de uma oportunidade de emprego, foram ofertadas 370.817 vagas pelos empregadores, 502.464 encaminhamentos foram realizados para os processos seletivos e obtiveram como resultado a (re)colocação de 49.865 trabalhadores no mercado formal de trabalho; entre dezembro de 2024 e novembro de 2025, foram atendidos 192.868 cidadãos requerentes do benefício do Programa do Seguro-Desemprego. *Regularização jurídica - PAT:* considerando que os serviços ofertados pelos PATs tratam daqueles disponibilizados por meio do Sistema Nacional de Empregos - SINE, gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego; considerando que a oferta dos serviços compreende uma cooperação junto aos municípios, regido por um conjunto de contrapartidas complementares, em 2025, até o mês de novembro, foram formalizados 49 novos convênios com entes municipais para regularizar as atividades no âmbito das unidades. *Treinamentos - PAT:* os atendimentos são realizados, na maioria dos casos, por servidores municipais, de acordo com as contrapartidas estabelecidas nos convênios



firmados. Sendo assim, foram realizados 12 treinamentos regionais ao longo de 2025, garantindo a formação de 421 agentes participantes. *Visitas técnicas - PAT:* com o intuito de fiscalizar o cumprimento dos convênios supracitados, monitorar a produção e efetividade das unidades, realizar entrega de insumos e retirada de patrimônios inservíveis, foram realizadas 181 visitas aos Postos de Atendimento ao Trabalhador de janeiro a novembro de 2025. *Qualifica PAT:* os PATs foram utilizados, ao longo do ano, como ambiente de execução de 32 turmas presenciais de cursos de qualificação profissional do Qualifica SP em 21 municípios, garantindo capilaridade, atendimento ao cidadão e otimização da estrutura pública existente para ações de empregabilidade e qualificação. *Feirões:* foram realizados, com metodologia concebida pela SDE, 129 Feirões de Emprego no âmbito de atuação dos PATs em 2025, com 6.863 vagas ofertadas. *Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo:* O CETER-SP é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, competindo-lhe estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de trabalho, emprego e renda no âmbito estadual e controlar a aplicação dos recursos do Fundo do Trabalho do Estado de São Paulo – FUNTESP, fundo especial de natureza contábil, com escrituração própria, destinado a custear a execução de ações, programas e serviços voltados às políticas estaduais de trabalho, emprego e renda, em regime de financiamento compartilhado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, instituídos pela Lei nº 17.308, de 22/12/2020 e pelo Decreto nº 65.664/2021. O conselho, constituído de forma tripartite e paritária - contando com a representação, em igual número, de trabalhadores, de empregadores e do governo - realizou 05 (cinco) reuniões ordinárias, onde foram apresentados os resultados e indicadores dos programas e da atuação dos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT, e discutidas propostas para políticas públicas de trabalho e renda e intermediação de mão de obra. Nas reuniões foram deliberados pontos sobre: abertura, fechamento e atualizações de endereços de PATs, atualização de conselheiros representantes, aprovação do Relatório de Gestão FUNTESP 2025/ano base 2024 e repactuação do Plano de Ações e Serviços (PAS) 2023 para 2025. *Fórum de qualificação Profissional:* O Fórum de Qualificação Profissional tem como finalidade contribuir para o planejamento, articulação, acompanhamento e aprimoramento das ofertas de qualificação profissional e empreendedora, com base em evidências e alinhamento às demandas territoriais e setoriais do Estado. Para alcançar esse propósito, foram instituídos dois Grupos de Trabalho (GTs) temáticos, com metodologias de ação específicas e complementares: GT 01 – Planejamento Integrado, Territorial e Setorial da Qualificação Profissional. GT 02 – Análise de Adesão e Efetividade das Ofertas de Qualificação Profissional. Dezesete entidades participam do Fórum, visando o mapeamento de dados para a construção de um documento técnico com recomendações e propostas de pactuação, incluindo entidades de órgãos públicos e entidades do Sistema S sendo elas: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Turismo e Viagens, Secretaria da Administração Penitenciária - Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, Secretaria da Administração Penitenciária - FUNAP, Secretaria de Políticas para a Mulher, Fundo Social de São Paulo, SEBRAE, SENAC, SENAI, SESC, SEST-SENAT, SENAR e SESCOOP. Até o momento, foram realizados três encontros do Fórum, ocorridos em 01/08, 20/08 e 07/10/2025, nos quais avançou-se na obtenção de dados para a elaboração de diagnósticos, na definição de agendas prioritárias e no alinhamento de objetivos para os Grupos de Trabalho. **PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA SUPERAÇÃO – DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDS):** No âmbito do programa SuperAção, a SDE atuou junto à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) nas estratégias voltadas aos módulos “Desenvolver” e “Incluir”, respectivamente o 2º e 3º passos do Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF). Ambos os módulos, cujo início ocorre após o 1º módulo “Proteger”,



são cruciais para a superação da pobreza e neles serão promovidas as iniciativas desta Secretaria: a qualificação e inclusão profissional dos membros das famílias em vulnerabilidade considerados aptos ao ingresso no mercado de trabalho e o encaminhamento ao microcrédito produtivo (desde que cumpram os requisitos exigidos pelo Banco do Povo) para aqueles que optaram por empreender, conforme registrado no PDF. Durante o período de elaboração do programa Superação SP, a SDE compartilhou materiais informativos sobre o escopo e fluxos de atendimento de suas políticas públicas e participou ativamente nas reuniões dos Comitês Gestores Municipais nos 8 municípios em que se iniciaram ações do programa, além de ações específicas efetuadas pela Subsecretaria de Inclusão Produtiva e Empregabilidade (SIPE), que serão destacadas a seguir. Devido à centralidade da inclusão produtiva como “porta de saída” da vulnerabilidade das famílias no âmbito do programa SuperAção, a SIPE vem exercendo papel fundamental, tendo realizado nos últimos meses de 2025: formação dos Agentes de Superação, por meio de capacitação presencial na plataforma Trampolim, com o objetivo de assegurar a qualificação técnica necessária para o desempenho de suas atividades junto ao público atendido; busca ativa junto aos municípios priorizados pela SEDS (para a implementação do Programa Superação SP), com vistas a promover também a adesão desses municípios ao Programa Trampolim; articulação com as administrações municipais para indicação de responsáveis pelo atendimento presencial à população e capacitação desses atendentes para a operação da plataforma, com foco na padronização dos procedimentos, na qualificação do atendimento e na efetividade das ações de inclusão produtiva. Dessa forma, entende-se que, quando os módulos “Desenvolver” e “Incluir” do SuperAção iniciarem suas atividades, a plataforma Trampolim estará em condições de dar o suporte necessário às ações. As *Entidades Vinculadas*: Destaca-se, ainda, as principais ações e serviços das *entidades vinculadas* à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, alinhadas aos Programas 1049 e 1050 do PPA 2024-27, Registro Digital para Abertura, Alteração e Encerramento de Empresas; e Fomento ao Desenvolvimento Econômico – Desenvolve SP, ambos com metas prioritárias no Plano de Metas. A Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, com atuação nas seguintes Ações Prioritárias: Transformação Digital: Sistema de Registro Público; Portal Facilita SP (Novo Portal Integrador Estadual). A Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, com atuação nas seguintes Ações Prioritárias: Matriz de atendimento: priorização de municípios menores, projetos estratégicos, e desenvolvimento regional; Parceria Desenvolve SP – Investe SP para financiamento de tratamento de resíduos, iluminação/5G e energias renováveis; Apoio ao Projeto raio de 50Km, à revitalização do Centro de São Paulo e a empresas exportadoras; Redução da inadimplência, revisão das contratações e avaliação de desempenho; Estabelecimento de Parcerias. A Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - INVESTE SP, por meio do novo contrato de gestão apoiando a Secretaria nas seguintes Ações Prioritárias: Promoção da imagem do Estado de São Paulo como destino de investimentos no Brasil e no exterior; Atrair novos investimentos estrangeiros e operacionalizar projetos de investimentos; Fornecer inteligência para tomada de decisão acerca de políticas públicas para reindustrialização e adensamento de cadeias produtivas do Estado de São Paulo, com foco em economia verde, transição energética, cidades inteligentes e semicondutores; Ampliar e fortalecer o atendimento aos municípios paulistas de modo a promover o desenvolvimento econômico local e a competitividade dos territórios (Tecnocidades); Apoiar e ampliar a exportação das empresas paulistas (Exporta SP); Aprimorar os mecanismos de gestão e governança corporativa da instituição. Nesse sentido, apresentamos os seguintes resultados das nossas vinculadas: *JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP*: Órgão responsável pelo registro, fé pública e publicidade dos documentos arquivados pelos empresários, sociedades empresárias e sociedades



cooperativas no Estado, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico desde 2011, alinhando sua atuação às políticas públicas de desenvolvimento econômico, desburocratização e incentivo ao empreendedorismo, conforme pode ser conferido em suas principais ações desenvolvidas no ano de 2025, descritas abaixo. *Digitalização do Acervo do Registro Mercantil:* A Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) reafirmou, em 2025, seu compromisso com a excelência na prestação de serviços, alcançando importantes resultados na digitalização do acervo do registro mercantil, com 100% dos documentos digitalizados, disponibilizando aos usuários a possibilidade de consulta online, consolidando a JUCESP como referência em eficiência e acessibilidade. *Portal Facilita SP:* Em 2025, o Portal Facilita SP segue consolidando uma nova era na abertura de empresas no Estado de São Paulo. Desde seu lançamento, a plataforma, totalmente digital, vem permitindo que empreendedores abram suas empresas em poucas horas, com ainda mais transparência, segurança e integração entre os órgãos envolvidos. Neste ano, foram desenvolvidos 39 atos, que representam 99,55% das alterações contratuais que estão em fase final de testes e devem ser implantados até janeiro do próximo exercício. Também foram desenvolvidos e encontram-se em homologação os atos de abertura de empresas de maior complexidade, com contratos não padrão, cuja entrada em produção está prevista até o final de 2025, além das funcionalidades de baixas e abertura de filiais. No âmbito do Integrador Estadual VRE REDESIM, houve avanço de 627 para 642 municípios integrados entre janeiro e novembro, um crescimento de 2,39%. Já o módulo de análise de viabilidade automatizada, que realiza a análise locacional de forma automática, passou de 290 para 429 municípios, registrando um aumento expressivo de 48%. Outro destaque é a inscrição municipal automatizada, que atualmente opera em 31 municípios, integrando sua emissão ao fluxo digital unificado, eliminando etapas presenciais e ampliando a eficiência administrativa. Em 2024, apenas 3 municípios dispunham desse serviço. Esses avanços reforçam o compromisso do Governo do Estado de São Paulo e da JUCESP com a modernização, simplificação e aceleração do ambiente de negócios, tornando o processo de formalização empresarial cada vez mais ágil e integrado. *Tempo de Abertura de Empresas:* Em janeiro de 2025, o tempo médio para abertura de empresas foi de 1 dia e 8 horas. Em novembro, esse prazo passou para 1 dia e 10 horas, um aumento de 6,25%. Esse tempo considera todas as etapas do fluxo de abertura: Viabilidade, Secretaria Estadual da Fazenda, Receita Federal do Brasil e órgãos de registro (JUCESP, OAB/SP e Cartórios). Esse leve crescimento, porém, está diretamente ligado ao maior volume de processos analisados: o número médio de protocolos mensais subiu de 131.845 em 2024 para 145.610 em 2025, o que representa um aumento de 10,44% na demanda. Quando analisado isoladamente, o tempo de registro sob responsabilidade da JUCESP foi de 18 horas. Por outro lado, nos processos realizados pelo Portal Facilita SP, o prazo de abertura é significativamente menor: atualmente, a constituição ocorre em média em apenas 2 horas e 18 minutos. *Adequações de sistemas:* No decorrer de 2025, realizamos adaptações em todos os sistemas da JUCESP para adequação ao novo Módulo de Administração Tributária (MAT), implantado pela Receita Federal do Brasil, atendendo aos requisitos do novo fluxo para o processo de constituição de empresas. *Arrecadação:* No âmbito financeiro, a JUCESP arrecadou R\$ 168,7 milhões entre janeiro e novembro de 2025. Já considerando o mecanismo da Desvinculação de Receita de Estados e Municípios (DREM), que destina 30% da arrecadação ao Estado. *Abertura de Empresas:* Com relação aos números da JUCESP, entre janeiro e novembro de 2025 foram constituídas 378.566 empresas em São Paulo, volume que já supera em 2,8% todo o registrado ao longo de 2024 (368.159 empresas). Em 2025, todos os meses ultrapassaram a marca de 30 mil novas constituições, resultando em uma média mensal de 34.415 empresas abertas. O desempenho também posiciona 2025 como o melhor ano da série histórica iniciada em 1998. O destaque vai para outubro, que registrou 37.801 constituições, o maior número



de empresas abertas em um único mês nos últimos 27 anos. O saldo líquido mensal, diferença entre aberturas e fechamentos de empresas, também apresentou desempenho expressivo ao longo de 2025. Nove dos onze meses do ano (de janeiro a setembro) registraram saldos positivos recordes, e em sete deles (janeiro, fevereiro, maio, julho, agosto, setembro e outubro) o resultado superou a marca de 20 mil empresas. No acumulado de janeiro a novembro, o estado alcançou o maior saldo líquido positivo da série histórica, totalizando 228.636 empresas. Entre os destaques, está fevereiro, que registrou 25.958 empresas de saldo líquido, consolidando o melhor resultado mensal de toda a série. Esses números evidenciam a força e a consistência do ambiente empreendedor paulista. Os dados - que não incluem Microempreendedores Individuais (MEIs) - reforçam a robustez econômica e a vitalidade empresarial do Estado de São Paulo. *Atendimentos:* De janeiro a novembro de 2025, a JUCESP processou 1.601.706 protocolos, com média diária de 7.000 solicitações. No atendimento aos usuários, foram registrados 1.352 contatos diários via Call Center e 925 chamados pelo canal "Fale Conosco". O ChatBot da autarquia contabilizou 332.422 interações no período, com média mensal de 30.220 mensagens. Já no âmbito dos serviços prestados por meio do JUCESP Online, seus resultados podem ser conferidos na tabela abaixo.

SERVIÇOS ON LINE 2025	TOTAL
Pesquisa de Empresas (Simples, Avançada e no Mapa)	56.308.373
Certidão de Inteiro Teor - EIRELI	0
Certidão de Inteiro Teor - Empresário	138.373
Certidão de Inteiro Teor - Sociedade Cooperativa	1.248
Certidão de Inteiro Teor - Sociedades Empresárias, exceto as por ações	774.635
Certidão de Inteiro Teor - Sociedades por Ações, Empresa Pública, Consórcio e Grupo de Sociedades	48.235
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR	962.491
Certidão Específica - Negativa PF/PJ ou Registro de Livros ou Participação Societária de PJ	40
Certidão Específica com Teor Solicitado - Linha do Tempo do Quadro de Sócios e Administradores - QSA	1.188
Certidão Específica com Teor Solicitado - Negativa de Pessoa Física	10.867
Certidão Específica com Teor Solicitado - Negativa de Pessoa Jurídica	663
Certidão Específica com Teor Solicitado - Ônus	196
Certidão Específica com Teor Solicitado - Participação Societária de PJ	1.221
Certidão Específica com Teor Solicitado - Registro de Livros	393
Certidão Específica Pré-formatada	65.678
CERTIDÃO ESPECÍFICA	80.246
Certidão Simplificada	2.448.335
Certidão Simplificada Para Filiais com Sede em Outra Unidade da Federação	7.246
CERTIDÃO SIMPLIFICADA	2.455.581
Consulta de Nome Empresarial	554.755
Documentos Digitalizados	8.998.928
FBR - Ficha de Breve Relato Digitalizada (dados anteriores a 1992)	43.327
Ficha Cadastral Completa (dados a partir de 1992)	5.114.589
Ficha Cadastral Simplificada (dados atuais da empresa)	8.221.795

Esses resultados evidenciam o compromisso da JUCESP com a modernização, a transparência e a eficiência, promovendo um ambiente de negócios competitivo e sustentável para São Paulo.



Melhorias na Gestão - Planejamento e Governança: elaboração e implementação do Planejamento Estratégico da JUCESP, visando o fortalecimento institucional, a melhoria contínua dos serviços oferecidos e o alinhamento das ações administrativas aos princípios de governança pública. *Otimização de Processos:* realização de mapeamento de processos com foco na melhoria e eficiência operacional; internalização do processo de digitalização, reduzindo o tempo de disponibilização de documentos, ampliando a qualidade da entrega e tornando o acesso mais ágil aos usuários. *Comunicação e Relacionamento com o Usuário:* reestruturação da estratégia de comunicação nas redes sociais, com foco em conteúdos educativos sobre sistemas e processos mercantis; crescimento orgânico das plataformas digitais; aumento da adesão e interação dos usuários; ampliação das lives e palestras em parceria com prefeituras, entidades de classe e instituições parceiras, promovendo orientação técnica e capacitação sobre processos mercantis e sistemas da JUCESP. *Integridade e Conformidade:* integração junto à Controladoria Geral do Estado (CGE-SP) para implantação do setor de Integridade e desenvolvimento de regras e políticas de conduta, fortalecendo a ética, a transparência e o controle interno na Junta Comercial. *Transparência e Dados:* ampliação do acesso à informação por meio de ações voltadas a Dados Abertos, em parceria com a Ouvidoria, promovendo transparência, responsabilidade pública e maior interação com a sociedade civil e órgãos de controle. *Peticionamento Eletrônico:* Implantado em dezembro de 2024, o Peticionamento Eletrônico – SEI instituiu uma plataforma digital exclusiva para o envio 100% eletrônico de solicitações dirigidas à JUCESP. O sistema permite o protocolo digital de ofícios, denúncias contra agentes auxiliares do comércio (tradutores públicos e leiloeiros), recursos ao DREI, recursos ao Plenário, além de Requerimentos ao Presidente, como Cancelamento de Registro e Suspensão dos Efeitos do Registro. A iniciativa modernizou o atendimento, eliminou etapas presenciais e ampliou a rastreabilidade e segurança dos processos administrativos. Em 2025, o Peticionamento Eletrônico já contabiliza 1.993 solicitações, demonstrando sua consolidação como ferramenta essencial para a agilidade e transparência institucional.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - DESENVOLVE SP: A Desenvolve SP (DSP), agência de fomento do Estado de São Paulo, apoia o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas e municípios paulistas, com a missão de democratizar o crédito, gerando desenvolvimento sustentável, emprego e renda. Com linhas de financiamento com prazos longos e taxas de juros competitivas, financia projetos de investimento em ampliações e modernizações, a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de inovação. Além disso, a Desenvolve SP administra atualmente 14 Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo (Fundos de Desenvolvimento), com um patrimônio total de R\$ 3,6 bilhões. Esses fundos são destinados a microcrédito, agronegócio, moradia popular etc. Outros 3 Fundos estão em tratativas de transferência para a administração da Desenvolve SP: Fecop, Fumefi e FDMBS. Sob a atual gestão, a Desenvolve SP retomou a atuação em Fundos Estruturados, por meio de investimentos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). A seleção de gestores especializados no mercado de fundos representa um avanço significativo na capilaridade e na força de atuação da instituição. Com o apoio de gestores experientes e especialização setorial, a Desenvolve SP ganha eficácia e agilidade, investindo estrategicamente para sanar gargalos setoriais relevantes para o aumento da produtividade e desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. De janeiro a novembro de 2025, foram aportados R\$ 149,6 milhões em cinco fundos: FIP Astella Journey V, FIDC Rio Bravo Agro Recebíveis, FIDC Mauá Saneamento III, FIDC Régia Desenvolve SP e FIDC BTG Desenvolve SP. Em relação à concessão de crédito direto, a DSP tem focado no desembolso para Investimentos no Setor Privado, registrando crescimento de 60% em comparação à 2024. Já no Setor Público, devido à troca de gestão nos municípios, houve uma revisão dos projetos por parte das



prefeituras e, conseqüentemente, queda temporária nos desembolsos. A unidade de negócios da instituição, de forma proativa, está retomando solicitações anteriores e ampliando a prospecção de novas operações, o que deve refletir positivamente nos desembolsos dos próximos anos. Desempenho Operacional – 30/11/2025 - Desembolso de R\$ 484 milhões em operações de crédito em 2025, atingindo a marca de R\$ 8,6 bilhões em desembolsos no acumulado histórico; Saldo de carteira no montante de R\$ 2,5 bilhões; Comprometimento de R\$ 485 milhões em investimentos de Fundos Estruturados, sendo R\$ 149,6 milhões integralizados até novembro; Desembolso de Alto Impacto (privado + público + fundos estruturados) totalizando R\$ 528,9 milhões, representando 83,5% do total desembolsado.

ÍNDICES	JAN-NOV/24	JAN-NOV/25	VARIAÇÃO
Desembolso total	R\$ 882 mi	R\$ 483,5 mi	-45,2%
- Setor Público	R\$ 627 mi	R\$ 196,0 mi	-68,8%
- Setor Privado (Investimentos)	R\$ 119 mi	R\$ 189,9 mi	+60,1%
- Setor Privado (Capital de Giro)	R\$ 136 mi	R\$ 97,6 mi	-28,3%
Fundos Estruturados	-	149,6 mi	-
Saldo de Carteira	R\$ 2.624 mi	R\$ 2.536 mi	-3,3%
Patrimônio Fundos de Desenvolvimento	R\$ 3.499 mi	R\$ 3.577 mi	+2,2%

Desempenho Financeiro – 31/10/2025

ÍNDICES	JAN-OUT/24	JAN-OUT/25	VARIAÇÃO
Lucro Líquido (R\$ milhões)	R\$ 156,0	R\$ 193,3	+23,9%
Resultado Operacional (R\$ milhões)	R\$ 216,0	R\$ 336,7	+55,9%
Inadimplência ¹	4,52%	5,83%	+1,31 p.p.
Índice de Cobertura ²	129,3%	192,6%	+63,3 p.p.

¹Saldo da carteira de crédito com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito total. ²Relação entre as receitas operacionais e as despesas totais (quanto maior, melhor). Abaixo, são destacadas, as principais ações realizadas pela Agência em 2025. **Melhorias na Gestão:** No decorrer do ano, foram realizadas as seguintes iniciativas: formalização de instrumentos de cooperação com entidades parceiras para ampliar a capilaridade da DSP no Estado; otimizações da esteira de crédito, buscando a melhoria na experiência do cliente e redução do tempo de análise; criação de novas superintendências e gerência, recomposição do quadro de pessoal e lançamento do Programa de Treinamentos; e realização do inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), referente ao exercício de 2024. Ainda, foi a 1ª Agência de Fomento a conquistar o Selo Prata no Programa Brasileiro GHG Protocol, gerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Medidas de Regularização de Inadimplência:** Para combater a inadimplência, DSP participação, pela primeira vez, da campanha nacional promovida pelo SERASA “Limpa Nome”, trazendo o Banco do Povo (BPP), e gerando o valor total combinado de R\$ 5,5 milhões negociados. Além disso, foram regularizados R\$ 46,4 milhões em atraso como resultado do esforço conjunto das frentes extrajudicial e judicial e R\$ 53,8 milhões em contratos vencidos com o sistema de automação de renegociações extrajudiciais do BPP. **Iniciativas para Promoção de Financiamentos:** Em 2025, efetuou a assinatura de contrato de captação com o BID no valor de US\$ 110 milhões para projetos sustentáveis em municípios e empresas paulistas e de convênio de cooperação com o IPT para acelerar a estruturação e a implementação de projetos de infraestrutura sustentável nos municípios paulistas. **Novas Linhas de Crédito:** Em 2025, além do início da operação da Linha Irriga Mais, foram lançadas as linhas: Agro Máquinas, Mais Inclusão e Giro Exportação-EUA. **Comunicação e Eventos:** Entre as iniciativas de divulgação e participação e realização de eventos, destacaram-se em 2025: lançamento da campanha “Gente que Desenvolve”; 55 Jornadas de Crédito em todas as regiões administrativas do estado; maior atuação nas redes



sociais da DSP, com aumento no número de seguidores e de visualizações/ impressões no Instagram, LinkedIn e Youtube; e o lançamento da Van itinerante da DSP, que percorre todo o Estado de SP para aproximar ainda mais os empreendedores das linhas de crédito.

Ficha Técnica – Desenvolve SP	
Início das atividades	11/03/2009
Capital Social (10/25)	R\$ 3.156 mi
Colaboradores (11/25)	173
Patrimônio Líquido (10/2025)	R\$ 3.317 mi
Ativos Totais (10/2025)	R\$ 4.168 mi
Patrimônio Fundos Administrados (10/2025)	R\$ 3.577 mi
Desembolso acumulado (06/2009 A 11/2025)	R\$ 8.645 mi
Empresas atendidas (06/2009 A 11/2025)	13.048
Prefeituras atendidas (06/2009 A 11/2025)	252
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - ROAE (10/2025)	7,04%

INVESTE SP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade: A Investe SP atua no apoio e na operacionalização da política de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, por meio da execução de serviços nas áreas de promoção de investimentos, competitividade e desenvolvimento regional, com o objetivo de contribuir para a atração de novos investimentos, a retenção de investimentos já realizados, a redução das desigualdades regionais, a competitividade da economia paulista e a geração de empregos e renda. Oferece suporte para empresas que pretendem se instalar ou expandir seus empreendimentos em solo paulista, fornecendo, gratuitamente, informações estratégicas que auxiliem o investidor a encontrar o melhor local para o seu negócio, além de assessoria em questões tributárias, ambientais e de infraestrutura. Além disso, apoia os municípios paulistas na implementação de projetos que ampliem a competitividade do território e o desenvolvimento econômico local. Neste sentido, foram realizados quatro treinamentos voltados a capacitação de líderes e gestores regionais, abordando temáticas como melhores práticas para atração de investimentos, ferramentas e técnicas avançadas de atratividade de investimentos, promoção das exportações em âmbito municipal e oportunidades para municípios sustentáveis e inteligentes. Ao todo, os treinamentos contaram com 1.404 participantes. Destaque, ainda, para outros quatro eventos de desenvolvimento regionais, realizados em parceria com a Investe SP (Encontro de Desenvolvimento Econômico para Prefeitos; Evento Desenvolve Municípios; 8ª Conexidades e o 67º Congresso Estadual de Municípios - APM). Em 2025, cooperou com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico por meio do contrato nº 01/2024, cujo resultado apurado de execução dos seus objetivos pactuados alcançou a marca de 101,76%, antes mesmo do final do período de apuração. Destaque para os mais de 88 bilhões de reais atraídos e apoiados pela Investe, oriundos de 185 investidores atendidos, 6 missões internacionais, 20 termos de engajamento assinados com os setores estratégicos e 33 participações ativas em eventos com o intuito de promover o Estado de São Paulo. **Rotas Produtivas:** No âmbito do desenvolvimento regional, a Agência auxiliou na articulação e promoção das Rotas Produtivas, uma iniciativa intersecretarial do Governo do Estado, que visa valorizar a produção e cultura paulista, impulsionando o turismo e ampliando oportunidades de negócios através do envolvimento de produtores locais e visibilidade para o público consumidor, com o lançamento das Rotas do Café, do Queijo e da Cachaça, com diferentes circuitos em regiões distintas do estado, promovendo a interiorização de investimentos e promoção dos territórios. **Tecnocidades:** Hub de inovação para as cidades paulistas com o objetivo de promover a implantação de soluções inteligentes e inovadoras mais adequadas para as demandas



e desafios dos municípios. Seu ponto de partida consiste em fomentar a evolução do 5G no Estado de São Paulo, com a necessidade de atualização da legislação relacionada à instalação de antenas, já que a tecnologia 5G utiliza um número de antenas de 5 a 10 vezes maior do que a 4G. Atualmente, foi atingida a marca de 643 municípios com a legislação municipal atualizada, com 62 delas publicadas em 2024. *Exporta SP*: O Exporta SP é o maior programa de qualificação em exportações do Estado de São Paulo, fortalecendo a presença do estado no comércio exterior. Seu objetivo é preparar micro, pequenas e médias empresas, startups e produtores rurais de todas as regiões do estado para acessar e atuar no mercado internacional com competitividade e planejamento. O programa é totalmente online e gratuito, permitindo que empreendedores participem sem deslocamento, no seu próprio ritmo e com toda a estrutura necessária. Ao longo de três meses, os participantes têm acesso a dois encontros semanais com especialistas, que abordam os principais desafios enfrentados por quem deseja exportar. Entre os temas trabalhados estão: inteligência comercial, formação de preços, adequação de produtos e serviços, plano de negócios, marketing, vendas e outras áreas essenciais para a internacionalização. Além disso, cada empresa recebe até quatro mentorias individuais, nas quais pode discutir necessidades específicas do seu negócio, receber orientações personalizadas e desenvolver estratégias concretas de exportação. Durante o programa, os empreendedores utilizam uma plataforma online de conteúdos exclusivos, com materiais técnicos, estudos de mercado e ferramentas práticas. O Exporta SP também promove workshops e atividades de networking, criando oportunidades de relacionamento com outras empresas e potenciais parceiros, ampliando a rede de contatos e fortalecendo a presença internacional. Os resultados comprovam a relevância e o impacto da iniciativa: desde 2019, o Exporta SP já formou 1.513 empresas de mais de 200 municípios, abrangendo 16 regiões administrativas do estado. A cada quatro participantes, uma empresa (25%) começou ou ampliou suas exportações após o programa. Somente em 2025, 297 empresas foram formadas, representando 132 municípios, com 168 horas de aulas, workshops e mentorias.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece que a Assistência Social é “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Sua especificidade está integrada “[...] às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (LOAS, 1993). A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) é o órgão responsável pela formulação, coordenação, execução, monitoramento e avaliação das Políticas Estaduais de Assistência Social e de Desenvolvimento Social, observadas a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua atuação institucional está orientada à redução das vulnerabilidades sociais, à superação da pobreza e à melhoria das condições de vida da população, abrangendo a ampliação do acesso ao trabalho, à renda, aos bens e aos serviços públicos, bem como a implementação de ações voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada e à prevenção, ao acolhimento e à recuperação do uso abusivo de substâncias psicoativas, em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito de suas competências, a Secretaria exerce papel estratégico na articulação intergovernamental e na integração de políticas públicas sociais, promovendo a consolidação do SUAS no território paulista mediante assistência técnica, cofinanciamento e apoio à gestão municipal e às entidades socioassistenciais. Compete-lhe, ainda, o assessoramento ao Chefe do Poder Executivo nas matérias afetas ao desenvolvimento social, o suporte técnico-administrativo aos órgãos colegiados vinculados, o acompanhamento, a fiscalização e a cobrança de resultados das entidades beneficiárias de recursos estaduais, bem como o desenvolvimento de pesquisas, sistemas de indicadores e ações de caráter emergencial, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e controle da gestão pública. A SEDS teve seu campo funcional, estrutura organizacional e quadro de cargos e funções alterados pelo Decreto nº 69.541, de maio de 2025, com vistas a refletir a evolução da Política de Assistência Social ao longo dos anos (além de incorporar competências que extrapolam os limites da política), atualizar terminologias e organizar procedimentos mediante a simplificação de sua estrutura. Ainda no exercício de 2025, a SEDS propôs a carreira de Especialista Social, consolidada na Lei Complementar nº 1.427, de 08 de julho de 2025. A medida, que fundiu os antigos cargos de agente e especialista da Pasta, tem como finalidade fortalecer a capacidade institucional, via valorização do quadro, bem como promover o reequilíbrio da carreira socioassistencial em relação a funções técnicas equivalentes de outras Secretarias. Por fim, formando um grupo coeso de esforços voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2025, a Secretaria propôs a consolidação da legislação estadual de assistência social, estabelecendo diretrizes e competências e conferindo maior segurança jurídica ao sistema. O Projeto de Lei 1048/2025 foi encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) em 2 de outubro de 2025 e aprovado pela Alesp em 18 de novembro. Em 16 de dezembro de 2025, foi sancionado pelo Governador e aguarda-se a publicação da lei. **DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – DAS:** Diretoria de Assistência Social (DAS) é responsável por implementar, monitorar, supervisionar e apoiar tecnicamente os municípios na implantação e desenvolvimento dos serviços socioassistenciais e nas ações de gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), por meio das suas Coordenadorias de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial e de Gestão do SUAS. **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - Programa 3500 – Combate à Pobreza e Redução das Desigualdades Ação - 6359 – Proteção Social Básica:** A Proteção Social básica (PSB) tem por objetivo prevenir situações de risco por meio



do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos; visa garantir a convivência familiar e comunitária e destina-se à população que vivencia situações de desproteção social que deve ser atendida por meio dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (SND). No ano de 2025, o estado de São Paulo, conta com 1.234 unidades de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que ofertam serviço de proteção e atendimento integral a família (PAIF). Além destes, são 5.416 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para todos os ciclos de vida, 184 Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio (SND) e outros 236 serviços não tipificados, totalizando 7.070 ofertas de proteção social básica, com capacidade de atendimento mensal de 1.038.367 famílias. O Governo do Estado de São Paulo cofinanciou aproximadamente R\$ 130 milhões de reais para manutenção de serviços da PSB e realizou a indução para qualificação de serviços pelos municípios por meio de novo cofinanciamento para execução do recurso extraordinário (fonte sistema Plano Municipal de Assistência Social - PMASweb). *Principais ações realizadas em 2025 - Neste período foram realizadas reuniões com Subsecretaria de Políticas Públicas, suas diretorias e Divisões Regionais de Assistência e desenvolvimento Social (DRADS) sendo debatidos os seguintes temas:* Alinhamento Técnico para Situações de Emergência e Calamidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com Ministério de Desenvolvimento Social (MDS); elaboração de edital de submissão artigos para publicação de experiências de trabalho social com famílias na Proteção Social Básica; reunião com as comissões de avaliação; Planejamento estratégico Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS); Publicação de artigos sobre as experiências municipais em Trabalho Social. Serviço no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; Série Dialogando; Reunião do Programa Integridade acerca dos povos e comunidades tradicionais, Educação Permanente, Comunicação, Planejamento, Governança e Infraestrutura; orientação para monitoramento das DRADS referente a expansão e qualificação dos CRAS, Grupo de Trabalho para revisão do programa São Paulo Amigo; Encontro para troca de experiências entre Brasil e Chile. *Orientação e Apoio Técnico a DRADS e municípios sobre o temas:* Visibilidade Trans, População e Comunidades Tradicionais, Grupo de Estudo e Capacitação Continuada de Trabalhadores do SUAS – GECCATS, Superação - reuniões e encontros temáticos com equipes municipais e DRADS (Alta Paulista, Alta Sorocabana, Vale Ribeira e São José Rio Preto), Programa Vida Longa, Orientações sobre a utilização de recursos financeiros do FEAS, na PSB oriundos de suplementação ordinária para indução a qualificação dos CRAS com recurso extraordinário, Acompanhamento estadual do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC e orientação para preenchimento do sistema com orientações as DRADS. *Materiais orientativos documentos técnicos e Ações Formativas:* Gravação de vídeo sobre o CRAS para Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Alesp, Roteiro e Vídeo sobre CRAS para População Indígena, participação na elaboração da minuta da Resolução SEDS para Emergência e Calamidade Pública, elaboração de fluxo para monitoramento das ações de expansão e de qualificação de CRAS, minuta do Plano de Integridade, Termo de referência para contratação de consultoria para Plano Apoio Técnico, Nota Técnica (NT) para o programa Superação, Instrumental de monitoramento para utilização nos CRAS, organização da publicação Coletânea Vozes e Vínculos. O Direito ao Nome Social e as expressões da Diversidade Sexual e de Gênero no Suas, Curso Trabalho Social com Famílias, Série Dialogando - Cidades de Exceção, Projeto Convivências, Seminário Política de Cuidados, metodologia de acompanhamento dos municípios prioritários – MUPS, Acompanhamento, participação e organização da Capacitação dos Agentes do Programa de Superação da Pobreza, Projeto de Vigilância Socioassistencial e Lançamento Coletânea – Vozes e Vínculos. **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Programa 3500 - Produto**



2391- Cofinanciamento de Serviços da Proteção Social Especial: A Proteção Social Especial consiste no conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. **Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE-MC):** A PSE-MC estrutura-se a partir de uma rede de serviços voltados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem acompanhamento sistemático e atenção individual e especializada. Em 2025, o Governo do Estado de São Paulo cofinanciou valor correspondente a R\$ 92.751.891,86 reais em serviços da PSE-MC. De acordo com o PMASWeb, a oferta de PSE-MC no Estado de São Paulo esteve estruturada a partir de: 335 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com capacidade de atendimento mensal de 60.330 usuários, oferecendo o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 69 Centros de Referência à População em Situação de Rua (Centros POP), com capacidade de atendimento mensal de 22.991 usuários, oferecendo o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (PSR); 249 Serviços de Abordagem Social, com capacidade de atendimento mensal de 42.052 usuários; 711 Serviços de Medidas Socioeducativas (MSE), com capacidade mensal de atendimento de 16.310 usuários em Prestação de Serviços à Comunidade e 16.310 usuários em Liberdade Assistida; 847 Serviços para Pessoas com Deficiência (PcD), Idosos e suas Famílias, com capacidade mensal de atendimento de 57.665 usuários. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE-AC):** A PSE-AC estrutura-se a partir de uma rede de serviços voltados a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com vínculos familiares e comunitários rompidos ou extremamente fragilizados. Esses serviços oferecem proteção integral e oportunidades para o restabelecimento de vínculos, construção de projetos de vida e desenvolvimento de autonomia. Em 2025, o Governo do Estado de São Paulo cofinanciou valor correspondente a e 138.107.553,6 reais em serviços da PSE-AC. A oferta de PSE-AC no Estado de São Paulo, no ano de 2025, de acordo com o PMASweb, esteve estruturada a partir de: 98 Serviços de Família Acolhedora (SFA), com capacidade mensal de atendimento de 1.009 usuários; 127 Serviços de Acolhimento em República, com capacidade mensal de atendimento de 2.469 usuários; 1.635 Abrigos Institucionais, com capacidade mensal de atendimento de 63.508 usuários; 139 Casas de Passagem, com capacidade mensal de atendimento de 11.029 usuários; 214 Casas Lar, com capacidade mensal de atendimento de 2.752 usuários; 250 Residências Inclusivas, com capacidade mensal de atendimento de 2.076 usuários; 142 Serviços de atendimento em situações de calamidades públicas e emergências, com capacidade mensal de atendimento de 9.334 usuários; 29 serviços não tipificados, com capacidade mensal de atendimento de 1.986 usuários. No ano de 2025, foram realizadas inaugurações de 03 serviços cofinanciados por meio de ação expansão regionalizada prevista pela Resolução SEDS nº 37 de 2024, sendo esses: 01 República Jovem com abrangência regional na DRADS Alta Paulista; 01 Serviço de Acolhimento Institucional para PcD, com caráter regional, na DRADS Alta Noroeste; 01 Serviço de Acolhimento Institucional para PcD, com caráter regional, na DRADS Grande São Paulo Leste. Estão previstas para esse ano, ainda, inaugurações de 03 Serviços de Acolhimento Institucional para PcD, sendo dois com abrangência regional, nas DRADS Avaré e Fernandópolis e um com abrangência municipal, em Botucatu. Além do cofinanciamento de serviços executados por gestões municipais, SEDS financiou integralmente e executou de forma indireta, ao longo de 2025, 21 serviços de PSE-AC sendo esses: 14 Serviços de Acolhimento Institucional para PcD, com capacidade de atendimento de 245 pessoas; 3 Serviços de Acolhimento institucional para Pessoas Idosas, com capacidade de atendimento de 210 pessoas; 3 Serviços de Acolhimento Institucional para Migrantes, Refugiados e Vítimas de Tráfico de Pessoas, com capacidade de



atendimento de 250 pessoas; 8 Repúblicas para Migrantes, Refugiados e Vítimas de Tráfico de Pessoas, com capacidade de atendimento de 80 pessoas; 1 Serviço de Acolhimento Institucional para PSR, com capacidade de atendimento de 100 pessoas. *Principais ações realizadas pela equipe de Proteção Social Especial (DAS/SEDS) - Supervisão e Apoio Técnico:* Dentre as ações de apoio técnico da PSE, destacam-se: orientação às DRADS sobre serviços estaduais; elaboração de instrumentais padrão de monitoramento dos serviços estaduais; elaboração de fluxos e modelos para qualificação de manifestações técnicas que subsidiem à Procuradoria Geral do Estado em processos de judicialização de vagas; orientação, apoio e monitoramento do processo de implantação de serviços regionais de PSE-AC, que integram ações de expansão; elaboração de Estudo Técnico Preliminar para contratação de consultoria especializada para diagnóstico e qualificação do trabalho social com PSR. *Atividades Formativas:* Foram realizadas capacitações sobre atendimento de mulheres em situação de violência no SUAS voltada às regiões de Barretos e Itapeva, envolvendo 150 e 70 trabalhadores, respectivamente; plantões de dúvidas com as DRADS cujos municípios aderiram à expansão regionalizada prevista pela Resolução SEDS 37/2024. **GRUPO DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) - Programa: 3500 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Produto: 2361 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:** A Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado de São Paulo busca fortalecer as diretrizes e instrumentos que organizam a política pública de assistência social, assegurando o acesso universal aos direitos socioassistenciais. Ao longo de 2025, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), por meio da Coordenadoria de Gestão do SUAS (CGSUAS), promoveu avanços significativos para ampliar as capacidades técnicas e operacionais dos 645 municípios paulistas, fortalecendo uma gestão mais eficaz, equitativa e integrada. Este relatório destaca algumas das principais ações realizadas, com ênfase em processos de modernização, vigilância e articulação intersetorial, consolidando o compromisso com a política pública de assistência social. *Divisão de Monitoramento de Planos Municipais de Assistência Social:* PMASweb – Sistema de Planos Municipais de Assistência Social: Implementação de novas funcionalidades que melhoraram a interface e a usabilidade. Simplificação dos processos de registro e análise de informações municipais, ampliando a qualidade e eficiência do sistema. Realizado levantamento de sugestões junto às DRADS e coordenadorias da SEDS, priorizando a integração das funcionalidades do sistema às necessidades dos municípios, visando o desenvolvimento do próximo quadriênio – 2026/2029. Realização de capacitações regionais em novembro e suporte técnico contínuo às DRADS, assegurando maior padronização e qualidade nos registros. MSEweb – Sistema de Monitoramento Socioassistencial: o MSEweb foi fortalecido para aprimorar o monitoramento das ações socioassistenciais nos municípios. Realizado o alinhamento técnico entre estado e municípios. Sistema SIGMA – Sistema utilizado pelo Programa SuperAção: participação na Homologação do Sistema SIGMA (Módulo de Assistência Social). *Divisão de Cadastro de Pessoas - Plano Estadual de Capacitação do Cadastro Único:* Em 2025, a Coordenação Estadual do Cadastro Único, através da Divisão de Cadastro de Pessoas, realizou 12 turmas de capacitações, habilitando 345 técnicos municipais como Entrevistadores de Formulários do Cadastro Único. Ainda no ano de 2025, foram capacitados 19 instrutores na Oficina de Entrevista. Realizou encontros intersetoriais com os municípios prioritários para a gestão do CAD/PBF (MUPS). *Divisão de Cadastro de Entidades:* apoio e orientações às DRADS sobre os cadastros de Organizações da Sociedade Civil (OSC's); elaboração de instrumentais de monitoramento estadual coordenação do CENSO SUAS 2025, com o apoio das DRADS e acompanhamento do calendário do CENSO SUAS 2025 gerando informes às DRADS, para envio aos municípios de sua abrangência. *Produção de Painéis:* A Coordenadoria de Gestão do SUAS produziu uma série de painéis no exercício de 2025, a saber: Painel PMASWEB; Painel disk 100



Primeiro semestre 2025; Painel e Regras do Estudo Déficit de CRAS; Painel de Déficit de CRAS – Diagnostico Municipal – Equipe CRAS 2024 – Ações de Implantação CRAS Recurso por Capacidade; Painel de Estudos ILPIs; Painel PSB - Estudo CRAS implantados por Ano - Total de Recurso; Painel População em situação de vulnerabilidade cadastrado no Cadastro Único; Painel Pró-Social; Painel MSE-WEB - alteração da interface, atribuição de perfil de senha de acesso para usuários.

Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial: A Vigilância Socioassistencial foi fortalecida em 2025, com foco na qualificação técnica dos municípios que receberam repasse de recursos financeiros exclusivos para utilização nessa área. 184 municípios participaram deste projeto, tendo sido realizados 12 encontros ao longo do ano, sendo o último um Seminário no qual os municípios selecionados expuseram suas experiências em Vigilância Socioassistencial viabilizando uma rica troca de experiências.

Representações institucionais e intersetoriais das equipes da DAS: Em relação às articulações com instâncias participativas e outros órgãos do poder público, destacam-se a participação em: Comitê do Plano Estadual Integrado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (PEIPTEA), Colegiado Programa Bolsa Família, Grupo Trabalho Idoso, Câmara Técnica do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência (FONSEAS), Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; no Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo; no Conselho da Condição Feminina, incluindo as câmaras temáticas de Políticas Públicas e Mulheres Negras e no Grupo Gestor do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado para fortalecimento do SFA, Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social (FORSUAS) - estratégia nacional para garantir suporte imediato às populações afetadas por desastres, crises e emergências; do Comitê Estadual Intersectorial de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA).

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – DDS: A Diretoria de Desenvolvimento Social desempenha o papel de coordenação e execução da política de assistência social: programas específicos de políticas públicas e os programas de transferência e geração de renda, tanto os estaduais quanto os federais. Atua também na orientação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas iniciativas, oferecendo suporte técnico aos municípios e garantindo a efetividade das ações de combate à pobreza e promoção da inclusão social em todo o território paulista.

Política de assistência social e ações de desenvolvimento social:

Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz: O Programa Criança Feliz (PCF) foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral na primeira infância, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade social. Define como público prioritário gestantes e crianças de 0 a 3 anos do Cadastro Único; e crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os objetivos são: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na primeira infância; mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. As ações são desenvolvidas de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersectorial e tem como principais componentes: a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações intersectoriais que apoiem gestantes e famílias; a capacitação e a educação permanente de profissionais que atuam no Programa e o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersectorial e à promoção da parentalidade, com vistas ao desenvolvimento na primeira infância. No Estado de São Paulo, têm 213 municípios aderidos ao



Programa por meio de termo de aceite e compromisso com meta de atendimento de 44.700 beneficiários. Atualmente, de acordo com o sistema de gestão E-PCF (ref. agosto/25), foram atendidas 15.039 crianças e 1.081 gestantes num total de 16.120 famílias visitadas e 53.232 visitas realizadas. O orçamento destinado ao Programa é gerenciado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para todos os executores. As ações realizadas em 2025 compreendem orientações e apoio técnico contínuos aos municípios, ofertas de capacitações na metodologia do programa e monitoramento in loco (Portaria MC 664/2021). Principais ações realizadas em 2025: Reuniões semanais de apoio técnico aos supervisores municipais; reuniões mensais das Coordenações Estaduais com o MDS; Participação em Brasília no Seminário Caminhos para a Equidade Étnico-Racial no SUAS, na Oficina de Alinhamento Metodológico do reordenamento do Programa Primeira Infância no SUAS/ Criança Feliz e na Semana Nacional da Primeira Infância. A Coordenação Estadual também teve participação no Seminário online Monitoramento e Avaliação: Ciclo 2025 promovido pela Secretaria da Fazenda e Planejamento; Reunião com Secretaria da Fazenda e Planejamento sobre Análise Avaliativa da Primeira Infância; Participação no I Seminário de Mobilização do Plano Municipal da Primeira Infância de Embu das Artes, Participação no 1.º Encontro Intersecretorial do Plano Municipal da Primeira Infância em São João da Boa Vista, Participação no VI Encontro Lúdico da Criança e do Adolescente em São Pedro, GT Órfãos do Feminicídio, Reunião Plenária CONDECA sobre as ações estratégicas da primeira infância. Foram ofertadas 04 turmas de capacitação do Módulo: Guia para a Visita Domiciliar na modalidade presencial, com carga horária total de 160 horas, num total de 98 profissionais capacitados de 72 municípios. A Coordenação Estadual também promoveu uma Ação Formativa online sobre o SUAS e a Primeira Infância em 5 módulos divididos em 5 encontros num total de 326 participantes de 89 municípios. O monitoramento in loco foi realizado em 60 municípios com a presença de gestores municipais, coordenadores de CRAS e equipes de referência do Programa Criança Feliz. *Programa São Paulo Amigo do Idoso*: O Programa São Paulo Amigo do Idoso, reformulado pelo Decreto Estadual nº 66.346/2021, objetiva promover o amplo processo de mobilização regional, com foco no conceito de Envelhecimento Ativo da Organização Mundial da Saúde (OMS). É coordenado pela SEDS e conta com uma Comissão Intersecretarial, envolvendo 13 Secretarias Estaduais, o Fundo Social de São Paulo e o Conselho Estadual do Idoso, responsável por acompanhar as ações do Programa São Paulo Amigo do Idoso e deliberar as certificações em território estadual, quanto ao Selo Paulista da Longevidade (SPL). *Centro Dia do Idoso – CDI*: Equipamento de atendimento às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social cuja condição requeira o auxílio de pessoas e/ou de equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária. Oferta que, vinculada à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais se desenvolve junto ao Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cada Centro Dia do Idoso possui capacidade de atendimento de 50 pessoas e no percurso histórico do Programa houve o investimento do Governo do Estado na construção deste tipo de Unidade, com (70) setenta Centros Dia cofinanciados. Destaca-se que, atualmente, a gestão e o monitoramento deste tipo de Serviço encontram-se em fase de reestruturação no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS). *Centro de Convivência do Idoso – CCI*: É um equipamento de atendimento no território, às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e independentes, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Cada Unidade de Serviço possui capacidade de atendimento de até 200 pessoas idosas. No percurso histórico do Programa, a SEDS cofinanciou 118 Unidades nesta modalidade. Destaca-se que, atualmente, a gestão e o monitoramento deste tipo de Serviço encontram-se em fase de reestruturação no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS). *Centro de Longevidade Ativa*



– *CLA*: Equipamento destinado a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e inclusão digital, no âmbito da Proteção Social Básica, sendo planejadas atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, assegurando espaço de encontro para as pessoas idosas e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária. Outros objetivos são o da inclusão digital através de ações que insiram a pessoa idosa por meio do aprendizado, a identificação de necessidades e motivações para desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida e a oferta de vivências que valorizem as experiências da velhice. Cada Centro de Longevidade Ativa possuirá capacidade de atender até 200 pessoas idosas e, no percurso histórico do Programa, construíram-se (2) duas Unidades desta modalidade, com investimento do Governo do Estado. Destaca-se que, atualmente, a gestão e o monitoramento deste tipo de Serviço encontram-se em fase de reestruturação no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS). *Programa Vida Longa*: o Programa Vida Longa, que se consolidou como uma reformulação do Programa Vila Dignidade, visa à construção de equipamento público constituído de moradias adaptadas em pequenas vilas, integrado à rede de serviços do município. O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a SEDS, Secretaria da Habitação, Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e as prefeituras dos municípios. Nesse programa, o papel da SEDS é fortalecer a rede de proteção social dos beneficiários e preservar a autonomia em moradias adequadas ao ciclo de vida dos beneficiários, garantindo a oferta do serviço de acolhimento em república para pessoas idosas, enquanto a CDHU dimensiona o número de unidades e vilas a serem implantadas. O processo de atendimento segue em andamento, mas há um grupo de trabalho em discussão para a reformulação da política estadual relacionada a pessoa idosa, havendo previsão de uma nova reformulação do programa em 2026. *Selo Paulista da Longevidade*: O Selo foi criado com o objetivo de estimular os municípios paulistas a implantarem boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas de seus territórios, atendidas pelas políticas públicas locais. O Selo certifica os municípios paulistas, mediante a avaliação e outorga, por parte da Comissão Intersecretarial do Programa São Paulo Amigo do Idoso. Atualmente, 300 municípios paulistas contemplam o Selo, sendo 264 no nível Inicial, 29 municípios no Selo Intermediário e 7 no Selo Pleno. *Projeto Longevidade*: O Projeto Longevidade surge como uma importante e necessária estratégia de articulação das políticas públicas setoriais para a promoção do envelhecimento ativo 50+ ao longo de todo o ciclo de vida. Com a proposta de agregar e problematizar sobre a Formação de uma Rede efetiva e qualificada tecnicamente para lidar com demandas ampliadas do processo de envelhecimento, a SEDS pautará sobre a sua implantação, no que tange à reformulação do Programa, em discussão. A SEDS tem como estratégia de implementação coordenar esforços de diferentes Secretarias de Estado e Municipais, cujas ações serão orientadas por eixos estratégicos: 1) Promoção do envelhecimento ativo - por meio da sensibilização da população e das entidades públicas e privadas; 2) Disseminação do conhecimento sobre o processo de envelhecimento; 3) Fomento de soluções inovadoras; 4) Otimização das oportunidades de saúde, participação, educação e sobretudo, proteção. *Programas estaduais de transferência e geração de renda - Renda Cidadã – Benefício Idoso*: O Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso objetiva atender pessoas com oitenta anos ou mais, que integram famílias com renda mensal familiar per capita de até meio salário-mínimo, mediante transferência direta de renda, atualmente atende 185 idosos (novembro de 2025). *Bolsa do Povo*: Ao longo de 2025 a SEDS atuou junto o Comitê Gestor do Bolsa do Povo em atividades relacionadas aos pagamentos retroativos solicitados por famílias beneficiárias das ações já encerradas, a saber: Ação Jovem, Renda Cidadã, Vale Gás, SP Acolhe e Próspera Família. *ACESSUAS Trabalho*: O Programa Acessuas Trabalho objetiva orientar os usuários da política social sobre questões afetas ao mundo do trabalho,



promover atividades que permitam aos usuários reconhecerem suas potencialidades, viabilizar acesso a direitos e serviços, acompanhar a trajetória de usuários no mundo do trabalho. O Acessuas tem como público de suas ações, a população urbana e/ou rural, em situação de vulnerabilidade e risco social, residente em municípios integrantes do Programa, com idade de 14 a 59 anos. Tem prioridade para a participação os usuários de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, com atenção especial para os públicos prioritários do Programa. Nº de municípios que participam do Programa: 63 municípios. Perfil dos 63 municípios: Metrópole: 2 (acima de um milha de habitantes) Porte Grande: 40 municípios (acima de 100 mil habitantes) Porte Médio: 7 municípios (de 50 mil a 100 mil habitantes) Porte Pequeno II – 11 municípios (de 20 mil a 50 mil habitantes) Porte Pequeno I – 3 municípios (até 20 mil habitantes).

Programa Bolsa Família: O novo Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades instituído pela Lei 14.601 de 19 de junho de 2023 destinado a famílias em situação de pobreza, isto é, famílias com renda per capita mensal até R\$ 218. O Programa, em 2025, atendeu, uma média mensal de 2,2 milhões de famílias paulistas transferindo diretamente aos beneficiários R\$ 1,5 bilhão ao mês. O valor médio da parcela mensal foi de R\$ 678. A Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família realizou no ano de 2025, 04 encontros regionais intersetoriais com gestores e coordenadores do programa e responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades da Educação e da Saúde dos municípios com indicadores críticos: 1) em Santos com municípios da Baixada Santista; 2) em Jacareí com municípios do Vale do Paraíba e Grande Leste; 3) em Araraquara com municípios da regionais de Araraquara, Barretos, Franca e Ribeirão Preto; 4) em São Paulo, com municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo e da Capital. A equipe estadual do Programa participou de reuniões mensais virtuais com as equipes técnicas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e de Combate à Fome. Em 2025, a equipe estadual realizou 35 turmas de Capacitação do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), foram capacitados 775 coordenadores e técnicos do PBF dos municípios das regionais de: Campinas, Fernandópolis, Barretos, Franca, Bauru, Botucatu, Marília, Itapeva, Piracicaba e Mogiana. A equipe coordenou 50 turmas sobre o Sistema de Benefícios (SIBEC), principal sistema relacionado a gestão de benefícios do PBF, totalizando 1.250 participantes capacitados.

Benefício de Prestação Continuada - BPC: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742/1993 e o Decreto Federal nº 6214/2007 e suas alterações. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do SUAS e garante segurança de renda no valor mensal de um salário-mínimo a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. No ano de 2025 no Estado de São Paulo, o programa beneficiou 430.717 mil pessoas com deficiência e 494.489 mil pessoas idosas.

BPC na Escola: O Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das crianças e adolescente até 18 anos com deficiência, beneficiárias do BPC tem por objetivo promover a qualidade de vida e o direito de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes com deficiência, por meio de ações articuladas entre as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. O programa tem como meta a inclusão e permanência na escola de mais de 20 mil crianças e adolescentes até 18 anos e a adesão dos 141 municípios que ainda não participam do Programa, além da ampliação do acompanhamento social de todos os beneficiários e suas famílias. O programa tem como diretriz o trabalho intersetorial por meio de seu Grupo Gestor Estadual e a ampliação dos planos intersetoriais municipais envolvendo, essencialmente as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e



Direitos Humanos. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*: A Diretoria de Desenvolvimento Social coordena no âmbito estadual, as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho infantil (AEPETI) que envolvem ações contínuas para prevenir e combater o trabalho infantil. As principais ações incluem: a elaboração de planos de ação, o fortalecimento de campanhas de mobilização, apoio técnico aos municípios, a realização de encontros e seminários. As ações de 2025 foram: Elaboração de Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar para a contratação de assessoria técnica especializada para Elaboração do Diagnóstico Situacional do Trabalho Infantil no Estado de São Paulo; Elaboração de uma pesquisa contendo trinta e seis (36) perguntas referentes à execução das ações estratégicas do PETI para uma ação estratégia de monitoramento; Participação no Seminário Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil “Para além de 2025: Desafios do presente e perspectivas futuras; Participação nas reuniões do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FPPETI). A partir das Resoluções: CNAS/MDS nº 204 de 15 de agosto de 2025 e CIT nº 25 de 31 de julho de 2025, as quais tratam sobre a retomada do cofinanciamento das Ações Estratégicas do PETI (AEPETIs), foi submetida à aprovação do Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS) a proposta de retomada do cofinanciamento estadual, bem como a mobilização junto às 26 Divisões Regionais para que os cento e onze (111) municípios elegíveis façam a adesão ao cofinanciamento das AEPETI. *Benefícios Eventuais*: Os Benefícios Eventuais são uma forma de proteção social temporária e complementar às demais políticas de assistência social. Eles fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e visam garantir o atendimento de necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade ou risco social. São concedidos em quatro modalidades: Natalidade: para atender as necessidades básicas da mãe gestante e do bebê que vai nascer, como roupas, fraldas, leite e material de higiene pessoal; Morte: para atender as necessidades urgentes da família, como transporte, sepultamento e documentação e taxas; Vulnerabilidade temporária: para atender as necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária, como perda de emprego, renda ou moradia; Calamidade pública: para atender as necessidades básicas e urgentes de indivíduos e famílias que se encontram em situação de calamidade pública, como enchentes, secas, incêndios e outros desastres naturais. O Estado participa do cofinanciamento para 604 municípios elegíveis ao cofinanciamento. O Estado tem incentivado os municípios a desenvolverem a legislação completa (Lei, Decreto e Resolução), assim como regulamentar as quatro modalidades. *Auxílio-Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência*: O Programa auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência no estado de São Paulo foi criado por meio da lei nº 17.626, de 07 de fevereiro de 2023, e regulamentado pelos decretos nº 68.371, de 08 de março de 2024 e nº 68.821, de 04 de setembro de 2024. Para a concessão do auxílio, a mulher deve atender a quatro requisitos: I - ter renda familiar anterior à separação de até 2 (dois) salários-mínimos; II - ter medida protetiva expedida de acordo com a Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, por órgão do Poder Judiciário estadual; III - ter domicílio no Estado de São Paulo; IV - comprovar a situação de vulnerabilidade. Para que o auxílio seja ofertado no município, é necessário que a gestão municipal realize a adesão ao programa e indique três técnicos da Assistência Social para realizar os cadastros. Até novembro de 2025, 580 municípios já haviam aderido ao programa. Nos casos em que o município não realizou a adesão, a usuária pode entrar em contato diretamente com a SEDS para orientações, sendo que, atualmente, municípios como São Paulo, Osasco e Sorocaba possuem beneficiárias atendidas mesmo sem terem concluído o processo de adesão. O programa começou a funcionar em fevereiro de 2025, com 294 mulheres cadastradas inicialmente. Nos meses seguintes, os números foram: 430 cadastros em março, 375 em abril, 427 em maio, 360 em junho, 404 em julho, 419 em agosto, 420 em setembro, 807 em outubro e 348 em novembro. As



prorrogações tiveram início em agosto de 2025, quando 183 usuárias renovaram o benefício. Até outubro de 2025, o total de beneficiárias ativas, considerando os cadastros iniciais e as prorrogações, alcançou 3.447 mulheres. *Programa SuperAção SP*: O Programa SuperAção SP foi criado por meio da Lei nº 18.176, de 8 de julho de 2025 que institui o Programa de Superação da Pobreza no Estado de São Paulo; do decreto nº 69.762, de 4 de agosto de 2025 e da Resolução SEDS nº 32/2025. O Programa está organizado para acontecer em ondas de crescimento: de municípios e de famílias. Na primeira onda, 49 municípios realizaram manifestação de interesse pela adesão ao Programa e estão em processo formal de adesão, que inclui publicação de decreto municipal, portaria e a realização de um mapeamento de políticas públicas. Para os municípios que aderiram, haverá um valor de cofinanciamento previsto dividido em duas etapas. Para o início do Programa dos municípios e adesão das famílias, foram realizados quatro editais de chamamento público para contratação de Organizações da Sociedade Civil para apoio técnico de campo para atendimento domiciliar e atividades de apoio correlatas. Estão previstas a atuação de 1.269 profissionais de campo, entre agentes, supervisores e coordenadores. Nos oito primeiros municípios que o Programa se iniciou, há 313 famílias aderidas, com uma taxa de adesão superior aos 60%. O Programa prevê ainda o pagamento de auxílios e incentivos. Tanto um auxílio e incentivo começaram a ser pagos: o de proteção social e o Incentivo ao Compromisso com o SuperAção SP. *DIRETORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – DPOD*: A Diretoria de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo (DPOD) da Secretaria de Desenvolvimento Social responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas do Eixo Assistência Social e Reinserção Social, art.5º do Decreto Estadual 67.642/2023 que regulamentou a Lei Estadual 17.183/2019, além disto, promove a interlocução com as demais políticas públicas com o objetivo de ofertar uma rede de prevenção ao uso de drogas, proteção, cuidado e reintegração social às pessoas com problemas devido ao uso de drogas e cuidados com os familiares de dependentes químicos. *Rede de Serviços da Política Estadual sobre Drogas* : A rede de serviços da Política Estadual sobre Drogas é composta da seguinte forma: 11 Espaços Prevenir nos municípios de Bauru, Carapicuíba, Franca, Guarulhos, São Paulo, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e São Vicente.; 15 Complexos de Casas Terapêuticas nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco e São José do Rio Preto; 13 unidades executoras de Serviço de Acolhimento Terapêutico Comunitário (SAT-C); 18 unidades executoras de Serviços de Acolhimento Terapêutico Híbrido (SAT-H); 10 unidades executoras de Serviço de Acolhimento em República; 05 Casas de Passagem nos municípios de São Paulo e São José do Rio Preto. As implantações de serviços ocorridas em 2025 foram: 09 complexos em São Paulo (Lapa, Penha, Aricanduva, Butantã, Tucuruvi, Casa Verde e Santana), São José do Rio Preto (Seichas e Aeroporto); 06 unidades em Guarulhos, São Paulo (Imigrantes e Jová Rural), Franca, Carapicuíba e São Vicente. O orçamento previsto por SAO para a expansão de serviços é o seguinte: 10 Espaços Prevenir nos municípios de Barretos, Itu, Piracicaba, Marília, Mogi Mirim, São Bernardo do Campo, Santo André, Itaquaquecetuba e São Paulo; 09 Complexos de Casas Terapêuticas nos municípios de Piracicaba, São Vicente, Marília, Santo André e Ribeirão Preto. Distribuição de vagas de serviços de acolhimento: Casas de Passagem: 80 vagas, sendo 10 vagas para o público feminino e LGBTQIA+ e 70 vagas para o público masculino nos municípios de São Paulo e São José do Rio Preto; Repúblicas: 131 vagas, sendo 17 vagas para o público feminino e 114 vagas para o público masculino, nos municípios de São Paulo, Campinas, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto; Complexos de Casas Terapêuticas: 675 vagas, sendo 135 vagas para o público feminino e LGBTQIA+ e 540 vagas para o público masculino, nos municípios de São Paulo, Guarulhos, Osasco e São José do Rio Preto; Serviço de Acolhimento Terapêutico Comunitário e Híbrido: 1.569 vagas, sendo 93 vagas para o público feminino e 1.476 para o público masculino, nos municípios de Birigui, Tupã, Colina, Jaú, Guarujá, Campinas,



Pirassununga, Itapeva, Taquaritinga, Barretos, Mairiporã, Batatais, Ribeirão Preto, Itanhaem, Rio Claro São Lourenço da Serra, Santo André, Catanduva, Potirendaba, São José dos Campos, Peruibe, São José do Rio Preto, Vinhedo, Bauru, Avaré, Mogi Mirim. O total de pessoas atendidas pela Rede Estadual de Políticas sobre Drogas em 2025 (até 30/11) foi: Casas de Passagem: 3.041 pessoas; Serviços de Acolhimento Terapêutico Comunitário e Serviço de Acolhimento Terapêutico Híbrido: 4.907 pessoas; Repúblicas: 189 pessoas; Casas Terapêuticas: 589 pessoas; Espaços Prevenir: 1.663 novos casos de pessoas e famílias atendidas; Pessoas acolhidas proveniente da Cena Aberta de Uso da região central da capital: 2.716 pessoas encaminhadas pelo HUB para os serviços de acolhimento.

Principais Ações da Política sobre Drogas – 2025: Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e Convênios: Termo de Colaboração com Atuação em Rede - OSC Samaritano São Francisco de Assis; 50 serviços de acolhimento terapêutico comunitário/híbrido e acolhimento em repúblicas executados por 32 OSC's executoras e pela OSC Samaritano São Francisco de Assis; 11 serviços de apoio e suporte a famílias e indivíduos impactados pelo uso de drogas, executados em Espaços Prevenir pela OSC Samaritano São Francisco de Assis. Termo de Colaboração para a execução de Casa de Passagem em São Paulo - OSC Samaritano São Francisco de Assis: 3 unidades masculinas com 50 vagas e 1 unidade feminina e LGBTQIA+ com 10 vagas. Termo de Colaboração para a execução de Casa de Passagem em São José do Rio Preto – OSC SOL: 1 unidade masculina com 20 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em São Paulo – OSC ABCP: 03 complexos para o público masculino com 135 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em Guarulhos e em São Paulo – Instituto Renovar: 03 complexos para o público masculino com 135 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em Osasco e em São Paulo – IRMA: 02 complexos para o público masculino com 90 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em São Paulo - Casarão Brasil: 02 complexos para o público Feminino e LGBTQIA+ com 90 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em São Paulo – OSC Reencontro: 03 complexos para o público masculino com 135 vagas. Termo de Colaboração para a execução do Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial na modalidade Casas Terapêuticas em São José do Rio Preto – OSC ARA: 01 complexo para o público masculino e 01 complexo para o público Feminino e LGBTQIA+, totalizando 90 vagas. Convênio com a UNIFESP para execução do Sistema Estadual Integrado de Prevenção ao uso de drogas e violência contra crianças, adolescentes e seus familiares.

Fiscalização e Monitoramento da Rede de Políticas sobre Drogas: Em 2025 a equipe técnica da DPOD realizou mediante o termo de colaboração com atuação em rede as seguintes ações: 41 fiscalizações *in loco* e online com a rede, por meio das plataformas Zoom e Teams, para suporte e avaliação do cumprimento das metas e atividades estabelecidas em Plano de Trabalho; 36 reuniões com a OSC Celebrante Samaritano para suporte técnico e monitoramento dos serviços prestados; 193 reuniões para discussão de casos com a organização celebrante para referenciamento de 174 novos encaminhamentos para os serviços de república e de pedidos de prorrogação de permanência nos serviços de acolhimento da rede. Em relação as parcerias de execução direta com a DPOD/SEDS houve as ações da equipe DPOD: 88 supervisões técnicas de forma remota; 09 monitoramentos presenciais, revisando documentos, alinhando metas com as OSCs, esclarecendo dúvidas e averiguando o funcionamento dos serviços, a qualidade das estruturas físicas, a metodologia de intervenção e o alinhamento ao Plano de Trabalho; 37 reuniões de orientação com OSC's, incluindo encontros remotos e visitas presenciais aos imóveis destinados à locação durante o processo de



implantação de novos serviços de casas terapêuticas; 137 entrevistas, no âmbito de 30 processos seletivos destinados à contratação de profissionais para atuação nos serviços da rede estadual; 13 ações de educação continuada com o objetivo de treinar as equipes para a execução da metodologia, conforme o desenho da equipe técnica da DPOD; 49 reuniões para estudos de caso de pessoas acolhidas nas casas terapêuticas. *Articulação com a rede RAPS do SUS:* Atualmente, 426 municípios paulistas possuem acesso ao Sistema de Vagas para encaminhamento de pessoas adultas para os serviços de acolhimento terapêutico da rede de Políticas sobre Drogas, sendo cadastradas 26 novas portas de entrada em 2025, totalizando 448 portas. A equipe técnica da DPOD realizou em 2025: 380 reuniões de discussão de caso com os Hospitais Lacan, Instituto Bairral de Psiquiatria, CAISM Philippe Pinel, HC/SP, Instituto Bezerra de Menezes e CAIS Santa Rita do Passa Quatro, sendo que 646 casos foram deferidos para acolhimentos nas Casas Terapêuticas. Articulou com o Instituto Perdizes (IPER) o atendimento ambulatorial para todas as pessoas acolhidas na Rede Estadual da Políticas sobre Drogas que se encontram acolhidas em unidades da capital, da grande São Paulo, como também dos Serviços de Acolhimento Terapêuticos de outros municípios que tem dificuldade de acessar a rede de saúde. Em 2025 as articulações com a Rede SUS totalizou em 141 tele consultas para as pessoas acolhidas nos SAT's em Itanhaém, Peruíbe Vinhedo e Mogi Mirim. *Controle e Gestão Financeira:* A equipe DPOD responsável pela prestação de contas realizou: 04 supervisões administrativa e financeira nas organizações da Rede da Política sobre Drogas; 11 ações de capacitação e treinamento para as equipes das OSCs parceiras referentes a prestação de contas; Análise de aproximadamente 50.000 documentos durante o processo de prestação de contas. *Demais ações e expedientes:* Participação da Equipe DPOD em Eventos (Congressos, Simpósios, Seminários): 05; Reuniões intersetoriais presenciais e/ou online: 27; Participação em instâncias de controle de políticas públicas: 15; Aplicação de censo com as pessoas acolhidas: 12; Demandas provenientes de canais de comunicação (ouvidoria e fale conosco): 31 chamados; Construção de 01 aplicativo para acompanhar as pessoas ex-acolhidas da Rede Estadual de Políticas sobre Drogas no que tange a prevenção à recaída. **DIRETORIA DE FORMAÇÃO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – DFMA:** A Diretoria de Formação, Monitoramento e Avaliação tem, entre suas competências, as seguintes: planejar, coordenar e implementar ações de educação permanente e continuada em assuntos relacionados à Assistência Social, no âmbito da Pasta e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com foco na capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros, tanto estaduais quanto municipais; coordenar e subsidiar a construção de metodologias e ferramentas inerentes às ações de qualificação de trabalhadores, gestores e conselheiros, tanto estaduais quanto municipais em assuntos relacionados à Assistência Social; articular e desenvolver parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, visando à oferta de educação permanente e continuada; monitorar, avaliar e propor ações para o fortalecimento das políticas públicas de educação permanente e continuada, promovendo a melhoria dos programas de capacitação no Estado em assuntos relacionados à Assistência Social; coordenar a elaboração, a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão da governança de dados da Secretaria, bem como apoiar a atuação de suas unidades setoriais de dados; coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos necessários ao processo de planejamento, implementação e monitoramento das políticas da Secretaria; coordenar e promover práticas de monitoramento e avaliação dos planos, das políticas públicas e dos programas do órgão, apoiando as unidades, os gestores e os técnicos na sua execução; fomentar a inovação por meio da disseminação de metodologias, experiências e resultados relacionados à gestão de dados aplicada às políticas públicas de assistência e desenvolvimento social, contribuindo para a tomada de decisões com base em evidências e fortalecendo a produção de políticas públicas; realizar parcerias com órgãos da Administração



Pública, instituições acadêmicas, entidades da sociedade civil e organizações privadas para a produção e compartilhamento de conhecimento, em estrita observância aos princípios e restrições estabelecidos na legislação vigente e no modelo de governança de dados da Secretaria.

Coordenação de Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação – CMAGI - Departamento da Gestão da Informação - Diagnóstico dos Painéis Existentes: A ação teve como finalidade mapear todos os dashboards (painéis) disponíveis na Secretaria e verificar se estavam sendo efetivamente utilizados pelas diretorias que os solicitaram. A ação teve três fases sendo a primeira o levantamento da quantidade de painéis e as respectivas diretorias solicitantes; na segunda fase foram feitas reuniões com as diretorias para averiguar a utilização e relevância dos painéis, fluxos e períodos de atualizações; na terceira fase foram feitas as remodelações solicitadas e melhorias visuais e na usabilidade. Resultados: Dos 20 painéis catalogados, 12 foram mantidos, 06 descontinuados e 02 serão reavaliados futuramente.

Análise da Síntese dos Indicadores Sociais: Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), primeira visita de 2023, e considerando as definições de pobreza do Banco Mundial, bem como os critérios de concessão dos Programas Sociais, foram analisados os seguintes aspectos referentes ao Estado de São Paulo: a) distribuição dos rendimentos; b) mercado de trabalho; c) condições de moradia; d) saúde. Resultados: Elaboração de informações e indicadores sobre a pobreza, distribuição dos rendimentos, mercado de trabalho, condições de moradia no Estado de São Paulo.

Análise sobre Indicadores de Pobreza: Levantamento e produção de gráficos e tabelas sobre a pobreza no Estado de São Paulo com base nas definições do Banco Mundial e dos critérios de acesso aos Programas Sociais. Foram produzidos dados e indicadores sobre a distribuição da renda do Brasil e Estado de São Paulo, a distribuição por faixa de renda; indicadores sobre a desocupação; taxa de informalidade; a subutilização da força de trabalho; desocupação por sexo; indicadores educacionais entre outros. Resultados: Elaboração de informações e indicadores sobre a pobreza, mercado de trabalho e escolaridade.

Monitoramento do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS: A realização do monitoramento do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS, contou com quatro fases. Na primeira foi definida a metodologia e os conceitos a serem empregados no monitoramento do PEAS. Na segunda fase, para cada ação foram produzidos os indicadores de processo e de resultado, os respectivos cálculos e apontados os dados necessários para o cálculo do indicador. Na terceira fase foi feita a coleta dos dados junto às diretorias para a produção dos indicadores, e por fim, na quarta fase, foi elaborada uma apresentação com todos os indicadores divididos por diretoria (junho de 2025). Resultados: Produção de metodologia, definição dos conceitos, construção dos indicadores e apresentação em PowerPoint.

Atualização do Monitoramento do PEAS: A partir da publicação dos primeiros resultados (junho, 2025), foi criado um cronograma trimestral para coletas e atualizações das ações e atividades realizadas pelas diretorias e monitoradas pelo PEAS. Assim, em setembro de 2025 foi realizada a segunda atualização do PEAS. Resultados: Coleta dos dados, produção dos indicadores (setembro, 2025) e elaboração de apresentação dos resultados.

Elaboração de Informativo Interno da SEDS (Emergências Climáticas, Auxílio Aluguel e CadÚnico): Produção de Informativo e painel semanal com dados e informações sobre: a) municípios em situação de calamidade em decorrência de emergências climáticas; b) auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência e c) dados e informações sobre CadÚnico. Resultado: Elaboração de modelo de Boletim.

Produção dos indicadores do Planejamento Estratégico: Elaboração de metodologia para construção dos indicadores de monitoramento do Planejamento Estratégico – PE. A metodologia foi estruturada a partir de quatro fases: a) Elaboração conjunta dos indicadores com as diretorias para refletir objetivos estratégicos e os resultados esperados; b) Revisão de indicadores relacionados ao PEAS e Plano de Metas, de modo a ter um monitoramento integrado da SEDS; c) Elaboração dos indicadores



de resultado de cada iniciativa formando um indicador sintético para cada objetivo estratégico. Resultado: Produção da metodologia, reunião e produção dos indicadores em conjunto com as coordenações; elaboração de indicadores sintéticos. *Levantamento de dados e informações sobre a Favela do Moinho*: Levantamento de dados e produção de informações sobre a população residente e do entorno da Favela do Moinho, a partir do CadÚnico e do Censo Demográfico de 2022. As informações produzidas a partir das duas fontes foram: a) população residente; b) sexo; c) raça/cor; d) faixa etária; d) escolaridade; e) situação trabalhista; f) renda; g) situação dos domicílios; h) estrutura familiar. Resultados: Produção de tabelas e gráficos. *Levantamento de dados e informações sobre Organizações da Sociedade Civil – OSC*: Pesquisa, levantamento, organização de dados e das informações das entidades cadastradas no Pró-social da Relação de Entidades e Organizações de Assistência Social do Estado de São Paulo. Resultados: Cruzamento de dados entre as duas listagens e dimensionamento do tamanho da instituição. *Pesquisa sobre os Serviços à População em Situação de Rua*: Pesquisa sobre os serviços da assistência social que atendem a população em situação de rua no Estado de São Paulo. A fonte das informações foi o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS (2024). Os tipos de serviços listados foram: a) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviços de Acolhimento Institucional; d) Centro Pop. As variáveis levantadas incluíram o município, as DRADS, tipo de rede, nome da organização, local de execução do serviço, proteção social, tipo de serviço, usuários, capacidade de atendimento, média mensal de atendimento e origem dos recursos. Resultado: Extração e organização das Entidades e serviços que atendem a população em situação de rua. *Panorama da População Idosa no Estado de São Paulo*: O Estudo denominado “Panorama da População Idosa no Estado de São Paulo”, teve por objetivo traçar um cenário da população com 60 anos ou mais no Estado de São Paulo. O estudo trouxe um quadro da atualidade e das projeções para os próximos anos. Outras informações produzidas foram: a) gênero por faixa etária; b) escolaridade; c) distribuição dos rendimentos; d) taxa de participação da população idosa; e) expectativa de vida. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico, 2022; PNADC, 2023; Fundação Seade. Resultados: Produção de informações sobre a população idosa no Estado de São Paulo. *Estudo sobre Trabalho Infantil*: O estudo sobre o Trabalho infantil no Estado de São Paulo buscou quantificar a ocorrência de trabalho infantil no Estado de São Paulo. Reconhecendo as dificuldades na obtenções de dados e informações sobre o trabalho infantil, adotou-se como referência metodológica a Nota Técnica nº 01 /2020 que trata dos “Aspectos Metodológicos do Trabalho Infantil de Crianças e Adolescentes – Estatísticas Experimentais”. Outra forma de utilização da metodologia do IBGE foi o seu emprego utilizando o CadÚnico como base, uma vez a sua utilização teria algumas vantagens em relação à PNADC como, por exemplo, sua atualização mensal e principalmente a possibilidade de desagregação das informações por Diretorias Regionais de Desenvolvimento Social e por Município. O Estudo mostrou que segundo a PNADC 2023, há um elevado número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegando a atingir quase 200 mil crianças e adolescentes. Em um segundo momento, após a divulgação da PNADC (2024 – 5ª visita), foi realizada nova extração dos dados e um comparativo com os dados do ano de 2023. O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil passou de 197 mil para 237 mil com uma adição de 40 mil crianças e adolescentes. Resultado: Produção de Estudo Técnico e de Apresentação com número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil por sexo, raça/cor, situação de moradia, faixa etária e o percentual de crianças e adolescentes em ocupações classificadas como as piores formas de trabalho infantil. *Participação no Projeto de Desenvolvimento das Macroatividades da Vigilância Socioassistencial*: Elaboração de conteúdo técnico para apresentação em três encontros presenciais realizados em São Carlos com o comparecimento de representantes de 136 municípios do Estado de



São Paulo. Foram abordados no primeiro encontro conceitos e metodologias de coleta, tratamento e organização de dados e produção de informações. O segundo encontro apresentou diversas fontes de dados e um conjunto de indicadores e seus respectivos cálculos. O terceiro encontro apresentou metodologia para produção de Diagnósticos Socioterritorial. Resultados: Preparação de Apresentações sobre dados, indicadores e diagnóstico Socioterritorial. *Produção de Índice de Vulnerabilidade para expansão do Programa Bom Prato*: O Índice de Vulnerabilidade foi desenvolvido pela CMAGI para apoiar a expansão do Bom Prato identificando os municípios com maior necessidade de atendimento. O índice foi construído a partir dos dados do CadÚnico (CECAD, 2025) e da população total projetada pela Fundação Seade (2025), combinando três dimensões: a) proporção de população em situação de pobreza em relação ao total do município; b) número de pessoas em trabalho precário; c) número de pessoas que declaram não ter trabalhado na semana anterior. Em uma segunda etapa, por solicitação da Diretoria de Combate à Fome – DCOF, o índice foi replicado para os 96 distritos da capital. Resultados: Elaboração do Índice de Vulnerabilidade identificando municípios do Estado de São Paulo e os distritos com as maiores necessidades. Produção de Painel com o índice e o ranking por município e mapa temático. *Caracterização das Pessoas Idosas Residentes no Estado de São Paulo*: Em um novo estudo sobre a população idosa no Estado de São Paulo, intitulado como “Caracterização das Pessoas Idosa Residentes no Estado de São Paulo”, apresentou dados da população idosa atual e projeção para os anos de 2030 e 2060. Ademais, foi realizado um comparativo entre os dados extraídos do Censo Demográfico e CadÚnico através de dimensão Demográfica (sexo, faixa etária, raça/cor); Trabalho e Renda (situação trabalhista, informalidade, renda); Idosos que Moram Sozinhos por sexo e raça/cor. Resultados: Produção de informações e de apresentação. *Acompanhamento da Pesquisa com usuários do Bom Prato*: CMAGI realizou acompanhamento da “Pesquisa de Percepção sobre o Bom Prato”, realizada pela Fundação Seade. O objetivo da pesquisa foi a identificação do perfil do público atendido e o conhecimento sobre a opinião dos usuários que frequentam a rede de restaurantes Bom Prato. Em conjunto com a Diretoria de Combate à Fome, a Diretoria de Formação, Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação – DFMA, fez o acompanhamento de todas as fases da pesquisa, desde a preparação até sua efetiva conclusão, como as análises do desenho e pré-teste do questionário, planejamento para a coleta, capacitação dos pesquisadores, coleta de dados e entrega dos resultados finais. A pesquisa apontou, dentre outros itens, as características pessoais (sexo, raça/cor, faixa etária, escolaridade); infraestrutura (conforto, instalação e higiene); percepção da insegurança alimentar (insuficiência alimentar). Com base nos dados da pesquisa, a CMAGI apresentou um resumo que resultou no deferimento de sua participação na Conferência Regional de Evaluación – ReLAC 2025. A apresentação foi realizada em 04 de setembro de forma remota. Resultados: Apropriação das informações sobre o perfil do público atendido na rede de restaurantes Bom Prato e a opinião dos usuários. Apresentação da política pública e seus resultados na Conferência Regional de Evaluación – ReLAC, 2025. *Comitê de Governança de Dados*: O Comitê foi criado em 2025 e realizou 5 encontros com representantes de todas as áreas da SEDS. A finalidade do Comitê é coordenar e supervisionar a implementação da política de governança de dados no âmbito da SEDS, sendo a CMAGI a responsável pela coordenação do Comitê. Resultados: Publicação de 66% do Plano de Dados Abertos, levantamento de 81 bases no Inventário de Dados da SEDS e elaboração de Formação sobre Governança de Dados para a Secretaria pela EDESP. *Auxílio Aluguel*: A DDS, responsável pelo programa Auxílio Aluguel, solicitou à equipe da CMAGI três produtos relacionados ao programa, com objetivo de melhorar sua gestão e o monitoramento. Resultados: Criação de um ETL e um fluxo de dados, garantindo a qualidade dos dados e a atualização em menor tempo. Criação de fluxo de envio de dados para a Comunicação, com números mensais por Região Administrativa e



Município. *PPA - Revisão de Indicadores*: Acompanhamento do processo de envio e revisão de indicadores do PPA junto à equipe da CAFC com cada uma das diretorias da SEDS. Resultado: envio dos dados atualizados e apontamentos de alterações para o próximo envio de dados. *Monitoramento do Programa Superação da Pobreza*: Elaboração de um plano de monitoramento, conceitos e indicadores para cada etapa do programa. Resultado: conjunto de indicadores de processo e resultado nos âmbitos da gestão estratégica, tática e operacional do programa. *Índice FGV – Gestão do CadÚnico*: Acompanhamento do projeto de elaboração de um índice de qualidade do cadastro único para a área do Cadastro Único. Resultado: resultado de uma pesquisa realizada com cadastradores do CadÚnico abordando diversos aspectos do trabalho deste agente; construção de indicadores de gestão do CadÚnico em diversas dimensões e um indicador sintético. *Geoprocessamento*: O geoprocessamento atuou majoritariamente com a territorialização dos dados do CadÚnico para fundamentar estudos, relatórios, programas e serviços da Secretaria de Desenvolvimento Social. O estudo da vulnerabilidade aplicado na escolha dos municípios pilotos do programa Superação SP, utilizando o índice de Moran. Os estudos e relatórios sobre a questão habitacional da Favela do Moinho. Os mapas de vulnerabilidade para inúmeros municípios visando a segurança alimentar. O estudo de regionalização das DRADS para estudar uma possível nova distribuição de municípios das divisões administrativas a partir da normalização de três variáveis na produção de um índice de gestão dos municípios. Por fim, mapas de limites administrativos para capacitações ao longo do ano da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP - SP) também foram elaborados, além de várias outras demandas pontuais. *Elaboração de Painel com cofinanciamento da assistência nos Municípios*: Produção de painel com dados e informações sobre a distribuição suplementar do orçamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assistência Social para os 645 municípios do Estado. Resultados: Construção de painel com as informações sobre a distribuição suplementar do orçamento. *Departamento de Monitoramento e Avaliação - Formulário Planejamento Estratégico – PE*: Desenvolvimento e distribuição do Formulário do Planejamento Estratégico 2025/2026 para as diretorias da SEDS, para a coleta do resultado dos indicadores. Resultados: coleta e acompanhamento dos indicadores do PE. *Formulário SuperAção SP*: Desenvolvimento e distribuição do Formulário do Planejamento Estratégico 2025/2026 referente aos indicadores do Programa SuperAção SP, para a coleta do resultado dos indicadores. Resultados: coleta e acompanhamento dos indicadores do PE. *Painel SEADE – Bom Prato*: Construção de um painel referente a pesquisa realizada pela SEADE sobre o Bom Prato. *Consolidação Bases EDESP*: Consolidação das bases de capacitações ofertadas pela EDESP no primeiro semestre de 2025. *Relatório de Capacitações EDESP*: Desenvolvimento de um relatório referente à consolidação das bases de capacitações da EDESP. *Apresentação SuperAção SP*: Desenvolvimento de apresentação referente ao Programa SuperAção SP com foco nos indicadores da primeira fase do programa. *ESCOLA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – EDESP*: A EDESP é a escola de governo da SEDS responsável pela execução da Política de Educação Permanente do SUAS no estado de São Paulo. Criada em 29 de fevereiro de 2012, pelo Decreto 57.819, atualmente é uma das Coordenadorias da Diretoria de Formação, Monitoramento e Avaliação (DFMA), conforme a estrutura e as atribuições definidas nos artigos 71 a 75 da Resolução SEDS Nº 29/2025. À escola compete planejar e executar programas de formação e capacitação voltados a trabalhadores, gestores e conselheiros da Assistência Social, em consonância com as diretrizes do SUAS e da SEDS, além de prover suporte técnico-pedagógico a todas as áreas da secretaria em suas atividades de capacitação e formação. Essas ações podem ocorrer de forma presencial, híbrida ou a distância, por meio de encontros, cursos livres, seminários, capacitações e diversos outros formatos, respeitando as necessidades e especificidades de cada tema e de cada um dos setores apoiados pela escola.



Atividades realizadas: Por natureza, as principais atividades realizadas pela EDESP são as ações de formação e de capacitação. Em 2025, até o dia 08/12, a escola atuou em 100 ações únicas de capacitação, atingindo aproximadamente 15.933 pessoas, contando os participantes de cursos on-line. Destas ações, 70 foram realizadas em formato presencial e 52 executadas fora da capital, demonstrando o esforço da EDESP em descentralizar a sua atuação e atender a todos os servidores do estado. Entre as ações apoiadas pela EDESP, destacam-se o “Encontro com Secretários” e o “Evento de Lançamento do SuperAção”, demonstrando o alinhamento da escola com os projetos estratégicos da pasta. Além disso, é importante ressaltar a atuação da EDESP nos seguintes eventos: “FNAS pelo Brasil”, “Seminário Estadual de Vigilância Socioassistencial” e “II Seminário Estadual de Segurança Alimentar”, eventos com mais de 400 participantes e alto impacto na rede socioassistencial. Em outubro de 2025, a EDESP finalizou a execução do módulo presencial do curso “Educação Permanente do SUAS com Foco na Supervisão Técnica – CapacitaSUAS SP”, com 932 participantes regulares de municípios referenciados nas 26 regionais da SEDS. Realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, tem carga horária total de 20 horas-aula, sendo 8 horas no módulo presencial e 12 horas no módulo de EaD, o qual será ofertado em 2026. Destaca-se também o curso “A Nova Lei de Licitações”, realizado em outubro, atendendo a uma demanda do gabinete da pasta e com alto nível de aprovação dos participantes, visando à atualização dos saberes dos servidores diante de novos desafios. Durante o ano, a EDESP continuou com sua política de prospecção de parcerias com a sociedade civil, para a realização de eventos com apoio na infraestrutura, das quais se destacam a aproximação com o SESC São Paulo e o Centro Paula Souza (CPS). Em outra frente, aproximou-se de instituições acadêmicas de renome, como a USP, a UNESP e a UNICAMP. A EDESP também deu continuidade ao contrato com a FESP-SP, firmado em 2024, finalizando a execução de cursos de extensão realizados em parceria com a instituição. Uma vez que tem o objetivo de ser uma escola de referência do SUAS, que, além de eventos, promove ativamente capacitações e disseminação de saberes, iniciou quatro frentes de trabalho. A primeira foi o reestabelecimento do “EDESC Divulga”, uma série de informes enviados por e-mail institucional com o objetivo de divulgar cursos, eventos e materiais de referência para os servidores. A segunda e a terceira foram a criação do podcast “EDESC Conecta” e a gravação de cursos elaborados pela equipe da escola, ambos utilizando a parceria com o CPS, que cedeu seu estúdio de gravação gratuitamente à EDESP. Por fim, dando continuidade ao ciclo de formação em letramento racial, iniciado em 2024, a escola estabeleceu o “Acervo Vivo”, uma curadoria de leituras fundamentais sobre equidade racial, disponibilizada periodicamente pelo e-mail institucional à todos os servidores.

Formato	Ações	Atores atendidos
Presencial	70	10380
Híbrido	9	770
EAD	21	4783
Total	100	15.933

DIRETORIA DE COMBATE À FOME – DICOF: A Diretoria de Combate à Fome da Secretaria de Desenvolvimento Social é a responsável pela administração dos Programas Bom Prato e Vivaleite, os quais fazem parte da estratégia de combate a fome do Estado de São Paulo, assim como orientar, acompanhar, monitorar e executar a gestão dos convênios com os municípios e termos de colaboração e parceria com as Organizações da Sociedade Civil - OSCs. **Programa Bom Prato:** Criado pelo Decreto Nº 45.547 de 26 de dezembro de 2.000, o programa Bom Prato tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de alta qualidade a um custo acessível à população em vulnerabilidade social. Há 25 anos, o valor das refeições permanece inalterado: Almoço e jantar a R\$



1,00 e café da manhã a R\$ 0,50. Crianças até 6 anos e pessoas em situação de rua cadastradas pelos municípios não pagam. *Modalidades de Atendimento:* **Bom Prato Fixo:** Estrutura de cozinha industrial e salão/refeitório para o preparo, distribuição e consumo das refeições no local. As refeições do almoço e jantar são compostas por: Arroz, feijão, prato principal, guarnição, salada e sobremesa. Já o café da manhã é composto por: uma bebida, um pão recheado (manteiga, requeijão ou frios) e uma fruta. **Bom Prato Móvel:** Caminhão adaptado para transportar refeições das unidades fixas para regiões com população em alto índice de insegurança alimentar e com dificuldade de deslocamento. **Bom Prato Refeitório:** Estrutura acolhedora com banheiros, climatizador, bebedouros, mesas e cadeiras para os usuários consumirem as refeições que são transportadas pelas unidades móveis. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 15 a 30 empregos diretos e as OSCs gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção de equipamentos e pagamento de contas como água, energia, gás, internet e etc.

Principais Dados 2025



Distribuição de refeições no ano de 2025.

	Executadas*		
	Fixas	Móveis	Refeitório
Refeições Servidas	29.680.636	3.181.780	902.326
Total	33.764.742		

* Valores até dia 30/11/2025

	Total
Refeições gratuitas servidas	757.780

Ações 2025

Aumento do repasse de subsídio do Estado para as OSCs parceiras.

		De	Para	%
Aumento de subsídio	Café	2,7	2,88	6,7%
	Almoço	8,3	8,80	6%
	Jantar	8,3	8,80	6%
	Almoço / jantar criança	9,3	9,80	5%



	Almoço / jantar gratuidade	9,3	9,80	5%
	Bom Prato Móvel	3,2	3,38	5,6%

Pagamento de aluguel de 44 unidades com essa necessidade, retirando o custo da OSC parceira e equiparando os gastos com as demais unidades.

	Quantidade de unidades
Pagamento dos aluguéis das unidades pela SEDS	44

Revitalização das unidades fixas para melhoria da estrutura física e dos serviços prestados.

		Quantidade de Unidades
Revitalização das unidades fixas	Obras	25
	Equipamento	15

Inauguração de dois novos Bom Prato modalidade refeitório.

	Local	Data de assinatura
Novos pontos de distribuição	Refeitório Cidade Tiradentes	03.02.2025
	Refeitório Canindé	13.03.2025

Inauguração de duas unidades Bom Prato modalidade MÓVEL.

	Local	Data de assinatura
Novos pontos de distribuição	São Vicente Quarentenário	26.05.2025
	Sorocaba	11.08.2025

Abertura de chamamento público para abertura de mais duas unidades fixas: Registro e São Vicente. Destaques 2025 - Publicação da pesquisa de perfil de usuários do Programa Bom Prato: Parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social, Casa Civil e Fundação SEADE na elaboração e aplicação de uma pesquisa de perfil de usuários para o Programa Bom Prato, a fim de conhecermos melhor o público atualmente atendido e auxiliar no direcionamento de ações e modificações necessárias para o Programa. *Prêmio Josué de Castro:* Este ano o Programa Bom Prato recebeu o 1º lugar do Prêmio Josué de Castro, como melhor Programa de Segurança Alimentar e Combate à Fome do Estado. *Bom Prato Inverno:* Ação em parceria com a Defesa Civil no Abrigo Solidário, na Estação Pedro II, da rede metroviária da capital, sempre que as temperaturas caem abaixo de 13ºC. O Bom Prato forneceu cerca de 130 marmitas por noite aos abrigados, totalizando 3,5 mil refeições. *Caldos:* Ação realizada entre 1º de junho e 22 de setembro, 64 unidades fixas da rede serviram, além do jantar, caldos quentes aos frequentadores, oferecendo acolhimento e conforto térmico nos dias de baixas temperaturas. Ao todo, foram servidos mais de 1,1 milhão de caldos em diversas regiões do estado. *Reajuste Automático:* O Governo de São Paulo aprovou a Resolução nº 35, que determina a aplicação de ajuste anual no custeio das refeições do Programa Bom Prato, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). *Concurso "Chef em Ação":* Ação realizada em comemoração dos 25 anos do Programa, o concurso foi realizado entre os cozinheiros da rede, onde foram definidos os três cardápios servidos nas comemorações de aniversário do programa, em 12 de



dezembro. *Projeto VivaLeite*: Instituído pelo Decreto nº 44.569, de 22 de dezembro de 1999, o Projeto Estadual do Leite “VivaLeite” tem como finalidade oferecer, de forma gratuita, um complemento alimentar seguro e nutritivo para crianças de até 6 anos em todo o Estado de São Paulo, além de atender idosos da capital e da Região Metropolitana em situação de vulnerabilidade social, especialmente aqueles em extrema pobreza. Cada beneficiário recebe, mensalmente, 15 litros de leite fluído pasteurizado, enriquecido com Ferro, Vitamina A e Vitamina D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências vitamínicas. A presença do projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado, e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região por meio das Entidades Sociais parceiras e Prefeituras conveniadas. Além disso, contribuindo para o escoamento da produção leiteira paulista e para o fomento da agricultura familiar, gerando renda aos pequenos produtores. Todos os beneficiários estão cadastrados no CadÚnico – garantindo o atendimento linear das famílias junto ao Sistema Único de Assistência Social. *Principais Dados 2025*:

Nº de Beneficiários	Litros de leite distribuídos	Convênios e parcerias
167.925 Crianças	43.432.311	643 convênios com municípios
98.138 Idosos	18 Laticínios	1.480 OSCs parceiras
Total 266.063	74 contratos	Total de pontos de distribuição: 5.352

Visitas técnicas realizadas nos pontos de atendimento do Projeto em todo o Estado no ano de 2025

		Nº	Total
Quantidade de visitas realizadas	Técnica entidade/caminhão	6.130	6.153
	Recadastramento	23	

Novos convênios com municípios da Região Metropolitana de São Paulo realizados em 2025

	Total
Novos convênios	36

Prorrogação de convênios com municípios realizados em 2025

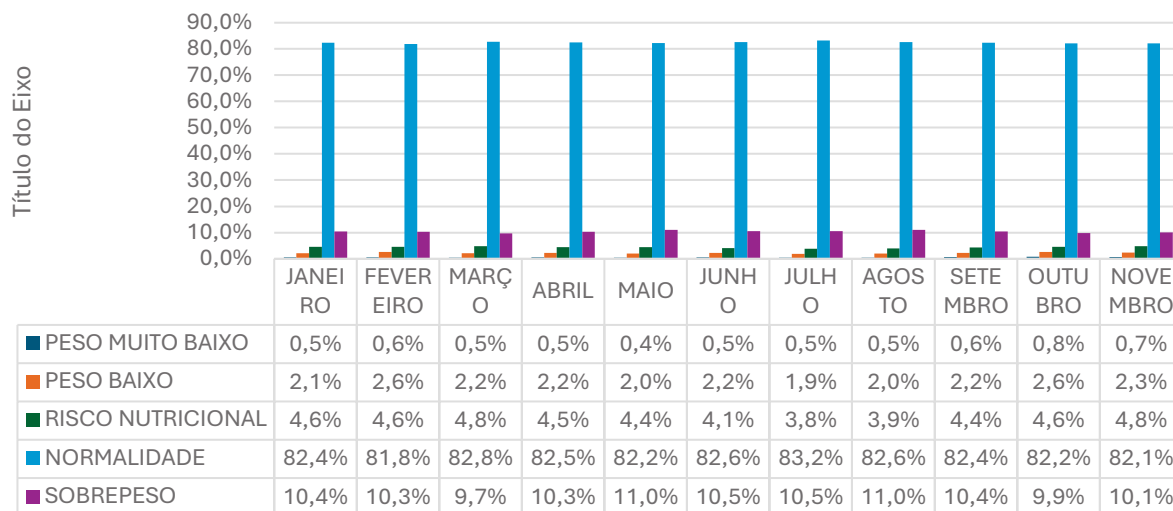
	Total
Prorrogações	607

Antropometria realizada pelos municípios do Interior e litoral com as crianças beneficiárias do Programa em 2025

	Total
Pesagens realizadas	232.185



Dados de Acompanhamento Antropométrico Ano de 2025



Ações 2025 - Reajuste dos contratos com os fornecedores de leite licitados.

		%
Reajuste	Capital e RMSP vencimento mês agosto	5,62
	Capital e RMSP vencimento mês setembro	Não divulgado

Municipalização do Projeto: Em 2025, o Projeto VivaLeite passou pelo processo de municipalização na Região Metropolitana de São Paulo, por meio do qual a gestão do Projeto — como adequada identificação, cadastro, acompanhamento e atendimento dos beneficiários em situação de vulnerabilidade — foi transferida aos municípios, garantindo maior proximidade com a realidade territorial. Apesar da mudança na gestão, todas as demais etapas do projeto, incluindo logística de distribuição, orçamento, monitoramento, fiscalização, controle de qualidade e demais processos operacionais, permanecem integralmente sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Diretoria de Combate à Fome (SEDS/DICOF). Dessa forma, assegura-se a continuidade, segurança e eficiência do projeto em sua totalidade, mantendo a execução alinhada aos padrões técnicos e operacionais estabelecidos pelo Governo do Estado.

Liberação da 2ª criança elegível: Em 2025 foi efetivado a liberação da 2ª criança elegível por família no Projeto VivaLeite, ampliando o alcance da política pública, permitindo que mais crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao leite distribuído pelo Projeto. Com essa atualização, famílias que atendem aos critérios de renda e elegibilidade passaram a poder ser atendidas não apenas uma criança 6 meses a 6 anos, mas também uma segunda criança, desde que ambas estejam dentro da faixa etária e renda previstas. A medida fortalece a proteção social, reduz desigualdades e garante que crianças em uma mesma família tenham acesso simultâneo ao benefício, promovendo maior segurança alimentar e nutricional. Essa ampliação foi acompanhada de ajustes operacionais no sistema do VivaLeite, garantindo transparência, controle e continuidade na qualidade da distribuição.

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS – DCF: A Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF tem como atribuição o planejamento, a execução, o acompanhamento, o gerenciamento e a avaliação dos recursos orçamentários e financeiros e suas aplicações para os diversos programas, projetos e serviços oferecidos pela Pasta. Sua estrutura é composta por



Assessoria Técnica, Coordenadoria de Gestão de Fundos – CGF, Coordenadoria de Gestão Financeira – CGFIN e, Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – GSPOFP. A *Coordenadoria de Gestão de Fundos – CGF* é responsável por providências visando o recebimento de recursos provenientes de Emendas Parlamentares apresentadas por Senadores e Deputados Federais do FNAS para o FEAS. Para tanto, realiza a inclusão de documentos no Portal de Convênios da União e elabora Planos de Trabalho e Termos de Referência, em conjunto com Organizações Sociais e Prefeituras Municipais. Gerencia o Fundo Estadual do Idoso – FEI e o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS. Acompanha a execução orçamentária e financeira dos Fundos, inclusive remanejamentos internos, créditos suplementares, antecipação e contingenciamento de quotas de Fundos, sendo o recurso proveniente da Fonte 003 (Recursos Próprios) ou da Fonte 005 (Recursos da União). Encaminha trimestralmente relatórios orçamentário/financeiro do FEAS ao Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS/SP, elabora prestações de contas/demonstrativos sintéticos dos recursos recebidos do Governo Federal, apresenta na plenária do CONSEAS e, após, envia à União. Conta com a Divisão de Controle de Fundos e a Divisão de Operação de Fundos. A gestão do FEAS merece destaque dentre as atribuições da Diretoria, pois a Política Estadual de Assistência Social se desenvolve por seu intermédio: o repasse Fundo a Fundo, dos recursos financeiros, para o cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, envolvendo os 645 municípios do Estado e as 26 Divisões Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS. A *Coordenadoria de Gestão Financeira – CGFIN* compete a administração dos recursos orçamentários da Administração Superior e da Sede e, dos recursos orçamentários das 26 DRADS, ou seja, acompanhamento da execução financeira da Pasta com recurso do Tesouro e, o acompanhamento da Conta “C”. Gerencia os recursos dos Programas Estaduais de Transferência de Renda, dos contratos da Diretoria de Política sobre Drogas e da Diretoria de Combate à Fome, além dos contratos firmados com o Banco do Brasil. Acompanha a contabilização da Folha de Pagamento de Pessoal de todas as unidades da Secretaria. Participa junto ao GSPOFP do planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação dos recursos orçamentários. A atuação do *Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – GSPOFP* está pautada na gestão do orçamento público da Pasta. Entre suas principais atribuições estão a coordenação das operações do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das emendas e demandas estaduais, o acompanhamento do PMAS junto aos municípios no que compete ao financeiro, a coordenação do processo de elaboração de propostas do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do planejamento e acompanhamento da Lei Orçamentárias Anual – LOA e, as solicitações de adequações orçamentárias no Sistema de Alteração Orçamentária – SAO. A DCF é uma Diretoria eminentemente intersetorial posto que, desenvolve atividades meio que viabilizam as ações das demais Diretorias. No desempenho de suas funções compõe a CIB e participa de reuniões do CONSEAS, mantém estreito relacionamento com a Secretaria da Fazenda e Planejamento e, com a Secretaria Nacional de Assistência Social/Diretoria do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. *Merecem destaques em 2025:* A ação formativa realizada em parceria com Fundo Nacional de Assistência Social, intitulada FNAS pelo Brasil que capacitou 1763 técnicos/contadores e representantes do controle social, dos 645 municípios do Estado. A contratação da ferramenta do Banco do Brasil “BB Ágil” que possibilita abertura automatizada de contas; aplicação automática de recursos; facilita o acompanhamento da execução financeira, o processo de prestação de contas e, o consequente aumento da transparência dos gastos públicos. Revisão ampla do PPA. Organização Orçamentária do novo programa Superação. Classificação Institucional (reorganiza a classificação orçamentária conforme reestruturação organizacional). De-Para das unidades administrativas (conforme classificação organizacional). De-



Para dos programas de trabalho (conforme classificação institucional). Atualização de todos os CNPJs da SEDS. *DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DA*: A Diretoria de Administração planeja, gerencia, coordena e controla as atividades relacionadas à administração da vida funcional dos servidores da Secretaria, gerencia e executar atividade pertinentes à aquisição de bens, contratação de serviços e obras, bem como à gestão de contratos; realiza a gestão administrativa da formalização, do monitoramento e da prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria, garantindo a transparência das informações; planeja, gerencia e executa, em apoio às unidades administrativas da Secretaria, atividades relacionadas à gestão do patrimônio imobiliário, dos bens permanentes, dos materiais de consumo, dos protocolos e dos documentos oficiais; planeja, gerencia e coordena os serviços de transportes motorizados, manutenção e conservação predial, bem como outras atividades auxiliares, orienta e presta apoio técnico às unidades administrativas da Secretaria no processo de informatização, implementação e aprimoramento de sistemas de informação, assegurando a infraestrutura tecnológica necessária, incluindo atualização, manutenção, operação e suporte; mplementa políticas de segurança da informação, em estrita conformidade com as diretrizes pertinentes, identificando necessidades de treinamento e atualização tecnológica; elabora projetos e documentos técnicos relacionados à execução de obras contratadas e/ou financiadas pela Secretaria, em plena observância da viabilidade econômica, da legislação e das normas aplicáveis; vistoria a execução de obras contratadas e/ou financiadas pela Secretaria, elaborando relatórios e laudos técnicos, assegurando o cumprimento dos prazos, dos padrões estabelecidos e da aplicação correta dos recursos e, por fim, XI - auxilia o Subsecretário de Gestão Corporativa na definição dos processos e fluxos de trabalho das atividades relacionadas. *Coordenadoria de Licitações e Contratos*: As atividades realizadas pela Coordenadoria de Licitações e Contratos: 1 Chamamento Público para a Subsecretaria de Gestão Corporativa - Divisão de Contratos: Divisão de Infraestrutura: 2 Contratos e 1 Aditamento; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA: 1 contrato; Diretoria de Combate à Fome - DCOF: 2 contratos e 76 aditamentos; Departamento de Administração - DA: 4 contratos e 1 ata de carona; Seção de Suprimentos e Transporte - SSTRANS: 1 ata de registro de preços com 11 contratos e 1 aditamento; Divisão de Desenvolvimento de Sistema e Manutenção de TI: 1 aditamento; Divisão de Infraestrutura: 2 contratos e 1 aditamento; Escola De Desenvolvimento Social - EDESP: 1 contrato; Diretoria de Recursos Humanos: 1 contrato; Diretoria de Assistência Social: 1 contrato; Divisão de Desenvolvimento de Sistema e Manutenção de TI: 2 contratos; Coordenadoria de Gestão de Fundos: 1 CONTRATO; Coordenadoria De Recursos Humanos e Gestão de Pessoas - CRHGP: 1 contrato e 1 aditamento. Divisão de licitações - Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF - 4 Dispensas de licitação sem disputa; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA – 1 Dispensa de licitação sem disputa; Coordenadoria de Bens, Serviços e TI – 4 Dispensas de licitação sem disputa; Escola de Desenvolvimento Social – EDESP - 1 Dispensa de licitação sem disputa; Diretoria de Assistência Social – DAS - 10 Dispensas por inexigibilidade e 2 Dispensas sem disputa; Coordenadoria de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas - 1 Dispensa sem disputa; Diretoria de Combate a Fome – DICOF - 1 Dispensa por inexigibilidade e 2 Contratações sem disputa; Gabinete – SEDS - 1 Dispensa sem disputa e 2 Dispensas por inexigibilidade; Diretoria de administração – DA - 15 Dispensas sem disputa, 1 Dispensa por inexigibilidade e 2 Dispensas com disputa; Pregões eletrônicos - 20 Pregões. *Coordenadoria de Convênios e Parcerias*: No exercício de 2025 foram supervisionados, analisados e despachados 2.449 processos por esta CCP. *Divisão de Formalização de Convênios e Parcerias*: Totalizando cerca de 1.514 processos analisados no ano de 2025 pela DIVFCP. *Divisão de Prestação de Contas*: No período de janeiro a dezembro do ano de 2025 foram analisados 920 processos pela DIVGCP. *Divisão de Prestação de Contas*: A DIVPC no



exercício de 2025 analisou 801 processos. *Coordenadoria de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – CRHGP*: A Coordenadoria de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas tem a atribuição de facilitar a gestão do capital humano na Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), conduzindo processos relacionados à vida funcional do servidor público, como também à qualidade de vida no trabalho. A atuação da área de Recursos Humanos é fundamental para as instituições, uma vez que busca conciliar os objetivos, as solicitações e as demandas da Gestão e dos Servidores, tomando como base as seguintes frentes: provisão de profissionais; gestão da remuneração e dos benefícios; integração, manutenção e desenvolvimento de pessoas; apoio aos gestores e contribuição para um clima organizacional de bem-estar e positivo. Nesta perspectiva, por meio da interlocução com os dirigentes e servidores, como de parcerias, o RH da Seds viabilizou ações em 2025, as quais destacam-se: Contratação de profissionais com foco no campo de Treinamento e Desenvolvimento; Melhoria no benefício vale-refeição dos servidores; Interlocução com o CIEE, com foco no desenvolvimento dos estagiários; Melhoria no auxílio alimentação dos estagiários; Ações de cidadania e qualidade de vida; Apoio aos gestores na contratação de novos servidores com foco na assertividade do perfil profissional esperado; Estabelecimento de parcerias; proposta de criação de uma sala de descompressão e bem-estar; Criação de um canal de atendimento aos servidores sobre aposentadoria. *Coordenadoria de Articulação Regional – CAR*: A CAR foi instituída por meio da Resolução SEDS nº 29/2025, publicada em julho de 2025, marco que deu início ao processo de estruturação administrativa, definição de atribuições internas e consolidação de seu papel institucional. Sua missão consiste em coordenar e integrar as ações das DRADS; promover coerência técnica e administrativa entre regionais, sede da SEDS e municípios; fortalecer a gestão descentralizada do SUAS no território; e qualificar fluxos operacionais, processos de trabalho e interfaces intersecretariais. Durante seus primeiros seis meses de existência, as prioridades da CAR concentraram-se na organização interna da Coordenadoria, incluindo a estruturação física, administrativa e a distribuição de responsabilidades entre as equipes. Nesse período, iniciou-se a revisão normativa referente às atribuições da CAR, das DRADS, da Seção de Supervisão e Avaliação (SSA) e do Núcleo Administrativo (NUADM), bem como a atualização dos fluxos institucionais de trabalho. Em paralelo, foram desenvolvidas ações de articulação com as DRADS, resultando na realização de seis reuniões macrorregionais com o objetivo de alinhar a reestruturação institucional e pactuar diretrizes para 2026. A reunião conclusiva ocorreu em 10 de dezembro de 2025, com a participação das 26 regionais. A CAR atuou também como apoio administrativo estratégico às áreas finalísticas da SEDS, incluindo gestão de pessoas (CRH), processos administrativos, contratos e licitações (DA), apoio à execução orçamentária (DGF) e subsídios ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). No campo técnico, organizou a agenda integrada de trabalho, em construção de uma metodologia de supervisão, monitoramento e visitas técnicas, e sistematizando as informações referente aos fluxos de acompanhamento de emendas parlamentares e de articulação com as demais diretorias, como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial, CadÚnico, entre outras. As ações desenvolvidas pelas DRADS ao longo de 2025 demonstram o esforço contínuo das regionais na garantia de suporte técnico, vigilância socioassistencial e gestão territorial. No total, foram registrados 321 atendimentos presenciais nas sedes das DRADS, 765 visitas técnicas aos órgãos gestores municipais e 896 reuniões técnicas virtuais, além de atendimentos contínuos por telefone, e-mail e WhatsApp. As supervisões abrangeram CRAS, CREAS, Centros Pop, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), acolhimento institucional e serviços indiretos em parceria com a gestão estadual. As DRADS também monitoraram serviços estaduais de alta complexidade, como residências inclusivas, utilizando instrumentos padronizados e ferramentas como IDCRAS, PMASweb, Sistema MSE Web e



outros. No campo institucional, as regionais participaram de eventos regionais e estaduais, conferências, seminários e ações intersetoriais, fortalecendo a cooperação com órgãos públicos e instituições de ensino, como SENAC, UNESP e EDESP. A formação e capacitação foram destaques em 2025, com percursos formativos promovidos em parceria com o SENAC, além de grupos permanentes de estudos como GECCATS (Franca), GSUAS (Barretos) e CREGEAS (Bauru). As capacitações abrangeram temas como PAIF, PSE, Vigilância Socioassistencial, CadÚnico, PMASweb, gestão financeira e intersetorialidade. Nas DRADS a articulação intersetorial ganhou força ao envolver setores como Saúde, Educação, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos Municipais, ampliando a capacidade de resposta da rede socioassistencial e fortalecendo sistemas locais de proteção social. As ações de vigilância socioassistencial incluíram elaboração de boletins mensais (com destaque para a DRADS Grande São Paulo Leste), apoio à institucionalização da área nos municípios e desenvolvimento de diagnósticos e monitoramentos territoriais. As DRADS estruturaram diferentes modelos de supervisão de acordo com as especificidades territoriais. Franca manteve mais de 15 anos de experiência com grupos permanentes (GECCATS); Barretos fortaleceu a atuação do GSUAS e parcerias acadêmicas; Bauru consolidou o CREGEAS envolvendo 39 municípios; Ribeirão Preto manteve agenda regular de visitas duas vezes por semana; Itapeva estruturou capacitações mensais de CadÚnico; Avaré intensificou o planejamento semanal e grupos de estudo (GECAP). Por outro lado, regionais como Sorocaba, Mogiana, Piracicaba e parte da RMSPP (Oeste e ABC) enfrentaram dificuldades devido à insuficiência de equipes técnicas, o que limitou a capacidade de execução. Ademais, a elevada demanda de solicitações externas do Ministério Público gerou sobreposição entre as funções de supervisão (a cargo das DRADS) e fiscalização (atribuição do MP/NAT), criando ruídos institucionais. Os principais desafios identificados ao longo de 2025 incluem a insuficiência de recursos humanos, especialmente em regionais com quadro técnico reduzido; a sobrecarga causada por demandas externas; e a necessidade de padronização de instrumentos e metodologias de trabalho entre DRADS. A formação permanente, essencial para a qualificação da política, ainda depende fortemente de parcerias externas. Conclui-se que, mesmo com apenas seis meses de estruturação formal, a CAR apresentou avanços significativos no alinhamento regional, na organização de fluxos, na articulação institucional e no fortalecimento das DRADS. O ano de 2025 pode ser caracterizado como um período de fundação, reorganização e pactuação, que estabelece bases sólidas para a qualificação da gestão regional do SUAS no Estado de São Paulo a partir de 2026.



SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA SEDPcD: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo de São Paulo (SEDPcD) foi instituída pela Lei Complementar nº 1.038, de 06 de março de 2008 e tem sua estruturação organizacional regida pelo Decreto nº 69.470, de 10 de abril de 2025. A SEDPcD tem como atribuição exercer ações e atividades que contribuam para a adequada condução das políticas públicas voltadas à plena inclusão e à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias. Entre suas funções principais, destaca-se assegurar o acesso à educação, saúde, esporte, cultura, trabalho, transporte e à acessibilidade a bens, estruturas e serviços oferecidos pela sociedade. Estas garantias buscam contemplar a população com deficiência que segundo o censo do IBGE 2022: *DADOS SOBRE A POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA (CENSO IBGE 2022) - Quadro – Pessoas com Deficiência: números absolutos e percentuais:* Localidade Nº de pessoas com deficiência % da população local*: Brasil 14.400.869 pessoas 7,5%; Região Sudeste 5.657.781 pessoas 6,6%; Estado de São Paulo 2.755.978 pessoas 6,0%; São Paulo (capital) 719.261 pessoas 6,0% *Percentuais calculados com base na população total do Censo IBGE 2022. *Fonte: CENSO IBGE, 2025.* Em âmbito global, as pessoas com deficiência apresentam piores indicadores de saúde, menores níveis de escolaridade, menor participação econômica e maiores taxas de pobreza quando comparadas às pessoas sem deficiência. Esses desafios decorrem, em grande medida, das barreiras encontradas no acesso a serviços básicos e essenciais, como saúde, educação, emprego, transporte e informação. Superar essas barreiras é fundamental para garantir o exercício pleno dos direitos sociais e promover a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2006, também trouxe uma mudança importante: ela explica que a deficiência não é apenas uma limitação do corpo, mas o resultado da interação entre as características da pessoa e o ambiente onde ela vive. Ou seja, quando a sociedade não é acessível, a deficiência se torna uma barreira maior. Desta forma, além das ações finalísticas próprias, conforme critérios próprios de necessidade pública e viabilidade administrativa cabe à SEDPcD a promoção e implantação de um conjunto de ações, serviços e programas em diferentes áreas, inclusive em regime de cooperação com as demais secretarias de Estado e outros órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, além de entidades sociais, instituições públicas ou privadas, ligadas à causa da pessoa com deficiência, com o objetivo de promover a plena inclusão social de milhões de pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo. **CONTEXTO DO TRABALHO:** Os principais objetivos dos programas e ações da SEDPcD, no ano de 2025, continuaram visando que as pessoas com deficiência tivessem seus direitos assegurados por meio de políticas públicas finalísticas próprias e da articulação de ações intersetoriais e descentralizadas em parceria com outros órgãos governamentais e não governamentais, com destaque para a interlocução com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Social, da Justiça e Cidadania, de Esportes, da Cultura, Economia e Indústria Criativas, da Educação, da Saúde e da Segurança Pública. Importante destacar que a Pasta manteve um trabalho planejado na área de comunicação, com o intuito de estimular o contínuo respeito aos direitos das pessoas com deficiência, ampliar o debate, trazer à tona questões relevantes para este segmento da população, divulgar informações de utilidade pública e temas que fazem parte na agenda nacional. A SEDPcD desempenhou com eficiência sua missão institucional de atuar em prol dos direitos da pessoa com deficiência, sensibilizar a sociedade e articular programas e ações de maneira a ampliar e qualificar as condições acessibilidade e inclusão no Estado de São Paulo. **PROGRAMAS, SERVIÇOS E AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2025 - OBSERVATÓRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:** O Observatório dos Direitos da Pessoa com Deficiência é uma plataforma criada



pela SEDPcD, em parceria com a Fundação Seade, que reúne dados sobre a pessoa com deficiência organizados em temas como população, emprego, educação, vulnerabilidade social, esporte, entre outros. Um dos objetivos desta ferramenta é ser um instrumento para a indução e direcionamento de políticas públicas, um ponto de partida para a construção de novas ações inclusivas em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo. Para tanto, esta plataforma disponibiliza dados organizados e integrados sobre as pessoas com deficiência em todo o território paulista, transformando-os em informações úteis para a tomada de decisões. O Observatório também tem como objetivo ser fonte de estudos para os pesquisadores e profissionais interessados no tema, além de ser um instrumento de monitoramento do progresso das políticas relacionadas à deficiência e à implementação da convenção internacional dos direitos da pessoa com deficiência. Acesse no link: <https://observatoriodeficiencia.sp.gov.br/> - **PARCEIROS DE EXECUÇÃO: FUNDAÇÃO SEADE - CENTRO DE APOIO TÉCNICO ÀS DELEGACIAS DE POLÍCIA:** Os Centros de Apoio Técnico às Delegacias de Polícia (CAT) têm como finalidade oferecer, além do atendimento especializado na esfera policial, um suporte assistencial integrado à rede pública de serviços. A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria da Segurança Pública. Até o momento, a SEDPcD tem em execução cinco Centros de Apoio Técnico no Estado de São Paulo, instalados na capital, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Guarulhos. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria da Segurança Pública (SSP) e Instituto Jô Clemente (IJC). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** O número de atendimentos realizados no ano de 2025 totalizam 4.078 atendimentos. **PROGRAMA MEU EMPREGO INCLUSIVO:** O Programa Meu Emprego Inclusivo (PEI) tem como objetivo promover a inclusão, permanência e desenvolvimento profissional de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio da metodologia do Emprego Apoiado. Conta com equipes especializadas voltadas à inclusão, permanência e desenvolvimento profissional do candidato com deficiência, em idade economicamente ativa, no mercado de trabalho. Além disso, oferece suporte às equipes das áreas de Recursos Humanos das empresas com a finalidade de sensibilizar, conscientizar e vencer barreiras em relação às habilidades e o desempenho profissional de pessoas com deficiência. O Programa Meu Emprego Inclusivo conta atualmente com 17 (dezessete) unidades estrategicamente localizadas de forma a estar presente em todas as regiões administrativas, formando assim uma rede de atendimento que abrange 65 (sessenta e cinco) municípios. De maneira complementar as equipes dos PEI estão disponíveis para apoiar os 200 (duzentos) Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs). Como parte da execução do programa no sentido de enfrentamento das barreiras atitudinais e superação dos desafios capacitistas, o Programa realizou 43.310 participações em ações para o emprego apoiado. Tais ações envolvem feirão de empregos, rodas de conversa, encontros, elaboração de curriculum, palestras nas empresas, conselhos, entidades, associações, igrejas sobre ambientação no trabalho, direitos e inclusão, oficinas de seleção e montagem de curriculum. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL); Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA); Associação Síndrome de Down de Ribeirão Preto (RibDown) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Preto (APAE Rio Preto). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Até novembro de 2025, foram realizados 22 (vinte e dois) Mutirões de Laudos Caracterizadores em municípios paulistas com a emissão de 520 laudos para o mercado de trabalho. No ano de 2025, nas 17 (dezessete) unidades do PEI foram atendidos 4.042 candidatos com deficiência e realizados 6.480 encaminhamentos (desses candidatos) para as empresas parceiras do Programa, sendo que 868 contratações foram concretizadas. **CENTROS DE INFORMAÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:** Os Centros de Informação à Pessoa com Deficiência têm como finalidade oferecer informações de utilidade pública à pessoa com deficiência por meio de três espaços localizados nas estações Tatuapé (linha Vermelha), Palmeiras-



Barra Funda (linha Vermelha) e Santa Cruz (linha Lilás). Nesses Centros são oferecidos serviços de intérpretes de libras, pequenos consertos em cadeiras de rodas e bengalas e recebimento de currículos para encaminhamento ao Programa de Empregabilidade Inclusiva (PEI). Neste ano de 2025 foram instaladas Salas de Acomodação Sensorial nas 3 (três) unidades. Trata-se de espaço estruturado para acolher pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que exigem regulação sensorial. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM); Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ); ViaMobilidade; e Instituto de Tecnologia Social (ITS BRASIL). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** As demandas apresentadas pelo público são amplas e refletem necessidades relacionadas à mobilidade, acesso a benefícios, empregabilidade, documentação, direitos sociais e serviços voltados à autonomia da pessoa com deficiência. No ano de 2025, até novembro, os resultados obtidos foram os seguintes: Resultados de Atendimento:

Indicador	Resultado (janeiro - novembro)
Total de atendimentos realizados	3.515
Centro Barra Funda	44,8% dos atendimentos
Centro Tatuapé	22,8% dos atendimentos
Centro Santa Cruz	23,4% dos atendimentos
Atendimentos presenciais (eventos externos)	9%
Atendimentos presenciais (nas unidades)	85,6%
Atendimentos via WhatsApp	5,4%
Serviços mais procurados	Manutenção de cadeiras de rodas e bengalas

TODAS IN REDE: O Programa Todas In-Rede retrata uma iniciativa que tem como propósito fortalecer a voz das mulheres com deficiência, promovendo seu empoderamento e ampliando sua autonomia. Um dos principais destaques da iniciativa foi a criação de uma Rede Virtual de Mulheres com Deficiência do Estado de São Paulo, estabelecida como um canal ativo de comunicação para divulgação de eventos, cursos, campanhas educativas e para o diálogo direto com as mulheres inscritas. Em 2025, o Programa Todas In-Rede passou por uma atualização significativa, com a inclusão de um segundo módulo no curso de *Liderança e Empoderamento Feminino*. Este novo módulo aborda temas essenciais, como prevenção à violência, elaboração do primeiro currículo, postura em uma primeira entrevista de emprego, entre outros conteúdos voltados ao desenvolvimento pessoal e profissional das participantes. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP), SEBRAE SP, Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais (AME). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Em 2025, 19 (dezenove) municípios aderiram ao Programa, assinando o Protocolo de Intenções e comprometendo-se a implementar as ações previstas, mobilizar a rede de proteção local e engajar mulheres com deficiência. Adesões dos seguintes municípios: Amparo, Cajuru, Campos do Jordão, Cruzeiro, Elias Fausto, Ibiúna, Iguape, Itapetininga, Itu, Jaboticabal, Mauá, Mogi Mirim, Paulínia, Salto, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, Socorro, Suzano e Ribeirão Pires. Com essas novas adesões, o Programa passou a contar com 101 (cento e um) municípios parceiros no Estado de São Paulo. **SURDOCEGUEIRA E DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA:** O programa é destinado às pessoas com surdocegueira e deficiência múltipla sensorial, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, resgate da autoestima, qualificação e requalificação profissional, através de oficinas culturais, de autonomia e sociais, para comunicação, leitura, escrita, atividade física e profissionalizante, com finalidade de promover a capacitação e o desenvolvimento dos participantes. O objetivo principal do programa é estimular e facilitar a inserção das pessoas com



surdocegueira no mercado de trabalho, fortalecendo sua autonomia e independência financeira. O atendimento é realizado por meio de oficinas presenciais que envolvem culinária, padaria, artes em geral, artes em mosaico, artes em papel, atividades físicas, comunicação, patchwork e mova. Essas oficinas possibilitam ao participante ampliar a interação, comunicação, autoestima e promovem geração de renda. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** no período de janeiro a novembro de 2025, participaram das oficinas e cursos 1.325 pessoas. **PLANO ESTADUAL INTEGRADO PARA PESSOAS COM TEA – PEIPTEA:** O Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autista (PEIPTEA), instituído pelo Decreto 67.634/2023, estabelece um conjunto coordenado de políticas públicas para articular e ampliar os serviços de atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Estado de São Paulo, com base na cultura da inclusão, da participação e da convivência. Por meio da cooperação entre secretarias estaduais de Saúde, Educação, Direitos da Pessoa com Deficiência e Desenvolvimento Social, o plano prevê responsabilidades para cada uma das Pastas, competindo à esta SEDPcD a oferta de capacitação, acessibilidade, identificação por meio da emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (CIPTEA) e realização de iniciativas voltadas à inclusão social e laboral, com o objetivo de garantir direitos, promover autonomia e ampliar a qualidade de vida das pessoas com TEA em todo o território paulista. **CIPTEA:** A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) é um documento oficial emitido pela SEDPcD, desenvolvido pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), que facilita a identificação da pessoa com TEA nos serviços públicos e privados em todo o território paulista. A criação da CIPTEA atende a normas da Lei Federal 13.977/2020 e da Lei Estadual 17.651/2023, promulgada pelo Governo de São Paulo. O serviço é oferecido por meio do ciptea.sp.gov.br ou presencialmente em 27 (vinte e sete) unidades do Poupatempo. Para solicitar o documento, é necessário que o cidadão apresente o laudo médico que comprove o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e documentos pessoais do responsável e do beneficiário. Ressalta-se, ainda, que esta política pública executada pela SEDPcD também emitiu 108.846 Identificações Veiculares para pessoas com deficiência, sendo 48.294 no ano de 2025. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** A Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), a PRODESP e as unidades do Poupatempo. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Foram emitidas 139.119 Carteiras de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista até novembro de 2025. Vale destacar que, desse total, 49.594 carteiras foram emitidas em 2025. **CENTRO TEA E CENTRO DE CIDADANIA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA:** Em 2024, a SEDPcD publicou Edital de Chamamento Público para a gestão do Centro TEA Paulista e do Centro de Cidadania para a Pessoa com Deficiência, resultando na seleção e contratação da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (AGIR Saúde). O Centro TEA Paulista e Centro de Cidadania foram concebidos para ser um equipamento público de acolhimento, orientações e esclarecimentos jurídicos, psicológicos, pedagógicos e sociais, tratamento de todos os aspectos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, além de espaço de formação profissional, de suporte à gestão pública municipal e espaço de pesquisa. Inaugurado em 4 de junho de 2025, o Centro TEA Paulista e Centro de Cidadania oferecem oficinas de arte terapia, oficinas culturais e educativas, jardim sensorial, salas de acomodação sensorial, biblioteca, auditório, quadra poliesportiva. O equipamento público está localizado na rua Galileo Emendabili, Jardim Humaitá, município de São Paulo/SP. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde (AGIR Saúde) e o Comitê Gestor do Plano Estadual Integrado para Pessoas com TEA (PEIPTEA), composto pela SEDPcD, Secretarias de Estado da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e sociedade civil. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** Foram realizados 3.297 atendimentos no Centro TEA Paulista e 306 no Centro de Cidadania. Tais atendimentos são realizados por equipes multidisciplinares compostas por advogadas, psicólogas, assistentes sociais e pedagogas. Ambos os Centros promoveram cursos de



formação em temas variados para 16 turmas, com um total de 654 participantes. Destaca-se ainda que o Centro TEA Paulista recebeu a visita de 132 municípios paulistas e 10 municípios de outros estados, dentre eles, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Pernambuco. *SELO AMIGO DA PESSOA COM TEA*: A inédito programa denominado “Selo Amigo da Pessoa com TEA” teve por objetivo reconhecer e valorizar boas práticas de inclusão e promoção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) realizadas por instituições públicas, municipais e estaduais, privadas, de todos e portes e setores, além do terceiro setor, incentivando e fomentando assim o pleno exercício da cidadania. *RESULTADOS ALCANÇADOS*: Após análise do Comitê Gestor do PEIPTEA, foram contempladas com o “Selo Amigo da Pessoa com TEA” 112 iniciativas de um total de 115 inscritas, envolvendo 62 municípios. *EQUOTERAPIA INCLUSIVA*: A SEDPCD oferece no Parque da Água Branca, na cidade de São Paulo, programa dedicado à equitação adaptada para pessoas com deficiência. Trata-se de uma atividade que proporciona socialização, autoconfiança, melhora do equilíbrio, da força muscular e da coordenação motora aos participantes, ao promover uma abordagem multidisciplinar por meios de seus estímulos sensorio-motores. Ao montar e desenvolver atividades com o animal, a pessoa com deficiência se beneficia do movimento ritmado, além de ser extremamente eficaz por ocorrer num ambiente não clínico e em contato com um animal de grande porte. O programa é voltado a crianças e jovens com deficiência que, após avaliação inicial, realizam o acompanhamento por até 1 ano. *PARCEIROS DE EXECUÇÃO*: Associação de Equoterapia Educacional Texas Ranch. *RESULTADOS ALCANÇADOS*: Até novembro de 2025, foram atendidas 200 crianças e o Programa contabilizou 3.900 atendimentos. Houve ampliação dos recursos destinados ao Programa o que possibilitou o aumento da capacidade de atendimento simultâneo de 80 para 130 vagas, um crescimento de 62,5%. Em 2025 o Programa iniciou atendimento no município de Santo André, por meio de parceria com instituições da região e recursos oriundos de emendas parlamentares. Assim foram abertas 28 vagas em parceria com duas instituições da cidade. Com o objetivo de expandir o Programa para outras regiões do Estado, a SEDPCD publicou Edital de Credenciamento para que instituições e entidades de todo o Estado de São Paulo se habilitem a serem parceiros do programa de Equoterapia Inclusiva. *PARADESPORTO - CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO*: O Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro (CTPB) está localizado no Parque Fontes do Ipiranga e é equipamento paradesportivo referência internacional. Atualmente, 17 modalidades são desenvolvidas no CTPB, sendo elas: atletismo, badminton, basquete em cadeira, bocha, esgrima em cadeira, futebol de cegos, goalball, halterofilismo, judô, natação, rugby em cadeira, taekwondo, tênis de mesa, tênis em cadeira, tiro com arco, triatlo e voleibol sentado. O CTPB dispõe de área residencial, alojamentos com capacidade para 300 leitos que atende profissionais da área, de federações, confederações e clubes em período de competições e treinamentos, possuindo, ainda, refeitório, lavanderia e setor administrativo composto por salas, auditórios e espaços de apoio. Com o objetivo de sediar grandes eventos e competições paradesportivas e multiesportivas, o CTPB acolhe programas de desenvolvimento de iniciação esportiva ao alto rendimento, além de cursos, congressos, seminários, palestras e workshops em seus auditórios. *PARCEIROS DE EXECUÇÃO*: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). *RESULTADOS ALCANÇADOS*: De janeiro a novembro de 2025, foram obtidos os seguintes resultados: 23.793 participações de Atletas em competições; 6.629 participações Técnica em competições; 14.879 participações de Atletas em treinamentos; 1.166 participações Técnica em Treinamentos; 2.184 participações de Atletas em eventos e cursos; 2.891 participações de Pessoas sem deficiência em eventos e cursos; e 9.680 visitas monitoradas. *TIME SÃO PAULO PARALÍMPICO*: Trata-se de programa de fomento, desenvolvimento e incentivo ao esporte paralímpico de alto rendimento para paratletas do Estado de São Paulo, através de transferência de recursos financeiros



mediante bolsas aos paratletas. Os atletas participaram de 87 competições Internacionais e 120 nacionais, sendo 10 Mundiais e 1 Jogos Parapan-Americanos de Juventude. Nestas competições, até o mês de outubro, foram conquistadas pelo Time São Paulo Paralímpico 742 medalhas, sendo 515 de ouro; 136 de prata e 91 de bronze. **OBJETIVO:** Apoiar paratletas vinculados a clubes e entidades esportivas do Estado de São Paulo, em modalidades individuais e coletivas, de maneira que possam construir e fortalecer carreiras paradesportivas cenário esportivo nacional e internacional. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** A equipe atual do Time São Paulo conta com 154 atletas, nas modalidades do atletismo (54 atletas), parabadminton (1 atletas), bocha (4 atletas), paracanoagem (3 atletas), ciclismo-roand (3 atletas), esgrima em cadeira de rodas (1 atleta), goalball (10 atletas), halterofilismo (12 atletas), judô (5 atletas), natação (25 atletas), neve (3 atletas), remo (3 atleta), taekwondo (2 atleta), tênis de mesa (12 atletas), tiro esportivo (1 atleta), triatlo (2 atletas) e voleibol ventado (13 atletas). **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARALÍMPICO:** Trata-se de uma parceria com a Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo que visa fomentar o esporte paralímpico através da capacitação técnica de profissionais de educação física. O programa tem como foco profissionais da rede pública, privada, de entidades e clubes, além de alunos de graduação do último ano de educação física e educadores que trabalham com práticas esportivas. Com o objetivo de desenvolver capacitação teórica e prática, as aulas têm por objetivo desenvolver conceitos e técnicas, fundamentos básicos e adaptações necessárias ao processo educativo-esportivo em modalidades esportivas individuais e coletivas. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria de Estado de Esportes. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** No ano de 2025 foram capacitados 4.415 profissionais. **JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO – JEESP:** Os Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP), realizado entre 1º e 31 de marco, teve por objetivo promover, por meio da prática paradesportiva, a integração e o intercâmbio entre os estudantes das unidades escolares de Ensino Fundamental e Médio das redes pública estadual e municipal, e particular, bem como das Escolas Técnicas Estaduais e Federais do Estado de São Paulo. O JEESP proporciona a descoberta de talentos esportivos que poderão compor a delegação do Estado de São Paulo na etapa nacional das Paralimpíadas Escolares, e ainda, participar do Programa Bolsa Talento Esportivo. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado de Esporte. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** 1010 alunos inscritos, 228 professores e staffs nas 14 modalidades paraolímpicas. **PARALIMPÍADAS ESCOLARES:** As Paralimpíadas Escolares têm como objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional utilizando o esporte como uma ferramenta de integração, desenvolvimento e promoção de cidadania, além de oportunizar o desenvolvimento de atletas paralímpicos, através da identificação e estímulo de talentos, proporcionando um ambiente propício para o surgimento de destaques nas modalidades paralímpicas. **PARCEIROS DE EXECUÇÃO:** Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Esporte e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** O Estado de São Paulo conquistou o título de campeão das Paralimpíadas Escolares pela 13ª vez. A competição contou com 2.056 atletas com deficiência em idade escolar dos 26 estados Brasileiros e do Distrito Federal, em 15 modalidades. A delegação de São Paulo contou com 414 estudantes inscritos, sendo: 316 alunos em 15 modalidades e 98 professores. Na edição de 2025, o Estado de São Paulo conquistou o título de primeira colocada na classificação geral com 725 pontos. Em segundo lugar ficou a delegação do Estado de Minas Gerais com 336 pontos e em terceiro o Estado de Santa Catarina com 330 pontos. **JOGOS PARALIMPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PARESP:** O PARESP é uma iniciativa que busca fomentar a prática esportiva adaptada, promovendo a inclusão social e esportiva de pessoas com deficiência em todo o estado. A competição é composta por seletivas regionais classificatórias,



culminando em uma grande final estadual que reúne os melhores atletas de cada etapa. A edição de 2025 contou com a inscrição de atletas em cinco modalidades paralímpicas: Natação, Atletismo, Vôlei Sentado, Halterofilismo e Rugby em Cadeira de Rodas. Essa política pública tem como objetivo favorecer o desenvolvimento da prática esportiva adaptada nos municípios do Estado de São Paulo, promovendo a inclusão social e esportiva de pessoas com deficiência por meio de seletivas regionais classificatórias que culminam em uma final estadual com os melhores classificados de cada etapa.

PARCEIROS DE EXECUÇÃO: Secretaria de Estado de Esportes. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** 1.938 inscrições e 5 etapas regionais.

SÃO PAULO SÃO LIBRAS: O São Paulo São Libras é um programa que oferece atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras) a pessoas surdas em equipamentos públicos que prestam serviços à população. O programa permite que servidores acionem intérpretes de Libras por meio de videochamadas a fim de facilitar a comunicação e o atendimento das pessoas com deficiência auditiva. A Central de Interpretação de Libras já está oferecendo suporte a diversos órgãos públicos, tais como Delegacias, Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs), Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), Unidades do Poupatempo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A iniciativa também esteve presente nos dois turnos das eleições municipais do estado, após acordo firmado entre a SEDPcDe o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP).

PARCEIROS DE EXECUÇÃO: Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Educação, Ministério Público do Trabalho, Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, Tribunal Regional Eleitoral, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, InCor – Instituto do Coração e Secretaria da Fazenda. Em tramitação final, em fase de ajustes, firmaremos acordo com o Metrô-SP e com o DETRAN. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** O programa São Paulo São Libras alcançou 9.957 atendidos, totalizando 600 horas. A central de Libras está disponível para toda população do Estado por meio do aplicativo POUPATEMPO, e para todos os servidores públicos do Estado por meio do aplicativo SOU.SP.

MUSEU DA INCLUSÃO: O Museu da Inclusão é um equipamento cultural da SEDPcD cujo objetivo é a implementação e o desenvolvimento de uma política de memória da evolução dos direitos das pessoas com deficiência. O intuito é, primordialmente, valorizar a inclusão e a acessibilidade de todas as pessoas às artes, história e conquistas das pessoas com deficiência, proporcionando aos visitantes do Museu a aproximação com tais temas, mediante abordagem cultural e histórica na superação de barreiras pleno exercício da cidadania. Ações educativas são realizadas pelo Museu da Inclusão, tais como: organização e disponibilização de acesso ao acervo documental histórico, realização de eventos de debates, manifestações artísticas, culturais e acadêmicas e o desenvolvimento de exposições museológicas com o objetivo de comunicar aspectos gerais e específicos ligados ao universo e à história da deficiência. Destacam-se as exposições temporárias realizadas no ano de 2025, quais foram: *“Raízes da Inclusão”*, tocada em afeto e arte inclusiva; *“Arte Sacra – Pra Ver e Sentir”*, exposição tátil com réplicas de obras de arte sacra que permitiram o tato para pessoas com deficiência visual; *“Osmar Santos – do Rádio às Telas”* em homenagem ao radialista e locutor e; *“CPB 30 anos – o Brasil que inspira o mundo”* que celebrou os 30 anos do Comitê Paraolímpico Brasileiro e seus resultados positivos que elevaram o esporte paralímpico brasileiro no cenário internacional.

PARCEIROS DE EXECUÇÃO: A programação e execução foi desenvolvida pela equipe da SEDPcD. Colaborou o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (CTPB). **RESULTADOS ALCANÇADOS:** No período de janeiro a novembro de 2025, o Museu recebeu 3.547 mil visitas (espontâneas e agendadas).

SEMANA DE LUTA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A SEDPcD promoveu, pelo terceiro ano consecutivo, em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, dia 21 de setembro, a Semana de Luta da Pessoa com Deficiência. Em 2025, programação ocorreu entre os dias 22 e 30 de setembro e celebrou também outras datas importantes: 22 de setembro, Dia Nacional do Atleta Paralímpico; 26



de setembro, Dia Nacional do Surdo; 30 de setembro, Dia Internacional do Tradutor e Intérprete (incluindo LIBRAS). PARCEIROS DE ECXECUÇÃO: O Conselho Estadual dos Assuntos da Pessoa com Deficiência (CEAPCD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). RESULTADOS ALCANÇADOS: Participaram 660 pessoas das atividades, ações e iniciativas. *VIRADA INCLUSIVA*: A Virada Inclusiva é uma política pública da SEDPCD que incentiva a participação de pessoas com e sem deficiência, juntas, em ações inclusivas e acessíveis. A iniciativa oferece uma programação diversificada, juntamente com a sociedade civil, associações ligadas às pessoas com deficiência e poder público, buscando uma sociedade inclusiva para todos. Com uma ampla rede de parceiros e colaboradores voluntários dos mais diversos setores, realizam inúmeras atividades culturais, esportivas e de lazer, criando uma ampla programação acessível. Em 2025, a Virada Inclusiva aconteceu de 1 a 7 de dezembro em todo o Estado de São Paulo. Com o tema “10 anos de LBI – Direito de ser, viver e protagonizar”, a programação foi composta por uma extensa grade acessível de atividades culturais, esportivas, de reflexão e de lazer. PARCEIROS DE EXECUÇÃO: Em 2025, a SEDPCD ampliou a parceria com o SESC/SP, por meio da assinatura do Termo de Cooperação nº 002/2025 que tem como objetivo conjugar esforços para integrar as unidades do SESC/SP e a programação da Virada Inclusiva. A parceria resultou em 123 atividades, além da realização conjunta de show de encerramento da Virada Inclusiva 2025 com vasta programação protagonizada por pessoas com deficiência, ocorrida no dia 7 de dezembro na Unidade do SESC Vila Mariana. Outra tradicional parceira do programa é a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo na produção de atividades acessíveis em seus equipamentos – museus, teatros, fábricas de cultura entre outros – ao longo do período da Virada, com um total de 62 atividades programadas. A Fundação Florestal também participou de mais uma edição da Virada Inclusiva, oferecendo trilhas acessíveis em diversas Unidades de Conservação nos 23 Parques Estaduais. A Secretaria de Estado da Educação mais uma vez esteve presente na Virada Inclusiva. Em 2025, 255 Unidades Regionais de Ensino se inscreveram para participar da Virada. Após seleção realizada pela SEDUC, foram indicadas 60 ações promovidas pela rede estadual de ensino para comporem a grade da Virada Inclusiva 2025. As Universidades Paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), pelo terceiro ano consecutivo, promoveram ações voltadas para a reflexão de direitos e difusão dos trabalhos executados em prol dos direitos de pessoas com deficiência, totalizando 16 atividades em diferentes unidades. Ainda, com o intuito de ampliar a participação na Virada Inclusiva 2025, em agosto, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência abriu chamamento público para prefeituras, entidades e associações interessadas em se cadastrarem e proporem/promoverem ações durante o período da Virada, e outro para artistas interessados em proporem atividades para o programa. Ao todo foram recebidas 45 inscrições de municípios, com a proposta de realização de 170 atividades e o cadastro de 49 artistas, sendo selecionados 15 projetos, totalizando 24 apresentações. A Virada trouxe novos parceiros como o Itaú Cultural, a Japan House SP, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), a Associação Paulista de Supermercados (APAS) e a Federação Paulista de Futebol (FPF) que somaram esforços com parceiros como O Sesi/SENAI-SP, promovendo atividades ao longo da semana. RESULTADOS ALCANÇADOS: No período de 1 a 7 de dezembro de 2025, a edição de 2025 bateu recorde de atividades com 486 atividades realizadas em todo o Estado de São Paulo. *ESCOLA DA INCLUSÃO*: A Escola da Inclusão, criada pelo Decreto nº 69.470, de 10 de abril de 2025, tem por finalidade promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento, treinamentos e capacitações, colaborando com a implementação de políticas públicas inclusivas e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Sua missão é proporcionar um ambiente educacional acessível e acolhedor para a capacitação das



pessoas com e sem deficiência, para a sensibilização da sociedade e formação profissionais comprometidos com a inclusão, visando o empoderamento de cidadãos para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades, promovendo a igualdade e a acessibilidade em todos os aspectos da vida. A Escola da Inclusão foi responsável por trazer para dentro de sua estrutura um Polo Univesp Inclusivo, proporcionando acesso ao ensino superior com o primeiro polo inclusivo do Estado de São Paulo, sendo um marco no fortalecimento da acessibilidade e da educação pública de qualidade.

AÇÕES DA ESCOLA DA INCLUSÃO 2025: Cursos: Introdução à Libras; Braille; Linha Braille; e Manutenção Máquina de Braille. Atendimentos: 28.259 pessoas. Pílulas da Inclusão: TEA no Ensino Fundamental e médio; e TEA no Ensino Superior Direitos, benefícios e orientações básicas da pessoa com deficiência e violência contra pessoas com deficiência. Atendimentos: 1.323 visualizações. Videoteca da Inclusão: Produção de 03 playlists com 02 lançamento até novembro/25. Destaque para Moda Inclusiva e Digitavox USP. Atendimentos: 1.067 pessoas alcançadas. Formações Temáticas: Temática da Pessoa com Deficiência: Atendimentos: 770 pessoas; Capacitação de metroviários sobre a comunicação com passageiros surdos. Atendimentos: 186 pessoas. Guias e Cartilhas: Distribuição de guias e cartilhas em universidades e ao público interessado em formato físico e digital. Atendimentos: 4.000 exemplares distribuídos. Polo Univesp Inclusivo. 09 cursos ativos. Atendimentos: 30 alunos.

PESQUISA E INOVAÇÃO - ÁREA CIENTÍFICA – Centros de Estudos: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência desenvolve um amplo conjunto de ações voltadas à pesquisa, inovação e tecnologia assistiva, articulando governo, universidades e sociedade civil. Entre as iniciativas, destacam-se o Protocolo de Intenções com USP, UNICAMP, UNESP, UNIVESP, IPT e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como com a FAPESP, voltado à geração de conhecimento e criação de Centros de Ciência para o Desenvolvimento, visando ao desenvolvimento de tecnologia assistiva e de inteligência artificial em prol das pessoas com deficiência.

PROJETOS APROVADOS 2025 - PROJETO: Centro de Pesquisa e Orientações sobre Deficiência Visual (CPODV) – USP. Ações: Mapeamento das necessidades da população com deficiência visual; Criação de observatório da deficiência visual; Desenvolvimento de recursos táteis para educação e cultura; e Tecnologias para aumentar a autonomia na vida diária.

PROJETO: Plataforma Aberta de Jogos Adaptativos para Educação Inclusiva – USP. Ações: Plataforma digital com jogos educacionais adaptativos para estudantes com TEA; Foco em alunos do 1º ao 5º ano da rede pública; Uso de inteligência artificial (IA) para adaptar os jogos ao perfil de cada aluno; e Abordagem integrada: competências cognitivas, emocionais, sociais e práticas.

PROJETO: Centro Multiprofissional de Estudos Paraolímpicos e Paradesportivo. Ações: Parceria entre USP, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, CPB e SEDPCD; Rede de pesquisadores para fomentar o paradesporto; Atuação em contextos de saúde, educação e alto rendimento; e Fortalecimento da posição de SP e Brasil no esporte paraolímpico.

PROJETO: Centro de Tecnologia Assistiva e Inclusão Escolar (CTAIE) - UNIFESP. Ações: Mapeamento de demandas de estudantes com deficiência na rede pública; Uso de IA e manufatura aditiva (impressão 3D) para criar soluções personalizadas; Formação continuada de professores para uso de tecnologias assistivas; e Foco na inclusão, equidade e desenvolvimento educacional.

ÁREA ACADÊMICA - Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão: A Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão foi implantada pela SEDPCD em parceria com a USP, UNICAMP, UNESP E UNIVESP com o objetivo aplicar conceitos relativos à demanda PcD através do ensino de conceitos de acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal, capacitismo e outros conforme grade curricular elaborada pelos profissionais de educação que compõe as mencionadas universidades mediante a participação da SEDPCD. A nova disciplina paulista visa assegurar o acesso de acadêmicos aos conceitos relativos à questão PcD para contribuir à formação dos futuros profissionais das diversas áreas porquanto a disciplina em questão não é dirigida apenas à determinada área ou curso superior; além disso cumpre



ressaltar que se trata de disciplina facultativa. Com a implementação da Disciplina Paulista de Acessibilidade e Inclusão, em 2025 as universidades públicas paulistas formaram 20 mil estudantes com aprendizado das matérias abordadas na disciplina universitária idealizada e criada pela SEDPCD.

ÁREA CULTURAL – Moda Inclusiva: O Concurso Moda Inclusiva, que fomenta a criação de vestuário acessível e mobiliza estudantes e profissionais da moda, tem como objetivo incentivar a criação de vestuário inclusivo, promovendo acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que busca sensibilizar a sociedade e a indústria da moda sobre a importância de atender a esse público. O projeto estimula o desenvolvimento de roupas adaptadas, fortalecendo uma moda mais acessível, funcional e alinhada à diversidade. Na edição 2025, houve ampla participação de estudantes, estilistas e profissionais da área: foram inscritos 99 projetos no Edital do Concurso de Moda Inclusiva, dos quais 20 finalistas foram selecionados para apresentar suas criações em um desfile realizado na Pinacoteca do Estado de São Paulo com público estimado de 250 pessoas no dia da premiação. Alcance institucional: ONGs de Moda: 55 atendidas presencialmente; 255 atendidas por outros meios; Empresas: 15 atendidas presencialmente; 201 atendidas por outros meios; Escolas SENAI: 11 atendidas presencialmente; 107 atendidas por outros meios; Faculdades: 12 atendidas presencialmente; 30 atendidas por outros meios; Jornais e Revistas: 15 veículos alcançados; Centro Paula Souza, ETECs da capital: 39 unidades envolvidas, sendo 8 atendidas com palestra PCD e Moda Inclusiva; ETECs do Interior: 147 unidades atendidas por outros meios; SEBRAE-SP: 30 unidades contatadas; 3 atendidas presencialmente; Sesi-SP: 200 unidades contatadas; 5 atendidas presencialmente. Dados finais dos participantes concorrentes: Total de inscritos: 99; Total de aprovados e classificados: 91. PARCEIROS DE EXECUÇÃO: SEBRAE, SENAI, Elgin, Instituto Brasil Eco Fashion, Brasil Eco Fashion Week, Centro Paula Souza, Aegis, Andrade Máquinas, Drika Valério LAB, Linhas Resistente, Orange, Sansei Peças e ZOJE.

ÁREA DE TURISMO: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD) e a Secretaria de Turismo e Viagens (SETUR-SP), firmaram Termo de Convênio com a Universidade de São Paulo (USP), representada pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) com o objetivo desenvolver estudos e pesquisas voltados ao fortalecimento do turismo acessível no Estado, ampliando a inclusão e a competitividade dos destinos paulistas. Pela iniciativa vislumbra-se a transformação do potencial de acessibilidade em realidade nos destinos paulistas, destarte, promovendo a inclusão, além elevar a qualidade e competitividade do turismo de São Paulo. Essa política pública tem primordialmente como objetivo o desenvolvimento de produtos e ações que aprimorem a oferta turística para pessoas com deficiência. Além disso, a parceria também prevê a identificação de potenciais melhorias em acessibilidade em pontos turísticos públicos e privados, bem como a oferta de cursos de capacitação para seus gestores, ampliando a qualificação técnica, tornando os destinos paulistas mais acolhedores e competitivos e reforçando o compromisso do Governo de São Paulo com a inclusão em todo o território paulista.

ÁREA DE DESPORTO – Velódromo: O Velódromo é um equipamento desportivo concebido pela SEDPCD para a implantação no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro (CTPB), que se encontra em fase finalização do projeto executivo pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Com sua implantação será possível ampliar-se formação de atletas paralímpicos do ciclismo de pista, o desenvolvimento da modalidade no Estado e a realização de competições nacionais e internacionais. Com foco especial no alto rendimento, funcionará como equipamento de excelência para a prática da modalidade, contribuindo à inclusão de pessoas com deficiência no paradesporto de alto rendimento.

OUIDORIA: A Ouvidoria da SEDPCD exerce papel relevante no atendimento aos cidadãos com deficiência em todo o Estado, atuando como canal direto de comunicação entre a população e a administração pública. Por meio de seus atendimentos, a Ouvidoria presta informações sobre políticas públicas, serviços, direitos e programas voltados às pessoas com deficiência,



garantindo acesso qualificado às ações governamentais. Visando ampliar a acessibilidade e democratizar o acesso ao serviço, a Ouvidoria conta ainda com recursos de acessibilidade como a Central de Libras, gerenciada pela própria Pasta, além de atendimento via *WhatsApp*, permitindo o envio de manifestações por mensagem de texto, áudio e vídeo. O trabalho da Ouvidoria é essencial para o aprimoramento contínuo das políticas públicas, pois é através das manifestações recebidas que se verifica o nível de satisfação dos usuários, os pontos que necessitam de melhorias e a efetividade dos programas. As reclamações, sugestões e elogios são encaminhados aos gestores responsáveis, fortalecendo a interlocução entre o cidadão e a gestão pública e possibilitando ajustes que tornem os serviços cada vez mais eficientes e humanizados. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** No período de janeiro a novembro, a Ouvidoria realizou 2.202 atendimentos por meio dos canais de telefone, e-mail, plataforma *Fala.SP* e atendimento presencial. Foram 1.854 solicitações de providências, 249 reclamações, 63 denúncias, 15 sugestões, 11 pedidos de acesso à informação e 10 elogios.



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Apresentação: A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Seduc é responsável pela gestão de 3,6 milhões de matrículas. Destas, 14% estão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 35% nos Anos Finais, 30% no Ensino Médio e 21% nas modalidades de ensino, como Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. O atendimento ocorre em 5.025 escolas distribuídas nos 645 municípios, sob jurisdição de 91 Unidades Regionais de Ensino. São cerca de 13 milhões de aulas ministradas mensalmente por aproximadamente 248 mil servidores, sendo cerca de 172 mil professores. Os dados têm como base o Hub Inteligência e Gestão da Seduc (05/11/2025). Em 2025, a Seduc deu continuidade à execução das iniciativas previstas no Mapa Estratégico 2023–2026 (Resolução Seduc nº 37/2023), alinhado ao Plano Estadual de Educação (Lei nº 16.279/2016) e ao Programa de Governo expressos no Plano Plurianual 2024–2027 (Lei nº 17.898/2024). O instrumento estabelece como objetivo estratégico a oferta de educação pública com efetividade, qualidade e ampliação do acesso, visando gerar oportunidades e reduzir desigualdades. O Mapa organiza seus projetos em seis eixos: Aprendizagem e Inovação; Gestão Educacional; Pessoas e Lideranças; Eficiência na Operação; Infraestrutura; e Comunicação e Transparência. O Decreto nº 69.665, de 30 de junho de 2025, ampliou e explicitou atribuições da Secretaria, incluindo: execução das atividades de Educação Especial; atendimento da Educação de Jovens e Adultos; oferta da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio; formação continuada dos profissionais da educação; planejamento e gestão da rede escolar, com otimização de matrículas e reordenamento de turmas; manutenção e adequação da rede física; ações de convivência e enfrentamento à violência escolar; e coordenação de políticas em regime de cooperação. Para acompanhar essas atividades e macroprocessos, a estrutura organizacional foi revista, com a constituição de cinco subsecretarias: Gestão Corporativa; Pedagógica; Escola de Formação de Profissionais da Educação; Articulação com a Rede de Ensino; e Planejamento da Rede Escolar. A seguir, apresentam-se as atividades da Pasta em cada eixo ao longo de 2025, incluindo sua entidade vinculada, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, criada pelo Decreto nº 27.102/1987. A Fundação é o braço operacional da Seduc, responsável por executar ações essenciais das políticas educacionais, como construção, reforma e manutenção de escolas, além da oferta de materiais e equipamentos necessários ao funcionamento da rede.

Eixo Aprendizagem e Inovação: A finalidade deste eixo é preparar os jovens para as competências necessárias à continuidade dos estudos e ao mundo do trabalho, bem como tornar a aula mais atrativa para aumentar a satisfação do estudante e o interesse em permanecer na escola, um ambiente seguro e inclusivo. Para tanto, a Seduc desenvolve estratégias de implementação do Currículo Paulista que conjugam a oferta do material didático ao estudante, do material preparatório de aula da formação continuada para o docente, bem como a disponibilização de instrumentos e mecanismos de avaliação dos resultados de aprendizagem, que apoiam a identificação das necessidades de intervenção pedagógica, em um ciclo de melhoria contínua, como detalhado adiante. Os resultados esperados serão apresentados a seguir.

I. Ofertar educação profissional e ampliar a oferta de itinerários profissionalizantes, alinhados às demandas do mercado de trabalho por meio do Programa Educação Profissional Paulista - Programa Educação Profissional Paulista: Este programa foi instituído pelo Decreto nº 68.189, de 14 de dezembro de 2023, e oferta educação profissional técnica de nível médio articulada, na forma integrada. A implementação se dá por meio de itinerários de formação técnica e profissional, com seus componentes curriculares específicos organizados no formato de cursos, somados à Formação Geral Básica do Currículo Paulista, integrando uma única matriz para cumprir a carga horária necessária à conclusão do ensino médio com a habilitação profissional técnica. A Seduc implementa itinerário



majoritariamente no formato de oferta direta, mas também em parceria com Centro Paula Souza, SENAI, SENAC e FIEC. A definição dos cursos ofertados é baseada em critérios como o interesse dos estudantes mapeados anualmente, a estrutura das unidades escolares, as demandas do mercado de trabalho e a relevância para o contexto local, identificados por meio de indicadores socioeconômicos. O portfólio de cursos contempla áreas como Administração, Agronegócio, Ciência de Dados, Desenvolvimento de Sistemas, Enfermagem, Farmácia, Hospedagem, Logística e Venda. Está prevista a oferta de novos cursos em 2026: Técnico em Eletrônica e Técnico em Meio Ambiente. Em relação ao público atendido no ano de 2025, contabiliza-se cerca de 124 mil estudantes matriculados no Itinerário de Formação Técnica e Profissional nas 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, um salto expressivo em relação às 75 mil matrículas do ano de 2024 (BI Escola Total em 06/11/25). A previsão para 2026 é a expansão para 231 mil matrículas. A expansão da rede para a oferta da Educação Profissional implicou na abertura de 4.608 turmas distribuídas em 1.813 (BI Escola Total - acesso em 06/11/25) escolas estaduais, cerca de 400 escolas a mais do que em 2024 e foram reformados 85 espaços acadêmicos, sendo 28 laboratórios para o curso técnico de Enfermagem e 57 para Farmácia. O corpo docente atualmente conta com cerca de 3.406 professores com aulas atribuídas, aprovados por meio de processo seletivo. No campo da inovação tecnológica, foram entregues 61.460 notebooks aos estudantes dos cursos técnicos. Desses, 41.300 correspondem ao modelo “sala de aula”, destinados aos cursos técnicos em Administração, Agronegócio, Enfermagem, Farmácia e Vendas. Os outros 20.160 notebooks, do modelo avançado, foram direcionados aos cursos técnicos em Ciência de Dados, Desenvolvimento de Sistemas, Hospedagem e Logística. Desta forma, o Programa Educação Profissional Paulista tem desempenhado um papel essencial na ampliação do acesso à formação técnica, promovendo a expansão da oferta de cursos e fortalecendo a educação profissional no estado, resultando na conclusão do Ensino Médio com um diploma de formação técnica, integrada à formação básica. *Programa Estágio SP BEEM- Educação Profissional:* Para impulsionar a permanência de estudantes e promover a integração entre a educação profissional e o mundo do trabalho foi sancionada a Lei nº 18.028/2024 que instituiu o Programa Estágio SP mediante a oferta de Bolsa Estágio para estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual - BEEM. A parceria com o setor privado para a oferta de estágios conta com a participação 2.573 empresas, gerando um potencial de 20.853 vagas de estágio supervisionado. Foram assinados 9.516 contratos de estágio até novembro de 2025, sendo Administração, Vendas e Logística os cursos líderes em contratações. As bolsas de estágio variam de R\$ 422,03 a R\$ 851,46, compatíveis com o mercado de trabalho de cada área, o que contribui para a expectativa de consolidação do BEEM como ferramenta estratégica no combate à evasão escolar e no fortalecimento da empregabilidade juvenil. II. Atender os estudantes com necessidade de reforço para que consigam prosseguir em sua trajetória escolar - Programa Estágio SP BEEM - Aluno Monitor: Uma segunda vertente do BEEM trata da monitoria estudantil, mediante pagamento de bolsa monitoria. Pelo Programa Aluno Monitor do BEEM foram selecionados em 2025 cerca de 8 mil estudantes da 3ª série do Ensino Médio, entre mais de 56 mil inscritos, para atuar como monitores em suas próprias escolas, apoiando colegas com dificuldades em matemática ou língua portuguesa e com acompanhamento do professor orientador. O processo seletivo dos estudantes exigiu obrigatoriamente frequência escolar superior a 85% no último ano letivo e considerou as notas do SARESP e o desempenho em entrevista para a classificação geral. Os monitores cumprem uma carga horária de 8 ou 16 horas semanais, dependendo da modalidade e segmentos de ensino da escola, com bolsas mensais de R\$ 296,16 ou R\$ 555,30, respectivamente, e atuam por um período de 10 meses. A principal responsabilidade dos monitores é acompanhar grupos de 10 a 20 alunos, auxiliando no engajamento e na aprendizagem dos conteúdos atuais e na recuperação de defasagens anteriores, por meio de



aulas, grupos de estudos e plantão de dúvidas. Atualmente, o programa beneficia cerca de 156 mil estudantes monitorados em 3 mil escolas, abrangendo todas as 91 Unidades Regionais de Ensino, e utiliza indicadores de plataformas de avaliação para o gerenciamento das atividades. Além disso, para receberem a bolsa, os monitores devem enviar um relatório mensal de atividades e participar de uma rotina de formações. Em agosto/25, uma nova abertura do edital permitiu a inclusão de mais 300 Alunos Monitores, seguindo os mesmos critérios de seleção. *Projeto de Tutoria:* O projeto Professor Tutor Anos Finais foi implementado a partir de agosto de 2024 em 200 escolas da rede estadual com baixo desempenho no Idesp com o foco na recuperação de defasagens de aprendizado em língua portuguesa e matemática para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). O projeto, que inicialmente contou com 393 professores tutores experientes atendendo 23.596 estudantes, utiliza um material didático específico estruturado em níveis de desempenho, seguindo os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem. Participam estudantes identificados com base nos resultados da avaliação diagnóstica adaptativa. Em 2025, o projeto foi expandido, iniciando o 1º ciclo em fevereiro com 54.952 estudantes e 948 professores. No 2º ciclo, houve nova ampliação para 695 escolas em 51 Unidades Regionais de Ensino, atendendo 79.300 estudantes com atuação de 1.400 tutores, consolidando a estratégia de recomposição das aprendizagens. A previsão é que chegue em 2.900 escolas em 2026. A avaliação de impacto do projeto, realizada em parceria com pesquisadores da Universidade de Stanford, mostrou que as aulas de tutoria apoiaram os alunos com alta defasagem a avançar em suas aprendizagens. As 500 escolas que participaram do projeto no primeiro semestre de 2025 apresentaram um resultado de ganhos de aprendizagem de 0,3 desvios padrão (dp) em Matemática e 0,19 dp em Língua Portuguesa, o que equivale a pouco mais de meio ano escolar de proficiência. Os resultados estão em linha com os resultados de programas como Teaching at the Right Level, na Índia (0,2 a 0,3 dp), referência na temática de tutoria. *Avaliações - Prova Paulista:* avaliação diagnóstica e formativa, aplicada bimestralmente por meio do aplicativo do CMSP em todas as áreas do conhecimento do Currículo Paulista, do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, desde 2023. A Matriz de referência é alinhada ao currículo paulista e SARESP. O propósito fundamental desta avaliação é fornecer aos professores uma identificação precisa e rápida dos conteúdos que os estudantes efetivamente aprenderam, subsidiando decisões pedagógicas imediatas e permitindo intervenções individualizadas para a recuperação de aprendizagem. Os resultados das edições de 2025 se encontram no quadro 1. Quadro 1 - Resultados da aplicação da Prova Paulista em 2025.

Edição	Estudantes Participantes	Média de Acertos
1ª	91,3%	46,9%
2ª	97%	52,1%
3ª	95,4%	58,5%

BI Escola Total - acesso em 06/11/25

No campo das avaliações somativas de larga escala, a rede estadual participa do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aplicado pelo INEP a cada dois anos para estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, contribuindo para o direcionamento das políticas educacionais. Em 2025, o exame ocorreu entre 20 e 31 de outubro, com resultados previstos para 2027. Como preparação, foi ofertada a Jornada 90 Dias SAEB, estratégia de mobilização das escolas baseada nos resultados da Prova Paulista e do Simulado SAEB, voltada a apoiar turmas com maiores necessidades de proficiência e estimular o engajamento de professores



e alunos. O SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), avaliação somativa estadual, é aplicado nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, abrangendo Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A aplicação ocorre em formato digital nos Anos Finais e impressa para os demais. Os resultados divulgados em 2025 referem-se à edição de 2024 e estão disponíveis no Sumário Executivo. Os principais dados constam no quadro 2. As escolas que atingem a meta diamante (nota acima de 6) ou ouro (nota entre 4 e 6) recebem incentivo de R\$ 100,00 e R\$ 50,00 por estudante, respectivamente, utilizado pelos grêmios estudantis em atividades educativas e na aquisição de equipamentos e recursos.

Quadro 2 - Resultado comparativo entre as notas de desempenho do SARESP 2023 → 2024 - Rede Estadual.

Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	Matemática
2º EF	6,7 → 8,6	6,2 → 8,0
5º EF	6,1 → 6,5	5,2 → 5,7
6º EF	5,4 → 5,6	3,7 → 4,2
7º EF	4,7 → 4,8	3,4 → 3,8
8º EF	4,9 → 5,1	3,4 → 3,6
9º EF	4,2 → 4,4	3,6 → 4,0

Sumário Executivo SARESP 2024

Por fim, o Provão Paulista Seriado integra o SARESP e é aplicado em todas as séries do Ensino Médio com o objetivo duplo de mensurar a aprendizagem ao final de cada ano letivo e democratizar o acesso ao ensino superior público. O exame seriado avalia o desempenho dos estudantes anualmente ao longo do Ensino Médio e a somatória de suas notas é utilizada no processo seletivo para o preenchimento de 15.390 vagas em universidades estaduais paulistas (USP, Unesp, Unicamp, Univesp e Fatecs). As notas dos estudantes constam no quadro 3. Quadro 3 - Nota de desempenho dos estudantes da rede estadual no Provão Paulista por série do Ensino Médio

Séries	Linguagens e Ciências da Natureza			Matemática e Ciências Humanas		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
2023	2,9	3,1	2,6	3,1	2,7	2,8
2024	3,0	2,8	3,6	2,6	3,0	2,8

Sumário Executivo SARESP 2024

III. Aperfeiçoar o Programa Ensino Integral - *Educação em Tempo Integral*: O Programa Ensino Integral - PEI oferta jornada integral de 7 horas e de 9 horas para estudantes da rede estadual com currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicção Exclusiva, com Gratificação de Dedicção Exclusiva para professores e gestores. Nos últimos anos, São Paulo ultrapassou a meta de 25% de matrículas no ensino integral, definida no Plano Estadual de Educação. Atualmente, estão matriculados na PEI 31% dos estudantes da rede estadual. Os dados da expansão do programa constam no quadro 4. Em 2026 está prevista a expansão do PEI em 68 novas escolas e a alteração da jornada, passando de 7 horas para 9 horas, em 21 unidades escolares em resposta ao interesse e



mobilização das comunidades escolares. Quadro 4 - Expansão de matrículas e da rede física no Programa Ensino Integral.

Ano	Escolas PEI	Matrículas	Expansão de escolas
2023	2.312	976.2 mil	255
2024	2.333	960 mil	21
2025	2.398	980 mil	65

Fonte cadastro de alunos - data base outubro/25

Dentre as ações pedagógicas, o programa está fortalecendo o componente de Robótica no Ensino Integral, que visa desenvolver o pensamento computacional, o protagonismo e a colaboração dos estudantes, tornando a escola mais atrativa. Para suportar essa iniciativa, em 2025 foram adquiridos 26.616 kits de robótica, representando um investimento de mais de 13 milhões de reais, destinados a mais de 1.500 unidades escolares na modalidade PEI de 9 horas, além dos Centros de Inovação e Unidades Regionais de Ensino. IV. Melhorar qualidade das aulas com conteúdo mais aderente e metodologias para formar estudantes protagonistas - *Materiais de apoio à implementação do Currículo Paulista: Digital e Impresso distribuído*: A Seduc possui material didático próprio desde 2009, para estudantes e professores das escolas da própria rede e das redes públicas municipais conveniadas de forma integrada à esfera pública estadual de ensino, visando à melhoria da qualidade da educação em todo o Estado. Entre os anos de 2019 e 2020 o currículo e seus materiais foram revisados à luz da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e homologados pelo Conselho Estadual de Educação, Resolução, de 6-8-2019/Deliberação CEE 169/2019 (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e Resolução, de 3-8-2020/Deliberação CEE 186/2020 (Ensino Médio). Quanto à modernização curricular, a Seduc atualmente está agregando ao Currículo Paulista o componente de Educação Digital em complemento à BNCC para aplicação em 2026 em um processo participativo. Vale ressaltar que as matrizes curriculares do ano de 2025 contam com aulas de 50 minutos e receberam novos componentes e reforço do tempo das aulas de orientações de estudos para tornar as aulas mais atrativas e assim aumentar a frequência e desempenho dos estudantes. São eles: Educação Financeira, Tecnologia e Robótica, Aceleração para Vestibular, Redação e Leitura, Arte e Mídias Digitais, Liderança, Oratória, Geopolítica, Filosofia e Sociedade Moderna, Empreendedorismo, Programação, Biotecnologia e Química Aplicada. Na matriz curricular do Ensino Fundamental constam aulas de Orientação de Estudos dedicadas para recomposição das aprendizagens. Ademais, desde 2023, a Seduc vem revisando seus materiais didáticos de apoio à implementação do Currículo, conferindo maior robustez às atividades para os estudantes. Destaca-se que em 2025, a Seduc implementou a matriz curricular do Ensino Médio em consonância com a Política Nacional do Ensino Médio (lei nº 14.945/2024), aprovada em julho/24, reorganizando a carga horária da formação geral básica para 2.400 horas e itinerários formativos para 600 horas. Com as mudanças, os estudantes da 3ª série tiveram um aumento de 78% do tempo das aulas de língua portuguesa e de 33% de matemática. *Material Didático Digital*: A Seduc elaborou e ofertou materiais didáticos digitais para estudantes e professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todos os componentes curriculares, com objetivo de tornar a aula mais atrativa e aumentar a satisfação do estudante e o interesse em permanecer na escola. Os materiais são articulados com as avaliações dos estudantes e processos formativos dos professores. Os materiais digitais, elaborados em formato PowerPoint, foram concebidos para facilitar a dinâmica em sala de aula e a aplicação do currículo. Além de otimizar o tempo dos docentes na curadoria e preparação de conteúdos, contribuem diretamente para o planejamento pedagógico. Estão disponíveis em formato



aberto no Repositório do Centro de Mídias da Educação de São Paulo, permitindo adaptações conforme as necessidades específicas de cada turma. Os materiais utilizam tecnologias, conteúdos e práticas pedagógicas que atendem às características e especificidades de cada etapa de ensino. Desde o início de 2025 foram realizados mais 35 milhões downloads do material didático referente ao Currículo Paulista, com 73,47% de avaliações positivas. *Material em versão impressa:* Além do material em formato digital, também foram disponibilizados aos estudantes materiais na versão impressa. Os materiais impressos, distribuídos bimestralmente, têm como objetivo complementar e aprofundar os conteúdos trabalhados em sala de aula. São estruturados para apoiar a sistematização dos saberes e o desenvolvimento de habilidades de análise e resolução de problemas. A tabela 1 apresenta os quantitativos distribuídos e o valor investido.

Tabela 1 - Investimentos em material didático impresso

Aquisições/Investimento	1º Semestre	2º semestre	Total 2025
Cadernos Distribuídos	26.527.635	25.488.685	52.016.320
Total investido para os Municípios	R\$ 63.554.538,76	R\$ 46.967.730,70	R\$ 110.522.269,46
Total investido para o Estado	R\$ 146.937.219,04	R\$ 116.617.453,10	R\$ 263.554.672,14
Valor total investido	R\$ 210.491.757,80	R\$ 163.585.183,80	R\$ 374.076.941,60

Fonte: Arquivos de controle DIISE/DMATESC. Data base: 17 de novembro de 2025.

A distribuição ocorre de forma bimestral, com entrega direta às unidades escolares, assegurando o acesso de todos os estudantes aos materiais. O processo logístico envolve três etapas: impressão, mixagem e distribuição, todas realizadas com planejamento e controle de qualidade, garantindo pontualidade e adequação ao uso. Para 2025, foram definidos prazos específicos de entrega, anteriores ao início das aulas, permitindo que as escolas recebam, organizem e distribuam os materiais com antecedência. Essa medida visa assegurar que os recursos pedagógicos estejam disponíveis desde o primeiro dia letivo, apoiando efetivamente o processo de aprendizagem. *Educação de Jovens e Adultos (EJA):* A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede estadual paulista reafirma o compromisso do Estado com a garantia do direito à educação ao longo da vida. Considerando o atendimento a jovens, adultos e idosos, incluindo a população do sistema penitenciário, da Educação Escolar Indígena e da Educação do Campo, a modalidade abrange um conjunto amplo e diverso de estudantes, cujas trajetórias são marcadas por diferentes ritmos, condições de vida e percursos formativos. A EJA no Estado organiza-se em dois modelos de oferta: Presença Regular e Presença Flexível. Ambos são presenciais e estruturados para assegurar aprendizagem, permanência e certificação. O Modelo de Presença Regular oferece classes presenciais e uma rotina escolar estruturada, enquanto o Modelo de Presença Flexível ajusta-se às múltiplas realidades da vida adulta, permitindo trajetórias personalizadas, roteiros de estudo, atendimentos individuais e progressão por competências, aspecto essencial para garantir o direito à educação às populações trabalhadoras. Em 2025, mais de 57 mil estudantes estão matriculados em 769 escolas estaduais e 158 unidades prisionais. Paralelamente, outras 56.370 matrículas concentram-se em 63 unidades, sendo 43 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs) e 20 escolas estaduais, que ofertam um modelo de atendimento flexível, individualizado e acolhedor (Hub Inteligência e Gestão, acesso em 10/11/25). A EJA em São Paulo configura-se como uma política contemporânea, alinhada às Diretrizes Operacionais Nacionais de 2025, à legislação educacional brasileira e aos compromissos do Estado no enfrentamento das desigualdades. Com foco em equidade, inclusão, flexibilidade e personalização, consolida-se como uma das maiores e



mais complexas políticas educacionais do país, reconhecendo histórias, saberes e potencialidades de jovens, adultos e idosos e assegurando condições reais para que concluam sua escolaridade e ampliem suas oportunidades de vida. *Projeto Olimpíadas Científicas*: Tem como objetivo fomentar a participação dos estudantes da rede estadual em competições científicas e de conhecimento, promovendo sua formação integral e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. Se estrutura em torno de duas grandes competições e na iniciativa Escolas Olímpicas. *Olimpíada de Matemática SP (Omasp)*: objetiva potencializar a aprendizagem relacionada à Matemática, envolvendo unidades temáticas do currículo, principalmente: Geometria, Aritmética, Álgebra, Números, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística, Lógica. Neste ano de 2025, a Omasp manteve o alto engajamento, cerca de 800 mil estudantes com bons resultados na Prova Paulista convidados para participar da Fase II, resultando em mais de 122 mil medalhistas premiados. Em toda rede foram distribuídas 15.886 medalhas de ouro; 34.461 medalhas de prata; e 72.362 medalhas de bronze. *Olimpíada de Redação do Estado de São Paulo (Redasp)/Olimpíada Interpreta SP (Olisp)*: visa contribuir para a melhoria da proficiência dos estudantes no processo de aprendizagem das competências e das habilidades do currículo de linguagens, sobretudo no que diz respeito à compreensão do funcionamento das diferentes linguagens e gêneros textuais. Cerca de 600 mil estudantes participaram em 2025 e a condecoração ocorre em dezembro. *Projeto Escolas Olímpicas*: visa preparar os estudantes para as olimpíadas científicas, com foco em matemática e ciências. Com mais de 25.700 inscrições para as Aulas Olímpicas em 2025, a iniciativa envolve mais de 11 mil estudantes, 450 turmas e aproximadamente 150 escolas, oferecendo material didático específico. *Prontos pro Mundo*: O programa Prontos pro Mundo foi instituído pela Lei nº 17.861/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 68.540/2024 com o objetivo de fortalecer o conhecimento e o domínio prático de uma língua estrangeira dos estudantes da rede pública estadual de ensino, e motivá-los a aumentar o desempenho acadêmico e a frequência escolar. O programa se divide em duas fases: uma formação intensiva de idiomas online e um intercâmbio educacional internacional de até um semestre letivo, realizado com bolsa de estudo. Ao longo de 2026, serão ofertadas 70 mil vagas de curso de inglês da Open English, destinadas à formação dos estudantes que concorrerão às vagas de intercâmbio previstas para 2026. Anualmente, são disponibilizadas 1.000 vagas para o intercâmbio, divididas em dois processos seletivos semestrais. Dos estudantes selecionados em 2024 para embarcar em 2025, 811 alunos já viajaram para países de língua inglesa, como Austrália, Canadá e Reino Unido. Já entre os alunos selecionados no processo seletivo de 2025, está previsto o embarque, em janeiro de 2026, de mais 530 estudantes, que seguirão para destinos como Nova Zelândia, Canadá, Irlanda e Austrália. O programa mantém um acompanhamento rigoroso dos intercambistas, que contam com suporte online e a participação de coordenadores, psicólogos, famílias hospedeiras e responsáveis. A presença de um funcionário da Secretaria da Educação no país de destino é considerada fundamental para a segurança e o bem-estar dos estudantes, garantindo apoio imediato e contribuindo para o gerenciamento eficiente, inclusive no caso de alunos com necessidades especiais. Além da execução atual, o planejamento segue em curso: a seleção para o embarque de 2026 já começou, com a prova destinada ao primeiro grupo de 500 alunos realizada em agosto de 2025. Haverá ainda uma nova prova no final de novembro para selecionar mais 500 estudantes, totalizando 1.000 alunos selecionados em 2025 para embarque em 2026. *Projeto Guri*: Em 2025, o Guri foi implantado em escolas estaduais de São Paulo, integrando o ensino de música ao currículo, em parceria com a Secretaria da Cultura. Com investimento inicial de R\$ 9 milhões, o projeto começou em 97 escolas do Programa Ensino Integral e foi ampliado para 200 unidades, atendendo mais de 42 mil alunos. As aulas desenvolvem habilidades musicais e cognitivas, como escuta ativa e raciocínio lógico, com impacto positivo no



desempenho escolar. Está em andamento uma nova expansão, com orçamento de até R\$ 17 milhões, priorizando escolas em contextos de alta vulnerabilidade social. V. Aprimorar o uso pedagógico de tecnologias educacionais no ambiente escolar - *Plataformas Digitais Educacionais*: Com o objetivo de melhorar a frequência e a performance dos estudantes, além de possibilitar o reforço das atividades em sala de aula de acordo com as necessidades de aprendizagem de cada estudante, a Seduc implantou as plataformas educacionais a seguir relacionadas, apresentando-se as contabilizações referentes ao ano de 2025 apresentadas no BI Escola Total (acesso em 06/11/25):

Redação Paulista: permite ao professor criar e corrigir redações através de uma plataforma própria. Foram propostas 15 milhões de redações, e, destas, foram concluídas cerca de 9 milhões por 2,2 milhões de estudantes, sendo a média da nota em redação igual a 6,6.

Tecnologia e Inovação: voltada ao ensino de programação digital para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Num total de 1,2 milhões de alunos em 4.200 escolas efetuaram mais de 1,2 milhões de acessos, concluíram mais de 103 milhões de exercícios e entregaram mais de 7,4 milhões de projetos.

Robótica: componente presente nas escolas do programa de Ensino Integral para os 8º e 9º anos, com foco no uso da Placa Microbit e outros componentes do kit de robótica para desenvolvimento das habilidades de computação de forma lúdica e mão na massa. Até o momento mais de 4,8 milhões de atividades foram propostas, mobilizando 425 mil estudantes. No acumulado do ano a nota média foi de 7,3 pontos.

SPEak: plataforma para aprendizagem de Língua Inglesa para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Conta com 58 milhões de lições realizadas por mais de 1,8 milhão de estudantes. Foram emitidos 1,3 milhão de certificados durante o período.

Alfabetização: plataforma para aprendizagem com foco em alfabetização e leitura para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Foram lidos 82 milhões de livros e realizados 10 milhões de Quizzes com aprovação de 52,7% deste total.

Matemática Gameficada: são duas plataformas que visam apoiar a compreensão dos níveis de aprendizagem individual dos estudantes, facilitando seu diagnóstico e amparando a seleção de recursos para fortalecer e diversificar as práticas pedagógicas em matemática. Os estudantes do Ensino Médio realizaram cerca de 36 milhões de atividades, totalizando 30 milhões de acertos. Na etapa do Ensino Fundamental, contabilizou-se cerca de 256 milhões de atividades iniciadas e 137 milhões de atividades concluídas, sendo 2,2 o índice de atividades concluídas por aluno.

Prepara SP: disponibiliza conteúdos preparatórios para o ENEM e vestibulares para estudantes do Ensino Médio, dentre eles vídeo aulas, listas de exercícios, provas anteriores e simulados. A ferramenta permite também a criação de um plano de estudos personalizado a partir dos interesses e tempo disponível de cada estudante. Foram realizados 180 mil de simulados.

Tarefa SP: possibilita envio de tarefas de casa, visando fortalecer a aprendizagem dos estudantes por meio de atividades/tarefas integradas às aulas do Material Digital. Foram propostas 553 milhões de tarefas, sendo 250 milhões as tarefas realizadas por aproximadamente 1,5 milhões de estudantes, resultando em um índice de 59% de acertos por estudante.

Leia SP: é um espaço digital que funciona como uma biblioteca na qual estudantes têm liberdade para explorar diferentes obras e fazer escolhas em meio a uma vasta gama de títulos, de maneira ilimitada. É um recurso didático digital que disponibiliza obras literárias enriquecidas com perguntas de compreensão leitora que buscam potencializar o engajamento do estudante, evidenciar sua aprendizagem, além de desenvolver o hábito e o prazer pela leitura. As estatísticas da leitura disponibilizadas pelo recurso possibilitam que o professor atue de forma mais personalizada e assertiva com seus estudantes, dentro e fora de sala. Foram 153 milhões de questões respondidas, com 74% de acertos.

Projeto Empreendedorismo: busca promover a cultura empreendedora nos estudantes, abordando temas como a criação de negócios, gestão, e a resolução de problemas na comunidade. Foram 41 mil projetos criados por 128 mil estudantes,



sendo 14 mil concluídos. Expansão Aula: oferece aulas para estudantes do ensino médio noturno complementando a carga horária com atividades síncronas/assíncronas e conteúdo multimídia (vídeos, podcasts, quizzes). Cerca de 87 mil estudantes acessaram a plataforma e realizaram 99% dos quizzes. VI. Dar condições para inclusão de estudantes e tornar escolas como referências regionais - *Política da Educação Especial*: A Seduc consolidou, no último ano, uma política pública de Educação Especial em estrito alinhamento com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012). Esse movimento reafirma o compromisso com o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, orientada ao desenvolvimento integral dos estudantes. A política se sustenta em um Ecossistema Integrado de Atendimento, com investimentos estruturantes, modernização normativa e expansão de serviços. Os princípios centrais que norteiam a ação são a Equidade — assegurando serviços conforme o nível de apoio necessário para acesso, permanência, participação e autonomia —, o Modelo Colaborativo — integrando professores regentes e especializados, profissionais de apoio, gestores e famílias — e a Participação Social e Corresponsabilidade de todos os agentes da rede. A política supera a lógica do profissional individualizado, estruturando a rede em serviços planejados e monitorados. A política se estrutura em serviços essenciais para a inclusão: a) Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado no contraturno por professores especializados, organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras e potencializar habilidades. O número de horas/aula de AEE no contraturno alcançou 99.471 estudantes. b) Ensino Colaborativo, ou AEE Expandido, integra o professor especializado na sala comum com o professor regente, fortalecendo o planejamento conjunto, o acolhimento das famílias, a acessibilização curricular, as práticas pedagógicas inclusivas, o acompanhamento individualizado e a corresponsabilidade. c) Profissional de Apoio Escolar (PAE), com a nova resolução unificando as atribuições (PAE-AE e PAE-AVD) em alinhamento com a LBI e o Decreto Federal nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. O PAE atua no apoio à autonomia, comunicação, interação social, higiene, alimentação e locomoção. Não há funções docentes para o PAE. Em termos de estrutura e acessibilidade, a Seduc oferece transporte adaptado, tecnologias assistivas, materiais acessíveis, mobiliário específico e realiza obras prediais para acessibilidade, ampliando a autonomia dos estudantes. Para a cobertura, atende um total de 115.169 estudantes elegíveis. Deste número, 95.798 estão matriculados diretamente na rede estadual e 19.371 são atendidos em instituições especializadas conveniadas, em caráter excepcional e temporário. Os dados detalhados constam da tabela 2.

Matrículas		Professores		Profissionais de Apoio
AEE	56.853	Especializados AEE	7.000	20 mil alocados
Altas Habilidades	649	Ensino Colaborativo	6.000	

Tabela 2 - Quantitativos de apoios, recursos e serviços ofertados para inclusão em 2025.

Fonte: Cadastro de Estudantes, Set/2025.

O projeto Escolas Mais Inclusivas, implantado em 75 unidades em 2024 e ampliado para 111 escolas em 2025, visa fortalecer a cultura inclusiva e transformar essas unidades em referências pedagógicas e de acessibilidade. No primeiro semestre de 2025, foram realizados encontros formativos de 30 horas com diversos especialistas, impactando 703 profissionais (professores especializados, coordenadores pedagógicos e multiplicadores). O projeto ainda contempla formações mensais e quinzenais para equipes gestoras e pedagógicas, um banco de boas práticas ("A Rede ensina a Rede"), PDDE específico e parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro. Para 2026, o projeto será ofertado em outras escolas. Os investimentos estruturais totalizam R\$ 135 milhões, destinados a



retrofit de Salas de Recursos, mobiliário, obras de acessibilidade e pisos emborrachados para o Projeto Paralímpico. Esportes Paralímpicos: por meio de convênio com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a iniciativa consiste na oferta de atividades paralímpicas regulares destinadas aos estudantes da Educação Especial. Visa ampliar o acesso dos estudantes ao esporte como ferramenta pedagógica e de inclusão e descobrir e encaminhar talentos aos centros de referência paralímpicos, coordenados pelo CPB no estado. As atividades foram iniciadas em 2025 e estão sendo expandidas gradualmente em 75 unidades das Escolas Mais Inclusivas. O investimento foi de R\$49,3 milhões. Ademais, foi lançado o Novo Site/Intranet – Educação Especial, um ambiente institucional com mais de 300 itens de conteúdo digital acessibilizado, *checklists* orientativos e *e-books* sobre legislação e práticas inclusivas. Além disso, a Seduc publicou o Guia TEA – Orientações para as Escolas Estaduais, distribuído para toda a rede, para orientar práticas pedagógicas e organização escolar. Por fim, a Resolução Seduc nº 129, de 30 de setembro de 2025, além de unificar atribuições do profissional de apoio em PAE, implantou novos instrumentos pedagógicos: o Estudo de Caso, o Relatório de Acolhimento e o Plano Educacional Individualizado (PEI) que também conferem corresponsabilidade a todos os supervisores e atribuem funções específicas ao Coordenador de Gestão Pedagógica Geral, visando maior consistência técnica nos atendimentos. *Públicos Específicos atendidos:* A promoção da equidade na rede estadual de ensino exige ações que reconheçam e respondam às necessidades dos diferentes públicos atendidos. A seguir, apresentamos os principais avanços e iniciativas em andamento voltadas aos estudantes indígenas e quilombolas. *Educação Escolar Indígena:* Há 1.906 estudantes indígenas aldeados atendidos em 42 Escolas Estaduais Indígenas (EEI), que atendem os povos Guarani Mbya, Guarani Nandeva, Terena, Kaingang e Krenak. A oferta vai da Educação Infantil ao EJA, com matrizes curriculares próprias, baseadas em interculturalidade, especificidade e bilinguismo, e com a contratação de professores indígenas das próprias comunidades. Em 2024 e 2025, foi firmado um convênio com a UNIFESP para a Licenciatura Intercultural Indígena (LINDI), com 40 vagas por turma, visando à formação inicial de professores sem graduação ou com formação não correlata. A rede contabiliza um total de 9.752 estudantes autodeclarados indígenas. (Dados do cadastro de estudantes em setembro/2025). *Educação Escolar Quilombola:* na rede estadual existem 4 escolas em comunidades quilombolas: Bairro de Bombas (Iporanga); Bairro Bombas de Cima (Iporanga); Fazenda da Caixa (Ubatuba); e Princesa Maria Antônia Chulles (Eldorado). Atualmente, há cerca de 285 estudantes matriculados nestas escolas e 1.240 estudantes nas demais escolas que se autodeclararam quilombolas. *Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas:* oferta de educação básica, Ensinos Fundamental e Médio, nos Centro de Internação (CI) da Fundação CASA, por meio do Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar (PRTE), sendo atendidos 3.991 estudantes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. Ademais, nos Centros de Internação Provisória (CIP), da Fundação CASA é ofertado o Projeto Explorando o Currículo – PEC, com atividades de finitude diária, por área do conhecimento e considerando os Temas Contemporâneos Transversais do Currículo Paulista, devido a transitoriedade deste estudante. *Áreas de Assentamento:* oferta de educação básica para o público integrante da modalidade Educação do Campo – EdoC, com abordagem que valorize a vida e tradições rurais. Atualmente, há 2.109 estudantes matriculados em 16 unidades escolares nessas áreas. *Programa de Educação nas Prisões – PEP:* oferta de educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA às pessoas privadas de liberdade para retomada ou conclusão dos estudos, bem como o desenvolvimento de sociabilidade, inclusão social e educacional. No Estado de São Paulo, o PEP é responsabilidade da Secretaria da Educação, em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária e a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel", totalizando 18.468 matrículas no programa. *Migrantes Internacionais:* a oferta educacional considera a diversidade étnica, cada vez mais plural devido às



correntes migratórias contemporâneas. Atualmente, a rede estadual de ensino conta com 23.552 estudantes migrantes internacionais matriculados. VII. Trabalhar em regime de colaboração em busca da alfabetização e aprendizado na idade certa - *Cooperação Pedagógica com Municípios*: A cooperação é viabilizada por meio da implementação do Programa Alfabetiza Juntos SP, instituído pelo Decreto nº 68.335/2024 com o objetivo de promover iniciativas no território do estado de apoio à alfabetização, garantindo a alfabetização de todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. O programa conta com cinco pilares principais: material didático; formação de professores; avaliação da Fluência Leitora; plano de ação baseado nos resultados da Avaliação da Fluência Leitora e disponibilização da Plataforma para gestão dos planos de fortalecimento da alfabetização, recebeu investimento de R\$300 milhões em 2025. Soma-se ao conjunto de iniciativas a disponibilização de acessos à plataforma de apoio à fluência leitora para os estudantes da rede municipal de ensino. A quantidade de municípios que participam por eixo do Programa consta do Quadro 5. Para 2026 o programa será fortalecido com a aprovação da nova Lei do ICMS Educação - Projeto de lei nº 1055/2025 - pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) decorrente de proposta enviada pela Seduc. A regulamentação visa redistribuir mais de R\$ 800 milhões anualmente entre os municípios advindos da Participação no Rateio da Cota-Parte do ICMS Educação, alinhando a legislação estadual às exigências do Novo Fundeb. A principal mudança é a vinculação de 100% dos 13% da arrecadação do ICMS destinados à educação (que antes era de apenas 50%) exclusivamente a indicadores educacionais de desempenho e equidade, substituindo o critério anterior que considerava o porte municipal. Essa medida tem como objetivo incentivar a melhoria contínua da qualidade da educação municipal, especialmente na alfabetização e na aprendizagem dos anos iniciais, por meio de um novo Índice de Qualidade da Educação Municipal (IQEM) que aloca 80% do peso para a alfabetização e aprendizagem para estudantes do 2º e 5º anos e 20% para equidade e tempo integral. A partir dos resultados da Avaliação de fluência leitora a Seduc vem apoiando as equipes dos municípios na elaboração e implementação de planos de ação para melhorar a alfabetização no estado. A Avaliação de entrada em 2025, aplicada a mais de 411 mil alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública, teve 95% de participação. Os resultados mostraram avanços significativos: redução de 11 pontos percentuais nos níveis mais críticos de pré-leitores (1 a 3) e aumento de estudantes classificados como leitores fluentes, que chegaram a 9%. O Índice de Fluência Leitora (IFL) cresceu 0,3 pontos em relação a 2024, variando entre os níveis 3 e 8 entre os municípios, com maior concentração nos níveis 4 e 5 — e sem municípios com IFL inferior a 3. Esses dados indicam um forte potencial de conversão de mais de 80% de pré-leitores em leitores iniciantes ou fluentes ao longo de 2025.

Quadro 5 - municípios participantes do Programa Alfabetiza Juntos SP por eixo

Material Didático	Plataformas	Formação	Avaliação	Mentoria
573	Leitura - 510 Matemática - 275	640 (77 mil docentes)	645 - SARESP e Fluência Leitora	106

Fonte: Dados internos de controle de convênios-base novembro/25.

Em março de 2025, foi realizada a entrega do Prêmio Excelência Educacional, reconhecendo 470 municípios que se destacaram na alfabetização de crianças dentro do programa Alfabetiza Juntos SP. A iniciativa premiou redes municipais que atingiram as metas do SARESP 2024. Foram premiadas 1.171 escolas municipais de 442 cidades, além de 100 municípios com os melhores resultados na Avaliação de Fluência Leitora, sendo que 72 receberam as duas distinções. No cenário nacional, o Indicador Criança Alfabetizada, divulgado pelo Ministério da Educação, também mostrou avanços



expressivos em São Paulo. A rede pública do Estado de São Paulo (rede estadual e redes municipais) elevou seu índice de alfabetização de 51,91% em 2023 para 58,13% em 2024, superando a meta federal de 56,6%. O Estado ficou entre os cinco que mais evoluíram no país, com um aumento de 6,22 pontos percentuais, evidenciando os resultados positivos das políticas de incentivo à leitura e da cooperação entre Estado e municípios na promoção da alfabetização na idade certa. No último bimestre/25 o Programa Alfabetiza Juntos SP promoveu um conjunto de ações estratégicas de mobilização e fortalecimento da alfabetização. Foi realizado o Dia A – de Alfabetização, mobilizando todo o Estado de São Paulo para a avaliação do SARESP cujos resultados compõem o Indicador Criança Alfabetizada do MEC. Além disso, foi aplicada a Avaliação da Fluência Leitora de Saída para todos os alunos do 2º ano da rede pública paulista. Os resultados da Avaliação da Fluência Leitora de saída serão divulgados em 2026. Esses resultados subsidiarão o planejamento escolar do início do ano e permitirão a análise da evolução na série histórica da Avaliação de Fluência Leitora (2023: 64% de crianças leitoras/ 2024: 77% de crianças leitoras). Encerrando o ciclo formativo de 2025, será realizado o 2º Seminário de Boas Práticas, que apresentará as melhores experiências de alfabetização desenvolvidas pelos professores de todo Estado de São Paulo. Serão selecionadas duas práticas por polo, coroando o encerramento das ações do Alfabetiza Juntos SP com chave de ouro.

Eixo Gestão Educacional - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar: O Conviva SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar, instituído pela Resolução SE 48/2019 com a finalidade de articular projetos e ações interdependentes, com destaque para a dimensão Segurança Escolar. Integra ações de convivência, segurança, proteção e cuidado no contexto escolar, envolvendo equipes pedagógicas e psicossociais nas dimensões de prevenção e posvenção de episódios que impactem a convivência. Atua na identificação de vulnerabilidades e implementação de medidas que favoreçam um processo de ensino-aprendizagem mais humanizado e seguro. A relevância do programa culminou na sua integração à estrutura organizacional da Pasta dada pelo Decreto nº 69.665/2025. Em sua estrutura atual, o órgão central conta com mais de 30 profissionais dedicados ao apoio e prevenção da violência. A rede estadual dispõe de 735 Professores Orientadores de Convivência e 136 Professores Especialistas em Currículo de Convivência (PECS). Os PECS Conviva realizaram 1.702 formações e 11.284 visitas. Adicionalmente, o Conviva central realizou 30 reuniões formativas com as equipes regionais (Dados de 17/11/2025). Em 2025 houve importante redução da subnotificação e aumento da capacidade das escolas para registro e identificação de sinais que resultaram em um marco expressivo: 457.205 episódios registrados na Plataforma Conviva, crescimento de 231% em relação a 2024 (137.805 registros). Esses dados são essenciais para o encaminhamento de estudantes à rede protetiva. O Programa Psicólogos nas Escolas foi aplicado a todas as unidades da rede estadual. Soma-se o acompanhamento das entregas dos Planos de Contingência e Planos de Melhoria da Convivência e monitoramento em tempo real via Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Neste mesmo ano, foram realizadas diversas formações abrangendo temas como Mediação Escolar e Resolução de Conflitos, Letramento TEA, TDAH, TOD, Violência na Escola e Cyberbullying, Psicologia Escolar e Gestão de Crises, entre outros. O programa produziu o Videocast, ConvivaCast e Webséries para os estudantes, que alcançaram mais de dois milhões de visualizações com foco em temas como Ciberbullying e Racismo. Foram entregues 34 Planos de Aula com diversos temas de convivência. Ações de engajamento destacam o Dia C da Convivência (maio/2025), que teve adesão de mais de 300.000 participantes, mobilizando famílias para fortalecer vínculos e combater crimes virtuais. Ademais, para fortalecer os vínculos interpessoais nas escolas e compor equipes multidisciplinares, a Seduc disponibiliza o trabalho de psicólogos escolares que atuam como agentes transformadores, promovendo o bem-estar dos alunos, a melhoria do clima escolar e a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Atualmente,



712 psicólogos atuam em grupos de escolas da rede estadual. Em 2025, até o início de dezembro, foram encaminhados para acolhimento com psicólogos cerca de 56 mil estudantes, e foram atendidos por psicólogos mais de 30 mil. Aproximadamente 10 mil estudantes foram encaminhados para a rede protetiva e 951 foram encaminhados para a rede de saúde. Ferramentas automatizadas para a Gestão Educacional: Um destaque de 2025 foi o lançamento da plataforma Sala do Futuro. É uma plataforma inovadora que conecta estudantes, pais e professores em um único ambiente digital, tornando o aprendizado mais interativo, acessível e organizado. Reúne boletins, tarefas, materiais didáticos e agenda escolar em um só lugar, com acesso gratuito e sem consumo de dados móveis. Mais que um aplicativo, é um espaço que fortalece a parceria entre escola e família, promovendo transparência e engajamento na jornada educacional. Por meio do site Escola Total, a Seduc disponibilizou 38 painéis de acompanhamento de dados educacionais, concebidos para oferecer informações estratégicas e subsidiar as ações dos profissionais da rede de ensino. Esses painéis consolidam dados fundamentais para o monitoramento e a tomada de decisões em diferentes níveis. O Super BI, Painel Paulista e Aplicativo Diário de Classe são ferramentas que centralizam indicadores em um único local. Abrangem da frequência dos estudantes até a participação em avaliações de larga escala e engajamento em plataformas de aprendizagem. O BI atribui pesos específicos para esses índices ao compor uma nota consolidada de desempenho por escola, integrando também seu Índice de Vulnerabilidade. *Painel Aluno Presente*: consolida informações lançadas no diário de classe digital sobre a frequência dos estudantes nas aulas ministradas. O controle imediato das faltas contribui para o combate à evasão e o sucesso dos alunos nos estudos e é por esse sistema que professores, diretores, dirigentes e a própria Seduc, cada um em seu nível de acesso, verificam a frequência escolar dos discentes. Ademais, auxiliam o órgão central na gestão da rede de escolas. Em 2025, a média de frequência foi de 85% e chegou a 91% na primeira semana de novembro. Por fim, a Seduc implantou o sistema HUB de Inteligência & Gestão, na qual as áreas gestoras passaram a dispor de relatórios gerenciais nas evidências educacionais, financeiro, matrículas e em especial na área de Recursos Humanos de dados analíticos de pessoal, bem como de dados diários de atribuição de aulas que possibilitam de imediato identificar os déficits de professores por diretorias, escola, disciplina. *Eixo Pessoas e Lideranças*: Sob a gestão das políticas de gestão de pessoas da Seduc encontram-se na data base de 10/11/2025 (Hub Inteligência e Gestão) 231.151 servidores, sendo 202.108 do Quadro do Magistério - QM, 34.362 do Quadro de Apoio Escolar - QAE e 3.120 do Quadro de Servidores da Educação - QSE. *Recrutamento e Seleção*: A fim de garantir à Seduc recrutar e selecionar novos servidores de maneira eficaz e justa, de modo a atrair talentos qualificados para ocupar os cargos disponíveis, a Pasta seleciona profissionais para seu quadro de servidores e gestores que possam contribuir no desenvolvimento das políticas educacionais da educação de São Paulo. O ano de 2025 foi marcado por um intenso movimento de processos seletivos na rede estadual de ensino de São Paulo. Abaixo seguem informações sobre os processos seletivos e concursos realizados no exercício de 2025. O processo seletivo para Dirigente Regional de Ensino viabiliza a seleção de candidatos aptos para preenchimento de vagas abertas em Unidades Regionais de Ensino. Os interessados se inscrevem na plataforma Banco de Talentos da Seduc. Essa seleção faz parte da política pública implementada pela Seduc, que prevê o provimento de cargos na gestão escolar com base em critérios técnicos e competências profissionais. Em 2025, foram realizadas três edições do Processo Seletivo e selecionou 21 novos dirigentes regionais de ensino dentre 672 candidatos. O processo contemplou, além da análise de pré-requisitos, de indicadores e as entrevistas, uma etapa de case, em que os candidatos foram convidados a desenhar propostas de resolução para desafios reais da gestão das Unidades Regionais de Ensino. Para a seleção de Professor Ensino Profissionalizante, o processo simplificado para contratação temporária



de professores para atuar no Itinerário Formativo de Ensino Técnico do Ensino Médio da rede estadual contou com 22.560 inscritos, entre os 6 Eixos disponíveis. O concurso público para 15 mil professores resultou na nomeação de 12.842 docentes em setembro de 2024, com posse em novembro e início das atividades em janeiro de 2025. Uma nova chamada, em setembro de 2025, nomeou 4.039 professores adicionais, com previsão de exercício em janeiro de 2026. Nos processos seletivos simplificados de 2025, houve 154.182 inscritos no processo seletivo para atuação nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com classificação definitiva publicada em dezembro de 2024. Já o processo de 2026, voltado à formação de cadastro reserva e credenciamento para o Programa Ensino Integral (PEI), recebeu 157.411 inscrições, reforçando o interesse pela rede estadual. Além dos docentes, foram convocados 167 oficiais administrativos do concurso de 2019, já em exercício, e foi autorizada a contratação temporária de 19.403 Agentes de Organização Escolar (AOE), sendo 11.118 para reposição e 8.285 para expansão, fortalecendo o apoio operacional e administrativo nas escolas estaduais. *Atribuição de aulas digital:* O processo de atribuição de aula para 2026 se inicia no ano de 2025 com a definição de novas regras. Para o próximo ano letivo foram estabelecidos ajustes com a Resolução nº 138/2025 a fim de valorizar desempenho, assiduidade e formação continuada dos profissionais que estão em sala de aula. São ao todo seis indicadores, cada um com peso percentual correspondente: tempo de serviço (20%), presença em sala de aula (20%), desenvolvimento (20%), jornada ou carga horária atual (2,5%), titulação acadêmica (7,5%) e avaliação de desempenho (30%). A rede estadual apresenta 172.238 de professores com aula atribuída. Segundo o painel Professor Presente, havia 117.403.430 aulas a serem ministradas, destas 11,7% não foram ministradas (Hub Inteligência e gestão - acesso de 10/11/2025). *Gestão de Benefícios - Promoção Salarial:* em agosto de 2025, foi concluído o processo de promoção para docentes, aberto em 2024, totalizando 15.406 concessões. Bonificação de Resultados: o pagamento tem como base os resultados de avaliação, as condições estruturais das escolas e perfil das unidades e alunos matriculados. O valor pago foi da ordem de R\$543 milhões, referente ao desempenho das escolas estaduais no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) em 2024. O valor é 2,6 vezes superior ao do ano passado e foi pago a 164.2 mil servidores. Para os docentes em sala de aula, a aferição das metas levou em consideração metas individuais de professores de todas as disciplinas avaliadas de acordo com a etapa de ensino, além dos objetivos das escolas. *Prevenção à Saúde Mental do Docente – Programa de Atendimento VivaBem:* O Atendimento VivaBem é uma iniciativa no âmbito do Programa Cuidar de Quem Educa, instituído pela Lei nº 18.026/2024, que tem como missão promover a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde integral dos servidores da Educação paulista. Em 2025, o programa consolidou políticas integradas voltadas ao cuidado biopsicossocial, atuando em três pilares essenciais: 1. Pilar Mental – Teleatendimento em Psicologia e Psiquiatria - implantado em 2024, este serviço ampliou o acesso dos servidores ao cuidado em saúde mental, oferecendo suporte emocional remoto, consultas online, agendamento simplificado e atendimento individualizado e contínuo. Em 2025, após aditamento contratual que aumentou em 25% a capacidade de atendimento, o serviço alcançou resultados expressivos com 725.210 sessões de psicologia realizadas; e 48.280 teleconsultas psiquiátricas. O serviço se consolidou como um dos maiores programas públicos de suporte emocional remoto voltado a profissionais da educação no país, reforçando o compromisso da Seduc com a saúde mental dos servidores. 2. Pilar Socioemocional – Projeto Vida 360 - O Projeto Vida 360, criado em 2024, promove ações de desenvolvimento humano e bem-estar socioemocional por meio de palestras mensais transmitidas online, abordando temas relacionados ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, relações de trabalho, motivação e propósito. Em 2025, o projeto alcançou ampla participação e engajamento por meio de 12 edições realizadas ao longo do ano abordando



temas voltados ao fortalecimento socioemocional, saúde integral e cultura de paz. Com a atuação de palestrantes de grande reconhecimento a ação alcançou centenas de servidores por edição, com certificação dos participantes. Ao longo de 2025, o Vida 360 se consolidou como uma referência na promoção de bem-estar, diálogo e formação humana no ambiente escolar.

3. Pilar Físico – Promoção de Saúde e Qualidade de Vida - O Programa desenvolveu ações voltadas à saúde física e à prevenção de adoecimento, com iniciativas de orientação, campanhas internas, incentivo à prática de atividades físicas e articulação com políticas de saúde do servidor, fortalecendo hábitos saudáveis e condições adequadas de trabalho.

Evolução na Nova Carreira Docente: Regulamentada pelo Decreto nº 69.046/2024, a Nova Carreira Docente define critérios mais justos de evolução funcional e remuneração para professores, diretores e supervisores da rede estadual. Em 2025, os novos servidores foram automaticamente enquadrados no modelo, que possui 15 referências salariais e salários iniciais de R\$ 5.565,00 (professores), R\$ 6.678,00 (diretores) e R\$ 7.234,50 (supervisores). Neste mesmo ano, houve a publicação da Resolução nº 133, de 09 de outubro de 2025, que dispôs sobre a evolução por desempenho e de desenvolvimento dos integrantes do Quadro do Magistério regidos pela Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022, alterada pela Lei Complementar nº 1.396, de 22 de dezembro de 2023. A progressão ocorre a cada dois anos, baseada em desempenho e resultados pedagógicos, podendo alcançar até R\$ 14.469,00 para docentes no topo da carreira. Um simulador online foi disponibilizado para auxiliar os servidores na adesão ao novo regime.

Formação Continuada dos Profissionais da Educação: A Escola de Formação de Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” (EFAPE) desenvolve cursos e percursos formativos em serviço (à distância, presenciais e remotos, além de visitas técnicas), com o objetivo de qualificar profissionais do Quadro de Magistério (QM), Quadro de Apoio Escolar (QAE) e Quadro da Secretaria da Educação (QSE), buscando fortalecer a prática pedagógica por meio de programas articulados que valorizam o conhecimento produzido na própria rede e fomentam a colaboração. São ações formativas e resultados de 2025:

Programa Multiplica SP: Iniciativa pautada na formação entre pares e no compartilhamento de saberes, buscando soluções colaborativas e reconhecendo o protagonismo dos educadores. O programa oferece o Multiplica SP #Professores (64 cursos com temas diversificados para Anos Iniciais, Finais, Médio, Educação Profissional, Itinerários Formativos e plataformas educacionais) e o Multiplica SP #Coordenadores (3 cursos, organizados por segmento). As formações são realizadas via Microsoft Teams, em turmas de até 30 cursistas. No primeiro semestre de 2025, o programa certificou: Multiplica SP #Professores: 171 PECs, 2.235 Professores Multiplicadores e 83.091 Professores Cursistas. Multiplica SP #Coordenadores: 270 Coordenadores Multiplicadores, 4.599 Coordenadores Cursistas, 41 Coordenadores Cursistas Líderes e 91 Supervisores Embaixadores.

Planejamento de Aula (PdA): Destinado a professores de todos os componentes e etapas, o PdA visa fortalecer a prática docente com recursos atualizados e alinhados às diretrizes curriculares, oferecendo apoio contínuo ao planejamento pedagógico. A formação articula conhecimento de conteúdo e didática, com atividades interativas (vídeos, estudos de caso) que culminam em planos de aula. Até outubro de 2025, mais de 6,9 milhões de planejamentos de aula haviam sido concluídos, com um NPS de 65,6, indicando alta satisfação entre os participantes.

Formações de Gestão e Liderança: Escola de Gestão: Curso de 120 horas (síncronas e assíncronas) para diretores, vice-diretores, coordenadores, PECs e professores, visando formar líderes capazes de tomar decisões baseadas em evidências e promover a cultura de altas expectativas. O curso contou com 530 Diretores Multiplicadores e 14.949 Cursistas, totalizando 15.479 participantes em 2025.

Escola de Dirigentes: promovido com apoio de instituição parceira (81h, híbrida), visa formar e aperfeiçoar gestores escolares em competências de liderança e uso de indicadores, com 103 cursistas em 2025.

Programa de Desenvolvimento de Liderança (PDL): oferece



subsídios para que lideranças educacionais conduzam seus processos de gestão com assertividade e eficiência. A 1ª edição de 2025 aprovou 3.176 cursistas, com 5.870 inscritos na 2ª edição em andamento. *Formações Temáticas e Inclusivas:* Ame Sua Mente na Escola: Formação (7 módulos, 36h) que visa à promoção da saúde mental e prevenção de transtornos. Oferecido para 3.154 educadores na 1ª Edição/2025 (742 aprovados), com 5.000 vagas ofertadas na 2ª Edição em andamento. Educação Menstrual: promovendo Saúde e Respeito: curso lançado em 2025 para conscientizar sobre a pobreza menstrual, registrando 9.067 participantes (7.150 docentes, 1.419 gestores e 826 QAE/QSE). Da Educação Integral ao Ensino Integral 2: introduz educadores às metodologias e práticas do Programa Ensino Integral, com 7.088 inscritos na 1ª edição, dos quais 4.345 foram aprovados. Pós-graduação em Matemática: curso de Especialização em Práticas Educacionais para o Ensino da Matemática (Lato Sensu, 360h, presencial), ofertado gratuitamente aos 22.720 professores de Matemática da rede. Em 2025, foram matriculados 859 cursistas. *Qualificação de Apoio Escolar e Carreira:* Formação QAE: a formação para o desenvolvimento das Habilidades dos Integrantes do QAE (180h, online), visa qualificar os profissionais para excelência na gestão e organização escolar, com 24.755 servidores participantes em 2025. O curso QAE - Parte 1 (UniFECAF), com 34.977 vagas, qualifica especificamente o Gerente de Organização Escolar (GOE). Novo Plano de Carreira e Remuneração: a Lei Complementar nº 1374/2022 foi regulamentada pela Resolução Seduc nº 133/2025, que dispõe sobre a evolução por desempenho e desenvolvimento, além da realização de lives para esclarecimentos na rede. *Programas de Alfabetização, Tecnologia e Curriculares:* Programa Alfabetiza Juntos SP: Foca na alfabetização para as redes estadual e municipais. A 1ª Edição/2025 contou com 9.145 inscritos no total (5.460 da rede estadual), com 5.843 concluintes. Novos cursos (1º ao 5º ano) estão em operação (36h presenciais e 60h AVA), totalizando mais de 67 mil profissionais formados até setembro de 2025. Tecnologia e Inovação: foram ofertados cursos (em parceria) de Pensamento Computacional (vagas ilimitadas), Robótica (4 cursos, 150 vagas cada), Fundamentos da Lógica de Programação, Projetos com Python, HTML, CSS, JavaScript e Aprendizagem Inteligente com IA Generativas (150 vagas cada), para preparar professores para o componente de Tecnologia e Inovação. Outras Extensões: cursos de Extensão em Educação Financeira (1.500 vagas, Instituto Ânima) e Educação Emocional (9.000 vagas) estão em andamento com apoio de parceiros. Os cursos OSESP (Música) na 1ª e 2ª Edição/2025 contaram com 454 e 100 vagas (em andamento), respectivamente. PEC Qualidade da Aula: o PEC realiza a formação em serviço dos coordenadores pedagógicos, desenvolvendo prioridades definidas em roteiro. Entre as principais ações estão o apoio presencial (observação de sala e feedback). Entre fevereiro e novembro de 2025, foram realizadas 99.615 visitas às escolas e 91.303 apoios presenciais. *Formações Descentralizadas:* As Diretorias de Ensino executaram cerca de 4.849 ações formativas de janeiro a 31 de outubro de 2025, totalizando a participação de 162.011 servidores (registradas via sistema CadFormação). *Eixo Eficiência Administrativa de Serviços - Alimentação Escolar:* A oferta de alimentação escolar se dá por meio do gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de alimentação para os alunos de Educação Básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e específicas da Seduc, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é executado através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado. No sistema Centralizado, a área responsável planeja, define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle quantitativo e qualitativo dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. São atendidos cerca de 1.9 milhões de alunos diariamente. Atualmente a rede estadual conta com 34 nutricionistas, sendo 19 em atuação nas Unidades Regionais de Ensino e 15 no Órgão Central. Na tabela 3 os dados de logística evidenciam a vultuosidade desta operação.



Tabela 3: Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no Centro de distribuição em Cajamar	5.950.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	27
Fornecedores de gêneros alimentícios	54

Fonte: Sistema SED - data base: nov./25

O Programa de Alimentação Escolar opera em regime centralizado e descentralizado. No modelo centralizado, a Seduc gerencia a aquisição e distribuição de gêneros secos por meio de uma empresa terceirizada que cuida do armazém, estocagem e expedição. As Unidades Regionais de Ensino (UREs) contratam empresas para o preparo e distribuição nas escolas, com acompanhamento do Órgão Central. O sistema descentralizado é realizado via convênio com 431 municípios, abrangendo cerca de 1 milhão de alunos. Os municípios assumem o gerenciamento direto do Programa, incluindo cardápios e compras, mediante a renovação do termo de anuência junto ao FNDE (necessário para o repasse de recursos federais). A Seduc, por sua vez, repassa recursos (R\$ 5,50/aluno integral e R\$ 1,60/aluno regular) e se responsabiliza pela reposição de equipamentos e utensílios básicos de cozinha nas escolas. Em 2025, foram implementadas as seguintes ações na rede centralizada, visando à melhoria da oferta: Melhorias no Cardápio e Educação Alimentar: incluiu-se a oferta de alimentos sazonais in natura (goiaba, caqui, abacate etc.), associados a atividades pedagógicas, e foram ofertadas orientações às escolas com apoio de pesquisadoras do NUPENS/USP, UNESP e nutricionistas do CEAE. A Semana da Educação Alimentar e Nutricional, em maio, distribuiu materiais pedagógicos sobre "Alimentação Sustentável" e celebrou os profissionais com lives temáticas. Agricultura Familiar: a Seduc aplicou 37% do recurso federal (PNAE) em produtos da Agricultura Familiar superando a meta de 30%, adquiriu R\$ 150 milhões em alimentos de 42 cooperativas e associações. As equipes realizaram visitas in loco para conferir credibilidade ao processo e realizaram Chamada Pública para novos produtos (melancia e abacate) produzidos no estado. Visitas de Supervisão e Dieta Especial: nutricionistas realizaram 289 visitas de supervisão nas escolas para fiscalizar todas as etapas de execução da merenda (armazenamento, higiene, preparo, distribuição). Foram realizadas 442 orientações presenciais/online para responsáveis de alunos com necessidades alimentares especiais, atendendo a um total de 1.664 estudantes na rede com dieta diferenciada, por meio de recurso financeiro repassado à Diretoria de Ensino, se necessário. Alimentação no Recesso Escolar: A oferta de alimentação continuou durante o recesso de férias. Em janeiro, 1,2 mil estudantes aderiram em 117 escolas, servindo 3.700 refeições. Em julho, a ação foi ampliada, com 9 mil refeições em 172 unidades. Concurso de Receitas: as 10 melhores equipes da 1ª edição (2024) participaram de um encontro com chefs renomados, e 83 receitas vencedoras foram publicadas no e-book "Sabores Paulistas", com seis receitas incorporadas ao cardápio escolar. A iniciativa conquistou o 3º lugar no Prêmio Josué de Castro. O sucesso motivou o lançamento do 2º Concurso em agosto de 2025, com o tema "Alimentação e Sustentabilidade". Projetos em Andamento: está em curso a diversificação do cardápio de lanches, em linha com o PNAE, e a modernização dos sistemas informatizados de gestão. O projeto também contempla o fortalecimento das ações de fiscalização/controle e a centralização dos contratos de manipulação (atualmente geridos pelas UREs), visando à padronização e maior eficiência. *Transporte Escolar:* O serviço de transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais, no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a



necessidade de atender ao aluno que não consegue utilizar o sistema regular, tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes até sua unidade escolar. A partir de 2026, o transporte será regulamentado pela Resolução nº 161, de 8 de dezembro de 2025, que institui o Programa de Transporte Escolar Paulista (TESP) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e dispõe sobre seus critérios de atendimento, modalidades e procedimentos de solicitação. Em 2025, o serviço de transporte escolar foi ofertado aos estudantes por meio dos convênios formalizados com prefeituras (577 municípios), por meio da contratação direta por parte das Diretorias de Ensino (78 municípios) e pelo contrato centralizado da Seduc com a SEC LIGADO (extinta EMTU) para transporte de alunos com deficiência e pelos contratos centralizados (piloto em 3 Unidades Regionais de Ensino). Em regime de colaboração com municípios, 369 veículos escolares entregues entre os meses de abril e maio/2025 para 311 cidades com investimento de R\$ 159.605.879,20. Os números de contratação descentralizada nas Unidades Regionais de Ensino estão apresentados na tabela 4.

Tabela 4: Valores relativos ao transporte de alunos – modalidade

FORMA DE EXECUÇÃO	Nº de estudantes estaduais	Valor Estimado Anual
Contrato Centralizado LIGADO – Transporte para aluno com deficiência	4.898	R\$ 198.236.335,64
Contrato Centralizado – Transporte para aluno com deficiência e regular	3.051	R\$ 25.487.795,86
Transporte Regular	69.964	
Serviços contratados pelas Unidades Regionais de Ensino	Transporte para alunos com Necessidade Especial e Mobilidade Reduzida	7.184
		R\$ 908.172.992,82
Passe escolar contratado pelas Diretorias de Ensino	23.003	R\$ 26.846.632,00
TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS	100.151	R\$ 1.158.743.756,32

Fonte: Controle de Contratos da Coordenadoria de Transporte Escolar - Data Base: novembro/2025.

Referente ao Serviço Especial LIGADO, a EMTU entrou em processo de Liquidação por conta da reforma administrativa do estado e a partir de outubro/2025, o serviço ficou sob responsabilidade da Seduc como contratação Direta, com a Subrogação dos contratos dos atuais operadores. Atualmente, nesse serviço, atuam 1.007 operadores credenciados, dos quais 612 estão em plena atividade contratual. A operação está estruturada em duas bases principais: URE São Bernardo do Campo, que concentra o maior volume de atendimentos; e URE Campinas Oeste, responsável pelo atendimento da região metropolitana de Campinas. Com dados de outubro de 2025, o Programa atende 4.915 alunos, sendo 76% na região metropolitana de São Paulo e 24% na região metropolitana de Campinas. Sobre os convênios com os municípios, atualmente são 577 prefeituras que participam do programa de transporte escolar estadual gratuito à luz do Decreto nº 48.631/2014. A tabela 5 trata dos convênios com os municípios, nos quais a Seduc faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida.

Tabela 5: Valores relativos ao transporte de alunos – Repasses Seduc – Base 2024.

Seduc/PREFEITURA	VALORES ANUAIS	PORCENTAGEM
Repasses Seduc	R\$ 1.380.767.022,14	75,93%
Contrapartida das Prefeituras	R\$ 437.664.593,00	24,07%
Total	R\$ 1.818.431.615,14	100,00%

Fonte: Secretaria Escolar Digital – SED, formalizações em 2025/2026.

Encontra-se em andamento uma iniciativa para viabilizar maior eficiência e garantir economia na gestão do transporte escolar, contemplando a revisão de processos, a adoção de soluções



tecnológicas e a otimização de recursos, visando assegurar deslocamentos seguros e de qualidade para os estudantes da rede estadual. Esse projeto integra o conjunto de ações estratégicas da Seduc voltadas à melhoria contínua dos serviços educacionais, assegurando transparência, sustentabilidade e racionalização dos custos operacionais. *Centro de Serviços Compartilhados:* Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos alunos e padronizar a gestão, a Seduc vem centralizando as contratações no órgão central. A centralização dos Serviços de Limpeza Escolar iniciou-se em 2023 no polo 7, com R\$ 26,5 milhões em contratos, ampliando-se para R\$ 645,1 milhões em 2024 e R\$ 326,1 milhões em 2025, totalizando R\$ 997,9 milhões para atendimento de 3.908 unidades escolares. Também foram centralizados os contratos do PAE/AVD, resultando na contratação de 11.739 profissionais para atendimento de 19.603 estudantes, com investimento de R\$ 343,7 milhões. Para garantir o acompanhamento da execução contratual, a Seduc desenvolveu o Portal de Atendimento (atendimento.educacao.sp.gov.br ou via SED), permitindo que escolas e Unidades Regionais registrem ocorrências sobre serviços terceirizados e recebam retorno mais ágil. Complementarmente, estão sendo produzidos manuais de gestão e fiscalização para orientar e capacitar servidores nos novos procedimentos. *Serviços de Apoio Escolar:* A Seduc vem centralizando contratações desde 2023 para padronizar a gestão e fiscalização dos serviços, iniciando pelo serviço de limpeza. Em 2025, foram firmados R\$ 326,1 milhões em contratos para 3.908 unidades escolares, além da contratação centralizada de 11.739 profissionais de apoio para 19.603 estudantes elegíveis à Educação Especial, totalizando R\$ 343,7 milhões. Para melhorar o acompanhamento da execução contratual, a Secretaria aprimorou o Portal de Atendimento, disponível via SED ou atendimento.educacao.sp.gov.br, permitindo o registro ágil de ocorrências sobre serviços terceirizados pelas escolas e UREs. Foram produzidos manuais de gestão e fiscalização para capacitar servidores nos novos procedimentos. No âmbito da segurança, o programa Vigilantes nas Escolas disponibilizou 977 postos de vigilância em 2025, complementados pela atuação dos Assessores Técnicos de Monitoramento, que acompanham câmeras em tempo real no CICC, cobrindo 98% das escolas estaduais. *Profissional de Apoio Escolar – Atividade de Vida Diária:* O Decreto Nº 67.635/2023 regulamenta o serviço do Profissional de Apoio Escolar – Atividade de Vida Diária – PAE/AVD (Cuidador). Este, é ofertado para apoio aos alunos com deficiência pertencentes à rede pública estadual de ensino. O serviço é executado nas unidades escolares jurisdicionadas as 91 Unidades Regionais de Ensino, nos respectivos turnos em que o estudante esteja matriculado e que necessite de suporte para as atividades de locomoção, higiene, alimentação ou administração de medicação constantes de prescrição médica durante a permanência na unidade escolar. Em 2025, iniciaram-se os contratos do licitatório Edital 90007/CISE/2025 nas 91 Unidades Regionais de Ensino conforme tabela 6.

Tabela 6: Profissionais do Apoio Escolar PAE/AVD (Cuidador)

Nº do Contratos formalizados	Número de alunos	Número de Cuidadores	Valor estimado Ano (contratos)
18	20.102	11.739	R\$ 343.709.797,81

Fonte: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao aluno, Data base: nov./2025.

Kit de Material Escolar: No início do ano letivo é fornecido aos alunos um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a Seduc de acordo com o nível de ensino. Para atendimento aos estudantes no ano letivo de 2026 foram adquiridos, em 2025, cerca de 3,2 milhões de kits de material escolar mais reserva técnica. Os quantitativos se encontram na tabela 7.

Tabela 7: Kits Material Escolar – 2025 (distribuição 2026)

Tipo do Kit	Quantidade	Valor Unitário	Valores Aplicados



Kit Material Escolar - Anos Iniciais do EF	600.066	R\$ 40,38	R\$ 23.250.359,82
Kit Material Escolar - Anos Finais do EF	1.364,53	R\$ 37,38	R\$ 50.804.316,78
Kit Material Escolar - EM	1.318.986	R\$ 35,98	R\$ 44.675.286,60
TOTAL	3.414.136	-	R\$ 118.729.963,20

Fonte - Data Base: FDE – nov./2025.

Parceria Público-Privada - PPP Novas Escolas: A parceria público-privada (PPP) do Governo de São Paulo, qualificada no PPI-SP, prevê a construção de 33 novas unidades escolares, com capacidade para atender aproximadamente 354,8 mil estudantes dos ensinos fundamental e médio. O projeto tem como foco modernizar a infraestrutura física da rede estadual, abrangendo apenas serviços não pedagógicos. O escopo inclui construção, adequação e manutenção predial, dividido em dois lotes (Oeste e Leste), contemplando 29 municípios. O investimento estimado é de R\$ 2,1 bilhões, estruturado em parceria com o BNDES. A concorrência ocorreu em 2024, e as obras e processos de desapropriação estão em andamento. A iniciativa busca otimizar a gestão escolar, aumentando a eficiência, reduzindo custos e qualificando os gastos, de modo a liberar tempo e recursos para que gestores e professores se concentrem nas atividades pedagógicas. Não há qualquer interferência dos executores da PPP nas diretrizes pedagógicas ou na carreira dos profissionais, que permanecem sob gestão exclusiva da Secretaria da Educação. **PDDE Paulista:** O Programa Estadual Dinheiro Direto na Escola - PDDE Paulista foi instituído pela Lei nº 17.149/2019, e regulamentada pelo Decreto nº 64.644/2019, com objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica da rede estadual paulista. Com isso, visa-se à promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, a fim de fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escolar, no contexto da gestão democrática. A orientação para o uso do recurso pelas escolas e os critérios de repasse são fornecidos por meio da publicação de resoluções específicas, e informações podem ser consultadas no portal: www.pdde.educacao.sp.gov.br. Em 2025, foram repassados R\$ 457.904.783,79 às Associações de Pais e Mestres, detalhados na tabela 8.

Tabela 8: Valores repassados às escolas no exercício de 2025.

Tipo de Repasse	Valor Repassado	Tipo de Repasse	Valor Repassado
Emendas	4.850.000,00	Engenharia Elétrica	160.300,00
Feira Científica	81.900,00	Rede de Suprimentos	217.000,00
Inclusão Música	49.600,00	Ensino Profissionalizante	8.071.650,00
Olimpíadas de Matemática	1.306.723,00	Grêmio	52.629.150,00
OMASP 2025	1.324.147,00	Manutenção	371.362.120,00
Desafios Mundo Real	669.746,99	Dignidade Íntima	17.182.446,80

Eixo Infraestrutura - Rede Física de Escola: As melhorias na rede física de escolas têm como objetivo garantir as condições adequadas de infraestrutura predial das edificações que compõem a rede estadual de ensino; seja através de manutenções que visam corrigir problemas e conservar a condições físicas ideais dos espaços pedagógicos e administrativos das escolas; seja por ações que pretendem expandir a oferta de vagas - especialmente para o Ensino Integral -, ou adequar os prédios escolares de modo a qualificar esses ambientes como no caso da implementação da Educação Profissional. Em 2025, foram iniciadas e continuadas as obras de construções de novas



escolas e climatização das unidades em regiões quentes do estado. Além de intervenções para reparos e manutenções, bem como planejadas intervenções que visam adequar a estrutura física escolar ao número de alunos matriculados, sob a perspectiva da oferta dos espaços pedagógicos necessários ao atual currículo. Intervenções de reparos e manutenções dos prédios escolares, consideradas tecnicamente de baixa complexidade, foram realizados repasses financeiros por meio do PDDE Paulista. Já para a execução das obras e reformas de maior porte, principalmente aquelas que envolvem serviços de engenharia de natureza mais complexa, a Seduc conta com a atuação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. Enquanto a Seduc é responsável por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar, a FDE atua na execução, como braço operacional e entidade vinculada, que por sua vez elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. No exercício de 2025, a FDE concluiu até o início do mês de dezembro 3.344 obras de reforma, revitalização, ampliação e acessibilidade nas unidades escolares. Além disso, está executando, ou licitando, as obras e reformas que constam da tabela 9.

Tabela 9: Obras executadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação em 2025.

Ação FDE	Em andamento		Concluídas		Total	
Tipo de Intervenção	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Acessibilidade	10	R\$ 44.833.953,99	49	R\$ 143.803.237,07	59	R\$ 188.637.191,06
Ampliação	178	R\$ 114.233.831,30	29	R\$ 11.238.850,52	207	R\$ 125.472.681,82
Cobertura de Quadra	33	R\$ 39.350.414,87	42	R\$ 50.179.876,31	75	R\$ 89.530.291,18
Construção Prédio Administrativo	0	R\$ -	1	R\$ 6.920.000,00	1	R\$ 6.920.000,00
Creche	70	R\$ 211.325.502,69	26	R\$ 83.624.951,99	96	R\$ 294.950.454,68
Obra Nova	22	R\$ 231.907.390,13	14	R\$ 157.658.140,20	36	R\$ 389.565.530,33
Reforma	507	R\$ 329.724.777,97	3183	R\$ 766.399.843,89	3690	R\$ 1.096.124.621,86
Total	820	R\$ 971.375.870,95	3344	R\$ 1.219.824.899,98	4164	R\$ 2.191.200.770,93

Fonte Balanço Gestão Obras /FDE acesso em 16/12/2025.

Obs: Ampliação é o programa no qual aumentamos o número de salas de aula, criando mais área construída. Independentemente se for na rede estadual, municipal ou creche.

Para que os ambientes escolares tenham conforto térmico, a Seduc investiu em 2025 cerca de R\$1,49 milhões em obras de adequação de redes de energia e na compra e instalação de equipamentos de ar-condicionado para climatizar 43 escolas estaduais de 31 cidades paulistas. Até o final de outubro/25, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) concluiu a infraestrutura de 905 unidades escolares e em 344 municípios as entradas de energia já foram adequadas e ligadas pelas concessionárias locais. Tem-se também a aquisição e distribuição de mobiliário para ambientes escolares e administrativos ocorrem com apoio técnico e logístico da FDE, responsável pela especificação dos itens, em consonância com as normas técnicas que regulam a questão, como a NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos



urbanos. O investimento em mobiliários, equipamentos e utensílios garantiu a reposição de itens desgastados pelo tempo de uso e, também, o suprimento do aumento de demanda, com a realização de mais de 3.500 entregas em todo o estado, contabilizando apenas os atendimentos por ordem de fornecimento, conforme quantitativos apresentados na tabela 10.

Tabela 10: Investimento em mobiliários, equipamentos e utensílios.

Descrição	Quantidade	Investimento
Mobiliários	119.372	R\$ 63.704.726,33
Equipamentos	5.300	R\$ 3.514.501,50
Total	124.672	R\$ 67.219.227,83

*A SED não discrimina as aquisições quando se trata de utensílios, fornecendo somente o valor de investimento. Fonte: Arquivos de controle CISE/CEQUI. Data base: 17 de novembro de 2025.

A nova rede de suprimentos foi estruturada para trazer maior eficiência à logística pública, atendendo mais de 5 mil unidades da rede estadual — incluindo escolas, classes hospitalares e penitenciárias, Fundação CASA, CEEJAs e Unidades Regionais de Ensino — com materiais de escritório, alimentação e limpeza, simplificando e desburocratizando o processo de compras. A partir da análise do histórico de consumo, identificou-se que, dos mil itens anteriormente distribuídos, apenas 50 concentravam cerca de 80% do volume financeiro. Com isso, o novo modelo passou a operar com kits padronizados contendo esses 50 insumos, entregues mensalmente. A operação conta com uma unidade logística central responsável por receber, armazenar, montar os kits e distribuir os materiais em todo o estado. O modelo trouxe padronização dos itens, melhoria da qualidade dos insumos, redução de custos — devido à licitação por item, permitindo maior concorrência —, além de previsibilidade nas entregas e centralização das compras essenciais, liberando diretores para foco nas ações pedagógicas. Até o momento, foram investidos aproximadamente R\$ 65 milhões, sendo R\$ 7 milhões em logística e R\$ 58 milhões em insumos destinados às escolas e UREs. Para os demais itens específicos de cada unidade, considerados “miudezas”, os recursos foram repassados via PDDE, permitindo que cada escola realize aquisições conforme suas necessidades pedagógicas. *PAINSP*: A Seduc conta também com o Plano de Ações Integradas do Estado de São Paulo – PAINSP, instituído pela Lei nº 17.414/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 66.177/2021, cujo objetivo é promover assistência técnica e financeira aos municípios, em regime de colaboração, substituindo o modelo tradicional de convênios e garantindo maior celeridade às ações de melhoria da educação básica. No eixo de infraestrutura física, o PAINSP oferta os portfólios: 523 – Infraestrutura física da rede municipal (ampliação, construção e reforma de creches e de escolas municipais) e 745 – Infraestrutura física – cozinha piloto (ampliação, reforma e construção). Em 2025, foram assinados 29 Termos de Compromisso, totalizando R\$ 50.505.043,72 (tabela 11). Durante seu período de vigência, a Seduc iniciou e conduziu ações pactuadas com os municípios por meio do PAINSP, incluindo: Construção e ampliação de creches municipais para atendimento das demandas regionais; Construção, reforma e ampliação de escolas, de modo a garantir infraestrutura alinhada ao currículo e ampliar a oferta, com atenção especial às regiões com déficit de vagas e ao Ensino Integral; e Cobertura de quadras esportivas em Escolas Estaduais, priorizando unidades sem quadra coberta, assegurando espaços adequados para atividades esportivas e de desenvolvimento motor e cognitivo. No ano de 2025, no âmbito do Eixo de Equipamentos, foram assinados 30 Termos de Compromisso, totalizando o montante de R\$ 3.284.737,54.

Tabela 11 termos de compromisso assinados até 2025 com o status atual.

Termos de Compromisso	Creches	Escolas Municipais	Cozinha Piloto



	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)	Qtd	Valor (R\$)
Construção	8	36.402.134,21	-	-	1	960.000,00
Ampliação	19	7.817.374,99	-	-	-	-
Reforma	-	-	1	5.325.534,52	-	-
Totais	27	44.219.509,20	1	5.325.534,52	1	960.000,00

Fonte: Sistema Demandas, acesso em 11/11/2025

Transformação Digital: A Seduc, em parceria com a FDE, avançou na modernização tecnológica da rede estadual, ampliando equipamentos, conectividade e soluções digitais que apoiam tanto o uso pedagógico quanto a gestão escolar. As ações incluem aquisição de notebooks, desktops, plataformas de recarga e access points, além da expansão da conectividade, hoje com velocidade mínima de 100 Mbps nas escolas e 300 Mbps nas Unidades Regionais de Ensino. Essas iniciativas garantem acesso ao material didático digital, às plataformas educacionais e aos sistemas de avaliação online. A seguir, apresenta-se a Tabela 12 com os quantitativos de equipamentos e sistemas adquiridos em 2025.

Tabela 12 - Quantitativos de Equipamentos por instância.

Equipamento	Quantidade Equipamentos
Notebook Sala de Aula - Windows	51.544
Notebook Sala de Aula - Chromebook	71.030
Notebook Básico Educacional	3.500
Notebook Avançado Educacional	21.630
Plataforma de Recarga Móvel	1.769
Upgrade de notebook 32Mb (SSD)	160.705
Sistemas	Quantidade Sistemas
Bluedu - Gerenciamento de notebook e desktop	573.941 licenças
Gerenciamento de tablets e celulares	232.831 licenças
Microsoft - Copilot e Office	7.676.483 licenças
Microsoft - Power BI	60 licenças

Fonte: Dados gerenciais COEGD – nov./2025

Em 2025 foram adquiridos 3,5 mil notebooks para professores multiplicadores do programa Multiplica SP (R\$ 9.817.500,00) e 9.195 notebooks destinados ao ensino profissionalizante e à atualização do parque existente (R\$ 16.867.960,00), com entregas concluídas em meados de 2025. **Conectividade:** Atualmente, 98% das escolas contam com conectividade entre 100 e 300 Mbps. Nas áreas rurais, a cobertura é feita por satélites de baixa órbita. As 91 Unidades Regionais de Ensino e prédios centrais também tiveram aumento de banda. A Seduc mantém o serviço de dados patrocinados, eliminando custos de internet para estudantes, famílias e servidores. Entre 2024 e 2025, foram adquiridos e instalados 6.000 switches, 1.044 nobreaks e 2 Fortianalyzers, beneficiando 3.080 escolas. No mesmo período, a infraestrutura lógica foi ampliada em 19 novas escolas, 55 unidades tombadas e 1.607 manutenções. O incentivo ao PIEC permitiu a contratação de um segundo link, já implementado em 2.611 escolas, ampliando desempenho, segurança e resiliência da rede. **Upgrades do Data Center:** O Data Center da FDE, certificado pela ABNT/Inmetro, sustenta serviços corporativos da Seduc e FDE, fornecendo acesso para mais de 4 milhões de usuários em mais de 5.000 unidades. Em 2025, sua capacidade foi ampliada para 400 Gbps, com custo anual aproximado de R\$ 1 milhão. O ambiente processa serviços Microsoft 365, Google Workspace, DNS para 1,5 milhão de dispositivos, monitora 12 mil computadores, opera backups,



gerencia o Active Directory e integra-se à nuvem Seduc (Microsoft Azure). A segurança foi fortalecida com Microsoft Sentinel, Defender for Endpoint (XDR) e melhorias no Entra ID. *Eixo Comunicação e Transparência:* Comunicação Externa: Em 2025, a Seduc produziu 1.050 releases, 59 avisos de pauta e registrou, em média, 1.890 reportagens mensais relacionadas à Educação, sendo 414 em impressos, 40 na televisão, 106 no rádio e 1.331 em portais de internet. Foram atendidas 3.264 solicitações da imprensa ao longo do ano. Nas redes sociais, o Instagram alcançou mais de 3 milhões de usuários, somou 159 mil seguidores e registrou 349 mil interações, com engajamento superior a 10% e 478 publicações no período. O TikTok apresentou média mensal de 175 mil visualizações e 11 mil engajamentos, elevando a base para 12,5 mil seguidores. No Facebook, houve 37,8 mil interações e 728 mil usuários em alcance potencial, enquanto o X/Twitter contabilizou 362 publicações e 985 interações. Comunicação Interna – Comunidade Escolar: Em 2025, foram elaborados 646 papers e respondidos 341 pedidos de informações sobre obras, programas e dúvidas gerais. Para eventos estratégicos, foram produzidos 284 informativos, além de 969 peças gráficas (banners, cards, identidades visuais, apresentações, certificados, troféus e artes diversas). *Comunicação Interna – Servidores:* A Intranet Educação SP segue como principal canal de comunicação interna, oferecendo notícias, boas práticas, documentos, cursos, benefícios e mais de 200 parcerias voltadas à cultura, lazer e campanhas de conscientização. As ações apoiam formação, bem-estar, saúde mental e maior integração entre áreas. Em 2025, a plataforma registrou 2.025.449 visualizações, 4.133.623 interações, 130.581 usuários ativos, tempo médio de navegação de 8min05s e taxa de aprovação de 73,06% (nov./2025). No mesmo período, foram publicadas 595 notícias, recebidos 3.230 comentários e respondidos 350 e-mails pelos canais internos. A Seduc também mantém o canal oficial de atendimento aos usuários, com métricas consolidadas na tabela 13.

Tabela 13: Total por canal de atendimento

Tipo de atendimento	Quantidade	Tipo de atendimento	Quantidade
Atendimento Eletrônico/URA	345	Informações prestadas 0800	93.258
Atendimento Presencial	4.309	Atendimento Humano de chatbot	14.760
Portal de Atendimento	286.819	Ligações Ativas	54.226

Fonte - Data-base: Centro de Atendimento - CITEM/CEAT - janeiro a outubro de 2025.



SECRETARIA DE ESPORTES

Programas e Ações Realizados no Exercício de 2025: A Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo (SESP) tem como missão formular políticas públicas esportivas alinhadas aos objetivos estratégicos do Governo do Estado e aos preceitos constitucionais, reconhecendo o esporte como instrumento essencial para o desenvolvimento do cidadão e da sociedade. A prática esportiva promove benefícios individuais à saúde física e mental, contribuindo para a prevenção de doenças, melhoria da qualidade de vida e preservação das capacidades cognitivas ao longo da vida. Nesse contexto, a SESP busca ampliar e diversificar a oferta de modalidades e equipamentos esportivos, com foco na inclusão social, especialmente em comunidades mais carentes, bem como na continuidade de projetos voltados a melhor idade e às pessoas com deficiência. A Secretaria também prioriza a ampliação de convênios com municípios e o uso de emendas parlamentares para a implantação de equipamentos esportivos, fortalecendo a cooperação institucional e otimizando recursos. No âmbito coletivo, o esporte promove valores como disciplina, cidadania, convivência social e prevenção da violência. As ações da SESP são executadas por meio de programas vinculados ao Gabinete do Secretário e à Coordenadoria de Esportes e Lazer. **PROGRAMA 4113 - ESPORTE E LAZER ATIVO NO PRESENTE COM FOCO NO FUTURO:** Tem por finalidade manter em condições adequadas e segura a Sede e os Próprios por ela administrados, bem como formular e executar Políticas Públicas de Esportes em todas as manifestações, garantindo a democratização e o acesso à prática e ao Desenvolvimento Esportivo, à qualidade de vida, à Educação e à Saúde. A Coordenadoria Geral de Esporte executa, anualmente, o tradicional Calendário Oficial de Eventos Esportivos por meio repasse a Prefeituras através Convênios. Os eventos constantes do Calendário de Esportes envolvem grande número de público de várias faixas etárias. **Ação 5854 – Suporte Administrativo a Infraestrutura de Suprimentos:** Gerenciamento das atividades da Secretaria de Esportes de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionalidade das unidades administradas, inclusive de reformas da sede, dos Conjuntos Desportivos "Baby Barioni", "Constâncio Vaz Guimarães", Vila Olímpica "Mário Covas", CERECAMP, Seções Regionais de Esporte e Lazer, entre outros, aumentando as condições de utilização com bem-estar e segurança ao público frequentador desses locais, bem como propiciar condições de infraestrutura administrativa visando ao adequado desenvolvimento das atividades da Secretaria de Esportes e seus anexos. Valor Total – R\$ 69.992.135,85; Pessoal – R\$ 29.338.454,45; Despesas Correntes – R\$ 40.653.681,40. Nesta ação são executadas também as despesas com Pessoal e Encargos. **Ação 5131 – Realização e Apoio aos Eventos de Caráter Competitivo:** Fomentar, divulgar a realização de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira formativa e competitiva, direcionada para a população de todas as faixas etárias, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos como: Jogos Abertos do Interior; Jogos Regionais; Jogos da Melhor Idade; Jogos Abertos da Juventude; JEESP- Jogos Escolares do Estado de São Paulo; Copas (Basquetebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica); Campeonato de Futebol, Pro Atletismo e Pro Natação e, capacitação em esporte, bem como, acompanhar a celebração de convênios com Municípios e Entidades, e gerenciar os procedimentos Técnicos e Administrativos. **EVENTOS DO CALENDÁRIO E EXTRA-CALENDARIO REALIZADO PELA SECRETARIA EM 2025:** R\$ 77.327.450,84 - 27º Jogos da Melhor Idade – JOMI

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
1ª	SEM SEDE	1372	1288	23	



2ª	SEM SEDE	1998	1805	35	
3ª	SÃO MANUEL	1416	1148	41	400.000,00
4ª	S. J. BOA VISTA	2061	1721	39	463.188,10
5ª	BARRETOS	2145	1640	44	472.000,00
6ª	ARAÇATUBA	1893	1535	56	492.329,00
7ª	TUPÃ	1448	1242	49	390.979,10
8ª	CERQUILHO	2018	1698	47	471.680,04
JOMI Final Estadual	S. J. BOA VISTA	14351	12077	334	703.998,36
TOTAL		28702	24154		3.394.174,60

67º Jogos Regionais

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
1ª	SÃO BERNARDO	4160	3107	20	858.477,00
2ª	S.J. DOS CAMPOS	3644	3424	33	Não houve repasse
3ª	LINS	3673	3534	43	804.951,83
4ª	BRAGANÇA PTA	5410	4347	47	861.077,00
5ª	RIB. PRETO	5099	4397	49	856.472,30
6ª	VOTUPORANGA	3611	3253	38	861.067,00
7ª	OURINHOS	4352	3701	63	858.906,13
8ª	ITAPETININGA	4946	4463	48	744.835,88
TOTAL		34895	30226	341	5.845.787,14

40º Jogos Abertos da Juventude

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	LENÇÓIS PTA	30517	27957	351	1.064.800,00

87º Jogos Abertos Horácio Baby Barioni

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor
ESTADO/TOTAL	RIBEIRÃO PRETO	Evento termina em 21/12/2025		169	

15ª Copa de Ginástica Rítmica

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	PIRAJÚ	399	335	27	136.997,78

12ª Copa de Ginástica Artística

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$



ESTADO/TOTAL	S. J. DA BOA VISTA	565	443	33	96.715,70

9ª Copa de Voleibol

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	BORBOREMA	6793	6281	218	167.147,00

13ª Copa de Futsal

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	SERRANA	5571	5076	222	195.166,98

12ª Copa de Basquetebol

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	TANABI	2766	2557	112	193.887,41

23ª Copa de Handebol

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	JALES	2169	2026	70	178.163,90

3º Pró – Atletismo

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	SERTÃOZINHO	4052	3866	100	105.600,00

Obs. Número de participantes e atletas baseados nas inscrições para participação, evento a ser realizado de 19 a 21/12/2025

3º Pró - Natação

Região	Município Sede	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$
ESTADO/TOTAL	SERTÃOZINHO	1756	1663	36	84.000,00

Obs. Número de participantes e atletas baseados nas inscrições para participação, evento a ser realizado de 19 a 21/12/2025

PARESP

Região	Modalidades	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios
ESTADO	Atletismo	908	846	64
ESTADO	Natação	460	392	43
ESTADO	Rugby c/rodas	75	50	5
ESTADO	Halterofilismo	111	91	2
ESTADO	Vôlei Sentado	177	141	10
TOTAL		1731	1520	

53º Campeonato Estadual de Futebol “Professor José Astolphi”

Etapa	Diretoria	Nº Participantes	Nº Atletas	Nº Municípios	Valor R\$



SUB 11	SÃO MANUEL	352	288	16	197.650,00
SUB 13	CAJOBI	352	288	16	195.673,50
SUB 15	GENERAL SALGADO	352	288	16	195.583,29
SUB 14/17 FEM	PACAEMBÚ	704	576	32	198.650,00
TOTAL		1760	1440	80	787.556,79

Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP – Valor Total R\$ 35.282.652,00

Etapa	Diretoria	Nº Unidades Escolares	Nº Total Participantes	Nº Municípios
Sub 14 - Etapa 1	ARAÇATUBA	77	8026	35
Sub 14 - Etapa 1	ARARAQUARA	103	9215	27
Sub 14 - Etapa 1	BARRETOS	32	4936	13
Sub 14 - Etapa 1	BAURÚ	129	6984	44
Sub 14 - Etapa 1	CAMPINAS	472	29215	69
Sub 14 - Etapa 1	SÃO PAULO	320	20421	1
Sub 14 - Etapa 1	FRANCA	62	4669	14
Sub 14 - Etapa 1	GRANDE SP	775	37057	27
Sub 14 - Etapa 1	MARÍLIA	125	8854	53
Sub 14 - Etapa 1	PRES. PRUDENTE	95	7871	40
Sub 14 - Etapa 1	RIB. PRETO	67	6853	16
Sub 14 - Etapa 1	S.J. RIO PRETO	101	8239	21
Sub 14 - Etapa 1	S.J. DOS CAMPOS	113	10194	62
Sub 14 - Etapa 1	SANTOS	158	5458	27
Sub 14 - Etapa 1	SOROCABA	112	13564	28
TOTAL		2741	181556	477

Jogos Escolares do Estado de São Paulo - JEESP

Etapa	Diretoria	Nº Unidades Escolares	Nº Total Participantes	Nº Municípios
Sub 14 - Etapa 2	ARAÇATUBA	12	1499	5
Sub 14 - Etapa 2	ARARAQUARA	25	1816	12
Sub 14 - Etapa 2	BARRETOS	9	365	6
Sub 14 - Etapa 2	BAURÚ	49	2152	12
Sub 14 - Etapa 2	CAMPINAS	33	2416	25
Sub 14 - Etapa 2	SÃO PAULO	26	650	1



Sub 14 - Etapa 2	FRANCA	32	1917	11
Sub 14 - Etapa 2	GRANDE SP	32	1807	13
Sub 14 - Etapa 2	MARÍLIA	24	1142	10
Sub 14 - Etapa 2	PRES. PRUDENTE	22	1215	14
Sub 14 - Etapa 2	RIB. PRETO	21	884	6
Sub 14 - Etapa 2	S.J. RIO PRETO	22	1600	12
Sub 14 - Etapa 2	S.J. DOS CAMPOS	32	2075	15
Sub 14 - Etapa 2	SANTOS	31	882	9
Sub 14 - Etapa 2	SOROCABA	53	3454	19
TOTAL		423	23874	170

Jogos Escolares do Estado de São Paulo - JEESP

Etapa	Diretoria	Nº Unidades Escolares	Nº Total Participantes	Nº Municípios
Sub 17 - Etapa 1	ARAÇATUBA	78	9471	35
Sub 17 - Etapa 1	ARARAQUARA	86	11928	27
Sub 17 - Etapa 1	BARRETOS	48	5640	20
Sub 17 - Etapa 1	BAURÚ	122	7150	46
Sub 17 - Etapa 1	CAMPINAS	496	37269	78
Sub 17 - Etapa 1	SÃO PAULO	346	28028	1
Sub 17 - Etapa 1	FRANCA	72	6378	22
Sub 17 - Etapa 1	GRANDE SP	803	42163	32
Sub 17 - Etapa 1	MARÍLIA	135	10550	53
Sub 17 - Etapa 1	PRES. PRUDENTE	108	9938	49
Sub 17 - Etapa 1	RIB. PRETO	86	9708	23
Sub 17 - Etapa 1	S.J. RIO PRETO	131	11694	21
Sub 17 - Etapa 1	S.J. DOS CAMPOS	136	17930	82
Sub 17 - Etapa 1	SANTOS	219	8017	38
Sub 17 - Etapa 1	SOROCABA	126	18928	24
TOTAL		2992	234792	551

Jogos Escolares do Estado de São Paulo - JEESP

Etapa	Diretoria	Nº Unidades Escolares	Nº Total Participantes	Nº Municípios
Sub 17 - Etapa 2	ARAÇATUBA	13	1547	6



Sub 17 - Etapa 2	ARARAQUARA	21	1226	11
Sub 17 - Etapa 2	BARRETOS	6	226	5
Sub 17 - Etapa 2	BAURÚ	48	2547	13
Sub 17 - Etapa 2	CAMPINAS	28	2206	22
Sub 17 - Etapa 2	SÃO PAULO	21	624	1
Sub 17 - Etapa 2	FRANCA	32	2100	11
Sub 17 - Etapa 2	GRANDE SP	32	2015	12
Sub 17 - Etapa 2	MARÍLIA	25	1122	10
Sub 17 - Etapa 2	PRES. PRUDENTE	24	1284	13
Sub 17 - Etapa 2	RIB. PRETO	9	704	2
Sub 17 - Etapa 2	S.J. RIO PRETO	16	1565	13
Sub 17 - Etapa 2	S.J. DOS CAMPOS	31	1209	11
Sub 17 - Etapa 2	SANTOS	19	806	7
Sub 17 - Etapa 2	SOROCABA	42	3041	15
TOTAL		367	22222	152

Jogos Escolares do Estado de São Paulo - JEESP

Etapa	Diretoria	Nº Unidades Escolares	Nº Total Participantes	Nº Municípios
Sub 14 – Final Estadual Etapa 1	LINDÓIA	171	2246	114
Sub 14 – Final Estadual Etapa 2	LINDÓIA	121	1719	78
Sub 14 – Final Estadual Etapa 1	PRAIA GRANDE	204	2359	134
Sub 14 – Final Estadual Etapa 2	PRAIA GRANDE	108	1731	60
TOTAL		604	8055	386

Outras Despesas do Calendário	TOTAL – R\$
Diárias (eventos do calendário e PARESP)	2.594.552,55
Transportes	459.580,41
Arbitragem	9.692.957,67
Alimentação PARESP	219.873,40
Kit Lanches Brasileiro (finalistas do JEESP)	55.390,69
TOTAL	13.022.354,72

Obs. Os valores mencionados neste quadro são os executados. Considerando que ainda temos eventos em andamento, ainda faltam algumas liquidações para obter o valor real.



Eventos Extra Calendário - Circuito Mais Mulher 2025

Etapa	Nº Kit's entregues	Nº Atletas	Valor R\$
Presidente Prudente	2952	2952	252.705,00
Bauru	3000	2802	261.880,00
Praia Grande	2943	2658	252.705,00
Ribeirão Preto	3000	2697	252.705,00
São José do Rio Preto	3000	2608	261.880,00
São Paulo	5000	4322	204.541,66
São Sebastião	2437	2042	204.541,66
Araçatuba	3000	2336	206.041,64
TOTAL	25332	22417	1.635.119,96

Paralímpico 5º Edição - Valor total - R\$ 9.996.134,00: Programa de Desenvolvimento e Formação Paralímpica que visa fomentar e incentivar o esporte paralímpico por meio de curso de capacitação técnica paralímpica. Voltado a Professores de Educação física da rede pública e privada, de entidade e clubes, além de alunos de graduação de educação física e educadores que trabalham com práticas esportivas.

MODALIDADES
ATLETISMO
FUTEBOL DE CEGOS
HALTEROFILISMO
JUDÔ
NATAÇÃO
PARADABDMINTON
VÔLEI SENTADO
TÊNIS DE MESA

PARALÍMPICO 2025				
EVENTO	DATA	CIDADE	INSCRITOS	CERTIFICADOS
Paralímpico 01	18 a 21/02	SÃO PAULO	229	199
Paralímpico 02	11 a 14/03	CARAGUATATUBA	149	138
Paralímpico 03	18 a 21/03	SÃO PAULO – LESTE	228	183
Paralímpico 04	25 A 28/03	ITAPECERICA DA SERRA	153	145



Paralímpico 05	01 A 04/04	ITU	151	143
Paralímpico 06	08 A 11/04	BARRETOS	105	101
Paralímpico 07	22 A 25/04	SANTA ISABEL	111	106
Paralímpico 08	06 A 09/05	PINDAMONHANGABA	165	148
Paralímpico 09	13 A 16/05	EMBU DAS ARTES	145	126
Paralímpico 10	20 A 23/05	JACAREÍ	129	106
Paralímpico 11	27 A 30/05	PIRACICABA	146	134
Paralímpico 12	10 A 13/06	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	96	69
Paralímpico 13	24 A 27/06	MIRACATU	119	102
Paralímpico 14	01 A 04/07	OLIMPIA	110	100
Paralímpico 15	07 A 11/07	SANTOS	173	148
Paralímpico 16	15 A 18/07	MOGI DAS CRUZES	110	103
Paralímpico 17	22 A 25/07	LORENA	113	102
Paralímpico 18	29 A 01/08	CARAPUCUIBA	192	183
Paralímpico 19	05 A 08/08	JAU	119	110
Paralímpico 20	12 A 15/08	LEME	108	104
Paralímpico 21	19 A 22/08	SÃO JOSE DOS CAMPOS	157	154
Paralímpico 22	26 A 29/08	ORLANDIA	112	105
Paralímpico 23	02 A 05/09	SÃO PAULO – SUL	168	144
Paralímpico 24	09 A 12/09	MOCOCA	103	98
Paralímpico 25	16 A 19/09	SÃO MIGUEL PAULISTA	109	105
Paralímpico 26	13 A 16/09	CRUZEIRO	123	111
Paralímpico 27	30/09 A 03/10	TANABI	173	153
Paralímpico 28	07 A 10/10	BAURU	106	102
Paralímpico 29	13 A 17/10	JANDIRA	127	123
Paralímpico 30	20 A 24/10	MOGI MIRIM	131	110
Paralímpico 31	28 A 31/10	SALTO	104	101
Paralímpico 32	04 A 07/11	OSASCO	114	106
Paralímpico 33	11 A 14/11	SUZANO	145	120
Paralímpico 34	25 A 28/11	ILHA COMPRIDA	81	71
Paralímpico 35	02 A 05/12	ASSIS	114	101
Paralímpico 36	09 A 12/12	CUBATÃO	176	161



4894

4415

Convênios com Prefeituras para realização de eventos esportivos

Prefeitura Municipal	Objeto	Valor R\$
Ibirá	61ª Jornada Esportiva de Ibirá	180.000,00
São José do Rio Preto	30ª 100 Km dos Véio do Posto	60.000,00
Pereira Barreto	19ª Travessia a nado do Canal de Pereira Barreto	84.000,00
José Bonifácio	37º Jogos de Inverno	63.000,00
TOTAL		387.000,00

Chamamentos Públicos - 01/2025

Beneficiário	Objeto	Participantes	Valor R\$
Associação Brasileira da Indústria dos Esportes com Prancha - ABIEP	Implantar e desenvolver o projeto Surf e Praia para Todos em São Sebastião no Estado de São Paulo	12 mil vagas total do projeto	2.500.000,00

02/2025 - Em fase de finalização com Objeto de Celebração de termo de fomento com organização da sociedade civil especializada em ações voltadas à promoção e desenvolvimento de atividades esportivas no estado de São Paulo visando à implantação de centros de formação esportiva. Com a finalização foram assinados 24 termos de fomento, que estão em fase de publicação. Valores empenhados e pendentes de liquidação. Previsão de início das atividades para 2026.

Organização da Sociedade Civil	Projeto
SOCIEDADE ESPORTIVA CANTAREIRA	MENINOS DA CANTAREIRA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA E CULTURAL TRYADE	CF. GR MAUÁ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESPORTES - ANE	CF. VOLEIBOL
FEDERAÇÃO DE BOXE DO ESTADO DE SÃO PAULO	CF. BOXE
FEDERAÇÃO DE BOXE DO ESTADO DE SÃO PAULO	CF. BOXE
FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE	CF. KARATÊ
ASSOCIACAO ATLETICA ESPORTE E VIDA DE BAURU	CF FUTEBOL FEMININO
CASA SANTA MARIA	CF CICLISMO E BMX
INSTITUTO PRO ESPORTE LAZER E CULTURA	CF. FUTSAL
INSTITUTO APAB	CF. FUTEBOL DE CAMPO
INSTITUTO VOANDO ALTO - IVA	CF. GINÁSTICA DE TRAMPOLIM
INSTITUTO APAB	CF. ESPORTES EQUESTRES
INSTITUTO CHUÍ DE ESPORTES	CF. JUDÔ



LIGA DESPORTIVA SERRANENSE	CF. FUTEBOL DE CAMPO
ABA – ASSOCIAÇÃO DE BASQUETE DE ARARAQUARA	CF. BASQUETE - FORMANDO TALETOS
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL PEQUENO NINJA DE NOVO HORIZONTE	PROJETO PEQUENO NINJA JIU JITSU
ASSOCIAÇÃO MATSUMI DE JUDÔ E KARATÊ	MATSUMI FORMAÇÃO JUDÔ
FEDERAÇÃO DE KARATE PAULISTA	FEDERAÇÃO DE KARATÊ PAULISTA – SOCIAL
ASSOCIAÇÃO GUARARAPENSE DE ESPORTES, LAZER E CULTURA	CF. ATLETISMO
ASSOCIACAO OURINHENSE DE BEM-ESTAR - AOBÉ	PROJETO TALENTOS DA QUADRA (VOLEIBOL)
INSTITUTO MOCAMBOS GUERREIROS	CF. FUTSAL
ASSOCIACAO CANGUERA FUTEBOL CLUBE - ESPORTE E CULTURA	PROJETO CANGUERA JIU JITSU
INSTITUTO PRO ESPORTE LAZER E CULTURA	CF. FUTEBOL DE CAMPO
LIGA PAULISTA DE HANDEBOL	CF. HANDEBOL

Eventos realizados por Inexigibilidade de Chamamento Público

Beneficiário	Objeto	Valor R\$
BRASIL VOLEI CLUBE	FINAIS SUPERLIGA VOLEI 2025/2025	1.500.000,00
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO, CULTURA, ESPORTE E MEIO AMBIENTE	MMA CAMPEONATO MUNDIAL 2025	1.500.00,00
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	PROJETO ESPORTIVO DE KARATÊ INTERESTILOS - (32º TROFÉU DE KARATÊ INTERESTILOS e KARATE BOYS)	500.000,00
FEDERACAO PAULISTA DE CICLISMO	11 º VOLTA CICLÍSTICA INTERNACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	2.000.000,00
LIGA NACIONAL DE ESPORTES A MOTOR E MULTIDISCIPLINARES	PAN-AMERICANO DE BEACH TENNIS	1.100.000,00
Associação Educacional, Esportiva e Social do Brasil (AEESB)	SLS Champion Ship Street League	3.000.000,00
TOTAL		8.100.000,00

Ação 6028 – Gestão da Bolsa Talentos Esportivo - O Programa Bolsa Talento Esportivo, instituído pela Lei nº 13.556/2009 e alterado pela Lei nº 17.822/2023, concede benefício financeiro mensal a atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidade olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas. O programa tem como finalidade incentivar e ampliar o desenvolvimento esportivo em diferentes níveis de excelência, com critérios de faixa etária e mérito esportivo comprovado em competições realizadas, no mínimo, nos últimos 12 meses. Os repasses são mensais, com prestação de contas trimestral e possibilidade de renovação anual mediante análise da Comissão do Programa, observadas as normas legais e as Resoluções Internas SESP nº 17/2019 e nº 19/2024 que regulamentam a concessão, renovação, suspensão e exclusão das bolsas. A categoria



estudantil concede uma bolsa de R\$ 415,00 e atende atletas de 14 até 17 anos, exigindo bons resultados nas competições de nível estadual, principalmente nos jogos escolares. A categoria júnior concede bolsa inicial de R\$ 415,00 até o limite de R\$ 830,00 para atletas de 17 a 20 anos (o valor vai aumentando conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados), exigindo bons resultados de nível estadual nas competições organizadas pelas federações e confederações da modalidade. A categoria nacional concede bolsa inicial de R\$ 1.245,00 até o limite de R\$ 1.660,00 para atletas a partir dos 21 anos (o valor aumenta conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados), exigindo bons resultados de nível nacional. A categoria internacional concede bolsa inicial de R\$ 2.075,00 até o limite de R\$ 2.490,00 para atletas de qualquer faixa etária (valor conforme renovação anual e mérito esportivo), exigindo resultados de expressão internacional. *Realizado 2025:* Para a GESTÃO DA BOLSA TALENTOS ESPORTIVO foi investido o valor de R\$ 5.660.000,00, contemplando uma média de 648 bolsas/mês (referência dezembro/2025), atendendo 56 modalidades esportivas em 109 municípios paulistas, divididos nas seguintes categorias: - Estudantil: 233 atletas; - Juniores: 210 atletas; - Nacional: 158 atletas; - Internacional: 47 atletas. *Ação 1040 - Realização de Obras, Reformas e Implantação de novos Equipamentos Esportivos:* Repasse de recursos aos municípios e às entidades, mediante celebração de convênios, para a realização de obras de modernização, reformas, ampliação, instalações e construção de equipamentos esportivos para a prática de esportes e lazer. *Realizado 2025:* Não houve repasse de recursos próprios. (emendas parlamentares descritas posteriormente). *Ação 6321 – Gestão de Reformas e/ou Obras Realizadas pela Secretaria* *Realizado 2025:* Assinatura do Convênio com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CDHU para realizar projetos, licitação, execução, fiscalização da conclusão do remanescente da obra de implantação e construção de pista de atletismo dentro da Vila Olímpica “Mário Covas” e o gerenciamento e recebimento da obra e reforma com a futura empresa de engenharia contratada. Valor empenhado e não liquidado R\$ 428.586,83. *Ação 20771 – Restauro e Reforma do Estádio Icaro de Castro Melo - Trata de ação prioritária do Governo – R\$ 20.380.734,26.* *Ação 6322 – Distribuição de Materiais Esportivos:* Destina-se à aquisição de materiais esportivos (bola, rede, traves, jogos de uniforme e outros) para distribuição às prefeituras, às entidades e às associações, quando solicitado por meio de ofício. *Realizado 2025:* A Pasta dentre suas funções adquire diversos materiais esportivos para distribuir às Prefeituras, Entidades, Ongs, entre outros, sendo entregues 843 kits de materiais esportivos diversos. *Ação 6376 – Participação e Promoção de Eventos para Fomento à Política de Esportes:* Valor total - R\$ 261.909,11

Item	Empresas	Objeto	Valor – R\$
1	AGÊNCIA VALIANT LTDA	PARTICIPAÇÃO DA SESP NA COB-EXPO25	261.909,11
2	CONFUT	CONFUT SUDAMERICANA 2025	Sem repasse
		TOTAL	261.909,11

Ação 5124 – Promoção de Eventos de Lazer Ativo: Fomento da prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas, parques, praças e espaços públicos; incentivo à prática do lazer, atividades recreativas e esporte de participação; através da realização de projetos e festivais.

Ordem	Prefeitura Municipal	Objeto	Valor
1	Cunha	Redescobrimdo o Interior com a melhor idade	35.912,00



2	Caraguatatuba	Interior na Praia com a melhor idade	55.660,00
3	Barra Bonita	Redescobrimdo o Interior com uma escola	54.770,00
4	Fernandópolis	Circuito Rodas e Pedais	49.993,80
5	Ilha Comprida	Interior na Praia com a melhor idade	60.000,00
6	Santa Isabel	Redescobrimdo o Interior com uma escola	60.000,00
TOTAL			316.335,80

PROGRAMA 4114 – SÃO PAULO OLÍMPICO: Estimular e fomentar a prática esportiva de crianças e adolescentes, bem como promover a formação de atletas de alto rendimento desde a base com o fim de aumentar o número de atletas nas mais diversas modalidades. Realizado em 2025: Número de participantes:

DADOS	ESCOLAS ESTADUAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL
ESCOLAS	461	17	478
CIDADES	136	10	146
ALUNOS	25.930	1006	26.936

Até a presente data, o número de municípios com Termo de Adesão firmados pela prefeitura e SESP é dez (10). No entanto, dentre esses, 7 entregaram relatório com os dados de número de escolas e alunos participantes, portanto, ainda que o número de municípios seja 10, o número de escolas e alunos, referente aos dados das adesões municipais está aquém do total real, aguardando as informações do relatório para ser atualizado. **Material doado:** Até a presente data, foram entregues e divulgados os materiais conforme descritos na Tabela 1. Adicionalmente, o Município de Marília fez a retirada de 193 uniformes e 1200 bolas (sendo 240 de cada uma das especificações seguintes: Futsal oficial, Futsal Penalty, Futsal infantil, Handebol H1 e Handebol H3), que serão incluídos na planilha após a data da divulgação (prevista para 28/11/25). - Material doado e divulgado em evento da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo em parceria com as Diretorias de Ensino e Municípios

Diretoria de Ensino / Município	Bolas de vôlei	Bolas de futsal	Bolas de handebol	Bolas de basquete	Uniformes	Total de itens	Valor em R\$
Araçatuba	200	120	160	80	132	692	84.436.45
Birigui	100	69	100	0	101	370	47.159.85
Campinas Leste e Oeste	418	228	425	210	599	1880	267.120.42
Catanduva/Novo Horizonte	288	0	0	0	81	369	54.279.27
José Bonifácio	0	0	220	0	76	296	38.429.45
Limeira	88	60	120	40	111	419	58.731.93
Lins	100	75	240	94	251	760	102.718.56
Pedrinhas Paulista	60	153	0	0	81	294	29.879.67



Pindorama	126	375	0	0	202	703	52.448.83
Piracicaba	840	186	250	200	199	1675	260.574.54
São José do Rio Preto	300	90	100	60	178	728.00	104.777.11
Vera Cruz	148	243	0	64	156	611	87.280.97
Total	2668	1599	1615	748	2167	8797	1.187.837.05

Ação 5116 – Implantação e Manutenção de Centros de Formação e Excelência Esportiva: Valor total - R\$ 9.102.192,00 (Fonte 150010). Adequar espaços esportivos, gerenciamento Técnico/Administrativo do programa de qualidade e eficiência para atletas iniciantes e de alto rendimento com acompanhamento multiprofissional que propicie condições para o treinamento e que possibilitem a formação e aprimoramento técnico de atletas nas diversas modalidades esportivas. *Realizado 2025:* foram implantados 06 (quatro) Centros sendo 02 de Excelência de continuidade e 04 de Formação nos Municípios abaixo enumerados. *Convênios - Centros de Formação:* 1. Basquete - Município de Barretos - R\$200.000,00; 2. Handebol - Município de Santa Adélia - R\$150.000,00; 3. Município de Votuporanga - R\$ 200.000,00; 4. Município de Iracemápolis - R\$ 150.000,00; *Centros de Excelência:* 5. Atletismo - Município de São Bernardo Campo - R\$ 2.539.150,00; 6. Judô - Município de São Bernardo Campo - R\$ 2.554.200,00; Total: R\$ 5.093.350,00. Convênios - Total empenhado e Liquidado: R\$ 5.793.350,00. **Ação 2732 – Implantação e Desenvolvimento do “São Paulo Olímpico”:** Não foram adquiridos novos materiais esportivos para distribuição. Além das atividades inerentes ao Esporte, a Secretaria também executa as Emendas Impositivas conforme diretrizes da Casa Civil. Em 2025 foi executado valor de R\$ 179.967,00. **EMENDAS PARLAMENTARES: LOA - Ação 2272 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde:** Segue a relação das Emendas executadas em 2025 - R\$ 48.285.595,88

1º Setor – Eventos Esportivos

Ordem	Prefeitura Municipal	Objeto	Parlamentar	Valor
1	São Bernardo do Campo	Projeto Esportivo	Teonilio Barba	150.000,00
2	São Caetano do Sul	Projeto Esportivo	Thiago Auricchio	100.000,00
3	Taiacu	Projeto Esportivo	Delegada Graciela	100.000,00
TOTAL				350.000,00

1º Setor – Custeio (obra e equipamentos)

Ordem	Prefeitura Municipal	Objeto	Parlamentar	Valor – R\$
1	TAPIRATIBA	ACADEMIA AO AR LIVRE	Marta Costa	100.000,00
2	REGISTRO	Aquisição de 2 Kits Academia ao Ar Livre	Capitão Telhada	100.000,00
3	ICEM	Obra Esportiva	Itamar Borges	200.000,00
4	MATÃO	Academias ao Ar Livre	Profª Bebel	100.000,00
5	TURMALINA	Academia ao Ar Livre	Itamar Borges	100.000,00
6	GUARUJÁ	Academia ao Ar Livre	Solange Freitas	130.000,00
7	JABOTICABAL	Academia ao Ar Livre	Marta Rocha	100.000,00



8	CORUMBATAÍ	Aquisição de Uma Academia ao Ar Livre	André Bueno	100.000,00
9	CORUMBATAÍ	Academia ao Ar Livre	Itamar Borges	100.000,00
10	ITIRAPINA	Academia ao Ar Livre	Itamar Borges	50.000,00
11	SANTA ERNESTINA	Reforma do Clube de Lazer do Trabalhador Prefeito Francisco Piacenti	Léo Oliveira	150.000,00
Total Liquidado				1.230.000,00

3º Setor

Ordem	Beneficiário	Objeto	Parlamentar	Valor
1	FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE	PROJETO ESP(CCLASSIFICATORIO PAULISTA ETAPAS I, II E III)	Altair Moraes	1.400.000,00
2	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	CUSTEIO DO PROJ KUNG FU SPAULO	Bruno Zambelli	600.000,00
3	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ COPA SPAULO DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	Paulo Mansur	3.000.000,00
4	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	32º TROFEU DE KARATE INTERESTILOS	Danilo Campetti	600.000,00
5	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	CUSTEIO DE PROJ KARATE INTERESTILOS (lutar e Vencer)	Gil Diniz	500.000,00
6	FEDERAÇÃO DE BOXE DO ESTADO DE SÃO PAULO	PROJ BOXE JOVEM+N.PERUÍBE FASE 3	Danilo Campetti	400.000,00
7	FEDERAÇÃO DE BOXE DO ESTADO DE SÃO PAULO	PROJETO ESPORTIVO (RESGATANDO COM PUNHOS III	Tenente Coimbra	400.000,00
8	FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE	CUSTEIO DE PROJ ESP (classificatório ETAPA IV)	Bruno Zambelli	548.090,00
9	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ COPA BRASIL DE KUNG FU	Danilo Campetti	600.000,00
10	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	PROJET KARATE INTERESTILOS CBKI	Rodrigo Moraes	2.000.000,00
11	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA FACEX	PROJ ESPORT(SUPERA+AÇÃO)	Sebastiao Santos	4.000.000,00
12	INSTITUTO PRO FAMÍLIA	PROJETO ESPORTIVO (ESPORTE JOVEM 2025)	Sebastiao Santos	733.139,00
13	LIGA NACIONAL DE ESPORTES A MOTOR MULTIDISCIPLINAR	ARENA FREESTYLE MOTOCROSS	Danilo Campetti	1.000.000,00



14	INSTITUTO BRASILEIRO DE INCLUSÃO SOCIOCULTURAL	CIRCUITO POPULAR CORRIDA RUA	Paulo Fiorilo	200.000,00
15	LIGA NACIONAL DE ESPORTES A MOTOR MULTIDISCIPLINAR	ARENA CROSS BRASIL	Gilmaci Santos	1.000.000,00
16	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ COPA FAIXA PRETA KUNG FU	Gilmaci Santos	500.000,00
17	ASSOCIAÇÃO GINART - ARTE, ESPORTE E EDUCAÇÃO	FOMENTAR ATIVIDADE ESPORTIVA DA ENTIDADE EM EPIGRAFE (CAMPEONATO KYOKUSHIN KWU SENSHI 2025)	Marcio Nakashima	900.000,00
18	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJETO COPA SPAULO ARTES MARCIAIS CHINESAS (CAMPEONATO PANAMERICANO KUNG FU)	Conte Lopes	1.350.000,00
19	FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE	CUSTEIO DE COMP.ALTO RENDIMENTO E ATIV LUDICAS (CIRCUITO SP DE KARATE)	Dr.Eduardo Nobrega	1.500.000,00
20	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ ESP (KUNG FU É SÓ PRATICAR -CAPITAL)	Edna Macedo	1.500.000,00
21	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ ESP (KUNG FU É SÓ PRATICAR -MUNICIPIOS)	Altair Moraes	1.400.000,00
22	INSTITUTO COLISEU BOXE CENTER	PROJ FORMAÇÃO FORJANDO CAMPEOES FASE 5	Danilo Campetti	300.000,00
23	INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL CERENER	PROJETOS ESPORTIVOS (SONHO CRIANÇA)	Danilo Campetti	150.000,00
24	INSTITUTO DE ESPORTES	PROJETOS ESPORTIVO (NADANDO NA FRENTE 2025)	Leo Oliveira	250.000,00
25	IDEX – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO	DESENVOLVIMENTO DE PROJ EM MUNICIPIOS	Gilmaci Santos	1.000.000,00
26	IDEX – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO	EVENTO DRAFT DAY	Altair Moraes	350.000,00
27	IDEX – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO	TALENTO BRASIL - FORM ESPORTIVA	Altair Moraes	650.000,00



28	ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBANA MARCIAIS	LIGA ARTES	PROJETO ESP (TKD NOTA 10 FASE III)	Paulo Correa Jr	1.783.138,88
29	ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBANA MARCIAIS	LIGA ARTES	PROJ ESP (FUTUROS CAMPEÕES)	Dr.Eduardo Nobrega	1.200.000,00
30	ASSOCIAÇÃO VALEPARAIBANA MARCIAIS	LIGA ARTES	PROJ ESP(PREVENÇÃO E AÇÃO	Delegado Olim	600.000,00
31	ASSOCIAÇÃO GINART - ARTE, ESPORTE E EDUCAÇÃO		REALIZA CAMP(III CAMP PTA KYOKUSHIN KWU SENSHI	Romulo Fernandes	300.000,00
32	ASSOCIAÇÃO GINART - ARTE, ESPORTE E EDUCAÇÃO		EVENTO ESPORTIVO COPA CORPO EM AÇÃO	Romulo Fernandes	250.000,00
33	ASSOCIAÇÃO GINART - ARTE, ESPORTE E EDUCAÇÃO		EVENTO ESPORTIVO (22 TORNEIO MOGI KUOKUSHI	Emidio de Souza	200.000,00
34	ASS.DE GINÁSTICA, ESP.CULT SÃO VICENTE		PROJ ESP(NA ONDA DA GINÁSTICA)	Romulo Fernandes	450.000,00
35	ASS.DE GINÁSTICA, ESP.CULT SÃO VICENTE		EVENTO ESP(22 TORNEIO MOGI KUOKUSHI)	Emidio de Souza	200.000,00
36	ONG DETERMINADOS		FOMENTO A PRATICA ESP(Festival Escolinhas de Futebol de Diadema	Luiz Fernando T Ferreira	150.000,00
37	ONG DETERMINADOS		PROJ ESP (DIA CRIANÇA FELIZ NO ESP)	Carla Morando	100.000,00
38	FEDERAÇÃO DOS DESPORTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO		EVENTO BWF TELECATH	Conte Lopes	1.750.000,00
39	FED.ESTADUAL LIGAS ESPORTES AMADOR EST SÃO PAULO		PROJ ESP LIGA AMAD (COPA OPEN JIU JITSU	Altair Moraes	1.000.000,00
40	FEDERAÇÃO DOS DESPORTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO		EVENTO ESPORTIVO	Vitão Cachorrão	360.000,00
41	FED.ESTADUAL LIGAS ESPORTES AMADOR EST SÃO PAULO		PROJ ESP (PROJ SP JIU JITSU P/TODOS)	Edna Macedo	300.000,00
42	ASSOCIAÇÃO MARILIENSE DE ESPORTES INCLUSIVOS AMEI		PROJ ESP (MEETING NATAÇÃO 2025)	Dani Alonso	100.000,00
43	INSTITUTO SOCIAL, CULTURAL ESPORTIVO BRASIL		EVENTO ESP (BSC SKATE CONTEST)	Felipe Franco	200.000,00
44	INSTITUTO SOCIAL, CULTURAL ESPORTIVO BRASIL		PROJ ESP (VIDA ATIVA)	Felipe Franco	600.000,00
45	INSTITUTO SOCIAL, CULTURAL ESPORTIVO BRASIL		PROJ ESP (SP MUSCLE FEST)	Felipe Franco	963.139,00
46	ASS DE JUDO SHOORIKAN		PROJ ESP(JUDOKAN)	Felipe Franco	150.000,00



47	ASSOCIAÇÃO PAULISTA PELO ESPORTE, LAZER E CULTURA	EVENTO ESP (DESAFIO CIDADE FITNESS)	Felipe Franco	1.500.000,00
48	LACUSTESP - LAZER, CULTURA E ESPORTE, QUALIDADE DE VIDA	PROJ ESP (FUTEBOL SOCIAL)	Rafel Silva	200.000,00
49	ONG DETERMINADOS	FOMENTO A PRÁTICA ESPORTIVA (HANDEBOL LIMEIRA)	Luiz Fernando T Ferreira	100.000,00
50	LIGA VALEPARAIBANA DE ARTES MARCIAIS	PROJETO ESPORTIVO (COPA VALEPARAIBANA DE TAEKWONDO)	Dr. Eduardo Nóbrega	600.000,00
51	INSTITUTO OSVALDO DE ROSIS	REALIZAÇÃO DE PROJETO ESPORTIVO (BASQUETE 3X3 TRANSFORMAÇÃO: INCLUSÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO)	Tenente Coimbra	500.000,00
52	ASSOCIAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DE ESPORTE E LAZER - ASEEL	REALIZ PROJ ESP (ALÉM DO ESPORTE)	Caio França	785.000,00
53	ASSOCIAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DE ESPORTE E LAZER - ASEEL	PROJ ESP (FRESCOBOL SÃO VICENTE)	Donato	150.000,00
54	ASSOCIAÇÃO SOCIOEDUCATIVA DE ESPORTE E LAZER - ASEEL	PROJ.ESP (DIREÇÃO CERTA)	Jorge Caruso	100.000,00
55	INSTITUTO SOCIAL, CULTURAL ESPORTIVO BRASIL	PROJ ESP (STREET BEACH RUN)	Tenente Coimbra	263.139,00
56	ESPORTE CLUBE FUTURO	CUSTEIO DA ENTIDADE (BASQUETE CLUBE)	Atila Jacomussi	150.000,00
57	INSTITUTO CIDADANIA ATRAVÉS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO E CULTURA	PROJETO ESPORTIVO (PRÉ ATLETISMO INFANTIL)	Donato	200.000,00
58	SUPER LIGA DESPORTIVA DE VELOCIDADE	PROJ ESP (COPA BRASIL E ETAPA CAMP PTA VELOCIDADE 2025)	Luiz Claudio Marcolino	200.000,00
59	LIGA INDEP ESP CULT SOCIO EDUC ASSIST SOCIAL RIB PRETO	PROJ ESP (FUTURO CIDADÃO)	Leo Oliveira	100.000,00
60	LIGA INDEP ESP CULT SOCIO EDUC ASSIST SOCIAL RIB PRETO	PROJ ESP (CHUTEIRINHA OURO)	Rafel Silva	100.000,00
61	INELC INSTITUTO NACIONAL DE ESPORTE LAZER E CULTURA	PROGRAMAS ESPORTIVOS (JUDÔ PARA TODOS)	Jorge Caruso LOA	500.000,00
62	ABA - Associação de Basquete de Araraquara	PROJETO ESPORTIVO" (Basquete Araraquara Educacional)	Thainara Faria	99.950,00
63	Confederação Brasileira de Mountain Bike	PROJETO ESPORTIVO 7KM DA MARÉ	Paulo Correa Jr	400.000,00



64	Confederação Brasileira de Mountain Bike	PROJETO ESPORTIVO NIGTH RUN	Paulo Correa Jr	450.000,00
65	NUCREATIVE - INSTITUTO DE TECNOLOGIA, PUBLICIDADE, CULTURA E ESPORTES	Custeio para Projeto Esportivo	Fábio Faria de Sá	1.500.000,00
66	INSTITUTO ASAS PARA VOAR	Evento Esportivo (Evento SP CUP 2025 de Jiu Jitsu)	FELIPE FRANCO	570.000,00
67	Conexão Cultura, Esportiva e de Empreendedorismo	EVENTO ESPORTIVO 1º GP CONEXÃO 100K DE CANANÉIA	Felipe Franco	750.000,00
Total				46.705.595,88

Transferências Voluntárias: Valor total - R\$ 31.384.304,00. Podem ser utilizadas as seguintes ações: 1040 - REALIZAÇÃO DE OBRAS, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS - 5116 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO E EXCELÊNCIA ESPORTIVA - 5131 - REALIZAÇÃO E APOIO AOS EVENTOS DE CARATER COMPETITIVO

1º Setor – Obras e Equipamentos Esportivos

Ordem	Município	Objeto	Parlamentar	Valor – R\$
1	BEBEDOURO	Academias ao Ar Livre	Luiz Claudio Marcolino	450.000,00
2	JABOTICABAL	Instalação de Academias ao Ar Livre	Ricardo Silva	200.000,00
3	BURITIZAL	Academia ao Ar Livre	Delegada Graciela	50.000,00
4	JOSÉ BONIFÁCIO	Academia ao ar livre no Distrito de Santa Luzia	Dani Alonso	100.000,00
Total Liquidado				800.000,00

1º Setor – Esportes

Ordem	Município	Objeto	Parlamentar	Valor
1	ALVARES MACHADO	PROJETO ESPORTIVO	Ricardo Madalena	80.000,00
2	JOANOPOLIS	REALIZAÇÃO DO PROJETO ESPORTIVO (RITMO E MOVIMENTO)	Marina Helou	99.967,00
3	TAUBATÉ	Realização de Projeto Esportivo (CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA – PARATLETISMO – TAUBATÉ)	Caio França	100.000,00
Total				279.967,00

3º Setor

Ordem	Beneficiário	Objeto	Parlamentar	Valor
1	FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEVÔLEI	REAL CAMP FUTEVÔLEI (CAMP PTA FUTEVÔLEI)	Sebastiao Santos	1.000.000,00



2	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	REC P/REALIZ PROJ ESP KRT INTERESTILOS	André Bueno	2.000.000,00
3	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	TORNEIOS E COMP OFICIAIS DE KUNG FU	Altair Moraes	4.000.000,00
4	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILO	PROJ ESP KRT INTER CBKI (32 TROF PTA KI)	Gil Diniz	750.000,00
5	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	EXECU PROJ ESP PELA CONF.BRAS.AMC (Circuito Pta Kung FU)	Edna Macedo	1.000.000,00
6	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS	REAL. PROJ ESP KRT INT (32 TROF BRASIL)	André Buneno	1.500.000,00
7	INSTITUTO APAB	EVEN DESP EQUE CIRCUITO 3 TAMBORES	Edna Macedo	300.000,00
8	FEDERAÇÃO PAULISTA DE KARATE	RECP/REALIZ TORNEIOS E COMP OFICIAIS DE KRT	Altair Moraes	3.704.377,00
9	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	PROJ ESP CIRCUITO SP DE AMC 5 ETAPAS	Conte Lopes	3.000.000,00
10	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	REALIZ proj esp kung fu+SP 2 ETAPAS	Conte Lopes	1.500.000,00
11	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ARTES MARCIAIS CHINESAS	REC P/EVENTOS OFICIAIS DE ARTES MARCIAIS	Paulo Correa Jr	500.000,00
12	CONFEDERACAO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS CBKI	32º TROFÉU DE KARATÊ INTERESTILOS - 4ª FASE	Felipe Franco	500.000,00
13	CONFEDERACAO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS CBKI	ELIMINATÓRIAS DO 32º CAMPEONATO BRASILEIRO DE KARATE INTERESTILOS	Gil Diniz	1.500.000,00
14	Confederação brasileira de artes marciais - CBAMC	"REALIZAÇÃO DE EVENTOS E COMPETIÇÕES OFICIAIS DE KUNG-FU E	Conte Lopes	1.450.000,00
15	INSTITUTO APAB	REALIZAÇÃO DE EVENTO E CAMPEONATO NA MODALIDADE DE PROVA DOS TRÊS TAMBORES, (ESPORTE EQUESTRE) NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA	Sebastião Santos	300.000,00



16	FEDERAÇÃO PAULISTA DE TÊNIS	PROJETO ESPORTIVO (COPA PAULISTA DE BEACH TENNIS – CATEGORIA JUVENIL)	Atila Jacomussi	300.000,00
17	CONFEDERACAO BRASILEIRA DE KARATE INTERESTILOS CBKI	PROJETO ESPORTIVO DE KARATÊ INTERESTILOS - CBKI (32ª COPA SAMURAI DE KARATÊ	Rodrigo Moraes	1.500.000,00
TOTAL				24.804.377,00

SERVIÇO LEI PAULISTA DE INCENTIVO AO ESPORTE: Dentre as atividades faz parte também da pasta, criado por lei, toda tramitação que dá efetividade à captação de projetos que integram a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte – LPIE. A Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - LPIE, que tem origem na Lei nº 13.918/09, é um programa que, por meio de um mecanismo jurídico, autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo. Trata-se de um Programa de Fomento ao Esporte de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte do Estado, que deixa de receber parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela SESP. Instituída por Lei em 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 55.636, de 26 de março de 2010, a LPIE contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura, sendo considerada hoje o principal Programa de Fomento ao Desporto no Estado. Em 2025, conforme quadro abaixo, cerca de 515 projetos foram apresentados, destes 468 foram aprovados para captação de recursos.

Valores Aprovados para captação	180.624.933,30
Projetos Aprovados	468
Entidades do 3º Setor beneficiadas com os Projetos Aprovados	252
Entidade Públicas (Prefeituras) beneficiadas com os Projetos Aprovados	5
Modalidades esportivas desenvolvidas com os Projetos que serão executados	66

Dos aprovados, 186 projetos captaram recursos acima de 35% e poderão ser executados, conforme tabela a seguir:

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	VALOR APROVADO	Valor Captado	PERCENTUAL DE CAPTAÇÃO	Municípios de Execução
ACAO CONCRETA ONG ESPORTIVA E CULTURAL	ECO RUN 4	596.728,86	515.941,52	86,46%	Indaiatuba
ACAO CONCRETA ONG ESPORTIVA E CULTURAL	ECO RUN 5	598.068,86	591.003,70	98,82%	LENÇÓIS PAULISTA
AÇÃO SOCIAL DE AMPARO - ASA	PROJETO CAJU ANO 3	244.003,56	244.003,56	100,00%	AMPARO



ADVENTURE CLUB ASSOCIAÇÃO DOS ESPORTISTAS CORRIDA AVENTURA	CIRCUITO DAS SERRAS	983.367,50	711.020,94	72,30%	SÃO BERNARDO DO CAMPO, FRANCO DA ROCHA E JUNDIAÍ
ADV-VALE TAUBATÉ	CIRCUITO FAMILY RUNNING	480.000,00	424.772,74	88,49%	SÃO PAULO
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SOCIAL - ADES	VIVA ESPORTE	332.686,52	172.686,91	51,91%	SOROCABA
ALCER - ASSOCIACAO DE LAZER CULTURAL E ESPORTIVA RIO-PRETENSE	6º CORRIDA DE RUA PELO BEM-ESTAR INCLUSIVA	150.800,00	150.800,00	100,00%	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
APAE CORDEIRÓPOLIS	BEM VIVER, UM DIREITO DE TODOS FASE V	245.334,35	100.000,00	40,76%	CORDEIRÓPOLIS
ASS - ASSOCIAÇÃO SOCIAL SKATE	MANOBRA DO BEM IV	394.193,14	369.886,03	93,83%	PÓA
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BASQUETE OURINHOS	AABO - BASQUETE FUTURO TRANSFORMANDO VIDAS	341.944,36	193.824,26	56,68%	OURINHOS
ASSOCIAÇÃO AUTO	JOVENS CAMPEÕES ANO 4	295.000,00	190.291,18	64,51%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO BAURUENSE DE DESPORTES AQUÁTICOS	POLO AQUATICO BAURU ABDA 3ª EDIÇÃO	179.894,70	137.000,00	76,16%	BAURU
ASSOCIAÇÃO BRANCO ZANOL DE JUDÔ	PROJETO BRANCO ZANOL DE JUDÔ - FASE VII	223.832,40	169.341,28	75,66%	SÃO JOAQUIM DA BARRA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SKATEBOARD - ABMS	STU PRO TOUR - SÃO PAULO 2025	870.497,80	682.059,49	78,35%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO CAMINHANDO JUNTOS PARA O AMANHÃ MELHOR	BEACH TENNIS - FESTIVAL BT	628.486,00	550.000,00	87,51%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO CAMINHO DO ESPORTE - ACE	TORNEIO INTERNACIONAL DE BEACH TENNIS	765.275,00	703.300,37	91,90%	ribeirão preto
ASSOCIAÇÃO CAMINHO DO ESPORTE - ACE	COPA DO MUNDO DE BEACH TENNIS	753.100,00	753.100,00	100,00%	RIBEIRÃO PRETO
ASSOCIAÇÃO CAMISA 9	PROJETO CAMISA 9 - FASE III	163.794,90	59.523,23	36,34%	SÃO JOAQUIM DA BARRA
ASSOCIACAO CANGUERA FUTEBOL CLUBE - ESPORTE E CULTURA	SOCIAL CANGUERA FUTEBOL CLUBE ANO II	268.516,40	268.436,81	99,97%	SÃO ROQUE



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ARTISTAS - ACRIART	CORRIDINHA KIDS	327.583,00	163.791,50	50,00%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA NIKKEY DE MARÍLIA	BEISEBOL E SOFTBOL: EVOLUIR SEMPRE - ETAPA VIII	202.198,70	83.158,76	41,13%	MARILIA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPORTIVA BRASILEIRA INDAIATUBA	BEISEBOL E SOFTBOL INDAIATUBA ANO 2	131.782,25	84.290,31	63,96%	INDAIATUBA
ASSOCIACAO CULTURAL ESPECIAL PARADESPORTIVA PAULISTA - ACEDEP	BRAÇADAS SEM LIMITES	248.830,52	232.443,80	93,41%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DE ARTE CULTURA E ESPORTE DE RIBEIRÃO PRETO	BOLA BACANA – LILÁS	373.013,89	358.626,00	96,14%	CRAVINHOS
ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DE ARARAQUARA	SONHANDO ALTO X	625.049,20	447.226,63	71,55%	ARARAQUARA
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA DESPORTIVA E CULTURAL ESTRELA DO BONFIM	EDUCANDO PARA A VIDA FASE II	292.125,66	292.125,66	100,00%	GUARAREMA E ITAQUAQUECETUBA
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA DESPORTIVA E CULTURAL ESTRELA DO BONFIM	ESPORTE CIDADANIA FASE IV	404.746,00	404.746,00	100,00%	SANTA GERTRUDES
ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA DESPORTIVA E CULTURAL ESTRELA DO BONFIM	EDUCANDO PARA O ESPORTE ANO XII	305.737,31	170.090,45	55,63%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E ESPORTE SOCIAL – REDE ACESSO	CIRCUITO CIDADES PAULISTAS 14	2.105.519,20	#####	93,82%	CAMPINAS; IDAIATUBA; PIRACICABA; AVARÉ; SOROCABA; LENÇÓIS PAULISTA; ITAPIRA
ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ CORPORE SANO	COPA EDUCA JUDÔ 08ª EDIÇÃO	248.421,75	105.922,49	42,64%	MORRO AGUDO, RIBEIRÃO PRETO, SÃO JOAQUIM DA BARRA, SERRANA E SERTÃOZINHO
ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ CORPORE SANO	EDUCA JUDÔ - FASE 08	465.000,00	311.716,92	67,04%	MORRO AGUDO, ORLÂNDIA, RIBEIRÃO PRETO, SÃO JOAQUIM DA BARRA, SERRANA E SERTÃOZINHO



ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ CORPORE SANO	JUDÔ PARA TODOS SP - FASE 05	465.000,00	323.157,85	69,50%	CAJURU, FRANCA, LEME, MOCOCA, PARAÍSO, SÃO CARLOS; SIMÃO
ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ DE BASTOS	JUDÔ BASTOS	270.156,70	150.006,90	55,53%	BASTOS
ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ E JIU JITSU NERY	JUDÔ SOCIAL NERY	271.944,00	271.944,00	100,00%	RIBEIRÃO PIRES
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATENEU MANSOR	CIRCUITO SÃO PAULO DE JUDÔ - ANO III	360.700,00	158.561,25	43,96%	MIRASSOL; SÃO JOSE DO RIO PRETO
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATENEU MANSOR	CIRCUITO ABERTO DE TÊNIS JUVENIL VIII SP	288.050,00	288.050,00	100,00%	MIRASSOL E BARRETOS
ASSOCIACAO DESPORTIVA BRASIL FUTURO	BRASIL FUTURO MENORES ANO II	254.823,35	136.129,50	53,42%	SOROCABA
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL GULÔ - ADCG	JUDÔ GULÔ E TRADIÇÃO DISCIPLINA	323.645,00	323.645,00	100,00%	AGUDOS E SANTO ANDRÉ
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL GULÔ - ADCG	CIRCUITO SOCIAL DE JUDÔ GULÔ	206.280,50	206.280,50	100,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL MÃO SOLIDÁRIA	MÃO SOLIDÁRIA HANDEBOL	235.983,00	106.198,70	45,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GINÁSTICA RÍTMICA DE SÃO CAETANO DO SUL	FORMANDO TALENTOS	298.500,10	109.114,00	36,55%	SÃO CAETANO DO SUL
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO ABCD	ABC DO ESPORTE	334.600,00	159.818,62	47,76%	DIADEMA
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CULTURAL GULÔ E - ADCG	JUDÔ GULÔ	323.645,00	323.645,00	100,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO E ITAPEVI
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL MUNDO MELHOR	MUSIC RUN - ANO 6	614.783,93	327.490,49	63,02%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA CULTURAL MUNDO MELHOR	SUSTENTÁVEL RUN - ANO 2	429.989,00	400.000,00	93,03%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANTO ANDRÉ - ADSA	FESTIVAL DE INTEGRAÇÃO II	198.108,30	193.028,62	97,44%	SANTO ANDRÉ



ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SANTO ANDRÉ - ADSA	FAIXA DOURADA III	414.792,00	414.792,00	100,00%	SANTO ANDRÉ/SP MAUÁ/SP
ASSOCIACAO DESPORTIVA TAUBATE FUTEBOL FEMININO	TAUBATÉ FUTEBOL FEMININO - FASE IV	362.255,80	279.824,81	77,25%	TAUBATÉ
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	NA CESTA	217.516,95	146.834,82	67,51%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	CIDADE DO VÔLEI	314.056,95	197.519,58	62,89%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LIMEIRA	APAE ESPORTE	182.861,64	99.765,55	54,56%	LIMEIRA/SP
ASSOCIAÇÃO DOS TÊNISTAS JOAQUINENSES - ATJ	JOVEM TÊNISTA FASE VII	434.222,00	318.001,86	73,23%	SÃO JOAQUIM DA BARRA; GUARÁ; ITUVERAVA
ASSOCIAÇÃO DOURADO ESPORTE CLUB - DEC	ESGRIMA PARA TODOS	220.892,26	114.157,38	51,68%	LINS; PROMISSÃO; GUAÍÇARA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA CULTURAL E	PROJETO EDUCANDO PELO ESPORTE VOLEI	413.150,00	354.448,06	85,79%	MAUÁ
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPORTIVA CULTURAL E	CIRCUITO DE CORRIDA DE RUA ASSEDEC	472.220,00	230.265,19	48,76%	MAUÁ
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL, ESPORTIVA CULTURAL TRYADE E	GINÁSTICA RÍTMICA MAUÁ – GR MAUÁ 8ª EDIÇÃO	500.400,00	231.062,91	46,18%	MAUÁ
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CULTURAL FUTEBOL E ARTE E	BOLA NA ÁREA ANO LAVANDA	355.784,53	307.999,84	86,57%	BATATAIS
ASSOCIAÇÃO HURRA	VIVA RUGBY 6	278.329,80	237.651,44	85,38%	INDAIATUBA
ASSOCIACAO LENCOENSE BASQUETEBOL DE	ESPORTE PARA A VIDA FASE VI	274.834,02	252.109,21	91,73%	LENÇÓIS PAULISTA
ASSOCIAÇÃO MARCOS MERCADANTE JUDÔ DE	KIMONO DE OURO EDUCAÇÃO - FASE 6	465.161,60	177.178,77	38,09%	ARARAS; INDAIATUBA E JAGUARIÚNA
ASSOCIAÇÃO MARCOS MERCADANTE JUDÔ DE	KIMONO DE OURO SOCIAL - FASE 6	214.873,92	121.010,87	56,32%	ARARAS/SP



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BASQUETE DE 3	CENTRO DE FORMAÇÃO DE BASQUETE 3X3 IV – CF3X3 IV	329.244,00	196.964,46	59,82%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESPORTE E EDUCAÇÃO - ANDEE	BOM DE BOLA - BOM NA ESCOLA	256.718,60	247.256,32	96,31%	CUBATÃO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESPORTE E EDUCAÇÃO - ANDEE	COPA METROPOLITANA DE GINÁSTICA	184.922,00	126.988,62	68,67%	CUBATÃO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESPORTE E EDUCAÇÃO - ANDEE	ARENA ESPORTIVA – ESTAÇÃO VERÃO	498.390,00	483.996,34	97,11%	PRAIA GRANDE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESPORTE - ANE	PASSEIO CICLÍSTICO BORA PEDALAR	252.570,00	251.064,71	99,40%	SANTOS
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESPORTE - ANE	ARTE E VIDA	299.821,00	299.821,00	100,00%	CUBATÃO
ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA	RENASCEM FÚTEBOL	166.465,41	72.587,88	43,61%	OLÍMPIA
ASSOCIAÇÃO OPERAÇÃO ALEGRIA-AOA	OPERAÇÃO ALEGRIA NA QUADRA ANO 4	235.471,71	205.173,59	87,13%	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA DE INTEGRAÇÃO NAURÚ	NAURÚ RENDIMENTO II	717.104,00	387.140,32	53,99%	Botucatu, Indaiatuba, Santo André e São Paulo
ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA DE NOVO HORIZONTE - APNH	BOLA NA REDE – ANO 8	300.842,00	195.070,81	64,84%	NOVO HORIZONTE
ASSOCIAÇÃO PARADESPORTIVA DE NOVO HORIZONTE - APNH	MOSTRANDO A EFICIÊNCIA ANO XI	371.616,00	233.914,65	62,95%	NOVO HORIZONTE
ASSOCIAÇÃO PRÓ-ESPORTE E CULTURA	BOLA AÇUCARADA ROXO	617.661,40	608.752,20	98,56%	RIBEIRÃO PRETO; BAURUR; LINS
ASSOCIAÇÃO PRÓ-ESPORTE E CULTURA	ESPORTE NA COMUNIDADE ROXO	399.580,18	394.938,03	98,84%	SUZANAPOLIS; SERRANA
ASSOCIAÇÃO PROJETO ESPORTE VIDA	CIRCUITO MARILSON DE CORRIDA DE RUA	462.410,00	449.013,88	97,10%	RIBEIRÃO PIRES; OUROESTE
ASSOCIAÇÃO PROJETO VIDA CORRIDA	CORRIDA É VIDA – ANO IV	411.057,50	216.333,51	52,63%	SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL	JUDÔ SOCIAL - CENTROS DE INICIAÇÃO	335.550,00	335.550,00	100,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO



DESPORTIVA SÃO BERNARDO						
ASSOCIAÇÃO RENASCER	ASSOCIAÇÃO RENASCER: ESPORTE É CIDADANIA VIII	78.803,70	78.803,70	100,00%	SÃO JOSE DO RIO PRETO	
ASSOCIAÇÃO RH FITNESS SPORTS DE KARATÊ	SAQUE VENCEDOR SANTA CRUZ DO RIO PARDO	326.257,00	135.996,69	41,68%	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	
ASSOCIAÇÃO RH FITNESS SPORTS DE KARATÊ	VOLEI SACANDO PARA O FUTURO	163.544,00	105.245,39	64,35%	PEDERNEIRAS	
ASSOCIAÇÃO SUPERKART BRASIL – SKB	CIRCUITO SKB EDIÇÃO 3	745.000,00	476.228,11	63,92%	SÃO PAULO	
ASSOCIAÇÃO TERRA DE CICLISMO	2ª CÃOORRIDA E CÃOMINHADA ATC	254.316,30	161.196,30	63,38%	RIBEIRÃO PRETO	
ASSOCIAÇÃO TERRA DE CICLISMO	TERRA DE CICLISMO RIBEIRÃO PRETO FASE 12	517.068,00	423.609,93	81,93%	RIBEIRÃO PRETO	
ASSOCIAÇÃO VOLEI BAURU - AVB	CORRENTE DA VIDA ANO 6	669.923,40	495.967,72	74,03%	BAURU	
ASSOCIAÇÃO VOLEI BAURU - AVB	FUTEBOL SUB 15 E 17 ANO 3	614.587,52	227.342,28	36,99%	BAURU	
BRASIL VÔLEI CLUBE	VÔLEI MASCULINO CATEGORIA DE BASE SUB 15 - ANO 2	110.584,00	110.584,00	100,00%	CAMPINAS/SP	
BRASIL VÔLEI CLUBE	VÔLEI MASCULINO CATEGORIA DE BASE SUB 17 - ANO 4	368.910,00	368.910,00	100,00%	CAMPINAS/SP	
BUNKYO ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MOGI DAS CRUZES	MOGI BBT – BEISEBOL PARA TODOS – ETAPA IV – 2026/2027	848.287,50	461.186,40	54,37%	MOGI DAS CRUZES	
CLUBE ATLÉTICO SANTACRUZENSE - CAS	CAS - FORMANDO TALENTOS ANO 8	273.087,62	160.262,69	58,69%	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	
CLUBE NG DE FUTSAL E FUTEBOL DE ARARAS	REVELAÇÃO XI	221.463,54	204.137,06	92,18%	ARARAS	
COLORADO ESPORTE CLUBE	FUTEBOL COLORADO	222.758,00	89.914,49	40,36%	AMERICANA	
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY	DESAFIO INTERNACIONAL DE RUGBY FEMININO XV ANO 3	471.720,00	317.166,85	67,24%	SÃO PAULO	
ESCOLA DE GOLEIROS CAMISA 1	ESCOLA DE GOLEIROS ANO 8	345.267,00	169.712,54	49,15%	AMERICANA/SP	
ESCOLA DE GOLEIROS CAMISA 1	CAMISA 1 FUTEBOL - ANO 7	291.444,33	170.178,40	58,39%	AMERICANA/SP	
ESPORTE FUTURO CLUBE	BASQUETE CLUBE ANO II	115.530,00	75.462,81	65,32%	ARAÇATUBA	



FEDERAÇÃO DE TAEKWONDO DO ESTADO DE SÃO PAULO	TAEKWONDO E EDUCAÇÃO PROGRESSO FASE XI	688.600,00	438.765,18	63,72%	SÃO PAULO/SALTO E PIRAPORA
FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FOOTBALL SOCCER SOCIETY - FIFOS	BRASIL LADIES CUP - DESENVOLVIMENTO	231.963,50	231.963,50	100,00%	são paulo
FEDERAÇÃO PAULISTA DE TÊNIS	ETAPA SP ITF DE TÊNIS	509.670,00	136.860,89	96,90%	Ribeirão Preto
FUNDAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - PRÓ CRIANÇA E ADOLESCENTE	CONECTAR ANO II	451.141,80	234.689,83	52,02%	SANTANA DE PARNAÍBA
GREMIO DESPORTIVO PRUDENTE	DESPERTANDO TALENTOS SUB 17 - ANO IV	323.350,50	277.148,71	85,71%	PRESIDENTE PRUDENTE
GREMIO DESPORTIVO PRUDENTE	DESPERTANDO TALENTOS SUB-20 - ANO V	291.122,90	251.126,31	86,26%	PRESIDENTE PRUDENTE
GRUPO DE AMIGOS DOS DEFICIENTES E ESPORTISTAS DE CAMPINAS - GADECAMP	GADECAMP - INCLUINDO CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE PARALÍMPICO IV	511.843,50	488.217,52	95,38%	CAMPINAS
INELC - INSTITUTO NACIONAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA - SOTEIJU	JUDÔ TRANSFORMAÇÃO PAULISTA - FASE 02	456.000,00	357.821,87	78,47%	ORLÂNDIA; MORRO AGUDO; ITUVERAVA; BURITIZAL; GUARA; IPUÃ
INELC - INSTITUTO NACIONAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA - SOTEIJU	JUDÔ CIDADÃO PAULISTA - FASE 02	448.500,00	399.003,37	88,96%	SÃO CARLOS; ARARAQUARA; AMERICO BRASILIENSE; MATÃO; IBÁTE
INELC - INSTITUTO NACIONAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA - SOTEIJU	JUDÔ PARA A VIDA PAULISTA - FASE 02	456.000,00	422.059,78	92,56%	SÃO JOSE DO RIO PARDO; MOCOCA; VARGEM GRANDE DO SUL; CASA BRANCA; SÃO JOAO DA BOA VISTA; SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA
INSTITUTO ANDERSON VAREJÃO	ÍDOLO SOCIAL SP ANO 4	498.667,90	400.000,00	80,21%	MATÃO e RIBEIRÃO PRETO
INSTITUTO ANDERSON VAREJÃO	ÍDOLO SOCIAL SP UNIDADE 3 ANO 4	498.667,90	476.561,99	95,57%	SUMARÉ E SÃO PAULO
INSTITUTO APAB	PROJETO CHUTE CERTO FASE 3	222.758,00	178.582,56	80,17%	PALMARES PAULISTA



INSTITUTO APAB	BASQUETE – SUB 13 – Fase XII	141.052,00	141.052,00	100,00%	DESCALVADO, ANÂNDIA E BOM SUCESSO DE ITARARÉ
INSTITUTO ASCENSAO	FUTSAL NA COMUNIDADE	386.325,00	268.155,21	69,41%	MAUÁ
INSTITUTO ASPA	BASQUETE.COM - ANO 10	611.075,20	427.580,87	69,97%	ARARAQUARA/BATATAIS/FRANCA E PATROCINIO PAULISTA
INSTITUTO ASPA	BASQUETE.COM - UNIDADE 3 ANO 4	611.075,20	533.611,69	87,32%	CAMPINAS JUNDIAÍ PIRACICABA SUMARÉ
INSTITUTO ASSISTENCIAL COLISEU BOXE CENTER	COLISEU BOXE NUCLEO PIMENTAS FASE III	195.519,20	98.711,17	50,49%	GUARULHOS
INSTITUTO ASSISTENCIAL COLISEU BOXE CENTER	COLISEU FUTEBOL DE SALÃO NÚCLEO PIMENTAS FASE V	198.768,20	198.768,20	100,00%	GUARULHOS
INSTITUTO ATHLON DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO	SÃO JOSÉ VÔLEI SENTADO PARALÍMPICO - ANO VII	473.007,79	436.310,97	92,24%	SÃO JOSE DOS CAMPOS
INSTITUTO CIDADANIA ATRAVÉS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO E LAZER	FUTEBOL DELAS	256.897,68	202.882,27	78,97%	SÃO PAULO/SP
INSTITUTO ECO AMBIENTAL E SOCIAL	CIRCUITO ECO AMBIENTAL VIII	584.570,00	315.425,20	53,96%	CAMPINAS
INSTITUTO ECO AMBIENTAL E SOCIAL	ESPORTE E BEM ESTAR XI	615.736,00	615.736,00	100,00%	PIRASSUNUNGA / MOGI MIRIM
INSTITUTO ECO AMBIENTAL E SOCIAL	CIRCUITO ECO AMBIENTAL X	480.000,00	264.786,50	55,16%	SANTO ANDRE / JUNDIAI
INSTITUTO ESPERANÇA DO AMANHÃ	COPA FUTURO DE TÊNIS- ANO VII	336.886,00	260.120,68	77,21%	SANTOS
INSTITUTO ESPORTE E CIDADANIA	TAÇA PAULISTANA DE FUTEBOL AMADOR	185.739,00	185.737,00	100,00%	SÃO PAULO
INSTITUTO FAUSTO GIANNECCHINI - ESPORTE & EDUCAÇÃO	BASQUETE - ASSITÊNCIA PRA VIDA NÚCLEO OLÍMPIA ANO VII	304.652,00	237.125,77	77,83%	OLIMPIA
INSTITUTO FAUSTO GIANNECCHINI - ESPORTE & EDUCAÇÃO	BASQUETE - ASSITÊNCIA PRA VIDA NÚCLEO FRANCA VI	304.652,00	304.652,00	100,00%	FRANCA
INSTITUTO FILIPE TOLEDO - IFT77	KIDS ON FIRE	821.302,14	287.455,80	35,00%	UBATUBA



INSTITUTO FUTUROS CRAQUES IFC	DRIBLE CERTO NO MUNDO	593.765,05	258.377,26	43,52%	SÃO PAULO
INSTITUTO FUTUROS CRAQUES IFC	CIRCUITO NEO RUNNING	480.000,00	400.025,95	83,34%	SÃO PAULO
INSTITUTO INOVE SOCIAL - I9 SOCIAL	INOVE FUTEBOL SUB 17	251.926,25	148.642,75	59,00%	RIBEIRÃO PRETO
INSTITUTO ISERBEM	UP NIGH RUN 5	626.192,80	570.283,84	91,07%	ARAÇATUBA
INSTITUTO ISERBEM	UP NIGHT RUN 6	681.000,00	340.162,86	49,95%	PRESIDENTE PRUDENTE
INSTITUTO JOVEM PROMESSA	ATLETAS DO FUTURO FASE III	342.760,60	143.850,04	41,97%	CABREÚVA, NARANDIBA
INSTITUTO JOVENS DE OURO	ESPORTE E VIDA ANO VIII	668.193,00	310.034,81	46,40%	PORTO FERREIRA
INSTITUTO JOVENS DE OURO	ESPORTE PARA TODOS ANO X	521.183,40	384.584,37	73,79%	PIRASSUNUNGA
INSTITUTO JOVENS DE OURO	JOVENS DO FUTURO ANO X	335.240,00	250.391,03	74,69%	AVANHANDAVA E JAGUARIÚNA
INSTITUTO LIFE	BEACH TENNIS - FORMANDO CIDADÃOS	223.087,84	146.356,26	65,60%	SÃO JOAQUIM DA BARRA E OLÍMPIA
INSTITUTO LIFE	VOLEIBOL FORMANDO CIDADÃOS	267.113,41	219.508,35	82,18%	PEDERNEIRAS, IACANGA E OLÍMPIA
INSTITUTO LINCE	FUTSAL FEMININO DE TABOÃO DA SERRA	345.310,00	228.722,48	66,24%	TABOÃO DA SERRA
INSTITUTO MARCOS GUIDOLIN	BASQUETE CIDADÃO SÃO JOAQUIM DA BARRA FASE IV	178.442,00	178.442,00	100,00%	SÃO JOAQUIM DA BARRA
INSTITUTO NOSSO OLHAR	TATAME INCLUSIVO	319.051,25	140.657,02	44,09%	SÃO PAULO
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL	ARTES MARCIAIS-VIBRAÇÃO ESPORTIVA	522.097,00	520.047,57	99,61%	SÃO PAULO
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL	CORRIDA KIDS OLGA KOS - DIVERSÃO A TODA PROVA	444.488,00	444.488,00	100,00%	SÃO PAULO
INSTITUTO OLGA KOS DE INCLUSÃO CULTURAL	VIRA JOGO	427.964,00	404.904,34	94,61%	SÃO PAULO
INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO E EXTERNO - IDEX	FESTIVAL TALENTOS DO IDEX	219.945,00	159.813,23	72,66%	SÃO PAULO
INSTITUTO PRO ESPORTE, LAZER E CULTURA	VOLEIBOL SAQUE PRECISO FASE III	190.021,00	139.776,81	73,56%	CAJOBI, Descalvado
INSTITUTO PRO ESPORTE, LAZER E CULTURA	DRIBLANDO PRO FUTURO FASE II	190.201,00	67.088,52	35,27%	DESCALVADO; CEDRAL



INSTITUTO TÊNIS BRASIL	REDE	EQUIPE RTB SUB 15	322.943,00	266.887,80	82,64%	INDEFINIDO
INSTITUTO BILLINGS	S.O.S	FUTUROS JUDOCAS 2	275.216,70	237.880,67	86,43%	DIADEMA
INSTITUTO SEMENTINHA PARA EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE	PARA A VIDA	ESPORTES PARA A VIDA	298.101,15	142.670,26	47,86%	MOGI DAS CRUZES
INSTITUTO SEMPRE AMIGOS	E SPORTS PARA TODOS 2		610.920,00	362.810,94	59,39%	PIRACICABA; RIBEIRÃO PRETO
INSTITUTO SOCIAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DA CRIANÇA ATIVA		CRIANÇA ATIVA - FASE 06	308.570,00	212.467,30	68,86%	Aguaí, Caconde e Divinolândia
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL CENARIOS FUTUROS		DENTE DE LEITE FEMININO – ANO III	219.630,16	219.630,16	100,00%	DIADEMA
INSTITUTO SOCIOCULTURAL DO HOSPITAL DE AMOR		ESPORTE + HOSPITAL DE AMOR = MAIS AMOR	416.100,00	416.100,00	100,00%	BARRETOS
INSTITUTO SPORTS		ANO IV SÃO PAULO TENNIS CLASSIC	787.588,48	710.631,25	90,23%	MOGI DAS CRUZES
INSTITUTO SUPERAÇÃO - FORMAÇÃO PELO ESPORTE		PILAR COMPETITIVO CATEGORIAS SUB 13,14 E 15	540.384,94	250.000,00	46,26%	SÃO PAULO
INSTITUTO TERRA DE INCLUSÃO E DISSEMINAÇÃO DA VISÃO POSITIVA DA DEFICIÊNCIA		NATUREZA DE CRIANÇA NA CIDADE	305.302,14	108.460,00	35,53%	SÃO PAULO
INSTITUTO TIME M		HIPISMO PARA TODOS – ANO 2	295.146,46	295.146,46	100,00%	LEME
INSTITUTO VALORE		CIRCUITO SUPER- AÇÃO DE CORRIDA E CAMINHADA - 8ª EDIÇÃO	461.583,60	208.544,80	45,18%	SUMARÉ E LIMEIRA
INSTITUTO VINCERE		CIRCUITO PAULISTA DE BEACH TENNIS - ETAPA 1	395.830,20	40.000,00	50,53%	RIBEIRÃO PRETO
JUDÔ CLUBE MOGI DAS CRUZES		JUDO NOVA GERAÇÃO NÚCLEO SUZANO	275.216,70	124.690,17	45,31%	SUZANO
JUDÔ CLUBE MOGI DAS CRUZES		JUDÔ NOVA GERAÇÃO – NÚCLEO MOGI DAS CRUZES	275.216,70	275.216,70	100,00%	MOGI DAS CRUZES
JUDÔ CLUBE MOGI DAS CRUZES		JUDÔ NOVA GERAÇÃO – NÚCLEO SUZANO	275.216,70	195.404,35	71,00%	SUZANO
LACULTESP LAZER, CULTURA E ESPORTE "QUALIDADE DE VIDA"		LACULTESP FUTEBOL SOCIAL - FASE 04	314.070,43	276.311,20	87,98%	JARDINOPOLIS/SERRANA



LACULTESP LAZER, CULTURA E ESPORTE "QUALIDADE DE VIDA"	CENTRO DE CONVIVÊNCIA ESPORTIVO LACULTESP 13ª EDIÇÃO	380.418,00	380.418,00	100,00%	JARDINOPOLIS/SERRANA/RIBEIRAO PRETO
LACULTESP LAZER, CULTURA E ESPORTE "QUALIDADE DE VIDA"	4ª CORRIDA E CAMINHADA LACULTESP	127.623,00	75.416,08	59,09%	RIBEIRAO PRETO
LAR BATISTA DE CRIANÇAS	ESCOLA DE FUTEBOL CAMISA 10 - 7ª EDIÇÃO	156.748,52	156.748,52	100,00%	APIAÍ
LIFE INSTITUTO	CORRIDA PASSO A PASSO	158.000,00	55.839,66	35,34%	SÃO JOAQUIM DA BARRA
LIGA DESPORTIVA GUAÇUANA	FORMANDO CAMPEÃS GINÁSTICA RÍTMICA – ANO III	197.073,60	96.221,15	48,82%	MOGI GUAÇU
LIGA DESPORTIVA GUAÇUANA	FORMANDO CAMPEÕES ATLETISMO PARATLETISMO – ANO III	311.925,70	126.525,93	40,56%	MOGI GUAÇU
LIGA RMC DE ESPORTES	JOGOS ESTUDANTIS MUNICIPAIS 6ª EDIÇÃO	239.140,72	239.140,72	100,00%	GUARATINGUETÁ
MUNDO VERDE PROTEÇÃO AMBIENTAL	ATLETISMO PRIMEIROS PASSOS	259.930,00	259.930,00	100,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
MUNDO VERDE PROTEÇÃO AMBIENTAL	CIRCUITO MUNDO VERDE	431.540,00	430.599,23	99,78%	PIRACICABA/SÃO BERNARDO DO CAMPO
NUCLEO DE ALTO RENDIMENTO ESPORTIVO DE SAO PAULO	AVALIAÇÃO FÍSICA E TREINAMENTO DE BASE – ANO VII	488.425,00	370.665,31	75,89%	SÃO PAULO
ONG DETERMINADOS	SUNSET RUN - A CORRIDA DO PÔR DO SOL	461.070,00	241.823,10	52,45%	ORINDIÚVA E SÃO BERNARDO DO CAMPO
ONG DETERMINADOS	JOGADA DO BEM	294.525,00	294.525,00	100,00%	SÃO BERNARDO DO CAMPO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA	FUTSAL E SOCIALIZAÇÃO ANO 2	238.253,00	103.794,03	43,56%	SALTO DE PIRAPORA
PROJETO SOCIAL GREMIO UNIAO	DIREITO DE SER 3º ANO	352.991,33	221.068,65	62,63%	PINDAMONHANGABA
PROVINCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS	AJUDÔ AMIGOS DO JUDÔ ANO 5	137.800,38	137.800,38	100,00%	SÃO PAULO
RBR ESPORTES E CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE FOMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS CULTURAL	GIRL POWER RUN 6	655.281,00	511.235,47	78,02%	JUNDIAÍ



RBR ESPORTES E CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE FOMENTO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS CULTURAL	Girl Power Run 5	654.952,20	650.691,99	99,35%	SÃO BERNADO DO CAMPO
SERVIÇO SOCIAL MARIA PEREGRINA - SESMAP	ESPORTE EM AÇÃO - JUDÔ	88.117,75	62.752,48	71,21%	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SERVIÇO SOCIAL MARIA PEREGRINA - SESMAP	ESPORTE EM AÇÃO MTB ANO 4	260.986,00	149.490,00	57,28%	MIRASSOL
SPEED MOTOR CLUBE	ESCOLINHA DE KART ANO 3	323.650,00	158.170,99	48,87%	Birigui
TANABI ESPORTE CLUBE	TANABI FORMANDO 2024	351.344,00	269.597,18	76,73%	MONTE APRAZÍVEL; PALESTINA; TANABI
TRAIL CLUBE VERDE ROSSO - TCVR	PIT STOP ANO 3	500.400,00	495.000,00	49,46%	CALENDÁRIO A PUBLICAR
TRAIL CLUBE VERDE ROSSO - TCVR	GRID DE LARGADA ANO 3	681.000,00	680.512,95	49,96%	CALENDÁRIO A PUBLICAR
TRAIL CLUBE VERDE ROSSO - TCVR	SINAL VERDE ANO 2	965.400,00	965.400,00	100,00%	SÃO PAULO
UNIÃO BRASIL	COPAS UBKS KARATE-DO 2	163.404,00	64.500,80	39,47%	NEVES PAULISTA, JACI, NIPOA E MIRASSOL

A SESP, no exercício de suas atribuições e em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, formula e executa políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer, coordenando a implementação de ações governamentais direcionadas ao atendimento de todos os públicos. Nesse contexto, a SESP, por meio de seus colaboradores, envidou todos os esforços disponíveis para a entrega dos resultados acima registrados. Os desafios enfrentados ao longo do período foram devidamente acompanhados e superados com eficácia e eficiência, com a adequada alocação dos recursos financeiros, direcionados integralmente ao atendimento das demandas apresentadas e às necessidades da comunidade paulista. As ações desenvolvidas priorizaram a promoção do esporte e do lazer como instrumentos de melhoria da saúde física e mental de pessoas de todas as faixas etárias, incluindo idosos e pessoas com deficiência, com especial atenção às cidades mais vulneráveis e às regiões periféricas que mais carecem de equipamentos esportivos. Tal atuação contribuiu significativamente para a elevação da qualidade de vida da população, fortalecendo a inclusão social e a formação cidadã, especialmente de jovens, afastando-os da criminalidade e do uso de drogas, colaborando, assim, para a construção de uma sociedade paulista mais justa, segura e resiliente. Para a consecução desses objetivos, a SESP elaborou e executou, de forma direta e indireta, parcerias com entidades públicas e privadas, viabilizando programas, projetos e atividades de esporte e lazer voltados a todos os públicos, em consonância com as políticas públicas estabelecidas. A Secretaria adota postura proativa e visão sistêmica, promovendo o contínuo aprimoramento de seus processos administrativos, especialmente nas áreas de logística, convênios, chamamentos públicos, parcerias público-privadas, licitações e contratos. Essas medidas visam assegurar maior eficiência na entrega de objetos e projetos estratégicos desta Pasta, ampliando e qualificando o atendimento às comunidades de norte a sul do Estado de São Paulo, com o propósito de consolidar uma gestão de esporte e lazer reconhecida como modelo de excelência em âmbito nacional.



SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

DO SECRETÁRIO DA FAZENDA - Em 2025, a Secretaria da Fazenda e Planejamento, liderada pelo Secretário Samuel Kinoshita, atuou fortemente nos debates inerentes à criação das leis complementares referentes à reforma tributária sobre o consumo, inclusive liderando os Estados da região Sudeste. Destaque-se que vários profissionais do quadro da Secretaria da Fazenda e Planejamento contribuíram fortemente nas discussões e elaboração das propostas de leis complementares e no desenho e operacionalização do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Sendo um Estado protagonista e de vanguarda, São Paulo também atuou em estreita colaboração com outras unidades da Federação, não somente recebendo visitas técnicas de representantes de outros Estados, mas também realizando eventos importantes como o Workshop de Avaliação de Impacto² juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, do qual participaram os Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Sul, além de servidores do Ministério da Fazenda. Também no plano da atuação e das relações internacionais, para além da participação em eventos internacionais, como a Gartner IT Symposium/Xpo™ 2025, a principal conferência mundial de tecnologia e inovação, nos Estados Unidos, foram estreitadas as relações com as representações de nações estrangeiras no país, como o Consulado do Japão no Brasil, além do recebimento de visitas de profissionais de outras nações. Por fim, esta pasta teve papel relevante na renegociação da dívida dos Estados com a União, perseguindo na linha que já trilhara no ano último. Assim, São Paulo segue no seu rumo de protagonismo na modernização da Administração Fazendária, visando construir o melhor ambiente de negócios do país, ampliando investimentos e melhorando a qualidade e vida dos cidadãos que aqui vivem, em linha com as diretrizes do Plano São Paulo na Direção Certa. **GABINETE DO SECRETÁRIO - SECRETARIA EXECUTIVA:** Consoante previsto no artigo 3º do anexo I do Decreto Nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024, a Secretaria Executiva atua como unidade coordenadora e orientadora das diversas unidades da pasta, bem como das entidades vinculadas, além de supervisionar a elaboração de relatórios de gestão e de atividades e a consolidação dos planos e dos programas anuais e plurianuais, a partir das diretrizes e objetivos definidos pelo Secretário. Para além disso, em 2025, no âmbito desta unidade, foram desenvolvidas atividades como: 1. Acompanhamento do planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda e Planejamento e das iniciativas dele decorrentes; 2. Atuação na Comissão de Avaliação de Benefícios Tributários – CABT, analisando os benefícios fiscais vigentes sob aspectos de eficiência, viabilidade, “market share”, dentre outros, bem como propostas de concessão de novos benefícios; 3. Controle dos fundos estaduais coordenados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento ou atuação na orientação dos que com a ela interessem. **ASSESSORIA PARLAMENTAR:** As atribuições da Área Parlamentar estão definidas no Decreto Nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024. **Processo Legislativo:** Importante atividade realizada é o acompanhamento dos trâmites dos projetos de interesse da Secretaria. Cumpre salientar que em 2025 foram acompanhados todos os projetos do Senhor Governador. Projetos de autoria do Governador; Projeto de Lei Complementar (PLC): 10 processos; Projeto de Lei (PL): 18 processos e Projeto de Emenda Constitucional (PEC): 0 processo. Projetos de autoria dos Deputados Estaduais; Projeto de Lei Complementar (PLC): 03 processos; Projeto de Lei (PL): 70 Processos e Projeto de Decreto Legislativo (PDL): 10 processos. Outros acompanhamentos realizados em 2025: 05 (cinco) reuniões na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; 16 (dezesesseis) reuniões Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

² Trabalho relevante de capacitação e de troca de experiências com vistas ao aperfeiçoamento dos produtos entregues no âmbito da gestão fazendária dos Estados e de algumas políticas públicas no aspecto mais amplo inclusive.



Cumpre informar que ao longo de 2025, semanalmente, ocorre as Reuniões do Colégio de Líderes, na qual sempre a assessoria se faz presente, coordenado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, sendo composto pelos Líderes dos Partidos, do Governo, da Minoria e dos Blocos Parlamentares. Por fim, são acompanhados, diariamente, as demandas encaminhadas pelo Sistema de Acompanhamento Legislativo – SIALE a esta Sefaz entre outras Secretarias, para manifestação das áreas técnicas que subsidiarão as decisões do Sr. Governador. O sistema visa também assegurar o cumprimento dos prazos legais. Nossa atuação juntamente com a Chefia de Gabinete e a ATN, tem importante papel no processamento das propostas que foram convertidas em normas estaduais. Em 2025 foram 95 (noventa e cinco) projetos encaminhados para a Secretaria da Fazenda e Planejamento. **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASCOM:** A Assessoria de Comunicação (ASCOM) da Secretaria da Fazenda e Planejamento é responsável pelo relacionamento com a imprensa, suporte aos porta-vozes, alinhamento de informações para os públicos interno e externo, com atuação integrada à estrutura de governo. O trabalho da ASCOM se pauta nos princípios de transparência e consistência que asseguram credibilidade e equilíbrio nos contatos com a mídia e o público externo. Como órgão setorial do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (SICOM), a ASCOM tem a atribuição de gerir as atividades de comunicação da Pasta, zelando pela imagem e credibilidade da Sefaz-SP - mantendo o relacionamento direto com os órgãos de imprensa. É crescente o desafio de proporcionar a prestação de informações à população com maior qualidade, eficácia e eficiência, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 12.232/2010, com a persecução dos objetivos de (a) difundir amplamente informações sobre os direitos dos cidadãos e os serviços públicos; (b) divulgar, de forma clara e objetiva, os projetos e ações desenvolvidos pelo Estado nas diversas áreas de interesse da sociedade, de maneira a facilitar seu entendimento; (c) estimular a sociedade a participar do debate e do aprimoramento das políticas públicas do Estado; e (d) adequar as mensagens aos segmentos sociais com os quais se pretenda comunicar, sempre observado o caráter educativo, informativo ou de orientação social obrigatório à divulgação dos programas e projetos. De janeiro a novembro de 2025, a Ascom registrou o atendimento a 706 solicitações da imprensa e produziu 169 press-releases encaminhados aos principais veículos de comunicação e mídia regional. Como resultado, foram publicadas mais de 8 mil matérias. Foram divulgadas ações e medidas que fazem parte do trabalho da atual gestão da Sefaz-SP, focado no ganho de eficiência, na desburocratização e na simplificação de procedimentos que beneficiam diretamente empresas e cidadãos, muitas delas no âmbito do bem-sucedido plano “São Paulo na Direção Certa”. **ASSESSORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS – AEF:** A Assessoria de Economia e Finanças Públicas – AEF, atendendo as atribuições definidas pelo art. 6º do anexo I do Decreto Nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024, desenvolve trabalhos de apoio ao Secretário da Fazenda e Planejamento nas questões relativas às economias brasileira e paulista, às finanças públicas e ao financiamento das políticas públicas do Estado de São Paulo. A Assessoria possui relacionamento com diversas organizações de destaque no cenário nacional e internacional através de convênios ou contratos firmados com instituições como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, a Fundação Getúlio Vargas - FGV, Fundação SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados, a Escola de Economia e Ciência Política de Londres (*London School of Economics and Political Science - LSE*), a Universidade de Columbia e a Universidade de Duke. As seguintes atividades foram desenvolvidas em 2025: Elaborou a previsão de receita orçamentária de 2025 dos tributos estaduais (ICMS e IPVA) contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como o acompanhamento da arrecadação anual desses tributos em 2025; Fez a previsão diária do ICMS e do IPVA, o acompanhamento destas receitas e a análise das diferenças entre projeção e realização da arrecadação destes tributos, de modo a dar subsídios ao Fluxo de Caixa do Tesouro; Confeccionou



boletim mensal para o Gabinete do Secretário, com a descrição do desempenho dos tributos que compõem a receita tributária paulista, incluindo análise setorial de arrecadação de ICMS; Produziu as informações solicitadas para o cálculo dos coeficientes de que trata o Protocolo ICMS 69/08, referente ao percentual de participação de cada unidade da federação nos recursos previstos pela Lei Kandir para ressarcimento aos Estados exportadores; Produziu material para atendimento às instituições de classificação de risco; Foi responsável pela produção e publicação dos índices utilizados no reajuste de contratos de serviços terceirizados e de obras públicas na Administração Pública do Estado de São Paulo, bem como participou no desenvolvimento da divulgação de índices do IPOP por famílias de insumos de forma a permitir a composição de indicadores específicos; Coordenou o projeto Compras Públicas, em andamento, em parceria com a LSE e a Universidade de Columbia, que tem como objetivo estudar as compras realizadas por meio da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC; Coordenou o estabelecimento do projeto de avaliação de política tributária em parceria com a Universidade de Duke; Produziu painel de monitoramento da atividade industrial paulista a partir da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica e complementados com informações de bases externas. *ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICA FISCAL E DE RELACIONAMENTO FEDERATIVO – APFRF*: Ao longo do exercício de 2025, a Assessoria de Acompanhamento da Política Fiscal e de Relacionamento Federativo (APR), atendendo às atribuições previstas no art. 8º do anexo I do Decreto Nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024, desenvolveu as seguintes atividades: Atuou como contraparte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em conjunto com as Subsecretarias e Assessorias desta Pasta, da 21ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), em atenção à regulamentação e aos prazos republicados na Portaria do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional nº 2.831, de 19 de novembro de 2025 - Diário Oficial da União, em 21/11/2025; Elaborou relatórios fiscais gerenciais diários e mensais, inclua-se o quadrimestral apresentado pelo Secretário em Audiência Pública realizada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em junho, foram apresentadas as informações fiscais relativas ao 2º e 3º Quadrimestres de 2024 e 1º quadrimestre de 2025; Elaborou relatórios mensais de Indicadores Fiscais com base na posição consolidada da Diretoria Geral de Contabilidade (DGCont); Manifestou-se, nos termos da Resolução SFP-51, de 02-08-2022, quanto a impactos fiscais nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na instrução de processos de edição de normas referentes a benefícios fiscais; Contribuiu nas respostas às demandas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) na Prestação de Contas do Governador, encaminhadas pela Assessoria de Relacionamento Institucional com o TCESP (ARIT), no tocante a esclarecimentos quanto ao PAF e das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA); Participou em reuniões de avaliação econômico-financeira do Governo do Estado de São Paulo junto às agências de classificação de risco e de fomento ao investimento (FITCH, Moodys e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES); Participou do Comitê Executivo de Acompanhamento da Receita e dos Indicadores Fiscais – CEARIF (Resolução SFP-29, de 09-05-2022). *ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS – ACR*: Conforme atribuições previstas no Artigo 7º do Anexo I do Decreto nº 69.182/2024, a ACR é responsável pela análise, preparação, realização e acompanhamento das operações de crédito internas e externas do Estado, bem como das transferências unilaterais e concessão de garantias estaduais. *Operações de crédito com garantia da União - Aprovadas e em aprovação:*

Projeto	Credor	Valor	Status



1) Linha 2 – Verde do metrô – Obras Cíveis – Ass. prevista para dez/2025	BNDES	R\$ 2,4 bilhões	Aprovada, assinatura	aguardando
2) TIC Eixo Norte (2º Empréstimo) – Ass. prevista para dez/2025		R\$ 3,2 bilhões	Aprovada, assinatura	aguardando
3) Túnel Imerso Santos – Guarujá Ass. prevista para dez/2025	BB	R\$ 2,57 bilhões	Em análise STN/MF	
4) Projetos de Mobilidade Ass. prevista para dez/2025 ou 1º sem. 2026		R\$ 5,45 bilhões	Em análise STN/MF	
5) Linha 2 – Verde do metrô – Sistemas Operacionais – Ass. prevista para dez/2025 ou 1º sem. 2026	BIRD	US\$ 250 milhões	Em análise na Casa Civil/PR para envio ao Senado Federal	
6) PPP Linha 4 – Amarela do Metrô – Fase III – Ass. prevista para dez/2025 ou 1º sem. 2026		US\$ 400 milhões	Em análise na Casa Civil/PR para envio ao Senado Federal	

Concessão de garantia estadual: em operação de crédito externo no valor de US\$ 110 milhões, celebrada em 31/10/2025 entre a Desenvolve SP e o BID para o projeto “Infraestruturas Sustentáveis”. **Aditadas:** negociado e assinado 1 aditivo contratual junto à CAF para reprogramação, alterações técnicas e prorrogação de prazo para desembolso, que asseguraram a disponibilidade de aproximadamente R\$ 380 milhões até 2026. Aprovação de US\$ 1,98 bilhão na COFIEIX para contratar operações de crédito destinadas aos seguintes projetos: i) US\$ 100 milhões para a Expansão da Linha 2 – Verde do metrô; ii) US\$ 52,4 milhões para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista; iii) US\$ 1,28 bilhão para a Melhoria da Sustentabilidade da Dívida do Estado; iv) US\$ 175 milhões para a PPP de Travessias Hídricas; v) US\$ 160 milhões para o Desenvolvimento Rural Sustentável; vi) R\$ 750 milhões para o PROFISCO III; vii) US\$ 82,3 milhões para o Programa de Superação da Pobreza.

Leis autorizadoras: coordenação e encaminhamento de propostas de lei autorizadoras para contratação de operações de crédito que resultaram em: i) Lei 18.147/2025; ii) Projeto de Lei nº 1.272/2025 e iii) anteprojeto de lei SEI 017.00198110/2025-34.

Comitê Executivo de Operações de Crédito e Garantias – COG: realização da 6ª reunião do COG, para discutir agendas importantes acerca do perfil da carteira de crédito, do portfólio das operações de crédito, do planejamento do consumo do espaço fiscal e seus desafios frente aos limites de crédito, necessidade de leis autorizadoras, e os critérios de avaliação da COFIEIX. O COG foi oficialmente descontinuado em 23/05/2025.

ASSESSORIA TÉCNICO NORMATIVO – ATN: A Assessoria Técnico-Normativa (ATN³) vinculada ao Gabinete do Secretário exerce as atribuições previstas no artigo 9º, do Anexo I do Decreto nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024. Foi recepcionado nessa unidade, por meio do Serviço de Suporte e Gestão Administrativa - SSGA, subordinado à Chefia de Gabinete, 6.872 (seis mil e oitocentos e setenta e dois) processos, internos e externos. Nesses processos, foram gerados o quantitativo de 10.898 (dez mil e oitocentos e noventa e oito) documentos, sendo eles: ofícios, despachos, informações, memorandos e atos normativos, dentro outros. Cabe ressaltar que aproximadamente 95% dos documentos direcionados ao Gabinete do Secretário, ao Gabinete do Secretário Executivo e à Chefia de Gabinete passam necessariamente pela ATN, que atua recebendo, analisando sob o caráter técnico-normativo, preparando respostas, despachos, ofícios, informações dando-lhes os devidos encaminhamentos para seu prosseguimento. Em relação às requisições do

³ Essa unidade é composta por 06 (seis) servidores – sendo 01 (um) Chefe de Assessoria (CCESP 1.14), 01 (um) Assessor IV (CCESP 2.12), 04 (quatro) Assessores III (CCESP 2.11). A Assessoria conta com o apoio operacional do Serviço de Suporte e Gestão Administrativa - SSGA, subordinado à Chefia de Gabinete.



Ministério Público (Estadual e Federal) 69 (sessenta e nove) foram recebidas e processadas, tendo sido devidamente respondidas por meio de ofícios. Essa unidade também é responsável pelo atendimento das demandas oriundas do Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIALE, vinculado à Assessoria Técnico-Legislativa da Casa Civil e atua recebendo, analisando e encaminhando as demandas⁴ às áreas competentes para manifestação. Nesse exercício, foram recebidas e processadas 124 (cento e vinte e quatro) demandas. Em relação às demandas específicas do Poder Judiciário (Estadual e Federal), dirigidas ao Titular da Pasta, foram recebidas 3.373 (três mil e trezentos e setenta e três) documentos, entre ofícios, intimações, citações, cartas precatórias etc. Observe-se que parte desses recebimentos ocorreram de forma presencial na Assessoria, tendo sido realizados 540 (quinhentos e quarenta) atendimentos, dentre eles: serventuários da justiça, contribuintes/interessados e advogados/estagiários. Desses documentos, 789 (setecentos e oitenta e nove) referem-se a pedidos de informações em sede de Mandado de Segurança, que exigem atuação precisa e rápida das áreas, eis que contam com prazo exíguo para resposta (10 dias).

ASSESSORIA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL COM O TCE – ARIT: A Assessoria de Relacionamento Institucional com o TCESP – ARIT, vinculada ao Gabinete do Secretário, conforme o artigo 2º da Resolução SFP-03, de 30/01/2025, atua na articulação com órgãos do Poder Executivo e no atendimento às demandas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, coordenando o envio de informações, o cumprimento de recomendações e a elaboração do Relatório Gerencial das Contas do Governador. Também supervisiona o envio de dados ao Sistema SISCOE e encaminha ao TCESP a documentação pertinente às Contas do Governador. Suas atribuições incluem a coordenação, orientação e acompanhamento das 57 Unidades Gestoras Executoras (UGEs) da SFP no atendimento às demandas de fiscalização, no julgamento anual de contas e no cumprimento das Instruções nº 01/2024. Além disso, a Assessoria atua junto aos demais órgãos e entidades do Poder Executivo para garantir o atendimento das recomendações e solicitações decorrentes do julgamento das Contas do Governador, incluindo os envios obrigatórios dos relatórios bimestrais, trimestrais e anuais, como o RREO, o RGF e o Relatório Gerencial Anual. Em 2025, foram acompanhadas 35 fiscalizações *in loco* realizadas pelo TCESP, com destaque para contratos das áreas de Tecnologia da Informação e do Departamento de Administração Regional – DAR I, envolvendo aquisições de softwares e serviços de manutenção de sistemas de climatização. No mesmo período, foram produzidos 1.332 despachos, emitidos 63 ofícios, recebidas 150 requisições, acompanhados 138 processos eletrônicos (TCs) e elaborados 15 relatórios (bimestrais, trimestrais e anuais). Entre as atividades em andamento (2025–2026), estão a elaboração do Relatório de Prestação de Contas e Gestão Fiscal do exercício de 2025 e a consolidação das recomendações do julgamento das Contas de 2024, com entrega prevista para abril de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E DE PROJETOS – DGEP: *Planejamento Estratégico:* Em agosto de 2025, foi concluído mais um ciclo estratégico da Sefaz-SP, utilizando a metodologia OKR (Objectives and Key Results). Durante o ciclo 2024-2025, foram acompanhados 15 objetivos estratégicos, desdobrados em 28 KRs estratégicos e mais de 80 KRs táticos, com mais de 1.000 check-ins realizados para monitoramento e remoção de impedimentos. O ciclo encerrou com 57% de alcance dos resultados estratégicos e 65% dos resultados táticos, com destaque para o Eixo II – Administração Tributária e Contencioso Fiscal. Em setembro, foi realizada uma retrospectiva com celebração dos resultados, reunindo todos os líderes. *Gestão e Processos:* Em 2025, foi instituída a Coordenadoria de Gestão Estratégica e de Indicadores (CGPI), conforme a Resolução SFP-03/2025,

⁴ Manifestações em Anteprojeto, Projeto de Lei, Lei Complementar, Proposta de Emenda Constitucional, bem como aos diversos Requerimentos de Informações formulados pelos Deputados Estaduais.



alinhada à reestruturação aprovada pelo Decreto 69.182/2024. A CGPI trouxe avanços na Gestão de Processos, com uma nova metodologia baseada em Design Thinking, UX e o framework do Duplo Diamante, estruturada em seis etapas: Entendimento, Imersão e Diagnóstico, Definição, Cocriação, Teste e Implantação, e Iteração. *Gestão de Indicadores*: A Gestão de Indicadores é responsável pela Bonificação por Resultados (BR) e pela Participação nos Resultados (PR). Em 2025, foi processada a Bonificação por Resultados (BR) referente ao ano-base 2024, garantindo conformidade legal e publicação dos resultados. Para o ciclo 2025, a metodologia foi revisada, passando a considerar indicadores por Diretoria, e não mais por subsecretaria. Já a Participação nos Resultados (PR) manteve seu cronograma regular. *Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (PROFISCO)*: O PROFISCO tem como objetivo fortalecer a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária, da administração tributária e da gestão do gasto público. O contrato do PROFISCO II com o BID está estruturado em três componentes: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; Administração Financeira e Gasto Público. Em 2025, o programa atingiu 74% de execução financeira. Entre as principais entregas, destacam-se: Implementação de novas funcionalidades da solução Master Data Management (MDM), integrada à iniciativa Smart SEFAZ; Continuidade da implementação do SIGEF, incluindo módulo específico para o IBS. O PROFISCO-II/SP encontra-se em fase conclusiva, com foco na execução dos contratos já firmados. Paralelamente, avançamos na preparação do PROFISCO-III: o pleito foi aprovado pelo COFLEX em 18/06/2025, no valor total de R\$ 825.000.000,00 (R\$ 750.000.000,00 de empréstimo e R\$ 75.000.000,00 de contrapartida estadual). Atualmente, estamos nos ajustes finais para encaminhar o projeto à aprovação do BID, com previsão de assinatura do contrato no primeiro semestre de 2026. *ESCOLA DE GOVERNO – EGESP*: A Escola de Governo – Egesp tem como atribuições essenciais a capacitação dos servidores públicos do Estado de São Paulo por meio de cursos, seminários, congressos e eventos. Além disso, desenvolve ações voltadas à sociedade em geral, com o objetivo de promover a cidadania fiscal. No período de janeiro a outubro de 2025, foram realizadas ações de capacitação nas áreas tributária, orçamentária e financeira, compras públicas e gestão pública, com os seguintes resultados: *Capacitações de Servidores - EAD autoinstrucional*: 52 cursos, totalizando 118 turmas e 5.619 servidores aprovados. *Presenciais*: 32 cursos, totalizando 66 turmas e 2.404 servidores aprovados. *Público Setorial* (servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento): 3.769 aprovados, com índice de satisfação de 9,23 (escala de 0 a 10). *Público Intersectorial* (servidores de demais órgãos do Estado): 4.254 aprovados, com índice de satisfação de 9,28. Total de servidores aprovados: 8.023. Lives e eventos: 29 transmissões com 3.908 participantes ao vivo. *Capacitações Externas*: Além das ações diretas de capacitação, a Egesp ofertou, por meio do custeio de vagas, a participação de 972 servidores em 10 congressos, 4 palestras e 23 cursos, considerando-se os eventos concluídos até outubro de 2025. *Capacitações Internacionais*: Destaca-se o Mestrado Universitário em Fazenda Pública e Administração Financeira e Tributária, ofertado pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED – Espanha), em parceria com o Instituto de Estudios Fiscales (IEF), ICEX España Exportación e Inversiones, Fundación Carolina e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Essa formação contou com financiamento do BID, no âmbito do Profisco II. *Educação Fiscal*: No ano de 2025, a Egesp desenvolveu diversas ações de Educação Fiscal, com destaque para: *Programa “Fazenda Aberta”* – voltado a alunos do ensino fundamental, médio e superior das redes pública e privada, oferece visitas monitoradas às instalações da Secretaria da Fazenda, precedidas de palestras sobre conteúdos de Educação Fiscal. *Programa “Fazenda Vai à Escola”* – um integrante do GefeSP desloca-se às instituições de ensino para ministrar palestras que sensibilizam estudantes e professores sobre a função social dos tributos e a importância do



acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Entre janeiro e outubro de 2025, esses programas contemplaram instituições de ensino em diversas regiões do estado, totalizando 52 palestras e aproximadamente 7.162 cidadãos sensibilizados. **DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO:** Com a reestruturação da Secretaria da Fazenda e Planejamento por meio do Decreto nº 69.182/2024, a Controladoria fazendária, a partir de 01/02/2025, passou a ser Diretoria de Controle Interno- DCI. A DCI possui a atribuição de auxiliar diretamente o secretário em suas funções relacionadas ao controle interno, coordenar e supervisionar as atividades de controle interno, auditorias de risco e de conformidade, bem como fomentar ações voltadas à defesa do patrimônio público, à prevenção e combate à corrupção e à promoção da ética no serviço público. Dentre as diversas atribuições efetuadas pela DCI e CCI no ano de 2025, destacamos as seguintes: Em 2025 a CCI planejou 25 (vinte e cinco) trabalhos de Conformidade em todas as Coordenadorias da Secretaria, nas áreas de: Contabilidade; Patrimônio; Financeira; Orçamentária; Operacional; e Gestão de Riscos, sendo que todos os trabalhos foram realizados, cumprindo 100% do planejado. A CCI continuou atuando ao longo de 2025 no trabalho de implementar melhorias relativas aos pontos negativos e aos apontamentos de inexistência de Controles nas áreas, relatados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em consonância com as diretrizes do Planejamento Estratégico, onde está sendo implementado um Modelo de Avaliação e Gestão de Risco, no âmbito da Secretaria da Fazenda e Planejamento. No período de 01.01.25 a 30.11.25, a DCI realizou análises nas solicitações de parcelamentos de dívidas decorrente ao descumprimento parcial ou total de Convênios entre Municípios e Estado de São Paulo, em atendimento à Resolução SFP- 54, de 19-08-2022 que define os procedimentos necessários ao cumprimento do disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 15, do Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021. Conforme quadro abaixo:

Total de Processos	29
Total Geral de Valores (R\$)	R\$ 8.529.041,25
Total de análises (despachos) pela DCI	60

CORREGEDORIA DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – CORFISP: Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial – SAEP, que visa efetuar os cálculos da compatibilidade da Evolução Patrimonial realizados de forma totalmente automatizada pelo sistema com base nas informações constantes nas declarações prestadas pelos servidores da carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, sem intervenções ou análises feitas diretamente pela equipe da CORFISP; Na parte disciplinar, no âmbito da CORFISP, foram instaurados e concluídos, respectivamente, 32 e 17 procedimentos de Exames de Admissibilidade, 34 e 13 Apurações Preliminares e 12 e 1 Processos Administrativos Disciplinares; Em relação às penalidades, com base nos trabalhos realizados na CORFISP, foi aplicada 1 pena de Cassação de Aposentadoria no ano de 2025. **OUIDORIA:** A Ouvidoria fazendária, a partir de 12/12/2023, sob a regência do Decreto nº 68.155/2023, e como unidade setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, está sob supervisão técnica da Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público (CODUSP) e orientação normativa da Controladoria Geral do Estado (CGE). Até dezembro de 2024 a Ouvidoria compôs a estrutura da Controladoria da Secretaria da Fazenda e Planejamento na forma prevista pelo Decreto nº 66.457, de 28 de janeiro de 2022. O Decreto nº 69.182, de 18 de dezembro de 2024, revogou o Decreto nº 66.457/2022 e retornou a Ouvidoria à subordinação direta do Gabinete do Secretário. No período de 1º de janeiro a 11 de dezembro de 2025, a Ouvidoria fazendária atendeu 12.421 usuários do serviço público. (fonte: <https://fala.sp.gov.br/observatorio>). Os atendimentos estão registrados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FALA SP (<https://fala.sp.gov.br/>) observados os Decretos nº 68.155/2023 e 68.156/2023. **SUBSECRETARIA DA**



RECEITA ESTADUAL – SRE: ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - A receita tributária do Estado de São Paulo deve alcançar, no período de janeiro a dezembro de 2025, em valores nominais, o montante de R\$ 283,9 bilhões. Este valor inclui a receita dos impostos estaduais, das taxas, dos programas especiais de parcelamento e do ICMS-Fecoep. O resultado corresponde a um crescimento nominal de 4,9% em relação exercício de 2024. A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, deve alcançar R\$ 232,1 bilhões em 2025, um aumento nominal de 5,7% em relação ao ano anterior. As arrecadações de IPVA e de ITCMD, devem totalizar R\$ 31,7 bilhões e R\$ 5,9 bilhões, respectivamente. Em relação ao exercício de 2024, os índices de variação nominal previstos são de 6,6% para a receita de IPVA e de -7,6% para a do ITCMD. Quanto ao nível de atividade econômica, ainda que seja esperado um avanço do PIB de cerca de 2% em 2025, a sua composição não tem favorecido a arrecadação de ICMS, uma vez que o setor industrial pode ter um desempenho negativo em 2025. Mesmo com este cenário desafiador, é esperado um crescimento real de 0,6% na arrecadação deste imposto, levando-se em conta os efeitos positivos da revisão de benefícios tributários implementada no âmbito do Programa São Paulo na Direção Certa.

FISCALIZAÇÃO - Em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, de janeiro a outubro de 2025, destacam-se: Conclusão de mais de 2.411 auditorias. Emissão de 29.184 Ordens de Serviços Fiscais - OSFs. Notificação de 6.799 Autos de Infração e de Imposição de Multa - AIIMs e a imposição do valor de R\$ 32.104.993,67 entre imposto, juros e multa.

Operações de Fiscalização - Em 2025 foram realizadas diversas operações de fiscalização, dentre as quais destacam-se: Operação NARMER: Operação deflagrada em conjunto com o Comitê institucional de Recuperação de Ativos de São Paulo, PGE e GAECO no setor de fumo, especialmente com o produto cigarro, com o objetivo de identificar e autuar pessoas físicas e jurídicas que sonegavam tributos e atuavam fazendo “lavagem de dinheiro” e associação criminosa. Operação CARBONO OCULTO: Operação no setor de combustíveis, envolvendo usinas produtoras, formuladoras e distribuidoras localizadas ou vinculadas a empresas estabelecidas no Estado de São Paulo. Nesta fraude, as distribuidoras seriam credenciadas nos termos do artigo 418-A do RICMS, disciplinada na Portaria CAT 223/2009, com o objetivo de declarar e não pagar débitos de ICMS, tornando assim o valor final do combustível menor, auferindo um lucro maior e tornando a concorrência desleal com outros Postos de Combustíveis que pagam seus tributos regularmente. Operação GOTA A GOTA: Operação com objetivo de desarticular uma cadeia de comercialização de bebidas adulteradas com metanol. Inicialmente o metanol era utilizado para adulteração de combustíveis, prática que ficou prejudicada após a operação carbono oculto. Esse produto em estoque passou a ser misturado a bebidas alcoólicas trazendo prejuízos para saúde dos consumidores, além de sonegação fiscal. A Sefaz-SP esteve presente em três datas diferentes no mês de outubro nas diligências para verificar a regularidade dos estabelecimentos e documentos fiscais de compra e venda de bebidas.

CONFORMIDADE FISCAL - PROGRAMA “NOS CONFORMES” – Resultados até out/25: Mais de 22,5 mil contribuintes orientados a se autorregularizarem. Caixa de R\$ 560 milhões devido ao monitoramento de devedores contumazes. Mais de 112 mil orientações sobre assuntos tributários realizadas. Resultado financeiro:

Resultado Financeiro do Programa em 2025	(R\$ milhões)
Caixa Gerado	1.926,9
Despesas	208,4
Resultado Financeiro Líquido	1.718,5



ARRECADAÇÃO: Sistemas de Arrecadação - O Sistema de Auditoria de Arrecadação (SAA) otimizou e automatizou fluxo operacional das receitas provenientes de GARE e GNRE cujo controle era predominantemente manual, dependendo de intervenção humana e planilhas eletrônicas. Estas receitas representam 40% da receita tributária da Sefaz-SP.

COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: Cobrança de Contribuintes Inadimplentes: cobrança de débitos superiores a R\$ 10 mil e que possuem referências devedoras que não serão inscritas no mês seguinte. Total recuperado até outubro de 2025: R\$79,7 milhões. Cobrança DeSTDA: cobrança de contribuintes do Simples Nacional com débitos de Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DeSTDA. Total recuperado até outubro de 2025: R\$ 4,2 milhões. Cobrança Massificada - DEC: Envio de mensagens em lote através do Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC pelo sistema de Cobrança - PGDT para contribuintes que têm débito declarado de ICMS vencido e não pago há mais de 5 dias. Total recuperado até outubro de 2025: R\$ 271,4 milhões. *Call Center*: aprimorado o sistema *Call Center* sobretudo em relação ao registro de contatos dos contribuintes e treinamentos periódicos para a equipe de atendentes. Total recuperado até outubro de 2025: R\$ 1,17 bilhão.

PROGRAMA “RESOLVE JÁ” - permite que contribuintes com dívidas de autos de infração de ICMS possam quitá-las com descontos que serão maiores quanto antes ocorrer o pagamento do auto de infração e com possibilidade de pagamento por meio da utilização de crédito acumulado ou crédito de produtor rural. Resultados obtidos até outubro de 2025: 91 autos de infração quitados, com R\$ 16,6 milhões pagos.

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE ICMS - A Delegacia Tributária de ICMS foi implantada em 01/02/2025, com a competência principal de gerir o atendimento de grande parte dos serviços de ICMS, com foco em Cadastro de Contribuintes (Cadesp), Restituições, Obrigações Acessórias, Comércio Exterior e Regimes Especiais.

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE IPVA - Principais resultados até outubro de 2025: Comunicação de lançamento do IPVA em lote: foram constituídos 7.206.611 débitos de IPVA, relativos a 6.578.502 veículos, totalizando o valor de R\$ 6.478.448.787,61. Redução dos estoques de processos: queda de 75% no SEI e 72% no Sistema de Veículos - SIVEI, em comparação com 2024. Redução do prazo médio de atendimento: de 50 dias em julho de 2024 para 16 dias em outubro de 2025.

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE ITCMD - Os principais resultados em 2025 foram: Implementado o atendimento virtual do ITCMD, com o objetivo de que esse canal passasse a absorver integralmente a demanda estadual por atendimentos relacionados ao imposto. Realizados procedimentos de arbitramento para avaliar a base de cálculo declarada pelo contribuinte. Como resultado foi identificada uma diferença R\$ 1 bilhão entre o valor declarado e o valor real, resultando em uma arrecadação de mais de R\$ 60,9 milhões de ITCMD.

ELIMINAÇÃO DA GUIA DE INFORMAÇÃO E APURAÇÃO DO ICMS – GIA – Realizadas diversas iniciativas que possibilitarão a eliminação da GIA a partir de janeiro de 2026. Até outubro de 2025 temos mais de 99% dos contribuintes paulistas dispensados da entrega da GIA.

SISTEMA AUTENTICADOR E TRANSMISSOR DE CUPONS FISCAIS ELETRÔNICOS (SAT) - Com a publicação da Portaria SRE 79/24, referente à vedação na emissão do CF-e-SAT a partir de 01/01/2026, diversas ações foram realizadas para informar aos contribuintes sobre a vedação, dentre elas foi estabelecida parceria institucional com a AFRAC para realização de um trabalho conjunto de migração do CF-e-SAT para a NFC-e até o final de 2025.

INTELIGÊNCIA DE DADOS: Adaptação dos universos de documentos fiscais eletrônicos para acolhimento das informações da Reforma Tributária (IBS/CBS). Criação e liberação do universo B-Cadastro e suporte à criação das extrações para o *Smart Sefaz* e *Mobile Device Management* - MDM. Detecção de fraude de pagamento (Golpe do PIX): resultando no bloqueio de mais de 5466 empresas fraudulentas. Venda irregular de celulares: com identificação de 660 mil unidades sem comprovação de origem, totalizando R\$ 590 milhões em mercadorias. Transferência de Fraudulenta de Crédito Acumulado: com 616 Notas Fiscais Eletrônicas problemáticas identificadas e



aproximadamente R\$ 2.3 bilhões em créditos transferidos de forma irregular e fraudulenta. Registro Indevido de Vistos de Ressarcimento: totalizando aproximadamente R\$ 11.7 Bilhões em créditos de forma irregular. Foram identificados lançamentos sem visto, com vistos incorretos, duplicados ou com valor incorreto. **ATENDIMENTO AO PÚBLICO**- Atendimentos realizados até outubro de 2025: SIFALE (Atendimento Eletrônico): 71.652; Call Center (0800): 458.808; Atendimento Presencial: 151.452; Atendimento por e-mail: 80.000; Atendimento via Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET: 233.316; Atendimentos Sefaz-SP/Poupatempo: 332.045 e Atendimento online: 2.722. **NOTA FISCAL PAULISTA - NFP** - Valores acumulados desde o início do Programa até outubro em 2025:

Total distribuído	R\$ 544.031.947,90
Créditos distribuídos	R\$ 477.031.947,90
Prêmios distribuídos	R\$ 67.000.000,00
Usuários cadastrados	23.437.822

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO - Em termos de contencioso administrativo, destacam-se até 30/09/2025: Com relação aos processos encerrados em 2025:

Processos Encerrados no Contencioso					
	Qtde	Imposto (R\$ M)	Multa (R\$ M)	Juros (R\$ M)	Total (R\$ M)
Eletrônicos	1.476	6.583.618	9.437.760	2.013.645	18.035.023
Físicos	65	447.636	809.344	233.831	1.490.812
Total	2.211	7.718.967	13.664.366	2.587.949	22.644.841

3.704 processos julgados/despachos em 1ª instância e 2.337 em 2ª instância, totalizando 6.041 processos julgados/despachos realizados. O tempo médio dos processos no contencioso foi de 46,33 meses. Foram publicadas 6.915 intimações no Diário Eletrônico. Foram lavrados 4.582 Autos de Infração eletrônicos, dos quais 1.363 foram impugnados, instaurando o procedimento contencioso. **DEFESA DA FAZENDA PÚBLICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO** - Até 31 de outubro de 2025, a equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal - DRF analisou 3.493 processos, realizando o respectivo ato processual, bem como elaborou 65 Notas Técnicas. **CONSULTORIA TRIBUTÁRIA** - As principais ações realizadas pela Consultoria Tributária de janeiro a outubro de 2025 foram: Consultas: 1.761 consultas respondidas. Consultas Eletrônicas: 1.011 consultas eletrônicas respondidas por meio dos canais Fale Conosco e SIFALE. Manifestações: elaborado 155 em expedientes, notas técnicas ou informações em ações judiciais. Minutas de Projeto de Lei¹: elaborado 1 minuta. Minutas de Decretos: elaborado 33 minutas. Minutas de Resoluções SFP¹: elaborado 9 minutas. Minutas de Portarias SRE¹: elaborado 88 minutas. Minutas de Comunicados¹: elaborado 3 minutas SRE. **COORDENAÇÃO DO CONTENCIOSO, DA CONSULTORIA E ASSESORAMENTO NO CONFAZ** - As principais ações realizadas de janeiro a outubro de 2025 foram: Convênios: firmados 151 convênios ICMS no âmbito do Confaz. Protocolos: firmados 38 protocolos a respeito de produtos sujeitos à Substituição Tributária e operações com suspensão do ICMS. Ajustes SINIEF: publicados 32 Ajustes SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) que tratam de obrigações acessórias das mais diversas. **SUBSECRETARIA DO TESOURO ESTADUAL – STE - GESTÃO FINANCEIRA DO ESTADO**: A Diretoria de Gestão Financeira (DGF) manteve, ao longo do exercício de 2025, seu papel central na administração dos recursos financeiros do Estado de São Paulo, atuando de forma contínua para garantir solidez, previsibilidade e eficiência na execução da



política fiscal e financeira estadual. Sua principal atribuição consiste na gestão da Conta Única do Tesouro (CUT), instrumento estruturante da administração financeira estadual, responsável pela custódia dos recursos pertencentes às unidades gestoras e pela centralização estratégica das disponibilidades monetárias. Em novembro de 2025, o montante sob gestão da CUT alcançava aproximadamente R\$ 37 bilhões, valor que reflete a amplitude das operações do Estado e a diversidade de políticas públicas financiadas. Esse conjunto de recursos pertence às diversas setoriais financeiras, e sua administração exige processos contínuos de análise, monitoramento e controle. Para assegurar a adequada gestão das disponibilidades, a DGF monitora diariamente ingressos, desembolsos, bloqueios judiciais, vinculações legais e rendimentos oriundos das aplicações financeiras, garantindo transparência e tempestividade no registro e contabilização de todas as movimentações relacionadas ao Tesouro. Durante o exercício de 2025, a Diretoria emitiu mais de 10 mil documentos contábeis relacionados à movimentação financeira do Estado, o que demonstra a dimensão operacional do trabalho desenvolvido. A DGF também é responsável pela gestão, manutenção e evolução das soluções digitais integradas ao SIAFEM/SP, sistema estruturante da execução financeira e orçamentária. Entre essas soluções destaca-se o Sistema de Execução Financeira (SEF), ferramenta que automatiza grande parte do fluxo de pagamentos do Estado. Em 2025, o SEF viabilizou a programação de desembolsos que superaram R\$ 297 bilhões, distribuídos em mais de 1,2 milhão de documentos aprovados pelas diversas unidades gestoras. Trata-se de um sistema vital para assegurar previsibilidade dos pagamentos governamentais, além de permitir maior racionalidade no uso das disponibilidades financeiras. Outro instrumento de relevância é o Sistema de Transferências Voluntárias, utilizado para acompanhar repasses a municípios, organizações da sociedade civil e demais beneficiários de convênios e ajustes. Esse controle aprimora a governança dos fluxos de recursos descentralizados e fortalece a transparência. Complementarmente, o Sistema Integrado da Receita (SIR) permite à DGF realizar projeções mais robustas e monitoramento contínuo das receitas, contribuindo para a confirmação do excesso de arrecadação e a apuração de superávit financeiro. Em 2026, todas essas soluções deverão ser adaptadas e integradas ao novo Sistema de Gestão Fiscal do Estado de São Paulo (SIGEF/SP), o que representará uma transformação estrutural na forma de registro, controle e execução dos atos orçamentários, financeiros e contábeis. Paralelamente às atribuições financeiras, a diretoria executa e presta contas dos encargos gerais do Estado — despesas essenciais ao funcionamento da administração pública. Até novembro de 2025, destacaram-se a execução das transferências constitucionais decorrentes do ICMS e do IPVA, que totalizaram R\$ 76,8 bilhões, além dos repasses ao FUNDEB, que alcançaram aproximadamente R\$ 10,4 bilhões. Também merece destaque o cumprimento das obrigações relativas ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), que movimentou cerca de R\$ 1,9 bilhão no período. Com foco no aprimoramento da transparência e da simplificação dos processos de arrecadação, a DGF consolidou, em parceria com a Subsecretaria da Receita Estadual, diretrizes para uniformização dos procedimentos adotados pelas unidades gestoras. Em 2025, instituiu-se o uso de sistemas oficiais da Secretaria da Fazenda e Planejamento para o recolhimento de receitas, permitindo maior rastreabilidade dos recursos e fortalecendo o controle financeiro. Na fase inicial do projeto, foram criados códigos individualizados por Unidade Gestora Executora (UGE), facilitando a destinação correta dos valores arrecadados. Além disso, estabeleceram-se orientações alinhadas ao Manual de Fontes e Naturezas da Receita elaborado pela Diretoria de Gestão Contábil (DGC), bem como disciplinou-se o fluxo de repasses e o tratamento dos rendimentos financeiros decorrentes. Para 2026, espera-se ampliar significativamente a adoção dos sistemas oficiais pelas setoriais estaduais, consolidando maior eficiência operacional e maior solidez no processo de arrecadação. No campo da sustentabilidade



fiscal, a DGF investiu de forma estratégica na modernização dos seus mecanismos de análise e previsão. O avanço do produto GPS Financeiro representa um marco relevante: ao longo de 2025, a plataforma ampliou de 5 para 11 o conjunto de indicadores acompanhados, incorporando painéis de Despesa Total, Despesa de Pessoal, Receita por Natureza, Repasses ao FUNDEB, Indicadores da CAPAG, Dívida Consolidada e outros parâmetros essenciais para a gestão fiscal. A integração de bases diversas e a padronização das visualizações permitiram o aperfeiçoamento da governança dos dados, qualificando a tomada de decisão e oferecendo à alta administração instrumentos mais completos e precisos. Além dos avanços tecnológicos, 2025 foi um ano marcado pelo fortalecimento das práticas de gestão interna. Sob a iniciativa “Tesouro Ágil”, todas as equipes passaram a adotar rotinas de planejamento trimestral, com definição clara de metas, prazos e entregas. As Semanas de Inovação e Planejamento consolidaram-se como instrumentos de alinhamento institucional, promovendo transparência entre áreas, integração das equipes e revisão contínua dos processos de trabalho. Foram incorporados encontros periódicos voltados à celebração de resultados, avaliação de práticas, análise de gargalos e implementação de melhorias, fomentando uma cultura organizacional orientada à aprendizagem, à eficiência e à inovação.

GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS: A Diretoria de Ativos e Passivos (DAP) exerce papel estratégico no equilíbrio fiscal do Estado, especialmente no tocante à administração da dívida pública. Em 2025, a DAP desenvolveu o Plano Estratégico da Dívida Pública, documento abrangente que reúne conceitos técnicos, histórico da dívida, base legal, macroprocessos, regras relativas ao pagamento de precatórios, análises de cenário, avaliação dos impactos das operações de crédito e diretrizes para o aperfeiçoamento da política de endividamento estadual. O Plano é essencial não apenas para orientar a tomada de decisões contemporâneas, mas também para subsidiar o cumprimento do marco constitucional que impõe a quitação dos precatórios até 31/12/2029 no âmbito do regime especial. Outro avanço relevante foi a criação da Base Única e Individualizada de Precatórios, infraestrutura analítica estruturada em painéis Power BI que consolida o estoque atualizado das obrigações devidas pelo Tesouro Estadual. Essa solução envolveu o desenvolvimento de algoritmos capazes de cruzar informações oriundas de pagamentos, acordos diretos e procedimentos de compensação, eliminando discrepâncias entre relatórios da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e dos Tribunais. Além disso, instituiu-se uma rotina formal de envio de dados entre a DAP e a PGE, garantindo maior precisão, governança e rastreabilidade na gestão dos precatórios. A disponibilização dos painéis no workspace do Tesouro Financeiro contribuiu para ampliar a transparência e facilitar o acesso às informações pelos gestores responsáveis.

GESTÃO CONTÁBIL DO ESTADO: A Diretoria de Gestão Contábil (DGC) dedicou esforços expressivos ao aprimoramento das normas, rotinas e práticas contábeis do Estado durante o exercício de 2025. Uma das ações de maior destaque foi a elaboração, análise e consolidação do Balanço Geral do Estado (BGE) referente ao exercício de 2024, cumprindo rigorosamente as exigências legais. O processo incluiu o acompanhamento das recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), tanto aqueles pendentes do exercício anterior quanto as emitidas em 2024. Foram promovidas reuniões técnicas com os centros responsáveis pelas respostas, permitindo avanços relevantes na qualidade das informações prestadas ao órgão de controle. Em paralelo, a DGC coordenou uma ampla revisão dos procedimentos contábeis utilizados até então, promovendo sua adequação às normas internacionais e às diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), responsável pela consolidação das contas nacionais. Esse movimento é fundamental para preparar o Estado para a implantação do Sistema de Gestão Fiscal (SIGEF/SP), que substituirá o SIAFEM-SP. O novo padrão contábil, mais robusto e alinhado às melhores práticas mundiais, deverá orientar a execução orçamentária e contábil a partir de 2027. A revisão alcançou também os relatórios contábeis utilizados pela alta administração e aqueles



destinados à transparência pública. O objetivo é tornar o conteúdo mais claro, acessível e útil, de modo a fortalecer o controle social e qualificar a análise por parte dos gestores. Em 2025, tiveram início as revisões estruturais desses relatórios, incluindo reorganização dos layouts, melhoria da narrativa contábil e incorporação de informações complementares. Por fim, merece destaque o avanço do projeto de transição do SIAFEM para o SIGEF/SP, que dará origem ao futuro SIAFIC estadual. O novo sistema garantirá integração total entre os processos orçamentários, financeiros e contábeis, permitindo mais segurança, aderência normativa e automações inteligentes. Em 2025, foram concluídas etapas importantes, como a parametrização dos módulos principais e a disponibilização dos ambientes tecnológicos. A implantação do módulo de Orçamento está prevista para abril de 2026, possibilitando a elaboração da LOA no novo sistema. Já os módulos de Execução Orçamentária e Execução Financeira terão implantação completa em janeiro de 2027, fechando um ciclo transformador para a gestão fiscal estadual.

GESTÃO DE SISTEMAS, DADOS E RELACIONAMENTO COM AS SETORIAIS: A Diretoria de Sistemas e Relacionamento Setorial, criada em 2024, aprofundou em 2025 sua missão de consolidar um novo modelo de integração entre o Tesouro Estadual e as unidades setoriais. O trabalho combina gestão tecnológica, articulação institucional e coordenação de processos, visando fortalecer a qualidade das informações financeiras e contábeis produzidas pelo Estado. Uma das principais entregas foi o canal único de atendimento às unidades gestoras, estruturado com suporte de call center e integrado à ferramenta SiFale. Em seu primeiro ano de operação, mais de 5 mil atendimentos foram centralizados, permitindo que as unidades usuárias recebessem orientação especializada sem a necessidade de identificar previamente a área competente. Além disso, a Diretoria promoveu um esforço estruturado de relacionamento institucional. Em 2025, foram realizadas mais de 120 reuniões com as setoriais, envolvendo alinhamentos técnicos, demonstrações de sistemas, levantamento de necessidades e planejamento de transição para o SIGEF/SP. O diálogo sistemático permitiu identificar lacunas, alinhar expectativas e fortalecer a rede de governança financeira. A Diretoria também assumiu a coordenação do processo de desativação de mais de 90 sistemas legados que se tornarão obsoletos com a implantação do SIGEF/SP. Trata-se de um trabalho de alta complexidade, que envolve mapeamento de funcionalidades, migração de dados, gestão de riscos e definição de novos fluxos integrados. Por fim, destaca-se o investimento no uso de novas tecnologias, incluindo soluções de inteligência artificial aplicadas à automação de processos, triagem de atendimentos, análise de dados e suporte aos gestores. Essa modernização representa mudança de paradigma: o Estado deixa de operar predominantemente por rotinas manuais e passa a adotar soluções inteligentes que qualificam decisões e reduzem retrabalho.

SUBSECRETARIA DO ORÇAMENTO – SO: No ano de 2025, a Subsecretaria de Orçamento desenvolveu atividades atinentes às suas funções básicas, que consistiram em: produzir relatórios e dados para subsidiar o Secretário da Fazenda e Planejamento sobre temas relativos ao orçamento do Estado; apoiar o Comitê Gestor do Gasto Público, tanto tecnicamente, quanto desenvolvendo ações deliberadas pelo mesmo; acompanhar e apoiar a execução orçamentária do Estado, oferecendo suporte a órgãos e entidades públicas ou privadas, em assuntos que competem à gestão orçamentária. Atualmente, as iniciativas promovidas pela Subsecretaria de Orçamento são operacionalizadas pela Diretoria de Planejamento Orçamentário Setorial – DPOS, que é composta por quatro Coordenadorias de Planejamento Orçamentário (CPOs I a IV), e pela Diretoria de Consolidação e Informações Orçamentárias – DCIO, que é formada por três Coordenadorias: de Planejamento Orçamentário de Pessoal (CPOP); de Estudos e Normas Orçamentárias (CENO); e de Informações e Sistemas Orçamentários (CISO). Juntas, as equipes que formam o órgão central do Sistema de Administração Orçamentária executam as demandas da gestão orçamentária da Administração Pública Estadual, atuando diretamente com as Secretarias de



Estado e demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, apoiando na elaboração e definição de limites de suas propostas orçamentárias, de acordo com os objetivos, prioridades e recursos da Gestão. Em 2025, institucionalmente, a interação ocorreu com 33 (trinta e três) Pastas e as Unidades Orçamentárias a elas vinculadas, entendidas como gestoras responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, das quais, 25 (vinte e cinco) são Autarquias, 14 (quatorze) Fundações, 20 (vinte) Fundos de Investimento, 4 (quatro) empresas dependentes e 9 (nove) empresas não dependentes, componentes da lei orçamentária estadual. Além disso, elaborou os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, ambos para o exercício de 2026, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legais vigentes, emitiu pareceres aos anteprojetos de lei ou projetos de lei que versavam ou tinham reflexos sobre o orçamento público; acompanhou e adotou providências quanto aos aspectos orçamentários da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A Subsecretaria desenvolve suas atividades no contexto do programa “2032 - Gestão Responsável, Transparente e Integrada das Finanças Públicas”, consubstanciada na execução da ação orçamentária “4485 - Gestão do Processo Orçamentário”, que visa o aprimoramento dos mecanismos e das metodologias que garantem o incremento contínuo da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado, em todas as suas etapas e ao longo da rede de instituições componentes dos sistemas de administração orçamentária e financeira; definição de diretrizes e orientações técnicas para elaboração das já citadas leis orçamentárias, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se: Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 - A LDO, com um ano de duração, define as metas e prioridades do Governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da LOA, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento. A LRF remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária. A Subsecretaria organizou e acompanhou a montagem da LDO, mobilizando os agentes participantes para elaboração do texto do projeto para 2026, participou da elaboração e consolidação do Anexo de Metas Fiscais, em conjunto com outras áreas da Pasta, e interagiu com a Procuradoria Geral do Estado para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais. Após consolidar e formalizar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, convertido no Projeto de lei nº 412/2025 ao ser encaminhado à Assembleia Legislativa, a Subsecretaria acompanhou a tramitação da proposta no Legislativo e analisou as 1.337 emendas parlamentares a ela oferecidas, tendo atuado no apoio técnico até a consolidação e edição da Lei nº 18.178/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026. Elaboração do Orçamento para o exercício de 2026 - Na elaboração do Projeto de Lei nº 1036/2025, que orça a receita e fixa a despesa de 2026, foram desenvolvidas as seguintes atividades: conversão e análise da série histórica das despesas; definição dos Valores Referenciais de Custeio – VRC e dos Valores Referenciais de Investimento – VRI, e sua divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado como base para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais (via web, no Sistema Proposta Orçamentária Setorial – POS) dos órgãos e entidades componentes do orçamento fiscal e da seguridade social, bem como no Sistema Orçamentário das Empresas – SOE, para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; coordenação e acompanhamento, junto aos órgãos da administração estadual, dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; análise técnica das propostas orçamentárias setoriais e a elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão; previsão das despesas de



caráter obrigatório tais como pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais; atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado; elaboração da Mensagem e formalização da Proposta Orçamentária do Estado. No acompanhamento de tramitação da Proposta Orçamentária na Assembleia Legislativa, a Subsecretaria efetuou a análise de 31.417 emendas legislativas propostas ao Projeto de Lei do Orçamento, abrangendo proposições de alteração de dispositivos do texto da lei e de remanejamento de recursos entre as programações institucionais e programáticas. *Execução Orçamentária 2025* - No exercício, a Subsecretaria atuou nas seguintes ações: - Formular os procedimentos, requisitos, responsabilidades e prazos a serem aplicados e obedecidos na execução do orçamento relativo a 2025, adaptados à conjuntura vigente e às perspectivas de situações futuras, objetivando manter o equilíbrio entre a receita e a despesa, assim como o controle das metas fiscais; participar na confecção do Decreto nº 69.319/2025, com o estabelecimento das normas gerais para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2025 e de Portarias com procedimentos específicos, relativos à implementação do orçamento original e as alterações em função das condições conjunturais. - Acompanhar os Investimentos por meio de relatórios específicos por área, programas e fontes de financiamento. Estudos para subsidiar a definição de diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo, considerando os resultados apurados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – bimestral e do Relatório de Gestão Fiscal – quadrimestral, definidos na LRF, ajustando parâmetros adotados para as projeções da lei orçamentária anual e os índices efetivamente observados no período. - Gerenciamento do Sistema de Alterações Orçamentárias – SAO, que permite elaborar e encaminhar documentos necessários para viabilizar alterações à LOA, observando as respectivas normas existentes. Análises técnicas de proposições de alterações do orçamento e formalização das modificações aprovadas, nos termos definidos no Decreto nº 69.319/2025, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2025. - Gerenciamento do Sistema de Manifestação Prévia. O sistema permite o encaminhamento dos documentos necessários para viabilizar a manifestação dos órgãos centrais antes da celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão com valores superiores a R\$ 20 milhões de reais. - Consolidar a classificação da despesa orçamentária por natureza e o atendimento de consultas acerca da classificação da despesa, estrutura programática, elaboração e execução orçamentária, aspectos legais do orçamento, funcionamento e utilização de aplicativos do Sistema Orçamentário. - Desenvolver estudos sobre as estruturas de cargos e salários - análises dos processos de contratação de pessoal com o objetivo de subsidiar o Governador do Estado em suas decisões e apoiar o Secretário da Pasta, membro da Comissão de Política Salarial, nos assuntos pertinentes à política salarial das empresas e das fundações. *SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SUBPLAN*: Em 2025, a Subsecretaria de Planejamento avançou no cumprimento de seu papel institucional, consoante estabelecido no Decreto Nº 69.182 de 18/12/2024, fortalecendo e aperfeiçoando o planejamento global e setorial do Estado –especialmente por meio do monitoramento e da gestão do PPA 2024/2027, que, elaborado em 2023, entrou em vigor pela publicação da Lei Nº 17.898, de 09/04/2024 – e avaliando políticas e programas públicos com vistas à melhoria de sua efetividade e da própria qualidade do gasto público. Foram realizadas atividades relevantes de estruturação da própria Subsecretaria de Planejamento com a elaboração do Planejamento Estratégico da área que definiu principais objetivos e prioridades para os próximos anos. Também foi implementada a nova estrutura definida pelo Decreto supracitado que fortaleceu a capacidade técnica e de gestão das equipes de trabalho. Na Diretoria de Planejamento Estadual foi desenvolvido um trabalho de aprimoramento dos processos de planejamento, bem como dos



modelos de monitoramento e de gestão do Plano Plurianual, por meio das Coordenadorias de Planejamento e Monitoramento para Resultados I e II e da Coordenadoria de Processos de Planejamento, sendo de se destacar também a busca de maior articulação com as Subsecretarias de Orçamento e de Tesouro Estadual, para fortalecer e integrar o Ciclo de Planejamento e Orçamento. Nessa linha, a Diretoria de Planejamento Estadual - DPE realizou, ao longo do ano de 2025, uma série de atividades voltadas à gestão do PPA, principalmente aquelas para aprimorar o seu monitoramento, em cumprimento ao estabelecido no decreto mencionado no primeiro parágrafo. Destaca-se inicialmente as providências necessárias para a Primeira Revisão de Metas e Indicadores do Plano Plurianual publicada no Decreto nº 69.622, de 12/06/2025. Além disso, foram elaboradas prestações de contas quadrimestrais, garantindo a transparência e em conformidade com as normas legais do Tribunal de Contas do Estado. Com foco na ampliação e precisão de informações relativas à gestão do PPA, a atividade rotineira de acompanhamento do PPA foi aperfeiçoada, com reforço na aplicação da metodologia adotada, automatização de operações, adequações e correções no sistema de monitoramento. Paralelamente, foi desenvolvido um guia de orientações e padronização do monitoramento, servindo como referência para os órgãos setoriais. Adicionalmente, a DPE manteve uma agenda mais frequente de capacitação da equipe por meio de reuniões internas, buscando o fortalecimento das competências técnicas e operacionais. Também foram realizados encontros com os interlocutores setoriais tendo como finalidade promover a integração institucional, especialmente no que tange ao processo de planejamento. Também no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual, houve a participação do DPE, com atuação específica na proposta de Revisão do PPA, para contemplar as novas iniciativas do governo e aprimorar o aspecto metodológico do plano. Como parte das inovações, foi elaborada uma proposta de novo relatório de prestação de contas, com o objetivo de melhorar a comunicação dos resultados à sociedade e aos órgãos de controle, consolidando o compromisso com a transparência na gestão pública. Ainda um campo de atuação relevante ao longo de 2025, com apoio da Coordenadoria de Processos de Planejamento, foi o de aperfeiçoar a atuação da subsecretaria como ente provedor de informações que possam subsidiar uma melhor tomada de decisão pelos gestores do Estado. Nesse sentido, tanto houve avanço na construção de um novo sistema de planejamento que possa substituir o atual, que possui um caráter fragmentado e algo disfuncional, quanto houve a entrega de um painel de informações (Power BI) sobre o PPA que permite que se tenha uma visão da execução dos programas, que, em última análise, constituem as principais políticas públicas do Estado. Valorizando a transparência pública, no ano de 2025 foram realizadas as audiências públicas que subsidiaram os instrumentos orçamentários da LDO (2026) e LOA (2026). Foram realizadas 20 audiências: 1 audiência eletrônica para LDO (sistema de votação), 1 audiência eletrônica para LOA (sistema de votação) e 18 audiências regionais, nas regiões administrativas, metropolitanas e aglomerados urbanos, realizadas em reuniões virtuais, por meio da plataforma TEAMS, para LOA. Os relatórios dos resultados das audiências e as devolutivas dos órgãos relacionados às demandas apresentadas estão disponíveis em <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/planejamento/Paginas/resultados-2025.aspx>. Para além da atuação no que tange ao planejamento, a Subsecretaria de Planejamento, por meio da Diretoria de Avaliação de Políticas Estaduais, pôde prover importantes entregas em 2025. Inicialmente, destaque-se que, no contexto da publicação do Decreto Nº 68.538, de 22 de maio de 2024, a Subsecretaria de Planejamento assumiu o papel de órgão central da Política de Avaliação do Estado, com responsabilidade pela organização da agenda estadual de avaliação, coordenação e execução dos processos avaliativos, bem como pela publicização e encaminhamento dos resultados obtidos. A Agenda de Avaliações de 2025 foi publicada no Diário Oficial do estado de São Paulo:



<https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-fazenda-e-planejamento/agenda-de-avaliacao-de-politicas-estaduais-20250704112721991188199>. No ano de 2025, a Fundação Seade iniciou a elaboração das avaliações dos programas Municípios de Interesse Turístico (SETUR-SP) e Programa Poupatempo (SGGD). Além disso, foi elaborado o processo de nova contratação do Programa SuperAção (SEDS), que será realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Para o ciclo de avaliações de 2025, o modelo de relatório e as ferramentas metodológicas adotadas pela Diretoria de Avaliação foram revistos e aprimorados. O processo de avaliação também revisado, com especial destaque para as oficinas de elaboração das Árvores de Problema e Teorias da Mudanças realizadas com as equipes gestoras dos programas avaliados. Uma nova atividade permanente foi instituída no Departamento de Avaliação, focada na elaboração, monitoramento e produção de conhecimento sobre indicadores de impacto para políticas públicas. Essa atividade inclui a atualização, em parceria com os órgãos setoriais e com apoio técnico da Fundação Seade, dos painéis de indicadores de objetivos estratégicos 2024-2027 do PPA. *SUBSECRETARIA DE GOVERNANÇA DE ENTIDADES DESCENTRALIZADAS – SGED*: A Subsecretaria de Governança de Entidades Descentralizadas - SGED tem como atribuições: Análise e manifestação prévia à deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC e da Assessoria em Assuntos de Política Salarial - APS nos processos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado. No período de janeiro a novembro de 2025, 203 pleitos foram analisados (fixação e alteração dos quadros de pessoal, contratação de empregados, implantação de planos de empregos e salários, Reajustes Salariais, Programa de Demissão Incentivada, Planos de Previdência Complementar, Programas de Participação nos Lucros e Resultados, Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, dentre outros); Análise e proposta de liberação de recursos financeiros para Empresas Dependentes, Fundações e Autarquias visando a cobertura de despesas com Pessoal e Custeio, além do acompanhamento e proposta de liberação de recursos de ressarcimento de gratuidades e recomposição tarifária das linhas concedidas. No período de janeiro a novembro de 2025, foram liberados de R\$ 10.329,5 milhões para a cobertura de despesas de Pessoal e Custeio, R\$ 805,5 milhões de ressarcimento de gratuidades (METRÔ e CPTM) e R\$ 1.111,6 milhões de recomposição tarifária das linhas concedidas (METRÔ e CPTM), totalizando R\$ 12.246,7 milhões liberados; Acompanhamento, análise e manutenção dos dados de Fluxo de Caixa e Quadro de Pessoal das entidades descentralizadas no Sistema de Acompanhamento e Controle Econômico e Financeiro - SIEDESC. No total, foram 48 entidades acompanhadas mensalmente, sendo que uma delas foi extinta em outubro de 2025 – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU; Zelo pelo adequado encaminhamento dos assuntos pertinentes às entidades descentralizadas extintas, cujo acervo esteja sob sua responsabilidade. As atividades incluem a análise de demandas diversas, busca documental, elaboração de ofícios, relatórios e certidões, bem como a prestação de contas e adoção de providências quanto a possíveis pendências das entidades extintas. Até novembro, foram atendidas 226 solicitações relativas a diversos assuntos. No Plano Plurianual PPA 2024/2027, a SGED é responsável pela ação 6518 - Integrar e Modernizar os Sistemas de Acompanhamento da SGED - Produto 2437 – Portal de Informações das Entidades Descentralizadas, que contém dois indicadores: Indicador 5290, que avalia o percentual de devolução de pleitos e solicitação de documentação complementar e o Indicador 5285, que mede o percentual de implantação do portal e da disponibilização das informações das entidades descentralizadas. O desempenho do Indicador 5290 no segundo quartil de 2025, 41%, está abaixo da meta de 100%. No segundo quadrimestre, a unidade incluiu no portal, link para quadros consolidados e algumas diretrizes, além de um manual (PCES). O painel interativo e outros quadros consolidados estão em fase de elaboração e é provável



que sejam publicados ainda neste exercício ou, no máximo, no primeiro trimestre de 2026. O resultado do Indicador 5285 no segundo quartil de 2025, 47%, está muito acima da meta estabelecida (5%) - quanto menor, melhor. Embora a unidade tenha feito várias ações para conscientizar as entidades, os pleitos continuam chegando com a documentação incompleta. A elaboração dos demais manuais e divulgação, no próximo exercício, certamente auxiliará no alcance da meta.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA – SGC: A Subsecretaria de Gestão Corporativa-SGC, instituída pelo Decreto nº 69.182/2024, desempenha papel fundamental no suporte às unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento-SFP, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços ao cidadão. Sua atuação envolve coordenação e execução de atividades que contemplam recursos humanos, tecnologia, finanças, suprimentos, serviços e infraestrutura, conforme detalhado abaixo:

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA – DASI: O Departamento de Suprimentos e Infraestrutura (DASI) é responsável pela gestão de suprimentos, contratos, patrimônio, transportes internos, engenharia e manutenção, comunicações administrativas, segurança e outras atividades de suporte à Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP).

Coordenadoria de Suprimentos – CS - 354 processos analisados e contratações autorizadas entre as seguintes modalidades: 195 dispensas sem disputa (26 regionais e 169 sede); 74 pregões (31 regionais e 43 sedes); 52 inexigibilidades (11 regionais e 41 sede); 32 dispensas com disputa (14 regionais e 18 sede); 1 concorrência (sede). Economia nas contratações: R\$ 27,99 milhões gerados pela negociação em pregão e dispensa com disputa em relação ao valor de referência.

Coordenadoria de Gestão de Projetos e Obras – CGPO: Modernização dos 18 elevadores do prédio SEDE (Valor: R\$ 22.057.911,88); Obra de adequação das rotas de fuga e medidas de segurança contra incêndio, do prédio SEDE (Valor: R\$ 23.782.691,06); Contratação de serviços para elaboração de projetos executivos de restauro das fachadas do prédio SEDE (Valor: R\$ 2.503.546,72); Contratação de serviços para elaboração de projetos executivos, visando à adequação e regularização predial do imóvel da unidade regional de Campinas (Valor: R\$ 1.532.883,02); Finalização da reforma do imóvel de Bauru (Valor: R\$ 613.040,91); Em andamento: reforma do imóvel de Sorocaba (Valor: R\$ 2.605.770,00); Em andamento: reforma do imóvel de Presidente Prudente (Valor: R\$ 6.575.945,71).

Divisão de Transportes – DTRANSP - Os contratos vigentes totalizaram o valor executado de R\$ 3.841.311,22, sendo: Serviços de condução de veículos (Postos de Motorista): Valor R\$ 3.266.702,12 – Sede e Regionais; Serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e outros serviços em postos credenciados: Valor R\$ 173.886,24 – Apenas Sede; Serviços de manutenção veicular, com fornecimento de peças: Valor R\$ 113.435,67- Apenas Sede; Serviços de seguro veicular: Valor R\$ 3.770,00- Apenas Sede; Serviços de Locação Veículos - Gabinete (Vigência até 15/07/2025): Valor R\$ 128.254,56 - Apenas Sede; Serviços de Motofrete: Valor R\$ 155.262,63 (janeiro a setembro - contrato antigo, novembro e dezembro contrato novo - apenas Sede). A nova contratação apresentou redução de aproximadamente 80% em relação ao contrato anterior. O contrato vigente foi celebrado pelo valor total de R\$ 107.550,00 (30 meses), com custo de R\$ 7.170,00 para o exercício de 2025.

Divisão de Gestão De Bens Móveis: Contratação do Seguro Predial para todas as unidades da SFP (R\$117.000,00); Eliminação de mais de 35 toneladas de materiais em madeira inservíveis; Esvaziamento (90%) do Cofre Sede. Liberação de espaços; Abertura de 16 processos de doação de bens inservíveis ou excedentes para o FUSP, envolvendo aprox. 5 mil itens; Conclusão de 8 processos (2024) de doação de bens inservíveis ou excedentes para o FUSP, cerca de 3 mil itens; Readequação dos Sistema SAM-Patrimônio à nova Reestruturação SFP (fev./2025); Estudo de automatização de tarefas (robô) para o SAM-Patrimônio; Estudo para contratação de empresa para elaborar proposta (laudo) de seguro apropriado para SFP.

Divisão De Segurança- DSEG: Projetos: Implementação da Biometria Facial (Fase I) e integração de sistemas em 5 unidades do DAR – I;



avanço para a Expansão Tecnológica (Fase II) em mais 7 unidades regionais. Ações: Realização de Mapeamento e Suporte Técnico em 21 unidades e expansão de contratos de vigilância (presencial e eletrônica), incorporando um total de 5 unidades adicionais. Divisão de Gestão Documental-DGDOC: Documentos arquivados: 18.239 documentos; Documentos eliminados: 23.273 documentos; Vistas e Reabertura: 1.197 documentos; Autuados/abertura de volumes e outros: 598 documentos; Fragmentação de documentos: 16510kg. Coordenadoria de Administração Regional – CAR: Gestão contrato de Modernização dos Elevadores do Prédio Sede – R\$ 22.057.911,88 (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID); Obras de segurança contra incêndio (AVCB) na Unidade Regional Fazendária Bauru; Obras de segurança contra incêndio (AVCB) na Unidade Regional Fazendária de Presidente Prudente; Obra de reforma após sinistro na Unidade Regional Fazendária de Sorocaba; Elaboração de documentação técnica e gestão de contratos contínuos. *DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – DGOF*: A Diretoria de Gestão Orçamentária e Financeira (DGOF) gerenciou os recursos orçamentários e financeiros da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP) ao longo de 2025, garantindo a execução das despesas e obrigações da pasta. Orçamento total: R\$ 4,70 bilhões, dos quais R\$ 3,74 bilhões foram reservados e empenhados. Fonte: Tesouro do Estado: R\$ 2,83 bilhões. Outras fontes: R\$ 914 milhões. Pagamentos realizados: - Créditos da Nota Fiscal Paulista: R\$ 388,39 milhões. - Restituições de IPVA, PPD, MILT e cauções contratuais: R\$ 115,90 milhões. Documentação processada: Aproximadamente 188,43 mil documentos emitidos nos sistemas SIAFEM e outros sistemas financeiros. A atuação da DGOF assegurou a gestão eficiente dos recursos, garantindo o cumprimento das despesas programadas e a manutenção da regularidade financeira da SFP. *DIRETORIA DE ESTRATÉGIA EM RECURSOS HUMANOS – DERH*: A Diretoria de Estratégia em Recursos Humanos é responsável por planejar, promover e executar estratégias voltadas ao desenvolvimento e à qualidade de vida dos servidores, além de gerenciar competências e fortalecer o clima organizacional da Secretaria. Também coordena e controla todas as atividades relacionadas à administração da vida funcional dos colaboradores. Adicionalmente, exerce as funções estabelecidas no Decreto nº 52.833/2008, aplicando suas diretrizes no âmbito da Secretaria. *Vale Refeição*: o Programa de Vale-Refeição, instituído pela Resolução SF-71/2013, fornece benefício alimentar por meio de cartão eletrônico para servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP), tanto na Capital quanto nas Regionais. Empresa contratada: Pluxee Benefícios Brasil S/A; Cartões administrados: 4.400 servidores atendidos; Despesa total executada: R\$ 51.401.460,62 - A continuidade do programa garantiu o suporte alimentar aos servidores, promovendo bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho. *Portal eSocial-SPGov/Exames celetistas*: Durante o ano de 2025 foram realizados os exames médicos demissionais de 20 servidores, em virtude da reestruturação da Secretaria. *Planejamento Estratégico*: As ações estão em alinhamento com o Decreto nº 60.449/2014 e visam o avanço na modernização da gestão por competências da SFP. Principais entregas: Registro das Necessidades de Pessoal; Base Técnica e Benchmarking; Gestão por Competências; Revisão e implementação de incentivos que reflitam o desempenho do servidor, sendo 01 financeiro e 01 não financeiros; Implementação de 2 ações de reconhecimento não financeiro planejadas para o ano de 2025. *Programa de Centro de Convivência Infantil – CCI*: Na Capital, o serviço foi prestado por meio da empresa contratada Escola Tagarelinha Ltda e atendeu 14 crianças com idade entre 4 meses e 4 anos (incompletos) e foram mantidos Termos de Cooperação Mútua com TCESP, SGGD e Controladoria Geral do Estado. O custo total do serviço foi de R\$ 353.410,40. Nas Regionais o serviço é prestado através de credenciamento com as escolas, sendo atendidas 71 crianças, com custo total do serviço foi de R\$ 782.540,40. *DIVISÃO DE SAÚDE (DSAUI)*: Oferta de serviços de saúde, clínicos e de enfermagem (primeiros socorros e urgência/emergência) aos servidores da SFP Sede e cooperados (CGE/SGGD), promovendo bem-



estar e qualidade de vida. Atendimentos Totais: 3.147 (clínicos, enfermagem e vacinação). *DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC*: Infraestrutura e Tecnologia: Foram realizados 127.713 atendimentos de chamados dos usuários da SEFAZ, com índice de 99,80% de disponibilidade dos sistemas críticos, sob uma infraestrutura tecnológica que abrange: Links de comunicação das regionais e localidades remotas (total): 2.443 Mbps; Links de comunicação - datacenters (total): 58 Gbps; Armazenamento: dados físicos utilizados de 6,85 PB em 8,8 PB (78% utilizado), com capacidade total de 16,5 PB (53% compressão). *Inovação e Arquitetura*: Ampliação dos relatórios de maturidade, com novas visualizações em formato de radar para análise de múltiplos modelos; Acompanhamento estrutural dos 18 Produtos SAFe®; Consolidação da estratégia DevSecOps com a adoção de pipelines automatizados; Avanço no projeto de Gerenciamento de APIs da Sefaz-SP; Desenvolvimento contínuo da iniciativa de Acessibilidade Digital; Mapeamento das aplicações da SRE conforme o framework Gartner TIME; Construção do Catálogo de Padrões e Recomendações em Arquitetura; Governança para automações e aplicações de baixo impacto; Avaliação de soluções Low Code para ganhos de agilidade; Integração com o autenticador IDP.SP; Atualização do Catálogo de Serviços; Gestão de contratos e licenças estratégicas de nuvem e ferramentas de desenvolvimento; Registro de 890 atendimentos realizados pela equipe de suporte ao desenvolvimento. *Ciência de Dados*: Provas de Conceito e estudos: Encaminhamento de documentos da SREG; Busca de informações de contribuintes em fontes da web para a DICAR-cobrança; Assistente de IA da DRF; Assistente de IA da DTJ; Geração de consultas SQL com o uso de linguagem natural; Entregas realizadas: Atuação em projetos da STE, como GPS Financeiro – Indicador 5 e Sistema de Custos; Melhorias em assistente de IA da CCON, Nova versão de Assistente de IA do TIT; BI Gestão Predial; Padrões para Engenharia de Dados no MS Fabric; Sustentação: Sustentação do ambiente Analytics Sandbox com migração para OpenShift; Atualização de versões do PowerBI e gateways de dados; BI da Fábrica Prodesp; bancos de dados de desenvolvimento e QA; Atuação junto a outras áreas e projetos: Estabelecimento de grupo de trabalho para governança de dados e IA; Apoio à iniciativa de análise de dados do Ressarcimento ST; avaliação de maturidade de dados de 60% dos sistemas desenvolvidos na SEFAZ; Contratos: Gestão de contratos MDM, TDM, Serviços Especializados em BI – SAP BO e BPC, GuiaRH, SAP Power Designer, ACL Analytics. Renovação/Prorrogação do GuiaRH, Elaboração de documentações para contratação da Dataprev DAAS. *Segurança no Desenvolvimento de Sistemas e Entregas de Soluções*: Arquitetura de Segurança da Informação dos 18 Produtos existentes; Melhorias no processo de DevSecOps; Maturidade de Sistemas e Gestão de Riscos; Gestão do Processo de Incidentes de Segurança; Implantação do Programa de Conscientização de Segurança da Informação; Gestão e Gerenciamento de Produtos, Projetos e Portfólio; Reestruturação do papel do SPC (SAFe Practice Consultant - Consultor de Práticas SAFe®); Estruturação do modelo de gestão de portfólio e apoio às subsecretarias na estruturação dos Kanbans de épicos; Criação de painéis de acompanhamento padronizados para os produtos de negócio; Criação do Fórum de RTEs. *FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE*: A Fundação SEADE, entidade vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, é referência nacional na produção e disseminação de análises estatísticas, socioeconômicas e demográficas. Para isso realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outras fontes, compondo um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios. *Atividades Técnicas Essenciais/Rotina – 2025*: Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental: as bases de dados e de sistemas de indicadores, com informações demográficas e socioeconômicas, produzidos e ou atualizados entre janeiro e novembro de 2025, correspondem a 78,13% do total previsto para esse ano. Produção e



Disseminação de Novas Informações: foram atualizadas e/ou geradas novas informações, com a produção, até novembro, de 51 bases de dados e sistemas de indicadores, das 61 previstas para 2025, dentre os quais: Sistema PIB – Produto Interno Bruto (PIB mensal + Projeções, PIB municipal); Sistema Mercado de Trabalho (Emprego formal, Ocupação e rendimento); Sistema Estatísticas Vitais (nascidos vivos, óbitos, Mortalidade infantil, Projeção da população e estimativas populacionais, Projeção de domicílios); Georreferenciamento (Atualização de informações). Produção de Estudos e Análises: até novembro, foram elaborados 43 estudos e análises, de um total de 60 previstos para 2025, com destaque para os seguintes: Economia (Boletim trimestral da conjuntura econômica, Estudos econômicos especiais, PIB mensal + Projeções, PIB municipal, Geração de empresa-Inova Simples, Economia automotiva, Metodologia – IA); Mercado de trabalho (Emprego formal e salário em 2024, Pobreza extrema no ESP, Ocupação e rendimento – desigualdade de sexo, raça e cor, Frequência escolar e nível de instrução – Censo 2022); Demografia/Estatísticas Vitais. Produção de Informações e Análises para Apoio aos Programas e Serviços Públicos: foram apoiados, até novembro, 6 dos 7 programas e serviços previstos para o ano de 2025, nos temas: Acompanhamento epidemiológico da mortalidade infantil; Acompanhamento da situação de pacientes de determinadas doenças; Georreferenciamento de informações cadastrais e equipamentos públicos. Parcerias realizadas em 2025: foram desenvolvidos projetos/convênios/acordos/cooperação técnica em parceria com outras instituições, com destaque para os principais: *Projetos de Receita*: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP: Realização de pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 381 municípios do estado regulados pela ARSESP. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo- CDHU: Identificação, qualificação, quantificação e mapeamento de necessidades habitacionais e urbanas no território paulista, visando a produção de insumos para o planejamento da política de desenvolvimento urbano e habitacional de interesse social do estado. Secretaria de Fazenda e Planejamento/Subsecretaria de Planejamento: Construção de ferramenta com banco de dados, indicadores, relatórios e painéis, a fim de assessorar a Secretaria na elaboração de diagnóstico e monitoramento regionalizado para o Plano Plurianual 2024-2027. Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil: Pesquisas destinadas a captar e avaliar a percepção da população paulista sobre a oferta de serviços públicos estaduais e demais temas de interesse público. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPcD: Criação de banco de dados, indicadores, relatórios e painéis, a fim de assessorar a Secretaria no acompanhamento de programas e na divulgação de dados regionalizados sobre os direitos da pessoa com deficiência. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-SP: Indicadores Sebrae SP: “Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do estado (PECOMPE)” – Levantamento mensal dos principais indicadores de desempenho dos estabelecimentos deste segmento no estado; e “Pesquisa MEI” – Levantamento mensal de dados de faturamento e expectativas sobre a economia e desempenho dos microempreendedores individuais (MEIs) do estado. São Paulo Previdência – SPPREV: Identificação dos indivíduos que se casaram ou morreram, a partir da vinculação com as informações de casamentos e óbitos dos Cartórios de Registro Civil dos municípios paulistas, que são processadas mensalmente pela F.Seade. Fundação Faculdade de Medicina – FFM: Realização de pesquisa qualitativa e quantitativa para captar e avaliar a formação e o trabalho de médicos especialistas na área de saúde em todo o Brasil, visando o desenvolvimento denominado “Demografia Médica no Brasil 2025”. *Convênios/Acordos/Cooperação Técnica – 2025*: Secretaria Municipal da Fazenda – SF Municipal: Construção de metodologia e a produção do PIB da capital e do PIB tributário do município de São Paulo, por meio de troca de informações entre os partícipes para a produção de indicadores econômicos e tributários. Secretaria da Fazenda e Planejamento do ESP – SFP: Troca de



informações econômicas e tributárias entre os partícipes e produção de indicadores econômicos e tributários. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e Fundação Seade: Uso de novas ferramentas computacionais e métodos específicos para a geração de estatísticas para a sociedade e para o planejamento de políticas públicas, objetivando: a) pesquisar novos métodos e ferramentas computacionais para inovar na produção de estatísticas públicas; b) desenvolver capacidades em ciência de dados na Seade e nas instituições parceiras para a produção de indicadores; c) disseminar conhecimento novo para a administração pública paulista. Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativa: Aprimoramento da qualidade e do uso de informações para a área da cultura, mediante: a) realização de avaliação de resultados com beneficiários da Lei Paulo Gustavo por meio de pesquisa primária entre beneficiários; b) estimativa do total de empregos gerados na área da cultura através da relação de setores de atividade baseados na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE; e c) estudo sobre indicadores de acompanhamento das políticas públicas abarcadas nos contratos de gestão. Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-SP: Vinculação entre as bases de dados de acidentes de trânsito fatais e não fatais do sistema INFOSIGA e a base de mortalidade produzida pela Seade. *COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO – CPSEC*: A CPSEC é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15/10/2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, alterada pela Lei nº 17.293/2020. É uma companhia aberta registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, como emissora de valores mobiliários na categoria S2, na forma da Resolução CVM nº 60/2021. Tem como objeto social a captação de recursos no mercado de capitais por meio da emissão de valores mobiliários lastreadas em direitos creditórios de titularidade do Estado, originários de créditos tributários e não tributários. Também pode ser contratada por entidades da Administração Direta e Indireta para estruturar e implementar operações de captação de recursos lastreadas em recebíveis originários de relações contratuais ou legais, assim como por Municípios do Estado de São Paulo para estruturar e implementar operações lastreadas em direitos creditórios municipais. As atividades da CPSEC no exercício de 2025 foram voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da governança corporativa e da prospecção de novas operações, conforme orientação da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento. *CONSELHO DE DEFESA DE CAPITAIS DO ESTADO – CODEC*: A atribuição precípua do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC consiste em assessorar o Estado nas questões societárias, especialmente orientando o voto nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas por empresas controladas pelo Estado e por aquelas em cujo capital social a participação do Estado seja minoritária. No decorrer do exercício de 2025, foram emitidos até novembro 46 (quarenta e seis) pareceres, além de estudos, ofícios e de atuação dos colaboradores locados na Secretaria Executiva do CODEC para discussões técnicas em reuniões. Especificamente em relação às questões societárias, além da emissão de pareceres com a indicação de Diretores e de membros de Comitê de Auditoria para as Empresas estatais nos termos da competente autorização governamental, cabe destacar os de orientação de voto do Estado nas Assembleias Gerais de Acionistas, em matérias, entre outras, como: tomada de contas dos administradores com a apreciação das demonstrações contábeis e financeiras e do relatório da administração do exercício de 2024; deliberação sobre a destinação do resultado do exercício das empresas e sobre a distribuição de dividendos; eleição de Conselheiros Fiscais e de Administração, bem como de Coordenador do Comitê de Auditoria e de membros do Comitê de Elegibilidade e do Conselho de Orientação, com base nas indicações recebidas de autoridades competentes, sejam, entre outros, do Estado de São Paulo (acionista majoritário), da União ou da Prefeitura Municipal de São Paulo (acionistas minoritários); fixação da remuneração dos membros de órgãos estatutários; aumento de capital e subscrição de ações; e alterações de estatutos sociais. Também cabe destaque



o acompanhamento do desempenho das atribuições dos Administradores e Conselheiros Fiscais das empresas, apresentado por meio dos planos de trabalho e de avaliação. No escopo dos trabalhos do CODEC, merece evidenciar estudos e atualização de Deliberações CODEC que estabelecem orientações de observância às empresas estatais, especificamente em relação às normas gerais para fixação de remuneração, política de indicação dos órgãos estatutários e diretrizes para acompanhamento das atribuições e avaliação dos administradores das empresas. Ainda merece salientar o acompanhamento da indicação dos membros dos órgãos estatutários das empresas e da uniformização dos estatutos sociais das empresas, assim como das questões envolvendo a desmobilização, liquidação e extinção da EMTU-SP; e o acompanhamento dos atos societários da SABESP, desestatizada no exercício de 2024.



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

INTRODUÇÃO: A Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD foi instituída a partir da estrutura da Secretaria de Orçamento e Gestão, organizada pelo Decreto nº 66.017, de 15 de setembro de 2021, com as alterações constantes nos Decretos nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023, nº 67.561, de 15 de março de 2023 e nº 69.052, de 14 de novembro de 2024, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. Por meio do Decreto nº 69.506, de 30 de abril de 2025, à estrutura administrativa vigente foi incorporada a Diretoria Geral de Pagamento de Pessoal, vinculada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas. Assim, a SGGD está estruturada com as seguintes unidades: Subsecretaria de Gestão Corporativa, Subsecretaria de Gestão, Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Subsecretaria de Governo Digital, Subsecretaria de Patrimônio do Estado e Unidade do Arquivo Público do Estado. Vinculam-se, também, à estrutura da SGGD as seguintes entidades: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE; Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP; São Paulo Previdência - SPPREV; Fundação Previdência Complementar do Estado de São Paulo - PREVCOM; e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. Por fim, integram a estrutura da Secretaria de Gestão e Governo Digital os Conselhos de Patrimônio Imobiliário (CPI), de Tecnologia da Informação e Comunicação (COETIC) e o Conselho Estadual de Trânsito (CETRA) órgãos formuladores, proponentes e reguladores das políticas e programas das respectivas áreas afins. Para a Secretaria de Gestão e Governo Digital, Pasta que aglutina um conjunto de ações e temas de gestão pública, o exercício de 2025 foi marcado como o ano da consolidação e fortalecimento de seus órgãos e de seus respectivos sistemas centrais, fundamentais à condução e consecução das estratégias, diretrizes e programas da atual administração. A - **SUBSECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL (SGD)** - Poupatempo: Expansão e Modernização do Atendimento ao Cidadão: em 2025, ano em que completou 28 anos, o Programa Poupatempo alcançou marcos importantes em sua missão de facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos. Com a inauguração de uma nova unidade física, o programa totalizou 246 postos de atendimento, distribuídos em 234 municípios, ampliando sua capilaridade em todas as regiões do Estado. Até outubro de 2025, a carta de serviços do Poupatempo somava 4.235 opções, das quais 4.176 (98,6%) eram digitais, disponíveis em múltiplos canais, e 725 (17%) eram presenciais. A presença do programa, considerando postos físicos e totens de autoatendimento, estendeu-se a 644 municípios, o que corresponde a 99,8% do território paulista. De janeiro a outubro, foram registrados 65,8 milhões de acessos aos serviços, com 41,8 milhões (64%) iniciados por canais digitais e 24 milhões (36%) realizados em atendimentos presenciais ou via totens. Nesse período, foram emitidas mais de 4,6 milhões de Carteiras de Identidade Nacional (CIN) e mais de 3 milhões de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH). Visando aprimorar a experiência do cidadão, a oferta de vagas para agendamento foi ampliada em 25%, o que reduziu o tempo de espera. Adicionalmente, foram investidos R\$ 10 milhões na modernização e melhoria dos postos de atendimento. A frente de Saúde Digital concentrou seus esforços em 2025 no desenvolvimento e aprimoramento de serviços que ampliam o acesso da população a informações e atendimentos de saúde, por meio da área "Saúde" do aplicativo Poupatempo. Em reconhecimento à sua excelência, o Poupatempo foi confirmado entre os três finalistas do Prêmio iBest 2025 na categoria "Governo Estadual", tanto pelo voto popular quanto pelo júri da academia. Essa conquista reforça a trajetória de destaque do programa, que já havia sido eleito o melhor serviço público de São Paulo entre 2015 e 2022. CMS: Modernização e Padronização dos Portais Governamentais: o Sistema de Gestão de Conteúdo (CMS) do Estado de São Paulo passou por profunda transformação para garantir a padronização, a acessibilidade e a eficiência na gestão dos portais governamentais, em alinhamento com o decreto vigente. O objetivo foi modernizar e



integrar ferramentas essenciais, criando uma operação tecnicamente robusta e escalável. Essa reestruturação resultou em processos mais claros, aumento da capacidade de atendimento, qualificação contínua dos órgãos e fortalecimento da governança. Como resultado direto dessas mudanças, 2025 marcou um salto expressivo na maturidade e credibilidade do CMS. O número de sites em produção passou de 15, em 2024, para 70 até dezembro de 2025. Além disso, 100 portais já estão em fase de autoria. A plataforma atingiu mais de 38 milhões de visualizações e mais de 10 milhões de usuários únicos no ano. A combinação de modernização técnica, processos estruturados, equipes especializadas e governança unificada permitiu ampliar a qualidade dos portais, gerar insights estratégicos e fortalecer a autonomia dos órgãos, consolidando o CMS como uma ferramenta essencial para a comunicação digital do Estado.

Diretoria de Estratégia de Governo Digital: Avanços em Governança e Tecnologia: a Diretoria de Estratégia de Governo Digital (DEGD), por meio de suas coordenadorias — Coordenadoria de Inteligência Artificial e Analítica (CIAA) e Coordenadoria de Portfólio e Gestão de Plataformas (CPGP) —, promoveu avanços significativos. As entregas fortaleceram a governança de dados, a implementação de soluções de inteligência artificial, a modernização dos instrumentos de identidade digital, a organização da governança de TIC, a execução da Política de Dados Abertos e a consolidação do ambiente analítico de apoio à alta gestão do Governo do Estado. As iniciativas contribuíram para o aprimoramento dos serviços públicos e para a tomada de decisões estratégicas em nível estadual.

Governança de Dados: CGGDIESP, CDESP e Integrador de APIs: no eixo de Governança de Dados, a DEGD atuou na modernização da Central de Dados do Estado de São Paulo (CDESP), consolidando-a como a infraestrutura oficial de dados analíticos do Estado, em alinhamento com o Decreto nº 64.790/2020 e a Política de Dados Abertos. O novo modelo contempla múltiplos workspaces, governança por domínios, uso de Databricks, catálogos unificados, trilhas de auditoria e mecanismos seguros de compartilhamento entre órgãos. Foram padronizados os fluxos de compartilhamento de dados via Integrador de APIs e CDESP, incluindo procedimentos de entrada de APIs, análise técnica e deliberações do Comitê. Ao longo de 2025, diversas bases de dados foram integradas à CDESP, abrangendo sistemas da educação, saúde, segurança pública, administração, infraestrutura e atendimento ao cidadão. Com isso, o repositório totalizou 157 bases integradas e 25 em processo de integração. No eixo de Dados Abertos, a SGGD atuou como ponto focal junto à CGE para a implementação do Decreto nº 68.769/2024 e da Resolução CGE nº 014/2024, organizando a presença institucional na plataforma de dados abertos e definindo as bases a serem publicadas.

Inteligência Artificial: no campo da Inteligência Artificial, o Motor IA, infraestrutura estratégica do Estado, entrou em produção. A solução será utilizada para desenvolver dois casos de uso específicos: o Fala SP IA e o Buscador Inteligente. O Fala SP IA, em desenvolvimento com a parceria da CGE, utilizará inteligência artificial generativa na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Estado. O projeto tem previsão de go-live para o primeiro semestre de 2026. O Buscador Inteligente, por sua vez, está em fase de desenho conceitual e atuará como uma camada de busca e recomendação de serviços, com o objetivo de aproximar o cidadão do governo digital.

Sistema Biométrico, Comitê Gestor e Identidade Digital: o Comitê Gestor do Sistema Biométrico (CGSB) foi retomado, com a designação de novos membros e aprovado o 1º Regimento Interno, assegurando alinhamento dos membros, esclarecimento de dúvidas e registro dos encaminhamentos para formalização da Deliberação do Comitê.

Governança de TIC: PDTIC, COETIC e CPGP: em Governança de TIC, os Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foram reposicionados como instrumentos de alinhamento entre estratégia digital, orçamento, riscos e portfólio. O Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (COETIC) teve sua composição atualizada e suas pautas reorganizadas. A Coordenadoria de Portfólio e Gestão de



Plataformas (CPGP) avançou em sua estruturação no sentido de consolidá-la como hub de governança de portfólio e plataformas, com diagnóstico de lacunas e desenho de perfis profissionais adequados. *Gabinete Digital da Administração Pública*: o Gabinete Digital da Administração Pública (GDAP) consolidou seu ciclo de implantação, alcançando em 2025 um total de 2,8 TB de dados processados, distribuídos em 25 datamarts, 30 painéis analíticos de BI e 15 relatórios paginados. O ambiente passou a atender mais de 20 domínios de políticas públicas e tornou-se referência para a alta gestão do Governo do Estado. O ano também marcou o avanço do processo de contratação de serviços especializados para evolução, suporte e manutenção do GDAP, com foco em tecnologias de Big Data e computação em nuvem, visando ampliar sua capacidade de apoio estratégico à tomada de decisão governamental. *Hiperautomação e Plataforma Minha Área SP*: o Minha Área SP consolidou-se em 2025 como um ecossistema transversal de automação, governança, produtividade e segurança, presente em mais de 80 órgãos e com mais de 300 mil usuários, um pilar da transformação digital e da implantação da EGD no Estado. Ao longo do ano, oito frentes estratégicas foram expandidas, conectando processos de recursos humanos, patrimônio, frota, tecnologia, judicialização, segurança da informação e auditoria. *Sistema de Gestão do PDTIC/COETIC*: em fevereiro, foi lançado um módulo na plataforma Minha Área SP para centralizar o envio e o acompanhamento dos Planos Diretores de Tecnologia (PDTIC) dos órgãos estaduais, alinhando seus planejamentos de TI à Estratégia de Governo Digital (2023-2026). A partir de junho, o sistema foi expandido para incluir o Conselho Estadual de Tecnologia (COETIC), que passou a usar a mesma interface para analisar e aprovar as iniciativas de compra de equipamentos e serviços de TIC, garantindo que elas estejam de acordo com as estratégias informadas. *SEI no Minha Área*: a partir de janeiro de 2025, o acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) passou a ser feito exclusivamente pela plataforma Minha Área SP. A mudança, alinhada à Estratégia de Governo Digital, visa aumentar a segurança ao integrar o SEI a um sistema centralizado de gestão de identidades. A solução armazena as senhas dos usuários em um cofre digital de alta segurança e as altera periodicamente para reduzir o risco de acessos indevidos. *Portal de Gestão de Acessos*: em resposta ao Decreto 69.540/2025, a SGGD criou o Portal de Gestão de Acessos, uma interface para que os gestores de órgãos públicos possam administrar as permissões de seus servidores em sistemas eletrônicos. Sua primeira versão permite consultar, alterar, incluir e remover acessos, além de gerenciar usuários em massa. A segunda versão está em desenvolvimento e trará a possibilidade de cadastrar usuários terceirizados e será integrada ao Sistema de Gestão de Pessoal - SGP. *SEI Cidades: Digitalização da Gestão Municipal*: o projeto SEI Cidades expandiu-se significativamente em 2025, com a implantação em 102 novos municípios, totalizando 187 cidades que passaram a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a digitalização de seus processos administrativos. Ao longo do ano, foram incorporados dois módulos importantes: o de Pesquisa Pública, que fortalece a transparência ativa, e o de Peticionamento Eletrônico, que permite aos cidadãos enviarem solicitações e outras manifestações aos órgãos municipais. A equipe do projeto realizou 6.405 atendimentos de suporte e 152 capacitações, abrangendo 11.901 servidores municipais. O sistema registrou mais de 739 mil processos tramitados, 5,1 milhões de documentos produzidos e 46.133 usuários cadastrados. *SEI Governo: Avanços Tecnológicos e Ampliação de Serviços*: o SEI Governo consolidou avanços tecnológicos e estruturais em 2025. Destaca-se a iniciativa de aplicação de Inteligência Artificial ao sistema, com a preparação para a instalação de um módulo de IA desenvolvido pela Anatel, que visa automatizar tarefas administrativas. A plataforma do SEI foi atualizada para a versão 4.1.5, e todas as estruturas hierárquicas do sistema foram ajustadas em conformidade com os decretos de reestruturação administrativa. As APIs do SEI foram aprimoradas, permitindo a integração de 31 sistemas. Por fim, foram disponibilizados dez novos serviços ao



cidadão por meio do módulo de peticionamento eletrônico, totalizando 253 serviços digitais.

Segurança Cibernética: Fortalecimento do Ecossistema Digital: a Diretoria de Segurança Cibernética (DSC) concentrou seus esforços em elevar o nível de maturidade de segurança dos ambientes digitais do Governo de São Paulo. No Poupatempo, foram implementadas ações como a migração da solução de antivírus para EDR/XDR Cloud, a realização de campanhas de phishing, a implementação de sensores NDR e o início da implementação da Arquitetura Zero Trust. Na plataforma SEI, foram executadas ações para elevar a integridade das automações e mitigar vulnerabilidades. A Gestão Centralizada de Credenciais e Acessos foi outro pilar central, com a criação de um portal piloto para o gerenciamento de acessos. Para proteger o acesso ao SOU.SP, iniciou-se o desenvolvimento de uma solução de Gestão Centralizada de Credenciais com autenticação via CyberArk Identity. No que tange à governança, foram publicados o Decreto nº 69.540/2025, que institui a Gestão Centralizada de Credenciais, e a Resolução SGGD nº 41/2025, que define o Minha Área SP como plataforma única de autenticação. A DSC também coordenou a elaboração do termo de referência para a implantação do SOC (Centro de Operações de Segurança) estadual e o desenvolvimento de uma Metodologia Integrada de Gestão de Riscos e Incidentes. As ações de 2025 representam um avanço significativo na maturidade de segurança cibernética do Estado, reforçando a governança e a capacidade de prevenção e resposta a incidentes.

São Paulo Mais Digital: o Programa São Paulo Mais Digital avançou na consolidação de bases estruturantes para a transformação digital do Estado, com a execução de contratações estratégicas destinadas à modernização administrativa, interoperabilidade de sistemas e melhoria da experiência do cidadão. Entre os principais projetos implementados destacam-se: SEI Cidades, que viabiliza a tramitação integral de processos administrativos digitais nos municípios paulistas; o Motor de Inteligência Artificial, aplicado aos casos de uso Fala SP IA e Buscador Inteligente; a evolução da infraestrutura do Integrador de APIs, plataforma que sustenta mais de 102 integrações e 30 milhões de requisições mensais; a implantação da Plataforma de Hiperautomação, para automação de processos em larga escala; o aditivo de Gestão Centralizada de Acessos, que incorpora mais 66.028 usuários à plataforma Minha Área SP; a contratação da Plataforma Marketplace de Compras Públicas, que moderniza e centraliza aquisições governamentais; o desenvolvimento do Design System SGGD, para padronização e acessibilidade dos serviços digitais; e o CMS Cloud Native, responsável pela modernização e governança dos portais digitais do Governo de São Paulo.

Execução Financeira: o Programa São Paulo Mais Digital executou US\$ 12.858.573,11 (equivalentes a R\$ 74.168.871,40), sendo US\$ 11.094.915,92 no primeiro semestre e US\$ 1.763.657,10 no segundo, o que corresponde a aproximadamente 6,81% do valor total do financiamento BID, demonstrando gestão responsável e execução alinhada ao planejamento estratégico. O contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento prevê investimento total de US\$ 205.296.680 (cerca de R\$ 1.088.072.404,00, considerando câmbio médio de R\$ 5,30).

B - SUBSECRETARIA DE GESTÃO (SEGES):

- SISTEMA INTEGRADO DE LOGÍSTICA PÚBLICA (SILOG): após a adoção do Sistema de Compras do Governo Federal, o Compras.gov.br, como plataforma oficial para a operacionalização das contratações do Estado de São Paulo, o ano de 2025 consolidou-se como um período de fortalecimento da aplicabilidade da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Esse movimento representou um marco na modernização das compras públicas paulistas, garantindo maior integração com padrões nacionais, uniformização de procedimentos e ampliação da transparência. A Subsecretaria de Gestão (SEGES), na qualidade de órgão central do Sistema Integrado de Logística Pública (SILOG) - *ex vi* do Decreto nº 69.052, de 14 de novembro de 2024, alterado pelos Decreto nº 69.230, de 23 de novembro de 2024, e Decreto nº 69.506, de 30 de abril de 2025 – avançou de maneira decisiva na consolidação desse novo modelo



de contratações públicas em todo o Estado, entregando resultados estruturantes importantes para a Administração. Ações de capacitação e treinamentos, intensificadas ao longo de 2025, promoveram maior padronização, transparência e modernização dos processos, preparando os agentes públicos para operar plenamente no novo ambiente normativo e sistêmico. Esse conjunto integrado de medidas resultou em uma mudança cultural — talvez o principal legado do período — que representa uma transformação estrutural na forma como o Estado de São Paulo planeja, conduz e fiscaliza suas aquisições, consolidando um ambiente mais técnico, seguro e digitalizado. Partindo-se da apuração dos indicadores do Programa de Transformação e Modernização da Gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 – “taxa de implementação do sistema de compras e contratações no Estado” e ‘capacitação de agentes públicos’ - aliada às iniciativas e ações empreendidas, os resultados apurados, até 30/11/2025, foram: - *Utilização do Compras.gov.br*: em dados extraídos do Painel de Contratações Públicas do Portal de Compras do Governo de São Paulo (Compras.SP): mais de 53 mil contratações divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); valores homologados na ordem de R\$ 38 bilhões; 69 órgãos e entidades contratantes (incluindo Administração indireta); 848 UASGs (unidades administrativas) contratantes. *Capacitação e Treinamento – categoria online*: em dados extraídos do Painel de Capacitação do Compras.SP: 18 Oficinas com 13.939 visualizações; 2 webinars com 1.780 visualizações; 38 Pílulas de Logística Pública com 23.047 visualizações; - *Normatização*: foram publicados no Compras.SP: Resolução SGGD nº 44, de 02 de outubro de 2025 - contratação centralizada de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, pela Central de Compras; Resolução SGGD nº 53, de 27 de novembro de 2025 - cronograma para registro dos projetos de investimento em infraestrutura na plataforma federal Obrasgov.br; 10 estudos técnicos de serviços terceirizados (CADTERC), sendo 5 com data-base 2024 e 5 com data-base 2025. - *Projetos estruturadores*: a equipe técnica da SEGES em atuação articulada com outros órgãos e entidades estaduais e federais, alinhando-se às ações elencadas no artigo 18 do Decreto nº 68.538, de 22 de maio de 2024, que institui o Plano São Paulo da Direção Certa, especialmente quanto à melhoria da regulamentação e dos sistemas de compras públicas e contratos e à instituição de Central de Compras, capitaneou os seguintes projetos estruturadores: *Plataforma federal Obrasgov*: adoção dessa plataforma para registro centralizado de informações sobre projetos de investimento em infraestrutura que utilizem, no todo ou em parte, recursos estaduais. Em dados extraídos Painel de Projetos de Infraestrutura em Infraestrutura (desenvolvido neste ano de 2025): total de 4.400 intervenções registradas; Investimentos previstos na ordem de R\$ 29 bilhões; 45 órgãos e entidades (incluindo Administração indireta) executoras. *Concessão de diárias*: modernização e aperfeiçoamento do processo de concessão de diárias no âmbito dos órgãos e entidades estaduais, com o desenvolvimento da respectiva solução tecnológica, o Sistema de Concessão de Diárias (SCD). A proposta de decreto está em tramitação para fins de subscrição pelo Governador e o sistema está em fase final de desenvolvimento para entrada em produção. *Central de Compras*: atendendo ao inciso VI do artigo 18 do Decreto nº 68.538, de 22 de maio de 2024, estruturação dentro da SEGES de uma unidade voltada à centralização das contratações de bens de uso em comum para o fomento à padronização de procedimentos, a uma melhor governança logística, à racionalização de recursos e ao uso estratégico do poder de compra do Estado. *Catálogo Eletrônico de Padronização*: ferramenta única e centralizada destinada a uniformizar procedimentos, modelos e artefatos que compõem a fase preparatória das licitações de itens que, em razão de suas características técnicas e mercadológicas, complexidade ou relevância financeira, demandam maior nível de atenção, precisão técnica e segurança jurídica para serem adquiridos. Instrução processual de 8 itens para compor o Catálogo Eletrônico de Padronização e realização de 7 audiências e consultas públicas. *Sistema de Marketplace público do Estado de São Paulo*: solução inovadora nas



contratações públicas que visa preencher lacunas nos atuais mecanismos de contratação por meio de uma plataforma centralizada de e-commerce a ser utilizada pelos órgãos e entidades com base em credenciamento por mercado fluido (inciso III, art. 79, da Lei federal nº 14.133 de 2021). A contratação foi realizada no âmbito do Contrato de Empréstimo nº 5579/OC-BR celebrado entre Estado de São Paulo e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e encontra-se em estágios finais de disponibilização da ferramenta em produção. *Toolkits*: disponibilização de 25 minutas padronizadas SEGES/PGE atualizadas (Toolkits) no Compras.SP. *LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO EM LOGÍSTICA PÚBLICA*: O Laboratório de Inovação em Logística Pública (LILP) foi instituído pela Resolução SGGD nº 38/2024. Em consonância com o Decreto Estadual nº 69.052/24 e a Resolução SGGD nº 37/2024, o Laboratório busca modernizar a logística pública, promovendo a desburocratização, a eficiência do gasto e a racionalidade operacional. Sua missão central é aprimorar as práticas de logística e contratações, criando um ambiente seguro para a experimentação de soluções inovadoras que garantam maior transparência e desenvolvimento nacional sustentável. *Principais Ações e Resultados Alcançados em 2025*: Conexão com a Academia: estabelecimento de um convênio de cooperação técnica de 60 meses com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (sem transferência de recursos) para desenvolver automação de processos, uso de inteligência artificial nas compras e novos modelos de governança. Já existem tratativas avançadas para acordos similares com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp). Parceria Internacional: assinatura de memorando de entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com vigência de dois anos, focado na aplicação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no ciclo de licitações do Estado. Inovação Aberta: lançamento do Portal de Desafios, uma plataforma colaborativa que permite a cidadãos, especialistas e empresas proporem ideias e soluções criativas para resolver problemas reais da logística pública estadual. *SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO (SIORG)*: em continuidade ao processo de implementação da revisão das estruturas organizacionais e do Quadro Geral de Cargos em Comissão e de Funções em Confiança (QGCFC), instituídos pela LC nº 1.395/2023, foram realizadas as seguintes ações: Aperfeiçoamento e atualização do portal do SIORG (<https://siorg.sp.gov.br/siorg>), tornando acessível o material de apoio ao processo de reestruturação; Aperfeiçoamento do Business Intelligence (BI) gerencial de controle e gestão do Quadro Geral de Cargos Comissionados e de Funções de Confiança (QGCFC); Elaboração de documentos de apoio ao processo de análise e avaliação das propostas de revisão das estruturas organizacionais: Calculadora de cotas; Calculadora de recomposição; Planilha de gestão de risco; Ferramenta semiautomatizada para análise, verificação e cruzamento de dados de estruturas, cargos em comissão e funções de confiança; Tutorial para elaboração de organograma; e Modelos de formulários. Participação na elaboração de atos normativos: Decreto nº 69.339, de 04 de fevereiro de 2025 – Regulamenta a Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, que dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, bem como estabelece diretrizes para a organização das agências e dá providências correlatas; Decreto nº 69.466, de 14 de abril de 2025 - Altera o Anexo VII do Decreto nº 68.742, de 5 de agosto de 2024, que estabelece a organização da Administração Pública direta e das autarquias do Estado e regulamenta a Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023; Resolução SGGD nº 42, de 08 de setembro de 2025 - Estabelece regras e procedimentos para a gestão e o controle do Quadro Geral de Cargos em Comissão e Funções de Confiança – QGCFC, instituído pela Lei Complementar nº 1.395, de 22 de dezembro de 2023, e dá providências correlatas; Elaboração do Comunicado SIORG nº 06, de 07 de fevereiro de 2025 - Minuta de Decreto de Classificação Institucional e Atualização do Cadastro de Unidades Administrativas; Análise técnica de todas as



propostas de revisão de estrutura organizacional da Administração direta e das autarquias. Até o momento foram publicados: 23 decretos de Secretarias de Estado; 7 decretos de Autarquias; e 3 decretos de Agências Reguladoras. Análise técnica de 30 processos de reestruturação de unidades organizacionais, abrangendo desde batalhões da PM e delegacias até escolas, faculdades de tecnologia, clínicas, hospitais e assessorias especializadas; Publicação de designações de servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas (EPP) em parceria com as secretarias e autarquias (Secretaria da Casa Civil, Fazenda e Planejamento, Educação, Governo e Relações Institucionais e UNICAMP); Desenvolvimento e disponibilização do sítio eletrônico da carreira de Especialista em Políticas Públicas – EPP (<https://www.sggd.sp.gov.br/epp>), que será a fonte oficial de informações sobre a gestão da carreira; Elaboração e disponibilização do Business Intelligence (BI) gerencial do perfil da carreira de Especialista em Políticas Públicas – EPP; Realização do monitoramento das parcerias firmadas mediante designação de Especialistas em Políticas Públicas – EPP (31 servidores envolvidos); Construção e aplicação de monitoramento individual (questionários e realização de 46 conversas, atingindo 85% dos servidores). Análise técnica dos processos de pactuação de indicadores e metas e de apuração de resultados do Programa de Bonificação por Resultados – BR, na seguinte conformidade: BR 2023 – 9 Notas Técnicas de apuração de resultados; BR 2024: 44 Notas Técnicas de pactuação de indicadores e metas; e 44 Notas Técnicas de apuração de resultados. BR 2025 – 31 Notas Técnicas de pactuação de indicadores e metas. Desenvolvimento e disponibilização do sítio eletrônico do Programa de Bonificação por Resultados – BR (<https://www.sggd.sp.gov.br/br>); Elaboração de material de apoio para subsidiar a participação dos órgãos e entidades autárquicas no Programa de Bonificação por Resultados – BR: Guia de Pactuação de Indicadores e Metas; Guia de Apuração de Resultados; Modelos e formulários; Fluxo de Pactuação de Indicadores e Metas; e Fluxo de Apuração de Resultados e Pagamento. Disponibilização do Business Intelligence (BI) gerencial de monitoramento do Programa de Bonificação por Resultados (indicadores, metas, fórmula de cálculo, resultados); Realização de ações de apoio técnico aos órgãos e entidades autárquicas: 3 webinars (Governanças e Mudanças no Programa de BR; Divulgação do Site e Revisão dos Processos de BR 2024; Apuração e Deliberação CIBR nº 07/2025); 4 Oficina (Elaboração da Proposta de Pactuação da BR 2025; Apuração de Resultados do Ciclo 2024; Revisão das BRs do Ciclo 2025; Deliberação CIBR nº 06/2025); e Reuniões presenciais e atendimento via mensagem eletrônica (280 solicitações registradas no e-mail institucional do Programa).

C - SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO (SPE): A SPE tem desempenhado papel fundamental na construção de uma gestão patrimonial mais moderna, eficiente e transparente, aprimorando processos internos, sistemas e critérios decisórios. As ações realizadas por suas Diretorias evidenciam uma atuação pautada pela eficiência, legalidade e governança, com resultados expressivos na modernização da gestão patrimonial, no fortalecimento das alienações onerosas. As ações realizadas pela Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE) reafirmam o compromisso institucional com a eficiência administrativa, modernização da gestão pública e sustentabilidade, em plena consonância com os objetivos estratégicos do Governo do Estado de São Paulo e com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência.

DIRETORIA BENS IMOBILIÁRIOS – DBI: A SPE segue aprimorando o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário (SGPI), com foco em governança, controle de informações, desburocratização de processos, eficiência e transparência. *Processos de regularização de uso de imóveis* – Até 03/12/2025, a Coordenadoria de Controle Técnico Processual (CCTP/DBI/SPE) realizou cerca de 1.000 análises processuais no SEI. No período, 55 municípios paulistas foram atendidos por meio de atos de doação e/ou permissão de uso, reforçando o papel da SPE na promoção de políticas públicas territoriais.



Ato autorizado – até 03/12/25	Quantidade
Transferência de administração	21
Doação	11
Outorgas de uso (permissão, autorização etc.)	62
Recebimento em doação	28
Recebimento em permissão de uso	26
Servidão administrativa	01
Total	149

Alienação onerosa (venda) – A Coordenadoria de Desmobilização de Ativos Imobiliários (CDAI/DBI/SPE) realizou 31 leilões públicos (1ª e 2ª praças), ofertando 62 imóveis em 16 editais e promovendo a venda de 21 imóveis estaduais, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que representou R\$ 379.459.230,00, valor inédito no Estado. *Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo (FIISP)* - Foram concluídos dois boletins de subscrição, oficializando a integralização de imóveis ao Fundo, em contrapartida à emissão de cotas, consolidando etapa essencial da política de valorização e gestão eficiente dos ativos imobiliários estaduais. Houve a conclusão de dois boletins de subscrição, oficializando a entrada dos imóveis no patrimônio do FIISP, em contrapartida à emissão de cotas correspondentes. Trata-se de etapa estratégica para a racionalização, valorização e gestão eficiente do patrimônio imobiliário estadual, fortalecendo a política de desmobilização ativa e a expansão da capacidade de investimento do Estado. O 7º Boletim de Subscrição – R\$125.306.279,37 (21 imóveis) e o 8º Boletim de Subscrição – R\$ 88.363.021,40 (51 imóveis). Durante o ano, o FIISP realizou a venda de 02 imóveis, totalizando R\$2.223.700,00, no valor de e tem vários em negociação.

Alienação onerosa – até 03/12/2025	Quantidade	Valor
Leilão Público	19	R\$ 98.069.230,00
Venda direta	02	R\$ 281.390.000,00
Subtotal	21	R\$ 379.459.230,00
Fundo de Investimento Imobiliário (FIISP)	02	R\$ 2.223.700,00
Total	23	R\$381.682.930,00

Site institucional – lançado o novo site institucional: “sggd.sp.gov.br/dbi”.

Otimização do Sistema de Gerenciamento de Imóveis – SGI – a Coordenadoria de Gestão Imobiliária (CGI/DBI/SPE) concluiu a migração tecnológica e implantação do novo SGI em produção, permitindo maior responsividade, eficiência e qualidade das informações. Entre as melhorias implementadas, destaca-se a criação da esteira de alienação onerosa, que sistematiza dados das vendas de imóveis, traz ganho de governança e amplia a capacidade de geração de relatórios estratégicos. Convênio com a São Paulo Previdência (SPPREV) para alienação onerosa de imóveis – o convênio SPE–SPPREV representa iniciativa estratégica para a valorização e desmobilização de ativos imobiliários pertencentes à previdência estadual. A medida busca gerar receitas, otimizar o uso de bens ociosos e contribuir para o equilíbrio financeiro do regime próprio. Estão previstos 04 editais de leilão para publicação até dezembro de 2025. Além disso, a iniciativa fortalece parcerias interinstitucionais, reforçando o compromisso com a eficiência, a economicidade e o interesse público. Desapropriação dos imóveis do Campos Elíseos – novo Centro Administrativo – a DBI teve importante atuação no processo de desapropriação dos 14 imóveis destinados à implantação do novo Centro Administrativo do Estado, conduzindo a articulação técnica necessária e, em conjunto com a SGC-SGGD, procedeu com a elaboração do convênio entre a SGGD e a CDHU, previsto para assinatura em dezembro de 2025, com o objetivo de assegurar a segurança, a manutenção e a demolição das edificações



envolvidas. Atos normativos - foi proposta minuta de projeto de lei sobre os procedimentos para alienação e arrematação dos imóveis de propriedade do Estado, e autorizando a alienação de 47 imóveis, reduzindo em 25% o valor do imóvel em 2ª praça e alterando os limites previstos na Lei nº 16.338/2016 para conferir maior autonomia à Administração Pública, reduzindo a burocracia e acelerando a tomada de decisões com segurança jurídica. Também houve a proposta de alteração do Decreto nº 66.675/2022, ampliando a competência dos Secretários para autorizar demolições de edificações classificadas como risco crítico, reforçando a segurança e a prevenção de colapsos estruturais. Tais iniciativas modernizam a gestão patrimonial, conferem segurança jurídica, reduzem a burocracia e ampliam a capacidade de atuação estratégica do Estado. Em 2025, a DBI consolidou avanços significativos em tecnologia, alienações onerosas, regularização de uso, ampliação de parcerias institucionais e fortalecimento dos instrumentos de gestão, representando expressivo desempenho administrativo e financeiro na administração do patrimônio imobiliário estadual.

DIRETORIA MOBILIDADE INTERNA – DMI: O ano de 2025 consolidou a modernização da política de mobilidade interna. A Diretoria fortaleceu sua atuação como órgão central regulador, ampliou a padronização de processos e implantou o MoveSP. As ações contribuíram para eficiência do gasto público, segurança documental e maior previsibilidade operacional. *Resultados Institucionais* - A Diretoria executou agenda estruturante composta por aprimoramentos normativos, integração tecnológica, reorganização operacional e ampliação da participação das unidades. Os resultados mais relevantes incluem: implantação plena do MoveSP, ampliação da capacidade de leilões, digitalização completa do acervo remanescente e consolidação da governança colaborativa. *Ações Estruturantes* - As ações de maior impacto foram: revisão dos Procedimentos Operacionais Padrão; publicação da Portaria SPE nº 01/2025; proposta de minuta do Decreto do Sistema de Mobilidade Interna; implantação do MoveSP substituindo SIGEF, SIGELE e SAF; capacitação técnica envolvendo mais de 270 servidores; e a realização de 6 leilões de veículos que arrecadaram aproximadamente 80 milhões. *Indicadores Consolidados* - Principais indicadores do exercício: 20.348 acessos ao MoveSP; mais de 90% dos DMCCs emitidos digitalmente; 243 atendimentos na Operação Assistida; 125 servidores capacitados em pré-laudos e 150 em identificação veicular; elevação da arrecadação dos leilões com destaque para Limeira (R\$ 17,9 milhões), Diadema (R\$ 15,6 milhões), Guarulhos (R\$ 13 milhões), Santo André (R\$ 7,56 milhões), Mauá (R\$ 12,5 milhões) e Suzano (expectativa de 12 milhões). *Relações Institucionais* - A Diretoria manteve cooperação contínua com PRODESP, DETRAN-SP, Polícia Militar, Controladoria Geral do Estado, Ministério Público do Estado e prefeituras. Destacam-se três eventos de grande participação: 165 participantes no Encontro do Sistema de Mobilidade Interna, 380 no evento Experiências da Frota Paulista e 346 no Café com a Frota. A Diretoria assumiu coordenação nacional do Subgrupo de Frota no CONSAD. *Riscos e Medidas de Mitigação* - Foram identificados riscos operacionais, tecnológicos, jurídicos e estratégicos. As medidas de mitigação envolveram capacitações contínuas, atualizações do MoveSP, centralização de ATPVe, certificação digital, revisão normativa e fortalecimento da governança com participação das unidades. *Perspectivas para 2026* - O próximo exercício prioriza a implantação definitiva do Decreto do Sistema de Mobilidade Interna, a expansão modular do MoveSP, o aprofundamento da agenda de sustentabilidade, o aperfeiçoamento do ciclo de leilões e a consolidação da formação continuada das unidades frotistas.

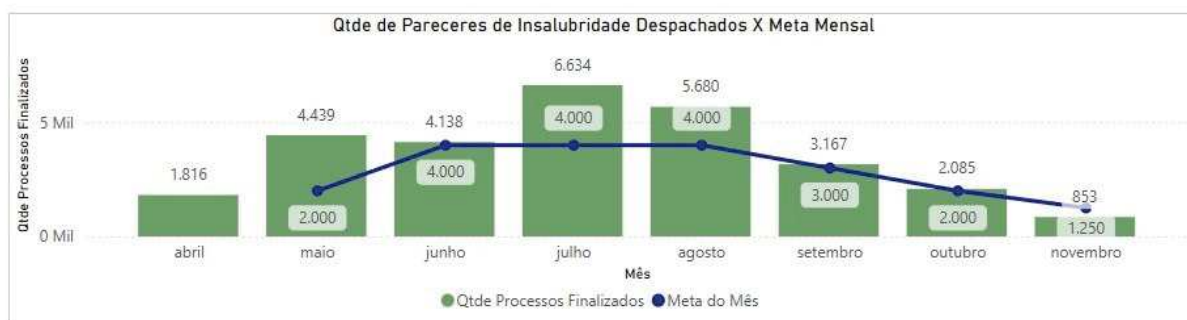
D - SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP): O ano de 2025 marcou uma inflexão na gestão de pessoas do Estado de São Paulo. A Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP) foi instituída para redefinir o papel institucional da área, superando um modelo historicamente reativo e fragmentado, e inaugurando uma atuação integrada, técnica e orientada a resultados. A SGP consolidou-se como órgão central do Sistema de Administração de Pessoal, responsável por definir diretrizes, padronizar processos, fortalecer a governança e promover ações



de desenvolvimento e valorização dos servidores públicos. Essa diretriz já se reflete na estrutura que a constitui, que inclui a Diretoria de Riscos e Conformidade da Folha de Pagamento, unidade voltada à integridade, à prevenção de falhas e ao alinhamento permanente com as normas de compliance e com os padrões de responsabilização. 1 - Iniciativas concluídas: Edição de novo regulamento de perícias médicas, visando uma boa Gestão das licenças médicas atuais. Essa iniciativa foi concluída, culminando na publicação do Decreto nº 69.234/2024; Sistema de Gestão de Pessoal – SGP. Sistema único para ingresso e desligamento dos servidores, com reflexo direto na folha de pagamento, além de controle integral da vida funcional dos servidores, facilitando as rotinas e processos de recursos humanos e gestão de pessoas, com a inserção única de dados. Essa iniciativa foi concluída e já está em uso; e Atualização do SISAUT- Sistema de Autorização de Concurso Público, visando ao controle total do fluxo de aprovação de pedido de autorização de concursos público desde a solicitação, até a publicação do deferimento governamental. Essa iniciativa foi concluída e já está em uso. Principais Resultados da Pasta no Período: - Incorporação da Folha à SGP: a incorporação da folha de pagamento — transferida da Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP) para a Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) em maio de 2025 — consolidou o fortalecimento institucional da Subsecretaria ao reunir, sob a SGP, todas as áreas relacionadas à gestão de pessoas. O movimento não se limitou à transferência de equipes, atribuições ou sistemas. Representou a afirmação do papel da SGP como órgão central, responsável por diretrizes, normatização, padronização e integração de processos de pessoal em todo o Estado. A reorganização também permitiu avançar na descentralização operacional de 20 serviços, com revisão de fluxos, atualização de procedimentos e disponibilização de mecanismos que possibilitam a execução local de atividades rotineiras de forma mais célere e segura. Nesse contexto, o apoio contínuo à implantação do Sistema de Gestão de Pessoal - SGP, a realização de capacitações e o atendimento direto aos órgãos setoriais e subsetoriais tornaram-se elementos essenciais para promover padronização, unificação das bases de dados e ampliação da transparência. Com essa mudança, o Estado ingressou em um novo ciclo, marcado por maior previsibilidade, acesso unificado às informações e segurança jurídica na tomada de decisões. Mesmo recém-criada, a SGP conduziu a transição com planejamento, rigor técnico e foco na experiência do servidor, evidenciando a possibilidade de alinhar transformação institucional, tecnologia e cuidado com as pessoas. *Regularização de Passivos, Digitalização e Capacitação:* a SGP assumiu o compromisso de enfrentar imediatamente passivos historicamente acumulados, adotando medidas que permitiram restabelecer a regularidade de pagamentos, fortalecer a conformidade dos registros e recuperar a previsibilidade administrativa. Entre as principais ações, destacam-se: Finalização do estoque de processos judiciais represados de 2023 e 2024, assegurando o cumprimento das decisões pendentes e a regularidade dos pagamentos aos servidores afetados. Inserção no SEI dos processos físicos remanescentes na estrutura da DGPP, conferindo transparência integral à tramitação, registro unificado de atos e rastreabilidade completa para órgãos, gestores e servidores; Enfrentamento dos quase 23 mil processos parados nas caixas SEI da Diretoria Geral de Pagamentos, com priorização das demandas represadas e restabelecimento do fluxo de respostas a pleitos que, por anos, permaneceram em espera; Realização de 56 capacitações específicas para servidores que atuam diretamente na folha de pagamento, com foco nas novas rotinas decorrentes da descentralização de serviços, assegurando transição gradual, compreensão dos procedimentos e adoção uniforme dos fluxos orientados pela SGP, atingindo um total de 50 órgãos; Realização de 81 capacitações, distribuídas entre os módulos de Indicações, Férias, Recad, eSocial e SOU/SP; Capacitação de 87 médicos, foi realizado, nos dias 9 e 19 de maio de 2025, um evento de “Capacitação para Realização de Perícia Médica da DPME”, promovido pela Diretoria de Perícias Médicas do Estado – DPME, com o objetivo de garantir que a atuação dos profissionais médicos



credenciados atenda aos requisitos e protocolos periciais da Diretoria de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME; Conclusão do estoque de 28 mil processos de insalubridade que se encontravam represados, por meio de uma iniciativa estruturada, conduzida com metas mensais previamente estabelecidas;



Publicação das Tabelas de Insalubridade das Carreiras Policiais do Estado (SAP e SSP), medida que moderniza e agiliza o processo de concessão do Adicional de Insalubridade aos servidores, garantindo maior padronização e segurança técnica; Programa de Acompanhamento de Servidores com Afastamentos de Longo Prazo, iniciado em 2025, estruturado para o acompanhamento e controle de servidores em licença para tratamento de saúde de longa duração, com continuidade prevista para todo o ano de 2026. A primeira etapa foi iniciada na Secretaria da Educação, incluindo a reavaliação dos servidores readaptados; e Realizaram-se mais de 159.126 atendimentos periciais a servidores públicos, fortalecendo a gestão de saúde ocupacional e assegurando avaliações precisas das condições laborais. Publicação da Instrução Normativa SGP nº 16/2025: Como desdobramento da reorganização da folha, foi publicada a Instrução Normativa SGP nº 16, de 13 de novembro de 2025. A medida consolidou mais um avanço na governança da folha de pagamento no Estado, estabelecendo normas, cronograma e esclarecimentos das etapas, dos tipos de folha e das formas relacionadas à execução do pagamento de pessoal. *Avanços no eSocial*: a Subsecretaria de Gestão de Pessoas estruturou um marco relevante para a administração pública estadual com a criação da Divisão do eSocial, centralizando a governança das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de todas as secretarias e autarquias. Ao assumir a gestão — antes sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda e Planejamento — identificou-se um cenário crítico, com transmissões irregulares, ausência de envios obrigatórios e pendências históricas acumuladas, afetando diretamente obrigações legais e direitos dos servidores. No primeiro semestre, os esforços concentraram-se na regularização das folhas de 2023, ação essencial para garantir o pagamento do PIS/PASEP aos servidores. Com esse passivo encaminhado, a SGP avançou para a regularização do ano-base 2022 e para os preparativos da DIRF 2025, intensificando o diálogo técnico com a Receita Federal do Brasil. Essa aproximação permitiu maior alinhamento sobre riscos, prioridades e exigências legais, reforçando a atuação preventiva do Estado. A Divisão também atuou na interlocução contínua com SEFAZ e PRODESP para viabilizar o acesso a dados, à infraestrutura tecnológica e aos arquivos XML necessários para retificações, inclusão de eventos e consolidação das bases. Foram realizadas reuniões técnicas, definição de alternativas de integração via API e tratativas para disponibilização de backups, embora ainda existam restrições operacionais que impactam o ritmo de avanço. No âmbito da capacitação, a SGP ampliou o suporte aos órgãos setoriais com orientações técnicas, apoio na interpretação de leiautes e encaminhamento de dúvidas recorrentes, fortalecendo a



competência das equipes responsáveis pela escrituração digital. Como resultado direto das ações de 2025, houve avanço concreto na retomada das transmissões, maior organização das pendências, identificação estruturada dos eventos não enviados e preparação do Estado para cumprir os prazos legais, em especial aqueles relacionados à DIRF e às obrigações que substituirão essa declaração a partir de 2026 (como o evento S-1210). Embora o cenário ainda exija medidas estruturantes, 2025 marcou o início da reorganização sistêmica do eSocial no Estado, com fortalecimento da governança, maior interlocução institucional, estabelecimento de prioridades claras e ações voltadas à mitigação de riscos fiscais, previdenciários e trabalhistas que impactam toda a administração pública.

Descentralização de funcionalidades aos setoriais: a descentralização de funcionalidades aos setoriais e subsetoriais, no sistema SGP, representa a concretização e reafirmação do processo de transformação da Diretoria Geral de Pagamento de Pessoal em Órgão Central, que normatiza, fiscaliza, orienta e acompanha a execução e operacionalização do pagamento e processamento da folha. Tal medida visa fortalecer a independência dos Órgãos e demais entidades nas demandas diárias de pagamento de pessoal, delimitando os papéis a serem desempenhados, bem como corrobora a atribuição de suporte e apoio do Órgão Gestor aos setoriais e subsetoriais, primando pelos princípios da legalidade, eficiência e do interesse público. Foram descentralizadas 60 (sessenta) funcionalidades em 2025, sendo que estão previstas mais 26 (vinte e seis) até o início de 2026, além do mapeamento que segue sendo realizado junto às entidades centralizadas, a fim de analisar a necessidade de descentralização de outras atividades.

Estruturação de Carreiras e Modernização Normativa: a SGP avançou na consolidação de carreiras por meio de normativos que disciplinam a vida funcional dos servidores e fortalecem os instrumentos de governança da gestão de pessoas. As iniciativas contribuíram para a valorização dos quadros estaduais e para o aperfeiçoamento do planejamento estratégico de carreiras na Administração Pública, com destaque para a Instrução Normativa SGP nº 12, de 12 de setembro de 2025, que estabelece, como requisito para a evolução funcional, a avaliação baseada nos eixos Desempenho, Comprometimento e Desenvolvimento. Concursos de Promoção – LC nº 1.080/2008: foram concluídos os concursos de promoção previstos na Lei Complementar nº 1.080/2008, referentes aos ciclos de 2018 e 2020, restabelecendo a progressão funcional e fortalecendo a política de desenvolvimento e valorização das carreiras. Reestruturação de Carreiras: avanços na modernização de carreiras estratégicas, elaborando e encaminhando propostas de atualização normativa, entre as quais: Projeto de Lei Complementar – Especialista Ambiental; Projeto de Lei Complementar – Especialista Agropecuário; Projeto de Lei Complementar – Especialista Social; e Projeto de Lei Complementar – Pesquisador Científico. As iniciativas contribuem para fortalecer quadros técnicos e alinhar os perfis das carreiras às necessidades atuais da Administração Pública.

Normativos e Instrumentos de Governança: foram consolidadas entregas voltadas à padronização e melhoria dos processos de gestão de pessoas, com destaque para: Instrução Normativa SGP nº 07/2025, que disciplina a substituição eventual em cargos em comissão e funções de confiança; Nova versão do Manual de Gestão de Pessoas, reorganizada e ampliada, reunindo normas, procedimentos e orientações em formato único, facilitando a consulta e a aplicação pelas unidades de RH, disponível no portal SGP; Resoluções DPME; A partir do Novo Regulamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 69.234/24, foram editadas as seguintes resoluções regulamentadoras: Resolução SGGD 40, de 27/12/2024 - Estabelece os procedimentos para solicitação de licenças médicas; Resolução SGGD 41, de 27/12/2024 - Estabelece os procedimentos para a concessão do Adicional de Insalubridade; Resolução SGGD 3, 05/02/2025 - Estabelece os procedimentos para solicitação e realização de perícias médicas destinadas à avaliação da capacidade laborativa; Resolução SGGD 4, de 12/02/2025 - Estabelece os procedimentos para solicitação e realização de perícias médicas de



avaliação biopsicossocial, para aposentadoria especial para servidores com deficiência; Resolução SGGD 8, de 10/03/2025 - Estabelece os procedimentos para reconhecimento de nexos causais acidentários; Resolução SGGD 9, de 12/03/2025 - Estabelece os procedimentos para solicitação de perícias médicas para fins de isenção do Imposto de Renda; Resolução SGGD 6, de 25/02/2025 - Estabelece procedimentos para a solicitação de licença em caráter “ex officio”; Resolução SGGD 14, de 31/03/2025 - Estabelece os procedimentos para solicitação e realização de perícias médicas para ingresso de pessoas com deficiência; Resolução SGGD 23, de 14/05/2025 – Delega a realização de perícias à UNESP; Resolução SGGD 45, de 22/10/2025 - Delega a realização de perícias à UNICAMP; Resolução SGGD 52, de 24/11/2025 - Estabelece procedimentos para as perícias médicas destinadas à posse e ao exercício em cargo efetivo do serviço público civil estadual.

Estudos Concluídos: estudos técnicos para análise da Casa Civil, incluindo: Minuta de Decreto regulamentando aquisição e fruição de férias para servidores do Quadro Geral de Cargos em Comissão e Funções de Confiança (QGCF); Minuta de Decreto regulamentador de diretrizes para reestruturação de carreiras; e Minuta de Projeto de Lei para modernização das regras de férias previstas no Estatuto dos Servidores.

Modernização, Transparência e Comunicação Institucional: avanços em modernização administrativa, transparência ativa e aprimoramento da comunicação institucional, com entregas voltadas a ampliar o acesso à informação, facilitar o uso de serviços digitais e fortalecer o relacionamento com os órgãos da Administração. Entre os principais resultados estão o lançamento do novo Portal da SGP, a disponibilização de conteúdos formativos e a execução do recadastramento anual de todos os servidores ativos do Estado.

Lançamento do novo Portal da SGP: lançamento alinhado à Estratégica de Governo Digital e às diretrizes de centralização inteligente de conteúdo. O ambiente passou a concentrar, em um único espaço, todas as informações necessárias para o trabalho das equipes de gestão de pessoas, reunindo legislação, manuais, orientações, normativos, sistemas e materiais técnicos utilizados no dia a dia dos órgãos. Para os servidores, o portal oferece acesso simplificado a conteúdos que afetam diretamente sua vida funcional, como direitos, procedimentos, serviços, informações de carreira e orientações operacionais. A organização clara das seções facilita a consulta, reduz dúvidas recorrentes e amplia a transparência sobre temas de pessoal. Desenvolvido com o CMS do Governo do Estado, o portal adota layout padronizado, navegação estruturada e apresentação unificada dos conteúdos, o que fortalece a prestação de serviços digitais e facilita a atuação das unidades de RH.

Módulo Indicações: a implantação do Módulo Indicações como plataforma oficial para a tramitação digital de nomeações e designações de Cargos em Comissão (CCESP) e Funções de Confiança (FCESP) representou um avanço significativo na modernização da gestão de pessoas do Estado. Instituído pela Instrução SGP nº 04/2025, o módulo padronizou procedimentos, assegurou conformidade normativa e integrou todas as etapas do processo em um fluxo único, mais ágil e transparente. Com o uso obrigatório do sistema, as indicações passaram a ser realizadas de forma totalmente digital, garantindo rastreabilidade, redução de erros, eliminação de retrabalho e maior controle das vagas disponíveis. Esse modelo fortaleceu a governança dos atos de provimento, aprimorou a qualidade das informações e aumentou a eficiência das unidades de Recursos Humanos. A definição clara dos perfis de acesso (Indicador, Candidato e Validador) estruturou responsabilidades, conferindo mais segurança ao processo e facilitando o acompanhamento pelas áreas envolvidas. O sistema também passou a integrar automaticamente a etapa de envio de documentos ao SEI, reduzindo procedimentos manuais e ampliando a padronização documental. A partir de 27/11/2025, o Módulo Indicações passou também a ser integrado ao Sistema de Gestão de Pessoal – SGP, no módulo de Gestão de Cargos, automatizando o início do fluxo de ingresso do servidor indicado. Com essa integração, a conclusão do fluxo de indicação no Módulo Indicações passou a gerar automaticamente a reserva da vaga e



o pré-ingresso do servidor no SGP, garantindo maior fluidez, precisão e segurança na etapa inicial do provimento. Em conjunto, o Módulo Indicações contribuiu diretamente para o aprimoramento da gestão administrativa, ao permitir que a tramitação digital das nomeações e designações ocorra em um fluxo mais seguro, ágil e integrado. A ferramenta reduziu inconsistências, padronizou procedimentos, ampliou o controle sobre vagas e prazos e assegurou maior confiabilidade aos dados utilizados pelas áreas de gestão de pessoas. *Melhorias no Sistema de Gestão de Pessoal – SGP – Módulo Gestão de Cargos:* ingressos dos servidores via SGP – Gestão de Cargos, com reflexo nas folhas de pagamento, permitindo um canal único para o registro de ingresso dos servidores, a simplificação das atividades das áreas de Gestão de Pessoas — que agora realizam apenas um registro —, a sedimentação da lógica de que o pagamento deve ser resultado dos registros de dados cadastrais e a garantia de que a base única esteja consistente com os ingressos realizados no Gestão de Cargos. Gestão das Estruturas Organizacionais – SIORG, com base no Decreto nº 68.742/2024, permitindo a utilização e gestão tempestiva das vagas de CCESP/FCESP e das novas unidades dos órgãos reestruturados com fundamento na Lei Complementar nº 1.395/2023. Essa gestão permite a utilização da base de dados do SGP – Gestão de Cargos como referência no SOU.SP.GOV.BR para todos os novos serviços, organogramas, aprovações e consultas de formulários pelos chefes imediatos e seus subordinados. *Migração dos sistemas legado para o SGP:* concluída em 2025, a migração dos principais sistemas legado para uma única base de operacional, consulta e extração de dados da folha de pagamento trouxe ganhos de segurança da informação, confiabilidade de dados e uniformização de procedimentos, tanto para os Setoriais e Subsetoriais de Gestão de Pessoas quanto para a Diretoria Geral de Pagamento de Pessoal. Ademais, a massificação do uso do SGP tem sido benéfica para a melhoria constante do sistema, tornando-o mais amigável, além de demandar diversos aprimoramentos, seja no layout, na automatização de procedimentos ou na usabilidade. Aprimoramentos, novos requerimentos/serviços do SOU.SP e disponibilização de vídeos de orientação: em parceria com a Subsecretaria de Governo Digital, a SGP avançou na evolução do aplicativo SOU.SP, ampliando funcionalidades e aprimorando a experiência do servidor na interação com sua vida funcional. As melhorias facilitaram o acesso a informações pessoais, serviços de gestão de pessoas e orientações operacionais, fortalecendo a relação entre o servidor e as unidades de RH dos órgãos. Foram incluídos 33 (trinta e três) novos requerimentos/serviços para os servidores, por exemplo, solicitação de licenças, vantagens e benefícios, atualização de dados cadastrais, declarações, entre outros, os quais antes eram realizados em papel ou presencialmente, com acompanhamento do que foi solicitado, tanto para aprovação quanto para ciência do superior imediato em casos específicos, quanto para as áreas de Gestão de Pessoas analisarem e registrarem no Sistema de Gestão de Pessoal – SGP, quando for o caso. A entrega desses requerimentos e serviços em plataformas digitais permite com que o servidor possa ser atendido sem precisar se deslocar presencialmente para as unidades de Gestão de Pessoas ou preencher formulários físicos, os quais têm custos de impressão e canetas, além do espaço físico para guarda da solicitação, otimizando os recursos físicos, financeiros e de pessoas. Como parte desse movimento, foram disponibilizados de vídeos tutoriais em plataforma virtual, destinados a orientar usuários e equipes técnicas sobre as principais funcionalidades do aplicativo, favorecendo o uso adequado e reduzindo dúvidas recorrentes. Disponíveis em: <https://www.sou.sp.gov.br/sou.sp/tutoriais>. *Novo SISAUT:* implantação do novo Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público – SISAUT, que moderniza e digitaliza, de forma mais detalhada, todas as etapas de solicitação e análise de concursos no Estado de São Paulo. O sistema, disponibilizado no Sistema de Gestão de Pessoas (SGP), com acesso pela plataforma “Minha Área”, padroniza documentos, automatiza fluxos, registra todas as manifestações técnicas, integra bases corporativas, permite a emissão de relatórios gerenciais e oferece maior



clareza e visibilidade dos trâmites. A adoção do SISAUT conferiu maior agilidade, transparência e rastreabilidade aos processos, além de elevar o nível de segurança administrativa e reduzir inconsistências antes decorrentes de trâmites manuais. Para garantir a implementação uniforme em toda a administração, os órgãos setoriais receberam orientações, capacitações e materiais de apoio específicos. A implantação do SISAUT consolidou um avanço significativo na modernização da gestão de concursos públicos, fortalecendo a governança, qualificando a tomada de decisão e assegurando maior eficiência na condução das autorizações em âmbito estadual.

Solicitação de Férias - SOU: a implementação do módulo de Férias no SOU.SP.GOV.BR instituiu uma plataforma oficial para a tramitação digital das Escalas de Férias para o ano de 2026, representando um avanço significativo na modernização da gestão de pessoas do Estado e visando à eliminação do uso de processos em papel. Integram o projeto-piloto os órgãos SESP (Secretaria de Esportes), CGE (Controladoria Geral do Estado), SFP (Secretaria da Fazenda e Planejamento), SDE (Secretaria de Desenvolvimento Econômico), SCTI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação), STV (Secretaria de Turismo e Viagens), SPM (Secretaria de Políticas para a Mulher), SJC (Secretaria da Justiça e Cidadania), SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento), SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística), SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social), SPDPC (Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência), SGGD (Secretaria de Gestão e Governo Digital), SPI (Secretaria de Parcerias e Investimentos), SECIC (Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas) e a autarquia DER (Departamento de Estradas de Rodagem), os quais não possuíam sistemas digitais de gestão de escala de férias e foram reestruturados, de acordo com a LC nº 1.395/2024, até agosto de 2025.

Recadastramento 2025: a SGP coordena o recadastramento anual de servidores ativos civis e militares do Poder Executivo, processo essencial para manter a integridade das bases de dados utilizadas na gestão de pessoas. Em 2025, o procedimento passou a ser realizado integralmente por meios digitais, conforme estabelecido pela: Resolução SGGD nº 45/2025, que define os canais oficiais e procedimentos do recadastramento; e Instrução Normativa SGP nº 14/2025, que apresenta as orientações operacionais para sua execução. O recadastramento cumpre papel central na atualização e validação de dados pessoais, funcionais e de contato dos servidores, garantindo que informações críticas estejam corretas e disponíveis para a execução de políticas de gestão de pessoas, folha de pagamento, benefícios, comunicação institucional, segurança digital e programas de desenvolvimento. A atualização qualificada das bases permite reduzir inconsistências, prevenir pagamentos indevidos, aprimorar o planejamento de força de trabalho e orientar decisões estratégicas do Estado. O processo encontra-se em andamento até 31 de dezembro, permitindo ampla participação dos servidores. A realização digital facilita o preenchimento, melhora o acompanhamento pelas unidades de RH e fortalece o uso de dados confiáveis em toda a Administração Estadual.

Fluxo de Consignações: a alteração do fluxo para consignações, que passam a ser realizadas pelo App SouSP, tais como consulta à margem consignável, verificação dos contratos e autorização para consignações, atende às recomendações de órgãos de controle, além de trazer facilidade aos servidores, que podem buscar as informações e realizar solicitações em um único canal intuitivo e de fácil acesso. Também acrescenta uma camada de segurança na validação de novas consignações, que somente são liberadas após a realização de reconhecimento facial. Além disso, as tratativas entre as empresas consignatárias e o Órgão Central passaram a ser feitas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por peticionamento intercorrente e cadastro de usuário externo, trazendo praticidade e redução de custos ao erário nas requisições de cadastramento, adesão, alteração e encerramento, além de facilitar a tramitação e conferir maior celeridade à análise por parte da equipe técnica da Divisão de Consignações.

Remuneração e Benefícios: no escopo das múltiplas ações desenvolvidas pela SGP no campo da



gestão de pessoas, por complementar importância, sem perder de vista as regras legais de finanças públicas - disponibilidades orçamentário-financeiras, foram apresentadas e aprovadas as medidas relativas a reajuste salarial e de benefícios: Secretarias, Procuradoria Geral do Estado, Controladoria Geral do Estado e Autarquias: LC 1.425/2025 - Dispõe sobre os vencimentos, salários e subsídios dos servidores que especifica, e dá providências correlatas (reajuste de 5%, a partir de 1º/07/2025; LC 1.424/2025 - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica (aumento de 10% no valor do piso salarial, de R\$ 1.640,00 para R\$ 1.804,00, a partir de 1º/06/2025); e Decreto nº 69.736/2025 - Altera o limite de retribuição global mensal para fins de manutenção do recebimento do auxílio-alimentação de R\$ 12,00 (de 156 para 164 Ufesp); Empresas e Fundações: Ofício Circular CPS nº 01/2025, da Comissão de Política Salarial – aprovação de reajuste salarial e de benefícios limitado ao IPC-FIPE acumulado nos 12 meses anteriores à vigência das negociações coletivas. Ainda, pelas suas competências, foram expedidas as seguintes instruções relativas à regularização do abono de permanência: Instrução SGGD/SGP nº 008/2025; Instrução SGGD/SGP nº 013/2025; e Instrução Normativa SGGD/SGP nº 015/2025.

Rede Conecta Gestão de Pessoas: a atuação da SGP em 2025 foi marcada por cooperação intensa com os órgãos da Administração, consolidando um modelo de trabalho baseado em articulação contínua, compartilhamento de informações e atuação em rede. A relação direta com as unidades setoriais e subsetoriais de gestão de pessoas foi decisiva para estruturar a execução das políticas da Pasta, apoiar a descentralização dos serviços e acompanhar a adoção dos novos fluxos administrativos. Esse movimento permitiu a formação da Rede Conecta Gestão de Pessoas, criada como espaço permanente de diálogo, alinhamento técnico e disseminação de orientações entre todas as áreas de RH do Estado. A rede vem fortalecendo a troca de experiências, a uniformização de procedimentos e o acompanhamento das iniciativas conduzidas pela SGP. Esse trabalho integrado culminará no primeiro encontro da Rede, previsto para 12 de dezembro de 2025, reunindo dirigentes e envolvidos com a gestão de pessoas do Estado para pactuação de diretrizes, apresentação de resultados e consolidação da rede como eixo da governança de pessoal. Um dos principais resultados dessa integração foi a entrega e implantação do Sistema de Gestão de Pessoal - SGP, sistema estadual de folha de pagamento que concentra e integra informações de diferentes bases, reunindo dados de mais de quarenta cadastros sob uma mesma referência. A unificação tornou monitorável uma das maiores despesas do Estado de São Paulo, permitindo rastreabilidade dos cálculos, visão consolidada das rubricas e acompanhamento contínuo das variações de despesa. O SGP foi desenvolvido em cooperação com os órgãos setoriais e subsetoriais, permitindo que suas necessidades fossem incorporadas à definição dos fluxos e das funcionalidades. A plataforma passou a operar com investimentos estruturados em cibersegurança, garantindo controles de acesso, proteção de dados sensíveis e maior segurança para a execução das rotinas de folha de pagamento, que demandam sigilo, precisão e governança contínua. A articulação com as áreas de tecnologia — especialmente a Subsecretaria de Governo Digital e a PRODESP — também foi determinante para viabilizar avanços como o novo Portal da SGP, o aprimoramento contínuo do SOU.SP, a disponibilização de vídeos de capacitação e a expansão dos serviços digitais voltados aos servidores.

Mensuração de Resultados: considerando todos os avanços apresentados neste relatório, referentes às realizações de 2025, ressalta-se a implementação de uma metodologia estruturada de controle das entregas de projetos, com acompanhamento sistemático das metas estabelecidas. Em razão desse monitoramento contínuo e da qualidade dos resultados obtidos, foi possível alcançar o conjunto de metas propostas para o Projeto PAF-BR, totalizando 50 entregas previstas para o exercício, compreendidas entre as ações previamente listadas. O desempenho das ações é avaliado por meio de indicadores objetivos, entre os quais se destacam as entregas concluídas — manuais,



portais, vídeos e instruções normativas — que demonstram a efetividade das iniciativas conduzidas ao longo do ano. Essas informações fundamentam a avaliação permanente das políticas implementadas e contribuem para o direcionamento estratégico das decisões futuras, assegurando continuidade, coerência e aprimoramento das ações institucionais. *A SGP e o Reposicionamento da Gestão de Pessoas no Estado*: a trajetória da SGP demonstra que valorizar o servidor não é um gesto pontual, mas uma agenda permanente de Estado. É entender que cada política pública nasce, se desenvolve e ganha escala quando quem a executa tem acesso à informação, instrumentos adequados de trabalho e apoio institucional. Valorizar é oferecer condições reais para que o servidor entregue o que só ele pode entregar: presença, decisão, responsabilidade e capacidade de transformar. Esse movimento também ressignifica o papel da gestão de pessoas. A SGP deixa de ser apenas o lugar dos processos administrativos e passa a atuar como a infraestrutura humana do Estado. Uma área que organiza o conhecimento, estrutura dados, redesenha fluxos e constrói ambientes que permitem às equipes aprender, evoluir e responder com qualidade às demandas da sociedade. Investir no servidor é ampliar a capacidade estatal de entregar políticas públicas consistentes. É colocar a aprendizagem contínua, o bem-estar no trabalho e a clareza de papéis como bases para decisões melhores. Quando o servidor tem apoio, informações estruturadas e processos funcionais, o serviço público se torna mais previsível, mais claro e mais confiável para toda a sociedade. *E - SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA (SGC)*: A Subsecretaria de Gestão Corporativa (SGC) foi criada pelo Decreto nº 69.052, de 14 de novembro de 2024, e posteriormente alterada pelo Decreto nº 69.506, de 30 de abril de 2025, com as atividades iniciadas em 1º de janeiro de 2025, as quais, até então, eram atribuídas à Chefia de Gabinete e à Coordenadoria de Gestão Administrativa. Destacamos as principais conquistas ao longo do ano, apresentando de forma breve os avanços alcançados. *Primeira Secretaria a implementar os cargos regidos pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.395 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023*: em curto prazo, foi desenvolvida a primeira versão do Sistema de Nomeações da SGGD, permitindo a análise de documentos e a conclusão dos processos de nomeação. Foram, ainda, agendados e realizados por empresa contratada exames médicos nos casos dos ingressantes puros comissionados. A concessão de posse e a inclusão em folha de pagamento de 256 (duzentos e cinquenta e seis) servidores, tudo sem interrupção salarial. A iniciativa evidencia eficiência administrativa, integração das equipes e rapidez na resposta às demandas da Secretaria. *Planejamento e execução orçamentária da SGGD*: a SGC incorporou as atividades do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP, com a Coordenação e atuação no planejamento e na execução orçamentária da SGGD, além do apoio às unidades e suas tuteladas para assegurar a entrega dos resultados institucionais. *Contratações*: foram formalizados 77 (setenta e sete novos contratos), dentre elas destacamos: Associação de Centro de Treinamento De Educação Física Especial – CETEFE, para Gestão Eletrônica de Documentos: o projeto moderniza a gestão documental da SGGD, digitalizando documentos para aumentar a eficiência, a segurança e o acesso às informações, além de reduzir o uso de papel e agilizar atendimentos. A execução está a cargo de uma associação sem fins lucrativos especializada na inclusão de pessoas com deficiência, unindo modernização administrativa e responsabilidade social. Como parte da iniciativa, foi realizada uma palestra on-line para os servidores, em parceria com o CETEFE, sobre a importância da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho; Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo para a SGGD: a contratação de mão de obra qualificada foi necessária em razão do crescimento da estrutura e da ampliação das atribuições da pasta. Inédita no Estado de São Paulo, em decorrência das seguintes particularidades: Garantia para o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo depósito



em conta vinculada; Instrumento de medição de resultados vinculada à execução de gestão de postos de trabalho; Proposta vinculada à planilha de formação de preços garantindo previsibilidade na execução; e, Reajustes realizados por repactuação, vinculando o instituto aos Acordos Coletivos de Trabalho. Deu-se por meio de Pregão Eletrônico, que contou com grande competitividade, 54 (cinquenta e quatro) empresas participantes, poucos pedidos de esclarecimento e apenas um pedido de impugnação; Contratação De Empresa Especializada para Operacionalizar Concursos de Progressão: a contratação agilizou os processos de Progressão Funcional, inovando na gestão das carreiras, garantido regularidade e rapidez conforme as legislações aplicáveis. Com isso, foi possível solucionar um passivo existente desde 2015 e estabelecer condições para a continuidade regular dos procedimentos, fortalecendo a gestão funcional e a eficiência administrativa; Contratações para reforma do 14º e 16º andares da Rangel Pestana: Trouxe ambientes modernos, organizados e com melhores condições de trabalho, com infraestrutura finalizada e equipamentos funcionando plenamente; Contratações de Vale Refeição, via Credenciamento: Foram formalizados 10 (dez) novos contratos, por meio de credenciamento, para o fornecimento de Vale-Refeição em toda a SGGD. Os servidores puderam escolher livremente entre as empresas credenciadas, optando por aquela que melhor atendesse às suas necessidades. Foi possível, ainda, assegurar a equiparação dos valores recebidos por todos os servidores. Leilões de imóveis, leilão de veículos e venda direta de imóveis: foram realizadas análise processual, elaboração de Editais e publicações de: 14 (quatorze) republicações de segunda praça de Leilões de 2024; 1 (uma) republicação de terceira praça de Leilão 2024; 14 (quatorze) Leilões de Imóveis 2025; 6 (seis) Leilões de Veículos; 3 (três) Vendas Diretas de Imóveis, sendo em Ribeirão Preto – USP, Jardinópolis e FAPESP. Oportunidades de capacitação e aprimoramento técnico dos servidores da SGGD: foram gerenciadas três grandes oportunidades de capacitação pela Subsecretaria de Gestão Corporativa, os quais descrevemos: Capacitação presencial - Gestão Executiva para Ordenadores de Despesas: A Iniciativa buscou desenvolver as competências dos servidores da SGGD que atuam como Ordenadores de Despesa. O conteúdo abordou o papel do ordenador de despesas, a atuação sob a perspectiva da LINDB e da Lei de Improbidade Administrativa, o planejamento e monitoramento orçamentário e financeiro, e a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e contratual; Processo seletivo para vagas de MBA ofertadas pela USP: A Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD) recebeu cinco vagas para o MBA ofertado pela USP e, para garantir igualdade de oportunidades, a Subsecretaria de Gestão Corporativa realizou um processo seletivo interno para indicar os servidores contemplados. A iniciativa contou com 95 (noventa e cinco) servidores inscritos e mostrou grande potencial de aplicação em futuros processos seletivos da SGGD; Certificação Coursera do Google para servidores da SGGD: Recebemos 70 (setenta) vagas para cursos EAD certificados pelo Google Coursera, ofertados em parceria com a EGPSP, ENAP e Google. As vagas foram distribuídas, permitindo que cada unidade indicasse participantes. Escolheram entre cursos de Análise de Dados, Design de UX, Fundamentos de IA, Gerenciamento de Projetos e Suporte de TI. *Sistemas*: foram criados pela Subsecretaria de Gestão Corporativa sistemas importantes para melhoria de procedimentos administrativos da SGGD: Sistema de Gestão de Projetos - Disponibiliza todos os processos de contratação e projetos das áreas envolvidas, exibindo em tempo real o status, marcos e datas para garantir mais agilidade, transparência e eficiência administrativa; Sistema de Contagem de Tempo - Emite certidões de tempo de serviço para servidores da SGGD, calculando automaticamente períodos com base nas datas de ingresso e nas regras vigentes; Sistema de Controle de Nomeações para CCESP e FCESP - Centraliza o controle dos servidores da CCESP e FCESP, automatiza monitoramentos funcionais, gera Termo de Posse e Carta de Boas-Vindas automaticamente e



oferece um painel analítico em Power BI para apoiar decisões com dados atualizados; Sistema Financeiro para SGC-DA-COF - Oferece visão financeira completa e atualizada dos contratos, organiza o cronograma anual por mês, identifica execuções e saldos em tempo real; Sistema de Apuração de Bonificação de Resultado de 2024 e alterações para apuração de 2025 desenvolvido para apuração da Bonificação por Resultados de 2024, que evoluiu em 2025 para se adequar ao modelo de pactuação vigente; Sistema de Reestruturação - SEGES - Contém o cadastro completo de todas as Secretarias e Autarquias, bem como as respectivas fases do processo de movimentação e reestruturação previstas no Decreto nº 68.742/24. Foi também desenvolvido um painel analítico, em parceria com a SEGES, disponibilizado no site siorg.sp.gov.br; Sistema de Endereço Setorial – SGP - Centraliza e padroniza os contatos institucionais de cada órgão, facilitando a comunicação e o relacionamento entre as unidades administrativas; VIII – Intranet SGGD – Foi implantada a Intranet da SGGD, que posteriormente passou por uma repaginação, recebendo um layout mais moderno e organizado. *Bens Patrimoniais inservíveis*: foi enviado ao Fundo Social a documentação para arrolamento de 1.327 (Um mil e trezentos e vinte e sete) bens inservíveis do DPME, avaliados em R\$ 1.144.093,77 (Um milhão, cento e quarenta e quatro mil, noventa e três reais e setenta e sete centavos). A iniciativa ajudou a resolver um passivo, liberar espaço físico e aprimorar a gestão do patrimônio público, evitando custos com manutenção e armazenamento. *Eliminação de documentos*: foram publicados 10 (dez) editais de eliminação de documentos, abrangendo 678 caixas. A iniciativa liberou espaços antes ocupados por documentos passíveis de descarte, representando a primeira eliminação oficial do Departamento de Perícias Médicas do Estado e reduzindo custos com manutenção, limpeza e armazenagem. Os documentos foram fragmentados e encaminhados ao Fundo Social do Estado de São Paulo, garantindo conformidade com as normas.

F- UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (UAPE): A Unidade do Arquivo Público do Estado tem a missão de atuar como órgão normativo e formular e implementar a política estadual de arquivos, independentemente do suporte, por meio da gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, contribuindo para a eficiência e memória da administração pública, o acesso à informação, a produção de conhecimento e a garantia de direitos. Nesse sentido, entre outras atividades desenvolvidas, destacamos as que seguem: 1 - Coordenação da política estadual de gestão documental: realização de 462 atendimentos aos 86 órgãos setoriais do SAESP – Sistema de Arquivos do Estado de SP e às 83 CADA - Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso; monitoramento da eliminação de 434.755 mil caixas de documentos, com a análise de 1.141 editais de eliminação; formalização de 10 Termos de Recolhimento de Documentos; análise da classificação arquivística de 17.157 processos produzidos no SEI/SP para orientar o aprendizado de máquina via Inteligência Artificial; análise de amostragem de contratos de serviços arquivísticos produzidos no SEI/SP para elaboração de modelo padrão de Termos de Referência; elaboração de regras de negócio para o sistema de monitoramento do SAESP; aprovação de TTD-Fim (Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim) da Companhia das Docas de São Sebastião e das atualizações da CETESB e DETRAN; elaboração de atos normativos: Minuta de Decreto que regulamenta o SAESP em conformidade com a reestruturação do Estado, Minuta de Resolução da SGGD que estabelece normas complementares para uso do SEI/SP, Minuta de Decreto e de Portaria para atualização do Plano de Classificação e da TTD das Atividades-Meio; colaboração na edição comemorativa da Revista do Arquivo nº 17 e redação de artigo sobre os 40 anos do SAESP. 2 - Promoção da gestão documental nas administrações municipais: 195 atendimentos a 187 Prefeituras e Câmaras Municipais e 08 a outras entidades/municípios de outros estados; gestão da ferramenta de georreferenciamento “Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal”, com 31.734 acessos durante o período. 3 - Programa Arquivo Digital SP e Preservação Digital:



movimentação segura e documentada de 3.889.433 objetos digitais para o ambiente de preservação seguro, superando a meta estipulada de 3.825.000, para o ano de 2025; criação da arquitetura de referência para o Repositório Digital Confiável do Estado de São Paulo (RDC-Arq); desenvolvimento de minuta de contrato com a Prodesp para a implantação da primeira versão do ambiente de preservação digital; minuta de manual de procedimentos da gestão de armazenamento do RDC-Arq elaborada. 4 - Projeto digitalização e difusão do acervo de guarda permanente: 1.387.288 novas matrizes digitais e 23.925 derivadas, com destaque para documentos do período Colonial, Sec. de Segurança Pública e Transportes, Condephaat, Plantas da Sec. da Agricultura e fotografias da Rede Ferroviária Federal e EMPLASA; diagnóstico dos acervos digitalizados, visando identificar possíveis duplicatas para subsidiar a implementação da política de preservação digital; preparo de parâmetros para movimentação segura e criteriosa do acervo digital, visando estruturar diretório organizado e controlado de preservação do acervo. 5 - Política de Preservação e Tratamento do Patrimônio Documental: descrição do acervo e produção de 12 instrumentos de pesquisa, sendo 3 catálogos, 2 índices e 7 listagens; 2 instrumentos cartográficos em revisão; 6 instrumentos e 1 verbete em fase de elaboração; realizadas 6.094.820 operações de tratamento arquivístico (identificação, organização, descrição, transcrição paleográfica, etc.) e 4.179.729 operações de conservação (higienização, restauro, digitalização, acondicionamento, etc.) nos acervos permanente e intermediário; ampliação do acervo permanente em 3.318 caixas (483,93ml), com ênfase nos projetos de recolhimento da Memória da Saúde, da Educação, Cultura, Governança, Meio Ambiente e Segurança Pública; diagnóstico e monitoramento de conservação; Projeto Requalificação dos Espaços de Guarda e Plano de Ocupação (11.578 caixas movimentadas); elaboração de fluxogramas de recolhimento e transferência; ampliação da equipe de apoio ao tratamento arquivístico e de preservação (terceirizada); efetuadas 30 orientações técnicas, 21 pareceres técnicos e 28 visitas técnicas. 6 - Política de Preservação - Programa Memória Pública Paulista: tratamento de conservação - 2.668.774 operações técnicas (higienização, restauro, digitalização e acondicionamento), 9 orientações técnicas de conservação de acervos para órgãos do SAESP e municípios (Prefeitura de Franca, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Estado da Saúde, Casa Civil, etc.); 16 pareceres técnicos e 21 vistorias de preservação de acervo para ingresso ou avaliação do estado de conservação; vistorias e diagnósticos do estado de conservação de acondicionamento; vistorias de conservação preventiva de microfilmes; elaboração de plano para diagnóstico do estado de conservação dos documentos (reservas do Bloco Anexo); ampliação da equipe de apoio à higienização via entidade terceirizada. 7 - Promoção do acesso ao acervo e atendimento aos usuários: 758.754 usuários do acervo atendidos (presencial, e-mail, telefone e via plataformas digitais), totalizando 4.036.372 itens documentais acessados; emissão de certidões: 8.057 documentos para fins probatórios, sendo 6.288 cópias certificadas, 1.691 certidões de imigração, 53 de inteiro teor e registro de terras e 25 certidões negativas; Projeto melhoria dos serviços ao usuário do acervo, incluindo revisão de procedimentos de certificação de cópias e uso do SEI, desenvolvimento de automação do agendamento de consultas presenciais, processamento de bases de dados visando à unificação de plataformas de descrição e difusão e inclusão de novos fundos. 8 - Política de Avaliação da Massa Documental e apoio ao Projeto Despapelização: 4.946 caixas avaliadas, sendo 4.085 para eliminação, 681 ao recolhimento e 180 destinadas à guarda intermediária para cumprimento de prazos de prescrição e precaução; elaboração de gabarito para Prova de Conceito do Projeto Despapelização, apoio técnico e elaboração de 2 Pareceres; orientação e acompanhamento do tratamento de catalogação dos prontuários de menores da Fundação Casa; orientação aos órgãos do SAESP em relação à metodologia de avaliação da massa documental acumulada. 9 - Projeto Requalificação dos espaços



de guarda e Plano de Ocupação: levantamento da ocupação e da quantidade de acervo das 21 reservas técnicas, atualização e criação de 21 mapas do acervo (Bloco A e Bloco Anexo); elaboração de fluxogramas de recolhimento e transferência para sistematização de rotinas de ingresso; ampliação do acervo - 3.317 caixas recolhidas (483,93 metros lineares), com ênfase nos projetos Memória da Saúde, da Educação, Cultura, Governança, Meio Ambiente e Segurança Pública; 10 Termos de Recolhimento assinados; acompanhamento e monitoramento de 43 processos SEI para ingresso de acervo. 10 - Informatização e aprimoramento do Programa de Gerenciamento de Riscos: Ações estratégicas para mitigar riscos físicos, químicos e biológicos aos documentos; produzidos 11 relatórios de monitoramento ambiental das reservas; publicação da Portaria sobre *entrada e consumo* de alimentos nas dependências da UAPE (D.O.E 20/08/2025); campanhas de conscientização e treinamentos sobre ações de gerenciamento de risco; monitoramento contínuo do controle de pragas na edificação e das condições ambientais das reservas técnicas de acervo; reciclagem da equipe que compõe a Brigada de incêndio, revisão dos equipamentos de detecção e combate a incêndio. 11 - Capacitação e disseminação de conhecimento técnico-arquivístico: 52 ações de capacitação para servidores, sendo 5 ações presenciais, com 398 concluintes, e 42 ações on-line para servidores municipais, com 3.901 concluintes, sobre gestão documental no SEI/Cidades; 4 ações de capacitação presencial sobre gestão documental para servidores estaduais da SGGD, com 58 concluintes, e 1 ação de treinamento sobre uso do SEI/SP para a SPPREV, com 22 concluintes; curso presencial de “Gestão e Preservação Digital”, com 40 inscritos (curso em andamento); cursos EAD: “Gestão Documental e Acesso à Informação”, com 34 concluintes, “A Lei de Acesso à Informação e os Serviços de Informações ao Cidadão (SIC)”, com 18 concluintes, “Acesso à informação pública - restrições e limites”, com 8 concluintes, “Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada”, com 62 concluintes, “Como Implantar Arquivos Municipais”, com 32 concluintes, e “A LGPD e LAI no contexto da gestão de dados e informações nos municípios”, com 14 concluintes; Capacitações na área de conservação e preservação: oficinas “Noções de higienização de acervo documental” para a equipe terceirizada (37 participantes) e “Aprimoramento e atualização das práticas de Tratamento de Conservação” para a equipe do Laboratório de Conservação e Restauro (5 participantes); promoção de Palestra “Principais Pragas em Acervos Histórico”, ministrada pelo convidado Prof. Francisco Zorzenon (Instituto Biológico) para aos servidores do APESP (150 participantes); participação na 9ª Semana Nacional de Arquivos, com as seguintes atividades: promoção do “30º Encontro Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação” e apresentação das palestras: “Estratégias de capacitação em gestão documental para os municípios” e “Mudanças climáticas e os desafios para a gestão documental nos municípios”; Publicações técnicas: “Manual de Orientação para o Monitoramento da Operação do SEI/SP” e “Cartilha de Boas Práticas no SEI/SP”. 12 - Atuação em ações de difusão cultural, mediação educativa, comunicação científica e inovação tecnológica: ao longo do ano, foram realizados 92 atendimentos educativos, entre visitas mediadas, visitas técnicas e oficinas, alcançando 2.597 pessoas, além de 10 podcasts produzidos, 6 curadorias, 30 participações em eventos e 2 prêmios recebidos; as redes sociais somaram 9.400 novos seguidores e mais de 870 mil visualizações, ampliando o alcance do Arquivo junto ao público; dentre as ações de destaque nessa atuação, temos: Reconhecimento pela UNESCO – Programa Memória do Mundo (MoW) do conjunto documental “Presença Negra no Arquivo: Luiz Gama, articulador da liberdade (1830–1882)” (indicado pelo Arquivo Nacional e pelo Ministério das Relações Exteriores, representantes da Comissão Nacional do Brasil para a UNESCO, ao Registro Internacional do Programa Memória do Mundo), sendo que o resultado da seleção internacional será apresentado em 2026; Criação da Escola do Arquivo: lançada em novembro de 2025, a Escola do Arquivo é um novo espaço de formação voltado à capacitação em gestão documental,



preservação e transformação digital, e o projeto teve aula inaugural com participação do Sr. Diretor e do pesquisador Millard Schisler, marcando a consolidação do papel educativo e formador do Arquivo Público; Curadoria e difusão com uso de inteligência artificial: as exposições “Eu, amanuense que escrevi...” e “Encontrados: Retratos de Africanos Livres” inovaram ao utilizar inteligência artificial para reconstruir visualmente identidades históricas a partir de manuscritos de Luiz Gama, iniciativas que tiveram ampla repercussão na mídia nacional e internacional, incluindo El País e GloboNews; atendimento ao público presencial e educativo: os atendimentos anteriormente numerados atenderam públicos escolares, técnicos e servidores públicos, fortalecendo a função social do Arquivo como espaço de educação, conhecimento técnico e aproximação com a história do Estado. 13 - Participação na implantação do Sistema Eletrônico de Informações: SEI/SP (para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual) - apoio aos 86 órgãos estaduais integrantes do SAESP, com 484 atendimentos; atividades técnicas de parametrização do SEI/SP: cadastro na tabela de assuntos do SEI/SP de 139 séries documentais dos planos de classificação e tabela de temporalidade de documentos das atividades meio e fim do Estado; definição de 8 hipóteses legais de restrição de acesso (4 restritas e 4 sigilosas), 392 tipos de processos, 742 tipos de documentos, 547 modelos; difusão das técnicas de implementação do SEI/SP no evento PROPEN em Brasília; SEI/Cidades (para as administrações municipais): apoio aos 185 municípios paulistas onde o sistema foi implantado, com 1.303 atendimentos virtuais; atividades técnicas de parametrização dos 16 ambientes do SEI/Cidades: cadastro na tabela de assuntos do SEI/SP de 6 séries documentais dos planos de classificação e tabela de temporalidade de documentos das atividades meio e fim do Municípios; 88 tipos de processos, 134 tipos de documentos, 78 modelos. 14 - Grupos de Trabalho: GT para o Gerenciamento de Riscos e GT para Análise de Acesso ao Acervo. 15 - Parcerias e Projetos: Termo de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual e com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; parceria com a PRODESP para monitoramento do uso e aprimoramento do SEI/SP e do SEI/Cidades e para execução do projeto “Despapeliza.SP”; atuação na SGGD para o Projeto “Racionalização do uso do SEI/SP”; Projetos referentes a tratamento e difusão de acervos custodiados: Fundação CASA; UFBA (Cartas de chamada); UNIFESP/IEEP e UNIFESP/SSP; Memorial da Resistência/SECULT (curadoria da exposição permanente); Secretaria da Saúde (preventório Santa Terezinha e DTH); FUNARTE/ECA-USP (Centro de Memória do Teatro de Arena de São Paulo e da Cena Politizada do Brasil); TCE-SP; Departamento de História/USP e Universidade Federal de São Paulo para extensão universitária; Termo de Comodato com o Arquivo Nacional/RFFSA; TV Cultura/RFFSA; Cinemateca; Casa Civil (organização e tratamento do acervo). 16 - Participação em Projetos estratégicos: Racionalização do uso do SEI/SP na SGGD (Subsecretarias de Patrimônio e de Gestão); Despapeliza.SP, com acompanhamento e avaliação de resultados do processo licitatório; Escola do Arquivo, com a elaboração de Projeto Pedagógico para aprovação de Curso de Especialização em Arquivos (450 horas) junto ao Conselho Estadual de Educação; Implantação do SEI/Cidades, com a criação de 5 novas séries documentais e contribuição no desenho do fluxo para peticionamento no sistema, com foco na gestão documental para os municípios de Aguaí, Campos do Jordão, Coroados, Itanhaém, Jaguariúna, Joanópolis, Nova Independência, Olímpia, Santo André, São Bernardo e Ubatuba. 17 - Realização de ações de Benchmark: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. ENTIDADES VINCULADAS: A - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE): Produção geral: O IAMSPE, por meio do Hospital do Servidor Público Estadual “Francisco Morato de Oliveira” (HSPE-FMO), de sua rede credenciada e de seus Centros de Assistência Médico Ambulatorial (CEAMAS), realizou 2.412.887 consultas médicas, 12.475.836 atendimentos através do Serviço de Apoio Diagnóstico e



Terapêutico (SADT), 48.721 cirurgias e 73.003 internações, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PRODUÇÃO 2025	Consultas	SADT	Cirurgias	Internação
Produção HSPE (jan. a out.)	607.770	3.830.989	16.099	24.376
Produção Rede (jan. a ago.)	1.758.732	8.467.379	32.622	48.627
Produção CEAMAS (jan. a out.)	46.385	177.468	Não aplicável	Não aplicável
Total	2.412.887	12.475.836	48.721	73.003

Composição da Rede de Assistência Médica Hospitalar e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT - Ref.: outubro/2025

Tipo de Prestador	Classificação	2025
Credenciado	Clínicas	644
Entidade	Hospital Especializado	9
	Hospital Geral	73
	Serviços de Retaguarda	16
	Exames de Imagem	53
	Exames de Laboratório	58
	Policlínica	5
	Fisioterapia	19
	Crônicos	7
	Odonto	4
Total de Prestadores		888
Municípios cobertos		160

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE CRÔNICOS - PGC: o objetivo é manter o paciente compensado, reduzindo risco de agravamento e internações. a) CEAMAS – O programa possui 11.571 pacientes, sendo que 206 foram cadastrados em 2025. b) Geriatria do HSPE - São 1695 inscritos. Programa inclui central de atendimento com teleassistência médica e de enfermagem que monitoram pacientes. **PROGRAMA ENFERMAGEM EM CASA – PEC:** o objetivo do Programa Enfermagem em Casa é levar cuidados de saúde até o domicílio do paciente através de ações realizadas pela equipe de enfermagem, reduzindo as internações e oferecendo um processo de alta segura, com assistência fora do ambiente hospitalar. Em 2025 foram atendidos 1.222 pacientes oriundos da Internação/Pronto-Socorro/Ambulatório. Outros 8217 procedimentos, como apoio pós-alta, antibioticoterapia e curativos foram realizados. Impacto do PEC na redução de diárias de internação – deixaram de ser gastos R\$ 7.650 milhões referentes a 5.100 diárias de internação (base: diária hospitalar R\$ 1,5 mil). Considerando que o serviço contratado custou R\$ 1.870 milhão, a economia de janeiro a outubro de 2025 foi R\$ 5.779.870,96. **CENTRO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR – PREVENIR:** Programa de Atenção ao Idoso – PAI - O PAI monitora hoje 210 pacientes idosos de baixa complexidade, com o objetivo de contribuir para o envelhecimento ativo com qualidade de vida, disponibilizando atividades físicas, educativas, psicológicas e consultas médicas; Programa de Assistência Médica e de Enfermagem nas Entidades Conveniadas - Equipes de saúde (enfermagem e médica) atendem servidores nos ambulatórios do Tribunal de Justiça e Ministério Público, além de fornecer remédios e realizar exames de laboratório no HSPE. Ações de Promoção de Saúde: Foram realizados 17 eventos de promoção de saúde, com um total de 2168 participantes. **CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E PESQUISA – CEDEP:** Atua para promover, estimular e supervisionar as atividades ligadas ao ensino e pesquisa científica. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): Responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo



seres humanos. Dados: 335 pareceres consubstanciados e 72 pesquisas aprovadas (66 financiamentos próprios e 6 patrocinadas). Comissão de Residência Médica (COREME): Responsável por 591 residentes em 44 especialidades médicas. Os Residentes recebem Bolsas mensais custeadas pela Secretaria da Saúde (15% custeada pelo Iamspe) e Bolsas do Ministério da Saúde (sem custo para o Iamspe). Outros 744 residentes de outros hospitais realizaram estágio nos diversos serviços médicos. Portaria Iamspe nº 18, de 22/04/2025 instituiu o Auxílio-Moradia para médicos residentes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe). Gestão do Programa de Estágio Curricular Obrigatório e Não Remunerado: Destinado aos alunos dos cursos de graduação em Medicina e Ciências da Saúde de instituições credenciadas. Medicina - Programa de Estágio Curricular Obrigatório Não Remunerado: Permite aos alunos da 5ª a 12ª etapas do curso de Medicina da Unicid e FCMSC atuar em diversas áreas com a supervisão de médicos do HSPE e acompanhamento da Coordenação das instituições de ensino credenciadas. Em 2025, foram 2.605 alunos. Ciências da Saúde: Programa de Estágio Curricular Obrigatório Não Remunerado: Não houve credenciamento para os cursos das Ciências da Saúde. Movimentação Financeira 2025: Depósitos das Instituições de Ensino que realizam o Programa de Estágio Curricular Obrigatório regulamentado por contratos de credenciamento somaram R\$ 3.550.440,00. Especialização: Coordena o Programa de Especialização Médica/Aperfeiçoamento, nos moldes de fellowship para a área médica, com duração de até 02 anos. Atualmente são 122 alunos (15 Serviços Médicos e 40 Subespecialidades). Educação Médica Continuada: Coordena processo contínuo de atualização sobre avanços científicos e práticas emergentes destinado a profissionais da saúde, especialmente médicos. Em 2025, participaram 368 pessoas nos eventos on-line e presenciais. Radar Científico: Publicação mensal dedicada a divulgar e compartilhar produção científica e favorecer o diálogo acadêmico por meio de pesquisas, estudos e participações em eventos, além da agenda científica da instituição. Em 2025, foram 10 edições totalizando 141 notícias. Comissão de Pós-graduação Stricto Sensu: Administra Programa de Pós-Graduação na área de Ciências da Saúde nível Mestrado e Doutorado Stricto Sensu e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq. Números 2025: 117 alunos de Mestrado e Doutorado e 16 de iniciação científica. Concessão de 13 bolsas Capes mestrado/doutorado e quatro Bolsas CNPq). Comissão de Revista Científica: De periodicidade quadrimestral, o objetivo da Revista Científica é promover o desenvolvimento, a atualização e a educação continuada da equipe clínica e da comunidade científica e compartilhar conteúdo técnico-científico relevante com seus leitores. Educação Permanente em Saúde: Por meio de capacitação e treinamentos, desenvolve ações para funcionários do Iamspe a partir das demandas detectadas. Capacitou 2846 pessoas (1305 funcionários, 1541 terceirizados) por meio virtual e presencial. Centro de Simulação Realística (CESIR): Desenvolve atividades de ensino em Residência, Especialização, alunos internos e profissionais de saúde que atuam no HSPE. Em 2025 contabilizaram 4.351 pessoas. k) Centro de Convenções do Hospital do Servidor Público Estadual: Em 2025 foram realizados 188 eventos, com um público total de 26.980 pessoas. Plano Odontológico: Dos 90.769 usuários, até outubro deste ano, 5.100 pessoas aderiram ao plano odontológico facultativo, muito em relação à sua ampla rede de atendimento. Núcleo Estratégico da Saúde do Servidor – NESS: O NESS realiza atendimento presencial (térreo do prédio administrativo) e tem como função ajudar, orientar e acolher os beneficiários do IAMSPE que encontram dificuldades com o APP do IAMSPE, login e senha de acesso ao GOV.BR, token e demais informações sobre esses assuntos. O Núcleo insere os beneficiários que necessitam de atendimento específico no HSPE na lista de espera de consultas e exames, além de prestar informações sobre telefones e endereços da rede credenciada. O Programa Navegação Oncológica do NESS rastreia e acompanha pacientes oncológicos desde a hipótese diagnóstica/diagnóstico até o início do tratamento. *Hospital do Servidor Público Estadual -*



“Francisco Morato de Oliveira” (HSPE-FMO): O Hospital do Servidor Público Estadual investiu em melhorias na estrutura física, e nos fluxos de aprimoramento de processos de trabalho para atender as demandas da assistência. Dados de janeiro a outubro de 2025, a saber: Centro de Gestão Hospitalar: Iniciou suas atividades em outubro/2025. Visa integrar assistência e operação. Apoia as tomadas de decisões e coordena as melhorias de processos. Por meio do monitoramento diário de indicadores, desenvolve e participa das iniciativas de melhorias em todas as frentes assistenciais (internação, ambulatório, centro cirúrgico, exames e tratamento). Núcleo de Informação e Ciências de Dados: Em julho de 2025 iniciou a elaboração do caderno de indicadores de desempenho hospitalar do HSPE. Pronto-Socorro Geral: Revitalização dos setores de emergência, observação e Unidade de Cuidados Personalizados (UCP); instalação de ar-condicionado em todas as áreas assistenciais, atualização da rede elétrica e hidráulica e ampliação de leitos monitorizados; instalação de sinalização com setas, placas e linhas coloridas no piso, com o intuito de facilitar os deslocamentos e fluxos de pacientes. A parceria com o NESS possibilitou a criação da Agenda de Egressos, assegurando o seguimento ambulatorial de pacientes atendidos via pronto-socorro sem necessidade de internação. O sistema PEC foi aprimorado e integrado às visitas multidisciplinares, permitindo identificar pacientes elegíveis à desospitalização com segurança e eficiência. Além disso, o Programa de Regulação e Retaguarda Hospitalar foi estruturado, criando fluxos ativos com hospitais parceiros e evitando permanências prolongadas. Serviço de Hemodinâmica: Ampliação do atendimento de exames eletivos para os finais de semana, resultando no aumento no número de procedimentos realizados. Está em andamento a readequação da sala para receber o segundo equipamento de Angiografia. Ambulatórios: Reforma e pintura dos antigos guichês, com o intuito de otimizar os espaços de atendimento; abertura de passagem no térreo do prédio do ambulatório, criando acesso para o Hospital; reforma da área do Serviço de Dermatologia - 4º andar do ambulatório; troca das faixas sinalizadoras do piso dos andares no ambulatório para melhor orientação aos usuários. Revisão e readequação das agendas ambulatoriais dos Serviços médicos resultando em um aumento de aproximadamente 4000 vagas de consultas médicas disponíveis para agendamento. Hemodiálise: Ampliação no atendimento com a criação do terceiro turno, em atendimento à crescente demanda de usuários. Centro Cirúrgico: Reabertura de duas salas cirúrgicas no 6º andar e ampliação de quatro leitos em funcionamento na Recuperação Pós-anestésica; ampliação do funcionamento de salas aos sábados e domingos, possibilitando a realização de mutirões de Ortopedia, Ginecologia e Urologia; revisão da fila cirúrgica; aquisição de novos instrumentais cirúrgicos para diversas especialidades. Hospital Dia: Ampliação da capacidade de atendimento no pós-operatório imediato de Oftalmologia, incluindo funcionamento aos sábados à tarde. Endoscopia: Realização de mutirões mensais de colonoscopia, com o objetivo de reduzir as filas de espera, e agilizar o diagnóstico e o tratamento dos pacientes. Centro de Diagnóstico por Imagem: Readequação do espaço e instalação de equipamento de ressonância magnética; abertura de sala exclusiva para realização de exames de pacientes internados; implantação de salas exclusivas para preparo de exames, divididas por gênero, destinadas à realização de exames de tomografia e ressonância magnética, oferecendo maior conforto, privacidade e agilidade no atendimento ambulatorial. Unidades de Internação: Readequação das enfermarias localizadas no 12º andar (Cirurgia Geral e Neurocirurgia) com pintura geral, substituição de piso vinílico e reforma dos mobiliários; Aprimoramento do Controle de Mobiliários e Equipamentos nas Unidades de Internação; Instalação do painel de controle para monitoramento de exames de imagens pendentes, garantindo melhor acompanhamento e cumprimento dos prazos de realização. Atualização e melhorias na dispensação de medicamentos: Início de programa de dispensação de medicamentos no 10º e 11º andar, com rastreabilidade e melhoria de eficiência no processo, e a implantação de



nova unidade de farmácia para dispensação de medicamentos. No dia 08 de julho houve a Inauguração do espaço para a emissão da Carteira de Identidade Nacional Digital com biometria para recém-nascidos. Elaboração do Guia de Internação Hospitalar com novos impressos de autorização de internação. Início de programa de humanização em UTI - em definição de melhorias para suporte familiar e terapêutico de pacientes internados em serviço de terapia intensiva. Reformas e obras: Instalação de sistema de climatização Central (3º andar - 14 Leitos de Enfermarias e 4 salas cirúrgicas), obra em andamento com previsão de término para 24 de dezembro de 2025. Concluída a área física do SEESMT no 2º andar bloco G; Sala de Infusão (2º andar bloco F) com capacidade para 17 leitos. Contratação de Projetos Executivos - Para reforma das enfermarias 13º andar (Oncologia e Hematologia), dos pilares do Bloco B, Centro de Material Esterilizado, Centro Cirúrgico 5E, Projeto Carisma, Acessibilidade nas áreas comuns e recapeamento asfáltico do Complexo Hospitalar, Projeto de Climatização do Ambulatório e Banco de Sangue. Gestão de Leitos: Iniciou o acompanhamento dos pacientes de longa permanência (mais de 30 dias de internação), atuando em conjunto com a comissão de desospitalização, identificando fatores que possam dificultar a alta do paciente. n) Registro Hospitalar de Câncer (RHC): Sistema que reúne informações como perfil dos pacientes, características do tumor, a avaliação e a eficácia do tratamento realizado em hospital e envia à Fundação ONCOCENTRO, mostram 1502 casos novos e 2572 seguimentos. Núcleo de Gestão de Risco e Qualidade: Recebeu 3228 notificações. Em outubro iniciou a implantação da gestão de documentos no sistema informatizado de Gestão de Qualidade no HSPE e participou da elaboração e validação de vários protocolos hospitalares como o de Transporte Intra Hospitalar, AVC, Dor Torácica entre outros. Equipe de Vigilância Epidemiológica: Responsável pela notificação compulsória das doenças, agravos e eventos de saúde pública sob vigilância. Registrou 2499 notificações no HSPE no período de janeiro a setembro de 2025. Maiores incidências: dengue (1352 casos) e Covid (259 casos). *Atendimento a legislações*: Todas as legislações editadas durante o exercício de 2025, tanto estadual como federal, foram atendidas tempestivamente e de acordo com o determinado. *B - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN-SP)*: Eixos Estratégicos: Transformação Digital, Eficiência Fiscal e Combate à Burocracia. *Sumário executivo (A Visão Macro)*: O exercício de 2025 consolidou a virada de chave do Detran-SP. A autarquia deixou de ser um gargalo burocrático para se tornar referência em Hiperautomação e Governo Digital. Os 3 Grandes Marcos do Ano: Revolução no Tempo de Resposta: Serviços que levavam dias (como transferências e liberação de veículos) agora são realizados em 5 minutos. Austeridade Fiscal: Operamos com a menor dotação orçamentária dos últimos 4 anos (R\$ 1,04 bi), entregando mais serviços com menos custo. Fortalecimento da Integridade Institucional: recorde histórico de punições a entes regulados irregulares - Centros de Formação de Condutores (CFCs) e despachantes - e reestruturação com redução de 28% em cargos comissionados. *Transformação digital e impacto no cidadão*: a estratégia "Digital First" eliminou balcões e reduziu drasticamente o tempo de espera. Principais Entregas: TDV (Transferência Digital de Veículos): Antes: 2 dias para expedição. Hoje: 5 minutos. Impacto: 156% de aumento nas transações feitas pelo próprio cidadão (sem despachante). Redução de 40% na necessidade de mão de obra de backoffice; LIVE (Liberação Instantânea de Veículos): Antes: 2 dias para liberar um veículo do pátio. Hoje: 5 minutos, via App; Execução Extrajudicial (Pioneirismo SP): Primeiro estado a realizar retomada de veículos financiados via administrativa; Resultado: Tempo de recuperação caiu de anos (no Judiciário) para 26 dias, melhorando o ambiente de crédito. Novo Portal e App: * 90% dos serviços (242) já são digitais: 168,5 milhões de acessos (+42%); Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo eletrônico (CRLV-e): 100% dos documentos emitidos agora são atualizados em tempo real no app. *Eficiência fiscal e gestão de recursos*: fazer mais com menos: otimização de contratos e corte de desperdícios. Economia Contratual: Revisões e renegociações



geraram uma economia de R\$ 122,94 milhões; Orçamento Enxuto: Redução real de 8% na dotação orçamentária em comparação a 2024; Economia para a Sociedade: O novo modelo unificado de estampagem de placas gerou economia de R\$ 56 milhões anuais para os cidadãos; Arrecadação: R\$ 16,5 milhões arrecadados em leilões sob nova modelagem. *Operação: Veículos e Habilitação:* aumentamos a automação e assumimos o controle da qualidade. 4.1 - Veículos: Volume: 6,21 milhões de Certificado de Registro Veículo (CRV) emitidos; Automação: 62,5% de todos os documentos foram processados sem intervenção humana; Agilidade: 154% de aumento nas expedições automatizadas em relação a 2024. Habilitação (CNH): Automação Recorde: 95% das CNHs são expedidas automaticamente (era 92% em jan/25); Fim da Terceirização em Exames: 100% dos examinadores práticos agora são servidores do Detran-SP (fim dos credenciados); Pontualidade: Subiu de 64% (janeiro) para 94% nos exames práticos; Inclusão: 841 exames adaptados realizados (TEA, TDAH, Libras). *Integridade, combate à corrupção e jurídico:* tolerância zero com irregularidades e blindagem jurídica do Estado. Saneamento de Mercado (Entes Regulados). A fiscalização endureceu contra fraudes em Autoescolas (CFCs), Despachantes e Vistorias: Cassações de CFCs: Aumento de 775%; Cassações de Profissionais Vinculados: Aumento de 642%; Cassações de Médicos/Psicólogos: Aumento de 788%; Fiscalização: 13.122 ações de conformidade (+45%), com operações inéditas conjuntas com PROCON e CETESB. Controle Interno e Corregedoria: Monitoramento: aumento de 370% em ações de inteligência; Efetividade: aumento de 20% nas demissões de servidores envolvidos em ilícitos, demonstrando o fim da impunidade; Prevenção: 4.119 consultas de integridade prévia para nomeações (+117%). Eficiência Jurídica: Automação: triagem de demandas judiciais caiu de 1 dia para 1 hora; Resultado: 94% das demandas tratadas no prazo. Feedback da Procuradoria Geral do Estado (PGE) indica que 7 em cada 10 ações contra o Detran-SP são julgadas improcedentes. *Infraestrutura, Leilões e Pátios:* resolução de passivos históricos e modernização física. A Solução para os Pátios: Desestatização: projeto estruturado com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para concessão completa dos pátios em 2026; 32 mil veículos leiloados em 2025 com rastreabilidade total e 83 mil veículos preparados para leilão (+434%); Encerramento de Irregularidades: 52 pátios irregulares foram fechados. Modernização Física e Tecnológica; Frota: renovação de 80% da frota operacional (investimento de R\$ 85 mi); TI: compra inédita de 1.000 notebooks de alta performance e equipamentos modernos (R\$ 11 mi); Despapelização: eliminação de 1,05 tonelada de arquivo morto. *Gestão de Pessoas e Reestruturação:* profissionalização e valorização do servidor. Enxugamento: redução de 28% nos cargos em comissão (de 1.177 para 852) através da Reestruturação Administrativa (Fases I e II); Concurso Público: 145 novas vagas autorizadas para Agentes Estaduais de Trânsito; Carreira: R\$ 18,3 milhões investidos em progressão de carreira para 749 servidores. *Segurança viária e articulação política:* o Detran-SP como indutor de políticas públicas nos municípios. Infosiga 3.0: consolidação da plataforma de dados para gestão de sinistros de trânsito; Municipalização: 70% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT); 79% dos municípios aderentes ao Sistema Estadual (SISTRAN-SP); Educação: 328 mil vagas de cursos ofertadas (+165% da meta); Visibilidade: R\$ 89,8 milhões em mídia espontânea positiva sobre ações de segurança. *Simplificação regulatória:* Consolidação: redução de 59 decretos esparsos para apenas 1 decreto unificado; Participação Social: 4 grandes consultas públicas realizadas (Leilões, Vistoria, Acesso a Sistemas). *Conclusão:* o Detran-SP entrega em 2025 um órgão mais barato para o Estado, mais rápido para o cidadão e mais rigoroso contra a fraude. A base para 2026 está pronta: concessão definitiva dos pátios, nova vistoria digital com reconhecimento facial e expansão maciça dos serviços via Inteligência Artificial. **C - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV):** A São Paulo Previdência – SPPREV é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e da inatividade e pensões dos militares do Estado de



São Paulo. Com cerca de 536 mil beneficiários e uma folha de pagamento em torno de R\$ 4,5 bilhões por mês, a autarquia atualmente conta com aproximadamente 370 colaboradores. Nesse contexto, com a mudança na gestão da entidade, a atuação da SPPREV passou a basear-se em três pilares: o plano de equacionamento do déficit atuarial e financeiro, a reestruturação administrativa e a modernização do modelo de gestão e governança. A eleição dessas prioridades deriva dos compromissos do Governo no sentido de aprimorar a gestão previdenciária, em um caminho fundado na segurança jurídica, na otimização dos recursos e na adoção de melhores práticas de governança, visando à eficiência administrativa e à melhoria da prestação de serviços públicos.

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL E FINANCEIRO: Estudos de cenários e equilíbrio econômico-financeiro do RPPS e do SPSM: foram desenvolvidos os estudos necessários à promoção da sustentabilidade e ao estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do RPPS e do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) do Estado de São Paulo. Atualmente, o RPPS paulista está organizado no modelo de repartição simples, pelo qual as despesas com benefícios previdenciários são pagas com as receitas correntes de contribuição patronal do Estado e de contribuições dos servidores, aposentados e pensionistas, acrescidas da receita advinda da compensação previdenciária com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e outros RPPS. Como essas receitas não são suficientes para fazer frente à totalidade das despesas, o Estado é obrigado a efetuar repasses mensais para suprir a insuficiência financeira e viabilizar o pagamento regular da folha de benefícios. Concorre para esse cenário o fato de o RPPS do Estado de São Paulo apresentar um quantitativo de aposentados e pensionistas 45% superior ao número de servidores ativos. Daí se observa que o déficit financeiro tem crescido todos os anos, comprometendo cada vez mais a capacidade de investimento do Estado e a realização de políticas públicas de grande relevância para a população. A estimativa de déficit financeiro do RPPS para 2025 é de R\$ 24,8 bilhões, sem considerar o déficit financeiro gerado pelas inatividades e pensões dos militares, em torno de R\$ 14 bilhões no mesmo período. Caso não haja mudança estrutural no regime, esse déficit continuará crescendo nos próximos anos, alcançando o patamar de aproximadamente R\$ 34 bilhões em 2039, enquanto o déficit atuarial do RPPS está estimado em R\$ 553 bilhões, além do déficit atuarial do SPSM, na ordem de R\$ 261 bilhões. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, reforçou-se a exigência de que todos os entes federativos comprovem o equilíbrio financeiro e atuarial de seus RPPS, atribuindo-se à União a competência para editar normas gerais em matéria previdenciária, bem como para exercer, por meio do Ministério da Previdência Social (MPS), o papel de agente regulador, fiscalizador e sancionador. Nesse sentido, em dezembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária, bem como para aplicar sanções pelo descumprimento da legislação pelos demais entes federados, confirmando a validade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) como instrumento de controle. Diante desse quadro, tornou-se urgente e ainda mais relevante a adoção de medidas para o equacionamento do déficit financeiro e atuarial do RPPS estadual, sobretudo porque a regularidade previdenciária do Estado de São Paulo encontra-se amparada por decisão liminar cujo fundamento restou substancialmente fragilizado após a publicação do referido julgado pelo STF. Para enfrentar essa situação e regularizar a posição do Estado perante os órgãos de controle, a SPPREV elaborou proposta de lei complementar, construída a partir de estudos técnicos, que reúne um conjunto de medidas voltadas à sustentabilidade do RPPS estadual, em conformidade com a legislação vigente. Essa proposta busca não apenas atender às exigências normativas, mas também oferecer uma solução responsável e de longo prazo para o financiamento do sistema. A partir dos estudos, ficou definida a necessidade de abandono do modelo exclusivamente baseado na repartição simples e a adoção da segregação de



massas, isto é, a repartição do regime em dois fundos: um fundo financeiro e um fundo previdenciário (capitalizado). Evidentemente, essa medida, isolada, não é suficiente para resolver o problema, motivo pelo qual o projeto contempla outras ações destinadas a assegurar uma transição segura e menos onerosa, dentre as quais se destaca a abertura de janela de migração para que os servidores públicos do Estado possam aderir ao Regime de Previdência Complementar (RPC). Em relação a esse último tema – migração para o RPC –, trata-se de reivindicação antiga dos servidores estaduais, que pleiteiam solução semelhante à adotada na União e em outros entes federativos. O assunto, inclusive, é objeto de discussão judicial em fase final no Supremo Tribunal Federal, aguardando decisão definitiva, com perspectivas de elevado risco jurídico para o Estado de São Paulo caso não sejam adotadas medidas legislativas. O projeto de lei complementar já foi amplamente debatido, tendo sido submetido à análise jurídica da Procuradoria-Geral do Estado, que se manifestou favoravelmente. Na sequência, foi encaminhado à Secretaria da Fazenda e Planejamento para exame do impacto financeiro-orçamentário, etapa em que o processo se encontra desde julho de 2025. A premissa central do projeto é assegurar a sustentabilidade do RPPS com o menor custo de transição possível para o Estado de São Paulo, de modo a não pressionar ainda mais o orçamento estadual. O modelo proposto permite uma transição financeira gradual nas contas públicas, com custo adicional estimado em aproximadamente R\$ 194 milhões em 2026, no cenário mais conservador, podendo inclusive resultar em ganho orçamentário nos exercícios subsequentes, à medida que as ações previstas no projeto sejam integralmente implementadas. Com a aprovação da lei complementar, o Estado passará a atender plenamente à legislação e às determinações dos órgãos de controle, evitando as sanções decorrentes de eventual suspensão do CRP, incluindo o impedimento a transferências voluntárias da União e a restrição ao acesso a financiamentos junto a instituições financeiras públicas e organismos internacionais.

Patrimônio Imobiliário: a SPPREV avançou de forma consistente na governança do seu patrimônio imobiliário, consolidando resultados relevantes em alienação, regularização jurídica, modernização tecnológica, segurança e conservação do acervo. No ano de 2025, merecem destaque a venda direta de 19 imóveis à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a preparação da primeira remessa de imóveis para leilão, com realização prevista para dezembro de 2025 e expectativa de arrecadação em torno de R\$ 135 milhões. Essas iniciativas contribuem para fortalecer as fontes de financiamento do RPPS e racionalizar o uso do patrimônio público.

REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA: Revisão da Estrutura Organizacional da SPPREV - a proposta de revisão da estrutura organizacional da SPPREV teve por finalidade modernizar a governança institucional, aprimorar a eficiência administrativa e fortalecer a capacidade operacional das áreas finalísticas e de suporte. O trabalho consistiu no reestudo das atribuições existentes, na análise das demandas atuais e futuras da autarquia e na identificação de sobreposições, lacunas e oportunidades de reorganização. A partir desse diagnóstico, foram redefinidas responsabilidades, ajustadas unidades já existentes e criadas áreas destinadas a atender com maior precisão às necessidades estratégicas da SPPREV. A nova estrutura busca aperfeiçoar a integração entre as áreas, proporcionar maior clareza hierárquica e funcional e assegurar melhor distribuição de cargas de trabalho, tendo sempre como norte a qualidade do atendimento aos beneficiários e a eficiência no uso dos recursos públicos. No mesmo eixo de reorganização interna, a SPPREV promoveu, em 2025, a reestruturação dos canais de atendimento dos segurados e beneficiários, com a revisão dos atendimentos presencial, telefônico e digital, a padronização de fluxos e scripts e a ampliação dos serviços prestados por meio de canais remotos. Esse movimento permitiu reduzir deslocamentos desnecessários, tornar as respostas mais céleres e qualificadas e aproximar a autarquia do cidadão, com linguagem mais clara, processos mais previsíveis e maior integração com as demais plataformas digitais do Governo do Estado.



MODERNIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO E GOVERNANÇA: Inovação e Transformação Digital dos Serviços Previdenciários: a SPPREV estruturou um conjunto de soluções digitais que reposicionam a experiência do beneficiário e qualificam a atuação dos órgãos de controle. Entre as entregas concluídas, destaca-se a criação de um novo ambiente digital que permite o acesso direto, centralizado e seguro, pelos órgãos de controle, aos arquivos de autorização de descontos na folha de pagamento de aposentados e pensionistas, reforçando o controle público e a transparência das informações prestadas pelas entidades consignatárias. Foi viabilizada, ainda, a consulta digital do beneficiário ao seu processo administrativo, reduzindo a necessidade de atendimento presencial e ampliando a acessibilidade e a transparência na tramitação dos pedidos. Implementou-se o requerimento de pensão on-line, facilitando o acesso ao benefício e reduzindo o tempo de análise dos pedidos, bem como o fluxo digital para o processo de concessão de inatividade militar, que até então tramitava de forma predominantemente física e analógica. Outro avanço relevante foi a disponibilização, no Sistema SOUSP, de acessos diretos a serviços da SPPREV para servidores ativos, aposentados e pensionistas, permitindo a integração de funcionalidades previdenciárias ao principal portal de serviços digitais do Governo do Estado. Nesse ambiente, está sendo implantada também a autorização eletrônica de descontos em folha relativos a operações de crédito consignado, conferindo maior segurança, rastreabilidade e transparência às operações, em consonância com as recomendações dos órgãos de controle e com as melhores práticas de proteção de dados dos beneficiários, a partir do uso de biometria facial e da tecnologia do Portal GOV.BR – funcionalidade ainda não disponível no aplicativo Meu INSS ou no SOUGOV. *Automação de Processos e Eficiência Operacional:* no eixo da automação de processos, as entregas de 2025 reforçam o compromisso com a eficiência, a segurança e a integridade dos dados previdenciários. Destaca-se a geração de relatórios automatizados para o Tribunal de Contas do Estado (AUDESP), com a implementação de relatórios de remunerações, pensões e aposentadorias no padrão exigido pela Corte de Contas, qualificando a prestação de contas e aumentando a confiabilidade das informações. Foi igualmente desenvolvida automação voltada a evitar e corrigir eventual duplicidade de rubricas judiciais, prevenindo dupla incidência de parcelas e, consequentemente, prejuízos ao erário, ao permitir identificação mais célere e precisa de inconsistências. *Governança, Certificação e Identidade Institucional:* no campo da governança, 2025 marcou um avanço qualitativo na profissionalização da gestão previdenciária. Pela primeira vez, todos os membros da Diretoria Executiva da SPPREV, bem como a maior parte dos integrantes de seus colegiados, obtiveram certificação profissional específica nas áreas de gestão, investimentos e previdência, em consonância com as melhores práticas regulatórias e de governança de entidades previdenciárias. Essa iniciativa eleva o nível de responsabilidade técnica na tomada de decisão, fortalece os mecanismos de controle interno e amplia a confiança dos segurados, dos órgãos de controle e da sociedade na condução da política previdenciária estadual. Em complemento, a SPPREV obteve a evolução de sua certificação no Programa Pró-Gestão RPPS, passando do nível II para o nível III, reconhecimento que reflete o aperfeiçoamento dos seus processos de governança, gestão de riscos, controles internos e transparência. Essa conquista evidencia o alinhamento da autarquia aos parâmetros nacionais de excelência em gestão de regimes próprios de previdência. No âmbito da comunicação institucional, em parceria com a Secretaria de Comunicação, foi modernizada a identidade visual da SPPREV, com atualização de logomarca, diretrizes de uso e peças de comunicação, de modo a reforçar a clareza, a unidade e a credibilidade da imagem da autarquia junto aos servidores, aposentados, pensionistas e à sociedade em geral. *Regularidade do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP:* o Certificado de Regularidade Previdenciária é instrumento essencial, pois sua vigência é condição para o recebimento de transferências voluntárias de recursos federais, celebração de convênios,



acordos e obtenção de empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras públicas ou internacionais. O CRP do Estado de São Paulo encontra-se vigente até o início de 2026, com emissão amparada em decisão judicial, em razão de pendências relativas ao não atendimento pleno do critério de equilíbrio financeiro-atuarial. À luz da recente pacificação, pelo STF, quanto à constitucionalidade e ao alcance desse instrumento, a manutenção dessa liminar assume caráter precário, o que reforça a urgência da aprovação das medidas estruturantes contidas no projeto de lei complementar elaborado pela SPPREV. *Economia Financeira e Prevenção a Fraudes*: em atuação conjunta com a Controladoria-Geral do Estado, a SPPREV intensificou o combate a fraudes na esfera previdenciária, com foco na identificação de irregularidades e posterior cessação de benefícios indevidos. As ações concentraram-se, especialmente, na revisão de pensões cujos requisitos deixaram de ser atendidos ao longo do tempo, produzindo uma economia estimada, em termos atuariais, da ordem de R\$ 725 milhões, considerando o valor presente dos benefícios extintos ao longo do período projetado de pagamento. *Uniformização dos Laudos Periciais de Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas no DPME*: em frente conjunta de trabalho, a SPPREV e o DPME estabeleceram novo fluxo para a realização das perícias relacionadas à isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria e pensão. Com a iniciativa, promover-se-á maior padronização técnica, reduzindo divergências de critérios e aumentando a segurança jurídica das decisões. Ao concentrar a atividade pericial no DPME, otimizam-se os recursos humanos e tecnológicos, evitam-se duplicidades e reduzem-se custos operacionais. Além disso, a centralização facilita o controle de qualidade, fortalece a transparência, acelera os processos administrativos e melhora a experiência do cidadão, que passa a lidar com um fluxo mais simples, previsível e eficiente. Em síntese, os avanços obtidos em 2025 – na construção do plano de equacionamento do déficit atuarial e financeiro, na reestruturação administrativa, na modernização tecnológica, na qualificação da governança e no fortalecimento da sustentabilidade do RPPS e do SPSM – demonstram o compromisso da SPPREV com a responsabilidade fiscal, a proteção dos direitos previdenciários e a melhoria contínua da prestação de serviços aos servidores, aposentados e pensionistas. A autarquia permanecerá trabalhando de forma integrada e alinhada às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, contribuindo para a consolidação de um sistema previdenciário mais moderno, transparente, sustentável e capaz de apoiar o projeto de desenvolvimento econômico e social liderado pelo Senhor Governador. **D - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - (PREVCOM)**: A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – PREVCOM foi criada pela Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, para gerir o Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, que fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes com a PREVCOM têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A Fundação também foi autorizada a gerir planos de previdência de servidores de outros estados e municípios por meio da Lei nº 16.391, de 15/3/2017. Hoje, atua em cinco Estados da federação (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Pará) e 39 municípios, inclusive a cidade de São Paulo. São nove planos em funcionamento. Com eles, o servidor pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado ou do município para a formação de sua reserva financeira. O objetivo fundamental é garantir um benefício seguro de aposentadoria aos seus participantes. *Principais ações e resultados*: desempenho da rentabilidade: a carteira consolidada da PREVCOM rendeu 10,88% de janeiro a outubro de 2025, desempenho acima do alvo de IPCA+4,5% que foi 7,63%. O



resultado positivo deve-se à posição sólida em ativos de renda fixa, que correspondem a 86,54% dos investimentos, alinhado a um perfil mais conservador de acordo com a Política de Investimentos. Os resultados consistentes e acima da meta reforçam o compromisso com a segurança, rentabilidade e gestão eficiente, garantindo estabilidade e crescimento sustentável no longo prazo para todos os participantes. - Patrimônio e população: a PREVCOM acumulou um patrimônio de R\$ 4,6 bilhões e alcançou uma população de 56.285 pessoas, sendo 55.612 participantes e 673 assistidos (referência outubro). - Ampliação da base de patrocinadores: o PREVCOM MULTI, plano multipatrocinado da PREVCOM, recebeu a adesão de mais 10 municípios: Araras, Buritama, Caiuá, Dois Irmãos do Buriti (MS), Rafard, Guanhães (MG), Nova Luzitânia, Pontalinda, Olímpia e Severínia, e passou a contar com 38 entes (Outros entes: Como contratar a PREVCOM | PREVCOM - Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo). - Suspensão da taxa de carregamento e dos aportes de antecipação dos patrocinadores: a PREVCOM zerou a taxa de carregamento de todos os seus planos em janeiro de 2025. A medida representa um avanço significativo, fruto do seu crescimento sustentável. Na prática, isso significa que uma parcela maior dos recursos dos participantes será direcionada diretamente às contas individuais, aumentando o valor poupado para a aposentadoria. Os aportes patronais realizados por estados e municípios para antecipação de contribuições futuras também foram suspensos. A medida desonerou os entes de um encargo não mais necessário e simplificou a gestão financeira, sem prejuízo à segurança da gestão administrativa da Fundação. - Contribuições facultativas: os participantes aportaram R\$ 7,90 milhões em contribuições extras de janeiro a novembro de 2025. Selo de Governança de Investimentos da Abrapp: o Selo de Governança de Investimentos, concedido à PREVCOM pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), é uma certificação que reconhece a conformidade dos parâmetros de governança de investimentos com o Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, um marco de boas práticas do setor que assegura transparência, responsabilidade e alinhamento aos mais elevados padrões éticos e técnicos da previdência complementar fechada. O ciclo de certificação avaliou aspectos como política de investimentos, estrutura decisória, controles internos, compliance e gestão de riscos. Selo de Engajamento Abrapp: o PREVCOM recebeu o Selo de Engajamento Abrapp 2025, certificação concedida às entidades que demonstram um ambiente de trabalho participativo, colaborativo e alinhado às melhores práticas de gestão de pessoas. O reconhecimento valoriza o empenho das equipes, a dedicação no dia a dia e o compromisso de cada colaborador em construir um ambiente saudável, ético e conectado ao propósito da fundação. Canal de Denúncias: um novo canal destinado exclusivamente ao recebimento de relatos que violem princípios éticos, padrões de conduta ou a legislação vigente foi implantado, reafirmando o compromisso da PREVCOM com a ética, a integridade e a transparência. As informações registradas são recebidas por uma empresa independente e especializada, assegurando o anonimato, sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada uma das situações reportadas. Programa de Educação Financeira e Previdenciária: as ações de educação financeira e previdenciária destinadas a participantes e potenciais participantes foram mantidas com a realização de lives com profissionais especializados e aplicativo móvel para gestão de finanças e consultoria personalizada por vídeo e chat. Benefícios de risco: de janeiro a outubro de 2025 foram pagos mais de R\$ 9 milhões em benefícios de risco por morte e invalidez. A contratação de BR é opcional e abrange 24.222 participantes da PREVCOM. Plano de Organização e Funcionamento: o novo Plano de Organização e Funcionamento (POF) foi produzido a fim de apresentar de forma clara e estruturada como as áreas estão organizadas, quais são suas responsabilidades e como se dá o funcionamento interno da Fundação. Manual de Direitos e Deveres do Pessoal - desenvolvido para fortalecer a transparência, alinhar diretrizes, aprimorar processos e garantir que todos os colaboradores estejam bem-



informados sobre as práticas e normas internas. Regulamento de contratações e gestão de bens e serviços: o documento define as regras para contratar bens, serviços, vendas, locações, adiantamentos, reembolsos, viagens a serviço e capacitações dentro da PREVCOM. Mudança da sede administrativa: a PREVCOM passou a funcionar em um novo endereço no centro histórico de São Paulo a partir de janeiro de 2025. Além de economia e fácil acesso, as instalações trouxeram mais conforto e integração para os colaboradores, melhor estrutura para o atendimento presencial em um ambiente preparado para dar suporte à gestão dos planos e ao crescimento projetado para os próximos anos. Programa de Estágio: foi implementado um Programa de Estágio com o objetivo de apoiar o crescimento sustentável da Fundação, ampliar a capacidade operacional das áreas e fortalecer a formação de novos talentos. A iniciativa trouxe dinamismo às rotinas internas e agregou novas perspectivas em um ambiente orientado ao aprendizado contínuo. Ao todo, foram concedidas 16 bolsas de nível superior, com carga horária de 6 horas diárias (30 horas semanais), distribuídas entre as seis diretorias/presidência. Novos relatórios gerenciais: novos relatórios gerenciais dos planos de benefícios foram disponibilizados aos Comitês Gestores. Eles permitem consultar e filtrar por período dados como população com saldo, novas adesões, saídas, volume de contribuições, de benefícios de risco por cobertura, portabilidades, resgates, benefícios, gestão administrativa, receitas e despesas, além da execução orçamentária e dos investimentos. A iniciativa reforça o compromisso da fundação com a ética, a transparência e a governança. Tecnologia e segurança da informação: foram implementadas diversas iniciativas voltadas à tecnologia e à segurança da informação, com o objetivo de reduzir custos operacionais e elevar o nível de proteção dos dados na PREVCOM. Entre as principais ações destacam-se: migração de sistemas, reorganização de bases de dados e adoção de ferramentas como Salesforce, MIRO e Office 365; fortalecimento da segurança cibernética, revisão das políticas internas e atualização do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); reestruturação da infraestrutura tecnológica, incluindo integração com a plataforma gov.br e ampliação do uso do SharePoint; avanço na automação de processos e preparação tecnológica da nova sede, promovendo maior eficiência operacional e rastreabilidade das informações; desenvolvimento de sistemas internos de gestão e controle com recursos próprios da Diretoria de Tecnologia da Informação; fortalecimento da capacidade técnica institucional, garantindo soluções personalizadas, autonomia tecnológica e menor dependência de fornecedores externos. *E - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (PRODESP) - ATENDIMENTO A CLIENTES:* Atualização Online do CRLV-e: a emissão do CRLV-e foi automatizada de ponta a ponta. A eliminação de etapas manuais reduziu a possibilidade de erros operacionais, tornou o processo mais eficiente e seguro e agilizou a liberação do documento para o cidadão. Além disso, a solução ampliou a rastreabilidade das operações, permitindo melhor auditoria, acompanhamento e transparência do processo. (Detran-SP). Registro de Venda Digital – Renave: a implantação de um fluxo com recursos de hiperautomação aprimorou todo o processo do Registro de Venda Digital, desde a formalização da intenção até a efetivação da transferência, o que reduz substancialmente as oportunidades de fraude documental ou de desvio de informação, acelera o tempo de conclusão das transações e melhora a integridade dos dados alimentados no Renavam/SP. (Detran-SP). *Comunicação Digital de Venda:* a automatização completa do fluxo de comunicação de venda entre pessoas físicas, integrando cartórios e Secretaria da Fazenda ao sistema e-CRVsp, passou a permitir o envio automático das informações, incluindo a confirmação da intenção de venda com assinatura das duas partes, garantindo que o registro seja realizado de forma padronizada, segura e rastreável. O avanço elimina etapas manuais, reduz divergências de informação e assegura maior velocidade na formalização da transação. (Detran-SP). *Sala do Futuro para Tutores:* o ecossistema digital Sala do Futuro ganhou um módulo voltado a pais e responsáveis, aproximando as famílias da trajetória



escolar dos estudantes da rede estadual. O novo módulo permite acompanhar tarefas e provas pendentes, consultar agenda, boletim, frequência e manter dados de contato sempre atualizados. Além disso, a plataforma traz visibilidade às conquistas da jornada gamificada, exibindo medalhas e troféus que reforçam o engajamento do estudante. (Secretaria da Educação). *IA na Aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática*: os professores do Programa Tutoria, que oferece reforço em Língua Portuguesa e Matemática para estudantes do 6º ao 9º ano, passaram a contar com o suporte de inteligência artificial para atribuição automática de tarefas adequadas ao nível de aprendizagem de cada estudante, tornando o percurso mais direcionado, eficiente e alinhado às suas necessidades. A iniciativa amplia as oportunidades de desenvolvimento das habilidades essenciais e qualifica o processo de reforço escolar na rede estadual de ensino. (Secretaria da Educação). *Carteira de Identidade Nacional (CIN)*: cerca de 5 milhões de Carteiras de Identidade Nacional (CIN) foram emitidas em São Paulo em 2025, tornando o Estado o maior emissor do documento no País. Desde o início da operação do sistema, em 2024, São Paulo já emitiu mais de 6 milhões de CIN. (Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt - IIRGD). *Via Fácil Bombeiros*: a licença do Corpo de Bombeiros para projetos de baixo risco, que era emitida em até sete dias, passou a ser gerada online e automaticamente no momento da solicitação de regularização feita pelo cidadão. (Corpo de Bombeiros). *Remédio SP*: a plataforma Remédio SP, ferramenta inovadora que simplifica a vida do cidadão ao garantir o acesso mais rápido e eficiente a medicamentos e insumos de saúde, foi implantada de forma piloto na Farmácia de Alto Custo Maria Zélia. Com a nova ferramenta, o cidadão pode acompanhar o status do seu atendimento diretamente no aplicativo, reduzindo deslocamentos desnecessários. (Secretaria da Saúde). *Procon Digital*: O sistema de atendimento digital do Procon-SP foi fortalecido com funcionalidades que elevam sua segurança e eficiência: implantação do login único via Gov.br, assinatura digital de documentos internos com validação oficial e envio eletrônico de cartas citatórias em tempo real. As inovações consolidam o sistema como robusto, integrado ao ecossistema de governo eletrônico e preparado para oferecer uma experiência ágil e confiável. (Procon-SP). *Portal Trampolim*: com o objetivo de conectar o cidadão ao mercado de trabalho, a solução integra em uma única plataforma ações de inclusão produtiva e empregabilidade, abrangendo qualificação profissional, mapeamento de habilidades e competências individuais, capacitação para o mercado de trabalho e intermediação de mão de obra. (Secretaria de Desenvolvimento Econômico). *Portal de Dados Abertos*: em atendimento ao Decreto nº 68.769/2024, foi implantado o Portal de Dados Abertos do Estado de São Paulo, que já soma 338 bases públicas de órgãos da administração direta e autárquica. Até novembro/2025, a plataforma contabilizou mais de 7 mil acessos e 2,9 mil downloads. (Controladoria Geral do Estado). *SP Agendas*: para dar transparência aos compromissos públicos de autoridades, como participação em audiências e eventos, bem como a divulgação de hospitalidades ofertadas por agentes privados a agentes públicos, como passagens, hospedagem, alimentação e cursos, foi criado o portal SP Agendas, conforme Decreto nº 69.745/2025. (Controladoria Geral do Estado). *Monitora.SP*: a plataforma Monitora.SP - Sistema de Gestão e Operações Viárias - incorporou a gestão e recepção das infrações de cerca de 600 novos radares de rodovias paulistas. Houve, ainda, a integração com o sistema de inteligência da Polícia Militar, possibilitando o envio de dados de tráfego viário em tempo real. O sistema realiza a gestão mensal média de 800 mil infrações. (Departamento de Estradas de Rodagem - DER). *Acordo Paulista*: o portal do Acordo Paulista foi customizado para viabilizar a edição 2025 do programa de renegociação de dívidas estaduais inscritas na dívida ativa, com descontos expressivos em juros e multas, além de condições facilitadas de parcelamento. (Procuradoria Geral do Estado). *AUDESP - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos*: a implantação do módulo de Gestão de Atos de Pessoal do Sistema Audeesp apoiará o Tribunal de Contas na fiscalização



de admissões e desligamentos de servidores públicos estaduais e municipais. O Audep também foi integrado ao Portal Nacional de Compras Públicas para receber informações de compras e contratações dos órgãos paulistas. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo). *Diário Oficial 100% Digital*: a transformação digital do Diário Oficial do Estado foi concluída com a implantação da diagramação com inteligência artificial para os cadernos Municípios e Empresarial, o que aprimorou a eficiência operacional e permitiu a ampliação do horário para envio de matérias. Em 2025 o DOE 100% digital contabilizou a publicação de mais de 600 mil atos oficiais e 5 milhões de visitantes únicos. *Infraestrutura operacional*: a Prodesp avançou na modernização de sua infraestrutura operacional por meio de ações como: a) migração de data centers para o ambiente de nuvem, garantindo alta disponibilidade, segurança e redução de custos; b) instalação de mais de 1.000 pontos de rede em unidades estratégicas, elevando conectividade e capacidade de atendimento ao cidadão; c) modernização de serviços digitais, incluindo gerenciamento de dados, plataformas de documentos, gestão de identidades e licenciamentos; d) expansão dos ambientes de trabalho virtual, automatizando processos de movimentação e padronização de estações de trabalho; e) fortalecimento da infraestrutura de comunicação de longa distância e novos projetos de conectividade, suportando a jornada do Governo Digital; f) modernização da arquitetura tecnológica e de bancos de dados, ampliando a confiabilidade e a governança corporativa; e g) investimentos de R\$ 142 milhões em cibersegurança, garantindo uma arquitetura moderna, resiliente e integrada, capaz de proteger milhares de sistemas críticos e os dados de milhões de cidadãos. *Governança, Compliance e Inovação*: Fomento à Inovação: com o objetivo de conectar startups disruptivas ao setor público, foi criado o Prodesp for Startups, programa de inovação voltado à transformação digital dos serviços governamentais. O programa visa apoiar startups com potencial de crescimento e fomentar um ecossistema público-privado inovador, capaz de gerar soluções de impacto para a sociedade. Em 2025, mais de 300 startups se inscreveram no programa, 61 das quais foram homologadas para segmentos estratégicos como GovTech, FinTech e HealthTech. Na mesma linha, foi firmada parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp por meio do seu programa de Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) para realização do GovChallenge, ação que busca conectar desafios públicos a soluções tecnológicas, oferecendo até R\$ 1,5 milhão em apoio financeiro para projetos inovadores com impacto social, alinhados às necessidades do Estado. Em outra frente, em parceria com a USP e Fapesp, foi criado Centro de Excelência em IA, para pesquisa aplicada em inteligência artificial, automação de serviços públicos, interoperabilidade e cibersegurança. *Avanços em Governança Corporativa*: a Prodesp consolidou avanços significativos de maturidade em governança. Entre outros resultados, alcançou o nível III no modelo Codec para Governança Empresarial; elevou o índice de conformidade em privacidade e proteção de dados para 83,63%, frente aos 13,64% de 2023; avançou para nível 2 do Internal Audit Capability Model for the Public Sector (IA-CM), consolidando processos padronizados e confiáveis de auditoria; adotou soluções para monitoramento proativo de ameaças, validação jurídica de provas digitais e gerenciamento de riscos; implementou políticas de Compliance, Antissuborno e Brindes e Hospitalidades; publicou Declaração de Appetite a Risco e Matriz de Riscos Operacionais; e adotou metodologias para investigações correccionais corporativas complexas, mensuração da evolução de resultados estratégicos e auditorias independentes.



SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

APRESENTAÇÃO: A Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo tem como principais funções assessorar o Governador na articulação política e no relacionamento interinstitucional do Governo, bem como promover a interlocução com os municípios e entidades não governamentais, visando ao estabelecimento de parcerias para a implementação de políticas públicas e de projetos de interesse comum. Suas atividades finalísticas são desempenhadas por duas subsecretarias: a Subsecretaria de Gestão de Emendas Parlamentares e a Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais, além de diversas Assessorias Especiais.

SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS (SCMENG) – *Atribuições:* Compete à SCMENG coordenar os processos de transferência de recursos estaduais não reembolsáveis destinados a municípios e entidades da sociedade civil, abrangendo a celebração, o acompanhamento, a avaliação e a prestação de contas de convênios e instrumentos congêneres. Suas atribuições incluem a orientação técnica aos conveniados, o monitoramento da execução física e financeira dos projetos e a produção de informações gerenciais para subsidiar a tomada de decisão, assegurando eficiência, conformidade e transparência.

Resultados de 2025: Em 2025, a SCMENG firmou 402 convênios com 305 Municípios paulistas, totalizando R\$ 729,27 milhões em recursos para obras de infraestrutura urbana, edificações, equipamentos públicos, sistemas de lazer e aquisição de maquinários e veículos. Estima-se o atendimento a 11,6 milhões de pessoas em todo o Estado. A atuação da Subsecretaria abrangeu todas as Regiões Administrativas, por meio de Escritórios Regionais, com interlocução permanente com prefeitos e gestores municipais. Os convênios firmados pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme detalhado na tabela abaixo, demonstram um claro foco nas áreas de infraestrutura urbana e edificações, que representam as maiores partes tanto do número de convênios quanto do valor investido. A análise dos recursos e das ações associadas revela que, do total de R\$ 314.277.863,33 previstos, a maior parte foi direcionada para obras e investimentos urbanos, essenciais para a melhoria da qualidade de vida nas cidades atendidas.

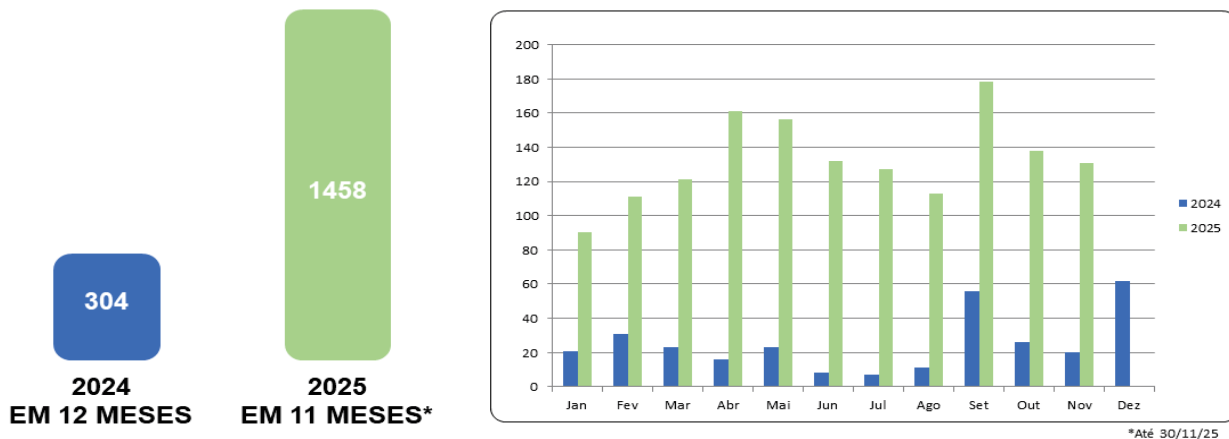
Tabela 1 - Distribuição dos Convênios 2025

Categoria	Quantidade	Valor (R\$)	% do Total (Valor)
Aquisição de Caminhão	26	R\$ 17.692.000,00	5,63%
Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos Específicos	1	R\$ 195.000,00	0,06%
Aquisição de Máquinas ou Equipamentos	13	R\$ 9.954.000,00	3,17%
Edificação	39	R\$ 28.436.798,65	9,05%
Infraestrutura Urbana	277	R\$ 211.633.674,59	67,34%
Obras Específicas	1	R\$ 10.230.148,44	3,26%
Praça	18	R\$ 7.352.957,75	2,34%
Sistema de Lazer	27	R\$ 28.783.283,90	9,16%
Totais	402	R\$ 314.277.863,33	100%

Desburocratização e Agilidade Processual: Em 2025, os procedimentos de convênios foram integralmente revisados. No *Sistema Demandas*, as etapas de formalização foram reduzidas de 29 para 16, organizadas em oito fases de gestão. Também foi adotada metodologia simplificada para aditamentos sem alteração de objeto. No âmbito do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), foram regularizadas todas as prestações de contas pendentes desde 2020, com atualização dos modelos documentais. Como resultado, o número de convênios concluídos passou de 304 em 2024 para 1.458 em 2025 (dados até novembro).



Quadro 1 - Evolução da aprovação das prestações de contas 2025



Caravana 3D: A Caravana 3D é iniciativa do Governo do Estado voltada a fortalecer o desenvolvimento, a dignidade e o diálogo com os municípios. Em 2025, a SGRI, por meio da SCMENG, atendeu 372 demandas, das quais 102 já foram formalizadas, abrangendo diversas Regiões Administrativas. **Escritório Regional de Governo (ERG):** Em abril de 2025, foi concluída a implantação do ERG de São José do Rio Preto, abrangendo 96 municípios e reunindo 13 órgãos estaduais em um único espaço. A iniciativa promoveu redução de custos operacionais, integração institucional e ampliação da presença do Estado no interior. **Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (FUMEFI):** O Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (FUMEFI), vinculado à Secretaria de Governo e Relações Institucionais, tem por finalidade financiar projetos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo, por meio de transferências não reembolsáveis, nos termos da Lei Complementar nº 1.817/1978. No exercício de 2025, o FUMEFI concentrou sua atuação na gestão e execução de contratos vigentes, priorizando a regularidade financeira e a continuidade de projetos estruturantes. Foram geridos, no âmbito da atual administração, 43 contratos, beneficiando 12 municípios, com valor global aproximado de R\$ 166,9 milhões. No período, foram executados e pagos cerca de R\$ 29,2 milhões, referentes a 12 contratos, contemplando sete municípios, além do acompanhamento técnico e financeiro dos demais instrumentos em andamento. Considerando a totalidade dos contratos sob gestão, R\$ 126,5 milhões já se encontram executados, restando saldo a pagar condicionado à execução física dos projetos e à disponibilidade orçamentária. Os projetos apoiados pelo FUMEFI abrangem, majoritariamente, ações de infraestrutura urbana, transporte e sistema viário, saneamento ambiental, meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social, conforme os campos funcionais definidos em lei. Ao longo de 2025, o acompanhamento sistemático da execução física e financeira contribuiu para a mitigação de riscos, a regularização de passivos e o fortalecimento da governança do Fundo. As atividades desenvolvidas no exercício evidenciam o papel do FUMEFI como instrumento relevante de cooperação metropolitana, alinhado à estratégia estadual de desenvolvimento regional integrado. **ASSESSORIA ESPECIAL DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS (AEAM):** Em 2025, a Assessoria Especial de Atendimento aos Municípios manteve suas portas abertas aos Municípios que, por intermédio das Prefeitas e Prefeitos, Vices, Secretários Municipais, Presidentes das Câmaras Municipais ou pelos seus Vereadores (Quadro 2), apresentaram demandas ao Governo do Estado.

Quadro 2 - Atendimentos AEAM 2025

Mês	Registros	% do Total
JAN	319	11,30%



FEV	392	13,90%
MAR	474	16,80%
ABR	315	11,10%
MAI	232	8,20%
JUN	214	7,60%
JUL	201	7,10%
AGO	136	4,80%
SET	163	5,80%
OUT	152	5,40%
NOV	166	5,90%
DEZ	59	2,10%
TOTAL	2.823	100%

As obras demandadas foram de Infraestrutura Urbana, Aquisição de Máquinas e Caminhões e Edificações como Construção e Reforma de Escolas, Creches, Postos de Saúde, Centros Múltiplo-Uso, Parques e Praças Esportivas, dentre os principais itens do portfólio (Quadro 3) desta Secretaria, como também no encaminhamento e interlocução de solicitações em outras Secretarias e órgãos do Estado, promovendo a compreensão mútua entre os agentes estaduais e municipais e, extraordinariamente, com representantes de órgãos federais sediados em São Paulo ou diretamente em Brasília (Quadro 4).

Quadro 3 - Assuntos por Secretarias

	3193	98,18%	3135
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
1	Governo e Relações Institucionais	Infraestrutura Urbana	1253
		Edificação	827
		Aquisição de caminhões	355
		Aquisição de máquinas	296
		Sistema de lazer	274
		Praça	93
		Demandas	37

	812	90,64%	736
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
2	Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	DER	441
		Aquisição de caminhão	99
		CETESB	67
		DAEE	44
		Sabesp	32
		Aquisição de máquinas	28
		SPÁguas	25

	619	82,71%	512
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
3	Saúde	Veículos	123
		Custeio	95
		Recursos	80
		Hospital	62
		Procedimentos	60
		Equipamentos	46
		Medicamentos	46

	408	80,88%	330
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
4	Educação	Escola	166
		Veículos	66
		Cívico-militares	31
		Creche	23
		Climatização nas escolas	22
		Educação	22



5	330	84,85%	280
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Agricultura e Abastecimento	Aquisição de máquinas/caminhões	159
		Servidor	49
		Melhor Caminho	24
		Reinvidicações de categoria	18
		Recursos	12
		Pontes	10
		Estradas rurais	8

6	305	70,49%	215
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Segurança Pública	Delegacias	43
		Parabenização	40
		aumento de efetivo	36
		Polícia Militar	24
		Veículo	20
		Videomonitoramento	13
		Veículos	13
		Servidor	13
		Polícia Civil	13

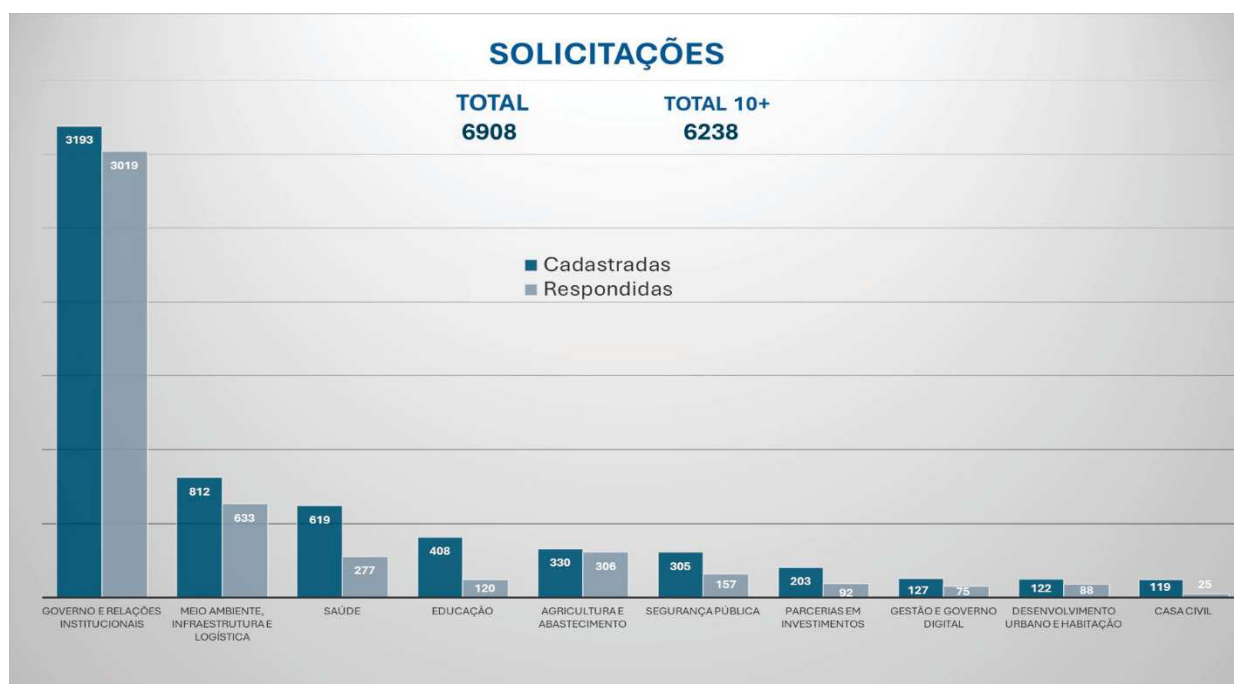
7	203	100,00%	203
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Parcerias em Investimentos	ARTESP	203

8	127	100,00%	127
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Gestão e Governo Digital	Imóvel	59
		DETRAN	32
		Poupatempo	27
		IAMSPE	9

9	122	93,44%	114
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Desenvolvimento Urbano e Habitação	CDHU	41
		Moradias	21
		Moradia	17
		Programa Casa Paulista	10
		Recursos	9
		Programa Bairro Paulista	6
		Cidade Legal	5
		regularização fundiária	5

10	119	83,19%	99
	Secretaria de Destino	Palavras-Chave	QTD
	Casa Civil	Qualificação profissional	25
		Afastamento	22
		Parabenização	18
		Agenda	12
		Agradecimento	8
		Doações	7
		Convite	7

Quadro 4 - Quantidade de Demandas por Órgão ou Entidade



Atuação no Programa Caravana 3D: Neste ano, o Gabinete do Governador iniciou o novo programa Caravana 3D, cujos pilares são Desenvolvimento, Diálogo e Dignidade. O programa consiste no deslocamento presencial do Governador do Estado e de seu Secretariado às Regiões Administrativas do Estado. Coube a esta Assessoria a tarefa de contatar os 645 municípios para coletar as três



principais demandas, que representam as prioridades de cada Prefeitura. A seleção, a ordenação das prioridades e a definição dos valores orçamentários foram de responsabilidade do Prefeito ou Prefeita. O fluxo de trabalho inclui as seguintes etapas: Organização e Análise: Realização e organização das planilhas e avaliação da admissibilidade das demandas, confrontando-as com o Portfólio desta Secretaria. Encaminhamento de Incompatíveis: No caso de demandas incompatíveis com o Portfólio, efetuamos o encaminhamento aos órgãos estaduais apropriados. Deliberação: Todo o material é consolidado e encaminhado ao Gabinete do Governador para análise e deliberação do Chefe do Poder Executivo. Comunicação e Formalização: Após o retorno da deliberação, a decisão é comunicada a cada Prefeitura para a preparação dos documentos e projetos do pleito autorizado. A formalização da abertura da Demanda é realizada por meio de comando à Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades Não Governamentais.

Quadro 5 - Caravana 3D – Resumo das Regiões Atendidas

REGIÃO	QTD MUNICÍPIOS	VALOR (R\$)	QTD DEMANDAS
RA ITAPEVA	32	R\$ 65.098.542,93	46
RA PRESIDENTE PRUDENTE	53	R\$ 72.701.240,33	56
RA SOROCABA	47	R\$ 106.974.342,23	53
RA MARÍLIA	51	R\$ 95.172.049,20	52
RA ARAÇATUBA	43	R\$ 91.435.078,98	44
RG ABCDM	7	R\$ 109.681.000,00	9
RA SÃO JOSE DO RIO PRETO	96	R\$ 196.068.931,59	112
TOTAL	329	R\$ 737.131.185,26	372

Quadro 6 - Caravana 3D - Demandas Atendidas

OBJETO	QTD de DEMANDAS	VALOR LIBERADO
INFRAESTRUTURA URBANA	173	R\$ 390.967.581,06
EDIFICAÇÃO	94	R\$ 194.373.087,71
SISTEMA DE LAZER	48	R\$ 109.653.898,96
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO	34	R\$ 23.690.000,00
Caminhão Prancha	1	R\$ 400.000,00
Caminhão Basculante	12	R\$ 7.860.000,00
Caminhão Compactador de Lixo	12	R\$ 9.430.000,00
Caminhão Poliguindaste	2	R\$ 1.100.000,00
Caminhão Tanque	7	R\$ 4.900.000,00
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS	19	R\$ 14.296.617,53
Escavadeira Hidráulica	1	R\$ 800.000,00
Motoniveladora	5	R\$ 6.000.000,00
Pá Carregadeira	9	R\$ 5.490.520,00
Retroescavadeira	3	R\$ 1.506.097,53
Trator	1	R\$ 500.000,00
PRAÇA	4	R\$ 4.150.000,00
Total Geral	372	R\$ 737.131.185,26



Seguindo os princípios estabelecidos pelo Governador do Estado e pelo Secretário da SGRI para que a gestão fosse orientada pelo critério municipalista, ou seja, com Acolhida e Resolutividade, esta Assessoria recebeu diariamente os agentes municipais sem a necessidade de agendamento prévio e sem nenhuma restrição por tamanho do Município, partido político ou indicação de terceiros. Todos os Prefeitos tiveram acesso aberto, seja presencialmente, como também pelas ferramentas da comunicação digital como WhatsApp, e-mail, Instagram, entre outras.

Quadro 7 - Atendimentos

TOTAL= 2386



Quadro 8 - Registro de visitas

**REGISTRO DE VISITAS – MUNICÍPIOS 10+
2025**



SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES (SGEP) – Competências: A SGEP é responsável pelo processamento e pela gestão das transferências voluntárias decorrentes de indicações parlamentares e das emendas individuais impositivas da Lei Orçamentária Anual (LOA). Atua no apoio técnico aos órgãos executores e aos gabinetes parlamentares, na elaboração de normativos, capacitações e no aprimoramento dos sistemas informatizados. *Gestão das Emendas*



Impositivas: Em 2025, a SGEP acompanhou todo o ciclo das emendas, desde o cadastramento no Sistema *SP Sem Papel* até o monitoramento da execução e da prestação de contas. As atividades incluíram comunicação de impedimentos técnicos à Assembleia Legislativa, apoio à elaboração da LDO e desenvolvimento de materiais orientativos. *Gestão das Transferências Voluntárias e Caderno de Ações:* A gestão das transferências voluntárias decorrentes de indicação parlamentar segue fluxo similar ao das emendas LOA (impositivas), com algumas diferenças específicas: o cadastro é autorizado pela Secretaria de Governo e Relações Institucionais, e ajustes podem ser promovidos mediante solicitação dos deputados, desde que ainda não tenham sido pagas ou empenhadas. Esta atividade envolve análise no módulo ALESP e abertura de diligências para correção de inconformidades. O processo inclui gestão de alterações e cancelamentos que exigem autorização prévia do órgão processador, seguido de protocolo de comunicação estruturado via e-mail para equipes internas e órgãos responsáveis. A Subsecretaria de Gestão de Emendas Parlamentares (SGEP) também é responsável pela coordenação e pelo acompanhamento das transferências voluntárias decorrentes de indicação parlamentar, cujo fluxo guarda similaridade com o das emendas individuais impositivas, observadas as particularidades normativas e procedimentais. Em 2025, a atuação concentrou-se no suporte técnico aos órgãos processadores e aos gabinetes parlamentares, na análise de conformidade das indicações, na gestão de ajustes e cancelamentos e na abertura de diligências para correção de inconformidades, sempre antes das fases de empenho ou pagamento. O processo inclui comunicação estruturada com os órgãos executores e monitoramento contínuo da tramitação no Sistema *SP Sem Papel*, assegurando rastreabilidade, transparência e aderência às diretrizes orçamentárias vigentes. No mesmo exercício, foi elaborado e disponibilizado o Caderno de Ações para Emendas Individuais Impositivas, instrumento orientador que sistematiza programas, projetos e ações prioritárias do Governo do Estado, organizados por áreas temáticas e Secretarias. O material apresenta, de forma padronizada, os objetivos estratégicos, o público-alvo e as possibilidades de alocação de recursos, contribuindo para maior qualidade técnica das indicações parlamentares e para o alinhamento das transferências voluntárias às políticas públicas estaduais. O Caderno de Ações constitui referência permanente para parlamentares, assessorias e órgãos executores, reforçando a previsibilidade, a racionalidade da alocação dos recursos e a governança do processo de transferências voluntárias. Como medida complementar, foi implementada uma assistente virtual baseada em Inteligência Artificial, denominada Júlia, com o propósito de ampliar os canais de suporte e atendimento. A ferramenta emprega modelos de linguagem avançados e recursos de interação por voz para responder a questionamentos sobre o processo de emendas impositivas e a estruturação de projetos. O sistema Júlia foi integrado ao website da Secretaria de Governo e opera de forma contínua, funcionando como um canal de suporte adicional e instantâneo ao atendimento humano especializado oferecido pela equipe da Subsecretaria. *Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):* No exercício de 2025, a Subsecretaria de Gestão de Emendas Parlamentares (SGEP) atuou de forma articulada com os órgãos centrais de planejamento e orçamento na elaboração e no acompanhamento das disposições relativas às emendas parlamentares e às transferências voluntárias no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A atuação concentrou-se no apoio técnico à definição de critérios, limites e condicionantes para a execução das emendas individuais impositivas e das transferências voluntárias, bem como na consolidação das informações necessárias à compatibilização entre as diretrizes orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os instrumentos de planejamento governamental. As tabelas a seguir apresentam, de forma sintética e objetiva, os parâmetros, quantitativos e recortes adotados na LDO 2025 relacionados às emendas parlamentares e às



transferências voluntárias, servindo como referência para a compreensão do fluxo orçamentário, das etapas de execução e dos limites legais observados ao longo do exercício.

Tabela 2 - Emendas Impositivas 2025 - Atualizado em 10/12/2025

Órgão Processador	Qtd	Em processamento	Qtd	Empenhado / Convênio	Qtd	Pagamento Total	Qtd	Pgto. Parcial	Qtd	Total
AGRICULTURA	11	1.687.000,00	6	970.000,00		560.000,00	4	920.388,72	24	4.137.388,72
BOMBEIROS PM DO EST. SÃO PAULO	19	4.614.605,00	8	2.503.778,00		250.000,00	6	596.504,73	34	7.964.887,73
CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO – CBPM			1	100.000,00					1	100.000,00
CASA MILITAR E DEFESA CIVIL	4	1.576.569,50	10	2.535.878,00					14	4.112.447,50
CENTRO PAULA SOUZA	8	1.861.569,50	20	3.270.000,00					28	5.131.569,50
CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					2	2.892.000,00			14	3.112.000,00
CULTURA	5	754.000,00	220	37.976.131,14	13	54.384.277,56			460	94.970.547,70
DESENV. ECONÔMICO	10	2.150.000,00	10	1.800.000,00	2	600.000,00			28	4.850.000,00
DESENV. SOCIAL			98	15.577.917,00	21	68.923.351,31			692	87.420.680,90
DESENV. URBANO E HABITAÇÃO			4	1.200.000,00					4	1.200.000,00
DIREITOS DA PCD	5	600.000,00	1	100.000,00	1	1.345.000,00			13	2.145.000,00
EDUCAÇÃO	55	12.759.179,06	34	6.532.278,00	6	6.390.000,00	7	407.709,74	149	26.839.166,80
ESPORTES	1	665.000,00	2	400.000,00	26	48.237.556,00			110	54.005.695,00
FUNDAÇÃO CASA	3	576.278,00							3	576.278,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS JOSÉ GOMES SILVA - ITESP	5	860.000,00	1	300.000,00	1				7	1.310.000,00
FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA	1	150.000,00							1	150.000,00
FUNDAÇÃO PROFESSOR DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL - FUNAP	2	400.000,00							2	400.000,00
FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO	1	150.000,00	4	1.400.000,00					5	1.550.000,00
FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUS SP	4	1.150.000,00	1	250.000,00					5	1.400.000,00
HC DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP	30	8.158.330,68			1				31	8.298.330,68
HC DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO - USP			4	1.450.000,00		1.354.602,08	3	102.483,96	13	2.907.086,04
HC DA FACULDADE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB			2	370.000,00			2	198.239,98	4	568.239,98
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT	1	106.278,00							1	106.278,00
INSTITUTO PESOS E MEDIDAS ESTADO DE SÃO PAULO - IPEM/SP			2	1.200.000,00					2	1.200.000,00



JUSTIÇA	35	5.933.432,43	1	100.000,00	3	1.454.714,00			47	7.768.146,43
PC DO EST. DE SÃO PAULO			4	1.380.000,00		1.090.000,00	6	1.078.168,87	16	3.548.168,87
PM DO EST. SÃO PAULO	18	2.629.600,00	40	7.721.278,00		220.000,00	11	455.925,32	71	11.026.803,32
POLÍTICAS PARA MULHER	10	1.768.000,00				2.150.000,00	3	796.137,93	21	4.714.137,93
SAÚDE	410	99.831.468,16	15	5.656.417,00	21	516.056.112,44	9	477.051,90	2379	629.695.649,50
SECRETARIA DE ADM PENITENCIÁRIA (SAP)	2	377.357,89							2	377.357,89
SEGURANÇA PÚBLICA			5	1.379.605,00	1	4.867.620,00	1	4.940,00	40	6.352.165,00
SEMIL	28	3.820.000,00	114	14.557.744,00	9	5.428.278,00	2	1.450.000,00	170	26.536.022,00
SGRI	11	5.383.139,00	155	50.293.112,00	6	88.121.125,80	4	700.000,00	394	145.997.376,80
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO- CIENTÍFICA	2	500.000,00							2	500.000,00
TURISMO	3	300.000,00	14	2.158.058,00		2.100.000,00	3	840.000,00	26	5.398.058,00
UNESP	16	3.165.000,00							16	3.165.000,00
UNICAMP	2	400.000,00	48	10.570.741,08			1	94.235,53	51	11.064.976,61
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP	5	1.977.357,00	5	877.358,77					10	2.854.715,77
Total Geral	707	164.304.164,22	829	172.630.295,99	113	806.424.637,19	62	8.121.786,68	4890	1.173.454.174,67

Tabela 3 - Transferências voluntárias decorrentes de indicações parlamentares 2025

PARLAMENTAR	PARTIDO	Qtd	Valor
Agente Federal Danilo Balas	PL	108	R\$ 20.000.000,00
Alex Madureira	PL	67	R\$ 20.000.000,00
Altair Moraes	REPUBLICANOS	4	R\$ 20.000.000,00
Ana Carolina Serra	CIDADANIA	45	R\$ 20.000.000,00
Ana Perugini	PT	41	R\$ 9.900.000,00
Analice Fernandes	PSDB	53	R\$ 20.000.000,00
André Bueno	PL	64	R\$ 20.000.000,00
André Do Prado	PL	46	R\$ 20.000.000,00
Andréa Werner	PSB	48	R\$ 10.000.000,00
Atila Jacomussi	SOLIDARIEDADE	84	R\$ 20.000.000,00
Barros Munhoz	PSDB	59	R\$ 20.000.000,00
Beth Sahão	PT	14	R\$ 10.000.000,00
Bruna Furlan	PSDB	104	R\$ 20.000.000,00
Bruno Zambelli	PL	14	R\$ 20.000.000,00
Caio França	PSB	22	R\$ 9.850.000,00
Capitão Telhada	PP	91	R\$ 20.000.000,00
Carla Morando	PSDB	91	R\$ 20.000.000,00
Carlão Pignatari	PSDB	111	R\$ 20.000.000,00
Carlos Cezar	PL	23	R\$ 20.000.000,00
Clarice Ganem	PODE	29	R\$ 20.000.000,00
Conte Lopes	PL	53	R\$ 20.000.000,00



Dani Alonso	PL	93	R\$ 20.000.000,00
Daniel Soares	União	26	R\$ 19.000.000,00
Danilo Campetti	REPUBLICANOS	75	R\$ 20.000.000,00
Delegada Graciela	PL	71	R\$ 20.000.000,00
Delegado Olim	PP	54	R\$ 20.000.000,00
Dirceu Dalben	CIDADANIA	52	R\$ 19.950.000,00
Donato	PT	29	R\$ 10.000.000,00
Dr. Jorge Do Carmo	PT	12	R\$ 10.000.000,00
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	29	R\$ 20.000.000,00
Dr. Elton	União	11	R\$ 20.000.000,00
Dra. Damaris Moura	PSDB	13	R\$ 10.000.000,00
Edna Macedo	REPUBLICANOS	67	R\$ 20.000.000,00
Edson Giriboni	União	87	R\$ 20.000.000,00
Eduardo Suplicy	PT	36	R\$ 10.000.000,00
Emidio De Souza	PT	76	R\$ 9.950.000,00
Enio Tatto	PT	21	R\$ 10.000.000,00
Fabiana Bolsonaro	PL	3	R\$ 20.000.000,00
Fabio Faria De Sá	PODE	61	R\$ 20.000.000,00
Felipe Franco	União	49	R\$ 20.000.000,00
Gil Diniz	PL	27	R\$ 20.000.000,00
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	40	R\$ 20.000.000,00
Guto Zacarias	União	7	R\$ 8.100.000,00
Itamar Borges	MDB	130	R\$ 20.000.000,00
Jorge Caruso	MDB	102	R\$ 19.900.000,00
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	32	R\$ 20.000.000,00
Leci Brandão	PCdoB	65	R\$ 10.000.000,00
Léo Oliveira	MDB	30	R\$ 20.000.000,00
Leonardo Siqueira	NOVO	57	R\$ 19.900.000,00
Leticia Aguiar	PL	96	R\$ 20.000.000,00
Lucas Bove	PL	112	R\$ 19.930.000,00
Luiz Claudio Marcolino	PT	55	R\$ 9.950.000,00
Luiz Fernando T Ferreira	PT	7	R\$ 10.000.000,00
Major Mecca	PL	154	R\$ 20.000.000,00
Marcelo Aguiar	PODE	58	R\$ 20.000.000,00
Márcia Lia	PT	35	R\$ 10.000.000,00
Marcio Nakashima	PDT	49	R\$ 20.000.000,00
Marcos Damásio	PL	26	R\$ 20.000.000,00
Maria Lúcia Amary	PSDB	81	R\$ 20.000.000,00
Marina Helou	REDE	13	R\$ 3.644.507,01
Marta Costa	PSD	95	R\$ 20.000.000,00



Maurici	PT	20	R\$ 10.000.000,00
Mauro Bragato	PSDB	80	R\$ 20.000.000,00
Milton Leite Filho	União	95	R\$ 19.470.000,00
Ortiz Junior	PSDB	44	R\$ 20.000.000,00
Oseias De Madureira	PSD	8	R\$ 14.000.000,00
Paulo Correa Jr	PSD	53	R\$ 20.000.000,00
Paulo Fiorilo	PT	68	R\$ 10.000.000,00
Paulo Mansur	PL	10	R\$ 20.000.000,00
Professora Bebel	PT	65	R\$ 10.000.000,00
Professora Camila Godoi	PSB	33	R\$ 10.000.000,00
Rafa Zimbaldi	CIDADANIA	101	R\$ 20.000.000,00
Rafael Saraiva	União	99	R\$ 20.000.000,00
Rafael Silva	PSD	27	R\$ 20.000.000,00
Reis	PT	20	R\$ 10.000.000,00
Ricardo França	PODE	20	R\$ 20.000.000,00
Ricardo Madalena	PL	146	R\$ 20.000.000,00
Rodrigo Moraes	PL	30	R\$ 20.000.000,00
Rogério Nogueira	PSDB	26	R\$ 20.000.000,00
Rogério Santos	MDB	78	R\$ 20.000.000,00
Rômulo Fernandes	PT	30	R\$ 10.000.000,00
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	36	R\$ 20.000.000,00
Simão Pedro	PT	20	R\$ 5.000.000,00
Solange Freitas	União	44	R\$ 20.000.000,00
Tenente Coimbra	PL	20	R\$ 20.000.000,00
Teonilio Barba	PT	9	R\$ 10.000.000,00
Thainara Faria	PT	43	R\$ 10.000.000,00
Thiago Auricchio	PL	77	R\$ 20.000.000,00
Tomé Abduch	REPUBLICANOS	57	R\$ 20.000.000,00
Valdomiro Lopes	PSB	80	R\$ 20.000.000,00
Vitão Do Cachorrão	REPUBLICANOS	104	R\$ 20.000.000,00
Total Geral		4.850	R\$ 1.548.544.507,01

Considerações Finais: O exercício de 2025 consolidou a atuação da SGRI como órgão estratégico de articulação federativa e gestão de instrumentos de cooperação com os municípios. As ações desenvolvidas evidenciam avanços relevantes em desburocratização, regionalização, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a capacidade do Estado de responder demandas locais e de promover o desenvolvimento regional integrado.



SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Coordenadoria de Administração – CADM: Departamento de Finanças: Ações: 1. Perícias Judiciais: Realização das perícias judiciais de natureza civil, de competência da Justiça Estadual, em que o ônus recai sobre beneficiários da justiça gratuita. 1.1. O artigo 95, do Código de Processo Civil estabelece que o custeio das perícias judiciais para beneficiários da justiça gratuita deve ser realizado com recursos do orçamento da União, Estados ou Distrito Federal. Para viabilizar essa obrigação, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania, e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, garantindo o pagamento das perícias nos processos com gratuidade judiciária, utilizando o Sistema de Pagamento de Peritos (SPP). Projetos: Perícias Judiciais: O pagamento das perícias judiciais ocorre mensalmente e de forma contínua, de acordo com a demanda das solicitações da Justiça Estadual. Programas: Perícias Judiciais: Entre janeiro e outubro de 2.025, foram entregues 22.490 laudos periciais, atendendo integralmente às solicitações, com a participação de 3.257 peritos. Metas: Perícias Judiciais: Foram efetuados pagamentos referentes a 22.490 laudos periciais, elaborados por 3.257 peritos, totalizando R\$ 29.890.208,99. Estima-se que, até o final de 2.025, sejam pagos mais 7.990 laudos, alcançando um total previsto de R\$ 42.826.140,00 em perícias judiciais. *Divisão de Arquivo e Gestão Documental.* Ações: 1. Modernização e atualização de controles administrativos da Divisão: Os controles foram transformados em controles digitais, equipe capacitada em IA básico e tratamento documental, os documentos da Unidade armazenados foram tratados e foi realizada atualização do mapeamento do Arquivo Geral da Pasta. 2. Publicação dos Editais de Eliminação dos Documentos – Eliminados 82.294 documentos em 2.025, e 405.356 preparados para eliminação. 3. Fiscalização do Contrato nº 06/2.024 da FESPSP – Realizado com êxito, foram 125.000 documentos tratados. O instrumento vigeu até 15/07/2.025 e o processo foi concluído em 21/08/2.025. 4. Desmobilização da Biblioteca: as dependências da Biblioteca no prédio 148 (*Pátio do Collegio*) foi entregue em 25/10/2.024 e está em trâmite a doação de 13.743 livros. Projetos: 1. FID nº 17/2.020 - "Ações de Preservação, Difusão e Acesso ao Acervo Documental da Secretaria da Justiça e Cidadania". Versa sobre a classificação, organização e tratamento de 125.000 itens de massa documental acumulada no acervo da SJC. A atividade está em fase de desenvolvimento e de execução da Sala de Exposição Permanente. Programas: Participação no Programa de Governo Digital atuando diretamente no objetivo denominado Despapelização - do Decreto n.º 67.641/2.023 - com o tratamento de 576.406 documentos em 2.025. Metas: 1. Receber pleito do usuário e encaminhar processos à Unidade responsável em até 24 horas do recebimento. – Concluído. 2. Excluir a tramitação por malote, mensageiro ou transporte em 99% até dezembro de 2.025. – Concluído. 3. Reduzir envio de correspondências em 15%. - Concluído e meta superada em 14,31%. 4. Classificar e determinar o destino de 100% dos documentos de Arquivo produzidos entre 1.962 e 2.024, na Divisão de Arquivo Gestão Documental, até fevereiro de 2.025 - Concluído. Documentos eliminados pelo Edital de Eliminação n.º 04/2.025 e recolhidos em 17 de outubro de 2.025. 5. Eliminar documentos destinados ao expurgo, provindos dos Editais de Eliminação dos 125.000 tratados pela contratação FESP e outros documentos até dezembro de 2.025. 5.1. Concluído - Eliminação de documentos tratados pela contratação FESPSP. 5.2. Concluído em 24/10/2.024 - Eliminação de documentação remanescente da contratação MKR – Projeto FID. 5.3. Edital de eliminação publicados em 27/02/2.025 - Aguardando Edital de Leilão do FUSSP para descaracterização - Eliminações realizadas diretamente pela Divisão de Arquivo e Gestão Documental, incluso documentos produzidos por outras Unidades, devido à mudança do prédio 148 (*Pátio do Collegio*) para o Palácio dos Campos Elíseos. 5.4. Edital de eliminação publicados em 27/02/2.025 - Aguardando Edital de Leilão do FUSSP



para descaracterização e eliminar os documentos de Arquivo produzidos entre 1.962 e 2.024, do NPE e Gestão de Documentos, até fevereiro de 2.025. 5.5. Concluída em 24/10/2.024 - Eliminação de Diários oficiais encadernados, léxis e pareceres jurídicos duplicados, provenientes da avaliação SAESP para desmobilização da Biblioteca, diante da mudança do prédio 148 (*Páteo Collegio*) para o Palácio dos Campos Elíseos. 6. Recolhimentos de documentos destinados dos 125.000 tratados pela contratação FESPSP e outros documentos, até dezembro de 2.025. 6.1. Concluída em 17/10/2.025 - Recolhimento documento tratados pela contratação FESPSP. 6.2. Concluída em 17/10/2.025 - Recolhimento de 127 caixas de documentos de arquivo para guarda permanente provenientes da 1ª contratação para o tratamento da Massa Documental Acumulada da Secretaria da Justiça e Cidadania, empresa MKR. 6.3. Concluída em 18/03/2.025 - Recolhimento de 31.966 pareceres jurídicos produzidos entre 1.962 e 2.003. 6.4. Inclusos em Instrumento de Busca e armazenados em 48 caixas, em tramitação junto ao Arquivo Público do Estado e Montagem da Sala de Exposição permanente. - Recolhimento de documentos de 1.871 a 1.998 de valor histórico ou guarda permanente (Relatórios de Atividades, slides, fotos, material publicitário etc.) da SJC ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. 6.5. Inclusos em Instrumento de Busca e armazenados o equivalente a 53 caixas box, em tramitação junto ao Arquivo Público do Estado e Montagem da Sala de Exposição permanente. Recolhimento de documentos de 1.801 a 1.980 de valor histórico da Biblioteca da SJC ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. 6.6. Concluída em 10/07/2.025 - Recolhimento de documentos relativos à indenização de ex-presos políticos. 7. Doações devido a Desmobilização da Biblioteca. 7.1. Realizado - Doação de 1.528 livros e periódicos para órgãos e Instituições públicas. 7.2. Concluído - Doação de 12.717 livros e periódicos para instituições com fins de interesse social. 7.3. Concluído - Transferência de 1.492 livros para as Unidades da SJC. 7.4. Em andamento - Doação de 13.743 livros e periódicos para entidade da sociedade civil. 8. Concluído - Modernizar e atualizar controles administrativos da Unidade em 100%, até setembro de 2.025. 9. Pendente aguardando solução PRODESP/APESP - Eliminação do uso do SPDOC na Pasta (PROVITA e PPCAAM) junto a PRODESP, até dezembro de 2.025. *Coordenadoria de Engenharia: Metas:* 1. Números de Obras de Fóruns Concluídas: 0, em razão de a competência para este tipo de edificação ter sido transferida ao Poder Judiciário, nos termos do Artigo Único, da Disposição Transitória, do Anexo I, do Decreto n.º 69.449/2.025; 2. Números de Pastas Técnicas emitidas: 6. *Projetos: Pastas Técnicas emitidas:* Retomada das obras de Construção do Fórum de Ipaussu; retomada das obras de Construção do Fórum de Itatinga; Reforma do antigo imóvel do CIC para instalação do Fórum da Comarca de Francisco Morato; Retomada das Obras de Acessibilidade dos Fóruns de Colina, Nuporanga e Igarapava (Grupo 10). Programas: Cidadania Emancipadora e Direitos Humanos. Ações: Fóruns do Estado Construídos, Reformados, Ampliados e com Acessibilidade. *Fundo de Interesses Difusos - FID:* Metas: Realização de 5 reuniões ordinárias. Ações: 1. analisados e deliberados para aditamentos de prazo: 64 convênios; 2. vistorias de obras realizadas 92; 3. foram liberados recursos no importe de R\$ 61.834.145,69 (sessenta e um milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). 4. Assinados 255 novos convênios, com investimentos total com recursos do FID de R\$ 225.158.318,60 (duzentos e vinte e cinco milhões cento e cinquenta e oito mil trezentos e dezoito reais e sessenta centavos). Produtos entregues à sociedade: 11 nos seguintes municípios: Ribeirão Pires (IPT), Itu, Aramina, Cândido Mota, Canitar, Sta. Cruz Rio Pardo, Taubaté, Campinas (Unicamp), Macedônia, São José Rio Preto (Catedral), e Votuporanga, com investimento total do FID de R\$ 10.260.334,61 (dez milhões duzentos e sessenta mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos). *Departamento de Proteção à Pessoa – DPP:* Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM: Ações: 1. Padronização nas análises e entregas das



prestações de contas. 2. Readequação das rubricas para a formalização do novo Convênio com a União. 3. Formalização de novo Convênio entre o Estado e União. 4. Retomada para o aprimoramento dos instrumentais de monitoramento e avaliação do PPCAAM/SP. 5. Reestruturação da SJS a na criação de Departamento de Proteção à Pessoa. 6. Fortalecimento do setor responsável pela análise nas prestações de contas. 7. Maior articulação da SJC com outras Secretarias e redes de atendimento no estado e município para garantir fluxos próprios para o PPCAAM/SP; 8. Encaminhamento para assinatura da Resolução CNJ n.º 498/2.023 que cria o juízo de cooperação e fluxo prioritário na concessão de vagas para os serviços de acolhimentos institucionais. 9. Aprimoramento do Conselho Fiscal para análise das prestações de contas. 10. Formalização de parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atendimento jurídico aos familiares dos protegidos/protegidas. 11. Divulgação do PPCAAM/SP para juízes ingressos no 191º Concurso de Ingresso na Magistratura. 12. Participação e divulgação do PPCAAM/SP no III Encontro dos Programas de Proteção Provisória. 13. Divulgação do PPCAAM/SP para servidores da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 14. Reuniões mensais com a equipe técnica da entidade executora para a discussão dos casos de proteção para aprimorar o direcionamento da política de proteção. 15. Participação do PPCAAM/SP no Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. 16. Participação da Secretária Executiva do PPCAAM/SP no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA. Projetos: 1. Parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atendimento jurídico aos familiares dos protegidos/protegidas. 2. Criação do juízo de cooperação para promover o fluxo prioritário na concessão de vagas para os serviços de acolhimentos institucionais. 3. Implementação do fluxo próprio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na concessão de vagas nos serviços de acolhimentos institucionais para o município de São Paulo. 4. Implementação do projeto de divulgação do PPCAAM/SP para servidores da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 5. Criação de fluxo com a entidade executora do PPCAAM/SP junto à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para concessão de vagas nas instituições de ensino destinadas aos indivíduos protegidos. Programas: 1. Implementação da Família Solidária com o objetivo de viabilizar a inclusão e promover acolhimento seguro de crianças e adolescentes desacompanhados, bem como instruir as Famílias Solidárias para aprimorar o acolhimento nos casos em proteção e oferecer suporte aos protegidos na modalidade moradia independente, deslocados do território de ameaça para um novo território desconhecido. 2. Continuidade da execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado de São Paulo com a entidade executora Aldeias Infantis SOS Brasil. Metas: 1. Até outubro de 2.025, são 95 pessoas protegidas, 38 casos e 57 familiares. 2. Ação articulada em outubro, envolvendo membros do CONDECA e a SEDUC da Praia Grande-SP para 17 participantes da rede do município. 3. Encontro realizado junto aos coordenadores das áreas técnicas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em parceria com a Coordenadoria de Infância e Juventude para 327 pessoas. 4. Divulgação do PPCAAM/SP para juízes ingressos no 191º Concurso de Ingresso na Magistratura para 120 pessoas. 5. Divulgação do PPCAAM/SP para o Sistema de Garantia de Direitos do Nordeste no III Encontro dos Programas de Proteção Provisória no Estado da Bahia. *Divisão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – DETP:* Ações: 1. Secretariado das reuniões ordinárias do Comitê Estadual para Refugiados (CER/SP) em 21/05/2.021, 21/08/2.025, 08/10/2.025 e 12/11/2.025, da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP) em 21/05/2.025, 13/08/2.025, 17/09/2.025 e 05/11/2.025, do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CEETP/SP) em 21/05/2.021, 20/08/2.025, 08/10/2.025 e 12/11/2.025 e dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de



Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba em 21/05/2.021, 20/08/2.025, 08/10/2.025 e 12/11/2.025; 1.1. em 28/01/2.025, das 10:00 às 12:00, capacitação online aos servidores da SJC e convidados em alusão ao "Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo" (plataforma microsoft teams); total de 126 pessoas formadas; 1.2. em 14/04/2.025, das 20:00 às 21:00, palestra presencial aos alunos de Direito da Universidade São Judas Tadeu, Campus Santo Amaro; total de 97 pessoas formadas; 1.3. em 18/06/2.025, das 19:00 às 20:30, palestra presencial aos alunos de Direito da Universidade São Judas Tadeu, Campus Vila Leopoldina; total de 48 pessoas formadas; 1.4. em 15/07/2.025, das 10:30 às 12:00, palestra online aos integrantes dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; total de 17 pessoas formadas; 1.5. em 17/07/2.025, das 14:00 às 17:00, a palestra presencial no CRAS Alvinópolis, em Atibaia-SP, aos profissionais da assistência social, saúde, educação, segurança pública, Defesa Civil e setores estratégicos que atuam com populações em situação de risco; total de 50 pessoas formadas; 1.6. em 30/07/2.025, das 10:00 às 11:30 (primeira turma) e das 15:00 às 16:30 (segunda turma), duas palestras presenciais aos profissionais da Guarda Portuária e demais funcionários do Porto de Santos-SP; total de 113 pessoas formadas; 1.7. em 19/08/2.025, das 19:30 às 21:00, palestra presencial aos alunos de Direito da Universidade São Judas Tadeu, Campus Paulista; total de 42 pessoas formadas; 1.8. em 22/08/2.025, das 18:30 às 19:30, palestra presencial aos servidores e público atendido no CIC Guarulhos-SP; total de 09 pessoas formadas; 1.9. em 16/09/2.025, das 18:30 às 19:30, palestra presencial aos professores, pais e responsáveis do Colégio IREI - Vila Leopoldina; total de 13 pessoas formadas; 1.10. em 23/10/2.025, das 10:00 às 12:00, blitz educativa na praça de pedágio de São Lourenço da Serra-SP, em alusão ao Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças; 1.11. em 14/11/2.025, das 14:00 às 16:00, no Auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – EJUD2, capacitação como convidado na 1ª Oficina e Treinamento para Forças de Segurança e Profissionais de Apoio, Operação e Atendimento em Transporte Público para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo; estimativa de 50 participantes; 1.12. Em 14/11/2025, das 18:20 às 19:55, na Faculdade de Direito da USP, formação aos alunos do curso de extensão sobre políticas públicas para migrantes e refugiados; total de 12 pessoas formadas; 1.13. Gestão do Termo de Fomento SJC n.º 05/2.021 e Termo de Fomento SJC n.º 10/2.021; 1.14. Participação no Cidadania Itinerante; 1.15. Denúncias recebidas: de janeiro/2.025 a outubro/2.025 a Divisão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (DETP) recebeu 26 denúncias, com 81 possíveis vítimas, com 05 forças-tarefas/apoio operacional organizada no período. Projetos: 1. As reuniões ordinárias com periodicidade bimensal do CER/SP, da COETRAE/SP, do CEETP/SP e dos Comitês Regionais buscam promover a integração e o fortalecimento da rede estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas, bem como das políticas públicas relacionadas à garantia de direitos dos migrantes, refugiados e apátridas. 2. Compete ao DETP, nos termos do artigo 5º, do Decreto n.º 60.047/2.014, estabelecer diretrizes com o propósito de articular e integrar instituições do Poder Público e da sociedade civil não eleita para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, de acordo com as normas nacionais e internacionais de direitos humanos, cabendo-lhe, dentre outras atribuições, promover o encaminhamento de casos de tráfico de pessoas para atendimento das demandas de assistência integral às vítimas junto aos órgãos competentes nas esferas de poderes municipais, estadual e federal. 3. O DETP também realiza importante ação preventiva, por meio de palestras e formações em escolas, universidades, órgãos públicos visando à divulgação e conscientização sobre este tipo de criminalidade e os canais de denúncia. 4. Os Termos de Fomento são decorrência das emendas parlamentares indicadas à Secretaria da Justiça e Cidadania no ano de



2.021 para execução de projetos na área de Direitos Humanos. Programas: 1. Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído pelo Decreto n.º 54.101/2.009 e, atualmente, disciplinado pelo Decreto n.º 60.047/2.014. 2. Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo (com previsão no Decreto n.º 65.528/2.021). 3. O Decreto n.º 52.349/2.007 instituiu, no âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo (SJC), o Comitê Estadual para os Refugiados (CER/SP), com fundamento na Constituição Federal, no Programa Estadual de Direitos Humanos (Decreto n.º 42.209/1.997) e na normativa internacional de referência. Metas: 1. Realizar reuniões com periodicidade bimensal do Comitê Estadual para Refugiados – CER/SP, da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP, do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CEETP/SP e dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Araraquara, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba, para a manutenção e fortalecimento da rede estadual. 2. Receber denúncias de tráfico de pessoas e trabalho análogo a de escravo e promover o encaminhamento dos casos aos órgãos competentes, nas esferas de poderes municipais, estadual e federal, organizações internacionais e organizações da sociedade civil não eleita, pontos focais das respectivas instituições na rede estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas. 3. Realizar atividades de prevenção ao tráfico de pessoas, trabalho análogo ao de escravo, contrabando de migrantes e conscientização da temática dos direitos humanos, por meio de palestras, rodas de conversa, “blitz educativas”, eventos e capacitações. 4. Acompanhar a prestação de contas dos Termos de Fomento firmados pela Secretaria da Justiça e Cidadania, e geridos por meio da Divisão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. *Centro de Referência e Apoio à Vítima:* Ações: 1. Atendimentos (psicológicos, sociais, jurídicos, entre outros): de janeiro a outubro de 2.025 foram realizados 5.426 atendimentos; 1.1. Pessoas atendidas: de janeiro a outubro de 2.025 4.033 pessoas foram atendidas na Unidades CRAVI. 2. Ações de educação em direitos humanos: de janeiro a outubro de 2.025 foram realizadas mais 120 ações, que mobilizaram mais de 4.500 pessoas. 3. Lançado chamamento público (Edital) e formalizados 03 novos convênios com organizações sociais para execução do Programa CRAVI nas regiões de Araçatuba, Suzano e Baixada Santista. 4. Reinauguradas 04 Unidades CRAVI: Araçatuba, Suzano, Santos e São Vicente. 5. Realizados 06 encontros de formação inicial para as novas equipes CRAVI. Realizados mais de 15 encontros on-line de supervisão técnica das equipes CRAVI, conduzidos por professoras do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP – USP). 6. Renovadas as parcerias com: Prefeitura de Pindamonhangaba (Unidade CRAVI Pindamonhangaba) e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) para realização de estágios supervisionados e não remunerados para alunos dos cursos de psicologia e serviço social. 7. Realizada a Gestão dos Convênios formalizados com: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo, Prefeitura de Araçatuba, Prefeitura de Barueri, Prefeitura de Santos, Prefeitura de São Vicente e Prefeitura de Suzano. 8. Realizada a Gestão das Emendas Parlamentares vinculadas às organizações sociais: ASBRAD, Instituto Mundo Aflora, Centro Dandara e Instituto Paulo Kobayashi. 9. Pesquisa Anual de Satisfação dos Atendidos do CRAVI – 2.025: a aplicação da pesquisa anual de satisfação dos atendidos CRAVI, faz parte da agenda institucional do Programa desde 2.022. A pesquisa é normalmente aplicada no mês de novembro, via formulário on-line (Google Forms), tendo em média de 100 a 120 respostas por ano. A Pesquisa 2.025 ainda está em fase de aplicação e, até 25/11/2.025, foram contabilizadas 80 respostas. Destas respostas, concluiu-se que o atendimento do CRAVI atendeu ou superou as expectativas (100%), sendo que 100% delas recomendariam o serviço do CRAVI para amigos ou familiares. 10. Gestão e Aprimoramento do Centro de Referência e Apoio à Vítima CRAVI (Ação) – ação realizada junto à Subsecretaria de



Planejamento e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento, voltada à avaliação e ao aprimoramento do Programa CRAVI. Foram aplicadas as metodologias “árvore de problemas” e “teoria da mudança” e os resultados e conclusões estão reunidos em um relatório a ser submetido à aprovação do Chefe do Departamento de Proteção à Pessoa (da Secretaria da Justiça e Cidadania) e a aprovação do Secretário da Justiça e Cidadania. Projetos: 1. Unidade CRAVI São Paulo: Projeto Justiça Restaurativa - voltado à realização de círculos de construção de paz temáticos (temas da agenda de direitos humanos) com objetivo de criar um espaço seguro e acolhedor no qual as pessoas possam dialogar com respeito, ouvir umas às outras e buscar soluções coletivas para conflitos. Os 08 círculos foram realizados tanto com grupos de servidores estaduais como com parceiros da rede de atenção à vítima do território, tendo mobilizado em média 80 pessoas. 2. Unidade CRAVI Pindamonhangaba: Projeto de oficinas terapêuticas – voltado à realização de oficinas semanais de (1) escrita terapêutica, (2) auriculoterapia e (3) arteterapia. Foram 10 ciclos (semanas) de oficinas, tendo as oficinas de auriculoterapia e arteterapia on-line sido realizadas de forma presencial e a oficina de escrita terapeuta de forma on-line. As oficinas mobilizaram aproximadamente 240 pessoas. 3. Unidade CRAVI Guarulhos: Projeto Recomeçar - voltado a realização de ações terapêuticas em grupo para trabalhar o luto e o pertencimento ao território. As ações como piquenique e roda de conversa são realizadas tanto na Unidade CRAVI como em espaços públicos como o Bosque Maia, por exemplo. 4. Unidade CRAVI Suzano: Projeto Tecendo Raízes – voltado à realização de grupos de debate sobre questões étnicas e de classe, negritude e interseccionalidade da população negra. O grupo tem periodicidade mensal e como público, pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, com mais de 12 anos, residentes na região do Alto Tietê. Metas: O programa tem como metas anuais: número de atendimentos: A contabilização do número total de atendimentos inclui: as triagens, os acolhimentos, os atendimentos sociais, os atendimentos psicológicos, os atendimentos psicossociais, a orientação a pais, os atendimentos em grupo entre outros. De janeiro a outubro de 2.025, foram realizados 5.246 atendimentos nas Unidades CRAVI. Número de pessoas atendidas: A contabilização do número total de pessoas atendidas inclui tanto as pessoas atendidas em triagens (casos novos), como as pessoas que são atendidas nas Unidades (casos ativos). De janeiro a outubro de 2.025, 4.033 pessoas foram atendidas nas Unidades CRAVI. Portanto, as metas foram alcançadas. A avaliação é a de que a inauguração de uma sala CRAVI no Fórum Criminal de Guarulhos, que permitiu uma maior proximidade com todas as equipes e vítimas envolvidas nos julgamentos do Tribunal do Júri, contribuiu para o alcance das metas. O fluxo informal estabelecido pela equipe do CRAVI Pindamonhangaba, junto às delegacias dos municípios vizinhos (Baixo Vale), também; bem como o encaminhamento dos casos de violência doméstica cujos autores foram presos em flagrante (custódia) dos cartórios diretamente para a Unidade CRAVI São Paulo. *PROVITA*: Ações: Proteção a vítima e Testemunha e seus familiares com reinserção social, segura e cidadã. Projetos: 108 pessoas protegidas em 39 casos até novembro de 2.025. Metas: Reinserção social, segura e cidadã e a garantia na produção de prova. *Coordenadoria de Gestão de Pessoal*: Ações: 1. A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal da Coordenadoria de Gestão de Pessoal realizou a reformulação da página de capacitação da Secretaria, com o objetivo de ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores. A nova estrutura disponibiliza links para diversas escolas de governo, promovendo a cultura do autoaperfeiçoamento e da aprendizagem contínua. 2. A instituição do Serviço de Qualidade de Vida, no contexto da reorganização administrativa da Secretaria da Justiça e Cidadania, nos termos do disposto no Decreto n.º 69.449/2.025, representa um avanço significativo na gestão de pessoas e na promoção do bem-estar no ambiente de trabalho. Essa iniciativa visa consolidar políticas e práticas voltadas à saúde física e mental, à valorização profissional e à melhoria das condições laborais, criando um



ambiente mais saudável, produtivo e inclusivo. 3. Ao estruturar esse serviço, a Secretaria reafirma seu compromisso com a humanização da administração pública, reconhecendo que servidores motivados e amparados contribuem diretamente para a eficiência e qualidade na prestação dos serviços ao cidadão. Além disso, a medida está alinhada às diretrizes modernas de governança, que priorizam a sustentabilidade das relações de trabalho e a promoção da qualidade de vida como fator estratégico para o alcance dos objetivos institucionais. 4. A Coordenadoria de Gestão de Pessoal tem atuado de forma integral na implementação dos sistemas de gestão de pessoas, na padronização dos fluxos e na automatização das rotinas administrativas de Recursos Humanos, em ação coordenada pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão e Governo Digital. Metas: 1. A Capacitação de Servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania é produto do Programa Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos do Plano Plurianual. Em atenção ao princípio da eficiência foram oferecidos 5 cursos pela Pasta, contemplando: área técnica, política pública e qualidade de vida no trabalho. O indicador que mensura a participação dos servidores em ações de capacitação, promovidas direta ou indiretamente por instituições parceiras, contabilizou mais de 265 registros, evidenciando o compromisso da Administração com a qualificação contínua do quadro funcional. *Comissão especial:* Ações: 1. Comissão Especial – Lei nº 10.948/2.001. 1.1. Processos instaurados em 2.025: 8. 1.2. Decisões Definitivas em 2.025: 1.2.1. Absolvção: 18; 1.2.2. Condenação à pena de advertência: 1. 1.2.3. Processos declarados nulos: 1. 1.3. Fase Recursal: 3. 1.4. Processos em andamento: 49. 2. Comissão Especial - Lei n.º 11.199/2.002. 2.1. Não houve instauração de processos em 2.025. 2.2. Processos em andamento: 1. 2.3. Decisões Definitivas em 2.025: Absolvção: 1. 3. Comissão Especial – Lei nº 17.431/2.021 (artigos 154 a 156). 3.1. Não houve instauração de processos em 2.025. 3.2. Processos em andamento: 2; 3.3. Decisões Definitivas em 2.025: Absolvção: 1; 3.4. Fase Recursal: 2; 4. Comissão Especial – Lei nº 14.187/2.010; 4.1. Processos instaurados em 2.025: 3; 4.2. Decisões Definitivas em 2.025: 4.2.1. Absolvção: 1; 4.2.2. Condenação à pena de advertência: 5; 4.2.3. Condenação à pena de multa de 500 UFESP's: 2; 4.2.4. Processos declarados nulos: 2; 4.3. Fase Recursal: 7; 4.4. Processos em andamento: 115; 5. Comissão Especial – Lei nº 17.157/2.019; 5.1. Processos instaurados em 2.025: 2; 5.2. Sem decisões definitivas em 2.025; 5.3. Fase Recursal: 2; 5.4. Processos em andamento: 16; 6. Comissão Especial – Vacinação; 6.1. Não houve processos instaurados em 2.025; 6.2. Processos em andamento: 8; 6.3. Decisões Definitivas em 2.025: 6.3.1. Absolvção: 54; 6.3.2. Condenação à pena de multa de 100 UFESP's: 4; 6.3.3. Processos declarados nulos: 1; 6.4. Em fase recursal: 1. Observação: Pode haver mais de um resultado quando há mais de um requerido num mesmo procedimento. *Coordenadoria Geral de Cidadania e Direitos Humanos:* Ações: 1. Análise e Assessoria Legislativa: Análise contínua de Projetos de Lei e Emendas Parlamentares, com monitoramento e fiscalização dos respectivos Termos de Fomento. 2. Apoio a Eventos e Conferências: Suporte logístico e técnico na realização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), da 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTQ+ e da 8ª Conferência Estadual de Direitos Humanos - entre os meses de janeiro a novembro. 3. Execução de Projetos de Divulgação: Realização do projeto “Cine Manos e Minas” entre janeiro e setembro. 4. Articulação Intersetorial: Reuniões de articulação com a Secretaria de Segurança Pública (Divisão de Direitos Humanos) e com a Polícia Militar (Centro Administrativo da Polícia Militar de São Paulo) e com a Secretaria de Educação (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação “Paulo Renato Costa Souza” - EFAPE) para alinhamento de atividades. 5. Capacitação Externa e Interação Municipal: Realização de reuniões e capacitações sobre educação em Direitos Humanos com municípios (São José do Rio Preto, Leme, Piracicaba, São Vicente, São Bernardo do Campo, Cabreúva, Osasco) e com o Consórcio Intermunicipal CIOESTE - formado pelas cidades de Araçatuba, Barueri, Cajamar, Carapicuíba,



Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista, parte da Região Metropolitana de São Paulo. 6. Monitoramento de Políticas Públicas: Prestação de apoio técnico contínuo a seis Conselhos Estaduais (Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Políticas sobre Drogas, Comunidade Negra, Povos Indígenas, Comunidade Nordestina, População LGBTQIA+). 7. Participação em Conselhos e Comitês geridos por outras secretarias e órgãos (Idoso, Condição Feminina, Criança e Adolescente, Selo do Idoso, Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TJSP, Pessoa com deficiência, Comitê de Diversidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea/SP) e Comitê Paulista de Prevenção aos Homicídios na Adolescência (CPPHA). 8. Atendimento ao Sistema Socioeducativo: Participação em reuniões do Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo e roda de conversa na Fundação CASA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). 9. Eventos Comemorativos: Organização da Semana dos Direitos Humanos, incluindo o Seminário “Os Direitos Humanos como Instrumento de Paz Social” (10/12) e a Cerimônia de Premiação do Concurso de Fotografia SJC (16/12). Projetos: Projeto “PAPO RETO” – Ciclo de Capacitações em Direitos Humanos: Série de 14 webinários realizados ao longo do ano, voltados a servidores da Administração Direta e Indireta e à população em geral, abordando temas como comunicação não violenta, questões raciais, direitos de refugiados, direitos da criança e do adolescente, empoderamento feminino e diversidade religiosa - nos dias 24/01/2025 (Linguagens Inclusivas e Comunicação não Violenta: Transformando Conflitos em Oportunidades. Ferramentas Essenciais a Construção de Políticas Públicas Eficazes), dia 13/02/2025 (Samba, memória e raízes), dia 14/03/2025 (Vozes Femininas: O Papel das Mulheres na Construção dos Direitos Humanos), dia 27/03/2025 (Documentos que Falam: A Importância do Arquivo Histórico para a Construção e Preservação dos Direitos Humanos no Estado de São Paulo), dia 25/04/2025 (Educação e Povos Indígenas: Uma Perspectiva de Valorização dos Saberes Ancestrais), dia 30/05/2025 (Muitas Áfricas - História, Cultura e Relações Étnico-Raciais), dia 13/06/2025 (Letramento Racial no Ensino Superior: Perspectivas para uma Educação Antirracista), dia 26/06/2025 (Refugiados no Estado de São Paulo: Como Combater a Desinformação e o Preconceito), dia 16/07/2025 (Fortalecer É Preciso! Faça Parte do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – CPDCN), dia 13/08/2025 (Direitos x Privilégios: Reflexões sobre Multirracialidade e Justiça Social), dia 05/09/2025 (35 anos do ECA: avanços, desafios e o que ainda precisamos conquistar), dia 10/10/2025 (Imigração, Multiculturas e Vozes Femininas da Diáspora) dia 13/11/2025. Está prevista a realização do evento "O Futuro da Empatia em Tempos de Tecnologia", em 18/12/2025. Projeto “Cine Manos e Minas”: Realizado de janeiro a setembro, utilizando o cinema como ferramenta de debate e reflexão sobre temas de cidadania e direitos humanos. Projeto Direitos do Coração: Realizada pela Secretaria da Justiça e Cidadania, em parceria com o Consulado do Canadá, a iniciativa aborda os direitos das crianças por meio de animações. Programas: Certificação e Fomento ao Terceiro Setor: Gestão dos programas de Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos (CEDHESP) e Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos (CEPDH), com a emissão de 142 certificados no período. O programa fortalece a sociedade civil organizada não eleita. Declaração de Utilidade Pública: Execução do programa que emite a Declaração Pública Estadual, com a concessão de 1.172 certidões entre janeiro e novembro, validando o trabalho de entidades de relevância pública. Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença: Coordenação deste fórum instituído por resolução, promovendo políticas de enfrentamento à intolerância religiosa e difusão da cultura de paz. Apoio Técnico aos Conselhos Estaduais de Direitos: Estrutura permanente de suporte técnico-administrativo a seis conselhos



temáticos de direitos humanos, garantindo seu funcionamento e efetividade na deliberação e controle social das políticas públicas. *Divisão de processamento de Atos Discriminatórios*: Nos termos do Decreto n.º 69.449/2.025 e da Resolução SJC n.º 50/2.025, que aprovou a estrutura organizacional da Secretaria da Justiça e Cidadania, encaminhamos o quantitativo de Expedientes de Apuração Preliminar de Denúncia recepcionados e processados nessa Divisão, que tratam de atos de discriminação previstos na Lei n.º 10.948/2.001: 48; Lei n.º 14.187/2.010: 61; Lei n.º 17.346/2.021: 11; Lei n.º 10.948/2.001 e Lei n.º 14.187/2.010 (concomitantemente): 2; Lei n.º 10.948/2.001 e Lei n.º 17.346/2.021 (concomitantemente): 4; Lei n.º 14.187/2.010 e Lei n.º 17.346/2.021 (concomitantemente): 7. 2. Total de processos na divisão: 135 expedientes. 2.2. Canal de entrada da notícia de fato: 1. 2.3. Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual: 2; 2.4. Setor de Protocolo e Expedição: 3; 2.5. Ouvidoria: 121; 2.6. Ofício externo: 2; 2.7. Outros: 5. *Coordenadoria de Políticas para os Povos Indígenas*: Metas: 1. Visitas técnicas em 25 Aldeias nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, São Vicente, Bertioga, Peruíbe, Itanhaém, Iguape, Mongaguá, São Sebastião, Ubatuba, Barão de Antonina, Avaí, Braúna, Itaporanga, Pariquera-Açu e Miracatu; 2. Parcerias com Fundação Florestal/Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Secretaria de Parcerias em Investimentos; Fundação para Desenvolvimento da Educação/Secretaria da Educação; indicação de expositores indígenas no Revelando São Paulo/Secretaria da Cultura, Economia e Indústrias Criativas; 3. Contato com Embaixadas e Consulados dos Estados Unidos, França, Paraguai, Canadá e Alemanha para divulgação da cultura indígena e possíveis parcerias. 4. Contato com Faculdades e Universidades para atuação no campo educacional e melhoria da qualidade da educação em território indígena. 5. Reuniões com diversos órgãos públicos e privados na busca de políticas públicas para aplicação em territórios indígenas no campo da Infraestrutura, Segurança Pública, Saúde, Educação, geração de Emprego e Renda, estímulo ao Etnoturismo/Ecoturismo e ações de preservação do Meio Ambiente. Projetos: 1. Ampliação do Projeto Guardiões da Floresta/Fundação Florestal; 2. Parceria com SEBRAE/SP voltadas ao fomento à geração de renda pelos residentes de aldeias indígenas localizadas no Estado de São Paulo; 3. Acompanhamento do Termo de Fomento entre Secretaria da Justiça e Cidadania e Rede Rua projeto: Apoio para formação e articulação de agentes sociais sobre a realidade da população indígena em situação de rua; 4. Melhorias no acesso às aldeias do Estado em ação conjunta com a Secretaria de Parcerias em Investimentos; 5. Ampliação e acompanhamento das ações com a Fundação para Desenvolvimento da Educação na construção e reforma de unidades escolares nas Aldeias; 6. Acordo inicial com a SABESP para a melhoria no abastecimento de água potável e construção de redes de esgoto dentro das Aldeias em todo o Estado de São Paulo; 7. Parcerias com as Universidades a fim de fomentar ações formativas e projetos de pesquisa voltados às comunidades indígenas; 8. Participação ativa na Agenda SP+Verde com projetos de cultura e artesanato; 9. Acompanhamento do Programa Moradia Indígena executado pela CDHU; 10. Realização de capacitações; 11. Parceria com o PROCON-SP na elaboração de políticas para o consumidor indígena, inclusive em idioma nativo. Programas: 1. Visitas técnicas nas Aldeias nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Guarulhos, São Vicente, Bertioga, Peruíbe, Itanhaém, Iguape, Mongaguá, São Sebastião, Ubatuba, Barão de Antonina, Avaí, Braúna, Itaporanga, Pariquera-Açu e Miracatu; 2. Ampliação do Projeto Guardiões da Floresta/Fundação Florestal; 3. Parceria com SEBRAE/SP voltadas ao fomento à geração de renda pelos residentes de aldeias indígenas localizadas no Estado de São Paulo; 4. Acompanhamento do Termo de Fomento entre Secretaria da Justiça e Cidadania e Rede Rua projeto: Apoio para formação e articulação de agentes sociais sobre a realidade da população indígena em situação de rua; 5. Melhorias no acesso da Aldeia Multiétnica em Guarulhos em ação conjunta com a Secretaria de Parcerias em



Investimentos; 6. Parceria com a Fundação para Desenvolvimento da Educação na construção e reforma de unidades escolares nas Aldeias; 7. Acompanhamento da consolidação da criação do curso LINDI-Licenciatura Intercultural Indígena com a UNIFESP. Ações: 1. Visitas técnicas em 32 Aldeias do Estado de São Paulo; 2. Audiência com lideranças indígenas sobre demandas territoriais; 3. Articulação e participação de reunião entre Secretaria da Justiça e Cidadania e Consulados interessados em projetos de proteção do meio ambiente e da divulgação e preservação da cultura indígena; 4. Concretização e ampliação do Programa Guardiões da Floresta; 5. Participação em Câmaras Temáticas de Saneamento Básico voltada aos territórios indígenas; 6. Desenvolvimento de projetos junto a SABESP e SEMIL para o saneamento nas aldeias; 7. Participação na agenda SP+Verde a fim de fomentar cultura e artesanato indígena; 8. Realização de formações e qualificações; 9. Contribuição em projetos de pesquisa sobre trabalho análogo à escravidão com vítimas indígenas; 10. Diálogos nas universidades com a intenção de união com a academia; 11. Participação em palestras e atividades diversas de formação e qualificação; 12. Acompanhamento de demandas e ofícios do Ministério Público Federal; 13. Realização de eventos em celebração à cultura indígena; 14. Realização de cartilha de direito do consumidor em Guarani junto ao PROCON-SP. *Coordenadoria de Políticas para a Juventude*: Ações: 1. Encontro Estadual da Juventude e Seminário Estadual de Políticas Públicas de Juventude, que possibilitaram a discussão das políticas públicas para a juventude, importância dos Conselhos Municipais da Juventude e dos Parlamentos/Câmaras Jovens como meios de participação dos jovens na vida social e comunitária. 2. SP Jovem, parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unesp e Agência Unesp de Inovação, mobilizou jovens universitários das empresas juniores da UNESP para atuarem em parceria com os municípios paulistas na identificação e solução de desafios locais que impactam diretamente a juventude, e corrobora no fomento do empreendedorismo juvenil e fortalecimento de políticas públicas de juventude. 3. Divulgação das ações e do Espaço Juventude no estande do CONEXIDADES. 4. Estimular e orientar a criação da Agenda Jovem nos municípios para o exercício efetivo de políticas públicas para a juventude. 5. Instalação do Espaço Juventude por meio do investimento oriundo Emendas Parlamentares, implantando aparato para o desenvolvimento de políticas públicas nos municípios. 6. Parcerias com Rotary Club, Escoteiros e Lions Club para estimular a participação dos jovens nas atividades cívicas e de voluntariado desenvolvidas por estas associações. 7. Realizar em parceria com as Prefeituras os Fóruns Regionais da Juventude, espaço para participação e oitiva dos jovens. 8. Realização do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude, treinamento e troca de experiências entre os Gestores Municipais de Juventude em parceria com a UNESP. 9. Entrega dos certificados “Município Amigo da Juventude” e “Câmara Parceira da Juventude”. Projetos: 1. Encontro Estadual da Juventude. 2. Seminário Estadual de Políticas Públicas de Juventude. 3. Estande no CONEXIDADES. 4. SP Jovem – Transformando direitos em inovação social. 5. Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude. 6. Convênios firmados com municípios, visando a implantação e implementação do Espaço Juventude. Metas: 1. Divulgar e estimular a adesão dos municípios a Agenda Jovem SP. 2. Estimular a criação de Conselhos Municipais da Juventude e Parlamentos/Câmaras Jovens. 3. Estimular a participação dos administradores e dos jovens na governança de políticas públicas para a juventude. 4. Estimular a participação dos jovens em cursos de capacitação e no trabalho voluntário. 5. Realizar parcerias com organizações da sociedade civil que desenvolvem atividades de civismo e voluntariado. 6. Proporcionar a troca de experiências e de conhecimento a respeito de políticas públicas para a juventude entre prefeitos, vereadores e gestores municipais. 7. Firmar convênios com os municípios. *Coordenadoria de Políticas para a População Negra*: Metas: 11/03/2.025 –



Assinatura Convênio Lei n.º 14.187/2.010 com o município de Francisco Morato; 18/03/2.025 – Realização de vistoria técnica no Memorial da América Latina, Auditório Simón Bolívar – local da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 20/03/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com as regiões administrativas de Franca, Marília e Presidente Prudente, municípios participantes: Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São José do Rio Preto, Araraquara, Batatais, Aramina, Guaíra, Guará, Sertãozinho, Bebedouro, Barretos, São Joaquim da Barra, Ourinhos, Tupã, Oriente, Pompéia, Bastos, Chavantes, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina, Martinópolis, Barra do Turvo, Parapuã, Caiabu, Inúbia Paulista e Dracena; 21/03/2.025 – Organização de Palestra: Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e as Ações do Estado de São Paulo: Lei n.º 14.187/2.010; 26/03/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com as regiões administrativas de Registro e Metropolitana, municípios participantes: São Paulo, Guarulhos, Mauá, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Santa Isabel, Francisco Morato, Mogi das Cruzes, Vargem Grande Paulista, Osasco, Caieiras, Mairiporã, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra, Poá, Barueri e Cotia, Registro, Cajá, Barra do Turvo, Pariquera-Açu e Juquiá, Bariri e Piracicaba; 26/03/2.025 - Assinatura Convênio Lei n.º 14.187/2.010 com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; 27/03/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com as regiões administrativas de São José do Rio Preto, Bauru, Araraquara e São José dos Campos, municípios participantes: Votuporanga, Aspásia, Jales, Jaú, Cabrália Paulista, Boracéia, Lucianópolis, Lins, Bariri, Paulistânia, Guaimbê, Macatuba, Reginópolis, Pirajuí, Itápolis e Ibaté; 28/03/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com as regiões administrativas de Sorocaba e Campinas, municípios participantes: Sorocaba, Areiópolis, Boituva, Alambari, São Manuel, Botucatu, Jumirim, Jundiaí, Caçapava, Araras, Santa Cruz da Conceição, Americana, Águas da Prata, Aguai, Artur Nogueira, Mombuca, Capivari, Amparo, Sumaré, Indaiatuba, Caconde, Hortolândia e Itapira; 02/04/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com a região administrativa de Ribeirão Preto, municípios participantes: Ribeirão Preto, Pontal, Sertãozinho, Jundiaí, Santa Rosa do Viterbo, Jaboticabal, Cajobi, Taiúva, Pirangi, Barretos e Araçatuba; 03/04/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR com os municípios de Itapeva e Paranapanema; 11/04/2.025 – Participação e palestra na Conferência Municipal de Peruíbe; 28/04/2.025 - Assinatura Convênio Lei n.º 14.187/2.010 com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC; 22/05/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR da COE com as regiões administrativas de Marília, Sorocaba, Ferraz de Vasconcelos, São José do Rio Preto, Consórcio Grande ABC, Guarulhos, Ribeirão Preto e Jundiaí; 23/05/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR da COE com as regiões administrativas de Bauru, Franco da Rocha, Piracicaba, Baixada Santista, Registro, Presidente Prudente, Central e Itapeva; 24/05/2.025 – Participação na Conferência Regional de Ferraz de Vasconcelos; 26/05/2.025 – Realização de vistoria técnica no Memorial da América Latina, Auditório Simón Bolívar – local da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 26/05/2.025 - Reunião online: Encontro Preparatório para a V CEPIR da COE com as regiões administrativas de Araçatuba, Franca, Osasco, Campinas, São José dos Campos; 30/05/2.025 – Organização e participação no *Podcast* Papo Reto: Muitas Áfricas - História, Cultura e Relações Étnico-Raciais com a participação de aproximadamente 90 pessoas (presencial e virtual); 30/05/2.025 – Participação e Palestra na Conferência Regional de Jundiaí; 16/07/2.025 - Organização e participação Papo Reto: Fortalecer é preciso! Faça parte do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra com a participação de aproximadamente 80 pessoas (presencial e virtual); 26 e 27/07/2.025 - V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Auditório Simón Bolívar (Memorial da América Latina) com a participação de 650 pessoas credenciadas entre delegados eleitos nas etapas regionais e convidados/autoridades, a etapa preparatória contou com a realização de 21



Conferências Regionais das 23 regiões administrativas de promoção da igualdade racial do Estado; 13/08/2.025 – Ministração de palestra FAI – Adamantina, para cerca de 120 alunos da Instituição; 30/08/2.025 – Ministração de palestra na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 15 a 19/09/2.025 – Participação e palestra na V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; 22/09/2.025 – Ministração de formação no CIOESTE, para aproximadamente 30 pessoas; 29/10/2.025 – Ministração de palestra na Escola Estadual Walter Ribas de Andrade, fruto da parceria CPPN X CIC X UNIFESP, com o tema: Racismo e Comunicação Não Violenta para aproximadamente 40 alunos; 03/11/2.025 – Ministração de palestra na Escola Estadual Professor Dr. Clóvis de Oliveira, fruto da parceria CPPN X CIC X UNIFESP, com o tema: Racismo e Comunicação Não Violenta, com a participação de aproximadamente 80 alunos; 10/11/2025 – Ministração de palestra no 1º Simpósio Jurídico Étnico Racial no município de Lorena; 11/11/2.025 – Ministração de Aula Magna na Secretaria da Administração Penitenciária relativa ao “Plano Pena Justa em foco: construindo igualdade racial e fortalecendo as relações étnico - raciais” voltado aos policiais penais, com a participação de cerca de 350 servidores (presencial e virtual); 12/11/2.025 – Formação para os servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania, com o tema: Letramento Racial e as Ações Afirmativas no Brasil com a participação de 85 servidores; 13/11/2.025 – Ministração de palestra na Escola Estadual Beatriz de Quadros Leme, fruto da parceria CPPN X CIC X UNIFESP, com o tema: Racismo e Comunicação Não Violenta com a participação de 250 alunos; 14/11/2025 - Assinatura Convênio Lei n.º 14.187/2.010 com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo; 14/11/2.025 – Formação para os membros do Consórcio CIOESTE, em Barueri, com o tema: Racismo e Comunicação não violenta, para aproximadamente 20 pessoas; 14/11/2.025 – Formação para grupo de ingressantes da Guarda Civil Municipal de Mauá, com o tema: Racismo e Comunicação não violenta, para aproximadamente 30 guardas recém-admitidos por meio de concurso público; 17/11/2.025 – Formação para os servidores municipais de Osasco, por meio de parceria com a Secretaria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial daquele município, com o tema: Racismo e Comunicação não violenta com a participação de 70 servidores municipais; 17/11/2.025 – Organização de Formação relativa ao Convênio da Lei Estadual n.º 14.187/2010, ministrada pela Ouvidora da Secretaria da Justiça e Cidadania, pelo Chefe da Divisão de Processamento de Atos Discriminatórios e pelo Presidente da Comissão Especial de Discriminação Racial, com a participação de representantes do Consórcio Grande ABC (Diadema, São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires), Fundação CASA-SP, IMESC, municípios de Indaiatuba, Francisco Morato e Osasco; Programas: 19/08/2.025 - Inauguração da Casa SP Afro Brasil do município de Registro, parceria entre o Estado e o Município com investimento estadual de R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais); 25/08/2.025 – Realização de visita técnica ao município de Mauá, acompanhamento das obras da CASA SP Afro daquele município; Projetos: 15/09/2.025 – “Raízes Paulistas: Mapeamento Genético Para Reconexão Familiar da População Negra” – em tramitação, para formalização das tratativas para a implementação do projeto em parceria com o IMESC; 25/11/2.025 – Organização e Palestra no I Seminário de Direito da saúde da população negra: uma análise interdisciplinar, em parceria com a ANAN – Associação Nacional da Advocacia Negra, com a participação de 20 participantes; 25/11/2.025. Formação para a Comissão de Igualdade Racial – OAB Dracena, com a participação de aproximadamente 30 pessoas (presencial e virtual); 28/11/2.025 – Organização e Palestra no Lançamento do Anuário da População Negra no Brasil, objeto de emenda parlamentar impositiva executado pelo Instituto Alma Preta Jornalismo, com a participação de aproximadamente 30 pessoas; 01/12/2.025 – Gravação do Podcast Diálogo em Ação do Centro Paula Souza; Ações: 25 a 27/04/2.025 – Participação na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo; 08/05/2.025 – Realização de visita técnica ao município de Araras,



acompanhamento das obras da CASA SP Afro daquele município; 16/05/2.025 – Participação em mesa de debates no Prêmio Memória Mundo América Latina da UNESCO em reconhecimento ao acervo *“Presença Negra no Arquivo: Luiz Gama, articulador da liberdade”*, no Arquivo Público do Estado de São Paulo; 24/06/2.025 – Realização de vistoria técnica no Memorial da América Latina, Auditório Simón Bolívar – local da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 04/07/2.025 – Realização de vistoria técnica no Memorial da América Latina, Auditório Simón Bolívar – local da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; 07/08/2025 – Recebimento do Prêmio Alase (ALESP), concessão de entrevista para a TV ALESP, composição de mesa; 03/09/2.025 - Participação no *PodCast* Conexão Aberta; 24/09/2.025 – Participação em Audiência Pública para tratar do andamento das obras da Linha 06 Laranja – Estação Saracura Vai Vai e da guarda dos itens arqueológicos encontrados durante as escavações na área do Quilombo Saracura; 25/09/2.025 – Participação no Cidadania Presente no município de Piracicaba; 07/10/2.025 – Visita ao Clube 28 de Setembro em Jundiaí, acompanhando o Secretário Executivo; 15/10/2.025 – Audiência com o Vereador Diego Fabiano de Oliveira do município de Cordeirópolis; 22/10/2.025 – Participação no evento: *“Quilombos: Luta e Resistências das Comunidades Tradicionais”*, realizado pelo NUPIR da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; 07/11/2.025 – Participação na abertura da 5ª Feira Afro do município de Bariri, representando o Secretário da Justiça e Cidadania; 18/11/2.025 – Participação no Troféu Raça Negra – Universidade Zumbi dos Palmares; 19/11/2.025 – Ministração de Palestra no 1º Colóquio sobre Consciência Negra da cidade de Aguaí, para cerca de 50 pessoas. *Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual – CPDS*: Ações: 1. Durante o ano de 2.025, a CPDS realizou uma série de ações estruturantes e contínuas, com destaque para o combate à LGBTfobia, a promoção da cidadania e o fortalecimento institucional dos direitos LGBTQIA+. Entre janeiro e dezembro, foram conduzidas atividades como acolhimento e recebimento de denúncias — por exemplo, durante o Cidadania Itinerante em São João da Boa Vista (16 e 17/05) e na Semana Pride no Centro de Referência Laura Vermont (20/06). 2. Foram promovidas ações de educação em direitos e sensibilização, incluindo formações para órgãos públicos como a Palestra de Letramento LGBT na Polícia Militar de SP (07/08), qualificação de profissionais da saúde no 6º Encontro – Eixo Saúde no Instituto de Saúde (09/06) e roda de conversa no CIC Oeste em 27/03. 3. A Coordenadoria também atuou diretamente no processo eleitoral do Conselho Estadual LGBT, biênio 2.025-2.027. Entre as ações, destacam-se as *lives* tira-dúvidas realizadas em 14/01, 21/01 e 28/01, reuniões técnicas como a de 24/01 para alinhamento sobre inscrições, e análises de recursos e impugnações entre 12/02, 17/02 e 20/03. 4. Apoio técnico aos municípios: reuniões com prefeitos, coordenações e conselhos municipais, como em Diadema (09/01), São José dos Campos (17/01 e 12/04), Arujá (27/02), Guarulhos (17/05) e Tupã (05/05), além da participação em Conferências Municipais — a exemplo da 1ª Conferência de São João da Boa Vista (26 e 27/01) e da Conferência Municipal de Guarulhos (17/05). 5. As ações culturais e de visibilidade também se destacaram: 13ª edição do SP Trans Visão (29/01); evento *“Caminhos para a Visibilidade”*, com CIOESTE, em 29/01; divulgação da Lei n.º 10.948/2.001 no Circuito SP Folia (02/03); participação na Feira Cultural da Diversidade (19/06); participação em diversas Paradas, incluindo a Parada de São Paulo (22/06) e a Parada de Itanhaém (09/11). 6. Sessões de mediação envolvendo casos de discriminação e violação de direitos, como as de 12/02, 13/03, 16/04 e 30/04, reforçando o compromisso da Coordenadoria com a defesa administrativa dos direitos LGBTQIA+. Projetos: O ano foi marcado pela execução de projetos estratégicos para a política estadual: 1. 4ª Conferência Estadual LGBT+, realizada de 01 a 03 de agosto, antecedida por uma série de Encontros Preparatórios, como o 3º (31/01), 4º (25/02), 5º (28/03), 6º (09/05), e diversas reuniões metodológicas e visitas técnicas (ex.: CEU Carrão em 26/03, Memorial da América Latina em 27/02). 2. Eleição on-line do Conselho Estadual LGBT (biênio 2.025–



2.027), construída ao longo de todo o semestre, com reuniões da Comissão Eleitoral em 09/01, 23/01, 30/01, 12/02, 17/02, 20/03 e 03/04, incluindo homologações, análise de recursos e elaboração do relatório final. 3. Festival da Cidadania Emancipatória – Trabalho e Renda, com edição especial em 25/06, destinado à promoção de empregabilidade e combate à vulnerabilidade social. 4. Projeto Empreende+ LGBTQIA+ SP, lançado em 23/04, para desenvolvimento de competências empreendedoras em parceria com o Instituto Besouro. 5. Eventos e projetos temáticos, como o Trans Visibilidade SP Leste (16/05), o evento Caminhos para a Erradicação da LGBTfobia (16/05), o Diverso & Papo (25/06) e a participação na Feira da Diversidade de Santos (27/06). 6. Apoio ao Festival da Diversidade da 24ª Feira da Diversidade LGBT em 13/03 e 29/04, e aos projetos culturais como o Museu Vivo – 26/08 e iniciativas de organizações da sociedade civil como Casa Neon Cunha (12/08) e Amalgamar (19/03; 28/04). Programas: 1. Programa +Orgulho, com participação técnica direta nas reuniões, como em 07/05, e acompanhamento contínuo das ações intersetoriais de Cultura e Direitos Humanos. 2. Cidadania Itinerante, com diversas edições voltadas à população LGBTQIA+, como em São João da Boa Vista dias 16 e 17/05, oferecendo retificação de nome, acolhimento, direitos e combate à LGBTfobia. 3. Programa de Formação e Sensibilização, composto por múltiplas capacitações ao longo do ano que, até a presente data, capacitou um total de 10.174, incluídos os servidores estaduais, municipais e sociedade civil, de acordo com relatório e listas de presença arquivados nesta Coordenadoria. 4. Programa de Mediação de Conflitos, com sessões oficiais para enfrentamento de discriminação LGBT+, realizadas em 12/02, 13/03, 16/04, 30/04, entre outras. 5. Programação Cultural, Educativa e de Visibilidade, com participação em eventos como: 5.1. Feira Cultural da Diversidade (19/06); 5.2. Semana Pride no Laura Vermont (20/06); 5.3. Parada de SP (22/06). 5.4. Parada de Itanhaém (09/11). 5.5. Encontro de Paradas do Estado (16/06). Metas: 1. Entrega e realização da 4ª Conferência Estadual LGBT+ (01 a 03/08), cumprindo a meta da Coordenadoria de participar de todas as conferências desde 2.008 e garantindo ampla participação regional. 2. Realização integral da eleição on-line do Conselho Estadual LGBT 2.025–2.027, com etapas concluídas entre janeiro e abril, incluindo *lives*, homologações e relatório final. 3. Acompanhamento contínuo do Programa +Orgulho, com participação ativa em reuniões técnicas e articulações intersetoriais em 07/05. 4. Ampliação das ações de combate à LGBTfobia, com ênfase em eventos como: 4.1. Caminhos para a Erradicação da LGBTfobia (16/05); 4.2. Roda de Conversa LGBTfobia – Secretaria Municipal de Direitos Humanos da Capital (02/06); 4.3. Ações das Paradas e Feiras de Diversidade; 4.4. Expansão das formações para profissionais de segurança e saúde, incluindo: 4.4.1. Sensibilização da PM (07/08); 4.4.2. Eixo Saúde da Conferência (09/06); 4.4.3. Fortalecimento dos conselhos municipais e regionais, por meio de reuniões com dezenas de municípios (ex.: Diadema 09/01, Guarulhos 15/04, Tupã 05/05). 5. Promoção de programas de empregabilidade, como o Empreende+ LGBTQIA+ SP (23/04) e o Festival de Empregabilidade (25/06). *Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC*: Ações: Dos 63 serviços e atividades oferecidos pelo Programa CIC, destacaram-se os 875,1 mil atendimentos de serviços de documentação, orientação e assistência jurídica, assistência social, defesa do consumidor e empreendedorismo, dentre outros. Na área de empregabilidade, houve cerca de 87 mil atendimentos do PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, CIET - Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda e CATe – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo e 33,6 mil encaminhamentos, seleção e colocação no mercado de trabalho, por meio de parcerias com empresas e feirões de empregabilidade; cerca de 6,9 mil alunos participaram dos cursos de qualificação profissional promovidos pelos CICs; cerca de 34,8 mil cidadãos participaram de rodas de conversa e palestras relacionadas à cidadania e aos direitos humanos; cerca de 42,5 mil pessoas participaram de oficinas de esporte, dança, música, artesanato e línguas nos CICs. Foram distribuídos



cerca de 63,5 mil itens como cestas básicas, alimentos, roupas e kit higiene pelos CICs, que estavam vinculadas às ações de empregabilidade e educação em Direitos Humanos. Destacaram-se também, no ano de 2.025, as seguintes ações, nos 17 postos CIC: foram realizados 47 mil atendimentos nos Totens do Poupatempo instalados em todos os CICs; houve também atendimentos virtuais para orientações de serviços, encaminhamentos para seleção de vagas de emprego, por meio de Whatsapp, Facebook e Instagram e pelo aplicativo do Programa CIC, realizando 441,7 mil atendimentos. O CIC do Imigrante, em parceria com a Polícia Federal, a Acnur e a Agência da Organização das Nações Unidas para Migrações realizaram a Operação Horizonte para regularização documental de imigrantes e refugiados com 3 mil atendimentos. O CIC do Imigrante também, em parceria com o Núcleo de Estudo de Migração e Direitos Humanos - NEMIGDHS, promoveu roda de conversa com mulheres imigrantes, orientação jurídica e traduções básicas do francês. Pelo CIC do Imigrante, ocorreram também eventos e ações como os atendimentos de regularização migratória, as ações em parceria com a Cruz Vermelha para restabelecimento de laços familiares, o evento no dia mundial dos refugiados, as ações da CAEF – Centro de Atenção ao Egresso e Família e do Projeto Cerzindo, as ações de mutirões de emprego em parceria com o PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, as ações de distribuição de roupas para imigrantes, a entrega de carteira de identidade pela Embaixada do Haiti, os atendimentos do Núcleo de Migração e Direitos Humanos, as ações de regularização de documentação para indígenas equatorianos, em parceria com o Consulado do Equador em São Paulo. Foram promovidos, em destaque, os seguintes eventos pelo CIC Sul: a Jornada 360, a apresentação de cartazes com a história de São Paulo, castração de cães e gatos, mutirão de documentação e empregabilidade, comemoração do dia dos Assistentes Sociais, caminhada em homenagem ao dia nacional de combate ao abuso e exploração de crianças e adolescentes, caminhada do junho violeta, Cidadania em Movimento na EE Prof. Amélia Kerr, comemoração aos 51 anos da turma da touca, 29 palestras abordando temas como racismo, empreendedorismo, dia da mulher, saúde, direito do idoso, benefícios sociais. Pelo CIC Leste, foram realizados a ação saúde com a Drogasil, ação no dia da mulher com a Gerando Falcões, mutirão de certidões no Hotel Jacui, ações no dia das mães, atendimentos do ADESampa, Feira Amzol de certidões, seleção de vagas Jovem Aprendiz ISBET, movimento de saúde da zona leste, plantões da CDHU, evento na Subprefeitura do Itaim Paulista, Bazar Social, baile da cidadania e longevidade, biblioteca animada, 35 palestras abordando temas relacionadas à Cidadania e Direitos Humanos. Pelo CIC Oeste, foram realizadas 40 palestras abordando temas como empregabilidade e cidadania, direitos sociais, inclusão social, capacitação para o mundo do trabalho, resistência às drogas e violência, direito da criança e direito ao trabalho; aconteceram as ações de empregabilidade com mais de 13.741 encaminhamentos para vagas de emprego; o casamento comunitário de 100 casais em parceria com o Cantareira Norte Shopping, a ação na Fundação Paulistana, ação na Associação à Moradia do programa Pode Entrar, a passeata do Agosto Lilás, ação do dia das crianças, Enel na comunidade de jovens, ações do Outubro Rosa, cinema para idosos com a Sabesp, ação no dia da Democracia Renovando Quebradas. Foram realizadas oficinas como capoeira, aikido, jiu jitsu, acupuntura, projeto Cata Vento (de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade) e psicanálise. Pelo CIC Norte, foi realizado o casamento comunitário de 85 casais em parceria com o CTN – Centro de Tradições Nordestinas; realizadas 27 palestras abordando temas como educação ambiental, segurança alimentar, combate ao álcool, combate à dengue, nutrição, comunicação interpessoal, direitos previdenciários, saúde financeira, promoção da autonomia feminina, agosto lilás, entre outras; realizadas a ação social na Subprefeitura Tremembé, o encontro de mulheres, conferência da Defensoria Pública, ação na Liga Solidária de Mulheres, o mutirão do emprego, as ações no Jardim Felicidade, na Fábrica de Cultura de Jaçanã, no Jardim Flor de Maio,



Sarau Musical; 8 mil encaminhamentos para vagas de emprego; realizadas oficinas de capoeira, jiu-jitsu, boxe, cuidador de idosos, sarau musical, teatro, envolvendo mais de 1 mil participantes e atividades de saúde em parceria com a UBS da região. Pelo CIC Casa da Cidadania, foram realizadas até o mês de maio a ação social da SASF Chico Mendes, a ação do dia das mães, o aniversário do CEU Paz, a ação Cidade Limpa, a ação social em São Miguel Paulista. O CIC foi desativado em maio por conta da Resolução SJC nº 50/2.025, que reestruturou a estrutura organizacional da SJC. Pelo CIC Feitiço da Vila, foram realizados cursos da Fundação Paulistana e a Festa junina Anatote; realizadas 21 palestras abordando temas como treinamento parental com famílias de PCD, tecnologia e empreendedorismo rede Plena, homenagem à mulher, encontro com a escritora Ryane Leão, empregabilidade, cultura latina, agosto lilás, plano de vida e setembro amarelo; ação da van Descomplica, aniversário da Rede Plena, processo seletivo para agentes de saúde; realização de cursos de qualificação profissional da Fundação Paulistana, do Cejam e do Sebrae com 1.485 participantes. Pelo CIC Ferraz de Vasconcelos, 62 mulheres foram atendidas pelo CAM – Centro de Auxílio à Mulher, atendimentos do projeto Recomeçar para cerca de 5,1 mil cidadãos, 28 palestras abordando temas como, recolocação do egresso no mercado de trabalho, violência doméstica, direitos do consumidor, aposentadoria, malefício do tabaco, Amor Exigente, racismo, Renda Mínima, conversa com idosos, amamentação, envolvendo 574 participantes; realizados os plantões de certidões, a solenidade de reinauguração do PAT, o torneio de xadrez, a vacinação do Influenza, o plantão do CDHU e a troca de alimentos por ingressos no evento da uva. Pelo CIC Francisco Morato, realizados 4,3 mil encaminhamentos para vagas de emprego, o evento com o Sebrae sobre MEI, os atendimentos ao público LGBTIQI+ e os plantões do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O CIC Francisco Morato mudou de endereço em 24/11/2.025. Pelo CIC Guarulhos, realizou-se as ações tais quais a realização dos eventos na Escola Sequencial, no Centro de Referência de Direitos Humanos, os cadastros de habitação, a feira de empregabilidade, o baile de carnaval academia 60+, atendimentos das vans do Cadúnico, TRT e Sabesp; realizados também a ação CIC melhor idade, o turismo educacional na Escola Augusto, o evento de capoeira, as eleições da Bolívia, o cinema pipoca 60+; realizado oficinas e cursos de administração de RH, técnicas de portaria, capoeira, academia 60+, costura, maquiagem; realizado o cadastro de habitação, cartão Cipteia, atendimentos do Centro de Referência em Direitos Humanos, atendimentos do Centro de Referência da Igualdade Racial. Pelo CIC Campinas, realizados as seguintes ações, a feira de emprego e oportunidades, o dia da mulher, o abril Azul, a entrega de ovos de Páscoa, a apresentação do teatro Djanira, o Cidadania em Movimento na praça da Juventude, o Outubro rosa e a festa das crianças. Realizadas também palestras abordando temas como a mulher no mercado de trabalho, prevenção às drogas, direitos dos cidadãos, combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, direitos da pessoa idosa, saúde mental, envolvendo 1,8 mil participantes; participação de 9,1 mil pessoas nas oficinas e cursos como cuidador de idosos, informática, artesanato, reforço escolar, jiu-jitsu, teatro, dança, zumba, entre outros. Foram também realizados serviços em regime de plantões da rede Cidadã, atendimentos Seta, psicóloga e veterinária móvel e distribuídos 27 mil litros de leite e 22 mil legumes e verduras. Pelo CIC Jundiaí, foram realizadas 18 palestras abordando temas como acesso aos Direitos Humanos, faça suas vendas decolarem, Lei Maria da Penha, aposentadoria rural, comunicação não violenta, câncer de mama, outubro rosa. Realizado os plantões de empregabilidade e o Feirão do emprego com 7,2 mil encaminhamentos, o plantão da CDHU, os atendimentos da rede cidadã. Pelo CIC Grajaú, foram realizadas 257 palestras e rodas de conversa abordando temas como cuidados com o idoso, grupos de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, gestantes, saúde da mulher, diabetes, tabagismo, prevenção às drogas, entre outras. Realizados eventos e ações como o projeto social Favela da Minhoca, o baile de Carnaval, as ações na Vivenda da criança, no CEU vila Rubi, na Escola



Sequencial, no SBA Girassol e na UBS Jardim Iporã; a castração de cães e gatos, o dia da mulher, a festa junina, a campanha de vacinação de influenza, o mutirão do CDHU, o evento no SASF Pró-Brasil, o agosto dourado e o evento de moda e beleza Fashion. Realizados também oficinas e cursos como balé, teatro, inglês, alfabetização, fotografia, mídias sociais, cursos para mulheres, além de serviços de psicóloga, do programa Respeito tem nome, atendimentos da Secretaria Municipal de Habitação local e atividades educativas de saúde com a UBS da região. Pelo CIC Cajamar, foram realizados 10.998 atendimentos de serviços da Defensoria Pública, de emissão de Carteira de Identidade, do Procon, Sebrae e Junta Militar. Pelo CIC São Vicente, realizados o casamento comunitário de 50 casais na Arena de Itararé em parceria com a Prefeitura local; a ação de documentação para as vítimas de incêndio da comunidade de Vila Gilda/Santos; a ação social em parceria com a EU Província de Okinawa, a ação na Cidade Náutica e participação da 5ª edição do projeto conviver organizado pelo Lions e faculdade NIBR, no bairro Tancredo Neves. Pelo CIC Pirapora do Bom Jesus, foram realizados o evento ao dia da mulher na Casa de Cultura, palestras sobre empregabilidade, cursos do Sebrae como alavancar seu negócio, os atendimentos do Título Eleitoral e do Posto de atendimento virtual da Receita Federal. Pelo CIC Laranjal Paulista, foram realizadas a Feira do Empreendedor, cursos, formações e atendimentos da sala do empreendedor do Sebrae. Pelo CIC Juquiá, aconteceram as palestras sobre cartão CIPTE, agosto lilás, ato cívico, formação em direito do trabalhador, junho violeta e a importância dos documentos na vida do cidadão. Foram também realizados as seguintes ações, mutirão da CIN para mulheres, mutirão de documentação no CIC, participação na ação de Peruíbe, Cidadania em Movimento em Juquiá e no bairro Piuva, ação junho violeta, ação na EM Lydia Cortez sobre prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes, ação com pessoas em situação de rua, mutirão de RG nas férias, juramento à Bandeira, Outubro Rosa, a Caminhada em alusão ao dia nacional de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes e atendimentos do PAV – Posto de Atendimento da Receita Federal. Destacaram-se as ações encabeçadas pela Coordenação, tais como: a realização do Cidadania Presente em Piracicaba, com 1896 atendimentos; o Cidadania em Movimento em Peruíbe com 2853 atendimentos; a municipalização do CIC Cajamar e Francisco Morato; a reforma do novo espaço do CIC do Imigrante; a modernização da nova unidade de Francisco Morato, inaugurada em 15/12/2.025; a inauguração do Espaço da Cidadania do Imigrante - Memorial da América Latina, inaugurada em 18/12/2.025; a ampliação dos cursos do Fundo Social com cursos do SENAC e SEBRAE; a retomada do Posto de Atendimento ao Trabalhador nos CICs Feitiço da Vila, Imigrante e Ferraz de Vasconcelos; a inauguração do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedor - CATE nos CICs Norte e Sul, a implantação dos serviços da plataforma Tamo Junto no CIC Juquiá e nas três unidades do Projeto Cidadania Itinerante; a assinatura de convênio para ampliação dos atendimentos da Defensoria Pública do Estado, inauguração do Espaço Prevenir nos CICs do Imigrante e Norte. Há previsão da inauguração do Espaço Prevenir no CIC Feitiço da Vila ainda neste exercício. 2. Projetos: 2.1. Projeto Cidadania Itinerante. O projeto Cidadania Itinerante, que tem por objetivo percorrer todos os municípios do Estado por meio de 3 unidades móveis, levando serviços de atendimentos como emissão de 2ª vias de CPF, título de eleitor, criação de contas Gov, entrada no seguro desemprego, consulta Serasa, atestado de antecedentes criminais, orientações Procon e Defensoria Pública, dentre outros; além de orientação social e acolhimento de denúncias de programas e Coordenadorias da SJC aos cidadãos residentes em regiões do interior e litoral Estado de São Paulo; realizou 87.328 atendimentos, e visitou 246 municípios, destes, 217 municípios inéditos. As localidades visitadas foram: Louveira, Brotas, Bocaina, Jarinu, Piracicaba, Jacupiranga, Capital – Sapopemba, Capital - Canindé, Capital - Jd Maria Estela, Capital - Jd Saveiro, Capital - Cidade São Mateus, Capital - Jd São Carlos, Nova Independência, Capital - Carandiru CTA, Taiuva, São Lourenço da Serra, Morungaba, Capital – Canindé CROPH, Elias Fausto, Capital – Cidade



Tiradentes, Oleo, Corumbataí, Capital – Jd Sta Etelvina, Charqueada, Manduri, Pinhalzinho, Joanópolis, Sorocaba, Dois Córregos, Capital – Carandiru, Meridiano, Vitória Brasil, Palmares Paulista, Penápolis, Capital - Jd Romano, Torrinha, Ipeuna, Capital - Jd Luordes, Matão, Leme, Uchoa, Tabapuã, Oriente, Capital - Parque das Nações, Capital - Jd Gianetti, Engenheiro Coelho, Mairinque, Capital - Ong Jd Ponte, Juquitiba, Capital - Cantinho do Céu, Estrela do Norte, Sandocalina, Atibaia, Santa Maria da Serra, Serra Negra, Caieiras, Campinas, São Vicente, Capital – Jd Aurora, Capital – Vila Araguaia, Capital – Itaim Paulista, São Bernardo – Pop Rua, Capital – Campos Elíseos, São Caetano do Sul - Pop Rua, Ubatuba, Brodowski, Registro, Mongaguá, Rafard, Santo Expedito, Arapeí, Mombuca, Nipoã, Tarabai, Santo Antônio das Posses, São Sebastião da Gramma, Santa Fé do Sul, Capital – Parque das nações, Divinolândia, Jaci, São Vicente, Tanabi, Bálsamo, Pindamonhangaba, Atibaia, Holambra, Estiva Gerbi, Espírito Santo do Pinhal, Capital - Vila Jacuí, Pirassununga, Capital – Guaianazes, Sta Cruz da Conceição, s João da Boa Vista, Euclides da Cunha, Rosana, Irapuã, Flora Rica, Capital - Evento Mulher Comvida, São João da Boa Vista, Irapuru, Nuporanga, Elisário, Emilianópolis, Potirendaba, Itapuú, Sta Cruz dos Palmeiras, Icém, Mariópolis, Itobi, Boracéia, Novais, São José do Rio Pardo, Capital – Guaianazes, Sagres, Bertiooga, Palestina, União Paulista, Assis, Urânia, Pratânia, Zacarias, Capital - Jd Botucatu, Capital - S.Miguel Pta, Marinópolis, Taquaritinga, Bariri, Peruibe, Marília, Hortolândia, Peruibe, Vargem Grande - evento OAB, Dolcinópolis, Paulínia, Paulicéia, Capital - Jd Robru, Piedade, Estrela D'Oeste, Guarani D'Oeste, Capital - Consolação, Capital - Barra Funda, Hortolândia, Capital - Parque Paulistano, Pracinha, Marília, Tupi Paulista, Ubarana, Ouro Verde, Capital - Vila Heliópolis, Sebastianópolis do Sul, Santos, Presidente Prudente, Itaberá, Nova Aliança, São José da Bela Vista, Cedral, Mirassolândia, Restinga, Pederneiras, Catiguá, Ribeirão Branco, Bariri, Sertãozinho, Capital - Jd Helena, Dirce Reis, Aspasia, Capital - Jd Peri, Itatinga, Caiuá, Indiaporã, Mira Estrela, Iracemópolis, Laranjal Paulista, Teodoro Sampaio, Saltinho, Três Fronteiras, Pedreira, Santa Rita d'Oeste, Indiana, Monte Castelo, Taciba, São Manuel, Sete Barras, Urupês, Osasco, Sarutaiá, Cajati, Guapiaçu, Alvinlândia, Taguai, Capital – Tatuapé, Mirassolândia, Onda Verde, Iperó, Candido Mota, Tatuí, Piquerobi, Nova Granada, Marabá Paulista, Caiabu, Nova Guataporanga, Votuporanga, Santos, Palmeira D'Oeste, Taciba, Adolfo, Clolômbia, São Francisco, Mirandópolis, Monte Aprazível, Capital – Jardim Imbé, Paraíso, Nova Guataporanga, Duartina, Santa Barbara D'Oeste, Bom Sucesso do Ita, Santos, Ribeirão Grande, Inúbia Paulista, Capital – Parelheiros, Junqueirópolis, Juquiá, Capital - Bela Vista, Arco íris, São João do Pau d'água, Nova Canaã Paulista, Narandiba, Panorama, Indaiatuba, Cajamar, Cabrália Paulista, Guarulhos, Americana, Aparecida D'Oeste, Capão Bonito, Piracicaba, Pontal, Barretos, Capital - Conj. Hab. Jucelino Kub., Capital - S. Miguel Pta, Tejupa, Poloni, Ribeirão dos Índios, Parisi, Mogi Guaçu, Taubaté, Capital - Pq das Nações, Tremembé, São Vicente, Lindóia, Santa Clara D'Oeste, Lucianópolis, Pedra Bela, Paulistânia, Rubácea, Rio das Pedras, Patrocínio Paulista, Mogi Mirim, Paulo de Faria, Jeriquara, São João das Duas, Santana da Ponte, Ipiruá, Rindiuva, Macedônia, Capital - Jd Jaú, Praia Grande, Buritizal, Riolândia, Silveira, Itaporanga, Torre de Pedra, Pacaembu, Alambari, Itirapuã, Lucélia, Presidente Bernardes e Pontes Gestal. 2.2. Projeto Cidadania Em Movimento - Ocorreram 42 ações do projeto Cidadania em Movimento, com 32.720 mil atendimentos. O projeto Cidadania em Movimento é uma ação itinerante que leva serviços de documentação, justiça, assistência social, beleza, saúde, empregabilidade e empreendedorismo para áreas de alta vulnerabilidade social, geralmente distantes dos CICs. Destaque para ações realizadas no CEI Jardim Kagohara, na Liga Solidária das Mulheres Católicas, Mutirão de documentação e empregabilidade, Jornada 360 Agosto Lilás, Ações em diversos bairros da Capital, comemoração 51 anos Turma da Touca, Ação Outubro Rosa Campinas, ação Centro de Referência de Direitos Humanos de Guarulhos, ação na Associação à Moradia Pode Entrar, Evento Vivenda da Criança, Evento CCA Fé e Alegria, Ação de Peruíbe, Ação às



vítimas de incêndio Vila Gilda de Santos, Cidadania em Movimento no Bairro de Piuva. 2.3. Centro de Auxílio à Mulher – CAM: Os CAMs são equipamentos para atendimento multidisciplinar de mulheres vítimas de violência, proporcionando o atendimento e o acolhimento necessários à superação de violência doméstica. O CAM está presente nos CICs Norte, Oeste, Leste e Ferraz de Vasconcelos, e atenderam 710 mulheres vítimas de violência. 2.4. Empregabilidade: Foram 87 mil atendimentos realizados pelos PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador, CIET - Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda e CATE – Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo e 33,6 mil encaminhamentos, seleção e colocação no mercado de trabalho por meio de parcerias com empresas e feirões de empregabilidade. Além disso, 6,9 mil alunos participaram de cursos de formação profissional nos CICs em parceria com o Fundo Social do Estado, Ceprocamp – Centro de Educação Profissional de Campinas, Cejam – Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim, Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Organizações da Sociedade Civil, SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, dentre outros. 2.5. Casamento comunitário: Foram realizados os casamentos comunitários em parceria com o Cantareira Norte Shopping para 100 casais, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Vicente para 50 casais naquele município, em parceria com o Centro de Tradições Nordestinas para 85 casais e em parceria com a Prefeitura Municipal de Matão para 25 casais, naquele município. Programas: Os programas concretizados pelos CICs foram, Programa Imigrante - São Paulo Te Acolhe para atendimentos de imigrantes e refugiados por meio de serviços, palestras e ações do CIC do Imigrante, foram 20.422 atendimentos realizados. O Programa Viva Leite distribuiu 27.000 leites pasteurizados no CIC Campinas. O programa Respeito tem Nome, para alteração do nome, realizou 86 atendimentos no CIC Grajaú. O Núcleo de Violência que atende pessoas vítimas de violência no CIC Francisco Morato realizou 17,5 mil atendimentos. Os Narcóticos Anônimos e a Sociedade Antialcoólica da Família envolveram 808 dependentes químicos nos CICs Oeste, Campinas, Norte e Feição da Vila. O Programa Bolsa Família, presente nos CICs Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos e Grajaú realizou por meio do CadÚnico 58,9 mil atendimentos. O CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, presente nos CICs Sul, Ferraz de Vasconcelos e Guarulhos, realizou 143,6 mil atendimentos de inclusão em Programas Sociais como Renda Cidadã, Aluguel Social e BPC – Benefício de Prestação Continuada. O Projeto Recomeçar, que atende egressos do sistema prisional, realizou 5,1 mil atendimentos no CIC Ferraz de Vasconcelos. A Rede Cidadã, que atende populações vulneráveis, realizou 3,6 mil atendimentos no CIC Jundiaí e CIC Campinas. A Cruz Vermelha realizou no CIC do Imigrante 268 atendimentos à população migrante com o RLF - Reestabelecimento de Laços Familiares. O MEI – Microempreendedor Individual realizou 7,1 mil atendimentos nos CICs Oeste, Guarulhos, São Vicente, Laranjal Paulista e Juquiá. O Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, presente nos CICs Laranjal Paulista, Francisco Morato, Pirapora do Bom Jesus, Juquiá e Guarulhos, realizou 1,1 mil atendimentos. O Fundo Social do Estado de São Paulo realizou diversos cursos de qualificação profissional em 10 CICs envolvendo 6,9 mil alunos. Metas: O Programa CIC realizou parcialmente em 2.025 o total de 1.678.880 atendimentos até outubro, uma média de 160 mil atendimentos por mês. A meta no PPA 2.024-2.027 para o Programa 1730 – Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos, Produto 1926 – Centros de Integração da Cidadania, Indicador 4303 – Número de atendimentos realizados pelas unidades do Centro de Integração da Cidadania, o Programa CIC será atingida. Com relação ao Indicador 4305 – Percentual de satisfação do usuário com os serviços e atividades dos Centros de Integração da Cidadania, a meta é de 75 % de satisfação para o ano de 2.025. Foi verificada, pelos usuários, satisfação de 96 % até o mês de outubro. Quanto ao indicador 5354 – Número de CICs reformados, está acontecendo a reforma do novo CIC do Imigrante. Quanto ao indicador qualitativo 5364 – Percentual de CICs reformados em relação ao



total de CICs existentes, o resultado parcial é de 0% visto que a reforma do novo CIC do Imigrante ainda está sendo executada, apesar de todos os esforços dispendidos, há necessidade de suplementação orçamentária. Com relação ao Indicador 5694 – Número de municípios atendidos pelo Programa Cidadania Itinerante, foram visitados 246 municípios. A meta no PPA 2.024-2.027 é de 161 municípios; portanto, superior à meta. O projeto Cidadania Itinerante presta 20 serviços públicos, além de orientação social e acolhimento de denúncias de Programas e Coordenadorias da SJC aos cidadãos residentes em regiões do interior e litoral Estado de São Paulo que apresente alta vulnerabilidade social, por meio de Unidades Móveis, 02 vans e 01 ônibus. Por fim, com relação ao Indicador 5695 – Percentual de satisfação dos munícipes atendidos pelo Programa Cidadania Itinerante, foi obtido até o presente o índice de 98,9% de satisfação, para uma meta do PPA de 70 % de satisfação. Portanto, superior à meta. Ouvidoria: A Ouvidoria da Secretaria da Justiça e Cidadania está subordinada ao Gabinete da Pasta e é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões, pedidos de informações e outras solicitações. Tem a finalidade de mediar a comunicação entre cidadão e unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania, prestar orientações e gerenciar manifestações de forma transparente, independente e imparcial. A vigência das Leis nº 10.948/2.001, nº 11.199/2.002, nº 14.187/2.010, e nº 17.346/2.021 estabelecem mecanismos que permitem noticiar fatos recebidos por este setor, respectivamente nos casos de discriminação em razão de orientação sexual e ou identidade de gênero, pessoas que vivem com HIV/Aids, discriminação étnico-racial e por motivo religioso. As notícias de fato são examinadas de forma individual e caso apresentem elementos essenciais para sua apuração, são encaminhadas à Divisão de Processamento de Atos Discriminatórios. 1. A Ouvidoria oferece atendimento ao público de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 17:00, por meio de atendimento presencial, virtual e telefônico. Responsável por acolher o cidadão paulista, a Ouvidoria realiza encaminhamentos e oferta orientações, sendo mais recorrentes os atendimentos voltados para os grupos sociais mais vulneráveis. Para consecução de seus fins, são desenvolvidas na Ouvidoria da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo as atividades a seguir: Gerenciamento das manifestações recebidas por meio: 1.1. Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.SP (<https://fala.sp.gov.br/>), criados pelo Governo do Estado de São Paulo, que possibilita aos usuários de serviços públicos realizarem contato sobre assuntos diversos. 2. Integra os trabalhos da Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI), que é a terceira e última instância recursal na avaliação das negativas de acesso aos pedidos de informações dirigidos aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. 3. Responsável pelo monitoramento: da Carta de Serviços da Pasta, Lei federal nº 13.460/2.017, Governo; Plano de Dados Abertos; Relatório de Maturidade da Ouvidoria; e Conselho de Transparência. 4. Responde pela estrutura da Mediação de Conflitos afetos aos casos de discriminação em razão de orientação sexual e ou identidade de gênero, pessoas que vivem com HIV/Aids, étnico-racial e por motivo religioso. A Ouvidora é Gestora do Termo de Cooperação Técnica entre Secretaria da Justiça e Cidadania e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a assessoria é responsável por oferecer suporte administrativo e assessorar na organização das sessões de mediação de conflitos, exercendo também a função de escrevente. 5. Total de Resultados de Sessões de Mediação realizadas na SJC (de janeiro/2.025 a 31/10/2.025): 13; Resultado: Frutíferas: 07, Infrutíferas: 04, Prejudicada: 01 e Redesignada: 01. 6. Total de Denúncias de Discriminação (período de 01/01/2.025 a 31/10/2.025): 201. Étnico-racial: 70; Intolerância Religiosa: 39; Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero: 91; HIV/AIDS: 01. 7. Confecção dos Relatórios Semestrais de atividades e consolidação de informações e relatórios das Ouvidorias dos Órgãos vinculados, dando cumprimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo único, da Lei nº 10.294/1.999. 8. Gerenciamento de Indicador – PPA- ligado ao Programa Cidadania Emancipatória de Direitos Humanos (1.730) e



Produto de Proteção e Defesa Dos Direitos Humanos (1.984). 9. Participação no Conselho Estadual de Transparência Pública, de natureza consultiva, cabendo-lhe propor diretrizes, metodologias, mecanismos e procedimentos voltados ao incremento da transparência institucional no âmbito da administração pública, visando à prevenção da malversação dos recursos públicos, à eficiência da gestão e à garantia da moralidade administrativa. Ações: 10.1. Projeto Cidadania Itinerante, participando da capacitação, e em atenção ao contrato firmado pela Pasta nº 03/2.022 (Processo n.º 2.022/00149), elucidou-se quais são as responsabilidades e atribuições do Setor, destacando-se os desafios e cuidados ao estar na linha de frente ao tratamento dos mais vulneráveis, além de orientamos quanto aos procedimentos de registro de notícias de fatos apresentadas pelos cidadãos; Projeto DiverCidades – sensibilização e capacitação dentro da temática Ouvidoria e Diversidade Sexual – público-alvo: municípios e Ministério Público; 10.3. Termo de Cooperação – sensibilização e capacitação dentro da temática Ouvidoria e Discriminação Racial – público-alvo: municípios; 10.4. Reuniões de Alinhamento para Parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, para capacitação de servidores, nas temáticas: LGPD, ÉTICA e ASSÉDIOS; 10.5. Diálogos com os Servidores sobre Plano de Dados Abertos; 10.6. Cursos de Formação para Servidores, Ação da Ouvidoria em conjunto com Integridade e Serviço de Qualidade de Vida, na temática assédio. 10.7. Apresentação de Boas Práticas no Encontro Nacional de Ouvidoria de Direitos Humanos. VINCULADAS: Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM: Ações: 1. Participação no Congresso Brasileiro de Metrologia - Maceió, com apresentação do artigo científico "Integridade Pública e Transparência Ativa: A Experiência do IpeM-SP na Construção de uma Cultura Ética Institucional. 2. Participação no Congresso Brasileiro de Metrologia - em Maceió, com apresentação de 02 artigos científicos, com os títulos: "O Amanhã da Medição: Perspectivas Futuras da Metrologia com o uso da Inteligência Artificial e as Tecnologias de Informação e Comunicação" e "Comunicação e Inovação na Metrologia Legal: Estratégias de Detecção de Fraudes com Baixo Custo e Alto Impacto". 3. Cursos de formação de servidores WEGOV. 4. Participação do IPEM-SP com estande no 67º Congresso Estadual de Municípios do Estado de São Paulo. 5. Participação no Sandbox Summer School 2025, em Lisboa-Portugal. 6. Minicurso de Gerenciamento de Projetos de Inovação. 7. Curso de Automação e Sociedade – Aplicação tecnológica em Gestão e Processos Públicos. 8. Seminário de Inovação, realizado na ALESP. 9. Curso de Gestão de Inovação - WEGOV - Florianópolis – SC. 10. Assinatura de Convênio entre o IpeM-SP e a ANP - com o objetivo de permitir o IPEM-SP de realizar análise qualitativa de combustível líquido. 11. Jornada de Trabalho – Imersão em Inovação no estado do Rio de Janeiro, Instituto Militar de Engenharia (IME) e Inmetro. 12. Participação no VII Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Pública, em Florianópolis-SC, apresentando o artigo científico "Inteligência Artificial e Segurança Pública: Modelo Integrado com ODS e RRI. 13. Ouvidoria: eliminação do passivo de manifestações fora do prazo na plataforma FALA.BR. 14. Aprimoramento do índice de resolatividade em 20% na plataforma FALA.BR, fortalecendo a eficiência no atendimento. 15. Implantação do uso da plataforma FALASP para recebimento de manifestações, ampliando os canais de comunicação. 16. Participação em 90% das capacitações promovidas pela CGE. 17. Readequação e atualização do Sistema Interno de Tramitação de Demandas da Ouvidoria do IpeM-SP. Projetos: 1. Prêmio Nacional de Inovação do Inmetro RBMLQ-I, na categoria Gestão, com o projeto: "Desenvolvimento de critérios objetivos para selecionar, de forma mais assertiva, postos de combustíveis com alto potencial de irregularidades metrológicas, especialmente fraudes eletrônicas em Bombas Medidoras". 2. Participação em projeto para elaboração especificação e fiscalização de compras em órgãos públicos Fundação CASA. 3. Acreditação do laboratório de Pressão como Provedor de Ensaio de Proficiência de ensaio de esfigmomanômetro. 4. Acreditação



o laboratório de Temperatura na ISO IEC 17025. Programas: 1. Publicação da 2ª Edição do Programa de Integridade. 2. Campanha A Voz da Integridade. 3. Criação de Curso Básico sobre Gestão de Riscos à Integridade. 4. 1ª Ação Conjunta de Combate ao Assédio Moral e Sexual. 5. Palestra Novo Código de Ética da Administração Pública Estadual. 6. Criação da Cartilha de Integridade. 7. Levantamento de Riscos à Integridade para elaboração do Plano de Ação 2.026. 8. Auditoria Interna em 6 processos de trabalho. 9. Programa de Contratação de Inovação - INNOVC. Metas: 1. Em 2.025 (até outubro), foram fiscalizados/verificados, 45.090 estabelecimentos e homologados 5.004 autos de infração. 2. Na verificação subsequente, foram verificados 496.769 instrumentos, sendo reprovados 9.707. 3. Na verificação após reparo, foram verificados 2.717 instrumentos, sendo reprovados 54. 4. Na verificação inicial, com aproximadamente 140 fabricantes, foram verificados 789.529 instrumentos, sendo reprovados 520. 5. Na auto verificação, que consiste na supervisão dos instrumentos fabricados ou reparados, por meio de auditorias e venda de selos de verificação, efetuada somente em cronotacógrafos, esfigmomanômetros, instrumentos de medição para fluxo de água fria (hidrômetros), instrumentos de medição de gás e instrumentos de medição de eletricidade (medidor de energia elétrica), foram auto verificados 3.186.950 instrumentos. 6. Na Declaração de Conformidade por parte dos fabricantes, atestante a conformidade dos instrumentos em substituição a verificação inicial, autorizado de maneira provisória e emergencial devido à pandemia, foram declarados pelos fabricantes 1.479.175 instrumentos. 7. Na fiscalização de produtos pré-medidos, foram 16.705 exames em produtos, sendo que 976 destes exames foram nos fabricantes e homologados 1.394 autos de infração. 8. Na vigilância de mercado, foram verificados 1.217 produtos, sendo 180 reprovados e, do total de Unidades de Gás Liquefeito de Petróleo, foram 131 fiscalizadas, sendo 9 reprovadas. 9. Doações ao Fundo Social de São Paulo – FUSSP de mais de 4.118kg de produtos. 10. Na verificação/inspeção volumétrica em veículos-tanque rodoviários e ferroviários transportadores de combustíveis, sendo 4.540 verificações; 43 fiscalizações em rodovias, e bases de carregamento de combustíveis, fiscalizados 709 veículos-tanque rodoviários, emissão de 113 Autos de Infrações, 1.091 cronotacógrafos fiscalizados e emitidos 51 Autos de Infração. 11. Vigilância de mercado em veículos-tanque e cronotacógrafos: “Operação Cavalo de Aço” (inspeção nos veículos com objetivo de prevenir acidentes, proteger os cidadãos, o patrimônio e o meio ambiente): 12 fiscalizações, sendo 193 veículos fiscalizados, 42 autuados. Fiscalizados 381 cronotacógrafos, sendo emitidos 23 Autos de Infração, “Operação Locomotiva” (Inspeção em vagões tanques ferroviários): 02 fiscalizações, sendo 32 fiscalizados, 25 autuados. 12. Na verificação e fiscalização de cronotacógrafos, foram 183.018 leituras de discos, fiscalizados 8.235 veículos e 957 autuações. 13. Nas Avaliações de empresas permissionárias, foram 809 vistorias, 10.897 fiscalizações realizadas em campo, 17 fiscalizações realizadas nas instalações de oficinas, 343.980 selos reparados fornecidos, 149.981 Lacres Azuis fornecidos e 148 autuações. 14. No serviço de laboratório de desenvolvimento de tecnologia antifraude: recebidos 344 e analisados 222 componentes pertencentes a bombas medidoras de combustíveis líquidos com indício de fraude metrológica para realização de exames periciais, 23 laudos emitidos, com 228 bicos dos quais 196 bicos apresentaram fraudes metrológicas (85,96%). 15. Na Fiscalização de Produtos e Serviços com a Conformidade Avaliada, foram fiscalizadas 906.760 unidades, sendo 806.430 aprovadas, 69.399 reprovadas, 30.551 apreendidas, 46 interditadas e 334 coletadas em um total de 7.032 estabelecimentos (incluindo os estabelecimentos dos produtos têxteis) e emitidos 666 autos de infração. 16. Fiscalização de Produtos Têxteis, em 2.025 (até outubro), foram fiscalizadas 339.916 unidades de produtos têxteis, sendo 311.349 aprovadas, 28.362 reprovadas. 17. Nos serviços de Calibração, Ensaio, Medições e Verificações Especiais, foram calibrados, ensaiados ou verificados 3.373 em verificação subsequente



(109 destes foram reprovados), 199.487 em verificação inicial (603 destes foram reprovados) e 9 em após reparo (sem reprovados). *Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON:* Ações:

1. Realização de 706.239 atendimentos a consumidores em 2.025, integrando canais presenciais e remotos, com melhoria dos fluxos de atendimento, celebração de Planos de Conformidade, monitoramento de sites não recomendados e encaminhamento de casos a órgãos parceiros, consolidando o produto "Atendimento e orientação ao consumidor".
2. Execução de ações regionalizadas e de suporte técnico aos Procons municipais, com consultas e orientações técnicas, visitas e capacitações, inclusive para uso do sistema Procon-SP Digital, assegurando uniformidade de atuação e fortalecimento da rede estadual de proteção e defesa do consumidor.
3. Realização de ações de fiscalização do mercado de consumo, com mais de 19.231 atos fiscalizatórios, autos de infração e operações especiais em segmentos estratégicos, com verificação de qualidade e segurança de produtos e serviços, informação adequada de preços e combate a práticas abusivas, consolidando a dimensão repressiva e pedagógica do produto "Fiscalização do mercado de consumo".
4. Implementação de ações de educação para o consumo e produção de conhecimento aplicado, com atividades educativas dirigidas a públicos diversos da rede de consumo, por meio de palestras, oficinas, cursos, relatórios de pesquisas e materiais didáticos, alcançando cerca de 60.934 pessoas e fortalecendo o produto "Educação para o mercado de consumo".
5. Adoção de ações de comunicação institucional articuladas com a educação para o consumo, com conteúdos informativos, campanhas temáticas e uso de canais digitais, imprensa e redes sociais para difusão de orientações e alertas, com entrevistas, monitoramento de matérias na mídia, alcance global superior a 2.084.000 visualizações e ampliação da base de seguidores nas principais redes sociais.
6. Desenvolvimento de ações jurídicas e regulatórias voltadas à proteção do consumidor, com participação em consultas e audiências públicas, manifestações técnicas em processos administrativos, orientação a fornecedores e pareceres em projetos de lei com impacto nas relações de consumo, garantindo segurança jurídica e efetividade das sanções.
7. Realização de ações de controle, processamento de autos e recuperação de créditos decorrentes de sanções administrativas, com cadastramento e acompanhamento de processos, inscrição em dívida ativa, emissão de certidões de regularidade e racionalização do acervo, garantindo a conclusão do ciclo de fiscalização e recuperação dos créditos.
8. Execução de ações de gestão administrativa, financeira e de infraestrutura voltadas à sustentação das atividades finalísticas do Programa do PPA, incluindo a gestão dos recursos oriundos de multas de consumo, o apoio às unidades de atendimento, fiscalização e educação, a modernização dos espaços físicos e tecnológicos e a implementação de rotinas que assegurem maior eficiência, transparência e economicidade na prestação dos serviços.
9. Implementação e fortalecimento do "Protocolo Não se Cale" no âmbito das relações de consumo, com materiais educativos, ações integradas de fiscalização e orientação a estabelecimentos comerciais e campanhas voltadas à prevenção de assédio e da violência contra as mulheres em ambientes de consumo.
10. Elaboração de cartilhas, guias e materiais de orientação para o mercado de veículos usados, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SP, concentrado na compra e venda, prevenção a fraudes, segurança documental e transparência nas informações, visando qualificar consumidores e fornecedores e reduzir práticas abusivas e litígios.
11. Atuação em "Direitos do Consumidor em Jogos e Apostas Esportivas", em cooperação com entidades parceiras, com materiais educativos, pesquisas e ações de esclarecimento sobre riscos, direitos e deveres nas novas modalidades digitais de entretenimento, especialmente em plataformas de jogos e apostas on-line.

Projetos: 1. Projeto de educação em direitos básicos do consumidor para populações indígenas no Estado de São Paulo, com elaboração de materiais específicos (incluindo versões em idioma próprio sempre que possível), ações



educativas presenciais e remotas, e orientações voltadas às peculiaridades socioculturais dessas comunidades, visando promover a inclusão plena das populações indígenas na política pública de proteção e defesa do consumidor. 2. Projeto de educação em direitos básicos do consumidor para refugiados e imigrantes, com desenvolvimento de cartilhas temáticas (moradia, educação, serviços financeiros, telefonia móvel, transporte rodoviário e aéreo) e ações de orientação, em articulação com órgãos parceiros, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades informacionais e assegurar conhecimento mínimo sobre direitos, deveres e canais de solução de conflitos nas relações de consumo. 3. Projeto de consolidação e expansão do Plano de Conformidade, denominado “Compromisso com os consumidores”, com a adesão de 31 empresas de setores estratégicos, definição de metas de redução de reclamações, melhoria de índices de solução e aperfeiçoamento de fluxos internos de atendimento, atuando como instrumento de autorregulação assistida e de melhoria contínua da qualidade dos serviços, integrado diretamente às metas de atendimento e fiscalização do Programa PPA 2.024-2.027. Programas: 1. Programa de descentralização e regionalização dos serviços de proteção e defesa do consumidor, estruturado a partir dos núcleos regionais e dos Procons municipais conveniados, com foco em fiscalização regionalizada, orientação a fornecedores e educação para o consumo, atingindo 529 municípios e aproximadamente 93% de cobertura das ações, em estreita vinculação ao produto de fiscalização regionalizada e orientação a fornecedores previsto no Programa do PPA 2.024-2.027. 2. Programa de atendimento e orientação ao consumidor, responsável por 706.239 atendimentos entre janeiro e outubro de 2.025, realizados por meio de postos presenciais, unidades avançadas, Procon Racial, Centros de Integração da Cidadania, portal eletrônico, telefone, redes sociais e mediações em plataformas digitais, incluindo ações especiais em períodos de maior demanda (como Semana do Consumidor e campanhas de grandes datas promocionais), concretizando o produto “Atendimento e orientação ao consumidor” e priorizando a solução administrativa de conflitos. 3. Programa de fiscalização do mercado de consumo, que efetivou mais de 19.231 atos fiscalizatórios até outubro de 2.025, com lavratura de aproximadamente 3.354 autos de infração e realização de operações temáticas em aeroportos, terminais rodoviários, postos de combustíveis, estabelecimentos comerciais e setores sensíveis, visando garantir o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor e de legislações estaduais correlatas, em completa aderência ao produto “Fiscalização do mercado de consumo” do Programa PPA 2.024-2.027. 4. Programa de educação para o mercado de consumo, desenvolvido pela Escola de Proteção e Defesa do Consumidor e por unidades técnicas especializadas, com a realização de 719 atividades educativas, abrangendo palestras, oficinas, formações, cursos a distância, ações voltadas a públicos vulneráveis (como idosos, populações indígenas, refugiados e estudantes), bem como a emissão de relatórios de pesquisas de preços e comportamentais, consolidando o produto “Educação para o mercado de consumo” e contribuindo para a mudança de comportamento de consumidores e fornecedores. 5. Programa de apoio administrativo, tecnológico e de gestão institucional, responsável pelo suporte à execução dos demais eixos do Programa do PPA 2.024-2.027, compreendendo a gestão administrativa e financeira, a execução do plano anual de contratações, a modernização da infraestrutura de atendimento, a migração para sede mais adequada às necessidades de atendimento ao público e de trabalho interno, a redução do acervo físico de processos por meio de racionalização e digitalização, e a expansão do sistema Procon-SP Digital com realização de capacitações abrangendo 118 Procons, configurando o produto “Apoio administrativo e sustentação e inovação tecnológica às unidades da Fundação Procon-SP”. 6. Programa de apoio administrativo e sustentação tecnológica às unidades da Fundação Procon-SP, materializado na modernização da infraestrutura de redes, servidores, estações de trabalho e telefonia IP da nova sede, bem como no reforço da infraestrutura tecnológica dos Procons



municipais, garantindo condições adequadas para a execução das ações de atendimento, fiscalização e educação para o consumo previstas no Programa do PPA. 7. Programa de transformação digital da gestão e do atendimento ao consumidor, concretizado pela expansão e pelo aperfeiçoamento do Procon-SP Digital, pela integração gradativa com o SEI, pela adoção de mecanismos de assinatura eletrônica e por soluções móveis de apoio à fiscalização, em linha com o objetivo estratégico de governo digital, eficiente e transparente. Metas: 1. A Fundação Procon-SP, por intermédio da Diretoria de Relações Institucionais, alcançou o percentual de 92,40% da população residente em municípios com atendimento presencial da Fundação Procon-SP ou de Procons municipais conveniados, superando a meta de 91,50% estabelecida para 2.025 no indicador “Percentual da população residente em municípios com atendimento presencial”, em estrita aderência ao Programa, Proteção e Defesa do Consumidor, do PPA 2.024-2.027. 2. A atuação regionalizada do Procon-SP atingiu 69,92% de cobertura estadual de ações preventivas de consumo, superando a meta de 64% prevista para 2.025 no indicador “Cobertura estadual de ações preventivas de consumo”, o que demonstra o fortalecimento da descentralização das ações de fiscalização, orientação e educação para o consumo em todas as regiões do Estado, diretamente vinculada ao produto de fiscalização regionalizada previsto no PPA. 3. No indicador “Razão entre o número de fornecedores orientados e o número de fornecedores autuados”, foi registrado índice de 2,43 em 2.025, acima da meta de 1,8, evidenciando a priorização da orientação e da educação de fornecedores como estratégia de prevenção de infrações, cumprindo com o objetivo de reduzir a necessidade de autuações e litígios, reforçando o caráter pedagógico das ações de fiscalização do Programa do PPA 2.024-2.027. 4. Foram atendidos 529 municípios pela regionalização, alcançando aproximadamente 93% de cobertura das ações de proteção e defesa do consumidor realizadas pelos núcleos regionais, contribuindo diretamente para as metas dos indicadores “Número de municípios atendidos pela regionalização” e “Percentual de municípios que receberam ações de proteção e defesa do consumidor (orientação e fiscalização)”, o que reforça a capilaridade da política estadual de defesa do consumidor. 5. No atendimento direto aos consumidores, foram realizados 706.239 atendimentos entre janeiro e outubro de 2.025, com formalização de 31 Planos de Conformidade com fornecedores de diversos setores, superando a meta de expansão de 12% prevista para 2.025 no indicador específico do PPA, consolidando o Plano de Conformidade como instrumento estruturante de melhoria da qualidade dos serviços e de redução de reclamações, integrante do produto “Atendimento e orientação ao consumidor”. 6. Na fiscalização do mercado de consumo, foram realizados mais de 19.231 atos fiscalizatórios até outubro de 2.025, com resultado superior à meta qualitativa do indicador “Percentual de averiguações preliminares concluídas no mês sem autuações”, que alcançou patamar de 76% frente à meta de 71,06% para 2.025, demonstrando que, mesmo com forte presença fiscalizatória, o incremento na orientação prévia tem permitido maior adequação espontânea dos fornecedores às normas de defesa do consumidor. 7. Na educação para o mercado de consumo, foram realizadas 719 atividades educativas dirigidas a consumidores, fornecedores, servidores, educadores e Procons municipais, atingindo 60.934 pessoas, com emissão de 133 relatórios de pesquisas comportamentais e de preços, superando as metas do indicador “Número de ações educativas realizadas e pesquisas publicadas” e atingindo índice de satisfação do público superior a 85%, em conformidade com o produto “Educação para o mercado de consumo”, previsto no PPA 2.024-2.027. 8. Consolidação da modernização da infraestrutura tecnológica da Fundação Procon-SP, com renovação integral do parque computacional, implantação de telefonia IP e fortalecimento da infraestrutura da rede de Procons municipais, em aderência ao produto “Apoio administrativo e sustentação e inovação tecnológica às unidades da Fundação Procon-SP” do Programa do PPA 2.024-2.027. 9. Ampliação do uso do Procon-SP Digital como plataforma



estruturante de registro e gestão dos atendimentos e suporte às ações de fiscalização, alinhada às diretrizes de governo digital e de melhoria da experiência do usuário previstas no PPA. *Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC*: Ações: 1. Considerando que o espaço da nova sede não comporta todo o volume de perícias de Medicina Legal (ML) e de Investigação de Vínculo Genético (IVG) realizadas na Capital, o IMESC passou a atender também na Rua Boa Vista, em espaço cedido pela Defensoria Pública; 2. As perícias psiquiátricas de réus presos e soltos, na Capital, ainda são realizadas no Fórum Criminal da Barra Funda; 3. Inauguração da 22ª unidade de atendimento, localizada no Fórum de Santos, destinada à coleta de material biológico para perícias de IVG; 4. Realização de 22 ações do programa “IMESC Vai até Você”, sendo 20 de ML (2.723 pessoas atendidas) e 2 de IVG (214 famílias atendidas, totalizando mais de 749 pessoas); 5. Realização de 10 plantões do programa “Encontre Seu Pai Aqui” do Ministério Público, com 95 famílias atendidas (mais de 332 pessoas) para coleta de material biológico destinado a perícias de IVG; 6. Participação no programa “Meu Pai Tem Nome” da Defensoria Pública, com responsabilidade pela coleta de material biológico e produção dos laudos de IVG; 7. Realização de perícias para emissão de laudo caracterizador de deficiência para fins de inclusão no mercado de trabalho (Programa Estadual Meu Emprego Inclusivo). 8. Realização de perícias em pessoas com deficiência para fins de isenção de IPVA, com a emissão de 68.166 laudos; 9. Realização de avaliações para apuração da necessidade de concessão de horário especial a servidores estaduais com deficiência ou transtorno do espectro autista, bem como àqueles que tenham cônjuge, companheiro, filhos ou dependentes nessas condições; 10. Realização do I Simpósio Paulista de Medicina Legal e Perícias Médicas, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura; 11. Participação em eventos científicos na qualidade de ouvintes, palestrantes e com apresentação de pôsteres; 12. Realização de palestras voltadas a servidores do IMESC; 13. Realização de estudo para implementação da Teleperícia em casos de cessação de periculosidade; 14. Oficialização da implantação da Teleperícia por meio da assinatura do Termo de Provimento de Telemedicina, em ato conjunto com o Secretário da Justiça e Cidadania e representantes da Corregedoria Geral da Justiça, Procuradoria-Geral de Justiça, Secretaria de Administração Penitenciária, Defensoria Pública do Estado, OAB-SP e Tribunal de Justiça de São Paulo; 15. Assinatura de termo de parceria com a Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - Fundunesp, com o objetivo de impulsionar projetos direcionados para inovação, excelência técnica e impacto social; 16. Assinatura de convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e o Governo do Estado do Amazonas para a realização de 2.500 exames gratuitos de DNA pelo IMESC, destinados a processos de investigação de paternidade, custeados pelo Estado do Amazonas; 17. Realização de treinamento de atualização em coleta de material biológico destinado a exames de DNA em processos de investigação de paternidade do Tribunal de Justiça do Amazonas; 18. Publicação de editais para cadastramento e credenciamento de médicos peritos. Projetos: 1. Reestruturação do órgão; 2. Mudança de endereço da sede do IMESC. Programa: Programa PPA: 1714 - PERÍCIA JUDICIAL DE ML E DE IVG. Metas: 1. Indicador 4588 - NÚMERO DE LAUDOS EXPEDIDOS DE PERÍCIAS DE MEDICINA LEGAL (ML) NO ESTADO DE SÃO PAULO. Meta parcial no ano (até out/2025): 31.730 (94% do previsto); 2. Indicador 4611 - PERCENTUAL DE COMPARECIMENTOS NAS PERÍCIAS DE ML. Meta parcial no ano: 61% (acima do previsto); 3. Indicador 4589 - NÚMERO DE LAUDOS EXPEDIDOS DE PERÍCIAS DE INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO (IVG) NO ESTADO DE SÃO PAULO. Meta parcial no ano: 4.371 (59% do previsto); 4. Indicador 4614 - PERCENTUAL DE COMPARECIMENTOS NAS PERÍCIAS DE IVG. Meta parcial no ano: 45%. 5. Indicador 4620 - NÚMERO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA. Meta parcial no ano: 80 (364% acima do previsto); 6. Indicador 4758 - PERCENTUAL DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA REALIZADAS EM COMPARAÇÃO COM AS AÇÕES PREVISTAS. Meta parcial do ano: 87% (acima do previsto); 7. Indicador 5734 - PERCENTUAL



DE PROCEDIMENTOS AUTOMATIZADOS IMPLANTADOS - MODULO IVG. Meta parcial do ano: 0%. Comentário: A previsão era a de que em março de 2.024 se iniciasse a implantação/homologação de 01 dos 04 procedimentos automatizados. Em 23/12/2.024, foi contratada uma nova empresa, cujo encargo abrange desenvolver o módulo IVG. No entanto, em razão de falhas persistentes no módulo de ML e da elevada demanda por perícias nessa área, os esforços seguem voltados à resolução de tais pendências; 8. Indicador 5739 - NÚMERO DE PROTOCOLOS RECEBIDOS VIA INTEGRAÇÃO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). Meta parcial do ano: 67.268 (64% do previsto). Comentário: de jan a out/2.025 foram devolvidos 35.286 protocolos por problemas no preenchimento dos ofícios de solicitação de perícia por parte das Varas. Se não fosse por isso, a meta parcial do ano estaria em 102.554 (98% do previsto). *Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA:* Ações: 1. Ampliação e execução das ações pedagógicas, profissionalizantes, de saúde integral e psicossocial nos centros de atendimento, com evolução acima das metas previstas no PPA; 2. Expansão das articulações intersetoriais com municípios para o fortalecimento do Programa Depois do Amanhã e do atendimento pós-medida; 3. Realização de 14 reformas de melhorias de infraestrutura e manutenção nos centros e equipamentos da Fundação; 4. Intensificação das ações de acompanhamento familiar, atendimento técnico e articulação com a rede de garantia de direitos; 5. Consolidação de protocolos institucionais e aperfeiçoamento dos processos internos de monitoramento, avaliação e gestão socioeducativa; 6. Participação nas quatro Reuniões Técnicas do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo (FONACRIAD) e realização de uma delas em São Paulo; 7. Presidente da Fundação CASA foi eleita presidente do FONACRIAD para o biênio 2.026-2.027. Projetos: 1. Evolução da Aprendizagem, alcançando 78,28% de evolução no nível educacional, superando a meta prevista; 2. Atenção Integral à Saúde, com mais de 1,48 milhão de atendimentos realizados até outubro; 3. Profissionalizante, com expansão da oferta de cursos e 7.108 certificações; 4. Criação da "CASA da Memória Sérgio Ranalli - Tecendo Histórias", o acervo histórico da Fundação CASA que será aberto ao público com visitas guiadas; 5. Modernização e reestruturação do NAID, órgão da instituição responsável pela curadoria documental da Fundação CASA e dos jovens atendidos; com previsão de conclusão em dezembro de 2.025; 6. Comitê de Planejamento Estratégico: cinco macro metas institucionais (Redução da Reincidência Infracional; Adoção do Planejamento em todos os níveis; Implantação de Novos Sistemas Informacionais; Redução do Índice de Absenteísmo; Ampliação dos Canais de Comunicação); definidas em 497 ações, 5.697 etapas e 35 áreas. 7. Comissão de Absenteísmo: Entre 2.023 e 2.024, os dias de afastamento por motivo de saúde caíram de 223.081 para 190.919 (redução de 14,4%), e entre 2.024 e 2.025 (jan-out) houve nova queda de 190.919 para 173.519 (redução de 9,1%). 8. Comissão de Governança: De 142 contratos para 49 e 26 processos de ATA com cerca de 1,5 mil itens; 9. Acreditação: A Corregedoria Geral da Fundação CASA recebeu acreditação oficial da Controladoria Geral do Estado, tornando-se a 1ª unidade de corregedoria acreditada de São Paulo, um reconhecimento que certifica a área pela qualidade, rigor técnico e confiabilidade no cumprimento de padrões e requisitos institucionais. Programas: 1. Depois do Amanhã: assinatura de 21 termos de cooperação em 2.025 e ampliação de atendimentos aos jovens e famílias, 1.515 adolescentes aderentes desde 2.024 e mais de 3.800 atendimentos exclusivos em 2.025; 2. Cuidando de Quem Cuida: voltado à saúde e bem-estar do servidor; 3. Virando a Página: torna a leitura uma prática obrigatória em todos os centros socioeducativos de internação, internação provisória e semiliberdade; 4. Lançamento de Salas de Leitura (bibliotecas) nos centros socioeducativos de Sorocaba; 5. Fábricas de Cultura: oficinas artísticas e musicais oferecidas aos adolescentes nos centros oferecidas pela Secretaria da Cultura, Indústria e Economia Criativas; 6. Colaboradores que Inspiram: reconhecimento de servidores; 7. Modernização da



Tecnologia: criação do Portal do Adolescente; atualização do Sistema RH - Folha de Ponto; locação de computadores; inteligência artificial nas câmeras dos centros socioeducativos. Metas: 1. Evolução da aprendizagem: meta 60% → resultado 77%; 2. Redução da reincidência semestral: meta 22,20% → resultado 20,11%; 3. Certificação profissional: meta 87% → resultado 95%; 4. Atendimentos educacionais: meta 381.600 → projeção superior a 390.000 no ano; 5. Atendimentos de saúde (clínicos, odontológicos, de enfermagem, psicossocial, deslocamentos para atendimento na rede do SUS e aplicação de vacinas): meta 1.577.902 → projeção superior a 1,87 milhão; 6. Atendimentos psicossociais adequados: meta 31,23% → resultado 34,55%; 7. Aplicação de vacinas: 3,2 doses por adolescente no ano; parcial até 30/11: 3,1 doses (13.314); 8. Programa Depois do Amanhã: meta 25 municípios pactuados → resultado parcial até novembro: 21; 9. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI): 7 parcerias firmadas com municípios; 10. Programa de Educação Formal: média mensal de mais de 4.400 adolescentes matriculados no Ensino Fundamental e Médio; 11. Programa de Ensino Técnico em parceria com ETECs e FATECs, atendendo adolescentes em formação profissional de nível técnico; 12. Maturidade de Governança: na avaliação de 2.024, a Fundação CASA atingiu o nível IV. A meta para 2.025 é nível III.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

INTRODUÇÃO: A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) tem sua estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto Estadual nº 69.376/2025 e detalhamento pela Resolução SEMIL nº 17/2025. Atua no planejamento e execução das políticas públicas estaduais relacionadas às mudanças climáticas, ao meio ambiente, aos recursos hídricos, à expansão e melhoria do saneamento básico, à promoção da transição energética e da mineração sustentável e à ampliação, modernização, operação e manutenção da infraestrutura de transportes a cargo do Estado, exceto de passageiros de regiões metropolitanas. A diretriz norteadora da SEMIL define o meio ambiente como o elemento integrador de suas políticas públicas; a infraestrutura enquanto pilar e meio essencial ao desenvolvimento da sociedade; e a logística como fator imprescindível à movimentação de pessoas e cargas, garantindo a subsistência na interligação das cadeias. Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pela SEMIL no ano de 2025. A apresentação das informações toma por base as principais áreas de atuação, os programas estruturantes da Secretaria e instrumentos estratégicos como os Planos Setoriais e o Plano Plurianual, que norteiam o planejamento e a execução das ações, de tal modo que seja possível uma visão integrada do que foi feito pela Pasta e por suas entidades vinculadas. O relatório está organizado nos temas: Governança, Gestão e Integridade; Estratégia Climática do Estado de São Paulo; Meio Ambiente; Segurança Hídrica; Saneamento; Energia e Mineração; Logística e Transportes. **GOVERNANÇA, GESTÃO E INTEGRIDADE:** A atuação da SEMIL está alicerçada nos princípios da Administração Pública, pela defesa da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e nas diretrizes do Governo, focadas no desenvolvimento, diálogo e dignidade. No contexto da Governança, no ano de 2025, a SEMIL consolida sua nova estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 69.376/2025 e Resolução SEMIL nº 17/2025. Suas vinculadas passam igualmente por mudanças significativas, com destaque para os avanços regulatórios na Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP-Águas) e a reestruturação administrativa da Fundação Florestal (Portaria Normativa FF-DE nº 19/25). Para o aprimoramento da gestão e a eficácia das políticas públicas, foi criada na estrutura da SEMIL a Subsecretaria de Gestão Corporativa, que tem dentre suas competências, a responsabilidade de supervisionar e coordenar a área meio e as unidades administrativas - planejando, gerindo e monitorando as atividades de orçamento e finanças, licitação e contratos, tecnologia da informação, gestão de pessoas, dentre outras. Além disso, foram criadas instâncias voltadas a aprimorar a gestão de ações estratégicas, com destaque para: (i) a Comissão de Planejamento, Avaliação e Acompanhamento Orçamentário (CPAO), responsável por coordenar, supervisionar e acompanhar a gestão e execução orçamentária de forma integrada aos processos de planejamento estratégico (Resolução SEMIL nº 38/2025); e (ii) consolidação do Comitê Interno de Governança (Resolução SEMIL nº 35/2024), que tem o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos. O fortalecimento institucional contou ainda com ações de valorização funcional, que envolvem: (i) na administração direta: reestruturação de carreiras públicas de Especialista Ambiental (Lei Complementar nº 1.426/2025) e de Pesquisador Científico (Lei Complementar nº 1.435/2025); e (ii) na administração indireta: concurso para provimento de cargos de nível técnico e superior na CETESB, com contratação de 224 servidores em 2024 e ampliação para chamamento de mais 60 novos servidores em 2025, totalizando 284, o que representa ampliação de 17% do quadro funcional da companhia; e (iii) aprovação do Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Florestal (Decreto Estadual nº 69.902/2025), corrigindo um cenário de defasagem do quadro funcional da fundação e caminhando para abertura de concurso destinado ao preenchimento de 173 cargos, visando fortalecer a gestão e proteção das



unidades de conservação paulistas. Na área de gestão de pessoas, a SEMIL vem empenhando esforços para capacitação profissional, com a criação de portal para divulgação de agenda de cursos e treinamentos em diversas instituições, com registro de mais de 570 certificados de conclusão de cursos em 2025, assim como disponibilização de vagas em curso de Pós-Graduação *latu sensu* e o lançamento da Trilha de Aprendizagem ofertada a 95 servidores em cargos de liderança e assessoramento especial. No tocante à gestão das carreiras, em 2025 foram seis processos concluídos atrelados à evolução funcional (promoção e progressão) envolvendo 14 carreiras públicas presentes na SEMIL. O fortalecimento institucional permite avançar na transparência pública. Neste sentido, a SEMIL disponibiliza informações sobre as ações, políticas e programas da Pasta, bem como sobre decisões, aplicação e uso dos recursos públicos. Em alinhamento com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e ao Decreto Estadual nº 68.155/2023, que dispõe sobre o acesso a informações no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, a Pasta vem trabalhando em algumas frentes para melhorar a transparência ativa: (i) reestruturação e atualização permanente do site: <https://semil.sp.gov.br/>; (ii) publicação e atualização de Carta de Serviços; (iii) publicação e início da implementação, em 2025, do Plano de Dados Abertos, em conformidade com a Política de Dados Abertos da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 68.769/2024) e com direcionamento de informações ao Portal de Dados Abertos do Governo do Estado de São Paulo: <https://dadosabertos.sp.gov.br/>. Em 2025, a SEMIL recebeu reconhecimento da Controladoria Geral do Estado - CGE por suas políticas de integridade, consideradas referência em governança e transparência na administração pública. Segundo a CGE, as medidas adotadas pela SEMIL desde 2023 proporcionaram maior agilidade no atendimento ao cidadão, clareza nas informações e uma estrutura normativa alinhada à Lei de Acesso à Informação, à Lei Complementar Estadual nº 1.419/2024 e aos princípios do Acordo de Escazú, tratado regional da América Latina e do Caribe que promove o acesso à informação, participação pública e justiça em questões ambientais, além de proteger os defensores ambientais. Dados da Ouvidoria Geral do Estado indicam que a Pasta apresenta altos índices de satisfação no atendimento a pedidos de informação e baixo volume de recursos administrativos contra negativas. As instituições ambientais, caracterizadas pela SEMIL e suas vinculadas, registraram média de 9 de 10 em satisfação, considerada muito alta pela Ouvidoria Geral do Estado. A SEMIL também ampliou o acesso digital a serviços ambientais, com dezenas de procedimentos disponíveis no Portal de Serviços do Governo de São Paulo, em áreas como licenciamento ambiental, fiscalização e educação ambiental. Como exemplo, tem-se a disponibilização de dados em plataformas temáticas da SEMIL e órgãos vinculados, como Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – DataGEO: <https://datageo.ambiente.sp.gov.br/>; painéis como de Incêndios Florestais em Unidades de Conservação (<https://semil.sp.gov.br/sma/sp-sem-fogo/>), Painel Verde SP (<https://semil.sp.gov.br/painelverde/>); mapas entre os quais Mapa da Qualidade das Praias Litorâneas (<https://cetesb.sp.gov.br/praias/#>), boletins como os publicados pela Sala de Situação São Paulo (<https://www.spaguas.sp.gov.br/site/sssp/>); além de demais dados setoriais disponíveis nos portais de suas subsecretarias e vinculadas. **ESTRATÉGIA CLIMÁTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO:** A Estratégia Climática do Estado de São Paulo está alicerçada na Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) (Lei Estadual nº 13.798/2009), coordenando esforços em duas principais frentes de atuação: mitigação e adaptação. A estratégia tem como premissa a transversalidade para assegurar que os planos setoriais e programas estruturantes da Secretaria observem as diretrizes relacionadas às questões climáticas e de sustentabilidade, promovendo eficiência e efetividade na resposta aos desafios globais. Destacam-se na Estratégia: o fortalecimento da estrutura de Governança da PEMC, o Plano de Ação Climática (PAC 2050), lançado em 2022 e o Plano Estadual de



Adaptação e Resiliência Climática (PEARC), lançado em junho de 2025; além da instituição do Finaclima-SP. Em 2025, o Estado de São Paulo consolidou a estrutura de governança da PEMC, sustentada pelo Comitê Gestor da Política de Mudanças Climáticas (CGPEMC) e pelo Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CEMC), reorganizados por meio do Decreto nº 68.308/2024 e pelo Decreto nº 69.320/2025. O CGPEMC, em 2025, realizou sete Plenárias, quatro Reuniões Ordinárias e três Reuniões Extraordinárias. Dentre as ações e deliberações do ano, destacam-se a aprovação de seu Regimento Interno, a apreciação das ações e subações do primeiro ciclo de implementação do PEARC, a análise da proposta metodológica de revisão do PAC 2050 e a Deliberação CGPEMC nº 02/2025, que estabelece acompanhamento específico e o monitoramento do regime de prevenção e contingência para o abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, instituído pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio da Deliberação ARSESP nº 1.704, de 25 de agosto de 2025. Em 2025, o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, aprovou seu Regimento Interno e realizou sete Plenárias, quatro Reuniões Ordinárias e três Reuniões Extraordinárias, em que com debates de temas como: as estratégias de mitigação de emissões, a gestão de recursos hídricos e de resíduos sólidos, e cidades resilientes. O Plano de Ação Climática (PAC 2050), lançado em 2022, é o principal instrumento do Estado de São Paulo para alcançar a neutralidade climática até 2050. Em 2025, foi iniciado o processo para a revisão do PAC 2050 e para a implementação do componente de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV), com objetivo de garantir a efetividade das ações de mitigação às mudanças climáticas, promover a transparência e garantir a prestação de contas das ações e metas previstas no Plano. Em relação às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a SEMIL firmou acordo de cooperação técnica para adoção oficial e uso da Plataforma do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), disponível no endereço eletrônico: <https://seeg.eco.br>. Em junho de 2025, a CETESB lançou a nova versão do Relatório Dinâmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), contendo informações dos inventários de diferentes setores econômicos de São Paulo, licenciados pelo órgão. O relatório está disponível no endereço: <https://cetesb.sp.gov.br/inventario-gee-empreendimentos/relatorio-dinamico-de-emissoes-de-gee/>. Lançado em 2023, o Compromisso SP Carbono Zero é direcionado a fomentar a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em organizações públicas e privadas. O Compromisso incentiva a apresentação de inventários de emissões diretas de gases de efeito estufa e a definição de trajetórias de descarbonização até 2050. As organizações realizam a adesão de forma voluntária. Até novembro de 2025, o programa contabilizou 58 organizações membros com reconhecimento aplicado, o que representa um crescimento de cerca de 50% em relação ao ano anterior (2024). No Ciclo 2025-2026 do Compromisso SP Carbono Zero foi promovido o Prêmio SP Carbono Zero - Edição 2025 (Resolução SEMIL nº 035/2025). O prêmio foi organizado em quatro categorias setoriais (Transição Energética, Restauração Ecológica, Circularidade e Mobilidade Sustentável) e duas categorias especiais (Finanças Verdes e Melhor Iniciativa SP Carbono Zero). Ao todo, 116 projetos e iniciativas foram habilitados para a etapa de votação popular, realizada durante todo o mês de outubro de 2025, resultando na eleição da “Melhor Iniciativa SP Carbono Zero”. O projeto de restauração ecológica “Corredores de Vida” do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) foi reconhecido como o vencedor. A empresa Motiva premiada como maior doadora do Finaclima-SP. No âmbito da estratégia climática paulista, destaca-se o lançamento, em junho de 2025, do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC), instrumento que visa estruturar, coordenar e articular a atuação do estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos negativos advindos das mudanças climáticas, atuais e futuros, fortalecendo a capacidade adaptativa, a resiliência e promovendo a justiça climática. A elaboração do Plano foi um processo colaborativo que envolveu consulta pública e abriu caminho para contribuições da sociedade e maior



transparência. Com horizonte de 10 anos, a implementação do PEARC será realizada em ciclos, permitindo ajustes e revisões ao longo do tempo. O primeiro ciclo, de 2025 a 2028, tem enfoque em 46 Ações e 101 Subações, organizadas em Ações Gerais e distribuídas em cinco Eixos Temáticos – Biodiversidade, Saúde Única, Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Hídrica e Zona Costeira – e dois Eixos Transversais e Estruturantes – Infraestrutura e Justiça Climática. Ainda em 2025 deu-se início a levantamento e construção de metodologia para o monitoramento da implementação do PEARC. Ainda no contexto de fortalecimento do Estado de São Paulo no enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças climáticas, o Finaclima-SP (Decreto Estadual nº 68.577/2024, alterado pelo Decreto Estadual nº 68.899/2024) figura como instrumento para ampliar recursos financeiros destinados a projetos estruturados que contribuam para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação e resiliência, alinhados às diretrizes da PEMC. O ano de 2025 marca a fase de implementação do mecanismo, com a assinatura de Acordo de Cooperação com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), entidade selecionada para gerir os recursos e projetos; e a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento de projetos de restauração de paisagens, sendo mais de 10 mil hectares disponíveis em Áreas de Preservação Permanente (APP) nos assentamentos rurais sob responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) no Pontal do Paranapanema, e na Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira. Até o final de novembro de 2025, R\$ 11,35 milhões foram mobilizados para projetos de restauração via Finaclima-SP, sendo: R\$ 7,35 milhões já contratados e mais R\$ 4 milhões compromissados, que incluem aportes decorrentes de conversão de multas ambientais. Foram destaques da agenda climática paulista no ano de 2025: *Summit Agenda SP + Verde*: realizado em 4 e 5 de novembro pela SEMIL, o evento pré-COP 30 reuniu cerca de 500 palestrantes, 6 mil participantes e movimentou mais de R\$ 21 milhões em negócios verdes. Ocasão em que o Estado de São Paulo divulgou Carta de compromissos, organizada em seis linhas estruturantes de atuação: (1) Governança, Transparência e Educação Ambiental; (2) Finanças Verdes e Inovação; (3) Justiça Climática; (4) Cidades Adaptadas, Resilientes e Circulares; (5) Conservação, Restauração e Sustentável da Biodiversidade e Oceano; e (6) Economia de Baixo Carbono e Transição Energética. O encontro foi uma parceria entre a SEMIL, Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo (SECLIMA), Universidade de São Paulo (USP) e a SP Negócios; além do apoio de diversas empresas privadas e instituições da sociedade civil. (<https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/11/Carta-de-Compromisso-SPVerde.pdf>). A SEMIL participou ativamente de plataformas nacionais e internacionais, como a *London Climate Action Week 2025*, a *New York Climate Week 2025* e a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém-PA. Memorando de Entendimento (MoU) entre o Governo do Estado e a *World Biogas Association* (WBA)— associação global dos setores de biogás e digestão anaeróbica — com foco no fortalecimento da indústria de biogás no Estado. O acordo prevê a definição e implementação de políticas, regulamentações e padrões para ampliar o uso de energias renováveis, reduzir emissões de GEE e estimular a produção de biogás e biometano. parceria SEMIL e a InvesteSP, destinada ao assessoramento técnico e ao fortalecimento do posicionamento estratégico do Estado nas agendas climática nacional e internacional. *Conferência Estadual de Meio Ambiente* realizada em 12 de março em parceria SEMIL e Universidade de São Paulo (USP). O evento teve como tema: “Emergência Climática: os Desafios da Transformação Ecológica”. A Conferência consolidou um amplo processo participativo e o resultado convergiu na seleção de 20 propostas prioritárias encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para a etapa nacional em Brasília, além da eleição de 70 delegados que representaram São Paulo na Conferência Nacional. *MEIO AMBIENTE: O Plano Estadual do Meio Ambiente*, lançado em junho de 2023, congrega os esforços de atuação da SEMIL sob 6 (seis) eixos: (1) Biodiversidade; (2)



Bioeconomia e Finanças Verdes; (3) Parques Estaduais; (4) Educação e Conscientização ambiental; (5) Fortalecimento Institucional; e (6) Resiliência e Adaptação Climática. Os temas vinculados ao Plano são tratados de forma transversal a partir das áreas de atuação da SEMIL, considerando sua sinergia especialmente com a Estratégia Climática, a Segurança Hídrica e o Saneamento.

BIODIVERSIDADE - Conservação, Restauração e Uso Sustentável de Paisagens e Ecossistemas: As iniciativas do estado e as parcerias com a sociedade civil contribuíram, entre 2023 e 2025, com cerca de 34 mil hectares em restauração de paisagens e ecossistemas no território paulista, representando o cumprimento de 90% da meta do Plano Estadual de Meio Ambiente (37.500 hectares até 2026) e do Plano de Ação Climática 2050 (1,5 milhão de hectares até 2050). Até dezembro de 2025 registrou-se um total de mais de 13 mil hectares em projetos de restauração ecológica, reparação de danos, conservação e manejo florestal. Estas iniciativas envolvem projetos vinculados ao Programa Refloresta-SP, além de compensações do licenciamento ambiental, reparação de danos, conversão de multas em serviços ambientais e projetos voluntários. O Programa Refloresta-SP (Decreto Estadual nº 66.550/2022) visa promover mudanças no uso do solo, contribuindo para maior geração de valor ao produtor rural e para o aumento da provisão de serviços ecossistêmicos, criando condições favoráveis à restauração de paisagens e ecossistemas no Estado. Os investimentos no Refloresta-SP somam R\$ 31 milhões, dos quais cerca de R\$ 5,5 milhões foram executados em 2025, e direcionados a estratégias para: implementação de unidades demonstrativas; iniciativas locais e incentivos econômicos, como agroflorestas, florestas multifuncionais e pagamento por serviços ambientais (PSA) com 9 municípios contemplados e Parque Estadual do Rio do Peixe; Projeto PSA Refloresta-SP - Vale+Verde, executado pelo Consórcio Intermunicipal 3 Rios; Projeto Piloto para Conservação de Mananciais com Soluções Baseadas na Natureza (SbN), iniciativa da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) em parceria com a SEMIL, as prefeituras de Piracaia e Joanópolis e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Destacam-se em 2025, no âmbito do ReflorestaSP: (i) Projeto RedeFloresta, destinado à elaboração de uma ferramenta WebGIS para apoio ao planejamento estratégico - parceria Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da USP (ESALQ/USP)/FAPESP; (ii) realização, até novembro, de 16 workshops para subsidiar a elaboração de 5 guias, para apoiar projetos em temáticas de restauração ecológica, reparação de danos ambientais, sistemas agroflorestais e uso sustentável de nativas; (iii) promoção de 27 workshops e cursos envolvendo mais de 650 participantes e abordando temas como Restauração, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Sistemas Agroflorestais. O Programa Nascentes foi reorganizado pelo Decreto Estadual nº 66.550/2022, passando a ser executado no âmbito do Programa Refloresta-SP. Por meio de seus bancos de área, o Nascentes disponibiliza áreas para restauração, registrando atualmente: 882 hectares em 35 Unidades de Conservação (Banco de áreas de UCs) da Fundação Florestal; além de 12.586 mil ha em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal de 70 assentamentos rurais (banco de áreas do ITESP). Há, ainda, destaque para o banco de áreas da bacia hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), gerido pela Agência das Bacias PCJ, ampliando a oferta de áreas nesse local (banco Agência PCJ). No exercício de 2025, foram analisadas 25 propostas de projetos de restauração para compor a carteira de Projetos de Prateleira do Programa Nascentes. No contexto da restauração, a CETESB tem atuado na fiscalização do cumprimento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), verificando 770 TCRAs em 2025, decorrentes das obrigações do licenciamento, atrelados ao projeto “De olho na Recuperação” da Companhia. Destacam-se outras iniciativas da Pasta atreladas à restauração de ecossistemas e paisagens e uso sustentável em 2025: (i) análise de projetos cadastrados no Sistema de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), contabilizando 551 projetos em execução no ano; (ii) ações de fomento à agrobiodiversidade e exploração sustentável de vegetação nativa, com registro de



atividades de exploração sustentável de espécies nativas (Resolução SMA nº 189/2018), entre as quais 66 comunicações de Roças Tradicionais de Coivara por Comunidades Tradicionais, totalizando cerca de 50,46 hectares (Resolução SIMA nº 98/2022), 6 comunicações de uso eventual e 1 de coleta de nativas, além de publicação, elaboração e distribuição de materiais para incentivo à implementação de Sistemas Agroflorestais no Estado; (iii) restauração de áreas em Unidades de Conservação, com projetos para o manejo de espécie exótica *Pinus sp* em áreas inseridas no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM); (iv) recuperação da vegetação em São Sebastião, tendo investimento de R\$ 908 mil desde 2023 para recuperar as áreas afetadas por deslizamento de terra, envolvendo mais de 1.500 kg de semente e implementação de técnicas e estratégias que garantam alcance de áreas de difícil acesso e tecnologia para monitoramento sistemático por sensoriamento remoto e ortofotos. Paralelamente, em 2025, foram realizados esforços para a recuperação de ecossistemas degradados e mitigação de impactos físicos, dentre os quais: implantação de contenção na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Barra do Una (sendo a SP-Águas executora das obras); busca por soluções baseadas na natureza em UCs, como Parque Estadual Ilha do Cardoso; e restauração de 8.958 m² de ecossistemas de Restinga no PE Xixová-Japui, com retirada de espécies exóticas e plantio de nativas. *Monitoramento e Conservação da Biodiversidade:* Em 2025, o Programa MonitoraBioSP, coordenado pela Fundação Florestal registrou o monitoramento da biodiversidade em 906.560 hectares de Unidades de Conservação (UCs) de São Paulo, e obteve um aporte de R\$ 903 mil, dos quais R\$ 760 mil já foram aplicados. O programa engloba cinco subprogramas específicos: (1) Monitoramento de Mamíferos Terrestres de Médio e Grande Porte; (2) Primatas; (3) Borboletas Frugívoras (47 UCs); e, em fase piloto, (4) Aves e Manguezais. No ano, ainda foram captados R\$ 1,5 milhão para iniciativas complementares de conservação. Destacam-se investimentos em projetos específicos, como o manejo reprodutivo de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e o manejo reprodutivo do sagui-de-tufo-preto (*Callithrix penicillata*), no Parque Estadual Ilha Anchieta. O Programa de Conservação do Mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), focado no Parque Estadual (PE) Lagamar de Cananéia, e o Monitoramento Populacional e Reprodutivo de Papagaios (*Amazona brasiliensis* e *Amazona vinacea*) em 13 UCs. Além disso, o Programa de Abelhas Nativas (PAN) conta com 30 meliponários implantados em diferentes regiões do estado, tendo registradas 32 espécies de abelhas nativas sem ferrão e 33 espécies de abelhas nativas solitárias. O MonitoraBioSP também avançou na fase de implementação de estratégias para controle e manejo de espécies invasoras, como Javalis (*Sus scrofa*) em 5 UCs; e continuidade às ações de tratamento de lobo-guará na Estação Ecológica de Itirapina. Além de iniciativas para o mapeamento de habitats marinhos, como: Programa de Mapeamento das Áreas Marinhas Protegidas (PROMAP); Programa de Gestão Integrada de Manguezais (PGIM); e outras ações que incluem o ordenamento da fiscalização de avistamento de baleias, a remoção de 1,5 tonelada de petrechos de pesca ("pesca fantasma") do PE Ilha Anchieta e PE Marinho Laje de Santos e a identificação de áreas de importância para Raias e Tubarões (ISRAS) ao longo do litoral paulista. Na área de atuação da Companhia Docas de São Sebastião, destaca-se também as atividades ambientais de monitoramento de meio físico e biótico que buscam avaliar a qualidade do meio onde o Porto de São Sebastião está inserido e monitorar a biodiversidade da área do entorno do empreendimento. Esta ação está incorporada ao Plano de Gestão Ambiental – PGA e envolveu, em 2025, investimentos que somam cerca de R\$ 2.940.000,00. Registra-se, no eixo da Conservação da Biodiversidade, as ações do Projeto Pró-Espécies envolvendo os Planos de Ação Territoriais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PATs): PAT Cinturão Verde de São Paulo e PAT Caminho das Tropas Paraná-São Paulo, sob coordenação da Subsecretaria de Meio Ambiente. Dentre as ações dos PAT, destaca-se o empenho para identificação das espécies ameaças de extinção da fauna e flora no



Estado de São Paulo. No contexto da Conservação da Biodiversidade, o *Programa Estadual de Fauna Silvestre* abrange ações de educação e conscientização ambiental, gestão integrada da fauna silvestre, conservação e manejo de espécies ameaçadas, contando ainda com a manutenção de Centros de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestre (CETRAS) e de e outras iniciativas, incluindo o projeto RefaunaSP. Com destaques em 2025 para: Cursos de Educação à Distância (EaD): “Inserções à Coexistência Humano-Fauna” com participação de 443 técnicos de 278 municípios paulistas; e o curso de “Uma Só Saúde/Saúde Única”, com a participação de 334 técnicos de 243 municípios. Visando disciplinar e orientar as atividades relacionadas à conservação integrada da fauna, foram publicadas a Resolução SEMIL nº 09/2025 (autorizações para uso e manejo da fauna silvestre e da fauna exótica sob cuidados humanos e procedimentos para a autorização dos empreendimentos de fauna do Estado de São Paulo) e Portaria SMA nº 66/2025, que estabelece o protocolo sanitário para aves continentais com o objetivo de destinação para soltura, a ser realizado pelos empreendimentos de fauna. Reprodução de arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) com envio de mais um espécime para soltura no Boqueirão da Onça, local onde ocorre o programa de revigoramento populacional da espécie na Caatinga Bahiana. Ainda foram transferidos primatas ameaçados (mico-leão-preto e sagui-da-serra-escuro) para outras instituições brasileiras parceiras dos programas nacionais e internacionais de translocação e soltura de animais silvestres. Em 2025, a SEMIL segue operando dois centros de triagem e reabilitação de animais silvestres, o CETRAS de São Paulo e o CETRAS Registro. Somente o CETRAS São Paulo recebeu 7.517 animais silvestres em 2025, o que representa 5% a mais (6.844 em 2024) em comparação ao mesmo período do ano anterior (janeiro a outubro), indicando eficiência e aumento de processos de fiscalização ambiental, em especial no combate ao tráfico de animais silvestres. O CETRAS de Registro atendeu em 2025 cerca de 930 animais. As parcerias previstas pela SEMIL em 2026, com universidades, Departamento de Estradas de Rodagem e prefeituras, projetam a implantação de 5 novos CETRAS, ampliando a rede de atendimento à fauna silvestre, especialmente em regiões do território paulista até então desabastecidas do serviço. No âmbito do atendimento do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SISPASS), houve aumento de 2 postos em 2025, nos municípios de Santos e São José do Rio Preto, totalizando 12 postos para atendimento presencial, nos quais realizaram 1.682 serviços. Foram realizadas 2.731 homologações em 2025. No que se refere às atividades de conservação ex situ, a CETESB registrou, em 2025, a emissão de 141 autorizações. A SEMIL, por intermédio da Coordenadoria de Gestão da Fauna Silvestre (CGFAU), registrou 3.869 empreendimentos de fauna ex situ em funcionamento, sendo responsável pela autorização de empreendimentos para o manejo de fauna silvestre e/ou exótica in situ e ex situ. Em 2025, foram emitidas 1.489 autorizações. Ações para mitigação do atropelamento de fauna nas rodovias também são foco do programa estadual de fauna silvestre. A Decisão de Diretoria CETESB nº 39/2024/I, aprovou o Plano de Mitigação de Atropelamento de Fauna (PMAF), e estabeleceu prazo de dois anos para apresentação dos planos pelos operadores rodoviários. No contexto das estratégias de Coexistência Humano-Fauna-Silvestre-Cães-Gatos, em 2025 foram adquiridos 100 colares com GPS, necessários para execução de ações de diagnóstico da ecologia do movimento desta fauna doméstica no entorno de Unidades de Conservação, visando a proteção da fauna silvestre, tendo em vista que animais domésticos podem representar ameaças à fauna nativa tanto em relação à predação quanto transmissão de doenças. Com o objetivo de ampliar a conservação da fauna nativa e restauração da paisagem e ecossistemas, em 2025, foi instituído o Programa RefaunaSP (Resolução SEMIL nº 022/2025). Criado para restaurar a biodiversidade nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, por meio da reintrodução, translocação e reforço populacional de espécies nativas que desapareceram localmente ou estão muito reduzidas. O RefaunaSP parte do reconhecimento da



importância da fauna na manutenção dos processos ecológicos e na oferta de serviços ambientais, como polinização, controle de pragas e dispersão de sementes — essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas. Assim, fundamentado em princípios legais e científicos, o programa busca recompor processos ecológicos essenciais, fortalecer a funcionalidade dos ecossistemas e assegurar a conservação da fauna, estabelecendo uma política pública permanente orientada por critérios técnicos. *Programa Estadual da Fauna Silvestre*: A SEMIL atua na promoção do bem-estar animal e da convivência harmoniosa entre a população humana e fauna doméstica, implementando iniciativas que alcançam todas as regiões do Estado. Entre as principais ações, destacam-se o Programa Meu Pet e o Programa de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos. O Programa Meu Pet promove a construção de clínicas e consultórios veterinários públicos e gratuitos, destinadas ao atendimento de animais domésticos. No modelo adotado, o Estado subsidia a construção das unidades, bem como a instalação dos equipamentos e mobiliários necessários, enquanto a contratação de recursos humanos e o custeio dos serviços é de responsabilidade das prefeituras participantes. Em 2025 foram concluídas a construção e equipagem das três clínicas veterinárias que somam cerca de R\$ 27 milhões no total. Ainda, foram entregues 32 consultórios veterinários (PET Contêiner), com investimento total de R\$ 8,1 milhões. O Programa de Manejo Populacional implementa estratégias voltadas para controlar a população de cães e gatos, prevenir o abandono e promover a guarda responsável, com benefícios diretos para a comunidade e para o bem-estar humano e animal, além de contribuir para o equilíbrio ambiental. Em 2025, o programa passou a ser executado em duas frentes complementares: a primeira consiste nos convênios de repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares, destinados a apoiar ações estruturadas nos municípios, por prefeituras e/ou organizações da sociedade civil; a segunda envolve os mutirões de castração promovidos diretamente pela SEMIL, fortalecendo a capacidade do Estado de ampliar o acesso à esterilização cirúrgica e acelerar os resultados no controle populacional. Em 2025 foram firmados 37 convênios, totalizando aproximadamente R\$ 1 milhão repassado às prefeituras e R\$ 5,4 milhões para entidades. No período, esses convênios viabilizaram o atendimento de cerca de 29.900 animais. Ressalta-se que a maior parte dos repasses de emendas parlamentares está programada para ocorrer no mês de dezembro/2025, o que irá aumentar significativamente o número de animais beneficiados. Para a frente dos mutirões de castração, tem-se o Programa PRO PET SP, no âmbito do qual foi realizado o Chamamento Público DBEA nº 01/2025, que resultou na habilitação de 501 municípios, dos quais os 256 receberão atendimento no 1º ciclo previsto de dezembro/2025 a julho/2026, com atendimento de 52.850 animais e investimentos totais de R\$ 10,5 milhões. Ainda, com intuito de aprimorar as políticas públicas para animais domésticos no Estado, foi atualizada a Pesquisa de Bem-Estar Animal nos Municípios (PBEAM), em 2025, contando com a participação de 304 municípios, um aumento de 101% em relação à edição do ano anterior. *PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL*: Operação São Paulo Sem Fogo: No exercício da coordenação do Comitê Executivo da Operação São Paulo Sem Fogo, a SEMIL conduziu a produção e validação do Plano Anual de Trabalho 2025 e do Protocolo de Governança da Operação, estando em andamento discussão de normativas para a instituição de Política Estadual de Manejo Integrado do Fogo e de medidas preventivas aos incêndios florestais em propriedades rurais e em rodovias. Foram registradas iniciativas, em 2025, para fortalecer a prevenção, o monitoramento, controle e combate aos incêndios florestais, destacando-se: *Ações de Treinamento e Educação*: (i) 15 Oficinas de Preparação da Operação SP Sem Fogo, coordenadas pela Defesa Civil e distribuídas pelo território paulista, que atingiram 537 municípios e 2.835 agentes; (ii) 46 treinamentos presenciais de brigadistas realizados pela Fundação Florestal, com participação de diversas prefeituras, ONGs, produtores rurais, entre outros, alcançando 1.286 pessoas; (iii) dois



treinamentos, sendo um sobre o Sistema de Comando em Operações de Emergência (SICOE) com participação de 50 servidores, e outro para novos brigadistas do litoral e Vale do Ribeira, com 21 participantes; (iv) 66 ações de educação ambiental realizadas no âmbito da atuação das Unidades de Conservação e entornos, com 6.733 pessoas alcançadas; (v) produção e distribuição de materiais de divulgação e conscientização sobre a temática dos incêndios, sendo 50 faixas, 40 mil folhetos e guia com informações mais detalhadas sobre a temática, com 2500 cópias impressas para utilização em ações de fiscalização preventiva; (vi) desenvolvimento, em parceria com a Diretoria de Educação Ambiental (DEA), de curso na modalidade EaD, composto de 11 aulas, para promover conhecimento sobre prevenção e combate a incêndios florestais. *Ações de Prevenção e Monitoramento:* (i) confecção de aceiros e manutenção de estradas nas UC, inclusive por parceiros, totalizando 1.900 quilômetros; (ii) ações de queima prescrita, para diminuição do combustível composto pela vegetação, nas áreas das Estações Ecológicas de Assis, Itirapina, Jataí e Santa Bárbara e Santa Maria, Estações Experimentais de Araraquara e São Simão, Florestas de Batatais e Bebedouro, Floresta Estadual Noroeste Paulista, e Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, (iii) apoio em ações de fiscalização, vistorias e monitoramento em áreas mais críticas para adoção de medidas preventivas, incluindo realização de vistorias técnicas a propriedades rurais, notificação a concessionárias de rodovias e transmissão de energia e oficinas para a sensibilização das comunidades de seus entornos, além de constituição de equipes para atuação na Fase Vermelha, especialmente para identificação precoce de focos de incêndios. *Investimentos para a Prevenção e Combate:* (i) aquisição de 21 kits para caminhonetes, compostos por motobomba e tanque rígido, totalizando em R\$ 588 mil; (ii) contratação dos serviços de 57 postos com 114 bombeiros civis para prevenção e combate a incêndios florestais, no período de estiagem atendendo a todas as unidades da Operação SP Sem Fogo, num valor investido de R\$ 8,3 milhões; (iii) contratação de empresa de aviação para monitoramento e combate, no sistema de Ata de Registro de Preços, sendo realizados acionamentos: pela SEMIL, por intermédio da Diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental (DPFA) de 47 horas de ação de combate, totalizando 38 lançamentos, 57 mil litros de água, ao custo de R\$ 903 mil reais, e pela Fundação Florestal foram utilizadas 17,5 horas/voo, num total de R\$ 345 mil; (iv) além disso, diante da demanda de apoio adicional em algumas ocorrências, foi necessário contratar aeronaves asa rotativa, sendo utilizados 35,8 horas/voo no total de R\$ 663 mil para complementar o apoio do Comando de Aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Somam-se, em 2025, ainda cerca de R\$ 160 milhões investidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem – DER em aceiros, roçadas e capinas na malha rodoviária sob sua jurisdição, visando prevenir e combater incêndios florestais e queimadas. Às ações e investimentos realizados pela SEMIL e vinculadas, somam-se especialmente aquelas realizadas pela Defesa Civil com reforço em tecnologia, monitoramento em tempo real de dados meteorológicos, mapas de risco e inteligência geoespacial, capacitações e distribuição de EPIs. Até o início de dezembro de 2025, houve registro de 118 ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação e entorno, sendo atingidos 496 hectares dentro e 2.523 hectares no entorno das unidades. Isso evidencia redução de 91% no total da área atingida por fogo em unidades de conservação e entorno em comparação ao ano anterior. É importante salientar que a Operação SP Sem Fogo tem se mostrado altamente efetiva com relação às ações preventivas e de resposta rápida a incêndios florestais, minimizando os possíveis impactos. *Prevenção e Fiscalização Ambiental:* A atuação da SEMIL na prevenção e fiscalização ambiental conta com a parceria da Polícia Militar Ambiental, tendo sido renovado o Termo de Cooperação com o órgão para a realização de ações integradas de proteção, fiscalização e monitoramento ambiental. Em 2025, a SEMIL contou com a realização de mais de 52.896 ações por meio do policiamento preventivo e ostensivo, em todo o território do Estado, abrangendo diversas linhas temáticas, como



flora, fauna, combate ao uso irregular do fogo, pesca e produtos florestais. Neste contexto, foram registradas: 14.568 infrações administrativas ambientais, iniciadas a partir da aplicação dos Autos de Infração Ambiental (AIAs); realização de 14.253 atendimentos ambientais para andamento das infrações na esfera administrativa, sendo 48% (6.903) na categoria flora, 24% (3.483) na categoria fauna, 12% (1.670) na categoria pesca e 15% (2.197) em demais classes infracionais; e julgamento de 5.085 defesas em sede de 1ª instância e 1.136 recursos em 2ª instância. No ano de 2025, foram celebrados 3.985 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), que envolveram a reparação de áreas degradadas (65%), a regularização de atividades objeto de autuação (33%) ou demais medidas preventivas (2%). Além da realização de 4.159 vistorias para verificação da reparação de dano pelas Divisões Técnicas Regionais (DvTRs) da DPFA, incluindo vistorias realizadas in loco (2.544) e por via remota (1.615). Nas iniciativas do Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites (MAIS), que busca identificar alterações na vegetação nativa do Estado, foi realizado o Monitoramento ambiental de 3.594.763 km², que significa que a análise de imagens cobriu aproximadamente 14 vezes o território estadual no referido ano. Dentre as demais ações realizadas em 2025, destaca-se o lançamento do "Acordo SP+Verde", organizado conjuntamente com a Procuradoria Geral do Estado, e com a participação do Poder Judiciário e Ministério Público. A iniciativa é direcionada à resolução célere de litígios e promoção do cumprimento efetivo das obrigações ambientais, especialmente para recuperação de áreas degradadas. A primeira fase prevê a reparação de 11 mil hectares de áreas degradadas e acordos para pagamento de multas que ultrapassam R\$ 195 milhões. Os resultados de novembro de 2025 (1º mês do programa) registram o compromisso para recuperação de 500 hectares de áreas degradadas e pagamento de mais de R\$ 2 milhões em multas ambientais. *Fiscalização em Unidades de Conservação:* Entre janeiro e novembro de 2025, as equipes de proteção das Unidades de Conservação e outras áreas protegidas administradas pela Fundação Florestal registraram o total de 11.787 Relatórios de Vistoria Ambiental - RVA (ações de fiscalização em campo) e 872 ocorrências, entre Autos de Constatação de Infração Ambiental - ACIA e Autos de Infração Ambiental, esses lavrados pela Polícia Militar Ambiental em operação integrada. Trata-se de 804 ocorrências ambientais e 68 não ambientais. No ano, destacam-se também: a realização do Encontro Estadual de Proteção e Fiscalização Ambiental, em maio, como marco do fortalecimento do compromisso e da atuação conjunta entre os diversos órgãos na proteção das Unidades de Conservação; e os esforços e recursos para aquisição de drones com sensores RGB, térmicos, multiespectrais e lidar, com vistas à reposição e modernização de frota, bem como a expansão do trabalho realizado e internalização de novas tecnologias. *Grupos de Fiscalização Integrada (GFI):* A Fiscalização integrada em áreas sensíveis, como as regiões de interesse ambiental (área de influência do rio Tietê) e de mananciais da Bacia do Alto Tietê (Alto Tietê Cabeceiras, Billings, Guarapiranga Sudoeste e Alto Juquery), é realizada por meio dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFIs). Os GFIs das áreas de mananciais da Bacia do Alto Tietê contam com a celebração do aditamento dos 25 (vinte e cinco) convênios firmados com municípios integrantes dos GFIs, visando a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses e realização de 259 atividades de articulação e operacionalização, considerando reuniões, oficinas, treinamentos e ações de fiscalização integrada em áreas de mananciais. No âmbito do GFI do Rio Tietê foram 298 vistorias realizadas pela DPFA, para verificação de cumprimento de TCRAs no curso principal e nos afluentes do rio Tietê; processamento de 558 AIAs com TCRAs vistoriados, com emissão de notificação aos compromissários e demais providências para cobrança da reparação dos danos; processamento de 394 novos AIAs lavrados por ocasião da Operação Algae – Fases 1, 2 e 3, conjuntamente com a Polícia Militar Ambiental. *Programa Madeira Legal:* Em atuação à proteção da cadeia legal de produtos florestais madeireiros, houve atendimento a 2.495 solicitações diversas recebidas via Sistema



Madeira, sendo 1.351 solicitações deferidas e 374 indeferidas. Entre as principais solicitações, destaque para 934 análises para homologação de pátios, 104 análises para cadastramento de licença, 1.055 análises para liberação de pátios suspensos e 209 análises para cancelamento de DOF. Os demais serviços totalizaram 193 análises. *BIOECONOMIA E FINANÇAS VERDES*: A Estratégia Estadual de Bioeconomia de São Paulo segue em desenvolvimento. O processo tem sido conduzido de forma colaborativa, envolvendo órgãos públicos e parceiros estratégicos que contribuem tecnicamente para a construção de diretrizes fortes e alinhadas às melhores práticas internacionais. Como parte desse esforço, foi realizada mesa durante a COP30, apresentando os primeiros elementos da Estratégia e promovendo diálogo com iniciativas nacionais e regionais de bioeconomia. *Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)*: No âmbito da atuação do Estado, a Fundação Florestal tem promovido iniciativas de PSA, das quais destacam-se: *Juçara*: integra o Pró Juçara e registrou na primeira edição, que completou três anos em 2025, mais de 260 hectares plantados com benefício a 96 famílias de comunidades tradicionais em cinco UCs do Vale do Ribeira. Dos R\$ 3,6 milhões previstos no projeto para remuneração dos provedores, foram liquidados até setembro/2025 cerca de R\$ 2,2 milhões, sendo R\$ 335 mil apenas em 2025. A segunda edição, ampliou o projeto para 200 vagas em 15 UCs, prevendo até 600 hectares e plantio de 360 palmeiras, estando em fase de elaboração de planos e assinatura de contratos. *Mar Sem Lixo*: atua para prevenir e combater o descarte de resíduos no oceano, conservar ambientes marinhos e contribuir para a mudança de comportamento da sociedade, por meio de PSA e de ações educativas. Envolveu seis municípios (Cananeia, Itanhaém, Guarujá, Bertioga, São Sebastião e Ubatuba) e 318 pescadores e removeu, em 2025 até outubro, 81 toneladas de lixo, com investimento de R\$ 900 mil, sendo R\$ 510 mil destinados ao PSA para os pescadores, R\$ 225 mil para operacionalização dos pontos de entrega de resíduos, e R\$ 175 mil para as auditorias, garantindo sua confiabilidade. *Guardiões das Florestas*: remunera serviços ambientais promovidos por povos indígenas em UCs e zonas de amortecimento. Na segunda fase (maio/2025-abril/2026), conta com R\$ 2,4 milhões destinados a 14 Terras Indígenas, sendo já pagos R\$ 943,3 mil em PSA e agentes de projetos. Até outubro de 2025 já beneficiou 307 agentes ambientais indígenas, percorreu 951 km, restaurou 10 ha, produziu mais de 5 mil mudas e plantou mais de 4mil, além de ações de monitoramento e limpeza. *Crédito Ambiental Paulista para Reservas Particulares do Patrimônio Natural (CAP/RPPN)*: remunera serviços ambientais para conservação e restauração em reservas privadas, com ações como controle de espécies invasoras, monitoramento e manejo. Desde sua criação em 2013 até 2025, três editais contrataram respectivamente 11, 5 e 11 RPPNs, somando mais de 3.200 ha. Em novembro de 2025, foi aberta consulta pública para sugestões à proposta de PSA para criação de RPPNs. No tocante aos Incentivos Verdes, registram-se as iniciativas para: *Repovoamento da Palmeira-Juçara*: atua na compra de sementes despulpadas de juçara de pequenos produtores para repovoar as UCs de Proteção Integral. Até novembro de 2025 abrangeu 18 UCs, com resultados de aproximadamente 17 toneladas de sementes compradas no ano e repovoamento de 350 hectares. Em 2025, foi lançado o Selo do Pró Juçara para diferenciar os produtos que seguem os critérios do programa. *Coleta de Sementes*: em 2025, foi lançado o chamamento público para credenciamento de interessados na coleta remunerada de sementes, com 20 credenciados e 10 projetos submetidos, atualmente em fase final da análise técnica para autorização conforme critérios da Portaria FF nº 01/2025. *Plataforma de Restauração*: organiza dados estratégicos para orientar projetos de restauração em UCs do Estado de São Paulo, integrando mais de 90 camadas de informação e 50 mil ha identificados como aptos. Disponível em três idiomas, oferece filtros, relatórios e integração com informações de áreas já delimitadas ou com projetos de restauração, apoiando e subsidiando políticas climáticas e ambientais. A plataforma foi utilizada no Edital de Chamamento Público para identificação e



indicação de áreas para o desenvolvimento de projetos de crédito de carbono e de biodiversidade no âmbito da política estadual de PSA, com possibilidade de consulta a todos os interessados. *ICMS Ambiental*: O ICMS Ambiental aplica critérios ambientais para calcular parte do repasse do ICMS aos municípios paulistas, incentivando a conservação e gestão sustentável. A apuração dos critérios possibilita a identificação dos municípios aptos ao recebimento do percentual correspondente a cada um dos índices, sendo: Índice de Áreas Especialmente Protegidas (IAP) corresponde a 1%; Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IRS) a 0,5%; Índice de Vegetação Nativa (IVEG) a 1%; e Índice de Reservatório de Água (IRA) a 0,5%. Em 2025, foram apurados dados referentes ao ano-base 2024, sendo 199 municípios contemplados no IAP e 576 municípios no IRS. *UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PARQUES URBANOS: Proteção, Manutenção e Revitalização de Unidades de Conservação*: Em 2025, destacam-se os avanços com: a criação do Parque Estadual do Morro Grande, com 10.870,08 hectares de área com elevado grau de conservação e papel essencial na manutenção da qualidade e da regulação dos fluxos hídricos do Sistema Produtor Cotia; ampliação de 727,21 hectares em Unidades de Conservação do Estado - Parque Estadual Restinga de Bertiooga (400 ha), Parque Estadual Serra do Mar (10,3 ha), Floresta Estadual de Assis (121 ha), Estação Ecológica de Assis (195,91 ha); e recategorização de 514 hectares no PESM - Núcleo Picinguaba, em tramitação para criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombo da Fazenda. No âmbito das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), no ano de 2025, foram reconhecidas cinco novas RPPNs, totalizando 1.439,1247 hectares; e formalizados 4 pedidos para criação de novas Reservas privadas, além de 23 processos em andamento. Nas ações de gestão das unidades, registram-se: (i) consolidação de 68 Planos de Manejo aprovados e 34 Planos de Manejo em andamento em colaboração com o Comitê de Integração dos Planos de Manejo, no período de 2024 a 2025; (ii) 96,70% dos conselhos das unidades instituídos, sendo 77,24% formalizados, 22,76% em processo de renovação, e cinco unidades com instrução processual para a instituição dos conselhos gestores; e (iii) no que se refere aos esforços para oferta de atividades de visitação, serviços, geração de emprego e renda e protagonismo das comunidades locais, em 2025 foram formalizados 17 Termos de Autorização de Uso (TAUs), com protagonismo das comunidades locais além de outros parceiros, garantindo a ampliação do uso público de forma segura e alinhada às diretrizes de manejo. Em relação aos investimentos de proteção, manutenção e revitalização de Unidades de Conservação registram-se cerca de R\$ 17,7 milhões, destinados a: Projeto de Revitalização e Sinalização de Trilhas: R\$ 784 mil de R\$ 1,1 milhão previstos, contemplando 150 km de trilhas em 24 Unidades; Serviços de georeferenciamento e retificação imobiliária de 21 UC no contexto da regularização fundiária: até novembro de 2025, 9 contratos concluídos totalizando R\$ 2.864.095,33. Além disso, o Núcleo de Regularização Fundiária analisou, até novembro de 2025, 199 propostas de alienação de áreas de UCs via compensação ambiental, resultando em 10 (dez) processos finalizados com a aquisição de 4.326,2401 hectares e aproximadamente 1.800 hectares em fase final de alienação. Adequações nas estruturas, infraestruturas e recuperação de fundações do Casarão da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA: total de R\$ 6 milhões, dos quais R\$ 4,9 já foram executados; Execução de obra de contenção, conservação e restauro das ruínas do antigo presídio no Parque Estadual Ilha Anchieta: R\$ 6,5 milhões dos quais R\$ 3,3 milhões já foram liquidados, com previsão de conclusão em 2026; Manutenções preventivas e corretivas, somando R\$ 1.587.000,00 nas unidades: PE Ilha do Cardoso (R\$ 285 mil); PE Itinguçu (R\$ 207 mil); EE Jureia (R\$ 309 mil); Marina Saco da Ribeira (R\$ 300 mil); PE Aguapeí (R\$ 361 mil); e PE Ilhabela (R\$ 125 mil). *Comunidades Tradicionais e Povos Originários*: A Fundação Florestal vem ampliando os projetos junto às comunidades tradicionais e povos originários do entorno das Unidades de Conservação, com algumas iniciativas que envolvem convênios e acordos: (i) Convênio AMOIP no Parque Estadual Ilha do Cardoso, com criação de 8



novos roteiros culturais, cardápio diversificado com opções de gastronomia caíçara e materiais de comunicação (site e redes sociais); (ii) Acordo com a Terra indígena Jaraguá, que contempla plano de gestão territorial com medidas como livre circulação, manejo sustentável, proibição da caça, recuperação de nascentes, capacitação de monitores e brigadistas, e regras para novas aldeias, promovendo diálogo e sustentabilidade; (iii) Acordo Quilombo da Fazenda, que envolveu em 2025 oficinas de elaboração do Plano de Uso Quilombola e para discutir a recategorização do território quilombola no interior do PESM-Núcleo Picinguaba, como Reserva de Desenvolvimento Sustentável; (iv) Implantação do Acesso a Comunidade de Bombas, com obra emergencial, com execução pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem para implantação do acesso à comunidade iniciada em agosto de 2025; (v) Articulação institucional junto à SEMIL e SP-Águas (executora da obra) para a construção de enrocamento na RDS Barra do Una, protegendo a comunidade e os manguezais da região, contra o rompimento do cordão arenoso.

Manutenção e Revitalização dos Parques Urbanos Estaduais: Os parques administrados pela Diretoria de Parques Urbanos (DPU) da SEMIL registraram, até outubro de 2025, um total de 15 milhões de visitantes, evidenciando sua expressiva relevância como espaços de lazer, esporte, cultura, convivência e contato com a natureza. Visando avaliar a percepção dos frequentadores quanto à qualidade dos serviços e das estruturas oferecidas, foi realizada pesquisa de satisfação com o público, totalizando 5.568 questionários aplicados. Os resultados apontaram que 93% dos usuários consideram satisfatórias as ações desenvolvidas, bem como as condições dos equipamentos e espaços das unidades sob gestão da Pasta, o que reflete diretamente os efeitos positivos dos investimentos realizados e das ações contínuas de manutenção, conservação e qualificação dos parques. Os investimentos nos Parques Urbanos, no exercício de 2025, somam R\$ 98.488.625,54, dos quais R\$ 74.036.968,44 são direcionados a contratos contínuos para manutenção e execução de serviços essenciais, como limpeza, conservação de áreas verdes, manutenção civil, monitoria em educação ambiental, vigilância e portaria, assegurando o bom funcionamento e a segurança dos espaços; além de recursos específicos para a realização de manutenções na infraestrutura dos parques urbanos, por meio de atas de reforma, no valor total de 24 milhões, contemplando melhorias estruturais e adequações necessárias para o uso qualificado dos equipamentos e áreas públicas em 7 Parques: (1) Parque Gabriel Chucre; (2) Parque Nascentes do Tietê; (3) Parque do Belém Manoel Pitta; (4) Parque Jequitibá; (5) Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns; (6) Parque Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu Professor Aziz Ab'Saber; (7) Parque Ecológico do Guarapiranga. Adicionalmente, destacam-se nos Parques Urbanos: (i) acordo de cooperação e doações que permitem a formalização de parcerias entre o poder público e diferentes instituições, como organizações da sociedade civil, universidades, empresas e coletivos, para a realização de atividades dentro dos parques urbanos; (ii) fortalecimento institucional dos Parques Urbanos com a publicação de 6 (seis) Planos Diretores; (iii) portaria de voluntariado, com a finalidade de mobilizar cidadãos interessados em colaborar, de forma não remunerada e sem vínculo de subordinação, com ações e projetos sociais, filantrópicos e emergenciais promovidos pela Diretoria; (iv) portaria de eventos climáticos, que estabelece procedimentos e medidas preventivas para atuação frente a eventos climáticos extremos nos Parques Urbanos Estaduais, definindo critérios para fechamento das unidades e protocolos de segurança para orientação e retirada dos visitantes; (v) portaria de pesquisa científicas, para organizar, padronizar e dar segurança jurídica ao processo de autorização de pesquisas científicas nos Parques Urbanos. As autorizações e termos de permissão de uso, buscam viabilizar, de forma ordenada e legal, a exploração de atividades comerciais dentro dos parques urbanos, com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta de serviços à população. Em 2025, foram registradas 8 (oito) permissões firmadas de uso para lanchonetes, recreação e estacionamento, juntamente com as permissões firmadas nos anos anteriores, a



arrecadação neste período foi de R\$ 616.512,80. A realização de eventos nos parques contribui diretamente para ampliar o acesso da população a atividades culturais, educativas e de lazer, além de estimular a ocupação qualificada dos espaços públicos. Entre janeiro e outubro de 2025, foram realizados 64 eventos de cunho ambiental, desportivo, cívico, educacional, cultural e artístico. Estes geraram uma receita de R\$ 336.266,79, a ser revertida em melhorias na infraestrutura e na gestão das unidades. A SEMIL, enquanto órgão setorial, atuou em 2025 na estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPP) para 6 (seis) parques urbanos, em conjunto com a Secretaria de Parcerias e Inovação (SPI). O processo de implantação das PPPs visa à melhoria da oferta de serviços nas unidades, à ampliação da infraestrutura disponível ao público, à qualificação dos espaços e ao reforço da manutenção e conservação das áreas, garantindo maior eficiência operacional e sustentabilidade de longo prazo. A previsão para conclusão do processo, com assinatura do contrato é primeiro semestre de 2026.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL: Difusão, Formação e Qualificação na Educação Ambiental: As ações de Educação Ambiental envolvem Produção e Difusão; Capacitação e Formação; Qualificação e Orientação; e Monitoramento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo. Destaca-se o Portal de Educação Ambiental, plataforma disponível pelo endereço eletrônico <https://www.educacaoambiental.sp.gov.br>, que visa ampliar o conhecimento e a conscientização socioambiental, promovendo o engajamento cidadão. Dispõe de um acervo diversificado, incluindo publicações de textos, dicionário ambiental, calendário ambiental e outros conteúdos audiovisuais. Os investimentos para manutenção do portal são de R\$ 52,237,12 destinados à produção de textos, vídeos, infográficos, banco de imagens etc. Em 2025, foram produzidos 329 conteúdos, registrados 1.352.249 acessos e 864.010 usuários únicos (IP). Além dos conteúdos publicados no portal, tem-se a criação e distribuição de publicações físicas, com investimentos de cerca de R\$ 25.400,00 em 2025 para impressão de cadernos sobre resíduos sólidos e consumo sustentável, além da distribuição de 1.679 exemplares de publicações diversas, atendendo 346 atores. Ainda, a SEMIL mantém a Plataforma de Monitoramento da Educação Ambiental no Estado de SP, com 1.409 acessos no ano. Dentre as iniciativas de difusão e educação ambiental realizadas em 2025, registram-se como destaque: (i) Programa Participe! Bate Papo Ambiental Online, com registro de 10 lives e 3.592 visualizações de conteúdos; (ii) Programa de Alfabetização Ambiental (Resolução Conjunta SIMA-SEDUC 01/2019), que visa fortalecer a perspectiva socioambiental na educação formal da rede pública de ensino no Estado, tendo registrado, em 2025, 6 diálogos formativos com 1.765 visualizações; (iii) Projeto Verão no Clima (Resolução SIMA nº 104/2021) com o objetivo de promover a conscientização ambiental no litoral paulista, que na edição de 2025/2024 contou com 4 municípios e 3.785 participantes, contando na edição 2026/2027, com início em dezembro de 2025, com a participação de 16 municípios do litoral paulista ; (iv) Cursos AutoInstrucionais EaD com temas associados às políticas da SEMIL, com investimento de R\$ 10.196,02 para manutenção de plataforma E-Learning e registro de 873 inscritos no ano; (v) demais ações formativas e de capacitação, envolvendo 13 capacitações e 6.751 participantes. A SEMIL em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e Fundação Florestal, realiza o Projeto Escola nos Parques. O projeto busca incentivar a visita de escolas nos parques urbanos, parques estaduais e demais áreas protegidas do Estado, bem como a utilização desses espaços educadores no desenvolvimento da conscientização ambiental dos estudantes da rede de ensino. Em 2025, foram elaborados 36 Roteiros Pedagógicos personalizados para os 12 parques urbanos estaduais. Em 2025, o programa registrou 29.417 participantes, sendo 27.441 estudantes em Unidades de Conservação e 1.976 visitantes nos Parques Urbanos (junho a outubro de 2025), fortalecendo a relação entre comunidade escolar e áreas protegidas. Cumpre ainda informar que, para além do Projeto, os parques urbanos estaduais mantêm o programa de visitas escolares,



voltado ao fortalecimento da educação ambiental nas unidades, recebendo de janeiro a outubro de 2025, 97.481 estudantes e demais visitantes oriundos de instituições de ensino. Também foi desenvolvido o Projeto de Avistamento de Fauna no Parque Ecológico do Tietê – Núcleo Engenheiro Goulart, com registro da participação de 307 pessoas em 2025. No âmbito do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) são promovidas atividades de educação ambiental conectadas à saúde e inovação, com destaque para o Projeto premiado “Educatrilha”. Em sua 5ª edição foram atendidas um total de total de 15.324 pessoas, entre professores, gestores escolares, alunos e pessoas que vivem nas proximidades das instituições de ensino. A promoção da educação ambiental no âmbito das Unidades de Conservação tem sido realizada em articulação com importantes Projetos, Programas e Fóruns, dentre os quais: (i) Projeto Pró-Espécies, o Programa Abelhas Nativas, realizando eventos e incursões para educação ambiental sobre a temática e difusão de informações relacionadas ao cadastro de meliponários; (ii) Programa Estadual de Educação Ambiental, conduzido pela Comissão Interinstitucional de EA – CIEA/SP; (iii) Programa de Formação de Monitores Ambientais Autônomos, com mais de 600 novos monitores ambientais cadastrados, e requalificação dos que já atuam nas Unidades de Conservação; (iv) nas áreas com ambientes costeiros e marinhos, o Programa Cananéia Tem Parque (CTP) no PE Ilha do Cardoso, o Projeto Ecossistemas da Baixada Santista e as Unidades de Conservação do Estado de São Paulo no PE Marinho Laje de Santos, o Projeto Um Mangue no meu Quintal, articulado pela APA Marinha Litoral Centro, o Projeto Onda Sustentável, idealizado pelo PE da Ilha Anchieta; (v) Projeto Toninha à Vista, que mobiliza a comunidade náutica para mapear a ocorrência de espécie criticamente ameaçada por meio de um aplicativo de registro de avistagens; (vi) Projeto “Viu raia?”, que convida mergulhadores e fotógrafos subaquáticos a registrar avistamentos de raias. A educação ambiental chega às atividades de logística do Estado. A Companhia Docas de São Sebastião possui um Programa de Educação Ambiental que tem o objetivo de implementar processos de ensino aprendizagem junto aos seus públicos, visando contribuir para a sensibilização dos atores quanto à sua relação com o território, em especial no que diz respeito às questões socioambientais, fortalecendo o controle da gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável da região e fomentando a atuação nos espaços de participação popular. No ano de 2025, destaca-se o programa “Visite o Porto” que acolheu diversas escolas e seus alunos na apresentação das operações portuárias e os monitoramentos ambientais que são desenvolvidos para manter a conservação da biodiversidade local. Foram mais de 300 visitantes nesse período, atingindo escolas dos municípios do Litoral Norte e Vale do Paraíba, aumentando a visibilidade do Porto de São Sebastião e a sustentabilidade de suas operações. Ainda no âmbito da educação ambiental, a SP-Águas iniciou atividades de educação ambiental com a promoção de visitas com estudantes das redes públicas de educação, em equipamentos e estruturas de *back-office*, além de produzir materiais técnico-pedagógico e educativos. **PESQUISAS AMBIENTAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:** Na área de pesquisas ambientais e produção de conhecimento a Secretaria conta, principalmente, com a atuação do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), órgão vinculado à Subsecretaria de Meio Ambiente, e com iniciativas de áreas específicas, como Fauna Silvestre e Biodiversidade. Além da atuação das unidades vinculadas, por meio da Escola das Águas mantida pela SP-Águas e da Escola Superior da CETESB. Neste contexto, destacam-se as parcerias com instituições de ensino superior e a coordenação conjunta do Projeto Biota-Síntese. O IPA reúne experiência acumulada de atuação interdisciplinar na área ambiental, contando com uma estrutura que envolve Conselho Científico e Comissão de Ensino e Extensão. O Conselho Científico desempenha papel crucial na análise e julgamento de projetos de pesquisa, tendo trabalhado, em 2025, em uma nova composição e na atualização de seu regimento interno. Realizou 9 reuniões ordinárias e 1 extraordinária, que resultaram em 177 deliberações. O Conselho aprovou 171 projetos



de pesquisa no ano, registrando 406 projetos em execução. Dos projetos em execução, 109 (27%) são coordenados por pesquisadores do próprio IPA, 31 (8%) são desenvolvidos em parceria do IPA com profissionais de outras instituições, e 266 (65%) são coordenados por outras instituições de pesquisa. As pesquisas desenvolvidas pelo IPA estão concentradas principalmente nas áreas de botânica, recursos florestais e engenharia florestal, geociências e ecologia. Em relação às pesquisas desenvolvidas em parceria do IPA com outras instituições, cerca de 78% são com pesquisadores vinculados à: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O registro das pesquisas é realizado por meio do Cadastro de Gestão de Pesquisas (CadGP). Os dados dos mais de 800 projetos cadastrados na plataforma estão disponíveis no Painel de Pesquisas do IPA, dando transparência e possibilitando acesso à informação integrada, bem como apoiando análises estratégicas para a pesquisa ambiental. O IPA também vem atuando na formação de recursos humanos por meio de seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu e de cursos de capacitação, contribuindo para o fortalecimento da educação científica, ambiental e da qualificação técnica setorial e da comunidade. O Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente do IPA (Nível 5 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contou no ano com 65 alunos matriculados, sendo 22 em nível de mestrado e 43 doutorandos. Em 2025, 8 alunos alcançaram o título de Mestre e 15 de Doutor, e foram realizadas 11 bancas de qualificação (2 de doutorado e 9 de mestrado), além de oferecidas 45 disciplinas, abrangendo temas essenciais na área de conservação ambiental. A formação de recursos humanos também ocorreu em nível de Iniciação Científica (IC), por meio da captação de recursos na forma de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mediante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Em 2025, foram concluídos 26 projetos de IC. No período de 2024-2025, o número de bolsas concedidos pelo CNPq foi de 26 bolsas, sendo 11 Bolsas do PIBIC - Ensino Superior; 4 bolsas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), cuja finalidade visa estimular estudantes do ensino superior com desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação; e 11 bolsas PIBIC - Ensino Médio, cujos projetos visam desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes. No contexto da produção científica do IPA, foram publicados 349 trabalhos científicos, um aumento de 20% em relação ao ano anterior, sendo: 110 artigos em periódicos internacionais; 76 artigos em periódicos nacionais; 57 resumos publicados em eventos científicos; 43 notas científicas; 34 livros; 18 capítulos de livros; e 11 manuais e boletins. O IPA registrou 123 participações do corpo técnico em periódicos nacionais e 40 participações como membro de corpo editorial em periódicos internacionais, totalizando 163 participações, e um aumento de 232% em relação ao ano anterior. Foram realizadas 61 revisões de artigos para periódicos internacionais e 27 para periódicos nacionais. Ainda em 2025 foram conduzidas 146 orientações de alunos (em iniciação científica, mestrado e doutorado) e 13 supervisões de pós-doutorado, além de 55 participações em bancas examinadoras (doutorado, mestrado, qualificações, trabalhos de conclusão de curso e de concursos públicos). O corpo técnico do IPA ministrou 94 disciplinas, palestras e cursos. Também participou de 52 eventos científicos (internacionais, nacionais e regionais) com apresentação de trabalhos e 82 participações em eventos científicos sem apresentação de trabalhos, além de 28 participações na organização de eventos científicos. Adicionalmente, o IPA participou de representações em colegiados diversos, em Planos de Manejo de UCs e elaborou mais de 470 pareceres e laudos técnicos para agências de fomento à pesquisa, órgãos públicos dentre outros. O IPA mantém uma coleção de amostras representativa de todos os estados e ecossistemas brasileiros e de outros 99 países, concentradas no Herbário São



Paulo Serviço Florestal - Dom Bento José Pickel (SPSF) e no Herbário do Estado - Maria Eneyda Pacheco Kauffmann Fidalgo (SP). Estas coleções contribuem significativamente para a pesquisa científica e a conservação da flora brasileira, e estão disponíveis por meio de consulta on-line em plataformas nacional e mundial. De acordo com o Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA), os registros do Herbário SPSF tiveram 362.130.444 acessos e uso de 98.641 imagens da coleção, e os registros do Herbário SP, tiveram 1.856.227.503 acessos, na rede *speciesLink* no período do relatório. No último ano o IPA atuou na organização de diversos eventos e na divulgação de informação científica por meio da produção de conteúdo para mídias sociais e publicações como informativos e revistas. A série PODCAST – CONEXÃO PESQUISA AMBIENTAL (disponível no youtube e spotify) contou com a participação de pesquisadores científicos e convidados como o Subsecretário de Meio Ambiente, Jônatas Souza da Trindade. A série de 10 episódios traz como tema os resultados das pesquisas científicas realizadas pelo IPA e seu impacto na sociedade, desenvolvidas nas áreas de conservação da biodiversidade, restauração ecológica, geociências e uso sustentável de recursos naturais. Os principais eventos do IPA no ano foram: Mulheres na Ciência: O futuro da sustentabilidade ambiental (26 de março de 2025), apresentação da plataforma atualizada do mapa de viveiros, desenvolvida no âmbito do projeto "Diagnóstico da produção de mudas de espécies florestais nativas do Estado de São Paulo" (02 de julho de 2025); 4º Simpósio IPA - Mudanças Climáticas, Desastres Naturais, Meio Ambiente e Sociedade (30 de setembro a 02 de outubro de 2025) e Seminário interno de Iniciação Científica e projetos desenvolvidos no IPA; evento de premiação Educatrilha 2025 (06 de novembro de 2025). A produção e difusão do conhecimento envolvem ainda as vinculadas da SEMIL, por meio da SP Águas e CETESB. A Escola das Águas da SP-Águas ampliou a produção científica institucional, com foco na publicação regular de estudos aplicados e inovações técnicas, além de aumentar a participação da Agência em eventos científicos nacionais e internacionais e promover a educação ambiental. Em 2025, foram mais de 10 artigos científicos apresentados. Além disso as ações de capacitações foram realizadas com os workshops de Segurança de Barragens, e a exposição sobre Regionalização. A Escola Superior da CETESB (ESC) foi criada em 2013 com a finalidade de propiciar a construção e a transferência dos conhecimentos desenvolvidos e consolidados no âmbito das suas competências e exercício das suas atividades, visando ao fortalecimento da atuação profissional na área de meio ambiente. Em 2025, a ESC foi reconhecida pelo prazo de 5 anos, pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), no sistema de ensino do estado de São Paulo, como instituição destinada ao aperfeiçoamento profissional de pessoal graduado em nível superior; e autorizada a ministrar Curso de Pós-Graduação "Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais". De janeiro a outubro de 2025, a ESC já proporcionou 4.855 participações individuais em cursos, seminários e palestras, dos quais 81% foram para servidores públicos tanto no âmbito estadual e nacional, reforçando assim o caráter de Escola de Governo. Foram 172 cursos e treinamentos incluindo público externo e interno. Desse total, 290 participações foram de servidores da SEMIL. Nesse mesmo período também foram capacitados 172 servidores municipais de 43 municípios no âmbito do Projeto Institucional Licença Mais – Município Legal. No contexto da pesquisa e inovação, a SEMIL conta com Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) do IPA, da Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia e da CETESB. Na atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IPA, destacam-se, no ano de 2025, o andamento dos acordos: Acordo de cooperação celebrado entre IPA e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para desenvolvimento do Projeto "Desenvolvimento de um Sistema Integrado para Gestão de Riscos e Desastres no Litoral Norte (SIGRD-LN)", com vigência de 24/10/2024 a 23/10/2026; Acordo de cooperação celebrado entre o IPA e a Casa Militar, com a interveniência da FUNDEPAG, objetivando



a cooperação institucional para a prestação de serviço técnico especializado de elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR) e do mapeamento de áreas de risco de escorregamento e inundação de 22 municípios do Estado de São Paulo, com vigência de 07/02/2025 a 06/02/2027. Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, celebrado entre o IPA e Helmut Schuckar, com a interveniência da FUNDEPAG para o desenvolvimento do projeto Melhoramento e conservação de germoplasma arbóreo de rápido crescimento (AP nº 003/2022), com vigência de 03/2022 a 03/2027; Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, celebrado entre o IPA e Sylvamo do Brasil Ltda, com a interveniência da FUNDEPAG, para o desenvolvimento do projeto "Pesquisas Integradas visando a conservação e restauração ecológica em ecossistemas florestais: modulo de parcelas permanentes" (AP nº 004/2022), com vigência de 15/07/2022 a 14/07/2027. Ainda no contexto da inovação, a Diretoria de Biodiversidade e Biotecnologia, conta com o laboratório de análises clínicas, que efetuou 97 análises laboratoriais com finalidade diagnóstica em 2025. No que tange à gestão do diagnóstico clínico, ressalta-se que em 2025 deu-se início à padronização de sexagem aviária. Ademais, a equipe técnica também participou de ação conjunta com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para investigação e monitoramento em campo de febre amarela a partir da captura de quatis, gambás e primatas não-humanos para coleta de amostras biológicas e diagnóstico. No que concerne as atividades dos laboratórios de microbiologia e biologia molecular, foram efetuadas 90 análises com finalidade diagnóstica e/ou de expansão dos biobancos. Neste escopo de atuação, registrou-se o crescimento da coleção biológica, com aumento do número de amostras depositadas. Até novembro de 2025, foram contabilizadas 22.097 amostras depositadas no Biobanco e na Coleção Microbiológica e Genética de Biomas Brasileiros. O material é distribuído em amostras de sangue e soro (10.262), isolados bacterianos criopreservados (10.574), endo e ectoparasitas (682), amostras de DNA (454) e banco de germoplasma (125). A CETESB iniciou, em 2024, processo para ser reconhecida como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), aprovando as Diretrizes Gerais da Política de Inovação e Tecnologia, a instituição do Núcleo Inovação e Tecnologia (NIT). Em 2025, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SCTI) credenciou a Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (FUNDAG) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio (FUNDEPAG) para atuarem no apoio às atividades da CETESB. Desde então, o NIT/CETESB aprovou os primeiros projetos de inovação. Neste contexto, cabe ressaltar parceria com o Institut Pasteur e participação no Projeto: C-Adapte – *Center for Adaptation to Planetary Emergencies*, projeto em fase de construção em conjunto com diversas entidades de pesquisas, capitaneadas pelo Instituto de Biociências da USP, a ser financiado pela FAPESP. Ainda na área de pesquisa e inovação, em 2025, a SP-Águas formalizou sua atuação no campo da inovação, da pesquisa aplicada e da resiliência hídrica ao integrar dois grandes projetos estruturantes do Centro de Ciência para o Desenvolvimento (CCD): Saneamento e Resiliência Climática (SANEACLIMA) com a USP e Cidades Resilientes a Inundações com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), cujo projetos fazem parte da chamada FAPESP CCD - 2024/2025, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Ambos têm como missão enfrentar desafios críticos relacionados às mudanças climáticas, à desigualdade no acesso ao saneamento e à intensificação de eventos extremos, contribuindo para políticas públicas baseadas em evidências e para o fortalecimento da gestão hídrica no Estado de São Paulo. Ao longo de 2025, a Agência atuou ativamente no planejamento, na execução técnica e na articulação institucional dos dois Centros. Entre as atividades executadas, destacam-se a contribuição técnica para a estruturação de modelos hidrodinâmicos e climáticos utilizados na criação de gêmeos digitais urbanos, bem como a integração de dados, estudos e diretrizes operacionais em colaboração com equipes da USP, IPT, Unicamp e demais instituições parceiras. No âmbito do CCD Cidades Resilientes a Inundações, a SP-



Águas vem apoiando a construção da base analítica sobre vulnerabilidade territorial e riscos de inundação na Região Metropolitana de São Paulo, além de contribuir para o desenvolvimento dos componentes institucionais necessários à interoperabilidade entre bancos de dados públicos, radares meteorológicos, sensores e modelos digitais de previsão. Do quanto apresentado neste tópico, tem-se que a SEMIL e suas vinculadas vêm buscando o fortalecimento do desenvolvimento de políticas públicas com forte associação à ciência. Um exemplo, é o Biota-Síntese - Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza (SbN). O Biota Síntese (<https://biotasintese.iea.usp.br/pt>) é um projeto de coprodução de ciência e política pública, com o objetivo de fomentar pesquisas voltadas para a síntese de conhecimentos relacionados a SbN, bem como apoiar o Estado de São Paulo no desenvolvimento de políticas socioambientais. O Biota Síntese é coordenado conjuntamente pela USP e pela SEMIL, contando com a colaboração de mais de 100 pessoas de mais de 30 instituições. Foi formalmente constituído como um projeto temático financiado pela FAPESP, por meio de um convênio entre USP, SEMIL, SOS Mata Atlântica, FAPESP e FUSP, com vigência para o período de 2022 a 2027. As soluções baseadas na natureza propostas no âmbito do Biota Síntese visam ao estabelecimento de paisagens sustentáveis, tanto no meio rural quanto no meio urbano, que possam contribuir para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, está organizado em cinco desafios: (i) serviços e produtividade agrícola; (ii) restauração e economia de base florestal; (iii) regulação de doenças zoonóticas; (iv) prevenção de doenças em áreas urbanas; e (v) coprodução de Políticas Públicas. Em 2025 o projeto teve dois grandes destaques: (1) Premiação da Nota Técnico-Científica n.5 Potencial do serviço ecossistêmico de polinização no estado de São Paulo, da Série Biota Síntese, com a primeira colocação na categoria principal do Prêmio MapBiomias 2025; (2) Lançamento da Nota Técnico-Científica n.6 Ondas de Calor e Soluções Baseadas na Natureza, da Série Biota Síntese, realizada em coprodução entre pesquisadores da USP, UNICAMP, Universidade Federal do Ceará (UFC), C-Adapt, Prefeitura Municipal de São Paulo, Prefeitura Municipal de Campinas, e profissionais de diversas áreas da SEMIL, incluindo IPA e Fundação Florestal. Em 2025, o Biota Síntese apontou subsídios à elaboração do PEARC, e segue atuando em diversas sínteses que deverão contribuir para as estratégias de financiamento climático, adaptação climática, PSA, promoção de serviços ecossistêmicos (p.ex. polinização), saúde única, carbono, créditos de biodiversidade e restauração ecológica do estado de São Paulo. **PLANEJAMENTO AMBIENTAL: Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP):** O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (Decreto Estadual nº 67.430/2022) é um instrumento de planejamento ambiental e territorial orientado por cinco diretrizes estratégicas: resiliência às mudanças climáticas, segurança hídrica, salvaguarda da biodiversidade, economia competitiva e sustentável e redução das desigualdades regionais. A implementação do ZEE-SP conta com a Comissão Estadual do ZEE-SP (CEZEE-SP) e com o Plano de Implementação, elaborado com o objetivo de ampliar a disseminação do ZEE-SP e favorecer sua integração em políticas públicas, investimentos e instrumentos de gestão ambiental. O Plano é composto por ações específicas voltadas a diferentes segmentos, tendo como finalidade principal divulgar os objetivos, produtos e ferramentas do zoneamento. Em 2025, foram registrados nestes planos: (i) Plano de Ação com Municípios promoveu 3 oficinas com participação de 92 técnicos e 52 municípios; (ii) Plano de Ação com a CEZEE-SP contou com duas reuniões ordinárias, além de 9 reuniões multilaterais voltadas à apresentação do ZEE-SP, identificação de políticas setoriais e discussão de usos e contribuições, que deverão ter seus resultados sistematizados em relatório anual; (iii) Plano de Ação com a SEMIL teve oito reuniões de articulação com o objetivo de disseminar o ZEE-SP e estimular a sua apropriação pelos diferentes órgãos e políticas públicas; (iv) Plano de Ação com Universidades e Institutos de Pesquisa registrou participação em 3 eventos com apresentação de artigos e foram realizadas 4 rodas de conversa com



a academia; (v) Plano de ação com outros segmentos articulou seis reuniões com prefeituras, secretarias de Estado, órgãos federais, cooperativas de crédito, institutos de pesquisa, entre outros, com o intuito de disseminar o ZEE-SP e estimular a sua apropriação. *Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo (GERCO)*: O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (Lei Estadual nº 10.019/1998) objetiva disciplinar e racionalizar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, por meio de instrumentos próprios, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros. Em 2025, foram registradas ao todo 72 atividades e 5 publicações no âmbito do GERCO. Destacam-se, em 2025: (i) no setor costeiro da Baixada Santista, os esforços para a revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), com a realização de 11 reuniões plenárias do Grupo Setorial e 17 encontros bilaterais, incluindo reuniões específicas com as 9 prefeituras envolvidas; (ii) no setor costeiro do Litoral Norte, avanço das agendas das três Comissões Temáticas, tendo como eixo central o desenvolvimento metodológico e a elaboração do conteúdo do Plano de Ação e Gestão (PA&G), com realização de 04 reuniões plenárias do Grupo Setorial e 14 reuniões de Comissões Temáticas de Mudanças Climáticas (5), Assuntos Estratégicos (5) e Monitoramento Territorial e Marinho (4); (iii) realização de 09 Mesas de Diálogo abordando temas para subsidiar a construção do Plano de Ação e Gestão; (iv) organização do Fórum do Setor Econômico do Litoral Norte com representantes sub-setoriais de Turismo e de Construção Civil, temas de maior relevância para a região, juntamente com Petróleo e Gás. *Programa Município VerdeAzul*: O Programa Município VerdeAzul possui como objetivo auxiliar os municípios paulistas na elaboração de suas agendas ambientais, a partir da definição de ações a serem desenvolvidas pelas prefeituras em dez temas ambientais estratégicos, chamados de Diretivas. Em 2025, o programa completou 18 anos de existência e fez o primeiro ciclo de avaliação a partir das novas regras e critérios estabelecidos pela Resolução SEMIL nº 36, de 31 de março de 2024, e seu Manual de Orientações. O programa está alinhado com a estratégia climática do Estado de São Paulo ao promover uma governança intersetorial com ampla participação social e articulação entre Estado e municípios, garantindo o monitoramento e a transparência e ao promover cidades adaptadas, resilientes e circulares. No ciclo 2024/2025, as atividades do primeiro semestre foram direcionadas para preparar os municípios a atenderem as novas regras através da realização de 22 encontros de orientação e esclarecimento de dúvidas, sendo 2 presenciais e os demais online. Em seu pilar de formação e capacitação, o PMVA disponibilizou, na série de Educação à Distância, o curso “Formação PMVA: Promovendo o Desenvolvimento Sustentável”, abordando as Diretivas de Educação Ambiental e Adaptação à Mudança Climática. Entre agosto e outubro foram avaliados mais de 20.000 documentos de 347 municípios que aderiram ao programa. Os resultados: 98 municípios certificados (pontuação igual ou superior a 75 pontos) e 91 qualificados (pontuação entre 50 e 74.99 pontos). *LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL: Licenciamento Ambiental: Licenciamento Ambiental – Sem Avaliação de Impacto Ambiental*: Na qualidade de órgão delegado do Governo do Estado de São Paulo para coordenar e realizar os trabalhos técnicos de licenciamento e fiscalização, associados ao controle ambiental de empreendimentos e proteção dos recursos naturais e de mananciais, a CETESB, entre janeiro e outubro de 2025, emitiu: 17.383 licenças ambientais, incluindo Pareceres Técnicos do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (GRAPROHAB); 2.606 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada, intervenção em área de preservação permanente ou para queima para controle fitossanitário ou manejo; 276 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais; 122 Certificados de Dispensa de Licenciamento; e 1.660 Pareceres Técnicos (não incluídos Pareceres Técnicos GRAPROHAB). Além disso foram indeferidas e arquivadas 1.832 solicitações de Licença e de Parecer Técnico GRAPROHAB; firmados 1.556 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental



(TCRAs). Com a adoção do licenciamento ambiental simplificado e automatizado, por meio do Via Rápida Ambiental (VRA), foram emitidas 3.683 licenças ambientais, 15.373 autorizações e 14.735 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento (DAIL). *Licenciamento Ambiental – Com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)*: Estima-se que o licenciamento com AIA, em 2025, viabilizou investimentos no Estado na ordem de R\$ 33,8 bilhões, com a concessão de 123 licenças ambientais. Esses investimentos em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos se refletem na melhoria das condições de vida para a população, na dinamização da economia e na oferta de empregos. Convém destacar que, em 2025, a CETESB emitiu licenças para importantes empreendimentos de infraestrutura de transportes do Estado, dentre os quais inclui-se a Licença Prévia (LP) do Túnel Imerso Santos – Guarujá. *Licenciamento Ambiental e Soluções baseadas na Natureza (SbN)*: A CETESB iniciou, em 2025, os trabalhos para “Estruturar e Ampliar a Aplicação de Soluções baseadas na Natureza – SbN” no Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) no âmbito do Plano de Negócios da empresa. As ações desenvolvidas envolveram: (i) diagnóstico da compreensão da temática pelas equipes técnicas; (ii) diagnóstico da aplicação de SbN em nível local, estadual e nacional; (iii) participação em evento sobre SbN, com a colaboração na coordenação técnica do Encontro Paulista da Biodiversidade (EPBio 2025), e participação no painel "Estado como indutor das Soluções Baseadas na Natureza" da Casa da Biodiversidade da Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente (ABEMA) durante a COP30; e (iv) capacitação das equipes técnicas. *Compensação Ambiental*: no contexto do licenciamento com Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) tramitados na CETESB, registrou-se aproximadamente R\$22 milhões (dado até outubro/2025) provenientes da Compensação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.985/2000. *Controle Ambiental*: A CETESB manteve em 2025 uma rotina intensa de monitoramento, com avaliação de 164 pontos com frequência semanal e 11 com frequência mensal em praias litorâneas, 21 pontos com frequência semanal e 13 pontos com frequência mensal em praias de rios e reservatórios e o monitoramento semestral de 70 pontos de águas costeiras. No âmbito das águas interiores, o trabalho de campo abrangeu o monitoramento trimestral da qualidade em cerca de 540 pontos de rios e reservatórios de água doce, além da avaliação semestral da qualidade em 320 pontos da rede de qualidade de águas subterrâneas e 73 poços da rede de avaliação de qualidade-quantidade. O esforço logístico resultou na coleta de cerca de 17.000 amostras ambientais, gerando mais de 300.000 dados analíticos que subsidiam as rotinas de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental do Estado, além de possibilitar a publicação de 5 Relatórios de Qualidade Ambiental (<https://cetesb.sp.gov.br/publicacoes-relatorios/>). Para a manutenção e disponibilização de todo o acervo técnico, estão sendo permanentemente investidos recursos em infraestruturas e plataformas tecnológicas para acesso público e irrestrito, assim fomentando a transparência ativa de dados ambientais na página eletrônica da CETESB (<https://cetesb.sp.gov.br/>). *Investimentos, Eficiência e Tecnologia*: Em 2025, a CETESB deu continuidade na implementação de ações para fortalecer e aprimorar seus recursos tecnológicos, com objetivo de elevar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. Destacam-se no ano: (i) lançamento do Relatório Dinâmico que aborda a Qualidade das Praias; (ii) investimento nas redes automáticas que geraram 9 milhões de dados de qualidade das águas e 1,8 milhão de dados de qualidade do ar; (iii) modernização de três estações da rede automática de qualidade do ar em Cubatão (Centro e Vila Parisi) e Paulínia, sendo que a rede conta com 62 estações automáticas e 22 estações manuais; (iv) implantação de 2 novas Estações Automáticas de Monitoramento da Qualidade das Águas, em Barra Bonita e Promissão, totalizando 22 estações. Destacam-se ainda: investimento de R\$ 5 milhões para atualização tecnológica do Laboratório de Emissões Veiculares; destinação de R\$ 25 milhões de seu orçamento de 2025 para



ações em 2026, visando a ampliação do monitoramento automático de material particulado fino na atmosfera, a implantação de uma nova estação de medição da qualidade do ar na Zona Leste de São Paulo e a instalação de duas estações de monitoramento automático de qualidade das águas, além da aquisição de equipamentos analíticos de alta resolução e realizada a atualização de softwares e hardwares para a gestão e divulgação de dados. *Fiscalização de emissões veiculares, empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais:* Em 2025 a CETESB intensificou a fiscalização de emissões veiculares, realizando 3 Mega Comandos, que são operações ambientais de larga escala que contam com a participação de efetivos da própria Companhia e das Polícias Ambiental e Rodoviária em pontos estratégicos de avenidas e rodovias e fiscalizações de rotina. Esta ação integrada resultou na fiscalização de mais de 114.000 veículos a diesel em todo o estado e desse montante foram emitidas por volta de 1.500 autuações por emissão de poluentes atmosféricos acima dos limites legais estabelecidos. Além disso, a CETESB realiza ações de fiscalização dos empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. No período de janeiro a outubro de 2025, foram realizadas 28.711 inspeções técnicas e emitidas 1.894 multas, 3.255 advertências e 102 embargos. O setor de Atendimento a Emergências da CETESB é especializado na resposta a acidentes com produtos químicos e outros eventos críticos. Durante o ano de 2025, a equipe foi mobilizada para atuar em mais de 230 ocorrências, desempenhando um importante papel nas ações imediatas de mitigação dos impactos ambientais locais e fornecendo orientação técnica para as etapas subsequentes de remediação. Em 2025, o Departamento de Áreas Contaminadas realizou ações estratégicas voltadas à capacitação, publicações técnicas, gestão de riscos, melhorias de sistemas e otimização operacional. Dentre as iniciativas desenvolvidas no ano, destacam-se: (i) participação na revisão da Resolução Conjunta SMA/SERH/SES nº 03/2006, vigente desde 2018, visando maior integração entre órgãos ambientais, de saúde e recursos hídricos para evitar consumo humano de água contaminada; (ii) promoção de novos cursos abordando “Reutilização de Áreas Contaminadas” e “Gerenciamento de Áreas Contaminadas”; (iii) entre os projetos e estudos realizados, a publicação de relatório da prova de conceito da ferramenta de Inteligência Artificial NEXIA, desenvolvido para avaliar a viabilidade na obtenção de dados de processos administrativos e conclusão de levantamento inicial das áreas com potencial de contaminação nas quatro regiões prioritárias previstas na Resolução SMA nº 11/2017. *INFORMAÇÕES E DADOS AMBIENTAIS: Relatório de Qualidade Ambiental (RQA):* O Relatório de Qualidade Ambiental (RQA) é produzido pela SEMIL, por meio da Diretoria de Planejamento Ambiental (DPLA), e sua elaboração conta com a participação e apoio de diversas áreas e instituições vinculadas à Pasta e o apoio de outras Secretarias do Estado. A publicação anual do Relatório de Qualidade Ambiental foi prevista pela Política Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 9.509/1997) e tem como objetivos: acompanhar a evolução da qualidade ambiental do estado; fornecer subsídios para a tomada de decisão e elaboração de políticas públicas; dar transparência às informações disponibilizadas pelos órgãos da administração pública. Entre 2023 e 2025, o Estado de São Paulo avançou na elaboração e disponibilização das edições anuais do RQA, que incluem séries históricas e, nas versões mais recentes, consolidam cerca de 158 indicadores ambientais e socioeconômicos, além de informações sobre de 66 ações ambientais implementadas pelo Estado. Para ampliar o acesso e a usabilidade dos dados, foram disponibilizados os *Painéis RQA*, oferecendo uma interface interativa que permite a visualização integrada de indicadores de diferentes temáticas. Parte dos dados espaciais apresentados nos capítulos 2 e 3 das edições também está disponível na *Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – DataGEO*, fortalecendo a integração entre os instrumentos de planejamento ambiental. Os relatórios e seus



respectivos painéis podem ser acessados pelo endereço eletrônico: <https://semil.sp.gov.br/relatorios/>. *Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – DataGEO*: O DataGEO é a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado de São Paulo e tem como objetivo a disponibilização de dados ambientais territoriais de maneira organizada e padronizada a todos os cidadãos. Permite a organização, catalogação, conversão, padronização e disponibilização de informações ambientais espacializadas, via Portal WEB. Link: <https://datageo.ambiente.sp.gov.br/>. No ano de 2025 o DataGEO superou 1 milhão de acessos únicos diários, contabilizados até o mês de novembro, o número de 1.038.290 acessos. Um recorde da plataforma! Está em andamento o Projeto de Evolução e Modernização Tecnológica do DataGEO, com o objetivo de garantir que a esta permaneça atualizada, robusta e preparada para atender à crescente demanda de forma eficiente. Registrou-se, no ano, a publicação de 79 novas informações ambientais, das quais 48 camadas são atualizações referentes a dados recorrentes e 31 camadas são de informações inéditas, entre as quais os Zoneamentos Minerários da Baixada Santista e do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema. *SEGURANÇA HÍDRICA*: A Segurança Hídrica está articulada às Estratégias Climáticas, com especial atenção aos esforços e iniciativas para Adaptação e Resiliência, bem como ao Plano de Meio Ambiente e ao planejamento de recursos hídricos (incluindo proteção de mananciais) e de saneamento básico. Envolve as políticas, programa e ações associadas ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, à Agenda Regulatória e a Programas como IntegraTietê e Rios Vivos, com foco em garantir disponibilidade hídrica considerando os usos múltiplos dos recursos hídricos, com implementação de iniciativas para recuperar e melhorar a qualidade dos cursos d'água, ações de desassoreamento, além da implementação de infraestrutura para serviços de saneamento básico, incluindo coleta e tratamento de esgoto e drenagem. *PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PERH)*: O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) é um instrumento instituído pela Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 7.663/1991, alterada pela Lei nº 16.1337/2016), utilizado para estabelecer diretrizes para o gerenciamento, recuperação, proteção e uso racional de recursos hídricos no estado de São Paulo. A fase 1 do ciclo 2024-2027 do PERH foi aprovada na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em abril de 2024, por meio da Deliberação CRH nº 283/2024; e seu plano de ação e programa de investimentos foram aprovados por meio da Deliberação CRH nº 298/2025, trazendo capítulo específico sobre prevenção de crises hídricas, baseado em estudo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Após aprovação no plenário do CRH, foi enviado projeto de lei do PERH- 2024-2027 para discussão na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), sob o nº 1.046/2025, a qual foi objeto de audiência pública em 29 de outubro de 2025. No ano de 2025, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou oito deliberações, destacando-se os seguintes temas: (i) execução do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO) e do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês), junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); (ii) Plano de Ação e Programa de Investimentos do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PAPI-PERH) para o período 2024-2027; (iii) Relatório de Situação Estadual de Recursos Hídricos (2023-2024); (iv) Planos de Trabalhos das Câmaras Técnicas do CRH 2026-2027; (v) aprovação do Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos (IntegraBacias), que busca atualizar os PBHs das UGRHs e o fornecer subsídios à revisão do PERH 2028-2031; e (vi) programação de capacitações a serem realizadas em 2026 no âmbito do programa Capacita-SIGRH. *Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)*: O FEHIDRO é o mecanismo financeiro do Estado de São Paulo vinculado à PERH, atuando como a instância econômico-financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Em 2025, 413 novos empreendimentos somam um total de R\$ 490,3 milhões pleiteados ao FEHIDRO,



sendo 93% dos valores da fonte Cobrança. Destes valores, R\$ 435 milhões (89%) são direcionados aos municípios, R\$ 32,6 milhões (7%) a órgãos estaduais e R\$ 22,7 milhões (6%) a instituições da Sociedade Civil. Do valor total pleiteado, destacam-se: 22% ou R\$ 106,4 milhões direcionados a obras de drenagem; 21% ou R\$ 101,3 milhões para esgotamento sanitário; 20% ou R\$ 100 milhões destinados ao planejamento e gestão de recursos hídricos; 12% ou 60,4 milhões em intervenções para controle de perdas em sistemas de abastecimento; e 7% ou R\$ 36 milhões ao controle de processos erosivos. Ao todo, 354 empreendimentos são pleiteados por órgãos municipais, atendendo 222 prefeituras paulistas. Até novembro foram emitidos 190 contratos e, no início de dezembro foram assinados mais 141 contratos. O Manual de Procedimentos Operacionais para Investimento (MPO) estipula que as contratações ocorram até o último dia do ano. Ainda no exercício de 2025: Foram concluídas 196 obras com valor total de R\$ 170 milhões. Deste recurso, 31% (R\$ 52,6 milhões) foram direcionados a obras de drenagem e 24% (R\$ 40,7 milhões) a obras de esgotamento sanitário, beneficiando 125 municípios; encontram-se em andamento, 362 obras com recursos do FEHIDRO, das quais 30 estão em processo de encerramento e 96% são realizadas pelos municípios. Estas obras totalizam R\$ 464,3 milhões e estão direcionadas principalmente a: drenagem - R\$ 153,4 milhões (33%); esgotamento sanitário - R\$ 121,2 milhões (26%); qualidade dos recursos hídricos - R\$ 69,8 milhões (15%); controle de perdas em sistemas de abastecimento – R\$ 37,3 milhões (8%); controle de erosão - R\$ 35,8 milhões (8%). No âmbito da gestão do Fundo, em 2025, foram implementadas iniciativas para: negociação entre a SEMIL e a Desenvolve SP para renovação do contrato para atuação como Agente Financeiro do FEHIDRO, assinado em agosto de 2025 com vigência de cinco anos e valor previsto de R\$ 94 milhões; aprimorar o acompanhamento pós-conclusão dos empreendimentos FEHIDRO: sendo em primeira etapa selecionados 32 empreendimentos. O acompanhamento visa fornecer subsídios na avaliação da eficácia do empreendimento e de sua sustentabilidade, permitindo propor eventuais recomendações ao tomador, se couber, e aperfeiçoar procedimentos das fases anteriores do processo FEHIDRO; Migração dos empreendimentos para o agente técnico privado: foi finalizada a migração dos contratos financiados pelo FEHIDRO que se encontravam em andamento com os agente técnico públicos para o agente técnico contratado (Consórcio LBR-COBRAPÉ-MMP), totalizando 477 empreendimentos migrados, com finalização em novembro de 2025. Com relação à capacitação em recursos hídricos, por meio do Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos (Capacita-SIGRH), em parceria com o SENAC, IPT, FUMEP, PTI e TRITUM foram realizados, ao todo, 16 cursos e 5 eventos tiveram seus processos administrativos para contratação concluídos, totalizando o valor executado da ordem de R\$ 484 mil e 106 inscritos concluintes. **AGENDA REGULATÓRIA:** A Agenda Regulatória sob gestão da SP-Águas, para o biênio 2025-2026, é composta por 12 ações, organizadas em 6 eixos temáticos. A elaboração da agenda contou com a contribuição das áreas técnicas internas e foi enriquecida por meio da consulta pública SP-ÁGUAS nº 02/2025, realizada de 23 de abril a 23 de maio de 2025. Essa consulta obteve ampla participação da sociedade, utilizando uma ferramenta de consultas públicas desenvolvida pela SP-Águas, acessível em <https://consultapublica.spaguas.sp.gov.br/>. Os eixos temáticos que compõem a Agenda Regulatória são: 1. Governança e Qualidade Regulatória; 2. Outorga de Uso e Interferências em Recursos Hídricos; 3. Cobrança pelo Uso da Água; 4. Segurança de Barragem; 5. Planejamento e Sustentabilidade de Recursos Hídricos e 6. Monitoramento Hidrológico. Até novembro de 2025, foi concluída integralmente a ação que regulamenta a Análise de Impacto Regulatório (AIR) no âmbito da SP-ÁGUAS, na forma da deliberação SP-ÁGUAS nº 09, de 4 de agosto de 2025; a implementação de um dos protocolos operacionais para eventos hidrológicos extremos, o Protocolo de Escassez Hídrica, na forma da deliberação SP-ÁGUAS nº 10, de 23 de setembro de 2025; bem como, a ação



regulatória que prevê o apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) nas discussões sobre a implementação da cobrança pelo uso rural da água. A frente de regulação e fiscalização da SP-Águas vem passando por aprimoramento do processo de outorga, a partir da criação do grupo de normas com representantes técnicos de cada bacia hidrográfica. O processo já passou por duas etapas de tomada de subsídios e encontra-se na fase final de elaboração da minuta, que será encaminhada para consulta pública no próximo ano. A outorga é um instrumento legal fundamental para implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos. Em 2025, foram expedidas 14.669 outorgas de Permissão de Uso e Interferência, resultando em uma média mensal de 1.363 atos emitidos até 24 de novembro de 2025. *Fiscalização de usos e interferências em recursos hídricos:* As ações na área de fiscalização concentraram-se no fortalecimento da governança fiscalizatória e na consolidação de um modelo de atuação orientado por dados. As atividades abrangem a coordenação, o planejamento e a execução das fiscalizações das atividades reguladas, objetivando assegurar o cumprimento das normas, regulamentos e condicionantes previstas nos atos de outorga, além de tratar denúncias, aplicar penalidades, decidir recursos e orientar as unidades descentralizadas. Como resultado direto das ações fiscalizatórias empreendidas, foram realizadas 7.481 fiscalizações de usos e interferências em recursos hídricos, correspondendo a uma média de 748 ações por mês. Comparativamente ao ano anterior, quando foram realizadas 6.979 fiscalizações, o presente ano (até o início de novembro) já representa um acréscimo de 7,2%. O total de multas aplicadas no período foi de R\$ 3.544.517,00. *Protocolo de Escassez Hídrica:* A SP-Águas exerce a coordenação dos trabalhos do eixo segurança hídrica no âmbito do PEARC. Este leva em consideração a disponibilidade e a qualidade do acesso à água, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo. As ações definidas para o primeiro ciclo do Plano, no eixo de Segurança Hídrica, incluem elaboração de protocolos emergenciais para enfrentamento dos eventos climáticos extremos, disseminação da informação, incentivo ao uso eficiente da água e ampliação da rede de monitoramento de água subterrânea do Estado de São Paulo. Nesse sentido, com o intuito de disciplinar a gestão dos recursos hídricos em momentos de seca e escassez hídrica, a Agência elaborou o Protocolo de Escassez. Esse documento disciplina a atuação da Agência no monitoramento, na identificação de riscos e na implementação de medidas preventivas e de contingência, no âmbito das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, durante eventos de escassez hídrica. Com a publicação da deliberação nº 10, de 23 de setembro de 2025, que estabelece Experimento Regulatório para implementação do Protocolo de Escassez Hídrica no âmbito das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo, foi disponibilizado um painel de acompanhamento da escassez hídrica no estado de São Paulo (<https://apps.spaguas.sp.gov.br/protocolo/>). Neste ano, houve duas Declarações de Escassez Hídrica quantitativa, conforme Deliberações n.º 11 e n.º 12, nas bacias do Piracicaba e Alto Tietê, com a consequente suspensão de novas outorgas para usos não prioritários. *Segurança de Barragens:* A SP-Águas vem aprimorando, de forma contínua, suas ações de regulação e fiscalização no âmbito da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Com o objetivo de ampliar a capacidade de fiscalização e intensificar as ações de levantamento e regularização desses empreendimentos, a SP-Águas passou a contar com equipe para o suporte técnico às atividades de inspeção e verificação em campo. Até outubro de 2025, foram 366 barragens vistoriadas, destinadas às atividades de classificação e reclassificação de enquadramento perante a PNSB. Após a validação técnica das informações coletadas em campo e a análise dos relatórios de inspeção apresentados, 208 estruturas tiveram suas avaliações concluídas, resultando em 142 barragens classificadas e 66 reclassificadas, conforme os critérios estabelecidos pela legislação federal. Esse conjunto de ações representou o primeiro ciclo sistematizado de validação presencial em larga escala realizado pela



SP-Águas. Entre junho e outubro de 2025, foram emitidas 110 notificações para acompanhamento de medidas estruturais e operacionais necessárias à manutenção da segurança. Como resultado desse esforço, a base estadual passou por significativa consolidação. Em 2024, o Estado de São Paulo contava com 958 barramentos cadastrados no SNISB sob responsabilidade direta da SP-Águas. Em 2025, com a consolidação das informações e continuidade das ações fiscalizatórias, atingiu-se 1.216 barramentos cadastrados, dos quais 281 se enquadram na PNSB, até outubro de 2025. Nesse mesmo contexto, houve mudanças no processo de emissão de outorgas para barramentos visando avaliar não só a estrutura, mas também os quesitos de segurança. Foi incluída no processo a avaliação da equipe de Segurança de Barragem, garantindo que a outorga seja emitida com condicionantes quando houver necessidade de Plano de Segurança de Barragem (PSB) e Plano de Ação de Emergência (PAE). Até outubro de 2025, foram encaminhados 1.925 requerimentos, representando incremento de mais de 54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Plataformas e Salas de Monitoramento: A Rede Hidrológica Básica do Estado de São Paulo é operada pela SP-Águas desde 1951. É a maior fonte de dados hidrológicos básicos quantitativos do Estado, a partir de Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com postos hidrométricos convencionais manuais, automáticos e telemétricos, em alguns casos com dados em tempo real. Até outubro de 2025 foram feitas 240 medições de vazões, mais de 1.370 visitas a postos, 51.090 dados pluviométricos, 261.300 dados fluviométricos, e 274.562 dados piezométricos. Possui, portanto, um rico material de gestão das águas paulistas. A análise criteriosa de todas as informações obtidas tem papel fundamental na tomada rápida e assertiva de decisões. Consolidada na sede da SP-Águas, a Sala de Situação de São Paulo complementa a atuação de outras salas regionais, com o objetivo de coletar dados de chuvas, níveis e de vazão dos principais rios, reservatórios e bacias hidrográficas, sendo importante para tomada de decisão em situação de eventos hidrológicos críticos, especialmente na articulação com a Defesa Civil. Durante 2025 houve aquisições e implantação de infraestrutura técnica para melhorias e ampliação na cobertura, obtenção e disponibilização de dados, bem como monitoramento em tempo real oferecidos pelo Sistema Integrado de Bacias Hidrográficas (SIBH). Durante o primeiro semestre, 185 boletins diários e 18 boletins extraordinários foram elaborados pela equipe de monitoramento da SP-Águas, através dos indicadores resgatados. Também disponibilizou, através do SIBH (<https://cth.daee.sp.gov.br/sibh/>), dados de outras entidades estaduais e federais por meio de Acordos de Cooperação Técnica. Além disso, para fortalecer a gestão baseada em dados, o Novo “Chuva Agora” é a integração do radar SP-ÁGUAS aos pontos telemétricos do SIBH. Um dos principais resultados dessa análise de dados é o balanço mensal das precipitações no Estado de São Paulo. O relatório traz a avaliação para cada uma das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) paulistas sobre as chuvas, a média histórica, curvas comparativas para o mês anterior, 6 meses e 12 meses. Esse material passou a ser compartilhado na página <http://www.spaguas.sp.gov.br/site/hidrologia/> para disseminação das informações para toda a sociedade, assim como os demais dados levantados pela Sala de Situação.

PROGRAMA RIOS VIVOS: O Programa Rios Vivos estabelece uma importante parceria entre Governo do Estado, Prefeituras e comunidade para melhorar a qualidade da água dos rios dos municípios paulistas. O objetivo do Programa é revitalizar os cursos d’água removendo sedimentos, gerando benefícios para o meio ambiente e para a população. Sua lógica foi alterada de forma a aumentar o grau de parceria entre a SP-Águas e os municípios, incluindo a formalização desta parceria via termo de adesão. Os investimentos no Programa somam mais de R\$ 253 milhões entre 2023 e 2025, resultando no desassoreamento de corpos d’água de 158 municípios com remoção de mais de 3,9 milhões de m³ de sedimentos. Em 2025 a SP-Águas atuou em 91 cursos d’água por meio de obras de limpeza e desassoreamento. No exercício foram beneficiados 48 municípios, com investimento total



de R\$ 63,6 milhões. **RESERVATÓRIOS:** Ainda no contexto da segurança hídrica, a SP Águas segue em 2025 com a implantação das Barragens Duas Pontes e de Pedreira, as obras apresentam progresso físico de 54% (Pedreira) e 68% (Duas Pontes). A previsão é de que as construções se encerrem no segundo semestre de 2026, quando será iniciado o enchimento dos reservatórios. As intervenções vão beneficiar mais de 5,5 milhões de pessoas, em 28 cidades da Região Metropolitana de Campinas, com investimento que ultrapassa 1 bilhão de reais. Os reservatórios possuirão capacidade de armazenamento útil de 85 bilhões de litros de água, sendo 32 bilhões de litros para a Barragem de Pedreira e 53 bilhões de litros para o reservatório de Amparo. Para viabilizar a Barragem Duas Pontes, o Governo do Estado também implementa obras complementares focadas na melhoria da qualidade do Rio Camanducaia, incluindo a reestruturação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto de Amparo e Monte Alegre do Sul, acima do futuro barramento, além da criação de um sistema específico para reduzir cargas de fósforo dentro do leito do rio. Essas iniciativas somam um investimento previsto de R\$ 532 milhões destinados à despoluição do rio, gerando benefícios importantes para todos os municípios atendidos pelo projeto. **PROGRAMA INTEGRA TIETÊ:** O Programa Integra Tietê, lançado em março de 2023, tem o objetivo de integrar as ações de revitalização do Rio Tietê, abrangendo medidas de recuperação de diversos trechos comprometidos pela poluição, melhoria da vazão e do escoamento das águas e, principalmente, resgatando a boa convivência dos cidadãos com o maior e principal rio paulista. O Integra Tietê conta com cinco pilares de atuação: (i) Saúde e Qualidade de Vida; (ii) Controle de Cheias; (iii) Turismo, Lazer e Integração; (iv) Eficiência Logística; (v) Governança. No portal do Programa, <https://semil.sp.gov.br/integratiete/>, foi disponibilizado sistema de monitoramento e transparência dos resultados, em três frentes: (1) desassoreamento: remoção de sedimentos do leito dos córregos e rios, que podem ser causados por ações humanas ou carreamento de terra decorrentes de fenômenos naturais, como chuva e enchentes; (2) incremento do número de domicílios com os esgotos encaminhados para tratamento: conexões às redes coletoras para encaminhamento dos esgotos às Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs; (3) qualidade das águas do Tietê e de seus afluentes: desde 2023, a medição vem ocorrendo em duas frentes, (i) quantidade de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, medida no ponto de saída (Reservatório Edgard Souza) da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, e (ii) concentração média de matéria orgânica medida pelo Carbono Orgânico Total – COT em 30 afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê. Nessa direção, destaca-se a instalação do Lixômetro no Rio Pinheiros. Buscando estimular as pessoas a se preocuparem com o lixo que descartam de forma incorreta e que acabam chegando ao Tietê, a SEMIL em parceria com a EMAE, instalou, em setembro de 2024, nas margens do rio Pinheiros, um Lixômetro que mostra o total de lixo superficial retirado do rio desde 2023 e o valor gasto com esse serviço. No total, mais de 115,5 mil toneladas de resíduos foram retiradas do Pinheiros, o que representa um gasto total de mais de R\$ 188,6 milhões (jan/2023 a 11/12/2025). Considerando os pilares do Integra Tietê, a seguir são apresentadas as ações executadas e aquelas em andamento. **Saúde e Qualidade de Vida:** Até outubro de 2025, mais 312.810 domicílios foram conectados às redes coletoras, totalizando 4.465.634 domicílios com tratamento de esgoto, superando em cerca de 6% a meta desse ano no acumulado (meta 4.225.413). Em relação às atividades para monitoramento da qualidade da água, por parte da CETESB, estão em andamento: (i) elaboração em conjunto com o SP-Águas de boletins integrados de qualidade e quantidade das águas superficiais; (ii) manutenção da medição de 30 afluentes, incorporando-os à sua rede de monitoramento e à quantificação de carga orgânica gerada na bacia do Tietê, permitindo emitir boletins trimestrais para acompanhar as metas de qualidade ambiental do Programa Integra Tietê. **Controle de Cheias:** O controle de cheias conta com serviços executados no Rio Tietê e seus afluentes pela SP-Águas,



incluindo estudos, projetos, serviços e obras de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento, objetivando manter as melhores condições de escoamento. O órgão realiza intervenção ao longo de 165 km do Tietê: da barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, até a barragem de Ponte Nova, em Salesópolis. Executa ainda a retirada de sedimentos ao longo dos 25 km de extensão do Pinheiros, desde o canal da represa Guarapiranga até o encontro com o rio Tietê. Foram removidos 1.965.760 m³ de sedimentos da calha do Rio Tietê e do canal do Rio Pinheiros até outubro de 2025, com R\$ 267,5 milhões já investidos no período. Ainda nesse contexto, a SP-Águas realizou manutenções preventivas e corretivas nos 27 piscinões em operação na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que juntos possuem capacidade de armazenamento de até 4,7 milhões de m³. Durante todo o período de chuvas, esses reservatórios permaneceram em plena operação, contribuindo para a redução dos impactos das inundações à população. O investimento destinado, em 2025, à manutenção e limpeza dos piscinões foi de R\$ 45,6 milhões até outubro. No âmbito do Integra Tietê, a SP-Águas ainda é responsável pela gestão de pôlderes, que permitiram que os 12 equipamentos existentes ao longo da marginal Tietê operassem normalmente na atual temporada de chuvas. Essas estruturas entram em operação durante os temporais para evitar alagamentos nos dois sentidos da marginal. Em 2025, foram aplicados R\$ 4,9 milhões nesta ação. Além dos serviços de desassoreamento, manutenção e limpeza, destaca-se ainda o avanço em quatro obras de contenção de cheias, totalizando R\$ 218,5 milhões investidos no ano, sendo: (1) em Franco da Rocha, concluído em abril de 2025, o Piscinão EU-08, localizado no Ribeirão Euzébio, que complementa o Piscinão EU-09, finalizado anteriormente em agosto de 2024, reforçando a proteção contra alagamentos no município e na região; (2) na RMSP, segue em implantação o Reservatório RM-19 (Jaboticabal), situado na divisa entre São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com capacidade para 900 milhões de m³, será o maior piscinão do Brasil, com previsão de iniciar a operação em dezembro de 2025; (3) na capital, está em execução o Piscinão RA-01 (Córrego Antonico), que atenderá os bairros do Morumbi, Paraisópolis e áreas próximas, com entrega prevista para agosto de 2026; e (4) o Piscinão TG-09, no Córrego Tapera Grande, entre Franco da Rocha e Francisco Morato, que segue em obras desde março de 2024, com conclusão prevista para março de 2026. Encontra-se em andamento, conduzido pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, com a SEMIL atuando como órgão setorial, a estruturação da parceria público-privada de desassoreamento, que tem como objetivo promover resiliência climática e reduzir os riscos de enchentes, mantendo continuamente a capacidade de escoamento e armazenamento dos rios Tietê — no trecho entre a Barragem de Ponte Nova e a Barragem de Pirapora — e Pinheiros, entre a restituição da Barragem de Pedreira e sua foz no Rio Tietê, incluindo o Canal Guarapiranga. Além do desassoreamento, a PPP inclui serviços de limpeza do espelho d'água — com remoção de resíduos sólidos urbanos e vegetação aquática flutuante — conservação das margens, manutenção e operação das Barragens Móvel e da Penha, dos Polders da Marginal Tietê e manutenção do paisagismo nas margens do Rio Tietê. *Turismo, lazer e integração:* No eixo turismo, lazer e integração, a SP-Águas atua por meio do Programa Renasce Tietê, que conta com investimento de mais de R\$ 500 milhões. É focado na preservação das várzeas, a fim de garantir que o rio continue com sua área alagável protegida, uma vez que, com as chuvas fortes, as águas ocupam as margens em um processo natural. O objetivo do Programa é contribuir à recuperação e preservação do Rio Tietê. Os objetivos específicos são: (i) recuperação e preservação das várzeas do Rio; (ii) melhoria da qualidade de água do Rio; (iii) fortalecimento da gestão da informação climática da SP-Águas e da gestão dos núcleos do Projeto com participação social. Em 2025, a SP-Águas realizou licitação internacional para implantação dos núcleos de lazer em Salesópolis, que beneficiará diretamente toda a população local, cerca de 16.000 habitantes. Indiretamente, e por se caracterizar como um



parque de abrangência regional, englobando, inclusive, o Parque Nascentes do Tietê, estes núcleos beneficiarão toda a população da RMSP, e das regiões próximas, ou seja, mais de 22 milhões de pessoas. Dentre outras ações previstas no Programa, destacam-se o plantio e manutenção de aproximadamente 74.930 mudas em área de 60,92 hectares, no prazo de 42 meses, iniciado em setembro de 2025. O plantio abrange áreas degradadas nos municípios de Salesópolis e Guarulhos e o contrato para execução do projeto foi assinado com um investimento total de R\$ 5.112.159,78, sendo R\$ 4.084.086,92 provenientes do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Eficiência Logística:* A principal obra em andamento no contexto da Eficiência Logística é a de ampliação do canal de navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava para otimizar a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná. A obra consiste na execução de derrocamento de forma a permitir a navegação sem restrições de calado, com localização nos municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama, no valor total de cerca de R\$ 315,3 milhões, dos quais R\$ 293,3 milhões estão direcionados diretamente à execução da obra e R\$ 22 milhões envolvem contratos para a elaboração do projeto e supervisão do serviço. A previsão de conclusão é para 2026. Este total de investimentos inclui ainda obras complementares de proteção dos pilares da ponte da SP-461 e atracadouro de espera a jusante da eclusa. Até o momento foram investidos R\$ 199,6 milhões na execução das obras, sendo R\$ 129 milhões apenas em 2025 (valores sem reajuste, de outubro). O percentual físico executado até outubro de 2025 foi de 90,2%, com 544,7 mil m³ de material detonado e 454,3 mil m³ de volume escavado. *Governança:* O Integra Tietê trouxe inovações na gestão por resultados, na incorporação de tecnologias e soluções não convencionais para instalação de redes e coletores e na melhoria da governança. Nesse pilar, foram estruturadas ações para mecanismos de transparência no acompanhamento do programa, que envolvem especialmente a criação do Fórum Integrado das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR Tietê). Instituído pela Resolução SEMIL nº 5/2023, o FIAR-Tietê realizou, em 2025, cinco reuniões, com trabalhos voltados, sobretudo, para o planejamento das principais ações e obras, com respectivos investimentos, definição dos indicadores e metas da primeira etapa (2026) e da segunda etapa (2029), melhoria da transparência e da divulgação de informações e monitoramento dos resultados alcançados. Adicionalmente, visando à intensificação da fiscalização, em 2025 foi criado o Grupo de Fiscalização Integrada das Águas do Rio Tietê (GFI-Tietê), por meio de Resolução Conjunta SEMIL/SAA de nº 1/2025. O GFI-Tietê é composto por membros da SEMIL, CETESB, SP-Águas, Fundação Florestal, Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo (PAMB), Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), Comitês de Bacias e prefeituras das respectivas sub-bacias, por adesão. A área de atuação do Grupo de Fiscalização Integrada (GFI-Tietê) abrange as seis Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs): UGRHI 6 – Alto Tietê; UGRHI 5 – Piracicaba-Capivari-Jundiá; UGRHI 10 – Sorocaba/Médio Tietê; UGRHI 13 – Tietê/Jacaré; UGRHI 16 – Tietê/Batalha; UGRHI 19 – Baixo Tietê. *PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS:* No contexto do planejamento ambiental, voltado à proteção dos recursos hídricos em particular quanto às Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRMs), definidas pela Lei Estadual nº 9.866/97, a SEMIL conduziu o processo de elaboração de projetos de lei específicas que tratam de: APRMs Alto Juquiá São Lourenço e Jaguari, propostas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs Ribeira e Paraíba do Sul; APRM Rio Guaió e Cabuçu-Tanque Grande, proposta pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto Tietê, aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e pelo CONSEMA. *SANEAMENTO:* No contexto do Saneamento estão as iniciativas da SEMIL para garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias dos sistemas de drenagem e a gestão adequada e eficiente dos resíduos sólidos urbanos. Políticas que contribuem para garantir a resiliência hídrica e a adaptação e resiliência dos municípios no estado de São Paulo. *Plano Estadual*



de Saneamento Básico (PESB/SP): O Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo (PESB/SP) foi concebido com o propósito de sistematizar e resgatar as ações empreendidas pelo Estado para atender às demandas sanitárias, evidenciar a evolução do desempenho setorial e consolidar os avanços institucionais que culminaram na promulgação do Novo Marco Legal do Saneamento, introduzido pela Lei Federal nº 14.026/2020. Este marco, por sua vez, redefiniu profundamente a governança, a regulação e os instrumentos contratuais do setor, estabelecendo metas obrigatórias de universalização, fortalecendo a atuação regulatória da ANA, estruturando a prestação regionalizada e harmonizando regras que asseguram maior eficiência, transparência e competitividade na prestação dos serviços. Nesse contexto, o PESB/SP, enquanto instrumento orientador da política pública estadual, assume papel estratégico ao traduzir o novo arranjo institucional em diretrizes, objetivos e metas voltados à gestão integrada e ao planejamento de longo prazo. O Plano articula os princípios legais com as necessidades regionais, incorporando as diretrizes de fortalecimento institucional, inovação tecnológica, melhoria regulatória, regionalização e sustentabilidade econômico-financeira, além de abranger os desafios socioambientais contemporâneos, como a adaptação às mudanças climáticas e a redução das desigualdades no acesso. Finalmente, o plano busca ainda orientar os municípios na formulação de suas políticas públicas, com foco na universalização e na melhoria da gestão e prestação de serviços de saneamento básico em suas cidades. A audiência pública do PESB foi realizada em fevereiro de 2025, e após concluídas as etapas de catalogação e disponibilização no site, em outubro deste ano, a SEMIL por intermédio de sua Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico (SRHSB) enviou comunicado aos 645 municípios paulistas informando a disponibilização do PESB/SP no site, marcando o início da sua implementação. (<https://semil.sp.gov.br/srhsb/pesb-sp-plano-estadual-de-saneamento-basico-de-sao-paulo/>). *Universalização do Saneamento Básico:* A atual gestão do Governo do Estado tem como um dos seus principais objetivos a antecipação da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, associada à melhoria na qualidade de prestação destes serviços. Para isso, atua em duas frentes principais: (i) o processo de desestatização da Sabesp, concluído em 2024, que antecipa a universalização do saneamento para 2029 no âmbito da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário Sudeste – URAE-1; (ii) Programa UniversalizaSP, iniciativa direcionada ao apoio aos municípios cujos serviços não são prestados pela Sabesp. Uma das prioridades da gestão, no que se refere ao saneamento, é a efetivação da regionalização, obrigatoriedade trazida pelo Novo Marco Legal. A regionalização tem por finalidade promover ganhos de escala e escopo, trazendo mais viabilidade econômico-financeira aos projetos e, por conseguinte, investimentos e tarifa módica à sociedade paulista, haja vista, ainda, a existência de infraestruturas compartilhadas entre municípios paulistas e a necessidade de integração dos serviços com a gestão regional eficiente dos recursos hídricos. *UNIVERSALIZA SP:* O Programa Universaliza SP (Decreto Estadual nº 67.814/2023) visa à universalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante o fornecimento de apoio técnico a municípios na elaboração de estudos para o atingimento das metas de universalização: atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos. Os objetivos do Programa são: viabilizar a universalização do acesso e a efetiva prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo, com foco nos municípios não operados pela Sabesp; fomentar a regionalização da prestação dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços, nos termos do inciso XIV do artigo 2º da Lei Federal nº 11.445/2007; incentivar soluções sustentáveis, sob as perspectivas ambiental, social e econômica, com melhorias



de eficiência e governança. Até novembro de 2025, 156 municípios aderiram ao Universaliza SP. São estimados investimentos em torno de R\$ 41 bilhões em Parceria Público-Privada (PPP) no Programa. A partir da apresentação dos estudos iniciais, estão previstas as seguintes atividades, a serem realizadas conjuntamente com a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI): (i) realização de estudos técnicos de modelos societários e contratuais (Concessão e Parcerias Público-Privadas); (ii) avaliação do arcabouço jurídico vigente; (iii) proposição de uma estrutura de governança e gestão; e (iv) mapeamento de custos, receitas e modelos regulatórios. *Demais Intervenções para Universalização:* Adicionalmente às iniciativas apontadas, a SEMIL promoveu ações técnicas e financeiras direcionadas aos municípios, fortalecendo a gestão da política e os serviços de saneamento, e proporcionando melhorias socioambientais e de saúde pública para a população, com investimentos concluídos no ano de 2025, em andamento ou planejados que somam cerca de R\$ 22,8 milhões e beneficiam mais de 278 mil habitantes dos municípios paulistas. Destes investimentos, em 2025: Foram concluídas as obras objeto dos convênios celebrados com os municípios de Américo Brasiliense (perfuração de poço tubular profundo) e Leme (substituição de rede de distribuição de água em cimento para PVC), totalizando R\$ 3.347.219, com benefício a uma população de 9.700 habitantes. Encontram-se em andamento 18 convênios, atendendo 15 municípios, que somam mais de R\$ 10 milhões, beneficiando população de cerca de 209 mil pessoas, em iniciativas direcionadas ao abastecimento de água, tratamento de esgoto, e drenagem nos municípios de: Américo Brasiliense (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado, no bairro Jardim Planalto/ convênio com Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) para realização de projeto de Estação de Tratamento de Esgoto); Birigui (Aquisição de motor de bombeamento); Braúna (construção de estação tratamento de esgoto compacta – ETE); Campina do Monte Alegre (perfuração de poço profundo na comunidade rural); Ipeúna (reforma e ampliação da estação de tratamento de esgotos do Jardim Ipeúna); Macaúbal (revitalização e reforma do sistema d'água); Martinópolis (construção de reservatórios de água e abertura de poços artesianos); Pradópolis (perfuração de um poço tubular profundo); Rincão (aquisição e montagem de reservatório metálico apoiado de capacidade de 100 m, localizado no Distrito de Taquaral); Rio das Pedras (convênio com SAAE para construção de reservatório de água); Sales Oliveira (perfuração de poço tubular profundo); além de execução de serviços, no âmbito do programa ÁGUA É VIDA, para instalação de Unidades Sanitárias Individuais de Esgotos (USI) em áreas rurais e localidades isoladas, com 5 convênios em andamento com os municípios Itapeva, Iporanga, Jacupiranga e Mineiros do Tietê, totalizando 515 USIs. Encontram-se em tratativas a celebração de 9 convênios com 7 municípios, que totalizam investimentos na ordem de R\$ 9,4 milhões e beneficiarão mais de 59 mil habitantes, atendendo: Caconde (Modernização da ETA II); Colina (Reforma dos reservatórios de concreto armado – semi enterrado e elevado); Morro Agudo (perfuração de poço tubular profundo e construção de reservatório); Santo Antônio de Posse (implantação de rede de esgoto no bairro Jardim Córrego Bonito e implantação de nova adutora de água bruta, no córrego Jequitibá/Ressaca); ademais os convênios para instalação de equipamentos nas áreas rurais e localidades isoladas nos municípios de Borebi, Guaimbê e Murutinga do Sul, totalizando 290 USI's. Em relação às obras e serviços executados pela SP-Águas que beneficiam melhorias para o saneamento básico, destaque para as intervenções listadas a seguir, com investimento total de R\$ 69,7 milhões no exercício: (i) ampliação da capacidade de operação da estação de tratamento de esgoto (ETE) em Cravinhos – em andamento; (ii) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em Macaúbal – concluída em março de 2025; (iii) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, em São Simão – em andamento com previsão de entrega em março de 2026; (iv) implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgoto sanitário urbano, em



Jardinópolis – em andamento com previsão de entrega em junho de 2026; (v) construção do Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto no Município de Monte Alegre do Sul – em andamento com previsão de entrega em abril de 2026; e (vi) construção do Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto no Município de Amparo – em andamento com previsão de entrega em abril de 2026. *PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS-SP)*: O Plano Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo (PERS-SP) é um instrumento de planejamento fundamental para estruturar a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos no território paulista. Oferece suporte à elaboração de políticas públicas que promovam a minimização dos resíduos gerados e a destinação final ambientalmente adequada. A revisão do PERS-SP iniciou em 2025, tendo sido realizado o 1º Workshop com o objetivo de discutir o uso de indicadores utilizados para fins de diagnóstico. Espera-se a conclusão da revisão do Plano para o início de 2026. Ainda na temática, destaca-se ações da SEMIL no apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão de resíduos, bem como o estímulo à adoção de soluções regionais para a disposição final; proposição e acompanhamento de ações e programas estratégicos na área, com incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição ambientalmente adequada de resíduos e rejeitos. Estas iniciativas buscam promover a articulação com instituições municipais, estaduais, federais, organismos internacionais e entidades privadas para fortalecer a Política Estadual. Neste escopo estão também o fornecimento de subsídios técnicos ao Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (FECOP), em especial os direcionadas ao apoio e à promoção da gestão municipal de resíduos sólidos. Até outubro de 2025, foram firmados junto ao FECOP contratos com 9 municípios, no montante de R\$ 5 milhões, para melhoria da gestão dos resíduos sólidos. Está prevista, até o final de 2025, a assinatura de novos contratos. Em 2025 a SEMIL realizou chamamento público para a seleção de municípios interessados em receber caminhões coletores e compactadores de resíduos, caminhões ou veículos leves para coleta seletiva e trituradores de galhos, no âmbito do FECOP. O chamamento teve como resultado 530 municípios habilitados e a liberação de recursos deverá seguir a classificação dos municípios considerando os critérios que envolveram: participação nos Programas Integra Resíduos e Universaliza SP ou URAE-1, possuir Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; instituição de taxa ou tarifa de resíduos; ter coleta seletiva formalizada (para o caso da solicitação deste tipo de veículo). Em 2025, o primeiro ciclo envolveu 105 municípios beneficiados e investimento de R\$ 43,7 milhões, destinados a: 52 caminhões compactadores (R\$ 32,5 milhões); 29 veículos de coleta seletiva (R\$ 7,9 milhões); e 24 trituradores de galhos (R\$ 3,3 milhões). *PROGRAMA INTEGRA RESÍDUOS*: O Programa Integra Resíduos (Decreto Estadual nº 68.578/2024) tem como objetivo modernizar a gestão de resíduos sólidos por meio de modelos de gestão regionais, oferecendo soluções viáveis do ponto de vista técnico e econômico-financeiro ao agrupamento de municípios. Sob a coordenação das Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e de Parcerias em Investimentos, o programa visa o atendimento das necessidades regionais e locais de manejo de resíduos sólidos urbanos até a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, por meio de projetos sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental. Ao todo, 344 municípios aderiram ao programa. Uma nova etapa do Programa Integra Resíduos teve início em 2025, dedicada à elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica para a estruturação de modelos regionais de gestão. Ao centralizar um escopo voltado para o tratamento e à disposição final dos resíduos sólidos, sob uma única contratação, viabiliza-se o compartilhamento inteligente de infraestrutura e a alocação otimizada de recursos entre os municípios consorciados. O resultado direto nesse modelo de prestação de serviço é um ganho de escala significativa que permite a racionalização de investimentos, reduzindo o custo operacional por unidade e transformando soluções modernas e de



alta qualidade técnica em alternativas economicamente viáveis. Esta primeira fase do Integra Resíduos abrange 62 municípios. Os municípios selecionados fazem parte do Consórcio de Estudos e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CERISO), do Consórcio de Municípios da Região Central do Estado de São Paulo (CONCEN), do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da RMC (Consimares) e a Região Metropolitana de Campinas. Juntas, essas cidades possuem uma população de 5,2 milhões de pessoas. A estimativa é que o projeto encontre soluções eficazes para o gerenciamento adequado de mais de 4,9 mil toneladas/dia de resíduos. O projeto encontra-se em fase de diagnóstico de engenharia. Adicionalmente aos estudos de regionalização desta primeira fase do Integra Resíduos, foi iniciada em 2025, ação de capacitação técnica em resíduos, direcionada a gestores municipais, cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Ao todo, 338 municípios estão inscritos. Conduzida pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e com apoio técnico da SEMIL, a primeira etapa, iniciada em agosto, contempla o diagnóstico da gestão dos resíduos sólidos urbanos de 272 municípios inscritos, e propostas de aprimoramento para enfrentar as principais lacunas e desafios identificados. A segunda etapa, prevista para início de 2026, contará com a capacitação remota de aproximadamente 340 municípios e a realização de 16 oficinas presenciais, uma em cada Região Administrativa do Estado de São Paulo, reunindo até 50 participantes, entre servidores municipais e trabalhadores que atuem com materiais recicláveis. *Demais iniciativas da Política de Resíduos Sólidos: Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IGR):* Em 2025, por meio da Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos, foi calculado o IGR – Índice de Gestão de Resíduos Sólidos – ano base 2024, no qual participaram 594 municípios paulistas, sendo sua adesão de caráter voluntária. Do total de municípios aderentes, 47,64% apresentaram gestão eficiente, 35,86% apresentaram gestão mediana e 16,5% apresentaram gestão ineficiente. O resultado representa aumento de mais de 7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em que o IGR alcançou 591 municípios, sendo 40% com gestão eficiente. *Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo:* Em 2024, a CETESB publicou o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado de São Paulo, referente ao ano de 2023. O documento reflete as condições ambientais dos sistemas de compostagem, das estações de transbordo e da disposição final em aterro de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos, oriundos da coleta pública, a partir de dados obtidos nos 645 municípios do Estado, incluindo a comparação com os resultados de 2022. A íntegra da 27ª edição está disponível no endereço eletrônico: <https://cetesb.sp.gov.br/residuossolidos/publicacoes-e-relatorios>. O Inventário referente ao ano de 2024 está em elaboração pela CETESB e ficará disponível na página relacionada. *Logística Reversa no Estado de São Paulo:* No tema da Logística Reversa, está em elaboração regramento que estabelece as diretrizes para a implementação, estruturação e operacionalização dos sistemas de Logística Reversa no estado de São Paulo. O objetivo central do regramento é promover a coleta, reuso, reciclagem, tratamento e/ou disposição final dos resíduos gerados após o consumo de diversos produtos – seja o próprio produto já sem uso, sejam suas embalagens descartadas, de modo a fortalecer a economia circular e reduzir impactos ao ambiente. Com base na responsabilidade compartilhada, o regramento deve normatizar procedimentos relativos à logística reversa direcionados aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de bens de consumo comercializados no Estado de São Paulo ou destinados a consumidores localizados no território paulista, bem como competências dos municípios e do Estado. Em dezembro de 2025, a SEMIL abriu consulta pública para tomada de subsídios, um instrumento de participação social que antecede a edição de atos normativos e tem como objetivo coletar contribuições, opiniões e sugestões de empresas, entidades representativas, especialistas e cidadãos sobre temas em fase de estudo, formulação ou aprimoramento. Nesta consulta, o mecanismo é aplicado ao processo de



elaboração do regramento da logística reversa no estado, permitindo qualificar a proposta normativa a partir das contribuições recebidas. (<https://semil.sp.gov.br/2025/12/governo-de-sp-abre-consulta-publica-para-regramento-da-politica-estadual-de-logistica-reversa/>). O Painel Dinâmico Logística Reversa (<https://cetesb.sp.gov.br/logisticareversa/>) foi lançado pela CETESB, sendo o primeiro no Brasil a oferecer transparência de dados sobre o tema, que compila e classifica dados de logística reversa desde 2012 até 2023, quando mais de 820 mil toneladas de resíduos foram computadas em resultados de Logística Reversa. Dos 645 municípios paulistas, 558 possuem algum tipo de atendimento de logística reversa. Em 2023, do volume total reportado (820 mil toneladas), 34% correspondem a pneus, 28% a embalagens em geral, 19% a óleo lubrificante acabado e 17% a baterias de chumbo-ácido. Os dados de 2024 foram recepcionados até 30/07/2025, conforme prazo legal aplicável para submissão dos Relatórios Anuais de Resultados e estão sendo apurados para atualização do Painel Dinâmico. O objetivo do painel é fornecer informações sobre o estágio atual de implantação da logística reversa no Estado de São Paulo e fortalecer as práticas ambientais em diversos setores, aumentando a consciência da população sobre o tema. Os painéis incluem mapa do Estado de São Paulo, mostrando a presença ou ausência de instalações de logística reversa declarados por municípios e por setor. Em maio de 2025, foi lançado o ECOMAPA CETESB (<https://cetesb.sp.gov.br/logisticareversa/>), plataforma digital que permite ao cidadão consultar os pontos de coleta de resíduos sujeitos à logística reversa no Estado. A nova plataforma permite que qualquer cidadão, por meio de geolocalização, identifique e localize os mais de 8 mil pontos de entrega para o descarte correto de resíduos. Em 24 de novembro de 2025, a CETESB aprovou a Decisão de Diretoria 079/2025/A, alterando a Decisão de Diretoria 051/2024/P, que estabelece os procedimentos a serem adotados para demonstrar o cumprimento da logística reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução SMA nº 45/ 2015. **ENERGIA E MINERAÇÃO:** O planejamento e as iniciativas das áreas de Energia e Mineração buscam avançar em sua contribuição ao desenvolvimento sustentável e à Estratégica Climática paulista. Neste contexto, em destaque estão o Plano Estadual de Energia 2050, que resulta de compromisso assumido pelo Estado ao aderir à campanha Race to Zero, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC) - Decreto Estadual nº 65.881/2021; e o Plano Paulista Decenal de Energia 2034. **PLANO PAULISTA DECENAL DE ENERGIA 2034 (PPDE 2034):** Avançando na estratégia climática paulista, ao longo de 2025, a SEMIL elaborou, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI/USP), o Plano Paulista Decenal de Energia 2034 (PPDE 2034), para os próximos 10 anos, com ações e indicadores para acompanhamento da trajetória de redução de gases de efeito estufa (GEE) dos setores de energia elétrica e de transportes, incluindo a necessidade de energia para fins térmicos dos setores residencial, comercial e industrial. O PPDE 2034, de curto prazo e de nível tático, reflete as diretrizes do Plano Estadual de Energia 2050 (PEE 2050), primeiro plano de longo prazo de ente subnacional do País, aprovado em 2024, com estratégias para uma economia de baixo carbono. Cabe lembrar que o PEE 2050 foi um compromisso assumido pelo Estado ao aderir à campanha “Race to Zero” no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCC), conforme o Decreto nº 65.881, de 20 de julho 2021. No horizonte de 2034, destaca-se o aumento de demanda de energia elétrica decorrente da entrada em operação de novos data centers e o aumento da participação de biocombustíveis, como etanol, biometano e combustível sustentável de aviação (*sustainable aviation fuel* - SAF). No cenário de mitigação, o PPDE 2034 aponta para emissões de GEE evitadas de cerca de 15 MtCO₂e, o que representa uma redução de aproximadamente 18% de emissões de GEE em relação ao ano base de 2024. No cenário de referência, sem esforços do Estado para mitigação, haveria incremento de quase 15% das emissões, totalizando 93 MtCO₂e. São estimados R\$ 250 bilhões em investimentos em projetos de transição



energética até 2034. O PPDE 2034 foi submetido à consulta pública em novembro de 2025 (disponível em <https://semil.sp.gov.br/ppde-2034/>) e, posteriormente, será submetido à apreciação do Conselho Estadual de Política Energética (CEPE) para aprovação e publicação. **BALANÇO ENERGÉTICO ESTADUAL:** Em 2025, foi publicado o Balanço Energético Estadual de 2025 (ano base 2024), que apresenta, em suma, todas as informações sobre a matriz energética paulista. O balanço está disponível no site da SEMIL, no endereço eletrônico: <https://semil.sp.gov.br/sem/balanco-energetico-do-estado-de-sao-paulo/>. Na página, é possível consultar e acessar a série histórica das informações a respeito do setor energético do Estado, desde 2006, permitindo que o mercado, os órgãos governamentais e demais interessados criem estratégias com base em dados assertivos em relação à oferta e ao consumo de energia no Estado, aproveitando oportunidades existentes. **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:** Em 2025, consolidando a governança do Fundo de Aval de Eficiência Energética do Estado de São Paulo (FAEE), o Conselho Estadual de Orientação de Eficiência Energética (CEOEE), presidido pela SEMIL, aprovou seu Regimento Interno, o Manual de Procedimentos do Fundo, bem como o Regulamento do Programa Investimentos Transformadores de Eficiência Energética na Indústria do Estado de São Paulo (PotencializEE-SP), que se utilizará do Fundo. O FAEE, integra a estratégia climática paulista, no eixo de mitigação, foi instituído pela Lei Estadual nº 17.615/2022 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 68.234/2023. Trata-se de uma ação com potencial de alavancar cerca de R\$ 420 milhões para financiamento de 425 projetos direcionados à eficiência energética. O fundo e os financiamentos são administrados pela Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. (Desenvolve SP), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). A meta é reduzir 7 TWh de consumo de energia e espera-se mitigar a emissão de 1,1 MtCO₂e. As informações, ações e acompanhamento das metas do FAEE podem ser acessadas no endereço eletrônico: <https://semil.sp.gov.br/fundo-de-aval-para-desenvolvimento-da-eficiencia-energetica-no-estado-de-sao-paulo-faee/>, garantindo o controle social e a transparência. **BIOMETANO:** O Estado de São Paulo, por intermédio da SEMIL, apoiou tecnicamente estudo inédito realizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que aponta um potencial de produção de biometano de 6,4 milhões de m³/d a partir de resíduos do setor sucroenergético e de aterros sanitários. O volume corresponde a cerca de 50% de todo consumo de gás natural do Estado, e pode contribuir com a redução de até 25 MtCO₂e, substituindo combustíveis fósseis como óleo combustível na indústria e óleo diesel no setor de transportes. O trabalho reforça o papel do biometano como nova fronteira energética e uma das principais estratégias de mitigação do Estado apontadas no PEE 2050. O estudo completo e seu resumo executivo encontram-se disponíveis em <https://www.fiesp.com.br/noticias/estudo-inedito-da-fiesp-aponta-que-sp-pode-substituir-ate-32-do-consumo-de-gas-com-biometano/>. Atualmente, o Estado conta com oito plantas de produção de biometano autorizadas, responsáveis por uma produção de cerca de 500 mil metros cúbicos por dia (m³/dia). Outras sete unidades encontram-se em fase de autorização junto a órgãos federais e, quando em operação, poderão adicionar 257 mil m³/dia à capacidade instalada. Com isso, São Paulo se prepara para superar a marca de 700 mil m³/dia até dezembro de 2026, dentro de um potencial técnico de produção estimado em 6,4 milhões de m³/dia. Os projetos de biometano envolvem investimentos significativos e estão se multiplicando em São Paulo, que, também neste setor, se posiciona na vanguarda da transição energética nacional e global. Neste cenário, a SEMIL, em parceria com a Agência de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP), lançou o aplicativo para celular da plataforma Conecta Biometano SP. O serviço foi criado para promover a conexão entre representantes da cadeia de biogás e biometano a fim de viabilizar novos projetos. O Conecta Biometano SP conta com mais de 120 empresas cadastradas. Em julho de 2025, a SEMIL lançou uma consulta pública, na modalidade de Tomada de



Subsídios, para avaliar a viabilidade de instituir o Certificado de Garantia de Origem do Biometano (CJOB) Paulista. Com a iniciativa, São Paulo poderá se tornar o primeiro estado brasileiro a fomentar o mercado do atributo ambiental do biometano por meio de um instrumento voluntário e economicamente competitivo, alinhado às diretrizes do CJOB federal. A consulta teve como objetivo coletar contribuições de agentes do setor e demais interessados para a construção de um mecanismo que assegure segurança jurídica e robustez na contabilização do atributo ambiental do biometano no Estado.

MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL: Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM): O Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) é uma ferramenta direcionada a nortear a formulação de políticas públicas e o planejamento setorial, bem como a atuação junto aos municípios e ao mercado. O OTGM considera informações geológicas e mercadológicas, arcabouço regulatório, legislação ambiental, Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), entre outros. Em 2025, foi realizado, no município de Capão Bonito, o primeiro evento da Jornada de Desenvolvimento da Mineração para as regiões do Vale do Ribeira e do Alto Paranapanema, contemplando 32 municípios. Essas duas regiões representam grande potencial geológico para recursos minerais, com a cadeia produtiva de base mineral sendo importante fonte de renda e emprego para diversos municípios, conforme apontou o Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM) das regiões. O evento teve como propósito discutir com gestores públicos, empresários e sociedade em geral o papel estratégico da mineração para o desenvolvimento socioeconômico regional. Disponibilizou aos participantes dados e informações sobre as áreas com potencial para desenvolvimento da atividade de mineração, os procedimentos de autorização e licenciamento ambiental juntos aos órgãos competentes e os benefícios da integração do ordenamento territorial da mineração aos planos diretores municipais, garantindo a harmonia das diferentes formas de uso e ocupação do solo, incluindo áreas de proteção ambiental. Ainda em 2025, foi concluído o OTGM das regiões do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, realizado em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). A próxima Jornada será sediada em um dos 39 municípios dessas regiões, dando continuidade às ações de política pública da mineração no Estado.

CADMINÉRIO: O Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzam produtos e subprodutos de origem mineral no Estado de São Paulo (CADMINÉRIO), criado pelo Decreto Estadual nº 67.409/2022, registrou a emissão de 116 certificados. Desde o início da operação do CADMINÉRIO, em 2024, já foram emitidos 246 certificados. O Estado, e suas contratadas, podem adquirir produtos, em especial areia e brita, somente de fornecedores habilitados no CADMINÉRIO, mediante comprovação de regularidade de documentação, como licenciamento ambiental. Dessa forma, o CADMINÉRIO visa fomentar a mineração sustentável, estimular a competição leal e melhorar o ambiente de negócios, atraindo mais investimentos para o setor.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES: PLANO DE LOGÍSTICA E INVESTIMENTOS (PLI): O Plano de Logística e Investimentos (PLI) tem como objetivo promover a modernização e a integração da infraestrutura de transportes paulista. A partir de uma visão de longo prazo, o PLI irá orientar os investimentos públicos e privados em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, buscando fortalecer as conexões entre as diferentes regiões do estado, ampliar a eficiência logística, reduzir custos e impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Em fevereiro de 2025, teve início os estudos previstos no PLI, com investimento total é de R\$ 17,6 milhões, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com entrega dos relatórios finais prevista para 2026. (www.pli.semil.sp.gov.br). Atualmente, estão sendo realizados fóruns regionais em diversas regiões do Estado, reunindo representantes do poder público, setor privado, academia e sociedade civil. Esses encontros têm como objetivo coletar contribuições e promover a construção coletiva do PLI, assegurando que o planejamento reflita as necessidades e oportunidades de cada território. O estudo atualizará as principais demandas de investimento em infraestrutura, propondo ações que



integrem eficiência logística e sustentabilidade ambiental, social e econômica. Entre os temas centrais estão: (i) otimização da matriz modal, com incentivo à ampliação da participação dos modos hidroviário e ferroviário; (ii) promoção da equidade no acesso ao transporte, contribuindo para a redução das desigualdades regionais; (iii) melhoria do bem-estar da população, com redução de emissões, tempos e custos de viagem; (iv) aumento da competitividade econômica, por meio da diminuição dos custos logísticos do transporte de cargas. O PLI integrará os planos estratégicos, em elaboração na Pasta, envolvendo o setor ferroviário e hidroviário, a saber. *PLANO ESTRATÉGICO FERROVIÁRIO*: O Plano Estratégico Ferroviário resultou de Convênio de Cooperação Técnica firmado em junho de 2024 entre a SEMIL e a CPTM. Ao longo de 2025, o plano avançou com a execução das etapas de diagnóstico, levantamento de dados e análise das condições atuais da malha ferroviária paulista. Neste período, foram desenvolvidos estudos voltados à identificação de necessidades atuais, gargalos e oportunidades de investimentos no modal ferroviário, abrangendo tanto o transporte de passageiros quanto o de cargas. O trabalho considera de forma integrada os aspectos ambientais, sociais e econômicos, com foco na promoção de mobilidade sustentável e no apoio ao desenvolvimento regional. O Plano permanece em execução, com previsão de conclusão em 2026, e deverá subsidiar futuras ações e projetos estratégicos para o fortalecimento do sistema ferroviário no Estado de São Paulo. *PLANO ESTRATÉGICO HIDROVIÁRIO*: Em junho de 2025, foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica entre a SEMIL e a FAU-USP para a elaboração do Plano Estratégico Hidroviário do Estado de São Paulo (PEH-SP). O prazo de execução do convênio é de 60 meses. O Plano tem como objetivo estruturar pesquisas e estudos voltados ao planejamento da navegação e da intermodalidade no território paulista. Seu escopo inclui o levantamento de dados técnicos e socioeconômicos e a análise das infraestruturas que compõem as hidrovias — como canais, barragens, eclusas, pontes, cais e sistemas de atracação — além das travessias litorâneas e interiores, da sinalização náutica, das tecnologias de navegabilidade, das embarcações com baixa emissão de carbono e das dinâmicas de transporte fluvial e de desenvolvimento urbano e regional sustentável. Os estudos do PEH-SP também incorporam resultados de pesquisas desenvolvidas por dois Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCDs) aprovados em 2025 e financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país: (i) Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Hidrovias Urbanas (coordenado pela FAU-USP): desenvolve estudos para promover a navegação fluvial urbana nas hidrovias paulistas, considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Suas pesquisas buscam soluções integradas de mobilidade, infraestrutura e desenvolvimento urbano; (ii) Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Sistemas Hidroviários Interiores (coordenado pela POLI-USP): investiga soluções científicas e tecnológicas para fortalecer o transporte hidroviário no Estado, especialmente na Hidrovia Tietê-Paraná. O centro atua em temas como competitividade logística, redes de transporte, centros produtivos e embarcações sustentáveis, contribuindo para a revitalização do modal. Essas contribuições fortalecem a base técnica do Plano, ampliando a capacidade de diagnóstico e a proposição de soluções integradas para o uso sustentável e estratégico das hidrovias do Estado. *Painel de Infraestrutura de Logística e Transportes*: Em novembro de 2025, foram publicados painéis interativos com o mapeamento macro da infraestrutura de transporte do Estado de São Paulo. Os painéis estão disponíveis no site do Plano de Logística e Investimentos (PLI) e atuam como ferramenta de apoio à divulgação e à compreensão do plano, além de possibilitarem a transparência e o acesso simplificado e organizado a informações que subsidiam a formulação de políticas públicas e decisões estratégicas, em conformidade com as políticas de acesso à informação. *INVESTIMENTOS EM TRAVESSIAS E HIDROVIAS: Travessias Litorâneas*: O Sistema de Travessias Litorâneas abrange uma extensão de cerca de 300 km no litoral



paulista, desde Cananeia, no Litoral Sul, passando por Santos e até São Sebastião, no Litoral Norte. O Sistema conta com 8 travessias: (1) São Sebastião/Ilhabela; (2) Santos/Guarujá; (3) Santos/Vicente de Carvalho; (4) Bertioga/Guarujá; (5) Iguape/Jureia; (6) Cananeia/Continente; (7) Cananeia/Ilha Comprida; (8) Cananeia/Ariri. Em 2025, o Sistema de Travessias Litorâneas transportou, até outubro, mais de 16 milhões de usuários, cerca de 53 mil por dia. O destaque ficou para a Travessia Santos/Guarujá, que sozinha respondeu por mais de 50% dessa demanda. Nessa travessia circulam mais de 21 mil veículos por dia, entre carros, motos e caminhões. Neste ano foram entregues o montante de R\$ 76,6 milhões em investimentos, aplicados em reformas de embarcações e em melhorias nos terminais e estaleiros. Adicionalmente, R\$ 16,9 milhões encontram-se em execução, contemplando obras atualmente em andamento. Os investimentos na melhoria da frota contribuem para ampliar o contingente operacional do sistema, possibilitando que todas as linhas operem com capacidade máxima da infraestrutura de atracação e com balsas de reserva em todas as travessias. Isso é especialmente relevante para atender ao aumento da demanda no período de verão, entre dezembro e março, temporada de maior movimento no sistema. A modernização da frota também reduz a ocorrência de paradas para manutenção, otimizando a operação como um todo. Dentre os investimentos realizados estão: *Melhoria na frota em 2025*: (i) foram entregues dez embarcações totalmente reformadas nas Travessias Litorâneas, correspondendo a 32% da frota da SEMIL modernizada, sendo 7 balsas e 3 lanchas no valor total de R\$ 59,6 milhões; (ii) aquisição de 17 motores para a modernização da frota das Travessias Litorâneas, no valor de R\$ 6,18 milhões; (iii) estão em andamento reforma de 2 embarcações, no valor total de R\$ 10,2 milhões; (iv) além de importantes melhorias em embarcações e contrato para locação de embarcações destinadas a complementar a frota, especialmente na substituição de unidades em reforma ou em manutenção, contribuindo para a ampliação da capacidade operacional do sistema (sistema opera com 11 embarcações locadas, sendo 9 balsas e 2 lanchas, distribuídas entre as travessias São Sebastião/Ilhabela, Bertioga/Guarujá e as linhas do Litoral Sul). *Melhorias nos terminais e estaleiros em 2025*: (i) reforma concluída das estações de passageiros da Praça da República e de São Sebastião, no valor de R\$ 9,1 milhões; (ii) reforma do estaleiro de São Sebastião (recuperação do muro de arrimo e das instalações), no valor de R\$ 1,7 milhão; (iii) reforma da Estação da Praça da República, no valor de R\$ 8,2 milhões; (iv) obra em andamento de Dragagem do atracadouro de Ilhabela, no valor de R\$ 6,4 milhões, destinada a restaurar a profundidade ideal para navegação (mínimo de 3,7 metros), evitando obstruções em áreas rasas e prevenindo danos estruturais às balsas - a obra abrangerá cerca de 20 mil m², com a remoção de aproximadamente 22 mil m³ de sedimentos, o equivalente a cerca de 1.500 caminhões de areia; e (v) reforma da Estação de Passageiros de Cananeia, no valor de R\$ 361 mil. *Outras melhorias e ações operacionais em 2025*: (i) implantação do ITS DRIVE, sistema inteligente de transporte voltado à gestão e ao monitoramento operacional das Travessias Litorâneas, que viabiliza a consolidação e a geração de indicadores de desempenho, além da instalação e integração de equipamentos para controle de demanda e rastreamento das embarcações; (ii) contrato de manutenção naval, que aprimora a governança da manutenção, com otimização dos procedimentos operacionais, do estoque de peças e da eficiência dos serviços, assegurando disponibilidade contínua de mão de obra especializada em regime 24/7, garantindo suporte permanente às atividades de manutenção do sistema. *Travessia Paraibuna*: O serviço de balsa no reservatório de Paraibuna é realizado em 3 travessias localizados nos municípios de Paraibuna e Natividade da Serra, na região do Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo: (i) Porto Paraitinga (Paraibuna); (ii) Porto Natividade da Serra (Natividade da Serra); (iii) Porto Varginha (Paraibuna e Natividade da Serra). A travessia é gratuita e opera 24 horas por dia. Em 2025, até outubro, foram transportados mais de 115 mil usuários, cerca de 380 por dia, com predominância



de automóveis na composição da demanda. A SEMIL assumiu a operação das travessias do Reservatório de Paraibuna em janeiro de 2023, sucedendo a então responsável, Companhia Energética de São Paulo (CESP). Ao longo de sua gestão, foram conduzidas vistorias sistemáticas para diagnóstico das condições operacionais e levantamento das intervenções necessárias, sendo efetivada a contratação de nova empresa para operação do sistema. Entre os avanços já implementados, destaca-se a renovação integral da frota, viabilizada pela locação de quatro novas embarcações dedicadas ao atendimento da linha, modernizando o sistema e ampliando sua capacidade operacional. *Concessão das Travessias:* Em novembro de 2025, foi concluído o processo de concessão do Sistema de Travessias Hídricas, que contempla 14 linhas, incluindo as 8 Travessias Litorâneas, 3 do reservatório de Paraibuna e mais 3 do reservatório de Billings, esta última operada pela EMAE. Por meio de leilão público, a operação, a manutenção e a modernização de todo o sistema foram outorgadas ao Consórcio Acqua Vias SP, para um período de 20 anos. Com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões, a PPP faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Com isso, o novo concessionário assume o compromisso de preservar os padrões de segurança e qualidade do serviço, além de realizar investimentos contínuos em frota, infraestrutura de terminais e melhorias operacionais, visando ampliar a eficiência, a regularidade e a capacidade do sistema. O serviço está em processo de transição administrativa da SEMIL para a concessionária, com conclusão prevista até junho de 2026. *Hidrovia Tietê-Paraná:* A Hidrovia Tietê-Paraná é o principal sistema de transporte de carga hidroviário do Estado. Sua infraestrutura, composta por eclusas, estaleiros e terminais intermodais fez do modal uma alternativa efetiva para o processo logístico, além de propiciar o reordenamento da matriz de transportes das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil. Além disso, no contexto da sustentabilidade, o baixo consumo de combustível e emissão de poluentes das embarcações garantiu um papel de destaque em programas de resiliência climática. A Hidrovia Tietê-Paraná compreende 2.400 km de vias navegáveis, sendo: (i) 1.600 km nos Rios Paraná, Paranaíba e Grande, administrada pelo Ministério dos Transportes, através do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; (ii) 800 km no Estado de São Paulo, nos trechos navegáveis dos rios Tietê, Piracicaba e São José dos Dourados, administrada pela SEMIL, através da Subsecretaria de Logística e Transportes. Em relação à movimentação de carga no Sistema, em 2025 foram transportados, até outubro, 1,78 milhões de toneladas de produtos no trecho paulista da Hidrovia, cerca de 200 mil toneladas de produtos por mês, predominantemente soja e milho. A principal rota de navegação compreende o percurso entre São Simão (GO) e Pederneiras (SP), sendo essencial para o escoamento da produção agrícola e para a integração logística regional. Além do transporte de carga, a hidrovia também possui relevância no turismo fluvial, especialmente na região da Eclusa de Barra Bonita, onde operam embarcações turísticas que atendem cerca de 8 mil passageiros por mês. Estão sendo realizados fortes investimentos para otimizar a navegação na Hidrovia Tietê-Paraná. As obras visam eliminar gargalos (restrição de fluidez de navegação, por exemplo), aumentar a velocidade média de tráfego hidroviário e a capacidade média de transporte, ampliando a malha hidroviária no Rio Tietê. Destaca-se, nesse contexto, a obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava, que foi paralisada em 2019 e retomada no 1º semestre de 2023. A obra está localizada nos municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama, com previsão de conclusão para 2026. A obra consiste no derrocamento e escavação do canal de acesso da Eclusa de Nova Avanhandava, numa extensão de 16 quilômetros e largura de 60 metros. No total serão retirados mais de 553 mil m³ de material rochoso do leito do rio, volume equivalente à 221 piscinas olímpicas. Até o momento foram investidos R\$ 199,6 milhões na execução das obras, R\$ 129 milhões apenas em 2025 (valores sem reajuste, até outubro). O percentual físico executado até outubro de



2025 foi de 90,2%, com 544,7 mil m³ de material detonado e 454,3 mil m³ de volume escavado. A obra conta com uma série de procedimentos para garantir a segurança do meio ambiente e das comunidades do entorno durante as detonações, incluindo medição dos níveis de ruído e vibração; sinalização; avisos sonoros; comunicação com a comunidade; cortina de bolhas para salvaguardar a fauna local; respeito ao período de defeso. Além da obra principal de derrocamento do canal de navegação, o contrato da obra de Nova Avanhandava contempla a realização de duas obras complementares, que estão atualmente em execução: (i) proteção dos pilares da ponte da SP-461, que visam garantir a segurança da navegação e a integridade das estruturas; (ii) atracadouros de espera a jusante da eclusa, com vistas a aumentar a capacidade anual de movimentação de cargas das eclusas, diminuindo tempos de eclusagens dos comboios e permitindo operações com maior segurança a navegação. *Operação e navegabilidade:* Em 2025, o problema da proliferação excessiva de macrófitas aquáticas, especialmente aguapés, apresentou agravamento associado ao avanço da eutrofização e ao aumento da temperatura da água, intensificando impactos sobre a navegação de menor porte no Rio Tietê. Nesse contexto, a Subsecretaria de Logística e Transportes da SEMIL, responsável pela operação e manutenção do trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná, fortaleceu sua atuação no âmbito do GFI-Tietê, com foco na gestão integrada do manejo de macrófitas. As ações envolveram monitoramento contínuo dos trechos críticos (Barra Bonita, Ibitinga e Promissão), remoção permanente da vegetação com embarcação dedicada e vertimento controlado em conjunto com a AUREN Energia nos acessos às eclusas. Também está em andamento a implantação de barreiras de contenção para redirecionamento do acúmulo nas áreas das eclusas, garantindo a navegabilidade da via. Além disso, em 2025 também foi licitado e contratado o novo serviço de manutenção do balizamento e execução de levantamentos topobatimétricos no trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná. *INVESTIMENTOS EM RODOVIAS ESTADUAIS E ESTRADAS MUNICIPAIS:* No ano de 2025, em todo o Estado de São Paulo, foram concluídas 44 obras, totalizando 397,769 quilômetros de rodovias estaduais e estradas municipais, com investimento de R\$ 1,2 bilhões; 17,66 milhões de habitantes beneficiados e 17,5 mil empregos diretos e indiretos gerados. Atualmente, estão em andamento 64 obras viárias do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, cobrindo uma extensão de 665,028 quilômetros. O DER também atuou na operação e segurança da malha rodoviária, realizando 283.326 atendimentos até dezembro de 2025. Em relação aos atendimentos prestados pelas Unidades Básicas de Atendimento (UBA) aos usuários nas rodovias estaduais sob gestão do Estado, houve investimento de R\$ 603.980.791,04, por meio de obtenção de veículos motorizados de duas rodas e novo sistema em implantação, objetivando a diminuição do tempo de resposta e a otimização do atendimento. Ainda nesta frente de atuação, foram registrados 1.350.898 atendimentos de ocorrências policiais (outubro/2025), resultado do suporte provido pela Polícia Militar Rodoviária. Até dezembro de 2025, foram 16.549.757 veículos com peso fiscalizados e foram emitidas 207.652 autorizações especiais de tráfego, que passou a contar com a modalidade digital dando mais eficiência ao acesso e à regularização dos usuários de veículos com peso. Em relação à conservação, foram investidos R\$ 1.128.062.983,29, visando conservar e manter o estado do pavimento das rodovias estaduais em toda malha rodoviária; quanto à extensão de estradas municipais pavimentadas/recuperadas, destacam-se as obras e serviços executados até dezembro de 2025, registrando 112,372 quilômetros e investimento de R\$ 253.793.802,71 com benefício de população total de mais de 1,3 milhão de pessoas. A extensão total de rodovias estaduais duplicadas, implantadas e recuperadas, até dezembro de 2025, foi de 285,397 quilômetros, evidenciando os diversos tipos de investimentos realizados em toda a malha rodoviária estadual. *INVESTIMENTOS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO:* Para atender às necessidades e aprimorar os serviços prestados no Porto de São Sebastião, foram realizados aportes para regularização, adequações e melhorias de



infraestrutura portuária. Em 2025, destaca-se a execução de três principais projetos: (i) conclusão da manutenção nas defensas no Berço 101, para melhorar a segurança para as embarcações; (ii) execução da dragagem de manutenção do Berço principal e bacia de evolução, para reestabelecer a cota de - 10 metros de profundidade; (iii) execução das obras de regularização e melhorias no Porto para cumprimento do Plano de Segurança Portuária. O total de investimentos foi de R\$ 12.762.374,60. Até outubro de 2025, o Porto de São Sebastião registrou a movimentação de 1.215.504.192 toneladas. A projeção é que este volume alcance 1.458.605.030 toneladas até o final do ano. As principais cargas operadas foram açúcar, barrilha, malte e cevada. Um ponto de destaca é a movimentação de animais vivos, que apresentou um crescimento de quase 11% em comparação com o mesmo período do ano anterior. No que diz respeito à atração de novas cargas, o Porto voltou a movimentar, ou começou a operar recentemente, cargas como trigo, cargas de projeto, alumina calcinada, sulfato de sódio e fertilizantes. Essa diversificação ressalta a capacidade e a vocação do Porto de São Sebastião como um terminal multipropósito. Adicionalmente, foram realizadas ações pela Companhia Docas de São Sebastião voltadas a: *Área de Apoio Logístico Portuário (AALP)*: foram credenciadas duas áreas privadas de apoio logístico portuário (Pátio de triagem) para caminhões, por meio de chamamento público, com o objetivo de regularizar a triagem, o estacionamento e o fluxo de veículos de carga que se destinam ao Porto Organizado. Esta iniciativa reduzirá o congestionamento no centro de São Sebastião, diminuindo a emissão de gases de efeito estufa e melhorando a eficiência no descarregamento de mercadorias nos armazéns do Porto, ao mesmo tempo em que proporciona mais conforto e qualidade de vida para os motoristas. *Contrato de Uso Temporário no Porto de São Sebastião*: autorizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) a celebração de contrato de uso temporário com empresa privada para a movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, com ênfase em cevada e malte pelo Porto de São Sebastião. Estima-se o investimento privado, cerca de R\$ 9,2 milhões, para intervenções no piso, infraestrutura elétrica e hidráulica, aquisição de equipamentos e instalação de armazéns estruturados. *Investimento para obra de acesso ao Porto*: foi assinado termo aditivo ao contrato de concessão da Rodovia dos Tamoios, operada pela Concessionária Tamoios, para criação de um novo acesso ao Porto de São Sebastião. O aditivo prevê investimentos de mais de R\$ 55 milhões. A obra tem conclusão prevista para março de 2026 e o objetivo do projeto é conectar as vias internas do Porto diretamente ao Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios facilitando o tráfego de veículos de carga e otimizando a logística no terminal. Essa conexão reduzirá a circulação de veículos pesados na área urbana de São Sebastião e aumentará a eficiência operacional do terminal portuário. *Eficiência Energética*: a CDSS aderiu à Aliança Brasileira para Descarbonização dos Portos e aplicou incentivos tarifários por meio da plataforma Environmental Ship Index (ESI), com sede na Holanda, para navios que emitem baixas quantidades de gases efeito estufa na atmosfera, a fim de incentivar a eficiência energética dos navios que frequentam o Porto de São Sebastião. Em 2025, até outubro, 15 navios de turismo foram beneficiados com redução de tarifas portuárias por demonstrarem o índice superior a 40 no ESI. A CDSS empenhou esforços na implementação de ações para o desenvolvimento ambiental sustentável, com evolução de operações para gestão de resíduos, eficiência energética e conservação de recursos naturais. Estas ações integram o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o Plano de Gestão Ambiental (PGA), e incluem o monitoramento contínuo das emissões atmosféricas, de ruídos, da qualidade das águas subterrâneas, da fauna e flora locais. O PGA foi aprovado pelo IBAMA em 2024, com validade equivalente à validade da licença ambiental (até 2028). O Plano prevê programa de monitoramento do meio biótico, físico e socioambiental. No escopo do PGA está previsto o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), que estabelece diretrizes para a gestão de resíduos sólidos no interior do porto. O plano define que todos os operadores



portuários, arrendatários e prestadores de serviço que operam nas áreas do porto devem elaborar e submeter seu próprio plano de gerenciamento de resíduos (PGRS) individualizado, referente às atividades que realizam, como manutenções, movimentação de cargas, obras, uso temporário etc. A minimização da geração e o controle rigoroso reduzem a pressão sobre serviços de limpeza e sobre o descarte inadequado, contribuindo para a saúde pública e ambiental. O gerenciamento de resíduos integra-se ao restante do SGA, com procedimentos, registros, auditorias internas/externas, controle documental, tratamento de não conformidades, treinamento de pessoal e inspeções periódicas. Com essas práticas, o porto melhora indicadores ambientais — por exemplo, o Índice de Desempenho Ambiental da ANTAQ, tendo atingido 96,31 pontos.



SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

A Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), criada em 2023 pelo Decreto nº 67.435/2023, tem como missão impulsionar a implementação de projetos de parceria com o setor privado, assegurando segurança jurídica, alinhamento ao interesse público e maior atratividade aos investidores. A atuação estratégica da Pasta concentra-se em dois eixos principais: (i) a estruturação de projetos de parcerias e de infraestrutura, que subsidiam os processos de licitação e contratação de concessões e parcerias público-privadas; e (ii) a gestão e fiscalização dos contratos de concessão e PPP em vigor, assegurando a eficácia da política pública adotada pelo Governo, com foco na ampliação de investimentos, desoneração do Estado e garantia de serviços públicos de qualidade, a partir de tarifas adequadas. Esse escopo inclui a mensuração de indicadores de desempenho na prestação de serviços pelas concessionárias e a consolidação da estabilidade regulatória dos contratos. Nos termos do artigo 12 do Decreto nº 67.435/2023, a SPI representa o Estado de São Paulo, na qualidade de Poder Concedente, em diversas áreas de serviços públicos, incluindo: (i) transportes rodoviários, metroferroviários, hidroviários e aeroviários; (ii) transporte coletivo intermunicipal de passageiros, abrangendo as regiões metropolitanas; (iii) distribuição de gás; (iv) saneamento básico em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; e (v) concessão onerosa do Parque João Doria – Capivari, em Campos do Jordão/SP (Decreto nº 67.561/2023). Com vistas ao fortalecimento das parcerias com a iniciativa privada, o Decreto Estadual nº 67.443/2023 instituiu o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo – PPI-SP, cujo propósito abrange: (i) o fortalecimento da cooperação entre Estado e setor privado; (ii) a expansão da infraestrutura pública; (iii) a promoção de ampla e justa competição na celebração de parcerias; (iv) o reforço da estabilidade e da segurança jurídica; e (v) o aprimoramento do papel regulador do Estado e da autonomia de suas entidades reguladoras. Em alinhamento às diretrizes do PPI-SP, o Decreto nº 67.759/2023: (i) reorganizou o procedimento de elaboração de estudos relacionados a projetos de parcerias e desestatização no âmbito da administração pública direta; (ii) instituiu a Plataforma do PPI-SP, destinada ao recebimento de propostas de parcerias elaboradas por agentes privados; e (iii) estabeleceu novas responsabilidades de apoio à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em consonância com a estratégia de governo. Conforme as Resoluções Conjuntas SPI/SEDUC nº 01/2025, SPI/SEMIL nº 03/2025 e SPI/SES nº 09/2025, a SPI representa o Estado, como Poder Concedente, nas seguintes iniciativas: (i) a PPP das Novas Escolas, que compreende a construção e operação de 33 unidades educacionais distribuídas nos lotes Oeste e Leste; (ii) os contratos de concessão de parques, incluindo Campos do Jordão, Caminho do Mar, Zoológico, Cantareira e Horto Florestal, bem como os Parques Urbanos Água Branca, Cândido Portinari e Villa-Lobos; e (iii) as concessões administrativas (PPPs) para prestação dos serviços de “bata cinza” nos Complexos Hospitalares do Lote 01 (Hospital Estadual de Sorocaba) e do Lote 02 (Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM). Adicionalmente, em razão do processo de extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU, autorizado pela Lei nº 17.293/2020 e regulamentado pelo Decreto nº 69.375/2025, houve a transferência à SPI das atribuições e responsabilidades relativas aos contratos de concessão dos serviços de transporte de passageiros da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – Áreas de 1 a 5, da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e da PPP do Sistema Integrado Metropolitano – SIM da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). A estrutura organizacional vigente da SPI, conforme Decreto nº 69.377/2025, compreende órgãos colegiados — CADA, CAC-PPP, GSPOFP e GSTIC —, além das subsecretarias de Gestão de Parcerias e de Gestão Corporativa, com suas diretorias e coordenadorias técnicas. Integram o conjunto de entidades



vinculadas à Pasta a Companhia Paulista de Parcerias (CPP), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP). O campo funcional da Secretaria inclui a execução do Programa Estadual de Desestatização (Lei nº 9.361/1996) e do Programa de Parcerias Público-Privadas (Lei nº 11.688/2004). Entre suas atribuições estão a coordenação das propostas e projetos de concessões e PPPs, a serem submetidos à análise e deliberação, bem como o assessoramento ao Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) e ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), competências operacionalizadas pela Secretaria Técnica e Executiva instituída pelos Decretos nº 41.150/1996 e nº 48.867/2004. Nos termos do artigo 4º do Decreto nº 65.936/2021, cabe ainda à SPI coordenar e avaliar a qualificação das Organizações Sociais (OS), conforme Lei Complementar nº 846/1998. A Coordenadoria de Gestão de Parcerias Sociais mantém, em ambiente eletrônico, portais dedicados às Organizações da Sociedade Civil (OSC) e às Organizações Sociais (OS). No Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a Secretaria é responsável pela execução dos seguintes programas: (i) 3935 – *Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP)*: tem como objetivo fomentar parcerias com o setor privado e o terceiro setor, oferecendo suporte técnico e institucional para viabilizar projetos prioritários de infraestrutura no Estado de São Paulo. (ii) 3936 – *Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados*: busca elaborar modelos e critérios para o monitoramento e fiscalização das concessões, garantindo a prestação de serviços adequados, preservando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e promovendo melhorias nos serviços públicos de transporte e mobilidade urbana. (iii) 3937 – *Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados de São Paulo*: visa aprimorar a prestação dos serviços públicos por meio de regulação efetiva, respeitando os contratos, assegurando o equilíbrio entre usuários, prestadores de serviço e o poder público, além de contribuir para a sustentabilidade desses serviços delegados. Ao longo de 2025, a SPI desempenhou suas competências por meio das seguintes frentes de atuação: (i) estruturação de projetos de parcerias, incluindo concessões, PPPs e desestatizações; (ii) gestão dos contratos de concessão e PPP da carteira do PPI-SP; (iii) Secretaria Executiva, com assessoramento ao PED/CDPED e ao CGPPP; e (iv) coordenação e avaliação das parcerias sociais.

Estruturação de Projetos de Parcerias - Concessões e Desestatização: O desenvolvimento de estudos de viabilidade demanda análises de alta complexidade técnica e significativo impacto social, exigindo equipes qualificadas em diversas áreas do conhecimento relacionadas à infraestrutura e aos serviços públicos. Nesse contexto, em 2025, a Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI) consolidou sua estratégia de ampliar a capacidade estatal para a estruturação de projetos de parcerias e desestatização. Para isso, firmou contratos com consultorias de reconhecida expertise, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a *International Finance Corporation* (IFC) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Como parte de suas decisões estratégicas, a SPI também reforçou os mecanismos de atuação da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), conforme previsto em seu estatuto social. A CPP, uma empresa estatal vinculada à SPI, é responsável pela estruturação de projetos de parcerias no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Essas iniciativas reafirmam o compromisso da SPI com o fortalecimento da capacidade técnica e operacional na execução de projetos estratégicos de infraestrutura e serviços públicos no Estado de São Paulo. Durante o exercício de 2025, foram qualificados mais 4 projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP), totalizando um acervo de 34 empreendimentos ao incluir, as duas desestatizações: Empresa Metropolitana de Água e Energia – EMAE; e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Cabe inteirar que os projetos integrantes da Carteira do PPI-SP encontram-se em diferentes estágios de



consolidação de suas modelagens, distribuídos nas etapas de (i) estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e institucional-jurídica, de (ii) formatação da modelagem preliminar para audiência e consulta pública, e de (iii) consolidação da modelagem final para deliberação no CDPED e CGPPP, com consequente autorização de publicação dos instrumentos licitatórios. Resumidamente, as entregas ao longo de 2025 foram: *(i) celebrados 5 contratos – 3 PPP e 2 Concessões*: duas Concessões Administrativas (PPP) das Novas Escolas – Lote Oeste (17 unidades) e Lote Leste (16 unidades), assinados em 06/02/2025 (OESTE) e 07/02/2025 (LESTE); Concessão do Lote Rodoviário – Rota Sorocabana, assinado em 07/02/2025; Concessão do Lote Rodoviário – Nova Raposo, firmado em 14/03/2025; e Concessão Patrocinada (PPP) do Lote Alto Tietê de Trens – Linhas 11, 12 e 13, firmado em 21/05/2025; *(ii) concluídas 3 licitações – concessões em contratação*: Concessão dos Serviços Lotéricos, homologação/adjudicação em 18/08/2025 (2º colocado); Concessão Patrocinada (PPP) do Lote de Rodovias Paranapanema, homologação/adjudicação em 20/10/2025; Concessão Patrocinada (PPP) do Túnel Imerso Santos-Guarujá, homologação/adjudicação em 07/11/2025; *(iii) 5 editais publicados, com 3 sessões públicas de abertura dos envelopes (leilão) realizadas na B3*: Concessão Patrocinada (PPP) do Lote de Rodovias Paranapanema, edital em 09/06/2025, abertura dos envelopes em 05/09/2025; Concessão Patrocinada (PPP) do Túnel Imerso Santos-Guarujá, edital em 09/06/2025, abertura dos envelopes em 05/09/2025; Concessão Administrativa (PPP) do Centro Administrativo – Campos Elíseos, edital em 26/09/2025, abertura dos envelopes adiada (sem nova data); Concessão Patrocinada (PPP) Sistema de Travessias de São Paulo, edital em 22/09/2025, abertura dos envelopes em 13/11/2025; e Concessão de Rodovias – Lote Mogiana, edital em 24/10/2025, com previsão de abertura dos envelopes em 27/02/2026; *(iv) Realizadas Audiências e Consultas Públicas às minutas dos documentos licitatórios, referentes a 11 projetos*: Concessão Administrativa (PPP) do Centro Administrativo – Campos Elíseos, audiências em 12/02/2025 (virtual) e 13/02/2025 (São Paulo), Consulta Pública de 24/01/2025 a 13/03/2025 (prorrogada); Concessão Patrocinada (PPP) do Lote ABC Guarulhos de Trens- Linhas 10 Turquesa e 14 Ônix, audiências em 12/02/2025 (São Paulo); 13/02/2025 (Santo André); e 14/02/2025 (Guarulhos), Consulta Pública de 31/01/2025 a 03/03/2025; Concessão Patrocinada (PPP) do TIC Eixo Oeste (São Paulo – Sorocaba), audiências em 26/05/2025(Sorocaba), 28/05/2025 (São Roque), e 29/05/2025(São Paulo), Consulta Pública de 30/04/2025 a 02/06/2025; Concessão Administrativa (PPP) de Serviços Hídricos - Desassoreamento, audiências em 28/10/2025 (presencial) e 29/10/2025 (virtual), Consulta Pública no período de 22/09/2025 a 07/11/2025 (prorrogada); Concessão Administrativa (PPP) Habitação – Centro Histórico, audiências em 21/10/2025 (presencial) e 22/10/2025 (virtual), Consulta Pública de 22/09/2025 a 07/11/2025 (prorrogada); Concessão Patrocinada (PPP) da Linha 16 Violeta de metrô, audiências em 07/10/2025 (presencial) e 08/10/2025 (virtual), Consulta Pública de 06/10/2025 a 24/11/2025 (prorrogada); Concessão Administrativa (PPP) de 06 Parques Urbanos, audiências em 16/07/2025 (Presencial - São Paulo); e 17/07/2025 (virtual), Consulta Pública de 16/06/2025 a 18/08/2025 (prorrogada); Concessão do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ), audiências em 19/05/2025(Campos do Jordão) e 20/05/2025 (virtual), Consulta Pública de 05/05/2025 a 23/06/2025; Concessão de Rodovias – Lote Circuito das Águas, audiências em 10/03/2025 (Campinas); 11/03/2025 (Mogi Guaçu); 14/03/2025 (São Paulo - híbrida), Consulta Pública de 20/02/2025 a 21/03/2025; Concessão de Rodovias – Lote Rota Mogiana, audiências em 12/03/2025 (Mococa); 13/03/2025 (São João da Boa Vista); 14/03/2025 (São Paulo - híbrida), Consulta Pública de 20/02/2025 a 21/03/2025; e Concessão dos Serviços de Remoção, Custódia e Leilão de Veículos - DETRAN/SP e DER/SP, audiências em 21/07/2025 (Campinas), 22/07/2025 (São José do Rio Preto), 23/07/2025 (Ribeirão Preto), 24/07/2025 (Bauru), 25/07/2025 (Sorocaba),



28/07/2025 (São José dos Campos), e 29/07/2025 (São Paulo), Consulta Pública de 08/07/2025 a 08/08/2025. Na sequência, relação dos projetos prioritários qualificados no âmbito do PPI-SP, somando, até final de 2025, trinta e três (33) empreendimentos: 1 – *PPP Trem Intercidades-TIC Eixo Norte (São Paulo – Campinas)*: concessão patrocinada dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, nas modalidades "expresso" e "parador", compreendendo (i) trem expresso entre São Paulo - Jundiaí – Campinas, com 101 km de extensão; (ii) serviço parador denominado Trem Intermetropolitano - TIM, com extensão de 44,4 km, 5 estações entre 5 municípios: Jundiaí - Louveira - Vinhedo - Valinhos – Campinas; e (iii) Linha 7 - Rubi, em operação, com 56,8 km, 17 estações, atendendo 7 municípios da RMSP. Contratada em 03/06/2024, com o Consórcio C2 Mobilidade sobre Trilhos (Comporte Participações + chinesa CRRC). 2 – *PPP de Rodovias – Lote Litoral*: concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para exploração do sistema rodoviário denominado "Lote Litoral Paulista", totalizando aproximadamente 212 km. Contratada em 03/10/2024, com o Consórcio Novo Litoral (CBI — Cia Brasileira de Infraestrutura e CLD — Construtora Lacos Detetores e Eletrônica Ltda). 3 – *EMAE*: avaliação, estruturação e execução da alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo, correspondentes a ações representativas do capital social da EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia. Desestatização concluída em 22/05/2024, com homologação da vencedora do Leilão, Phoenix Fundo de Investimentos em Partic. Multiestratégia (ágio de 33,68%). 4 – *SABESP*: desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP por realização de oferta pública de ações da empresa. Diretrizes gerais da oferta pública aprovada em 20/06/2024 pelo CDPED: (i) Estado mantém mínimo de 18% do Capital Social da companhia; (ii) Investidor de Referência detém 15% do Capital, com base no critério de maior preço por ações, cobertura e preço mínimos deliberados pelo Colegiado; (iii) 10% do Capital ofertados aos empregados; e (iv) 20% de participação que impõem obrigação de realizar oferta pública. Desestatização concluída em 26/08/2024, com divulgação do encerramento declarando o Grupo Equatorial como o Investidor de Referência. 5 – *PPP Novas Escolas*: concessão administrativa para construção, manutenção, conservação, gestão e operação de 33 novas unidades de ensino de Nível Médio e Ensino Fundamental II no Estado de São Paulo, compreendendo a prestação de serviços "não pedagógicos", divididas em 2 lotes: Oeste com 17 unidades, e Leste com 16 escolas. Contratada em 06/02/2025, com o Consórcio Novas Escolas Oeste SP (Lote Oeste – desconto de 21,43% sobre o valor da contraprestação). Contratada em 07/02/2025, com o Consórcio SP + Escolas (Lote Leste – desconto de 22,51%). 6 - *Concessão de Rodovias – Lote Rota Sorocabana*: concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Rota Sorocabana, abrangendo 456 km de rodovias localizadas na região Sudoeste do Estado. Contratada em 07/02/2025, com a CCR S/A (ágio de 267,84%). 7 - *Concessão de Rodovias – Lote Nova Raposo*: concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Nova Raposo, abrangendo 93 km de rodovias. Contratada em 14/03/2025, com a ECORODOVIAS Concessões e Serviços S/A (outorga de R\$ 2,19 bilhões). 8 - *PPP das Linhas 11 Coral, 12 Safira e 13 Jade de Trens Urbanos – Lote Alto Tietê*: concessão patrocinada da operação, manutenção, conservação, melhorias, e expansão das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade de trens urbanos, atualmente operadas pela CPTM. Atualmente, as três linhas possuem 126 km de extensão, e 29 estações em operação. Contratada em 21/05/2025, com a Comporte Participações S.A (desconto de 2,57% sobre a contraprestação). 9 - *Concessão dos Serviços Lotéricos*: concessão dos serviços públicos lotéricos no Estado de São Paulo, nas modalidades de loteria de prognóstico específico, de prognóstico



esportivo, de prognóstico numérico, além de instantânea, criada para custeio de ações voltadas à assistência social e à redução da vulnerabilidade no Estado. Homologação e Adjudicação em 18/08/2025 do 2º colocado, Consórcio SP Loterias, em razão da exclusão do Consorcio Aposta Vencedora da licitação em 08/05/2025. 10 - PPP de Rodovias – Lote Paranapanema: concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Paranapanema, compreendendo 211 km de rodovias, ligando Itapetininga a Ourinhos. Homologação e Adjudicação em 20/10/2025 da empresa Infra BR V Missouri Holding III - Grupo Pátria (desconto de 11,60% sobre o valor da contraprestação). 11 – PPP Túnel Imerso Santos-Guarujá: concessão patrocinada visando à execução de obras de construção, operação e manutenção de Túnel Imerso ligando os municípios de Santos e Guarujá, prevendo sua localização na área conhecida como Outeirinhos/Macuco em Santos, e em Guarujá, no bairro de Vicente de Carvalho. Homologação e Adjudicação em 07/11/2025 da empresa MOTA-ENGIL LATAM Portugal (desconto de 0,5% sobre o valor da contraprestação). 12 - PPP Sistema de Travessias do Estado de São Paulo: concessão patrocinada do serviço público de transporte coletivo aquaviário intermunicipal de veículos e passageiros, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para exploração do Sistema de Travessias do Estado de São Paulo, compreendendo: 08 travessias litorâneas (Litoral Norte, Centro e Sul); Sistemas de Balsas EMAE, com 3 balsas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); e serviço de balsa no reservatório de Paraibuna, com 3 travessias na região do Vale do Paraíba. Republicação do Edital em 22/09/2025. Leilão em 13/11/2025, com a melhor proposta do Consórcio Acqua Vias SP (desconto de 12,60% sobre o valor da contraprestação). 13 - PPP do Centro Administrativo – Campos Elíseos: concessão administrativa para execução de obras e prestação de serviços de manutenção predial de um polo administrativo na região central da cidade de São Paulo, no bairro de Campos Elíseos. Republicação do Edital em 26/09/2025. Leilão adiado, sem nova data agendada. 14 – Concessão de Rodovias – Lote Rota Mogiana: prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário denominado “Lote Rota Mogiana”, totalizando aproximadamente 520 km. Publicação do Edital em 24/10/2025, com leilão previsto para 27/02/2026, na B3. 15 – PPP das Linhas 10 Turquesa e 14 Ônix de Trens Urbanos – Lote ABC Guarulhos: concessão patrocinada da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos das Linhas 10 – Turquesa e 14 – Ônix no sistema ferroviário, bem como a operação do Expresso ABC, Expresso Paranapiacaba e Expresso Mogi. A Linha 10 possui 37,2 km de extensão e opera em 13 estações. A Linha 14, na Região Leste de São Paulo, é um empreendimento *greenfield* (32km), com previsão de 22 novas estações. O escopo do projeto inclui 40 novas estações no total, sendo, 22 da Linha 14 e 18 da Linha 10, além de adequações. Realizadas audiências no mês de fevereiro/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de fevereiro/2025 a março/2025. 16 - PPP Trem Intercidades – TIC Eixo Oeste (São Paulo – Sorocaba): concessão patrocinada dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos no eixo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Sorocaba, contemplando operação, manutenção e obras, do Sistema denominado TIC Eixo Oeste, que atenderá as demandas de serviços “expresso” e “parador”. Realizadas audiências no mês de maio/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de abril/2025 a junho/2025. 17 - PPP de Serviços Hídricos de Desassoreamento e outros nos Rios Pinheiros e Tietê: concessão administrativa dos Serviços Hídricos, que consiste na (i) ampliação da capacidade de desassoreamento do rio pinheiros e do rio tietê e de remoção dos resíduos flutuantes nas extensões dos canais (pinheiros e tietê); (ii) manutenção das margens e dos jardins metropolitanos - são áreas verdes destinadas a recuperar



espaços degradados e a proteger as margens ao longo dos rios pinheiros e tietê; e na (ii) operação e manutenção dos serviços hídricos de desassoreamento e outros no rios Pinheiros e Tietê. Realizadas audiências no mês de outubro/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de setembro/2025 a novembro/2025. 18 - *PPP Desenvolvimento Urbano e Habitação - Área Central SP (Centro Histórico)*: concessão administrativa para disponibilizar 6.575 Unidades Habitacionais (UH) na Área Central de São Paulo, organizadas em dois blocos, abrangendo as regiões da Sé, República e Santa Cecília, áreas estratégicas para o fortalecimento do processo de requalificação urbana de São Paulo: Lote 1: 3.499 uhs; e Lote 2: 3.076 uhs. Realizadas audiências no mês de outubro/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de setembro/2025 a novembro/2025. 19 - *PPP da Linha 16 Violeta do Metrô*: concessão patrocinada dos serviços de construção, aquisição e instalação de sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação e manutenção, necessários à prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da futura Linha 16 - Violeta de Metrô de São Paulo, contemplando a Fase I de implantação do trecho entre as Estações Oscar Freire e Abel Ferreira, com 16 estações e extensão aproximada de 17 km. Realizadas audiências no mês de outubro/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de setembro/2025 a novembro/2025. 20 - *PPP Educação – Adequação e Manutenção de 143 Escolas*: concessão administrativa dos serviços não pedagógicos, incluindo ampliações, reformas e melhorias nas instalações das 5.120 unidades escolares existentes. Previsão de implantação faseada, contemplando inicialmente lote com 143 escolas. Realizadas audiências no mês de setembro/2024 e outubro/2024, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de agosto/2024 a novembro/2024. Modelagem final do projeto aprovada pelo CGPPP e CDPED em 26/03/2025 (16ª Reunião do PPI-SP), com autorização para publicação do Edital definitivo. 21 - *Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ)* – concessão de obras dos bens públicos integrantes do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ), abrangendo a prestação de serviços turísticos: (i) Maria Fumaça: trecho entre Emílio Ribas Turística (Capivari) e Abernóssia, extensão de 4,0 km; (ii) Turístico Curto (hop on - hop off): trecho entre Emílio Ribas Turística (Capivari) e Nova Portal, extensão de 5,8 km; (iii) Turístico Médio: trecho entre Nova Portal e Eugênio Lefèvre, conectando Campos do Jordão a Santo Antônio do Pinhal, extensão de 12,4 km; (iv) Rail-Trail: manutenção de trilha para bicicleta na faixa de domínio da EFCJ, ligando Eugênio Lefèvre ao Centro de Pindamonhangaba; e (v) Investimentos Contingentes: poderá explorar serviço turístico ferroviário incluindo o trecho entre a Estação Sede (Pindamonhangaba) e a Estação Eugênio Lefèvre, em Santo Antônio do Pinhal, com cerca de 28 km de linha férrea. Além do Parque Reino das Águas Claras, com área de 38 mil m², o Museu de Memória Ferroviária, oficinas, estações e outros ativos culturais que serão implantados ao longo do contrato. Realizadas audiências no mês de maio/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de maio/2025 a junho/2025. Modelagem final do projeto aprovada pelo CGPPP e CDPED em 10/12/2025 (19ª Reunião do PPI-SP), com autorização para publicação do Edital definitivo. 22 - *Remoção, Custódia e Leilão de Veículos - DETRAN/SP e DER/SP*: concessão dos serviços de Recolhimento, Custódia, Restituição e Preparação para Leilão de Veículos Recolhidos pelos Órgãos de Trânsito do Estado de São Paulo, abrangendo 206 pátios, sendo 1 próprio e 205 administrados por meio de convênios com Municípios ou contratados pelo DER e pelo DETRAN/SP. Realizadas audiências no mês de julho/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de julho/2025 a agosto/2025. Modelagem final do projeto aprovada pelo CGPPP e CDPED em 10/12/2025 (19ª Reunião do PPI-SP), com autorização para publicação do Edital definitivo. 23 - *PPP para Gestão de 06 Parques*



Urbanos: concessão para exploração dos serviços ou uso de áreas, ou parte de áreas, inerentes à prestação de serviços associados à educação ambiental, lazer, esporte, cultura e turismo, em 06 parques estaduais urbanos, que são: (i) Parque Estadual do Belém – Manoel Pita; (ii) Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns; (iii) Parque Ecológico do Tietê Engenheiro Goulart; (iv) Parque Vila Jacuí - Unidade de Lazer Engenheiro Antônio Arnaldo de Queiroz e Silva; (v) Maria Cristina Hellmeister de Abreu - PET; e (vi) Núcleo de Lazer - Parque Itaim Biacica. Todos os Parques permanecerão "abertos ao público" e "sem cobrança de ingresso". Realizadas audiências no mês de julho/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de junho/2025 a agosto/2025. Modelagem final do projeto aprovada pelo CGPPP e CDPED em 10/12/2025 (19ª Reunião do PPI-SP), com autorização para publicação do Edital definitivo. 24 – *Concessão de Rodovias – Lote Circuito das Águas*: concessão da prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Circuito das Águas, abrangendo 533 km de rodovias. Realizadas audiências no mês de março/2025, e disponibilizadas as minutas dos instrumentos licitatórios em consulta pública no período de fevereiro/2025 a março/2025. Abaixo está a relação dos projetos da Carteira do PPI-SP que estão em fase de desenvolvimento dos estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, socioambiental e institucional-jurídica. 25 - *Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães (Complexo do Ginásio Ibirapuera)*: retomada dos estudos para concessão à iniciativa privada da gestão do complexo esportivo, cultural e de lazer em uma área de aproximadamente 100.000 m². 26 - *PPP de Serviços Hídricos – Barragens e Adutoras* - concessão administrativa para obras, operação e manutenção do sistema adutor regional de captação e distribuição de água para 27 municípios; das barragens de Pedreira e de Duas Pontes; das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) das cidades de Monte Alegre do Sul e Amparo; e da Unidade de Tratamento do Rio Camanducaia (UTR). 27 - *PPP Fundação CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo aos Adolescentes* – concessão administrativa para prestação de serviços de operação e manutenção no âmbito da Fundação CASA. O projeto visa (i) trazer maior eficiência do gasto público, com possibilidade de redução de custos; (ii) centralização da gestão dos serviços de apoio, hoje terceirizados e pulverizados em vários contratos nas unidades regionais da Fundação, promovendo economias de escala; (iii) maior facilidade de acesso aos equipamentos e outros serviços como lavanderia, roupas, materiais socioeducativos, entre outros, (iv) centralizar os serviços da Fundação CASA nas atividades socioeducativas e na coordenação das políticas públicas com os órgãos públicos competentes e as famílias; (v) melhoria nas condições de infraestrutura. 28 - *Programa de Mobilidade Urbana - Sistema de Trilhos I*: concessão das obras de construção e/ou expansão, operação e manutenção de linhas do sistema trilhos de Metrô, divididas nos seguintes lotes: Lote 1 (Linhas 1 e 20); Lote 2 (Linhas 2, 15 e 22); e Lote 3 (Linhas 3 e 19). 29 - *Programa de Mobilidade Urbana - Sistema de Trilhos II*: concessão das obras, e dos serviços de operação e manutenção, considerando as novas linhas regionais e urbanas a serem implantadas, compreendendo: (i) PPP Trem Intercidades - TIC Eixo Leste (São José dos Campos), trecho entre São Paulo e Vale do Paraíba; (ii) PPP Trem Intercidades - TIC Eixo Sul (Santos), trecho entre São Paulo e Baixada Santista; (iii) PPP Veículo Leve sobre Trilhos - VLT Campinas, conexão entre Sumaré-Hortolândia-Campinas e TIC Eixo Norte, além de ligação alternativa à rodovia, centro de Campinas e Viracopos; e (iv) PPP Veículo Leve sobre Trilhos - VLT Sorocaba, prevendo melhorar o aproveitamento do eixo ferroviário existente e o acesso à São Paulo via o futuro TIC Eixo Oeste (Sorocaba). 30 – *Concessão de 09 Parques Estaduais – Unidades de Conservação*: delegação para exploração dos serviços ou uso de áreas, ou parte de áreas, inerentes à prestação de serviços associados em 09 parques estaduais, que são: (i) Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Cunha; (ii) Parque Estadual



Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia - S.L. do Paraitinga; (iii) Parque Estadual Morro do Diabo - Teodoro Sampaio; (iv) Parque Estadual Itingaçu - Peruíbe; (v) Parque Estadual Caverna do Diabo - Eldorado; (vi) Parque Estadual Intervales - Ribeirão Grande; (vii) Parque Estadual Carlos Botelho – São Miguel Arcanjo; (viii) Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira (PETAR) - Iporanga; e (ix) Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - Rio Claro. 31 - *Gestão de Resíduos Sólidos – Programa Integra Resíduos*: implementação de serviços regionalizados de tratamento e gestão de resíduos sólidos, no âmbito do Programa Integra Resíduos, instituído pelo Decreto nº 68.578/2024, assegurando a execução das obras e a prestação dos serviços necessários ao aprimoramento da destinação final dos resíduos urbanos. A iniciativa abrange 343 municípios paulistas — 216 organizados em 12 consórcios intermunicipais e 127 de forma independente — com foco na implantação de soluções sustentáveis e viáveis. 32 - *Concessão de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros nas Regiões Metropolitanas*: concessão dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, incluindo a operação, conservação e manutenção da infraestrutura existente, bem como daquela que vier a ser implantada. 33 – *Saneamento Básico - Programa Universaliza SP*: prestação de serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, abrangendo desde a captação e produção da água até a gestão de perdas, bem como ações de drenagem urbana e mitigação da escassez hídrica, com a realização dos investimentos necessários à ampliação da resiliência hídrica em aproximadamente 269 municípios potenciais beneficiários do Programa Universaliza SP, instituído pelo Decreto nº 67.814/2023. *Gestão dos Contratos Vigentes da Carteira do PPI-SP*: Atualmente, o Estado de São Paulo possui 55 contratos em execução, sendo 41 concessões comuns (Lei nº 9.361/1996) e 14 contratos de PPPs (Lei nº 11.688/2004), distribuídos da seguinte forma: mobilidade e transporte de passageiros e cargas: 42 concessões, incluindo rodovias, ônibus, VLT, aeroportos e trilhos; energia: 3 contratos; lazer, eventos e parques: 7 contratos; saúde: 2 contratos; habitação: 1 contrato. A Secretaria de Parcerias e Investimentos atua em colaboração com as agências reguladoras, a Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e os órgãos setoriais envolvidos. O objetivo é acompanhar o status de cada contrato, solucionar pendências contratuais e buscar o equilíbrio dos passivos e desequilíbrios regulatórios. Outras iniciativas coordenadas pela SPI, pertinentes à Gestão dos Contratos de concessões vigentes, executadas ao longo de 2025. (1) CAC-PPP (Comissão de Acompanhamento de Contratos de Parcerias Público-Privada) foram realizadas 8 reuniões para acompanhamento dos contratos de PPPs, relacionadas a seguir: 1ª reunião, em 21/02/2025: TAM nº 3/2025 ao Contrato de Concessão da Linha 06 do Metrô: formalizar o procedimento de elaboração, entrega e ressarcimento/reequilíbrio dos estudos necessários para a viabilidade e vantajosidade da implantação da Fase III e Tramo Sudeste da Linha – 6 do Metrô. 2ª reunião, em 15/03/2025: TAM nº 2/2025 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 02/2024 referente ao Trem Intercidades Eixo Norte: inclusão dos investimentos contingentes, que no presente caso referem-se as obras de reforma e ampliação da Estação Água Branca da Linha 7 – Rubi. 3ª reunião, em 18/07/2025: assuntos: (i) Contrato VLT da Baixada Santista - inclusão, no escopo do Contrato STM nº 002/2015, dos investimentos necessários à implantação dos sistemas e sinalização da Etapa III (Trecho Conselheiro Nébias – Valongo) do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT da Baixada Santista, com vistas à viabilização do início da operação comercial no referido trecho; e (ii) Contrato Concessão Rodovia dos Tamoios - inclusão, em sede de revisão extraordinária, de investimento voltado à construção do acesso viário ao Porto de São Sebastião, a partir dos Contornos da Rodovia dos Tamoios. 4ª reunião, em 17/09/2025: TAM nº 10 ao Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4 – Amarela: o aditivo tem por objeto a prorrogação antecipada do Contrato, como contrapartida à inclusão dos



investimentos para extensão da Linha 4 até Taboão da Serra (“Extensão da Linha 4”), contemplando a abertura de duas novas estações (Chácara do Jockey e Taboão da Serra). 5ª reunião, em 03/10/2025: Contrato de Concessão do Rodoanel Norte: implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, por meio da alteração dos valores de aporte público, em função do desequilíbrio decorrente de diferenças entre os custos inicialmente projetados para a conclusão das obras de implantação e os custos aprovados no âmbito do Projeto Atualizado das Obras de Implantação Parcial. 6ª reunião, em 14/10/2025: Concessão Rodovia dos Tamoios: pagamento do reequilíbrio tratado no Procedimento Arbitral AMCHAM nº 152/2021, cuja Sentença Final Arbitral foi proferida em 25 de agosto de 2025, no prazo de 60 dias a partir da intimação da decisão. 7ª reunião, em 29/10/2025: Rodovia do Novo Litoral de São Paulo: celebração de TAM para reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, decorrente da supressão da cobrança nos pórticos de pedágio P06 e P07, com mudança da sua função operacional de cobrança para aferição, e a redefinição da estrutura tarifária consistente na alteração do Trecho de Cobertura de Pedágio (TCP) do pórtico P05, bem como da concessão de isenção tarifária para o pórtico P04 aos moradores dos bairros Ipiri, Caruara, Cabuçu e Monte Cabrão na cidade de Santos, estabelecendo, para ambas as hipóteses, os critérios e procedimentos para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro contratual. 8ª reunião, em 08/12/2025: assuntos: (i) Contrato PPP Concessionária Inova Saúde SPE S.A.: proposta de reequilíbrio cautelar, com fundamento na Resolução SPI nº 19/2023, referente à implementação de política pública que resultou no aumento do fornecimento de refeições para pacientes e acompanhantes de pacientes em tratamento ambulatorial no hospital centro de referência da saúde da mulher – HCRSM; (ii) Contrato PPP Concessionária Inova Saúde SPE S.A.: proposta de pagamento cautelar, com fundamento na Resolução SPI nº 19/2023, referente à incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) em alíquota superior à prevista nos instrumentos convocatórios; (iii) Concessão Rodovia dos Tamoios: pagamento do reequilíbrio, formalizado em Termo Aditivo e Modificativo, em razão de desequilíbrios econômico-financeiros contratuais identificados e reconhecidos pelo Conselho Diretor da ARTESP: Escolta Armada e antecipação da operação dos Lotes 1 e 2 do Contorno Norte -Operação Verão; e (iv) Concessionária Linha Universidade S.A.: pagamento de reequilíbrio, formalizado em Termo Aditivo e Modificativo, em razão da inclusão de investimentos adicionais relacionados às obras do Sacolão Provisório, e Sacolão Definitivo e da Fase I do Contrato, correspondente à construção de túnel de ligação e acesso ao Pátio Morro Grande e adequação do VSE Felício dos Santos, necessários para viabilizar a futura extensão da Linha 6. (2) Informações sobre riscos fiscais decorrentes dos contratos de parcerias público privadas (PPP), que integrou Anexo II - Riscos Fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2026, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/2000, § 3º, do Art. 4º), o qual foi encaminhado, em abril/2025, à Secretaria da Fazenda e Planejamento. (3) Alimentação da Plataforma do PPI-SP (<https://www.parcerias.sp.gov.br>), que consiste em sítio eletrônico com banco de dados com as principais informações sobre a Carteira de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (Decreto nº 67.759/2023). Assessoria ao Conselho Diretor do PED/CDPED e Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas/CGPPP. A Secretaria Executiva do CDPED e CGPPP organizou 5 reuniões ordinárias relativas ao PPI-SP ao longo de 2025, com as seguintes pautas: 15ª Reunião Ordinária PPI-SP, referente à 51ª Conjunta do CDPED e do CGPPP, em 10/02/2025. Apreciados 3 assuntos: (1º) aprovação da modelagem final da Parceria Pública-Privada para implantação, operação e manutenção do Túnel Imerso Santos-Guarujá; (2º) aprovação do Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 da Linha 6 - Laranja de metrô; e (3º) aprovação do Relatório Anual Conjunto de Atividades do Programa Estadual de Desestatização/PED e do Programa de Parcerias



Público-Privada/PPP - 2024. 16ª Reunião Ordinária PPI-SP, referente à 52ª Conjunta do CDPED e do CGPPP, em 26/03/2025. Apreciados 5 assuntos: (1º) aprovação da modelagem final da PPP para prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do Sistema Rodoviário do Lote Paranapanema; (2º) aprovação da modelagem final da PPP para reforma, operação e manutenção de 143 unidades escolares da rede estadual de educação; (3º) aprovação do Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 02/2024 do TIC Eixo Norte (São Paulo – Campinas); (4º) qualificação do projeto de concessão do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do sistema Suburbanos; (5º) qualificação do projeto de ampliação da resiliência hídrica nos municípios paulistas, no âmbito do Programa Universaliza SP. 17ª Reunião Ordinária PPI-SP, referente à 53ª Conjunta do CDPED e do CGPPP, em 29/05/2025. Apreciados 2 assuntos: (1º) aprovação da modelagem final da PPP de Prestação do Serviço Público de Travessias Hídricas; e (2º) aprovação da modelagem final da PPP para implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado de São Paulo, em Campos Elíseos. 18ª Reunião Ordinária PPI-SP, referente à 54ª Conjunta do CDPED e do CGPPP, em 19/09/2025. Apreciados 3 assuntos: (1º) aprovação do Termo Aditivo nº 10 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 4232521201 da Linha 4 - Amarela, para extensão da linha até Taboão da Serra; (2º) aprovação da modelagem final da PPP para prestação dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do Sistema Rodoviário do Lote Rota Mogiana; e (3º) qualificação do projeto de concessão das Filiais do DETRAN-SP. 19ª Reunião Ordinária PPI-SP, referente à 55ª Conjunta do CDPED e do CGPPP, em 10/12/2025. Apreciados 5 assuntos: (1º) aprovação da modelagem final da Concessão dos serviços públicos de recolhimento, custódia, restituição e preparação do Leilão de veículos recolhidos pelos órgãos de trânsito do Estado de São Paulo (DETRAN/SP e DER/SP); (2º) aprovação da modelagem final da Concessão do Complexo Turístico da Estrada de Ferro de Campos do Jordão (EFCJ); (3º) aprovação da modelagem final da PPP para atividades de conservação, operação, manutenção e apoio à visitação de 06 Parques Urbanos; (4º) qualificação do Projeto de concessão de exploração de área pública do Parque Linear Bruno Covas; e (5º) aprovação do Termo Aditivo nº 04 ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 da Linha 6 – Laranja do metrô, para inclusão de Investimentos Adicionais na Fase I e das estruturas do Sacolão Provisório e Definitivo como investimentos extracontratuais. *COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP*: A sociedade por ações denominada Companhia Paulista de Parcerias (“CPP”) é parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. Atualmente a companhia tem sua vinculação institucional à Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado de São Paulo na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado, sobretudo quando envolvam a prestação de garantias ou algum suporte financeiro inicial e transitório. Atualmente, a CPP pode proporcionar um amplo conjunto de possibilidades operacionais, as quais incluem: (a) Contratação de serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de Infraestrutura; (b) Facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias); e (c) Outras Atividades. (a) Contratação de serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de Infraestrutura: A CPP possui quatro (4) contratos com a SPI para prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo – PPI-SP. O Contrato SPI



nº 001/2023, assinado em 19/05/2023, prevê serviços de apoio técnico nos projetos: i) Linhas de Mobilidade – Sistemas Trilhos; ii) Novos Lotes de Rodovias Estaduais; iii) Empresa Metropolitana de Água e Energia – EMAE; e iv) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Do lado da estruturação os projetos são: i) Túnel Submerso Santos-Guarujá; ii) PPP Educação – Adequação e Manutenção de Escolas; iii) PPP Campos Elíseos; iv) Conjunto Desportivo Vaz Guimarães; v) Estrada de Ferro Campos de Jordão – EFCJ; e vi) Serviços Públicos de Loterias. O Contrato SPI nº 009/2023, assinado em 29/11/2023, prevê serviços de apoio técnico nos projetos: (i) Programa “UniversalizaSP”; (ii) Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano (Área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invasivas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos (Parque CECAP), Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia); (iii) Educação – Novas Escolas; e iv) Transporte Intermunicipal Rodoviário de Passageiros. Do lado da estruturação os projetos são: (i) Serviços Hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE (Desassoreamento, e Barragens e adutoras); (ii) Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE; (iii) Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos (Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí); (iv) PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa; e (v) Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano (Área Central de São Paulo). Por sua vez o Contrato SPI nº 025/2024, assinado em 27/12/2024, tem como escopo a estruturação dos projetos (i) Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste; (ii) Trem Intercidades (TIC) Eixo Sul; (iii) VLT Campinas; e (iv) VLT Sorocabana. Por fim, o Contrato SPI nº 007/2025, assinado em 16/05/2025, prevê serviços de apoio técnico no projeto dos Serviços de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de São Paulo Pátios. Para estruturação definiu-se os seguintes projetos: (i) Integra Resíduos; (ii) Projeto Universaliza SP; (iii) Ônibus EMTU; (iv) Parques Estaduais; e (v) Linha 16. *Estruturações de Projetos: i) Túnel Imerso Santos-Guarujá:* Em fevereiro/2025 foi publicado o Edital de Licitação e, após o pedido de investidores por mais prazo, os instrumentos licitatórios foram republicados em junho/2025. A CPP integrou a Comissão de Contratação, conduziu a elaboração dos esclarecimentos ao edital e o suporte técnico ao processo que antecedeu o leilão. A Sessão de Abertura das Propostas de Preço foi realizada em 5/09/2025. Após análise da documentação pela Comissão de Contratação, com apoio da CPP, em 7/11/2025, foi adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e homologado o resultado da licitação. A CPP tem apoiado na verificação do cumprimento das obrigações precedentes à assinatura do contrato, esperada para ocorrer no 1º semestre de 2026. *ii) Centro Administrativo – Campos Elíseos:* A etapa de Consulta Pública ocorreu entre 24/01/2025 a 13/03/2025, e as Audiências no mês de fevereiro/2025. O Edital de Concorrência Internacional Nº SPI-006/2025 foi lançado em 24/06/2025, republicado em 26/09/2025 para ampliar a atratividade do projeto, e, em 26/11/2025, o leilão foi suspenso após solicitações de investidores por prazo adicional e para ajustes pontuais. Por fim, estima-se a nova republicação de edital de licitação ainda no 4º trimestre de 2025, com entrega dos envelopes previsto para o 1º trimestre de 2026. *iii) Serviços Públicos de Loterias:* A expectativa inicial de assinatura do contrato, no 1º trimestre de 2025, foi frustrada pela necessidade de desclassificar a licitante vencedora pelo não cumprimento tempestivo das condições de assinatura. Processada a habilitação do segundo colocado, e após abertura e conclusão do período recursal, o objeto da licitação foi adjudicado ao licitante segundo colocado. Por isonomia, estendeu-se ao segundo colocado as mesmas extensões de prazo concedidas ao primeiro, o qual findará em janeiro/2026. Destaca-se que desde agosto de 2025, o licitante desclassificado acionou o judiciário e o TCE na tentativa de reverter sua situação e impedir assinatura pela novo adjudicatária, sem sucesso. A CPP auxiliou a comissão de contratação, a SPI e a PGE/SP na condução desses litígios. Em paralelo, durante o ano de 2025, concluiu-se o desenvolvimento dos produtos relacionados à exploração dos



serviços de loteria na modalidade aposta de quota fixa, modelado de forma apartada da concessão das demais modalidades, por prever regulamentação diferenciada, via autorização de múltiplos interessados e acompanhamento específico da SPI e da ARSESP. O arcabouço técnico e jurídico para exploração da modalidade de quota fixa está completa e disponível para utilização da SPI quando entender pertinente. *iv) Educação – Adequação e Manutenção de Escolas:* Atualmente o projeto está na Fase 2, que tem por objetivo a estruturação do projeto com base nas escolas selecionadas na Fase 1 somando 143 unidades de ensino para o 1º Lote do Projeto. Concluídas as fases de audiência e consulta pública do 1º Lote, após a análise e incorporação das contribuições recebidas foi elaborada a Nota Técnica de Modelagem Final, deliberada pelos órgãos competentes em março/2025. *v) Estrada de Ferro Campos de Jordão – EFCJ:* Após a realização da Audiência e Consulta Pública, foram realizados ajustes no projeto, consubstanciando-se na modelagem final. Colhidas manifestações dos órgãos competentes, o projeto foi submetido à aprovação em reunião conjunta do CDPED e CGPPP. Estima-se que a realização da licitação ocorra no 2º trimestre de 2026. *vi) Barragens, Adutoras e Infraestruturas Complementares:* Em julho/2024, a CPP firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para prestação de serviços de apoio na estruturação de projeto do Sistema Adutor de Captação e Distribuição de Água e Operação e Manutenção das Barragens de Pedreira e de Duas Pontes e respectivas Infraestruturas Complementares (ETEs Monte Alegre e Amparo e UTR Camanducaia). Estão sendo finalizados os documentos editalícios para controle social da Modelagem Preliminar. A realização da Consulta Pública está prevista para dezembro/2025. *vii) Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE:* Em 2025 foram concluídas a análise da Consulta Pública e as etapas legais que habilitaram a concessão, incluindo a Lei Estadual nº 18.151/2025 e o Decreto Estadual nº 69.619/2025. O primeiro edital foi publicado em 13/06/2025 e, após solicitações por prazo adicional, foi republicado para ampliar a atratividade do projeto. A CPP, integrante da Comissão de Licitação, conduziu a elaboração dos esclarecimentos ao edital e o suporte técnico ao processo que antecedeu o leilão. O certame avançou com a entrega das propostas em 10/11/2025 e a abertura dos envelopes em 13/11/2025, cabendo agora à Comissão, com participação da CPP, a avaliação das propostas, cujo resultado levará à homologação e adjudicação para assinatura do contrato prevista para o 1º trimestre de 2026. *viii) PPP de Desassoreamento:* Em 2024, a CPP firmou o contrato com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – FUNDACE, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação do projeto. Entre setembro e outubro de 2025 foram realizadas as etapas referentes a fase de controle social: i) Consulta Pública; ii) Audiência Pública; e iii) Roadshow. Neste momento, o foco concentra-se na elaboração da versão final dos documentos editalícios, incorporando os *inputs* e aprimoramentos resultantes da fase de Controle Social, com a previsão de publicação do Edital no 1º trimestre de 2026. *ix) Ginásio Ibirapuera:* Em 2024, a CPP firmou o Contrato nº 08/2024 com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação de Projeto de Requalificação de Conjunto Esportivo. Os estudos efetuados durante 2025 resultaram na elaboração de uma modelagem preliminar que apontou a viabilidade do Projeto, permitindo o avanço para as etapas subsequentes de estruturação. *x) PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa:* Após aprovações do Ato Complementar de Cooperação Técnica (“Acordo de Projeto”) celebrado com a UNOPS, foram iniciados os trabalhos em fevereiro de 2025. Conforme o cronograma estabelecido no plano de trabalho foram realizadas as fases iniciais, Entrega do Plano de Gênero, Diversidade e Inclusão, do Plano de Comunicação, e encontra-se em andamento a fase de diagnóstico, nesta fase estão sendo realizadas reuniões entre a equipe da UNOPS, Fundação CASA e CPP, para aprofundar os diagnósticos da área jurídica,



econômico-financeira, técnico operacional e de infraestrutura, sendo esperado que a primeira versão do relatório de recomendação seja aprovada no início de 2026. *xi) PPP de Parques Urbanos:* Foi celebrado contrato de apoio a estruturação com o BNDES para modelagem da PPP. Após a apresentação da Modelagem Preliminar foram realizadas, entre julho e agosto de 2025 as: i) Consulta Pública; ii) Audiência Pública; e iii) Roadshow. Em outubro/2025, após a análise e incorporação das contribuições recebidas foi elaborada a Nota Técnica de Modelagem Final. Colhidos manifestações dos órgãos competentes, o projeto foi submetido à aprovação em reunião conjunta do CDPED e CGPPP. Estima-se realização da licitação no 1º semestre de 2026. *xii) Integra Resíduos:* Em agosto de 2025, a CPP firmou contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para prestação de serviços técnicos especializados de apoio e consultoria dos projetos de concessão da prestação regionalizada de gestão de resíduos sólidos de três lotes de municípios. Até o momento foi concluída a Fase de Planejamento e Plano de Trabalho, além da realização de visitas técnicas e levantamento de dados para diagnóstico. Estão em curso as atividades de diagnóstico Jurídico e Técnico-Operacional. A conclusão dos estudos e realização da Consulta Pública está prevista para 1º semestre de 2026. *xiii) Universaliza SP:* Em setembro de 2025, a CPP firmou contrato com a International Finance Corporation - IFC, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação do Programa UniversalizaSP, que objetiva facilitar e garantir o acesso universal e a prestação efetiva dos serviços de água e esgoto, por meio da regionalização da prestação de serviços, em conformidade com as disposições do “Novo Marco do Saneamento” (Lei 14.026/2020), para os municípios que não fazem parte da URAE 1 – Sudeste, que compreende municípios operados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e/ou que possuem contratos de concessão ativos. Até o momento foi concluído o “Produto 01 – Plano de Trabalho” da “Fase 01 – Desenvolvimento dos Estudos Necessários”. Está em curso a realização de visitas técnicas e levantamento de dados para diagnóstico, assim como para execução dos estudos de viabilidade e modelagem da concessão. A conclusão dos estudos e realização da Consulta Pública está prevista para o 1º semestre de 2026. *xiv) Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano - (Área Central de São Paulo):* Em 2024, a CPP firmou o Contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, para a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria para apoio na estruturação de Projeto de Habitação. Ao longo de 2025, a fase de estruturação foi marcada pela revisão dos estudos e documentos essenciais para a definição técnica e econômico-financeira do projeto. Entre setembro e novembro de 2025 foram realizadas as etapas referentes a fase de controle social: i) Consulta Pública; ii) Audiência Pública; e iii) Roadshow. Neste momento, o foco concentra-se na elaboração da versão final dos documentos editalícios, incorporando os *inputs* e aprimoramentos resultantes da fase de Controle Social, com a previsão de publicação do Edital no 1º trimestre de 2026. *xv) Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste:* Em fevereiro de 2025, a CPP firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a prestação de serviços de assessoria técnica e conhecimento especializado de apoio nos estudos de viabilidade para implantação e operação do TIC Eixo Leste, entre São Paulo e São José dos Campos. No momento, estão sendo entregues os primeiros estudos relativos ao projeto. *xvi) Trem Intercidades (TIC) Eixo Sul:* Em fevereiro de 2025, a CPP firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a prestação de serviços de assessoria técnica e conhecimento especializado de apoio nos estudos de viabilidade para implantação e operação do TIC Eixo Sul, entre São Paulo e Santos. No momento, estão sendo entregues os primeiros estudos relativos ao projeto. *xvii) Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Campinas:* Em fevereiro de 2025, a CPP firmou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para a prestação de serviços de assessoria técnica e conhecimento especializado de apoio nos estudos de



viabilidade do projeto. No momento, estão sendo entregues os primeiros estudos da modelagem.

xviii) Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Sorocaba: Em fevereiro de 2025, a CPP firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a prestação de serviços de assessoria técnica e conhecimento especializado de apoio nos estudos de viabilidade do projeto. No momento, estão sendo entregues os primeiros estudos da modelagem.

xix) Ônibus EMTU: A CPP desenvolveu o Termo de Referência e está em fase da contratação de consultoria para a prestação de serviços de conhecimento especializado de apoio nos estudos de viabilidade para delegação dos serviços públicos de transporte interurbano de passageiros.

xx) Linha 16: Ao longo do ano de 2025, foram entregues os produtos necessários e suficientes para abertura da consulta pública, como Estudo Técnico, Estudo de Demanda, Avaliação Socioambiental, Avaliação Jurídica e Regulatória e Estudo de viabilidade econômico-financeira. A consulta pública do projeto se iniciou outubro/2025, tendo sido realizadas duas audiências públicas em outubro/2025. O período de consulta pública foi encerrado em novembro/2025, totalizando mais de mil contribuições. A previsão é de lançamento do edital em 2026.

Apoios Técnicos iniciados:

i) Linhas de Mobilidade – Sistemas Trilhos: O projeto abarca a estruturação de um Programa de Parcerias em Mobilidade, considerando as linhas metroferroviárias atualmente operadas e/ou planejadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (“CPTM”) e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (“Metrô”). Os serviços de apoio prestados pela CPP foram segmentados em três contratos específicos: (i.1) Metrô; (i.2) CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13) e CPTM Lote ABC-Guarulhos (Linhas 10 e 14) e (i.3) Trem Intercidades (TIC) - Eixo Oeste;

ii) *Novos Lotes de Rodovias Estaduais:* A CPP está fornecendo apoio à SPI na estruturação de 5 lotes de rodovias estaduais. No decorrer de 2025 foram realizados os seguintes avanços em cada lote: (ii.1) Lotes 1, 2 e 3 (Nova Raposo, Rota Sorocabana e Paranapanema): a CPP apoiou na estruturação e licitação dos três lotes de concessão. (ii.2) Lote 4 (Rota Mogiana): a CPP apoiou na realização da consulta audiências públicas e na modelagem final dos estudos para o leilão, que está marcado para o 1º trimestre de 2026. (ii.2) Lote 5 (Circuito das Águas): CPP apoiou a SPI nas diversas reuniões realizadas com a International Finance Corporation no sentido de alinhar premissas e acompanhar o andamento do projeto. O estudo se encontra em etapa de desenvolvimento da modelagem definitiva.

iii) *Serviços de Remoção e Guarda de Veículos do Estado de São Paulo:* O DETRAN-SP contratou em 2024 o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE para a estruturação do projeto. A partir de junho de 2025, a CPP realizou a revisão técnica da documentação elaborada pelo BRDE previamente a publicação da Consulta Pública do projeto no período de julho e agosto de 2025, apoiando, ainda, o DER e o DETRAN/SP na condução das Audiências Públicas realizadas nos municípios de Campinas, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, São José dos Campos e São Paulo. Após o término da consulta, foi realizada revisões da documentação e do modelo econômico-financeiro, incorporando as contribuições apresentadas durante a manifestação social. Finalizada a modelagem definitiva, o projeto foi submetido para manifestações dos órgãos competentes, e posteriormente objeto de aprovação em reunião conjunta do CDPED e CGPPP. Estima-se realização da licitação no 1º semestre de 2026.

Projetos concluídos:

i) Empresa Metropolitana de Água e Energia – EMAE: concluído em 2024. ii) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP: processo concluído em 2024. iii) Educação – Novas Escolas: com a assinatura dos contratos, no 1º trimestre de 2025 (Lotes Oeste e Leste), a CPP encerrou seu escopo de estruturação, completando o ciclo de apoio técnico desde a Consulta Pública até a formalização dos ajustes contratuais com as concessionárias vencedoras. Cabe mencionar, ainda, que os demais projetos presentes nas carteiras e contratos que envolvem a CPP, que não constaram da relação acima, ainda não tiveram a participação da companhia iniciada.

(b) *Facilitação de projetos* (especialmente por meio da prestação de garantias). Na condição de garantidora de determinadas



obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos em relação às garantias solidárias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs: Linha 6 – Laranja do Metrô; Frota da Linha 8 – Diamante da CPTM; Sistema Integrado Metropolitano (SIM) da Baixada Santista; Lote 1 – PPP Habitacional na Região Central de São Paulo; Lote 1 – Hospital Estadual de Sorocaba; e Lote 2 – Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM; Lote do Rodoanel Norte; e Lote do Litoral Paulista. Adicionalmente, em relação à PPP Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13 de trens), a Companhia está em processo de estruturação da garantia prevista no contrato, em conjunto com a Secretaria de Parcerias em Investimentos. Por fim, a CPP também possui um fundo com valor alocado exclusivamente para garantia de contratos de financiamento do Estado com o BNDES, desde 2022. O montante total de garantias prestadas totalizou R\$ 1.806 milhões até o final de novembro de 2025, sendo R\$ 1.486 milhões com garantia de penhor de cotas de fundos de investimento, aproximadamente R\$ 318 milhões na forma de fiança e/ou aval prestados. Além disso, há estimativa que novas PPPs do PPI-SP que demandem aproximadamente R\$ 852 milhões de garantias da Companhia. *(c) Outras atividades:* Em 2025, a área de Gestão de Recursos Humanos implementou: (i) o Programa de Estágios ao disponibilizar e preencher 5 vagas para estudantes, em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); (ii) Competências Técnicas: participações dos colaboradores em Congressos e Seminários, bem como elaboração da trilha de aprendizados, que teve como base os resultados obtidos da 2ª avaliação 360º. Por fim, a adesão ao (iii) programa de Empresa Cidadã. Sob o aspecto da Governança, a Companhia já possuía importantes instrumentos, tais como a: (i) Política de Divulgação de Informações e Porta-Vozes, que disciplina a forma adequada e responsável de comunicação institucional, garantindo a transparência e a consistência das informações prestadas ao público; (ii) a Política de Recursos Humanos, que estabelece diretrizes para a gestão de pessoas, contemplando critérios de seleção e desenvolvimento dos colaboradores; (iii) a Política de Teletrabalho, que define parâmetros e responsabilidades para a execução remota de atividades, assegurando produtividade, segurança da informação e alinhamento às necessidades organizacionais; (iv) a Política de Transporte Individual, que regula o uso e o reembolso de deslocamentos realizados a serviço, garantindo racionalidade, padronização e observância aos princípios de economicidade; e (v) a Política de Treinamento e Desenvolvimento de Colaboradores, que orienta a capacitação contínua dos colaboradores, fortalecendo competências e assegurando a atualização técnica das equipes. Com o objetivo de ampliar esse arcabouço e elevar a maturidade da Companhia, novos instrumentos foram implementados ou aperfeiçoados, sendo: (i) a Política de Gestão de Riscos, que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos corporativos, reforçando a cultura de prevenção e integrando a gestão de riscos ao processo decisório; (ii) o Manual do Caixa de Pequenas Despesas, que disciplina a utilização de recursos destinados a gastos de menor vulto, garantindo controle, rastreabilidade, padronização e conformidade com os princípios administrativos; e (iii) a atualização da Política de Viagens que aperfeiçoou regras de autorização, procedimentos operacionais e critérios de prestação de contas, assegurando maior transparência nas despesas associadas a deslocamentos institucionais. No âmbito da integridade, foi institucionalizado: (i) o treinamento periódico do Código de Conduta e Integridade, direcionado à Diretores, Conselheiros e colaboradores, com o fim de finalidade de assegurar os valores institucionais, os princípios éticos e as diretrizes comportamentais que orientam a atuação da Companhia; (ii) o Canal de Ouvidoria, como um mecanismo independente e acessível para o recebimento de manifestações, tais como denúncias, reclamações e sugestões, assegurando um meio formal, seguro e sigiloso de comunicação; (iii) o processo anual de avaliação de administradores, previsto na legislação das estatais, que permite aferir o



desempenho individual e coletivo dos órgãos de administração, promovendo a profissionalização da gestão, o alinhamento estratégico e a identificação de oportunidades de aprimoramento dos colegiados. Foi implementada a identidade visual da Companhia. Desenvolveu-se o todo o material de papelaria, além do logo, definição de fonte e cor, bem como *templates* de apresentações. Destaque a participação dos seguintes eventos: *agosto/2025*: colaboradores participaram do Congresso CONSAD de Gestão Pública e do evento *NavalShore*, no Rio de Janeiro, para a apresentação do projeto de travessias hídricas com empresas do ramo; *setembro/2025*: Missão internacional para Suíça, com comitiva mista (CPP e SPI) para (i) apresentação do *pipeline* de projetos sobre trilhos, (ii) diálogo sobre financiamento de projetos com bancos e agências de fomento, e (iii) discussões técnicas de engenharia sobre material rodante em trechos de alto declive, como alternativas para o TIC Sul; *dezembro/2025*: realizada a recepção de comitiva da Consultoria Crossrail Internacional, do Reino Unido, para discussões sobre (i) estratégias de implementação de projetos de Desenvolvimento Orientado ao Transporte, em linhas de metrô, e (ii) ferramentas digitais. As reuniões foram realizadas em parceria com ARTESP. Por fim, durante o exercício de 2025, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas (CAC-PPP) à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas celebrados pelo Estado, com vista a identificar eventuais impactos fiscais, provisionamentos e passivos contingentes.

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARTESP: A ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo foi criada pela Lei Complementar nº. 914/2002 e regulamentada pelo Decreto 46.708/2002. É responsável pela regulamentação e fiscalização do Programa de Concessões Rodoviárias, implantado a partir de 1998 pelo Governo do Estado de São Paulo, assim como pelos serviços permissionados de transporte intermunicipal de passageiros, e novos serviços de transporte que eventualmente venham a ser delegados no futuro. Com a promulgação da Lei Complementar nº 1.413/2024, que tratou da reestruturação das agências reguladoras estaduais, a ARTESP passou a ter a competência de fiscalizar, controlar e regular, no âmbito do Estado, todas as modalidades de serviços públicos de transporte e de infraestruturas de transporte delegadas, autorizadas, permitidas ou concedidas a entidades de direito privado. A COMISSÃO DE MONITORAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES – CMCP, tem como atribuição realizar a gestão dos Contratos de Concessão dos serviços metroferroviários, incluindo a fiscalização dos serviços concedidos. Em 2025 a CMCP passou a integrar a ARTESP e compõe a Superintendência Metroferroviária - SUMEF, que é composta por três gerências: Investimentos (GINV), Assuntos Regulatórios (GES), Fiscalização Operacional (GOP) e Unidade de Coordenação da CMCP (UCCMCP), que monitoram a implantação e funcionamento de linhas concedidas do sistema metroferroviário.

i) Linha 4–Amarela: Luz - Vila Sônia - O empreendimento Luz – Vila Sônia foi concedido para a Concessionária da Linha 4 do Metrô S.A. (Via Quatro) em 29/11/2006 e projetado para uma extensão operacional de 12,8 km (14,4 km construídos), com 11 estações, Pátio de Manutenção e 29 trens, além da linha precursora de ônibus de Vila Sônia ao Largo do Taboão. Tal empreendimento foi dividido em 3 fases. As duas primeiras tratavam da implantação das 11 estações prioritárias, sendo que a segunda fase foi concluída em 2022.

Integração com o Transporte Coletivo - Terminais de ônibus existentes na região – Vila Sônia, São Paulo-Morumbi e Butantã: A linha 4-Amarela do metrô possui três terminais de ônibus atendendo os distritos do Butantã (terminais Butantã e São Paulo-Morumbi) e Vila Sônia, com o recém-inaugurado terminal Vila Sônia, concebido para receber, dentre outras, a demanda advinda dos eixos da estrada do Campo Limpo e da rodovia Régis Bittencourt. A extensão da Linha 4-Amarela e a inauguração de novas estações tenderá a antecipar a integração com sistema de ônibus e reduzir



a demanda do terminal Vila Sônia, especialmente no movimento da manhã sentido centro.

Integração com sistema de ônibus – Av. Monsenhor Manoel de Oliveira: Os ônibus intermunicipais no entorno de Chácara do Jockey foram redirecionados após a inauguração de Vila Sônia, já durante a pandemia, da rua Monsenhor Manoel de Oliveira para a avenida Francisco Morato, ação que possibilitou uma maior fluidez das linhas metropolitanas proporcionando, ainda, o acesso ao terminal Vila Sônia sem a necessidade de circular por todo o entorno do terminal, reduzindo o fluxo de veículos pesados em vias estreitas e de difícil circulação. – Corredor av. Prof. Francisco Morato: A presença da estação Chácara do Jockey na avenida prof. Francisco Morato reduzirá inevitavelmente o número de usuários de integração no terminal Vila Sônia, no pico manhã. Por ser o primeiro toque na rede para quem virá de ônibus do eixo da estrada do Campo Limpo sentido centro, haverá considerável volume de integração com o corredor de ônibus no pico manhã (cerca de 2.400 pessoas na hora pico manhã e 13.800 diárias). Esta integração será majoritariamente (75%) de desembarque dos ônibus, o que costuma ocorrer de forma ágil e rápida. Com o reposicionamento da estação Taboão da Serra, esta receberá as linhas municipais de Taboão e metropolitanas provenientes da Regis Bittencourt, e com isso o fluxo do corredor Campo Limpo – Francisco Morato passará a ter atendimento da Estação Chácara do Jockey. – Terminal Taboão da Serra: O fluxo de ônibus existente entorno da futura estação Taboão da Serra, no cenário pré-pandemia, era de aproximadamente 146 ônibus/h circulando na rodovia e 43 ônibus/h na rua Dr. José Maciel, conforme indica Figura 2. Considerou-se, então, a necessidade de um terminal de ônibus, com cerca de 240m de baía, além de uma baía de passagem de cerca de 80m, ambos a norte da rodovia, próximos aos acessos da estação. Além disso, foi previsto também cerca de 80 metros de baía próxima ao acesso Sul, permitindo a intermodalidade com segurança. Expansão: A terceira fase, em implantação, trata da expansão da linha, com a implantação de mais duas estações após a Estação Vila Sônia: Chácara do Jockey e Taboão da Serra. No decorrer de 2024, em continuidade aos estudos/projetos em desenvolvimento pela Concessionária, para a realização dos estudos de viabilidade, pactuados no Termo Aditivo nº 9, foram realizadas as contratações necessárias que ainda se encontram em fase de ressarcimento. Em setembro de 2025, foi assinado o Termo Aditivo nº 10, com a prorrogação antecipada, na modalidade de prorrogação mediante contrapartida do Contrato da Linha 4-Amarela, por mais 20 anos, a findar em 21/06/2060. Dentre as atualizações relevantes do ano, para a Extensão, podem ser citadas: junho/25: emitida a Licença ambiental de Instalação - LI 2831; outubro/25: Início de mobilização Extensão L4 (29/10/25) – faseada; novembro/25: Contratação dos seguros, e processos de desapropriação com 20 acordos fechados, dentre 39 Imóveis distribuídos em 32 Processos. *Previsto para 2026:* (i) início das escavações e demolições no primeiro semestre; e (ii) pagamentos de aportes a partir de fevereiro/26. *Operação:* A Linha 4-Amarela realiza a operação comercial entre as Estações Luz e Vila Sônia desde maio de 2022, restando das fases 1 e 2 a entrega de alguns ativos para a Concessionária que não geram interferências na operação ou na segurança do Sistema Metroviário. A linha de ônibus entre Vila Sônia e Taboão da Serra, que faz parte da fase 2 e é precursora da fase 3, está implantada e operando com 3,45 km e frota de 14 ônibus, com velocidade média de 18 km/h, com intervalo médio de 3 minutos. O serviço de ônibus é oferecido gratuitamente pela Concessionária ViaQuatro e acompanha o horário de funcionamento da Estação Vila Sônia, com 11 veículos articulados de 23 metros e capacidade para 200 passageiros cada. De janeiro a setembro de 2025 foram transportados 151.425.892 passageiros, com média mensal de 16.825.099 e 698.985 passageiros por dia útil em média. ii) *Linha 5-Lilás: Capão Redondo - Chácara Klabin* - Em 5 de abril de 2018, a Linha 5-Lilás, juntamente com a Linha 17-Ouro foram concedidas à Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A - Via Mobilidade. A Concessionária iniciou a operação da Linha 5-Lilás com 12 estações e conforme as obras avançaram,



foi assumindo a operação das estações de forma gradativa até abril de 2019, quando a última estação foi inaugurada (Campo Belo). Atualmente a extensão total é de cerca de 20 km, com 17 estações entre Capão Redondo e Chácara Klabin. *Expansão:* Com a intenção do Governo do Estado de São Paulo em levar a Linha 5 – Lilás até o Jardim Ângela, a Concessionária demonstrou interesse em desenvolver os estudos e projetos para a expansão, na condição de Investimentos Adicionais, nos termos do Contrato de Concessão nº 003/2018 – Linhas 5 e 17 do Metrô/SP. No decorrer de 2024, em continuidade aos estudos/projetos em desenvolvimento pela Concessionária, para a realização dos estudos de viabilidade, pactuados no Termo Aditivo nº 3, foram realizadas as contratações necessárias que ainda se encontram em fase de ressarcimento. Dentre as atualizações relevantes do ano de 2025, para a Extensão, podem ser citadas: (i) estudos de alternativas de traçado da linha, visando a redução de desapropriações e viabilidade do empreendimento; (ii) setembro/25: abertura das propostas dos consórcios construtores da Extensão L5: Vencedora Power China e Odebrecht - aguardam a formalização do “TA04”; (iii) minutas em andamento com possível financiador – CEF. *Previsto para 2026:* (i) assinatura do “TA04”; (ii) assinatura do contrato da concessionária com a Construtora; e (iii) início das obras de implantação. Dentre as atualizações relevantes do ano, para o Contrato, podem ser citadas: (i) maio/25 - conclusão das obras de requalificação e adequação de Santo Amaro: maior acessibilidade e fluxo para os passageiros; (ii) agosto/25- instalação de proteção de portas de plataformas em todas as estações da Linha 5-Lilás; (iii) Linha 17-Ouro: em fase de transição do Metrô para a Concessionária - Previsão: julho/27 (em operação plena pela Concessionária). Há uma minuta de TAM em discussão, para firmar essa postergação da operação pela Concessionária de 2026 para 2027. *Operação:* A Linha 5–Lilás mantém integração com os sistemas de ônibus intermunicipal e municipal, gerenciados respectivamente pela ARTESP, por meio da Superintendência de Transporte Coletivo - SUCOL e SPTrans, com terminais em Capão Redondo, Campo Limpo e Santo Amaro, com a Linha 9–Esmeralda (atualmente operada pela Concessionária Via Mobilidade) em Santo Amaro, com o Corredor ABD/Diadema-Brooklin na Estação Brooklin e com as Linhas 1–Azul e 2–Verde (operadas pelo Metrô de São Paulo), respectivamente em Santa Cruz e Chácara Klabin. Futuramente, haverá integração com a Linha 17–Ouro (Monotrilho) na Estação Campo Belo. O trecho previamente existente da Linha 5–Lilás, da Estação Largo Treze até Capão Redondo, contava com 8,4 km, 6 estações (Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze), 1 Pátio de Manutenção (Capão Redondo) e operava com 8 trens. O empreendimento do trecho entre as Estações Largo Treze e Chácara Klabin foi projetado para uma extensão de 11,6 km, com 11 estações (Adolfo Pinheiro, Alto da Boa Vista, Borba Gato, Brooklin, Campo Belo, Eucaliptos, Moema, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin), Pátio de Manutenção adicional (Pátio Guido Caloi) e mais 26 trens. De janeiro a novembro de 2025 foram transportados 156.329.615 passageiros, com média mensal de 14.211.783 e 574.070 passageiros em média por dia útil. *iii) Linha 6–Laranja: Brasilândia-São Joaquim* - Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, 22 trens e 15 estações, com integrações nas Linhas 1–Azul, 4–Amarela, com as linhas 7–Rubi (operada pela CPTM) e 8–Diamante (operada pela ViaMobilidade). A Linha 6–Laranja ligará a região noroeste do município de São Paulo à região central, fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas, passando por grandes centros educacionais, como UNIP (Universidade Paulista), PUC (Pontifícia Universidade Católica), FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), Mackenzie, FGV (Fundação Getúlio Vargas) e FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas). Esta linha é objeto de uma Parceria Público Privada (PPP), firmada inicialmente entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo em 18/12/2013. O Contrato na época tinha o prazo de 25 anos, sendo 6 anos para a implantação da linha e mais 19 anos para operação. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de



633 mil passageiros/dia. Por motivos ligados exclusivamente à Concessionária Move São Paulo, através do Decreto 63.915 de 12/12/2018 foi declarada a caducidade do contrato de Concessão nº 015/18 com efeito a partir de 13/08/2019, prazo que foi posteriormente prorrogado, sendo o último o Decreto 65.045, de 06/07/2020, que levou o prazo final a 06/10/2020, período em que a Concessionária Move São Paulo levou a cabo a transferência da Concessão à nova Concessionária – Consórcio Linha Universidade S.A. – CLU, que tem como principal acionista a empresa Espanhola Acciona. Cumpridos todos os requisitos necessários à transferência pretendida, esta foi firmada por meio da assinatura com o Poder Concedente – STM de dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão, que estabeleceram as condições da negociação. Por esse motivo, satisfeitas as exigências legais, técnicas e financeiras exigidas no edital de licitação, em 05/10/2020 foi emitido o Decreto 65.223/20 que revogou o Decreto de caducidade, passando, desde então o empreendimento da Linha 6-Laranja a ser de responsabilidade da nova Concessionária, a Concessionária Linha Universidade S/A, com um prazo de 5 anos para a conclusão da implantação e mantidos os 19 anos de operação, conforme os termos do contrato inicial. Em 06/10/2022, o Governo anunciou a retomada das obras da Linha 6-Laranja e a eficácia dos Termos Aditivos 01 e 02 passa a produzir efeitos. O investimento total (público e privado) previsto para a implantação da Linha 6–Laranja é de R\$ 18,5 bilhões (Data Base: abril/2022). Pelo Governo do Estado foram aportados até novembro de 2023 o valor de R\$ 2,0 bilhões (Data Base: outubro/2023) para pagamento de eventos de aporte. A nova Concessionária, desde então assumiu a execução das obras e desenvolve as ações previstas em cronograma, como a execução da obra bruta e acabamento das estações e Saídas de Emergência e Ventilação, escavação de túneis, obra bruta e acabamentos das edificações do Pátio Morro Grande, resgates arqueológicos onde necessário, dando prosseguimento aos processos de desapropriação que ainda não tiveram Carta de Adjudicação emitida pelo judiciário, tratando das questões ambientais, entre outras, além do recebimento e início de testes dos primeiros trens. Em consequência da materialização de riscos geotecnológicos, fundamentalmente na implantação da Estação Higienópolis-Mackenzie, a Concessionária apresentou um novo Cronograma Linha de Base (LB3) que foi acolhido pelo Poder Concedente e que prevê a inauguração da linha em duas etapas: de Brasilândia a Perdizes (com exceção da Estação Maristela) em outubro de 2026 e de PUC-Cardoso de Almeida a São Joaquim (incluindo a Estação Maristela) em outubro de 2027. Em 2025, dentre os serviços realizados pela Concessionária: conclusão da escavação dos túneis de via, início da execução de túneis auxiliares para viabilizar a extensão da linha à noroeste (investimento adicional ao contrato) execução de 12 km de Via Permanente, conclusão da obra bruta das Estações João Paulo I e Freguesia do Ó e conclusão da obra bruta das edificações do Pátio Morro Grande. Também em 2025 foi assinado o TA-03, referente a Estudos de Viabilidade para a fase III - extensão da linha. Tal extensão prevê mais duas estações a noroeste (Morro Grande e Velha Campinas) e mais quatro estações a nordeste (Aclimação, Cambuci, Vila Monumento e São Carlos). Seguem em tratativa os seguintes Termos Aditivos: TA-04 – Investimentos Adicionais na Fase I para viabilizar a Fase III; TA-05 – Cronograma Acelerado (LB3); e TA-06 – CAPEX das obras da Fase II. Até novembro de 2025 o avanço total da obra atingiu 77,11%. iv) *Linha 7 e Trem Intercidades – TIC* – O contrato de concessão foi assinado em 2024. Implantação: a) As obras e serviços de implantação ainda não foram iniciados, uma vez que o cronograma contratual estabelece o início da Fase de Construção em 25/05/2026, conforme marcos do Contrato de Concessão. Durante o exercício de 2025, a GINV atuará exclusivamente em atividades preparatórias: acompanhamento técnico dos Projetos Básicos e Executivos, verificação das interfaces e alinhamento com o Auditor Independente para assegurar que os Eventos de Pagamento (Anexo XI) possam ser aferidos sem risco contratual; b) Análise de Projetos Contratuais: Entre os empreendimentos analisados, certificados e/ou não-objeto,



destacam-se: (i) Estação Francisco Morato; Estação Botujuru; Estação Campo Limpo Paulista; Estação Várzea Paulista; Estação Jundiaí; (ii) Pátios e Bases analisados / certificados / não objetados: Pátio Campo Limpo Paulista (PAT 009); Pátio Várzea Paulista (PAT 010); Pátio Jundiaí / CCO (PAT 011); e (iii) Obras de Arte e Obras Lineares analisadas: vedações de faixa (VFX) nos trechos BFU-Francisco Morato; e Francisco Morato–Jundiaí; c) Conservação de Infraestrutura - a GINV continuará responsável por analisar, acompanhar e emitir manifestações referentes à conservação da infraestrutura existente até a entrega da infraestrutura nova (Anexo II.G – item 2.11). No entanto, esta atividade não está prevista para o ano de 2025; d) Marcos Contratuais (2025): os marcos mais relevantes previstos para o exercício são: (i) entrega do Modelo Federado BIM dos Projetos Executivos (previsto para 2025; (ii) início da Operação Comercial – Linha 7-Rubi (26/11/2025); (iii) aferição de Eventos de Aporte (Anexo XI, Parte I), vinculados à certificação dos projetos e aos marcos documentais exigidos pelo contrato; (iv) elaboração do Inventário da Infraestrutura Existente. Esses marcos servem como base para o planejamento do fluxo de pagamento e para a viabilidade dos desembolsos preliminares em 2025/2026; e) Conquistas e Desafios (GINV – 2025): *Conquistas*: avanço significativo na análise e certificação dos projetos obrigatórios; cumprimento dos prazos de avaliação técnica das submissões enviadas via GES/Concessionária; consolidação dos procedimentos de interface com o Auditor Independente; evolução da matriz de integração entre TIP, TIM e Linha 7 x MRS; início da Operação Comercial – Linha 7-Rubi; apresentação do Inventário da Infraestrutura Existente. *Desafios*: alto volume de readequações decorrentes de interferências urbanas e ajustes solicitados em licenciamento ambiental; complexidade dos trechos compartilhados com a MRS, exigindo revisões de via permanente, drenagem e geotecnia; necessidade de compatibilização simultânea dos Projetos Executivos para garantir início das obras em 2026; pressão sobre prazos de certificação (AI), especialmente para evitar impacto nos Eventos de Pagamento do Anexo XI; f) Investimentos Previstos e Realizados (GINV): em 2025, os investimentos estão concentrados na etapa de pré-construção, conforme o Anexo XI e XI.A, incluindo: consolidação dos Projetos Executivos; testes iniciais e simulações; estudos complementares; atividades de campo, como levantamentos, inspeções e inventários. Até o momento, não há investimentos de obra executados, pois a fase de construção não se iniciou. Os valores previstos para 2025 referem-se aos eventos de aporte documental associados às entregas de projetos e à certificação dos eventos parciais, cuja execução permanece vinculada ao cronograma da Fase de Pré-Construção. Operação: A Linha 7–Rubi mantém integração na Estação Palmeiras – Barra Funda: com os sistemas de ônibus intermunicipal e municipal, e atende a 7 municípios: São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Campo Limpo Paulista, várzea Paulista e Jundiaí. Com uma extensão de 57 quilômetros, 17 estações e uma frota de 30 trens. A Concessionária TIC trens passou a operar o trecho da Linha 7-Rubi (de Palmeiras-Barra Funda até Jundiaí) em 26 de novembro de 2025 e desde então, a CMCP permanece acompanhando a execução do Contrato, de forma a fiscalizar e garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a boa qualidade dos serviços executados pela Concessionária, zelando pela concretização das normas e procedimentos de segurança. O serviço do trem Inter metropolitano (TIM) tem sua operação prevista para iniciar em maio de 2029 e o Trem Intercidades (TIC) tem sua operação prevista para iniciar em abril de 2031. v) *Linhas 8–Diamante e 9–Esmeralda*: - Em 30/06/2021 foi firmado o Contrato nº 02/2021 – “Concessão da Prestação do Serviço de Transporte de Passageiros, sobre trilhos das Linhas 8–Diamante e 9–Esmeralda da Rede de Trens Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo”, com a ViaMobilidade. Linha 8: da rede de trens metropolitanos, integrada ao sistema metro ferroviário, com 41,6 km e 22 estações. A Linha 8–Diamante mantém transferência interna na estação Itapevi sentido Amador Bueno, por meio de trem e, até 04 de maio de 2025, o percurso era realizado simultaneamente por ônibus municipal



(PAESE). Após a inauguração da estação Ambuitá, em 5 de maio de 2025, o trajeto de Itapevi a Amador Bueno passou a ser realizado exclusivamente por trem. Ademais, nas estações Osasco e Presidente Altino, pode-se realizar a transferência para a Linha 9-Esmeralda e, na estação Barra Funda, há integração com a Linha 3-Vermelha do metrô e com a Linha 7-Rubi da CPTM. Em 2025 (de janeiro a novembro) foram transportados 92.820.589 passageiros, média mensal de 8.438.235 passageiros e em média 338.499 passageiros por dia útil. Linha 9: da rede de trens metropolitanos, integrada ao sistema metro ferroviário, com 32,5 km, e 18 estações. A Linha 9–Esmeralda mantém transferência interna nas estações Osasco e Presidente Altino com a Linha 8–Diamante e integrações com o metrô da Linha 4–Amarela na estação Pinheiros e com a Linha 5–Lilás Via Mobilidade na estação Santo Amaro. A Concessão das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, constitui-se de 2 fases, a saber: a pré-operacional – já concluída e a operacional – com duração de 30 anos, que teve início em 27/01/2022. Em 2025 (de janeiro a novembro), foram transportados 127.516.666 passageiros, média mensal de 11.592.424, e em média 474.179 passageiros por dia útil. Intervenções CPTM: Plano de Atividades detalhado, referente as 29 Intervenções: compreendem as assim denominadas Intervenções nas estações e infraestruturas ferroviárias em implantação sob a responsabilidade da CPTM, as principais ocorrências em 2025: Estação Varginha, localizada na extremidade sul da Linha 9 - Esmeralda, foi inaugurada em 27/01/2025 e entrou inicialmente em operação assistida< com capacidade projetada para atender até 50 mil usuários por dia. Após a conclusão dos testes, ajustes operacionais e liberações técnicas necessárias, a estação passou a operar de forma regular em 25/10/2025, integrando-se plenamente ao carrossel da Linha 9, com funcionamento em horário integral, cobrança de tarifa e intervalos compatíveis com o restante da linha; Intervenção 10, referente à Passagem Inferior Menina Dengosa, foi formalmente entregue à Concessionária por meio de Termo de Recebimento Definitivo assinado em 16 de janeiro de 2025; Via Permanente - trecho até a Estação Varginha entregue em 14/01/2025; Rede Aérea - trecho até a Estação Varginha entregue em 23/01/2025; Viaduto Paulo Guilguer Reimberg entregue em 14/01/2025; adequação do Domínio Grajaú e Implantação de Intertravamento Microprocessado no Domínio Grajaú – Varginha, entrega parcial em 08/06/2022 e previsão de entrega do trecho completo até a Estação Varginha em 31/12/2025; adequação do SCC, entrega parcial em 2022 e previsão de entrega do trecho completo até a Estação Varginha em 31/12/2025. *Empreendimento da Concessionária:* O Plano de Investimentos detalhado e apresentado pela CONCESSIONÁRIA, refere-se aos 71 Empreendimentos, cujo valor previsto na data base do contrato é de R\$ 3,2 bilhões. O Contrato estabelece cronograma de entrega destes empreendimentos – acompanhado e monitorado por esta ARTESP, e, em caso de atraso imputável à Concessionária, são adotadas as medidas contratuais cabíveis, o que inclui a instauração do respectivo processo administrativo sancionador. *Resumo dos Empreendimentos:* Reforma de 30 estações; Ampliação de 5 estações; Reconstrução de uma estação; Readequação do Pátio Presidente Altino; Realocação de parte dos Pátios da CPTM, hoje em Presidente Altino, para Engº São Paulo, Brás e PET Linha 13; Travessia/Transposições em 12 empreendimentos; Via permanente; Aquisição de 36 trens; Modernização de sistemas – salas técnicas das estações e pátios, sistema de comunicação e sistema de sinalização; Obras civis para novas subestações; e Licenciamento Ambiental. *Evolução da conclusão/processo de entrega para operação comercial dos empreendimentos em 2025:* reconstrução da Estação Ambuitá – data de entrega: 30/01/2025; reforma da Estação Socorro data de entrega: 29/01/2025; reforma da Estação Jurubatuba – data de entrega: 11/10/2025; conclusão da entrega dos 36 novos trens ocorreu em 2025. Ministério Público do Estado de São Paulo - Termo de Ajuste de Conduta — a Secretaria de Parcerias em Investimentos, a Concessionária das Linhas 8 e 9 e o Ministério Público do Estado de São Paulo formalizaram, em 14/08/2023, acordo para compensação dos problemas operacionais



enfrentados nas linhas concedidas – o qual aguarda homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo. O acordo visa, por meio da implementação de medidas concretas a serem revertidas em benefício dos usuários das Linhas 8 e 9, a realização de 5 (cinco) novos investimentos, não previstos contratualmente e que serão realizados às expensas da Concessionária. A SUMEF permanece acompanhando a execução do Contrato, de forma a fiscalizar e garantir o cumprimento das obrigações contratuais e a boa qualidade dos serviços executados pela Concessionária, zelando pela concretização das normas e procedimentos de segurança. A intervenção realizada na ampliação do mezanino metálico da Estação Palmeiras - Barra Funda, da Linha 8 – Diamante foi concluída em novembro de 2025. vi) Linhas 11, 12 e 13 - Contrato nº 008/2025 c/ TRIVIA assinado em 21/05/2025. Objeto: Linha 11-Coral: extensão de 4 km de Estudantes a César de Souza; Linha 12-Safira: extensão de 2,7 km de Calmon Viana a Suzano; e Linha 13-Jade: extensão de 10,4 km de Guarulhos até Bonsucesso e expansão de 5,2 km até Gabriela Mistral. O escopo do contrato prevê a ampliação em 22,6 km das linhas, investimentos na rede aérea, via permanente e sinalização, além da implantação de equipamentos e sistemas. A concessão inclui a construção de dez novas estações, sendo oito pela nova concessionárias e duas pelo Metrô (Penha e Gabriela Mistral), reconstrução, ampliação e reforma das estações. Atividades em 2025: análise de Relatórios Técnicos para os Trabalhos Iniciais em 23 estações; planejamento da conservação de infraestrutura; marcos contratuais pré-operacionais e de eficácia: 10 concluídos e 28 em andamento. *Desafios*: integração de todas as entidades envolvidas no contrato: Concessionária, CPTM, Superintendências da ARTESP nos compromissos pré-operacionais para operação em julho/2026. Previsão de início da operação assistida (ou previsão): 07/2026. *TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS* - Do Sistema de Transporte de Baixa e Média Capacidade: A Lei Complementar n.º 1.413, de 23 de setembro de 2024 e o Decreto nº 69.339, 4 de fevereiro de 2025, estabelecem ser atribuição da ARTESP a administração, o controle e a regulamentação da prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros intermunicipal, inclusive metropolitano. O transporte coletivo de passageiros metropolitano restou sob responsabilidade da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU até 19 de março de 2025. Em 20 de março de 2025, foi editada a Portaria Conjunta SPI/STM/ARTESP n.º 001 de 19 de março de 2025, momento em ocorreu a assunção formal definitiva pela ARTESP, das funções supramencionadas. A partir disso, a ARTESP promoveu as medidas administrativas necessárias ao recebimento dos deveres e obrigações assumidos, dividindo os serviços em metropolitano e intermunicipal. Para assunção do sistema metropolitano a Superintendência de Transporte Coletivo – SUCOL, em resumo, procedeu: (i) a incorporação de mais de 120 funcionários originários da EMTU; (ii) Treinamento em campo dos agentes de fiscalização – As atividades de fiscalização passaram a exigir novas competências após a reestruturação. Para atender a essa demanda, os fiscais estão sendo capacitados para atuar tanto no transporte intermunicipal quanto no metropolitano. Foi instituído um programa de treinamento *in loco*, que permanece em andamento e tem conclusão prevista para fevereiro de 2026, quando todos os agentes estarão aptos a fiscalizar o sistema de transporte como um todo; (iii) o recebimento e acomodação de 79 veículos advindos dos pátios da EMTU; (iv) Unificação de procedimento de recolhimento de veículos – A EMTU possuía pátios próprios para guarda de veículos. Com a reestruturação, os procedimentos de recolhimento foram adaptados ao modelo já utilizado pela ARTESP nos pátios do DER-SP, em conformidade com o convênio firmado; (v) Redução de custos – Atendendo a diretriz da Superintendência, para otimização de recursos, as sedes da extinta EMTU em Campinas e São José dos Campos, ambas em imóveis alugados, foram transferidas. As atividades passaram a ser desenvolvidas no DER e no CEFE (Centro de Formação de Educadores) respectivamente; (vi) Implantação do projeto piloto de atuação integrada entre ARTESP, ANTT, DER



e Comando de Policiamento Rodoviário (CPRV): A operação ocorreu no mês de novembro, contando com 80 agentes, 64 viaturas da ARTESP, 122 policiais militares e 56 viaturas do CPRV; e reforço de agentes do DER e da ANTT, obtendo como resultado a abordagem de 143 veículos, dos quais 18 foram autuados, 1 retido e 4 removidos ao pátio, sem prejuízo dos resultados obtidos pelo CPRV. O projeto possui caráter educativo, contribuindo para a proteção dos passageiros e para inibição de viagens com veículos inadequados; (vii) Proposta de nova especificação de veículos – As normas de especificação de veículos da ARTESP datavam de 2015 enquanto os da EMTU eram de 2010. Para uniformizar os procedimentos foi elaborada uma proposta de atualização e unificação das normas; (viii) Implementação da integração do aplicativo E-blitz para consulta simultânea dos bancos de dados do Intermunicipal e Metropolitano; (ix) Sub-rogação de 90 contratos da Reserva Técnica Operacional – RTO; (x) Análise e renovação dos certificados de registro de 800 veículos atrelados à política pública SEC/LIGADO (Serviço especial conveniado - transporte de alunos com necessidades especiais); (xi) Atuação como interveniente-anuente nos 7 contratos de concessão sub-rogados à Secretaria e Parcerias em Investimentos – SPI das regiões metropolitanas de São Paulo – RMSP, Campinas – RMC, Baixada Santista – RMBS, e as permissões de transporte da Região Metropolitana de Sorocaba – RMS e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, incluindo o acompanhamento da operação, manutenção e conservação, bem como da gestão e fiscalização dos serviços de transporte coletivo e das infraestruturas implantadas nas regiões: RMSP (Áreas 1 a 4), RMC, RMS, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; e RMBS (Operação do serviço de transporte e implantação de equipamentos e sistemas do modo veículo leve sobre trilhos - VLT). *RMBS-VLT*. Foi firmado termo aditivo e modificativo n.º 002/2025 estabelecendo à implantação para a fase I – etapa III de equipamentos e sistemas para o VLT, trecho denominado Nébias – Valongo, com avanço atual de 47% do programado. A operação assistida do modal foi iniciada em 01 de dezembro de 2025, em horário experimental das 9h às 15h, já ofertando o novo serviço à população da RMBS, com operação comercial programada para início em 16 de dezembro de 2025. *RMSP - Área 5* (Sistemas existente, remanescente e BRT ABC). Foi realizado processo administrativo a fim de apurar eventuais pendências relativas à execução do contrato, as quais estão sob análise da Agência reguladora. O início da operação do BRT prevê faseamento operacional por trechos, com previsão de início no 1º semestre de 2026. Dos Dados Operacionais do Sistema de Transporte de Baixa e Média Capacidade metropolitano e intermunicipal (janeiro a setembro de 2025)

SISTEMA REGULAR CONSOLIDADO		
Descrição	2024	2025*
EMPRESAS	80	94
LINHAS	1.280	1.594
VEÍCULOS	2.960	8.112
PASSAGEIROS/DIA	207.463	1.225.528
QUANTIDADE DE KM/DIA		1.118.494
VIAGENS/DIA	7.966	32.650
RECEITA ANUAL (R\$ MILHÕES)	1.338	1.103



SISTEMA FRETAMENTO CONSOLIDADO		
Descrição	2024	2025*
EMPRESAS CADASTRADAS	2.031	2.363
VEÍCULOS	24.443	32.092

FISCALIZAÇÃO 2025*			
Descrição	Intermunicipal	Metropolitano	Total
VEÍCULOS FISCALIZADOS	2.952	14.673	17.625
MULTAS EMITIDAS	9.711	8.834	18.545
REMOÇÃO	462	15	477

DADOS OPERACIONAIS DA SUCOL 2025*				
Descrição	Intermunicipal	Metropolitano	Total	Média por dia
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS	54.096.991	387.093.196	441.190.187	1.764.761
VIAGENS REALIZADAS	2.059.227	9.694.801	11.754.028	47.016
QUILOMETRAGEM PERCORRIDA	174.820.518	227.837.209	402.657.727	1.610.631
LINHAS EM OPERAÇÃO	765	829	1.594	NA
CONSÓRCIOS E PERMISSIONÁRIAS	2.438	19	2.457	NA

CONCESSÕES DE BENEFÍCIOS LEGAIS: Instrução de 129.519 processos referentes à concessão de benefícios tarifários aos usuários do transporte coletivo, incluindo passageiro especial, passageiro sênior e passes escolares. As análises envolveram verificação documental, enquadramento nos critérios legais e emissão de pareceres para deferimento ou indeferimento de janeiro a outubro de 2025. Foram analisados e concedidos, em média 89.749 benefícios de passes escolares, 36.682 benefícios de passageiro especial bem como 88 benefícios para passageiros desempregados na Região metropolitana de São Paulo. **RODOVIAS - EXTENSÃO DA MALHA CONCEDIDA:** A malha rodoviária concedida do Estado de São Paulo constitui um dos mais amplos sistemas viários sob gestão privada no país, assegurando elevados padrões de segurança, fluidez e conforto aos usuários. Atualmente, a extensão total da malha concedida sob regulação da ARTESP é de 11.729,90 km, abrangendo rodovias estaduais (SP, SPA e SPI), dispositivos rodoviários (SPD) e vicinais incorporadas aos contratos de concessão. Essa estrutura reforça o compromisso do Estado com a modernização da infraestrutura viária e a ampliação da cobertura, garantindo investimentos contínuos e melhorias nos níveis de serviço. Durante o exercício, foram incorporados trechos adicionais decorrentes da entrada em operação de novas concessões e da continuidade das obras de implantação em lotes estratégicos, como o Rodoanel Norte (Lote 26). **PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO EM 2025 -** A quantidade de obras realizadas no decorrer de 2025, concluídas e em andamento, estão consolidadas na Tabela a seguir:



Lote	Obras Concluídas	Obras em andamento	Total de Obras
01 - AUTOBAN	1	8	9
06 - INTERVIAS	2	3	5
07 - ROTA DAS BANDEIRAS	3	10	13
11 - RENOVIAS	-	5	5
12 - VIAOESTE	2	6	8
16 - CART	3	9	12
19 - VIARONDON	6	9	15
20 - SPVIAS	1		1
21 - RODOVIAS DO TIETÊ	3	3	6
22 - ECOVIAS-IMIGRANTES	8	3	11
23 - ECOPISTAS	19	13	32
24 - RODOANEL	1	4	5
25 - SPMAR	-	4	4
27 - TAMOIOS	-	2	2
28 - ENTREVIAS	4	26	30
29 - VIAPAULISTA	6	15	21
30 - EIXO-SP	32	76	108
31 - ECONOROESTE	16	29	45
32 - NOVO LITORAL	1	2	3
33 - CCR SOROCABANA	-	3	3
Total Geral	108	230	338

OPERAÇÃO DO SISTEMA DELEGADO: Em 2025, foram monitoradas as praças de pedágio, sistemas de pesagem, bases operacionais e serviços de atendimento ao usuário, além da verificação da operacionalidade dos equipamentos ITS (CFTV, PMV, radares, call boxes, sensores e estações meteorológicas). O sistema concedido conta com 171 praças de pedágio e 1.737 pistas de arrecadação (715 manuais, 477 automáticas e 340 mistas). No atendimento ao usuário, foram registrados 1.198.010 atendimentos, distribuídos entre Atendimento Pré-Hospitalar (56.379), Guincho (235.633), Inspeção de Tráfego (657.777), Socorro Mecânico (242.151), Irrigadeira (4.285) e Apreensão de Animais (1.785). A fiscalização também verificou os indicadores de nível de serviço para arrecadação, pesagem e atendimento, conforme exigências contratuais. Além dos serviços, foi acompanhada a implantação e manutenção dos sistemas ITS, que incluem 3.486 câmeras CFTV, 408 PMVs fixos, 103 PMVs móveis, 719 sensores de tráfego, 32 estações meteorológicas, 612 radares fixos e 85 radares estáticos, garantindo monitoramento contínuo e suporte à gestão operacional.



CONTRATOS ENCERRADOS: A relação de Contratos de Concessão encerrados em 2025 é apresentada na Tabela Abaixo:

LOTE	CONCESSIONÁRIA	EXTENSÃO	ASSINATURA DO CONTRATO	INÍCIO DA CONCESSÃO	FIM DO CONTRATO COM ADITIVOS
3	TEBE	155,982	02/03/1998	03/03/1998	02/03/2025
12	VIAOESTE	168,62	30/03/1998	30/03/1998	29/03/2025

NOVAS CONCESSÕES - A relação de Contratos de Concessão iniciados em 2025 é apresentada a seguir:

LOTE	CONCESSIONÁRIA	EXTENSÃO	ASSINATURA DO CONTRATO	INÍCIO DA CONCESSÃO	FIM DO CONTRATO COM ADITIVOS
33	SOROCABANA	460	11/02/2025	30/03/2025	29/03/2055
34	RAPOSO CASTELLO	93,2	14/03/2025	30/03/2025	29/03/2055

NORMATIZAÇÃO REGULATÓRIA: A normatização regulatória é um instrumento essencial para garantir a uniformidade técnica e a segurança jurídica no âmbito do Programa de Concessões Rodoviárias. Em 2025, foram consolidados avanços significativos na elaboração e atualização de normas aplicáveis às concessionárias, com foco na padronização de procedimentos, modernização de requisitos técnicos e adequação às melhores práticas regulatórias. Entre as principais iniciativas, destacam-se: Instrução de Projeto para Sinalização e Dispositivos Auxiliares do Sistema de Livre Passagem (Free Flow): documento que estabelece diretrizes para implantação da sinalização associada aos pórticos de cobrança automática, garantindo conformidade com a Resolução CONTRAN nº 1013 e assegurando padrões uniformes de visibilidade e segurança viária. Manual de Acessos Rodoviários: atualização normativa para disciplinar pedidos de acessos comerciais e não comerciais, substituindo regras defasadas e incorporando critérios técnicos modernos, visando maior clareza e agilidade nos processos. Regulamentação de Painéis Publicitários: publicação da Portaria ARTESP nº 139/2025, que define requisitos técnicos para instalação de anúncios na faixa de domínio das rodovias concedidas, assegurando compatibilidade com normas de segurança e preservação da paisagem. Certificação de Projetos Executivos: avanço na regulamentação específica para inspeção acreditada, alinhada às disposições da Portaria INMETRO nº 367/2017, com vistas à padronização dos procedimentos de validação técnica. Essas ações reforçam o papel da ARTESP como agente regulador, garantindo que as concessionárias operem sob parâmetros claros e atualizados, promovendo maior eficiência, transparência e segurança no sistema rodoviário concedido. Indicadores Consolidados – 2025 - Normatização regulatória

Documento / Norma Publicada ou Atualizada	Situação
Instrução de Projeto – Sistema Free Flow	Concluída
Manual de Acessos Rodoviários	Em fase final de implementação
Portaria ARTESP nº 139/2025 – Painéis Publicitários	Publicada
Regulamentação para Certificação de Projetos	Em elaboração



GARANTIAS DAS CONCESSÕES: As garantias contratuais representam um instrumento essencial para assegurar a execução adequada das obrigações assumidas pelas concessionárias, mitigando riscos e preservando a integridade do Programa de Concessões. Em 2025, manteve-se o acompanhamento rigoroso das garantias apresentadas, verificando sua conformidade com os dispositivos contratuais e a legislação aplicável, além de monitorar os sinistros e expectativas instauradas. O controle das garantias abrangeu tanto as fases de implantação quanto a operação, incluindo seguros obrigatórios, garantias financeiras e instrumentos de cobertura para execução de obras e serviços. Esse monitoramento é fundamental para garantir que os compromissos assumidos sejam cumpridos integralmente, assegurando a continuidade dos investimentos e a qualidade dos serviços delegados. Durante o exercício, foram instauradas 385 expectativas de sinistro, das quais 342 foram concluídas (baixadas). No que se refere às garantias acionadas, foram registradas 35 ocorrências. Parte das reclamações permanece suspensa em razão de decisões judiciais que deferiram liminares suspendendo a exigibilidade das multas, bem como pela adesão das concessionárias a pleitos de quitação não litigiosa. Algumas demandas foram encerradas após o pagamento das penalidades pelas concessionárias. Esse cenário demonstra a efetividade do sistema de garantias como mecanismo de proteção ao interesse público, reforçando a segurança jurídica e financeira do Programa de Concessões. Indicadores Consolidados – 2025 / Garantias das concessões:

Indicador	Valor
Expectativas de sinistro instauradas	385
Expectativas concluídas (baixadas)	342
Garantias acionadas	35
Valor total das garantias acionadas	R\$ 12.149.894,74

FISCALIZAÇÃO: Em 2025, foram intensificadas as inspeções e o registro de não conformidades, com acompanhamento das soluções e aplicação das medidas previstas. O levantamento consolidado considerou apontamentos registrados entre janeiro e outubro, com destaque para contratos encerrados (TEBE e ViaOeste) e novas concessões (Sorocabana e Ecovias Raposo-Castello), que passaram a integrar o monitoramento após a conclusão dos Programas de Adequação Inicial. As ações fiscalizatórias reforçam a governança regulatória e a efetividade do Programa de Concessões, garantindo padrões elevados de qualidade e segurança. O controle das pendências e a definição de prazos para correção foram fundamentais para reduzir riscos e assegurar a regularidade dos serviços. Indicadores Consolidados – 2025 - Ações fiscalizatórias:

Indicador	Valor
Apontamentos registrados	39.699
Percentual de solução	93,12%
Pendências acumuladas	2732

ANÁLISE DE ESTUDOS DE TRÁFEGO: No âmbito dos contratos de concessão da infraestrutura rodoviária de transportes do Estado de São Paulo, os estudos de tráfego acompanham o desenvolvimento do projeto funcional e tratam da análise da necessidade, ou viabilidade, de execução de obras frente ao volume de tráfego e demais parâmetros que quantificam o desempenho operacional do sistema de transporte. De modo geral, o objetivo dos estudos de tráfego rodoviário motorizado é caracterizar a demanda e a capacidade do sistema de transporte, de forma a constatar possíveis impactos dessas intervenções para a operação e nível de serviço experimentado pelos usuários. É responsabilidade da Agência verificar o alinhamento dos estudos às recomendações das



normas, manuais, instruções de projeto e diretrizes técnicas nacionais e internacionais, bem como checar o atendimento da qualidade de serviço esperada contratualmente. Ainda no contexto rodoviário, a Agência também avalia estudos de tráfego rodoviário não-motorizado com o objetivo de verificar se há demanda suficiente para embasar eventuais pleitos de passarelas para transposição das rodovias concedidas por pedestres, ou para implantação de ciclovias ao longo do sistema rodoviário. Desde o início das atividades da Superintendência de Novos Investimentos, foram analisados aproximadamente 54 estudos de tráfego em processo de avaliação para inclusão de novos investimentos nos contratos de concessão rodoviária. **ANÁLISE DE PROJETOS:** A análise dos projetos funcionais, subsidiam os estudos preliminares para a inclusão do investimento no contrato de concessão. A análise do projeto de geometria em nível funcional consiste na verificação da consonância das soluções propostas para um determinado tipo de obra com as diretrizes técnicas estabelecidas nos Manuais e nas Instruções Técnicas de Projetos Geométricos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo –DER/SP, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e da *American Association of State Highway and Transportation Officials* – ASSHTO. Ao longo do ano de 2025, foram analisados aproximadamente 56 projetos funcionais. **DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Instrução de 261 processos relacionados à apuração de desequilíbrio econômico-financeiro, abrangendo tanto análises de cronogramas físico-financeiros de obras quanto a verificação de desequilíbrios decorrentes de receitas. Entre os temas tratados, incluem-se impactos de diferenças entre índices de inflação (IGP-M x IPCA), revisões tarifárias, processos relativos ao Ponto a Ponto, SLT/4 e reclassificações tarifárias. O esforço envolveu avaliações minuciosas de documentação técnico-econômica, cruzamento de dados e emissão de recomendações para deliberação superior. **CONCESSÕES AEROPORTOS REGIONAIS:** Em 2017 foi instituído o Programa de Concessões de Aeroportos Regionais no âmbito do Estado de São Paulo, com a concessão de cinco aeroportos regionais com perfis para aviação executiva e táxi-aéreo, por intermédio da ARTESP, e sob a administração do então Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP. Em 2021, em nova licitação, foram concedidos à iniciativa privada os serviços públicos atinentes à exploração, ampliação, operação e manutenção da infraestrutura aeroportuária de mais 22 (vinte e dois) aeroportos, sob gestão e operação também do extinto DAESP. A seguir, apresenta-se o mapa de todos os aeroportos concedidos no Estado de São Paulo, com identificação da Concessionária responsável por sua administração:



- **VOA SP SPE S/A.**
Arthur Siqueira (SBBP) – em Bragança Paulista
Campo dos Amarais (SDAM) – em Campinas
Doutor Antônio Ribeiro Nogueira Junior (SDIM) – em Itanhaém
Comandante Rolim Adolfo Amaro (SBJD) – em Jundiaí
Gastão Madeira (SDUB) – em Ubatuba
- **SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S/A.**
Paulino Ribeiro de Andrade (SDDN) – em Andradina
Dario Guarita (SBAU) – em Araçatuba
Marcelo Pires Halzhausen (SNAAX) – em Assis
Chafei Amsei (SNBA) – em Barretos
Moliterno de Dracena (SDDR) – em Dracena
Doutor Ramalho Franco (SDPN) – em Penápolis
Geraldo Moacir Bordon (SDEP) – em Presidente Epitácio
Adhemar de Barros (SBDN) – em Presidente Prudente
Professor Eriberto Manoel Reino (SBSR) – em São José do Rio Preto
José Vicente Faria Lima (SDTP) – em Tupã
Domingos Pignatari (SDVG) – em Votuporanga
- **VOA SE SPE S/A.**
Bartolomeu de Gusmão (SBAQ) – em Araraquara
Comandante Luiz Gonzaga Lutti (SDRR) – em Avaré e Arandu
Moussa Nakhl Tobias (SBAE) – em Bauru e Arealva
Tenente Lund Pressoto (SIMK) – em Franca
Edu Chaves (SBGW) – em Guaratinguetá
Frank Miloye Milenkovich (SBML) – em Marília
Alberto Bertelli (SSRG) – em Registro
Leite Lopes (SBRP) – em Ribeirão Preto
Mário Pereira Lopes (SDSC) – em São Carlos
Nelson Garófalo (SDNO) – em São Manuel
Bertam Luiz Leupolz (SDCO) – em Sorocaba



Em 2025, foram realizadas vistorias nos 27 (vinte e sete) aeroportos concedidos. Tais vistorias tiveram como objetivo avaliar o estado de conservação e as condições de zeladoria da infraestrutura aeroportuária. **SOCIOAMBIENTAL:** A Superintendência de Meio Ambiente e Social (hoje denominada Superintendência Socioambiental) da ARTESP teve o início de suas atividades em abril/2025, conforme o Regimento Interno publicado através da Deliberação ARTESP nº 01, de 28 de fevereiro de 2025, a qual, em suma, trata dos assuntos afetos às questões ambientais, sociais e fundiárias, sendo que esta última contempla as atividades de análise documental para a emissão de resoluções de declaração de utilidade pública pelo Poder Concedente. **DESAPROPRIAÇÃO E GESTÃO FUNDIÁRIA - Declarações de Utilidade Pública (DUPs):** A emissão de DUPs foi tratada com prioridade estratégica, visto que é o ato administrativo que antecede e viabiliza a execução de obras contratuais (CAPEX). Com base na análise técnica de engenharia dos trechos envolvidos, a atuação da Gerência destravou frentes de trabalho cruciais em rodovias estruturantes como a SP 294, SP 255 e SP 333, além de avanços no modal metroferroviário (Linha 6 e TIC Trens). Processos de DUP Gerenciados: 112 processos de DUP. Performance de Conclusão: 51 processos de DUP concluídos em 2025. Destaques de Publicação e Viabilização de Obras: Aceleração das desapropriações para duplicações e dispositivos na SP 294 (EIXO-SP) e SP 255 (ViaPaulista). Emissão de decretos para obras de grande porte, como o acesso ao Porto de São Sebastião (Tamoios), TIC, Linha 4, ampliações na Linha 6 - Laranja. **Monitoramentos:** A área apresentou números robustos, focando na segurança jurídica do patrimônio rodoviário e na regularização de passivos históricos. O alto volume de Cartas de Adjudicação processadas indica um esforço concentrado em transferir efetivamente a titularidade das áreas para o Estado/Concedente. Cartas de Adjudicação: 153 processos concluídos. Este é o maior volume de entregas do setor, representando um avanço significativo na regularização das faixas de domínio. Devoluções e Regularizações: A equipe tratou processos complexos de devolução de áreas e retificações, garantindo que o ativo concedido esteja em conformidade com as exigências contratuais. **Auxílio direto em gestão financeira e pagamentos:** A gestão dos fluxos financeiros indenizatórios também obteve destaque, assegurando que os recursos para desapropriações fossem processados corretamente, evitando contingências. Pagamentos de Desapropriação: 336 solicitações e guias de pagamentos de custas, despesas e pagamentos judiciais em processos de desapropriação analisados e tratados. A gestão eficiente destes pagamentos mitiga riscos de ações judiciais por atraso e juros, protegendo o caixa do projeto e o erário. **Meio Ambiente:** No exercício de 2025, a Superintendência Socioambiental – SUSAM, atuou no acompanhamento técnico dos processos de licenciamento ambiental vinculados às concessões rodoviárias, metroferroviárias, de transporte coletivo intermunicipal e aeroportuárias sob regulação da ARTESP. Essa atuação envolveu a articulação com órgãos ambientais de competência, a análise de condicionantes e estudos ambientais apresentados pelas concessionárias e o suporte técnico às demais superintendências na compatibilização dos cronogramas de obras com os prazos e exigências de licenciamento. Ao longo de 2025, foram acompanhados aproximadamente 78 processos de licenciamento ambiental. Esses licenciamentos viabilizaram a implantação e a operação de empreendimentos que beneficiam municípios, população e usuários do sistema de transporte, contribuindo para a ampliação e a modernização da infraestrutura de transportes do Estado, destacando-se a emissão da licença de operação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – Trecho II – Conselheiro Nébias/Valongo; licença de operação dos aeroportos de Sorocaba e Presidente Prudente e licença de instalação do Complexo Alto Tietê no Rodoanel Leste, entre outras. Os resultados obtidos no eixo de licenciamento e gestão socioambiental também subsidiaram ações de transparência e comunicação institucional conduzidas pela ARTESP, fornecendo bases técnicas para campanhas e materiais voltados à sociedade sobre temas como prevenção de acidentes e de incêndios em faixa de domínio, eventos



climáticos extremos, proteção da fauna e melhoria contínua do desempenho ambiental da malha concedida. **OUIDORIA ARTESP:** No período compreendido entre janeiro a novembro do presente exercício, a Ouvidoria da ARTESP registrou 8.152 (oito mil cento e cinquenta e duas) manifestações na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala SP), dentre elas, elogios, sugestões, pedidos de providências, reclamações, denúncias. O tratamento dessas manifestações é regido pela Lei 13.460/2017, que dispõe sobre a proteção dos usuários dos serviços Públicos. As demais 1.043 (mil e quarenta e três) demandas registradas tratava-se de pedidos de acesso à informação, regulamentados pela Lei nº 12.527/2011. No mesmo período, a Ouvidoria registrou também 86.448 (oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito) atendimentos realizados pela via de atendimento multicanal (Central de Atendimento 0800), nos quais se inserem o teleatendimento ativo, o teleatendimento receptivo, o teleatendimento eletrônico via URA (unidade de resposta audível) e o atendimento por mensageria eletrônica (WhatsApp). A ARTESP registrou, ainda, no período, o atendimento de 1.043 (mil e quarenta e três) pedidos de acesso à informação previstos na Lei 12.527/2011. Os pedidos foram registrados na mesma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala SP), cujas tratativas para atendimento foram executadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão da ARTESP, conforme regulamenta o Decreto Estadual 68.155/2023. **INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE:** De 01 de janeiro de 2025 a 15 de dezembro de 2025 foram encontradas 4.868 notícias na ferramenta de buscas Knewin citando a Artesp, sendo 1.749 em veículos de Tier 1; 1.590 nos de Tier 2. Do total, 3.371 foram notícias espontânea, 687 foram provocadas, 277 foram consideradas negativas, 1.102 consideradas positivas, 2.677 neutras e ainda 812 classificadas como "sem avaliação" pela clipadora. **LICITAÇÕES:** Objetivando atender às necessidades administrativas impostas à Autarquia, no período de 01/01/2025 a 26/11/2025, foram realizadas 26 (vinte e seis) Dispensas de Licitação, 14 (quatorze) Inexigibilidades de Licitação, 17 (dezessete) Pregões Eletrônicos, uma Concorrência, iniciada este ano e em andamento, 50 (cinquenta) Termos de Aditamento/Aditivos e Modificativos, 44 (quarenta e quatro) Termos de Encerramento, 03 (três) Rescisões Amigáveis, 03 (três) Adesões à Atas de Registro de Preço, 03 (três) Anuidades e 01 (um) Processo de Doação. Relacionamos, ainda, 56 (cinquenta e seis) contratos em andamento, Autorizações de Fornecimento / Credenciamentos e Convênios que foram sub-rogados pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP, à ARTESP, em decorrência do previsto na Lei nº 17.293/2020 e Decreto nº 69.375/2025. **RECURSOS HUMANOS - QUADRO DE EMPREGADOS E ESTAGIÁRIOS:**

Vínculo	Total de ativos*
Empregados e Servidores Públicos ARTESP	213
Cedidos DER, STM, CGU, MGI e CPTM**	220
Estagiários	64
TOTAL	497

*Quadro de ativos em 19 de novembro de 2025

** 14 empregados cedidos foram admitidos em cargos comissionados da ARTESP

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA: Ao longo de 2025, concluímos diversos projetos e outros estão em andamento, destacamos: Gestão e Manutenção de Sistemas e Portais: manutenção de 18 painéis Power BI, com atualizações periódicas para o CCM-Rodovias e disponibilização em Dados Abertos; Manutenção do site Portal CCI criado em 2021; Criação e sustentação do site Codifica; Criação e sustentação do Portal de Dados Abertos da ARTESP; Elaboração de documentação técnica para as áreas da Agência; Registro e documentação de



renovações contratuais e novas contratações da GCCM; Desenvolvimento de estudos de automação voltados à eficiência administrativa e operacional, inclusive para o CCM. Sistemas: Sistemas Desenvolvidos e Implantados: Consulta Siga Fácil; SISDEMANDA; SISNOT; EAD ARTESP; Marketplace; Extranet GRD Projetos (reimplantação); OCOP; SEI Facilita; Melhorias do GRD e demais sistemas estratégicos; Implantação da Esteira de Desenvolvimento, permitindo entregas ágeis e sustentação de sistemas modernos; Implantação do repositório GIT ARTESP, centralizando códigos-fonte com versionamento e controle de acesso; Implantação de nova versão da Avaliação de Desempenho e Configuração da nova estrutura organizacional da ARTESP. *Absorção e Sustentação de Sistemas Legados da EMTU*: Otimização da infraestrutura Google Cloud Platform (GCP) herdada da EMTU – responsável por transmissão em tempo real dos ônibus; Suporte corretivo e sustentação ao sistema legado NoxxonSAT; Manutenção dos sistemas cliente/servidor da EMTU; Implantação e configuração do ERP Benner, garantindo continuidade operacional; Adequação de fluxos financeiros e boletos para que exibam os dados da ARTESP; Estruturação do Banco de Dados Espaciais da ARTESP; Apoio à migração do sistema Ligado para a SEDUC; Atendimento a 959 chamados de sustentação (01/01/2025 a 18/11/2025); Inclusão de linhas intermunicipais semiurbanas no sistema Gestec; Adequações nos sistemas Parceiros, Gestec e Benner para: Emissão de solicitações de serviço (SS); Emissão de multas das concessões; Emissão da taxa Resege (permissionárias) e RTO; Integração do site EMTU/ARTESP e apoio na implantação do novo site ARTESP (novo CMS). *Projetos e Ações executadas*: Chamados totais resolvidos no ano: 5.455 (até 24/11/2025); Transferência de Servidores e Storages da EMTU-Cecom para a sede da ARTESP; Interligação com as concessionárias Nova Raposo e Sorocabana; Elaboração de processos licitatórios para: Notebooks e acessórios; Locação de tablets; Equipamentos de rede cabeada e wireless; Quadros interativos, projetores e TVs para salas de reunião; Migração de 0800 para fornecedor em Campinas; Implantação do Sistema ArcGIS; Realização de 64 horas de Treinamento do Sistema Arcgis; Centralização dos pagamentos Freeflow via Siga Fácil; Sub-rogação de 11 contratos provenientes da EMTU; Implantação de apoio estratégico em TI com a Gartner; Implantação de licenças Microsoft Project; Migração do banco de dados Automático/Mensageria da Nuvem Prodesp para o Datacenter ARTESP; Estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnica ARTESP x SEDUC – Projeto Ligado; Atualização do ambiente do sistema Writesys MIP na Nuvem Prodesp. Além dessas, atividades da equipe de infraestrutura e suporte de TI voltadas para o público interno da agência como: Constante atuação nos sistemas de câmeras do CCM; Implantação de novas câmeras; remanejo de licenças; suporte operacional; acompanhamento e tratamento de chamados com as concessionárias; Manutenção de Acessos dos Usuários; Manutenção de Servidores das Concessionárias; Suporte de Conexão de Rede VPN; Administração dos Bancos de Dados (SQLSERVER, Oracle, DB2, Mysql, Postgres); Administração das Redes LAN; Rede Wifi; Administração de Servidores Linux e Windows e Virtualização; Administração Storage SAN; Suporte Telefonia/PABX; Implantação de Novas Versões de Aplicações Internas; Administração Nuvem Prodesp; Manutenção Sistemas Sala Cofre. **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP**: Autarquia de regime especial, com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, possui competência legal para regular, controlar e fiscalizar os serviços de distribuição de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, os serviços de saneamento básico de titularidade estadual ou serviços de competência municipal, delegados por convênio à ARSESP; fiscalizar os serviços de energia elétrica, de competência da União, por meio de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e exercer a regulação e a fiscalização de outros serviços delegados pelo Estado (à exceção dos serviços de rodovias e transportes). Nesse sentido, a Lei Complementar nº 1.413/2024 – Nova



Lei das Agências do Estado de São Paulo – reforçou a autonomia administrativa, financeira e decisória das agências reguladoras, com ausência de subordinação hierárquica em relação à Secretaria a que está vinculada. Com a publicação do Decreto nº 69.399/2025, em 04 de fevereiro de 2025, que regulamentou a Lei Complementar nº 1.413/2024, foi aprovado pelo Conselho Diretor da ARSESP, a Deliberação nº 1.649/2025, aprovando o seu regimento interno, com especial atenção aos novos regramentos trazidos pela Lei Complementar Estadual nº. 1.413/2024 e Decreto Estadual nº. 69.339/2025. Nesse novo cenário, a Secretaria Executiva da Agência, realizou todos os procedimentos necessários para a adequação do vínculo funcional dos servidores, em virtude da publicação da Lei Complementar nº 1.413/2024 e do Decreto nº 69.339/2025, incluindo admissões, demissões e suspensões de contratos, bem como adequação de rotinas internas para enquadramento às exigências da Lei Complementar nº 1.395/2023 e dos decretos regulamentadores 68.742/2024 e 69.286/2024. Em 17 de setembro de 2025, a ARSESP publicou o Edital do Concurso Público para ingresso de 105 novos empregados públicos, com certame previsto para 21/12/2025. Os Eventos Setoriais ocorridos no exercício corrente foram: Gás & Energy Week 2025, Curso de Regulação Ampliada 2025, Projeto de Normatização e Capacitação sobre Soluções Alternativas, 8º Congresso sul-americano – CONRESOL, XXV Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - SENDI, Inspeção e Manutenção de Sistemas de Proteção Catódica, 2º ENCONSAB – Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Saneamento Básico, 53º Congresso Nacional de Saneamento Básico, VI Fórum Novo Saneamento, Regulação e Estruturação de concessões e PPPs para os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, Seminário Ibero-americano de Regulação de Serviços de Saneamento, XIV Congresso Brasileiro de Regulação e Expo ABAR 2025. Plano Plurianual – PPA: Anualmente a Arsesp acompanha, revisa e atualiza o Plano Plurianual – PPA, que é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Estadual. Também foram firmados 4 (quatro) novos Convênios de Cooperação Técnica para tratar da regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico. A regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Guataporã, bem como dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos com os municípios de Santos e Charqueada, além da regulação e fiscalização dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, que estão em fase de licitação, do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista (CIRSOP). *i) Superintendência da Tecnologia da Informação:* No setor de Dados e Tecnologia foram implementados Painéis (Power BI) atendendo diversas áreas, foi publicado o projeto de Dados Abertos, foi realizado estudos técnicos da política de dados. Para aumentar a segurança digital da Arsesp foi implantado o novo Firewall e para otimizar as reuniões foi implantado o sistema de Videoconferência nas Salas de reunião. O sistema SAFI recebeu a implantação do módulo de Fiscalização e Controle Patrimonial, destinado às atividades de fiscalização e regulação econômico-financeira. *Ouvidoria:* A Ouvidoria da ARSESP foi responsável pela realização de 58.717 atendimentos, assim distribuídos: *Ouvidoria Institucional:* Foram registradas 3.939 manifestações, sendo 3.191 reclamações, 544 solicitações de providências, 183 denúncias, 19 sugestões e 2 elogios. O prazo médio de resposta da Ouvidoria Institucional aos cidadãos foi de 4 (quatro) dias. Além disso, a Ouvidoria coordenou a elaboração e está acompanhado a execução do Plano de Dados Abertos-PDA da ARSESP; promoveu a criação do Conselho de Usuários da Agência e a realização da primeira rodada de avaliação dos serviços da entidade (ouvidoria, SIC e protocolo), nos termos da Lei Federal 13.460/2017 e do Decreto Estadual 68.156/2023; e concluiu a elaboração Plano de Ação para implementação do Modelo de Maturidade de Ouvidorias Públicas-MMOuP da ARSESP, conforme cronograma definido pela Ouvidoria Geral do Estado, da Controladoria Geral do Estado. *Serviço de Informações ao Cidadão - SIC:* A Ouvidoria Institucional, responsável também pelo SIC, registrou no



período 207 pedidos de acesso à informação. O prazo médio de resposta às solicitações feitas através do SIC foi de 15 (quinze) dias. *Serviço de Atendimento ao Usuário-SAU/ARSESP*: Foram registradas 54.571 manifestações de usuários referentes aos serviços regulados pela Agência no SAU/ARSESP, sendo 49.271 de saneamento básico, 5.278 de gás canalizado e 22 relacionadas a parques públicos estaduais concedidos. Das manifestações relacionadas ao setor de saneamento básico, 34.680 foram solicitações de informação, 10.780 reclamações e 3.811 correspondentes a outros tipos de manifestações (primeiro contato, denúncias, elogios, sugestões ou críticas - Deliberação ARSESP nº 947/2019). No setor de gás canalizando, 2.897 referiram-se a solicitações de informação, 1.816 a reclamações e 565 a outros tipos de manifestações (primeiro contato, denúncias, elogios, sugestões ou críticas - Deliberação ARSESP nº 947/2019). Com relação às concessões de Parques Públicos Estaduais reguladas pela ARSESP, todas as 22 (vinte e duas) manifestações registradas pelo SAU/ARSESP referiram-se a reclamações. Por fim, cabe destacar que os atendimentos referentes ao setor de energia elétrica, realizados pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, totalizaram 83.338 manifestações, sendo 55.210 solicitações de informação, 27.961 reclamações e 167 relacionados a outros tipos de manifestações (denúncias, sugestões/críticas ou elogios). ii) *Superintendências de Regulação e Fiscalização dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado*: foram realizadas fiscalizações nas concessionárias em relação aos indicadores de qualidade e segurança previstos no Contrato de Concessão, expansões da rede do sistema de distribuição e os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural. A Diretoria atuou junto às Concessionárias de Serviços Públicos nas iniciativas do Grupo de Prevenção de Danos do Estado de São Paulo, instituído pela Deliberação ARSESP nº 1.260/2021, com destaque para o avanço no desenvolvimento de um sistema interno da ARSESP - danos causados por obras em áreas públicas, cuja implementação está prevista para 2026. Informações consolidadas de gás canalizado no Estado de São Paulo:

Concessionárias	Redes de distribuição (km)	Nº de Usuários	Vol. Distribuído no período*
Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS	21.586	2.814.469	3.643,4
Gás Natural São Paulo Sul S.A. – NATURGY	1.936	103.755	237,4
Necta Gás Natural SA - NECTA	1.464	52.781	227,3
Total Estado de São Paulo	24.986	2.971.005	4.108,1

Regulação de Gás Canalizado: (i) publicação de 45 deliberações sobre o tema, abrangendo deliberações relacionadas à regulação; (ii) ações na Agenda Regulatória sobre os temas: estudo sobre a Interligação das Áreas de Concessão; estudos para a Definição e o Delineamento dos Tipos de Swap; estudos sobre a Regulação e a Modelagem dos Projetos para Inserção de Biometano nas Redes de Gás Canalizado; análise de Modelo Padrão de Termo de Utilização de Interconexão (TUI) e estudos Regulatórios para ações que Estimulem o Uso de Gás Natural e de Biometano como Ferramenta Essencial à Transição Energética; (iii) homologação de contratos e aditivos de fornecimento de gás natural com volumes superiores a 500.000 m³/m e contratos do uso do sistema de distribuição; (iv) autorização de comercializadores de gás canalizado no estado de São Paulo; (v) aprovação de Contratos de Compra e Venda de Gás Natural das Concessionárias e Aditivos; (vi) realização de tomada de subsídios e consulta pública com o objetivo de estabelecer critérios e procedimentos para interconexão de plantas de biometano à rede de gás canalizado, mediante a criação de segmento tarifário específico para produtores de biometano denominado TUSD-Verde; (vii) avaliação do plano de negócios das concessionárias para a execução da Revisão Tarifária Ordinária do 6º ciclo das concessionárias Comgás e Necta do Estado de São Paulo; (viii) desenvolvimento pareceres técnicos, inclusive sobre temas relevantes para o desenvolvimento do



mercado livre no estado que já conta com mais de 100 CUSDs celebrados, 50 outorgas de comercializadores e cerca da metade da demanda com migração para o mercado livre (6 milhões m³/dia); (ix) Aprovação do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo ciclo 2025/2026; (x) participação em temas relevantes como na ACO 3688, referente à competência regulatória do Subida da Serra e no Grupo de Trabalho sobre a renovação parcial da frota de ônibus movida a diesel para uma frota movida a biometano (programa BioSP). De janeiro a novembro de 2025 foram abertos 402 processos administrativos de fiscalização de gás canalizado sendo, 127 Indicadores de Segurança no Fornecimento, 103 Indicadores de Qualidade do Produto e do Serviço, 66 Indicadores de Qualidade do Atendimento Comercial; 92 Outras obrigações contratuais e 14 P&D - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e C&R - Conservação e Racionalização do Gás Natural. *iii) Superintendência de Fiscalização de Energia Elétrica:* atuação por delegação e mediante Contrato de Metas anual, formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, a Arsesp possui a competência de fiscalizar, de forma programada e sob demanda da Aneel, os serviços de geração, de transmissão de instalações não integrantes da Rede Básica e de distribuição de energia elétrica em todo o Estado de São Paulo, contemplando 7 concessionárias e 12 permissionárias de serviços públicos de distribuição, 55 Centrais de Geração Hidrelétrica, 28 Pequenas Centrais Hidrelétricas, 42 Usinas Hidrelétricas, 955 Usinas Termelétricas - Biomassa e Fóssil, 108 Usinas Fotovoltaicas, 1 Usina Eólica e Demais Instalações de Transmissão-DIT. Distribuição de Energia Elétrica: as fiscalizações realizadas nas concessionárias e permissionárias contemplam metodologia de fiscalização estratégica definida pela ANEEL, composta por etapas de Monitoramento, Análise, Acompanhamento e Ação Fiscalizadora nas áreas técnica, comercial e de qualidade do fornecimento da energia elétrica, as quais resultaram de janeiro a novembro de 2025 em 174 Relatórios de Análise e Acompanhamento e 9 Notas Técnicas, bem como fiscalização conjunta com a Aneel pós-evento climático do dia 11 de outubro de 2024, com acompanhamento do Plano de Recuperação apresentado pela Enel SP para a Agência Federal. Foram ainda atendidas 152 demandas externas emanadas do Ministério Público Estadual e Federal, Câmaras e Prefeituras Municipais e outras entidades, resultando em 19 Relatórios de Análise, 104 Despachos e 34 Ofícios para subsidiar respostas aos demandantes; participação, junto ao Centro Integrado de Comando e Controle – CICC, no acompanhamento do ENEM 2025, e junto a demais órgãos no acompanhamento do Vestibular da Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, Etecs, Fatecs, Provão Paulista, CPNU - Concurso Público Unificado e SARESP para garantia da continuidade do fornecimento de energia elétrica. Geração de Energia Elétrica: as fiscalizações seguem a metodologia Quantum, estabelecida pela ANEEL, que estabelece três níveis de ações - Monitoramento, Ação à Distância e Ação Presencial ou excepcionalmente por demanda direta da Aneel; foram concluídos de janeiro a novembro de 2025, 5 relatórios de Fiscalização e 3 Notas Técnicas referentes a fiscalizações de Desempenho, Segurança de Barragens e Operação de Usinas Termelétricas. *iv) Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira:* foram realizadas as seguintes atividades: (i) certificação dos investimentos das concessionárias de gás canalizado - laudos de ativos até 2023 da COMGÁS, NECTA e NATURGY; (ii) certificação dos investimentos da concessionária SABESP - laudos de ativos até 2023 e de 2024; (iii) cálculo da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização (ajuste do ano de 2025 e definição do recolhimento 2026) de 20 agentes regulados (água, esgoto, gás, comercializadores de gás e resíduos sólidos); (iv) 65 Fiscalizações Econômico-Financeiras; (v) definição da Metodologia de Cobrança da Remuneração Regulatória dos serviços de fiscalização e regulação pela ARSESP de resíduos sólidos, especificamente para agentes regulados sem receita operacional; (vi) levantamento de informações para o Relatório Analítico dos



municípios de saneamento regulados pela ARSESP, com dados e informações do desempenho financeiro no ano anterior das concessionárias reguladas e municípios conveniados; (vii) cálculo do montante mínimo para aplicação em P&D pelas concessionárias de gás canalizado; (viii) fiscalizações ANEEL (PD&I e Partes Relacionadas); (ix) abertura de Consulta Pública do Manual de Contabilidade Regulatória das empresas de saneamento reguladas pela ARSESP; (x) fiscalizações sobre os investimentos de 2024 de 5 (cinco) prestadores de saneamento - Terracom, Águas de Cabralia, Água de Piquete, Saneaqua Mairinque e Aparecida; (xi) fiscalização dos repasses aos FMSAIs – 1º sem 2024 (finalização do contrato antigo SABESP) e 2º sem 2024 (novo contrato); (xii) fiscalização dos investimentos no município de SP – 1º sem 2024 (finalização do contrato antigo SABESP) e 2º sem 2024; (xiii) implantação de módulo no sistema SAFI da ARSESP para hospedar os laudos de ativos das concessionárias de Gás COMGÁS, NECTA e NATURGY e SABESP – 2024; (xiv) validação para homologação pela ARSESP de depósito na conta vinculada do FAUSP dos valores de repasses aos FMSAIs não habilitados. Superintendência de Regulação Econômico-Financeira, durante o período de janeiro a setembro, foram realizadas 5 revisões tarifárias e 9 processos de reajustes tarifários nos setores de saneamento e gás. v) *Superintendências de Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico*: ao longo de 2025, ocorreram avanços significativos na regulação e fiscalização dos serviços públicos. O número de Convênios de Cooperação para Regulação e Fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário atingiu oito ao final do ano: URAE 1 – Sudeste - abrangendo 371 municípios operados pela Sabesp, agora privatizada, em um modelo de prestação regionalizada; Santa Gertrudes - regulada pela BRK Ambiental; Mairinque - atendida pela Saneaqua; Cabralia Paulista - operada pela Águas de Cabralia; Piquete - sob gestão da Águas de Piquete; Aparecida - regulada pelo SAAE local; Guaratinguetá - sob responsabilidade do SAEG; Igarapava - atendida pela Igarapava Saneamento. Além disso, os Convênios de Cooperação para Regulação e Fiscalização dos serviços de manejo de resíduos sólidos totalizaram oito, envolvendo os municípios de Barueri, Campos do Jordão, Guaratinguetá, Aparecida, Jardinópolis, Santos, Charqueada e CIRSOP (Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista). Esses avanços reforçam o compromisso com a eficiência regulatória e a melhoria contínua da prestação dos serviços públicos essenciais para a qualidade de vida da população. Os Projetos da Agenda Regulatória do Biênio 2025-2026, 5 Projetos destacam-se no setor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: DS17: Inspeção Acreditada: Desenvolvimento de Piloto e Metodologia de Regulamentação; DS21: Desenvolvimento do Manual de Fiscalização para Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; DS22: Desenvolvimento de Indicador de Conformidade na Execução de Reposição de Pavimento (Icerp): Deliberação ARSESP Nº. 1739/2025; DS23: Regulamentação das Soluções Alternativas de Água e Esgoto para Áreas Rurais e Núcleos Urbanos Informais: Deliberação ARSESP Nº. 1750/2025; DS26: Revisão do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa de P&D Tecnológico para Inovação em Saneamento Básico: *Deliberação ARSESP Nº. 1737/2025*. Projeto sobre “Regime de Escassez Hídrica e Faixas de Atuação do SIM”: *Deliberação ARSESP Nº. 1729/2025*; Projeto regulamentando o artigo 18-A da Lei Federal 11.445: *Deliberação ARSESP Nº. 1751/2025*; Projeto sobre regimes de prevenção e contingência para o abastecimento de água: *Deliberação ARSESP Nº. 1704/2025*; Projeto sobre Tarifa Social Paulista no âmbito do contrato de concessão 01/2024 da URAE-1 e SABESP: *Deliberação ARSESP Nº. 1699/2025*. Foram realizadas 8 consultas públicas, com mais de 900 contribuições por meio da participação social, que implicaram em normativos que regulamentam e atualizam o arcabouço regulatório da ARSESP quanto a prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Já no setor de Resíduos Sólidos Urbanos destaca-se a conclusão Projeto DS24: Avaliação do Serviço Adequado para a Prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos. Além disso, foi



publicada a Deliberação ARSESP nº 1.734, de 31 de outubro de 2025 que homologa e disciplina o cofaturamento da cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no documento de cobrança dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário regulados pela ARSESP. Outra Deliberação, a nº 1.700, de 11 de agosto de 2025, atualizou a norma de condições gerais de prestação dos serviços de limpeza urbana manejo de resíduos sólidos. Com isso, foi possível, comprovar a adoção da Norma de Referência nº 7 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e realizar a avaliação dos serviços prestados nos municípios regulados conforme cronograma estabelecido pela agência nacional. Com relação ao procedimento de celebração de novos convênios com municípios para delegação da função de regulação e fiscalização, a área elaborou três Pareceres de Análise de Viabilidade. A área também acompanhou a evolução dos projetos de estruturação de concessões regionalizadas dos serviços promovidos pelos consórcios CIRSOP, CONSAÚDE, CEMMIL, CMM e CONISUD, participando de reuniões periódicas, eventos de integração com atores de interesse e apoiando o consórcio e os estruturadores das concessões com o fornecimento de diretrizes regulatórias e pareceres técnicos durante a concepção dos projetos. A área também compôs a Comissão de Avaliação do Prêmio SP Carbono Zero, com a coordenação da avaliação da categoria Transição Energética do prêmio. Para a regulação dos serviços de Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, durante o ano de 2025 foi concluído o Projeto. DS25: Publicação de um guia contendo as diretrizes regulatórias mínimas para o planejamento, articulação com outros instrumentos para a prestação e para a gestão dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. vi) Superintendência de Parcerias: regula e fiscaliza os Parques e demais serviços delegados. Até o mês de setembro, a equipe vem monitorando 06 concessionárias responsáveis pela concessão de 12 Parques Estaduais: Villa-Lobos, Cândido Portinari, Água Branca, João Dória – Capivari, Parque Estadual de Campos do Jordão, Caminhos do Mar, Alberto Löfgren, Cantareira, Zoológico, Zoo Safari, Jardim Botânico, Fazenda do Zoológico – Araçoiaba da Serra. E o acompanhamento dos contratos dos demais serviços públicos, tais como: Lotes Leste e Oeste de Novas Escolas (33 no total), Loteria Estadual e SP Expo.



SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER

INTRODUÇÃO: O Governo do Estado de São Paulo criou, em janeiro de 2023, a Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher (SPM), como órgão central de articulação de políticas de promoção e garantia dos direitos das mulheres, na perspectiva de favorecer a igualdade de gênero, a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher, bem como a defesa de seus direitos em todo o território do estado. A atuação da SPM é orientada pela transversalidade da pauta nas diferentes agendas governamentais e pelo diálogo sistemático com o sistema de justiça e a sociedade civil, especialmente por meio do Conselho Estadual da Condição Feminina, criado pela Lei nº 5.447/1986. Nos termos do Decreto nº 69.430/2025, constituem o campo funcional da SPM: I - Desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para os direitos e o bem-estar das mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social; II - Promover a igualdade de gênero; III - Atuar em parceria com outras Secretarias e órgãos governamentais para promover políticas integradas que atendam às necessidades das mulheres, especialmente: a) combater a discriminação e a violência contra as mulheres, em articulação com a Secretaria da Segurança Pública; b) coordenar campanhas de conscientização e prevenção de doenças, bem como ações voltadas para a saúde da mulher, em articulação com a Secretaria da Saúde; c) fomentar a autonomia econômica e social das mulheres por meio de programas de capacitação, inclusão no mercado de trabalho e acesso a recursos, em articulação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico; IV - Monitorar e avaliar as políticas públicas para a mulher, assegurando sua eficácia e alcance; V - Incentivar a criação e gestão de espaços de acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, abusos e outras formas de opressão; VI - Promover ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, em parceria com a sociedade civil; VII - Realizar parcerias com a iniciativa privada e órgãos de diferentes esferas de poder, com foco na geração de emprego, empreendedorismo e renda para mulheres; VIII - Fortalecer ações de apoio psicológico e resgate emocional das mulheres. Nesse sentido, os programas, projetos e ações desenvolvidos pela SPM são organizados a partir de três grandes eixos que se articulam e se complementam: 1. Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; 2. Autonomia financeira, com foco em qualificação profissional e geração de trabalho, emprego e renda; 3. Promoção da saúde da mulher. Em consonância com o Movimento *São Paulo por Todas*, o ano de 2025 representou um período de consolidação das políticas públicas de promoção, defesa e garantia de direitos das mulheres no estado. Isso significa dizer que a SPM expandiu sua presença territorial, fortaleceu parcerias institucionais, qualificou serviços e aprofundou estratégias intersetoriais para ampliar o alcance de suas ações em todo o território paulista, de forma a democratizar o acesso às atividades no campo da promoção da saúde, estimular a autonomia econômica e aprimorar as agendas de acolhimento e orientação psicossocial, visando assegurar que as mulheres de todo o estado possam usufruir das políticas públicas ofertadas. Nesse cenário, o presente Relatório apresenta os principais resultados alcançados pela SPM ao longo do exercício de 2025, organizados pelos seus eixos de atuação e suas diretrizes estratégicas. **PRINCIPAIS RESULTADOS DA SPM - EXERCÍCIO 2025 - EIXO: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:** *Protocolo Não se Cale* - O Protocolo Não se Cale, instituído pela Lei nº 17.621/2023, tem como finalidade prevenir e enfrentar a violência contra a mulher em bares, restaurantes, casas de espetáculos, eventos e estabelecimentos similares. A iniciativa prevê a capacitação/formação dos colaboradores que atuam nesses locais, por meio de curso em formato *on-line*, com carga horária de 15 horas/aula, ofertado gratuitamente pela SPM, via site da Fundação Procon-SP. O objetivo é instrumentalizar os profissionais para identificarem eventuais situações adversas, realizar o acolhimento inicial e orientar mulheres em situação de risco e/ou violência. No



ano de 2025, o curso registrou 48.739 participações, resultando na emissão de 46.601 certificados. Destaca-se, ainda, que 35.017 participantes obtiveram nota máxima, demonstrando alto engajamento e assimilação dos conteúdos propostos. Registramos ainda que, entre 07 e 23 de fevereiro de 2025, a Fundação Procon-SP, por meio de sua Diretoria de Estudos e Pesquisas, realizou uma enquete entre seus usuários, veiculada em seu site e redes sociais, a fim de avaliar o nível de conhecimento da população sobre o Protocolo Não se Cale. Ao todo, 1.411 respondentes participaram da Pesquisa, cujos resultados apontaram que: 52% dos consumidores já tinham visto o cartaz ou outras peças do Protocolo; 57,73% afirmaram saber como pedir ajuda utilizando o protocolo; 65,23% declararam conhecer o Sinal Universal de Pedido de Ajuda; 50,68% consideram que o fato de um estabelecimento ser parceiro do Protocolo influencia positivamente sua decisão de frequentá-lo. Com base nas informações levantadas pela Pesquisa em comento, a SPM vem intensificando esforços para fortalecer e ampliar as ações relacionadas ao Protocolo Não se Cale, investindo em iniciativas de sensibilização, comunicação e formação, em articulação com parceiros estratégicos, de forma a ampliar o alcance dessa política pública, consolidando-a como instrumento de proteção e apoio às mulheres em espaços de convivência públicos e privados. Ressalte-se que, em 2025 foram celebradas parcerias com as seguintes instituições: 1 - Conselho Regional de Educação Física (CREF4); 2 - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO); 3 - Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CRO); 4 - Conselho Regional da Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP); 5 - Hospital Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis; 6 - Hospital Irmandade Santa Casa de Limeira; 7 - Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho; 8 - Faculdade de Odontologia da Santa Casa de São Paulo; 9 – Serviços de transporte por aplicativo: InDrive, Uber, Lady Drive e 99 Tecnologia; 10 - Grupo Nós; 11 – Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (DETRAN). Além disso, foram desenvolvidas ações de sensibilização e divulgação do Protocolo Não se Cale junto aos seguintes parceiros: 1- Rock Word, 2 -Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), 3- Prefeitura de Batatais e o “PIT STOP NÃO SE CALE” - ação educativa e entrega de placas internas veiculares informativas, destinado a motoristas de aplicativos e centros de formação de condutores, com o objetivo de incrementar estratégias de segurança para mulheres usuárias dos serviços de transporte por aplicativo. *Sistema de Informação e Prevenção dos Crimes contra a Mulher*: Instituído pela Resolução Conjunta SSP/SPM Nº 01 de 2023, o Sistema de Informação e Prevenção dos Crimes contra a Mulher integra tecnologias e serviços para prevenção, atendimento e resposta rápida aos crimes de violência contra a mulher. O Sistema reúne: App SP Mulher Segura; Botão do Pânico; Monitoramento eletrônico de agressores; Integração com o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), de forma a garantir resposta ágil, acolhimento e segurança às vítimas. *App SP Mulher Segura*: O aplicativo SP Mulher Segura reúne serviços e recursos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Disponível para Android e iOS, o APP integra Botão do Pânico, acionamento imediato da Polícia Militar, registro de ocorrências e acesso à rede de proteção. Até novembro/2025 foram registrados o total de 20.631 *downloads* (dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP), 1.408 Boletins de Ocorrência; 3.838 acionamentos do Botão do Pânico; 233 concessões de Medidas Protetivas de Urgência. *Voucher de transporte por aplicativo*: A SPM ampliou sua parceria com a empresa de mobilidade 99 para garantir transporte gratuito e seguro a mulheres vítimas de violência. Desde o lançamento da iniciativa em janeiro/2025 até novembro/2025, foram realizadas no total 447 viagens, sendo 357 na cidade de São Paulo e 90 em cidades do interior paulista. Por meio dessa parceria, mulheres em situação de violência podem contar com deslocamento sem custos a serviços de apoio e proteção tais como: Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), Instituto Médico-Legal (IML) para realização de exame de corpo de delito e/ou unidades de pronto atendimento, dentre outros, a partir do acionamento do Disque 190, com



consequente atendimento pela Cabine Lilás, a qual conta com profissionais especializadas para acolhimento e escuta qualificada. *Casa da Mulher Paulista*: Atualmente, o Estado de São Paulo conta com 20 (vinte) Casas da Mulher Paulista, as quais funcionam em um modelo de gestão compartilhada, em conformidade com o Decreto Nº 69.938/2025 e oferecem acolhimento psicossocial, orientação jurídica, cursos de qualificação profissional, encaminhamentos intersetoriais, dentre outras atividades voltadas à promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres. As unidades das Casas da Mulher Paulista estão presentes nos municípios de Santa Fé do Sul, Cristais Paulista, Barretos, Ribeirão Corrente, Araçatuba, Bebedouro, Osvaldo Cruz, Araraquara, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, São Bento do Sapucaí, Jarinu, Boituva, Votorantim, Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos, São Bernardo do Campo, Pederneiras, Ourinhos e Itapetininga. A dezembro/2025, por meio de convênio celebrado entre a SPM e a Universidade Estadual Paulista (UNESP), as mulheres atendidas nas Casas da Mulher Paulista, especialmente aquelas com medidas protetivas, passarão a contar com atendimento psicológico, em formato presencial e/ou remoto. *Ônibus SP por Todas*: O Ônibus SP por Todas é uma unidade móvel destinada ao acolhimento psicossocial e jurídico de mulheres em territórios de alta vulnerabilidade social. O equipamento funciona como um Centro de Referência itinerante, oferecendo escuta qualificada, orientação jurídica, acolhimento psicossocial, além de encaminhamentos à rede de proteção e ações educativas. A iniciativa é realizada em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacias de Defesa da Mulher, serviços de saúde e gestores municipais, ampliando o alcance da rede de proteção em regiões de difícil acesso e em grandes eventos, visando fortalecer políticas públicas de prevenção ao assédio como o “Protocolo não se Cale”. O Ônibus SP por Todas foi inaugurado em 06/07/25. Desde então, percorreu 40 municípios, participou de 19 eventos e circulou por 30 bairros prioritários, totalizando 158 dias de ações. Nesse período foram realizados 381 atendimentos pela Defensoria Pública, 486 acolhimentos psicossociais, encaminhado 20 casos para a segurança pública (registro de Boletim de Ocorrência e/ou Medida Protetiva) e distribuídos 5.375 materiais educativos/informativos. *Campanhas educativas*: Ao longo do ano, em parceria com as instituições que compõem as redes de apoio e proteção, a SPM protagonizou uma série de ações e iniciativas educativas e informativas, as quais objetivaram sensibilizar a população e reforçar a proteção e acolhimento às mulheres paulistas, com especial destaque para o Mês da Mulher (março): a atividade desenvolvida no Memorial da América Latina que envolveu cerca de 800 pessoas, o Agosto Lilás: com ações de mobilização e distribuição de materiais que alcançaram 130 municípios, além da Campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. *Campanha “21 Dias por Elas” – Agenda Global de 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*: A SPM realizou a terceira edição da Campanha “21 Dias por Elas”, em articulação com diferentes atores estratégicos, tendo como referência a agenda global promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que em 2025 abordou o tema “UNA-se para Acabar com a Violência Digital contra Todas as Mulheres e Meninas”. Assim, entre 20 de novembro e 10 de dezembro, foram realizadas um conjunto de atividades educativas e informativas, debates, painéis temáticos, celebração de parcerias institucionais, ações de mobilização e sensibilização e de enfrentamento à violência contra as mulheres, em consonância como o Movimento SP por Todas. A Campanha também foi intensificada nas redes sociais oficiais da SPM, por meio de publicações ao longo dos 21 dias de ativismo. Dessa forma, a Campanha atingiu diretamente, nas agendas presenciais, cerca de 3000 (três mil) pessoas, envolvendo a realização de painéis temáticos nos municípios de Campinas, Fernandópolis, Morro Agudo, Marília e São Paulo, como também ações com parceiros estratégicos. Além disso, foram distribuídos materiais educativos (Violentômetro e Guia de Bolso), atingindo cerca de 10.000 (dez mil) pessoas. **EIXO – AUTONOMIA FINANCEIRA, COM FOCO EM QUALIFICAÇÃO**



PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA: Carreta do Empreendedorismo - Lançado em setembro de 2024, dentro do escopo das ações do programa “SP Por Todas”, a Carreta do Empreendedorismo oferece cursos de capacitação e qualificação profissional, em caráter itinerante, atendendo diferentes regiões do estado. A iniciativa busca romper barreiras territoriais e ampliar o acesso das mulheres às políticas públicas e aos seus direitos, reconhecendo a autonomia econômica como elemento fundamental para a interrupção dos ciclos de violência. Por meio de parcerias estratégicas, no ano de 2025, a Carreta do Empreendedorismo ofertou 2.295 vagas, 615 atendimentos jurídicos pela Defensoria Pública, além de sensibilização de cerca 3800 pessoas sobre a temática de prevenção e combate à violência doméstica. Foram contemplados 25 municípios polo: Adamantina, Andradina, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Dracena, Elias Fausto, Fernandópolis, Guaratinguetá, Guarujá, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itatiba, Leme, Lins, Marília, Mogi Mirim, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo, das diferentes regiões do estado, além de outros 57 municípios das respectivas áreas de abrangência. Nesse percurso, foram disponibilizados 46 cursos em parceria com entidades do Sistema S, a saber: 16 cursos ofertados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): comportamento empreendedor, gestão financeira, planejamento estratégico e marketing digital. 12 cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC): informática, *design* gráfico, maquiagem e técnicas de beleza. 18 cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR): nas áreas de alimentação, saúde, primeiros socorros, artesanato e atividades produtivas diversas. *Jornada Empreendedora SP Por Todas*: O Projeto Jornada Empreendedora SP Por Todas é voltado à promoção da autonomia financeira e do bem-estar das mulheres paulistas, com oferta de ações de capacitações práticas e teóricas adaptadas às realidades e necessidades das participantes, realizadas em locais indicados pelos municípios solicitantes, as quais abrangem temas relacionados à qualificação profissional, tecnologia, imagem pessoal e empreendedorismo, com o apoio de parceiros como SENAC, SEBRAE, SENAR e Secretaria de Estado de Turismo. O Projeto teve início em agosto de 2025 e registrou a oferta de 150 vagas nos municípios de Flora Rica, São Paulo, Lins, Itararé, Santos e Getulina. *Mães em Diálogo*: O Projeto Mães em Diálogo é desenvolvido em parceria com o Sebrae e tem como propósito dar voz às experiências e desafios da maternidade, com atenção especial às mães atípicas, às mulheres em situação de vulnerabilidade social e àquelas que enfrentam barreiras no acesso a direitos. Por meio de rodas de conversa regionalizadas, realizadas em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, o Projeto envolve a participação de mães, gestores escolares, profissionais da educação, organizações da sociedade civil. Esses encontros possibilitam espaços seguros de escuta, acolhimento e troca de vivências, fortalecendo redes de apoio, promovendo mobilização comunitária e valorizando o protagonismo feminino, além de estimular o comportamento empreendedor. Foram realizadas ações nos municípios de Amparo, São Paulo, Getulina, Guarujá, Itapetininga, Itararé, Mairiporã, Oriente, Ribeirão Branco e Santos, alcançando um total de 300 mulheres. *Capacita OSC*: O Programa Capacita OSC visa fortalecer a governança e a capacidade de gestão das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), por meio de formações presenciais e da disponibilização de conteúdos digitais sobre elaboração de projetos, captação de recursos, gestão financeira, planejamento estratégico, entre outros temas essenciais à sustentabilidade institucional, em parceria com atores estratégicos. Em 2025, o Projeto atendeu 48 OSCs, alcançando 74 profissionais, com ações realizadas nos municípios de Limeira e Santos, envolvendo abrangência regional que incluiu Iracemápolis, Cordeirópolis, Araras e Laranjal Paulista. *FALASP*: A SPM realizou aproximação com a Controladoria Geral do Estado visando o incremento da divulgação do canal Fala.SP, de forma a ampliar o acesso da população aos mecanismos de participação social e controle



público. A iniciativa alcançou resultados significativos, sensibilizando um total de 3.135 pessoas nos meses de outubro, novembro e dezembro/25, por meio de exposição áudio visual do vídeo institucional e abordagem individual. **EIXO – PROMOÇÃO DA SAÚDE DA MULHER: Carreta Mulheres de Peito:** Em 2025, o Governo do Estado de São Paulo intensificou suas iniciativas para ampliar o acesso das mulheres a serviços de saúde, segurança, independência e à rede de proteção. Por meio da Ação Itinerante *SP Por Todas* e do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Saúde, a Secretaria da Mulher reforçou e ampliou as atividades voltadas às mulheres que realizaram exames de mamografia na *Carreta Mulheres de Peito*. As atividades contemplaram 25 municípios polo: Adamantina, Andradina, Assis, Bauru, Bragança Paulista, Dracena, Elias Fausto, Fernandópolis, Guaratinguetá, Guarujá, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itatiba, Leme, Lins, Marília, Mogi Mirim, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos e São Paulo, abrangendo diferentes regiões do Estado. Ao todo, 57 municípios foram alcançados considerando-se as cidades participantes vinculadas a cada polo, ampliando o acesso das mulheres ao exame de mamografia. No total, foram 12.346 exames, contribuindo para o diagnóstico precoce do câncer de mama e ampliando o acesso das mulheres ao cuidado em saúde. **Espaço Maternidade:** Viabilizado por meio de uma parceria entre a SPM, a Secretaria de Transportes, a CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Metrô - Metropolitanos Terrestres, o Espaço Maternidade tem como objetivo transformar o ambiente de trânsito ferroviário em um local acolhedor para as mães e seus bebês e crianças. Construído com base nos preceitos do desenho universal, o qual atende as normas de acessibilidade e segurança dentro de uma área de 56m², se constitui como um ambiente destinado à amamentação e cuidado, com poltronas e mesas de canto para as mães lactantes, além de trocadores, brinquedoteca para os pequenos, uma copa contendo micro-ondas, dois cadeirões de refeição e filtro de água e dois sanitários. Em 2025, os Espaços Maternidade (Luz e Tatuapé) registraram 4.556 atendimentos, com acolhimento e atividades de orientação materno-infantil. **São Paulo por Todas - Carreta Cuidar e Sorrir:** A ação itinerante “São Paulo por Todas Carreta Odontológica – Cuidar e Sorrir” tem como finalidade favorecer a ampliação do acesso a políticas públicas de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, contemplando atividades de acolhimento e orientação, bem como serviços de saúde bucal integral, para mulheres em situação de violência doméstica e/ou vulnerabilidade, bem como seus dependentes com idade de 0 a 17 anos e 11 meses. O lançamento da carreta ocorreu no dia 10 de dezembro, no Memorial da América Latina. A meta é ofertar 30 atendimentos/dia em saúde bucal, além de acolhimento psicossocial e realização de 4 ações educativas/dia, ao longo de 15 dias em que a Carreta Cuidar e Sorrir permanece nos municípios. Cruzeiro será o primeiro município contemplado, a partir de 15/12/2025. ação será retomada em janeiro/2026. **FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - V Conferência Estadual dos Direitos das Mulheres:** A SPM promoveu, entre os meses de agosto e setembro/2025, a V Conferência Estadual dos Direitos das Mulheres, reunindo a participação de mais de 600 mulheres. De forma absolutamente inédita, a V Conferência foi realizada formato remoto, visando garantir eficiência administrativa, responsabilidade fiscal, além do estímulo à democratização e inclusão digital, em consonância com os princípios da administração pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal. A delegação paulista da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro de 2025, foi composta por aproximadamente 300 mulheres, representantes da sociedade civil, do poder público municipal e do poder público estadual. A participação da delegação contou com apoio logístico da SPM, garantindo as condições necessárias para o deslocamento e a presença das representantes paulistas na etapa nacional. **Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF):** O Conselho Estadual da Condição Feminina é um



órgão propositivo e consultivo responsável por acompanhar, avaliar e fortalecer as políticas públicas voltadas à promoção dos direitos das mulheres. Dentre suas funções destacam-se: assessoramento governamental, articulação intersetorial e participação social. Em 2025 o Governo do Estado de São Paulo designou novas representantes para complementação de mandato, assegurando a participação de diferentes secretarias, nos termos do Decreto Nº 68.897, de 23/09/25. No ano corrente, o CECF realizou 10 (dez) plenárias. **OUIVITORIA:** O quadro abaixo apresenta as manifestações registradas no âmbito da Ouvidoria da SPM, no período de 01/01 a 08/12/2025

Tipo	Concluída	Em andamento	Total
Denúncia	36	1	37
Elogio	1	-	1
Reclamação	12	3	15
Sugestão	7	1	8
Solicitação de providência	30	6	36
Pedido de acesso à informação	53	2	55
Total	-	-	152

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SPM vem fortalecendo políticas de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, com foco na intersectorialidade e na perspectiva das interseccionalidades de raça, etnia, deficiência, geração, território, orientação sexual e condição socioeconômica. Dentre os avanços recentes está a instituição do Grupo Intersecretarial, conduzido pela SPM e Secretaria de Segurança Pública, o qual é responsável pela elaboração do Plano Decenal de Prevenção à Violência Doméstica (Lei Federal nº 14.899/2024), além da criação do Sistema de Informação e Prevenção dos Crimes contra a Mulher, via App SP Mulher, como também do estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para concessão de *vouchers* de transporte às mulheres vítimas de violência atendidas pelo Centro de Operações Policiais Militares, nas Cabines Lilás. Ressalte-se ainda os debates promovidos no âmbito do Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio, sob gestão pela SPM, os quais resultarão na construção de um fluxo integrado de atenção às mulheres vítimas de violência. Para 2026, a SPM pretende dar continuidade aos compromissos celebrados com as instituições parceiras, visando, especialmente, a implantação de Grupos Reflexivos com Homens Autores de Violência e capacitação de facilitadores para atuarem com a temática, envolvendo a Fundação Casa, o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Instituto Mapear. Ademais, serão desenvolvidas as ações no âmbito do Observatório SP por Todas, em alinhamento com os termos do convênio celebrado entre a SPM e UNESP, a partir da cooperação técnica de vários órgãos do Executivo Estadual, além da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, visando a construção de um banco de dados referente às agendas de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres. Ressalte-se ainda a iniciativa intitulada “Protocolo Não se Cale vai à Escola”, que será desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, a fim de possibilitar a capacitação dos profissionais, por meio de curso em formato *on-line*, com carga horária de 15h, para que consigam identificar situações de risco, acolher as vítimas e agir de forma assertiva em relação à prevenção e enfrentamento da violência de gênero no ambiente escolar. Assinalamos ainda que a SPM tem feito um grande esforço para mapear os Organismos de Políticas para a Mulher (OPMs) constituídos no estado de São Paulo, como também dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres. A expectativa é organizar, a partir de 2026, um Fórum Permanente de OPM, a fim de favorecer a regionalização das políticas desenvolvidas pela SPM e estimular a criação desses organismos em municípios que ainda não possuem.



SECRETARIA DA SAÚDE

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP: Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde – SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões: Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado – são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta (fundações e autarquias) e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista – UNESP e da Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração – INCOR/USP, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS – são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES (rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros). A gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde – são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro (FOSP), Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST/Aids, os institutos de pesquisa (Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima). Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado – estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, o Centro de Vigilância Sanitária – CVS, o Centro de Distribuição e Logística. Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais – por meio de seus órgãos centrais e regionais (17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS) a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde (em conjunto com os representantes municipais), prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema. *Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde:* Em 2025 o SUS no Estado de São Paulo possui 550 hospitais, com 60 mil leitos totais cadastrados, sendo 50,2 mil leitos de internação e 9,3 mil leitos complementares (terapia intensiva e unidades intermediárias), que realizam no total 2,8 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 104 hospitais, 21,7 mil leitos totais sendo 17,6 de internação e 4 mil leitos complementares (terapia intensiva, cuidados intermediários) da Administração Direta, Administração Indireta – autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 980,4 mil internações em 2025, (representando 35% do total de internações do SUS) e 467,8 mil cirurgias (em regime hospitalar) que representam 38,% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria de Estado da Saúde possui rede ambulatorial própria (Ambulatórios de Especialidade Médica – AMES, Centro de Referência de Idoso – CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental) que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais (consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, clínicos e cirúrgicos, entre outros) produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 751,5 milhões, representando 48,2%



da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. Dados obtidos dos bancos oficiais do DATASUS e cabe destacar: Ocorreu significativo aumento de leitos por reativação de leitos em Hospitais da rede própria estadual, no entanto, o dado do CNES já contemplava estes leitos como existentes, embora estivessem desativados. O presente relatório de atividades do ano de 2025 consolida, de forma sintetizada, as principais ações e atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias, Grupos Técnicos e Autarquias que integram a Secretaria de Estado da Saúde: Instituto Butantan, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP, Fundação Pró-Sangue, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, Coordenadoria de Planejamento de Saúde – CPS, Coordenadoria de Regiões de Saúde – CRS, Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD, Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF, Coordenadoria Geral de Administração – CGA, Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde – CGCSS, Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF, Coordenadoria de Serviços de Saúde – CSS, Coordenadoria de Ciências, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde – CCTIES, Área Técnica de Saúde Mental, Fundação Oncocentro de São Paulo, Instituto de Saúde, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo – USP, Ouvidoria, Núcleo Gestor de Humanização e Segurança do Paciente, Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB. **INSTITUTO BUTANTAN:** Principais atividades realizadas no âmbito do Instituto Butantan: Em 2025, o Instituto Butantan completou 124 anos com inúmeras conquistas, entre as quais é possível destacar: Aprovação da vacina da dengue, a Butantan-DV, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Aprovação da vacina da chikungunya da Valneva e do Butantan pela Anvisa; Aprovação de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) para produção de vacinas de VSR e Covid-19 e medicamentos para câncer e esclerose múltipla; Aprovação de projetos inscritos no Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) para desenvolvimento das vacinas da dengue, gripe aviária, raiva de nova geração e gripe adjuvada para idosos; Incorporação da Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (FURP) pelo Instituto Butantan; Início dos ensaios clínicos da vacina para a gripe aviária; Abertura das inscrições para concurso público com 11 vagas para Pesquisador Científico I – o primeiro concurso desde 2009; Inauguração da Usina de Geração e Cogeração de Energia própria do Butantan; Inauguração do Laboratório de Ecologia e Evolução (LEEv), espaço aberto à visitação do público e dedicado à conservação de serpentes ameaçadas de extinção; Realização do 1ª Reunião de Programas de Acidentes por Animais Venenosos de América Latina e Caribe (REDPEVA), sediada no Instituto Butantan; Entrega de 86,8 milhões de doses da vacina contra gripe ao Ministério da Saúde. **Imunobiológicos:** O Instituto Butantan fornece atualmente oito tipos de vacinas e doze tipos de soros ao Ministério da Saúde, incluindo imunizantes contra influenza e soros antiofídicos, antirrâbicos, antiescorpiônicos e antiaracnídicos. Também atua em pesquisa e desenvolvimento de novas vacinas, com destaque para doenças tropicais negligenciadas, além de vacinas contra gripe (tetraivalente e adjuvada). **Pesquisa e Inovação:** A pesquisa científica é um dos pilares do Instituto, integrando produção de conhecimento, desenvolvimento tecnológico e produção de imunobiológicos. O fomento ocorre por meio da Fundação Butantan e de agências como CNPq, Fapesp, Capes e Finep. Em 2025, entre janeiro e novembro, foram publicados 240 artigos científicos internacionais. A produção está disponível no repositório institucional Sapiientia. Destaca-se ainda a abertura de concurso público para Pesquisador Científico, com 11 vagas previstas para 2026, o primeiro desde 2009. **Centro de Desenvolvimento Científico (CDC):** O CDC desenvolve pesquisas básicas e aplicadas, formação de pesquisadores e divulgação científica. É composto por 15



laboratórios que atuam em áreas como biologia animal, toxinas, doenças infecciosas, imunologia, farmacologia e bioinformática. *Centro Vinculado – CeVIVAS*: O Centro para Vigilância Viral e Avaliação Sorológica realiza vigilância genômica de vírus como dengue, influenza e Covid-19, além de capacitação de laboratórios públicos. Em 2025, publicou estudos relevantes sobre a circulação do sorotipo 3 da dengue e desenvolveu um sistema aberto de monitoramento viral. *Centro de Desenvolvimento e Inovação (CDI)*: O CDI apoia e acelera projetos tecnológicos em saúde e promove a inovação. Conta com 12 laboratórios e três centros estratégicos: CENTD: descoberta de novos alvos terapêuticos, em parceria com GSK e Fapesp; CeRDI: desenvolvimento de vacinas e anticorpos monoclonais; PITES: plataforma para resposta rápida a emergências em saúde. *Ensaios Clínicos*: Em 2025, o Instituto teve avanços relevantes em pesquisas clínicas, com aprovação das vacinas contra dengue e chikungunya e início do ensaio clínico da vacina contra gripe aviária, como preparação para possíveis pandemias. *Vacina da Dengue*: A vacina Butantan-DV, de dose única, foi aprovada pela Anvisa em novembro de 2025 para pessoas de 12 a 59 anos. Apresentou eficácia geral de 74,7% e de 91,6% contra casos graves. *Vacina da Chikungunya*: Aprovada em abril de 2025, demonstrou elevada resposta imune em adultos e adolescentes, com resultados publicados em revistas científicas internacionais. *Vacina da Gripe Aviária*: Em julho de 2025, a Anvisa autorizou o início do ensaio clínico da vacina H5N8, com previsão de recrutamento de 700 voluntários. *Farmacovigilância*: O Instituto mantém setor de Farmacovigilância conforme exigências da Anvisa, centralizando notificações de eventos adversos por meio do SAC. Os dados são encaminhados à Anvisa e contribuem para o monitoramento da segurança de vacinas, soros e medicamentos. *Hospital Vital Brazil*: Referência nacional e internacional no atendimento a acidentes por animais peçonhentos, o Hospital Vital Brazil completou 80 anos em 2025. Realiza cerca de 2.500 atendimentos anuais e mantém estoque de soros produzidos pelo próprio Instituto, além de atuar em pesquisa, vigilância e formação profissional. *Desenvolvimento Industrial e Produção*: Em 2025, o Butantan entregou 86,8 milhões de doses da vacina contra influenza ao Programa Nacional de Imunizações. Também forneceu cerca de 600 mil doses de soros ao Ministério da Saúde e 630 mil seringas do anticorpo monoclonal adalimumabe ao SUS. *Novas Parcerias*: Foram aprovadas cinco Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), incluindo vacinas e medicamentos oncológicos, imunizantes contra VSR e Covid-19 (mRNA). O Instituto também firmou acordos internacionais para pesquisa em doenças infecciosas e desenvolvimento de anticorpos monoclonais. *Incorporação da FURP*: Em novembro de 2025, foi aprovado o projeto de incorporação da FURP ao Instituto Butantan, ampliando o portfólio de medicamentos e fortalecendo a capacidade produtiva e de inovação. *Infraestrutura*: Foi inaugurada a Usina de Geração e Cogeração de Energia, com capacidade de 12 MW, aumentando a segurança energética e suportando a expansão do parque fabril. *Ensino, Cultura e Divulgação Científica*: O Instituto mantém intensa atuação em ensino superior, divulgação científica e preservação da memória da saúde pública, por meio da Escola Superior do Instituto Butantan, museus, exposições e eventos científicos nacionais e internacionais. *Prêmios e Reconhecimentos*: Pesquisadores do Instituto foram reconhecidos nacional e internacionalmente em 2025, incluindo nomeações em comitês do CNPq e da Fapesp, rankings científicos globais e honrarias em gestão pública em saúde. *HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - HCFMRP-USP*: Principais atividades realizadas no âmbito do HCFMRP – USP: O ano de 2025 representou um período de avanços expressivos para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMRP-USP). Esta trajetória foi marcada pela consolidação de um ciclo de crescimento, inovação e fortalecimento institucional, impulsionado pelo apoio da Secretaria de Estado da Saúde e do Governo do Estado de São Paulo e pelo comprometimento das equipes e lideranças internas. O



Hospital ampliou sua capacidade assistencial, modernizou estruturas estratégicas, aprimorou processos de governança e reafirmou seu compromisso com o SUS, por meio do oferecimento de um serviço de qualidade, com segurança e eficiência na gestão pública. Em 2025, foram concretizados os trabalhos para a incorporação do Hospital Estadual de Ribeirão Preto e do Hospital Santa Tereza ao HCFMRP-USP, que culminou com a edição do Decreto nº 70.043, de 30 de outubro de 2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. O processo vem sendo conduzido de forma planejada, garantindo transição segura e sem solução de continuidade. Outro marco relevante foi o lançamento da Pedra Fundamental do novo prédio da Unidade de Emergência, em fevereiro, que contou com a presença do Governador Tarcísio de Freitas. A nova estrutura contará com 400 leitos, altamente especializados, dobrando a capacidade atual de atendimento médico hospitalar, em atenção à crescente demanda regional para os atendimentos urgência e emergência. A expansão assistencial em 2025 incluiu a abertura de 46 novos leitos, totalizando 845 leitos ativos (out/2025). A Pediatria apresentou avanços significativos com a reestruturação da Enfermaria do HC Criança, que ampliou 8 leitos, passando a operar com sua capacidade plena de 64 leitos, proporcionando melhor acolhimento e aperfeiçoamento dos fluxos assistenciais. Outros 38 leitos foram ampliados em diversas especialidades, tanto no HC Campus (28) quanto na Unidade de Emergência (10), em consonância com o aumento da demanda dos casos de alta complexidade. O volume de atendimentos manteve-se elevado, com a realização de 465 mil consultas médicas, 821 mil atendimentos multidisciplinares, 44 mil internações, 25 mil cirurgias, 3,5 milhões de exames laboratoriais e 300 mil exames especializados. A implementação da Tabela SUS Paulista resultou em aumento de 35% na capacidade de atendimento, consolidando o HCFMRP-USP como a instituição que mais expandiu o número de internações via SUS no Estado, desde a adoção da nova tabela. O Hospital reafirmou seu protagonismo nacional ao realizar o terceiro caso de separação total de gêmeas siameses craniópagos (unidos pela cabeça), com duas das cinco etapas cirúrgicas já realizadas. No campo de cirurgia de alta complexidade, realizou sua primeira cirurgia de correção óssea com tecnologia combinada de software de planejamento e fixador externo, além da primeira cirurgia de bipartição intestinal para tratamento de obesidade severa e diabetes tipo 2, recentemente reconhecida pelo CFM. Merece também destaque o avanço das cirurgias robóticas na Instituição. Com 2 robôs cirúrgicos, o HC realizou cerca de 200 cirurgias, das quais 40 foram com o sistema Mazor, distribuídas entre Neurocirurgia, Ortopedia Coluna e Oncológica, realizando pela primeira vez uma Hemipelvectomia Oncológica robô assistida, inédito na literatura mundial. Nas áreas de ensino e pesquisa, o Hospital acolheu cerca de 2 mil estudantes de graduação e pós-graduação, 878 médicos residentes, 86 residentes multiprofissionais e aprovou 518 projetos de pesquisa por meio do Comitê de Ética em Pesquisa. O acompanhamento do Planejamento Estratégico 2023–2026 avançou com a participação ativa de diretores e coordenadores, resultando em 42% das ações concluídas, 53% em andamento e apenas 5% ainda por implementar, demonstrando maturidade e comprometimento na gestão de metas institucionais. Durante o ano, o Hospital passou por Visita Diagnóstica fundamentada na metodologia ONA, identificando desafios organizacionais que vêm sendo trabalhados de forma sistemática para preparação da certificação prevista para 2026. No âmbito da valorização profissional, merece destaque o Curso de Governança Clínica, voltado ao fortalecimento das práticas assistenciais de excelência — com nova edição prevista para 2026. Além disso, foi lançado o Programa de Ergonomia Preventiva, voltado à promoção da saúde ocupacional e à prevenção de doenças relacionadas ao trabalho. O HCFMRP-USP cumpriu todas as metas definidas no Programa de Bonificação de Resultados, instituído pela Lei Complementar nº 1.361/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 66.772/2022, o que está permitindo a concessão de benefícios pecuniários adicionais aos servidores. Em 2025, foram investidos cerca de R\$ 66 milhões na



aquisição de equipamentos, provenientes do Orçamento da Autarquia, Recursos SUS, Emendas Parlamentares, Convênios com a USP e Ministério da Saúde, e Recursos auferidos por meio da destinação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), decorrentes do credenciamento da FAEPA — Fundação de Apoio vinculada ao Hospital — junto ao Conselho Municipal do Idoso e ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Dentre os equipamentos adquiridos, destaca-se o novo Acelerador Linear Halcyon, que proporciona aos pacientes do HC um tratamento mais preciso na radioterapia, permitindo a redução da frequência dos pacientes ao hospital e aumento de produtividade do Serviço de Radioterapia. Em paralelo, o Hospital manteve o ritmo de modernização de sua infraestrutura física, reforçando a segurança dos ambientes e qualificando os processos assistenciais. Foram inaugurados a nova Sala de Coleta, com capacidade para atender até 700 pacientes por dia, o novo Banco de Leite Humano no HC Criança, com instalações mais modernas e adequadas, e o Espaço de Acolhimento TEA acompanhado da Brinquedoteca, destinados a promover conforto e regulação sensorial para crianças com Transtorno do Espectro Autista. Na área ambiental, o HCFMRP-USP reforçou seu compromisso com a sustentabilidade por meio de diferentes iniciativas. O reaproveitamento do SMS cirúrgico permitiu a produção de mais de 12.700 peças, como aventais, bolsas e outros utilitários. Totens para arrecadação de lacres e tampinhas foram instalados em áreas estratégicas, resultando na coleta de quase uma tonelada de lacres e mais de três toneladas de tampinhas, posteriormente destinados a entidades sociais. O Projeto de Compostagem converteu cerca de 11 toneladas de resíduos orgânicos em quase uma tonelada de adubo, reduzindo significativamente o volume destinado ao aterro sanitário. Destacamos a obtenção de recursos do quarto ciclo do Programa de Eficiência Energética, junto à CPFL, com instalação de luminárias eficientes e renovação de sistemas de ar-condicionado. Encontra-se em andamento o projeto para implementação de uma usina fotovoltaica, com potência de 1,3 MWp, a ser instalada no estacionamento 3, com 2.250 painéis solares, transformando o local em uma fonte de energia limpa para o Hospital. A estrutura, com conclusão prevista para 2026, proporcionará o benefício adicional de sombra e proteção aos veículos estacionados. Destacamos o importante reconhecimento ao Prof. Dr. Ricardo de Carvalho Cavalli, ao Superintendente do HCFMRP-USP agraciado com a Medalha de Honra e Mérito da Gestão Pública “Walter Leser”, concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, em virtude da excelência da gestão e da contribuição para o fortalecimento do SUS. Os resultados consolidados de 2025 evidenciam a evolução contínua dos processos gerenciais, assistenciais e operacionais do HCFMRP-USP. A instituição reafirma seu compromisso com a melhoria contínua, com a gestão responsável dos recursos públicos e com a oferta de cuidados de excelência à população, fortalecendo seu papel como centro de referência terciária em saúde, ensino, pesquisa e inovação.

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE – HEMOCENTRO DE SÃO PAULO: Principais atividades realizadas no âmbito da Fundação Pró-Sangue: A Secretaria de Estado da Saúde é responsável pela formulação e coordenação da política estadual de saúde, contando, para tanto, com órgãos de apoio responsáveis pela execução de ações estratégicas. Nesse contexto, a Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo integra a estrutura de apoio da saúde estadual, com atuação especializada. A Fundação Pró-Sangue é referência nas áreas de medicina transfusional e terapia celular, reconhecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Centro Colaborador do Programa de Avaliação Externa de Desempenho em Sorologia para laboratórios da América Latina e Caribe. É também reconhecida pelo Ministério da Saúde como Sítio Testador do NAT (Teste de Ácido Nucleico) para detecção de HIV, HCV, HBV e malária. O modelo de gestão adotado é baseado no Sistema de Gestão da Qualidade, com certificação nos padrões da ABNT NBR ISO 9001:2015 e acreditação pela American Association of Blood Banks (AABB). Os processos são monitorados por indicadores estratégicos de



qualidade, desempenho e produção, orientando a tomada de decisões e o cumprimento das metas institucionais voltadas à segurança transfusional e à excelência dos serviços prestados. A rede assistencial da Fundação é composta por cinco postos fixos de coleta de sangue, um serviço hemoterápico produtor, responsável pelo processamento, qualificação, armazenamento e distribuição do sangue para a rede pública da Grande São Paulo, além de oito agências transfusionais, localizadas no Complexo Hospitalar das Clínicas e em outros hospitais da rede estadual. No campo do ensino e capacitação, a Fundação Pró-Sangue promove a formação e o treinamento contínuo de profissionais internos e externos nas áreas de hemoterapia e terapia celular. Atua ainda na formação científica de recursos humanos, com participação de mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos, estagiários e alunos de cursos de extensão. Entre janeiro e outubro de 2025, foram ministradas 34.436 horas de disseminação de conhecimento, abrangendo alunos da Faculdade de Medicina da USP, da Escola de Enfermagem da USP, profissionais de hospitais clientes, além de participantes de eventos científicos nacionais e internacionais. A Instituição mantém também o Programa de Aprimoramento Médico em Hemoterapia, com duração de 12 meses, voltado a médicos especialistas em Hematologia. Em 2025, o programa contou com um aprimorando, com conclusão prevista para fevereiro de 2026. Ao longo do exercício, foram desenvolvidas ações de disseminação técnica por meio dos canais institucionais Pró-Sangue Conecta, Pró-Sangue Book e Lives da Pró, além da realização de cursos de reciclagem destinados aos hospitais clientes. Dentre as iniciativas institucionais, destacam-se: Projeto Dandara, com a entrega dos cartões Fenotcard, que reúnem informações genéticas de pacientes com anemia falciforme, contribuindo para a redução de reações hemolíticas pós-transfusionais; 1ª Jornada do Cliente, realizada em setembro, voltada ao fortalecimento da parceria com hospitais abastecidos e à qualificação da segurança transfusional; Projeto Bem-Me-Quer, voltado à redução do risco da Doença Hemolítica do Feto e do Recém-Nascido (DHFR), por meio da identificação de mulheres com anticorpos irregulares e orientação clínica preventiva. A Fundação mantém, de forma contínua, o monitoramento do consumo de hemocomponentes, aplicando protocolos de uso racional do sangue e mecanismos de controle da média de fornecimento aos hospitais atendidos. Na área de pesquisa, entre janeiro e outubro de 2025, foram realizadas 23 publicações científicas em periódicos nacionais e internacionais, voltadas ao aprimoramento da segurança transfusional e da qualidade dos hemocomponentes. Produção e Assistência Hemoterápica: Janeiro a outubro de 2025: Candidatos à doação: 110.355, Sangue total coletado: 87.745, Hemocomponentes produzidos: 180.317, Hemocomponentes modificados: 56.298, Coletas automatizadas de plaquetas: 8.273, Hemocomponentes distribuídos: 180.204, Qualificação do Sangue e Hemocomponentes: Exames sorológicos: 756.157, Exames NAT: 308.785, Exames imuno-hematológicos: 646.061, Exames de hemoglobina S: 43.424, Controle microbiológico: 13.776, Total de exames realizados: 1.768.203, Atendimento das Agências Transfusionais: Requisições de transfusão recebidas: 83.903, Hemocomponentes dispensados: 67.523, *Investimentos*: No período de janeiro a outubro de 2025, foram adquiridos 62 equipamentos técnicos e de informática, com recursos do Tesouro e recursos próprios. A Instituição também recebeu R\$ 500.000,00 em emenda parlamentar estadual e R\$ 810.754,48 em repasse do Ministério da Saúde, destinados à aquisição de equipamentos. No campo da governança, a Fundação Pró-Sangue reforçou práticas de integridade, ética institucional e fortalecimento da Política de Proteção de Dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). *HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA – FAMEMA*: Principais atividades realizadas no âmbito da FAMEMA: O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília (HCFAMEMA) é uma autarquia de saúde do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP). Atua como referência em média e alta complexidade para



os 62 municípios do Departamento Regional de Saúde de Marília (DRS-IX), atendendo uma população estimada em 1,2 milhão de habitantes. A instituição vive um processo consistente de expansão, modernização e fortalecimento institucional. Investimentos em equipamentos de alta complexidade, modernização da infraestrutura, adoção de práticas modernas de gestão, diversificação das fontes de financiamento e ampliação do quadro de pessoal elevaram o padrão assistencial e consolidaram o HCFAMEMA como referência regional no SUS. O apoio da SES-SP tem sido fundamental para a sustentabilidade desses avanços. Orçamento (R\$)

Elemento	Inicial	Final
Pessoal e Encargos	65.452.011,00	50.705.236,00
Custeio	70.706.216,00	101.439.219,00
Investimento	31.310.381,00	19.645.507,00
Total	167.468.608,00	171.789.962,00

Produção Assistencial: Consultas ambulatoriais: 168.372, Atendimentos de urgência e emergência: 51.493, Internações: 12.023, Internações domiciliares: 44, Cirurgias ambulatoriais: 1.939, Cirurgias hospitalares: 4.953, Partos: 1.159, Procedimentos diagnósticos ambulatoriais: 1.071.433, Procedimentos diagnósticos em pacientes internados: 283.506, Doadores de órgãos: 20 | Órgãos captados: 63 | Córneas captadas: 101, Destaca-se o aumento do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), no âmbito da Tabela SUS Paulista. O valor evoluiu de R\$ 10.161.541,92 para R\$ 12.143.978,30 após a assinatura do novo Plano Operativo, representando acréscimo de R\$ 1.982.436,38 (19,51%). As reuniões de contratualização passaram a ocorrer mensalmente, com foco no monitoramento da produção, faturamento e análise do cumprimento das metas pactuadas.

Investimentos em Equipamentos: Em 2025, foram investidos aproximadamente R\$ 5,8 milhões na aquisição e modernização de equipamentos, com destaque para: Equipamentos para diagnóstico histopatológico (criostato, histocore e micróto); Renovação do equipamento de angiografia/hemodinâmica; Ampliação da capacidade cirúrgica e diagnóstica (anestesia, focos cirúrgicos, radiografia portátil, ultrassom, endoscopia e videoendoscopia); Reforço da estrutura assistencial (monitores multiparamétricos, cardiografos, eletrocardiografos, desfibriladores e sistemas de aquecimento); Renovação de mobiliário hospitalar, equipamentos de informática e climatização; Modernização da cozinha hospitalar, garantindo maior capacidade produtiva, segurança alimentar e qualidade nutricional.

Obras e Reformas: Projetos em execução: Novo Hospital Materno Infantil (contrato prorrogado até dezembro de 2026); Novo refeitório de funcionários (concluído em setembro); Hemocentro (adequações e AVCB); Ampliação do Centro de Oncologia Infantil; Reforma parcial do prédio ambulatorial (adequação para AVCB).

Obras programadas (dez/2025 – início de 2026): Setor de Manutenção e Transporte; Área de Descanso Médico (DASAC); Núcleo de Gestão Assistencial (NGA); Reforma da cozinha; Ampliação da Radioterapia; Intervenções estruturais no Hospital Clínico-Cirúrgico.

Credenciamentos, Habilitações e Certificações: Em 2025, o HCFAMEMA obteve novas habilitações junto ao Ministério da Saúde: Centro de Atendimento de Urgência Tipo II – AVC; Hospital de Referência para Gestação e Puerpério de Alto Risco; Programa Mais Acesso a Especialistas. Foram renovadas as habilitações de Banco de Tecido Ocular Humano e Retirada de Órgãos e Tecidos. O Hospital Materno Infantil manteve a certificação de Hospital Amigo da Criança. O Hemocentro destacou-se em avaliações externas de qualidade, mantendo 100% de aprovação em imuno-hematologia, obtendo certificações da SBPC/Controllab, ABHH e recertificação na ABNT NBR ISO 9001:2015.

Programas e Projetos: Em 2025, o HCFAMEMA concluiu a Fase 2 do Projeto Lean – Transformação nos Hospitais, iniciado em



setembro de 2024 no âmbito do PROADI-SUS, com apoio do Hospital Sírio-Libanês. O projeto teve como objetivos a redução da superlotação, a otimização dos fluxos assistenciais, o aumento da eficiência cirúrgica e o fortalecimento da gestão hospitalar. Ao longo de 10 meses, foram realizadas visitas técnicas, capacitações, diagnósticos institucionais e mapeamento de processos, com aplicação de metodologias de melhoria contínua. O Time GAPH, composto por gestores das áreas assistenciais e estratégicas, conduziu a implementação das ações no Centro Cirúrgico e nas Unidades de Internação, com monitoramento sistemático de indicadores. Foram elaborados 397 planos de ação, com taxa de conclusão de 83,63%. Os resultados evidenciaram ganhos significativos de eficiência: redução do intervalo de substituição de leitos (de 1,05 para 0,9 dia), diminuição do tempo entre alta médica e hospitalar (de 184 para 129 minutos), redução de 71% no atraso da primeira cirurgia e aumento da Eficiência Global do Centro Cirúrgico de 15% para 39%. Destaca-se, ainda, a melhoria na organização e padronização dos ambientes, com evolução das conformidades do 5S (Ala B de 28% para 88% e Centro Cirúrgico de 76% para 100%). O projeto consolidou práticas voltadas à gestão eficiente de leitos, segurança do paciente e uso racional dos recursos. Em abril, o HCFAMEMA recebeu doação da Iniciativa Angels, da empresa Boehringer Ingelheim do Brasil, com foco na qualificação da assistência ao Acidente Vascular Cerebral (AVC), visando atendimento mais rápido e redução de sequelas. No segundo semestre de 2025, a UTI A do HCFAMEMA passou a integrar o Projeto Tele UTI, desenvolvido pela USP em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde. A iniciativa prevê discussões diárias on-line de casos clínicos com unidade de referência em São Paulo, com duração estimada de um ano. No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia do SUS (PER-SUS), foi concluída a instalação e o comissionamento do novo acelerador linear, incluindo o treinamento da equipe técnica e a obtenção das autorizações necessárias para operação. Com a validação do Ministério da Saúde, a instituição ampliou a oferta de atendimentos à população. Ainda em 2025, por meio do PRONON, foram captados recursos no valor de R\$ 6.980.000,00 para o projeto “Inovação Tecnológica na Radioterapia”, destinado à aquisição de upgrade do acelerador linear e de sistemas de simulação e controle de qualidade, em conformidade com a legislação vigente. *Ensino, Pesquisa e Extensão:* Em 2025, o HCFAMEMA reafirmou seu papel como hospital de ensino, pesquisa e extensão, atuando como campo de prática para estudantes de graduação e pós-graduação da FAMEMA e de outras instituições da região. O Serviço de Educação em Saúde assumiu a coordenação do recebimento de estagiários, visitantes técnicos e voluntários, destacando-se o acolhimento de três intercambistas estrangeiros de medicina, oriundos da Islândia, por meio de parceria entre FAMEMA, HCFAMEMA e IFMSA. Foram desenvolvidas ações integradas com colaboradores e estudantes, incluindo programas de humanização, projetos de extensão, treinamentos técnicos e capacitações assistenciais. Destacam-se, ainda, a implementação de dois projetos educacionais em parceria com o Centro de Oncologia — “Educação Continuada em Saúde” e “Tumor Board” — voltados à formação profissional e à discussão multidisciplinar de casos. As atividades da Comissão de Humanização foram retomadas, culminando na realização do 1º Encontro de Humanização do HCFAMEMA, em 28 de novembro, fortalecendo a articulação com a SES-SP e o DRS-IX. A Equipe de Desenvolvimento Docente da FAMEMA, em parceria com o Serviço de Educação em Saúde, iniciou a formação de preceptores dos cursos de medicina, enfermagem e programas de residência, reforçando a qualificação do processo ensino-aprendizagem. Em novembro, foi realizado o 1º Hackathon Inovasaúde, iniciativa conjunta da FAMEMA, HCFAMEMA e parceiros institucionais, com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras e tecnológicas para desafios reais da gestão e da assistência em saúde, promovendo a integração entre as áreas de saúde e tecnologia. *Planejamento e Gestão:* Diante da escassez de anestesiológicos interessados na modalidade de contratação vigente, o HCFAMEMA adotou a contratação terceirizada de serviços de anestesiologia, ampliando



a capacidade cirúrgica e a resolutividade assistencial. Na área de recursos humanos, foram autorizados processos seletivos simplificados para contratação emergencial de profissionais, bem como a realização do primeiro concurso público da instituição, iniciando a constituição do quadro efetivo de servidores. Em 22 de agosto de 2025, foi publicado o Decreto nº 69.816, que aprovou a nova estrutura organizacional do HCFAMEMA, bem como o quadro de cargos em comissão e funções de confiança. *COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE – CPS:* Principais atividades realizadas no âmbito da CPS. *Planejamento de Saúde – Síntese das Atividades (2025):* Em 2025, o Grupo de Planejamento de Saúde (GPS) coordenou a elaboração dos principais instrumentos de planejamento e prestação de contas do SUS/SP, conforme a Lei Complementar nº 141/2012. As atividades incluíram: Programação Anual de Saúde (PAS 2026), Relatório Anual de Gestão (RAG 2024) e Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA), além do atendimento a demandas do Conselho Estadual de Saúde (CES), ALESP, TCESP e Ministério da Saúde. *Relatório Anual de Gestão (RAG) 2024:* Elaborado e enviado ao CES, ALESP e TCESP em março/2025. Das 123 metas da PAS 2024, 104 (85%) foram atingidas ou parcialmente atingidas, e 19 (15%) não foram alcançadas. Aguardando publicação do Parecer Conclusivo do CES. *Programação Anual de Saúde (PAS) 2026:* Elaborada e entregue ao CES em março/2025, com atualizações enviadas em outubro. Técnicos participaram de reuniões com o CES para esclarecimentos. Aguardando parecer conclusivo do Conselho. *Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA):* Monitoramento da PAS 2024 e 2025 com entrega dos RDQA ao CES, ALESP e TCESP nos prazos legais. Relatórios utilizados nas audiências públicas dos quadrimestres de 2024 e 2025. Aguardando agendamento para apresentação do 2º RDQA/2025 na ALESP. *Apoio aos Municípios – DIGISUS:* Suporte a DRS e municípios no uso do sistema. Inserção dos instrumentos estaduais referentes a 2024-2027 (PES, PAS e RDQA) e do RAG 2024. *Monitoramento do PPA 2024-2027:* Realizado o 1º ciclo de monitoramento e revisão anual do PPA. Atividades envolveram: fechamento das ações de 2024; apoio aos gerentes de Programas e Produtos no SIMPPA; revisão das metas e indicadores para 2026-2027. *GT de Monitoramento e Avaliação:* Criado pelo Resolução nº 215/2024. Composto por representantes de todas as coordenadorias da SES. Seis reuniões realizadas para definição de metodologia e acompanhamento. *Projeto PROADI – Fortalece SES:* Adesão ao projeto nacional de fortalecimento da gestão estadual do SUS. Realização de 4 oficinas temáticas em 2025 e dois cursos de formação voltados ao planejamento, monitoramento e governança regional. *Projeto OPAS – Apoio Técnico ao GPS:* Contratação de três consultoras pela OPAS para aprimorar análises dos vazios assistenciais em cardiologia, saúde mental e oncologia nas RRAS. Nove reuniões realizadas; definido o conjunto de indicadores de cardiologia. Próxima etapa: análise por RRAS e uso dos resultados no PDR e na construção do Plano Estadual de Saúde 2028-2031. *Informação de Saúde:* O Grupo de Informação de Saúde (GIS/CPS) atua na disponibilização e qualificação de informações provenientes de bases oficiais do SUS — mortalidade, nascidos vivos, produção assistencial, SCNES, dados populacionais, entre outras. O objetivo é aprimorar análises, fortalecer a divulgação de informações e promover a integração de bases quando possível. Além de atender às demandas internas da SES, o GIS disponibiliza dados oficiais no site da Secretaria por meio da ferramenta TabNet e responde solicitações externas via SIC, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Delegacias e outros órgãos. Observou-se aumento significativo nas consultas relacionadas à busca de pacientes atendidos no SUS (346 em 2024 e 699 em 2025), muitas delas referentes a pessoas desaparecidas. O grupo também elabora indicadores e apoia projetos estratégicos, destacando-se a Matriz de Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo, que reúne dados demográficos, socioeconômicos, de condições de saúde e rede de serviços, com detalhamento municipal e consolidações regionais. Participa de comitês e grupos estaduais, como o CEVMMIF e o Grupo Condutor da Rede Materna Infantil, além



de oferecer suporte técnico ao TabWin e TabNet, incluindo cursos de capacitação. Integra igualmente o CDESP, contribuindo para a governança de dados do Estado. *Saúde da Pessoa com Deficiência: Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência (RCPD)*: Em 2025, foram realizadas ações de continuidade da organização da RCPD, incluindo: Publicação da nova composição do Grupo Condutor Estadual (Deliberação CIB 106/2025) e reuniões mensais. Avaliação de projetos de habilitação de CER e Oficinas Ortopédicas, elaboração de roteiros orientadores e realização de visitas técnicas. Atualização da relação de serviços elegíveis para habilitação e custeio. Apoio técnico para cadastramento de propostas no InvestSUS. Apresentações da RCPD em conselhos estaduais e apoio à elaboração do diagnóstico situacional da RCPD, em parceria com consultora da OPAS. Atualmente, o estado possui 69 CER habilitados e 7 Oficinas Ortopédicas. *Rede Estadual de Reabilitação Lucy Montoro*: Inauguração da Unidade de Presidente Prudente (junho/2025), com atendimento nas modalidades auditiva, física e visual. Visitas técnicas a unidades da Rede e participação nas avaliações periódicas de desempenho. Capacitação da equipe de Presidente Prudente para implantação das agendas reguladas pela CROSS. *Outras atividades da Área Técnica*: Atuação no Projeto FAPESP-HC-USP/REOUVIR sobre padronização dos serviços de reabilitação auditiva. Participação na Linha de Cuidado do AVC (Resolução SS nº 72/2024). Implantação do Programa São Paulo São Libras em unidades de saúde estaduais. Parceria com o HCFMUSP no Programa de Residência Multiprofissional. Suporte ao uso da ferramenta estadual de OPM, com melhorias no módulo de consultas. Análise e anuência de projetos do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência -PRONAS/PCD (9 projetos avaliados). Análise de 12 Projetos de Lei relacionados à área. *Área Técnica da Saúde da População Negra* Principais ações desenvolvidas: Manutenção dos vídeos educativos sobre saúde da população negra na plataforma EAD-SES. Participação em comitês e conselhos, incluindo o CEVMMIF e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Atuação em reuniões e agendas com o Ministério da Saúde, DRS, áreas técnicas da SES e instituições acadêmicas. Visita à Universidade Zumbi dos Palmares para discutir curso de Enfermagem voltado à formação de profissionais negros. Apoio ao projeto de implantação da PNSIPN em municípios, como Jundiaí. Participação na organização da 5ª Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (2025). Elaboração do projeto para a 1ª Oficina Regional de Fortalecimento da PNSIPN no DRS I. Participação em seminários nacionais e eventos sobre interseccionalidade, saúde coletiva e equidade em oncologia. Participação no GT Estadual de Equidade no SUS. Análise de 2 Projetos de Lei relacionados à saúde da população negra. *Área Técnica da Saúde da População Indígena*: A Área Técnica atuou em diferentes instâncias de defesa e organização da atenção à saúde indígena no Estado de São Paulo, com destaque para: Participação em inquéritos e procedimentos do Ministério Público Federal referentes à garantia de direitos e ao acesso à saúde de indígenas imigrantes (Aymará, Quéchua e Guarani) e da população indígena urbana do Grande ABCDMRR. Participação na 9ª Reunião Ordinária do CONSIDI Litoral Sul, com definição das diretrizes do Plano de Trabalho 2025 e revisão das prioridades do PDSI. Atuação como representante da SES no Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas da Secretaria da Justiça e Cidadania. Reuniões com a Área Técnica de Saúde Mental da SES e a FUNAI para discussão de temas relacionados à saúde mental e uso de substâncias. Reunião com o DRS 1 sobre o fluxo de atendimento de gestantes indígenas da região do Jaraguá, com pactuação em andamento para atendimento no Hospital de Taipas. Análise de 2 Projetos de Lei sobre saúde indígena. *Saúde da Pessoa Privada de Liberdade*: Atenção Primária à Saúde nas Unidades Prisionais – Deliberação CIB 62/2012: Em 2025, 59 municípios aderiram à deliberação, cobrindo 59% dos municípios sede de unidades prisionais, com 107 pactuações para 92 unidades e 100 equipes mínimas + 38 médicos. O incentivo financeiro repassado aos municípios totalizou R\$ 38,7 milhões/ano. A implantação do e-



SUS avança para sua 3ª fase: 123 unidades prisionais já operam com prontuário eletrônico. Publicada a Portaria GM/MS nº 9.082/2025, credenciando as EAPP para recebimento de recursos federais. A SAP implantou centralizador de dados, integrando até o momento 58 unidades de 37 municípios, permitindo relatórios assistenciais e epidemiológicos unificados. *Programa Mais Médicos para o Brasil – PMMB*: Das 9 vagas destinadas às unidades vinculadas à SES, apenas 2 foram preenchidas (Mirandópolis I e Itirapina II). Foi autorizado o empréstimo temporário de médico entre unidades de Itirapina. As demais vagas permanecem abertas para o próximo ciclo. *Telemedicina para a População Privada de Liberdade*: Projeto TELESAP expandido para 68 unidades, totalizando 43.842 teleatendimentos entre 11/06/2024 e 27/11/2025, com 88,3% de resolutividade, 97% de ocupação das agendas e NPS 97. AME+ Digital oferta 11 especialidades com 82,1% de ocupação média; destaque para psiquiatria, ortopedia e cardiologia. Estimativa de economia em transporte: R\$ 27,1 milhões. Proposta em análise para realização de exames (Raio-X) in loco com equipamentos portáteis, estimando 1.000 exames/mês. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei – PNAISARI*: Em 2025, houve 9 novas adesões, totalizando 17 municípios habilitados, com potencial de expansão. Intensificação de reuniões e articulação entre MS, SES, Fundação Casa, COSEMS/SP, Ministério Público, gestores municipais e profissionais da rede socioeducativa para aprimorar a implementação da política. *Coordenação Estadual do Programa Nacional de Triagem Neonatal*: O Estado de São Paulo executa a Fase I do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), conforme Portarias nº 2.829/2012 e nº 822/2001 do Ministério da Saúde, realizando o rastreamento, diagnóstico precoce e encaminhamento para tratamento especializado de seis doenças: Hipotireoidismo Congênito, Fenilcetonúria, Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência de Biotinidase e Fibrose Cística. O Estado conta com três Serviços de Referência em Triagem Neonatal (SRTN) habilitados pelo MS — Instituto Jô Clemente (APAE-SP), CIPOI/UNICAMP e FAEPA/Ribeirão Preto — que somam 1.764 postos de coleta distribuídos em maternidades e serviços da atenção básica. *Monitoramento dos Indicadores do PNTN*: Foi elaborado o relatório anual referente a 2024, consolidando dados dos três SRTN. São monitorados 20 indicadores relacionados à cobertura, tempo de diagnóstico, incidência das doenças e seguimento dos pacientes, subsidiando decisões e políticas públicas. *Cobertura Estadual (2024)*: Nascidos vivos: 472.227; Recém-nascidos triados: 412.329; Cobertura: 87%. *Coleta do teste do pezinho até o 5º dia de vida (2024)*: RN triados: 412.329; Coleta até o 5º dia: 375.385 (91%); Coleta até o 8º dia: 97%. *Dados preliminares de 2025 (jan–nov)*: RN triados: 390.234; Coleta até o 5º dia: 353.018 (90,46%); Realizado o monitoramento da série histórica (2014–2024). *Doença Falciforme (DF)*: Com incidência de 4,4 casos por 10 mil nascidos vivos em SP, foram desenvolvidas diversas ações, entre elas: Monitoramento da realização do Doppler Transcraniano. Atualização do Sistema Web Hemoglobinopatias. Implementação da notificação compulsória (Portaria nº 2.010/2023). Reuniões com vigilância epidemiológica e capacitações regionais para notificação no e-SUS/Sinan. Revisão de Nota Técnica estadual de orientação. Acompanhamento da farmacovigilância da hidroxireia. Monitoramento da distribuição de fenoximetilpenicilina para crianças de 0 a 5 anos. *Programa de Triagem Neonatal Ocular*: Conforme Resolução SS nº 19/2016, abrange catarata congênita, glaucoma congênito, retinoblastoma e retinopatia da prematuridade. Houve redução das faltas às consultas para reteste e acompanhamento. O próximo passo é aprimorar o cálculo dos indicadores com dados da CROSS. *Implantação da Triagem da Toxoplasmose Congênita*: Em atendimento à Lei Federal nº 14.154/2021, que amplia o teste do pezinho, o Estado encaminha a implantação da triagem da toxoplasmose congênita na Fase I, aguardando a finalização da aquisição, pela CAF, de medicamentos adequados à faixa etária pediátrica. A dosagem fornecida pelo MS não atende às necessidades do Estado. O município de São Paulo já iniciou a triagem, pelo



SRTN do Instituto Jô Clemente. *Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara*: O Estado mantém a implantação contínua da Rede Integrada de Assistência às Pessoas com Doenças Raras, conforme Portaria GM/MS nº 199/2014 e diretrizes do PES 2023–2026. Centros habilitados no Estado: Ambulatório de Especialidades da FUABC; Hospital das Clínicas da UNICAMP; HCFMRP-USP; Hospital de Base de São José do Rio Preto. Foram acompanhados os procedimentos de avaliação clínica para diagnóstico de doenças raras genéticas no período de janeiro a novembro de 2024, segundo dados do SIA. Segue o texto corrigido e resumido, mantendo a estrutura da tabela e a clareza das informações. *Procedimento de Avaliação Clínica para Diagnóstico de Doenças Raras Genéticas – SRDR/SP – 2024*: O Estado de São Paulo realizou, em 2024, 6.685 atendimentos relacionados ao diagnóstico clínico de doenças raras genéticas nos serviços habilitados pelo Ministério da Saúde. As avaliações abrangeram os quatro eixos previstos na Política Nacional: Anomalias congênitas; Deficiência intelectual; Erros Inatos do Metabolismo; Aconselhamento genético. A seguir, a síntese dos atendimentos e valores aprovados:

DRS	Serviço de Referência Habilitado no MS	Eixo I – Anomalias Congênitas	Eixo I – Deficiência Intelectual	Eixo I – Erros Inatos do Metabolismo	Aconselhamento Genético	Total de Atendimentos	Valor Total Aprovado
DRS 15	Hospital de Base de São José do Rio Preto	1.097	220	179	644	2.140	R\$ 1.225.400,00
DRS 7	Hospital das Clínicas da UNICAMP – Campinas	1.522	609	153	48	2.332	R\$ 1.801.400,00
DRS 13	Hospital das Clínicas FAEPA – Ribeirão Preto	544	108	99	555	1.306	R\$ 636.500,00
DRS 1	Ambulatório de Especialidades da FUABC	406	28	6	467	907	R\$ 397.500,00
Total	—	3.569	965	437	1.714	6.685	R\$ 4.060.800,00

Fonte: BDADOS/SIA MS – GTAS III TND R – SESSP.

Implantação dos Serviços de Referência em Doenças Raras: Assessoria ao processo de credenciamento do HC-FMUSP como Centro de Referência em Doenças Raras, com habilitação nos Eixos I (genéticas) e II (não genéticas). O levantamento de custos e impacto financeiro foi concluído, reforçando sua importância estratégica para os 35 municípios do DRS I. A habilitação do HC-FMUSP (CNES 2078015) foi aprovada pelo MS, com impacto financeiro estimado em R\$ 18.275.860,00/ano (procedimentos FAEC + incentivos de equipe). A publicação no DOU está pendente. Novos processos de credenciamento iniciados em 2025: Hospital das Clínicas da FM de Botucatu; Hospital Universitário de Marília – ABHU/UNIMAR. *Implantação dos Polos de Terapia Gênica*: Conforme critérios da Portaria SAES/MS nº 3.080/2025 e pactuação na Deliberação CIB nº 107/2025, foram credenciados como Polos de Terapia Gênica: Hospital de Base de São José do Rio Preto – habilitado pela Portaria SAES/MS nº 3.437/2025; Hospital de Clínicas da UNICAMP – habilitado pela Portaria SAES/MS nº 3.353/2025; Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto – USP – processo em adequação no SAIPS para inclusão do código 35.16 (Terapia Gênica). *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas*: Foram acompanhadas atualizações e implantação dos seguintes PCDTs: Acromegalia (Portaria nº 23/2025); Anemia Hemolítica Autoimune (Portaria nº 7/2025); Atrofia Muscular Espinhal 5q tipos I e II (Portaria nº 03/2025). Atividades realizadas: Monitoramento do uso de nusinersena e suporte à regulação e dispensação (CEAF). Respostas às consultas públicas da CONITEC (12 medicamentos/2024). Apoio técnico a processos judiciais envolvendo medicamentos de alto custo (21 processos/2024). Colaboração na construção do Protocolo de Terapia Gênica para AME. *Atividades Científicas e Grupos de Trabalho*: Projeto FAPESP – Políticas Públicas (2024–2028):



Participação no projeto “SOMOS RAROS, mas SOMOS MUITOS”, voltado ao desenvolvimento de plataforma de diagnóstico genético e orientação via telemedicina. Apoio à formação em Aconselhamento Genético e elaboração da proposta de Residência Multiprofissional. Reuniões com COREMU para avaliação dos programas de residência da área. *Projeto PDIL – Testes Genéticos em Alta Escala*: Colaboração com HCFMUSP e Mendelics para execução de 2.000 testes de exoma destinados ao SUS. Atuação no desenvolvimento do fluxo estadual de solicitação, coleta e transporte de amostras. Participação em: Conselho Consultivo do CIGEN – FMUSP; Câmara Técnica Assessora de Doenças Raras – MS/CONASS; Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SP; A Coordenadoria de Planejamento de Saúde (CPS) atuou como Secretaria Executiva da CIB, com atribuições como: Organização das reuniões, elaboração de atas, pautas e deliberações. Apoio administrativo ao Plenário, Câmara Técnica e grupos de trabalho. Gestão de correspondências, cronograma anual e documentos técnicos. Em 2025, a SE/CIB publicou mais de 150 Deliberações, abrangendo: Projetos de investimento; Adequações de planos de ação; Políticas de saúde; Remanejamento de recursos MAC: Emendas parlamentares; Habilitações e credenciamentos de serviços; Também manteve o Canal CIB – SUS/SP no YouTube, garantindo transparência e acesso dos DRS e municípios. *Reuniões da CT e CIB – 2025*: Em 2025 foram realizadas 24 reuniões, sendo 12 da Câmara Técnica (CT) e 12 do Pleno da CIB, conforme calendário estabelecido. As reuniões ocorreram presencialmente, com transmissão online pelo canal CIB – SUS/SP no YouTube. A CPS também atuou na interlocução interfederativa, participando das Assembleias mensais do CONASS, acompanhando pactuações da CIT e articulando a representação das áreas técnicas da SES. *Atividades do Gabinete da Coordenadoria (CPS)*: Principais ações de assessoria ao Gabinete do Secretário: Emissão de pareceres técnicos para Projetos de Lei da ALESP. Interlocução com o Ministério da Saúde sobre repasses financeiros, habilitações e negociações para ampliação de recursos ao SUS/SP. Monitoramento de portarias federais e análises de impacto financeiro. Participação em grupos de trabalho para implementação de políticas nacionais e monitoramento de resultados. Pareceres técnicos para demandas judiciais. Apoio à comunicação institucional na interação com imprensa. Atendimento de solicitações via SEI, SIC, Delegacias, MP, Judiciário e demais órgãos. Respostas a demandas do TCE/SP (SISCOE), Secretaria da Fazenda, Corregedoria e participação na CADA. Participação em Conselhos e Comissões (Fundação Oswaldo Ramos, OSS, Fundação Adib Jatene). Inserção mensal de dados no SISMAC, garantindo repasses de MAC ao Estado e municípios. Participação no grupo bipartite de análise de pleitos de recomposição de teto MAC e acompanhamento da estratégia de redução de filas (PT 90). Apoio à CGOF em análises de impacto financeiro e tabelas SUS. *Regionalização da Saúde – 2025*: A CPS integrou o Grupo Condutor da Regionalização, consolidando a nova abordagem por Áreas Temáticas, substituindo o modelo anterior. Destaques: Realização da 3ª Oficina Estadual de Regionalização, com foco nos fluxos assistenciais e organização das Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS). Aprovação da Política Estadual de Regionalização (Deliberação CIB nº 41/2025). Participação no grupo bipartite responsável pelo Plano de Ação da Política. Atuação do Grupo Estadual de Apoiadores, com oficinas macrorregionais e apoio técnico às Regiões de Saúde e DRS. Principais atividades: Apoio técnico contínuo às regiões; Condução de oficinas; Análise de demandas prioritárias; Articulação interfederativa; Qualificação da gestão regional. *Programa Agora Tem Especialistas (PATE)*: Em 2025 houve transição do PMAE para o PATE, nova política nacional de acesso à atenção especializada. A CPS assumiu papel central na coordenação estadual. Atuações principais: Produção de materiais técnicos orientadores às Regiões de Saúde. Consolidação dos Planos de Ação Regionais (PAR) das 19 RRAS em um Plano de Ação Estadual. Pactuação do PAR das OCI de Ginecologia. Avaliação e encaminhamento de propostas do Componente Créditos Financeiros. Encaminhamento à CIB/SP de



propostas dos Componentes 6 e 8. Monitoramento das solicitações do Componente 8 – Modalidade III (carretas). O Programa Agora Tem Especialistas (PATE) está estruturado nos seguintes componentes: Ambulatorial, Cirúrgico, Radioterapia, Créditos Financeiros, Ressarcimento ao SUS, Provimento e Formação, SUS Digital, Prestação de Serviços Especializados (Modalidades I, II e III). A CPS assegurou o alinhamento entre diretrizes nacionais e necessidades regionais. *Outras atividades estratégicas:* Elaboração da Carta-Consulta e do Projeto ARAS, buscando financiamento do BID (US\$ 343 milhões) para custeio e investimentos. Monitoramento da produção de cirurgias eletivas no Estado. Consolidação e acompanhamento das portarias de emendas parlamentares. Acompanhamento da liberação de recursos federais MAC (Portaria GM/MS nº 6.916/2025). *COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE – CRS:* Rol das atividades realizadas no âmbito da CRS, pelos Grupos Técnicos. *Ações relacionadas ao Sistema Estadual de Transplantes / Central de Transplantes:* Em 2025 (até novembro), foram realizados: 1.504 transplantes renais com doador falecido, 365 com doador vivo; 544 transplantes de fígado com doador falecido e 82 com doador vivo; 140 transplantes de coração; 15 de pâncreas; 57 de rim/pâncreas; 46 de pulmão e 5.387 transplantes de córnea. *Ampliação da oferta de procedimentos aos usuários do SUS:* Foram implementadas iniciativas voltadas à ampliação da oferta de ações e serviços de saúde, com foco na redução do tempo de espera, melhoria da qualidade de vida dos usuários e diminuição das filas por procedimentos. *Oncologia:* Ampliação da oferta de procedimentos oncológicos por meio de aditamento de convênios, conforme Portarias GM/MS nº 1.516/2023 e nº 1.890/2023, com incorporação de recursos ao teto MAC para reestruturação da Rede de Atenção à Saúde, com foco no paciente oncológico. Ajuste e remanejamento de recursos em convênios com entidades filantrópicas, com ampliação do rol de procedimentos, conforme suplementação da Tabela SUS Paulista. Republicação dos protocolos de acesso aos serviços oncológicos (Deliberação CIB nº 137/2024) e de alta suspeição (Deliberação CIB nº 138/2024), visando reduzir o tempo entre suspeita, diagnóstico e início do tratamento. Readequação dos planos regionais de oncologia das RRAS 8, 13, 15 e 16; readequação do Plano Estadual de Oncologia e aprovação do plano da RRAS 18, disponibilizados no sítio eletrônico da SES. Aprovação do Plano de Expansão da Radioterapia, com 11 aceleradores lineares (9 substituições de equipamentos obsoletos e 2 para casamatas vazias), conforme Deliberação CIB nº 127/2025. Implementação do projeto ConeCta-SP, voltado à detecção precoce e prevenção dos cânceres de colo do útero e mama, com ampliação da cobertura de exames, redução de tempos de espera e monitoramento do percurso das usuárias no SUS. Estruturação da Oferta de Cuidados Integrados (OCI) Oncológica, com objetivo de realização dos procedimentos diagnósticos em até 30 dias, mediante registro em APAC com código específico. Divulgação dos protocolos de alta suspeição por meio de oficinas e palestras para DRS, gestores municipais, prestadores habilitados e profissionais da Atenção Básica. *Propostas para custeio e investimento (Painel BI):* Elaboração de painel de visualização de propostas de custeio e investimento para subsidiar parlamentares, gestores e a sociedade no acompanhamento da alocação de recursos em saúde. O painel reúne cerca de 6 mil propostas, totalizando aproximadamente R\$ 7 bilhões, contribuindo para maior transparência, racionalização e otimização dos investimentos. *Ações relacionadas ao Grupo de Planejamento e Avaliação (GPA): Estruturantes:* Mapeamento e redesenho de processos, com padronização de fluxos e documentação. Implementação e informatização do sistema de convênios e contratos, no contexto do fortalecimento da gestão estadual do SUS. Recuperação e atualização do SIPS – Sistema de Informação para Planejamento em Saúde, com validação de dados, retomada das cargas mensais e transferência de conhecimento à equipe técnica do GPA. Criação de repositório padronizado de arquivos para os DRS, incluindo, em fase piloto, a memória de cálculo das transferências do Teto MAC e documentos de apoio aos



estudos técnicos para pleitos de aumento de teto. O Grupo de Planejamento e Avaliação GPA atuou como instância de interface entre os Centros de Planejamento e Avaliação, o Centro de Credenciamento, Processamento e Monitoramento e os 17 DRS, conforme competências do Decreto nº 51.433/2006. *Assessoria técnica e pareceres técnicos:* Elaboração de manifestações técnicas sobre temas relacionados às ações e serviços de saúde, apoio técnico aos DRS na instrução de demandas assistenciais e financeiras e desenvolvimento de projetos assistenciais. *Credenciamento e habilitação de serviços de saúde:* Análise de solicitações conforme portarias ministeriais, instrução de processos para homologação na CIB, orientação aos DRS para registro no SAIPS e CNES e apoio técnico com checklists, cálculos de impacto financeiro e orientações normativas. *Convênios e contratos:* Avaliação técnica e emissão de pareceres para celebração e renovação de contratos e convênios com municípios e instituições de saúde. Gestão dos convênios de assistência SUS, incluindo termos aditivos e interface com a CGOF, além da análise de convênios de subvenção, como o Programa Mais Santas Casas. *Projetos assistenciais:* Em 2025, houve avanço na organização, padronização e qualificação dos processos relacionados aos Projetos Assistenciais, com revisão de fluxos internos, aprimoramento das informações enviadas pelos DRS, articulação com a FIPE e a CGCSS e consolidação de boas práticas. Destacam-se: análise técnica dos projetos, padronização de critérios e checklists, melhoria dos fluxos de devolutivas, fortalecimento da comunicação com os DRS e implementação de instrumentos de apoio técnico. *Monitoramento de prazos:* Monitoramento sistemático dos prazos de entrega, com organização semanal das pendências, atualização de planilhas internas e acionamento dos DRS em casos de atraso, garantindo a fluidez do cronograma estabelecido. *Monitoramento e avaliação das Redes de Atenção:* Realização de monitoramento e avaliação das redes de Alta Complexidade em Oncologia, Cardiologia, Neurologia, Ortopedia e Doença Renal Crônica (DRC), incluindo planos de linhas de cuidado, programas e projetos. Apoio técnico e orientação para monitoramento e avaliação das ações de alta complexidade, com análise de bases de dados do Ministério da Saúde e da SES, conforme normativas do SUS, e elaboração de relatórios técnicos sistematizados. Elaboração de estudos técnicos conforme parâmetros das portarias ministeriais. Elaboração de normativas e pactuação na CIB para definição de critérios técnicos de análise e emissão de pareceres. Apoio ao Grupo de Regulação na implantação e monitoramento do Portal SIRESP para regulação do acesso à Terapia Renal Substitutiva (TRS). Doença Renal Crônica (DRC). Recepção de dados de 16 dos 22 municípios participantes do Projeto de Vigilância Epidemiológica de Base Laboratorial da DRC. Capacitação de gestores regionais e municipais em DRC na Atenção Primária à Saúde (APS). Pactuação e execução do Projeto de Gestão da DRC na APS, em parceria com o Grupo de Atenção Básica, incluindo pilotos em Santo André e Piracicaba, produção de conteúdos formativos, treinamentos em 14 DRS e disponibilização de aulas em plataforma institucional. Realização de capacitação para Santas Casas sobre Diálise Peritoneal (DP). Elaboração e implantação do Projeto de Ampliação da Diálise Peritoneal, com piloto no Instituto Dante Pazzanese, expansão para hospitais estaduais e inclusão de unidades da SMS-SP. Padronização dos relatórios mensais de regulação de acesso à TRS, com uso para avaliação de necessidade de novos serviços e publicação dos resultados em periódico científico. Elaboração e implantação do SISTRS – Sistema de Informações em Terapia Renal Substitutiva, em parceria com o GIS, junto aos DRS e prestadores ambulatoriais. Elaboração e pactuação na CIB das recomendações para rastreamento da DRC na APS e das orientações para adesão aos sistemas SISTRS e Portal de Regulação da TRS. Elaboração, aprovação ética e início do estudo estadual de Vigilância Epidemiológica de Base Laboratorial da DRC. *Oncologia:* Apoio técnico à ampliação do acesso, agilização do diagnóstico e início do tratamento, com monitoramento das ações e instrução de expedientes para ampliação da oferta nas redes assistenciais. *Instrumentos de planejamento e*



diretrizes para implementação: Realização de reuniões semanais e quinzenais com equipes de CPA, CCPM e responsáveis por convênios dos 17 DRS, para orientação técnica sobre novas portarias do Ministério da Saúde, estratégias e políticas públicas da SES, incluindo mutirões, programas, emendas parlamentares e complementação do piso da enfermagem. *Participação em grupos técnicos:* Participação em grupos técnicos bipartites, conselhos e comitês (Redes/PPI, Arboviroses, RAU, Doenças Crônicas, RAPS, Conselho Estadual, Conselho LGBT, RCPD, Rede Lucy Montoro e Programa de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas), com atuação na análise técnica, pactuação e deliberação de pleitos relacionados ao teto financeiro, transferências de recursos, protocolos, monitoramento e avaliação. *Regionalização:* A regionalização permaneceu como prioridade estratégica em 2025, com a instituição da Política Estadual de Regionalização, voltada ao fortalecimento da governança macrorregional, direcionamento de recursos, integração dos sistemas de regulação e redefinição do perfil de oferta conforme necessidades regionais. Foram realizadas 14 oficinas macrorregionais para análise dos percursos assistenciais, identificação de gargalos e pactuação de planos de ação, com destaque para saúde mental, doenças cardiovasculares e oncologia. Mantiveram-se as estratégias de financiamento da Tabela SUS Paulista e do Incentivo à Gestão Municipal (IGM). *Emendas parlamentares e demandas,* Implantação de funcionalidade no sistema “Sem Papel Demandas” para agregação de emendas com mesmo objeto, preservando a identificação do parlamentar e permitindo a formalização de um único plano de trabalho e convênio. Manutenção do Cadastro de Propostas de Custeio e Investimento, preenchido por entidades, municípios e unidades da SES, com divulgação ao Legislativo e à sociedade. *Ações relacionadas ao Grupo Técnico de Atenção Básica e Ciclos de Vida - Atenção Básica:* Coordenação e acompanhamento dos Articuladores da Atenção Básica, com recomposição do quadro (18 profissionais), formação continuada e monitoramento por meio de reuniões e análise de indicadores. Monitoramento dos indicadores da Atenção Básica por meio de painéis de visualização de dados. Articulação estadual de políticas nacionais do SUS (provimento médico, Bolsa Família, Saúde na Escola, Saúde do Homem, Censo Nacional das UBS, eMulti). Apoio à efetivação de repasses financeiros aos municípios via IGMSUS Paulista. Coordenação da implantação do PROADI-SUS na CIR Lagos e acompanhamento do Programa Inova HC. Tele APS, com expansão para 60 municípios. Elaboração e execução de projetos estratégicos, incluindo Hipertensão e Diabetes na APS e organização da rede de cuidado às pessoas com TEA. *Saúde Bucal:* Implementação do Programa Sorria São Paulo, com publicação da Resolução SS nº 189/2025, contemplando 413 municípios. *Saúde da Pessoa Idosa:* Atuação intersetorial, participação em grupos técnicos e apoio à implantação do Selo Instituição Amiga do Idoso, incluindo auditorias, capacitações, webinários, palestras e participação em eventos científicos. *Saúde da Mulher:* Coordenação técnica, monitoramento de indicadores estratégicos, apoio à Rede Materno-Infantil (Rede Alyne), condução de grupos bipartites, apoio à implantação de protocolos, capacitações, visitas técnicas e articulação interinstitucional. Atuação em direitos reprodutivos, planejamento reprodutivo, assistência farmacêutica, implantação de tecnologias (HPV-DNA, implante subdérmico) e apoio a projetos de ensino, pesquisa e inovação. Elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento de processos administrativos e judiciais. *Saúde da Criança:* Elaboração de pareceres técnicos, participação em eventos, audiências públicas e grupos estratégicos. Atuação destacada em aleitamento materno, saúde materna e perinatal, vigilância da SRAG e enfrentamento das violências, com capacitações, eventos científicos e produção de conteúdos técnicos. *Ações relacionadas ao Grupo Normativo de Auditoria e Controle de Saúde – GNACS:* Em 2025, o GNACS e as CTAR fortaleceram o Componente Estadual do Sistema Nacional de Auditoria, com auditorias operacionais e analíticas, recomendações aos gestores, apoio à tomada de decisão e qualificação da gestão do SUS/SP. As ações abrangeram auditorias em serviços hospitalares e ambulatoriais, análise



de registros SIH/SIA-SUS, atendimento a demandas internas e externas e participação em atividades de educação permanente. Foram realizadas auditorias em 220 serviços SUS e 39 municípios, além de reuniões técnicas, capacitações, eventos científicos e visitas técnicas a instituições de saúde. Destacam-se a análise mensal das AIH bloqueadas pelo SIHD, auditorias temáticas (excedentes, OPME, oncologia, exames especializados, obstetrícia) e a emissão de orientações técnicas aos gestores e prestadores. *Ações relacionadas ao Grupo de Gerenciamento Administrativo – GGA: Núcleo de Atividades Patrimoniais:* Gestão, realocação e doação de bens móveis e imóveis, com registro no SAMPRODESP e no novo Sistema de Gerenciamento de Imóveis (SGI). Análise e tramitação de processos de bens inservíveis, veículos oficiais e inutilização de medicamentos. Orientação técnica aos DRS quanto aos procedimentos patrimoniais. Gestão de contratos de abastecimento, telefonia e transporte corporativo. Realização de visitas técnicas aos DRS para padronização de procedimentos e destinação adequada de materiais permanentes. *Planilha referente aos dados de orçamentos e finanças: Execução Orçamentária – Exercício 2025 - (Dados atualizados até 09/12/2025 – SIGEO BI):* No exercício de 2025, a Coordenadoria de Regiões de Saúde (CRS) apresentou dotação atual de R\$ 1.328.331.900,00, com execução empenhada de R\$ 1.161.966.813,16, correspondendo a aproximadamente 87% de execução orçamentária. A maior concentração dos recursos executados ocorreu nas despesas de custeio assistencial e operacional, destacando-se: Material de consumo, com execução próxima a 99% dos recursos do Tesouro Estadual, evidenciando o atendimento regular das demandas assistenciais; Vencimentos e vantagens do pessoal civil, com execução média superior a 77%, incluindo recursos do Tesouro e transferências federais; Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, com execução em torno de 95%, abrangendo serviços essenciais ao funcionamento da rede; Subvenções sociais, com execução de aproximadamente 95%, assegurando o apoio às entidades parceiras do SUS; Serviços de limpeza, vigilância e correlatos, com execução praticamente integral dos recursos disponíveis. As despesas com diárias, passagens, serviços de utilidade pública, auxílios e indenizações apresentaram execução elevada, em geral superior a 90%, refletindo adequada programação e controle dos gastos. No âmbito das transferências federais, observou-se execução variável, com destaque para: Recursos destinados à folha de pagamento, com execução entre 78% e 82%; Recursos para material de consumo e serviços, com execução parcial, indicando saldos a serem utilizados conforme a evolução das ações pactuadas. De modo geral, a execução orçamentária da CRS em 2025 demonstra consistência entre planejamento e execução, com priorização das despesas essenciais à manutenção dos serviços de saúde e ao suporte da rede regional do SUS. *COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS – CCD:* Principais atividades realizadas no âmbito da CCD. *Gabinete do Coordenador:* Apoio técnico e administrativo às cinco unidades da CCD. Instituição do COE de Arboviroses e elaboração dos Planos de Contingência das Arboviroses Urbanas e da Influenza Aviária. Ampliação de parcerias estratégicas e execução de programas de formação. Realização do Simpósio VIMSP, com mais de 1.800 participantes. *Planejamento e Avaliação – GPA:* Elaboração da PAS 2026 e prestação de contas dos instrumentos de planejamento. Monitoramento dos indicadores do PES, PQAVS e PPA. Coordenação do GTVS e apoio às UGEs. Desenvolvimento de painel visual para monitoramento. *Gerenciamento Administrativo – GGA:* Renovações contratuais, gestão de obras e execução financeira de 62 projetos do FESIMA. Realização de pregões, dispensas e gestões contratuais. Gestão da frota e regularização patrimonial da extinta SUCEN. *Apoio às Políticas de Prevenção – GAPPPS:* Gestão do FESIMA, desenvolvimento de sistemas digitais e fortalecimento dos fluxos administrativos, logísticos e documentais das unidades da CCD. *CIEVS / CIVS:* Gerenciamento dos sistemas SIM/SINASC. Monitoramento dos eventos vitais e distribuição das declarações de nascimentos e óbitos. Realização de capacitações técnicas e desenvolvimento de metodologias de



linkage. Produção e Divulgação Científica – CPDC: Reestruturação do site, gestão das redes sociais, produção editorial e coordenação do BEPA. Aumento expressivo do alcance institucional. *Pós-Graduação – PPGC:* Formação de mestres e doutores, ingresso de novos estudantes, expedição de diplomas e atualização dos fluxos internos. *Centro de Documentação – CDT:* Catalogação, indexação e revisão da produção científica da SES, com inclusão de artigos em sistemas institucionais. *Vigilância Epidemiológica – CVE:* Atuação na emergência das arboviroses, com repasse de recursos aos municípios, além da coordenação das vigilâncias de doenças transmissíveis, imunopreveníveis, zoonoses, agravos estratégicos em saúde pública e demais eventos de importância epidemiológica. Publicação de documentos técnicos, realização de capacitações e operação de painéis interativos. Destaque para os resultados no PQA-VS e para as coberturas vacinais. *Vigilância Sanitária – CVS:* Publicação de normas estaduais, desenvolvimento de programas e realização de inspeções, incluindo 61 ações relacionadas ao surto de metanol. Realização de seminários e participação em grupos técnicos nacionais. *Instituto Adolfo Lutz – IAL:* Realização de mais de 1,2 milhão de exames. Fortalecimento da vigilância genômica, implantação de novas metodologias diagnósticas, formação de profissionais e atuação em redes internacionais. Instituto Pasteur – IP: Execução de análises diagnósticas para raiva e arboviroses, vigilância de vetores em diferentes municípios, formação de recursos humanos e produção científica. Atuação em cooperação técnica internacional. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – CAF: A Coordenadoria de Assistência Farmacêutica (CAF-SES/SP), instituída pelo Decreto nº 62.255/2016, atua em conformidade com as Políticas Nacional e Estadual de Medicamentos e a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Tem como finalidade consolidar essas políticas no Estado de São Paulo, coordenando a seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação e promoção do uso racional de medicamentos, assegurando o acesso qualificado e contribuindo para melhores resultados em saúde. A seguir, as principais ações realizadas em 2025: *Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF):* Programa Dose Certa (PDC): Pactuação Financeira: Para o financiamento na Atenção Primária, o recurso pactuado para 572 municípios aderentes ao PDC foi de R\$ 112.578.820,36 em medicamentos. Desse total, R\$ 68.859.357,10 são recursos estaduais e R\$ 43.719.463,26 são federais. Insumos para Insulinodependentes: O valor pactuado para aquisição de insumos foi de R\$ 7.579.234,00 (transferência fundo a fundo). Municípios Não Aderentes (73): R\$ 77.344.962,26 para medicamentos e R\$ 15.407.363,00 para insumos de pacientes insulinodependentes. Elenco do PDC: Atualizado para 112 medicamentos (110 RENAME e 2 não RENAME, essenciais e prioritários). Execução PDC (Jan-Nov/2025): Distribuídas 704,7 milhões de unidades farmacêuticas (110 medicamentos), equivalentes a R\$ 91.699.169,40, demonstrando 81,4% de execução em medicamentos. Transferências fundo a fundo complementares totalizaram R\$ 12.175.338,91 (recursos não programados/executados em medicamentos), elevando a execução do PDC para 92,2% do pactuado. *Transferências para Municípios Não Aderentes (Jan-Out/2025):* Medicamentos (RENAME): R\$ 53.306.956,47 (69% de execução). Insumos (Insulinodependentes): R\$ 17.001.357,42 (110% de execução). *Farmácias Dose Certa (SES/SP):* Atendimento médio mensal de 13.169 prescrições (Jan-Set/2025), com a dispensação de 1.037.697 unidades farmacêuticas (R\$ 1,4 milhão). *Distribuição de Medicamentos MS (Jan-Nov/2025):* Programa Diabetes: 122,7 milhões de unidades de insulinas e insumos (R\$ 221,2 milhões). Programa Saúde da Mulher: 248,6 milhões de unidades de contraceptivos (R\$ 16,06 milhões). *Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF):* Distribuição: 102 medicamentos para doenças negligenciadas, endêmicas e de notificação compulsória (ex: tuberculose, hanseníase, hepatites virais, COVID-19). Volume (Jan-Nov/2025): Distribuídos 20,7 milhões de unidades farmacêuticas, equivalentes a R\$ 309.448.541,83. *Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e Protocolos Clínicos Estaduais:*



Atendimento (Jan-Nov/2025): Média de 1.050.940 pacientes/mês em 43 Farmácias de Medicamentos Especializados (FME). *Dispensação Média Mensal*: 56,2 milhões de unidades farmacêuticas (R\$ 3.122.966.138,24) de 320 medicamentos para 102 doenças crônicas. *Financiamento (Tripartite)*: Grupo 1A (MS): R\$ 2.229.431.337,74; Grupo 1B: R\$ 466.998.204,29; Grupo 2: R\$ 326.055.547,44; Protocolo Estadual: R\$ 100.481.048,77. *Outras Ações de Fornecimento*: Medicamentos Oncológicos (MS): Distribuição média mensal de 219.261 unidades farmacêuticas (R\$ 31,2 milhões/mês) para 10.263 pacientes por trimestre. Entrega Domiciliar (MedCasa/MZ e CDM-PMC-HCFMSUP): Média mensal de 117.877 pacientes contemplados (Jan-Out/2025), totalizando 1.184.664 entregas. Demandas Judiciais (Jan-Nov/2025): Registradas 754.772 dispensações de itens (medicamentos, insumos, produtos nutricionais) em 24 Unidades Dispensadoras, atendendo a uma média mensal de 44.169 ordens judiciais. *Solicitações Administrativas (Jan-Nov/2025)*: Registradas 310.841 dispensações em 30 Unidades Dispensadoras, com média mensal de 28.258 atendimentos. *Parcerias (Endocrinologia/Reumatologia)*: Economia estimada de R\$ 6.776.289,48 (Jan-Nov/2025), resultante de: Indeferimento/Substituição de bombas de insulina: R\$ 6.217.807,40; Compartilhamento de doses em Reumatologia: R\$ 558.482,08; Aquisição de Medicamentos (Jan-Nov/2025): Total de 2.813 itens adquiridos (368 por pregão eletrônico, 2.445 por Ata de Registro de Preço). Gestão Operacional e Logística: Almoxarifado Central: Recebimento médio de R\$ 5,38 bilhões (Jan-Nov/2025). Realizadas 30.101 entregas no período, totalizando mais de 81,8 toneladas de produtos/mês (R\$ 489,2 milhões/mês). Arboviroses: Aquisição e disponibilização de 8.760.381 unidades farmacêuticas (R\$ 4,95 milhões) para 469 municípios. *Qualificação da Gestão e Modernização: Plataforma RemédioSP*: Implantação na Farmácia Maria Zélia (SP Capital) para digitalizar o processo de solicitação e dispensação, permitindo a entrega domiciliar. Registrou 24.734 solicitações aprovadas. *Sistemas Informatizados*: Manutenção e suporte dos sistemas (Remédio SP, GSNET, MEDEX, Farmanet, Remédio Agora). *Integrações*: Interoperabilidade entre os sistemas da CAF, BNAFAR e RNDs para disponibilização de dados de estoque e dispensação. *Judicialização*: Participação em reuniões da Plataforma Nacional de Prescrição On-line (STF) para definir diretrizes e enfrentar a judicialização. Integrações por APIs entre SCODES (Sistema Demandas Estratégicas do SUS) e Attus Procuradoria Digital para automação de informações judiciais. Desenvolvimento de Painéis para solicitação de Ressarcimento Interfederativo (Tema 1234). Realização de 3 reuniões presenciais (DRS, CRS, PGE) para discutir judicialização. Organização de 78 processos para solicitação de ressarcimento à União (Tema 1234). Envio de informações referente à judicialização motivada por prescritores que atuam em Hospitais Escolas no Estado de São Paulo e que prescreveram produtos fora do escopo do SUS, em desrespeito à Resolução SS nº 83, de 17 de agosto de 2015 (15 unidades, no total de R\$: 18.069.167,33). Saneamento no S-Codes - Projeto CAF “Inovação e Reestruturação Da Assistência Farmacêutica: Fortalecimento Da Gestão No Núcleo Da Assistência Farmacêutica” (Projeto Fesima): 3.021 atualizações processuais, 5.340 adequações de ordens e 3.648 atualizações cadastrais. Educação Permanente: Realizadas 14 capacitações, com 5.407 participantes da rede e colaboradores internos. Produção Técnica: 14 notas técnicas, 42 comunicados, 12 pactuações oficializadas com municípios, e atualização de 921 cartilhas do guia de orientação de medicamentos. *COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGA*: Principais atividades realizadas no âmbito da CGA: *OBRAS E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES SES*: Investimentos em obras no exercício de 2025: Foram firmados 18 contratos de obras em 21 unidades, totalizando aproximadamente R\$ 260 milhões (duzentos e sessenta milhões de reais). *Obras concluídas em 2025*: Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha (UTI, CME, Centro Cirúrgico); Unidade da Rede Lucy Montoro – Presidente Prudente (construção); Hospital Regional Circuito da Fé e Vale Histórico – Cruzeiro (construção); Hospital Regional Três Colinas – Franca



(construção). *Reformas para obtenção de AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) concluídas em 2025:* Hospital Mirandópolis, Complexo Padre Bento, Hospital Francisco Ribeiro Arantes, CAISM Água Funda, Hospital Regional Sul e Hospital Guilherme Álvaro – Santos. *Obras em andamento:* Reforma geral do Hospital Estadual de Porto Primavera; Reformas em áreas diversas do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia; Reformas em áreas diversas do Conjunto Hospitalar do Mandaqui; Fase 3 da reforma geral do Instituto Emílio Ribas de Infectologia; Reformas e adequações para obtenção de AVCB no Hospital Geral de Taipas, Hospital Geral de Vila Penteado, Hospital Ipiranga e Hospital Heliópolis. *Obras iniciadas em 2025:* Hospital Estadual do Alto Paranaapanema – Itapetininga (início em março/2025); Hospital Estadual do Alto Noroeste – Birigui (início em outubro/2025); AME Presidente Venceslau (início em novembro/2025). *Investimentos em manutenção das unidades da SES:* Em 2025, foram investidos aproximadamente R\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de reais) em operações de manutenção predial preditiva, preventiva, corretiva, emergencial e de assistência técnica, atendendo 33 unidades hospitalares e 11 unidades administrativas. *Obras previstas para início em 2026:* Construção das unidades: AME Jaú, AME+ Araçatuba e AME Marília; Início das obras de Reabilitação das Estruturas Físicas – Fachadas, Recepções e demais áreas, abrangendo 65 unidades em diversas regiões do Estado de São Paulo.

Atividades 2025

Atividades 2025	Unidades	Valor R\$
Obras e reformas concluídas	10	260,0 milhões
Obras em andamento	11	
Manutenção das unidades	44	170,0 milhões

Previsto 2026	Unidades	Valor R\$
Novos AMEs	03	197,5 milhões
Renovação fachadas/recepções	65	1,4 bilhão

AQUISIÇÕES – CGA: Centro de Comércio Exterior: Responsável pela importação direta, para todo o Estado de São Paulo, de produtos e medicamentos destinados a ações judiciais e atendimento hospitalar, incluindo vacinas, equipamentos, antídotos, soros de origem animal, reagentes laboratoriais, silicone para próteses faciais, cursos online e assinaturas de sites, suplementos, fórmulas, bombas de infusão, seringas e demais insumos de saúde. Em 2025, foram cadastradas 850 demandas de ações judiciais, resultando na abertura de 500 processos para aquisição de 250 itens, totalizando R\$ 68.734.839,25 (sessenta e oito milhões, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos). Processos Administrativos e Ações Judiciais: Em 2025, o Núcleo de Execução, responsável pelas licitações, firmou: 119 contratos; 51 Atas de Registro de Preços, com 302 itens, sendo: 246 de enfermagem; 16 de equipamentos; 35 de dietas; 5 de veículos. A partir dessas atas, foram realizadas 216 aquisições para diversas unidades de saúde. Foram concluídos ainda: 19 processos para serviços diversos; 70 processos para cumprimento de decisões judiciais, envolvendo serviços como home care, equoterapia, hidroterapia, fisioterapia, locação de equipamentos médicos, entre outros. *Totalização dos itens em processos de Atas de Registro de Preços:*

	Instrução		Negociando		Finalizados		Total	
	Processos	Itens	Processos	Itens	Processos	Itens	Processos	Itens
ENFERMAGEM	39	352	21	182	30	246	90	780



EQUIPAMENTOS	4	36	11	30	8	16	23	82
DIETAS	11	47	-	-	9	35	20	82
OPME	4	173	-	-	-	-	4	173
VEICULOS	-	-	-	-	4	5	4	5
Total	58	608	32	212	51	302	141	1.122

SISTEMAS INTRODUZIDOS NAS ÁREAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS – 2025: *Sistema Banco de Preços:* Implantado no Núcleo de Preparação e Acompanhamento, permite registrar todas as demandas recebidas, realizar pesquisas de preços e gerar painéis gerenciais para monitoramento de prazos e produtividade. *Convênio com a SMS:* A CGA firmou termo de parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, com o objetivo de que as Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) da Atenção Básica acompanhem os pacientes oriundos de ações judiciais da SES/SP, realizando avaliações mensais do quadro clínico. O convênio também visa qualificar os fornecedores de serviços de home care com base nas avaliações realizadas. **COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – CGCSS:** Principais atividades realizadas no âmbito da CGCSS: *Gestão Orçamentária: Execução Orçamentária – Custeio e Investimento:* A execução orçamentária da CGCSS em 2025 contemplou as despesas necessárias à manutenção, gestão e monitoramento dos contratos de serviços de saúde. O orçamento é composto majoritariamente pelos contratos de gestão com Organizações Sociais de Saúde (OSS) e pela contratualização das unidades estaduais. A programação financeira incluiu: Repasses para manutenção das unidades hospitalares e ambulatoriais; Investimentos para expansão de serviços, novas unidades e qualificação da infraestrutura; Despesas administrativas e operacionais vinculadas ao monitoramento, auditoria e supervisão dos contratos. Os dados preliminares indicam alinhamento com a previsão da LOA, garantindo fluxo financeiro adequado à continuidade dos serviços. A execução manteve estabilidade, com repasses realizados conforme metas e desempenho assistencial. Para 2026, estima-se orçamento global de R\$ 9.083.224.639,00 para custeio e R\$ 159.961.685,00 para investimentos, incluindo expansão estrutural, modernização tecnológica e implantação de novos serviços. *Investimentos nos AMEs:* Os investimentos priorizaram atualização tecnológica e melhorias de infraestrutura, incluindo a aquisição de: 16 aparelhos de ultrassonografia; 15 equipamentos de endoscopia; 5 mamógrafos; 5 monitores multiparâmetros; 4 espirômetros; Troca de ar-condicionado (AME Caraguatatuba, Lorena e Praia Grande); Ampliação da sala de acolhimento do AME Votuporanga; Outros itens complementares. *Investimentos em Hospitais:* Os hospitais receberam investimentos focados na renovação tecnológica e ampliação da capacidade assistencial. Entre as principais aquisições: 2 termodesinfectoras; 44 aparelhos de hemodiálise; 1 videocolonoscópio; 2 videoendoscópios; 1 videogastrososcópio; 2 autoclaves; 1 aparelho de ressonância magnética; 33 ventiladores pulmonares; 1 equipamento de otoacústica; 60 monitores multiparâmetros. Demais equipamentos médicos, mobiliário e itens de informática. Foram realizadas melhorias estruturais, como a reforma do Bunker do Hospital Regional Rota dos Bandeirantes, e adquiridos equipamentos para o novo Hospital Circuito da Fé e Vale Histórico (ressonância magnética, tomógrafo de 64 canais e outros). *Investimentos na Rede Lucy Montoro (RLM) e Serviços de Apoio:* Os investimentos priorizaram modernização, expansão assistencial e qualificação dos ambientes de reabilitação. As principais ações incluem: Reforma do prédio do SRLM Fernandópolis; Reforma e adequações no SRLM Santos para início da reabilitação auditiva, com aquisição de equipamentos específicos; Reformas e ampliações no SRLM Pariquera-Açu (circuito de mobilidade, academia ao ar livre, ampliação do almoxarifado e sala de descompressão); Impermeabilização e pintura do Lucy Montoro



Sorocaba; Aquisição de equipamentos e mobiliários para implantação do SRLM Presidente Prudente.
Outras Fontes de Recursos (Emendas e Programas):

Descrição	Custeio	Investimento
Emendas parlamentares	R\$ 26.855.345,50	R\$ 14.887.714,00
Cirurgias eletivas (PMAE + estratégia estadual)	R\$ 86.260.719,00	Não se aplica

Esses recursos complementares ampliaram a capacidade operacional das unidades, permitiram incremento da produção cirúrgica e viabilizaram modernizações estruturais. *Exemplos de aplicação:* AME São João da Boa Vista: R\$ 373.513,00 para aquisição de audiômetro, espirômetro, ultrassom, reprocessadora de endoscópios e microcomputadores. Hospital Regional do Vale do Paraíba: R\$ 1.150.000,00 para aquisição de mamógrafo digital com estereotaxia. MATER – Ribeirão Preto: R\$ 3.300.000,00 para aquisição de equipamentos como videoendoscopia, incubadora de transporte, ventilador pulmonar, berço aquecido, mamógrafo digital e mesa cirúrgica. Hospital da Mulher: R\$ 550.000,00 para custeio de equipe médica para atendimento a vítimas de violência sexual. *Governança, Contratualização e Expansão da Rede:* Em 2025, a CGCSS desenvolveu iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão contratual, ao fortalecimento da governança e ao monitoramento dos resultados assistenciais. As ações buscaram aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos, qualificar o acompanhamento dos contratos de gestão e assegurar a qualidade dos serviços prestados. *Gestão dos Contratos de Saúde:* Acompanhamento sistemático dos contratos de gestão das OSS; Revisão e atualização dos instrumentos contratuais, incluindo termos aditivos e metas assistenciais; Monitoramento mensal da produção das unidades; Aprimoramento dos fluxos de prestação de contas e dos mecanismos de controle; Integração entre CGCSS, Departamentos Regionais de Saúde (DRS) e unidades contratualizadas. *Monitoramento e Avaliação:* Consolidação dos indicadores assistenciais e operacionais das unidades; Elaboração de relatórios trimestrais de desempenho para a Comissão de Execução dos Contratos; Atualização dos painéis de monitoramento e ferramentas de Business Intelligence (BI): <https://nies-homolog.saude.sp.gov.br/ses/report>; Apoio à Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão; Desenvolvimento de metodologias de benchmarking entre unidades similares; Visitas técnicas para monitoramento das unidades gerenciadas por OSS e para apuração de denúncias. *Projetos e Iniciativas Estratégicas:* Elaboração e revisão de editais de Convocação Pública para seleção de OSS; Implementação de novas diretrizes assistenciais alinhadas ao planejamento estratégico da SES; Padronização e fortalecimento da transparência nos relatórios das unidades; Apoio técnico às ações de regionalização e ao aprimoramento do modelo assistencial; Estruturação da área de Qualidade na CGCSS, com foco em processos de qualidade e segurança do paciente, padronização de procedimentos, monitoramento de eventos adversos e visitas técnicas; Implantação do Projeto de Fortalecimento da Governança e da Cultura de Segurança nos serviços gerenciados por OSS; Inclusão do Hospital da Mulher – CRSM e do Hospital Regional do Vale do Paraíba no PERSUS II, com destinação de aceleradores lineares; Ampliação do atendimento a Leucemias Agudas no Hospital Estadual Mario Covas e no Hospital de Transplantes do Estado de São Paulo. *Inovação e Tecnologia:* Expansão do uso de ferramentas tecnológicas para acompanhamento dos dados de execução contratual (SINHA, KPIH/Planisa, Gestão em Saúde, entre outras); Aprimoramento dos dashboards de análise de desempenho assistencial e operacional, incluindo os utilizados no Programa Mulheres de Peito. As Carretas da Mamografia ampliaram o acesso ao rastreamento do câncer de mama em todo o Estado. Entre janeiro de 2024 e outubro de 2025, foram visitados 143 municípios, com atendimento a 81 mil mulheres. Nesse período, 5.842 exames resultaram em encaminhamento para ultrassonografia. A partir de 2025, duas novas carretas foram incorporadas ao programa, reforçando



a estratégia de ampliação da cobertura assistencial. Participação em grupos de trabalho voltados à Saúde Digital. Participação nas reuniões de implantação e acompanhamento das Unidades no projeto de TeleUTI. Participação nas reuniões de implantação e acompanhamento das Unidades no projeto de Ame+ Digital (Além das unidades AME Botucatu, AME Dracena, AME Itapeva e AME Ourinhos que já participam do programa, em novembro de 2025 o programa teve início nas unidades: AME Assis, AME Bauru, AME Jardim dos Prados, AME Promissão, AME São Carlos e AME Tupã). Inclusão da telessaúde no contrato de gestão. *Desempenho Assistencial e Operacional:* A CGCSS encerra 2025 com 141 unidades sob gestão contratual, incluindo hospitais gerais e especializados, AMEs, serviços de diagnóstico por imagem, reabilitação e outras estruturas estratégicas, totalizando 10.075 leitos operacionais distribuídos em todas as regiões de saúde do Estado de São Paulo. As unidades desempenharam papel central na execução das políticas públicas, assegurando assistência contínua e qualificada. O monitoramento sistemático incluiu hospitais, ambulatorios e serviços especializados, conforme relatórios disponíveis em: portaldatransparencia.saude.sp.gov.br/indicadores.php. *Indicadores de Eficiência Operacional:* Os indicadores operacionais de 2025 demonstram avanços relevantes no uso dos recursos, na organização dos fluxos e na produtividade das unidades. *Taxa de Ocupação Hospitalar:* A taxa de ocupação apresentou mediana de 82,15%, alinhada ao parâmetro de referência (75% a 85%). O resultado indica uso adequado da capacidade instalada e equilíbrio entre oferta de leitos, demanda e gestão dos fluxos internos. *Giro de Leitos:* O giro de leitos (3,79) manteve-se dentro do padrão observado em hospitais de médio e grande porte (3,5 a 4,5 segundo ANAHP). O indicador demonstra boa rotatividade e adequada utilização da estrutura, sem evidência de gargalos na admissão ou alta. *Intervalo de Substituição:* O intervalo médio de substituição foi de 1,23 dia, dentro do padrão esperado (até 1,5 dia), refletindo eficiência nos processos de limpeza, preparação e admissão. Esse desempenho aumenta a rotatividade e a capacidade de atendimento sem necessidade de ampliação de leitos. *Tempo Médio de Permanência (TMP):* O TMP apresentou mediana de 5,65 dias, compatível com hospitais gerais de perfil similar. O resultado indica condução clínica adequada, integração das equipes e gestão de alta eficiente. *Taxa de Mortalidade:* A mortalidade institucional em 2025 foi de 5,03% e a mortalidade cirúrgica em 7 dias, 0,73%. Os resultados refletem o perfil de alta complexidade das internações do SUS, caracterizado por maior gravidade clínica e predominância de atendimentos de urgência. A CGCSS mantém monitoramento contínuo e prevê, para 2026, análises ajustadas por DRG. *Absenteísmo nos AMEs:* O absenteísmo médio nas consultas médicas dos AMEs foi de 14,88%. Entre os principais fatores estão dificuldades de deslocamento, falhas de comunicação e intervalos prolongados entre agendamento e atendimento. Para mitigação do indicador, foram adotadas ações como: lembretes automáticos, confirmação prévia, atualização cadastral, flexibilização de reagendamentos, overbooking controlado e oferta de horários alternativos. *Produtividade Assistencial:* Houve aumento de 12,08% na produção aprovada pelo Ministério da Saúde (jan-set/2025), impulsionado por ampliação de horários, reorganização de agendas e maior aderência aos protocolos e metas pactuadas. A seguir, apresento o texto revisado, corrigido e mais conciso, mantendo precisão técnica e clareza institucional: *Síntese das Produções Assistenciais:* A consolidação das produções assistenciais de 2025 será apresentada a partir das informações encaminhadas por cada unidade, incluindo: Produção anual; Entregas estratégicas; Evolução dos indicadores; Principais desafios; Ações de melhoria implementadas. *Plano Plurianual (PPA):* Em alinhamento ao Plano Plurianual — especialmente ao Programa 930 (Ações 4850, 4852 e 5532) — a CGCSS apresenta avanço consistente na execução contratual e na produção assistencial ao longo dos últimos anos. O desempenho demonstra fortalecimento dos processos de gestão, qualificação dos fluxos operacionais e ampliação da capacidade de atendimento. A comparação



entre metas do PPA e produção aprovada evidencia evolução contínua, com destaque para o período pós-pandemia, quando a execução superou as metas previstas.

Metas PPA x Produção Aprovada

Ano	Meta PPA	Atendimentos Realizados	% do Executado
2020	11.097.934	11.600.107	104,52%
2021	11.097.934	9.179.489	82,71%
2022	11.097.934	10.085.035	90,87%
2023	11.097.934	11.982.560	107,97%
2024	10.608.261	12.959.428	122,16%
2025*	11.079.981	12.418.769	112,08%

*Dados parciais até setembro/2025

Análise da Série Histórica: 2020–2022: Instabilidade e retomada gradual; A pandemia impactou a capacidade assistencial, sobretudo em 2021 (82,71%). Em 2022, houve recuperação com reorganização dos fluxos e retomada das agendas eletivas (90,87%). **2023–2024: Consolidação e superação das metas:** Em 2023, a execução superou a meta em quase 8%, impulsionada por maior estabilidade operacional, aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e revisão de processos nas OSS. 2024 apresentou o melhor desempenho da série (122,16%), refletindo ampliação da capacidade instalada e ajustes contratuais. 2025: Crescimento sustentado. Até setembro, a execução já alcança 112,08% da meta anual, indicando forte tendência de superação no fechamento do exercício. O desempenho reflete maturidade dos modelos de gestão, maior padronização de processos, aderência às programações contratuais e estabilidade na análise e aprovação da produção. **Entregas Estratégicas: Convocações Públicas:** Em 2025, a CGCSS conduziu 22 convocações públicas e prevê abrir outras 7 até o final do exercício, totalizando 29 processos. O volume está relacionado à renovação de contratos que completaram cinco anos, à entrada de novas unidades com obras concluídas e à transição de unidades da administração direta para gestão por OSS. **Crescimento da Rede Acompanhada pela CGCSS:** O ano de 2025 foi marcado pela expansão da rede sob gestão da Coordenadoria, impulsionada pela transição de unidades para o modelo OSS e pela entrada em operação de novos equipamentos de saúde. A seguir, o panorama das principais incorporações: Instituto de Reabilitação Lucy Montoro – São José do Rio Preto. Nova sede entregue em outubro de 2025, ampliada e modernizada. Atende pacientes de até 160 municípios, com equipe multidisciplinar e oferta de reabilitação, órteses e próteses. Desde sua criação, acumulou cerca de 800 mil atendimentos. Em 2025, mantém alta produção e reforça sua relevância regional. **Hospital Heliópolis:** Hospital geral com 220 leitos e referência em diversas especialidades. Segue atuando de forma estratégica para a rede da capital. **Hospital Regional de Assis:** Com 113 leitos, integra a RRAS 10 e atende cinco regiões de saúde. Importante equipamento de média e alta complexidade no interior. **Hospital do Circuito da Fé e Vale Histórico – Cruzeiro:** Estrutura de 23.915 m² e capacidade estimada de 210 leitos. Atenderá 17 municípios e demanda ampliada pelo turismo religioso. Contrato de gestão firmado em setembro de 2025; **Hospital Darcy Vargas:** Referência pediátrica regional, com 82 leitos. UNACON exclusiva para oncologia pediátrica. Desenvolve o Projeto Travessia e oferece Terapia Renal Substitutiva. **Hospital Ipiranga:** Localizado no DRS I, região com mais de 20 milhões de habitantes. Transição recente para gestão por OSS, com contratação da entidade Einstein. **Hospital Nestor Goulart Reis:** Criado como referência estadual em tuberculose; atualmente unidade de longa permanência. Única referência para internações compulsórias por tuberculose no Estado. **Programa Mulheres de Peito – Carretas de Mamografia:** Ampliação para cinco unidades móveis a partir de fevereiro de 2025. Incremento estimado de 2 mil exames mensais, fortalecendo



o diagnóstico precoce. *Evolução dos Indicadores Assistenciais — Versão Revisada e Enxuta:* Os resultados assistenciais das unidades hospitalares monitoradas pela CGCSS, referentes ao período de janeiro a setembro de 2025, evidenciam avanços na qualidade do cuidado, na segurança do paciente e na consolidação de práticas baseadas em evidências. Os indicadores demonstram eficiência operacional, padronização dos processos e evolução contínua das unidades sob Contrato de Gestão. *Obstetrícia: Acolhimento com Classificação de Risco:* O indicador evoluiu de 95,77% (janeiro) para 99,76% (setembro), mantendo-se acima de 99% a partir de maio. O resultado confirma consolidação do processo, aderência aos protocolos e organização dos fluxos assistenciais. *Taxa de Cesárea em Primíparas:* Variação entre 28,95% e 34,18%, com mediana de 32,67%. Apesar do aumento no terceiro trimestre, os percentuais permanecem em parâmetros aceitáveis e reforçam a necessidade de monitoramento contínuo e incentivo ao parto vaginal seguro. *Estratégias Não Farmacológicas para Analgesia:* Desempenho elevado durante todo o período (mediana 87,95%). Setembro apresentou o melhor resultado do ano (90,03%). O indicador evidencia consolidação das práticas humanizadas e impacto positivo das capacitações. *Cardiologia – Infarto Agudo do Miocárdio: Reinternação em até 30 dias:* Taxas entre 2,00% e 4,21%, com queda para 2,52% em setembro (abaixo da mediana anual de 3,09%). A redução reflete qualificação da alta, maior adesão ao tratamento e integração do cuidado longitudinal. *Mortalidade por Síndrome Coronariana Aguda:* Oscilação entre 7,42% e 12,69%, com mediana de 9,05%. Apesar do pico em julho, os resultados permanecem dentro de padrões esperados, indicando capacidade de resposta clínica e estabilidade na linha de cuidado cardiovascular. *Indicadores Cirúrgicos: Suspensão Cirúrgica por Motivo Extra Paciente:* Taxa estável em torno de 2,50%. Após aumento pontual em julho e agosto, setembro alcançou 2,32%, demonstrando efetividade das ações corretivas e maior previsibilidade operacional. *Reintervenções Cirúrgicas Não Programada:* Variação entre 1,20% e 1,58%, próxima à mediana de 1,36%. Setembro registrou 1,35%, indicando recuperação após pico em julho e consolidação dos processos de segurança cirúrgica. *Mortalidade Cirúrgica Global:* Queda contínua no terceiro trimestre: 0,81% (julho), 0,73% (agosto) e 0,60% (setembro), refletindo qualificação perioperatória e melhor aderência aos protocolos. *Mortalidade Operatória por ASA (Jan–Set/2025)*

ASA	1º Tri	2º Tri	3º Tri	Referência ANS
ASA 1	0,04%	0,03%	0,02%	<0,1%
ASA 2	0,29%	0,26%	0,19%	<0,5%
ASA 3	2,93%	2,95%	2,80%	1–4%
ASA 4	18,26%	15,38%	17,14%	7–23%
ASA 5	27,03%	24,19%	22,88%	>50%

Os resultados estão dentro ou abaixo dos parâmetros esperados. Pacientes de maior risco (ASA 4 e 5) apresentaram mortalidade inferior às referências nacionais, reforçando excelência clínica e eficácia dos protocolos de segurança. *Linha de Cuidado – Acidente Vascular Cerebral:* A mortalidade hospitalar em 30 dias variou entre 17,22% e 23,74%, compatível com padrões nacionais. Setembro registrou o menor valor do período (17,22%), refletindo impacto das ações do Projeto AVC, como qualificação do tempo porta-agulha e adesão a protocolos. Unidades inicialmente participantes: Hospital Regional de Bebedouro; Hospital Estadual de Sumaré; Unidades previstas para a 3ª fase: Heliópolis, Albano Franco Rocha Sobrinho, Cotia, Sapopemba e Ipiranga. *Saúde Mental:* A taxa de altas responsáveis manteve-se elevada (mediana 96,14%), alcançando 96,58% em setembro. O resultado confirma integração com a Rede de Atenção Psicossocial e padronização das práticas de transição segura do cuidado. *Segurança do Paciente: Identificação do Paciente:* Desempenho



consistentemente alto, com 98,02% em setembro. O resultado demonstra consolidação dos protocolos e redução de riscos assistenciais. *Lesão por Pressão*: Taxas entre 0,64% e 0,81% (mediana 0,68%), abaixo dos índices nacionais. O indicador confirma maturidade das ações preventivas e efetividade da gestão do risco. *Síntese*: Os indicadores analisados demonstram que, em 2025, a CGCSS consolidou um modelo de gestão baseado em monitoramento sistemático, melhoria contínua e uniformidade de desempenho entre as unidades. Os avanços observados reforçam a capacidade de resposta assistencial e o alinhamento às diretrizes nacionais, garantindo cuidado seguro, humanizado e eficiente à população paulista. *Estratégia para Redução de Filas Cirúrgicas – Versão Revisada e Enxuta*: Em 2025, foram implementadas diversas ações para reduzir as filas de cirurgias eletivas no Estado de São Paulo, ampliando o acesso e recuperando a capacidade assistencial após os impactos da pandemia. A CGCSS atuou na coordenação dos contratos com as OSS e na articulação com políticas estaduais e federais, alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Redução das Filas (PNRF) e da Tabela SUS Paulista. As principais iniciativas foram: *Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE) – AME*: Participação de unidades ambulatoriais, com 5.645 cirurgias eletivas pactuadas para 2025. Algumas unidades permanecem em execução das metas. *PMAE – Unidades Hospitalares*: Pactuação de 3.714 cirurgias eletivas para realização em 2025. *Estratégia Estadual de Ampliação – Procedimentos Ortopédicos*: Projeto especial envolvendo 25 unidades hospitalares, com meta de 4.308 cirurgias ortopédicas, cuja execução foi prorrogada até dezembro de 2025. A avaliação dos programas será realizada após a apresentação e validação da produção, prevista para o final do 1º trimestre de 2026. *Iniciativas e Melhoria Implantadas: Resultados das Visitas Técnicas de Monitoramento do Contrato de Gestão*: A satisfação geral das unidades avaliadas com as visitas técnicas é de 83%. Até o momento, foram realizadas 100 visitas, o que corresponde a 75,2% das 132 unidades contratualizadas. A distribuição e conformidade por tipo de serviço são:

Tipo de Unidade	Visitas Realizadas	% das Unidades	Conformidade
AME	45 de 63	70,3%	79,37%
Hospitais	47 de 57	82,5%	84,33%
Rede Lucy Montoro	8 de 12	66,7%	73,93%
Global	100 de 132	75,2%	81,62%

O resultado global (81,62%) indica conformidade satisfatória, porém com variabilidade expressiva entre as OSS, refletindo diferenças na maturidade da gestão, na padronização dos processos e na estrutura de governança. Essa heterogeneidade gera riscos relevantes, como: inconsistência na qualidade do cuidado; maior probabilidade de eventos adversos; dificuldade de garantir equidade entre unidades; fragilidades na continuidade assistencial. Embora os hospitais apresentem melhor desempenho, o resultado inferior em AMEs e unidades de reabilitação evidencia necessidade de maior alinhamento institucional. *Frentes Estratégicas Prioritárias*: Para reduzir a variabilidade e elevar a qualidade assistencial, destacam-se três eixos essenciais: *Padronização e Governança*: Diretrizes unificadas, processos claros e mecanismos de monitoramento mais robustos. *Redução da Variabilidade Assistencial*: Implementação homogênea dos requisitos mínimos de segurança, protocolos obrigatórios e indicadores de desempenho. *Qualificação das OSS e Equipes*: Programas contínuos de capacitação, fortalecimento da cultura de segurança e adoção de modelos de maturidade em qualidade. A priorização dessas ações é fundamental para ampliar a previsibilidade dos resultados, reduzir riscos e garantir atendimento seguro e uniforme em toda a rede estadual, independentemente da OSS responsável. *Desenvolvimento profissional*: Em 2025, a CGCSS avançou de forma significativa na qualificação e no desenvolvimento da carreira de seus servidores,



reconhecendo a capacitação contínua como fundamento para o fortalecimento da gestão e melhoria dos resultados. Ao longo do ano, foram promovidas diversas ações de desenvolvimento técnico, atualização e integração das equipes, entre as quais: Capacitação em Power BI, com foco em análise de dados, visualização de indicadores e uso estratégico das informações. Treinamento em custos, abordando modelos de custeio hospitalar, análise orçamentária e eficiência na alocação de recursos. Treinamento em DRG (Diagnosis Related Groups), com ênfase em classificação, auditoria e avaliação da produção assistencial. Curso “Fundamentos da Qualidade”, centrado em padronização, melhoria contínua e cultura de segurança. Participação no curso de Avaliação em Saúde, ampliando competências em monitoramento, mensuração e avaliação de políticas públicas. Participação como ouvintes em congressos de referência na saúde, promovendo atualização técnica e integração com práticas inovadoras. Oficina de Remodelagem da Governança, voltada ao aprimoramento dos fluxos internos, responsabilidades e mecanismos de supervisão contratual. Participação no curso do IBROSS, incluindo a atuação da Dra. Marcela como palestrante, reforçando o protagonismo técnico da CGCSS. Trocas de experiência com as Secretarias Estaduais de Saúde de Pernambuco e Goiás, favorecendo o compartilhamento de boas práticas e o aprimoramento dos modelos de contratualização. Essas iniciativas consolidam o compromisso da CGCSS com a formação de equipes qualificadas, preparadas e alinhadas aos desafios crescentes da gestão de contratos de saúde no Estado de São Paulo.

Desafios e Perspectivas: Em 2025, a CGCSS enfrentou desafios relacionados à expansão da demanda assistencial, à necessidade de ajustes contratuais diante de mudanças no cenário estadual e ao fortalecimento dos fluxos de monitoramento. Para 2026, destacam-se as seguintes perspectivas: Consolidação dos novos modelos assistenciais; Ampliação da informatização e automação dos processos de trabalho; Aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho; Fortalecimento da articulação com outras áreas da SES e com as OSS.

Considerações Finais: O ano de 2025 marcou a consolidação e o avanço da atuação da CGCSS. A expansão da rede contratualizada, o aprimoramento dos instrumentos de governança e o fortalecimento do monitoramento demonstram a maturidade crescente do modelo de contratualização adotado pelo Estado de São Paulo. Os resultados refletem evolução consistente em indicadores assistenciais, operacionais e de segurança, com impactos diretos na qualidade do cuidado prestado à população. Embora persistam desafios relacionados à expansão da rede e à heterogeneidade entre as OSS, a CGCSS encerra 2025 com desempenho positivo e projeções favoráveis. Para 2026, o foco permanecerá na qualificação dos processos, na redução da variabilidade assistencial, na ampliação da Saúde Digital e no fortalecimento da integração entre os pontos da rede. Dessa forma, a CGCSS reafirma seu compromisso com a melhoria contínua, a governança transparente e a oferta de serviços de saúde eficientes, seguros e alinhados às necessidades da população paulista.

COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – CGOF: Principais atividades realizadas no âmbito da CGOFA CGOF, instituída pelos Decretos nº 58.912/2013 e nº 63.483/2018, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades orçamentárias e financeiras da Secretaria de Estado da Saúde, assegurando o uso eficiente, transparente e regular dos recursos estaduais, federais e de outras fontes. Para 2025, o orçamento inicial da SES/SP, fixado pela Lei nº 18.078/2025, foi de R\$ 36,4 bilhões, atualizado para R\$ 41,03 bilhões, dos quais R\$ 41,02 bilhões ficaram disponíveis para execução após contingenciamentos. Até o momento, R\$ 28,2 bilhões foram efetivamente disponibilizados para financiamento das ações de saúde.

Principais Atividades Desenvolvidas em 2025: Gestão orçamentária e financeira centralizada, com suporte técnico às unidades gestoras e regionais de saúde. Movimentação de recursos vinculados ao FUNDES, abrangendo 556 contas correntes e 119 fontes de recursos. Cadastro de propostas de emendas federais no FNS, totalizando 551 propostas e R\$ 489,9 milhões; pagamentos somaram 362



propostas e R\$ 213,2 milhões. Capacitações aos DRS sobre convênios, contratos e termos aditivos, ampliando a eficiência operacional. Formalização de convênios federais, municipais e com entidades da sociedade civil: 192 demandas cadastradas (R\$ 1,86 bi). 217 demandas formalizadas (R\$ 1,79 bi). Monitoramento das Emendas LOA e Transferências Voluntárias (2022–2025), com acompanhamento de autorizações, formalizações e pagamentos, informados ao TCE/SP (e-TCE) e ao AUDESP. Gestão de 2.312 processos eletrônicos, entre tramitações, arquivamentos e sobrestamentos. Monitoramento mensal do Teto MAC, assegurando conformidade com normas federais e responsabilidade fiscal. Publicação de 36 resoluções para operacionalizar transferências federais e atualização da Tabela SUS Paulista, incluindo reajustes assistenciais e ampliações de limites financeiros. Informações em Sistemas de Saúde. SCNES: consolidação de 815 estabelecimentos e 430.660 profissionais. SIHD: processamento médio de 125 mil internações mensais. SIA/SUS: média mensal de 69,8 milhões de procedimentos e 1,6 milhão de APACs. Monitoramento e capacitações nos 17 DRS, abrangendo os 645 municípios do Estado. Controle mensal do Teto MAC, produção ambulatorial e hospitalar, geração de fitas reduzidas e séries numéricas (AIH, APAC, BPA-I, RAAS-AD, RAAS-PSI). *Considerações Finais:* Em 2025, a CGOF fortaleceu a governança orçamentária e financeira da SES/SP, assegurando maior eficiência, conformidade legal e transparência. As ações realizadas contribuíram para a execução regular das políticas de saúde, o aprimoramento dos fluxos de financiamento e a sustentabilidade das ações assistenciais no SUS/SP. *COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE – CSS:* Principais atividades realizadas no âmbito da CSS: A Coordenadoria de Serviços de Saúde (CSS) tem como atribuição coordenar os hospitais e ambulatorios estaduais de administração direta, não contratualizados, denominados “próprios”. Compete à CSS acompanhar a execução orçamentária e financeira dessas unidades, orientar e avaliar o desempenho assistencial, bem como os resultados e impactos dos serviços prestados à população. Atualmente, a CSS coordena 30 unidades assistenciais, assim distribuídas: 10 hospitais gerais, 3 maternidades, 1 hospital infantil, 1 de infectologia, 1 de cardiologia, 3 de reabilitação, 6 de saúde mental, 4 ambulatorios especializados e o Grupo de Resgate e Atenção às Urgências e Emergências (GRAU). Além das unidades ativas, registram-se: 2 unidades com atividades assistenciais encerradas; 2 unidades em processo de mudança de gestão para outras instâncias; 7 unidades que passaram a ser geridas por Organizações Sociais de Saúde em 2025, conforme deliberações vigentes. *Produção Assistencial:* No período de janeiro a outubro de 2025, as unidades da CSS apresentaram a seguinte produção consolidada: 113.399 saídas hospitalares; 42.788 cirurgias; 16.433 partos; 1.248.652 atendimentos de pronto-socorro; 936.079 consultas ambulatoriais; 11.853.039 procedimentos de SADT. *Implantação e Ampliação de Serviços:* Em 2025, foram realizadas ações relevantes de implantação, ampliação e requalificação de serviços, incluindo: Reativação e ampliação de leitos clínicos, cirúrgicos e de UTI; Implantação e revitalização de serviços de hemodinâmica, ressonância magnética e diagnóstico por imagem; Ampliação de especialidades em pronto-socorro; Expansão de serviços de cuidados prolongados e saúde mental, com aumento significativo de leitos e vagas assistenciais; Implantação dos serviços de TeleAVC e TeleUTI em unidades estratégicas; Inserção das unidades na plataforma do Sistema de Indicadores Hospitalares (SINHA), por meio de Acordo de Cooperação com a ANAHP. *Execução Orçamentária e Financeira:* Para o exercício de 2025, a projeção orçamentária da CSS totalizou R\$ 3.989.926.121,98, com execução de R\$ 3.473.854.889,27, até 05/12/2025, distribuída em: Custeio: R\$ 1,77 bilhão executados; Pessoal: R\$ 1,69 bilhão executados; Investimentos: R\$ 9,9 milhões executados. *Contratos Administrativos:* Destaca-se a contratualização dos serviços de remoção em ambulância tipo B para unidades da capital e a contratação de serviços de anestesia para o Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, garantindo suporte assistencial e operacional às unidades próprias. *Convênios Celebrados e Prestações de Contas – Exercício 2025:*



Convênios Celebrados: Água Funda: Gerenciamento técnico e administrativo de 85 leitos de psiquiatria masculina. Assis: Gerenciamento das linhas de cuidado clínico e cirúrgico, pronto-socorro referenciado e oncologia clínica e cirúrgica (UNACON). Cachoeirinha: Gerenciamento do pronto-socorro adulto e pediátrico e do serviço da agência transfusional. CAIS Santa Rita: Gerenciamento de 300 leitos de internação psiquiátrica masculina para pacientes com transtornos mentais e/ou dependência de álcool e outras drogas, incluindo assistência farmacêutica integral. Casa Branca: Gerenciamento das linhas de cuidados clínicos e psiquiátricos. Clemente Ferreira: Gerenciamento de 50 leitos de clínica psiquiátrica e dependência química. Darcy Vargas: Gerenciamento do pronto-socorro infantil. DGAC: Apoio diagnóstico em cardiologia (exames não invasivos) e execução de consultas especializadas em gastroenterologia e hepatologia, exames diagnósticos e procedimentos endoscópicos. Ferraz de Vasconcelos: Gerenciamento do pronto-socorro adulto e infantil, com termo aditivo para ampliação das especialidades de ginecologia, cirurgia geral e clínica médica. Guilherme Álvaro: Gerenciamento técnico-administrativo da linha de cuidado do paciente crítico de alta complexidade, incluindo UTI, hemodinâmica e serviços diagnósticos, com termo aditivo para a linha de cuidado materno-infantil (finais de semana). Heliópolis: Gerenciamento do pronto-socorro adulto e das linhas de cuidados clínicos e cirúrgicos, com termo aditivo para inclusão de neurocirurgia. Mandaqui: Gerenciamento técnico e administrativo das linhas de cuidado adulto e pediátrico. Mirandópolis: Gerenciamento do pronto-socorro adulto e pediátrico, 10 leitos de UTI adulto e 15 leitos de enfermaria clínica. Osasco: Gerenciamento integrado da linha de cuidados de pacientes clínicos, cirúrgicos e críticos. Philippe Pinel: Gerenciamento técnico dos serviços de internação psiquiátrica e assistência multiprofissional a pessoas com transtorno do espectro autista. Promissão: Gerenciamento técnico-administrativo de 10 leitos de UTI e do pronto-socorro. Santa Tereza: Gerenciamento técnico-administrativo de 48 leitos psiquiátricos adultos e da farmácia satélite. Cândido Fontoura: Gerenciamento integrado dos serviços de urgência e emergência pediátrica, UTI e enfermaria pediátrica. Hospital Regional Sul: Gerenciamento integrado da linha de cuidado assistencial de pacientes clínicos, cirúrgicos e críticos. Itu: Gerenciamento de cuidados prolongados de transição para pacientes clinicamente estáveis. Prestações de Contas – Envio ao TCESP

Exercício	Total	Enviadas	Percentual
Anos anteriores	100	59	59,0%
2024	81	66	81,5%
Total	266	195	73,3%

Recursos Humanos: Movimentação de Pessoas – Transferências em 2025: No exercício de 2025, foram registradas 948 transferências, distribuídas da seguinte forma: Para unidades da SES: 823; Para outras Secretarias: 125. **Quadro de Servidores Ativos:** A Secretaria contou com um total de 21.646 servidores ativos, distribuídos entre carreiras assistenciais, técnicas, administrativas e de gestão, com destaque para as áreas de enfermagem, medicina, apoio operacional e gestão em saúde. **Investimentos em Equipamentos:** No período analisado, foram adquiridos 6.202 itens, totalizando R\$ 9.743.377,42, conforme consolidação por categoria: Equipamentos Médico-Hospitalares: 504 itens – R\$ 4.332.162,98; Equipamentos de Informática: 544 itens – R\$ 1.272.926,63; Equipamentos e Materiais para Infraestrutura: 361 itens – R\$ 1.275.461,32; Mobiliário Administrativo: 2.625 itens – R\$ 1.093.693,42; Mobiliário Assistencial: 1.748 itens – R\$ 1.076.579,25; Itens de Infraestrutura e Apoio Hospitalar: 192 itens – R\$ 593.386,44; Equipamentos Odontológicos: 97 itens – R\$ 39.344,45; Equipamentos Laboratoriais: 9 itens – R\$ 21.161,43; Equipamentos e Materiais para Fisioterapia: 21 itens – R\$ 3.715,00; Instrumentais Cirúrgicos: 100 itens – R\$ 3.251,50;



Veículos: 1 item – R\$ 31.695,00. *Total Geral:* Valor total investido em equipamentos: R\$ 9.743.377,42. *COORDENADORIA DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DE SAÚDE – CCTIES:* Principais atividades realizadas no âmbito da CCTIES. *PLANO PLURIANUAL DE SAÚDE – PPA (2024-2027):* O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental e abrange todas as áreas da administração pública. A Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde participa da elaboração, programação, monitoramento e revisão das ações e metas do Programa 946 – Inovação, Pesquisa Científica, Produção e Fornecimento de Insumos Estratégicos. O programa contempla os seguintes produtos: 2195: Pesquisas em saúde desenvolvidas para atender demandas do SUS; 2205: Doses de vacinas entregues; 2209: Frascos-ampola de soros entregues; 2223: Sistema de Gerenciamento da Hemorrede; 2312: Bolsas de hemocomponentes processadas nas unidades da SES/SP; 2332: Unidades farmacotécnicas entregues; 2346: Projetos de pesquisa em inovação firmados pelos Núcleos de Inovação Tecnológica; 2371: Sistema Estadual de Registro Hospitalar de Câncer (RHC). O monitoramento e a prestação de contas são realizados pelo SIMPPA – Sistema de Monitoramento do PPA, onde são registrados dados de desempenho, entregas e análises dos produtos e programas. *Atividades Desenvolvidas em 2025:* Monitoramento, junto aos Gerentes de Produto, do desempenho e do cumprimento das metas, com identificação de soluções para eventuais desvios. Participação em reuniões com a Secretaria da Fazenda e Planejamento e com a CPS, visando a programação das ações do PPA 2024-2027 e o alinhamento das diretrizes de acompanhamento das metas. Reuniões de orientação aos Gerentes dos Produtos do Programa 946, com foco no alcance das metas previstas. Acompanhamento da execução financeira das UGEs Instituto Butantan e Instituto de Saúde, com orientações sobre o uso dos recursos orçamentários. Acompanhamento da execução financeira do Convênio de PD&I, incluindo emissão de notas de empenho, liquidação, programação e desembolso. Conferência da prestação de contas do Convênio. *ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE MENTAL:* Principais atividades realizadas no âmbito da Área de Saúde Mental. *Assessoria Técnica de Saúde Mental:* *Desinstitucionalização de Pacientes de Hospitais Psiquiátricos:* Em 2025, o processo estadual de desinstitucionalização resultou em 160 pessoas desinstitucionalizadas. Manteve-se a tendência de reinserção social por meio dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), modalidade mais utilizada em comparação ao retorno ao convívio familiar ou à moradia por autogestão. Esse cenário decorre, em grande parte, de internações prolongadas, frequentemente em hospitais distantes dos municípios de origem, o que contribui para o enfraquecimento ou rompimento dos vínculos familiares, agravado pelo envelhecimento ou falecimento de referências afetivas. Assim, os SRTs mostram-se a alternativa mais compatível com o contexto sociovincular atual desses pacientes. Dos 160 acolhimentos, 139 tiveram direcionamento territorial previamente definido e 21 foram classificados como acolhimentos solidários, todos pactuados com os municípios por meio dos interlocutores de saúde mental dos DRS. Em 2025, foi concluída a desinstitucionalização do Hospital Mandic e dos pacientes referenciados ao DRS 14. O apoio financeiro da SES aos municípios para implantação e custeio temporário de SRTs contemplou sete municípios, por meio das Resoluções SS nº 26/2025 e SS nº 80/2025. Com o objetivo de qualificar o referenciamento territorial e respeitar o pertencimento e os desejos dos pacientes, foi publicada, em outubro de 2025, a Nota Técnica de Referenciamento Territorial para Desinstitucionalização e Acolhimento Solidário (Deliberação CIB nº 113/2025). O acompanhamento do processo contou com reuniões mensais envolvendo DRS, municípios e Ministério Público Federal. *Deliberações na Comissão Intergestores Bipartite – CIB (2025): Serviços da RAPS: SRT:* Credenciamento: 10 SRT tipo II; Desc credenciamento: 228 vagas CAPS; Qualificação de CAPS II para CAPS III: 8 serviços; Credenciamento: CAPS I (7), CAPS II (7), CAPS Infantojuvenil (3); Desc credenciamento (gestão estadual): CAPS III – CRATOD/HUB; CAPS II – CAISSR



Outros; Reclassificação de hospital psiquiátrico: Associação Beneficente Espírita de Garça (porte I); Padre Bento (10 leitos); Credenciamento de leitos em hospital geral: Hospital Hospital Leonor Mendes de Barros / São Camilo (16 leitos); Santa Casa de Cerquillo (4 leitos); *Notas Técnicas*: Referenciamento Territorial para Desinstitucionalização e Acolhimento Solidário; Diretrizes para articulação inter-redes no cuidado à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei; Orientações sobre fluxo de entrada e acompanhamento dessas pessoas. *EAP-Desinst – Saúde Mental e Sistema de Justiça*: Com base na Resolução CNJ nº 487/2023 e na Portaria GM/MS nº 4.876/2024, a SES-SP instituiu quatro equipes EAP-Desinst, responsáveis pela articulação entre justiça, saúde e assistência social no processo de desinstitucionalização dos HCTPs. *Principais resultados em 2025*: 979 pessoas acompanhadas; 639 Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) monitorados; 70% das internações provisórias avaliadas; Publicação de duas Notas Técnicas CIB sobre fluxos de entrada e saída; Participação no CEIMPA e em grupos interinstitucionais; 56 atividades formativas para as RAPS municipais; Realização de seminários, webinários nacionais e adesão ao Programa Nós na Rede. *Projeto Nós na Rede – Articulação Estadual*: Curso de educação permanente promovido pelo Ministério da Saúde, em parceria com Fiocruz e ETEC-SUS, com carga horária de 120 horas, voltado à qualificação das equipes da RAPS. Em São Paulo, foram solicitadas 11.340 vagas, distribuídas em 378 turmas, envolvendo profissionais dos CAPS, SRT, Unidades de Acolhimento, Atenção Primária, gestores e equipes EAP-Desinst. *Apoio Técnico ao Projeto de Regionalização*: A saúde mental foi identificada como problema prioritário em 48 das 62 regiões de saúde do Estado. Em 2025, a área técnica participou de reuniões de CIR, oficinas macrorregionais e processos de apoio técnico. No 3º ciclo de oficinas, destacaram-se as seguintes RRAS: RRAS 09 (Bauru) – TEA; RRAS 10 (Marília) – Suicídio; RRAS 11 (Presidente Prudente) – Infância e adolescência; RRAS 13 (Ribeirão Preto/Barretos/Franca) – Geral; RRAS 14 (Piracicaba) – Álcool e outras drogas; RRAS 18 (Araraquara) – Geral. Foram elaborados relatórios técnicos sobre a situação da RAPS nessas macrorregiões. *Fortalecimento da RAPS*: Em 2025, tiveram continuidade as ações estruturantes para o fortalecimento da RAPS, entre elas: Apoio técnico aos DRS, regiões de saúde e municípios; Monitoramento da capacidade instalada (CAPS, SRT, leitos); Produção e acompanhamento de indicadores oficiais (PPA, PES, Painel de Metas); Coordenação do Grupo Condutor Estadual da RAPS; Ações formativas, webconferências e parcerias institucionais; Apoio às políticas de TEA, saúde mental indígena e práticas integrativas (PICS). *Política Estadual de Controle do Tabaco (PECT)*: A PECT foi executada conforme a Resolução SS-09/2024, estruturada em quatro eixos: Gestão e Governança; Cuidado Integral; Educação Permanente; Vigilância e Fiscalização. Apesar da redução do financiamento federal para medicamentos de cessação, a gestão estadual manteve o atendimento por meio de: Sustentabilidade assistencial, com substituições terapêuticas; Vigilância ativa, com monitoramento de novos dispositivos (vapes) e EVALI; Inovação e governança, com digitalização da triagem, teleducação e revisão de protocolos com apoio da OPAS. A gestão estadual articulou 4.274 unidades de saúde e mais de 7.000 profissionais, superando as metas estabelecidas no Plano Estadual de Saúde. O Painel de Indicadores Estratégicos apresenta o desempenho em relação às metas pactuadas. *Análise dos resultados*: Prevalência (10,3%): Reflete o efeito das políticas de restrição à publicidade, dos ambientes livres de fumo e das campanhas educativas, consolidando a tendência de queda observada na última década. Atendimentos (355 mil – dados parciais de jan.–ago./2025): A superação da meta anual com dados parciais indica demanda reprimida e confiança da população no programa. A projeção é de crescimento após a consolidação do 3º quadrimestre. Ampliação de serviços: A expansão ficou abaixo do previsto (12 de 15 unidades) em razão da instabilidade no fornecimento de insumos pelo Ministério da Saúde, o que levou os gestores a priorizarem a segurança dos pacientes em tratamento. O eixo de Educação Permanente



em Saúde consolidou-se como pilar técnico da política em 2025, com uso de teleducação para ampliar o alcance e superar barreiras logísticas e geográficas. Em 2025, foram qualificados 7.228 profissionais do SUS-SP em três ciclos formativos. O 1º ciclo (março) certificou 2.341 profissionais, com foco em abordagem intensiva e protocolos clínicos da Resolução SS nº 09/2024. O 2º ciclo (julho) certificou 2.368 profissionais, abordando neurodependência, farmacoterapia avançada e manejo clínico de usuários de dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs/vapes). O 3º ciclo (dezembro) certificou 2.519 profissionais, com ênfase em estágios motivacionais, terapia cognitivo-comportamental (TCC) e prevenção de recaídas. Comparativo de Insumos (2024 vs 2025): Crise de Abastecimento - A tabela abaixo detalha a distribuição física e financeira dos insumos (2024 vs 2025), evidenciando a retração orçamentária federal.

Insumo Estratégico	Vol. 2024	Vol. 2025	Inv. 2024	Inv. 2025
Nicotina Adesivo 14mg	938.588	532.770	R\$ 2,87 M	R\$ 1,75 M
Nicotina Adesivo 7mg	795.977	600.607	R\$ 2,00 M	R\$ 1,62 M
Nicotina Adesivo 21mg	1.112.195	822.150	R\$ 3,90 M	R\$ 3,11 M
Bupropiona 150mg	2.778.720	1.694.160	R\$ 4,23 M	R\$ 0,22 M
Goma de Mascar 2mg	308.310	572.610	R\$ 0,63 M	R\$ 1,24 M
TOTAL GERAL	5,93 M	4,22 M	R\$ 9,8 M	R\$ 7,9 M

Diagnóstico da Crise de Abastecimento: Retração Federal (-19,1%): O corte de quase R\$ 2 milhões no repasse federal impactou diretamente a capacidade de compra de insumos. Colapso da Bupropiona (-39%): A queda abrupta no investimento em Cloridrato de Bupropiona (apenas R\$ 220 mil investidos em 2025 contra R\$ 4,23 milhões em 2024) gerou um grave gargalo terapêutico. Substituição Paliativa (Gomas +85%): A gestão estadual precisou aumentar em 85% a distribuição de gomas de mascar como medida paliativa. Embora essencial para evitar a desassistência, isso elevou o custo médio do tratamento por paciente sem garantir a mesma eficácia clínica da Bupropiona para casos severos. *Capilaridade e Gestão da Rede Descentralizada:* A PECT-SP gerencia uma das maiores redes de tratamento de tabagismo da América Latina. Em 2025, a rede ativa totalizou 4.274 unidades de saúde, operando de forma descentralizada através dos 17 Departamentos Regionais de Saúde (DRS). Essa estratégia focou no fortalecimento da presença no interior e na garantia de acesso a populações vulneráveis. *Distribuição Geográfica da Rede:* Interior do Estado (Coordenações Regionais de Saúde): 2.564 Unidades (60% da rede). A capilaridade no interior é vital, pois a Atenção Primária tem maior poder de retenção do paciente. Grande São Paulo: 1.350 Unidades (32% da rede). Sistema Prisional (EAPP - SAP): 180 Unidades (4% da rede). A manutenção dessas unidades demonstra o compromisso ético com a população privada de liberdade, que possui prevalência de tabagismo historicamente superior à média. Hospitais Especializados/Hubs de Cuidados em Crack e Outras Drogas: 4% da rede, focados em casos de altíssima complexidade e comorbidades psiquiátricas. *Inovação Tecnológica e Adequação à LGPD:* O ano de 2025 marcou a modernização dos instrumentos de coleta de dados e triagem, com foco rigoroso na conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foi implementado e expandido o uso do aplicativo "Vida Sem Nicotina" para Agentes Comunitários de Saúde (ACS), integrado à plataforma Poupatempo Digital. A ferramenta permite: Metodologia SBIRT Digital: Aplicação de questionários breves (*Screening, Brief Intervention, and Referral to Treatment*) durante as visitas domiciliares. Georreferenciamento: Mapeamento de "hotspots" de prevalência em territórios vulneráveis. Segurança e LGPD: Criptografia ponta-a-ponta e anonimização de dados para fins epidemiológicos, garantindo total



conformidade legal. O uso dessa tecnologia otimizou a Busca Ativa, direcionando pacientes que não buscariam tratamento espontaneamente para as unidades de saúde. *Avanços Regulatórios: O Protocolo EVALI*: Em resposta à emergência de saúde pública causada pela popularização dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs/Vapes) entre jovens, foi publicada a Resolução SS Nº 201/2025. Esta resolução estabelece as seguintes diretrizes essenciais para o controle da Injúria Pulmonar Associada ao Uso de Cigarros Eletrônicos (EVALI): Notificação Compulsória: Casos suspeitos devem ser notificados em todas as unidades de urgência e emergência (UPAs e Prontos-Socorros). Codificação em Prontuários: Uso obrigatório do código marcador U07.0 em conjunto com o código F17.2 (Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de fumo) no CID-10. Qualificação do Óbito: Exigência de preenchimento correto do Bloco V da Declaração de Óbito (DO), registrando a EVALI como causa básica ou condição contribuinte. *Articulação Intersetorial e Projeto "Municípios Parceiros"*: O controle do tabaco exige ações que transcendem o setor saúde. Em 2025, o "Municípios Parceiros" consolidou-se como a principal estratégia de *advocacy* legislativo da PECT. A mobilização política alcançou marcas expressivas de capilaridade e produção legislativa: Participantes Capacitados: 204; Gabinetes Engajados: 74; Câmaras Municipais Percorridas: 10 (Meta 100% atingida); Municípios Impactados: 25; Projetos de Lei (PLs) Protocolados: 07; Leis Aprovadas: 01. Principais avanços legislativos impulsionados pelo projeto, conforme dados das oficinas regionais:

Município	Status	Objeto da Proposição Legislativa
Santos	Projeto de Lei	Institui a Campanha Municipal de Conscientização sobre Malefícios do Cigarro Eletrônico.
Sorocaba	Projeto de Lei	Proíbe o uso de cigarros eletrônicos e vapes em ambientes escolares municipais.
Botucatu	Lei Aprovada	Lei nº 6.264/2021: Proíbe fumar a menos de 20 metros de áreas de recreação infantil.
Mococa	PL nº 64/2025	Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre os Riscos de Vapes.
Itapeva	Projeto de Lei	Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre os riscos dos Cigarros Eletrônicos.
Campinas	Articulação	Fase de elaboração de minuta (Pós-oficina).
Rib. Preto	Articulação	Fase de elaboração de minuta (Pós-oficina).

Cooperação Internacional e Suporte Estratégico (OPAS): Visando a qualificação técnica de alto nível e o alinhamento com padrões globais, foi formalizado o Contrato de Serviço CON25-00013316e junto à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Objeto: Consultoria especializada para elaborar um Relatório Técnico de diagnóstico situacional dos protocolos clínicos e terapêuticos do Programa Estadual de Controle do Tabagismo (PECT-SP). Escopo: Análise crítica dos protocolos nas áreas intra e intersetoriais, garantindo rigorosa conformidade com a Linha de Cuidado do Tabagismo do Ministério da Saúde. Impacto Estrutural: O suporte técnico visa identificar gargalos nos fluxos assistenciais, propor atualizações baseadas em evidências científicas e fortalecer a governança clínica do programa, servindo como espinha dorsal para o planejamento 2026–2030. *Conclusão e Recomendações para 2026 – PECT*: O exercício de 2025 comprovou a maturidade e resiliência da rede de controle do tabagismo de São Paulo. Contudo, a dependência de insumos federais exige



novas rotas. *Recomendações Prioritárias: Protocolos Clínicos em Saúde Mental:* Dada a centralização federal da Bupropiona, a estratégia deve focar na gestão clínica. Recomenda-se a atualização e customização imediata dos protocolos clínicos para pacientes de risco em Saúde Mental, otimizando o manejo terapêutico com os recursos disponíveis. *Ampliação da Fiscalização de Vapes:* Integrar a Vigilância Sanitária e o PROCON em forças-tarefa, utilizando dados epidemiológicos da nova Resolução SS 201/2025. *Governança Estruturada:* Utilizar o diagnóstico resultante da consultoria OPAS (CON25-00013316e) como base para a reestruturação dos fluxos assistenciais da PECT. *Telemedicina:* Regulamentar o atendimento de cessação via teleconsulta para ampliar o alcance à população economicamente ativa. *Equipe Técnica de Álcool e Outras Drogas: Direcionamento Estratégico e Operacionalização:* *Política Estadual sobre Drogas:* Operacionalização da política, conforme o Decreto nº 67.642/2023, convertendo diretrizes normativas em ações concretas de gestão, cuidado, formação e monitoramento. *Linha de Cuidado Integral:* Implementação de fluxos assistenciais e ampliação de acesso à desintoxicação hospitalar e cuidado psicossocial para pessoas em cenas abertas de uso, visando o esvaziamento progressivo da Cracolândia e a reorganização da rede de atenção. *Governança, Coordenação e Articulação Institucional: Reuniões Sistemáticas:* Realização de encontros sistemáticos com a rede intersetorial, administrativa e com Interlocutores de Saúde Mental dos 18 Departamentos Regionais de Saúde (DRS) para apoio na elaboração e implantação dos Planos de Álcool e Outras Drogas (AD) nos territórios. *Representação:* Participação em encontros técnicos e comissões do Gabinete do Vice-Governador e do Secretário, fornecendo dados sob responsabilidade da pasta. *Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Linha de Cuidado:* *Monitoramento de Pacientes:* Elaboração de sistema para acompanhamento da jornada do paciente proveniente da cena aberta de uso na região central de São Paulo. *Apoio Técnico:* Suporte à construção de indicadores padronizados para os Planos de AD nos DRS. *Gestão de Rede:* Coordenação do grupo de fortalecimento da rede de atenção em AD (reuniões semanais) e realização de visitas técnicas para supervisão e expansão dos leitos da linha de cuidado. *Instrumentos Legais:* Elaboração de pareceres técnicos para celebração e renovação de convênios de serviços relacionados à linha de cuidado. *Produção Técnica, Pesquisa e Base de Evidências:* *Pesquisa Aplicada:* Produção de material técnico e pesquisa de dados em saúde (com recorte em AD) para subsidiar a elaboração dos Planos Regionais e analisar as demandas e vazios assistenciais de leitos para desintoxicação em hospitais gerais e especializados. *Divulgação Científica:* Submissão do artigo "Estudo de analisabilidade da linha de cuidado integral para adultos com transtornos..." e preparação/publicação da Resolução nº 15/2025 e da Linha de Cuidado Integral. *Formação Intersetorial e Processos Formativos:* *Desenvolvimento de Planos Regionais:* Elaboração e acompanhamento do processo formativo nos territórios, com a participação dos Interlocutores de Saúde Mental para desenvolvimento dos Planos em AD. *Foco em Gênero:* Realização de reuniões e oficinas de pilotagem da "Formação Intersetorial para o Trabalho com Mulheres em Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas: Perspectiva de Gênero e Território", em colaboração com secretarias municipais e estaduais (exemplo: São José do Rio Preto). *Desenvolvimento de Cursos e Educação Permanente:* *Curso de Capacitação:* Elaboração e oferecimento do curso "Cuidado Integral a Pessoas com Uso de Substâncias Psicoativas na APS", com 1ª turma de 1.000 alunos. *Parceria e Conteúdo:* Constituição de equipe multidisciplinar (em parceria com a Escola de Saúde Pública da SES) composta por docentes universitários e especialistas para produção de conteúdos, gravações e validação de vídeos, além de acompanhamento contínuo dos alunos. *Eventos:* Realização do evento de lançamento da linha do curso de capacitação. *Articulação Técnico-Científica, Eventos e Difusão do Conhecimento:* *Colaboração Científica:* Reuniões com o Programa da Mulher Dependente Química (PROMUD – HCFMUSP) e profissionais da USP Ribeirão Preto. *Difusão de Resultados:*



Apresentação do trabalho "Formação Intersetorial para o Trabalho com Mulheres em Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas na Perspectiva de Gênero e Território" no II Seminário Internacional de Avaliação em Políticas Públicas em Saúde (contribuição para a difusão das ações da Política Estadual sobre Drogas e intercâmbio técnico-científico). Publicações: Elaboração do White Paper sobre a Formação Intersetorial. Encontros Regionais: Realização de encontros técnico-regionais nas seis regiões selecionadas na primeira onda de implantação da linha de cuidados em AD (Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Piracicaba, São João da Boa Vista, Taubaté e São José do Rio Preto). **FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO – FOSP:** Principais atividades realizadas no âmbito da FOSP: Treinamentos e Capacitações: A FOSP promove cursos voltados à capacitação de profissionais, prioritariamente enfermeiros, nas ações de rastreamento e detecção precoce do câncer do colo do útero e de mama. Até novembro de 2025, 728 profissionais concluíram cursos na modalidade educação a distância. No mesmo período, 29 enfermeiros foram capacitados como multiplicadores, com aprimoramento prático na coleta do exame de Papanicolau, e 4 profissionais foram treinados para a coleta de rotina. Essas capacitações ocorrem em parceria com unidades de saúde, que disponibilizam espaço para a prática, fortalecendo a implementação das ações de prevenção nas regiões. O Registro Hospitalar de Câncer do Estado de São Paulo (RHC/SP) também atua nas áreas de ensino e pesquisa. Até novembro de 2025, passaram pelo RHC/SP e pelo Laboratório da FOSP cinco residentes multiprofissionais do ICESP, de áreas como medicina, enfermagem, biomedicina, biologia, saúde pública e psicologia. **Diretoria Adjunta de Informação e Epidemiologia:** O RHC/SP, coordenado pela FOSP, é uma das principais fontes de informação sobre câncer na rede estadual de oncologia. Implantado em 79 hospitais da Rede de Atenção Oncológica e dois hospitais voluntários, registrou, entre janeiro e setembro de 2025, 58.919 casos de câncer. Dos tumores registrados em 2025, 82,4% referem-se a diagnósticos realizados entre 2021 e 2024, e 9,2% ao próprio ano de 2025, estando os casos do último triênio em fase de consolidação. Com o objetivo de disseminar informações qualificadas para gestores, profissionais de saúde e população, foram produzidos e divulgados 22 boletins epidemiológicos, com dados do RHC/SP, publicados na página da Diretoria Adjunta de Informação e Epidemiologia e em diferentes mídias. **Diretoria Adjunta de Laboratório:** Até novembro de 2025, foram realizados: 205.908 exames de citologia cervicovaginal; 7.490 exames anatomopatológicos; 3.534 exames de citologia de tireoide e mama (PAAF e secreção mamária); 7.035 reações de imunohistoquímica para confirmação diagnóstica, classificação tumoral ou detecção de alvos terapêuticos no câncer de mama; 157 exames de FISH para pesquisa de amplificação do gene HER2, conforme protocolo do Ministério da Saúde. No monitoramento externo da qualidade dos laboratórios da rede SUS, foram revisadas 10.793 lâminas provenientes de 22 laboratórios. **Diretoria Adjunta de Reabilitação:** O Serviço de Reabilitação da FOSP atende pacientes com câncer de cabeça e pescoço e tumores oftalmológicos submetidos a tratamento cirúrgico, com necessidade de reabilitação estética e/ou funcional. Entre janeiro e novembro de 2025, foram atendidos 609 pacientes, sendo 109 novos, com a realização de 3.059 consultas e a entrega de 366 próteses faciais, oculares ou bucais. **Produção Científica:** Em 2025, dois trabalhos com dados do RHC/SP foram apresentados no evento internacional Next Frontiers – 1º Simpósio de Ciência e Inovação, do A.C. Camargo Cancer Center, sendo um deles selecionado para apresentação de destaque. Outros dois trabalhos foram apresentados no 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (ABRASCO), incluindo uma apresentação oral e um pôster eletrônico. No mesmo ano, foi aprovado pela FAPESP o projeto “Plataforma integrada de monitoramento de dados oncológicos do estado de São Paulo”, em parceria com o A.C. Camargo Cancer Center. Teve continuidade também o projeto Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Controle do Câncer no Estado de São Paulo, em parceria com a SES-SP, universidades, Instituto Oncoguia e a IARC/OMS, com foco no rastreamento



do câncer do colo do útero e de mama. Até novembro de 2025, foram realizadas nove Oficinas de Sensibilização e 25 Oficinas de Acompanhamento, abrangendo cinco DRS, 17% dos municípios paulistas e cerca de 11,5% da população-alvo feminina. Encontra-se em desenvolvimento e implementação o SisConeCta-SP, sistema informatizado que integra bases estaduais e municipais de rastreamento, permitindo a identificação de mulheres sem exames realizados, a realização de busca ativa e o acompanhamento das etapas do cuidado. A experiência-piloto está em andamento no município de Mococa (DRS 14).

INSTITUTO DE SAÚDE / SES/SP: Principais atividades realizadas no âmbito do Instituto de Saúde. O Instituto de Saúde (IS) tem como missão desenvolver pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação em Saúde Coletiva, em articulação com as diferentes instâncias do SUS, contribuindo para sua consolidação e para a melhoria da qualidade de vida da população. Atualmente, a instituição conta com 61 servidores, sendo 13 pesquisadores científicos de carreira, 17 profissionais atuando em atividades de pesquisa, 2 técnicos de apoio à pesquisa e 29 técnicos administrativos. A estrutura institucional do IS é sustentada por comissões e colegiados que asseguram a governança e a qualidade de suas atividades, como o Conselho de Gestão, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEPIS), a Comissão Científica e o Conselho Editorial Executivo. A produção científica organiza-se em cinco Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq — Condições de Vida e Situação de Saúde; Comunicação e Educação em Saúde para o SUS; Políticas Informadas por Evidências e Avaliação de Tecnologias de Saúde; Serviços e Sistemas de Saúde; e o Núcleo de Inovação e Colaboração para o Ensino na Saúde (NICES) — que subsidiam políticas e práticas do SUS.

Produção científica e tecnológica: Em 2025, foram publicados 14 artigos científicos, 18 aceitos para publicação e 8 em avaliação. Também foram produzidos 25 capítulos de livro e 8 livros completos. No campo da pesquisa, 10 projetos foram concluídos e 24 permaneceram em andamento, com apoio de agências de fomento como CNPq e FAPESP, além de parcerias com o Ministério da Saúde e a OPAS. Registraram-se ainda 90 participações em congressos e reuniões científicas com apresentação de trabalhos.

Difusão científica: Até o final de 2025, o IS publicou dois volumes do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), dedicados aos temas PPSUS e Saúde Mental, além de dois títulos da coleção Temas em Saúde Coletiva: Saúde Digital a serviço da Saúde Coletiva e Estado, Dependência e Saúde Coletiva. Outros dois volumes do BIS e dois livros da coleção TSC encontram-se em preparação para 2026. Destaca-se também a coordenação gráfica e editorial da agenda técnica 2026 dos Centros de Convivência Infantil (CCI), em parceria com a Coordenadoria de Recursos Humanos da SES-SP. No ambiente digital, o IS manteve presença crescente em 2025, com destaque para o Instagram, que alcançou 4.541 seguidores (crescimento de 47,2% em relação a 2024) e mais de 196 mil visualizações em publicações de maior alcance. Ao longo do ano, a Comunicação do IS realizou mais de 60 ações, incluindo coberturas de eventos, produção de materiais gráficos, vídeos, identidades visuais e infográficos. Essas iniciativas fortaleceram a visibilidade institucional e a disseminação do conhecimento em Saúde Coletiva.

Formação e capacitações: O Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva titulou, em 2025, 19 mestres. Considerando a qualidade dos projetos e a ampliação do corpo docente (17 professores permanentes e 7 colaboradores), o número de ingressantes foi ampliado para 31 no último processo seletivo. O Programa de Especialização em Saúde Coletiva, integrante do CEFOR-SES/SP, ofertou 20 vagas anuais e iniciou, em agosto de 2025, uma turma com 14 alunas, com conclusão prevista para fevereiro de 2026. Em parceria com o município de Ferraz de Vasconcelos, o IS desenvolveu o projeto “Diagnóstico e Propostas para a Saúde Coletiva em Ferraz de Vasconcelos – 2025”, voltado à análise das Redes de Atenção à Saúde. O CurSUS ofertou, em 2025, 21 temas de cursos, distribuídos em 53 turmas, com 1.071 participantes de municípios vinculados a nove DRSs, além de 102 participantes em webinários. A Biblioteca do IS alcançou cerca de 8.000 volumes e realizou 58 registros de



produção intelectual na Biblioteca Virtual em Saúde, além da indexação de 172 capítulos da coleção TSC. O Núcleo de Tecnologia da Informação registrou aproximadamente 1.800 atendimentos, além de ações de suporte, aquisições, reservas e capacitações internas. *Assessoria e participação em comissões e grupos interinstitucionais:* Em 2025, o IS realizou nove assessorias técnicas a órgãos como o Ministério da Saúde, secretarias municipais, COSEMS e ABRASCO, com destaque para ações voltadas à avaliação de tecnologias, políticas informadas por evidências e organização de linhas de cuidado. O Instituto também participou ativamente de comitês, comissões, grupos de pesquisa externos e redes interinstitucionais, contribuindo para o desenvolvimento científico, a formulação de políticas públicas e a produção de evidências em saúde, em âmbito estadual, nacional e internacional. *Termos de cooperação técnica:* O IS manteve quatro termos de cooperação técnica em andamento com a Fiocruz, Instituto Butantan, Faculdade Zumbi dos Palmares e Bireme, voltados ao desenvolvimento integrado de atividades de pesquisa, ensino, formação e produção de conhecimento aplicável ao SUS. O Instituto de Saúde conta com 61 profissionais, distribuídos da seguinte forma: 29 técnicos administrativos, 2 técnicos da carreira de apoio, 17 profissionais de pesquisa de carreiras diversas e 13 pesquisadores da carreira de Pesquisa Científica (PgC). *Presença Digital do Instituto de Saúde – 2025:* Em 2025, a Comunicação do Instituto de Saúde realizou 61 ações, incluindo 25 coberturas de eventos e parcerias, 18 materiais gráficos internos, 15 vídeos e 3 infográficos com resultados de pesquisa. A presença digital apresentou crescimento expressivo, com destaque para o Instagram, que alcançou 4.541 seguidores, representando aumento de 47,2% em relação a 2024. O Instituto também contabilizou 3 mil inscritos no YouTube, 3,4 mil seguidores no Facebook e 750 no Threads. O engajamento foi significativo, com 196 mil visualizações em reels, 53 mil visualizações no post de maior destaque e 970 curtidas nesse conteúdo. Ressalta-se que 81,9% das visualizações foram provenientes de não seguidores, ampliando o alcance institucional. *Síntese da produção institucional em 2025: Produção científica e tecnológica:* foram publicados 14 artigos científicos, com 18 aceitos para publicação e 8 em avaliação. Houve a publicação de 25 capítulos de livro, 18 produtos técnicos e a participação em 90 congressos e reuniões científicas com apresentação de trabalhos. No campo da pesquisa, 10 projetos foram concluídos e 24 permanecem em andamento. Difusão científica: foram publicados 2 volumes do Boletim do Instituto de Saúde (BIS), com previsão de mais 2 volumes em 2026, além da publicação de 2 livros da coleção Temas em Saúde Coletiva e outros 2 em fase de finalização para 2026. Formação e capacitações: realizaram-se 21 cursos temáticos, com 1.173 participantes (entre cursos e webinários). O Programa de Especialização em Saúde Coletiva contou com 14 alunos, e o Mestrado registrou 31 ingressantes, 19 produtos técnicos tecnológicos (PTT) e 8 defesas concluídas. Assessoria e participação institucional: foram realizadas 9 assessorias técnicas, além da participação em 10 comissões, 2 comitês, 8 grupos de pesquisa e 9 grupos interinstitucionais de produção técnica. Termos de cooperação técnica: encontram-se em andamento 4 parcerias institucionais formalizadas por meio de termos de cooperação. *HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP – HCFMUSP:* o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, é composto pelos Institutos: Instituto Central (IHC), Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT), Instituto de Psiquiatria (IPq), Instituto Perdizes (IPER), Instituto de Medicina Física e Reabilitação (IMREA), Instituto da Criança e do Adolescente (ICr), Instituto do Coração (InCor), Instituto de Radiologia (InRad), Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP), Instituto de Gestão e Saúde (IGS). A produção global assistencial realizada entre janeiro a outubro extraídos dos sistemas do HCFMUSP, e com dados com projeções de novembro e dezembro, em conformidade com o perfil do órgão dá-se por: Número de leitos instalados¹: leitos instalados – 2611; Número de leitos operacionais¹: leitos operacionais (média/dia) – 804.001; Internações¹: 77.192; Taxa de Ocupação Geral¹: 81%; Taxa de Ocupação UTI¹: 88%; Média



Permanência: 8,51; Média de Permanência UTI¹: 8,07; Atendimento de urgência e emergência: 140.000/ano; Salas Cirúrgicas: 88; Cirurgias: 49.20; Transplantes: 800; Consultas ambulatoriais: 2.200.000/ano; Teleconsultas: 1.200; Exames de Imagem: 837.649; Exames laboratoriais: 14.300.000; Exames Patologia Clínica: 85.000; Unidades de medicamentos distribuídos: 15.254.566 milhões; Treinamento: (valores projetados em novembro e dezembro); Horas de Treinamentos: 290.765 horas; Colaboradores Treinados: 2372; Horas de Treinamento de Lideranças: 1146; Colaboradores Treinados / Lideranças: 96.

Obras em andamento em 2025

Obra / Local	Investimento Total	Avanço Físico	Área de Construção	Término Previsto
IOPC - Instituto Dr. Ovídio Pires de Campos	R\$ 116.741.890,23	6,20%	20.766,79 m ²	Junho/2028
Instituto Perdizes	R\$ 80.946.506,13	99,70%	23.000 m ²	30/11/2025
Centro de Pesquisa Clínica - CPC	R\$ 50.787.207,02	16,00%	6.702,58 m ²	Junho/2027
3º e 4º Andares - ICr	R\$ 8.196.264,10	66%	1.197 m ²	Maio/2026
Adequação AVCB - PA e Anexos (EEP e DCC)	R\$ 6.854.400,25	81%	Não informado	Março/2026
Farmácia e Gastro - ICr	R\$ 3.683.040,39	64,40%	580 m ²	Fevereiro/2026

Obras realizadas 2025

Obra / Local	Entrega			
Centro Cirúrgico Ambulatorial - 10º andar PAMB	R\$ 8.075.448,41	100%	1.385 m ²	Novembro/2025
Consultório Multidisciplinar IPQ	R\$ 31.337,50	100%	Não informado	Outubro/2025

AVBCs e ou Projeto Aprovado dos prédios do complexo

AVCB N°	Validade	PRÉDIO
619755	08/11/2025	AVCB IMREA LAPA (EM RENOVACÃO)
808124	27/11/2028	AVCB IMREA Vila Mariana
808405	25/11/2028	AVCB IMREA Umarizal
711363	04/06/2027	AVCB ICESP
723015	05/08/2027	AVCB INSTITUTO PERDIZES
724023	04/09/2027	AVCB INSTITUTO DE PSIQUIATRIA
622288	20/01/2026	AVCB RESIDÊNCIA MÉDICA
729413	30/09/2027	AVCB CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS
700713	17/04/2027	AVCB CENTRO DE MEDICINA NUCLEAR
TAACB N°	Validade	PRÉDIO



542	02/11/2025	TAACB INSTITUTO CENTRAL/ PRÉDIO DOS AMBULATÓRIOS E INRAD (EM RENOVAÇÃO)
PROTOCOLO	PROJETO APROVADO	PRÉDIO
247209		ICR - INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
086689/3550308/2022		IOT - INSTITUTO DA ORTOPEDIA

Principais Equipamentos Adquiridos 2025

INSTITUTO	Equipamentos Médico Hospitalares	Equipamentos Diagnóstico por Imagem
CENTRO DE ATENÇÃO AO COLABORADOR – CEAC	144	0
FACULDADE DE MEDICINA - FM (PISA, FM E LIM'S)	380	4
INSTITUTO CENTRAL – ICHC	14.137	135
INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ICR	2.608	40
INSTITUTO DE GESTÃO E SAÚDE - IGS (HCX, CCR, LEPIC, LABEC e TRANSPORTE)	279	2
INSTITUTO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO – IMREA	1.303	14
INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA – IOT	1.153	43
INSTITUTO DE PSIQUIATRIA – IPQ	706	10
INSTITUTO DE RADIOLOGIA – INRAD	547	86
INSTITUTO DE TRATAMENTO DO CÂNCER INFANTIL – ITACI	439	8
INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO – ICESP	4.714	78
INSTITUTO DO CORAÇÃO – INCOR	12.001	81
INSTITUTO PERDIZES – IPER	753	6
TOTAL	39.164	432
TOTAL GERAL	39.596	

OUIDORIA GERAL DO SUS – SES/SP: Principais atividades realizadas no âmbito da Ouvidoria: A Ouvidoria Geral do SUS - SES/SP reafirma sua vontade institucional de fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando a contribuição social e incluindo nas decisões da gestão as avaliações, opiniões e ideias geradas pelos usuários dos serviços de saúde. Em 2025, buscamos ampliar a participação dos cidadãos na gestão do SUS e possibilitar a avaliação contínua da qualidade das ações e dos serviços prestados pelo SUS em todo o Estado. Ao longo do ano, diversas ações e projetos foram desenvolvidos, destacando-se quatro iniciativas que se sobressaíram pelos resultados alcançados: Informatização das Ouvidorias da Saúde Municipais, com a disponibilização do Sistema Ouvidor SES/SP para padronizar processos, ampliar a transparência e melhorar a gestão das manifestações. Projeto de Estagiários em Psicologia, voltado à formação e sensibilização de futuros psicólogos para a função de ouvidor em saúde pública, conforme os princípios do SUS. Projeto de Saúde Mental, webconferências com espaço de escuta e discussão de aspectos emocionais e preventivos, com foco no cuidado da saúde mental dos profissionais da Ouvidoria. Pesquisa de Satisfação, desenvolvimento de um sistema digital para coletar e analisar a satisfação dos usuários do SUS, permitindo avaliar a qualidade dos serviços de saúde, identificar oportunidades de melhoria e fortalecer a participação social.

Rede de Ouvidorias do SUS – SES/SP



Manifestações de janeiro a novembro de 2025			
	Protocoladas	Não Protocoladas	TOTAL
SES/SP	1.494	30.173	31.667
Gestão Estadual	149.375	260.986	410.361
Gestão Municipal	914	385	1.2GG
TOTAL	151.783	291.544	443.327

NÚCLEO GESTOR DE HUMANIZAÇÃO E SEGURANÇA DO PACIENTE: Principais atividades realizadas no âmbito da Humanização e Segurança do Paciente/2025: O Núcleo Gestor de Humanização e Segurança do Paciente (NGHSP) da Secretaria de Estado da Saúde é responsável pela coordenação e implementação da Política Estadual de Humanização (PEH) e do Programa Estadual de Qualidade e Segurança do Paciente, assegurando alinhamento aos princípios do SUS. Sua atuação abrange a disseminação dos conceitos de qualidade, segurança do paciente e humanização nas áreas da SES, unidades estaduais de saúde (hospitais e AMEs), Departamentos Regionais de Saúde (DRS) e municípios, além da implementação e monitoramento do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente. A Política Estadual de Humanização, alinhada à Política Nacional de Humanização, busca fortalecer vínculos, organizar o acesso aos serviços e integrar processos de trabalho, promovendo acolhimento, cogestão, clínica ampliada e valorização de usuários, trabalhadores e gestores. Qualidade e segurança do paciente são dimensões indissociáveis do cuidado em saúde. A qualidade refere-se ao atendimento das necessidades dos usuários com base em evidências, enquanto a segurança do paciente visa reduzir ao mínimo aceitável os riscos de danos evitáveis durante a assistência. A integração dessas estratégias contribui para um sistema de saúde mais eficiente, seguro e humanizado. *Ações Desenvolvidas:* Qualidade, Segurança do Paciente e Vigilância Sanitária. O NGHSP coordena o Programa Estadual de Qualidade e Segurança do Paciente, promovendo a integração entre Vigilância Sanitária e Núcleos de Segurança do Paciente (NSP), conforme diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (Portaria nº 529/2013) e da RDC nº 36/2013. Entre as principais ações destacam-se: Monitoramento diário de eventos adversos prioritários, óbitos e *never events* via NOTIVISA; Validação e acompanhamento de planos de ação pós-eventos; Lançamento do Programa Estadual de Qualidade e Segurança do Paciente (abril/2025); Monitoramento do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente (2021–2025); Participação em instâncias nacionais (ANVISA, CONASS); Coordenação do Núcleo Estadual de Gestão Estratégica em Segurança do Paciente (NEGESP-SP); Criação do GT Bipartite de Qualidade e Segurança (CIB); Oficinas de capacitação em segurança do paciente; Revisão do Plano Integrado 2026–2030; Avaliações anuais de práticas e cultura de segurança em parceria com a ANVISA. *Articulação Estadual do PROADI-SUS:* Atuação na articulação e monitoramento de projetos estratégicos do PROADI-SUS, incluindo: Lean nas Emergências; Política Nacional de Cuidados Paliativos; Saúde em Nossas Mãos; Reestruturação de Hospitais Públicos; Planificação da Atenção. *Apoio Técnico e Disseminação da PEH:* O apoio técnico às regiões de saúde visa fortalecer a cultura da humanização e a organização das redes de cuidado, por meio de: Apoio aos 26 articuladores regionais de Humanização; Implantação e acompanhamento de Grupos ou Comissões de Humanização; Elaboração e monitoramento dos Planos Institucionais de Humanização; Desenvolvimento da diretriz de Transição do Cuidado e Alta Responsável; Validação de processos e indicadores de humanização nos serviços sob gestão da SES. *Capacitações:* Foram realizadas



capacitações em segurança do paciente, abordando normativas da ANVISA, gestão de riscos e responsabilidades dos NSP, envolvendo 594 profissionais das DRS: Alto Tietê, Sorocaba, Botucatu, Piracicaba, Araçatuba, Taubaté e Baixada Santista. *Produção Técnico-Científica e Difusão do Conhecimento:* O NGHSP produziu e apoiou estudos, trabalhos e eventos sobre humanização, qualidade e segurança do paciente, com destaque para premiações, publicações científicas, apresentações em congressos nacionais e webinários temáticos. *Resultados Obtidos: Avaliação Anual de Práticas de Segurança – ANVISA:* Participação crescente dos serviços de saúde:

Ano	Serviços participantes
2025	326
2024	253
2023	237
2022	216
2021	243
2020	227
2019	211
2018	202
2017	204

Avaliação de Cultura de Segurança – ANVISA: Serviços participantes (avaliação bianual): 80 (2025). *Núcleos de Segurança do Paciente:* 2.467 serviços de saúde com NSP cadastrados (CNES – dez/2025). *Notificações ao SNVS – Parcial 2025 (NOTIVISA)*

Total	Sem dano	Dano leve	Moderado	Grave	Óbito	Never events
66.347	14.733	43.699	6.081	1.200	634	1.043

Projetos Prioritários para 2026: Capacitar 100% das macrorregiões do Estado em segurança do paciente; Alcançar 80% dos hospitais com UTI com NSP ativos no SNVS; Validar planos de segurança e humanização em 100% dos serviços sob gestão da SES; Monitorar 100% desses serviços por indicadores de qualidade, segurança e humanização; Publicar o Manual de Requisitos de Qualidade, Segurança e Humanização; Publicar a Política Estadual de Segurança do Paciente; Publicar a Política Estadual de Cuidados Paliativos. *GRUPO DE INFORMÁTICA EM SAÚDE /SES/SP:* Principais atividades realizadas no âmbito Grupo de Informática /2025: O Grupo de Informática em Saúde (GIS) é área técnica de apoio da Secretaria de Estado da Saúde, responsável por orientar, assessorar e acompanhar as Coordenadorias em temas relacionados à tecnologia da informação, assegurando o alinhamento das iniciativas tecnológicas às necessidades operacionais e estratégicas da SES. *Sistemas Estratégicos:* Início da implantação do novo Sistema de Gestão Hospitalar (AGHUse), integrado a base única de dados, em parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a SES/BA. Continuidade dos serviços de desenvolvimento, implantação, evolução, manutenção e sustentação de sistemas sob demanda, com uso de práticas ágeis e mão de obra especializada. *Infraestrutura e Segurança:* Contratação de licenças de segurança NGFW WatchGuard (firewall em HA) para o Datacenter SES. Prestação de serviços de suporte técnico, gerenciamento e administração dos ambientes de TI. Implantação de plataforma corporativa de antivírus com gerenciamento centralizado. *Sistemas Institucionais:* Sustentação e hospedagem do Sistema Remédio em Casa (Remédio SP). Manutenção evolutiva dos sistemas Vacivida e Vacinômetro. Desenvolvimento e manutenção dos sistemas legados da SES. Manutenção e hospedagem do Sistema S4SP, com suporte às unidades hospitalares. Evolução do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, incluindo folha



descentralizada, BI em nuvem e sustentação analítica. *Produtividade e Gestão Corporativa:* Contratação de solução PaaS para e-mail corporativo e Power BI. Suporte ao Sistema de Administração de Materiais (SAM) e ao Programa SP Sem Papel. *Análise de Dados, BI e Big Data:* Manutenção e evolução da solução de Analytics e Inteligência de Dados em nuvem. Adequação da infraestrutura para redução de custos e adequação ao contrato PRODESP. Criação, refatoração e disponibilização de painéis e indicadores estratégicos, abrangendo vigilância em saúde, assistência, gestão hospitalar, vacinação, orçamento, ouvidoria e indicadores municipais. *Suporte Operacional:* Locação de solução de videowall para centralização de informações estratégicas. Aquisição de equipamentos de informática: 694 desktops, 126 notebooks e 245 pontos de Wi-Fi. *Projetos e Atividades em 2025:* Desenvolvimento de API integradora com a plataforma SINHA. Integração de dados da SES à RNDS(MS) via SIRESP. Desenvolvimento da nova Intranet da SES e do Portal da Saúde Digital Paulista. Sistemas para acompanhamento de notificações de hepatites e propostas parlamentares. Cooperação técnica com a SES-GO para o sistema SDME (Sistema de Dispensação de Medicamentos). *AGHUse – Implantação – Novo Sistema Hospitalar:* Diagnóstico institucional, mapeamento de processos, padronização de fluxos, definição da arquitetura em nuvem e capacitação da equipe. Sistemas Mantidos: Manutenção de mais de 89 sistemas, com melhorias contínuas. Atualização do banco de dados Oracle (12 para 19) nos sistemas S4SP e SIGHLAB. 10. Indicadores Operacionais – OTRS (2025). Total de 2.225 chamados registrados, entre demandas, incidentes e requisições. *Governança e Projetos em Execução:* Repatriação e internalização de sistemas. Melhoria da comunicação entre TI e áreas usuárias. Desenvolvimento de novos sistemas (Portal NIES, Sistema de Transplantes, RH, RemédioSP). Estudos para implantação de Inteligência Artificial no NIES (Núcleo de Informações Estratégicas em Saúde). Migração de aplicações externas e levantamento de requisitos para novos sistemas corporativos. *Outras Realizações:* Inauguração da Sala de Situação da Saúde, no âmbito do CIEGES. *Conclusão:* Em 2025, o GIS consolidou-se como área estratégica para a modernização tecnológica da Secretaria de Estado da Saúde. Os avanços em sistemas, infraestrutura, segurança, BI e governança digital ampliaram a eficiência institucional e fortaleceram a capacidade de gestão, contribuindo diretamente para a melhoria dos serviços prestados à população paulista. **NÚCLEO DE INFORMAÇÕES DA REDE ASSISTENCIAL – NIRA SES/SP:** Principais atividades realizadas no âmbito da CRS: NIRA – Núcleo de Informações da Rede Assistencial tem como principal atribuição a gestão e o monitoramento das informações referentes aos serviços prestados no Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na Tabela SUS Paulista e nos indicadores de saúde dos diferentes níveis de atenção. *Tabela SUS Paulista:* O NIRA é responsável pelo cálculo da produção dos prestadores habilitados na Tabela SUS Paulista, realizando o acompanhamento sistemático dos indicadores de internações e atendimentos ambulatoriais. No período de janeiro a setembro de 2025, foram beneficiadas 716 instituições, com repasses totais de R\$ 3.539.229.293,81. Ressalta-se que ainda há três competências pendentes, cujo pagamento é necessário para o encerramento do exercício de 2025. Adicionalmente, o Núcleo mantém a atualização periódica dos painéis de Business Intelligence (BI), que consolidam dados sobre internações, cirurgias eletivas e a própria Tabela SUS Paulista, subsidiando a gestão, a transparência e o monitoramento contínuo da rede assistencial. *IGM – Indicadores de Gestão Municipal:* Compete ao NIRA o cálculo e o monitoramento dos dez Indicadores de Gestão Municipal, aplicáveis aos 645 municípios do Estado de São Paulo, com base nos três quadrimestres do exercício de 2025. Esses indicadores permitem a avaliação individualizada do desempenho municipal na Atenção Primária à Saúde. Em 2025, o total de recursos repassados aos municípios para o fortalecimento da Atenção Primária, incluindo o bônus para enfrentamento da dengue, foi de R\$ 683.123.865,39, contribuindo para a qualificação dos serviços e o fortalecimento das ações de prevenção e controle de doenças



endêmicas. *Considerações finais:* As atividades desenvolvidas pelo NIRA ao longo de 2025 evidenciam seu papel estratégico na qualificação da gestão da informação, na transparência do uso dos recursos públicos e no fortalecimento da rede assistencial, com especial atenção à Atenção Primária à Saúde em todo o Estado de São Paulo. Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB: Principais atividades realizadas no âmbito da HCFMB: Apresentação institucional: A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) coordena o Sistema Estadual de Saúde, com o objetivo de garantir acesso, qualidade e eficiência à saúde da população paulista, seguindo os princípios do SUS. O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB), vinculado à SES-SP, é um centro de referência em média e alta complexidade, atuando também como hospital universitário, com foco em assistência, ensino, pesquisa, inovação e formação de profissionais. *Síntese Executiva do Exercício 2025:* Em 2025, o HCFMB consolidou sua posição de referência, expandindo sua capacidade assistencial e avançando em governança e projetos estratégicos. Aumento na demanda por cuidados de alta complexidade, como doenças crônicas e terapias avançadas, exigiu adaptação e ampliação da infraestrutura e serviços. O hospital implementou inovações em saúde digital, com destaque para o Programa Estadual de TeleUTI, e projetos de modernização em diversas áreas. *Transformações Institucionais:* Em 2025, o hospital avançou significativamente em governança e infraestrutura, com a conclusão de 34 projetos de TI, melhorias em setores como hemodiálise e obstetrícia, e a implementação de soluções em inteligência artificial aplicadas à gestão e à assistência. Além disso, a área de qualidade e segurança do paciente evoluiu com a expansão de protocolos e práticas educativas contínuas. *Principais Entregas Assistenciais e Estratégicas: Crescimento da produção assistencial:* aumento nas cirurgias e transplantes, além de maior volume de procedimentos especializados, como neuroendovasculares (146%) e vasculares (43%). *Fortalecimento das redes de atenção:* o HCFMB consolidou-se como referência estadual em várias especialidades, alinhando-se às diretrizes da SES-SP. Avanços em saúde digital e telemedicina: o Programa TeleUTI tornou o hospital centro regional de replicação, com impacto positivo na redução da mortalidade. *Expansão acadêmica e científica:* destaque para a formação contínua de profissionais e o desenvolvimento de 385 projetos de pesquisa. *Governança e Transparência:* O HCFMB aprimorou sua governança, com a Ouvidoria registrando mais de 4.400 manifestações e com aumento na transparência das ações por meio de auditorias, controles internos e canais de comunicação. *Indicadores-Chave de 2025: Assistência:* aumento de produção e ampliação da oferta em alta complexidade. *Gestão:* evolução organizacional e integração de sistemas. *Infraestrutura e Tecnologia:* modernizações físicas e tecnológicas. *Inovação:* aplicação de IA, avanços em saúde digital. *Qualidade e Segurança:* fortalecimento de protocolos e vigilância. *Impactos Regionais e Contribuição ao SUS Paulista:* O HCFMB fortaleceu o SUS paulista ao expandir a cobertura assistencial e melhorar a resolutividade em áreas críticas como AVC e infarto. A atuação da TeleUTI reduziu a mortalidade nas unidades assistenciais regionais, e a formação contínua de profissionais ampliou a capacidade de resposta da rede. O exercício de 2025 consolidou o HCFMB como uma instituição robusta e inovadora, comprometida com a excelência, sustentabilidade e resultados, com impacto direto na melhoria da saúde pública e na formação de profissionais para o SUS paulista. *Metas Institucionais e Grau de Cumprimento – Exercício 2025:* Em 2025, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) apresentou elevado grau de cumprimento das metas institucionais, com resultados expressivos em todos os eixos estratégicos. No Eixo de Governança Institucional e Planejamento, foi implantado e consolidado o novo modelo de Planejamento Institucional, com conclusão do PDG 2025, implantação do banco de projetos e revisão de processos críticos, atingindo 100% da meta. A maturidade do Controle Interno avançou significativamente, com padronização de fluxos, novas matrizes de responsabilização e ampliação



das auditorias, alcançando 95%. No Eixo de Gestão Assistencial e Redes de Atenção, destacaram-se a ampliação da oferta em alta complexidade, com crescimento de 146% nos procedimentos neuroendovasculares, 43% nos vasculares, 27% nos transplantes e 24% na hemodinâmica, superando amplamente a meta pactuada. Houve redução superior a 30% dos atendimentos espontâneos e qualificação do processo regulatório via CROSS e NIR (90%). As ações de Segurança do Paciente foram fortalecidas, com ampliação de protocolos e vigilância, atingindo 95%. No Eixo de Gestão de Pessoas, avançou a revisão de processos administrativos, com redução de inconsistências (80%). Destaca-se a substituição de aproximadamente 700 vínculos temporários por contratos CLT, atingindo 100% da meta, além da ampliação das ações de acolhimento, humanização e saúde ocupacional (90%). No Eixo de Infraestrutura Física e Engenharia Clínica, foram concluídas obras estruturantes, como a ampliação do Ambulatório de Especialidades e adequações de sistemas críticos (100%). As obras iniciadas em 2025 apresentaram avanço médio de 85%, e o parque tecnológico foi modernizado com atualização de equipamentos essenciais (90%). No Eixo de Tecnologia, Inovação e Saúde Digital, foram entregues 34 projetos de modernização da infraestrutura de TI e implantados 13 projetos de Inteligência Artificial, ambos com 100% de cumprimento. A consolidação da TeleUTI e da Saúde Digital superou as metas, com redução do SMR de 0,91 para 0,81 e reconhecimento do HCFMB como Centro Replicador Regional. No Eixo de Qualidade, Segurança e Transparência, houve fortalecimento da cultura de qualidade, com revisão de protocolos e ampliação de auditorias (95%), expansão da vigilância epidemiológica com monitoramento bacteriológico ampliado (100%) e consolidação da transparência institucional, com 4.484 manifestações respondidas pela Ouvidoria e elevado índice de satisfação (100%). Por fim, no Eixo de Ensino, Pesquisa e Extensão, o HCFMB consolidou sua política de pesquisa, com 385 projetos ativos (100%), e ampliou as ações formativas e educacionais por meio da Escola de Educação em Saúde, alcançando 90% da meta.

Governança Institucional e Planejamento Estratégico: Em 2025, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) consolidou um modelo de governança institucional integrado, orientado à tomada de decisão baseada em evidências e alinhado às diretrizes da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), aos princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade pública. A governança opera por meio de instâncias formais de decisão e acompanhamento, com destaque para a Superintendência, câmaras e comitês técnicos, comissões permanentes e instâncias estratégicas ampliadas, como o Núcleo Interno de Regulação (NIR), o Planejamento Estratégico, o Comitê de Governança Digital (CIMED) e o Núcleo de Inteligência Artificial (NIA). Essa estrutura assegura integração entre as áreas assistenciais, administrativas, acadêmicas e de inovação. Ao longo do exercício, o HCFMB aprofundou a adoção de modelos contemporâneos de gestão pública, com revisão do Planejamento Estratégico Institucional, implantação do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG) e do Banco Centralizador de Projetos, fortalecimento da gestão por processos, ampliação do uso de indicadores e dashboards gerenciais, gestão de riscos e controles internos, além da integração regional nas Redes de Atenção e da consolidação do hospital como Centro Replicador do Programa TeleUTI. A governança institucional esteve ancorada em marcos normativos estaduais, normativas internas, regulações assistenciais e sanitárias, diretrizes acadêmicas e normas de governança digital, fortalecendo a padronização, a rastreabilidade dos atos administrativos e a segurança jurídica. Houve avanços significativos em transparência, integridade e conformidade, com ampliação dos canais de comunicação institucional, aprimoramento da Ouvidoria, modernização da gestão documental, fortalecimento das práticas de compliance e ampliação das auditorias internas, apoiadas pelo uso crescente de dados estruturados e soluções de tecnologia e inteligência artificial. Entre os principais projetos e ações estratégicas destacam-se o PDG, o Banco de Projetos, a revisão



de processos críticos, a modernização dos sistemas de TI, a expansão de projetos de inteligência artificial, o fortalecimento da governança assistencial e das Redes do SUS Paulista, a execução de projetos estruturantes de infraestrutura e tecnologia assistencial, as iniciativas de qualidade, segurança e integridade institucional e as ações de desenvolvimento humano e valorização das pessoas. *Execução Orçamentária e Financeira – Exercício 2025:* O exercício de 2025 foi marcado por um cenário econômico-financeiro restritivo, exigindo elevada capacidade técnica e rigor na gestão orçamentária para assegurar a continuidade da assistência. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 apresentou redução aproximada de 8,5% nos recursos do Tesouro Estadual em relação ao exercício anterior, equivalente a cerca de R\$ 30 milhões, além de contingenciamento de 5% no custeio. As projeções iniciais indicaram insuficiência orçamentária a partir de setembro de 2025, com déficit estimado em aproximadamente R\$ 47 milhões, considerando reajustes contratuais, manutenção da capacidade assistencial e encerramento de contratos. Diante desse cenário, o HCFMB intensificou o planejamento financeiro, a priorização estratégica e a articulação institucional junto à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria da Fazenda, visando mitigar riscos e garantir a sustentabilidade da assistência. *Estratégias de Gestão Financeira:* Diante do cenário orçamentário restritivo em 2025, o Departamento Econômico, Financeiro e Contábil (DEFC) adotou medidas estruturadas para mitigar riscos e assegurar a continuidade da assistência. Entre as principais ações destacam-se a reprogramação orçamentária com priorização de serviços essenciais, a elaboração de projeções financeiras com análise de cenários, a intensificação das tratativas técnicas junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) e à Secretaria da Fazenda, além da reestruturação do acompanhamento do fluxo de caixa no sistema SIEDESC. O processo de adequação do SIEDESC, desenvolvido ao longo de aproximadamente oito meses, resultou em um modelo mais robusto e aderente às normas, reconhecido pela Secretaria da Fazenda como base confiável para decisões de suplementação orçamentária. Como resultado das negociações institucionais, o HCFMB recebeu suplementação orçamentária de R\$ 48,3 milhões, garantindo a cobertura financeira do último trimestre de 2025, a manutenção integral da infraestrutura assistencial e a continuidade dos serviços de média e alta complexidade sem prejuízo à população atendida. O elevado volume operacional do exercício reflete a complexidade da gestão financeira do hospital, com a emissão de mais de 10,5 mil notas de empenho e cerca de 20,8 mil ordens bancárias, abrangendo despesas com pessoal, contratos continuados, insumos, investimentos e demais custos operacionais. A Tabela SUS Paulista consolidou-se como instrumento fundamental para a sustentabilidade econômico-financeira, com repasses estimados em aproximadamente R\$ 90 milhões em 2025, viabilizando investimentos superiores a R\$ 25 milhões, a renovação do parque tecnológico, a execução de obras e a aquisição de equipamentos e mobiliários, sem geração de déficit. *Gestão Assistencial e Redes de Atenção:* Em 2025, a gestão assistencial do HCFMB avançou na organização dos serviços, na integração regional e na ampliação da oferta em alta complexidade, reafirmando seu papel como hospital de referência regional e estadual no SUS Paulista. A assistência hospitalar evoluiu com foco na qualificação dos fluxos de urgência e emergência, internação, regulação e apoio diagnóstico, bem como no fortalecimento das linhas de cuidado prioritárias, como cardiovascular, neurovascular, oncologia, trauma, transplantes, nefrologia e materno-infantil, apoiada pela revisão de processos, padronização clínica e aprimoramento de protocolos. O hospital manteve participação ativa na governança das Redes de Atenção, contribuindo para a ampliação da oferta regulada, suporte técnico aos municípios, capacitações e articulação regional, com destaque para projetos estruturantes como a TeleUTI. No campo da regulação assistencial, foram modernizados os fluxos do Núcleo Interno de Regulação (NIR), fortalecida a integração com a CROSS e implementados critérios clínicos padronizados, resultando na redução de demandas espontâneas indevidas e na



melhoria do acesso regulado. Projetos assistenciais estratégicos e inovações clínicas incluíram a consolidação da TeleUTI, programas de qualificação clínica, reorganização de fluxos em áreas de alta complexidade, iniciativas de humanização e ampliação do uso de tecnologia e inteligência artificial na prática assistencial. A humanização do cuidado foi fortalecida por meio de ações de acolhimento, apoio psicossocial, mediação de conflitos e atuação integrada com equipes multiprofissionais, especialmente em setores críticos. Na área de segurança do paciente e vigilância epidemiológica, houve expansão de protocolos, intensificação da vigilância microbiológica, ações educativas contínuas e uso de dados para monitoramento de riscos e eventos. O apoio diagnóstico e terapêutico foi ampliado com reorganização de fluxos, expansão de horários, integração tecnológica e melhoria dos processos de agendamento e laudos. Por fim, a articulação ensino–serviço foi fortalecida, com participação ativa de estudantes, residentes e pesquisadores nas rotinas assistenciais, além de ações de educação permanente coordenadas pela Escola de Educação em Saúde, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das equipes. *Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Talentos:* Em 2025, a gestão de pessoas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) foi orientada pelo fortalecimento institucional, reorganização da força de trabalho, profissionalização dos processos e promoção de um ambiente seguro e humanizado. As ações conduzidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), em articulação com SESMT, NHP, EES e instâncias de governança, consolidaram políticas de valorização, qualificação e cuidado com o trabalhador. Houve avanços na governança de pessoal, com revisão e padronização de processos críticos de RH, integração entre setores, adequação do organograma institucional, fortalecimento da gestão documental, melhoria da comunicação interna e maior conformidade administrativa. A reorganização da força de trabalho foi um marco do exercício, com substituição de vínculos temporários por contratos permanentes (CLT), melhor distribuição de profissionais em áreas críticas, revisão de perfis e escalas de trabalho e valorização de preceptores e profissionais envolvidos em ensino e formação. As ações de desenvolvimento profissional foram ampliadas por meio de cursos, treinamentos, programas de educação permanente e iniciativas de formação de lideranças, com integração entre assistência, ensino e pesquisa. Destacaram-se o apoio à preceptoria, as capacitações multiprofissionais e as ações educativas articuladas com qualidade, segurança do paciente e vigilância. Na área de saúde, segurança e bem-estar do trabalhador, o SESMT e o Núcleo de Humanização de Pessoas (NHP) fortaleceram ações de prevenção de riscos, monitoramento da saúde ocupacional, acolhimento, apoio psicossocial, adequações ergonômicas e intervenções intersetoriais, promovendo melhoria das condições de trabalho. O DGP também avançou na modernização dos sistemas e processos de RH, com padronização de registros, melhoria da qualidade dos dados, aumento da rastreabilidade e maior integração com TI, Controle Interno e Qualidade, além do fortalecimento da cultura organizacional, do engajamento e das práticas de humanização voltadas aos trabalhadores. *Infraestrutura Física, Engenharia Clínica e Tecnologia Assistencial:* Em 2025, o HCFMB registrou avanços relevantes em infraestrutura física e tecnologia assistencial, com conclusão de obras essenciais, execução de projetos estruturantes e fortalecimento da gestão de tecnologias em saúde, sob coordenação da GEAH e da Engenharia Clínica. Entre as principais entregas, destacam-se a ampliação do Ambulatório de Especialidades, adequações estruturantes em áreas críticas, modernização dos sistemas elétricos e hidráulicos e intervenções de requalificação do Hemocentro, assegurando conformidade sanitária, segurança transfusional e continuidade assistencial. Projetos estruturantes iniciados em 2025 e em andamento incluem a ampliação da Hemodiálise, reestruturação da Obstetrícia, implantação do novo Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), modernização da Central de Material e Esterilização (CME) e atualização das cabines elétricas, ampliando a segurança energética e a capacidade operacional. A Engenharia



Clínica avançou na modernização de equipamentos críticos, adoção de manutenção preventiva estruturada, gestão de riscos tecnológicos, rastreabilidade patrimonial e integração com TI e áreas assistenciais, fortalecendo a confiabilidade e a segurança das tecnologias utilizadas no cuidado. *Tecnologia, Transformação Digital e Inovação:* A transformação digital do HCFMB avançou de forma consistente em 2025, sustentada por governança integrada entre Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação (CIMED), Núcleo de Inteligência Artificial (NIA) e áreas assistenciais. Foram realizadas integrações sistêmicas entre plataformas assistenciais e administrativas, padronização de cadastros, melhorias na infraestrutura de TI, ampliação da conectividade em áreas críticas e reforço da segurança da informação, com políticas alinhadas às diretrizes estaduais, auditorias e monitoramento contínuo. Destacaram-se as automações de processos administrativos e assistenciais, reduzindo retrabalho e aumentando a eficiência em fluxos como admissões, RH, controle de materiais e processos regulatórios. O Núcleo de Inteligência Artificial consolidou-se como estrutura técnica estratégica, com aplicações em dashboards analíticos, vigilância epidemiológica, automações inteligentes, modelos preditivos, organização de bases de dados e suporte à tomada de decisão clínica e gerencial. *Projetos Digitais Estratégicos Implantados pelo Planejamento Estratégico:* Em 2025, o HCFMB implementou três marcos digitais importantes: Assinatura Digital Certificada (ICP-Brasil); Implantação de infraestrutura normativa e operacional; Transição segura de processos para o ambiente digital, eliminando fluxos em papel e padronizando procedimentos. *Plataforma de Prescrição Eletrônica Integrada:* Introdução de prescrições 100% digitais, com rastreabilidade e integração aos sistemas assistenciais, aumentando a segurança e a eficiência. *Telemedicina e Telessaúde:* Desenvolvimento de fluxos digitais e suporte ao modelo TeleUTI, integrando com sistemas de atendimento para expandir a teleassistência. *Impacto Estratégico Institucional:* As iniciativas digitais promoveram: Integração entre áreas administrativas e clínicas; Melhoria na rastreabilidade documental e otimização dos fluxos assistenciais; Aumento da segurança do paciente e fortalecimento da governança institucional. *Projeto Replicador TeleUTI:* O HCFMB atuou como Centro Replicador da SES-SP, contribuindo com: Suporte remoto a hospitais parceiros; Capacitação contínua de equipes regionais; Integração com indicadores e governança digital. *Qualidade, Segurança e Ouvidoria:* Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua: Em 2025, o HCFMB consolidou a qualidade e segurança com: Fortalecimento de programas transversais de capacitação e monitoramento de resultados; Padronização de procedimentos operacionais e atualização de fluxos administrativos. *Segurança do Paciente:* O Núcleo de Segurança do Paciente ampliou protocolos essenciais, como: Identificação segura, prevenção de quedas e segurança medicamentosa. Monitoramento de infecções e ações corretivas. *Ouvidoria e Transparência:* A Ouvidoria aprimorou seus serviços com: Atendimento presencial e remoto, mediação entre pacientes e equipes. Melhoria na triagem e resolução de manifestações. *Ensino, Pesquisa e Extensão: Campo de Formação:* O HCFMB foi essencial para a formação de estudantes e residentes, com destaque para: Estágio curricular supervisionado, atividades de ensino e integração ensino-serviço. Programas de residência médica e multiprofissional. *Educação Permanente:* Em 2025, foram realizadas 6.000 participações em mais de 100 atividades educativas, com foco em capacitações contínuas e especializações. *Pesquisa Institucional:* Linhas de pesquisa prioritárias incluíram: Doenças crônicas, oncologia, saúde materno-infantil, e vigilância epidemiológica. Colaborações com universidades e redes estaduais. *Extensão e Articulação Acadêmica:* O HCFMB fortaleceu sua atuação com a UNESP e a comunidade por meio de projetos de promoção da saúde, capacitações regionais e suporte técnico a municípios. *Sustentabilidade, ESG e Responsabilidade Socioambiental:* Em 2025, o HCFMB consolidou práticas de sustentabilidade, ESG e responsabilidade socioambiental, alinhadas às diretrizes estaduais e às boas práticas da administração pública. As ações abrangeram



gestão ambiental, responsabilidade social e apoio territorial, reforçando eficiência, ética e impacto social positivo. *Gestão Ambiental e ESG*: Avanços incluíram uso racional de água, energia e insumos, redução de desperdícios, modernização de infraestrutura (sistemas elétricos e hidráulicos) e fortalecimento da governança ambiental. Destaca-se a redução do uso de papel com assinatura digital e prescrição eletrônica, além do monitoramento de consumo energético, resíduos e condições ambientais. *Responsabilidade Social*: O hospital manteve forte articulação regional na DRS VI, com ações educativas, campanhas em saúde, apoio a municípios e programas integrados à TeleUTI, CCIRAS e Vigilância Epidemiológica. Programas de voluntariado e iniciativas comunitárias reforçaram o acolhimento e o impacto social positivo. *Unidades sob Gestão Institucional: HEBo e SARAD: Hospital Estadual de Botucatu (HEBo)*: Unidade estratégica voltada a cirurgias eletivas de baixa e média complexidade e ao cuidado oncológico ambulatorial. Em 2025, destacou-se pela adequação do perfil assistencial, mutirões cirúrgicos, capacitação de equipes, projetos de humanização, ações ambientais e forte atuação como campo de ensino. O HEBo ampliou a capacidade eletiva do complexo HCFMB e contribuiu para a redução da pressão sobre o hospital central. *SARAD – Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Outras Drogas*: Serviço regional de referência em saúde mental, com 50 leitos ativos. Em 2025, ampliou a cobertura assistencial, implantou protocolos clínicos e de segurança, estruturou fluxos assistenciais, fortaleceu projetos terapêuticos e ações educativas, consolidando práticas seguras e integração com a RAPS e a rede intersetorial. *Conclusão Institucional e Perspectivas 2026*: O ano de 2025 marcou o fortalecimento institucional do HCFMB, com avanços relevantes em governança, assistência, infraestrutura, transformação digital, qualidade, gestão de pessoas, ESG e ensino-pesquisa-extensão. Para 2026, permanecem como prioridades a continuidade de obras e reestruturações assistenciais, a ampliação da transformação digital e da inteligência analítica, o fortalecimento da qualidade e segurança do paciente, a educação permanente, a gestão de pessoas, a expansão da TeleUTI e o aprofundamento das ações ambientais e de sustentabilidade.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Apresentação - Em atendimento à solicitação da Casa Civil, no âmbito da elaboração do Relatório Anual das Atividades da Administração Estadual – exercício 2025, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo apresenta o presente relatório, que consolida metas, projetos, programas e ações desenvolvidas ao longo de 2025, incluindo, de forma concisa, as informações pertinentes às entidades vinculadas, observadas as orientações de uniformidade expositiva e objetividade. O documento integra o conjunto de subsídios para a Mensagem Governamental a ser apresentada pelo Senhor Governador na sessão inaugural da Assembleia Legislativa em 2026, como instrumento de transparência e prestação de contas, evidenciando resultados e avanços obtidos no exercício de 2025. O ano de 2025 foi marcado por uma entrega de alto impacto para o Estado: o fim do fluxo concentrado de usuários de drogas na região central da Capital, tradicionalmente associado às cenas abertas de uso conhecidas como “Cracolândia”, com seis meses sem recomposição após o esvaziamento ocorrido em maio. Trata-se de resultado associado a um trabalho coordenado e integrado entre segurança pública, saúde e desenvolvimento social, com apoio municipal — conforme enfatizado pelo Governador ao destacar que não se tratou de “mágica”, mas de ação coordenada com objetivos claros. Ao longo deste relatório, esses resultados serão demonstrados com base nas ações empreendidas e em evidências objetivas, incluindo a redução expressiva de crimes patrimoniais nas áreas diretamente impactadas (de maio a setembro: um decréscimo de 63% nos roubos e de 29,8% no total de furtos e roubos). Nesse contexto, o Programa Muralha Paulista é apresentado como uma base estruturante que viabiliza a atuação integrada da SSP, ao ampliar a capacidade de monitoramento, integração de informações e coordenação de respostas, contribuindo para qualificar o planejamento, a tomada de decisão e a presença estatal em territórios sensíveis — incluindo aqueles impactados pelas ações que resultaram na desmobilização das cenas abertas de uso. *Escopo, fontes e organização:* As informações aqui apresentadas restringem-se ao exercício de 2025 e priorizam redação objetiva, com uso predominante de quadros e tabelas. O relatório está organizado em seções temáticas que articulam execução financeira e investimentos, fortalecimento de capacidades (infraestrutura, equipamentos e capital humano), desempenho operacional, portfólio estratégico e governança, transparência e gestão de desempenho. *Investimentos, Produtividade e Resultados* - Execução Orçamentária e Principais Investimentos: Esta seção apresenta a síntese da execução orçamentária da Secretaria da Segurança Pública no exercício de 2025, organizada conforme a estrutura programática do PPA 2024–2027, de modo a evidenciar, por Programa Orçamentário, os principais marcos da execução (dotação, empenho, liquidação e pagamento), inclusive quanto a restos a pagar. Em complemento, os dados são consolidados por categoria/grupo de despesa, permitindo visão agregada do comportamento das despesas correntes e de capital, e incluem o recorte dos principais investimentos do período, com quantitativos e valores, abrangendo modernização de frota, aquisição de equipamentos e obras de infraestrutura.

1801 - Fortalecimento e Integração da Polícia Judiciária						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos



DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.160.160.840,00	R\$ 4.585.163.039,54	R\$ 4.532.406.394,38	R\$ 0,00	R\$ 4.521.794.933,05	R\$ 357.978.536,81
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 39.585.969,00	R\$ 38.855.630,15	R\$ 24.996.644,33	R\$ 0,00	R\$ 24.924.228,85	R\$ 1.058.419,12
1811 - Corpo de Bombeiros: Respondendo as Emergências, Gerindo Riscos com Eficiência						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 124.581.301,00	R\$ 91.253.166,86	R\$ 49.807.833,88	R\$ 0,00	R\$ 47.102.841,68	R\$ 18.144.292,46
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.416.863,00	R\$ 909.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.235.400,00
1814 - Polícia Científica: Ciência e Tecnologia Esclarecendo Crimes						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 943.331.503,00	R\$ 753.441.868,66	R\$ 735.979.514,79	R\$ 0,00	R\$ 732.234.394,35	R\$ 71.188.255,46
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 6.223.000,00	R\$ 5.801.055,59	R\$ 5.571.851,60	R\$ 0,00	R\$ 5.348.122,76	R\$ 7.237.533,05
1817 - Programa de Proteção Social do Policial Militar (Ppspm)						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 308.697.842,00	R\$ 300.336.296,55	R\$ 273.687.241,23	R\$ 0,00	R\$ 273.567.417,90	R\$ 993.076,58
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 565.010,00	R\$ 556.101,65	R\$ 50.246,53	R\$ 0,00	R\$ 50.246,53	R\$ 1.930.384,91
1819 - Proteção e Defesa Do Cidadão						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos



DESPESAS CORRENTES	R\$ 11.781.095.526,00	R\$ 9.863.715.161,29	R\$ 9.565.549.721,17	R\$ 0,00	R\$ 8.966.205.227,63	R\$ 809.645.145,03
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 88.966.683,00	R\$ 54.166.335,38	R\$ 8.011.598,80	R\$ 0,00	R\$ 6.876.579,83	R\$ 14.844.006,98
1820 – Integração da Segurança Publica						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 690.430.425,00	R\$ 597.547.616,47	R\$ 474.548.660,22	R\$ 0,00	R\$ 450.185.299,85	R\$ 72.355.760,70
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.284.306.287,00	R\$ 749.559.505,83	R\$ 319.530.219,56	R\$ 0,00	R\$ 283.594.223,87	R\$ 93.290.890,89
2831 - Política Sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.475,20
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5125 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares						
Categoria Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
DESPESAS CORRENTES	R\$ 9.800.083,00	R\$ 6.094.035,37	R\$ 2.778.836,86	R\$ 0,00	R\$ 2.526.150,20	R\$ 3.595.865,73
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 22.411.403,00	R\$ 19.965.408,58	R\$ 13.048.699,02	R\$ 0,00	R\$ 12.202.990,92	R\$ 6.764.350,46

Execução Orçamentária por Categoria de Despesas



Despesas Correntes						
Grupo de Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.788.756.910,00	12.703.930.612,10	12.703.930.592,10	0,00	12.243.552.991,88	854.145.293,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.229.340.610,00	3.992.345.652,30	3.457.039.249,41	0,00	3.356.996.042,58	480.220.406,53
Despesas de Capital						
Grupo de Despesa	Dotação Orçamentária	Empenhado	Liquidado Balanço	Inscritos RPNP	Pago	Pago de Restos
INVESTIMENTOS	1.336.265.400,00	872.320.869,47	433.499.848,42	0,00	390.835.644,60	135.382.276,55

Modernização da Frota: Uma parcela significativa do investimento de capital foi direcionada para a modernização completa da frota policial, um fator crítico para melhorar os tempos de resposta, a cobertura de patrulha e a mobilidade operacional. Essas aquisições garantem que as agências de segurança pública tenham os veículos confiáveis e especializados necessários para desempenhar suas funções com eficácia em toda a diversificada geografia do estado.

Descrição do item	Quantidade	Valor empenhado
viaturas	1.999	R\$ 328.334.740,00
ônibus/micro-ônibus	13	R\$ 11.081.800,00
caminhões	31	R\$ 87.925.000,00
embarcações	38	R\$ 1.510.529,42
motocicletas	35	R\$ 1.420.300,00

Aprimoramento de Equipamentos Táticos e Tecnológicos: Investimentos em equipamentos de última geração são essenciais para a proteção dos policiais e para o aumento da precisão e eficácia do trabalho policial. As aquisições em 2025 focaram na modernização de equipamentos de proteção individual, armamentos e ferramentas tecnológicas avançadas para investigação e resposta a emergências, contribuindo diretamente para operações mais seguras e eficientes.

Descrição do item	Quantidade	Valor empenhado
armamentos	5.865	R\$ 12.086.219,23
coletes	19.485	R\$ 24.940.800,00
microcomputadores	5.098	R\$ 16.998.535,80
notebooks	376	R\$ 1.469.750,00
conjuntos de almofadas pneumáticas	35	R\$ 4.725.000,00
equipamentos autônomos de combate a incêndio	62	R\$ 3.186.800,00
câmeras termográficas	38	R\$ 1.838.197,70
rádios transceptores	450	R\$ 1.496.250,00



etilômetros definitivo	400	R\$ 6.400.000,00
aquisição de firewall	1	R\$ 2.380.000,00
microscópio comparador balístico óptico	1	R\$ 1.397.879,00
monitores	330	R\$ 247.830,00

Desenvolvimento de Infraestrutura: A modernização da infraestrutura física das forças de segurança é crucial para a prontidão operacional, a eficiência administrativa e a prestação de um serviço público adequado. Em 2025, foram realizados investimentos significativos na construção de novas instalações e na reforma das existentes. Os principais projetos, totalizando mais de R\$ 102 milhões, incluíram a construção de novos centros de comando, como o COPOM no CPI-3, o desenvolvimento de novos quartéis-generais de batalhão em Guarujá e Sorocaba, a reforma de diversas delegacias de polícia e a construção de instalações especializadas para o Corpo de Bombeiros e o Comando de Aviação da Polícia Militar. Essas obras melhoram as bases operacionais a partir das quais as forças de segurança servem à comunidade.

Obra/local	Valor contratado
Recuperação estrutural das galerias e torre vazada da Escola Superior de Bombeiros - Franco da Rocha	R\$ 5.398.799,14
Reforma das Delegacias de Polícia: 12º, 66 e 100	R\$ 9.808.486,90
Conclusão da obra do 21º BPM/I Guarujá	R\$ 30.140.000,00
COPOM CPI-3	R\$ 28.450.000,00
4ª Cia PM do 16º BPM/I - Santa Fé do Sul	R\$ 3.828.951,64
Nova Sede da 2ª CIA do 9º BPM/I - Tupã	R\$ 2.049.999,99
Construção da nova Sede do Comando de Bombeiros do Interior Um (CBI-1)	R\$ 9.192.648,27
Reforma e adequação do Centro de Operações da Polícia Militar do CPI-7	R\$ 5.599.500,00
Reconstrução, readequação e inovação da futura sede da DDM do Município de Itu/SP	R\$ 2.134.900,00
Reforma e readequação da Base do Comando de Aviação da Polícia Militar (BAVPM) Sorocaba	R\$ 974.978,05
Construção da sede do novo Batalhão da Polícia Militar do Interior - 55º BPM/I - Sorocaba	R\$ 4.744.000,00

No entanto, esses recursos físicos avançados são tão eficazes quanto o pessoal que os utiliza. A seção a seguir detalha a estratégia de capital humano, concebida para garantir que esse arsenal modernizado seja acompanhado por uma força policial completa, bem treinada e motivada. **Estratégia de Capital Humano:** Em 2025, a Secretaria da Segurança Pública consolidou uma estratégia de capital humano orientada à redução da defasagem de efetivo e ao fortalecimento das capacidades institucionais, reconhecendo que a recomposição do quadro é condição essencial para sustentar a resposta operacional, a expansão de projetos e a melhoria contínua dos serviços prestados à população. **Evolução do déficit:**

Instituição	Déficit - início da gestão	Vagas não preenchidas - Início da gestão	Déficit - final de 2024	Vagas não preenchidas - Final de 2024



Polícia Militar	14,8%	13.902	13,7%	12.925
Polícia Civil	34,6%	11.642	27,1%	9.043
Polícia Técnico-Científica	26,4%	1.196	24,8%	1.126

Quadro atual e recomposição em andamento: Em outubro de 2025, o efetivo total era de 109.043 servidores (PM 81.067; PC 24.352; SPTC 3.624), com 22.794 vagas não preenchidas (12.735 na PM; 9.103 na PC; 956 na SPTC). A recomposição do efetivo foi conduzida por meio de um conjunto articulado de medidas, abrangendo formação concluída, formação em curso, nomeações e concursos em andamento, além de vagas autorizadas. No consolidado, esse esforço corresponde a 13.749 já formados, 4.059 em formação, 523 nomeações recentes, 3.620 em andamento e 2.436 vagas autorizadas, totalizando 24.387 provimentos em diferentes fases. Sendo:

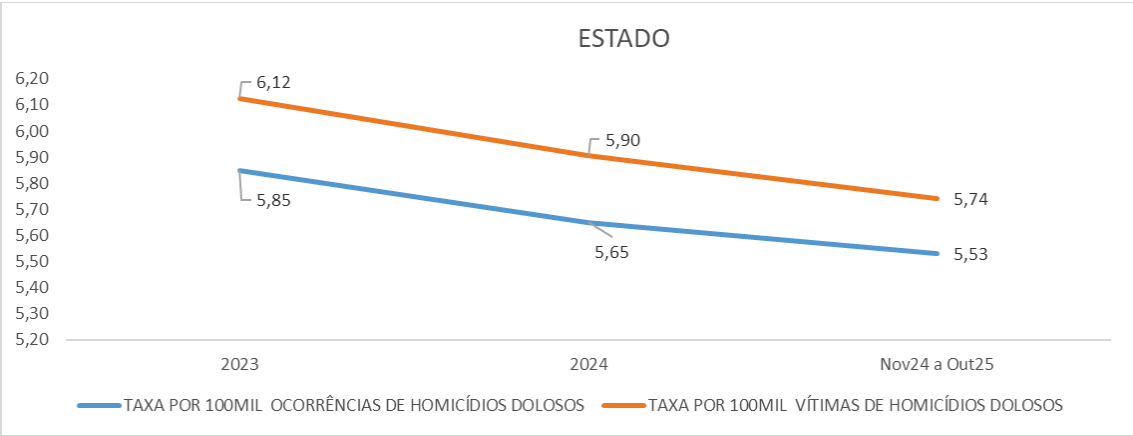
Força	Formados	Em formação*	Nomeações recentes	Concursos em andamento	Vagas autorizadas	Total
PM	9.864	2.740 ¹	0	2.370	2.436	17.410
PC	3.482	1.183 ²	523	1.250	0	6.438
SPTC	403	136 ³	0	0	0	539
Total geral	13.749	4.059	523	3.620	2.436	24.387

*Previsão das formaturas: ¹ 1.069 em junho de 2026 e 1.028 em dezembro de 2026; ² 20/01/2026; ³ 31 peritos em 02/02/2026 e 105 médicos-legistas em 28/01/2026.

Detalhamento por força (composição dos quantitativos): Na Polícia Militar, a recomposição do efetivo totaliza 17.410 provimentos em diferentes fases, abrangendo 9.864 *formados* (9.382 soldados de 2ª classe, 381 alunos-oficiais e 101 tenentes do quadro saúde), 2.740 *em formação* (2.097 soldados de 2ª classe e 643 alunos-oficiais), 2.370 vagas de *concursos em andamento* (165 alunos-oficiais – Edital nº 1/2025; 2.200 soldados de 2ª classe – Edital nº 2/2025; e 5 (cinco) 2º tenentes músicos – Edital nº 3/2025) e 2.436 *vagas autorizadas* (36 2º tenentes médicos; 2.200 soldados de 2ª classe; e 200 alunos-oficiais). Na Polícia Civil, a recomposição do efetivo totaliza 6.438 provimentos em diferentes fases, com 3.482 *formados* (1.942 escrivães, 1.159 investigadores, 304 delegados, 72 papiloscopistas, além de 2 agentes de telecomunicações, 2 auxiliares de papiloscopista e 1 agente policial), 1.183 escrivães *em formação*, 523 delegados *em nomeações recentes* (Edital nº 1/2023; posse de 515 nomeados agendada para dia 19/12/2025) e 1.250 investigadores *em concursos em andamento* (Edital nº 1/2023). Na Polícia Técnico-Científica, a recomposição do efetivo totaliza 539 provimentos em diferentes fases, compreendendo 403 *formados* (208 peritos criminais, 193 médicos-legistas, 1 atendente de necrotério e 1 desenhista técnico pericial) e 136 *em formação* (31 peritos e 105 médicos-legistas). Com a conclusão das etapas de formação, nomeação e provimento em curso, projeta-se uma redução relevante da defasagem de efetivo, com o déficit da Polícia Militar estimado em 5,6% e o da Polícia Civil em 21,8%. No caso da Polícia Técnico-Científica, a estimativa permanece em 20,8% no recorte considerado, uma vez que não há previsão adicional de concursos em andamento ou de novas vagas autorizadas informadas para além das turmas já em formação. Ressalta-se que as projeções consideram os provimentos previstos e não incorporam eventuais desligamentos futuros. **Desempenho Operacional:** Um dos principais parâmetros para avaliar estratégias de segurança pública é a evolução dos indicadores criminais e das métricas de produtividade policial. Esta seção apresenta essa leitura, com base em séries comparáveis, destacando tendências e resultados observados no período. **Reduções Tangíveis em Indicadores-Chave de Criminalidade:** A análise das taxas por 100 mil habitantes relacionadas a Homicídios Dolosos revela uma tendência consistente de redução ao

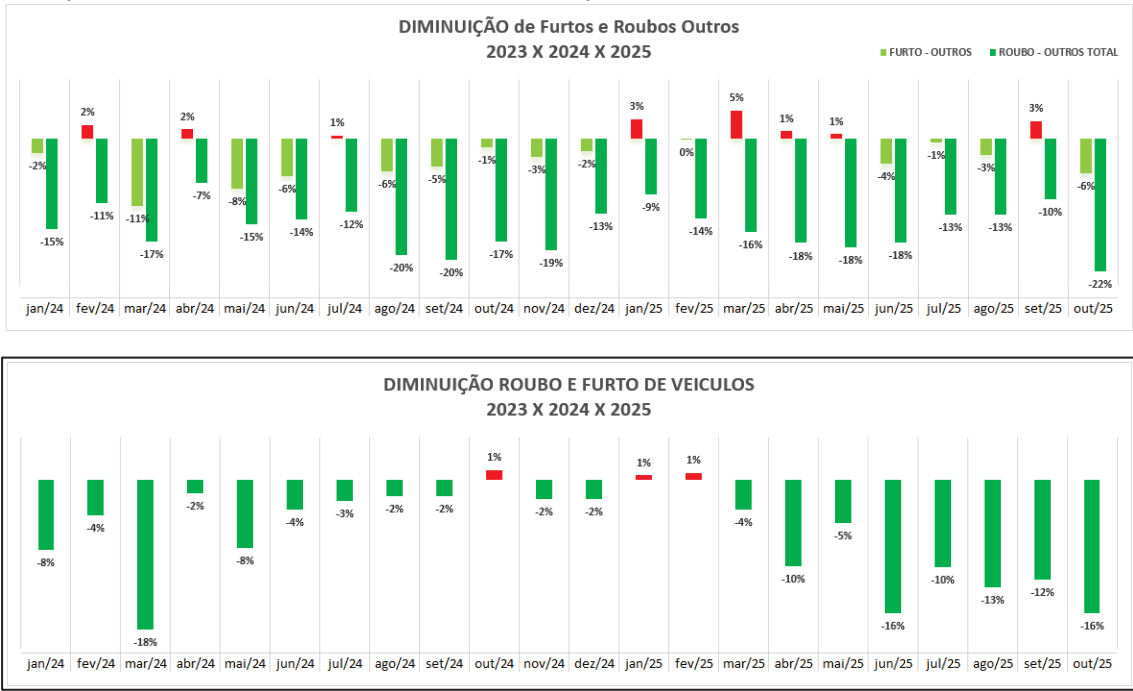


longo dos períodos avaliados. Para a análise foram consideradas duas métricas: quantidade de ocorrências e quantidade de vítimas. De 2023 até o período mais recente, observa-se uma queda importante em ambas as taxas, indicando que há continuidade na melhoria desses indicadores da Segurança Pública. Essa evolução sugere que as políticas e ações implementadas têm surtido efeito na redução dos homicídios dolosos no Estado de São Paulo.



Uma análise dos principais indicadores de crimes contra o patrimônio também demonstra que as reduções são perenes.

Análise comparativa entre o mês em estudo e o mesmo período do ano anterior.



Os dados consolidados abaixo detalham os períodos entre janeiro a outubro de cada ano.



NATUREZA	2023	2024	2025	VAR ABS	VAR %
FURTO - OUTROS	481.379	463.332	463.005	-327	-0,07%
ROUBO - OUTROS	185.955	158.490	134.944	-23.546	-14,86%
FURTO DE VEÍCULO	78.641	78.251	73.625	-4.626	-5,91%
ROUBO DE VEÍCULO	30.597	25.473	21.206	-4.267	-16,75%
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	9.270	9.472	9.367	-105	-1,11%
ROUBO DE CARGA	4.973	3.918	2.954	-964	-24,60%
ESTUPRO	2.809	2.847	2.831	-16	-0,56%
HOMICÍDIO DOLOSO	2.115	2.039	1.972	-67	-3,29%
FURTO DE CARGA	426	457	386	-71	-15,54%
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	135	148	111	-37	-25,00%
LATROCÍNIO	133	144	109	-35	-24,31%
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	66	104	111	7	6,73%
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	10	16	35	19	118,75%
ROUBO A BANCO	8	1	2	1	100,00%
HOMICÍDIO DOLOSO EM ESTAB. PRISIONAL	6	11	8	-3	-27,27%
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	6	15	31	16	106,67%
NUMERO DE VÍTIMAS DE HOMICIDIO DOLOSO EM ESTAB. PRISIONAL	6	12	8	-4	-33,33%
Total Geral	796.535	744.730	710.705	-34.025	-4,57%

NATUREZA	2023	2024	2025	VAR ABS	VAR %
FURTO - OUTROS	481.805	463.789	463.391	-398	-0,09%
ROUBO - OUTROS TOTAL	190.936	162.409	137.900	-24.509	-15,09%
ESTUPRO TOTAL	12.079	12.319	12.198	-121	-0,98%
HOMICÍDIO DOLOSO	2.127	2.065	2.011	-54	-2,62%
Total Geral	686.947	640.582	615.500	-25.082	-3,92%

FONTE: RES 160/01_SPJ - (1) "Furto-Outros" se refere à soma de Furto-Outros e Furto de Carga. (2) "Roubo-Outros Total" se refere à soma de Roubo-Outros, Roubo de Carga e Roubo a Banco. (3) "Estupro Total" se refere à soma de Estupro e Estupro de Vulnerável. (4) "Homicídio Doloso" inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito.

Aumento da Produtividade Policial: Entre janeiro e outubro de 2025, os indicadores de produtividade policial evidenciam avanços expressivos, refletindo o fortalecimento das ações integradas e da inteligência policial. Foram registradas 155.538 prisões, um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2024, demonstrando maior efetividade no trabalho das Polícias. No mesmo intervalo, as forças de segurança realizaram a apreensão de 11.755 armas de fogo, o que faz com que São Paulo avance na redução do poder bélico dos criminosos. Além disso, foram retiradas de circulação aproximadamente 180 toneladas de drogas, representando incremento de mais de 7% frente ao ano anterior, consolidando o impacto das operações de combate ao tráfico e reafirmando o compromisso da Secretaria da Segurança Pública com a proteção da sociedade e o combate às organizações criminosas. Os dados consolidados abaixo detalham os períodos entre janeiro a outubro de cada ano.

NATUREZA	2023	2024	2025	VAR ABS	VAR %
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	315.296	318.584	373.178	54.594	17,14%
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	134.214	138.968	155.538	16.570	11,92%
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	78.052	81.916	94.774	12.858	15,70%
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	37.635	46.333	42.786	-3.547	-7,66%
TRÁFICO DE ENTORPECENTES	30.503	32.160	38.506	6.346	19,73%
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	9.328	11.820	11.755	-65	-0,55%
Nº DE AUTOS DE APREENSÃO (art 173 ECA)	5.677	6.386	7.669	1.283	20,09%
Total Geral	610.705	636.167	724.206	88.039	13,84%



NATUREZA	2023	2024	2025	VAR ABS	VAR %
Nº DE INFRATORES PRESOS EM FLAGRANTE	90.904	94.519	105.948	11.429	12,09%
Nº DE INFRATORES PRESOS POR MANDADO	57.437	65.839	69.394	3.555	5,40%
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	6.908	6.125	7.324	1.199	19,58%
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	1.904	1.584	1.896	312	19,70%
Total Geral	157.153	168.067	184.562	16.495	9,81%

Apreensão de drogas: os dados consolidados abaixo detalham os períodos entre janeiro a outubro de cada ano.

NATUREZA	2023	2024	2025	VAR ABS	VAR %
MACONHA (GRAMAS)	192.154.564	118.112.973	133.276.295	15.163.322	12,84%
COCAÍNA (GRAMAS)	36.922.207	34.341.234	26.935.770	-7.405.464	-21,56%
OUTROS (GRAMAS)	9.606.154	11.070.938	15.903.333	4.832.395	43,65%
CRACK (GRAMAS)	1.924.280	4.386.196	4.054.906	-331.290	-7,55%
Total Geral	240.607.205	167.911.341	180.170.304	12.258.963	7,30%

Portfólio Estratégico: Esta seção apresenta os principais avanços do Portfólio Estratégico da Secretaria da Segurança Pública (SSP) no exercício de 2025, estruturado em conformidade com os instrumentos de planejamento do Governo do Estado, com destaque para o Plano Plurianual (PPA) 2024–2027. O portfólio é apresentado de forma alinhada aos Objetivos estratégicos do Governo: (3) Segurança Pública fortalecida e integrada para uma sociedade protegida e (4) Menor vulnerabilidade social, com redução da pobreza e de pessoas em situação de rua. Objetivo Estratégico de Governo 3: Segurança Pública fortalecida e integrada para uma sociedade protegida - Programa Muralha Paulista: Instituído pelo Decreto Estadual nº 68.828/2024, o Programa Muralha Paulista é a principal iniciativa estratégica da SSP para restrição da mobilidade criminal e fortalecimento do policiamento orientado por tecnologia e inteligência, integrando sensores, bases e rotinas operacionais para ampliar a capacidade de detecção e resposta em todo o território estadual. O Programa alcançou conquistas expressivas em 2025, consolidando avanços em infraestrutura, integração de sensores, parcerias estratégicas e governança. Destacam-se a implantação de câmeras, evolução das frentes de rede exclusiva e avanços em parcerias com municípios, órgãos estaduais, pessoas físicas e jurídicas (que figuram como Colaboradores do Programa). *Destaques e conquistas:* Expansão do Parque de Sensores: foram concluídos todos os estudos, formalizações, mapas de risco, especificações técnicas, orçamentos e pesquisas de preços para garantir cobertura de câmeras em todos os municípios do estado. Com isso, o Programa alcançou mais de 90 mil câmeras integradas (LPR, Biometria e Vídeo em tempo real), entre usuários e colaboradores do Programa – este último a grande novidade de 2025.

Painel de Gestão da expansão do Parque de Sensores





Obs: A quantidade de 318 municípios reflete os municípios já com convênio Muralha vigente, municípios com convênio em trâmite.

Operação Assistida (de 25/08/25 a 17/10/25): iniciativa da SSP para acelerar e consolidar a implantação do Programa Muralha Paulista em municípios com diferentes níveis de infraestrutura e maturidade operacional. A ação ocorreu em seis rodadas presenciais, com diagnóstico, nivelamento tecnológico, treinamento intensivo, acompanhamento em campo, coleta de evidências e ajustes diários, além de uma capacitação centralizada no COPOM/SP para padronização de procedimentos e integração das equipes. Resultados consolidados: 11 municípios atendidos: Araraquara, Assis, Barueri, Bertioxa, Buritama, Cosmópolis, Jacareí, Jundiaí, Lins, São José do Rio Preto e Sorocaba. Sensores integrados: 552 RTSP, 659 LPR, 92 faciais. Pessoas e acessos: 144 agentes capacitados e 422 acessos liberados/cadastrados. Resultados operacionais: 160 alertas faciais, 31.647 alertas de veículos e 11 capturas de pessoas procuradas. População beneficiada: 3.142.777 pessoas. *Convênios municipais e outros órgãos públicos (usuários do Programa, artigo 6º do Decreto nº 68.828/2024):* a expansão de convênios atingiu 151 municípios, além dos 167 que já possuem conexão ativa, e aguardam a conclusão do processo de assinatura dos convênios. Ainda como usuários, houve significativo avanço em acordos e convênios junto ao Metrô de São Paulo, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo [ARTESP] e o Departamento de Estradas e Rodagem [DER].

Painel de Gestão e Governança das Integrações municipais



Portal do Colaborador: em 2025, a SSP lançou o Portal do Colaborador, marco da nova fase do Programa Muralha Paulista ao expandir a integração para câmeras de pessoas físicas e jurídicas, na condição de *colaboradores*, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 68.828/2024. Essa ampliação fortalece a capilaridade da rede de sensores e viabiliza a participação organizada do setor privado e de cidadãos na arquitetura de integração do Programa, com regras próprias de adesão e de compartilhamento. Até o fechamento do período (16/12/2025), o Portal já contabilizava 193 colaboradores, com mais de 16 mil câmeras integradas, distribuídas em 176 municípios do Estado, reforçando a escala e a presença territorial do Muralha Paulista.



Provas de Conceito com Empresas de Tecnologia: finalizadas POCs com BEACON RED, DAHUA TECHNOLOGY, MICROSOFT, INTELBRAS, INSPECT, PALADIUM, NEC, envolvendo assinatura de termos, planos de trabalho, testes, estruturação e integração de dados, além de relatórios conclusivos com o auxílio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas [IPT]. Como impacto, tem-se a validação de soluções inovadoras para reconhecimento facial, utilização de drones de alta performance, integração de dados e sistemas de alerta, fortalecendo o repertório da base tecnológica do programa.

Infraestrutura exclusiva: finalizadas etapas externas de licitação, habilitação, adjudicação e homologação para contratação de serviços críticos, como crédito em nuvem da Microsoft Azure, trazendo a garantia de recursos e infraestrutura tecnológica para expansão do programa, com mitigação de riscos financeiros e operacionais.

Protocolo de Eventos: em 2025, a SSP consolidou o Protocolo de Eventos como componente operacional do Programa Muralha Paulista para reforçar a segurança em ambientes controlados de grande circulação, com ênfase no bloqueio sistêmico de ingressos e no impedimento de acesso de indivíduos com mandados de prisão vigentes registrados no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP), associado ao acionamento imediato do 2º BPChq para abordagem e captura.

RIESP (Registro Integrado do Estado de São Paulo): O Registro Integrado do Estado de São Paulo (RIESP) tem como objetivo assegurar um identificador único para a mesma ocorrência, permitindo integração e rastreabilidade entre as instituições, sem prejuízo dos números próprios de cada sistema. O projeto iniciou-se em 26/12/2024 com a entrega do protótipo da aplicação de geração do número RIESP e foi implantado em duas fases, de forma faseada entre as instituições. A 1ª fase (concluída em 17/10/2025) integrou as instituições ao serviço de solicitação do RIESP, com envio de informações associadas ao registro: PMESP (talões de atendimento), PCESP (boletim de ocorrência) e SPTC (documentos do IML e laudos periciais). A 2ª fase, em andamento como projeto piloto, implementa o compartilhamento do número RIESP entre as instituições, consolidando o identificador único por ocorrência.

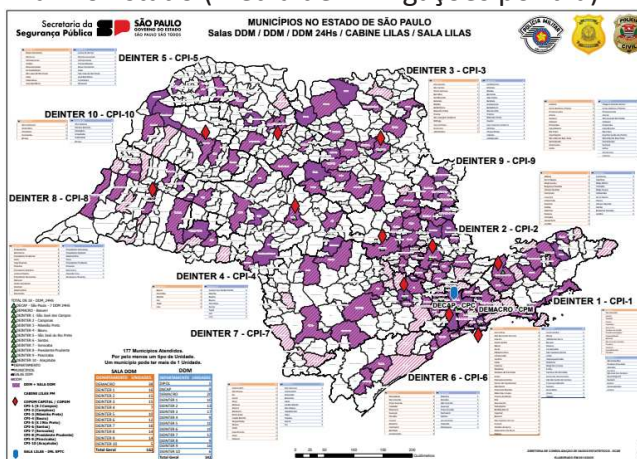
Registros armazenados no banco de dados (desde 01/08/2025)

Instituição	Período	Registros (aprox.)
PMESP	01/08 a 15/12/2025	2.511.291
PCESP	01/08 a 15/12/2025	1.899.733
SPTC	17/10 a 15/12/2025	114.412

Recupera-SP: O Programa Recupera-SP, regulamentado pelo Decreto nº 68.926/2024, consolidou-se em 2024/2025 como instrumento estratégico de recuperação patrimonial para fortalecer as políticas de segurança pública, ao identificar, recuperar e converter em investimentos públicos bens e valores oriundos de atividades ilícitas, com atuação integrada do Comitê Estadual de Recuperação de Ativos e do Núcleo de Recuperação de Ativos (NRA). Em 2025, seu alcance foi ampliado para incluir, além do perdimento, valores decorrentes de acordos judiciais (como ANPP e colaborações



premiadas), ampliando o universo de ativos recuperáveis. O fluxo do programa vai da identificação de ativos bloqueados até a conversão em receita orçamentária, com distribuição de recursos na proporção de 70% ao FISP e 30% ao Fundo Especial de Despesas do Ministério Público. No período analisado, foram identificados mais de R\$ 80 milhões em ativos recuperáveis (média de R\$ 219 mil/dia) e recuperados cerca de R\$ 20 milhões (média de R\$ 55 mil/dia). Entre os casos relevantes, destacam-se a recuperação de aprox. R\$ 10 milhões em esquema de jogos de azar (São José dos Campos), a modernização tecnológica da Delegacia Seccional de Sorocaba (mais de R\$ 400 mil) e a destinação de R\$ 3,5 milhões oriundos de desvios na saúde para reforço da segurança na região de Araçatuba. *SP Mobile: Combate ao Roubo de Celulares:* A estratégia foca na desmonetização do ilícito e na recuperação célere de ativos, utilizando bases de dados cruzadas (Big Mobile) para identificar a ativação de IMEI com restrição. Resultados de Recuperação (junho a novembro/2025): Recuperados: o projeto resultou na recuperação de 15.995 aparelhos de telefonia celular. Restituídos: deste total, 5.416 aparelhos foram restituídos aos seus proprietários. Ação Repressiva (Notificações): foram emitidas 3.900 notificações formais a usuários que habilitaram linhas em telefones celulares produto de crime no período, visando ao combate à receptação. *SP Mulher:* Um esforço abrangente foi realizado para expandir e aprimorar a rede de apoio às vítimas de violência doméstica. Isso inclui aumentar a acessibilidade a serviços especializados e aproveitar a tecnologia para fornecer assistência imediata. O número de Delegacias de Polícia da Mulher (DDMs) 24 horas aumentou de 11 para 18, garantindo suporte especializado ininterrupto. A rede de Salas DDM, que proporcionam acesso remoto aos serviços da DDM, foi expandida de 77 para 166 locais. Houve ainda a inauguração de uma Sala Lilás (IML Oeste) e de atendimento junto à Casa da Mulher Brasileira Estado de São Paulo. Implementação de Cabines Lilás em todos os 11 COPOM's do Estado que atende, orienta e monitora o atendimento policial especializado a todas as mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar no Estado (média de mil ligações por dia).



O aplicativo Mulher Segura registrou um aumento de 162% na ativação do seu botão de pânico, demonstrando seu papel crucial como um recurso vital para mulheres em situação de vulnerabilidade. *Plano Decenal de Combate à Violência contra a Mulher:* Em cumprimento à Lei nº 14.899/2024, a SSP elaborou o Plano Decenal Estadual de Metas para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com vigência 2025–2034 e revisões bienais, estruturando uma estratégia integrada entre segurança pública e políticas sociais. A construção foi intersetorial, com participação de diversas Secretarias e da Casa Civil, e apoiou-se em fundamentação normativa, diagnóstico territorial, consulta pública e análise de dados 2018–2024, incluindo homicídio e feminicídio. O Plano reúne 62 metas e ações, organizadas em três eixos de prevenção, com ênfase em intersetorialidade, monitoramento por indicadores e controle social. A minuta do decreto está



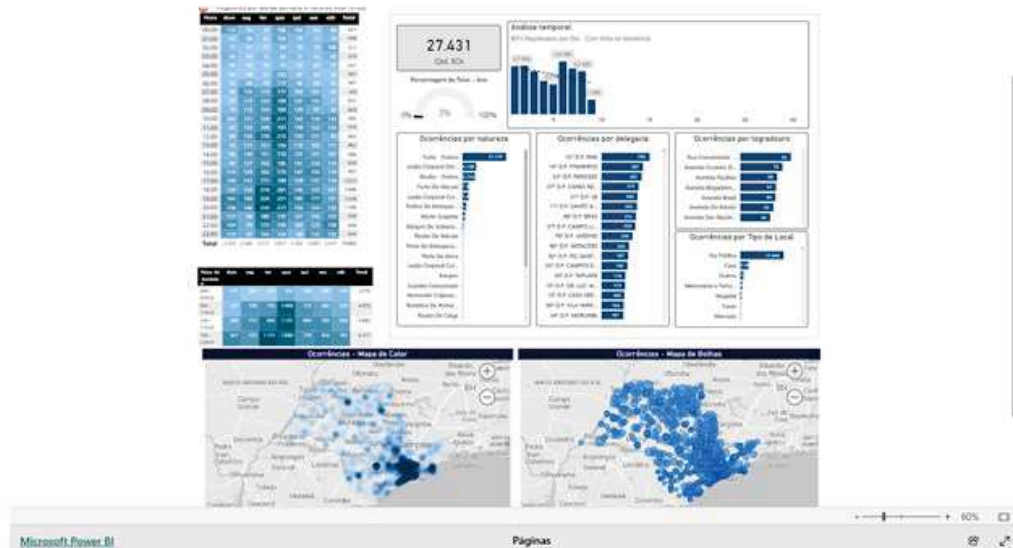
em análise na Consultoria Jurídica da SSP, para posterior encaminhamento à Casa Civil visando à formalização e publicação. *SP VIDA (Gestão de Crimes Contra a Vida e Logística de Óbitos)* - Plantão Médico-Legista no CIOC (24/7): equipe médica estabelecida na Sala de Comando (desde Mai/2025) para suporte pericial imediato, auxiliando na distinção entre óbito natural e morte suspeita/violenta. Logística e Digitalização: a gestão da frota de recolha de cadáveres do IML foi integrada ao sistema SAEP e administrada pelos médicos do CIOC. Tratativas em curso com a Secretaria de Estado da Saúde (SES) para absorção da recolha de cadáveres do SVO (Serviço de Verificação de Óbitos) e para informatização da Guia de Encaminhamento de Cadáver (GEC) por meio de certificado digital. Integração SIM: prosseguimento das tratativas para o compartilhamento estruturado de dados do SIM (Sistema de Informações de Mortalidade) com o objetivo de aperfeiçoar a confiabilidade dos dados de causas de morte. *SP Criança e Adolescente* - Capacitação: treinamento intensivo nas Zonas Sul, Norte e Oeste para manejo da revelação espontânea. Protocolo de Não Revitimização: otimização do fluxo com a VECCA para Depoimento Especial em juízo, eliminando a repetição de relatos na fase policial. *SP RECRIM (Capturas e Custódia)* - Celeridade na Custódia: tempo médio de 2 horas e 30 minutos (2h30min) entre a captura e a recepção prisional (Destaque: Ribeirão Preto 2h01min). Protocolo de Saídas Temporárias: a Sala CIOC monitora infrações via Muralha Paulista – RECRIM, instrui a prova material e gera o Talão G-01 para captura imediata. *Objetivo Estratégico de Governo 4: Menor vulnerabilidade social, com redução da pobreza e de pessoas em situação de rua* - Centro Revitalizado e Seguro – Cenas Abertas de Uso (Região Central da Capital): Em 2025, a SSP intensificou a estratégia de revitalização e segurança na região central, com foco especial nas áreas com cenas abertas de uso, estruturando a atuação a partir do monitoramento e da integração total de informações entre forças policiais e equipes das políticas públicas correlatas, com o objetivo de reduzir a presença de pessoas nas cenas de uso e assegurar a mobilidade urbana nessas regiões. Nessa abordagem, destacam-se: o Serviço de Intervenção Remota (SIR), com monitoramento ativo 24 horas; a redução de 35% nos roubos na região das cenas de uso (novembro/2025); e a produtividade qualificada registrada entre jan/2023 e set/2025, com 13.938 abordagens, sendo 5.173 indivíduos qualificados (com 4.899 identificados por CPF). A execução também foi apoiada por ações integradas Estado–Prefeitura, com participação em iniciativas como a Operação Resgate e suporte ao Programa Vizinhança Solidária, que registrou 1.695 solicitações e 2.446 abordagens integradas, reforçando a coordenação intersetorial necessária para estabilização territorial e qualificação contínua da resposta pública na área central. *Comparativo mensal, de 2022 a 2025*



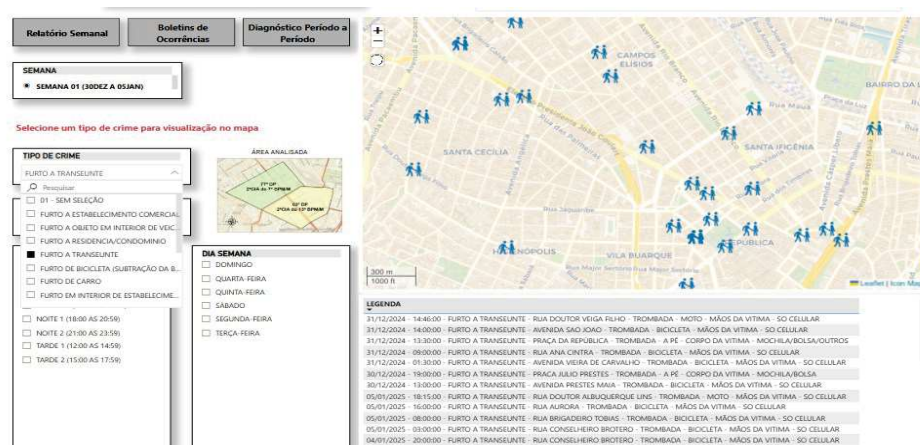
Governança, Transparência e Gestão de Desempenho: O compromisso com a transparência, a tomada de decisões baseada em dados e a responsabilização sustenta toda a estratégia de segurança pública do Estado. Ao implementar sistemas robustos para análise de dados, supervisão pública e gestão de desempenho, a administração garante que suas políticas sejam eficazes, responsivas e sujeitas a melhoria contínua. Essa estrutura promove a confiança pública e garante que os recursos estejam alinhados com as prioridades estratégicas. *Estratégia Orientada por Dados – INFOCRIM* - A plataforma INFOCRIM é um sistema desenvolvido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP) para apoiar o planejamento e a execução das ações de políticas públicas de segurança. O INFOCRIM se trata de um Sistema de Informações Criminais que coleta e organiza dados dos Boletins de Ocorrência registrados pela Polícia Civil. Esses dados são consolidados, disponibilizados e transformados em mapas e estatísticas criminais, permitindo análises detalhadas sobre a criminalidade no Estado de São Paulo. O INFOCRIM oferece funcionalidades como mapeamento georreferenciado, que possibilita vislumbrar áreas com maior incidência de crimes, inclusive horários e dias mais críticos; filtros avançados para selecionar tipos de crime, regiões e períodos específicos; além da possibilidade de visualizar boletins feitos em qualquer delegacia no sistema. Conta também com recursos para planejamento operacional e uma interface que facilita a análise rápida, sendo uma ferramenta essencial na análise quantitativa e qualitativa dos indicadores criminais. Além disso, o INFOCRIM é disponibilizado para os municípios e para o Ministério Público, permitindo que gestores locais utilizem as informações no desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de segurança. Essa integração fortalece a atuação conjunta entre Estado e municípios, garantindo maior eficiência na prevenção e redução da criminalidade.



Infocrim > Estatística > Pesquisa BI



Governança e Transparência nos dados: Sem receio de expor a realidade à população paulista, a Secretaria manteve sua postura proativa e inovadora ao adotar mapas interativos e painéis dinâmicos, garantindo que a divulgação dos dados seja de fácil acesso e possibilite o controle social desde o início da gestão. Em 2025, ampliou-se significativamente o rol de informações disponibilizadas, fortalecendo a transparência e a confiança na Administração Pública. Essas ações consolidam a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo como referência nacional em transparência de dados, alinhando-se às melhores práticas de governo aberto e à Lei de Acesso à Informação. Para acessar os dados, basta visitar o endereço: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica>. **Painel de Cenas Abertas de Uso:** além da visualização Georreferenciada, o painel disponibiliza botões interativos, como “Relatório Semanal” e “Diagnóstico do Período”, que permitem ao cidadão acessar relatórios detalhados semanalmente.



Painel de SP Carga - Furto, Roubo e Apreensão e Recepção de cargas: com o objetivo de ampliar a transparência e facilitar a análise dos dados, foi implementada uma nova funcionalidade no painel: a disponibilização de planilha em formato Excel para download. Essa melhoria permite que os usuários tenham acesso aos dados de forma estruturada, possibilitando consultas personalizadas, cruzamentos e análises avançadas. A iniciativa reforça o compromisso da Secretaria da Segurança Pública com a transparência ativa, garantindo maior praticidade e autonomia para pesquisadores, gestores públicos e cidadãos interessados.

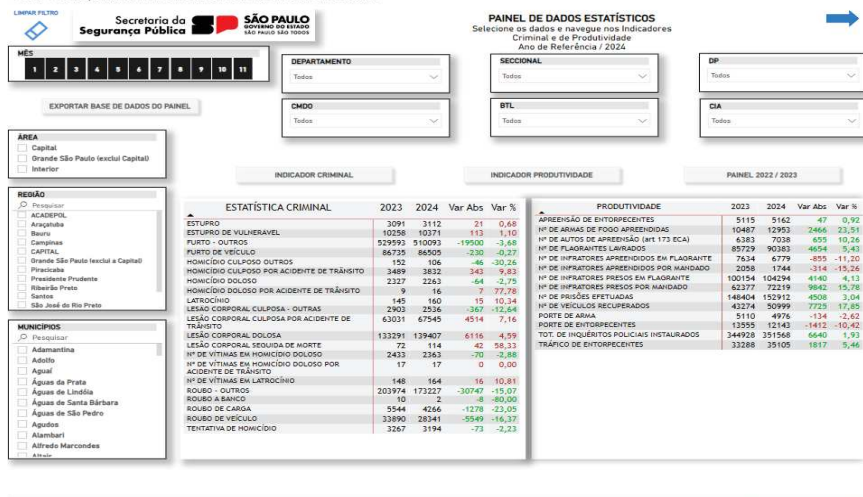


/ SSP / Transparência / Números sem Mistério / SPCarga

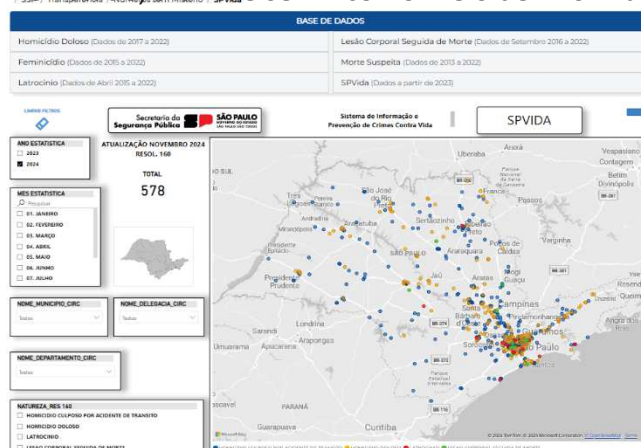


Painel de Dados Criminais

/ SSP / Transparência / Números sem Mistério / Painel Estatístico



Painel do SPVida - Crimes contra a Vida: o Sistema de Informações e Prevenção aos Crimes contra a Vida (SPVida) é responsável por consolidar, divulgar, monitorar e avaliar os registros de mortes produzidos pelas instituições da Secretaria da Segurança Pública, com a finalidade de subsidiar a formulação, implementação e aperfeiçoamento de políticas, programas e ações de prevenção e repressão criminal no Estado, além de servir como meio de informação à população.





Painel do Violência contra a Mulher: Este painel foi desenvolvido para ampliar a transparência e facilitar o acesso às informações sobre violência contra a mulher no Estado de São Paulo. Com dados atualizados mensalmente e histórico desde 2011, ele permite consultas detalhadas por ano e mês, oferecendo uma visão clara e confiável sobre as ocorrências registradas. A iniciativa cumpre a Lei Estadual nº 17.431/2021, garantindo padronização metodológica e fortalecendo a governança de dados. O painel é uma ferramenta essencial para subsidiar políticas públicas, apoiar pesquisas e promover a proteção e defesa dos direitos das mulheres.

NOTA TÉCNICA – VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

LEI Nº 17.431, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

Consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher

SEÇÃO II

Da Elaboração de Estatística Sobre a Violência Contra a Mulher

Artigo 33 – Fica obrigado o Poder Executivo a elaborar estatísticas periódicas sobre a violência que atinge a mulher no Estado de São Paulo.

§ 1º – Deverão ser tabulados todos os dados em que conste qualquer agressão que vitime a mulher, devendo existir codificação própria e padronizada para todas as Secretarias de Estado.

§ 2º – A periodicidade não poderá ser superior a 12 meses.

§ 3º – A metodologia utilizada deverá seguir um padrão único para a coleta e tabulação dos dados.

SEÇÃO III

Do Plano de Dados Contendo Índices de Violência Praticados Contra a Mulher

Artigo 34 – O Poder Executivo manterá organizado um banco de dados destinado a dar publicidade aos índices de violência contra a mulher, a fim de instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado de São Paulo.

Parágrafo único – Consideram-se violência contra a mulher, para os efeitos desta lei, os delitos estabelecidos na legislação penal praticados contra a mulher e, em especial, os previstos nos artigos 5º, 6º e 7º da Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

DADOS DE 2018 A 2023

1. As quantidades relativas às naturezas de Homicídio Doloso (inclui Femicídio), Femicídio, Estupro e Estupro de Vulnerável (consumado e tentado) referem-se à quantidade de vítimas, havendo ou não violência doméstica associada no Boletim de Ocorrência sendo que a fonte de dados utilizada para a consolidação foi o RLDIO (Registro Digital de Ocorrência) até 2022 e o Sistema Estadual de Coleta de Estatística Criminal (Resolução SSP nº 160/01) e SP VIDA (Resolução nº SSP 15 de 01 de março de 2023) a partir de janeiro de 2023.

2. As quantidades relativas à Femicídio referem-se aos casos nos quais a agravante prevista no inciso VI, do §2º do art. 121 do código penal foi incluída, pela unidade policial, entre as naturezas constantes do respectivo Boletim de Ocorrência.

3. As quantidades relativas às demais naturezas (Homicídio Culposo, Tentativa de Homicídio, Lesão Corporal Dolosa, Maus tratos, Calúnia – Difamação – Injúria, Constrangimento Ilegal, Ameaça, Invasão de Domicílio, Dano e Outros Crimes Contra a Dignidade Sexual) foram informadas pela Polícia Civil por meio da extração de dados do Boletim Estatístico Eletrônico (B.E.E.) da Polícia Civil.

DADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 2024

4. As quantidades relativas às naturezas de Homicídio Doloso (inclui Femicídio), Femicídio, Estupro e Estupro de Vulnerável (consumado e tentado) referem-se à quantidade de vítimas, havendo ou não violência doméstica associada no Boletim de Ocorrência sendo que a fonte de dados utilizada para a consolidação permaneceu sendo o Sistema Estadual de Coleta de Estatística Criminal (Resolução SSP nº 160/01) e SP VIDA (Resolução nº SSP 15 de 01 de março de 2023).

5. As quantidades relativas à Femicídio referem-se aos casos nos quais a agravante prevista no inciso VI, do §2º do art. 121 do código penal foi incluída, pela unidade policial, entre as naturezas constantes do respectivo Boletim de Ocorrência.

6. As quantidades relativas às demais naturezas (Homicídio Culposo, Tentativa de Homicídio, Lesão Corporal Dolosa, Maus tratos, Calúnia – Difamação – Injúria, Constrangimento Ilegal, Ameaça, Invasão de Domicílio, Dano e Outros Crimes Contra a Dignidade Sexual) referem-se apenas aos casos nos quais tais crimes foram vinculados, no Boletim de Ocorrência, à violência doméstica sendo que a fonte de dados utilizada para a consolidação passou a ser, a partir da divulgação relativa a janeiro de 2024, o Sistema Estadual de Coleta de Estatística Criminal (Resolução SSP nº 160/01) e o Sistema de Polícia Judiciária (SPJ) da Polícia Civil em virtude de inconsistências identificadas nos dados extraídos do Boletim Estatístico Eletrônico (B.E.E.) da Polícia Civil o que, inclusive, motivou a retificação, em 28 de fevereiro de 2024, dos dados dos dados relativos a janeiro de 2024.

FALA SP: canal oficial de atendimento ao cidadão, é parte fundamental da estratégia de transparência na Administração Pública. Por meio dele, recebemos e respondemos manifestações relacionadas à segurança pública, incluindo pedidos de dados e informações. Abaixo, apresentamos o gráfico com a quantidade de manifestações recebidas e respondidas por mês, evidenciando nosso compromisso com a transparência e a melhoria contínua no atendimento.

Análise de Pedidos por Mês - Ano 2025 (FalaSP)

Mês	Total de Pedidos	Percentual do Total (2025)
Janeiro	44	9.59%
Fevereiro	46	10.02%
Março	56	12.20%
Abril	48	10.46%
Mai	46	10.02%
Junho	41	8.93%
Julho	47	10.24%
Agosto	46	10.02%
Setembro	46	10.02%
Outubro	36	7.84%
Novembro	43	9.37%
Total Geral	459	100.00%



COSUD - Consórcio de Integração Sul e Sudeste: em 2025, a Secretaria da Segurança Pública intensificou sua atuação no âmbito do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD), mecanismo de cooperação federativa criado para fortalecer a coordenação entre os governos estaduais das duas regiões em agendas prioritárias, com destaque para segurança pública e integração tecnológica e de inteligência. Nesse contexto, foi definida a governança do Consórcio para o próximo ciclo, com a eleição do Governador Romeu Zema (MG) para a presidência, consolidando a condução política das pautas comuns e a continuidade dos grupos técnicos de trabalho. No eixo técnico, avançou a agenda de modernização e interoperabilidade pericial com a definição do Banco Pericial Multibiométrico na Nuvem, orientado à interoperabilidade de vestígios papiloscópicos latentes (impressões digitais) entre os estados. O modelo pactuado prioriza requisitos robustos de segurança e rastreabilidade, com conformidade ICP-Brasil para garantia de autenticidade e integridade das transações e mecanismos de autenticação reforçada (2FA/3FA) para controle de acesso. A iniciativa fortalece a capacidade de identificação e correlação interestadual em investigações, reduz tempos de resposta e amplia a efetividade do enfrentamento ao crime organizado, preservando padrões de governança, auditoria e custódia das evidências digitais. **Gestão de desempenho e Valorização da Força policial:** Programa de Bonificação por Resultados: para alinhar o desempenho policial com os objetivos estratégicos, o estado opera um Programa de Bonificação por Resultados (PBR), gerenciado pela Divisão de Gestão de Bônus (DGBR). Este programa estabelece indicadores e metas de desempenho claros, criando um incentivo direto para o alcance das metas de redução da criminalidade. O desempenho nos três primeiros bimestres de 2025 reflete um esforço concentrado em categorias-chave de crimes.

• **1º Bimestre:**

- 📊 Roubos-Outros: Satisfatório
- 📊 Roubos e Furtos de Veículos: Parcialmente Satisfatório
- 📊 Vítimas de Letalidade Violenta: Satisfatório

• **2º Bimestre:**

- 📊 Roubos-Outros: Satisfatório
- 📊 Roubos e Furtos de Veículos: Satisfatório
- 📊 Vítimas de Letalidade Violenta: Insatisfatório

• **3º Bimestre:**

- 📊 Roubos-Outros: Satisfatório
- 📊 Roubos e Furtos de Veículos: Satisfatório
- 📊 Vítimas de Letalidade Violenta: Insatisfatório

Capacitação prática e digitalização: o curso "Policimento Orientado por Resultados" é formalmente designado à Requalificação das Cenas de Uso do Centro da Capital. A exigência de 10 dias de prática com o App Muralha Connect para certificação vincula o avanço funcional à digitalização da atividade policial. **Programa Moradia Segura:** em 2025, o Programa Moradia Segura avançou de forma decisiva da etapa normativa para a fase de implementação, consolidando-se como uma iniciativa estruturante voltada a ampliar o acesso à casa própria para profissionais da segurança pública. O marco inicial foi a publicação do Decreto nº 68.927, de 26 de setembro de 2024, que regulamentou a Lei nº 18.025/2024, estabelecendo as bases do programa. Na sequência, a Resolução SDUH nº 059, de 18 de outubro de 2024, definiu as condições de participação, incluindo parâmetros como taxas de juros, valores a serem financiados e critérios de inscrição. No exercício de 2025, a agenda de execução foi formalmente viabilizada com a assinatura do Convênio entre SDHU, SSP e SAP em 21 de maio de 2025, instrumento que estruturou a cooperação interinstitucional necessária para operacionalizar as etapas de inscrição, validação e seleção do público-alvo. Como desdobramento,



em 15 de agosto de 2025, foi publicado o Edital nº 001/2025 (SSP e SAP), que disciplinou a abertura de inscrições para policiais interessados na aquisição de moradia no âmbito do programa, por meio da concessão de Cartas de Crédito nas modalidades CCI e CCA, com valor de até R\$ 300.000. A fase pública de implementação ocorreu com a abertura das inscrições em 25 de agosto de 2025, permitindo o cadastramento de interessados conforme as regras do edital. O ciclo de inscrições foi encerrado em 30 de setembro de 2025, com o término do período e a homologação pela SSP/SP, encerrando a etapa de habilitação e consolidando as condições para as fases seguintes de seleção e concessão das cartas de crédito, nos termos pactuados no convênio e na regulamentação vigente.

Cronograma de Ações 2026: Em 2026, a Secretaria da Segurança Pública dará continuidade à execução do seu Portfólio Estratégico em estrita aderência ao Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, tomando as metas e entregas nele definidas como referência para o planejamento, a priorização de recursos e o monitoramento de resultados. Nesse sentido, as iniciativas estruturantes — incluindo aquelas já consolidadas ou com metas eventualmente atingidas — não serão descontinuadas: ao contrário, permanecerão em execução como políticas permanentes da Pasta, com foco em manutenção, aperfeiçoamento e ampliação de alcance, assegurando sustentabilidade dos resultados e evolução contínua dos indicadores. Nesse contexto, destaca-se a Expansão do Programa Muralha Paulista, com as seguintes ações prioritárias para 2026: Ampliação do parque de sensores: aquisição e implantação de câmeras LPR (leitura automática de placas), câmeras de reconhecimento facial e torres de monitoramento (“totens”) em municípios que ainda não dispõem dessas capacidades em seu território, fortalecendo a cobertura e a capilaridade da rede. Centro de Fusão: condução do processo de licitação e implantação do Centro de Fusão, ampliando a integração e a correlação de múltiplas fontes de dados e viabilizando a transição de um modelo predominantemente reativo, centrado em registros e ocorrências já consumadas, para um modelo orientado à antecipação de riscos, com apoio de Inteligência Artificial para identificar padrões, prever comportamentos e tendências criminais e apoiar ações preventivas e a priorização de respostas operacionais. Cabine Muralha nos COPOM regionais: implantação das Cabines Muralha nos COPOMs regionais, ampliando a capacidade de monitoramento, tratamento de alertas e coordenação de resposta de forma descentralizada e integrada.

Conclusão: Em 2025, a Secretaria da Segurança Pública consolidou uma agenda integrada de planejamento, investimentos e entregas, em aderência aos instrumentos de planejamento do Governo do Estado, com destaque para o PPA 2024–2027, e em consonância com o compromisso de objetividade e transparência que orienta este Relatório Anual de Gestão. A organização das ações e resultados apresentados evidencia a busca por maior racionalidade na alocação de recursos e por coerência entre prioridades estratégicas e execução institucional. A execução orçamentária e os investimentos em infraestrutura, equipamentos, tecnologia e frota, somados às iniciativas de recomposição e qualificação do efetivo, reforçaram a capacidade institucional necessária para sustentar a resposta operacional e ampliar a entrega de projetos estruturantes. Esse esforço foi acompanhado pela modernização de processos e pelo fortalecimento de mecanismos de governança, contribuindo para maior previsibilidade, padronização e integração entre áreas. No campo operacional, os indicadores e a produtividade registrados ao longo do exercício apontam para a continuidade de avanços na efetividade, apoiados pela ampliação do uso qualificado de dados e pela integração de capacidades. Nesse conjunto, o Programa Muralha Paulista manteve centralidade como iniciativa estruturante, ampliando a rede de sensores, fortalecendo a articulação com municípios e expandindo a participação de colaboradores, com evolução de rotinas e protocolos voltados à atuação integrada em diferentes territórios e contextos. De forma complementar, iniciativas como o Recupera-SP e as ações de transparência e gestão de informações contribuíram para fortalecer instrumentos de recuperação patrimonial,



governança e prestação de contas, combinando aprimoramento institucional e apoio às prioridades de segurança pública. Para 2026, a Secretaria manterá a continuidade das iniciativas estruturantes e o avanço das entregas planejadas, com ênfase na integração, na ampliação de capacidades e na evolução para modelos cada vez mais orientados à antecipação de riscos, prevenção e qualificação da resposta do Estado.



SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INTRODUÇÃO: A Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, instituída pela Lei Estadual nº 7.450/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 49.752/2005, é responsável pela execução da política estadual de transportes urbanos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, incluindo o planejamento necessário à expansão, operação e manutenção do sistema. Com a publicação do Decreto nº 69.339/2025, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.413/2024, bem como da Portaria Conjunta SPI/STM/Artesp nº 001/2025, ficou atribuída à Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – Artesp a competência para fiscalizar, controlar e regular, em todo o território do Estado de São Paulo, as diversas modalidades de serviços públicos de transporte e de infraestrutura de transporte delegadas, autorizadas, permitidas ou concedidas a entidades de direito privado. Essa atribuição abrange, entre outras, a regulação dos serviços de transporte coletivo intermunicipal e metropolitano, em quaisquer de seus modos. Assim, com a desmobilização da EMTU, conforme o Decreto nº 69.375/2025, as atividades de fiscalização dos ônibus metropolitanos, VLT, e BRT foram absorvidas pela Artesp. As empresas vinculadas à STM, como a CPTM e o Metrô, permanecem responsáveis pela operação e manutenção do sistema metroferroviário. Até a sua liquidação/extinção, a EMTU era responsável pela gestão do transporte intermunicipal por ônibus nas cinco regiões metropolitanas do Estado. Cabe ainda referência à Estrada de Ferro Campos do Jordão, responsável pelo sistema ferroviário turístico que liga Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal e Campos do Jordão. A Secretaria, junto às suas entidades vinculadas, segue um plano plurianual de investimentos voltado à modernização e expansão dos sistemas de transporte, contemplando a implantação de novas linhas de metrô, monotrilhos, VLTs e BRTs, além da aquisição de frota metroferroviária e da modernização dos sistemas de sinalização e controle.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – STM (ADMINISTRAÇÃO DIRETA) - COORDENADORIA DE TRANSPORTE COLETIVO – CTC: A Coordenadoria de Transportes Coletivos, nos termos do Decreto nº 49.752, de 2005, é a unidade responsável pela formulação, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas ao sistema de transportes coletivos, no âmbito de sua competência. Suas atribuições compreendem o planejamento, a organização, a supervisão e o controle dos serviços de transporte coletivo, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços à população, em consonância com as diretrizes governamentais e com os princípios da eficiência, da modicidade tarifária e da qualidade no atendimento aos usuários. No exercício dessas atribuições, cabe à Coordenadoria promover a integração entre os diversos modos de transporte coletivo, acompanhar os serviços de transporte coletivo de passageiros prestados à população, bem como subsidiar tecnicamente a tomada de decisões estratégicas da Pasta, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da mobilidade urbana e metropolitana. Adicionalmente, atua no monitoramento do desempenho operacional e econômico-financeiro dos serviços, no apoio às atividades de regulação do setor e na articulação com demais órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas na gestão do transporte coletivo. Considerando as atividades que passaram a ser exercidas pela Artesp definidas no Decreto nº 69.339/2025, a atuação da Artesp passa a ocorrer de forma integrada às diretrizes estabelecidas pela Administração Pública Estadual, assegurando a observância dos contratos de concessão e das permissões, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos ajustes, bem como a qualidade, a continuidade e a regularidade dos serviços prestados. Nesse contexto, a CTC procedeu à transferência de um conjunto expressivo de processos para a agência, em razão das novas atribuições do órgão. Foram encaminhados os seguintes processos digitais: 603 processos do SEC Ligado; 3.939 processos de multas destinados ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN; 876 processos



relativos à alteração de características operacionais de linhas das cinco Regiões Metropolitanas; 22 processos de cadastro; e 75 processos referentes ao fretamento. Quanto aos processos físicos, foram transferidos: 529 processos de linhas da RMSP; 66 da RMBS; 113 da RMC; 71 da RMVPLN; 75 da RMS; 28 processos de cadastro; 40.472 processos localizados em Diadema e vinculados à Dívida Ativa; 21 processos diversos; 3.608 processos do Arquivo enviados para a Artesp – CADIN (1º lote); e 7.353 processos do Arquivo destinados à Artesp – CADIN (2º lote), estes ainda em andamento. Para concluir a transferência dos cerca de 432 mil processos remanescentes, esta Coordenadoria encontra-se em fase de contratação de empresa especializada em gestão documental. Os serviços compreenderão a organização, triagem, classificação, definição de prazos de guarda e destinação final, bem como a elaboração de instrumentos de controle que garantam rastreabilidade e gestão eficiente do acervo da STM, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra e conforme as condições previstas no Termo de Referência elaborado. Atividades que continuaram sendo atribuição e realizadas no ano de 2025: Monitoramento da Demanda - A CTC Monitora os serviços de transportes prestados pelas operadoras delegadas, concedidas ou permissionárias, por meio do recebimento diário da demanda dos passageiros transportados da rede metropolitana de transporte sobre trilhos, realizando a análise e atualização no banco de dados, emitindo relatório periódico com a evolução da demanda e comparativo com período pandêmico e envio dos relatórios ao Gabinete e Coordenadores da pasta. O acompanhamento da demanda contempla informações quantitativas de passageiros pagantes, integrados, gratuitos, transferidos, transportados por média dos dias úteis (MDU), por linha, além do acompanhamento e análise da movimentação de passageiros por tipo de bilhete (Edmonson, BU, bilhetes temporais, BOM/TOP, família de bilhetes). Para o transporte intermunicipal sobre pneus, é feito o acompanhamento da demanda por Região Metropolitana São Paulo, Baixada, Campinas, Vale do Paraíba/ Litoral Norte e Sorocaba, dentre as regiões segregado por serviço: comum, seletivo, corredor e RTO – Reserva Técnica Operacional e por tipo de bilhete (exclusivo, integrado, VT, pagante, gratuito, transferido e transportado). Esse trabalho constitui subsídio essencial para as atividades de planejamento dos transportes coletivos públicos metropolitanos, na busca do atendimento às necessidades do público usuário e no interesse público. Reajustes Anuais de Tarifa - A CTC desenvolve estudos que subsidiam a STM na formulação da Política Tarifária que resultam na adoção de percentuais de reajustes tarifários anuais da tarifa pública em todos os modais de transporte no âmbito da STM, sendo o reajuste tarifário mais recente implementado a partir de 06 de janeiro de 2025. Atualmente encontram-se em finalização os estudos para o reajuste tarifário a partir de janeiro de 2026. Esses estudos são realizados em conjunto com as empresas vinculadas à STM, que apresentam as variações observadas dos indicadores econômicos aplicáveis às respectivas estruturas de custos ao longo dos períodos de reajuste. Execução Orçamentária - Neste ano de 2025, com uma dotação orçamentária de R\$ 2.143,2 milhões, a Coordenadoria executou R\$ 1.820,9 milhões na natureza de despesa de Indenizações e Restituições, com saldo de R\$ 239,9 milhões já empenhados, a executar, e na natureza de despesa Contribuições, executou R\$ 12,412 milhões. Para que esta execução fosse possível, a Coordenação elaborou mensalmente Planejamento Financeiro; Empenhos, Controles Financeiros para atendimento às Legislações Estadual e Federal; acompanhamento dos Indicadores do PPA 2024-2027. A CTC se incumbe, também, dos estudos para a concessão de gratuidades e por consequência, das compensações das gratuidades em vigor, com repasse dos recursos relativos à gratuidade a idosos de 60 a 64 anos e estudantes ao METRÔ e CPTM. Realiza também a compensação das utilizações de direito de viagens realizadas pelo Metrô e pela CPTM, considerados os pagamentos efetivados, a partir da arrecadação do BU, preferencialmente aos concessionários privados, nos termos do Convênio firmado com a SPTrans e do acordo de recomposição tarifária estabelecido com



a Secretaria da Fazenda. Atendimento a solicitações sobre reajuste e integração tarifária: Foram recebidas e analisadas propostas de integração tarifária contemplando linhas referente às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. Apoio Técnico: Ao longo de 2025, a Coordenadoria de Transporte Coletivo participou das demandas originadas de instâncias externas que incluíram: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE; Controladoria Geral do Estado – CGE durante as atividades de Auditoria; Ministério Público – MP, Manifestações da Secretaria de Parcerias e Investimentos – SPI; entre outras. Também foram elaboradas Informações Técnicas para subsídios à: Assessoria Parlamentar sobre Projetos de Leis, Indicações, Requerimentos de Informações técnicas aos Deputados, Prefeitos e Vereadores); ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Coordenadoria de Planejamento e Gestão – CPG - Conforme o artigo 31 e seguintes do Decreto nº 49.752/2005, compete à Coordenadoria de Planejamento e Gestão (CPG): elaborar e coordenar o planejamento estratégico do sistema de transporte metropolitano de passageiros; coordenar e implementar o planejamento plurianual e os planos de remodelação; propor e coordenar formas de atuação articulada entre as três esferas de governo e entidades da sociedade civil para a implementação de empreendimentos nos sistemas ou que interfiram neles; promover ações técnicas e administrativas voltadas ao desenvolvimento e à implementação de programas e projetos relacionados aos sistemas; bem como exercer essas atribuições no âmbito dos sistemas metropolitanos de transporte público de passageiros das Regiões Metropolitanas. O trabalho de desenvolvimento do PITU 2040 se encontra finalizado e publicado na internet (www.pitu2040.stm.sp.gov.br). A pandemia COVID 19, provocou uma mudança estrutural nas lógicas de viagens familiares, resultando em perda de passageiros em todos os meios de transporte. Até a presente data não houve a recuperação total das viagens, quando comparadas com o período anterior a pandemia. O Metrô, que historicamente realiza as pesquisas de origem e destino na RMSP, realizou a Pesquisa Origem-Destino em 2023, buscando compreender os efeitos e as novas lógicas de deslocamento na RMSP, e disponibilizou os resultados no 1º trimestre de 2025. Com a disponibilização dos dados finais, a CPG está atualizando o trabalho desenvolvido, confirmando ou revisando as alternativas selecionadas e iniciando a produção do PITU 2050, considerando outros estudos como os recentes processos de concessões, os estudos de transportes no âmbito estadual em desenvolvimento pela SEMIL – Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o ENMU – Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, desenvolvido pelo Ministério das Cidades, com apoio do BNDES e novos projetos no âmbito municipal, permitindo uma atualização para o horizonte de 2050. Importante dispor neste ponto, que as revisões e atualizações do PITU são necessárias em razão do dinamismo territorial das cidades que compõem as Regiões Metropolitanas (RM), sendo imperativo o acompanhamento dos dados de demanda de mobilidade, as análises espaciais e socio territoriais. Portanto, mais que um plano estático, o PITU se apresenta como um processo permanente de planejamento que busca integrar as diversas ações dos agentes públicos e privados que atuam ou impactam sobre a mobilidade urbana. As pesquisas Origem e Destino – OD das demais Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo eram executadas pela EMTU/SP, que teve suas atividades encerradas, sendo transferida à obrigação da execução dessas pesquisas para a CPG. Nesse sentido, a CPG planejou e está realizando procedimento licitatório para contratação de execução de Pesquisas OD em todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado. A previsão é de realizar a Pesquisa OD da Região Metropolitana de Jundiaí e iniciar as Pesquisas OD das Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte em 2026. Como inovação, além das pesquisas domiciliares, serão obtidos dados de mobilidade digital que permitirão comparar resultados, para que em futuro próximo possamos nos valer de novas tecnologias que vem sendo desenvolvidas em outros países, com maior velocidade e redução de custos. Foi contratada



consultoria para montagem de rede de macro simulação de transporte, utilizando modelo de quatro etapas, denominado EMME (software de planejamento de transporte multimodal) já com os dados disponibilizados da OD 2023 além da capacitação de colaboradores no uso desse software. O EMME é uma ferramenta de planejamento de transporte multimodal que combina modelagem avançada de redes e demanda. Ele auxilia no planejamento de transportes, considerando mudanças em infraestrutura, uso do solo, políticas de mobilidade e precificação. Com recursos para prever o desempenho de sistemas de transporte e avaliar cenários hipotéticos, o EMME é crucial para análises que consideram acessibilidade, sustentabilidade e equidade. Além disso, sua compatibilidade com as bases de dados da CPTM e do METRÔ, potencializa o compartilhamento de informações entre os órgãos, dotando a CPG de ferramental e capacitação de equipe para enfrentar os desafios do planejamento de transporte. A CPG deu continuidade ao desenvolvimento do GeoPortal STM, sob o Contrato STM nº 05/2023, que visa integrar dados da Secretaria e de suas empresas vinculadas, bem como a espacialização das informações de 5 (cinco) Regiões Metropolitanas do Estado. A divulgação da plataforma iniciou em dezembro de 2024 e ocorreu ao longo do ano de 2025 aos municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento das respectivas Regiões Metropolitanas, assim como a disponibilização do acesso às prefeituras municipais integrando e compartilhando dados de mobilidade urbana estaduais e municipais. Com o processo de liquidação da EMTU, foram transferidos e incorporados à CPG mais 4 (quatro) colaboradores, que já estão totalmente integrados aos trabalhos de planejamento e gestão. Foram também sub-rogados os contratos do Plano de Corredores Metropolitanos – PCM, e da Ecotec (suporte técnico na área ambiental), que refere-se a compensação ambiental relativa à construção do Corredor Itapevi – São Paulo. Quanto ao acompanhamento da implantação dos empreendimentos prioritários, foi dado seu prosseguimento em 2025, com a coleta de informações e visitas técnicas referentes às obras junto às empresas vinculadas, resultando na atualização dos relatórios de acompanhamento em conjunto com as empresas vinculadas, de tal forma que seja possível: a elaboração do Relatório de Gestão de Empreendimentos da CPG, com levantamento dos fatos relevantes e dos pontos críticos para cada um, avaliando o cumprimento das metas e seus riscos; a atualização semanal do Sistema de Monitoramento do Programa de Metas dos empreendimentos prioritários do Governo do Estado (coordenado pela Casa Civil); o preenchimento de planilha para alimentação do Painel de Obras do Governador (coordenado pela Secretaria de Gestão e Governo Digital - SGGD) e dados de divulgação das informações dos empreendimentos em andamento (coordenados pela Secretaria de Comunicação - SECOM); o monitoramento das ações e metas de investimentos dos Programas do Plano Plurianual 2024-2027 da STM e empresas vinculadas, por meio do Sistema de Monitoramento do PPA – SIMPPA; a emissão de pareceres técnicos relativos aos pedidos de MP – Manifestação Prévia das licitações e contratações de fornecimento, com recursos de investimento, relacionados aos empreendimentos prioritários e projetos especiais, no âmbito da STM e empresas vinculadas; emissão de pareceres técnicos relativos aos financiamentos necessários à execução dos investimentos nos empreendimentos prioritários e projetos especiais, no âmbito da STM e empresas vinculadas. Além disso, a CPG atua, em conjunto com a Coordenadoria de Transporte Coletivo - CTC, com a coleta de dados operacionais das empresas vinculadas e na atualização dos Mapas da Rede de Transportes Metropolitanos na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP utilizados nas estações e trens da Rede de Transportes Metropolitanos, peça fundamental para a comunicação dos passageiros que utilizam diariamente a Rede de Transportes Metropolitanos. Também integram à rotina da CPG, a emissão de pareceres técnicos diversos e subsídios à STM para respostas aos Poderes Executivo e Legislativo, Tribunal de Contas do Estado, ao Serviço de Informação ao Cidadão-



SIC, à Ouvidoria, dentre outros, além de participar da representação pela STM nos seguintes grupos: Comitê Diretor de Transporte Integrado – CDTI, que é objeto de convênio de cooperação técnica e institucional do Governo do Estado com a Prefeitura de São Paulo, do que tem por objetivo a realização de estudos para a implementação de ações conjuntas para melhoria do transporte coletivo, ficando responsável por sua Secretaria Executiva e pela coordenação técnica de suas cinco Câmaras Temáticas (Planejamento; Meio Ambiente; Trânsito, Operação e Transporte; Política Tarifária, Bilhetagem e Arrecadação e Tecnologia); Conselhos de Desenvolvimento e Câmaras Temáticas das Regiões Metropolitanas de São Paulo, da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba, do Vale do Paraíba e Litoral Norte e de Jundiaí; Grupo de Trabalho para elaboração do Plano sobre Mudanças Climáticas e Impactos das Ações de Mobilidade e representação também na Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo – CEZEE-SP, coordenado pela SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Conselho Municipal de Política Urbana da cidade de São Paulo (CMPU); Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas - COMFROTA-SP; Convênio de cooperação técnica e operacional com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, que tem por objetivo a colaboração mútua no desenvolvimento de atividades destinadas ao planejamento urbano integrado; Participação em Fóruns, Seminários e Workshops de Mobilidade Urbana, bem como da iniciativa de criação do Observatório de Mobilidade Urbana de São Paulo. *UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE TRENS E SISTEMAS – UCPTS E UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – UCPITM* - A Unidade de Coordenação do Projeto de Trens e Sistemas da RMSP – UCPTS foi criada pelo Decreto nº 53.033/2008, para gerenciar e operacionalizar os projetos decorrentes de contratos de financiamento firmados pelo Governo do Estado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e ao Japan Bank for International Cooperation – JBIC. A Unidade de Coordenação do Programa de Investimentos nos Transportes Metropolitanos – UCPITM foi criada pelo Decreto 54.290/2009 para gerenciar e operacionalizar os projetos decorrentes de contratos de financiamento firmados pelo Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. As unidades UCP desenvolveram, ao longo do exercício de 2025, um conjunto significativo de atividades. Entre elas, destaca-se a análise e o encaminhamento de 14 processos de pagamento referentes a duas contratadas, totalizando a aplicação de R\$ 189 milhões na execução dos projetos sob gerenciamento da Unidade, incluindo pagamentos decorrentes de processos de arbitragem. A UCP realizou, ainda, o monitoramento de 264 processos sancionatórios relacionados a descumprimentos contratuais vinculados aos contratos sob sua responsabilidade, envolvendo análises, manifestações técnicas, relatórios e decisões nas fases de defesa prévia e recursal. O valor total desses processos, considerado na data de instauração, soma cerca de R\$ 243,5 milhões, montante que será objeto de cobrança após a conclusão do devido trâmite processual, em observância ao contraditório e à ampla defesa. No âmbito da interlocução institucional, foram fornecidas informações técnicas solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), pela Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP) e pela Controladoria Geral do Estado (CGE). A UCP também apresentou subsídios à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para apoio às defesas judiciais relativas a contratos sob sua gestão. A UCP deu continuidade na gestão do Contrato STM nº 006/2008, cujo objeto é a modernização dos sistemas de sinalização e controle nas Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha do Metrô, que possui a implantação de: (i) sinalização com a tecnologia CBTC - Communication Based Train Control; sistema de transmissão digital utilizando fibras ópticas; sistema de transmissão em tempo real de imagens das câmeras internas do trem para o CCO – Centro de Controle Operacional e das estações para o trem e painéis multimídia para informar as horas e as



mensagens operacionais e institucionais. O acompanhamento técnico deste contrato é feito pelo Metrô, que também avalia a efetividade e os benefícios para os passageiros. As informações técnicas do assunto estão descritas no item 0. A UCP realizou a Concorrência nº 01/2023, destinada à aquisição de 44 trens para as Linhas 1–Azul, 2–Verde, 3–Vermelha e para a Extensão da Linha 2–Verde do Metrô. A licitação foi homologada em 17 de março de 2025, com o Contrato STM nº 01/2025 assinado em 22 de julho de 2025 e primeira ordem de serviço emitida em 18 de agosto de 2025. O acompanhamento contratual permanece em andamento, exigindo reuniões periódicas conduzidas pelo gestor e ordenador do contrato. Houve, ainda, participação nos debates técnicos com o Metrô referentes à emissão do Termo de Aditamento nº 01 ao Convênio STM nº 02/2022, que trata da cooperação mútua entre a STM e o Metrô para expansão e aprimoramento dos serviços de transporte metroferroviário de passageiros. A UCP elaborou o edital para contratação do gerenciamento do fornecimento dos 44 trens, com publicação prevista para março de 2026. Foram produzidos relatórios e análises técnicas para o julgamento dos recursos da Concorrência nº 90001/2025, que tem por objeto o gerenciamento das atividades da própria Unidade. A conclusão da contratação ocorreu em novembro e a assinatura do Contrato nº 005/2025 ocorreu em 04 de dezembro de 2025. A Unidade aguarda a conclusão das discussões sobre a versão final da proposta técnica apresentada pela empresa Alstom no procedimento de contratação para o fornecimento do sistema de sinalização e controle de trens Communication Based Train Control (CBTC) para a extensão da Linha 2-Verde (trecho Vila Prudente-Penha) recebida em 1º de julho de 2025, com previsão de assinatura contratual no primeiro semestre de 2026. Por fim, foram definidos os parâmetros técnicos para a contratação do gerenciamento do fornecimento do CBTC, cujo edital de licitação está previsto para publicação em julho de 2026. *COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CRI* - De acordo o Decreto nº 49.752/2005, a CRI possui as seguintes atribuições: (I) coordenar a gestão do relacionamento da Secretaria com as administrações municipais integrantes das Regiões Metropolitanas e a sociedade civil organizada, articulando e integrando propostas e soluções apresentadas pelos Municípios ou pelo Estado para o transporte metropolitano; (II) articular o relacionamento da Secretaria e suas entidades vinculadas com as demais Secretarias de Estado, as atividades de comunicação da Secretaria e suas entidades vinculadas com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado. No exercício de 2025, a Coordenadoria de Relações Institucionais (CRI) desempenhou papel estratégico no fortalecimento da articulação institucional da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) com órgãos públicos, o Poder Legislativo, empresas do setor de transporte e demais entidades estaduais e municipais. Ao longo do período, a CRI realizou atendimentos, reuniões e articulações com empresas nacionais e multinacionais interessadas em investir no transporte público metropolitano, fornecendo suporte técnico em projetos de mobilidade e infraestrutura. A CRI atuou diretamente na articulação entre a STM e outras Secretarias de Estado, contribuindo para o planejamento, formulação e execução de ações conjuntas e integradas. Também prestou apoio ao Gabinete do Secretário e às empresas vinculadas na organização e atendimento a autoridades do Poder Executivo e do Poder Legislativo, incluindo deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores. A área foi responsável pelo recebimento, análise, encaminhamento e acompanhamento de diversas manifestações parlamentares, tais como projetos de lei, requerimentos de informação, moções, indicações e ofícios, garantindo respostas adequadas junto aos órgãos competentes. Até o presente momento, foram processadas diversas demandas parlamentares, incluindo 77 ofícios, 26 requerimentos, 31 requerimentos de informação, 22 moções, 2 autógrafos, 27 projetos de lei, 1 indicação, 3 e-mails e 1 memorando. Ao longo do ano, a CRI acompanhou as discussões de interesse da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) e de suas empresas vinculadas no âmbito das



Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), com destaque para a Comissão de Transportes e Comunicações, a Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais e a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Finanças. Além disso, monitorou a participação da STM e de suas entidades nos diversos conselhos, comitês, câmaras temáticas e grupos de trabalho estaduais e municipais, contribuindo para a análise, formulação e acompanhamento de políticas públicas relacionadas ao transporte e à mobilidade urbana. Em 2025, a Assessoria de Comunicação atuou na gestão de toda a comunicação da Secretaria, incluindo imprensa, conteúdo, comunicação interna, redes sociais da STM e do Secretário Executivo, divulgações no site e redação de discursos institucionais para eventos. Também facilitou a comunicação entre diferentes atores - entre as empresas, entre a STM e o Governo, e entre as Secretarias. Seu papel abrangeu desde a coordenação das empresas e o alinhamento de informação à divulgação conjunta de ações e eventos, seja entre empresas ou com diferentes Secretarias. No período de janeiro a outubro, a área conquistou 2.137 matérias na imprensa, entre elas, publicações nos principais veículos de comunicação nacionais como TV Globo, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, G1, Jovem Pan, TV Cultura, GloboNews, RedeTV, entre outros. Também foram desenvolvidas e apoiadas, pela STM, 132 ações sociais de saúde e cultura nas estações, em benefício dos passageiros. Dentro disso, também divulgamos importantes campanhas e informações do Governo de São Paulo e outras Secretarias/órgãos governamentais. Em julho de 2025, a comunicação interna começou a ser implementada na STM. Deste período até outubro, já foram realizadas 14 ações para os colaboradores da Pasta. As redes sociais da STM seguem conquistando resultados expressivos, seguindo nossa estratégia de conteúdos mais humanizados, planejados. Também fortalecemos nosso contato com os passageiros por meio do serviço de atendimento diretamente nas redes sociais e plataformas digitais, com objetivo de interagir, responder dúvidas e gerenciar crises de forma ágil e transparente. Entre janeiro e outubro de 2025, alcançamos 560,3 mil pessoas apenas no Instagram, quase o dobro do registrado no mesmo período de 2024 em todas as redes sociais. Nessa plataforma, também somamos mais de 910 mil visualizações de conteúdo e cerca de 45mil interações, reforçando o engajamento crescente do nosso público. No Facebook, que embora tenha perdido relevância nos últimos anos ainda é utilizado por parcela importante da população, os números também impressionam: 147,3 mil interações e 90,4 mil pessoas alcançadas. Já no TikTok, rede social em que nossa presença é mais recente, registramos 384 mil visualizações de vídeos e 26 mil interações, consolidando nossa presença em diferentes canais e formatos. Ao todo, somamos mais de 64,3 mil seguidores totais em nossas sete redes sociais (Facebook, Instagram, Threads, TikTok, YouTube, LinkedIn e X).

OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC): O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) registrou, no período de 1º de janeiro a 4 de novembro de 2025, um total de 53 pedidos de informação relativos à STM e à EFCJ, todos protocolados e atendidos por meio da Plataforma Fala.SP. No mesmo período, a Ouvidoria atendeu 2.394 manifestações de cidadãos, também recebidas pela Plataforma Fala.SP, distribuídas da seguinte forma: 1.627 reclamações, 635 solicitações de providência, 92 sugestões, 31 denúncias e 9 elogios. Do total de denúncias, apenas 1 é de competência direta da STM. As outras 30 correspondem às esferas de atuação da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU. Entre essas denúncias, 21 foram apresentadas de forma anônima, 10 de maneira identificada e 1 sem cadastro. As Manifestações mais frequentes no ano de 2025 foram: (i) Consultar Itinerário, Horários e Tarifas; (ii) Solicitar Cartão TOP Escolar, Meia Tarifa e Passe Livre; (iii) Conduta de Agentes nas estações e ônibus (EMTU, Metrô, CPTM); (iv) sugestão de Universalização das Portas de Plataforma, (v) sugestão de Modernização Digital do Sistema Metroferroviário; (vi) sugestão de



extensão do horário de funcionamento Metroferroviário; Em relação as manifestações respondidas ao Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS, foram realizadas 49 (quarenta e nove) respostas dentro do Sistema SEI. Em atendimento às normas estabelecidas pelo Decreto nº 68.769, de 14 de agosto de 2024, que instituiu a Política de Dados Abertos da Administração Pública Direta e Autárquica do Estado de São Paulo, e pela Resolução CGE nº 14, de 24 de setembro de 2024, a Ouvidoria elaborou e publicou o Plano de Dados Abertos no site da STM (www.stm.sp.gov.br). Foi publicado Edital de Chamamento Público nº 01/2025, do Conselho de Usuários de Serviços Públicos da Estrada de Ferro Campos do Jordão, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e do Capítulo VI do Decreto nº 68.156, de 09 de dezembro de 2023, para Pesquisa de Satisfação sobre os serviços prestados no passeio ao Mirante da Estação Eugênio Lefèvre da EFCJ.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – DA: Nos termos do artigo 21 do Decreto nº 49.752/2005, compete ao Departamento de Administração, a prestação dos serviços de administração financeira e orçamentária, suprimentos e contratos, administração patrimonial, documentação e demais atividades de apoio administrativo, assegurando às unidades atendidas condições adequadas para o pleno desempenho de suas funções. As atribuições do Departamento são executadas pelos Centros que o integram: Centro de Suporte Logístico (CSL), Centro de Informática (CI), Centro de Orçamento e Finanças (COF) e Centro de Comunicações Administrativas (CCA). Em 2025, o Centro de Suporte Logístico (CSL) foi responsável pela gestão do depósito de mobiliário, localizado no subsolo, organizando os bens móveis conforme o estado de conservação. Foram identificados bens inservíveis, que serão descartados e encaminhados ao Centro de Material Excedente (CMEX). Também foram separados os bens pertencentes às empresas vinculadas e à extinta EMTU, visando ao melhor controle e acompanhamento dos processos de cessão de uso de bens patrimoniais entre a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, o que assegurou a adequação às necessidades operacionais da organização. Além disso, o Centro realizou a contratação de seguro patrimonial e de responsabilidade civil (RETA) para a aeronave remotamente pilotada – drone de uso pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão – CPG. O CSL também atuou na reestruturação dos ambientes de trabalho, promovendo modificações nos leiautes da Ouvidoria, da Unidade de Gestão de Integridade e do Centro de Recursos Humanos, com o objetivo de otimizar os espaços e aprimorar a funcionalidade dos ambientes. O Centro de Orçamento e Finanças (COF), centraliza a execução de todas as atividades relativas à Administração Financeira da Secretaria, inclusive as Unidades de Coordenação de Projetos de Trens e Sistemas da Região Metropolitana de São Paulo (UCPTS), Unidades de Coordenação do Programa de Investimento nos Transportes Metropolitanos SP (UCPTIM), Unidade de Coordenação da Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (UCCMCP) no que competes a Restos a Pagar, os Repasses de Recursos às entidades vinculadas METRÔ, CPTM e EMTU (extinta em out/2025). Até o presente momento, foram realizadas 637 Notas de Empenho, bem como a execução de 2.472 Ordens Bancárias, além de pagamentos diversos e repasses financeiros para as empresas METRÔ, CPTM e EMTU (extinta em out/2025). Foi realizada, em fevereiro de 2025, a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) referente ao ano-base 2024, a qual foi enviada à Receita Federal, contemplando a apuração, o recolhimento e o controle do imposto de renda retido na fonte relativo aos fornecedores e prestadores de serviços que tenham prestado serviços com retenção do imposto à STM. Também foram efetuadas as retenções de ISS, INSS e IRRF por meio de Notas de Lançamento no SIAFEM/CONTABILIZA, com o devido recolhimento. Realizamos ainda a inclusão de dados no Sistema Contabiliza, a assinatura para transmissão da EFD-REINF (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) e sua transmissão mensal pelo e-Cac (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) no site da Receita Federal, além da entrega da DCTFWeb – Declaração de Débitos e Créditos Tributários



Federais e de Outras Entidades e Fundos. Procedemos à atualização da validade das Certidões da Secretaria dos Transportes Metropolitanos e da EFCJ – Estrada de Ferro Campos do Jordão, pelo Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal (SRPF) até o dia 13/05/2025, destacando que a rotina mensal de renovação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) se tornou desnecessária e, por esse motivo, encontra-se suspensa. Por fim, no SEF – Sistema de Execução Financeira, realizamos pagamentos para todas as UGE's vinculadas à STM. O Centro de Comunicações Administrativas (CCA) realizou diversas atividades ao longo de 2025, as principais foram: (i) Eliminação de aproximadamente 47.500 processos e expedientes que já haviam cumprido seus prazos de temporalidade; (ii) Arquivamento da massa documental acumulada e dos processos encaminhados pelas áreas, totalizando em média 1.055 caixas; (iii) Continuidade da migração de processos físicos para o formato híbrido no Sistema Eletrônico de Informações (SEI); (iv) Apoio aos servidores da Pasta no uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no âmbito da STM, com ênfase na inclusão de documentos internos que se adequam ao ambiente eletrônico, bem como na orientação quanto a procedimentos internos junto aos demais setores; (v) Utilização do Sistema de Protocolo para o recebimento e processamento de mais de 2.000 documentos, devidamente encaminhados aos respectivos setores destinatários; (vi) Realização de pesquisa sobre a utilização dos serviços dos Correios nas diversas áreas da Pasta, que resultou na finalização da contratação do serviço, programada para o dia 22/11/2025, tendo em vista a baixa demanda identificada. Após essa data, será realizada a abertura de processos de adiantamento para envio de correspondências, que ocorrerá apenas em casos excepcionais. Conforme já mencionado neste relatório, em decorrência da reorganização administrativa promovida pela Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, pelo Decreto nº 69.339, de 04 de fevereiro de 2025, e pelo Decreto nº 69.377, de 26 de fevereiro de 2025, bem como pela Portaria Conjunta SPI/STM/Artesp nº 001, de 19 de março de 2025, foram transferidas à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) competências e atribuições anteriormente exercidas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). Diante disso, este Centro, em conjunto com a Coordenadoria de Transporte Coletivo (CTC), iniciou o processo de revisão das classificações e do encaminhamento dos documentos aos novos responsáveis, encontrando-se em andamento o processo de licitação para contratação de empresa especializada na execução desse serviço. O Centro de Informática - CI desenvolveu durante o exercício de 2025, as seguintes atividades: Sistema Gerenciamento de contratos e licitações: Em atendimento ao Plano Estadual de Promoção de Integridade, no âmbito do Programa de Integridade da STM, foi desenvolvido o sistema de gerenciamento de contratos e licitações. Essa ferramenta, além de atender à ação mencionada, promove a padronização na inserção de documentos no banco de dados da STM, facilitando a inclusão e edição de contratos, licitações e termos aditivos. Ajustes no Sistema de Andamentos da CPG: Foram realizadas manutenções e correções no sistema de andamentos da CPG, com o intuito de melhorar e adequar a experiência do usuário no que diz respeito ao controle e classificação dos documentos da CPG. Contratações com a PRODESP: - Formalização de Termo Aditivo ao Contrato do Programa SP Sem Papel (17/04/2025), visando a utilização de plataforma eletrônica para guarda dos documentos digitais tramitados, respeitando a estrutura arquivística e processual. Atualmente sob a Gestão do CCA; - Contratação de serviços de e-mail com pacote Microsoft 365 e gerenciamento (08/09/2025): Contratação no total de 153 licenças de Contas de e-mail e pacote Microsoft 365, e 06 licenças de Microsoft Project; - Rescisão do Contrato de hospedagem com infraestrutura para websites: Rescisão do contrato em razão da migração do site para ferramenta CMS de propriedade da SGGD. - Contratação de Antivírus: Contratação de 200 licenças para desktops, e 27 para servidores (sendo 17 já em uso e previsão de criação de mais 10 para o ano que vem). Processo encontra-se na fase de cotação dos valores com a Prodesp.



Contratações por procedimento licitatório: -Renovação de Garantia e Suporte de Sistema Integrado de Servidor, Storage e Rede, prazo de 12 (doze) meses. Pregão ocorrido no dia 11/11/2025, o processo encontra-se na fase de assinatura do contrato; -Aquisição de Appliance de Firewall com serviço de instalação e garantia/suporte pelo período de 36 (trinta e seis) meses. Processo em fase de licitação. Gestão de Processos: Administração dos serviços Intragov SAI e Intragov STI, o gerenciamento da telefonia VOIP Vivo (minutagem) e VOIP Claro (locação), bem como a gestão do serviço de e-mail corporativo e da hospedagem do site institucional. Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC 2023-2026: O Centro de Informática atualizou o PDTIC 2023-2026, conforme o artigo 5º do Decreto nº 67.799/2023, com o objetivo de consolidar o planejamento da STM para a concretização da Estratégia de Governo Digital. Esse planejamento é baseado no Plano Plurianual (PPA) e inclui um conjunto de ações, diretrizes e medidas em matéria de tecnologia da informação e comunicação a serem implementadas pelos órgãos e entidades. Migração dos sites da STM, EFCJ e PITU para o CMS (SGGD): Conforme diretrizes contidas no Decreto Estadual nº 69.056/2024, os sites institucionais passaram para a responsabilidade da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), cabendo a este CI acompanhar todo o processo bem como refletir as informações que existiam nos sites antigos para os sites novos. Suporte: Durante o período, foram realizadas atividades de suporte tecnológico voltadas à manutenção e funcionamento adequado dos recursos de informática. As ações incluíram atendimento para configuração e atualização de computadores, resolução de problemas relacionados à conectividade Wi-Fi e suporte para instalação e operação de impressoras. O objetivo foi garantir a continuidade dos processos, reduzir interrupções e assegurar a eficiência dos equipamentos utilizados. Servidor Benner – EMTU para a STM: Em virtude da transferência dos colaboradores da EMTU para a STM, houve a transferência, montagem e configuração do equipamento (servidor) em que está instalado o sistema “BennerRH” para administração desses colaboradores. Centro de Recursos Humanos – CRH: Em 2025, o Centro de Recursos Humanos (CRH) desenvolveu atividades essenciais para a reorganização administrativa e a gestão de pessoal da Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). Realizou estudos da legislação recente, incluindo a Lei Complementar nº 1.395/2023, o Decreto nº 68.742/2024 e pareceres da PGE, produzindo documentos técnicos e participando de reuniões para subsidiar a proposta final de reestruturação da Pasta. O CRH atuou na viabilização da nomeação de novos servidores para a STM e para a EFCJ, conduzindo os trâmites administrativos necessários. Também participou da criação e estruturação do Quadro Especial instituído pelo Decreto nº 69.921/2025, decorrente da extinção da EMTU/SP, passando a administrar 265 empregados públicos que tiveram seus contratos sub-rogados ao Estado. Para garantir os direitos trabalhistas previstos no ACT, o Centro assumiu a gestão dos contratos de benefícios, como vale-transporte, alimentação, refeição, assistência médica e seguro de vida, além do pagamento de auxílio-creche. Com a redistribuição das atividades antes exercidas pela EMTU/SP, o CRH providenciou cerca de 250 afastamentos para órgãos como Artesp, SEDUC, SPI e CPTM. Tornou-se responsável pela folha de pagamento, benefícios, recolhimentos legais, afastamentos, férias, ponto, eSocial e abertura de 265 prontuários, além da integração dos empregados. Foram emitidas diversas certidões e atos funcionais, incluindo adicionais por tempo de serviço, licenças-prêmio, conversões em pecúnia, homologações e aposentadoria. O Centro também manteve a gestão das bolsas de estágio por meio do CIEE. No campo do desenvolvimento institucional, elaborou o Plano de Comunicação Interna e executou campanhas temáticas, promoveu palestras e apresentações internas, e incentivou a participação dos colaboradores em cursos da EGESP, ENAP, TCE-SP, TCM-SP, PROCON, PGE, IAMSPE e Arquivo Público, abrangendo temas diversos como legislação, gestão pública, integridade, LGPD, liderança e produtividade. Realizou ainda ações de integração, como sorteios em parceria com a CPTM e para o



evento GAMESCOM LATAM 2025. Por fim, prestou apoio às chefias na mediação de conflitos, contribuindo para o fortalecimento das relações internas e para a melhoria do clima organizacional.

ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO – EFCJ: Em 2025, a operação da ferrovia foi paralisada a partir de 15 de janeiro, em razão da ocorrência reiterada de furto de cabos na via permanente em Campos do Jordão, o que comprometeu a continuidade das atividades operacionais dos bondes. Desde então, a Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ) vem envidando todos os esforços para a retomada da operação, com destaque para as ações voltadas à aquisição de novos cabos e à utilização, por meio de cessão onerosa junto ao Metrô de São Paulo, de um eletrocentro (subestação compacta), fundamental para a recomposição da infraestrutura elétrica necessária ao funcionamento da ferrovia. Foram elaborados estudos técnicos, mapas de risco, termos de referência e planilhas orçamentárias para projetos de engenharia e manutenção, incluindo: contenções e desassoreamento no Parque Reino das Águas Claras, reforma da cobertura das oficinas de Pindamonhangaba, diagnóstico de obras de arte especiais, melhorias em passagens de nível, readequação das instalações elétricas, além de apoiar tecnicamente a fiscalização da concessão do Parque Capivari e contribuição com informações técnicas para os estudos de concessão da ferrovia. Foram executadas melhorias no Parque Reino das Águas Claras (instalações elétricas, iluminação, limpeza e adequações de infraestrutura), intervenções na Estação Abernóssia e nas paradas (pintura, reparos e infraestrutura para instalação do eletrocentro), organização e readequação nas oficinas e serviços contínuos na faixa ferroviária (roçada, substituição de dormentes, instalação de conexões de trilhos ferroviários ‘rail bonds’ e fechamento de faixa de domínio). A EFCJ conduziu processos de aquisição e contratação por meio do sistema oficial do Estado, incluindo: aquisição de cabos, cessão onerosa, transporte e instalação do eletrocentro, vigilância patrimonial, laudos técnicos, serviços especializados e locação de veículos, entre outros. Essas ações combinadas visam garantir a manutenção da infraestrutura existente e preparar as condições técnicas e operacionais para a retomada da operação ferroviária.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO – EMTU/SP (EXTINTA) ATIVIDADES REALIZADAS ATÉ SETEMBRO DE 2025: Na atuação da EMTU/SP, enquanto vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos, gerenciava o transporte intermunicipal de ônibus em cinco regiões metropolitanas do Estado: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com 39 municípios, Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) com 9 municípios, Região Metropolitana de Campinas (RMC) com 20 municípios, Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) com 39 municípios e Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) com 27 municípios. Essas cinco regiões metropolitanas somam 134 municípios, totalizando 44,4 milhões de residentes (Censo 2022 do IBGE), sendo que 42% da população paulista está concentrada em apenas 9 municípios. De janeiro a julho de 2025, nas 828 linhas e serviços da EMTU/SP, foram transportados quase 290 milhões de passageiros, uma média de 1,3 milhões passageiros por dia útil, através de uma frota de 5.097 operados por meio de concessões e permissões. O Serviço Especial LIGADO, foi criado pela Resolução STM nº 19 de 27 de fevereiro de 2009, que autorizava a EMTU a estimular a inclusão social das pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida severa, implantando seu atendimento pelo sistema de transporte metropolitano. O LIGADO configura um serviço do tipo “porta a porta”, gratuito, que transporta há 16 anos alunos com deficiência física ou com mobilidade reduzida severa nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas. Utilizado por entidades assistenciais ou órgãos dos governos estadual, municipal ou federal, mediante contratos com a EMTU, o serviço foi viabilizado inicialmente por meio de um convênio firmado com a SEDUC – Secretaria de Estado da Educação, proporcionando uma média de 146 mil atendimentos por mês às crianças e jovens regularmente matriculados em 962 escolas da Rede Regular de Ensino – RRE e demais instituições conveniadas ou credenciadas ao órgão em 2025. Em maio de 2025, o serviço foi



restituído à gestão da SEDUC. O Centro de Atendimento ao Passageiro Especial funciona desde setembro de 2000 na Região Metropolitana de São Paulo e atende pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que buscam obter a gratuidade nas linhas metropolitanas através da CIPES - Carteira de Identificação do Passageiro Especial, conforme a legislação em vigor. São áreas preparadas para prestar o atendimento adequado a estes usuários com todos os dispositivos de acessibilidade necessários, dispõe de profissionais treinados, pessoas com deficiência no atendimento aos usuários com deficiência que buscam a isenção tarifária no transporte público metropolitano, tornando desta forma um atendimento mais humanizado, sendo este serviço subrogado para a Artesp. Desde 2016 os Centros de Atendimento ao Passageiro Especial também dispõem de tradução em libras, promovendo um atendimento inclusivo. Mais de 730 mil pessoas até jul/25 já foram beneficiadas, refletindo o compromisso da EMTU com a inclusão, acessibilidade e respeito aos direitos de todos. Em Campinas o serviço foi implantado em janeiro de 2009 e, no Vale do Paraíba e o Litoral Norte, está em funcionamento desde maio de 2013. Através do DPE – Departamento de Atendimento ao Passageiro Especial, até julho de 2025 foi mantido o programa de Treinamento Continuo aplicado aos profissionais de todas as Unidades Básicas de Saúde cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento às Pessoas com Deficiência – PcD, sendo mais de 1300 unidades de saúde cadastradas junto a EMTU, abrangendo as cinco regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. CIPES – Carteira de Identificação do Passageiro Especial – Benefício de acesso a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência, de uso exclusivo nas linhas de ônibus metropolitanas operada pela EMTU/SP. A CIPES pode ser obtida nas cinco regiões metropolitanas e a validade do benefício vai de acordo com a legislação, no qual cada CID (classificação internacional de doenças) um período pré-estipulado e concedido às pessoas com deficiência, cuja gravidade comprometa sua capacidade de trabalho, bem como aos menores de 16 anos com deficiência. Com a regularidade do atendimento dos CAPEs, foram emitidos mais de 31.500 benefícios até jul/25. WEBCapes – trata-se de uma plataforma desenvolvida pelos técnicos da EMTU, em ambiente web, visando o atendimento online dos usuários, com a inserção de documentos diretamente para o sistema de concessão de benefícios de isenção tarifária para pessoas deficientes, melhorando o atendimento à população e com mais agilidade nos processos, está disponibilizado nas 5 (cinco) regiões metropolitanas, totalizando a atuação nos 134 Municípios. A EMTU/SP conta, na Região Metropolitana de São Paulo, bicicletários que podem ser encontrados nos terminais Jabaquara e Vila Galvão. No Grande ABC, o serviço está disponível nos terminais São Bernardo e Santo André Oeste. Na Região Metropolitana de Campinas, os terminais Americana, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste oferecem o espaço. Já na Baixada Santista, o VLT conta com bicicletário na Estação Barreiros, em São Vicente, e paraciclos nas demais estações. E ainda, conta com Terminais acessíveis, possuindo a infraestrutura necessária para facilitar a movimentação dos portadores de deficiência como rampas, corrimãos e escadas rolantes que auxiliam o acesso desses passageiros às áreas interna e externa. Também estão equipados com telefones públicos rebaixados, telefones especiais para surdos-mudos e banheiros adaptados, igualmente na frota cadastrada, os veículos de linhas regulares possuem acessibilidade ou adaptação para facilitar a movimentação das pessoas com deficiência, o que representa 93% do total. Nas cinco regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, gerenciados pela EMTU, de janeiro até julho de 2025 foram inspecionados 27.912 veículos dos dois sistemas, regular e fretamento, e no mesmo período, foram efetuadas 12.606 fiscalizações. No programa “Conscientizar”, técnicos da EMTU/SP treinados pela CETESB medem a emissão de material particulado que sai do escapamento dos ônibus movidos à diesel do Sistema Regular e Fretamento. Em caso de irregularidade, o veículo deverá ser adequado ao nível de emissão



permitido e passar por nova vistoria. Se o problema persistir, a empresa é multada e os veículos são impedidos de circular até a devida regularização. O canal de comunicação da Ouvidoria da EMTU/SP, entre os meses de janeiro e julho de 2025, garantiu aos usuários o direito à informação, à qualidade do serviço prestado e ao controle adequado do serviço público. A área acompanha as respostas das gerências às dúvidas, sugestões e reclamações recebidas, com o objetivo de garantir a clareza das respostas sobre as providências e propostas de melhorias para o sistema metropolitano. No respectivo período, foram registradas 33.444 solicitações de informações, 7.101 reclamações, 509 sugestões e 77 elogios. Não houve registro de denúncias. **LIQUIDAÇÃO:** Em fevereiro de 2025 teve início a liquidação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP, conforme Decreto nº 69.375/2025, com a extinção efetivada em outubro deste ano. Suas atividades foram sub-rogadas a diversos entes públicos, sendo os principais, as atividades de fiscalização dos ônibus metropolitanos, veículo leve sobre trilhos (VLT), e ônibus de trânsito rápido (Bus Rapid Transit – BRT), absorvidas pela Artesp. Durante o processo de liquidação da EMTU/SP, uma série de medidas administrativas, jurídicas, financeiras e operacionais foram conduzidas com a finalidade de assegurar o encerramento ordenado da empresa e a continuidade das atividades públicas essenciais sob responsabilidade do Estado. No levantamento inicial, foram identificados 152 instrumentos vigentes (128 contratos e 24 convênios) que passaram por análise individualizada para definição de suas destinações. A destinação contratual teve papel central neste processo. Após avaliação técnica e jurídica, foram sub-rogados 52 contratos, sendo 43 destinados à Artesp, 6 à STM, 2 à CPTM e 1 à SEDUC, assegurando a continuidade operacional das atividades antes exercidas pela EMTU, especialmente nas áreas de transporte intermunicipal, obras públicas, engenharia, atendimento ao usuário e programas sociais. Além disso, 21 convênios foram sub-rogados para a Artesp, abrangendo desde cooperação técnica até operacionalização de serviços e sistemas vinculados ao transporte metropolitano. Em paralelo, instrumentos que não se enquadravam em hipóteses de continuidade foram formalmente encerrados e arquivados. Ao todo, 19 contratos e 2 convênios foram encerrados, com envio da documentação ao Arquivo Provisório da EMTU e, posteriormente, ao Arquivo Público do Estado, respeitando as normas do SAESP. Entre os instrumentos com encerramento formal destaca-se o Contrato SEDUC nº 01/2020, relativo ao transporte de alunos com deficiência – o “LIGADO”, cujo objeto foi integralmente cumprido. As obras públicas conduzidas pela EMTU também tiveram destinação definida. O Contrato nº 001/2020, referente à implantação do trecho 2 do VLT da Baixada Santista, teve o recebimento definitivo das obras civis concluído e sua continuidade — especialmente quanto a garantias, vícios e implantação de sistemas — foi assumida pela Artesp. As demais áreas também desempenharam papéis fundamentais na transição administrativa. A Gerência de Recursos Humanos conduziu o Programa de Desligamento Incentivado, realizou as rescisões contratuais, coordenou a sub-rogação de empregados para a STM e manteve todas as rotinas funcionais, garantindo segurança jurídica aos vínculos laborais. O acervo documental foi integralmente organizado, classificado e destinado, assegurando a preservação da memória institucional. Na área financeira, foram movimentados aproximadamente R\$ 1,5 bilhão durante o período de liquidação, com quitação de todas as obrigações operacionais e trabalhistas. O jurídico sustentou todo o processo, emitindo pareceres, acompanhando demandas judiciais e assegurando conformidade normativa na sub-rogação dos instrumentos. A área de TI promoveu a transferência de sistemas, bases de dados e infraestrutura digital aos órgãos responsáveis pela continuidade dos serviços. Como parte da conclusão do processo, apresentam-se a seguir os principais empreendimentos da EMTU/SP, com sua situação atual, histórico, fatos relevantes e destinação institucional, compreendendo o período entre janeiro e setembro de 2025. **EMPREENDIMENTOS COM ANDAMENTO ENTRE JANEIRO E SETEMBRO/2025 - VLT BAIXADA SANTISTA – TRECHO 2**



(*CONSELHEIRO NÉBIAS – VALONGO*): O Trecho 2 do VLT liga a Avenida Conselheiro Nébias ao Valongo, em Santos, com 8 km de extensão e 12 estações unidirecionais. A demanda estimada é de 35 mil passageiros/dia, utilizando frota já adquirida na fase anterior. O trecho integra a expansão do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) da Baixada Santista. O empreendimento apresentou, até set/2025, o avanço físico de 70,5%, um pouco abaixo do previsto para o mês, de 76,2%. O investimento total estimado é de R\$ 693,9 milhões, contemplando obras civis, sistemas elétricos e de sinalização e a implantação de portas de plataforma. As obras civis, concluídas em fevereiro de 2025, representavam 72% do valor total do empreendimento. A implantação dos sistemas de energia, sinalização, portas de plataforma e demais elementos necessários à operação comercial, foram objeto do Termo Aditivo nº 02/2025 ao Contrato De Concessão Patrocinada STM N° 02/2015. A gestão do empreendimento passou a ser conduzida pela Artesp. *VLT BAIXADA SANTISTA – RECUPERAÇÃO DA PONTE DOS BARREIROS / A TRIBUNA*: Projeto de reforço estrutural, duplicação ferroviária, ampliação do passeio e reforma da ponte, em extensão aproximada de 650 metros. A obra teve início em março de 2024, sob gerenciamento da EMTU/SP. Em setembro de 2025, os contratos de obras civis e de supervisão foram sub-rogados para a CPTM, que gerencia as obras atualmente. Ver informações sobre o andamento no item 0. *VLT BAIXADA SANTISTA – TRECHO 3 (BARREIROS – SAMARITÁ)*: O empreendimento contempla um trecho de 7,5 quilômetros, composto por quatro paradas e um pátio operacional, estabelecendo a conexão entre a área insular e a área continental do município de São Vicente. O investimento foi estimado em R\$ 439,2 milhões, em valores de dezembro de 2024. Entre os fatos relevantes do empreendimento, destaca-se a realização da Audiência Pública do Consema em abril de 2024. Em novembro de 2024, a CETESB emitiu a Licença Prévia necessária para o prosseguimento do projeto. A revisão do Termo de Referência foi finalizada em abril de 2025, contudo, a publicação do edital de obras foi suspensa em razão do processo de liquidação da EMTU e das tratativas em andamento com a concessionária BR Mobilidade, para a possibilidade de inclusão desse trecho no contrato de concessão. Desde 30 de maio de 2025, o projeto encontra-se sob gestão da Artesp, que recebeu da EMTU todos os estudos, projetos e o respectivo termo de referência para dar continuidade. *CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI – SP (TERMINAL LUIZ BORTOLOSSO – VILA YARA)*: O empreendimento Corredor Metropolitano Itapevi–São Paulo, no trecho compreendido entre o Terminal Luiz Bortolosso e Vila Yara (município de Osasco), contempla 6,7 km de adequação viária, 10 Estações de Embarque e Desembarque e Adequações de Acessibilidade na Passarela do Terminal Vila Yara. O valor estimado do investimento foi de R\$ 175,9 milhões. Embora o edital tenha sido publicado em janeiro de 2025, o processo sofreu sucessivas suspensões, culminando em seu adiamento *sine die* em junho de 2025. A continuidade do empreendimento dependerá de decisão do Governo do Estado e poderá, eventualmente, ser incorporada a concessões reguladas pela Artesp. *BRT METROPOLITANO PERIMETRAL ALTO TIETÊ (ARUJÁ – MONTE BELO)*: O BRT Metropolitano Perimetral Alto Tietê consiste na ligação entre o Terminal Arujá e a Estação de Transferência Monte Belo em Itaquaquecetuba, composto por 13,3 km de viário, sendo 11,6 km obras de duplicação da SP056 (previsto para serem executadas pelo DER), 1,7km e 17 paradas (antes previsto para ser executada pela EMTU), construção de novo terminal e 1 estação de transferência intermediária. O investimento estimado pela parte da EMTU foi de R\$ 260 milhões. Diante da extinção da EMTU, a continuidade do empreendimento depende de definição institucional quanto ao seu prosseguimento. *CORREDOR METROPOLITANO GUARULHOS – SP (TRECHO VILA GALVÃO – TUCURUVI)*: O Corredor Metropolitano Guarulhos–São Paulo está em operação entre os Terminais Vila Galvão e Taboão no município de Guarulhos com 13,3 km, 3 terminais e 18 paradas. O trecho entre os Terminais Vila Galvão e Tucuruvi, em São Paulo, é o último trecho necessário para a conclusão do Corredor Metropolitano,



tendo 5km de extensão, 1 estação de transferência, 7 paradas e integração com a Estação Tucuruvi da Linha 1-Azul do Metrô. Quando estiver concluído, o corredor terá 17km, 30 paradas e 5 terminais. A continuidade do empreendimento dependerá da definição institucional quanto ao órgão responsável por sua condução após a extinção da EMTU. *BRT ABC*: Sistema de ônibus elétricos de alta capacidade, com 17,3 km, 16 paradas e 3 terminais, atendendo São Bernardo, Santo André, São Caetano e São Paulo. Operação prevista com 92 ônibus elétricos. O investimento na implantação do BRT ABC, estimado em R\$ 920 milhões, foi incorporado no Contrato de Concessão EMTU 020/1997 por meio do Termo Aditivo nº 013, celebrado em março de 2021. O Contrato foi encaminhado para a Artesp em março de 2025, no processo de sub-rogação do contrato de concessão, por meio de Termo de Apostilamento. Até a extinção da EMTU, o empreendimento registrou 20,8% de avanço físico e a meta prevista para conclusão das obras e operação comercial era outubro de 2026. *COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM*: A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) reafirmou, em 2025, seu papel estratégico na mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo. Com 196 quilômetros de linhas, 57 estações e atendimento a 18 municípios, a empresa alcançou 393 milhões de passageiros transportados até outubro, o que representa média aproximada de 1,6 milhão de usuários por dia útil. O período analisado foi marcado por significativos avanços em infraestrutura, modernização da rede, operação, acessibilidade, relacionamento com o passageiro, gestão de pessoas, projetos estratégicos e responsabilidade social. Este relatório apresenta os principais resultados obtidos, destacando as entregas que reforçam o compromisso da CPTM com eficiência, segurança, inovação e qualidade do serviço público. *OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO*: Entre janeiro e outubro, a CPTM transportou 393 milhões de passageiros, alcançando média mensal de 39,3 milhões. Somente em setembro, o volume diário chegou a 1,6 milhão de passageiros em dias úteis, demonstrando a relevância do sistema ferroviário como eixo estruturante da mobilidade metropolitana. As ações operacionais priorizaram a eficiência, a regularidade e o atendimento qualificado ao usuário, com destaque para: Monitoramento contínuo pelo CCO, garantindo respostas rápidas a ocorrências; Ajustes de intervalos conforme a demanda real das linhas; Operação assistida em trechos com obras, assegurando segurança e previsibilidade; Extensão operacional das Linhas 10 e 11 até Barra Funda, ampliando a integração com o sistema metropolitano; Reforço nas ações de atendimento e acessibilidade, aprimorando a experiência do passageiro. A área de Manutenção executou ações essenciais para garantir disponibilidade, confiabilidade e segurança da operação, incluindo: Manutenções preventiva, corretiva e preditiva nas frotas; Revisões gerais conforme recomendações técnicas e normas aplicáveis; Atualização e melhoria dos sistemas de sinalização, energia e telecomunicações; Intervenções estruturais em estações e demais instalações fixas; Serviços de via permanente em diversos trechos da rede, assegurando estabilidade e desempenho operacional. O acompanhamento sistemático de indicadores de desempenho permitiu aprimorar processos e orientar decisões operacionais. Entre os principais indicadores monitorados destacam-se: Disponibilidade das composições; Pontualidade e regularidade operacional; MTBF - *Mean Time Between Failures* ou Tempo médio entre falhas (é uma métrica de confiabilidade que indica o tempo médio que um sistema ou componente reparável funciona antes de falhar novamente. Ocorrências relacionadas a via permanente, energia e sinalização. *EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE*: Extensão da Linha 9–Esmeralda até Varginha - A extensão da Linha 9- Esmeralda contempla o trecho Bruno Covas/Mendes-Vila Natal – Varginha, com 1,8 km de extensão operacional e mais 1 estação. A entrega da Estação Varginha representou um marco para a mobilidade do extremo sul da capital. A CPTM concluiu as obras e entregou para a operação assistida à Concessionária ViaMobilidade Linhas 8 e 9 em janeiro de 2025, com horários reduzidos. A operação comercial iniciou em outubro



de 2025 com a conclusão da implantação dos sistemas de sinalização e telecomunicações. Com expectativa de atender 50 mil passageiros por dia útil, a ampliação contou com requalificação da rede aérea, modernização da sinalização. O bicicletário e o novo pátio de trens têm previsão de conclusão ainda em 2025. **CONSOLIDAÇÃO DO SERVIÇO EXPRESSO AEROPORTO NA REGIÃO CENTRAL (LINHA 13-JADE):** O empreendimento consiste em promover intervenções em estações, via permanente, rede aérea, sistemas de energia e sistemas de sinalização, que auxiliem a operação da Linha 13 – Jade e o Expresso Aeroporto, capacitando-a para operar conjuntamente às Linhas 11 e 12 da CPTM, ligando o Aeroporto de Guarulhos e o Terminal Rodoviário localizado na estação Barra Funda, integrando às demais linhas da Rede Metropolitana de Transportes, bem como aumentar a oferta de lugares. A operação do serviço Expresso Aeroporto até a estação Palmeiras–Barra Funda consolidou sua integração ao eixo central de mobilidade. Entre as entregas de 2025, destacam-se: Construção da Subestação Memorial da América Latina, possibilitando a extensão da Linha 11–Coral até Barra Funda; Conclusão da modernização do Pátio Luz, infraestrutura fundamental para as Linhas 11 e 13; **TÚNEL DE INTERLIGAÇÃO ENTRE CPTM E METRÔ, NA ESTAÇÃO DA LUZ, INCLUINDO SANITÁRIOS PÚBLICOS (LINHA 13 - JADE):** O empreendimento consiste na implantação de um novo túnel de integração com as Linhas 1-Azul e 4-Amarela de metrô na Estação Luz, projeto essencial para racionalização dos fluxos e melhoria da experiência do passageiro. Ainda em 2024, houve a inauguração dos sanitários públicos acessíveis e a entrega das Escadas fixas de acesso à plataforma central. Em janeiro de 2025, foi concluída a obra das escadas fixas no saguão 2 da estação. Em 2025 foi dado prosseguimento as seguintes atividades: implantação duas escadas rolantes, nos saguões 1 e 2, execução do segundo revestimento da abóboda do túnel (método NATM – *New Austrian Tunnelling Method* ou Novo Método Austríaco de Tunelamento), execução do novo acesso Casper Líbero. **ACESSIBILIDADE, MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTAÇÕES:** A CPTM atingiu, em 2025, o marco de 44 estações plenamente acessíveis, correspondentes a 77% do total, resultado de investimentos de R\$ 20 milhões e de um conjunto de ações estruturais. As intervenções objetivam atender a necessidade de melhoria das condições de acessibilidade universal, segurança e conforto dos passageiros e colaboradores, bem como a necessidade de atendimento às recomendações previstas nas normas técnicas ABNT referentes à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência, como também o atendimento às condições de conforto previstas na Norma Regulamentadora 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, do Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e o atendimento às soluções de segurança contra incêndio e rota de fuga para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Em junho de 2025, foi concluído o projeto básico da Reconstrução da Estação Ipiranga, que será uma importante conexão com a Linha 15-Prata. O edital de contratação das obras civis foi publicado em outubro de 2025, e a sessão pública está agendada para janeiro de 2026. As obras de modernização e acessibilidade das Estações Prefeito Celso Daniel – Santo André e Mauá serão iniciadas em 2026, por meio da contratação iniciada com a publicação do edital em setembro de 2025 e a sessão pública para recebimento das propostas, que ocorreu em novembro de 2025. Destacam-se também outras ações realizadas em 2025: a reforma do telhado e das coberturas da Estação Brás; o início da recuperação da Estação Luz, cuja conclusão está prevista para 2027; os estudos para a reconstrução das Estações Ipiranga e Rio Grande da Serra; a modernização das Estações Itaquaquecetuba e Guaianases, executada pela concessionária responsável; e a implantação de sinalização multimídia na Estação Brás, aprimorando a comunicação e a orientação aos passageiros. **PROJETOS DE NOVAS ESTAÇÕES:** Prosseguiram os estudos para ampliação da rede, com destaque para o Projeto básico da Estação ABC (Linha 10–Turquesa): publicação do edital ocorreu em dez/2024. A sessão pública de recebimento aconteceu em março de 2025 e o contrato



foi assinado em agosto de 2025. **RECAPACITAÇÃO DE SISTEMAS FERROVIÁRIOS** - Com mais de R\$ 45 milhões investidos, avançaram projetos estruturantes como: Implantação do CBTC nas Linhas 10 e 11; Instalação de ATO nas Linhas 9 e 12; Vedação de faixa operacional ao longo das Linhas 7, 10, 11 e 12, reforçando segurança; Redução de intervalos em trechos da Linha 12, Linha 13 e Expresso Linha 10. **RECUPERAÇÃO DA PONTE DOS BARREIROS (A TRIBUNA)**: A obra consiste na ampliação da estrutura da ponte, com a conclusão do reforço estrutural, a duplicação da área ferroviária, a ampliação dos passeios e a reforma da infraestrutura rodoviária, em uma extensão total de 650 metros. O investimento estimado é de cerca R\$ 215 milhões (obras e gerenciamento, base jul/2025) dos quais R\$ 124 milhões haviam sido executados até outubro de 2025, correspondendo a 58,35%. Quanto ao avanço físico, o previsto para outubro de 2025 era de 68%, enquanto o realizado atingiu 67%, com o seguinte detalhamento: Recuperação das estacas de fundação do eixo ferroviário: (Eixos A e B): 100%. Recuperação das estacas de fundação do eixo rodoviário: (Eixo C): 100%. Estrutura metálica da ponte ferroviária (lançamento): 81%. Recuperação da mesoestrutura da ponte ferroviária: 97%. Recuperação da mesoestrutura da ponte rodoviária: 56%. Cravação das estacas - ampliação da ponte: 80%. Iniciada em março de 2024 pela EMTU, os contratos de obras civis e supervisão foram sub-rogados à CPTM em setembro de 2025, no âmbito da liquidação da EMTU. Ao mesmo tempo, os contratos foram aditados em prazo, conforme informações a seguir: Contrato de Obras Civis: 10/09/2025: Termo de Sub-rogação e Aditamento Nº 01 ao Contrato Nº 024/2023 (EMTU) / DA00625-01 (CPTM), com o Consórcio Paulitec-Agis – Ponte Tribuna, da EMTU para a CPTM. a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir de 08/04/2026 e do prazo de execução por 09 (nove) meses a partir de 11/03/2026. Contrato de Supervisão: 10/09/2025: Termo de Sub-rogação e Aditamento Nº 01 ao Contrato Nº 006/2024 (EMTU) / DA00725-01 (CPTM), com o Consórcio Supervisor SPC3 -Ponte Tribuna / SP, da EMTU para a CPTM. Prorrogação do prazo contratual por mais 06 (seis) meses a partir de 04/01/2027. **MODERNIZAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL** - Com investimentos superiores a R\$ 64 milhões, seguiram em execução: Modernização do Complexo de Manutenção Engenheiro São Paulo, essencial à Linha 11–Coral; Adequações no estacionamento de trens Manoel Feio, na Linha 12–Safira; Anteprojeto para o Complexo Brás, voltado à reorganização de vias, AMVs e à implantação de novo pátio de estacionamento. Foram conduzidos estudos de grande impacto regional e estadual, incluindo: Levantamento aerofotogramétrico Santos–Curitiba; Anteprojeto da extensão da Linha 13 até Bonsucesso, em plataforma BIM - *Building Information Modeling* ou Modelagem da Informação da Construção; Revisão dos estudos das futuras Linhas 24 – Quartzo e 25 – Topázio; Contribuições ao plano de rede ferroviária estadual. **AÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS**: Entre janeiro e outubro de 2025, a CPTM realizou 723 ações sociais, educacionais e culturais, reafirmando sua atuação como agente de desenvolvimento humano e comunitário. Desse total, destacam-se: 404 iniciativas na área da saúde, incluindo campanhas de vacinação, prevenção e orientação; 145 atividades educativas, como visitas monitoradas e doações de livros; 68 ações culturais, abrangendo apresentações e exposições; 91 iniciativas voltadas à empregabilidade, com oferta de vagas e programas de capacitação; e 15 ações sociais diversas, direcionadas ao atendimento das comunidades do entorno. Esse conjunto de iniciativas fortalece o papel da Companhia como promotora de cidadania, inclusão e responsabilidade social. **RELACIONAMENTO COM O PASSAGEIRO - ATENDIMENTO MULTICANAL**: A CPTM manteve sua estratégia de atendimento integrado, totalizando 132.495 atendimentos na Central 0800, 77.700 atendimentos via WhatsApp, totalizando 377.439 interações (crescimento de 29%) e mais de 25 mil atendimentos mensais adicionais em canais complementares. **ACHADOS E PERDIDOS**: Foram catalogados quase 60 mil itens, sendo 31,5% devolvidos aos proprietários e 80% das devoluções realizadas por busca ativa da própria equipe.



RELAÇÕES COMUNITÁRIAS: Ao longo do ano a CPTM atendeu mais de 600 demandas provenientes das comunidades lindeiras, atuando de forma proativa na mediação de conflitos, no esclarecimento de dúvidas e na orientação sobre temas relacionados à faixa de domínio. Essa atuação contribuiu para fortalecer o diálogo social, ampliar a transparência e mitigar os impactos da operação ferroviária no entorno das linhas, reforçando o compromisso da CPTM com a convivência harmoniosa e responsável junto às comunidades atendidas.

OUIDORIA: A Ouvidoria consolidou-se como instância final de mediação com o cidadão. De janeiro a outubro, foram registradas 2.146 manifestações via Fala.SP, sendo: 877 reclamações; 738 solicitações de providências; 443 pedidos via SIC; 78 sugestões; 37 elogios; 16 denúncias improcedentes. Foram também realizadas enquetes do Conselho de Usuários, ampliando a participação popular na avaliação do serviço.

PLANEJAMENTO: A área de Planejamento desenvolveu, ao longo do período, projetos estratégicos fundamentais para a tomada de decisão corporativa e para a integração do sistema de transporte metropolitano. Entre as principais atividades realizadas, destacam-se: Implantação de pontos virtuais de embarque no âmbito do convênio CPTM–Uber; Gestão do convênio CPTM–SEADE, voltado à produção e ao compartilhamento de dados; Contratação de dados de telefonia para elaboração e atualização de matrizes de deslocamento; Apoio técnico ao PIU Barra Funda, contribuindo para estudos de requalificação urbana e integração modal; Estudos relativos ao Anel Ferroviário Metropolitano, com foco em planejamento territorial e mobilidade; Atualização dos projetos das Linhas 24 e 25, alinhada às diretrizes de expansão do transporte metropolitano; Realização de pesquisas de satisfação e projeções de demanda, subsidiando decisões operacionais e estratégicas; Análises de benefícios socioambientais, com enfoque em impacto territorial, emissões evitadas e ganhos sociais; Gestão do sistema de bilhetagem TOP/QR Code, garantindo evolução tecnológica e melhoria da experiência do usuário. Essas ações consolidam o papel da área como vetor estruturante do planejamento corporativo e do avanço da mobilidade metropolitana.

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS: A capacitação dos colaboradores manteve-se como prioridade estratégica em 2025, com ações voltadas ao aperfeiçoamento técnico, ao desenvolvimento comportamental e ao fortalecimento de competências essenciais à operação ferroviária e à gestão corporativa.

Treinamentos Técnicos: foram realizados 272 eventos, totalizando 1.758 participações e 27.766 horas de formação, contemplando conteúdos voltados à operação, manutenção e segurança.

Desenvolvimento Comportamental e Estratégico: a CPTM promoveu 154 treinamentos, que reuniram 1.826 participações e somaram 11.381 horas, com foco em liderança, comunicação, gestão e aperfeiçoamento de competências organizacionais.

Treinamentos Obrigatórios: um total de 3.380 empregados foram capacitados em NR10, NR35, Brigada de Incêndio e Porte de Armas, assegurando conformidade legal e práticas alinhadas às normas de segurança operacional.

Ensino Virtual: foram ofertados 48 cursos on-line por meio do Portal do Conhecimento, ampliando o acesso à formação contínua e flexibilizando os formatos de aprendizagem.

Programas Institucionais: a agenda de desenvolvimento incluiu iniciativas estruturadas, como: Mentoria “*Elas na Ferrovia*”, voltada ao fortalecimento da participação feminina no setor; Programa “*Saudavelmente*”, com foco em bem-estar e saúde integral e Movimento “*Educação*”, destinado à ampliação de oportunidades de formação.

Programa Aluno Aprendiz: contou com 184 aprendizes ativos e a abertura de 32 novas vagas em 2025, reforçando o compromisso da Companhia com a formação profissional de jovens.

CONCLUSÃO: O ano de 2025 consolidou importantes avanços estruturais, reforçando o papel da CPTM como agente central da mobilidade no Estado de São Paulo. As entregas realizadas — abrangendo ampliação de linhas, modernização de estações, aperfeiçoamento de sistemas operacionais, fortalecimento do relacionamento com o passageiro e investimentos contínuos no desenvolvimento de pessoas — demonstram o compromisso



permanente da Companhia com a excelência e a melhoria contínua dos serviços prestados. As iniciativas descritas neste relatório evidenciam uma empresa em constante processo de modernização, orientada por eficiência, inovação e responsabilidade pública, e plenamente alinhada às necessidades presentes e futuras dos milhões de usuários que dependem diariamente do transporte sobre trilhos. **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ:** De janeiro a setembro de 2025, a rede metroviária da cidade transportou um total de 944,7 milhões de passageiros. Em setembro de 2025 o Metrô de São Paulo transportou uma média de 3,0 milhões de passageiros por dia útil (linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata) e, atingiu 4,3 milhões de passageiros por dia útil, incluindo a rede concedida (linhas 4-Amarela e 5-Lilás). Para a expansão dessa rede, estão em andamento os seguintes empreendimentos: Expansão da Linha 2–Verde, os trechos Vila Prudente – Est. Penha e Penha – Est. Dutra, e os monotrilhos das Linhas 15–Prata, os trechos Vila Prudente Est. Ipiranga e Jd. Colonial - Jacu-Pêssego, e 17-Ouro, o trecho Est. Aeroporto de Congonhas/Washington Luís – Est. Morumbi. Os projetos de empreendimentos contratados ou em contratação são: na Linha 2-Verde, extensão entre Vila Madalena e Cerro Corá; Linha 15-Prata, extensão entre Jacu-Pêssego e Hospital Cidade Tiradentes; Linha 17-Ouro, extensões a oeste/ Trecho 2 (entre Morumbi e São Paulo/Morumbi) e a leste/ Trecho 3 (entre Washington Luís e Jabaquara); novas Linhas 19-Celeste, entre Anhangabaú e Bosque Maia (Guarulhos); 20-Rosa, entre Santa Marina e Santo André; e 22-Marrom, entre Sumaré e Cotia. O Metrô de São Paulo visa ainda melhorar o conforto quanto ao fluxo de usuários, realizando melhorias nas estações já existentes: Ampliações Estação São Joaquim da Linha 1 – Azul, e das Estações Vila Prudente das Linhas 2-Verde e 15-Prata (concluída); Implantação do Túnel de Conexão Complementar entre Estação Consolação da Linha 2-Verde e da Estação Paulista da Linha 4-Amarela. Em complemento as melhorias constantes no atendimento aos usuários do Metrô, estão em processo de modernização os Sistemas de Sinalização e Controle, e a instalação de portas de plataformas nas estações das linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha, Programas Operação 5.0, Manutenção 5.0, Energia 5.0 e Muralha Paulista. **EXPANSÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS: LINHA 2-VERDE: CERRO CORÁ – DUTRA / METRÔ** - Este empreendimento está projetado para uma extensão operacional de 29,7 km, 1 Pátio de Manutenção, 28 estações e 62 trens, e ligará a futura Estação Cerro Corá do Metrô a futura Estação Dutra do Metrô, no município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos. Além do trecho operacional que desde 2010 liga Vila Madalena a Vila Prudente, com 14,7 km, 14 estações e 27 trens, a continuidade de sua implantação está dividida em 3 fases: Fase 1 - Trecho Vila Prudente – Penha, em implantação. Com extensão operacional de 8,0 km, 8 estações (Orfanato, Santa Clara, Anália Franco, Vila Formosa, Santa Isabel, Guilherme Giorgi, Aricanduva e Penha) e 22 trens adicionais, totalizando uma frota de 49 trens. Haverá conexões com a Linha 3-Vermelha do Metrô e Linha 11-Coral da CPTM (Estação Penha) e com a Linha 15-Prata (Estação Vila Prudente). A demanda estimada para a operação comercial da Linha 2-Verde, Trecho Vila Madalena – Penha no ano de 2028 é 1.184.025 passageiros por dia útil. As obras seguiram em andamento em 2025, destacando a conclusão da escavação e do revestimento secundário (anéis pré-moldados) pela tuneladora do trecho Complexo Rapadura – VSE Falchi Gianini com 3.683 metros escavados até maio/25. Foi iniciada em julho/25 a montagem da tuneladora na Est. Penha com previsão de início das escavações do trecho Penha – Complexo Rapadura (2.440 metros) em dez/2025. A obra civil em todas as estações e poços VSE estão em andamento com destaque ao início do acabamento da nova estação Penha da linha 11-Coral, integrada à futura estação da linha 2 e à atual estação da linha 3-Vermelha. Fase 02 - Trecho Penha – Dutra – em implantação. Com extensão operacional de 6,0 km, 5 estações (Penha de França, Gabriela Mistral, Fernão Dias, Ponte



Grande e Dutra), 1 Pátio de estacionamento e manutenção e 13 trens adicionais. Nesta etapa haverá conexões com as Linhas 12-Safira e 13-Jade da CPTM (Estação Gabriela Mistral) e a futura Linha 19-Celeste do Metrô (Estação Dutra). As obras e projetos iniciaram em 2025 na estação Penha de França, VSE Carlos Meira, VSE Basuca estação Ponte Grande e no trecho de via permanente entre VSE Padre João e Pátio Paulo Freire. Fase 03 - Trecho Vila Madalena – Cerro Corá, projetos contratados/em contratação. Esse trecho tem uma extensão de 1,3 km e possibilitará a integração com a Linha 20-Rosa, na estação Cerro Corá. Quando em operação, a Linha Cerro Corá - Dutra terá uma demanda de cerca de 1,25 milhão de passageiros por dia útil estimada para o ano de 2031. Em 2025 prosseguiu a elaboração do projeto básico. **LINHA 15-PRATA: IPIRANGA – HOSPITAL CIDADE TIRADENTES / MONOTRILHO:** O empreendimento está projetado para uma extensão operacional de 25,8 km, 18 estações, 2 pátios de estacionamento e manutenção e 54 trens, utilizando o modo monotrilho. O sistema monotrilho é um transporte de média capacidade, que opera sobre pneus, em via elevada (entre 12 e 15 metros de altura) e utiliza tecnologia *driverless* (sem operador de trem). Os veículos são equipados com câmeras no interior dos carros, gravação de imagens, passagem livre entre os carros e ar-condicionado. Atualmente a Linha 15-Prata interliga com a Linha 2-Verde e com o Terminal de Ônibus Vila Prudente na Estação Vila Prudente, com o Terminal Sapopemba / Teotônio Vilela na Estação Sapopemba e interliga com o Corredor ABD na Estação São Mateus. Com 14,5km, 11 estações e 27 trens, este trecho foi concluído em 2021 com a inauguração da Estação Jardim Colonial; atualmente transporta em média 140 mil passageiros por dia. A expansão da linha contempla duas etapas: -Trecho Ipiranga – Vila Prudente, com 1,8 km e a estação Ipiranga, com integração com a Linha 10 - Turquesa. -Trecho Jardim Colonial – Jacu-Pêssego está projetado uma extensão de implantação de 2,8 km, as estações Boa Esperança e Jacu-Pêssego e mais um pátio de estacionamento Ragueb Chohfi e 19 trens adicionais, totalizando 46 trens. A obra civil dos trechos Vila Prudente – Est. Ipiranga e Jd. Colonial – Est. Jacu-Pêssego seguem em andamento em 2025, destacando as estações Ipiranga, Boa Esperança e Jacu Pêssego, pátio Ragueb Chohfi, o trecho de via, com pilares e vigas guia lançadas e a adequação do viário da Av. Ragueb Chohfi. Entregues no pátio Oratório até outubro/2025, 14 de 19 trens da nova frota S, fabricados na China. A última etapa de expansão da Linha 15-Prata, é o trecho Jacu-Pêssego – Hospital Cidade Tiradentes, que está projetado uma extensão de implantação de 6,8 km, 04 estações e 08 trens, totalizando 54 trens. A implantação dessa etapa ainda não iniciou. **LINHA 17-OURO: MORUMBI – JABAQUARA / MONOTRILHO:** O empreendimento está projetado para uma extensão operacional de 17,8 km, 18 estações, 1 pátio de estacionamento e manutenção e 24 trens, utilizando o modo monotrilho. O trecho 1 - Aeroporto de Congonhas/Washington Luís – Morumbi, em implantação, com meta de conclusão para 2026: o empreendimento está projetado para uma extensão de 6,7 km operacionais, um pátio de estacionamento e manutenção (Pátio Água Espraiada), 8 estações e 14 trens. Interligará com a Linha 9 - Esmeralda da CPTM na Estação Morumbi, com a Linha 5-Lilás na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na Estação Aeroporto de Congonhas. A demanda estimada para a operação comercial do trecho 1 é de 93 mil passageiros por dia útil, para o cenário simulado para o ano de 2026. Com mais de 90% executada, a implantação do trecho 1 da linha 17 seguiu em andamento em 2025, com destaque para a conclusão do túnel que liga o Aeroporto de Congonhas à estação anexa, instalação de passarelas e coberturas metálicas, lançamento de 203 vigas-guia na via elevada e recomposição de 4,6 km do viário da Av. Jornalista Roberto Marinho, instalação dos sistemas de Alimentação Elétrica, Escadas rolantes e Elevadores, Telecomunicação, Sinalização, Portas de plataformas entre outros sistemas. Entregues no pátio Água Espraiada até outubro/2025, 6 dos 14 trens fabricados na China. As metas de conclusão são: operação inicial com passageiros em março/2026 e a operação comercial em julho/2026. O trecho



2 - Morumbi - São Paulo-Morumbi está projetado uma extensão de 6,8 km, 05 estações e 06 trens. Em 2025, foi emitida a ordem de serviço para a execução do cadastro individual dos imóveis do trecho de Morumbi até a Est. Américo Maurano, para o qual foram concluídos os Laudos Macros para a minuta do DUP. Está em andamento as tratativas do convênio com a Prefeitura de São Paulo para implantação do trecho. O empreendimento Trecho 3 - Washington Luís - Jabaquara está projetado uma extensão de implantação de 4,2 km, 05 estações e 04 trens. Em 2025, foi emitida a ordem de serviço para a execução do cadastro individual dos imóveis do trecho 3A (Washington Luís até a Est. Vila Paulista), para o qual foram concluídos os Laudos Macros para a minuta do DUP. Está em andamento as tratativas do convênio com a Prefeitura de São Paulo para a implantação do trecho. **LINHA 19-CELESTE / ANHANGABAÚ – CAMPO BELO / METRÔ:** A Linha 19-Celeste possui 26 km e 25 estações, ligando Bosque Maia, no município de Guarulhos ao Campo Belo em São Paulo. O projeto básico foi elaborado para o trecho considerado prioritário, que liga Bosque Maia, no município de Guarulhos ao Anhangabaú, no município de São Paulo, que está projetado para uma extensão operacional 17,6 Km, 15 estações, um pátio de estacionamento e manutenção Vila Medeiros, estacionamentos Bosque Maia, Catumbi e Bixiga, 19 Poços de ventilação e saída de emergência e duas subestações primárias, englobando o atendimento ao Município de Guarulhos (segundo município mais populoso do Estado de São Paulo), além dos bairros de Vila Medeiros, Vila Maria e Pari, ligando-os ao Centro de São Paulo. São previstas integrações com a Linha 3-Vermelha (Estação Anhangabaú), Linha 1-Azul (Estação São Bento) e Linha 2-Verde (Estação Dutra), Linhas 10-Turquesa e 11-Coral (Estação Cerealista). A demanda estimada para a operação comercial do trecho Anhangabaú – Bosque Maia (Guarulhos) é de 677 mil passageiros por dia útil, para o cenário de 2031. Em 2025, contratações para a execução de projeto executivo, obra civil, arquitetura, via permanente, sistemas de alimentação elétrica e auxiliares dos lotes 1, 2 e 3 está em andamento, com edital publicado em março/25 e sessão pública realizada em set/2025. As sessões públicas das licitações ocorreram em setembro de 2025 e estão em fase de avaliação dos documentos de habilitação. Publicados os Decretos de Utilidade Pública para desapropriações dos imóveis necessários para a implantação da linha e cadastro individual dos imóveis em andamento. A implantação do segundo trecho, entre as estações Anhangabaú e Campo Belo, está planejado no PITU 2040 para o horizonte de longo prazo, após 2040. **LINHA 20-ROSA / SANTA MARINA – SANTO ANDRÉ / METRÔ:** A Linha 20-Rosa: Santa Marina – Santo André será subterrânea, tendo como função interligar as linhas da rede metroferroviária, e conexões previstas em estações das Linhas 1-Azul, 2-Verde, 4-amarela, 5-Lilás, 6-Laranja, 7-Rubi, 8-Diamante, 10-Turquesa, 19-Celeste, 22-Marrom, BRT ABC e o Corredor ABD. Esta Linha, contará com 31 km de extensão, 24 estações e 2 pátios e deverá atender 1,3 milhão de passageiros por dia útil, no cenário simulado para 2036. Em 2025, foram contratados e iniciados o Projeto Básico, o Mapeamento de Interferências e Topografia, a execução de Investigações Geotécnicas/Sondagens, os estudos de vocação mercadológica. Solicitados e em análise os diversos DUPs para a desapropriação das áreas necessárias para a implantação da linha. **LINHA 22-MARROM / SUMARÉ – COTIA / METRÔ:** A Linha 22-Marrom, contará com 29 km de extensão, 19 estações e 1 pátio, 43 trens e deverá atender 646 mil passageiros por dia útil, estimado para 2040, atendendo os municípios de São Paulo, Osasco e Cotia. Em 2025, foi finalizado o Anteprojeto de Engenharia e dos estudos ambientais (EIA-RIMA) e está em andamento a execução de sondagens para a implantação da linha. **AMPLIAÇÃO ESTAÇÃO SÃO JOAQUIM DA LINHA 1-AZUL:** A estação São Joaquim da Linha 1-Azul foi implantada em 1975 sob a Avenida Liberdade, junto à Rua São Joaquim, por meio do método em vala a céu aberto, com plataformas laterais, mezanino de distribuição e acessos em ambos os lados da avenida. Está localizada próxima a prédios residenciais, hospital e diversas escolas e universidades, que torna esta estação bastante



movimentada em períodos escolares (atualmente em média 30 mil pass/dia útil). A Linha 1-Azul fará, por meio da estação São Joaquim, integração com a Linha 6-Laranja que foi projetada para fazer a ligação da região norte da cidade de São Paulo à região central. Com a futura integração com a Linha 6-Laranja a previsão de demanda para a estação São Joaquim é de 203 mil passageiros por dia. Em 2025, as obras seguiram em andamento, com destaque da conclusão da obra civil e início da montagem dos sistemas do Edifício Técnico Operacional e início das atividades de ampliação do mezanino e da plataforma. *AMPLIAÇÃO DAS ESTAÇÕES VILA PRUDENTE DAS LINHAS 2-VERDE E 15-PRATA:* A estação Vila Prudente da Linha 2-Verde foi projetada inicialmente como intermediária, com apenas um pequeno terminal de ônibus integrado. Com o surgimento da Linha 15-Prata e a extensão da Linha 2-Verde até Guarulhos, a estação Vila Prudente mudou de configuração para ser uma estação de maior importância, com a implementação de um terminal de ônibus urbano, incluindo o serviço do Expresso Tiradentes integrado com a estação Vila Prudente da Linha 15-Prata. Além disso, após a inauguração do sistema monotrilho Linha 15-Prata, uma série de empreendimentos comerciais, educacionais e imobiliários foram desenvolvidos em seu entorno, refletindo no aumento da demanda de passageiros que, antes considerada média, passou a ser elevada, o que trouxe a necessidade de uma reforma, adequação e ampliação. As obras de adequação e ampliação das estações Vila Prudente das Linhas 2-Verde e 15-Prata foram finalizadas em abril de 2025 e permitem a melhoria das condições operacionais da estação, da segurança e do conforto para os passageiros durante suas transferências e movimentações. *IMPLANTAÇÃO DO TÚNEL DE CONEXÃO COMPLEMENTAR ENTRE ESTAÇÃO CONSOLAÇÃO DA LINHA 2-VERDE, E A ESTAÇÃO PAULISTA DA LINHA 4-AMARELA:* Há alguns anos, o Metrô de São Paulo e a Concessionária ViaQuatro detectaram o alto fluxo de passageiros no túnel de integração entre as estações Consolação (Linha 2-Verde) e Paulista (Linha 4-Amarela), que reduz a velocidade de deslocamento no túnel e, gera, em muitas ocasiões, o acúmulo de passageiros na extremidade da plataforma da Estação Consolação da Linha 2 – Verde. Assim, as duas operadoras fizeram diversos estudos, chegando à conclusão pela necessidade de construção de um novo túnel complementar, ligando o ponto médio do túnel existente, à região central do mezanino da Estação Paulista da Linha 4 – Amarela. A construção de novo túnel de ligação, em andamento, melhorará o fluxo de passageiros entre as estações Paulista da Linha 4-Amarela e Consolação da Linha 2-Verde, pois possibilitará que o novo túnel atenda aos passageiros no sentido Linha 2-Verde a Linha 4-Amarela enquanto o túnel de ligação existente seja utilizado no sentido contrário, distribuindo e separando o fluxo. As Obras Civis e Sistemas do túnel, com a extensão de aproximadamente 90m está em andamento, com cerca de 58% de evolução (out/25). O contrato de execução das obras civis e implantação de sistemas foi assinado em nov/2022 com o Consórcio Conexão Paulista/Consolação CTS e a previsão de conclusão é 2026. *PROJETOS DE MELHORIA OPERACIONAL - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO E CONTROLE NAS LINHAS 1-AZUL, 2-VERDE E 3-VERMELHA.* Os benefícios da modernização dos sistemas de sinalização e controle são a inserção de mais trens nas linhas 1, 2 e 3 de forma a reduzir o intervalo entre trens para proporcionar mais conforto aos usuários e o aumento da oferta de lugares, para possibilitar o aumento da velocidade média dos trens nas linhas, a redução do tempo de viagem e a redução da energia consumida pelos trens em função de controle mais efetivo de sua movimentação. Os sistemas de telecomunicações viabilizarão comunicações audiovisuais precisas em tempo real de forma que qualquer anomalia, emergência ou avisos institucionais poderão ser difundidos imediatamente aos usuários e funcionários, além de maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os sistemas. O Sistema de Sinalização CBTC da Linha 2-Verde e Portas de Plataforma da Estação Vila Madalena entraram em operação em março de 2020. O Sistema CBTC da Linha 1-Azul e as Portas de Plataforma das estações Tucuruvi e Jabaquara entraram



operação comercial em julho de 2022. Em 2024, entraram em operação as portas de plataforma da estação Palmeiras-Barra Funda e em 2025 da estação Corinthians – Itaquera e segue em implantação o sistema CBTC da Linha 3-Vermelha. As atividades de modernização das linhas 1, 2 e 3 do Metrô são conduzidas por meio do Contrato STM nº 006/2008, cuja gestão é de responsabilidade da STM/UCP (ver item 0). **PORTAS DE PLATAFORMA – LINHAS 1-AZUL, 2-VERDE E 3-VERMELHA.** A fabricação e a implantação das Portas de Plataforma (*Platform Screen Doors – PSD*) de 36 estações (88 fachadas) para as linhas 1, 2 e 3, foram contratadas com o propósito de diminuir os atrasos, reduzir o risco de suicídio, quedas de pessoas e objetos, invasão de usuários na via/túnel e incêndios causados por lixo na via, otimizar o fluxo de passageiros, partir sem ferir passageiros que ainda estão na plataforma e possibilitar velocidade maior na região da plataforma. Em 2023, entraram em operação as portas de plataforma em 3 estações da Linha 3-Vermelha e em 2024, mais 5 estações: Guilhermina-Esperança, Penha, Artur Alvim, Carrão e Patriarca-Vila Ré. Em 2025, até outubro/25, mais 3 estações: Tatuapé, Marechal Deodoro e Santa Cecília, totalizando 11 estações com portas de plataforma instaladas na Linha 3-Vermelha. **PROGRAMA OPERAÇÃO 5.0 – PRINCIPAIS PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2025:** O Programa Operação 5.0 se destina à modernização das instalações e sistemas atuais, tornando-os mais seguros, mais eficientes, com menor custo operacional e compatíveis com o aumento da demanda de passageiros prevista com a expansão das linhas. Dentre os principais projetos em andamento do Programa, podemos destacar: Aquisição de 44 Trens: contrato assinado em 22/07/2025. Design Review do sistema em desenvolvimento (as atividades relacionadas à aquisição dos trens são conduzidas por meio do Contrato STM nº 01/2025, cuja gestão é de responsabilidade conjunta com a STM/UCP. Ver item 0). Contratação por Inexigibilidade da ALSTOM (CBTC da Extensão da Linha 2, CBTC de Bordo para os 44 Trens, Sistema de Interface entre PSD's e CBTC para a Linha 2 Verde): contratação em andamento (as atividades estão sendo realizadas em conjunto com a STM/UCP. Ver item 0). Implantação de Portas de Plataforma para as Linhas 1, 2 e 3: em implantação na Linha 3 Vermelha; Sistema de VHF Digital (SCM): implantação concluída em maio/25 (sistema em operação); Sistema de Monitoração Eletrônica (SME3): implantação concluída na Linha 3 Vermelha. Implantação sendo finalizada nas Linhas 1 Azul e 2 Verde; Modernização do Centro de Controle Operacional (CCO): em implantação; Implantação do Sistema de Sinalização em CBTC para a Linha 3 Vermelha: testes do sistema em execução (as atividades de modernização são conduzidas por meio do Contrato STM nº 006/2008, cuja gestão é de responsabilidade da STM/UCP (ver item 0). **PROGRAMA MANUTENÇÃO 5.0** - O Programa Manutenção 5.0 se destina a obter melhorias e inovação de tecnologias para apoiar novos e mais eficazes processos de manutenção, com foco na redução de custos e melhoria do desempenho operacional, baseado na implantação e otimização dos Sistemas de Monitoramento de Ativos – SMA de Tecnologia de Operação – TO. Dentre os principais projetos em andamento do Programa, podemos destacar: Infraestrutura do SMA nas estações das Linhas 1, 2 e 3: em implantação; Monitoramento em Escadas Rolantes, Sistemas de Ventilação, Máquinas de Chaves e Negativo ao Terra, Portas de Plataforma e Medidores de Demanda de Energia nas Linhas 1, 2 e 3: em implantação nas estações com infraestrutura instalada; Sistema de Monitoramento de Via Permanente (SMVP): sistema em homologação; Sistemas de Monitoramento de Rodeiros de Temperatura e Carga nas Linhas 1, 2 e 3 (HotBox): testes do sistema em andamento; Sistema para medição de forma dinâmica do perfil e diâmetro de rodas dos trens (Perfilômetro): instalação concluída. Testes de comissionamento em andamento. **PROGRAMA ENERGIA 5.0:** O programa tem como objetivo fomentar a utilização eficaz da energia elétrica, englobando uma variedade de projetos destinados a otimizar o consumo de energia em diversos setores do sistema metroviário. Com um enfoque robusto em inovação e sustentabilidade, o programa estimula a implementação de tecnologias e



práticas que potencializam a eficiência energética. Isso resulta em benefícios para a operação sustentável do Metrô, por meio da redução dos gastos com energia elétrica. Dentre os principais projetos em andamento do Programa, podemos destacar: Estações Autônomas de Energia: implantação da usina fotovoltaica na estação Brás em andamento; Autoprodução de Energia: assinado o contrato de fornecimento em dezembro/2024. Implantação em andamento em 2025; Ventilação Principal - novos requisitos legais e de eficiência: especificações técnicas em desenvolvimento para o sistema da Linha 3 Vermelha; Subestações Inversoras: projeto conceitual em desenvolvimento; Trens 5.0 com identidade de desempenho dinâmico em aceleração, freio e regeneração de energia: projeto conceitual em desenvolvimento; CCO - programa dinâmico de trens por demanda de entrada nas estações: projeto conceitual em desenvolvimento. **MURALHA PAULISTA:** O projeto visa a integração do Metrô ao Programa Muralha Paulista, conforme Decreto Estadual nº 68.828, de 04 de setembro de 2024. O projeto irá promover a cooperação técnica e institucional entre a Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP e METRÔ para atividades conjuntas, visando a manutenção da ordem pública, segurança dos passageiros e preservação do patrimônio. O projeto objetiva a implantação em 100% das estações nas Linhas 1, 2 e 3, para restringir a mobilidade criminal e aumentar a probabilidade de prisão de criminosos. Situação do projeto: o desenvolvimento do software e da aplicação para detecção de pessoas foi concluído. No momento, o convênio entre o Metrô e SSP-SP está em fase de assinatura. **PRINCIPAIS DADOS E INDICADORES OPERACIONAIS: LINHAS 1-AZUL, 2-VERDE, 3-VERMELHA E 15-PRATA:** A Companhia do Metropolitano de São Paulo é formada atualmente pelas Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata. No período de janeiro a setembro de 2025, o Metrô contou com 71,4 km de extensão operacional, 63 estações, 169 trens em operação e transportou 944,7 milhões de passageiros, com uma média de 3 milhões de passageiros por dia útil. Indicadores de janeiro a setembro de 2025: Pesquisa de Avaliação do Passageiro: O serviço do Metrô de São Paulo obteve uma aprovação de 76% (bom + muito bom) em sua última pesquisa de Avaliação do Serviço, realizada entre os meses de outubro e novembro de 2024. Indicador de Qualidade do Serviço (IQS)*: Atingimento total da meta, com desempenho de 1.000 pontos, equivalente a 100% na métrica do indicador — que varia de 0 a 100%, sendo que quanto maior, melhor — no acumulado entre janeiro e setembro de 2025. *o IQS é um indicador composto por 7 componentes: intervalo entre trens, tempo de viagem, cumprimento das viagens, acidentes, crimes e contravenções, reclamações e da nota da pesquisa da avaliação do serviço prestado. **AÇÕES E CAMPANHAS DE CIDADANIA, CULTURAIS/SOCIAIS E DE SAÚDE:** Ao longo do ano de 2025, o Metrô reafirmou seu compromisso com a promoção de uma mobilidade urbana que vai além do transporte eficiente. Por meio de ações e campanhas voltadas à cidadania, cultura, educação, inclusão, pertencimento e saúde, buscamos transformar nossas estações em espaços vivos de convivência, informação e cuidado com o bem-estar da população. Iniciativas como exposições artísticas, apresentações culturais, campanhas de vacinação, prevenção de doenças e educação para o convívio social têm contribuído para estreitar os laços entre o Metrô e seus passageiros. Essas ações não apenas enriquecem a experiência de quem utiliza o transporte diariamente, mas também reforçam o papel do Metrô como agente ativo na construção de uma cidade mais humana, inclusiva e consciente. A seguir, os principais destaques: Janeiro a março: Cabine de Acolhimento com psicólogos online (Dr. Consulta); Parceria com CIEE: atendimento a jovens de 14 a 24 anos em diversas estações para cadastro de vagas de emprego; Estação Mulher: serviços de saúde, autocuidado e escuta ativa, Iluminação especial e ações culturais no mês da mulher; Orientações jurídicas com Defensoria Pública e Procon no Dia do Consumidor; Festival Música no Metrô e roteiro digital de mulheres artistas. Abril a Junho: Dia da Saúde: testagens, vacinação e exames gratuitos; Semana do Livro: distribuição de livros e oficinas literárias; SP por



Todas as Mães: serviços de saúde, empregabilidade e direitos; Educação Financeira: atendimentos com consultores; Campanha de Vacinação contra Influenza; - Arraiá no Metrô: festa junina com gastronomia, cultura e música. Julho a Setembro: Unidade Móvel de Cidadania LGBTQ+: serviços de saúde, direitos e acolhimento; Circuito do Bem-Estar: serviços de saúde e cidadania; Feira de Oportunidades: empregabilidade, cursos e empreendedorismo; Setembro Vermelho: aferição de pressão arterial e orientação cardiológica. Outubro e Novembro: Dia das Crianças e lançamento do Turismetrô: oficinas culturais e educativas; Outubro Rosa com Drogasil: serviços de saúde e prevenção; Campanha de Distribuição de Preservativos: 4,5 milhões de unidades disponibilizadas. Ações Contínuas: Tampinha Legal: coleta de tampas plásticas nas estações; Aulas de Matemática: reforço escolar em estações; Estação Prevenção Jorge Berloque: prevenção ao HIV com mais de 15 mil atendimentos; Espaço Maternidade: apoio à amamentação e acolhimento a mães. *GESTÃO DE PESSOAS*: Em 2025, o Metrô de São Paulo deu passos significativos na modernização da gestão de pessoas, com destaque para a implantação do novo Plano de Carreira e Remuneração (PCR), além da manutenção e expansão de programas voltados ao desenvolvimento dos empregados e à inclusão de jovens no mercado de trabalho. Novo Plano de Carreira e Remuneração (PCR): implantado em agosto, contou com a adesão de cerca de 2.900 empregados e representa um marco para a Companhia e para o Estado de São Paulo. O Metrô tornou-se a primeira empresa pública estadual a adotar um modelo de plano de carreira com a modalidade de cargo amplo, reduzindo de 25 para 11 o número de carreiras existentes. Essa mudança promoveu maior flexibilidade na gestão da estrutura organizacional, ampliou a mobilidade dos empregados e introduziu inovações que valorizam o mérito e o desenvolvimento contínuo, alinhando-se às melhores práticas de eficiência administrativa e sustentabilidade organizacional. Desenvolvimento de Lideranças: foram realizados treinamentos específicos para 173 novos líderes, além de workshops sobre relações trabalhistas que capacitaram 195 gestores. Esses encontros abordaram temas essenciais como contrato de trabalho, normas coletivas, canal de denúncias, assédio moral e sexual, gestão de conflitos, teletrabalho, aposentadoria, afastamentos e estabilidade, com foco prático e aplicabilidade direta no cotidiano da liderança. Mulheres na Liderança: A Companhia também investiu em ações voltadas à equidade de gênero, com programas específicos para o desenvolvimento de mulheres com vistas à ocupação de cargos de liderança, alinhados ao Indicador de Mulheres na Liderança. Melhores Práticas em Diversidade: foi promovido o Prêmio de Melhores Práticas em Diversidade, aberto à participação de toda a liderança. Além disso, foram realizadas ações de letramento e desenvolvimento em diversidade para aproximadamente 120 metroviários da operação, bem como a terceira onda da Trilha da Liderança Inclusiva, reforçando o compromisso com uma cultura organizacional plural e respeitosa. Pesquisa de Clima Organizacional: A retomada da pesquisa permitiu à Companhia identificar oportunidades de melhoria e reforçar os aspectos positivos da experiência dos empregados, orientando ações que fortaleçam uma cultura humanizada, ética e segura. Programa de Ideias e Inovação dos Metroviários (PLIM): foi mais uma vez realizado, incentivando todos os empregados a contribuírem com propostas que possam colaborar com os desafios estratégicos da organização. Trilhas Educacionais: foram desenvolvidos seis novos cursos na modalidade EAD, por meio da Universidade Corporativa do Metrô de São Paulo (UNIMETRO), iniciando a revisão das trilhas educacionais com base nas novas carreiras definidas pelo PCR. Programa de Estágio: proporcionou a primeira experiência profissional para 371 jovens, sendo 164 estudantes do ensino superior e técnico, e 207 do ensino médio. Já o programa de aprendizagem, mantido em parceria com o SENAI, contribuirá para a formação de 194 jovens entre os anos de 2025 e 2027. Programa de Reabilitação Profissional: viabilizou a realocação de empregados com restrições de saúde em novas funções, permitindo a continuidade de suas atividades e contribuições à Companhia. Essa iniciativa



é essencial para o cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência ou reabilitadas, além de reforçar o compromisso do Metrô com a inclusão e a valorização de seus profissionais.

Texto desenvolvido com base em informações enviadas por: CPTM, METRÔ, EFCJ e Coordenadorias e Unidades Administrativas da STM - Organizado pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão – CPG: dezembro de 2025



SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Institucional: As atividades da Secretaria de Turismo e Viagens se caracterizam como ações e projetos institucionais, de fortalecimento da atuação da pasta no desenvolvimento turístico; ações de desenvolvimento dos destinos e atividades de promoção. **CIET - Centro de Inteligência da Economia do Turismo:** Por meio do projeto do CIET, a SETUR faz parte da Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável da ONU, da Rede Brasileira de Observatórios de Turismo, da Comissão de Turismo da Fecomércio, do Observatório de Turismo do COSUD e coordenador da Rede de Inteligência do Turismo Sustentável do Estado de São Paulo – RITS-SP. As atividades do CIET abrangem o monitoramento de indicadores do desempenho turístico, pesquisas detalhadas sobre o perfil de público em eventos, a demanda turística e estimativas e projeções econômicas do setor turístico do estado. Também realiza capacitações de apoio aos municípios na obtenção de dados turísticos e criação de observatórios de turismo municipais e regionais. O CIET atua em quatro pilares na construção dos indicadores e estudos que subsidiam as políticas públicas e tomadas de decisão, não apenas do Governo Estadual, mas também das gestões de turismo municipais e do mercado especializado. No ano de 2025 foram realizadas as seguintes atividades: Pilar 1 – Monitoramento 17 de indicadores, com base em dados secundários e de atualização regular, do desempenho do turismo no estado de São Paulo. Pilar 2 - Pesquisa de Indicadores Primários - realização de pesquisas periódicas para investigar segmentos do turismo junto a visitantes, população, em grandes eventos, mercado especializado e gestão pública. Pilar 3 - Balanços, estimativas e projeções da economia do turismo - Foram 244 menções ao CIET/SETUR-SP em veículos de alcance regional, estadual e nacional. Pilar 4 - Capacitação junto aos municípios do estado de São Paulo. As atividades do Pilar 4 em 2025 foram:

2025	PARTICIPANTES	CIDADES	MÊS
Treinamento online para capacitação de entrevistadores de campo	53	38	Fevereiro
Treinamento online sobre técnicas e dicas para fechamento de pesquisas	47	35	Março
Inteligência de Mercado, Sustentabilidade e Observatórios - presencial - Senac Ribeirão Preto (palestra)	98	1	Março
Treinamento online para capacitação de entrevistadores de campo - Cajamar	17	1	Abril
Inteligência de Mercado, Sustentabilidade e Observatórios - presencial - Federação de Conventions (palestra)	10	5	Maio
Treinamento online para capacitação de entrevistadores de campo - E. S. do Pinhal	14	1	Maio
Treinamento online para capacitação de entrevistadores de campo - Laranjal Paulista	12	1	Junho
1º Encontro dos Observatórios de Turismo de SP e lançamento da Matriz Unificada de Indicadores	47	17	Junho
Treinamento online sobre a Matriz Unificada de Indicadores - Juquitiba	2	1	Setembro
1º Fórum de Turismo de Espírito Santo do Pinhal e Região (palestra)	100	5	Setembro
2025	PARTICIPANTES	CIDADES	MÊS
Lançamento da Rede de Inteligência do Turismo Sustentável do Estado de São Paulo - online	160	n/d	Outubro
Treinamento online sobre a Matriz Unificada de Indicadores – São João da Boa Vista	2	1	Outubro
Treinamento online sobre a Matriz Unificada de Indicadores - Ribeirão Preto	8	1	Outubro
Fórum de Desenvolvimento Econômico do Oeste Paulista - Turismo Integrado e Destino Oeste Paulista (palestra)	90	10	Outubro
Treinamento online sobre a Matriz Unificada de Indicadores – E. S. do Pinhal	3	1	Novembro
Treinamento online sobre a Matriz Unificada de Indicadores - RT Pantanal Paulista	12	4	Novembro



Público total: 481 pessoas - Total de cidades atendidas: 105. *Conturesp - Conselho Estadual de Turismo*: Todas as reuniões foram realizadas, no total 12 reuniões ordinárias em 2025, no formato híbrido, de forma virtual pela plataforma Teams, desde junho de 2024 e presencialmente na sede da Secretaria de Turismo, Praça Ramos de Azevedo nº 254, República. O Conselho contribuiu e apoiou as ações da SETUR/SP, a exemplo da Academia de Turismo SP, Turismo Ferroviário; Participação em pesquisas; Planejamento Estratégico 2026. Atos Normativos: Renovação de Mandato – foi feita a renovação de seu mandato, com Decreto publicado em 17 de junho de 2025; Atualização do Decreto do Conselho. *Interlocução Estadual do Programa de Regionalização do Turismo – PRT*: O Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), desenvolvido pelo Ministério do Turismo, tem interlocutores regionais em cada estado brasileiro, que é responsável pelo cadastro de municípios no SISMAPA, para integrar o Mapa do Turismo Brasileiro, que identifica e certifica anualmente os municípios e regiões que tratam o turismo como política de desenvolvimento econômico e social. O Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro, sistema eletrônico, no qual os municípios cadastrados, atualizam anualmente às informações do Mapa do Turismo Brasileiro, em São Paulo - Até o dia 09/12/2025) foram 48 Regiões Turísticas e 339 municípios validadas no Mapa do Turismo Brasileiro 2025; - 149 Municípios em atualização no SISMAPA; - Realizadas 20 reuniões com o Ministério do Turismo; - 04 organizações de eventos com o Ministério do Turismo; - 21 e 22/05/2025 - PRT em Ação: o Mapa do Turismo Brasileiro até você! Estado de São Paulo – Capital; - 23/05/2025 - Visita Técnica aos municípios de Itu e Salto, com a Coordenadora-Geral de Definição de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo – MTUR; - 23/08/2025 - 2º Seminário Nacional de Regionalização do Turismo – 9º Salão Nacional do Turismo – Capital; - 11 e 12/09/2025 - 2ª Rodada de Experiências das IGRs do Brasil – Búzios/RJ – Apresentação da Região Turística Caminhos do Tietê, representando às IGRs do Estado de São Paulo; - Resolução SEMIL nº 33/2024 – Participações nas reuniões mensais do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte e da Comissão Temática de Assuntos Estratégicos do Litoral Norte; 27/06/2025 - Reunião sobre a Coordenação Estadual do Programa Orla/SP – CEPO/SP - Secretaria de Patrimônio da União-SPU/Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos-MGI e Coordenadoria Estadual de Planejamento Ambiental-CPLA/SEMIL. 24 a 26/06/2025 – 6ª Oficina de Capacitação em Gestão de Praias 2025 – Santos – SPU-MGI/MMA/MPF/MTUR/MDR/MCID; Setembro – Outubro/2025 - Nova Lei Geral do Turismo; Turismo Responsável; Segurança Turística; Sinalização e Estradas Turísticas; Conselho Municipal de Turismo; Captação de Recursos para o Turismo e Organização de Eventos – SECULT/MG; 13/10/2025 – Mobilização de Recursos para o Turismo Comunitário: o Papel das Emendas Parlamentares – MTUR; 29/10 e 05/11/2025 – Destinos Brasileiros Sustentáveis – EMBRATUR – ESG Pulse; 10/11/2025 – Captação de Recursos para o Turismo – MTUR. *Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional – PDTR*: Tem como objetivo apoiar prefeituras com eventos geradores de fluxos turísticos por meio da prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura, incluindo montagem, desmontagem e apoio logístico, para atender as demandas dos municípios. Ao todo foram atendidos 137 eventos:



Fevereiro			
Nr.	Evento	Cidade	Data
1	Empreendatur Monte Alegre do Sul	Monte Alegre do Sul	07 de fevereiro
2	Carnaval Bragança Paulista	Bragança Paulista	23 de fevereiro a 04 de março
3	Carnaval São Vicente	São Vicente	22 de fevereiro a 09 de março
4	Salé Folia 2025	Salesópolis	27 de fevereiro a 04 de março
5	Carnaval Nazaré Paulista	Nazaré Paulista	28 de fevereiro a 04 de março
6	Carnaval Igaratá	Igaratá	28 de fevereiro a 04 de março
Março			
7	Carnaval 2025	Morungaba	01 a 04 de março
8	7º Festival Gastronômico Caiçara 2025	São Sebastião	13 a 16 de março
9	XXXII Festa de Peão de Nova Granada	Nova Granada	20 a 23 de março
10	XIX Festa do Peão de Corumbataí	Corumbataí	20 a 22 de março
11	61º Aniversário de Emancipação de Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	21 de março
12	Festa do Peão de Uchoa	Uchoa	27 a 29 de março
13	Inauguração Estrutura Náutica em Piraju	Piraju	29 de março
14	Empreendatur Porangaba	Porangaba	29 de março
Abril			
15	FAPIS - Feira Agropecuária de Santa Rita do Passa Quatro	Santa Rita do Passa Quatro	03 a 06 de abril
16	Festa de Aniversário de 170 anos de Botucatu	Botucatu	04 a 06, 11 a 14 de abril
17	38º Akimatsuri 2025	Mogi das Cruzes	05, 06, 12 e 13 de abril
18	Via Sacra da Criança e do Adolescente	São Paulo	11 de abril
19	Inauguração Estrutura Náutica em Araçatuba	Araçatuba	12 de abril
20	Show de Aniversário de Itapevi	Itapevi	12 e 13 de abril
21	Drama da Paixão 2025	Santana de Parnaíba	15 a 19 de abril
22	FEAP 2025 - Feira e Exposição Agropecuária de Paranapanema	Paranapanema	17 a 21 de abril
23	67º Anos Aniversário de Santo Expedito	Santo Expedito	19 e 20 de abril
24	Tabatinga Rodeio Show 2025	Tabatinga	24 a 26 de abril
25	Empreendatur Mineiros do Tietê	Mineiros do Tietê	26 de abril
Maio			
26	Festa do Peão de Cesário Lange	Cesário Lange	01 a 03 de maio
27	Festa Della Mamma 2025	Mogi Mirim	09 a 11 de maio
28	30ª Festa do Peão de Guaiara 2025	Guaiara	14 a 18 de maio
29	Mountain Festival	São Bento do Sapucaí	16 a 18 de maio
30	39 Expo FASBRA	Santa Branca	22 a 25 de maio
31	Dia Global da Evangelista	Registro	31 de maio
32	Mira com Cristo	Miracatu	30 a 31 de maio



Maio			
26	Festa do Peão de Cesário Lange	Cesário Lange	01 a 03 de maio
27	Festa Della Mamma 2025	Mogi Mirim	09 a 11 de maio
28	30ª Festa do Peão de Guaira 2025	Guaira	14 a 18 de maio
29	Mountain Festival	São Bento do Sapucaí	16 a 18 de maio
30	39 Expo FASBRA	Santa Branca	22 a 25 de maio
31	Dia Global da Evangelista	Registro	31 de maio
32	Mira com Cristo	Miracatu	30 a 31 de maio
Junho			
33	10ª Festa do Peão de Lavrinhas	Lavrinhas	05 a 08 de junho
34	Festival Jazz e Vinhos	Caraguatatuba	05 a 08 de junho
35	Infraestrutura de Turismo Náutico	Mira Estrela, Sales e Sabino	07 de junho
36	Juninão Monções	Monções	06 e 07 de junho
37	Festividade de Aniversário Arujá	Arujá	06 a 15 de junho
38	4º Macedônia Rodeio Show	Macedônia	05 a 07 de junho
39	19ª Festival São João de Caçapava	Caçapava	12 a 24 de junho
40	Campeonato brasileiro de Balonismo	Boituva	13 a 15 de junho
41	Festa de São João Batista 2025	Laranjal Paulista	13 a 24 de junho
42	77ª Festa de Corpus Christis de Matão	Matão	18 e 19 de junho
43	32ª Exposição Agropecuária Industrial e Comercial de Jacupiranga	Jacupiranga	19 a 22 de junho
44	Aniversárioda Cidade de Joanópolis - Festa de São João Batista	Joanópolis	18 a 24 de junho
45	46ª Festa do Peão de Boiadeiro de Santa Albertina	Santa Albertina	18 a 21 de junho
46	FICCAB 2025 - Festa do Peão	Santa Fé do Sul	18 a 22 de junho
47	49ª Marcha da Fé	Tambaú	22-jun.
48	Encontro Veiculos	Espírito Santo do Pinhal	28 e 29 de junho
49	24ª Festa do Divino Espírito Santo de Brás Cubas 2025	Mogi das Cruzes	26 de junho a 06 de julho
50	24ª Festa de Peão de Charqueada	Charqueada	27 a 29 de junho
Julho			
51	Santa Isabel Rodeio Fest	Santa Isabel	05 a 08 de julho
52	49ª Feira do Bordado de Ibitinga	Ibitinga	4 a 13 de julho
53	Festa da Cerejeira 2025	Suzano	05 e 06 de julho
54	Festa das Águas 2025	Suzano	09 de julho de 2025
55	Mongaguá - 20º Arraial da Gente Festão na Praia, do Empreendedor ao Cidadão 2025	Mongágua	11 de julho a 03 de agosto
56	Festival de Inverno de São Bento do Sapucaí 2025	São Bento do Sapucaí	05 e 27 julho
57	11ª Feira do Doce de Tatuí	Tatuí	9 a 13 de julho
58	7º Festival de Inverno de Pedra Bela	Pedra Bela	11, 12, 13 e 18, 19, 20 de julho
59	Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	17/07 a 26/07
60	64ª Romaria Itapecerica Da Serra	Itapecerica da Serra	28 de julho
61	Festas de agosto de Iguape	Iguape	28 de julho a 10 de agosto
62	50ª Feira Industrial Ferreirense	Porto Ferreira	26 de julho a 29 de julho



AGOSTO			
63	Aniversário de Bananal	Bananal	01 a 03 de agosto
64	Festividades de Pirapora	Pirapora do Bom Jesus	05 a 09 de agosto
65	Festas de Agosto	Socorro	09 a 17 de agosto
66	Festa do Morango	Monte Alegre do Sul	22, 23, 24, 29, 30, 31 de agosto, 05, 06 e 07 de setembro
67	Ilha Blues festivas	Ilha Comprida	22 a 25 de agosto
68	Expo São Luiz 2025	São Luiz do Paraitinga	28 a 31 agosto
69	Festa de Padre Eustáquio	Poá	29 a 31 de agosto
SETEMBRO			
70	28ª PRIMAROSA	Rosana	04 a 07 de setembro
71	42ª Festa do Peão de Torrinha 2025	Torrinha	04 a 06 de setembro
72	FEAGRES	Redenção da Serra	04 a 07 de setembro
73	Festa do Peão de Sales	Sales	04 a 06 de setembro
74	19ª Festa da Pupunha, Agronegócios e Gastronomia 2025	Juquiá	04 a 07 setembro
75	99ª Festa da Padroeira 2025 Tabatinga	Tabatinga	06,13, 20 e 27 de setembro
76	Agrotech Expo 2025	São José dos Campos	10 14 de setembro
77	33ª Feira da Uva de Palmeira D'Oeste	Palmeira D'Oeste	12 a 14 de setembro
78	Euclides Rodeio 2025	Euclides da Cunha	12 a 14 de setembro
79	4ª Feira Literária de Ribeirão Pires	Ribeirão Pires	19 a 21 de setembro
80	5ª Festa do Sorvete de Itápolis	Itápolis	19 a 21 de setembro
81	Festa do Padroeiro São Mateus Apóstolo	São Paulo	20 e 21 de setembro
82	Rodeio Peão Valente	Cunha	25 a 28 de setembro

OUTUBRO			
83	31ª Festa do Peão De Pedranópolis	Pedranópolis	02 a 04 de outubro
84	Rodeio Piracaia	Piracaia	03 a 05 de outubro
85	41ª Festa da Uva Fina Ferraz de Vasconcelos - Emenda Leticia Aguiar	Ferraz de Vasconcelos	09 a 14 de outubro
86	Biritiba Mirim AGRIFEST 2025 - emenda Leticia Aguiar	Biritiba Mirm	09 a 12 de outubro
87	4ª Edição da Expo Bordado 2025 - Ibitinga	Ibitinga	22 de outubro a 01 de novembro
88	Festival Franco do Rock	Franco da Rocha	24 a 26 de outubro
89	Santa Maria MotorFest 2025 - Emenda	Santa Maria	24 a 26 de outubro
90	4ª Cavalgada e Queima do Alho - Emenda	Macedônia	24 a 26 de outubro
91	71ª Tooro Nagashi De Registro - 2025	Registro	31 de outubro a 02 de novembro
NOVEMBRO			
92	Katsura Matsuri	Iguape	07 a 09 de novembro
93	40 Anos de Rock in Bica	Itapuí	07 a 09 de novembro
94	8ª Moto Fest e 1ª Corumba Chopp 2025	Corumbataí	14 a 16 de novembro
95	Nova Granada Motor Fest 2025	Nova Granada	14 a 16 de novembro
96	Marcha para Jesus 2025	Ibiuna	15 de novembro
97	Marcha para Jesus	Ferraz de Vasconcelos	15 de novembro
98	Natal Iluminado Águas de São Pedro	Águas de São Pedro	16 de novembro
99	Aniversário de Mirante do Paranapanema 2025	Mirante do Paranapanema	16 de novembro
100	Marcha para Jesus - Santa Branca	Santa Branca	15 e 16 de novembro
101	Atibaia - FERA	Atibaia	19 a 23 de novembro
102	Brotas Rock - Versão Motor Festival	Brotas	21 a 23 de novembro
103	44ª Aniversário de Vargem Grande Paulista	Vargem Grande Paulista	27 a 30 de novembro
104	Natal Jales	Jales	29 de novembro a 23 de dezembro



105	Adolfo Rodeio Show	Adolfo	27 a 29 de novembro
106	Natal Encantado	Arujá	29 e 30 de novembro, 6, 7, 13, 14, 19, 20 e 21 de dezembro
107	Pirabeer	Piracicaba	28 a 30 de novembro
DEZEMBRO			
108	Festival Internacional de Musica Instrumental Chorando sem Parar	São Carlos	01 a 07 de dezembro
109	Festividades Natalinas de Taubaté	Taubaté	04 a 24 de dezembro
110	Campeonato Paulista de MTB	Campos de Jordão	7 de dezembro
111	55ª EMAPA	Avaré	05 a 14 de dezembro
112	Natal de Roseira	Roseira	05 a 14 de dezembro
113	Aniversário de Sertãozinho	Sertãozinho	05 e 06 de dezembro
114	Festa das Nações	Mendonça	06 a 08 de dezembro
115	Natal e Mineiros Rock Show	Mineiros do Tietê	07 de dezembro
117	Festival do Taleme	Bariri	11 e 12 de dezembro
118	Adora Buritama	Buritama	12 de dezembro
119	Natal Encanto	Guaira	19 a 21 de dezembro
120	Natal Solidário	Santo André	14 de dezembro
121	Parada de Natal 2025	Aragatuba	12 e 13 de dezembro
122	Parada de Natal	Santana de Parnaíba	18 a 22 de dezembro
123	21º Expo Banana	Sete Barras	18 a 21 de dezembro
124	Natal Luz de Potim	Potim	13 a 31 de dezembro
125	Rodeio dos Campeões	Torrinha	19 a 21 de dezembro
126	Reveillon Flora Rica	Flora Rica	24, 27 e 31 de dezembro
127	Festividades Natalinas e de Réveillon	Mira Estrela	24, 30 e 31 de dezembro
128	Fim de Ano	Palestina	23 a 31 de dezembro
129	Evento Natal Iluminado Lourdes	Lourdes	26 a 28 de dezembro
130	Aniversário do município	Teodoro Sampaio	27 a 28 de dezembro
131	Final de ano	Luiziania	27 de dezembro
132	Reveillon Brejo Alegre	Brejo Alegre	29 a 31 de dezembro
133	Réveillon	Buritama	31 de dezembro
134	Réveillon	Tabatinga	31 de dezembro
135	Réveillon	Anhembi	29 a 30 de dezembro
136	Réveillon de Santa Rita d'Oeste 2025	Santa Rita d'Oeste	31 de dezembro
137	Show da Virada	Bento de Abreu	29 e 31 de dezembro

Cadastur: O CADASTUR é um sistema do Ministério do Turismo que registra pessoas físicas e jurídicas no setor de turismo. Em parceria com os órgãos estaduais e do Distrito Federal, o sistema válida e orienta os cadastros dos prestadores de serviços turísticos, como hotéis, restaurantes, agências de turismo, guias e outros. Suporte técnico aos parceiros do programa CrediturSP, sendo: Desenvolve SP e Caixa Econômica Federal, que possuem como base e pré-requisito empresas de turismo, possuam os CNAES (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) do Cadastur para pleito da linha FUNGETUR (Caixa Econômica Federal / Desenvolve SP); Atendimentos via Whatsapp, e-mails a todos os prestadores que compõem os segmentos de turismo do Cadastur SP no Estado de SP; Alinhamento / orientações com representantes municipais para o Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (obrigatório Cadastur); 3.710 credenciais de Guia de turismo enviadas pelos Correios.

Mês/Ano	Novos Cadastros	Renovações de Cadastros	Total por mês
JAN/2025	730	887	1617
FEB/2025	504	570	1074
MAR/2025	738	852	1590
ABR/2025	877	1422	2299
MAI/2025	613	1051	1664
JUN/2025	828	803	1631
JUL/2025	848	1056	1904
AGO/2025	521	615	1136
SET/2025	861	773	1634
OUT/2025	941	689	1630
NOV/2025	614	491	1105
DEZ/2025	265	251	516



Ano	Guia de Turismo Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Total por ano
2021	1446	11721	13167
2022	2165	15126	17291
2023	3659	14054	17713
2024	5769	18132	23901
2025	8126	32788	40914

Dados extraídos no último dia do respectivo ano e, no caso do ano corrente, no dia de hoje.

Em 2025 foram mais de 40 mil cadastros e ao todo são 344 municípios que possuem serviços e pessoas físicas com registro no Cadastur. Vale ressaltar que o motivo do aumento de cadastros se dá principalmente pelo certificado CADASTUR ser obrigatório para acesso à linha de crédito FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) repassado pelo Ministério do Turismo - via DESENVOLVE SP, parceiro oficial do CrediturSP. *Desenvolvimento de Destinos Paulistas - Programa Academia do Turismo SP*: A Academia do Turismo SP é um programa voltado à formação profissional e qualificação turística que consiste em um grande ecossistema que visa agregar, articular, promover e desenvolver cursos, estudos, pesquisas, ferramentas e soluções educacionais voltados ao setor de turismo, hospitalidade, gastronomia, lazer e entretenimento. O Programa apresenta 4 eixos de atuação: educação; empregabilidade; inovação e sustentabilidade; governança. Até 2024 foram firmadas 21 parcerias com ABAV- SP; ABIH; AMITESP; APRECEP; EACH-USP; FHORESP; INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – IFSP; RESORTS BRASIL; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC; UNIVESP; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE; FAESP/SENAR; BRAZTOA; SEBRAE; SENAC; CENTRO PAULA SOUZA; FUNDO SOCIAL; SPCVB; UNESP; FUNDAÇÃO FLORESTAL/SEMIL; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER. Em 2025 foram firmadas 7 parcerias com SEBRAE, FAPESP; PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, PARQUE TECNOLÓGICO DE SOROCABA, PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS, NUMERICK E COLETIVO MUDA. Workshops: Foram realizados 5 workshops sobre formação profissional e empregabilidade em turismo, mobilizando mais de 600 participantes. Cursos: Mapeamento de 39 mil vagas em cursos de formação do turismo. Cursos personalizados: 6 municípios 506 vagas.

CURSO	Parceiro	AREA	Município	Duração	Vagas
Recepção e Atendimento	CPS	Turismo	Olímpia	60 horas	45
Inglês para Recepção	CPS	Idiomas	Olímpia	60 horas	79
Espanhol para Recepção	CPS	Idiomas	Olímpia	60 horas	18
Marketing Digital	CPS	Gestão	Olímpia	60 horas	64
Monitor de Turismo	CPS	Turismo	Bofete	60 horas	24
Recepção e Atendimento	CPS	Turismo	Bofete	60 horas	20
Inglês para Recepção	CPS	Idiomas	Ibiúna	60 horas	44
Espanhol para Recepção	CPS	Idiomas	Ibiúna	60 horas	28
Monitor de Turismo	CPS	Turismo	Ibiúna	60 horas	27
Brasil Recebe	Abav SP e Abav Nacional	Turismo	São Paulo	30 horas	29
8ª Edição Construindo o Futuro	Abav SP	Agenciament o	São Paulo	30 horas	6
Monitor de Turismo	CPS	Turismo	Caçapava	60 horas	35
Inglês para Recepção	CPS	Idiomas	Caçapava	60 horas	59
Inglês para Recepção	CPS	Idiomas	Lorena	60 horas	30

Concurso: O concurso recebeu mais de 75 inscrições, após o crivo da relação de documentos obrigatórios, 20 selecionados para a etapa PITCH que resultaram em 9 soluções premiadas. Edital Fapesp: objetivando selecionar e apoiar projetos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, públicas ou privadas, no estado



de São Paulo. *Programa Valoriza SP*: Plataforma de capacitação e troca de conhecimento do setor de turismo, com promoção de workshops e cursos EAD.

Workshops presenciais		
DATA	EVENTO	CIDADE
20 de fevereiro	Valoriza SP	São Paulo
28 de março	Valoriza SP	Bauru
20 de abril	Valoriza SP	Fernandópolis
19 de agosto	Valoriza SP	Campos do Jordão
29 de agosto	Valoriza SP	São José do Rio Preto
18 de setembro	Valoriza SP	Jundiaí
02 de outubro	Valoriza SP	São Carlos

LANÇAMENTOS E OUTRAS AÇÕES		
DATA	EVENTO	CIDADE
13 de março	Workshop Turismo com Elas	São Paulo
31 de março	Lançamento Guia de Turismo Judaico	São Paulo
16 de abril	Lançamento do Passaporte Ferroviário - WTM	São Paulo
16 de abril	Lançamento de Estudos CIET e Embratur	São Paulo
16 de abril	Protocolos de Intenção com PT Santos, SJC e Sorocaba	São Paulo
16 de maio	Roteiros de Observação de Vida Silvestre - AVISTAR	Jardim Botânico - São Paulo
21 a 23 de maio	PRT em Ação - Programa de Regionalização	Setur - Salão Nobre
04 de junho	Encontro dos Observatórios do Turismo de São Paulo	Setur - Auditório
30 de junho	Guia de religiões de Matrizes africanas e indígena	Setur - Salão Nobre
15 de julho	2º Workshop de Afroturismo	Setur - Salão Nobre
03 de setembro	Assinatura de Resolução que institui a Rede Paulista de Trilhas - Abeta Summit + book trilhas	Caraguaratuba
05 de setembro	Lançamento Guia Nascentes do Tietê e Rios do Vale	Ribeirão Preto
19 de setembro	Lançamento Roteiros de Mototurismo	Socorro
7 de novembro	Lançamento Guia e Book de Saúde e Bem estar	Festuris - Gramado
10 e 11 de novembro	Seminário Caminhos do Peabiru + Roteiros Cuesta Paulista	Botucatu
20 de novembro	Lançamento roteiros afroturismo	São Paulo
01 de dezembro	Encontro das RTs	São Paulo
10 de dezembro	Encontro dos Receptivos	São Paulo

Creditur SP: O Programa incentiva o acesso ao crédito como indutor dos investimentos turísticos no Estado de SP, mas muito mais que isso, traz em suas bases e premissas, facilitar o atendimento e orientação ao público-alvo, em especial às MPMEs, permitir análise ajustada a cada segmento do



turismo e priorizar projetos e propostas com maior aderência à política pública. Foram formalizadas mais de 20 parcerias com instituições financeiras e demais instituições do ecossistema do turismo. Para divulgação do Programa foram realizados em 2025 um total de 2 Workshops exclusivos do Programa e 30 palestras nas Regiões Turísticas do Estado, sensibilizando e orientando mais de 4 mil empresários e gestores públicos do turismo. Desde seu lançamento, o Programa recebeu e orientou mais de 2.800 solicitações de crédito, o que possibilitou a aprovação de mais de R\$3 bilhões de reais em créditos e financiamentos para 1.721 empresas e 76 prefeituras turísticas. Em 2025 foram 141 empresas atendidas e repassados 800 milhões em recursos pelos parceiros para soluções de desenvolvimento turístico ao setor público e privado. Número de Solicitações Recebidas – 497 solicitações; Número de Operações Aprovadas – 426 operações; Valor Recebido de Solicitações – R\$ 2.445 bilhões; Valor Aprovado em Operações – R\$ 1.067 bilhão; Volume de Operações Municípios Turísticos – R\$ 448 milhões – 15; Volume de Operações Empresas Turísticas – R\$ 619 milhões – 411.

Distritos Turísticos: Os Distritos Turísticos de São Paulo foram responsáveis por sediar uma parte significativa dos cerca de 60 investimentos-âncora que são monitorados pelo programa conjunto da Secretaria de Turismo e Viagens e Invest SP denominado Turismo Global. São 60 empreendimentos com valor médio de investimento de cerca de R\$250 milhões, em desenvolvimento no estado de São Paulo. Distritos Turísticos Serra Azul; Urbano Centro de São Paulo; Distrito Turístico de Santos; Distrito Turístico Portal da Mata Atlântica; Distrito Turístico de Olímpia; Distrito Turístico de Andradina. 2 (dois) Distritos Turísticos do Alto da Mantiqueira e Águas e Aventuras. Sabor de SP: Sabor de São Paulo é o maior Programa de Valorização da Gastronomia Paulista do estado de São Paulo e tem como objetivo mapear, promover e divulgar a gastronomia como produto associado ao turismo, além de revelar talentos e fortalecer a economia do estado. Pelo Sabor de SP, até dezembro de 2025, foram mapeadas 37 regiões turísticas, num total de 328 municípios, sendo aproximadamente 420 produtores/estabelecimentos gastronômicos elencados distribuídos em 14 Rotas Gastronômicas. O Programa Sabor de SP, promove também a Semana Sabor de São Paulo que inclui ações como press trip com jornalistas e influencers visitando os 15 principais produtores/restaurantes de cada uma das 14 Rotas Gastronômicas. Em 2025 foram: 9 capacitações com cerca de 850 participantes e 9 festivais regionais com mais de 6.475 pessoas.

21 e 22 de fevereiro	Registro
20 e 21 de março	Franca
11 e 12 de abril	Araçatuba
16 e 17 de maio	Águas de São Pedro
27 e 28 de junho	Presidente Prudente
11 e 12 de julho	Marília
01 e 02 de agosto	Sorocaba
19 e 20 de setembro	São João da Boa Vista
05 e 06 de dezembro	Fernandópolis



Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural: Em 2023 foi lançado Plano de Turismo Rural e em 2024 foi trabalhado em um decreto intersecretarial coordenado pela Casa Civil e SETUR SP em conjunto com Secretarias de Agricultura e Abastecimento; Transportes Metropolitanos; Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Econômico; Invest SP; DER; Cultura, Economia e Indústrias Criativas. O decreto previsto para ser assinado em 2026 irá conter as diretrizes do Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural, que reúne diretrizes e ações pensadas para o horizonte de 10 anos, incluindo roteirização turística, legislação, infraestrutura, qualificação, conectividade, preservação de patrimônio, mobilidade, preservação do ambiente rural, entre outras ações. A pasta conta com o Fórum de Turismo Rural em sua composição, conforme decreto nº 69.688, de 08 de julho de 2025. *Conectividade Aérea:* No âmbito do transporte aéreo, são desenvolvidas soluções e promovidas ações com foco na melhoria e ampliação da aviação comercial por meio do fomento à novos voos, aumento das frequências e novas companhias aéreas com voos nacionais e internacionais ao estado. Nacional: O Decreto nº 69.318/2025 reduziu o ICMS sobre o querosene de aviação (QAV) para 12% até 31 de dezembro de 2025. A medida mantém as operações aéreas comerciais iniciadas em 2024 nos aeroportos de Araçatuba, Barretos, Franca e São José dos Campos, com pelo menos duas frequências semanais cada. Como contrapartida, haverá 166 novas decolagens semanais, totalizando 5.220 voos por semana nos aeroportos paulistas — um aumento de 61% em relação ao ano anterior. O Programa de Stopover segue em vigor, permitindo paradas de até cinco dias sem custo nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Viracopos, o que favorece o turismo em destinos mais distantes da capital. Internacional: Apoio e interlocução da Setur junto ao setor privado da aviação e concessionárias de aeroportos na captação e início de novos voos e conexões internacionais para o Estado de São Paulo. Azul (de Viracopos - VCP) Madri (MAD): Início em junho/2025, com Airbus A330 Neo – 5 frequências semanais; Porto (OPO): Nova rota em junho/2025, reforçando a Europa – 3 frequências semanais; Montevidéu (MVD): Nova operação em julho/2025 – 5 frequências semanais. Latam (de Guarulhos - GRU): Lisboa (LIS): Aumento de 9 para 14 voos semanais (novembro/2025); Orlando (MCO): Aumento de 9 para 14 voos semanais (dezembro/2025); Córdoba (COR): 7 voos semanais a partir de outubro/2025; Rosário (ROS): 4 voos semanais a partir de dezembro/2025. *Programa de Turismo Náutico:* O Estado de São Paulo com vasto recurso hídrico composto por 880 quilômetros de costa marítima, 4.200 quilômetros de rios navegáveis e mais de 50 reservatórios (lagos e represas), propicia novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. *IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS NÁUTICAS:* Implantação de Estruturas Náuticas no Estado de São Paulo - Pieres, passarelas, flutuantes, amarrações, estacas, poitas, terraplanagem etc. 29/03/2025 – Município de Piraju – Investimento: R\$ 789.108,79; 12/04/2025 – Município de Araçatuba – Investimento: R\$ 1.648.539,18; 07/06/2025 – Município de Sales – Investimento: R\$ 1.483.318,47; 07/06/2025 – Município de Mira Estrela - Investimento: R\$ 1.571.948,68; 18/06/2025 – Município de Presidente Epitácio – Investimento: R\$ 1.269.320,71; data a definir – Município de Fartura – Investimento: R\$ 1.537.241,39. *Fórum Náutico Paulista:* O Fórum Náutico Paulista foi transferido para a Secretaria de Turismo e Viagens pelo Decreto nº 67.692, de 03 de maio de 2023, que “Transfere e reorganiza o Fórum Náutico Paulista, instituído pelo Decreto nº 62.228, de 24 de outubro de 2016, e dá providências correlatas”. *CENTRO DE VISITAÇÃO SUBAQUÁTICO* - A implantação dos Centros de Visitação Subaquático em 2025 visando desenvolvimento do turismo de mergulho contemplativo teve um conjunto de ações para sua viabilização: Desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica para implantação de centros de visitação subaquáticos no estado: Fase 1a - Estudo de Viabilidade Técnica nos municípios de Rifaina, Itapura e Presidente Epitácio; Fase 1b - Estudo de Viabilidade Técnica nos municípios do Guarujá e Ilhabela; Fase 2b - Estudo de Viabilidade Técnica em São Sebastião. Consultas públicas, reuniões de



alinhamento com SEMIL, Fundação Florestal, Marinha do Brasil, CETESB, IBAMA, conselhos das APAs, reuniões com mergulhadores, setor náutico, setor turístico, etc. Obtenção de licenças: Adquirida com CETESB e CONDEPHAAT; em andamento com outros órgãos reguladores; Contratação de empresa para instalação, confecção, produção e transporte terrestre e marítimo e submersão de esculturas temáticas em ambiente marinho - Guarujá e São Sebastião. *Programa de Turismo Ferroviário*: A malha ferroviária paulista é composta por aproximadamente 5.000 km de trilhos, que majoritariamente é utilizado para o transporte do modal de cargas. Destes, 243,8 km são utilizados de forma mista, ou seja, com a composição do transporte de passageiros no modal de turismo, representando 4,8% da malha existente no Estado de São Paulo. Foi realizada a restauração e inauguração no dia 05/07/2025 dos primeiros seis quilômetros de linha férrea e da Estação Rufino de Almeida, no município de Cruzeiro, para operação do Trem Turístico da Mantiqueira, realizada pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), com investimento próprio de aproximadamente R\$ 4,5 milhões. Trabalho de implantação do Trem de São Roque pela Associação Nacional de Preservação Ferroviária - ANPF, que é o circuito 23 do Programa de Turismo Ferroviário instituído em 2024 pelo decreto de nº 29.027, de 04 de novembro, com previsão de início de 2025. *SP Ecoaventura*: O programa tem por objetivo fortalecer a cultura da qualidade, da gestão da segurança e da competitividade das empresas e destinos com vocação para o Ecoturismo e Turismo de Aventura. O contrato entre Sebrae e ABNT para realização da segunda fase foi assinado em 2024. Das 100 empresas selecionadas que participaram do início do programa, 70 finalizaram a consultoria Abeta em 2024 e em 2025, um total de 30 empresas concluíram a consultoria e certificação ABNT ISO 21101 - Implantação do Sistema de Gestão de Segurança. *Portal Ciclovário*: Ação desenvolvida pelo grupo de trabalho coordenado pela Setur, no âmbito do Ciclo Comitê Paulista. Foram mapeadas 140 rotas de cicloturismo. Atualmente em tratativas com o Marketing da Setur para viabilização do Portal. *Rede Estadual de Trilhas de São Paulo*: Desenvolvimento de estudo técnico sobre trilhas de longo, médio e longo curso no estado de São Paulo e mapeamento de trilhas paulistas que possam se conectar na formação de uma rede paulista de trilhas, em alinhamento com a Rede Brasileira de Trilhas. Em andamento assinatura de resolução conjunta entre SETUR e SEMIL para a criação da rede. *Pet Friendly*: A Setur participa da Comissão de Estudos de Turismo Pet Friendly da ABNT. Com reuniões mensais, já foram definidas recomendações para meios de hospedagens e estabelecimentos de alimentação. Estão em andamento os requisitos para shopping centers e eventos. *Plano Turismo SP em Ação*: Em 2025, foram realizadas reuniões com os cinco polos que englobam 19 Regiões Turísticas do projeto de planejamento Turismo SP em São Paulo. Os polos validaram os planos. A Setur articula com o Sebrae estratégias para atender aos empreendimentos de turismo dos polos e demandas locais e regionais. Está em andamento uma resolução que indicará os critérios para participação dos municípios para execução dos planos. *Turismo Religioso*: Considerando a pluralidade de religiões e formas de manifestação de fé presentes no estado, a pasta está trabalhando com promoção, sensibilização e qualificação voltada ao turismo religioso católico, protestante, judaico, islâmico, de origens africanas e orientais. Em 2025 foram trabalhados o guia de matrizes africanas e indígenas e o guia judaico, assim como atualização dos guias e levantamento de dados do turismo religioso católico e evangélico. *Ações Turismo 60+*: Turismo 60+ SP visa oportunizar viagens para pessoas com mais de sessenta anos para destinos do estado de São Paulo. É um projeto de inclusão social e desenvolvimento pessoal e coletivo por meio do turismo. São ofertadas viagens de até 5 dias para o público 60+ inclusive serviços de hospedagem, alimentação, passeios e roteiros turísticos. Inclui também acompanhamento de guia de turismo, seguro-viagem, kit viagem e acompanhamento nutricional. O projeto pode ser solicitado por prefeituras municipais, organizações sociais ou entidades que atuam com público sênior. As primeiras turmas foram



atendidas por emenda parlamentar com solicitação via ofício. O público a ser atendido são pessoas com mais de 60 anos, preferencialmente em situação de vulnerabilidade ou de baixa renda que não tem condições ou oportunidades de realizar viagens. São cerca de 8 milhões de pessoas com mais de 60 anos no estado, sendo 2 milhões no CadÚnico. Viagens realizadas e grupos:

Destino emissor	Destino anfitrião	Passageiros	Período
Tabapuã	Águas de Lindóia	30	08 a 12/12
Santa Lúcia	Águas de Lindóia	30	08 a 12/12
Presidente Epitácio	Mongaguá	30	08 a 12/12
Estiva Gerbi	Caraguatatuba	30	08 a 12/12
Ribeirão Grande	Águas de Lindóia	30	15 a 19/12
Tanabi	Águas de Lindóia	30	15 a 19/12

180 pessoas idosas atendidas; 6 cidades emissores; 3 destinos anfitriões.

Road 60+ - Foram realizados eventos de capacitação para agências e operadoras e trade turística bem receber e atender o público 60+: em 2025 foram realizados 6 eventos Road 60 em Santo André, Botucatu, Andradina, Franca, São Carlos e Mogi das Cruzes e foi lançado o Programa Turismo 60+, envolvendo mais de 800 participantes. *Afroturismo SP*: Em 2025, o Grupo de Trabalho de Afroturismo, com 49 integrantes entre especialistas e instituições, desenvolveu diversas ações para fortalecer o tema nas políticas públicas de turismo, sendo elas: Guia de Matrizes Africanas e Indígenas, com informações sobre 35 casas e 3 museus; 2º Workshop de Afroturismo, realizado em 22/07/2025 na SETUR-SP com cerca de 60 participantes; Press trip temática, que gerou conteúdos técnicos e jornalísticos sobre territórios e iniciativas do setor com 4 jornalistas; 2ª edição do Guia de Afroturismo, lançada em 19/11/2025, revisada e ampliada, com evento de lançamento envolvendo cerca de 50 participantes. *Mototurismo SP*: Por meio de grupo com diversos atores do segmento, em 2025, foi lançado o Guia de Mototurismo do Estado de São Paulo, promovendo pontos turísticos, rotas, mirantes e destinos com infraestrutura para motociclistas. O guia visa estimular a circulação e aumentar a visibilidade das regiões turísticas do estado. O material foi apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Mototurismo, em Socorro/SP, no dia 19/09, para representantes do setor e público especializado, consolidando São Paulo como um destino atrativo para o mototurismo. *Caminhos do Peabiru*: Em 2025, as ações dos Caminhos do Peabiru, rota ancestral indígena transcontinental, focaram no reconhecimento territorial, articulação institucional e aprofundamento técnico do tema, entre as ações realizadas foram: Visita técnica a Botucatu e região turística Cuesta Paulista para analisar o traçado e identificar pontos de interesse. Seminário Paulista dos Caminhos do Peabiru - dia 10/11 reuniu gestores, técnicos, acadêmicos e lideranças indígenas para discutir aspectos históricos, trilhas e potencial turístico. No dia 11/11, ocorreram três visitas técnicas na região da Cuesta Paulista, voltadas à avaliação de áreas naturais e estruturas de uso público. As ações fortaleceram os estudos e o alinhamento técnico para a futura consolidação dos Caminhos do Peabiru no Estado de São Paulo. Foram 100 participantes no evento. *Promoção e Comunicação do Turismo - Feiras e Eventos*: A Secretária de Viagens e Turismo do Estado de São Paulo adota a estratégia de participar de importantes feiras e eventos do segmento de turismo e de áreas relacionadas, com estandes e ações promocionais, com objetivo de: Inspirar os turistas a visitar São Paulo; fornecer subsídios e qualificar profissionais da área, como agentes de viagens, operadores



e organizadores de eventos a venderem e divulgarem destinos paulistas; difundir a marca SP Pra Todos; promover segmentos, nichos estratégicos e a oferta turística de São Paulo; divulgar os atributos e benefícios de São Paulo como um destino turístico (segurança, inclusão e diversidade, variedade de produtos, serviços e experiências, conectividade, hospitalidade e etc.; lançar e tornar público os programas, projetos e ações da Secretaria de Turismo e Viagens; dar visibilidade para os patrimônios material e imaterial, os atrativos naturais e culturais e o calendário de atividades do estado: espetáculos e shows, gastronomia, tecnologia e etc.; apresentar novos *players*, gerar e fortalecer relações de negócios, apoiar a comercialização e a captação de eventos e investimentos. Participou de 59 feiras nacionais, de 09 feiras internacionais, 30 Roadshows nacionais e internacionais e 1 missão internacional, conforme o calendário abaixo:

FEIRAS E EVENTOS NACIONAIS 2025		
Evento	Local	Data
Agenda Brasil	Clube Homs - São Paulo - SP	10 de fevereiro
CONVENÇÃO CVC	Distrito Anhembi - São Paulo - SP	13 a 17 de fevereiro
ESFE	Centro de Convenções Rebouças - SP	18 de fevereiro
Cruise 360	Complexo Valongo - Santos - SP	15 e 16 de março
Pesca Trade Show	Distrito Anhembi - São Paulo - SP	20 a 22 de março
Fruits Attraction	São Paulo Expo - São Paulo - SP	25 a 27 de março
Expotel	Centro de Eventos Frei Caneca - São Paulo - SP	01 e 02 de abril
Arnold Sports South America	Expo Center Norte - São Paulo - SP	04 a 06 de abril
Abav Travel SP (Expo AVIESP)	Royal Palm Hall - Campinas - SP	9 e 10 de abril
World Travel Market Latin America - WTM	Expo Center Norte - São Paulo - SP	14 a 16 de abril
Agrotalk	Espaço Golf - Ribeirão Preto - SP	27 de abril
AGRISHOW	Ribeirão Preto - SP	28 de abril a 02 de Maio
ILTM São Paulo	Bienal Ibirapuera - São Paulo - SP	05 a 08 de maio
Fórum de Internacional de Investimentos em Turismo	Casa Bisutti - São Paulo - SP	07 de maio



Sindepat Summit	Campos do Jordão Convention Center - Campos do Jordão - SP	14 a 16 de maio
AVISTAR Brasil	Jardim Botânico de São Paulo - SP	16 a 18 de maio
Fórum de Turismo 60+	Holliday Inn Anhembi - São Paulo - SP	26 de maio
Expo Fórum Visite São Paulo	Sheraton WTC - São Paulo - SP	30 de maio
Sertões MTB	Campos do Jordão - SP	30 de maio a 01 de junho
Global Agribusiness Festival	Arena Allianz Parque - São Paulo	05 e 06 de junho
Prêmio Melhores do Ano - Prazeres da Mesa	Memorial da América Latina - São Paulo - SP	17 de junho
FEICORTE	Presidente Prudente - SP	17 a 23 de junho
The São Paulo Coffee Festival	Bienal do Parque do Ibirapuera - SP	27 a 29 de junho
Vale Viver Inverno	Parque Capivari - Campos do Jordão - SP	04 de julho a 14 de agosto
Tech City Summit	Parque Tecnológico Sorocaba - SP	02 e 03 de julho
Expo Católica	Centro de Eventos Pro Magno - São Paulo - SP	03 a 06 de julho
FIPAN	Expo Center Norte - São Paulo - SP	22 a 25 de julho
Conexidades 2025	Holambra - SP	04 a 08 de agosto
Agrotalk Business	São Paulo - SP	08 de agosto
Festa do Peão de Barretos	Parque do Peão - Barretos - SP	21 a 31 de agosto
9º Salão Nacional do Turismo e 2º Feirão do Turismo	São Paulo - SP	21 a 23 de agosto
67º Congresso Estadual de Municípios	Mercado Livre Arena Pacaembu - SP	26 a 28 de agosto
Fórum Clia Brasil	Brasília - DF	03 de setembro
ABETA Summit	Caraguatatuba - SP	03 a 06 de setembro



Feira de Turismo AVIRRP	Centro de Eventos Taiwan - Ribeirão Preto - SP	05 e 06 de setembro
The Town	Autódromo de Interlagos - São Paulo - SP	06, 07, 12, 13 e 14 de setembro
Conferência Internacional da Diversidade	Centro de Eventos São Luis - São Paulo - SP	09 a 12 de setembro
Agrotech	São José dos Campos - SP	10 a 14 de setembro
Expo Cristã	Distrito Anhembi - SP	11 a 16 de setembro
Equipotel e Conotel	São Paulo Expo Center Norte - São Paulo	16 a 19 de setembro
São Paulo Boat Show	São Paulo Expo - São Paulo	18 a 23 de setembro
ABAV Expo	RioCentro - Rio de Janeiro	08 a 10 de outubro
SP Gastronomia	Parque Villa Lobos - SP	10 a 12 de outubro 17 a 19 de outubro
Expo Turismo Meon	Vale Sul Shopping, São José dos Campos - sp	16, 17 e 18 de outubro
BTM - Brazil Travel Market	Centro de Convenções - Ceará	23 e 24 de outubro
Veja Comer e Beber	ARCA - São Paulo - SP	24 a 26 de outubro
Mesa SP	Memorial da América Latina - São Paulo - SP	30 de outubro a 01 de novembro
FOPA - 7º Fórum Paulista de Desenvolvimento	Itu - SP	03 a 05 de novembro
COP 30 - SP+Verde	Parque Villa Lobos - SP	04 e 05 de novembro
Festuris Gramado	Centro de Eventos Serra Park - Gramado - RS	06 a 09 de novembro
Prêmio Top Destinos - Anúncio finalistas	Online	28 de novembro
Expo Fórum Visite São Paulo	Sheraton WTC - São Paulo - SP	01 de dezembro
Congresso Raízes da Inovação	Expo D. Pedro Campinas - SP	02 e 03 de dezembro
CCXP	São Paulo Expo - São Paulo - SP	3 a 7 de dezembro
Arena Freestyle	Campos do Jordão - SP	08 a 13 de dezembro



Abav Meeting	Melia Paulista - São Paulo - SP	10 e 11 de dezembro

FEIRAS E EVENTOS INTERNACIONAIS 2025		
Evento	Local	Data
FITUR Madri	Madri - Espanha	22 a 26 de janeiro
BTL Lisboa	Lisboa - Portugal	12 a 16 de março
MIPIM Cannes	Cannes - França	11 a 14 de março
Seatrade Cruise Global	Miami- Estados Unidos	07 a 10 de abril
João Forever World Celebration	Nova Iorque - Estados Unidos	09 de maio
FIT América Latina	Buenos Aires - Argentina	27 a 30 de setembro
IFTM Top Resa	Paris - França	23 a 25 de setembro
Future Hospitality Summit (FHS) World 2025	Dubai - Emirados Árabes Unidos	27 a 29 de outubro
WTM London	Londres - Inglaterra	05 a 07 de novembro

ROADSHOWS NACIONAIS E INTERNACIONAIS		
Nome	Local	Data
Roadshow B2live	Mendonça, Córdoba, Rosário, Buenos Aires e Assunção	12 a 21 de maio
Roadshow Turismo LGBT	Santos e Campinas	03 e 06 de junho
Roadshow Azul	Foz do Iguaçu e Uberlândia	08 de junho e 09 de setembro
Roadshow Mercado e Eventos	Rio de Janeiro, Brasília, Ribeirão Preto, São Paulo, Campinas, Belo Horizonte	21 de junho a 02 de julho
Meu Destino é São Paulo – Nacional	João Pessoa, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Goiânia	06 de agosto a 17 de setembro



Meu Destino é São Paulo – Internacional	Paris, Nova Iorque e Miami	22 de setembro a 14 de outubro
Road 60+	Santo André, Botucatu, Andradina, Franca, São Carlos e Mogi das Cruzes	longo de todo ano
Roadshow B2live - Temporada de Verão	Paraguai/ Uruguai/Chile e Argentina	11 a 13 de novembro
Empreenda Tur	Caconde, Ilha Comprida, Adamantina, Pariqueira-Açu, Bofete, São José dos Campos, São Paulo	longo de todo ano
Empreenda Brasil	Sorocaba / Santo André / Santos e Barueri	longo de todo ano

Missões internacionais SETUR e Invest SP

Missões Internacionais - INVEST SP	Argentina - FIT América Latina	25 de setembro a 01 de outubro

Calendário de Eventos Turísticos: A Setur elabora anualmente o Calendário de Eventos Turísticos que tem por objetivo divulgar eventos geradores de fluxos turísticos do Estado de São Paulo. Em 2025 foram cadastrados 1.560 eventos, de 242 municípios, gerando um fluxo estimado de 57.913.678 pessoas. O cadastro e o calendário estão disponíveis em www.plataforma.turismo.sp.gov.br/eventos. Além disso, foram cadastrados mais de 900 eventos com maior fluxo no estado de São Paulo na plataforma VIVASP: <https://agendavivasp.com.br/>.

Campanhas e Ações de Marketing - Campanhas Institucionais e Publicitárias: Campanha Rotas do Vinho de SP - As ações incluíram TV aberta, conteúdos digitais, materiais editoriais e inserções em emissoras estratégicas. Lançamento Novas Rotas: Rotas do Café de São Paulo – 57 empreendimentos mapeados; Rotas do Queijo de São Paulo – 102 queijarias em 57 municípios; Rotas da Cachaça de São Paulo – mais de 60 empreendimentos, 9 rotas; Expansão das Rotas do Vinho – com ampliação de experiências, novos mapas e campanhas específicas.

Ações Digitais e Conteúdo: Campanhas temáticas orgânicas (Carnaval, Férias, Inverno, Gastronomia, Natureza, Turismo 60+, Turismo Religioso etc.); produção contínua de vídeos institucionais e promocionais; conteúdos para lançamentos e eventos; desenvolvimento de materiais editoriais (guias, roteiros, mapas, minisséries e conteúdos especiais).

Guias de Rotas Turísticas e Guias Temáticos: Ao todo são 60 (sessenta) guias já disponíveis para acesso ao público, sendo 16 deles nos idiomas português, espanhol e inglês. Desse total, 19 foram lançados em 2025 e 3 foram atualizados, com novas edições produzidas esse ano, sendo eles: Guia de boas-vindas SETUR 2025 - Programas e Ações; Estudo de Trilhas SP - Formação de Rede de Trilhas Paulista; Passaporte Ferroviário - Trens Turísticos; Roteiro de Observação de Vida Silvestre; Guia de Religiões de Matrizes africanas e indígenas; Roteiro Rios do Vale e Nascentes do Tietê; Rotas do Queijo; Mapa das Rotas do Queijo; Rotas do Café; Mapa das Rotas do Café; Revista da Cachaça; Mapa das Rotas Cachaça; Estudo de Bem-estar; Guia Turístico de Bem-estar; Roteiro de Charme, Cicloturismo na Mantiqueira, Turismo sustentável no Litoral Norte;



Guia Judaico; Roteiros São Paulo (Visite SP); Rios do Vale e Nascentes do Tietê; Mapa dos Trechos Turísticos do Estado de SP; Guia Católico (atualizado); Guia evangélico (atualizado); Afroturismo 2ª edição (atualizado). *FamTours e Presstrips*: WTM Latin America—com WTM, Setur e RT Serra do Itaqueri - 10 participantes; Espanha - com Embratur e Cia Aérea Royal Air Marooc - 12 participantes; Estados Unidos -operadora Goawaye Compass DMC - 9 participantes; Peru -Comitê visite Brasil e Skye Airlines - 12 participantes; Afroturismo—4 participantes – diversos países; e China—com Embratur para produtores de conteúdo - 4 participantes. **DEPARTAMENTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS – DADETUR**: O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos — DADETUR aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 municípios classificados como Estâncias Turísticas e 140 como Municípios de Interesse Turístico (MIT) assim ranqueados. *Execução do orçamento no Ano de 2025*: No exercício de 2025, os recursos do DADETUR iniciaram o exercício integralmente contingenciados, sendo no decorrer do ano, suprimidos do orçamento da Pasta e suplementado em outras Secretarias de Governo, por discricionariedade da Secretaria da Fazenda e Planejamento, impossibilitando assim a formalização de novos convênios no exercício de 2025. Orçamento Total 2025 = R\$615.471.077,00, sendo: - R\$123,1 milhões para serviços: reduzidos integralmente e suplementados para outras Secretarias por meio de Decretos publicados no DOE. - R\$492,3 milhões para investimentos (obras): reduzidos integralmente e suplementados para outras Secretarias por meio de diversos Decretos publicados no DOE. *Andamento dos Convênios em 2025*: O departamento passou a monitorar, a partir de 2019, o cenário de execução de seus convênios em andamento. Em relação aos repasses realizados neste ano de 2025, para o pagamento de obras que foram concluídas ou que estão em andamento, a Secretaria de Turismo e Viagens, por meio do DADETUR, possibilitou o repasse de R\$178,1 milhões até 30 de novembro de 2025, a Estâncias e MITs, para o pagamento de obras conveniadas entre os anos de 2016 a 2023. Atendendo assim, até 30/11/2025, 141 municípios (61 Estâncias e 80 MITs). *Parcelamentos – devolução de recursos ao Erário em 2025*: O DADETUR também realiza o acompanhamento de convênios não aprovados técnica e contabilmente e que estão em processo de devolução de recursos ao Erário. Atualmente a Secretaria possui 11 convênios em tratativas para devolução de recursos por meio de parcelamento de débitos, dos quais todos os municípios seguem adimplentes com suas dívidas. Vale ressaltar também que, no exercício de 2025, 16 parcelamentos foram concluídos e encerrados, juntos eles recolheram ao Erário nos últimos anos o montante de R\$ 1.351.321,49. Outrossim, foram recolhidos ao Erário no decorrer do ano de 2025, oriundos do pagamento de parcelamento de dívidas de municípios, a importância de R\$ 2.734.442,04. Em tempo, vale salientar também que o Decreto nº 66.173 de 26 de outubro de 2021, autoriza o Secretário da Pasta a assinar parcelamentos em até 48 vezes. De acordo com o Decreto 66.173/2021 a celebração do termo de parcelamento fica condicionada ao prévio registro, em conta do passivo nos demonstrativos contábeis do Município, do valor total do objeto de parcelamento, declaração, firmada pelo respectivo Prefeito, sob as penas da lei, acompanhada de demonstrativos ou informações contábeis detalhadas, de que o ajuste não implica aumento da dívida consolidada líquida do Município, assim entendida a dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, cabe a Secretaria da Fazenda e Planejamento se pronunciar, em cada caso concreto quanto a viabilidade de prosseguimento no parcelamento da dívida. *Obras concluídas em 2025*: No exercício de 2025 o departamento realizou a conclusão de 183 obras, até o fechamento deste relatório. **COMUNICAÇÃO**: A área de relacionamento com a imprensa da Secretaria de Turismo e Viagens de SP tem com o objetivo promover as ações da pasta, do governo do Estado e os atrativos turísticos paulistas ao público geral por meio de reportagens veiculadas na imprensa. O somatório de menções à pasta e



seus programas em reportagens em veículos equivale a 14.053 resultados, aumento de 80% sobre o ano anterior. Neste período, foram produzidos mais de 360 textos a fim de abastecer os canais da pasta e a imprensa, além de briefings para apoiar os porta-vozes da pasta em eventos externos e internos. As atividades da área de relacionamento com a imprensa seguem o Planejamento Estratégico de Comunicação da Setur-SP, que define os objetivos para a gestão 2024/2025. Os objetivos da comunicação da pasta foram demandados pela Secretaria de Comunicação (Secom) do Governo de SP e amplamente debatidos com a equipe de gabinete do Turismo de SP, tendo a participação da secretária-executiva, Luciane Leite; do chefe de gabinete, Eder Rafael, da coordenadora de Turismo, Ana Clemente, e o aval do secretário de Turismo e Viagens de SP, Roberto de Lucena. O planejamento estratégico definiu que o seu público-alvo fossem jornalistas dos mais diversos veículos e meios, preferencialmente da editoria de Turismo, Economia, Mercado e Gastronomia. Para mensurar o trabalho e os resultados obtidos, são produzidos clippings diários e relatórios mensais com dados de publicações na imprensa. Objetivos macros definidos assemelham aos do ano anterior, uma vez que seguem uma política contínua e assertiva de comunicação: posicionar a pasta como referência nacional e internacional, contribuindo para o seu desenvolvimento, atração de investidores e negócios, com impactos econômicos e sociais; ser um dos destinos turísticos mais desejados nacional e internacionalmente, diversificado, tecnológico, inovador e competitivo, contribuindo decisivamente com a formação de uma nova imagem para o Brasil; posicionar o Estado como protagonista na retomada do Turismo pós-pandemia.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INTRODUÇÃO: ESTRUTURA DE GESTÃO DA POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), define diretrizes, estabelece metas, planeja e executa programas voltados ao atendimento habitacional da população de baixa renda e à promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável. No âmbito dos programas e subprogramas de desenvolvimento urbano, são implementadas iniciativas de planejamento integrado junto às Regiões Metropolitanas e Administrativas e aos Consórcios Municipais, de urbanização de assentamentos precários, de melhorias habitacionais e de regularização fundiária, além de ações voltadas à requalificação urbana e à promoção da sustentabilidade. Essas ações têm por objetivo contribuir para a construção de cidades mais justas, inclusivas e resilientes. Já no campo dos programas e subprogramas de habitação de interesse social, são desenvolvidas ações de provisão habitacional, bem como de fomento à produção e à aquisição de moradias destinadas à habitação de interesse social e ao mercado popular. Essas ações têm por objetivo contribuir para a mitigação do déficit e da inadequação habitacional nos municípios paulistas, com foco nas famílias com renda entre um e dez salários-mínimos, especialmente naquelas com rendimentos de um a três salários-mínimos. Em julho de 2025, a SDUH publicou o Decreto Estadual nº 69.760, que consolidou o processo de reestruturação da pasta, iniciado com a edição dos Decretos nº 67.435, de 1º de janeiro de 2023, e nº 67.561, de 15 de março de 2023, que alteravam os campos funcionais das antigas Secretarias da Habitação e do Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades a elas vinculados. O Decreto publicado neste ano aprovou a nova estrutura organizacional da SDUH, revisou o respectivo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, identificou e detalhou as atribuições das unidades administrativas, revogou decretos anteriores e promoveu a modernização da estrutura administrativa da Pasta. As ações institucionais e gerenciais decorrentes do cumprimento do novo escopo da pasta estão descritas nos itens que seguem, referentes ao exercício de 2025. Programas e Ações do Plano Plurianual – PPA – Realizações 2025: A SDUH e a CDHU têm empenhado todos os esforços para cumprir as metas estabelecidas no PPA 2024-2027, contemplando os campos do desenvolvimento urbano e da Habitação Social, conforme os programas estabelecidos:

METAS FÍSICAS PPA 2024-2027				
Programa	Ação	Produto	Produto	Realizado 2025
2508 PROVISÃO HABITACIONAL	2006 - PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO	1942	UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS	6.346
	2742 - CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO			807
	2432 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA			0
	2651- PROVISÃO DE LOTES URBANOS	2652	LOTES URBANOS PRODUZIDOS	1.242
SUBTOTAL PROVISÃO HABITACIONAL				8.395
2510 URBANIZAÇÃO E MELHORIAS	2005- URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	1968	DOMÍCILOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	1.600
SUBTOTAL URBANIZAÇÃO				1.600
2510 URBANIZAÇÃO E MELHORIAS	2005- URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS		DOMÍCILOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS HABITACIONAIS - PROGRAMA VIVER MELHOR	948
			DOMÍCILOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS URBANAS - PROGRAMA BAIRRO PAULISTA	16.078
SUBTOTAL MELHORIAS				17.026
2507 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	5703- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE ÁREAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DA CDHU	1989	DOMÍCILOS BENEFICIADOS PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS E C.H. DA CDHU	14.223
	5702- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS COM APOIO TÉCNICO DO PROGRAMA CIDADE LEGAL	2130	DOMÍCILOS BENEFICIADOS PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE NÚCLEOS PARA CIDADE LEGAL	6.427
SUBTOTAL REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA				20.650



2505 FOMENTO HABITACIONAL	2277 AÇÕES DO FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	2043	UNIDADES HABITACIONAIS VIABILIZADAS POR MEIO DE SUBSÍDIOS, APORTES DO FPHIS E PPP	0
	6416 PARCERIA PÚBLICO PRIVADA-PPP			0
	2743 NOVAS CENTRALIDADES			0
	2486 AÇÕES DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FPHIS)			30.292
	6411 AUXÍLIO MORADIA PROVISÓRIO E EMERGENCIAL	2676	NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS COM BENEFÍCIO HABITACIONAL PROVISÓRIO	9.697
	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA	2650	SUORTE ADMINISTRATIVO E TECNOLÓGICO ÀS UNIDADES	0
SUBTOTAL FOMENTO HABITACIONAL				39.989
2513 DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO	1885 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	2400	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO ESTRUTURADOS	7
	2685- PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS			70
	2482- PROJETOS DO FUNDO DE DESENV. METROPOLITANO DO VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE			1
	2555- PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA RM DE SÃO PAULO			0
	2512 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA RM DE SOREOCABA			0
	1107- PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA			12
	6083- APOIO TÉCNICO À GOVERNANÇA METROPOLITANA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA	2401	GOVERNANÇA METROPOLITANA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA	90
SUBTOTAL DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO*				179
5212 CARTOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL EM REDE	5509 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DO SISTEMA CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	2373	PRODUÇÃO, PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BASES CARTOGRÁFICAS	324.994
	6242- GESTÃO TERRITORIAL	2376	APOIO TÉCNICO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO	1.649
SUBTOTAL CARTOGRAFIA E GESTÃO TERRITORIAL EM REDE				326.643
TOTAL				414.482

* Este número refere-se apenas ao total dos eventos técnicos realizados pelas Agências Metropolitanas com UOs, se incluirmos os eventos realizados pela SDU (82), o total somará 261 eventos técnicos.

Obs: não é possível somar projetos com eventos, portanto são 90 projetos e 179 eventos técnicos.

Fomento Habitacional: ver itens – 2.1 / 2.1.1 / 2.1.2; Provisão Habitacional: ver itens 5.2 / 5.3 / 5.5 / 5.6 / 5.7 / 5.11 / 5.12; Urbanização e Melhorias: ver itens 2.3.2 / 3.8.1 / 5.1; Regularização Fundiária Urbana: ver itens 4.3 (CDHU); Desenvolvimento Urbano Integrado: ver itens 2.3 e 2.5e; Cartografia e Gestão Territorial em Rede: ver item 2.4. Síntese de investimentos e quadros resumo da atuação da SDUH e da CDHU em 2025 - Execução Orçamentária e Financeira 2025 (SDUH + CDHU) e Agências atualizado de 2025.

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (SDUH + CDHU)		(Em milhões)	
	Dotação Atual	Realizado = Liquidado	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	362,39	342,14	94,41%
Investimentos + Inversões	2.855,43	2.839,21	99,43%
Total Geral	3.217,82	3.181,35	98,87%

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (Agências)		(Em milhões)	
	Dotação Atual	Realizado = Liquidado	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	50,96	7,62	14,94%
Investimentos + Inversões	0,44	0,10	21,92%
Total Geral	51,40	7,71	15,00%

Custeio (33; 31).

Investimentos e Inversões (44; 45)

Inclui todas as fontes de recursos

Realizado = Liquidado

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (SDUH + CDHU)

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO: PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS:
Subsecretaria de Habitação Social - A Subsecretaria de Habitação Social atua como agente operador do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e tem como função principal o fomento



à produção de habitação social. A Subsecretaria de Habitação Social desenvolve diversos programas, em parceria com o Governo Federal, Municípios, CDHU e com a iniciativa privada, com o intuito de promover atendimento habitacional para a população mais vulnerável. Atualmente, os programas vigentes são: Parceria Governo Federal: destinada a complementar os recursos para produção de moradias, por meio de subsídios estaduais complementares. Os programas de apoio à produção habitacional operam em articulação com o antigo Programa Minha Casa Minha Vida, em suas modalidades FAR, FDS e RURAL, cujo público-alvo são famílias com renda mensal de até R\$ 2.800,00 (urbano) e de até R\$ 40.000,00 anual (rural). O Estado concede aportes financeiros complementares ao valor concedido pela União, no limite de até R\$ 36.000,00 por unidade habitacional (no caso do FAR e FDS) e de até R\$ 18.000,00 para produção ou reforma de unidades habitacionais, no caso do RURAL¹. O valor é repassado diretamente às instituições financeiras que se responsabilizam pela seleção dos beneficiários e aprovação dos projetos de acordo com as regras estabelecidas no âmbito do programa MCMV. Programa Lotes Urbanizados: a Subsecretaria de Habitação Social Paulista destina aos municípios o valor de até R\$ 12 mil por lote para obras de infraestrutura, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais, com garantia de destinação dos lotes para demanda de interesse social. Programa de Desenvolvimento Urbano (PDU): o programa em parceria com municípios e CDHU. São disponibilizados recursos de até R\$ 100 mil por atendimento habitacional para fomentar obras de produção de moradias ou melhorias urbanas, tais como extensão de redes de saneamento, pavimentação asfáltica, dentre outros, desde que realizadas em núcleos urbanos regularizados ou em processo de regularização. Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Imobiliário: o programa tem por objetivo subsidiar a aquisição da casa própria por meio da concessão de subsídios às famílias cujas operações obedeçam às condições e normas do crédito imobiliário para as operações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa Minha Casa Minha Vida. Os subsídios às pessoas físicas variam, atualmente, de R\$ 10.000,00 a R\$ 16.000,00, para as famílias com renda bruta mensal de até 3 salários mínimos que adquirirem unidades habitacionais nos empreendimentos privados participantes do Programa. Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Associativo: criado em 2019, com início das operações apenas em 2022, por meio do Credenciamento SDUH nº 01/2022, que autorizou a contratação de agentes promotores para a viabilização de até 16 mil UHs na região metropolitana de São Paulo. Posteriormente foram publicados chamamentos que abrangem as regiões da Baixada Santista, Litoral Norte, Capital e Interior, ampliando a oferta por esta categoria de atendimento. O Programa tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia por famílias com renda bruta mensal de até 5 s.m. mediante a concessão de subsídios em operações de crédito habitacional com pessoas físicas, contratados sob a forma associativa. A CDHU atua como agente técnica e financeira do Programa. Programa Nossa Casa - Preço Social: esta modalidade desenvolve empreendimentos, pela iniciativa privada, em terrenos públicos municipais ou do Estado. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação é responsável por conceder apoio técnico aos Municípios, bem como concede subsídios às famílias adquirentes, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional. Síntese dos resultados da Subsecretaria de Habitação Social: O ano de 2025 apresentou como resultado dos investimentos realizados pelo Estado, em parceria com o Governo Federal, a viabilização de 5.968 unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), nas modalidades FAR, FDS e Rural. O Programa Casa Paulista - Carta de Crédito Imobiliário foi o principal foco de atuação da Subsecretaria de Habitação Social. Nessa linha, foram autorizadas 23.711 unidades habitacionais ao longo de 2025, totalizando R\$ 292.000.000,00 em unidades autorizadas. Em 2025 foram concluídas 20.998 operações de financiamento habitacional, tornando possível reduzir o valor do



financiamento realizado pelo Agente Financeiro parceiro e aumentar a possibilidade de aquisição da moradia pelas famílias. Destes números foram entregues aos beneficiários, em 2025, 18.547 moradias, o que corresponde a R\$ 233.709.000,00 em subsídios. Ainda no âmbito do Programa Casa Paulista - Carta de Crédito Imobiliário, foi firmado com a Prefeitura do Município de São Paulo convênio, no valor de R\$ 48.000.000,00, cujo repasse foi realizado pela Prefeitura no ano de 2025, com o intuito de viabilizar a concessão de subsídio habitacional a 6.000 famílias que adquirirem unidades nos empreendimentos participantes do Programa Estadual. Até o momento, foram concedidas 3.001 Cartas de Crédito às famílias do município de São Paulo no âmbito deste convênio. No programa Carta de A Preço Social, atraiu o interesse de 130 municípios até o momento. Em 2025, os municípios de Jundiaí e Marília finalizaram o processo de licitação e encontram-se na etapa de elaboração e aprovação dos projetos e do financiamento. Também foram realizados dois sorteios de unidades habitacionais: em Ribeirão Preto (182 unidades sorteadas) e em Araraquara (201 unidades sorteadas). Firmaram-se 3 novos convênios com os municípios de Jumarim, Olímpia e Porto Feliz. Atualmente encontram-se em tratativas para celebrar convênios os municípios de Indaiatuba, Itu, Marília e Paulínia. No âmbito do Programa Carta de Crédito Associativo, foram firmados e registradas, até a primeira quinzena de dezembro de 2025, 13.525 operações de financiamento habitacional com subsídio do Estado, utilizando-se de recursos do FPHIS, nos municípios de: Diadema, Embu das Artes, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra. No âmbito da ação Eiji Kikuti, junto ao município de São Bernardo do Campo foram registradas 677 operações de financiamento habitacional, totalizando 14.202 operações já realizadas. No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano PDU, foram registrados os seguintes avanços em convênios firmados em exercícios anteriores: PDU CDHU Alvarenguinha: repasse de R\$ 28.770.000,00, para execução de obras de urbanização do núcleo Alvarenguinha no Município de São Bernardo do Campo. Atualmente a obra conta com 67,38% de obra executada; PDU CDHU Serro Azul: repasse de R\$ 10.860.795,40, para execução de intervenção urbana no núcleo Serro Azul, que irá beneficiar cerca de 406 domicílios a serem consolidados, e viabilizar empreendimento habitacional com 76 unidades habitacionais além das ações de infraestrutura, trabalho social e regularização fundiária, atualmente a obra conta com 76,35 % de obra executada; PDU CDHU Viver Melhor: repasse de R\$ 67.817.932,17, para execução de melhorias habitacionais em núcleos urbanos com moradias precárias no Estado de São Paulo; PDU CDHU Eiji Kikuti: repasse de R\$ 88.094.490,00 para a realização de empreendimentos contratados pelas famílias que possuem carta de crédito associativa contando com 697 operações de financiamento habitacional com subsídio estadual; PDU Município de São Bernardo do Campo – Silvina Audi: repasse de R\$ 5.000.000,00, para aporte complementar na produção de 196 unidades habitacionais. Atualmente a obra encontra-se com 61,92 % de obra executada; PDU – Sub – 50: repasse de R\$ 47.600.000,00, para aporte complementar na produção de 528 unidades habitacionais. Encontram-se concluídas 406 unidades, distribuídas em 11 municípios, e em obras 82 unidades localizadas nos municípios de Itaberá, Santa Branca e Teodoro Sampaio, cuja execução encontra-se em 87,90%; PDU Município de Santo André, Caminho dos Vianas: repasse de R\$ 4.199.205,87, para aporte complementar na produção de 240 unidades habitacionais. Atualmente a obra conta com 20,83% de obra executada. Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo: O GRAPROHAB tem como objetivo centralizar e agilizar a análise de projetos habitacionais. Realizou 48 reuniões e executou 6.211 procedimentos, incluindo a análise de 1.590 protocolos e a emissão de 4.621 informações a órgãos públicos e interessados. Os dados estatísticos e georreferenciados dos projetos são disponibilizados em



dashboards públicos, consolidados até 31/12/2025. Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano: O programa Desenvolvimento Urbano Integrado, criado pela Lei nº 17.898/2024 (PPA 2024–2027) e sob responsabilidade da SDU, visa fomentar e apoiar projetos de desenvolvimento urbano nas regiões metropolitanas e demais arranjos municipais. Em 2025, com a nova estrutura da SDUH, a SDU passou a atuar na formulação e implementação de políticas e planos urbanos, no apoio técnico aos municípios e à governança interfederativa, na coordenação de projetos integrados e em ações de requalificação urbana, regularização fundiária e melhorias habitacionais. Governança Metropolitana e Articulação Interfederativa: Foram realizadas 91 reuniões presenciais para apoio metodológico, capacitação e gestão dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais, envolvendo 255 municípios (81% da população estadual), com a presença de 2.989 participantes. As ações incluíram conselhos, câmaras temáticas, programas de capacitação, apoio técnico a planos urbanos, oficinas regionais e o Circuito Urbano da ONU-Habitat, com interlocução junto a 10 CDRs e 4 Agências Metropolitanas. Também foram apoiadas 89 Conferências Municipais das Cidades e realizada a 7ª Conferência Estadual, com 1.240 delegados e representação de 126 municípios. Programas, Ações e Projetos de Desenvolvimento Urbano: A Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano participou da concepção do programa Bairro Paulista, lançado em 26/11/24, voltado à requalificação de áreas urbanas degradadas, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção de cidades inclusivas, saudáveis, acessíveis, inteligentes e resilientes às mudanças climáticas (Decreto nº 69.089/24). Bairro Paulista I – Regularização Fundiária – Cidade Legal: O Programa Cidade Legal atende 564 municípios, com 10.278 núcleos e 1.593.608 lotes cadastrados. Até 12/12/25, regularizou 15.496 lotes e mantém 14.360 em análise cartorial, além de ter viabilizado material técnico para a entrega de 16.358 lotes e outros 2.378 prontos para entrega. Também promoveu capacitações e encontros técnicos com municípios e instituições, fortalecendo e otimizando os processos de regularização fundiária. Bairro Paulista II – Cidades Sustentáveis: Foram assinados 59 convênios de repasse de recursos aos municípios para implementação dos projetos relacionados ao Programa Bairro Paulista, na modalidade Melhorias Urbanas – Cidades Sustentáveis, com 373 pleitos sob análise, com perspectiva de assinatura em 2026. O Caderno de Tipologias Urbanas Modulares sofreu revisão/atualização de 40 fichas técnicas, em parceria com a CDHU e IPT, que são base de orientação no desenvolvimento dos projetos municipais com foco na adaptação às mudanças climáticas. Bairro Paulista V – Requalificação Urbana: Projetos Estratégicos no âmbito dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - Caminhos do Vale do Rio Jundiá (PM Jundiá): o projeto Caminhos do Vale do Rio Jundiá promove a integração de áreas verdes, a qualificação urbana, o apoio a comunidades vulneráveis e o fortalecimento do turismo, da bioeconomia, do esporte, da cultura e do lazer na bacia do Rio Jundiá. Com estudos, diagnósticos e oficinas concluídos, o projeto encontra-se na fase final de elaboração do Atlas, com entrega prevista para dezembro de 2025. Geoparque Corumbataí: elaboração do Plano Regional Integrado de Turismo da Serra do Itaqueri e Geoparque Corumbataí. Foram realizadas oficinas e validações territoriais. Em preparação a elaboração e entrega do Plano de Geoturismo, Plano de Gestão (Fundunesp) e Inventário de Geossítios, compondo o conjunto técnico exigido pela UNESCO. Conclusão prevista para março de 2026. Estudos Urbanísticos (RM São Paulo): destacam-se estudos urbanísticos para a Avenida Parque Roberto Marinho e para o entorno das estações da Linha 17 do Metrô. Escritório de Projetos (RM Jundiá): coordena iniciativas voltadas à habitação, regularização fundiária e planejamento regional, com projetos em andamento nas áreas de requalificação urbana, mobilidade, redefinição de divisas e revisão do PDUI e dos Planos Diretores Municipais. Programa de Turismo Rural para Desenvolvimento Urbano Integrado nas Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e na Aglomeração Urbana de Franca: por meio de convênio entre a SDUH e a SETUR, foi



iniciado, em parceria com os colegiados metropolitanos e de aglomeração urbana, o Plano de Turismo Rural para o Desenvolvimento Urbano Integrado. O plano adota metodologia participativa para integrar os municípios, fortalecer o turismo rural e apoiar o desenvolvimento socioeconômico regional, com oficinas realizadas para mapeamento de atrativos, identificação de sinergias e conflitos territoriais. Bairro Paulista VI – Planejamento Urbano e Metropolitano - Plataforma Geo Plano Diretor Municipal (PDM): a SDU implementou a Plataforma Geo PDM, viabilizando a adesão de 10 municípios para apoio à elaboração de planos diretores, com seis convênios já celebrados e quatro em fase de assinatura. O projeto, focado em municípios com menos de 20 mil habitantes das RMs de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, oferece apoio técnico e metodológico para a elaboração de diagnósticos, estratégias e instrumentos do Plano Diretor Municipal. Desenvolvimento Metodológico e Aplicação – Revisão de PGVs: o projeto teve como objetivo desenvolver metodologia própria e oferecer apoio técnico aos municípios paulistas para a atualização ou implantação da Planta Genérica de Valores (PGV) - essencial ao cálculo do IPTU. A iniciativa foi testada por meio de projetos piloto em Iracemápolis e Boituva, escolhidos por suas diferentes características urbanísticas e dinâmicas imobiliárias. Centro de Documentação das Metrôpoles: a Biblioteca Virtual foi reestruturada e lançada em dezembro de 2025, reunindo 10.900 itens dos acervos da SDUH, Emplasa, Gegran, Filmoteca e Coleção de Folhetos, com acesso público e recursos como destaques de novos itens, eventos da área e recomendações de leitura. Coordenadoria de Licenciamento e Empreendimentos: A Coordenadoria, responsável por vistorias e avaliações para aprovação de áreas comerciais e industriais no Estado de São Paulo e com assento no GRAPROHAB, realizou em 2025 a análise de 1.533 processos (562 novos e 971 com exigências em andamento) e emitiu 889 informações técnicas, totalizando 2.422 procedimentos. Com seis técnicos e 252 dias úteis considerados até 31/12/2025, a produtividade média foi de 1,60 procedimentos por técnico por dia útil. Parcerias com Universidades e FAPESP: Foram aprovadas as seguintes iniciativas: (a) USP – Acomodação Sustentável do Crescimento Urbano das Cidades Paulistas / Economia Regional e Urbana; e (b) UNESP Sorocaba – Centro de Ciência para o Desenvolvimento de Habitação de Interesse Social do Estado de São Paulo: Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional. Ações de Articulação Institucional: Projeto voltado à implantação de uma plataforma digital de dados e conhecimento para apoiar o Comitê de Integração de Desenvolvimento Urbano (CIDurb), responsável pela integração de programas, projetos e ações de desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 68.389/2024, no âmbito do contrato FIPE/SDUH. IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico - Ações na área de Cartografia: foi concluído o ciclo de mapeamento iniciado em 2022, cobrindo todo o Estado de São Paulo (250.000 km²), com produção de ortofotos, dados a laser, rede hidrográfica e modelos de elevação. O IGC prepara novos projetos de mapeamento para as RMs de Campinas, Jundiaí, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte, com foco urbano, além de iniciativa junto ao FEHIDRO voltada às áreas de mananciais. A maioria dos dados já está disponível na Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado, em processo contínuo de consolidação e difusão. Monitoramento de Alertas por Satélites: o projeto manteve serviços contínuos de monitoramento e emissão de alertas sobre abertura de vias, desmatamento, novas edificações ou demolições e escorregamentos de solo. A área monitorada foi ampliada de 52 para 79 municípios, incorporando as RMs de Campinas e Jundiaí, passando de 12.544,24 km² para 17.593,31 km². O sistema disponibilizou imagens diárias de satélite para todo o Estado, ortomosaicos trimestrais com resolução entre 3m e 4,2m aos entes aderentes, além de imagens de alta resolução (0,5m) para áreas estratégicas do IGC. Até outubro, o SMAS registrou 19.572 alertas, abrangendo 6.804,94 hectares, contou com a adesão de 80 instituições (60 municípios, 19 órgãos estaduais e 1 consórcio), somou mais de 8.700 acessos e cerca de 900 usuários



cadastrados. Também foram realizados dois treinamentos técnicos e um evento em 17/11/2025, com 11 palestras apresentando ações desenvolvidas a partir dos alertas. Diagnóstico Municipal de Geoprocessamento do Estado de São Paulo: o IGC deu continuidade ao levantamento e à atualização de informações junto aos municípios para a elaboração do Diagnóstico Municipal de Geoprocessamento e Geotecnologias do Estado de São Paulo, com o objetivo de identificar o uso de dados, serviços e geotecnologias nos 645 municípios paulistas. O diagnóstico tem apoiado a articulação de projetos em andamento, a melhoria da entrega de produtos e sistemas do Instituto e o entendimento da realidade municipal para o fortalecimento da produção de dados geoespaciais. No período, 45 municípios responderam ao questionário composto por 85 questões, totalizando 235 respostas. Sistema SIMM – Sistema de Informações Metropolitanas e Municipais: entregue SIMM, sistema de mapeamento geocolaborativo integrado à IDE-SP, voltado ao apoio, ao planejamento e à gestão de informações geoespaciais, com adesão de órgãos estaduais e municípios para criação de ambientes geoespaciais estratégicos. Até o momento, foram desenvolvidos três módulos: SIMM/HAB, gerido pela CDHU para mapeamento de assentamentos e loteamentos irregulares; SIMM/MUN, gerido pelo IGC para disponibilização de catálogos e produtos como ortofotos 2023/2024; e SIMM/PD, gerido pela SDU, destinado ao apoio à elaboração de Planos Diretores de municípios com menos de 20 mil habitantes em Regiões Metropolitanas, beneficiando 12 municípios. Foram realizados quase 17 treinamentos para municípios e órgãos estaduais. A equipe também participou de oficinas regionais, reuniões de Conselhos de Desenvolvimento Metropolitano, consórcios e grupos setoriais, além de apoiar a produção de informações do PDUH 2040 e atuar como palestrante em eventos de planejamento e desenvolvimento urbano e regional. Manutenção do Quadro Político-Administrativo: o IGC, órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo, atendeu 1.309 processos, incluindo Certidões de Jurisdição Territorial e Informações Técnicas baseadas em análises cartográficas, referentes a imóveis, rodovias, equipamentos urbanos, demarcações, criação de distritos e traçados de divisas. Do total, foram emitidos 1.133 expedientes para pessoas físicas, 114 para pessoas jurídicas, 14 para órgãos públicos, 9 para o Tribunal de Justiça e 104 referentes ao Estatuto do Idoso. Serviços de Caracterização de Drenagem e Mapeamento de Nascentes: o IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que consistem na atualização pontual da rede hidrográfica na cartografia oficial do Estado de São Paulo. Esse trabalho é realizado por meio de vistorias de campo, com coleta precisa da localização de nascentes e do traçado dos cursos d'água, subsidiando processos de licenciamento ambiental. Além disso, o IGC emite Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica que, a partir da análise de materiais cartográficos históricos, identificam alterações na paisagem ao longo do tempo. Em 2025, foram elaboradas 155 informações técnicas desse tipo, sendo 76 destinadas a pessoas físicas, 49 a pessoas jurídicas, 8 ao Tribunal de Justiça, 15 a órgãos públicos e 8 vinculadas ao Estatuto do Idoso. Ações na área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: deu continuidade à guarda e digitalização do acervo cartográfico estadual, gerando 14.852 arquivos digitais (3 TB), dos quais 12.852 (2,79 TB) já estão tratados e disponíveis à PGE. Também realizou ações de divulgação técnica e científica, alcançando mais de 72 mil pessoas, e publicou 2.701 documentos em nuvem segura para apoio às atividades técnicas. Atendimentos Técnicos: foram realizados atendimentos técnicos para localização de propriedades em mapas, cartas, fotografias aéreas e imagens de satélite, totalizando 654 atendimentos presenciais, 11.498 por e-mail, 2.460 por telefone e 1.252 via WhatsApp. Atuação da Agências Metropolitanas - AGEM CAPM - Agência Metropolitana de Campinas: as ações concentraram-se na articulação institucional estratégica com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, no fortalecimento de agendas de sustentabilidade, inovação urbana e participação



social. No âmbito do Planejamento Estratégico Metropolitano da RMC, foram executadas iniciativas alinhadas ao PDUI 2022–2032, abrangendo saúde e resiliência, cultura, defesa civil, meio ambiente, conectividade, segurança pública integrada e habitação de interesse social. Destacam-se ainda projetos estratégicos com instituições externas, como iniciativas FAPESP voltadas à habitação e à gestão de desastres, e a capacitação da AGEMCAMP por meio de programas de integridade, treinamentos técnicos, cursos, oficinas e simulados nas áreas de geotecnologias, habitação, defesa civil e gestão de riscos. AGEM VALE - Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: o Conselho de Desenvolvimento realizou reuniões ordinárias em São José dos Campos (25/02), Ubatuba (28/03), Cunha (01/07), Jacareí (26/09), Pindamonhangaba (16/12), além de reunião do Conselho de Orientação em 25/02 e prestação de contas do FUNDOVALE (16/12). Foram elaborados o Plano de Ação de Ouvidoria e o Plano de Ação de Integridade. Entre os projetos em andamento destacam-se o Programa Muralha Paulista, que atenderá 39 municípios da RMVALE-LN, com convênio firmado entre AGEMVALE e SSP (janeiro/25) e processo em tramitação para contratação de solução integrada de videomonitoramento; o mapeamento dos Planos Diretores Municipais, em parceria com a SDUH; o projeto de mapeamento aerofotogramétrico e monitoramento por satélite para toda a RMVALE; e a reestruturação do site institucional. Em 01/07/2025, foram instituídas cinco Câmaras Temáticas Regionais (Urbanismo e Habitação; Infraestrutura e Mobilidade; Meio Ambiente e Mudança Climática; Desenvolvimento Socioeconômico; Cidades Inteligentes e Seguras), com encontros realizados em agosto, setembro e outubro/25, além da elaboração de plano de trabalho para 2026. Também foram promovidos eventos regionais, como a Feira Regional da Construção Civil e a Feira Literária e de Aventura de Ilhabela, com participação de diversos municípios da região. AGEM SOROCABA - Agência Metropolitana de Sorocaba: a Agência Metropolitana intensificou o apoio técnico e administrativo aos 27 municípios da Região Metropolitana de Sorocaba, fortalecendo a articulação entre prefeituras e Governo do Estado. Destacam-se projetos de gestão de resíduos sólidos em Salto de Pirapora, aprovado pela Câmara Municipal e em trâmite na prefeitura, e em Bauru, aprovado em 10/12/2025, autorizando PPP por até 35 anos, com vigência prevista para janeiro de 2026. Na área de planejamento urbano, foram realizadas ações para viabilizar a implantação do Plano Diretor de Araçariguama. Em segurança pública e defesa civil, coordenou-se o projeto regional de instalação de hidrantes na RMS, em articulação com o Corpo de Bombeiros. Na habitação, foi elaborado projeto de melhoria habitacional para o Quilombo Kimbundu do Cafundó, atendendo cerca de 50 famílias. No âmbito da governança regional, a Agência organizou e participou das reuniões do Conselho de Desenvolvimento da RMS, realizadas em Votorantim (24/01), Itu (27/03), Boituva (22/08) e virtualmente (11/12), ocasião em que foi eleito o prefeito de Itu, Herculano Passos, como novo presidente do Conselho. AGEM BAIXADA - Agência Metropolitana da Baixada Santista: a AGEM Baixada Santista executou ações estratégicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, capacitação, governança e dados. Destacam-se a implantação do Observatório do PRMSL/BS e a conclusão da ciclovia da Av. Tupiniquins, integrando quatro municípios; o avanço do PRGIRS/BS com foco no combate ao lixo no mar; a realização de dois cursos lato sensu com a UNISANTOS, que formaram banco de projetos, com três aprovados no FEHIDRO (≈ R\$ 2,1 milhões); o andamento do Plano Regional de Macrodrenagem com parecer favorável para captação de recursos; a publicação de 21 bases no Programa de Dados Abertos; o apoio às 11 Câmaras Temáticas e ao CONDESB; a operação da Sala de Situação Hidrometeorológica, que subsidiou quatro Planos de Mitigação de Riscos; o desenvolvimento de projetos metropolitanos com recursos do Fundo Metropolitano; a aprovação do Plano Integrado de Gerenciamento de Orlas (7 municípios); a ampliação da participação da sociedade civil no Conselho; e a recuperação de cerca de R\$ 200 mil em saldos residuais de projetos encerrados. Além disso, implementou: Programa de



Integridade, Ouvidoria e Controle Interno; Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão; Programa de Controle Interno, Transparência da Agência e lançou o Projeto de Desassoreamento, Desobstrução e Limpeza de Córregos e Canais. *ESTRUTURA DE GESTÃO E OPERAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO*: Governança da CDHU - A governança da CDHU é exercida por meio do Conselho de Administração e de um corpo diretivo composto pela Presidência, cinco diretorias (Diretoria Administrativo-Financeira, Diretoria de Projetos e Programas, Diretoria de Atendimento Habitacional, Diretoria de Engenharia e Obras e Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), Superintendências e Gerências, cada uma com funções específicas relacionadas às suas áreas de atuação. O processo de seleção e nomeação para os cargos de confiança, incluindo a alta administração, é baseado nos requisitos de competência necessários para o desempenho das atividades. Além do Conselho de Administração e das Diretorias, a Governança Corporativa da CDHU conta com a seguinte estrutura: (i) Assembleia Geral; (ii) Comitê de Elegibilidade; (iii) Conselho Fiscal; (iv) Comitê de Auditoria Estatutário; (v) Auditoria Interna; (vi) Ouvidoria; (vii) Gestão de Riscos e Controle Interno; (viii) Comitê de Ética; e (ix) Canal de Denúncias. Gestão de riscos: No segundo semestre de 2024, a Companhia aprovou sua Política de Gestão de Riscos, além da Norma e Procedimento para Gestão de Riscos Corporativos. Após essa aprovação, a área responsável pela gestão de riscos iniciou a atualização da Matriz de Riscos, tendo como ponto de partida a Diretoria Administrativo-Financeira. A atualização abrangente, que incluirá todas as diretorias, será realizada ao longo do exercício de 2025 e terá continuidade no exercício de 2026. Esse processo demonstra o compromisso da CDHU com a conformidade, gestão de riscos e controle interno, em consonância com as diretrizes definidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, que estabelece normas de governança para empresas estatais. Ações de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social: Em 2025, a CDHU apresentou o Relatório Anual de Sustentabilidade, Administração e Carta de Governança referente a 2024. O relatório adota os princípios e as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrate Reporting Council (IIRC). Além disso, a Companhia optou por aderir voluntariamente aos indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), referentes ao setor Home Builders. Além de ser publicado no site, o Relatório foi impresso e distribuído a órgãos públicos e universidades em todo o Estado. Durante o ano de 2025, os padrões habitacionais e urbanísticos foram mantidos com soluções sustentáveis de drenagem urbana e uso de equipamentos eco eficientes nas unidades habitacionais (UHs), incluindo a utilização de equipamentos redutores de consumo de água como bacias sanitárias tipo VDR (volume de descarga reduzido), torneiras com arejadores/redutores de fluxo de água, bem como individualização de medição de água nos conjuntos habitacionais multifamiliares. A eficiência energética tem destaque nas habitações da CDHU desde 2009 quando teve início a instalação de aquecedores solares nas habitações e o uso de energia fotovoltaica a partir de 2019. Objetivando a redução da pegada de carbono, a CDHU adotou a calculadora CECarbon, desenvolvida pelo Sinduscon São Paulo, para iniciar a medição da geração de carbono de seus empreendimentos. Identificando os principais fatores que geram carbono durante projeto e obra, será possível a implementação de estratégias para diminuir as emissões de gases de efeito estufa. No final do ano está sendo firmada parceria com o Sinduscon para o uso dessa calculadora e para a adoção da calculadora referente a consumo hídrico, além de outras ações de sustentabilidade. Premiações 2025: A CDHU teve dois projetos vencedores do “Selo de Mérito 2025” na categoria “Melhoria da Gestão da HIS”, entregues pela Associação Brasileira de COHABs e pelo Fórum Nacional de Habitação. Os projetos foram: CDHU Móvel e Construção Industrializada Modular Offsite. Classificação no Anuário da Revista Época Negócios de 2025 - Balanço de 2024 – a CDHU alcançou a posição de 262º lugar no ranking geral das empresas de todo o país, com destaques para: 16ª



colocação entre as Estatais e 14ª colocação no Setor da Construção, Materiais e Decoração. Desenvolvimento urbano: planos, projetos estratégicos e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e planejamento habitacional - PDUH 2040 e projetos de desenvolvimento urbano integrado: Lançado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, no Congresso de Municípios, em maio de 2023, prosseguiram em 2025 os trabalhos para elaboração das bases do Plano Estadual de Desenvolvimento e Habitação 2040, com a finalidade de atualizar as diretrizes e metas do Plano Estadual de Habitação 2011-2023, ampliando seu escopo com a visão de orientações e estratégias para o desenvolvimento urbano e regional do estado. No exercício da função de agente técnico para o desenvolvimento dos trabalhos, a CDHU concluiu em 2024 a primeira edição dos cadernos técnicos/temáticos que atualizam as informações e bases para esse planejamento, compreendido como processo incremental e compartilhado com demais órgãos setoriais, municípios e regiões. A realização dos cadernos contou com oficinas internas, agregando todas as áreas afetas da pasta e com oficinas setoriais com a SEMIL, IPA, SEDUC, SAUDE, STM e SEDS, entre outros. No processo dessa elaboração, foram construídos indicadores para desenvolvimento urbano e ações habitacionais. Em 2025 foram finalizados os cadernos regionais em sua primeira versão após a realização de oficinas envolvendo todas as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, material divulgado no site da pasta. No mesmo sentido, a CDHU participa do desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado atuando como agente técnico do sistema de desenvolvimento urbano e habitação, contribuindo com a elaboração de insumos e apoio técnico para a articulação institucional e o desenvolvimento de estudos e modelagens para todo o processo que envolve a identificação, estruturação e implementação de projetos estratégicos para o desenvolvimento e recuperação urbana, com foco nas regiões metropolitanas do Estado. A partir das prioridades e vertentes indicadas nos PDUIs e a interlocução com os Conselhos de Desenvolvimento Regional e suas Câmaras Temáticas, estão sendo desenvolvidas bases técnicas e termos de referência para projetos de desenvolvimento urbano pela CDHU, que podem envolver a atuação habitacional além dos demais usos e a integração com investimentos estratégicos, em centralidades, como o Trem Intercidades, Túnel Santos Guarujá, entre outros. Também foram desenvolvidas referências de diagnósticos para projetos em áreas centrais nas regiões metropolitanas de Sorocaba e Campinas. Ambos foram objeto de Acordo de Cooperação Técnica com o BNDES, a SDUH, as Agências Regionais e os Municípios, visando propor estratégias, modelagens e projetos específicos. Planejamento Estratégico – Plano de Negócios 2025: Foram revisadas a missão, visão e objetivos estratégicos da CDHU em 2025, incorporando as novas ações de desenvolvimento urbano, e tendo a referência das diretrizes do Plano Estadual de Habitação (PEH-SP) 2011-2023, e do novo Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitação (PDUH 2040). A CDHU apresentou ao Conselho de Administração, na sua última reunião anual, o Plano de Negócios 2026 e a estratégia de longo prazo atualizada, com análise de riscos e oportunidades para os próximos anos, conforme exigências da Lei Federal nº13.303/2016 – Lei das Estatais – em continuidade ao que vem realizando desde 2017, tendo também aferido a realização das metas do Plano de Negócios do exercício de 2025. Ações gerenciais da CDHU para captação de recursos e redução da inadimplência: Em novembro de 2024, a CDHU lançou a Campanha de Regularização Financeira, implementando ações voltadas à captação de recursos e à redução da inadimplência. A iniciativa ofereceu condições diferenciadas de negociação, como redução do valor de entrada e benefícios especiais para acordos administrativos e judiciais, refinanciamentos, novações, conversões e portabilidade de contratos, permanecendo vigente até maio de 2025. Além da campanha, a CDHU mantém diversas ações permanentes de apoio aos mutuários, entre elas o uso do sistema CRM nos atendimentos presenciais e no Call Center, atendimento ativo via 0800 com



possibilidade de agendamento no CEJUSC, aplicativo para emissão e visualização de segunda via das prestações, atuação de consórcios contratados prestando atendimento e a Central de Serviços aos Mutuários no site institucional, que disponibiliza emissão de segunda via, boleto agrupado de atrasos, liquidação, amortização, entrada de acordo, entre outros serviços. Em 2025, a CDHU deu continuidade ao Programa Recompra, destinado a readquirir unidades habitacionais produzidas e financiadas pela própria Companhia, garantindo atendimento mais ágil às demandas prioritárias do Estado e dos municípios, com custo inferior ao de novas construções. O programa é voluntário e pode ser acessado por mutuários ou seus sucessores, adimplentes ou não, desde que o contrato tenha pelo menos 18 meses. Os imóveis passam por avaliação prévia de conservação e habitabilidade e a recompra ocorre conforme regras estabelecidas em edital. Abaixo, demonstrativo da prévia geral dos resultados da inadimplência e da arrecadação até outubro/2025.

Créditos ativos	Inadimplência	Adimplência
244.966	58.426 (23,85 %)	186.540 (76,15%)

Arrecadação Total = R\$ 855,63 milhões (*) valor referente a prestações recebidas no mês, antecipadas e atrasadas, quitações, indenizações de seguros, FGTS, depósitos em conta e rendimentos.*

Ações sociais em habitação - Trabalho Técnico Social em urbanização de favelas e áreas urbanas degradadas: O Trabalho Técnico Social (TTS) em favelas e assentamentos precários durante o ano de 2025 foi desenvolvido em 109 núcleos de favelas, situados em 57 municípios abrangendo cerca de 21 mil famílias, entre os seguintes tipos de intervenção: Remoção e reassentamento de famílias em área de risco: foram realizadas atividades de arrolamento de domicílios, pesquisa socioeconômica e de atendimentos sociais presenciais para obtenção de adesão à remoção e ao reassentamento provisório ou definitivo. Nos seguintes núcleos: Favela do Moinho, município de São Paulo; Eiji Kikuti/Galpão FDE, município de São Bernardo do Campo; Vila Sahy e Queiroz Galvão, no município de São Sebastião; Brasilândia e Marginal Tietê, município de São Paulo. Programa Viver Melhor – Melhorias Habitacionais em Moradias Precárias: durante a execução do programa em 2025, foram realizadas diversas atividades, como: (i) mapeamento de domicílios; (ii) aplicação de pesquisa socioeconômica, diagnóstica e de satisfação; (iii) acompanhamento das vistorias e das obras nas residências e (iv) obtenção e formalização da adesão das famílias em 56 núcleos, distribuídos por 43 municípios, abrangendo cerca de 9 mil domicílios atendidos. No total foram realizados 4.320 atendimentos sociais, que incluíram o atendimento às famílias e o acompanhamento das vistorias nas residências. Vale ressaltar que o Programa, além das melhorias habitacionais, passou também a contemplar a substituição de moradias. Ações de urbanização remoção e reassentamento de famílias em projetos de requalificação urbana com intervenção direta da CDHU: foram realizadas ações de mapeamento de domicílios, de aplicação de pesquisa socioeconômica, de atendimentos sociais, vistorias, visitas domiciliares, reassentamentos, suporte técnico à equipe de projetos nos núcleos: Guarulhos C Pimentas – 2ª fase de urbanização, município de Guarulhos; Vila Ferreira – F5, município de São Bernardo do Campo; Revitalização Campos Elíseos e Ocupação Benjamin Constant, no município de São Paulo; APA Iguatemi, município de São Paulo; Campinas E - Barro Vermelho, município de Campinas. Salienta-se o trabalho realizado com as famílias do núcleo Guarulhos C Pimentas visando a adesão das famílias ao reassentamento definitivo nos empreendimentos Guarulhos AA e Guarulhos C26, no total de 358 UHs. Parcerias com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação, saneamento, requalificação urbana e outros: realizadas ações para remoção e reassentamento de famílias envolvendo atendimentos sociais presenciais e remotos de apoio ao atendimento habitacional provisório ou definitivo. Destaca-se a atuação no núcleo Nova Kampala, que objetiva o reassentamento das



famílias que residem na área para a construção de estação de Metrô, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do terminal urbano. Ações de recuperação ambiental em programas de governo: as atividades desenvolvidas tiveram como foco o mapeamento de domicílios, a aplicação de pesquisa socioeconômica, os atendimentos sociais, as visitas domiciliares, as visitas monitoradas a empreendimentos, o acompanhamento do processo de comercialização e a mudança das famílias: destaca-se o trabalho com as famílias do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar visando a adesão das famílias ao reassentamento definitivo no empreendimento Cubatão K. Trabalho Técnico Social (TTS) de pré-ocupação e pós-ocupação em Empreendimentos Habitacionais de Interesse social - O Trabalho Técnico Social (TTS) tem como objetivo apoiar as famílias beneficiárias dos empreendimentos habitacionais de interesse social. As ações do TTS buscam garantir que as famílias se adaptem às novas condições de moradia e integrem-se ao novo ambiente, promovendo seu bem-estar e fortalecendo os vínculos comunitários, evitando que as famílias abandonem a moradia e retornem para condições precárias que caracterizam déficit habitacional. No ano 2025, o TTS foi operacionalizado em 131 municípios, beneficiando 32.223 famílias e abarcou 246 conjuntos habitacionais. Trabalho Técnico Social em empreendimentos habitacionais da CDHU: em 2025, foram realizadas ações em 238 conjuntos habitacionais em 129 municípios, beneficiando um total de 29.983 famílias. As ações estão organizadas em três eixos: (i) Provisão Habitacional da CDHU, (ii) Programa Carta de Crédito Associativo e (iii) Ações pós-regularização fundiária. Embora o público atendido tenha a CDHU como origem comum, cada eixo exige a personalização específica das ações desenvolvidas. Prestação de serviços de TTS em empreendimentos de convênios ou contratos: em 2025, a prestação de serviços de execução do TTS em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contratos firmados entre a CDHU e governos ou autarquias municipais, estaduais, federais e organismos multilaterais alcançou 9 conjuntos habitacionais em 9 municípios, beneficiando um total de 2.020 famílias. Prestação de serviços de execução do TTS em Projetos Especiais: são considerados projetos especiais todos os Conjuntos Habitacionais que não são empreendimentos recém-entregues e nem estão em processo de Regularização Fundiária. Essa classificação foi estabelecida para evidenciar que esses C.H. necessitam de ações personalizadas do TTS, além da realização de atividades complementares, com o objetivo de atender plenamente a população ou às demandas internas da CDHU. Em 2025, oito empreendimentos, beneficiando 1540 famílias. Além das ações mencionadas anteriormente, destacam-se, dentro do TTS, as iniciativas transversais nos eixos de sustentabilidade, a saber: no eixo de Sustentabilidade Ambiental, o plantio de 3.110 mudas de árvores frutíferas em 68 municípios e a execução de atividades de educação sanitária e ambiental que contaram com 10.549 participações, superando assim a meta prevista no Plano de Negócios. Auxílio-Moradia Emergencial (AME) e Auxílio Moradia Provisório (AMP): A CDHU celebrou Convênio com Secretaria de Governo do Estado de São Paulo e Prodesp, em novembro de 2021, ficando a CDHU responsável pela gestão das famílias, o Programa Bolsa do Povo, pelo pagamento do benefício diretamente à família, e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, pela transferência de recursos, previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA. A migração das famílias para o Programa Bolsa do Povo permaneceu em vigor até novembro de 2024. No ano de 2024, 6.851 famílias receberam pelo menos uma parcela do benefício pelo Programa, exceto aquelas envolvidas em intervenções, cujos recursos são dos parceiros. Por determinação do Governo do Estado de São Paulo, o Programa Bolsa do Povo foi descontinuado e as famílias com atendimento vigente no Programa retornaram aos respectivos setoriais, que se incumbirão pelo pagamento do benefício. Para tanto, a SDUH e CDHU celebraram convênio no mês de dezembro de 2024, prevendo repasse de recursos pela SDUH à CDHU, que se incumbiu da operacionalização do pagamento dos benefícios a, aproximadamente, 6.448 famílias



beneficiárias. Em decorrência do encerramento do Programa Bolsa do Povo, também foi firmado contato com o Banco do Brasil para pagamento do benefício pelas modalidades Poupança Social, que consiste em conta digital; PIX com chave CPF apenas e Cartão de benefício (CPB). Neste ano de 2025, 9.697 famílias receberam pelo menos uma parcela do benefício auxílio moradia, pago por meio da operacionalização da CDHU. Desse universo observa-se que 39% (3.803) dos auxílios foram concedidos a famílias de projetos de origem na capital, 41% (3.974) de municípios da RMSP e 20% (1.920) do interior.

Benefício x Origem Recursos	Famílias
Auxílio Moradia Contratado – Habitação	8.013
Auxílio Moradia Contratado – Parceiros	327
Auxílio Moradia Emergencial Conveniado – Habitação	1.357
TOTAL	9.697

Fonte: DAH em 15/12/2025.

Diversificação dos serviços prestados pela CDHU: Em 2025, a CDHU manteve sua atuação como referência técnica na gestão e execução de serviços de engenharia prestados a órgãos públicos estaduais, municipais e entidades parceiras, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento urbano. As atividades compreendem avaliação de imóveis, consultorias especializadas, planejamento e programação de obras, produção de pacotes técnicos para licitações, gestão técnica e administrativa de contratos, elaboração e análise de projetos e apoio à formalização e gestão de convênios. A área também conduz o gerenciamento e a fiscalização de obras e serviços, consolidando informações e desenvolvendo pacotes técnicos que orientam e qualificam as entregas. Essa atuação integrada garantiu eficiência, transparência e alinhamento às demandas institucionais, atendendo diretamente cerca de 45 órgãos públicos, o que demonstra a ampla capilaridade e o impacto da Cia. em todo o Estado, além de ampliar a capacidade operacional do setor público. Entre os principais projetos e obras conduzidos em 2025, destacam-se: Estádio Ícaro de Castro Mello (Convênio); Velódromo; Estruturas Náuticas; Edifício Adhemar de Barros – Rua Maria Paula (PGE); Edifício Saldanha Marinho – Secretaria de Segurança Pública; Edifício da Ouvidoria do Estado; DEINTER – Palácio da Polícia (Santos); Escola da Defensoria Pública – EDEPE (Vila Buarque); Nova Sede da Polícia Judiciária – São José do Rio Preto; Complexo do Comando do Corpo de Bombeiros – Praça da Sé; Centro Paula Souza; Praças da Cidadania – FUSP; Projetos elaborados em 2025: Cubatão, Guarujá, Santos, Francisco Morato, Carapicuíba, SJRP e Diadema. Obras concluídas em 2025: Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba, São Bernardo do Campo, Embu das Artes e SJRP. Entre os principais contratos firmados pela CDHU, destacamos três abaixo, que envolvem apoio da CDHU na gestão dos convênios firmados entre Secretarias de Estado e Prefeituras Municipais: Secretaria de Governo e Relações Institucionais/SGRI: Gestão da ordem de 6.500 convênios; Secretaria da Justiça e Cidadania: Gestão da ordem de convênios e Secretaria do Turismo/ SETUR: Gestão da ordem de 584 convênios. Em 2025, o desempenho institucional manteve a tendência de ingresso de recursos provenientes de contratos e convênios, garantindo geração de receita para os próximos anos. Os valores envolvidos somam aproximadamente R\$ 240 milhões em contratos e cerca de R\$ 450 milhões em convênios. Atualmente, 21 contratos encontram-se em execução e 7 convênios permanecem ativos, evidenciando a continuidade das operações e a efetividade da gestão técnica e administrativa.

SÍNTESE DE INVESTIMENTOS E QUADROS RESUMO DA ATUAÇÃO DA SDUH/CDHU EM 2025: Informações econômico-financeiras Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e CDHU de 2025:



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (SDUH + CDHU)			(Em milhões)
	Dotação Atual	Realizado = Liquidado	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	412,50	280,51	68,00%
Investimentos + Inversões	2.908,16	2.448,59	84,20%
Total Geral	3.320,66	2.729,10	82,19%

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (Agências)			(Em milhões)
	Dotação Atual	Realizado = Liquidado	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	50,84	6,65	13,07%
Investimentos + Inversões	0,44	0,07	16,85%
Total Geral	51,29	6,72	13,10%

Custeio (33; 31).

Investimentos e Inversões (44; 45)

Inclui todas as fontes de recursos

Realizado = Liquidado

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2025 (SDUH + CDHU)

Fonte: Relatórios Prestando Contas Sec.Fazenda - Posição em 15/12/2025

GSPOFP em 15/12/2025

CDHU

Valores em R\$ Mil

	Previsto 2025 ₁	Realizado 2025 ₂	% Realizado
Custeio	658.458	471.012	71,53%
Investimento	5.506.307	3.229.343	58,65%

₁ Orçamento Empresarial

₂ Janeiro a Dezembro: Valores Realizados

₁₂ Valores extraídos do SOE - Sistema de Orçamento das Empresas

Total de atendimentos em 2025 – CDHU

Unidades Habitacionais Entregues/Concluídas - CDHU	6.706
Lotes Urbanos – CDHU	1.242
Cartas de Crédito - CDHU	447
Total de Unidades + Lotes + Cartas de Crédito	8.395
Famílias Beneficiadas por obras de Urbanização de Favelas - CDHU	1.600
Total de Unidades + Lotes + Cartas de Crédito + Urbanização - CDHU ^[1]	9.995
Total Auxílio Moradia Emergencial e Auxílio-Moradia - CDHU ^[2]	9.697
Unidades Habitacionais e Lotes em obras - CDHU	15.839
Urbanização de Favelas em obras – CDHU	925
Total em Obras - CDHU ^[3]	16.764

Além das unidades entregues e em obras, é importante destacar que a CDHU tem, em fase de projetos, um total de 9.115 UHs. (CDHU/DPP - Posição em 31/12/2025). Os trabalhos em andamento envolvem ainda um total de terrenos em análise com potencial para construção de



mais 12.572 UHs (CDHU/DPP - Posição em 31/12/2025). Outro destaque é a função da CDHU como agente técnico e financeiro no Programa Carta de Crédito Associativo, que até o encerramento do exercício de 2025, terá entregue 8.122 UHs, em canteiro 12.792 UHs, em fase de análise 25.221 UHs e em planejamento, aguardando apresentação de propostas em edital vigente, outras 6.519 UHs, totalizando 52.654 UHs. (CDHU/SFH. Posição em 20/12/2025). ^[1] CDHU/DPDU. Acompanhamento de Ações SDUH/CDHU, posição em 31/12/2025. ^[2] CDHU/DAH. Posição em 15/12/2025. ^[3] CDHU/DEO. Posição em 31/12/2025. Cidade Legal - Regularização fundiária de empreendimentos da CDHU: Demandas emblemáticas da CDHU tiveram grande avanço na regularização em 2025, tanto por força da conclusão do Registro Imobiliário, quanto pela emissão da Certidão de Regularização Fundiária. Entre os conjuntos que obtiveram o registro da regularização junto a Serventia Imobiliária, podemos citar: Praia Grande A, São José do Rio Preto U, Grajaú B, Campo Limpo A, Jardim São Luiz A, Itaquaquecetuba E, Jaraguá A, e entre aqueles com Certidão de regularização Fundiária emitida e em processo de registro, podemos citar: Cubatão A5, Santo B, Pari A e Guarulhos B-Padre Bento O empreendimento Favela Marte-Vila Itália, São José do Rio Preto U, contou também com um trabalho inédito na área da REURB da CDHU. Além da regularização fundiária do conjunto habitacional e suas especificidades em razão do Convênio com a Prefeitura e a Gerando Falcões, foi realizada a titulação do terreno aos moradores por meio da legitimação fundiária, haja vista que a propriedade do imóvel era da municipalidade, e o registro dos contratos de alienação fiduciária à margem das matrículas dos terrenos, referente à aquisição das construções executadas pela CDHU. Até dezembro de 2025, a CDHU registrou 33 empreendimentos, o que resultou na regularização de 13.251 unidades habitacionais, que agora possuem matrícula individualizada. Além disso, 2.918 famílias receberam a atribuição de propriedade, referente àquelas que quitaram seus financiamentos. Atualmente, está em processo de análise pelos cartórios de registro de imóveis a regularização de mais 5.045 unidades habitacionais, com a conclusão, neste ano, da regularização de todos os empreendimentos da CDHU no Município de São José do Rio Preto. Em 2025, a CDHU também entregou a regularização de 9.358 unidades habitacionais, com outras 8.610 unidades prontas para entrega. Outra atividade fundamental para maior qualificação do processo de regularização fundiária da CDHU é o trabalho de cadastro para fins de identificação e titulação dos mutuários com imóveis quitados dos conjuntos habitacionais, que tem como uma das etapas a mobilização dos moradores para participação de reunião de esclarecimentos sobre o processo. Esse trabalho exitoso já foi realizado nos empreendimentos Iguape A, São Sebastião C, Piracicaba I e Ribeirão do Sul, tendo grande adesão dos moradores. *PARCERIAS GOVERNAMENTAIS E PROJETOS PRIORITÁRIOS: Viver Melhor - O projeto tem por finalidade o repasse de recursos para operação pela CDHU, visando à promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais já construídas em assentamentos e núcleos urbanos do Estado de São Paulo, acompanhadas de serviços de assistência técnica e de conservação viária. Desenvolvem-se serviços típicos de reparos e melhorias, executados por moradia que necessitam de complementos ou refazimentos de revestimentos de paredes e pisos, revisão e reforço em coberturas, pintura, complemento ou reforço em alvenarias, instalação de esquadrias, execução de tubulação de água e/ou esgoto e ligação na rede pública existente, instalação de sanitários, revisão de instalações elétricas, complementos de drenagem e melhorias de acesso, contenções e melhorias urbanas pontuais, necessárias à requalificação do domicílio. São consideradas como elegíveis para atendimento no projeto as áreas que apresentarem as condições de seleção abaixo listadas: áreas regularizadas ou passíveis de regularização, a serem enquadradas como Reurb-S pelos municípios; áreas com predominância de domicílios com precariedade habitacional; áreas sem predominância de fatores de risco e passíveis de consolidação das moradias;*



setores de núcleos/assentamentos que atendam as condições acima. Situação – 15/12/2025:

STATUS DE OBRAS E MELHORIAS HABITACIONAIS (ANO 2025)		
Total de Unidades	15.217	
STATUS	QTD	PERCENTUAL
Não Elegível	4.476	29%
Obras concluídas até 15/12/2025	8.693	57%
Obra em Andamento	42	0,3%
OIS Emitida	77	0,5%
Vistoria Realizada	1.373	9%
Vistorias em andamento/prevista	556	4%

Vida Digna: O Programa Vida Digna consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente. As famílias estão sendo transferidas para novos conjuntos habitacionais a serem construídos nestas cinco cidades da Baixada Santista. Com investimento na ordem de R\$ 600 milhões do governo paulista, o Vida Digna promove a recuperação socioambiental e requalificação das áreas ocupadas por palafitas na orla do estuário de Santos. O programa contou com o apoio dos municípios na disponibilização de terrenos para construção das unidades e contrapartidas nas remoções, trabalho social e recuperação das áreas degradadas desocupadas. No total foram entregues, até o momento, 936 unidades habitacionais: 720 unidades habitacionais em 2023 nos municípios de Guarujá e Santos, 216 em 2024. 100 UHs no município de Praia Grande, para famílias removidas do Núcleo Nova Mirim – Praia Grande F, G, I -, e 116 UHs em parceria com a Prefeitura de Cubatão no empreendimento Cubatão AB – Fase 1 - Cubatão para reassentar as famílias do Núcleo Vila Esperança. Estão em andamento em 2025, 1.996 unidades habitacionais, nos municípios de Cubatão, Santos e São Vicente, com entrega em Dez/2025 de 934 unidades habitacionais, sendo 360 UHS em parceria com a Prefeitura de Cubatão, no empreendimento Cubatão AB – Fase 2, e 574 UHs em parceria com a Prefeitura de Santos, no empreendimento Santos AB. Programa MCMV/FNHIS – SUB 50 - SELEÇÃO 2024: até 15/05/2025 foi feita a complementação de documentos de 10 propostas cadastradas. Das 10 propostas selecionadas inicialmente, uma foi cancelada por sua localização em área rural. Restaram 9 propostas totalizando 319 unidades habitacionais. Em 30/06/2025 foram assinados pelo Governo do Estado e Ministério das Cidades os 9 Termos de Compromisso listados abaixo perfazendo um total de repasse de R\$ 41,5 mi: Bastos J - 25 UH - repasse de R\$ 3.250.000,00 – Termo de Compromisso 974718-2024; Brodowski D - 50 UH - repasse de R\$ 6.500.000,00– Termo de Compromisso 974725-2024; Guararapes D - 50 UH - repasse de R\$ 6.500.000,00 – Termo de Compromisso 974727-2024; Guariba C1 – 50 UH - repasse de R\$ 6.500.000,00 – Termo de Compromisso 974720-2024; Ibirá G - 20 UH - repasse de R\$ 2.600.000,00 – Termo de Compromisso 974717-2024; Monte Alto D - 24 UH - repasse de R\$ 3.120.000,00 – Termo de Compromisso 974729-2024; Pirapozinho F2 - 25 UH - repasse de R\$ 3.250.000,00 – Termo de Compromisso 974722-2024; Sabino E1/E2 - 25 UH - repasse de R\$ 3.250.000,00 – Termo de Compromisso 974715-2024; Tiete H - 50 UH - repasse de R\$ 6.500.000,00 – Termo de Compromisso 974723-2024. A CDHU está atendendo comunicados da CEF para cumprimento das cláusulas suspensivas com prazo prorrogado



até 27/12/25 para assinatura dos contratos. SELEÇÃO 2025: em 02/06/2025 foram apresentadas ao Ministério das Cidades 39 cartas consulta destinadas à provisão subsidiada de unidades habitacionais em áreas urbanas com recursos da ação orçamentária Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social do Fundo Nacional de Interesse Social (FNHIS) para municípios com população de até cinquenta mil habitantes, perfazendo um total de 815 UH com repasse de R\$ 114 mil. Em 12/09/2025 foram selecionadas 10 propostas que totalizam 196 unidades habitacionais com previsão de repasse de R\$ 27,4 mil. As propostas selecionadas são as seguintes: Ariranha D - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Bilac G2 - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Colina G - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Coroados C - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Magda D1/D2 - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00. Nantes F - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Patrocínio Paulista D - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Paulo de Faria H - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Taguaí D - 20 UH - repasse de R\$ 2.800.000,00; Tapiratiba E - 16 UH - repasse de R\$ 2.240.000,00. A CDHU está preparando a complementação de documentos para assinatura dos Termos de Compromisso até março de 2026. Programa MCMV – ENTIDADES: Das 6 propostas selecionadas houve um realinhamento das Associações do Movimento MTST com o Ministério das Cidades, reduzindo para 5 propostas e totalizando 1611 Unidades Habitacionais. Os empreendimentos da CDHU são os seguintes: Itapecerica da Serra C (Vila Calu – 100 UH); São Bernardo do Campo AA (Montanhão – 380 UH); Embu L (Roque Valente – 743 UH); Perus M (50 UH); e SP-São Lucas A (338 UH). Através de reuniões semanais de alinhamento, está sendo feita a gestão técnica da CDHU junto às entidades, gerenciadoras e projetistas para viabilização e atendimento às especificações urbanísticas da PORTARIA MCID Nº 725, conclusão dos projetos, licenciamentos e demais documentos necessários para viabilizar a assinatura dos contratos de obras conforme exigências do Ministério das Cidades. Também se iniciaram as tratativas para cadastramento de novos empreendimentos no processo de Seleção 2025, a saber: Itapecerica da Serra E e Taboão da Serra J. Programa Provisão Habitacional - Parceria com Municípios e novos compromissos: Em 2024 houve uma estruturação do Programa Parceria com Municípios, que passou a se chamar Programa Provisão Habitacional – Parceira com Municípios. Este programa tem como objetivo prover moradia para demanda habitacional de interesse social, operacionalizada pela CDHU, aplicando modalidades de ação direta ou parcerias para a produção de empreendimentos habitacionais ou lotes urbanizados associados à produção, fomento e financiamento da moradia, mediante a concessão de cartas de crédito associativo ou individual, de modo a reduzir o déficit habitacional. O Programa foi regulamentado pela CDHU, através da Norma NP 01.12, cujo objetivo é estabelecer diretrizes e atribuições para a sua operacionalização. Os empreendimentos habitacionais devem atender às demandas gerais ou de grupos-alvo fechados dos municípios, dentro dos critérios pré-estabelecidos. Para as demandas gerais, as famílias serão selecionadas por meio de edital de seleção e sorteio público, promovidos pela CDHU, com apoio dos municípios. No caso de reassentamento habitacional, a responsabilidade de equacionamento da demanda é do município com suporte da CDHU, cujos futuros mutuários deverão ser considerados elegíveis pela CDHU. Os compromissos assumidos pelo Governo do Estado no ano de 2025 foram oficializados através de novo instrumento jurídico, ou seja, termos de adesão. Foram assinados 107 Termos de Adesão, que correspondem a 16.888 unidades habitacionais autorizadas pelo Governo do Estado. Outros 15 convênios assinados anteriormente e 5 termos de adesão tiveram os terrenos aprovados totalizando 1.335 unidades. Assim, foram enviados à próxima etapa, ou seja, elaboração/contratação dos projetos. Convênios cujos empreendimentos entraram em obras são 9 com 392 unidades. Foi dado encaminhamento a 32 empreendimentos para doação dos lotes à CDHU, referentes aos convênios, totalizando 2.030 lotes, e 37 empreendimentos com averbação, totalizando 2.753 unidades averbadas. Para servir de



apoio ao PDUH 2040, foram feitas pesquisas e análises de informações referentes aos instrumentos urbanísticos como PLHIS, Planos de Resíduos Sólidos, saneamento básico, mobilidade urbana, turismo, redução de riscos, adaptação e resiliência as mudanças climáticas e arborização dos 645 municípios do Estado de São Paulo, o que resultou em um painel de informações disponibilizado no portal interno da CDHU. Produção habitacional por meio de parcerias com entidades organizadoras: As parceiras com entidades organizadoras ora em andamento com a CDHU têm origem nos procedimentos de seleção publicados entre 2008 e 2011, bem como de formalização de compromissos decorrentes de razões específicas. O atendimento conta com o estabelecimento de parcerias com agentes públicos, a serem providenciadas pelas próprias entidades organizadoras, tais como a CAIXA, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, a Prefeitura de São Paulo, por meio do programa Pode Entrar, ou com outros agentes, contando com suporte financeiro complementar da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação por meio da Subsecretaria de Habitação Social, se necessário. Não obstante, algumas entidades optaram pela execução do empreendimento pela própria CDHU. Com a publicação, pela SDUH/Agência Paulista de Habitação Social, do edital de credenciamento 001/22 para seleção de agentes promotores com vistas à futura contratação para atuação no programa de apoio ao Crédito Habitacional - modalidade Carta de Crédito Associativo, 8 (oito) entidades vinculadas às seleções ou compromissos da CDHU participaram do certame, resultando a viabilização de 18 condomínios de apartamentos, conforme especificados a seguir: Município de Embu: 9 condomínios concluídos, totalizando 2.097 apartamentos; 1 condomínio em conclusão, com 234 apartamentos; 2 condomínios contratados, totalizando 594 apartamentos; Município de Taboão da Serra: 2 condomínios contratados, totalizando 304 apartamentos; Município de São Paulo: 2 condomínios em execução, totalizando 486 apartamentos; 2 condomínios entregues, totalizando 540 apartamentos. Dos empreendimentos sob responsabilidade de execução pela CDHU, 806 unidades se encontram em execução e 240 com licitação em programação. Contabilizam-se, ainda, 160 unidades em atendimento por meio de parceria com a PPP do Município de São Paulo, em área disponibilizada pela CDHU. Os demais compromissos, convalidados por meio de termos específicos para cada caso, seguem em andamento, em etapas diversas, tais como elaboração de projetos, legalização de projetos, incorporação imobiliária e busca pela formalização de parceiras. Entidades organizadoras selecionadas para a execução do empreendimento pela CAIXA estão atendendo a exigências da Instituição com vistas à contratação no âmbito do PMCMV. As ações em andamento têm como objetivo dar breve conclusão de atendimento a todos os compromissos oriundos dos procedimentos de seleção pública de 2008 a 2011, bem como daqueles firmados por meio de termos específicos. Convênios de reassentamento habitacional com municípios e órgãos/entidades estaduais: Programa Vida Longa: O Programa Vida Longa é desenvolvido com recursos repassados pela SDUH à CDHU, para a implantação de equipamentos de moradia assistida e gratuita em condomínios horizontais de até 28 unidades, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, para idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com renda de até dois salários-mínimos, inscritos no CadÚnico sós ou sem vínculos familiares. Empreendimentos entregues em 2025: Olimpia J (28uhs) - Convênio SDUH nº 1260.298/2021 – maio; Socorro G (14uhs) - Convênio SDUH nº 0085/2022 – outubro; Marília P (28uhs) - Convênio SDUH nº 0086/2022 – outubro; Atibaia I (24 uhs) - Convênio SDUH nº 0090/2022 – outubro; Jaboticabal F (28 uhs) - Convênio SDUH nº 0088/2022 – novembro. Empreendimentos em obras, com entregas programadas para 2026: Itu J (28uhs) - Convênio SDUH nº 0092/2022, assinado em 01/12/2022, com 54,36% das obras executadas até novembro 2025; Salto F (24 uhs) - Convênio SDUH nº 100/2022, assinado em 29/11/2022, com 26,79% das obras executadas até novembro



2025; Mogi-Guaçu Q (28 uhs) - Convênio SDUH nº 0089/2022, assinado em 01/12/2022, com 32,92% das obras executadas até janeiro de 2025. Houve rescisão contratual e nova empresa teve emissão de ordem de início de serviços emitida em 27 de outubro 2025; Tatuí I (22 uhs) - Convênio SDUH nº 102/2022, assinado em 29/11/2022, com 23,55% das obras executadas até janeiro de 2025. Houve rescisão contratual e nova empresa teve emissão de ordem de início de serviços emitida em 3 de novembro 2025; Rio Claro J (28 uhs) - Convênio SDUH nº 1054.922/2021, assinado em 17/12/2021, com 52,88% das obras executadas até outubro 2024. Houve rescisão contratual e nova licitação (nº 0032/2025) está em andamento; Agudos H (28 uhs) - Convênio SDUH nº 0087/2022, assinado em 01/12/2022, com 31,40% das obras executadas até maio 2025. Houve rescisão contratual e nova licitação (nº 0073/2025) está em andamento; Capão Bonito J (26 uhs) - Convênio SDUH nº 0082/2022, assinado em 29/11/2022, com 65,28% das obras executadas até agosto 2025. Está em andamento rescisão contratual e haverá novo processo licitatório para conclusão das obras. Total de 5 empreendimentos entregues, que somam 122 unidades habitacionais e 7 empreendimentos seguem em obras, que totalizarão 184 unidades. Há previsão de assinatura de novos convênios em 2025: Jaguariúna D - 28 UHs e Itapira R - 22 UHs. Programa Moradia Indígena: Foi firmada parceria entre a CDHU e a SDUH para 246 unidades habitacionais, por meio do Convênio SDUH nº 013.00006116/2025-05 (CDHU nº0420/2025), no âmbito do Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano, de repasse de recursos para a promoção do atendimento habitacional através do PMI – Programa de Moradia Indígena em 6 Terras Indígenas, localizadas nos municípios de Bertioga, empreendimento Bertioga E (30 UHs) na TI Rio Silveira; Eldorado, empreendimento Eldorado I (53 UHs), na TI Taquary; Mongaguá, empreendimento Mongaguá E2 (10 UHs) na Terra Indígena Aguapeú; Peruíbe, empreendimento Peruíbe M (30 UHs) na TI Piaçaguera, São Paulo, empreendimento SP - Parelheiros B (60 UHs) na TI Tenondé Porã Krucutu e em Tapiraí, empreendimento Tapiraí E (60 UHs) na TI Tekoa Gwyrá Pepo. Os empreendimentos encontram-se em fase de execução de obras, conforme quadro abaixo:

Município (Empreendimento)	Terra Indígena	Nº UHs	% Obras executadas (novembro 2025)
Eldorado I	Taquary	53	I1 - 4,16% I2 - 1,85%
Tapiraí E	Tekoa Gwyrá Pepo	60	E1 - 4,66% E2 - 2,00%
Bertioga E	Rio Silveira	30	E2 - 10,0%
Mongaguá E2	Aguapeu	10	E2 - 0,35%
Peruíbe M	Piaçaguera	30	M1 - 2,23%
SP Parelheiros B	Tenondé Porã - Krucutu	63	B1 - 8,35% B2 - 5,24%
Total		246	

Programa Moradia Quilombola: Foi firmado também o Convênio SDUH nº 013.00006132/2025-90 (CDHU nº0419/2025), no âmbito do Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano, de repasse de recursos para a promoção do atendimento habitacional através do PMQ – Programa de Moradia Quilombola em 1 Comunidade Quilombola localizada no município de Eldorado - Comunidade Ivaporunduva. O empreendimento, denominado Eldorado L, será executado em 2 etapas. A 1ª etapa, com 36 unidades habitacionais, está em obras com 0,68% executadas e a 2ª etapa, com 74 UHs em fase de projetos. Parceria ITESP – Atendimento a assentados rurais e quilombolas: No âmbito do Convênio nº 0361/2024, entre a CDHU e o ITESP, para a edificação pela Companhia de 630 unidades habitacionais, sendo 466 em assentamentos rurais e 164 em



comunidades remanescentes de quilombos, foram atendidas, através do Chamamento Público 001-2024, 10 famílias do assentamento Mário Covas, no município de São Simão. O empreendimento São Simão F (10 UHs) na modalidade Offsite. Através do Programa de Urbanização e Melhorias – Ação Urbanização de Assentamentos Precários e Melhorias Habitacionais e Urbanas – VIVER MELHOR, Convênio nº 0310/2024, foram atendidas 42 famílias do assentamento Dom Paulo Evaristo Arns, no município de Marabá Paulista. O empreendimento Marabá Paulista C (42 UHs) foi entregue no mês de dezembro de 2025. O empreendimento constou de 11 novas unidades habitacionais e reforma de 31 moradias. Projetos habitacionais estratégicos – parcerias com órgãos públicos estaduais e municípios em áreas metropolitanas. Encontram-se em andamento parcerias firmadas até 2025 e anos anteriores para ações de reassentamento habitacional e recuperação urbana e ambiental, envolvendo situações de risco, remoções em função de obras públicas e ações voltadas ao desenvolvimento urbano em regiões metropolitas, que totalizam cerca de 10 mil unidades habitacionais com os seguintes destaques: RMSP: Barueri; Carapicuíba; Diadema; Ferraz de Vasconcelos; Franco da Rocha; Osasco (parceria SP-Águas); Santo André; São Bernardo do Campo e São Paulo – Mananciais, Metrô linha 2- Kampala, Favela do Moinho, Campo Belo e PPP Municipal COHAB em parceria com SMUL e SP Urbanismo- PMSP (Apoios à Operação Urbana Água Espaiada). Está em fase de finalização convênio com a SPI para atendimento de famílias da linha 6 do Metrô. RMBS: Cubatão, Santos e São Vicente. RMVPLN: São José dos Campos e São Sebastião. RMC: Campinas (DER). Programas de Projetos: Foram elaborados estudos e levantamento de dados de localização, inserção urbana, legislação, estrutura fundiária, restrições, interferências, entrevistas e outros, bem como contatados órgãos públicos, consultores, demais áreas da empresa e elaborado programa de necessidades que contém diretrizes, definição de escopo, usos, demanda e potencial, e outras informações necessárias para elaboração de projetos e viabilização de empreendimentos ou programas de requalificação de áreas de intervenção. CAIEIRAS XXI – concluído; FERRAZ DE VASCOCELOS H – concluído; SANTO ANDRÉ A39 (Praça da Cidadania) – concluído; SANTOS AF (Hospedara dos Imigrantes) – concluído; SP-PENHA A-E (Kampala) – concluído; SP-SÉ-E (Praça do Jóquei) – em andamento; SP-SÉ-G (Palacete do Carmo) – em andamento; SUZANO H – concluído; FAVELA DO MOINHO (parcial/concluído); REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA ROBERTO MARINHO – em andamento; REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE SÃO PAULO - em andamento. Construção OFFSITE: A CDHU lançou o Chamamento Público 001/2024 para homologação de processos de construção industrializada modular Offsite para futura aplicação em programas, ações e projetos governamentais com a finalidade de: incentivar a inovação tecnológica, pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, a engenharia não-rotineira e a extensão tecnológica em ambiente produtivo; agregar a expertise, agilidade e inovação do setor privado para aumentar a capacidade de estado de produção de unidades habitacionais regulares, seguras e com o devido padrão de qualidade. Está iniciando a etapa de produção das provas de conceito e a primeira meta para implantação em futuros empreendimentos, utilizando os sistemas homologados de: 7.500 habitações verticais multifamiliares; 7.500 habitações horizontais unifamiliares; 100.000 m² de área útil de módulos não residências para equipamentos ou prédios administrativos públicos. Foi realizada a gestão dos processos relativos a 78 propostas válidas inscritas e o Chamamento Público 001/2024 - para homologação de processos de construção industrializada modular offsite - visando à futura aplicação em programas, ações e projetos governamentais: emissão de autorizações para provas de conceito; visitas às fábricas; reuniões com ABRAC (atual ABRIQ) e Organismos de Inspeção (OIA-EI); entrega de 2 inspeções acreditadas (QUICK HOUSE e SULFIBRA); tratativas para obtenção de documentos complementares (orçamentos, cronogramas) e tratativas para viabilizar as contratações em escala. Quanto à etapa de produção das provas conceito, temos a seguinte situação



em 2025: 11 provas de conceito executadas, totalizando 11 unidades habitacionais; 7 provas de conceito em execução de obras, totalizando 99 unidades habitacionais; 6 provas de conceito em contratação de obras, totalizando 9 unidades habitacionais, e 06 provas de conceito em projetos, totalizando 269 unidades habitacionais e um equipamento público (Batalhão da Polícia Militar); Conforme previsto no Chamamento Público 001/2024, após a implantação das provas de conceito, a CDHU avançará para a etapa de implantação de novos empreendimentos utilizando os sistemas homologados. Requalificação de áreas da CDHU ocupadas irregularmente: Foi incluída mais uma área no Chamamento Público 003/2024 - de moradores de áreas da CDHU ocupadas irregularmente para regularização fundiária e requalificação urbana. Tem-se no edital, em dezembro de 2025, 52 glebas da CDHU, onde estão contidos os núcleos definidos no chamamento que perfazem um total de 2.895.664,76 m² de áreas efetivamente ocupadas e uma estimativa de cerca de 33.411 famílias a serem atendidas. Segue um balanço das ações do programa: 31 manifestações de interesse; 19 divulgações realizadas; 14 inscrições efetivadas perfazendo um total de 6.589 famílias representadas; 9 habilitações efetivadas; 9 planos de trabalho em elaboração. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Litoral Sustentável - Serra do Mar: No âmbito das ações habitacionais, o Programa beneficiou até o momento 5.820 famílias com novas unidades habitacionais e 1.980 com obras de urbanização. Como ações remanescentes do financiamento com o BID, estão em desenvolvimento: edificação de 715 UHs, em área adquirida no âmbito do Programa Serra do Mar no município de Cubatão, denominado Cubatão K (obras em andamento, com entrega em dezembro/2025), bem como a concessão de aproximadamente 230 Cartas de Crédito, o que complementa as metas de atendimento do Programa; projeto de parcelamento do solo para a regularização fundiária dos núcleos de urbanização e instauração dos processos de regularização fundiária – REURB-S, em parceria com o Município. Ações emergenciais no Município de São Sebastião: Para atendimento definitivo das famílias afetadas pelo desastre de 2023, foram entregues pela CDHU em 2024: 704 unidades habitacionais em três empreendimentos, dois na Baleia Verde, denominados 'São Sebastião T' e 'São Sebastião U' com respectivamente 262 e 256 unidades habitacionais, e um em Maresias com 186 unidades habitacionais, denominado 'São Sebastião V'. Ainda, como solução definitiva, está em andamento o empreendimento de 256 unidades habitacionais no terreno denominado São Sebastião S – Topolândia.

MUNICÍPIO	TIPO DE SOLUÇÃO	STATUS	EMPREENHIMENTO	Nº UHs	TOTAL UHs
SÃO SEBASTIÃO	Provisório	Concluído e desativado após uso	São Sebastião X	72	72
	Definitiva	Concluído	São Sebastião T	262	960
		Concluído	São Sebastião U	256	
		Concluído	São Sebastião V	186	
		Em construção	São Sebastião S	256	

Carta de Crédito Associativo: Com a emissão pelo Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social da citada Deliberação Normativa CGFPHIS Nº 026, em janeiro de 2022, foi publicado, pela então Secretaria da Habitação – Casa Paulista, o edital de credenciamento de projetos na Região Metropolitana de São Paulo (Edital SH 001/2022), prevendo a utilização de recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS. Neste Edital foram homologados 87 projetos dos quais a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação indicou



62 projetos para análise, dos quais 53 empreendimentos foram viabilizados, contemplando 13.525 unidades habitacionais com investimentos na ordem de R\$ 2.439 milhões. Também em parceria com a Casa Paulista/FPHIS, a CDHU firmou o Convênio CDHU/0652/2022, para solução de atendimento às famílias que ocupavam irregularmente um galpão na Rua Eiji Kikuti no município de São Bernardo do Campo. Nesse convênio já foi possível atender 32 famílias com a modalidade Carta de Crédito Individual - CCI e viabilizar o início da construção de dois empreendimentos que totalizam 677 unidades habitacionais com investimento na ordem de R\$ 121,9 milhões, onde a Prefeitura Municipal participa com aporte complementar de R\$ 16,3 milhões, totalizando R\$ 138,2 milhões. Do total de 13.525 das unidades viabilizadas pela Casa Paulista/FPHIS, 6.673 foram entregues entre abril de 2024 e dezembro de 2025, e outras 6.852 UHs estão previstas para entrega no decorrer de 2026. Ainda, visando ampliar a modalidade Carta de Crédito Associativo, a Diretoria Colegiada da CDHU aprovou em novembro de 2022 o aproveitamento dos empreendimentos indicados pela Secretaria da Habitação, remanescentes de credenciamentos ou provenientes de seleção pública realizada por Municípios, com as adequações necessárias à política de comercialização da CDHU, com recursos próprios da Companhia. Nestas condições apresentam-se outros 11 projetos, totalizando 3.358 unidades habitacionais, com investimento na ordem de R\$ 642,4 milhões. Das unidades previstas, 1.030 já foram entregues, 1.622 estão em produção e 706 na fase de análise. Em junho de 2023, a CDHU publicou o edital de credenciamento (Edital CDHU 001/23) para atender demandas da Baixada Santista e Litoral Norte, com previsão de atendimento para até 12.000 famílias. Destas, 5.481 unidades, distribuídas em 25 empreendimentos, estão em fase de análise e outras 6.591 aguardam homologação ou apresentação das propostas pelos proponentes. O investimento total previsto para essa ação no litoral paulista está estimado em R\$ 3,0 bilhões. Em dezembro de 2023, a CDHU em parceria a COHAB-SP, firmaram o Convênio CDHU 0153/2023, visando à viabilização de financiamento às famílias beneficiárias do empreendimento SP/Pernilongo no âmbito da PPP municipal da habitação da cidade de São Paulo pela modalidade CCA. A ação viabilizou o financiamento para a construção de 321 unidades habitacionais com investimentos na ordem de R\$ 57,3 milhões. Nessa operação a CDHU participa como agente técnico e os recursos são totalmente aportados pela COHAB-SP que, ao final da operação, a carteira de retorno do financiamento é integralmente transferida para a COHAB-SP. Em julho de 2024, a CDHU em parceria da COHAB-SP, firmaram o Convênio CDHU 0293/2024 visando à viabilização de financiamento às famílias beneficiárias de 15 (quinze) empreendimentos no âmbito da PPP municipal da habitação da cidade de São Paulo pela modalidade CCA. A ação viabilizará o financiamento da construção de 4.341 unidades habitacionais com investimentos na ordem de R\$ 776,4 milhões, dos quais a CDHU participa com R\$ 413,6 milhões e a COHAB-SP com R\$ 362,7 milhões. Das 4.341 unidades habitacionais, 3.255 estão em obras e 1.086 em fase de análise. Ainda, em setembro de 2024, a CDHU publicou o Edital de Chamamento 004/24, visando obtenção de propostas de empreendimentos ou unidades habitacionais para contratação de operações de financiamento destinados à aquisição e/ou produção que serão enquadradas, a critério da CDHU e SDUH, no âmbito do Programa Carta de Crédito Individual (CCI-CDHU), Programa de Apoio Habitacional - Modalidade Carta de Crédito Associativo (CCA-CDHU) e/ou Programa de Crédito à Produção Privada de Habitação (PPH), operado pela Desemvolve-SP com recursos do FPHIS. Nesse chamamento foram apresentadas propostas para a viabilização de 5.192 unidades habitacionais no município de São Paulo – Capital, das quais 484 estão em obras e 4.708 em fase de análise. O investimento previsto é da ordem de R\$ 1.131 milhões. Está em fase de consolidação um modelo para as operações destinadas para a execução pelo Programa de Crédito à Produção Privada de Habitação (PPH), operado pela Desemvolve-SP, do qual a CDHU participará como Agente Técnico, efetuando a análise



dos projetos e acompanhamento da evolução das obras com apontamento da viabilidade da liberação das parcelas do financiamento aos Agentes Promotores/Incorporadores pela Desenvolve-SP. Ainda, em dezembro de 2024, a CDHU publicou o Edital de Chamamento 007/2024 com o objetivo de obtenção de propostas de unidades habitacionais ou empreendimentos habitacionais e/ou loteamentos para eventual e futura contratação de operações de financiamento destinado à aquisição de lotes e/ou produção autônoma, em benefício de famílias moradoras em áreas de risco de alagamento nos municípios de Capivari e Rafard. Nesse chamamento foram apresentadas propostas para 3 loteamentos (2 em Capivari e 1 em Rafard) que possibilitam a viabilização de 287 unidades habitacionais. Essas propostas encontram-se em fase de análise. As operações que forem realizadas serão enquadradas, a critério da CDHU e da SDUH, no âmbito do Programa Carta de Crédito Individual (CCI-CDHU), Programa de Apoio Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Associativo (CCA) e/ou Programa de Crédito à Produção Privada de Habitação (PPH). Também, em dezembro de 2024, a CDHU publicou o Edital de Chamamento 008/2024 com o objetivo de obtenção de propostas para financiamento de unidades habitacionais em obras ou com projetos aprovados, em benefício de famílias moradoras nos municípios de Barueri, Carapicuíba e Osasco. Busca-se nos municípios de Barueri e Carapicuíba dar atendimento às famílias residentes nas áreas denominadas Cava e Córrego Veloso. Nesse chamamento foram apresentadas propostas para 4 empreendimentos (2 em Carapicuíba e 1 em Barueri e 1 em Osasco), totalizando 1.544 UHs. Essas propostas encontram-se em fase de análise e somam uma previsão de investimento na ordem de R\$ 355,1 milhões. As operações que forem realizadas serão enquadradas, a critério da CDHU e da SDUH, no âmbito do Programa de Apoio Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Associativo (CCA) e/ou Programa de Crédito à Produção Privada de Habitação (PPH). Em maio de 2025 foi publicado o Edital de Chamamento 002/2025, com o objetivo de obtenção de propostas de unidades habitacionais concluídas, empreendimentos habitacionais e loteamentos em obras ou aprovados, para futura contratação de operações de financiamentos. O chamamento abrange 71 municípios do interior paulista e região metropolitana de São Paulo. Foram obtidas 22 propostas de loteamentos com capacidade de construção de 874 UHs e 66 propostas de empreendimentos, contemplando 11.696 UHs, sendo que para os empreendimentos, os investimentos previstos são da ordem de R\$ 2.512 milhões. Tanto os lotes apresentados assim como os empreendimentos estão em fase de análise técnica, jurídica e fundiária. As operações que forem realizadas serão enquadradas, a critério da CDHU e da SDUH, no âmbito do Programa Carta de Crédito Individual (CCI-CDHU), Programa de Apoio Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Associativo (CCA) e/ou Programa de Crédito à Produção Privada de Habitação (PPH). Em resumo, no contexto da Carta de Crédito Associativo – CCA, considerando as unidades entregues, em obras, em análise e em planejamento, de acordo com os compromissos firmados e publicados, exceto loteamentos do edital 007/23 e 002/25, que necessitam de uma avaliação mais criteriosa para verificação de tipologia viável para essas áreas, temos a seguinte estimativa de financiamentos: - Unidades Entregues: 8.122 UHs, R\$ 1.384 milhões;- Unidades em Obras: 13.685 UHs, 2.555 milhões;- Unidades em Análise: 24.328 UHs, R\$ 5.409 milhões; - Unidades em Planejamento: 6.519, R\$ 1.630 milhões. Assim, a totalidade das unidades habitacionais citadas somam 52.654 com um investimento projetado de R\$ 11.054 milhões. Carta de Crédito Individual: A modalidade de Carta de Crédito Individual (CCI) foi implementada pela CDHU no final da década de 1990, sendo utilizada em larga escala em diversos programas, tal qual o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), como benefício à categoria de policiais e para o atendimento de servidores públicos, no Programa Habitacional Integrado (PHAI), em parceria com a extinta Nossa Caixa e mais recentemente nas ações de remoção e reassentamento das famílias da Comunidade do Moinho em São Paulo. A CCI é empregada como



opção para solução habitacional em intervenções em que as pessoas precisem desocupar suas residências habituais devido a situações de risco ou à necessidade de obras e intervenções que exigem a desocupação definitiva das moradias, famílias em auxílio-moradia, decisões judiciais e outros públicos, conforme definido pela política habitacional do Estado. A solução prevê o estabelecimento de parceria com órgãos e entidades das administrações públicas municipais, estaduais e federais, bem como entidades organizadas de movimentos pró-moradia, ampliando a possibilidade de oferta de soluções habitacionais. Desde sua criação, foram firmados diversos Convênios com Municípios e outros entes da Administração Pública, entre os quais a extinta DERSA - para o atendimento das famílias removidas na construção do Rodoanel Trechos Norte e Sul, com o METRÔ -, com vistas à assistência às famílias afetadas pelas obras das linhas Laranja e Lilás e com a CPTM, nas obras das linhas Jade e Esmeralda. No âmbito da modalidade CCI, as famílias podem adquirir unidades autônomas ou unidades em empreendimentos viabilizados pelo setor privado (imóveis prontos e regularizados, novos ou usados), de acordo com as condições estabelecidas pela CDHU de inserção urbana, habitabilidade, regularidade, salubridade e segurança. Desde sua implantação como forma de atendimento habitacional, a Carta de Crédito Individual – CCI, viabilizou 7.954 unidades habitacionais, das quais 478 no ano de 2025. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs): Esta ação visa à execução do contrato vigente e implantação de projetos de requalificação urbana, contemplando empreendimentos habitacionais, áreas verdes, infraestrutura urbana e promoção de áreas para usos não residenciais com foco em comércio e serviços, priorizando as regiões metropolitanas do estado e a erradicação de áreas de risco. PPP de Habitação do Estado – Lote 1: O Lote 1 da PPP da Habitação do Estado de São Paulo (Contrato SH nº 001/2015) prevê a construção de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.260 unidades de HIS, destinadas a famílias com renda de até seis pisos salariais do Estado de São Paulo, e 1.423 unidades de HMP, para famílias com renda entre seis e dez pisos salariais. O investimento previsto é de R\$ 1,4 bilhões, sendo R\$ 919 milhões do parceiro privado e R\$ 465 milhões do Governo do Estado de São Paulo, com contrapartida máxima anual de R\$ 82 milhões. O contrato com a PPP Habitacional Lote 1 S. A. foi assinado em março de 2015 e a situação até dezembro de 2024 é a seguinte: 2.260 unidades de HIS concluídas: 126 unidades de HIS, Residencial São Caetano, empreendimento entregue em dez/2016; 91 unidades de HIS, Residencial Alameda Gleite, empreendimento entregue em out/2017; 914 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes I, Q49, Torres 1 a 5, empreendimentos entregues no período de abril a julho/2018; 96 unidades de HIS, Residencial Gusmões – República A - Q75, empreendimento entregue em jul/2019; 216 unidades de HIS, Complexo Júlio Prestes II (Q50), Residencial Campos Elíseos e Residencial Cleveland, empreendimento entregue em dez/2019; 210 unidades de HIS, Complexo Mauá - Q69 – empreendimentos entregues em jan/2021; 417 unidades de HIS, Residencial Jardins da Barra, Torres 1 a 4, empreendimentos entregues no período de setembro a dezembro de 2022 e 190 unidades de HIS, Residencial João Octaviano Machado Neto, empreendimento concluído em abril de 2023. Outras obras de responsabilidade da Concessionária: Equipamentos Públicos: reforma do Aquartelamento do 2º Grupamento de Bombeiros, concluída em out/2018; Construção de uma creche, Centro de Educação Infantil – CEI Nova Lu no Complexo Júlio Prestes II, (Q 50), concluída em dez/2019 e Construção de equipamento público destinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública; obra concluída em outubro de 2024. Usos não residenciais (comércio): 55 Lojas comerciais (Complexo Júlio Prestes, Q49), concluídas entre abril e julho de 2018; 1 Supermercado e 1 Praça de Alimentação (Complexo Júlio Prestes, Q49), concluídos em jul/2018; 1 Loja comercial (Residencial Gusmões, Q75), concluída em jul/2019; 22 Lojas comerciais (Complexo Mauá, Q69), concluídas em jan/2021 e 22 Lojas comerciais no Residencial Jardins da Barra, concluídas em dez/2022. Infraestrutura: Revitalização da Praça Júlio Prestes,



concluída em abr/2018. Quanto às unidades de Habitação de Mercado Popular – HMP: 963 unidades de HMP concluídas: 72 unidades de HMP, Residencial Bravo, obra concluída em out/2021; 237 unidades de HMP, Today Brigadeiro, obra concluída em set/2022; 152 unidades de HMP, Today Augusta, obra concluída em dez/2022; 210 unidades de HMP, Today Perdizes, obra concluída em ago/2024 e 292 unidades de HMP, Today Centro, obra concluída em mai/2025. 215 unidades de HMP em construção: 215 unidades de HMP, Today Paulista, obras iniciadas em dez/2024, conclusão prevista para dez/2026.